

Conceição de Maria Belfort de Carvalho  
Ilza Galvão Cutrim  
Mônica da Silva Cruz  
Fabíola de Jesus Soares Santana  
Marília de Carvalho Cerveira  
Organizadoras

# Anais VI de CIMA



MUDANÇAS CLIMÁTICAS E  
ORALIDADES PAN-AMAZÔNICAS:  
**ENTRE DISCURSOS,  
SUBJETIVIDADES  
E MEMÓRIAS**



Editora  
**Uema**

# ANAIS DO VI COLÓQUIO INTERNACIONAL MÍDIA E DISCURSO NA AMAZÔNIA

*Mudanças Climáticas e Oralidades Amazônicas: entre discursos, subjetividades  
e memórias*

6ª edição

De 18 a 20 de setembro de 2024

Maranhão  
São Luís  
Universidade Federal do Maranhão

## **EDITOR RESPONSÁVEL**

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

## **CONSELHO EDITORIAL**

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

Ana Lucia Abreu Silva

Ana Lúcia Cunha Duarte

Cynthia Carvalho Martins

Eduardo Aurélio Barros Aguiar

Emanoel Cesar Pires de Assis

Denise Maia Pereira

Fabíola Hesketh de Oliveira

Helciane de Fátima Abreu Araújo

Helidacy Maria Muniz Corrêa

Jackson Ronie Sá da Silva

José Roberto Pereira de Sousa

José Sampaio de Mattos Jr

Luiz Carlos Araújo dos Santos

Marcos Aurélio Saquet

Maria Medianeira de Souza

Maria Claudene Barros

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Wilma Peres Costa



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento 4.0.

**Conceição de Maria Belfort de Carvalho**  
**Ilza Galvão Cutrim**  
**Mônica da Silva Cruz**  
**Fabíola de Jesus Soares Santana**  
**Marília de Carvalho Cerveira**  
*Organizadoras*

# **ANAIS DO VI COLÓQUIO INTERNACIONAL MÍDIA E DISCURSO NA AMAZÔNIA**

*Mudanças Climáticas e Oralidades Amazônicas: entre discursos, subjetividades  
e memórias*

6ª edição

De 18 a 20 de setembro de 2024

Maranhão  
São Luís  
Universidade Federal do Maranhão

ISBN 978-85-8227-586-3

São Luís



2025

Copyright © 2025 by EDUEMA

**Projeto Gráfico e Editoração:** Maurício José Morais Costa

**Normalização:** Maurício José Morais Costa

**Capa:** Maurício José Morais Costa

**Revisão:** O conteúdo e teor dos textos presentes nestes anais são de inteira responsabilidade dos autores.

Publicação financiada por auxílio financeiro da CAPES:  
Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP - 2024)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

C719a

Colóquio Internacional Mídia e Discurso na Amazônia (DCIMA) (6.:2024: São Luís, MA)

Anais do VI Colóquio Internacional Mídia e Discurso na Amazônia (DCIMA)- Mudanças Climáticas e Oralidades Amazônicas: entre discursos, subjetividades e memórias [e-book] / Conceição de Maria Belfort de Carvalho, Ilza Galvão Cutrim, Fabíola de Jesus Soares Santana, Marília de Carvalho Cerveira, Mônica da Silva Cruz (organizadoras). – São Luís: EDUEMA, 2025.

794 p.; il. color.

Modo de acesso: World Wide Web.  
ISBN: 978-85-8227-586-3.

1. Mudanças climáticas. 2. Oralidades Pan-Amazônicas. 3. Amazônia Legal. 4. Discursos. 5. Subjetividades. 6. Memória. 7. Patrimônio. I. Carvalho, Conceição de Maria Belfort de. I. Cutrim, Ilza Galvão. II. Cruz, Mônica da Silva. III. Santana, Fabíola de Jesus Soares. IV. Cerveira, Marília de Carvalho. VI. Título.

CDD: 551.583:001.891(1-928.8)  
CDU: 304.25: 918.11

---

*Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário  
Maurício José Morais Costa CRB 13/833*

Criado no Brasil [2025]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

**EDUEMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**

Cidade Universitária Paulo VI - CP 09 Tirirical

CEP - 65055-970 - São Luís – MA

www.editorauema.uema.br – editora@uema.br



## **VI COLÓQUIO INTERNACIONAL MÍDIA E DISCURSO NA AMAZÔNIA**

*Mudanças Climáticas e Oralidades Amazônicas: entre discursos, subjetividades e memórias*

6ª edição

De 18 a 20 de setembro de 2024

Maranhão

São Luís

Universidade Federal do Maranhão

### **EDITAL DE APROVAÇÃO CAPES:**

PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS NO PAÍS (PAEP - 2024)

### **Realização**

Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras-UFMA)

Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL - UFPA)

Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação na Amazônia Legal

Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural (GEPPaC/CNPq-PGCult-UFMA)

Grupo de Estudos em Linguagem e Discurso do Maranhão (GPELD/CNPq-DELER-UFMA)

Grupo de Estudo Mediações, Discurso e Sociedades Amazônicas (GEDAI-UFPA-CNPq)

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

### **Comitê de Organização**

Profa. Dra. Conceição Belfort de Carvalho - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Ilza Galvão Cutrim - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Arkley Bandeira - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Klautenys Dellene Guedes Cutrim (UFMA)

Profa. Mestre Marília de Carvalho Cerveira (UEMA)

Profa. Dra. Fabíola de Jesus Soares Santana (UEMA)

Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Ivânia dos Santos Neves - Universidade Federal do Pará (UFPA)  
Profa. Dra. Maria do Rosário Valencise Gregolin - Universidade Estadual Paulista (UNESP  
- Araraquara)

Profa. Dra. Naiara Sales Araujo - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Regina Baracuhy Leite - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

### **Comitê Científico**

Profa. Dra. Conceição Belfort Carvalho - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Ilza Galvão Cutrim - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Mestre Marília de Carvalho Cerveira (UEMA)

Profa. Dra. Fabíola de Jesus Soares Santana (UEMA)

Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Ivânia dos Santos Neves - Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profa. Dra. Naiara Sales Araujo - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Arkley Bandeira - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. João Batista Bottentuit Junior - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Maria do Rosário Valencise Gregolin - Universidade Estadual Paulista (UNESP  
- Araraquara)

Profa. Dra. Regina Baracuhy Leite - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Edgar Bracamonte Lévano - Universidad Nacional Pedro Luiz Gallo (Peru)

Profa. Dra. Ana Pizarro - Universidade de Santiago do Chile

Profa. Dra. Luisa Elvira Belaunde Olschewski - Universidad Nacional Mayor de San Marcos  
(Peru)

Profa. Dra. Denise Gabriel Witzel - Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)

Profa. Dra. Marize Barros Rocha Aranha - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Thiago Barbosa Soares - Universidade Federal do Tocantins (UFT)

## APRESENTAÇÃO

As mudanças climáticas têm sido apontadas por especialistas como um dos efeitos das diversas formas de destruição da natureza no planeta. A falta de um planejamento ambiental arrojado é um debate antigo e, infelizmente, na atualidade, vem gerando problemas de enormes proporções para a sobrevivência da humanidade, como o aquecimento global, as mudanças climáticas e suas repercussões nefastas nas diferentes sociedades.

A Amazônia, região essencial para o combate ao aquecimento global e às mudanças climáticas no mundo, destaca-se por abrigar uma diversidade de povos tradicionais, cujos modos de vida dependem da biodiversidade e do ecossistema que a floresta oferece. Essas mudanças do clima impactam de forma múltipla os modos de vida das comunidades tradicionais, alteram sua relação com a natureza e, conseqüentemente, com os padrões culturais que sustentam suas subjetividades. Para essas comunidades, a oralidade é um elemento central na conservação e preservação da sua cultura, pois, por meio dela, saberes são transferidos, memórias são conservadas e subjetividades são formadas.

A oralidade é formada historicamente, constituindo-se, assim, como um lugar sócio-histórico de produção e circulação de sentidos. Os discursos produzidos no interior das oralidades localizam-se nos embates das práticas discursivas que estão em conflito na sociedade. Abordar o tema Mudanças Climáticas e Oralidades Amazônicas: entre discursos, subjetividades e memórias implica em realizar um debate sob uma perspectiva que contempla os estudos linguísticos, os estudos literários e os estudos interdisciplinares. Isso porque a área de Letras/Linguística tem na interdisciplinaridade a base de sua concepção teórico-crítica, o que permite uma reflexão epistemológica ampla e, por essa razão, aberta a diversas possibilidades de análise.

São muitos os discursos produzidos sobre as mudanças climáticas, uma pauta urgente em nosso presente. O entrelaçamento entre os aspectos econômicos, sociais, territoriais e culturais presentes nos processos de produção, circulação e recepção dos discursos e sentidos sobre essas mudanças requer uma abordagem ampla, interdisciplinar, na qual diferentes enfoques, tais como poder, práticas sociais e simbólicas, sustentabilidade, desenvolvimento social e econômico, relações midiáticas, linguísticas, literárias, históricas, identidades e subjetividades, entre outras, passam a ser objetos obrigatórios de reflexão.

Conceição de Maria Belfort de Carvalho

Ilza Galvão Cutrim

Mônica da Silva Cruz

Fabíola de Jesus Soares Santana

Marília de Carvalho Cerveira

*Organizadoras*

## Sumário

### **Eixo 1 - Formação e Saberes Docentes**..... 13

**METODOLOGIAS ATIVAS COMO FERRAMENTA PARA MINIMIZAR A IMPERCEPÇÃO BOTÂNICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma revisão de literatura**..... 14

**O LETRAMENTO DIGITAL NA BNCC E O COMBATE À DESINFORMAÇÃO** ..... 24

**ORALICARTAS: o jogo didático que contempla a realidade sociocultural da Amazônia brasileira**..... 38

**UM ENSAIO SOBRE A MEMÓRIA DO PROJETO “UM OLHAR SENSÍVEL PARA PERCEPÇÃO DO MUNDO” DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA EM TEATRO**..... 61

**A ABORDAGEM PIKLER COMO PRÁTICA DE ENFRENTAMENTO À INVISIBILIDADE DE BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS NO CIEI - CRECHE DO CENTRO** ..... 70

**A ORALIDADE NA EDUCAÇÃO: integrando o contexto sociocultural, as identidades e as metodologias ativas no ensino-aprendizagem de língua portuguesa na Amazônia**..... 78

**PERSPECTIVAS FORMATIVAS: percepções de estudantes de um curso de Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade na UFMA de Codó/ MA**..... 93

**A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E AS REPRESENTAÇÕES DOCENTES DE LÍNGUA-CULTURA INGLESA**..... 105

**O PERCURSO NA EDUCAÇÃO DA NEGRITUDE FEMININA EM CARGOS DE GESTÃO NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ/PARÁ** ..... 113

**PERCEPÇÕES DE LICENCIANDOS DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: olhares para a divulgação científica em espaços não formais da Grande Ilha**..... 123

### **Eixo 2 - Literatura e outros saberes**..... 132

**A INVISIBILIDADE FEMININA EM “MUTOLA, A UNGIDA”, DE PAULINA CHIZIANE**..... 133

<b>A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA LITERATURA AFRICANA CONTEMPORÂNEA</b> .....	143
<b>ANGÚSTIA E LIBERDADE NA POÉTICA DE FLORBELA ESPANCA</b> .....	152
<b>BORGES E A FICÇÃO CIENTÍFICA</b> .....	164
<b>CENAS DA ENUNCIÇÃO: nas tramas dos discursos raciais entre Firmina e Machado</b>	175
<b>DE MACUNAÍMA AO SUS: “a pouca saúde” e os seus espólios na atual configuração sanitária amazônica</b> .....	187
<b>DEFINIÇÕES DO FANTÁSTICO DO GÊNERO AO MODO E O CONTO “OS OLHOS QUE COMIAM A CARNE”</b> .....	203
<b>INTERSECCIONALIDADE E RESISTÊNCIA AFRO-FEMININA NA OBRA QUARTO DE DESPEJO, DE CAROLINA MARIA DE JESUS</b> .....	215
<b>LAFERRIÈRE DANY: uma análise francófono literária</b> .....	227
<b>LITERATURA E HEROÍSMO: análise da representação do estereótipo feminino na releitura da obra “Odisséia” de Homero e “Odisséia de Penélope” de Margaret Atwood</b> .....	235
<b>OPRESSÕES COLONIALISTAS E RESISTÊNCIAS DECOLONIAIS EM <i>TORTO ARADO</i> (2019), DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR</b> .....	244
<b>VITÓRIA, UMA TRAVESTI PROTAGONISTA NO BRASIL COLÔNIA: discursos e construção da ancestralidade trans negra no romance “Nada digo de ti, que em ti não veja”</b>	255
<b>Eixo 3 - Estudos do léxico</b> .....	268

<b>A VARIAÇÃO SEMÂNTICO-LEXICAL NO PORTUGUÊS MARANHENSE: uma análise sociodialeto do campo espaços e habitação</b> .....	269
<b>FALADOR, CALOTEIRO E BEBERRÃO: o campo convívio e comportamento social nos municípios de Viana e Vitória do Mearim</b> .....	282
<b>IMPERATIVOS DIGITAIS: um estudo sobre o uso do verbo imperativo e do modo injuntivo em postagens de influencers no Instagram</b> .....	292
<b>MAGRELO, MAGRO, SECO E ESQUELETO: uma análise semântico-lexical a partir da</b>	

Questão 110 do QSL/ALiMA..... 303

**O LÉXICO MACHADIANO NA VARIANTE DO QUILOMBO ACARAQUI:** um estudo linguístico e literário..... 315

**TRANSCRIÇÃO DAS ALDEIAS DE ‘YPA’ŨASU POR CLAUDE D’ABBEVILLE:** uma proposta moderna de acordo com os estudos linguísticos de Navarro ..... 328

#### **Eixo 4 - Língua(gens), espaços e memória .....340**

**A CULTURA SEBASTIANISTA MARANHENSE NO BUMBA MEU BOI:** memórias discursivas e efeitos identitários nas toadas do Sotaque de Matraca (Ilha)..... 341

**O RETRATO DAS CIDADES BRASILEIRAS NO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS *NOVO AVENIDA BRASIL 1*** ..... 350

**TERRITORIALIDADE E PERTENCIMENTO:** os conflitos fronteiriços entre Guiana e Venezuela e os nativos em Essequibo ..... 358

**JORNALISMO PRETO E A EMERGÊNCIA DE DISCURSOS ANTIRRACISTAS NAS MÍDIAS DIGITAIS** ..... 373

**VOZES DA FLORESTA:** análise retórica de relatos de mulheres Yanomami sobre a luta pela terra e pela vida..... 385

**ANÁLISE TEMPORAL DE USO DA TERRA NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS DO PLANO DIRETOR DA CIDADE DE SÃO LUÍS - MA** ..... 399

**LINGUAGEM, ESPAÇO E MEMÓRIA:** o ressignificar do Quilombo Rampa a partir da troca da colaboração intergeracional..... 409

**TERRITÓRIOS ÉTNICOS URBANOS:** dinâmicas e possibilidades modernas ..... 419

**TRAMAS BRASILEIRAS E RACIALIDADES:** uma análise do elenco negro da telenovela *Vai Na Fé* ..... 431

#### **Eixo 5 - Identidades, Resistência e Audiovisuais .....441**

**ASSASSINATOS LGBTQIAPN+ E A MÍDIA MARANHENSE:** uma perspectiva

foucaultiana.....	442
<b>IMAGENS, MEMÓRIA E DISCURSO: análise das construções discursivas a respeito do sujeito intérprete no filme <i>1492: A Conquista do Paraíso</i>.....</b>	<b>455</b>
<b>CÁLICE OU CALE-SE? A COMPOSIÇÃO DE CHICO BUARQUE EGILBERTO GIL COMO MATERIALIDADE DE RESISTÊNCIA/DENÚNCIA.....</b>	<b>464</b>
<b>ÒRÌ(ŞÀ): between there and here.....</b>	<b>473</b>
<b>Eixo 6 - Língua(gens), discursos e práticas sociais.....</b>	<b>485</b>
<b>A COMPETÊNCIA I DA REDAÇÃO ENEM COMO PRÁTICA DE NORMALIZAÇÃO DO SUJEITO .....</b>	<b>486</b>
<b>“A GENTE NEM CONTRATA MULHER QUE É PRA NÃO TER MACHISMO”:</b> análise textual-argumentativa do esquete Mercado Feminino, do Porta dos Fundos.....	497
<b>#CRIANÇANÃOÉMÃE:</b> argumentatividade e intertextualidade em postagens sobre o Projeto de Lei (PL) 1904/24, no Ecossistema X.....	507
<b>DA DIÁSPORA AFRICANA AO PROTAGONISMO FEMININO:</b> reflexões sobre a liderança das mulheres no território quilombola Ramal do Bacuri em Abaetetuba/PA.....	517
<b>DINÂMICAS DE DISCURSOS E PODER NA MÍDIA:</b> uma análise foucaultiana da integração da Inteligência Artificial no portal <i>GloboPlay</i> .....	529
<b>DISCURSO DAS MULHERES ERVEIRAS DO VER-O-PESO:</b> sexualidade, tabu linguístico e vontades de verdade.....	543
<b>EFEITOS DE SENTIDOS DO NOME FAVELA NO DIZER DE UM CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DO BRASIL.....</b>	<b>554</b>
<b>PROJETO DE SILENCIAMENTO E MARGINALIZAÇÃO NO AMBIENTE ACADÊMICO:</b> as implicações da colonialidade em relação ao racismo para os estudantes negros do ensino superior no Brasil.....	564
<b>QUE CORPO É ESSE, BRUNET? - UMA ANÁLISE DO DIÁLOGO DE RODRIGUINHO E NIZAM NO <i>BIG BROTHER BRASIL 24</i>.....</b>	<b>578</b>

**Eixo 7 - Sociedade, Patrimônio e Cultura** .....586

**A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO MARANHENSE:** desafios e perspectivas para a gestão dos bens culturais de natureza material e imaterial ..... 587

**CARNAVAL DE RUA DE SÃO LUÍS, MARANHÃO:** transformação e resiliência, a resistência das turmas de samba..... 603

**CATALOGAÇÃO DO ACERVO COLETADO NO INVENTÁRIO DE VARREDURA E CONHECIMENTO DOS BENS HISTÓRICOS E CULTURAIS DA BAIXADA MARANHENSE E REENTRÂNCIAS MARANHENSES** ..... 613

**GAMEZÔNIA:** perspectivas teóricas sobre o potencial pedagógico e decolonial dos jogos digitais na Amazônia ..... 623

**LAS FERIAS DE LA ECONOMÍA SOCIAL DESDE UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO:** sustentabilidad, cooperación y conformación de redes ..... 633

**MUSEU, GESTÃO E TECNOLOGIA:** um olhar sobre as práticas museais contemporâneas ..... 640

**OS DOMÍNIOS OITOCENTISTAS:** o percurso histórico do casarão nº 82 da Rua da Estrela até a concepção do Museu da Gastronomia Maranhense ..... 657

**PATRIMÔNIO CULTURAL EM MUSEUS:** novas tecnologias e práticas inovadoras no turismo cultural ..... 668

**PATRIMÔNIO OU DESAPROPRIAÇÃO? O DILEMA DOS POVOS INDÍGENAS FRENTE AO RECONHECIMENTO TERRITORIAL**..... 678

**SABERES LOCAIS E MULHERES AMAZÔNIDAS:** perspectivas e contribuições sustentáveis ..... 691

**TURISMO DE EXPERIÊNCIA EM RAPOSA - MA:** estratégias para a criação e formatação de produtos e serviços turísticos autênticos ..... 702

**Eixo 8 - Identidades, subjetividades e memória** .....709

**A LINGUAGEM RIBEIRINHA COMO IDENTIDADE DAS COMUNIDADES CAMPESINAS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA** ..... 710

**DA MUNDIVIVÊNCIA DO POVO UIGENSE SOBRE O NASCIMENTO E CRIAÇÃO DE GÊMEOS**..... 720

**JUSTIÇA CLIMÁTICA, REPRESENTATIVIDADE E TERRITÓRIO:** reflexões possíveis na comunidade quilombola Ramal do Bacuri, Abaetetuba-PA ..... 728

**MEMÓRIA E BIBLIOTECAS:** a biblioteca do Iphan/MA na preservação patrimonial e memorial no estado do Maranhão..... 740

**MULHERES QUE LUTAM POR HABITAÇÃO EM SÃO LUÍS:** uma análise do sujeito em discursos jornalísticos ..... 752

**MEMES DO “THIS IS (ABSOLUTE) CINEMA”:** regularidades discursivas na heterotopia da web..... 764

**POÉTICAS E TRADIÇÕES DO BARRO:** relações entre identidade e território a partir das cerâmicas pré-coloniais de estearias maranhenses ..... 775

**Sessão Livre**.....784

**O FUTURO DO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM UM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA:** análise das perspectivas futuras para o setor considerando tendências mundiais de descarbonização, necessidade de diversificação das fontes de energia na Amazônia e soberania energética brasileira ..... 785

# Eixo 1

## Formação e Saberes Docentes



# **METODOLOGIAS ATIVAS COMO FERRAMENTA PARA MINIMIZAR A IMPERCEPÇÃO BOTÂNICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma revisão de literatura**

**Hynder Lima de Souza**

Universidade Federal do Maranhão

**Conceição de Maria Belfort de Carvalho**

Universidade Federal do Maranhão

## **RESUMO**

O processo de ensino aprendizagem se caracteriza pelo compartilhamento de informações entre educandos e professores e com o passar do tempo percebe-se que cada vez mais é desafiador essas trocas de conhecimentos em sala de aula. Esses desafios e problemáticas estão associados a diversos fatores como por exemplo as metodologias tradicionais de ensino que não conseguem suprir sozinhas as necessidades de aprendizagem, sendo necessário incluir metodologias inovadoras como ferramentas para troca de informações. Sendo assim, faz-se necessário recorrer a métodos que coloquem o estudante como protagonista do seu processo de aprendizagem utilizando por exemplo as metodologias ativas que oferecem diversas atividades que podem ser eficazes em sala de aula. Dentro desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo fazer o levantamento de bibliografias que utilizaram as metodologias ativas para trabalhar conteúdos botânicos em sala de aula e trazer reflexões acerca das contribuições das mesmas para minimizar a impercepção botânica. O estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa com abordagem exploratória, que busca analisar e sintetizar as principais descobertas e perspectivas da literatura existente sobre o uso de metodologias ativas aplicadas dentro de sala de aula para minimizar a “Impercepção Botânica”. O principal critério para seleção dos artigos foi apresentar os termos metodologias ativas e impercepção botânica. Foram encontrados 50 trabalhos onde priorizei analisar apenas os artigos publicados em revistas científicas diminuindo assim para 12 artigos. Foi possível perceber que o uso de metodologias ativas podem ser alternativas pedagógicas que podem contribuir com várias problemáticas e desafios encontrados no contexto do ensino de botânica.

**Palavras-chave:** Metodologias ativas; Impercepção botânica; Ensino de botânica.

## **1 INTRODUÇÃO**

O processo de ensino aprendizagem se caracteriza pelo compartilhamento de informações entre educandos e professores e com o passar do tempo percebe-se que cada vez mais é desafiador essas trocas de conhecimentos em sala de aula (Santos et al., 2020). Esses desafios e problemáticas estão associados a diversos fatores como por exemplo as metodologias tradicionais de ensino que não conseguem suprir sozinhas as necessidades de aprendizagem, sendo necessário incluir metodologias inovadoras como ferramentas para troca de informações (Silva, 2008).

Nesse sentido, tais metodologias podem contribuir para abordar conteúdos botânicos uma vez que estes apresentam diversas problemáticas por serem considerados enfadonhos, desestimulantes e caracterizando-se por uma abordagem pouco significativa exigindo memorização de nomenclaturas morfológicas de difícil compreensão tornando-se complexo tanto para professores quanto para alunos, e colaborando para o fortalecimento de um

fenômeno conhecido como impercepção botânica (Wandersee; Shussler, 2001; Silva; Moraes, 2011).

Como consequência, a humanidade não consegue perceber a importância das plantas na biosfera, tão pouco apreciar aspectos estéticos e biológicos exclusivos desses seres vivos, além de considerarem as plantas como seres inferiores aos animais. Todas essas questões comprometem a formação de cidadãos comprometidos com um futuro ecologicamente equilibrado e sustentável (Wandersee; Schussler, 1999; Del-corso, Trivelato, 2019).

O desinteresse pelos vegetais está relacionado a duas possíveis causas: biológica e cultural. A primeira (biológica) está relacionada à capacidade do nosso cérebro captar com mais facilidade os movimentos, contribuindo para que desprezemos as plantas que ficam fixas no solo e apreciemos os animais. A segunda (cultural) está relacionada à urbanização, onde a maioria das pessoas adquirem seus alimentos de origem vegetal em prateleiras de supermercados contribuindo para falta de percepção das plantas no seu cotidiano (Salatino; Buckeridge, 2016)

Dentro desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo fazer o levantamento de bibliografias que utilizaram as metodologias ativas para trabalhar conteúdos botânicos em sala de aula e trazer reflexões acerca das contribuições das mesmas para minimizar a impercepção botânica.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Metodologias ativas: um breve histórico**

As metodologias ativas são abordagens pedagógicas que priorizam uma aprendizagem em que os estudantes estão no centro do processo de aprendizagem, estimulando sua participação ativa na construção do conhecimento. Se caracteriza por ser uma abordagem que se opõem aos métodos tradicionais onde o educando tem uma posição passiva e o professor é visto como único detentor do conhecimento (Moran 2015).

Ao longo do tempo, essas abordagens foram sendo desenvolvidas e adotadas tanto no mundo quanto no Brasil. Pode-se citar Jean-Jacques Rousseau do século XIX como a obra conhecida como Emilio, considerado o primeiro tratado sobre filosofia da educação no mundo ocidental no qual defendia uma educação centrada no aluno e em suas experiências. Outro estudioso chamado Johann Heinrich Pestalozzi também já falava de uma educação na experimentação e na prática (Abreu, 2009).

No século XX com a consolidação de ideias progressistas podemos citar autores como John Dewey um dos principais expoentes da educação progressista defendia que o aluno aprendia como mais eficiência ao fazer, ou seja, por meio da experiência. Para Maria Montessori, a educação deve permitir a liberdade para explorar e interagir com materiais específicos em um ambiente adequado. E para o educador e filósofo Paulo Freire, acreditava

que o educando é um indivíduo ativo e co-responsável pelo seu processo de aprendizagem, além de defender uma educação crítica-reflexiva (Fernandes; Oliveira; Costa, 2020)

Já no final do século XX e início do XXI surgiram várias abordagens que se caracterizam como metodologias que colocam o educando como protagonista, onde podemos citar aprendizagem baseada em problemas que coloca os estudantes em contato com problemas reais, aprendizagem por projetos que estimula o trabalho em grupo para resolução de problemas e o desenvolvimento de produtos, a sala de aula invertida em o aluno acessa o conteúdo de forma antecipada facilitando o aprendizado em sala de aula, e a gamificação que utiliza jogos para abordar conteúdos promovendo o engajamento de forma lúdica e participativa (Campos; Shiroma, 1999; Gadotti, 2009; Costa, 2020).

## 2.1 O ensino de botânica: perspectivas e desafios

O ensino de botânica é uma subárea do ensino de ciências com muitas complexidades, pois abrange variedades de temas, conceitos e terminologias difíceis de serem explanadas. Tradicionalmente, foca-se na classificação e descrição de plantas, havendo uma necessidade de fazer uma abordagem mais abrangente, relacionando a conteúdos envolvendo ecologia, genética e até aspectos culturais e econômicos das plantas (Neves, 2019).

Pesquisas apontam que o ensino de botânica ainda utiliza conteúdos de memorização, enfatizando a necessidade de novas abordagens que promovam a interação dos educandos com os elementos naturais desde a educação básica (Reis; Soares, 2020). Tais abordagens e estratégias didáticas devem levar em consideração o contexto em que os estudantes estão inseridos, despertando o interesse e minimizando as dificuldades de aprendizagem por parte dos mesmos (Ursi; Barbosa; Sano; Berchez, 2018).

A abordagem tradicional de ensino também é apontada como um fator limitador para o aprendizado desses conteúdos, onde prioriza-se a memorização e reprodução de conceitos tornando-se muito teórico e desestimulante. Soma-se também a falta de atividades práticas e a carência de tecnologias nas escolas (Silva, 2013; Macedo et al., 2012; Macedo; Ursi, 2016; Kinoshita, et al., 2016).

Existem também outros desafios a serem enfrentados como o “zoochauvinismo” em que os conteúdos botânicos são negligenciados em detrimento dos conteúdos de zoologia por serem considerados mais atrativos (Balas; Momsen, 2014). Essa desvalorização do ensino de botânica além do mais está associada a fatores biológicos e culturais, ao processo de urbanização, além da pouca atenção que as plantas recebem dos meios de comunicação (Hershey, 2002; Salatino; Buckeridge, 2016; Wandersee; Schussler, 1999; 2002).

As dificuldades relacionadas ao ensino de botânica pode ser um fator determinante para que as pessoas tenham dificuldade em valorizar e perceber as plantas no seu dia-a-dia. Segundo Wandersee e Schussler (2001) essa dificuldade cognitivo-visual que os seres humanos possuem em notar as plantas é denominado de “cegueira botânica”. Vale destacar que o termo “cegueira botânica” entrou em desuso por ser considerado capacitista

e inconveniente sendo sugerido por Ursi e Salatino (2022) a terminologia “impercepção botânica” que se caracteriza pela inexistência de percepção ou limitação para perceber as plantas nos mais variados contextos.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa com abordagem exploratória, que busca analisar e sintetizar as principais descobertas e perspectivas da literatura existente sobre o uso de metodologias ativas aplicadas dentro de sala de aula para minimizar a “Impercepção Botânica”.

A revisão bibliográfica é elaborada com base em material já publicado conforme relata Gil (2023):

Tradicionalmente, essa modalidade de pesquisa inclui ampla variedade de material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação das novas tecnologias de comunicação e informação, passaram a incluir materiais em outros formatos, como discos, fitas magnéticas, microfilmes, CDs, bem como o material disponibilizado na internet (Gil, 2023, p. 29).

Foram selecionados apenas artigos publicados na base de dados Google Acadêmico tomando como base todos os trabalhos que dissertassem sobre a temática. Não foram preestabelecidos um número de publicações a serem incluídas, mas a seleção se baseou na relevância e pertinência das fontes para os objetivos específicos da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de Agosto e Setembro de 2024 na base de dados do Google Acadêmico. Utilizou-se as palavras chaves “Ensino de Botânica”, “Cegueira Botânica”, “Impercepção Botânica” e “Metodologias Ativas” com o intuito de garantir a abrangência e atualização das informações da literatura encontrada.

### 4 RESULTADOS

Em pesquisa realizada no Google Acadêmico, utilizando como termos principais “metodologias ativas”, “ensino de botânica”, “educação básica” e “impercepção botânica” aplicando o filtro de data (2018 a 2024) e o filtro de idiomas, selecionando publicações disponíveis apenas na língua portuguesa.

O principal critério para seleção dos artigos foi apresentar os termos metodologias ativas e impercepção botânica. Foram encontrados 50 trabalhos onde priorizei analisar apenas os artigos publicados em revistas científicas diminuindo assim para 12 artigos (Tabela 1) para leitura completa e confirmação do adequado enquadramento do estudo. Logo abaixo exposição dos artigos organizados em tabela com seus respectivos objetivos, conclusões e autorias.

**Tabela 1** - Artigos publicados em revistas que foram selecionados durante a pesquisa no período de 2018 a 2024 abordando sobre o uso das metodologias ativas no ensino de botânica.

Artigo	Objetivo	Conclusões	Autores
Ensinando botânica por meio da confecção de sabonetes de plantas medicinais.	Confeccionar sabonetes utilizando essências de plantas medicinais da Região Amazônica associando assim com o conhecimento em Botânica.	Alunos compreenderam de forma contextualizada a importância das plantas medicinais e sua relação com o ensino de Botânica passando a identificar que os vegetais fazem parte da vida cotidiana apresentando assim importância na área da pesquisa científica.	(Bezerra et al., 2018)
Modelos didáticos como estratégia investigativa e colaborativa para o ensino de Botânica.	Despertar em alunos de escolas públicas vocações científicas e tecnológicas, além de incentivar talentos potenciais na busca de recursos humanos de interesse para o desenvolvimento científico e tecnológico do estado do Espírito Santo.	Mostrou-se uma importante estratégia integradora, capaz de despertar nos colegas em sala de aula o interesse e o engajamento pelo assunto, tornando a aula mais interessante, assim, facilitando a assimilação de conceitos relacionados à botânica.	(Corte; Saraiva; Perin, 2018)
Inventário das árvores dos espaços escolares e seu entorno: uma proposta no ensino de Ciências.	Envolver, de forma interativa e colaborativa, os alunos do 7º ano nas etapas do inventário das árvores da escola e seu entorno e, na caracterização de cada uma delas. O trabalho partiu da identificação visual e da coleta de amostras das espécies de árvores. Após, foram realizadas pesquisas bibliográficas em sites especializados e em livros físicos.	A realização da proposta de ensino permitiu observar a interação, colaboração, engajamento, entusiasmo e o crescente interesse dos alunos pela Botânica e também foram observadas novas posturas dos alunos frente ao meio ambiente.	(Bastiani; Gonzatti, 2020)
Ensino de Biologia: resgate cultural do etnoconhecimento associado ao uso de plantas medicinais.	Realizar um levantamento dos conhecimentos culturais sobre as plantas medicinais com estudantes do ensino médio de uma escola pública, verificando se o etnoconhecimento pode promover uma aprendizagem significativa.	A partir das informações obtidas é possível trabalhar vários conteúdos no ensino de Botânica, além de proporcionar troca de informações e o fortalecimento dos laços dos saberes culturais.	(Nascimento; Cardoso; Silva; Macêdo, 2020)

Do jardim à sala de aula: Metodologias para o ensino de Botânica na escola.	Analisar e discutir a inclusão de uma metodologia ativa em sala de aula, utilizando o processo de coleta, herborização e confecção de exsicatas adaptadas, a fim de proporcionar a compreensão de conceitos de morfologia vegetal em uma escola pública de Fortaleza.	mostrou-se uma estratégia exitosa para a compreensão da morfologia vegetal no Ensino Médio. Os desafios enfrentados pelos professores para o ensino de Botânica na escola incluem, principalmente, o enfrentamento do fenômeno da cegueira botânica, além do desinteresse dos professores e alunos.	(Rebouças; Ribeiro; Loiola, 2021)
Plantas medicinais como estratégia educacional: percepções de professores e alunos do ensino médio.	Objetivo de discutir a inserção da etnobotânica de plantas medicinais como estratégia educacional no Ensino Médio.	Os professores destacam que o uso de metodologias ativas é desafiador, pois demanda maior investimento de tempo e recurso. O conjunto das percepções acerca do aproveitamento das plantas medicinais no ensino de Biologia, por um lado, expressa o potencial facilitador do ensino dos conteúdos curriculares construindo inclusive para a superação da negligência botânica, e por outro lado, promove a contextualização e o letramento científico.	(Silva; Cruz; Silveira, 2021)
Ensino de Botânica: possibilidades para o professor na Educação Básica.	Analisar a construção de um manual de atividades didáticas voltadas para o ensino de Botânica, com o intuito de auxiliar professores de Ciências e Biologia na execução de atividades lúdicas com materiais acessíveis em sala de aula.	Conclui-se que o manual se apresenta como uma ferramenta relevante de apoio ao professor, contribuindo e auxiliando nas aulas de Botânica, ajudando os estudantes a assimilar melhor o conteúdo que é ensinado em sala.	(Cattem; Silva; Aoyama, 2022)
Botânica na escola: uma experiência no ensino fundamental em uma escola pública de Picuí-PB.	Descrever as atividades e experiências proporcionadas por um projeto em uma escola pública de ensino fundamental da zona rural do município de Picuí-PB.	As atividades propostas contribuíram para a mitigação da impercepção botânica.	(Alves; Laurentino; Silva, 2023)

<p>As coleções botânicas como material didático para o processo de ensino-aprendizagem no ensino médio.</p>	<p>Estimular o interesse de alunos em relação à criação de técnicas de coleções botânicas.</p>	<p>A construção das coleções botânicas, os estudantes se aproximaram dos assuntos que envolvem essa Ciência por meio de material construído em sala de aula, demonstrando aos mesmos que é possível ensinar e aprender de maneira didática e dinâmica os assuntos teorizados e considerados engessados.</p>	<p>(Alves; Lima, 2023)</p>
<p>A etnobotânica: metodologia para promover o ensino de ciências.</p>	<p>Compreender como os saberes tradicionais da Etnobotânica podem potencializar o ensino e aprendizagem de Ciências e Biologia, a partir de uma revisão de literatura integrativa, a qual se fundamenta em estudos publicados sobre a contribuição da Etnobotânica.</p>	<p>Conclui-se que a Etnobotânica enriquece o currículo escolar, promovendo inclusão social e conservação ambiental, além de desenvolver habilidades científicas e preparar os alunos para desafios do mundo real.</p>	<p>(Santos; Viana, 2024)</p>
<p>O tema café como ferramenta de metodologia ativa de ensino multidisciplinar aplicado ao nível fundamental.</p>	<p>Implementar o estudo multidisciplinar aos estudantes do 9º ano de um Colégio Militar na cidade de Caldas Novas utilizando como temática o café.</p>	<p>A metodologia utilizada foi eficiente, pois observou-se uma melhora significativa na compreensão e interesse dos alunos com essa estratégia complementar de ensino ativa como o tema café.</p>	<p>(Silva et al., 2014)</p>
<p>Cegueira botânica” no ensino: uma revisão bibliográfica das descobertas e perspectivas.</p>	<p>Por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa e exploratória, foca nas metodologias de ensino que promovem maior interação e conscientização sobre o papel das plantas.</p>	<p>Superar a cegueira botânica requer uma mudança paradigmática na educação botânica, propondo a inclusão de métodos dinâmicos que reflitam a importância das plantas e seu papel insubstituível. A educação deve, portanto, não apenas informar, mas também inspirar os alunos a valorizar e defender a preservação das plantas, promovendo um futuro mais consciente e sustentável.</p>	<p>(Fantin et al., 2024)</p>

## 5 PARECER CONCLUSIVO

Foi possível perceber que o uso de metodologias ativas podem ser alternativas pedagógicas que podem contribuir com as várias problemáticas e desafios encontrados no contexto do ensino de botânica. Os artigos selecionados demonstram de forma positiva que a aplicação de novas abordagens metodológicas podem colaborar para que os conteúdos botânicos sejam assimilados de forma mais dinâmica e contextualizada.

Cabe destacar que a aplicação de metodologias inovadoras requer tempo de planejamento e investimento de recurso por parte do sistema educacional, limitando os docentes a optarem apenas pelos métodos tradicionais de ensino. Apesar de todos os desafios que permeiam o uso das novas metodologias fica evidente que as mesmas podem ser um caminho para superar os desafios existentes no contexto do ensino de botânicos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L. C. LIMA, R. A. As coleções botânicas como material didático para o processo de ensino-aprendizagem no ensino médio. **Revista Valore**, v. 8, p. 1-11, 2023.

ALVES R. T. L.; LAURENTINO, E. S. S.; SILVA, A. M. Botânica na escola: uma experiência no ensino fundamental em uma escola pública de Picuí-PB. **Ensino em Perspectivas**, v. 4, n. 1, p. 1-13, 2023.

BALAS, B.; MOMSEN, J. L. Attention “Blinks” Differently for Plants and Animals. *CBE — Life. Sciences Education*, v.13, p.437-43, 2014.

BASTIANI, R.; GONZATTI, F. Inventário das árvores dos espaços escolares e seu entorno: uma proposta no ensino de Ciências. **Scientia cum Industria**, v. 8, n. 3, p. 22-26, 2020.

BEZERRA. A.; RODRIGUES, D. V.; CAVALCANTE, F. S.; NOGUEIRA, P. G.; LIMA, R. A. Ensinando botânica por meio da confecção de sabonetes de plantas medicinais. **Educa**, v. 5, n. 11, p. 01-12, 2018.

CAMPOS, F. R., SHIROMA, E. O. O resgate da Escola Nova pelas reformas educacionais contemporâneas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v. 80, n. 196, p. 483-493, set/ dez. 1999.

CATTEM, N. P.; SILVA, V. T.; AOYAMA, E. M. Ensino de Botânica: possibilidades para o professor na Educação Básica. **Kiri-kerê**, dossiê temático, n. 13, 2022.

CORTE, V. B.; SARAIVA, F. G.; PERIN, I. T. A. L. Modelos didáticos como estratégia investigativa e colaborativa para o ensino de Botânica. **Pedagógica**, v. 20, n. 44, p. 172-196, 2018.

FANTIN, M. M. D.; VIANA, R. H. O; PEREIRA, C. M. R. B.; PINTO, M. D. S; CARLOTO, D. R.; JUNIOR, A. W. S.; SOARES, M. P. Cegueira botânica no ensino: uma revisão bibliográfica das descobertas e perspectivas. **Caderno Pedagógico**, v. 12, n. 5, p. 1-21, 2024.

FERNANDES, A. H.; OLIVEIRA, F. R.; COSTA, M. L. F. As metodologias ativas diante

do ensino remoto: histórico e considerações teóricas para os anos iniciais do ensino fundamental. **TICs e EaD em Foco**, São Luís, v. 6, n. 2, p. 52-62, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7ª edição. Barueri: Atlas, 2023

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. 8a ed. São Paulo: Ática; 2009.

HERSHEY, D. R. A Historical Perspective on Problems in Botany Teaching. **The American Biology Teacher**, v.58, n.6, p.340-7, 1996.

KINOSHITA, L. S. et al. **A Botânica no Ensino Básico**: relatos de uma experiência transformadora. São Carlos: RiMa, 2006.

MACEDO, M. *et al.* Concepções de professores de Biologia do Ensino Médio sobre o ensino-aprendizagem de Botânica. In: ANAIS DO IV EIBIEC. 2012, p.387-401.

MACEDO, M.; URSI, S. Botânica na Escola: uma proposta para o ensino de histologia vegetal. **Revista da SBEnBio**, v.9, p.2723-33, 2016.

NASCIMENTO, A. S.; CARDOSO, J. V. M.; SANTOS, F. W. R.; SILVA, I. S.; MACEDO, J. R. A. Ensino de Biologia: resgate cultural do etnoconhecimento associado ao uso de plantas medicinais. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 05, p. 31084-31096, 2020.

NEVES, A.; BÜNDCHEN, M.; LISBOA, C. P. Cegueira Botânica: é possível superá-la a partir da Educação? **Ciência e Educação**, Bauru, v. 25, n. 3, p. 745-762, 2019.

REBOUÇAS, N. C. RIBEIRO, R. T. M. LOIOLA, M. I. B. Do jardim à sala de aula: Metodologias para o ensino de Botânica na escola. **RenCIMA**, v. 12, n. 1, p. 1-23, 2021

SALATINO, A. BUCKERIDGE, M. “Mas de que te serve saber botânica?”. **Estudos Avançados**, v.30, n.87, p.177-96, 2016.

SANTOS, P. S. R.; VIANA, R. H. O. A etnobotânica: metodologia para promover o ensino de ciências. **Perspectivas em diálogos**, v. 11, n. 17, p. 522-535, 2024.

SILVA, J. R. S. **Concepções dos professores de botânica sobre ensino e formação de professores**. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

SILVA, P. H. F.; CRUZ, M. V. T.; SILVEIRA, A. P. Plantas medicinais como estratégia educacional: percepções de professores e alunos do ensino médio. **Actio Docência em Ciências**, v. 6, n. 3, p. 1-17, 2021.

URSI, S.; BARBOSA, P. P; SANO, P. T.; BERCHEZ, F. A. S. Ensino de Botânica conhecimento e encantamento na educação científica. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 94, p. 05-24, 2018.

URSI, S; SALATINO, A. É tempo de superar termos capacitistas no ensino de biologia: “impercepção botânica” como alternativa para “cegueira botânica”. **Bol. Bot. Univ.São Paulo**, São Paulo, v. 39, p.1-4, 2022.

VICKERY, A. (org.). **Aprendizagem ativa nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Tradução de Henrique de Oliveira Guerra. Porto Alegre: Penso, 2016.

WANDERSEE, J. H.; SCHUSSLER, E. E. Preventing plant blindness. **The American Biology Teacher**, v.61, p.84-6, 1999.

WANDERSEE, J. H.; SCHUSSLER, E. E. Toward a theory of plant blindness. **Plant Science Bulletin**, v.47, p.2-9, 2002.

## O LETRAMENTO DIGITAL NA BNCC E O COMBATE À DESINFORMAÇÃO

**João da Silva Araújo Júnior<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Carlos Maycon Almeida Santos<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Gustavo Nascimento Barbosa<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender de que forma o letramento digital no âmbito do ensino de língua portuguesa pode contribuir para o combate à desinformação no contexto das plataformas de mídias sociais. Para tal, partimos da seguinte questão: De que maneira o letramento digital no ensino de língua portuguesa pode colaborar no enfrentamento da desinformação nas plataformas de mídias sociais? Nesse sentido, realizou-se uma análise exploratório-descritiva das competências e habilidades para observar o tratamento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao letramento digital e a desinformação. A pesquisa se baseia nas discussões feitas por Santaella (2020, 2023) e Silva e Cendón (2022) sobre a desinformação que consiste na disseminação intencional de informações falsas, com o objetivo final de enganar; em Soares (2017) e Ribeiro (2019) acerca do conceito de letramento digital, entendido como a mobilização de práticas de linguagem no universo digital. Como conclusão, o estudo mostrou que o letramento digital pode ser um aliado no processo de combate à desinformação.

**Palavras-chave:** Letramento Digital; Desinformação; Ensino de Língua Portuguesa.

### 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), associado ao surgimento da internet alterou a organização dos sistemas políticos, sociais, educacionais, econômicos e culturais (Pereira, 2022). Em vista disso, esse desenvolvimento modificou a maneira como lemos, interpretamos, escrevemos e interagimos (Menezes; Araújo Júnior e Santos, 2023).

No contexto contemporâneo, a internet e as TDIC remodelaram os processos comunicativos, uma vez que a informação, a comunicação e a interação também se desenvolvem no ambiente virtual. Dessa forma, enquanto no passado os sujeitos liam apenas

1 Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras/PGLETRAS, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras) da Universidade Federal do Maranhão. Graduado em Letras pela Universidade Federal do Maranhão.

3 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras) da Universidade Federal do Maranhão. Graduado em Letras pela Universidade Federal do Maranhão.

informações impressas em papel, atualmente essas informações também estão disponíveis nas telas do computador, do celular, do *tablet*, entre outras.

Nesse cenário, emerge a discussão sobre letramento digital, uma vez que as novas tecnologias digitais demandam que seus usuários adquiram diversas habilidades. A leitura e a escrita no ambiente virtual apresentam características próprias, como a presença simultânea de imagens, sons, movimentos, letras e cores em uma mesma página da *web* (Ribeiro; Freitas, 20011).

É nesse contexto que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância de dar atenção a essas habilidades durante o ensino (Brasil, 2018). De acordo com Ferreira Araújo (2020), é necessário concentrar-se nessas práticas de letramento digital durante as aulas, visto que estas são de grande relevância no combate à desinformação.

Entende-se por desinformação as estratégias coordenadas e muitas vezes deliberadas para disseminar informações falsas, enganosas ou manipuladas com o objetivo de influenciar a opinião pública, distorcer percepções e, em alguns casos, alcançar objetivos políticos, sociais ou econômicos (Silva; Cendón, 2022).

Em vista disso, a BNCC também tratou da questão da desinformação nas mídias sociais, evidenciando o reconhecimento da importância desse fenômeno no atual cenário da comunicação. Assim, entende-se que os estudantes precisam desenvolver uma visão crítica e ética das TDICs e de seus usos, a fim de serem capazes de selecionar, filtrar, compreender e produzir significados no contexto das mídias sociais digitais (Menezes; Araújo Júnior e Santos, 2023).

Nessa perspectiva, o presente estudo visa compreender de que forma o letramento digital no âmbito do ensino de língua portuguesa pode contribuir para o combate à desinformação no contexto das plataformas de mídias sociais. No que se refere ao percurso metodológico, realizou-se uma análise exploratório-descritiva das competências e habilidades específicas do componente de Língua Portuguesa que tratem sobre o uso das TDICs, bem como da desinformação.

Para tanto, este artigo foi estruturado a partir dos seguintes itens: “Letramento digital: controvérsias em torno do conceito”, “Letramento digital na BNCC”, “Desinformação no contexto das plataformas de mídias sociais”, “Letramento digital e combate à desinformação: os fios da BNCC”. O primeiro item aborda o conceito do termo letramento digital com base nas diversas concepções discutidas por vários pesquisadores. O segundo item explora a integração desse fenômeno na BNCC. O terceiro discorre sobre o fenômeno da desinformação no âmbito das mídias sociais. Por fim, o quarto se debruça sobre como o letramento digital pode auxiliar no combate à desinformação.

## **2 LETRAMENTO DIGITAL: controvérsias em torno do conceito**

Ao discutir sobre letramento e alfabetização, Soares (2003) afirma que o conceito de letramento é frequentemente envolvido em diversas controvérsias, visto que está relacionado

ao de alfabetização. Nesse sentido, diversos estudiosos debatem a distinção entre os dois termos, uma vez que essas discussões também servem para refletir sobre as possibilidades de uma aprendizagem significativa por parte dos sujeitos. Soares (2017) explica que o letramento é posterior à alfabetização, pois percebe que:

Seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização (Soares, 2017, p. 198).

Sabe-se que o letramento vai além das práticas de decodificação das palavras, do uso técnico da escrita e da leitura. O letramento ocorre como consequência da alfabetização, pois a finalidade de uso está inserida dentro das práticas sociais nas quais o indivíduo está envolvido. Como afirma Soares (2001, p. 47) alfabetização é “[..] a ação de ensinar a ler e escrever” e letramento é “[...] o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce práticas sociais que usam a escrita”.

Desse modo, as práticas de letramento hoje são diversas. Com o advento da internet, as pessoas estão imersas no uso de ferramentas digitais, o que lhes permite acessar uma ampla gama de interações e informações. Nesse cenário, as discussões em torno do termo letramento se expandem para o espaço digital à medida que os sujeitos dominam os dispositivos digitais em suas atividades cotidianas (Xavier, 2011).

Conforme Ribeiro e Coscarelli (2013, p. 1), letramento digital “diz respeito às práticas sociais de leitura e produção de textos em ambientes digitais, isto é, ao uso de textos em ambientes propiciados pelo computador ou por dispositivos móveis, tais como celulares e tablets, em plataformas como e-mails, redes sociais na web, entre outras”.

Segundo Azevedo *et al.* (2018), letramento digital é entendido como toda a habilidade adquirida pelo usuário digital para usar a linguagem, incluindo a leitura e a escrita no ambiente digital. Na mesma linha de raciocínio, é visto por Buzato (2016) como uma habilidade permeada pelo âmbito social que o indivíduo/usuário adquire ao codificar e decodificar determinadas práticas virtuais. Assim, para o autor, essas práticas permitem uma interação constante entre máquina e ser humano.

No entanto, essas concepções de letramento digital têm sido questionadas ao longo dos anos. Em concordância com Ribeiro (2009), se o conceito de letramento já é problemático, o de letramento digital também o é, uma vez que o adjetivo “digital” transforma e restringe seu sentido.

Em seu artigo “Letramento digital: problematizando o conceito”, Paiva (2021) se mostra “contrária” ao uso de qualificadores para o termo letramento, argumentando que este é suficientemente abrangente para incluir qualquer prática social de leitura e escrita, inclusive aquelas realizadas no âmbito digital.

Em contrapartida, neste cenário de problematização do termo, Ribeiro (2009) defende que é necessária a desagregação do letramento digital da noção ampla de letramento. A pesquisadora argumenta que isso se deve ao fato de:

Quanto mais amplo for nosso sistema de mídia, maiores serão nossas possibilidades de ler e escrever e atuar por meio da escrita. Se assim acontecer, então nosso espectro de domínios de uso, com funções as mais diversas e suportes diferentes, também se ampliará, o que aumenta as chances de precisarmos de um recorte (Ribeiro, 2009, p. 27).

Paiva (2021) apesar de acreditar que o termo letramento seria suficiente, reconhece que o termo letramento digital está consolidado. Além disso, a autora destaca que mais importante do que discutir a nomenclatura de um fenômeno é observar as mudanças na vida das pessoas com o uso da tecnologia.

Diante dos posicionamentos aqui expostos, divergentes quanto à necessidade ou não da adjetivação do termo letramento, alinhamo-nos ao entendimento de que as práticas de letramento em contexto digital apresentam particularidades no processo de produção de sentido. Ribeiro e Coscarelli (2013) afirmam que “é difícil estabelecer um parâmetro único para avaliar o letramento digital. Há inúmeras habilidades que deveriam ser, se não dominadas, pelo menos familiares aos letrados digitais, mas cada contexto pode demandar diferentes usos do computador”.

Nessa ótica, alinhamo-nos nas considerações de Ribeiro e Coscarelli (2013, p.1) para quem letramento digital “diz respeito às práticas sociais de leitura e produção de textos em ambientes digitais”. Nessa linha de pensamento, defendemos a necessidade de discutir o conceito de letramento digital no âmbito da Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC), embora não seja mencionado no documento, a noção do termo pode ser observada.

### 3 LETRAMENTO DIGITAL NA BNCC

Sob a perspectiva do ensino de língua portuguesa, a BNCC é um dos principais documentos normativos oficiais, que tem por objetivo definir e distribuir as competências e habilidades que todo aluno deve adquirir em seu processo de aprendizagem formal. No que se refere especificamente ao termo letramento digital, como já mencionado, o documento não o aborda explicitamente. No entanto, “ênfatisa no documento, de forma constante, a importância desse processo para a educação dos jovens estudantes” (Menezes; Araújo Júnior e Santos, 2023, p.71).

Preocupada com as novas tecnologias na educação e com a premissa de que os jovens estão cada vez mais engajados com a cultura digital, a BNCC busca contemplar diferentes linguagens e diferentes letramentos, desde aqueles basicamente lineares, com baixo nível de hipertextualidade, até aqueles que envolvem a hipermídia (Brasil, 2018, p. 70). O documento reconhece a importância dessas práticas para a integração das tecnologias digitais no processo educacional, pois entende que alunos devem:

Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, *produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos*” (Brasil, 2018, p. 66, grifo nosso)

Nesse sentido, considerando o uso crítico-reflexivo de que trata o documento, a BNCC promove, no âmbito do ensino fundamental, uma visão das práticas sociais de linguagem no ambiente digital. Para tanto, propõe para o ensino de língua portuguesa habilidades específicas relacionadas ao letramento digital com o fim de possibilitar a compreensão e avaliação da produção e circulação de diversos gêneros vinculados ao ambiente digital. As habilidades abaixo resumem esta proposição:

(EF89LP02)<sup>4</sup> Analisar diferentes práticas (curtir, compartilhar, comentar, curar etc.) e textos pertencentes a diferentes gêneros da cultura digital (meme, *gif*, comentário, charge digital etc.) envolvidos no trato com a informação e opinião, de forma a possibilitar uma presença mais crítica e ética nas redes.

EF89LP03) Analisar textos de opinião (artigos de opinião, editoriais, cartas de leitores, comentários, posts de blog e de redes sociais, charges, memes, *gifs* etc.) e posicionar-se de forma crítica e fundamentada, ética e respeitosa frente a fatos e opiniões relacionados a esses textos.

(EF08LP02) Justificar diferenças ou semelhanças no tratamento dado a uma mesma informação veiculada em textos diferentes, consultando sites e serviços de checadores de fatos. Justificar diferenças ou semelhanças no tratamento dado a uma mesma informação veiculada em textos diferentes, consultando sites e serviços de checadores de fatos. (Brasil, 2018, p. 177)

Conforme as informações acima, podemos inferir sobre a importância do papel ativo do aluno para lidar, no dia a dia, com as linguagens digitais, pois este papel contribui para o desenvolvimento da criticidade. Logo, as habilidades específicas mencionadas anteriormente promovem um debate sobre a eficácia dessas práticas para além do texto impresso.

No campo das discussões sobre letramento e letramento digital, a importância atribuída a este último ainda tem sido objeto de discussão por diversos estudiosos. Entretanto, o que a BNCC propõe sobre letramento digital, que é semelhante à prática de letramento, é:

Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 490).

No âmbito do ensino médio, as habilidades e competências são levadas em conta pelo grau de maturidade e consciência que já possuem os jovens, levando-os a refletir sobre o impacto de suas ações com o uso e o compartilhamento de informações em ambientes digitais. Dessa forma, segundo a BNCC, a área de Linguagens e suas Tecnologias almeja ampliar o caráter autônomo, protagonista e autoral dos alunos no âmbito das práticas de diferentes linguagens midiáticas.

Nesse sentido, a BNCC discute sobre a produção de sentido incluindo os gêneros midiáticos mais complexos como, por exemplo, a reportagem multimidiática, podcasts, documentário, meme, charge digital, *vlogs* científicos e de opinião, etc. Vejamos abaixo as

4 O primeiro par de letras indica a etapa de Ensino Fundamental. O primeiro par de números (89) indica que as habilidades descritas podem ser desenvolvidas em qualquer série do Ensino Fundamental, conforme definição dos currículos. A segunda sequência de letras indica a área (três letras) ou o componente curricular (duas letras): LGG = Linguagens e suas Tecnologias, LP = Língua Portuguesa. Os números finais indicam a competência específica à qual se relaciona a habilidade (1º número) e a sua numeração no conjunto de habilidades relativas a cada competência (dois últimos números).

principais habilidades específicas propostas pelo documento normativo para esses meios digitais no ensino médio:

(EM13LGG101) Compreender e analisar processos de produção e circulação de discursos, nas *diferentes linguagens*, para fazer escolhas fundamentadas em função de interesses pessoais e coletivos.

(EM13LGG102) Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes *mídias*, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade.

(EM13LGG704) Apropriar-se criticamente de processos de pesquisa e busca de informação, por meio de ferramentas e dos novos formatos de produção e distribuição do conhecimento na *cultura de rede*. (Brasil, 2018, p. 491- 497, grifo nosso)

Com base nas habilidades acima, compreendemos que o letramento, defendido anteriormente como práticas sociais de linguagem, abrange também o espaço digital. Considerando esta afirmação, A BNCC sugere que sejam levantados questionamentos, por exemplo, sobre os interesses e finalidades que permeiam as linguagens multimodais e digitais. Considerando esta ótica crítica de ensino, o aluno pode reconhecer a funcionalidade do texto no contexto digital, avaliando sua finalidade, veracidade, circulação, autoria e público-alvo. Sobre esta discussão, concordamos com Menezes, Araújo Júnior e Santos (2023) quando argumentam que a partir dessas propostas contidas na BNCC, os alunos podem ser capazes de lidar com as mídias sociais a fim de torná-los cidadãos digitais responsáveis e críticos.

Em suma, considerando o letramento digital como sinônimo de competência e criticidade, no ensino de língua portuguesa é válida a tentativa de trabalhá-lo desde que se leve em conta o planejamento adequado bem como a execução de tarefas diversas, dado que a relevância do alcance do letramento digital no ambiente escolar é de grande relevância para a avaliação das informações. Nesse sentido, e em concordância com a BNCC, defendemos que o letramento digital pode contribuir para o combate à desinformação, sendo necessário que a escola proponha práticas que abordam esse fenômeno.

#### 4 DESINFORMAÇÃO NO CONTEXTO DAS PLATAFORMAS DE MÍDIAS SOCIAIS

De acordo Ferrari e Boarini (2018), a falsidade da notícia não é um fenômeno novo, isto é, a criação de informação falsa, com o intuito de gerar conflito ou enganar, existe desde a antiguidade. Nessa mesma concepção, Santaella (2020) afirma que a *fake news* está longe de ser algo novo, visto que já existia na Grécia Antiga.

De fato, diversos estudiosos têm realizado um panorama histórico das notícias falsas, mostrando que elas sempre existiram, como evidenciado por Darnton (2017) em seu artigo *The true story of fake news* e por Malik (2018) em seu estudo *Fake news has a long history*. Contudo, atualmente, as notícias falsas alcançam um público muito maior.

[...] rumores e histórias falsas permeiam a humanidade desde que os indivíduos passaram a viver em grupos onde deter o poder era importante. Sendo assim, apesar de a expressão

“*fake news*” tenha se popularizado apenas recentemente, o seu conceito em si tem origem anterior até mesmo ao surgimento da imprensa (Almeida, 2018, p. 22).

Boarini e Ferrari (2020) declaram que o termo *fake news* começou a ser mais fortemente discutido após dois fenômenos ocorridos em 2016: a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos da América, seguida do Brexit, na União Europeia. Segundo Santaella (2020) são dois eventos nos quais ocorreu disseminação de diversas informações falsas.

No Brasil, o termo *fake news* adquiriu ampla popularidade em decorrência das eleições presidenciais de 2018. Em vista disso, a expressão *fake news* começou a ser questionada por diversos estudiosos, visto que há dois subtermos que a compõe: notícia e falso e, segundo Prado (2022, p.25), “a expressão *fake news* não pode ser traduzida ao pé da letra, porque se são *fakes* não são *news*”.

Dessa forma, torna-se necessário elucidar o questionamento: existe notícia falsa? (Freire, 2019). No Jornalismo não existe notícias falsas, visto que uma das normas é a apuração dos fatos antes da publicação. Em vista disso, diversos pesquisadores têm utilizado desinformação para se referir a essa modalidade de mentira (Tomás; Tomás, 2023).

Contudo, Santaella (2023) afirma que a noção de desinformação é polissêmica e vaga, o que torna ainda mais difícil combatê-la. Santaella (2020, p.29) utiliza a expressão notícias falsas e as define como: “notícias, estórias, boatos, fofocas ou rumores que são deliberadamente criados para ludibriar ou fornecer informações enganadoras. Elas visam influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou causar confusões em prol de interesses escusos”.

Entretanto, Prado (2022) considera “mensagem falsa” como a melhor denominação para “*fake news*”. Já Sousa Alves e Halfeld Maciel (2020) afirmam que o fenômeno das notícias falsas abrange mais do que apenas a falsidade da notícia, incluindo também formas simples e ingênuas de erros factuais ou equívocos não intencionais.

De acordo com Wardle (2017), o termo *fake news* não consegue abarcar a complexidade desses tipos de conteúdo, que são construídos e disseminados com a intenção de manipular e promover desinformação. Silva e Carvalho (2022, p. 1829) declaram que, devido à sua complexidade, a desinformação para ser entendida depende da compreensão de três elementos: “1) Os diferentes tipos de conteúdo que estão sendo criados e compartilhados”; “2) As motivações daqueles que criam esses conteúdos”; “3) As formas como esses conteúdos estão sendo disseminados”.

Em vista disso, devido à pluralidade terminológica existente no campo, neste trabalho, optou-se por empregar o termo desinformação. Conforme argumentado por Silva e Cendón (2022), a desinformação opera como um sistema complexo envolvendo uma rede intrincada de fatores que influenciam sua propagação e impacto. Friedrich (2023) afirma que a produção e disseminação de notícias falsas ganharam uma ampla difusão na internet, tornando a desinformação um fenômeno complexo que afeta várias esferas sociais.

Concordamos com Silva e Cendón (2022, p.22) quando afirmam que “desinformação (*disinformation*), que diversamente do que o prefixo latino *des* poderia fazer supor, não está

associada à falta ou ausência de informação, mas à sua distorção ou manipulação intencional com fins de produzir o engano”. Souza e Santaella (2021) declaram que, devido as redes sociais, o alcance da desinformação é muito maior e sua disseminação ocorre muito mais rápida, de tal modo que seus impactos podem ocorrer em poucos minutos.

Macedo, Oliveira e Lima (2021), expõem que a desinformação tem atraído a atenção de pesquisadores de diversas áreas nos últimos anos, especialmente devido à crescente influência das mídias sociais como fontes de informação. Isto é, essas plataformas agora desempenham um papel significativo como fontes alternativas de informação.

Mídias Sociais são definidas como um canal de descentralização e veiculação de informações. É a produção de conteúdo. As mídias sociais são veículos de comunicação com objetivo principal a produção, divulgação e compartilhamento de conteúdos. Permitem a interação de seu público (Neves; Borges, 2020, p. 11).

É possível observar a afirmação de Neves e Borges (2020) ao apontarem que as mídias sociais digitais possibilitaram que a desinformação se espalhe muito mais rapidamente. No passado, as pessoas costumavam receber suas notícias por meio de assinaturas de jornais impressos, revistas ou programas de televisão. Essas fontes tradicionais de mídia geralmente possuem processos de verificação de notícias, o que dificulta a propagação de notícias falsas.

Com as mídias sociais, também ocorre a utilização de algoritmos. Estes, de acordo com Bentes (2019), são uma sequência de regras ou instruções direcionadas para execução automatizada de uma tarefa. Os algoritmos são elementos fundamentais na elaboração de diversas técnicas que visam agir sobre o comportamento humano. À medida que um usuário interage mais na rede, mais informações são fornecidas, permitindo que o algoritmo conheça melhor seus interesses. Dessa forma, o usuário é mais propenso a passar mais tempo na rede, pois receberá mais conteúdo alinhado aos seus interesses (Menezes; Araújo Júnior e Santos, 2023).

Santana e Neves (2021) declaram que a performance do algoritmo ocorre de acordo com o comportamento dos usuários na rede. Dessa forma, o algoritmo pode personalizar o conjunto de informações ou conteúdos que são relevantes para os usuários, ao mesmo tempo em que dificulta ou torna inviável o acesso ao conjunto que é considerado irrelevante para eles, isto é, o algoritmo também aprende a retirar do *feed* do usuário publicações com posicionamento diferente do seu.

Segundo Pariser (2012), esse mecanismo de recomendação de conteúdos personalizados é denominado filtros-bolha. Ele exclui do campo de visão do usuário todas as informações que o algoritmo não considera relevantes para ele, promovendo, desse modo, um serviço de filtragem.

Menezes, Araújo Júnior e Santos (2023) denominam as bolhas como um resultado da filtragem algorítmica implementada pelas mídias sociais para atrair a atenção do usuário. Contudo, esses mecanismos resultam na capacidade dos algoritmos de determinar quais conteúdos serão apresentados no *feed* de cada usuário, restringindo, assim, o acesso

à informação. Portanto, os filtros bolhas podem gerar diversos impactos, uma vez que a disseminação da desinformação se baseia na lógica dos algoritmos.

## 5 LETRAMENTO DIGITAL E COMBATE À DESINFORMAÇÃO: os fios da BNCC

No ensino de língua portuguesa, a linguagem é abordada de diversas formas. A BNCC destaca algumas competências que o aluno deve adquirir ao longo de sua formação. Dentre elas, destacamos a competência na qual é necessário:

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e *digital* –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação (Brasil, 2018, p. 65, grifo nosso).

Com esta proposta, o documento entende que a linguagem se manifesta por diferentes meios. Portanto, o digital se insere nesse contexto, permitindo afirmar que, por meio dele, a comunicação se caracteriza pela necessidade de resolver situações que demandam posicionamentos dos alunos enquanto usuários de redes sociais.

Nesse sentido, a difusão de leitura nas mídias sociais digitais é maximizada. Barton e Lee (2015, p. 43) declaram que “o Google se tornou o maior corpus linguístico do mundo”, assim, a leitura no meio digital requer o desenvolvimento de algumas habilidades específicas. Ferreira de Araújo (2020) afirma que os textos nas mídias digitais exploram diversos aspectos, como a multimodalidade, a hipertextualidade e a interatividade.

As mídias digitais apresentam textos construídos com linguagem mista, isto é, com linguagem verbal e não verbal. É comum na comunicação digital que os textos explorem diversas fontes, imagens estáticas ou animadas, sons, músicas, vídeos, cores, ícones, emoticons, entre outros (Ferreira de Araújo, 2020).

Nesta realidade, é fundamental “interpretar, compreender e significar elementos verbais e não verbais característicos dos textos e mídias” (Zacharias, 2016, p. 17). A BNCC indica que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) estão sendo incorporadas em diferentes contextos de atuação e, por isso, essas práticas merecem atenção durante a etapa do Ensino Médio. Segundo Ferreira Araújo (2020), destaca-se a importância do foco nessas práticas durante as aulas, visto que podem ser importantes no combate à desinformação.

Além disso, ao listar as orientações para o ensino de Língua Portuguesa, a BNCCEM também descreve habilidades envolvidas com os processos de pesquisa e busca de informação; a utilização de diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais; uma visão mais crítica, ética e estética das TDICs; a seleção de informações, dados e argumentos em fontes confiáveis; a postura ética e crítica na produção e no compartilhamento de comentários, notícias, memes, gifs, etc. em redes sociais ou em outros ambientes digitais; e a checagem de fotos publicadas e fatos noticiados com o intuito de combater a proliferação de notícias falsas (*fake news*) (Araújo, 2020, p. 8).

Em vista disso, espera-se que os alunos desenvolvam habilidades e comportamentos que os tornem capazes de lidar com as mídias sociais digitais, a fim de torná-los cidadãos

digitais críticos e responsáveis. Portanto, é de grande importância que se oportunize aos alunos em sala de aula discussões que favoreçam uma análise com discernimento das informações que são veiculadas na *Web* (Santos; Bordini, 2023).

De acordo ao que a BNCC preconiza: “Em que pese o potencial participativo e colaborativo das TDIC, a abundância de informações e produções requer, ainda, que os estudantes desenvolvam habilidades e critérios de curadoria e de apreciação ética e estética, considerando, por exemplo, a profusão de notícias falsas [...]” (Brasil, 2018, p. 488).

Nesse viés de pensamento, considera-se que é de grande importância que os jovens tenham uma visão ética dessas tecnologias, pois, dessa forma, serão capazes de selecionar, filtrar, compreender e produzir sentidos em diversos campos da vida social (Menezes; Araújo Júnior; Santos, 2023). Dessa forma, a BNCC destaca a importância de os estudantes desenvolverem a capacidade de analisar a desinformação. Vejamos isso nas habilidades previstas no documento:

EM13LP39<sup>5</sup> Usar procedimentos de checagem de fatos noticiados e fotos publicadas (verificar/avaliar veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, formatação; comparar diferentes fontes; consultar ferramentas e sites checadores etc.), de forma a combater a proliferação de notícias falsas (*fake news*).

EM13LP40 Analisar o fenômeno da pós-verdade – discutindo as condições e os mecanismos de disseminação de *fake news* e também exemplos, causas e consequências desse fenômeno e da prevalência de crenças e opiniões sobre fatos –, de forma a adotar atitude crítica em relação ao fenômeno e desenvolver uma postura flexível que permita rever crenças e opiniões quando fatos apurados as contradisserem.

EM13LP12 Selecionar informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, impressas e digitais, e utilizá-los de forma referenciada, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum) e contemple a sustentação das posições defendidas. (Brasil, 2018, p. 490).

Diante dessa perspectiva, Santos e Bordini (2023) afirmam ser de grande relevância que os professores identifiquem métodos eficazes para auxiliar os estudantes a desenvolverem competências e habilidades, a fim de levá-los a refletir sobre informações e notícias presentes nas mídias sociais.

Essa abordagem em sala de aula é de grande relevância, considerando o mundo moderno cada vez mais influenciado pela desinformação. Segundo Santos e Bordini (2023, p.9) “para auxiliar os professores nesse processo, existem sites especializados que ajudam a verificar a confiabilidade de uma notícia, a reconhecer sensacionalismo, a checar a fonte da informação, a diferenciar opinião de fato, a verificar a data e outros aspectos relevantes”.

Como um sujeito letrado digital crítico, o indivíduo terá habilidades para formar opiniões (questionar, argumentar, atribuir significados) e avaliar a veracidade das informações, permitindo, assim, a construção crítica de sua perspectiva, pensando sobre as implicações para sua vida diária e para a sociedade (Oliveira; Giacomazzo, 2017).

5 O primeiro par de letras indica a etapa de Ensino Médio. O primeiro par de números (13) indica que as habilidades descritas podem ser desenvolvidas em qualquer série do Ensino Médio, conforme definição dos currículos. A segunda sequência de letras indica a área (três letras) ou o componente curricular (duas letras): LGG = Linguagens e suas Tecnologias, LP = Língua Portuguesa. Os números finais indicam a competência específica à qual se relaciona a habilidade (1º número) e a sua numeração no conjunto de habilidades relativas a cada competência (dois últimos números).

Portanto, o letramento digital pode ser um aliado no processo de combate à desinformação, desse modo, as aulas de língua portuguesa devem buscar promover uma formação direcionada ao letramento digital, pois este se configura como um dos recursos fundamentais para combater a propagação de desinformação.

## 6 CONCLUSÃO

Diante das discussões levantadas, esta pesquisa buscou compreender de que forma o letramento digital pode contribuir para o combate à desinformação no contexto das plataformas de mídias sociais. Em vista disso, foi possível perceber que o letramento digital se mostra promissor no que diz respeito ao desenvolvimento crítico dos alunos, sendo, dessa forma, um recurso de grande relevância para combater a desinformação no âmbito das mídias sociais.

Como dito, a BNCC reconhece o letramento digital, apesar da ausência do termo no documento, como uma maneira de enfrentar os desafios do mundo digital, incluindo a desinformação. Isto é, o mundo digital não pode ser separado da realidade dos jovens alunos, visto que a desinformação no âmbito digital evidencia uma abordagem complexa.

Não há dúvida de que aprender a combater e identificar desinformação, conforme orientado pela BNCC, é crucial para evitar sua reprodução e minimizar seus efeitos negativos (Menezes; Araújo Júnior e Santos, 2023). Em suma, o letramento digital pode ser um aliado no processo de luta contra a desinformação, visto que pode promover práticas de educação crítica e emancipadora. Nesse sentido, é essencial que seja ampliado o debate sobre práticas de letramento digital em sala de aula.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. S.; MACIEL, E. R. H. O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto. **Internet & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 144-171, 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/o-fenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexto/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ARAUJO, E. V. F. **Letramento digital e orientações educacionais**: leitura e escrita digital no ensino médio. 2019. 286 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes) - Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, 2019.

AZEVEDO, D.; SILVEIRA, A.; LOPES, C.; AMARAL, L.; GOULART, I.; MARTINS, R. Letramento digital: uma reflexão sobre o mito dos “Nativos Digitais”. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 615–625, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/89222>. Acesso em: 3 maio 2024.

BARTON, D.; LEE, C. **Linguagem on-line**: textos e práticas digitais. São Paulo: Parábola, 2015.

BENTES, A. A gestão algorítmica da atenção: enganchar, conhecer e persuadir. In: POLIDO, Fabrício; ANJOS, Lucas; BRANDÃO, Luíza (orgs.). **Políticas, Internet e Sociedade**. Belo

Horizonte: Instituto de Referências em Internet e Sociedade, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/35hiqms>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BOARINI, M.; FERRARI, P. A desinformação é o parasita do século XXI. **Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Organicom)**. Ano 17. Número 34. Setembro/Dezembro 2020. P. 37-47. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/issue/view/11904>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BORDINI, G. A.; SANTOS, A. P. Pós-verdade e a BNCC: conceituação e desafios na educação em tempos de fake news. **Caderno Intersaberes**, v. 12, n. 43, p. 3-11, 2023. BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BUZATO, M. E. K. L. **Letramentos Digitais e Formação de Professores**. In: São Paulo. III Congresso Ibero Americano Educa Rede, 3., 2006b. Disponível em: [http://www.educarede.org.br/educa/img\\_conteudo/marcelobuzato.pdf](http://www.educarede.org.br/educa/img_conteudo/marcelobuzato.pdf). Acesso em 24 de maio 2024.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. **Letramento digital** – Aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DARNTON, R. **The true history of Fake news**. The New York Review of Book, 13 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.nybooks.com/daily/2017/02/13/the-true-history-of-fake-news/>. Acesso em: 27 maio 2024.

FREIRE, D. F. S. **Discurso e força estética das notícias falsas: um estudo sobre a configuração do gênero fake News**. 2019. 182 p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Centro de Comunicação, Turismo e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

FRIEDRICH, C. A desinformação como um fenômeno complexo e transversal. **UFSM**, Santa Maria, 6 out. 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/poscom/2022/10/06/a-desinformacao-como-um-fenomeno-complexo-e-transversal>. Acesso em: 8 nov. 2023.

MACEDO, L. B. B.; OLIVEIRA, I.; LIMA, O. Multimodalidade e fake news: investigando os significados visuais nas postagens do Facebook contendo notícias falsas. **Entre Palavras**, Fortaleza, v. 11, n. 3, p. 526-549, jan./ago. 2021.

MALIK, K. **Fake news has a long history**. Beware the state being keeper of 'the truth', fev. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/feb/11/fake-news-long-history-beware-state-involvement>. Acesso em: 20 maio 2024.

MARZARI, G. Q. Repensando a sala de aula a partir do letramento digital. **Entretextos**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 7-25, 2015. DOI: 10.5433/1519-5392.2014v14n2p7. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/14524>. Acesso em: 3 maio 2024.

MENEZES, V. L. M. A.; ARAÚJO JÚNIOR, J. S.; SANTOS, L. K. P. M. Câmaras de eco e filtros-bolha no contexto da gestão algorítmica da atenção: refletindo sobre os desafios contemporâneos do letramento à luz da BNCC. **Revista Littera**, São Luís, v. 14, n.28, p. 65-83, set./dez. 2023.

NEVES, B. C.; BORGES, J. Por que as Fake News têm espaço nas mídias sociais? : uma discussão a luz do comportamento infocomunicacional. **Informação & Sociedade**, [S. l.], v. 30, n. 2, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n2.50410. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/50410>. Acesso em: 27 maio 2024.

OLIVEIRA, M. M.; GIACOMAZZO, G. F. Educação e cidadania: perspectivas da literacia digital crítica. **EccoS**, São Paulo, n. 43, p. 153-174, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n43.7393>

PAIVA, V. L. M. O. Letramento digital: problematizando o conceito. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 1161–1179, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1905>. Acesso em: 25 maio 2024.

PARISER, E. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PEREIRA, A. C. R. Os desafios do uso da tecnologia digital na educação em tempos de pandemia. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 24, n. 1, p. 187–205, 2022. DOI: 10.20396/etd.v24i1.8665777. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8665777>. Acesso em: 29 maio. 2024.

PRADO, M. **Fake news e inteligência artificial**: O poder dos algoritmos na guerra da desinformação. São Paulo: Edições 70, 2022.

RIBEIRO, A. E. Letramento digital: um tema em gêneros efêmeros. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1002>. Acesso em: 25 maio 2024.

RIBEIRO, A. E.; NOVAIS, A. E. **Letramento digital em 15 cliques**. Belo Horizonte: RHJ, 2013.

RIBEIRO, M. H.; FREITAS, M.T.A. Letramento digital: um desafio contemporâneo para a educação. **Educ. Tecnol.**, v. 16, n. 3, p. 59-73.

SANTAELLA, L. **A Pós-Verdade é Verdadeira ou Falsa?** 1 ed. Barueri, SP: Editora estação das letras e cores, 2020. 96 p.

SANTAELLA, L. A semiótica das *fake news*. **Verbum – Cadernos de pós-graduação**, v. 9, n. 2, p. 9-25, 2020.

SANTAELLA, L. **Definir desinformação é preciso**. In: SANTAELLA, Lucia (org.). *Flagelos da desinformação*. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2023. E-book.

SANTANA, R. D.; NEVES, B. C. O Efeito” filtro bolha” e a filtragem da informação por meio da mediação algorítmica. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, **ANCIB**, v. 14. 2021.

SILVA, M. M.; CENDÓN, B. V. Estratégia, método e conteúdo: três componentes para compreensão das campanhas contemporâneas de desinformação. **BiblioCanto**, Natal, v. 8, n.1, p. 21-44. 2022.

SOARES, M. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. In: INFORSATO, Edson

do C; COELHO, Sônia Maria. (orgs.) **Caderno de formação: formação de professores: didática dos conteúdos**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2011. v. 2. p. 96-100. ISBN 978-85-7983-161-4. Disponível em: <https://goo.gl/Ql7bKv> . Acesso em: 28 de maio 2024.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, jan-abr, 2003. pp. 5-17. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

SOUZA, C. E.; SANTAELLA, L. Deepfakes na perspectiva da semiótica. **TECCOGS: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 23, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1984-3585.2021i23p26-44>. Acessado em: 9 maio 2024.

TOMÁS, R. N.; TOMÁS, L. M. N. A mentira orquestrada: anatomia das *fake news* sobre as universidades públicas. **VERBUM**, v. 12, n. 1, p. 212-235, 2023.

WARDLE, C. **Fake news. It's complicated**. First Draft, Nova Iorque, 16 fev. 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.com/fake-news-complicated/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

XAVIER, A. C. Letramento digital: impactos das tecnologias na aprendizagem da Geração Y. **Calidoscópico**, Vol. 9, n. 1, p. 3-14, jan/abr 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=571561870002> Acesso em: 3 de maio 2024.

ZACHARIAS, V. R. C. **Letramento digital**: desafios e possibilidades para o ensino. In: COSCARELLI, C., V. Tecnologias para aprender. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

## **ORALICARTAS: o jogo didático que contempla a realidade sociocultural da Amazônia brasileira**

**Shirley Franklin Oliveira Nascimento<sup>6</sup>**

Universidade Federal do Pará

**Brayna Conceição dos Santos Cardoso<sup>7</sup>**

Universidade Federal do Pará

### **RESUMO**

O trabalho abrange a concepção do jogo pedagógico “Oralicartas”, construído a partir da análise do livro didático “A Conquista”, de Língua Portuguesa do 9º ano do ensino fundamental, de Beltrão; Gordilho (2022), da editora FTD, obra aprovada pelo PNLD (2023/2024). O jogo objetiva fomentar o ensino da Oralidade, refletindo a perspectiva sociocultural da Amazônia Brasileira, essa iniciativa pedagógica foi pensada para ser implementada no livro didático, a fim de dinamizar as práticas de ensino-aprendizagem e, sobretudo, valorizar a realidade sociocultural que o educando amazônico está inserido, sendo uma proposição necessária por trazer a representatividade para o material didático, refletindo a identidade do aluno amazônico. O jogo retrata as partes constituintes da oralidade, tais como a fala, a entonação, o volume, a gestualidade, a mímica e outros, construindo um aprendizado sólido referente aos conteúdos e habilidades da oralidade, em ambiente escolar, decorrente dos desafios e dos quizzes acerca dos temas contidos no jogo, ao passo que permite o exercício da interação oral entre jogadores e resgata elementos marcantes do imaginário da Amazônia Brasileira. Os aportes teórico-metodológicos adotados para a realização do trabalho foram provenientes dos pressupostos da Linguística Aplicada, seguindo as concepções da oralidade, da sociolinguística educacional e da metodologia da linguística ativa em sala de aula (Antunes, 2003; Dolz; Schneuwly, 2004; Bortoni-Ricardo, 2005; Pilati, 2017); para fundamentar a interação proposta no jogo e a concepção de jogo como ferramenta importante de aprendizado (Castro; Tredezini, 2014); e a BNCC (Brasil, 2018), em relação aos conteúdos escolares estabelecidos. Portanto, é valorosa a proposição deste trabalho pois remonta ao processo de ensino-aprendizagem na educação básica brasileira, projetando um ensino que atenda às necessidades reais dos estudantes, que os permita aprender por meio do lúdico, com a valorização de suas identidades e instigando-os por intermédio de uma didática mais inclusiva, humanizadora e representativa.

**Palavras-chave:** Amazônia Brasileira; Oralidade; Educação Sociolinguística.

### **1 INTRODUÇÃO**

As formas de letramento são dinâmicas e acompanham a evolução da sociedade, o que torna essencial refletir e adaptar os instrumentos, estratégias, métodos e processos educativos de maneira abrangente. Esse ajuste é fundamental para que a educação possa abranger as particularidades do uso linguístico dos alunos, sem distinções, promovendo uma experiência educativa completa. Nesse sentido, Antunes (2003) ressalta que a escola deve incorporar os usos sociais da língua, tal como ela se manifesta no cotidiano das pessoas.

---

<sup>6</sup> Graduanda em Letras Língua Portuguesa do Instituto de Letras e Comunicação e Bolsista CNPq da Universidade Federal do Pará.

<sup>7</sup> Docente do Instituto de Letras e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades da Universidade Federal do Pará. Doutora em Letras pela Universidade Federal do Pará. Pós-doutora em Letras pelo PROFLETRAS da Universidade de Pernambuco. Orientadora do trabalho.

Ela defende um afastamento da abordagem tradicional que se limita a nomear e classificar elementos linguísticos, em favor de uma valorização da linguagem em sua forma viva e real.

Além disso, é necessário valorizar o contexto sociocultural dos alunos. Uma educação que reflete a realidade dos estudantes é, ao mesmo tempo, humanizadora e representativa, pois reconhece e celebra a identidade e subjetividade dos indivíduos. Com essas reflexões, surge a motivação para a realização deste trabalho, que busca contribuir com a educação básica brasileira, dinamizando o ensino de língua portuguesa para torná-lo mais eficaz, acessível e atrativo.

Sob essa perspectiva, o trabalho analisa o livro didático “A Conquista”, de Eliana Beltrão e Tereza Gordilho, utilizado nas escolas públicas do Brasil, a fim de avaliar como o eixo da oralidade é abordado. Em sequência, foi desenvolvido um jogo pedagógico, que explora aspectos da oralidade como fala, gestos, entonação e expressões faciais. A proposta é que esse jogo seja incorporado ao material didático, integrando uma sequência didática adaptada à realidade dos alunos.

A pesquisa tem um ponto focal na questão sociocultural, destacando a importância de valorizar e integrar a diversidade cultural da Amazônia Brasileira ao processo educativo, reforçando o papel da educação em refletir e promover a identidade e as práticas culturais dessa região, essencial para uma educação plural e inclusiva. Para Bortoni-Ricardo (2004), é preciso que a escola reconheça e valorize as diferentes variedades linguísticas dos alunos, legitimando-as como formas válidas de expressão e comunicação, pois apenas a partir do respeito à sua identidade linguística é que o aluno poderá ter acesso à pluralidade e à riqueza de outras formas de dizer e significar o mundo.

Para efeito de organização, as próximas seções do artigo incluem uma fundamentação teórica, com os princípios teórico-metodológicos; a análise do livro didático “A Conquista”, apresentando dados observados; a metodologia, detalhando os métodos aplicados; a descrição do jogo pedagógico “Oralicartas” e suas características; e, por fim, os resultados, que apresentam as observações feitas ao longo da pesquisa.

## **2 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

Nesta seção, vamos evidenciar os aportes teórico-metodológicos que nortearam a realização deste trabalho. Inicialmente, toma-se a BNCC (Brasil, 2018) como base, em relação aos conteúdos do eixo Oralidade a ser trabalhados no determinado nível escolar, para incorporar no jogo. A habilidade da Base Nacional Comum Curricular explorada no jogo pedagógico “Oralicartas” é a (EF69LP19), que busca analisar, em gêneros orais que envolvam argumentação, os efeitos de sentido de elementos típicos da modalidade falada, como a pausa, a entonação, o ritmo, a gestualidade e expressão facial, as hesitações etc.

Utilizou-se, também, as premissas da Sociolinguística Educacional de Bortoni-Ricardo (2004), no que se refere ao modo como uma educação que prestigia variação linguística pode aperfeiçoar a qualidade de ensino, visto que a realidade nacional compreende a

existência de múltiplas variedades e particularidades de linguagem. Desse modo, valorizar o contexto sociocultural do educando se faz fundamental para conceber uma educação representativa e eficiente. A pesquisa se baseia na tese de Antunes (2003), a qual defende que é preciso distanciar-se de um modelo educativo engessado, ficando restrito a nomeações e classificações, porque é dever da escola chegar aos usos sociais da língua, para atender às demandas reais dos alunos. É preciso de fato de uma revolução na educação brasileira, como a autora aponta:

A reorientação do quadro até aqui apresentado requer, antes de tudo, determinação, vontade, empenho de querer mudar. Isso supõe uma ação ampla, fundamentada, planejada, sistemática participada (das políticas públicas – federais, estaduais e municipais – dos professores como classe e de cada professor em particular), para que se possa chegar a uma escola que cumpra, de fato, seu papel social de capacitação das pessoas para o exercício cada vez mais pleno e consciente de sua cidadania. (Antunes, 2003, p. 34).

Assim, adota-se aqui, a concepção de jogo/lúdico como ferramenta fundamental de aprendizado, de Castro e Tredezini (2014), por dinamizar as práticas educativas em sala de aula e por ser um aparato atrativo aos alunos – em especial os mais jovens. Ainda na perspectiva de jogo pedagógico, há a proposição de Metodologia da Aprendizagem Ativa (Pilati, 2017), como potencial instrumento para fomentar o processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa, utilizando a metalinguagem para tal. Outrossim, quanto à Oralidade, há a tese de Schneuwly e Dolz (2004), com a defesa da existência de não só uma, mas de várias oralidades. Nesse prisma, promover a interação por meio de subsídios didáticos como o jogo pedagógico permite o contato com as diversas subjetividades, identidades e divergências, ampliando o conhecimento de mundo dos estudantes e exercitando o perceber de si mesmo e dos outros em sociedade. A seguir, apresenta-se a análise realizada no livro didático.

### 3 O LIVRO DIDÁTICO

A presente investigação teve início com a escolha do livro didático a ser analisado, o que demandou um entendimento da dinâmica do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Compreendendo-se as diretrizes desse programa, buscou-se uma obra que se adequasse às propostas preconizadas e que estivesse aprovada para circulação. Assim, o livro selecionado foi “A Conquista,” voltado para a disciplina de Língua Portuguesa do 9º ano do ensino fundamental, escrito por Eliana Beltrão e Tereza Gordilho e publicado pela editora FTD. Esta obra, chancelada pelo PNLD (2023/2024), integra o ciclo recente e estará em uso nas escolas entre os anos de 2024 e 2027. Sob uma perspectiva analítica, a primeira e mais evidente constatação é que o livro dedica um eixo inteiro à oralidade, aspecto de grande relevância para o presente estudo. A abordagem desse eixo revela-se notavelmente produtiva, uma vez que se propõe a desenvolver nos alunos competências orais em contextos que os desafiem a elaborar discursos, incentivando a prática e a aplicação da oralidade.

Adicionalmente, o material contribui para fomentar nos estudantes uma escuta ativa, além de lhes proporcionar contato com tradições orais e seus respectivos gêneros. A

obra também estimula o debate e promove o respeito às perspectivas divergentes, criando, portanto, um ambiente propício ao aprendizado. Este destaque dado à oralidade demonstra-se vantajoso, pois permite que ela seja tratada de forma integral.

Dentro de cada capítulo, imediatamente após o texto introdutório que apresenta o tema a ser explorado, encontra-se o incentivo à prática do debate. Há espaço para a produção de discursos orais relacionados ao assunto subsequente, o que auxilia o docente a captar as ideias preliminares dos alunos. Após essa etapa, a seção intitulada “Conversando sobre o Texto” encoraja os estudantes a compartilharem suas opiniões, interpretações e reflexões, aprofundando-se nas razões subjacentes a essas percepções. Para uma melhor observação, a seguir, apresenta-se a seção “conversando sobre o texto”.

**Figura 1** – Seção “Conversando sobre o texto”

**CONVERSANDO SOBRE O TEXTO**

1. Em sua opinião, a atividade realizada antes da leitura ajudou você a entender melhor o contexto histórico e político do poema ou a leitura em voz alta seria suficiente? *Resposta pessoal.*
2. A imagem que você criou de José, antes de ler o poema, confirmou-se após a leitura? *Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes tenham levantado hipóteses que sejam confirmadas, isto é, de que José é um homem sofrido, solitário e desesperançoso, como o brasileiro da época.*
3. Para você, esse poema pode ser considerado uma expressão da voz do povo brasileiro? Justifique. *Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes infiram que sim, pois o poema traz à tona questionamentos e situações vividas pelos brasileiros não só na época em que o poema foi escrito, como também na atualidade, dando voz a pessoas que não têm espaço na sociedade.*

**Fonte:** elaborada pelas autoras do artigo adaptado do livro didático analisado.

A obra, com as disposições analisadas, reconhece a proposição de Marcuschi (2003), que defende que o estudo da oralidade viabiliza o tratamento de aspectos como variação, níveis de uso da língua e relação entre escrita e fala. A tese de Antunes (2003) também é reconhecida: “o trabalho com a oralidade permite observar, entre outros aspectos, que: a depender da situação, utilizamos determinados gêneros; a oralidade segue um princípio de textualidade; textos orais estão organizados em torno de um tema.”

Entretanto, não se percebe, dentro do livro, a retratação de elementos da realidade sociocultural do aluno – falando da perspectiva amazônica. Quando o livro didático não reflete o ideário do aluno, a escola não contempla plenamente as demandas sociais e os usos sociais da língua, o que vai de encontro à proposição de Antunes (2003), tornando necessárias urgentes mudanças no contexto educacional brasileiro. Além disso, apesar da preocupação e do cuidado que o livro didático tem com o eixo Oralidade, fica faltando de fato a proposta do jogo didático. Uma proposição ludopedagógica com enfoque na linguagem oral elevaria o patamar do aprendizado para “fora do papel”.

É muito evidente que há regiões do Brasil que pouco são abordadas dentro dos materiais didáticos em circulação no país, principalmente às regiões Norte e Nordeste, e isso é uma

realidade observada não só em “A Conquista”, mas como quase uma regra em termos de livros didáticos. Poucos são os materiais que incluem essas realidades em suas disposições, logo, necessita-se de iniciativas para mudar esse panorama da educação brasileira, visando alcançar os mais plurais contextos, fugindo de uma contemplação centralizada em Sul e Sudeste – como acontece na maioria das vezes.

Portanto, evidencia-se que o material permeia o desenvolvimento da oralidade com boa progressão, desempenhando um papel educativo positivo. No entanto, não há a proposição, dentro do livro, de uma sequência didática de cunho oral que abarque a proposta de jogos pedagógicos nem de uma abordagem didática que valorize realidade sociocultural da Amazônia Brasileira e, a partir desse fato, surge a inquietação para a realização deste artigo. A sequência didática adaptada, a se elaborar a partir desse exposto, vem a caráter de implementar esse trabalho com a oralidade, como um complemento para dinamizar essa prática tão importante na prática social e escolar do aluno. Assim, a seção seguinte destaca a metodologia empreendida neste artigo.

#### 4 METODOLOGIA

Mediante as observações diagnosticadas no livro didático, que se pensou em criar o Oralicartas, o jogo pedagógico a servir de instrumento ludopedagógico para ser inserido em uma sequência pedagógica adaptada, com o fito de fomentar o ensino da oralidade e ser um implemento ao livro didático analisado. O jogo segue a tese de Castro e Tredezini (2014), no que tange ao jogo/lúdico como ferramenta fundamental de aprendizado, por isso a modalidade escolhida ser a de jogo de cartas. Quanto ao conteúdo de oralidade abarcado no jogo, seguiu-se a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), para retratar aquilo que se é estudado de oralidade no nível escolar do 9º ano do ensino fundamental.

O jogo também foi construído de modo a estabelecer interações sociais de jogador para jogador, instigando a existência de pensamentos divergentes e o exercício da assimilação da existência de não só uma, mas de várias oralidades (Schneuwly; Dolz, 2004), aprimorando a formação do aluno não só educacionalmente, mas como indivíduo.

No que tange à sua confecção, pode-se dizer que o Oralicartas foi 100% confeccionado à mão, utilizando materiais recicláveis e de baixo custo, como lápis de cor, caneta e papel reciclado. O fato dessa concepção não envolver nenhum tipo de mecanização se relaciona à questão de nem toda escola possuir aparatos tecnológicos (como computador e impressora) para replicar o jogo. Assim, podendo ser feito à mão, sugere-se aos professores e alunos a criação manual, destacando o aprimoramento das funções cognitivas e de coordenação motora.

Oralicartas traz a temática da Oralidade em perguntas diretas, mistas, imagéticas, articulando o conhecimento prévio do aluno juntamente com o que ainda será adquirido. A estratégia de aprendizado é metalinguística, quando o aluno aprende as particularidades da Oralidade enquanto faz produções de textos orais.

Nesse ínterim, utiliza-se o viés metodológico da Aprendizagem Linguística Ativa (Pilati, 2017), ao colocar o aluno como protagonista no processo didático de aquisição de linguagem, por intermédio das questões interativas presentes nas cartas do jogo pedagógico, criando envolvimento com a área e eficiência no aprendizado.

No tocante à retratação dos elementos socioculturais do cotidiano do aluno da região amazônica, buscando que ele se sinta representado pelo material didático, realça o fator identidade, uma vez que não se verifica, no livro didático, uma representatividade satisfatória da região amazônica. Esses elementos foram inseridos no jogo Oralicartas na categoria de carta “Imagem”, de modo a possibilitar associação e reconhecimento dos elementos pelos estudantes. Alguns dos elementos retratados foram:

- a) Elementos da Gastronomia Amazônica, como o Pirarucu, o açaí, o cupuaçu, a castanha do Pará, a pupunha e a macaxeira;
- b) Elementos Culturais Amazônicos, como o movimento das aparelhagens, bem como a fabricação dos brinquedos de Miriti;
- c) Expressões Linguísticas da Amazônia, tal qual as expressões “Égua” e “Sal”, recorrentes na região.

A seguir, apresenta-se a ilustração do jogo “Oralicartas”, com a disposição das cartas em frente e verso.

**Figura 2** – Ilustração do jogo “Oralicartas”



**Fonte:** elaborada pelas autoras do artigo

Após a observação das cartas, a seção seguinte destaca as especificações e as características do jogo pedagógico “Oralicartas”.

#### 4 O JOGO PEDAGÓGICO ORALICARTAS

Os componentes do jogo são 36 cartas plastificadas, um manual expositivo com as regras do jogo e uma caixa para armazenamento. Para construir o jogo, é necessário confeccionar 36 cartas retangulares, sendo delas, 12 cartas Quiz (perguntas assertivas), 12 cartas Desafio (desafios e brincadeiras) e 12 cartas Imagem (imagens que contemplem a determinada realidade sociocultural), todas voltadas ao eixo temático da Oralidade.

É importante ressaltar que o jogo foi confeccionado 100% à mão, com materiais recicláveis e de baixo custo, o que fica como sugestão para replicá-lo, alunos e professores se juntarem e produzirem juntos, destacando o aprimoramento da coordenação motora fina e das funções cognitivas. O *design* característico, o “O”, como inicial de “Oralicartas” e simbolizando a boca, órgão fonador intrínseco à oralidade, foi pensado de forma original para firmar uma identidade visual e autêntica do jogo.

**Figura 3** – *Design* original de “Oralicartas”



**Fonte:** elaborada pelas autoras do artigo

O jogo permite de 2 a 6 jogadores e tem como público-alvo os estudantes do nível escolar do 9º ano do ensino fundamental. Seu objetivo é abarcar, por intermédio da ludicidade, as partes constituintes da Oralidade, bem como a entonação, a gestualidade e as expressões faciais, avaliando conhecimentos prévios e adquiridos dos alunos, refletindo também a realidade sociocultural do educando.

Para jogar, as cartas devem ser devidamente embaralhadas e dispostas igualmente para os jogadores (de 2 a 6) e deverão ficar viradas para baixo. O jogador que tiver distribuído as cartas deverá começar a partida e as jogadas seguintes deverão proceder em sentido horário. Tendo chegado sua vez de jogar, o jogador deve pegar uma carta do seu monte e ler a proposta que ela apresenta.

As cartas podem trazer 3 tipos de proposições: as cartas Quiz propõem perguntas relacionadas à Oralidade e suas partes constitutivas para instigar o repertório do aluno acerca do tema e seu conhecimento de mundo; as cartas Desafio apresentam atividades que vão trazer à tona o campo da Oralidade, mas não por meio de conceitos, e sim por meio de desafios (por exemplo, passar uma determinada mensagem apenas por meio do gestual ou criar um sentido diferente para um enunciado mudando somente a entonação); por último, as cartas Imagem exploram a linguagem multissemiótica com elementos do imaginário amazônico propondo que o aluno crie discursos orais criativos relacionados às imagens presentes nas cartas.

**Quadro 1** – Tipos das cartas

<b>Cartas Quiz</b>	<b>Cartas Desafio</b>	<b>Cartas Imagem</b>
Perguntas assertivas referentes à temática da Oralidade;	Desafios e brincadeiras sobre o tema;	Imagens e produção de textos orais;
Avalia o conhecimento prévio e adquirido do educando.	Traz à tona as concepções de ludicidade.	Valoriza a realidade sociocultural.

Fonte: elaborada pela autora

Existe, em cada carta, um sistema de valores, cartas que valem 3 pontos (atividades consideradas mais complexas de se realizar), 2 pontos (atividades de dificuldade média) e 1 ponto (atividades mais acessíveis de cumprimento). Quando o aluno realizar a proposta que a carta traz, o professor, como mediador, deve avaliar se o aluno conseguiu fazer de forma condizente aquilo que foi proposto. Se sim, a carta deve ficar voltada para cima e o jogador ganha a pontuação total equivalente à carta. Caso contrário, o jogador não ganha os pontos e a carta vai para a pilha de descarte.

O jogo finaliza quando todos os jogadores tiverem realizado as atividades de suas cartas e conseqüentemente terem compreendido o processo de oralidade empreendido na dinâmica do jogo. Dando prosseguimento, deve-se, então, fazer a contagem dos pontos acumulados de cada carta voltada para cima de cada um dos jogadores. O jogador que tiver a maior somatória de pontos é o ganhador do jogo. A seguir, são expostas as considerações finais observadas na realização desta pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa, pôde-se verificar que trabalhar o livro didático em consonância com uma proposta ludopedagógica amplia muito mais o aprendizado, isso porque foge das práticas tradicionalistas de ensino e abrange novos caminhos: a interação social, a

valorização sociocultural, a expressão de pensamento, o exercício da produção de textos orais – que muitas vezes é negligenciado no ensino básico – e o aprender com a ludicidade do jogo.

Percebeu-se, também, que a abordagem metalinguística presente em “Oralicartas” – um processo de ensino-aprendizagem pautado no trabalho da temática oralidade por intermédio da própria oralidade – faz com que o aluno entre em contato com a linguagem em sua forma real manifestada em sociedade, possibilitando uma melhor absorção dos conteúdos.

A iniciativa de colocar, dentro do material, a perspectiva amazônica, por meio de cultura e de elementos regionais, faz com que o educando se sinta sobretudo representado dentro do processo de escolarização, refletindo seu conhecimento de mundo e sua criticidade individual. Esse movimento permite o fomento de uma educação mais humanizadora, incluindo particularidades de todas as múltiplas regiões brasileiras.

Uma possível sequência didática adaptada seria abordar determinado conteúdo do eixo Oralidade em sala de aula – por meio de uma aula expositiva – e depois intervir com o jogo pedagógico “Oralicartas”, para fomentar e dar continuidade à aprendizagem. Pode ocorrer também uma mobilização dos professores e dos alunos para construir o jogo juntos, destacando o aprimoramento nas funções motoras e no cognitivo. É válido ressaltar que a proposta original de “Oralicartas” é voltada para a realidade amazônica, mas pode futuramente se adaptar a outras realidades também.

Em breve, espera-se disseminar esse jogo para as salas de aula, para os alunos, porque são eles que mais precisam, também incorporar essas sequências didáticas adaptadas aos livros didáticos de língua portuguesa, colocando os jogos pedagógicos como uma das possibilidades que promovem mudanças positivas no processo de ensino-aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003 (Série Aula; 1).

BELTRÃO, E.; GORDILHO, T. **A Conquista: Língua Portuguesa**. 1ª edição. São Paulo: FTD, 2022.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegamos na escola, e agora? Sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na Sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. PNLD 2019. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79531-edital-pnld-2019-consolidado-3-retificao-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79531-edital-pnld-2019-consolidado-3-retificao-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em 14 abr. 2023.

CASTRO, D. F.; TREDEZINI, A. L. M. **A importância do jogo/lúdico no processo de Ensino-aprendizagem.** Revista Perquirere, v. 11, n. 1, p. 166-181, jul. 2014.  
Disponível em: <http://perquirere.unipam.edu.br/documents/23456/422843/A+++import%C3%A2ncia+do+jogo-l%C3%BAdico+no+processo+de+ensino-aprendizagem.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2004.

KOCH, I.V. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Contexto, 2006.

PILATI, E. **Linguística, gramática e aprendizagem ativa.** Campinas: Pontes Editores, 2ª ed., 2017.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1986.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica.** Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Revista Educação e pesquisa. V. 31, n 3, p. 443-466, set/dez. São Paulo, 2005.

## REFERENCIAÇÃO E TEXTO DIGITAL DE PROTESTO: uma análise tecnolinguageira

**Rafael Botelho Dutra<sup>8</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Maria da Graça dos Santos Faria<sup>9</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

O objetivo principal deste artigo é analisar textualmente o protesto em polêmica pública no ecossistema X, dando ênfase aos processos de (re)categorização de objetos de discurso para compreender os sentidos e as motivações em um tuíte de protesto. Para tanto, mobilizamos e alinhamos noções de diferentes disciplinas que respaldam os critérios analíticos deste estudo. Com a Psicologia Social do Protesto, utilizamos a noção de motivações do protesto, fundamentada por Klandermans (2015) e Stekelenburg e Klandermans (2023), alinhada à noção de função social de protesto da polêmica pública defendida por Amossy (2017). Com relação à noção de texto e de interação digital, recorremos a estudos desenvolvidos por pesquisadores do grupo PROTEXTO para analisar a referenciação, bem como a confluência entre linguagem e tecnologia em textos digitais nativos. Selecionamos um tuíte produzido no contexto da polêmica envolvendo a suspensão da rede social X no Brasil. Os resultados apontam que, diante de um novo cenário de protestos, temos observado, a partir da análise do texto, que a referenciação ocorre por meio da combinação de um conjunto de sistemas semióticos e tecnológicos, a fim de reforçar o aspecto identitário dos sujeitos que participam de práticas discursivas de protesto no ecossistema X.

**Palavras-chave:** Protesto; Polêmica pública; Texto digital; Referenciação.

## 1 INTRODUÇÃO

O movimento social de protesto é uma parte fundamental para as decisões e as relações humanas. No Brasil, por exemplo, desde a década passada, temos assistido a uma onda de protestos envolvendo a participação de milhares de pessoas: podemos citar as 3 milhões de pessoas, segundo a mídia, que foram às ruas pedir o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff em março de 2016, podemos citar, também, a greve dos caminhoneiros que começou em maio de 2018 e terminou em junho do mesmo ano, paralisando e bloqueando rodovias de 24 estados mais o Distrito Federal, e outro exemplo é o “Tsunâmi da Educação”, que foram os protestos estudantis que aconteceram nos meses de maio e agosto de 2019 contra decisões do Governo Bolsonaro na área da educação básica e superior.

Esse espaço de constantes protestos demonstra que o Brasil é um país democrático que autoriza o conflito, a divergência, o debate, as diferenças. Mas, embora os espaços físicos ainda se apresentem como ambientes privilegiados para os movimentos sociais de protesto, o Brasil tem seguido o mesmo rumo de outras nações quando se trata de utilizar as redes sociais digitais como novos repertórios para a ação coletiva.

<sup>8</sup> Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão.

<sup>9</sup> Pós-Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará.

Nesses novos repertórios, os indivíduos dispõem de inúmeras possibilidades para manifestar suas reivindicações, suas indignações, suas identidades etc., o que promove novas configurações para o texto de protesto. Sabemos que, no protesto de rua, por exemplo, é recorrente o uso de cartazes, de faixas, de panfletos, de palavras de ordem, sendo o canal fonador a principal ferramenta desses protestos. Atualmente, com a descoberta do potencial das mídias digitais, os indivíduos ampliam os elementos que constituem o texto de protesto, bem como percebem a visibilidade que o espaço digital dá à ação coletiva.

Nesta pesquisa, que assume a noção de texto como evento comunicativo (Cavalcante *et al.*, 2022), consideramos pertinente compreender o protesto a partir da produção, da circulação e da compreensão de textos. Assim, nosso trabalho parte de propriedades definidoras do texto para descrever e compreender o funcionamento do evento textual de protesto a partir de aspectos tecnológicos e linguageiros no espaço digital on-line.

Desse modo, mobilizamos e alinhamos noções de diferentes disciplinas que respaldam os critérios analíticos deste estudo. Com a Psicologia Social do Protesto (doravante PSP), utilizamos a noção de motivações do protesto, fundamentadas por Klandermans (2015) e Stekelenburg e Klandermans (2023). No entanto, tendo em vista que esses autores não desenvolvem o estudo do protesto a partir da linguagem, fundamentamo-nos na noção de polêmica pública defendida por Amossy (2017), pois a analista do discurso concebe o protesto como função social da polêmica no âmbito da comunicação verbal, possibilitando-nos a análise textual das motivações do protesto que realizamos nesta pesquisa. Com relação à noção de texto e de interação digital, recorreremos a estudos desenvolvidos por pesquisadores do grupo PROTEXTO<sup>10</sup> para analisar o processo de referenciação, bem como a confluência entre linguagem e tecnologia em textos digitais nativos.

## 2 PROTESTO E POLÊMICA PÚBLICA

Este trabalho, que se filia à Linguística Textual (doravante LT) de caráter interdisciplinar, propõe uma aproximação com a chamada Psicologia Social do Protesto, uma teoria que faz uma abordagem psicossocial tendo o sujeito como unidade de análise. Vemos essa aproximação como a mais produtiva, dentre as teorias que lidam com o protesto, considerando seu foco nas motivações dos sujeitos, de ordem cognitiva e social, para participar (ou não) desse tipo de ação coletiva. Entretanto, não é nosso foco tratar sobre o sujeito nesta pesquisa, já que o objeto da LT é o texto, mas esse elemento nos permite falar em um diálogo amistoso entre as duas disciplinas, pois o sujeito da PSP é dotado de uma motivação e age intencionalmente na prática discursiva de protesto a partir de uma significação sociocultural que o constitui, tal noção de sujeito pode ser entendido, também, no âmbito da LT brasileira praticada pelo grupo PROTEXTO (Cavalcante *et al.*, 2020).

De acordo com Klandermans (2025) e Rosa e Klandermans (2022), além de fatores como a insatisfação, as queixas e o contexto social, é importante considerarmos que os

<sup>10</sup> Grupo brasileiro de pesquisa em Linguística Textual fundado pela Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante e liderado pela Profa. Dra. Mariza Angélica Paiva Brito.

sujeitos tentam influenciar o ambiente político e social no qual se inserem, identificam-se com um grupo como motor da participação em movimentos de protesto e buscam expressar suas emoções, seus desejos e suas visões de mundo contra os alvos da ação coletiva.

É com base nessas constatações que Stekelenburg e Klandermans (2023) classificam as três razões fundamentais pelas quais as pessoas participam de movimentos sociais de protesto: a) *Intrumentalidade*: nasce a partir de uma insatisfação diante de uma experiência psicossocial que desperta um desejo por mudança. Nesse sentido, de uma perspectiva instrumental, a ação coletiva de protesto reclama por uma solução de suas queixas; b) *Identidade*: os sujeitos podem querer atuar como membros de um determinado grupo, para isso, identificam-se como tal, mas também identificam o alvo (um indivíduo, um grupo, uma instituição etc.) como o adversário; e c) *Expressividade e emoções*: o movimento social de protesto é o lugar para que os sujeitos expressem suas paixões, suas visões de mundo, suas emoções, sua raiva.

Neste artigo, discutimos a relação da polêmica pública com o protesto, destacando o conflito verbal no espaço democrático como constitutivo desse tipo de ação coletiva, bem como indicamos a nossa aproximação com a teoria de Ruth Amossy (2017, 2018), que trata ambos os fenômenos – polêmica e protesto – no âmbito da comunicação verbal<sup>11</sup>. Assim, fazemos breves esclarecimentos teóricos sobre o lugar do dissenso nos estudos argumentativos e apresentamos os aspectos que definem a Teoria da Argumentação no Discurso (doravante TAD), dando ênfase às características da modalidade argumentativa polêmica e à função social de protesto dessa modalidade.

Em seus estudos, Amossy defende uma argumentação retórica que engloba todas as modalidades segundo as quais a fala tenta agir no espaço social. Consequentemente, a TAD insiste na argumentação como aspecto inerente de toda atividade discursiva, o que leva a pesquisadora a colocar o dissenso no campo da retórica, já que a polêmica pública, outrora considerada como uma etapa a ser superada pelas retóricas clássica e contemporânea, passa a ser concebida como uma modalidade argumentativa do discurso. Desse modo, a autora redefine o conceito de argumentação como:

[...] a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário. [...] [a] tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir (Amossy, 2011, p. 130).

Ao considerar que a argumentação “não participa somente dos textos que tentam fazer aceitar uma tese bem definida, mas também daqueles que levam a compartilhar um ponto de vista sobre o real, reforçando valores, orientando a reflexão” (Amossy, 2018, p. 46), a TAD destaca dois modos distintos de apreender os modos de organização da argumentatividade

<sup>11</sup> É necessário frisarmos que, nesta pesquisa, faz-se necessário darmos ênfase a essa aproximação com a teoria da autora, já que, como na Linguística Textual, Ruth Amossy desenvolve sua reflexão a partir da linguagem, da comunicação verbal, do discurso e do texto. Ou seja, vamos incorporar as noções da Psicologia Social do Protesto, mas adaptá-las aos nossos interesses em uma pesquisa que tem como foco o texto e suas dimensões, utilizando a Teoria da Argumentação no Discurso de Amossy como um dos pilares que nos possibilita esse percurso investigativo.

no discurso: pela *visada argumentativa* (tentativa programada para persuadir o outro) e pela *dimensão argumentativa* (compartilhamento de um ponto de vista, de um modo de sentir).

A distinção entre esses dois modos de organização argumentativa nos discursos levou Amossy a defender um *continuum* da argumentação, em que se pode observar módulos argumentativos (ou modalidades argumentativas), que são “tipos de trocas argumentativas que, atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a argumentação funciona tanto num quadro dialogal quanto num dialógico” (Amossy, 2008, p. 232).

Partindo disso, ela classifica em seis tipos as modalidades argumentativas: demonstrativa, pedagógica, patêmica, de coconstrução, negociada e polêmica. Neste estudo, interessa-nos tratar sobre a modalidade argumentativa polêmica, tendo em vista sua função social de protesto. Assim, ressaltamos a necessidade do diálogo que construímos nesta pesquisa entre a TAD e a Psicologia Social do Protesto, tendo em vista que o estudo do protesto, no âmbito da polêmica pública, possibilita-nos abordar textualmente as motivações apresentadas pelos psicólogos sociais do protesto, já que a teoria de Amossy encontra-se no domínio da comunicação verbal.

É necessário, sem dúvida, insistir sobre o fato de que a polêmica permanece, por definição, no quadro da comunicação verbal. Ela não é, em si, ação, e a retórica do *dissenso* se diferencia nisso da retórica coercitiva como ação simbólica conduzida nas manifestações, nas greves, nas ocupações dos lugares etc. Ela não gerencia conflitos sociais, mas conflitos de opinião envolvidos em conflitos sociais. (Amossy, 2017, p. 213-214).

Os traços que caracterizam a polêmica como modalidade argumentativa do discurso constituem uma *ancoragem conflitual*: a dicotomização (aspecto que dificulta a busca pelo acordo), a polarização social (divisão de grupos que se excluem mutuamente) e a desqualificação do adversário (formas de atacar o discurso e/ou a pessoa que assume o papel de adversário).

Para além desses traços definidores, observamos que a modalidade polêmica é marcada por um contradiscurso que lhe constitui, já que ela gerencia o conflito por assegurar a coexistência no dissenso, mas isso não deve alimentar a equivocada ideia de que a polêmica é o resultado de um fracasso. Ao contrário, segundo Amossy (2017), essa modalidade argumentativa possibilita a exacerbação dos conflitos participando da construção dos espaços públicos e da deliberação cidadã. Mas, além da função global que é a coexistência no dissenso, a polêmica pública “pode também, de acordo com as circunstâncias, cumprir outras funções sociais” (p. 210)

Nesta pesquisa, interessa-nos a função social de protesto. Para a autora, essa função da polêmica ocorre nos casos em que os polemistas utilizam o discurso polêmico como recurso de acusação e de denúncia. Aqui, fazemos um adendo para esclarecer que nem todo discurso polêmico é um discurso de protesto, pelo menos é o que temos observado nos casos concretos analisados pela autora em seus estudos. Por outro lado, não podemos afirmar categoricamente que todo discurso de protesto é um discurso polêmico, pois, apesar de analisarmos textos de protestos situados em polêmicas, é necessário um estudo mais profundo para contemplar essa problemática.

No âmbito dos estudos sociais, Tarrow (2009) defende que o protesto se dá na interação sustentada entre protestantes e opositores/autoridades. Amossy (2017) reconhece essa relação de força, destacando que, quando a polêmica se reveste em um discurso de protesto, não só aponta um erro, uma insatisfação, como também se levanta contra seus instigadores, adjuvantes ou defensores.

O protesto supõe uma recusa e um desejo de mudança; inscrevendo-se numa relação de força, ele acontece como um ato de resistência. Para tanto, ele faz apelo efetivamente àqueles que detêm o poder para intimar a satisfazer reivindicações ancoradas em valores éticos ou em princípios sociais. (Amossy, 2017, p. 213).

Salientamos que compreendemos o opositor ou a autoridade como alguém que não está apenas vinculado ao campo político. Esse alvo do protesto pode ser, também, um sujeito que detenha uma forte influência social, um status elevado que lhe garante prestígio na vida pública, e ele não se resume a apenas um sujeito, pode ocorrer que um grupo ou uma instituição assumam esse lugar que desperta as insatisfações e queixas dos protestantes.

Justificamos, portanto, a escolha em dialogar com essas duas teorias por duas razões práticas: primeiramente, ambas compreendem o protesto como atividade humana que se desenvolve no espaço democrático, e é nesse espaço que circulam os textos que produzem sentidos nas práticas discursivas de protestos.

Em segundo lugar, as motivações do protesto não são pensadas na e pela comunicação verbal, o que faz necessário adequá-las ao quadro teórico apresentado por Amossy (2017), já que a Teoria da Argumentação no Discurso, além de considerar aspectos linguageiros, genéricos, dialógicos, figurais e comunicacionais, é uma abordagem textual, embora consideremos, nesta pesquisa, o texto em um sentido mais amplo que a noção de “conjunto coerente de enunciados que formam um todo [...] [em] procedimentos de ligação que comandam seu desenvolvimento” (Amossy, 2018, p. 41).

Desse modo, adotamos o texto como ponto de partida para compreendermos os demais aspectos que constituem as interações nas ações coletivas de protesto. Assim, seu lugar é no centro de nossa observação e não mais um aspecto periférico que compõe a análise de outros elementos desse tipo de movimento social. Sendo assim, devemos entender a democracia como o elo fundamental entre protesto e polêmica pública, que revela o caráter político dos textos produzidos em protestos; já a polêmica deve ser concebida como o fenômeno que possibilita o desenvolvimento de posições antagônicas no debate verbal público que gera o protesto; e este último, por sua vez, deve ser compreendido como o espaço das queixas e dos motivos que levam os sujeitos à ação coletiva.

### **3 (RE)CATEGORIZAÇÃO DE OBJETOS DE DISCURSO E INTERAÇÕES TECNOLINGUAGEIRAS**

No tocante à referenciação, entendemos, à luz de estudos realizados por Mondada (1994) e por Mondada e Dubois ([1995] 2003), que a língua não é um espelho fiel da

realidade. As autoras abandonam a noção de que a ação de referir seja algo pronto e acabado para assumir a noção de instabilidade do real. Partindo dessa perspectiva, o sujeito utiliza a língua para nomear as coisas do mundo a partir de suas experiências e intenções, utilizando a língua ou outras formas de expressão para representar (e construir) o real.

Para nós, essa constatação inicial já valida muito essa categoria para a análise do nosso *corpus*, já que, para o movimento social de protesto, torna-se necessário que os protestantes, para evidenciar os propósitos comunicativos do grupo, utilizem variadas formas de expressão que têm relação com o construto linguístico e social que identificam esse grupo como tal, bem como, ainda, constroem uma identificação para o alvo da ação coletiva.

Segundo Koch (2008), quando um objeto do mundo é mobilizado na atividade discursiva do locutor, esse objeto passa a ser um objeto de discurso, podendo ser, a cada retomada, construído e reconstruído. Assim, no evento textual, o desenvolvimento do referente se dá de acordo com as intenções discursivas do locutor, que opera a mobilização desse referente, modelando-o ao discurso. Desse modo, podemos concluir, ancorados em Cavalcante (2018), que o processo de referenciação condiz com a noção de que a realidade é instável quando inserida nas práticas discursivas, ou seja, o ato de referir não é algo pronto, já que é no texto que, mais do que uma representação, se (re)constrói o real.

Além disso, o processo de referenciação se dá na negociação de sentidos entre os interlocutores. Custódio Filho (2017) destaca, por exemplo, que, numa questão polêmica, há distintas construções dos referentes envolvidos na interação em um processo de negociação entre os participantes. É a negociação, portanto, que permite que os interlocutores compreendam as construções referenciais, mesmo nos casos em que se encontram em posição de conflito. Assim, segundo Cavalcante (2018, p. 105):

Como se costuma dizer, para um fato, há sempre várias interpretações. Para a referenciação, essa ideia é muito preciosa. Na verdade, o processo de construção dos referentes implica que, no fundo, o papel da linguagem não é o de expressar fielmente uma realidade pronta e acabada, mas, sim, o de construir, por meio da linguagem, uma versão, uma elaboração dos eventos ocorridos, sabidos, experimentados. É muito importante que isso fique claro, pois isso é o principal pressuposto da referenciação: os eventos ocorridos, as experiências vividas no mundo não são estáveis, não são estáticos. Eles sempre são reelaborados a fim de que façam sentido.

Em outras palavras, o locutor elabora a realidade conforme seus propósitos comunicativos, no entanto, a construção do referente não ocorre sem que se leve em conta o parceiro da comunicação. Na interação, os interlocutores negociam o referente, e é a partir daí que os sentidos vão sendo construídos, em conformidade com o diálogo que se desenvolve.

Com relação a isso, a autora supracitada reforça que o locutor só constrói seu texto em colaboração com o outro, por isso a referenciação é um processo de negociação. Desse modo, a reelaboração da realidade não é uma ação isolada, totalmente subjetiva, ao contrário dessa perspectiva, esse processo se efetiva como uma subjetividade partilhada.

[...] nas interações, as ideias não se processam isoladamente na mente de cada sujeito, mas dependem de como cada um percebe a ação dos outros participantes incluídos na situação.

E o modo como cada um compreende essas ações varia de acordo com a bagagem de conhecimentos de cada indivíduo e de circunstâncias contextuais momentâneas. (*ibidem*, p. 110).

Destacamos, também, que, na produção textual, o interlocutor aciona conhecimentos e experiência sociais na construção de referentes, por isso a referenciação é uma atividade sociocognitiva. Isto é, o ato de referir abrange as experiências de vida dos parceiros da comunicação, que instauram a compreensão do sentido do texto a partir de processos mentais e aspectos socioculturais pertinentes para uma determinada interação. Sobre isso, Cavalcante (2018, p. 113) destaca que:

De um lado, o aspecto social põe em relevo a necessidade de se analisarem as expressões referenciais sob o foco dos vários fatores sociais que interferem na configuração textual e que localizam além dos fatores estritamente linguísticos. Por outro lado, o aspecto cognitivo enfatiza que o processamento referencial é cognitivamente motivado, estratégico, no sentido de que os interlocutores selecionam formas de atuar sobre a produção e recepção de textos, utilizando para tanto o conhecimento (em algum nível) proveniente de sua “bagagem” mental.

Tendo em vista essas características da referenciação, vamos entender esse processo como a mobilização de processos linguísticos, cognitivos, situacionais, sociais e interacionais para a produção de sentidos a partir de referentes (re)construídos no evento textual.

Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) classificam os processos de referenciação da seguinte maneira: *Introdução referencial*, *Anáforas* e *Dêixis*. Segundo Koch e Elias (2012), a introdução de referentes diz respeito aos objetos que aparecem no texto pela primeira vez. Esses referentes são sinalizados pelo uso de elementos verbais, bem como não verbais. Esse tipo de processo referencial pode ocorrer por meio de uma introdução ancorada, já que o referente introduzido pode estar ancorado a um elemento anterior do texto, ou seja, quando o objeto de discurso é inserido no texto associado a outros referentes já estreados. Além disso, a introdução pode ocorrer de forma não ancorada, nesse caso o referente surge pela primeira vez no texto com a sua primeira categorização, pois não há relação com nenhum outro referente.

A anáfora, por sua vez, segundo Cavalcante e Soares (2017), é um processo de manutenção e progressão do referente no texto, de modo que o objeto de discurso permanece em foco. Assim, de um lado, a anáfora é direta (correferencial) quando retoma um mesmo referente já estreado no texto. Por outro lado, ela pode ser indireta (não correferencial) quando não estabelece uma relação direta com o objeto de discurso apresentado no texto, tendo em vista que, ao contrário da anáfora correferencial, aciona referentes que apresentam um vínculo contextual com referentes expressos no cotexto ou com pistas contextuais de qualquer natureza. Por último, tem-se a anáfora encapsuladora, que antecipa ou resume porções textuais.

No que diz respeito a dêixis, o processo referencial, diferentemente da introdução referencial e da anáfora, consiste em identificar a entidade a que ele se refere, apontando quem está enunciando a expressão dêitica e o local ou o tempo em que esse enunciatador se

encontra. Trata-se, segundo Cavalcante (2018), das coordenadas dêiticas fundamentais para a identificação e localização de diversos aspectos que compõe uma situação de enunciação em que há pelo menos dois participantes.

Nesta pesquisa, não utilizamos os tipos dêiticos para a análise do texto digital de protesto, pois interessa-nos analisar a ocorrência de categorizações e recategorizações a partir dos processos referenciais de introdução de referentes (a primeira categorização de um objeto de discurso quando ocorre por meio de uma expressão nominal, dando ao objeto um significado que pode ou não ser mantido durante a interação) e de retomada do referente na atividade textual (a retoma a um referente já estreado com o intuito de reativá-lo de acordo com a intenção comunicativa do locutor). Acreditamos que esses processos contribuem para os pontos de vista elencados pelos sujeitos que participam de ações coletivas de protesto, seja para reforçar seus posicionamentos evidenciando suas motivações, seja para atacar o alvo do movimento.

Além disso, destacamos que, como unidade multissemiótica, principalmente no ambiente digital on-line, as imagens desempenham funções de estrear e retomar referentes no texto. É com base nisso que Meireles (2024) analisa a recategorização por meio do aspecto imagético de textos multimodais. Diante do exposto, consideramos necessário analisar a referenciação como categoria que nos possibilita compreender os sentidos construídos no texto digital de protesto. No entanto, devido à natureza tecnodiscursiva desses textos, devemos esclarecer os aspectos tecnolinguageiros que constituem as interações digitais situadas nas ações coletivas de protesto que se desenvolvem no ecossistema X. Assim, consideramos pertinente levar em conta os aspectos que constituem a interação no ambiente digital, pois, no mundo atual, cercado pelas possibilidades da era digital on-line, a interação alcança novos patamares que lhe imprimem novas características, e que, conseqüentemente, afetam significativamente a maneira de se produzir, de fazer circular e de interpretar textos. Nesse sentido, segundo Muniz-Lima (2024), o texto acontece em interação e tem seu início, meio e fim determinados nesse processo.

No quadro a seguir, observamos os aspectos que contribuem para a construção de sentidos em contexto digital apontados por Muniz-Lima (2022, 2024) e damos ênfase à interatividade e aos sistemas semióticos:

**Quadro 1** – Aspectos envolvidos na interação digital

<b>Mídia</b>	Meio tecnolinguageiro que configura os processos de coconstrução de sentidos entre interlocutores, organizando a produção e recepção de textos, fazendo-os circular.
<b>Suporte</b>	Parte física ou mais material dos elementos da interação.
<b>Interatividade</b>	Aspecto tecnolinguageiro que diz respeito ao processo de ações diretas, ativas e síncronas entre interlocutores no processo de construção de sentidos e que se apresenta em níveis, em função do controle do conteúdo, do caráter dialogal e da sincronicidade.
<b>Sistemas semióticos</b>	A interferência dos sistemas semióticos escrito, oral, imagético, gestual e sonoro no processo de construção de sentidos em contexto digital.

Fonte: Elaborado a partir de Muniz-Lima (2022, 2024).

A *interatividade* diz respeito ao uso de ações diretas, ativas e síncronas no processo de construção de sentidos entre interlocutores numa interação digital. Assim, Muniz-Lima (2024) destaca três aspectos pelos quais podemos observar a interatividade: 1. Pelo *controle do conteúdo* – os interlocutores podem controlar ou reagir aos textos de diversas formas no ambiente digital, seja por meio de recursos tecnológicas de edição, de compartilhamento ou até mesmo de exclusão. 2. Pelo *caráter dialogal* – nas interações digitais, os interlocutores dispõem de inúmeras possibilidades para instaurar trocas de turnos, estabelecendo respostas entre si a partir de trocas dialogais, sejam elas monogeridas ou poligeridas. 3. Pela *sincronicidade* – esse aspecto corresponde ao tempo de resposta na interação digital, que pode ser menor ou maior, dependendo do nível de engajamento ativo dos interlocutores, assim, para a autora, quanto menor o tempo de resposta, maior será o nível de interatividade entre os participantes da interação.

No que diz respeito aos sistemas semióticos, devemos salientar que a noção de texto que utilizamos nesta pesquisa já nos orienta a considerar esse aspecto como pertinente para a construção de sentidos, já que o texto é uma unidade de natureza multimodal (Cavalcante *et al.*, 2022). Assim, para a análise de textos digitais nativos, faz-se necessário considerar a *oralidade*, que pode, por exemplo, se revelar de forma bem explícita por meio de uma videoaula on-line, a *escrita*, que se dá pelo uso de grafemas nas produções tecnolinguageiras, a *imagem*, aspecto muito utilizado nas interações digitais, seja em sua forma dinâmica (*gifs* animados, por exemplo), seja em sua forma estática, o *gesto*, que corresponde às expressões faciais, aos olhares, às mímicas etc., e, por último, o *som*, sistema relacionado aos sons, às melodias, aos ruídos etc. Muniz-Lima (2024) destaca que a diferença entre o sistema semiótico oral e o sistema semiótico sonora consiste em que o primeiro está relacionado ao canal fônico, estando o sonoro relacionado a todos os outros tipos de sons que podemos identificar nas interações digitais.

#### 4 A POLÊMICA SOBRE A SUSPENSÃO DO X NO BRASIL

Desde 2023, quando ainda utilizava o nome Twitter, após os atos golpistas de 8 de janeiro, a rede social X vem enfrentando uma série de decisões judiciais que envolvem os ataques ao Congresso Nacional do Brasil. A situação entre a lei brasileira e a rede social fica mais tensa após o X fechar, em 17 de agosto de 2024, seu escritório no Brasil, ficando sem representante legal no país. Diante disso, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em 29 de agosto do mesmo ano, estabelece um prazo de 24 horas para que Elon Musk, dono da rede social X desde 2022, nomeie um representante legal no Brasil, o que acaba não acontecendo. Assim, em 30 de agosto, o ministro determina a suspensão imediata do X em todo o território nacional.

Todo esse cenário de embate, mais precisamente representado pela figura do ministro Alexandre de Moraes e pela figura do bilionário Elon Musk, desencadeia uma polêmica pública, já que ambos acabam representando blocos ideológicos distintos na política

brasileira. O ministro, por exemplo, foi e continua sendo alvo de vários ataques de seguidores de Jair Bolsonaro, devido sua atuação, na linha de frente, nos casos de investigação que envolve o ex-presidente e vários bolsonaristas. Musk, por sua vez, é apreciado por movimentos de extrema-direita, já que, além de se aproximar a líderes dessa corrente política, como já aconteceu com Jair Bolsonaro, favorece a livre circulação de discursos de ódio e notícias falsas na rede social X, o que já lhe causou grandes problemas em alguns países.

Nessa polêmica, as duas figuras acabam formando uma polarização social no Brasil: há aqueles que defendem as decisões da justiça brasileira e há aqueles que falam em censura. A partir disso, observamos que essa polêmica levou a dois movimentos de protesto (seguindo essa polarização social), mas, para a análise, vamos dar ênfase a um dos lados da polarização a partir do texto 1.

### Texto 1 – Protesto contra X e Elon Musk



Fonte: X.

Nesse texto digital de protesto, a internauta parte de uma motivação predominantemente identitária, já que busca fortalecer a imagem da soberania do Brasil a partir de uma decisão legal tomada pelo ministro Alexandre de Moraes. Para tanto, a autora faz uso de recursos verbais e imagéticos que categorizam e recategorizam referentes acionados no evento textual.

Isto é, as expressões nominais “Elon Musk” e “Brasil”, esta última acompanhada por emojis que representam a bandeira brasileira, introduzem dois referentes no texto, com suas primeiras categorizações. Por outro lado, a citação à charge de Carlos Latuff, composta por elementos imagéticos, recategoriza esses dois referentes, construindo sentidos que valorizam o Brasil e diminuem o poder de Musk: no elemento imagético em que aparece sendo chutado do Brasil com uma mala escrita X (a marca da rede social) e papéis voando em torno de si com as expressões “FAKE NEWS”, o bilionário é recategorizado como um sujeito que não respeita as leis brasileiras e que, além disso, promove a livre circulação de crimes na rede social da qual é proprietário.

Já o Brasil é recategorizado pelo recurso imagético em que há Alexandre de Moraes pisando em território brasileiro, para reforçar sua vinculação e identidade ao Brasil, ao mesmo tempo em que chuta o bilionário Elon Musk desse território. Assim, não se trata apenas de declarar um apoio à decisão do ministro da Suprema Corte, mas também ressaltar a soberania do Brasil diante de qualquer influência estrangeira que queira passar por cima das leis brasileiras, mesmo que seja alguém que detenha um patrimônio gigantesco e seja dono de uma das maiores redes sociais digitais do planeta Terra.

Como podemos observar, o processo de referenciação se dá a partir de sistemas semióticos distintos e com o uso de recursos tecnológicos, como os emojis da bandeira e a citação da charge, composição frequente nesse tipo de texto digital nativo. Cabe mencionar, ainda, o caráter dialogal nessa interação digital, já que esse tuíte é uma resposta a um tuíte anterior (do @brasil247), estabelecendo uma troca de turno com alto nível de sincronicidade. Isso se dá a partir de um espaço de comentários da própria rede social X, promovendo o aumento desse texto digital.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado a importância e as possibilidades de interação na rede social X, o protesto contemporâneo tem utilizado esse ecossistema como palco de ações coletivas. O texto, que nessa mídia se constitui pela multimodalidade e pela relação entre linguagem e tecnologia, ganha características distintas dos textos de protestos de rua. Diante desse novo cenário de protestos, temos observado, a partir da análise do texto, que os processos referenciais reforçam as identidades impostas pelos sujeitos que participam de práticas discursivas de protesto no ecossistema X, reforçando um posicionamento e sinalizando as motivações dos participantes da ação coletiva.

Por fim, destacamos o elo entre polêmica pública e protesto, tendo em vista o papel decisivo que os dois fenômenos têm para questões que sempre colocam pelo menos dois lados em oposição numa sociedade democrática.

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. *In*: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Org.). **Análises do discurso hoje**, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.

EMEDIATO, W. Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. **EID&A**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2018.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística Textual e Argumentação**. Campinas, SP: Pontes editores, 2020.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE, M. M.; SOARES, M. Recategorização por nome próprio nos processos referenciais. **Revista de Letras**, v. 36, n. 2, p. 115-126, 2017.

CUSTÓDIO FILHO, V. Rediscutindo o princípio de construção negociada dos objetos de discurso. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 2, n. 36, p. 63-77, 2017.

KLANDERMANS, B. A oferta e a demanda da participação: os correlatos psico-sociais da participação nos movimentos sociais. *In*: SILVA, A. S.; CORRÊA, F. (Org). **No interstício das disciplinaridades: a psicologia política**. 1. ed. Curitiba: Editora Primas, 2015, p. 123-173.

KOCH, I. G. V. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender**. São Paulo: Contexto, 2012.

MEIRELES, T. B. L. **A recategorização imagética e o composto de gêneros na construção de sentidos e interatividade em memes verbo-imagéticos**. 2024. (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Piauí, 2024.

MONDADA, L. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: approche linguistique de la construction des objets de discours**. Tese, Université de Lausanne, Lausanne, 1994.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In*: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org.). **Referenciação**. Clássicos da linguística. v. 1. São Paulo: Contexto, 2003.

MUNIZ-LIMA, I. **Modos de interação em contexto digital**. 2022. 178 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

MUNIZ-LIMA, I. **Linguística textual e interação digital**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

ROSA, L. A.; KLANDERMANS, B. Psicologia Social do Protesto: um panorama teórico a partir da realidade brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/NRBy7M6Gs3h7Qpm9Pht7Qsj/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2024.

STEKELENBURG, J. V.; KLANDERMANS, B. **A social psychology of protest**. Cambridge University Press, 2023.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

# UM ENSAIO SOBRE A MEMÓRIA DO PROJETO “UM OLHAR SENSÍVEL PARA PERCEPÇÃO DO MUNDO” DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA EM TEATRO

**Adailton Silva Sousa**<sup>12</sup>

Universidade Federal do Maranhão

**Tamilde Machado Lopes**<sup>13</sup>

Universidade Federal do Maranhão

**Ana Socorro Ramos Braga**<sup>14</sup>

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

Esta comunicação tem como objetivo expor nossas andanças no Programa Residência Pedagógica onde tivemos a oportunidade de vivenciar experiências docentes na escola-campo Centro Educa Mais Santos Dumont, em Vargem Grande - Maranhão, refletindo sobre três etapas do percurso: os roteiros culturais e pedagógicos pelas cidades de São Luís e Vargem Grande; a aproximação com a escola-campo e com os alunos de nível médio e a realização de oficinas de teatro. Discutimos os procedimentos que resultaram em uma abordagem que nomeamos de *teado de bagagens* que surgiu a partir da ressignificação da técnica de teatro jornal do teatrólogo brasileiro Augusto Boal (2019), dialogando com as propostas de mediação cultural apontadas por Ney Wendell (2015). Nas considerações finais o leitor poderá acompanhar a assunção das nossas inseguranças no exercício da prática docente e como ela se refaz a partir de uma prática dialógica e reflexiva, identificando assim rastros de processos de formação para professores dessa área de conhecimento em seus modos próprios de ser e estar na educação escolar.

**Palavras-chave:** experiência docente; docência em teatro; ensino médio; teado de bagagens.

## 1 INTRODUÇÃO

Abordamos as nossas andanças no projeto *Um olhar sensível para percepção do mundo: processo de medição teatral com obras que dialogam com a escrita do eu* no Programa Residência Pedagógica na linguagem Teatro, onde tivemos a oportunidade de vivenciar experiências na escola-campo C.E Educa Mais Santos Dumont, em Vargem Grande - Maranhão<sup>15</sup>. Refletimos sobre três etapas do percurso formativo: os roteiros culturais e pedagógicos pelas cidades de São Luís e Vargem Grande; a aproximação com a escola-campo e com os alunos; e a

<sup>12</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Email: adailton.ss@discente.ufma.br.

<sup>13</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Maranhão. - UFMA. Email: tamilde.machado@discente.ufma.br.

<sup>14</sup> Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup> do Departamento de Artes Cênicas do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Email: ana.socorro@ufma.br.

<sup>15</sup> Subprojeto Teatro PRP- 2022 a 2024 sob a coordenação docente professora Ana Socorro Ramos Braga, co-autora desse texto, tendo como preceptor o professor Neudson Antônio da Costa Penha.

realização de oficinas de teatro. Nas considerações finais o leitor poderá acompanhar a assunção das nossas inseguranças no exercício da prática docente e como ela se refaz a partir de uma prática dialógica e reflexiva sobre a docência em Arte/Teatro, identificando assim rastros de processos de formação para professores dessa área de conhecimento em seus modos próprios de ser e estar na educação escolar.

Este texto refere-se às atividades desenvolvidas em três módulos do referido Programa. No primeiro módulo fomos apresentados à escola C.E Sotero dos Reis e à C.E. João Paulo II<sup>16</sup>, e aos demais preceptores, tendo como leitura as diretrizes para o ensino da Arte e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Realizamos, neste módulo, uma atividade de pesquisa sobre a cidade de Vargem Grande e a Escola Centro Educa Mais Santos Dumont, que foi apresentada em formato de seminário em nosso encontro formativo na Casa de Cultura Josué Montello<sup>17</sup> no centro de São Luís. Após a apresentação dos dados coletados pela pesquisa, o preceptor expôs a estrutura organizacional e física da instituição, oferecendo também uma visão geral dos projetos artísticos e culturais desenvolvidos na escola-campo<sup>18</sup>.

Como estratégia de formação a primeira leitura recomendada foi a do romance épico *Os Tambores de São Luís*<sup>19</sup>, de Josué Montello, na intenção de nos incentivar a reflexão dos caminhos de vida, assim como fazia o personagem da obra, Damião, observando os atos performativos despercebidos no dia a dia e exumando narrativas de sujeitos apagados pela história. A narrativa montelliana da saga de Damião, então com 80 anos de idade, se passa no percurso entre a Casa das Minas, centro religioso de matriz africana jeje, à casa de sua bisneta no bairro da Camboa. A visita à Casa de Cultura Josué Montello foi pensada como estratégia de aproximação dos residentes com o universo literário deste autor, mas também como ponto de partida para outros caminhos e percursos de formação, e também com o objetivo de refletir a respeito de questões sociais como a escravização de africanos no séculos XIX, pobreza e acesso à educação, racismo e violência estrutural. Consoante a esses objetivos, outras referências foram indicadas para nosso acervo de estudos e pesquisas, a saber: *Tremores: Escritos Sobre a Experiência* (Larrosa, 2015); *A Pedagogia da Autonomia* (Freire, 2023); *John Dewey e os escritos sobre experiência* (Westbrook, 2010); *Estratégias de Mediação Cultural* (Wendell, 2011), e *Memória da Plantação* (Kilomba, 2019).

No segundo módulo, relatamos os caminhos de aproximação com a escola-campo, sua estrutura pedagógica, didática e os encontros com os alunos, bem como com as leituras e

16 O núcleo de Teatro foi composto pelas escolas de ensino médio do sistema de ensino estadual localizadas respectivamente nos bairros Centro e Turu em São Luís, capital do Estado e a escola Centro Educa Mais Santos Dumont, na cidade de Vargem Grande, situada a cerca de 170 km da capital.

17 A referida Casa de Cultura, localizada na Rua das Hortas, nº 327, “destina-se a promover e apoiar estudos, pesquisas e trabalhos, nas áreas da literatura, ciências sociais, história, geografia, enfim, das manifestações artísticas e culturais do Estado, além de guardar e preservar a documentação referente à vida e obra do escritor maranhense Josué Montello”. Informação disponível no seguinte endereço: <https://www.ameimais.org/casadeculturajosuemontello>

18 O preceptor entregou uma apostila com as informações da escola-campo que serviram de base para que fossem pensadas as possíveis estratégias a serem discutidas pelos residentes Wilton Hudson, Joice Sousa, Denilson Rodrigues e Tamilde Machado.

19 Ressaltamos que uma das dificuldades para a leitura desse romance é o fato de todas as edições estarem esgotadas e aqueles exemplares disponíveis para empréstimo tanto pela própria Casa de Cultura quanto pela Biblioteca Pública Benedito Leite serem insuficientes para atender a demanda.

formação ao longo do processo que orientam as reflexões aqui elaboradas. Desse momento inicial, ressaltamos as implicações culturais específicas daquele contexto, para, em seguida, relacioná-la à imersão no contexto escolar ao projeto de residência pedagógica que se estabelece entre identidades locais e as nossas próprias e memórias, e como esses conteúdos poderiam ser trabalhados com os alunos de nível médio através da atividade/ação que nomeamos de *teado* de bagagens.

## 2 IDENTIDADE E MEMÓRIA - OS CAMINHOS PARA PENSAR A DOCÊNCIA DO TEATRO

O calendário de atividades foi pensado para registrar nossos encontros, reuniões, processos formativos, viagens e as atividades realizadas ou a desenvolver, funcionando como um diário visual. Diante dos roteiros culturais e pedagógicos experienciados, buscamos atribuir sentido a essa metodologia abordada por nossa coordenadora. Jorge Larrosa (2015), como entendemos, aborda a importância das experiências vividas e registradas, destacando a importância do ato da escrita a partir de si mesmo, e com isso colocar a si mesmo em jogo no que se diz ou pensa. Falar ou escrever, deste modo, significa abandonar a segurança de qualquer posição para se expor na insegurança das próprias palavras, na incerteza dos próprios pensamentos, atribuindo significado às experiências vividas.

Na ida à Vargem Grande, visitamos a escola Centro Educa Mais Santos Dumont e fomos apresentados ao grupo responsável pela organização da quadrilha junina da escola, denominada Filhos do Sertão, que em busca da sua própria identidade artística, expressou o desejo de criar um enredo inspirado na memória e trajetória de Negro Cosme, e nos eventos decorrentes da Balaiada, ressurreição de escravizados que eclodiu na antiga Vila da Manga, hoje município de Nina Rodrigues<sup>20</sup>. Os alunos intitulam este enredo de “Balaios de poesia”, assim, ficou estabelecido que a concepção desse enredo estaria sob nossa orientação. Como resultado desse encontro, o preceptor Neudson Penha compartilhou artigos acadêmicos que discutiam o movimento da Balaiada, situando-nos acerca desse fato histórico. De nossa parte, iniciamos pesquisa sobre etnocenologia<sup>21</sup> com o objetivo identificar no campo do Teatro a espetacularidade das quadrilhas juninas e contribuir no enredo da quadrilha junina proposto pelos alunos. Em virtude de não residirmos na cidade, criamos um grupo na plataforma de mensagens *WhatsApp* para acompanharmos o processo de criação deles. Nesse ponto de aproximação com os alunos, ressaltamos a escuta de suas referências reconhecendo a necessidade de nossa imersão no universo das vivências culturais locais que nos levariam a construção dessa visão sensível para com o mundo.

Além de Negro Cosme, outra referência local que recupera os tempos da escravidão, é a devoção a São Raimundo dos Mulundus, um santo vaqueiro assim santificado pelo

<sup>20</sup> Cidade vizinha dos municípios de São Benedito do Rio Preto e Vargem Grande, situando-se a 9 km a norte-leste da sede urbana de Vargem Grande.

<sup>21</sup> Para Silva (2018), a etnocenologia é uma forma de identificar não apenas o Teatro, mas também outras formas de espetáculo presentes nas práticas humanas.

povo que lhe atribui milagres e se mantém no imaginário local onde é festejado nos meses de agosto e outubro. Esta referência nos acompanhou como fator de aproximação com universos culturais até então desconhecidos. Tanto a participação na romaria, realizada anualmente no dia 22 de agosto, quanto a visita a Mulundus, onde teve origem a devoção a este santo, serviu para repensarmos os conteúdos e procedimentos em teatro. O poema *Margens* escrito pela segunda autora revela o quão importante é esse nome para os vargem-grandenses e para a nossa compreensão dos costumes e da cultura local, ao qual vivenciamos e presenciamos a forte fé desse povo, indicando outras espacialidades e teatralidades que se configuram com teias de significados culturais e artísticos.

### Margens

*Acompanhando o nascer do sol, e o cantar do galo, os fogos vem me despertar, anunciando que a romaria não tarda a iniciar.*

*Saio nas ruas e já vejo, várias pessoas a caráter, chapéus, botinas e perneiras; São os verdadeiros vaqueiros.*

*No desjejum um bolinho de tapioca e um cafezinho com leite para despertar e encorajar os sete quilômetros que irá se iniciar.*

*Aos pouquinhos a romaria avança e de longe a observar, os vaqueiros encabeçam, para os romeiros seguirem fazendo a festa.*

*As promessas são muitas e são pagas nesse andar, de Vargem Grande a Pau Lica, da forma que você desejar, seja de anjo ou com pedra na cabeça, o importante é estar lá.*

*As sensações adquiridas são inexplicáveis, a fé dos romeiros e dos vaqueiros se torna vivenciada. Quando chega a Pau Lica a multidão se dissipa, mas não impede que a missa seja ouvida e na capela as bênçãos atendidas.*

*Ao raiar do meio-dia o aboio se anuncia e os vaqueiros se emocionam com as vivências do dia a dia, concretizando sua fé neste santo da romaria.*

*A romaria reafirma a fé dos devotos, romeiros e vaqueiros, enquanto o rio leva embora a dureza, e nas águas do rio munin houve calma e leveza.*

*O subconsciente avisa o que acontece na cidade, são 18h30 da tarde e São Sebastião entrega a chave para São Raimundo Nonato no portal da cidade.*

*Na frente da igreja a missa ocorre, devotos acompanham, seja em pé ou sentados, celebrando a alma deste ser, apresentado em trajes sofisticados, mais que em vida foi um vaqueiro, usava chapéu de couro e perneira. Falando em almas, ressaltou o cemitério das cruzinhas, que tem tantas histórias pra contar e várias encruzilhadas para abordar.*

*Afinal, onde é o meio e onde são as margens? Vale aqui ressaltar. A alma é lembrada e o tambor esquentado, levando o seu canto para além do que pode ser observado*

### 3 O TRABALHO SOBRE SI MESMO

O primeiro autor apresentou um esboço de oficina com o conteúdo de treinamento corporal para atores e atrizes. Em seguida, pesquisamos outros conteúdos para o ensino do teatro para inserir na proposta da oficina em dois turnos, matutino e vespertino<sup>22</sup>. Para o turno matutino, optamos pelos conteúdos de jogos teatrais da autora americana Viola

<sup>22</sup> Dividimos o planejamento em dois turnos - matutino e vespertino, cada turno com 4h/aula, totalizando 8h para cada encontro realizado nos dias de sábado em datas agendadas.

Spolin (2010), e do brasileiro Augusto Boal (2019). Ambos os autores utilizam os sistemas de Jogos Teatrais como metodologia elementar para introduzir novos participantes na linguagem do teatro, através da espontaneidade do ato de jogar.

Considerando os encontros iniciais e a atividade artística praticada pelos alunos, uma dança junina anteriormente chamada de quadrilha, hoje apenas junina, pensamos em esquematizar um treinamento corporal para os alunos baseado nos jogos de exercícios - “Quadro de Antagônicos”<sup>23</sup>, com o objetivo de desenvolver a expressividade corporal e a possibilidades criativas do corpo, utilizando duas etapas para isso: a primeira etapa, refere-se ao trabalho pré-expressivo, aplicação de exercícios que desenvolvem as potencialidades do corpo, identificando as resistências que ele oferece, para depois a eliminarmos; a segunda etapa, o momento expressivo, consideramos a cena propriamente dita, em que o corpo atua com toda sua expressividade anteriormente trabalhada, expressando emoções, sentimentos e signos, tornando-se desse modo, um corpo espetacular. Nesse entendimento, Silva (2018), considera este corpo o lugar onde a alma habita e através do qual se manifesta, proporcionando ao indivíduo a capacidade de se comunicar, expressar-se, dar vazão aos seus sentimentos, suas emoções e, assim, ser espetacular.

Esta primeira etapa foi extremamente desafiadora, de modo que uma grande parcela dos nossos alunos que estavam no turno matutino, não retornaram para a continuação das atividades, com a justificativa de que estavam ocupados na organização da festa de arrecadação de fundos para as apresentações da quadrilha junina. Isso nos levou a refletir, em consonância com Freire (2023), a adequação dos procedimentos adotados e se estes, de fato, dialogavam com as expectativas, os saberes, atitudes e práticas corporais locais.

#### 4 TENTANDO UMA NOVA APROXIMAÇÃO

Após refletir criticamente sobre os procedimentos utilizados nos primeiros encontros, decidimos organizar uma nova série de atividades com uma abordagem diferente. Nesta nova abordagem pensamos em ressignificar uma técnica teatro jornal<sup>24</sup> de Augusto Boal (2019). A “leitura simples”, um dos modos de se exercitar a técnica, propõe a leitura de uma notícia, destacando do jornal a sua ideologia, que a torna falsa ou tendenciosa, resultando na sua verdade objetiva. A proposta de ampliarmos a escuta reconhecendo que o conhecimento novo, ainda não existente, nasceria desta abertura ao diálogo.

Para ressignificar essa técnica com os alunos, propomos um exercício de narração de situações presenciadas por eles. Esses relatos seriam utilizados como base para a criação de um produto artístico, fundamentado nas experiências que giram em torno da narrativa

23 Quadro de exercícios desenvolvido pelo encenador Marcelo Flecha da Pequena Companhia de Teatro - Cia de Teatro, localizada no Centro Histórico de São Luís, e que são descritos no livro “Transgressões estéticas” (2013) do Prof. Dr. Abimaelson Santos - Diretor, Iluminador Teatral e Curador e Professor do Departamento de Artes Cênicas da Universidade Federal do Maranhão.

24 A técnica do Teatro Jornal é dividida em dez modos de se fazer e se baseia na dramatização de notícias de jornal, utilizando diversos métodos para apresentar os fatos de forma crítica e reflexiva, incentivando o debate e a participação do público.

sobre o vivido. E que a partir dessas narrativas se desenvolvessem uma cena improvisada como modo de exercitar diferentes pontos de vista. A ideia de transformar produto artístico aqui mencionado é baseado na perspectiva de Ney Wendell,

O produto cultural é algo completamente aberto na atualidade e sem definição delimitada. Quando é usada aqui a palavra produto nos referimos a algo feito, construído ou modificado numa perspectiva cultural. É um olhar estético para o que se vive, onde se vive e com quem se vive. A língua, a gastronomia, a música, o teatro, a dança, o cinema, as artes visuais, a cidade, a moda, os patrimônios imateriais etc. são produtos culturais a partir do olhar estético autônomo de cada um. Pode-se transformar uma rua, um acontecimento ou uma comunidade em um produto cultural. (Wendell, 2015, p. 12).

A partir dessa ideia, desenvolvemos uma temática da aula, denominada “Bagageiros”, considerando as etapas do antes, durante e depois, da proposta de mediação cultural de Wendell (2015), que foi dividida em dois turnos:

No primeiro turno, o antes, o conteúdo foi intitulado “teado de bagagens” (redes de conversação), com a proposta de estabelecer diálogos com os alunos através de diferentes experiências de vida. Utilizamos como materialidade novelas de lã nas cores verde, vermelha e azul. Cada cor representava um momento narrativo a ser compartilhado: verde (contar uma aventura), vermelho (contar algo que alguém me ensinou) e azul (contar algo que presenciei), esta última inspirada na ressignificação da técnica do teatro jornal, mencionada anteriormente.

O quantitativo de linhas utilizadas no *teado* parece ser sugestivo, entretanto, mostra-se fundamentado nas diferentes esferas da tradição das narrativas orais, e que são utilizadas por Fernanda Mélo (2020), qual identifica a recorrência do número 03 na composição dos contadores da tradição e nos contos da tradição oral, a saber: as 03 filhas, os 03 acontecimentos desastrosos e 03 pedidos ao gênio. A autora é influenciada então pela recorrência do número 03, e o utiliza para construir a sua identidade de Narratriz: Fio 01 - Cria espaços tempos descotidianos com uma comunidade narrativa; fio 2- o corpo da narratriz se constitui entre a ação de ser narrada e de narrar. fio 3- manter-se conectada com o que quer narrar, mas sem deixar de sentir e ser com quem a atravessa.

## 5 REFLEXÕES SOBRE NARRAR - O TEADO DE BAGAGENS

Os procedimentos da atividade foram estabelecidos da seguinte forma: nós, juntamente com o grupo de alunos, nos reunimos em um círculo, e cada residente segurava um novelo de lã de cor diferente. Explicamos aos alunos as orientações de cada cor de novelo e como deveriam prosseguir com a ação, visando que todos compreendessem as instruções.

O primeiro autor, com a linha verde, iniciou contando uma aventura pessoal. Após a conclusão da narração, amarrou um pedaço da linha em meu dedo indicador e jogou o novelo para uma pessoa do outro lado do círculo. Essa pessoa teria que aguardar sua vez até que se iniciasse uma nova rodada, a partir do novelo verde. O residente Denilson, com a linha vermelha, compartilhou algo que alguém lhe ensinou, repetindo o processo de

amarrar o novelo no dedo e passar adiante. O mesmo procedimento seguiu-se com Tamilde, que estava com a linha azul e compartilhou algo que presenciou, continuando a passagem do novelo. A atividade se encerrou quando todos haviam passado por esses três momentos narrativos.

Ao longo da atividade, percebemos que os alunos enfrentavam dificuldades em compartilhar narrativas pessoais, suas experiências de vida — vividas, presenciadas ou aprendidas. Alguns afirmavam não ter vivido “grandes aventuras” sem dar importância às vivências cotidianas.

O segundo momento, *o durante*<sup>25</sup> e *o depois*<sup>26</sup>, conforme a abordagem de Ney Wendel para mediação, foi destinado para leitura do texto teatral “Fofocas” de Maria Clara Machado. O objetivo dessa atividade foi estabelecer uma relação com as histórias narradas no *teado*, de modo que a linha azul se tratou especificamente sobre “algo que os alunos presenciaram”, que foi muitas das vezes, interpretada pelos alunos, como fofocas. Durante a discussão da dramaturgia, identificamos, que alguns alunos não se sentiram confortáveis para estabelecer associações entre as narrações, talvez por dificuldade de escuta e concentração. Identificamos também que muitos deles não possuem o hábito de ler, e este momento foi a primeira experiência deles com um texto de teatro.

Antes de encerrarmos o encontro, fomos instigados pela nossa coordenadora a experimentarmos uma improvisação teatral<sup>27</sup> com os alunos da qual ela também fez parte. O conteúdo da improvisação foi uma fofoca relatada no *teado* de bagagens. Os alunos sentindo-se motivados pela improvisação, desenvolveram um material para além de qualquer expectativa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os conteúdos de treinamento de atores e atrizes desenvolvidos no curso de Licenciatura em Teatro tenham se mostrado enriquecedores, eles se revelaram insuficientes para atender às necessidades e expectativas de aprendizagem naquele contexto, considerando que não dialogava com a experiência dos alunos, suas expectativas em relação ao que o teatro poderia lhes oferecer para ressignificar suas práticas.

A abordagem *teado* de bagagens, que brinca com a noção de teatro como teias de referências, mostrou-se eficaz para desenvolver a habilidade de tecer narrativas pessoais, promover a escuta atenta das histórias dos colegas, estimular a reflexão crítica sobre essas narrativas e compreender os fatos que compõem a história, ressignificando a partir desta compreensão a abordagem da Balaiada pela Junina Filhos do Sertão. Ainda que algumas dificuldades possam ser apontadas - tais como a seleção das histórias a serem contadas, o

<sup>25</sup> Etapa da mediação que considera o encontro com a obra, em nosso caso com a dramaturgia “Fofocas” de Maria Clara Machado.

<sup>26</sup> De acordo com Wendell, podemos considerar para esta etapa a Construção de uma nova obra cultural com a participação do público que foi mediada anteriormente, através de uma oficina, ou outros modos de intervenção.

<sup>27</sup> De acordo com Viola Spolin trata-se de: Jogar um jogo; predispor-se a solucionar um problema sem qualquer preconceito quanto à maneira de solucioná-lo.

que impactou o ritmo da atividade, solicitando assim, a necessidade de reelaborar as regras estabelecidas, que pediam a narração de algo aprendido, uma aventura vivida, algo que foi presenciado - acreditamos que *teado* possa ser um caminho para ressignificar memórias e narrativas.

Além das dificuldades mencionadas, enfrentamos o desafio de conduzir histórias mais complexas, como relatos que envolviam violência e situações sensíveis, muitas vezes refletindo o contexto social dos alunos. A nossa dificuldade estava em redirecionar esses alunos para outras formas de expressão sem limitar ou invalidar suas experiências, o que nos revelou a necessidade de aprimorar a condução desse tipo de atividade. Entretanto, em consonância do John Dewey, acreditamos que o processo ensino-aprendizagem tenha como foco as experiências vivenciadas e a ressignificação dessas experiências que se configuram de modo semelhante ao fazer artístico.

A experiência de imersão na escola-campo, de realização de roteiros e leituras para o encontro com os alunos no processo de ensino-aprendizagem se tornou um laboratório de experimentação sobre ser docente. Nós exploramos, ainda com nossas inseguranças, medos e incertezas, outros caminhos e ousamos repensar e recriar abordagens metodológicas para o ensino da linguagem do teatro, buscando abandonar o conhecimento “velho” em busca do novo, assim como acreditamos que Paulo Freire denominou de curiosidade metódica e epistemológica.

Assim como ele diz, o conhecimento novo, ainda que produzido timidamente no nosso caso, quando identificado e fortalecido no grupo da residência por parceiros e orientadores passa a engajar os alunos e alcançar os objetivos do Programa. A frustração inicial deu lugar à reflexão e ao crescimento pessoal e profissional. Desse modo, a partir das nossas experiências com os alunos do ensino médio, aprendemos a lidar melhor com os imprevistos, graças à docente orientadora e ao preceptor. Como diz Freire (2023, p. 45): “O que importa, na formação docente, não é a repetição mecânica do gesto [...], mas a compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança.”

Assim, refletimos que o papel do professor de teatro enfrenta grandes desafios nas instituições de nível médio, onde a valorização de outras áreas tende a relegar o ensino da Arte/teatro a um espaço de margem, dificultando seu desenvolvimento e reconhecimento.

## REFERÊNCIAS

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 2019.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Editora: Autêntica Editora, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários À Prática Educativa**. Editora Paz & Terra: Rio de Janeiro, 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de

Janeiro: Cobogó, 2019.

MÉLO, Fernanda da Silva Araújo. **Cartografios de uma narratriz**: performances entre contação de histórias, teatro e educação. 2020. 195F. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

PORTAL DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador, 2024. Disponível em: <https://cutt.ly/yp0RNs2>. Acesso em: 01 abr. 2024.

SANTOS, Abimaelson. **Transgressões estéticas e pedagogia do teatro**. São Luís: Editora Edufma, 2013.

SILVA, Filipe Dias dos Santos. Etnocenologia e as Artes Cênicas no Semiárido Baiano: possibilidades e potencialidades. In: CONGRESSO DE ARTES ENSINO E PESQUISA, 1., 2018. **Anais eletrônicos** [...] [S. l.: Univasf], 2018. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/cartes/conartes/anais-do-i-conartes/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o Teatro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 384 p.

WENDELL, Ney. **Estratégias de Mediação Cultural para formação do público**. 2011b.

WESTBROOK, Robert B. **John Dewey** / Robert B. Westbrook; Anísio Teixeira, José Eustáquio Romão, Verone Lane Rodrigues (orgs.). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 136 p.

# A ABORDAGEM PIKLER COMO PRÁTICA DE ENFRENTAMENTO À INVISIBILIDADE DE BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS NO CIEI - CRECHE DO CENTRO

**Danielle Fonseca Veras<sup>1</sup>**  
Creche do Centro (CIEI)

**Ilana Silva Sousa<sup>2</sup>**  
Creche do Centro (CIEI)

**Daniela Campos Ribeiro da Silva<sup>3</sup>**  
Creche do Centro (CIEI)

## RESUMO

A história da Educação Infantil no Brasil e no mundo foi marcada por vários períodos de negação de direitos a crianças de 0 a 6 anos. Ainda hoje, apesar de avanços legais relacionados à oferta gratuita de matrícula em instituições educativas, garantidas na Constituição Brasileira de 1988, na LDB – Lei 9394/96, no Plano Nacional de Educação, na Política para a Primeira Infância, na Base Nacional Comum Curricular, no Documento Curricular do Território Maranhense, no Caderno de Orientações sobre as práticas dos Centros Integrals de Educação Infantil do Maranhão (MARANHÃO, 2024) dentre outras normativas, bebês e crianças bem pequenas de 0 a 3 anos ainda não usufruem desse direito na sua toataliade. No Maranhão, segundo a PNAD contínua de 2023, 137 mil crianças na primeiríssima infância (0 a 3 anos) não foram matriculadas. Diante desse cenário, este trabalho objetiva discutir a invisibilidade de bebês e crianças não apenas sob o aspecto estatístico, mas na concepção de infância que ainda subjaz diversas práticas destinadas a esse público. Na área da educação, por exemplo, a negação desse público como sujeitos de singularidades, preferências, opiniões e partícipes de seu processo educativo, permite que a escola de educação infantil ainda transfira objetivos e procedimentos pedagógicos de outras etapas da educação básica para as creches, perpetuando, dessa forma, uma pedagogia transmissiva e secular. Paralelamente a isso, também tem se levantado um movimento de práticas educativas e de cuidados que evidenciam uma relação privilegiada do bebê com o adulto de referência, sendo isto fundamental para que ele aprenda e se desenvolva saudavelmente e sem antecipações que sucumbem etapas necessárias para aquisições futuras de conhecimento. Tais práticas, fundamentadas na Abordagem Pikler, primam por princípios como o brincar livre, a boa saúde e a boa imagem de si. Nessa perspectiva, este trabalho anuncia o fazer educativo e de cuidados realizado no CIEI Creche do Centro, em São Luís, no Maranhão, correspondendo a uma jornada educativa e de cuidados destinada a bebês e crianças de 1 a 3 anos, considerando suas potencialidades, necessidades e desenvolvendo um currículo vivente.

**Palavras-chave:** invisibilidade, primeiríssima infância, Abordagem Pikler, Creche

## 1 INTRODUÇÃO

1 Graduada em Pedagogia – Universidade Federal do Maranhão, Pós-graduada em Gestão Pública – Universidade Católica Dom Bosco, Pós-graduanda em Abordagem Pikler – Faculdade Phortes, Membro da Rede Pikler Brasil, Gestora Geral do CIEI – Creche do Centro. E-mail: [danifveras29@gmail.com](mailto:danifveras29@gmail.com).

2 Graduada em Pedagogia – Universidade Federal do Maranhão, Mestra em Educação – Universidade Federal do Maranhão, Pós-graduanda em Abordagem Pikler – Faculdade Phortes, Membro da Rede Pikler Brasil, Gestora Pedagógica do CIEI – Creche do Centro. E-mail: [ilanassousa12@gmail.com](mailto:ilanassousa12@gmail.com).

3 Graduada em Pedagogia – Universidade Federal do Maranhão; Membro da Rede Pikler Brasil, Gestora Administrativa do CIEI – Creche do Centro. E-mail: [dany.crs10@yahoo.com.br](mailto:dany.crs10@yahoo.com.br).

Este trabalho anuncia o fazer educativo e de cuidados realizado no Centro Integral de Educação Infantil - Creche do Centro, em São Luís, no Maranhão, haja vista seu fundamento na Abordagem Pikler considerar bebês e crianças bem pequenas como indivíduos que pensam, sentem e se relacionam com pessoas, objetos e com o mundo de forma muito singular.

Nesse sentido, a pesquisa em tela tem como finalidade propor discussão para um despertar sobre a histórica invisibilidade de bebês e crianças bem pequenas, não apenas sob o aspecto estatístico, mas, especialmente, quanto à concepção de criança que ainda subjaz diversas práticas destinadas a esse público. Pretende-se, ainda, promover uma mobilização para a construção de uma cultura respeitosa para com a primeiríssima infância.

Para tanto, sob o aspecto da pesquisa qualitativa, bem como do instrumento de observação participante (Sarmiento, 2011), partiu-se das etapas de revisão de literatura e legislação específica para o atendimento de 0 a 3 anos; observação das práticas dos profissionais, dos bebês e crianças bem pequenas do CIEI – Creche do Centro; observação de todos os momentos da rotina e do processo formativo; e análise dos observáveis à luz da fundamentação teórica a qual nos propomos e discorreremos a seguir.

Como campo de pesquisa, optou-se por investigar as práticas do Centro Integral de Educação Infantil – Creche do Centro por constituir-se em uma unidade educativa e de cuidados que atende, exclusivamente, os grupos etários de 1, 2 e 3 anos, cujo um dos fundamentos para as práticas desenvolvidas corresponde à abordagem Pikler. A Creche do Centro está vinculada à rede estadual de educação do estado do Maranhão e foi criada, para esse fim, no ano de 2022, por meio do Decreto nº 37.386, sob a égide do regime de colaboração do estado junto aos municípios maranhenses.

O Centro Integral de Educação Infantil – Creche do Centro, localizado à Rua Rio Branco, 404, Centro, na cidade de São Luís – MA, é uma instituição educativa e de cuidados, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, que atende, atualmente, 80 bebês e crianças dos grupos etários de 1 a 3 anos, distribuídos em 06 salas referência: 02 berçários (bebês de 1 ano), 02 Creches 1 (crianças de 2 anos) e 02 Creches 2 (crianças de 03 anos).

O espaço é composto por dois pisos, dos quais fazem parte 06 salas referência, 01 sala multiuso, 01 hall (pátio coberto), 02 banheiros infantis, 02 salas para atendimento à saúde, 01 sala de professores, 01 sala para gestão, 01 cozinha, 01 refeitório, 03 banheiros adulto, 01 despensa pequena, 01 lavanderia pequena, 01 pátio pequeno descoberto gramado e 01 jardim suspenso.

A equipe de trabalho é formada por um trio gestor (Gestora Geral, Gestora Pedagógica e Gestora Administrativo-Financeira); equipe docente com 21 professoras (03 delas exercem a função de apoio pedagógico); 01 administrativo; equipe multiprofissional de saúde com 01 médica, 01 enfermeira, 01 técnica em enfermagem, 01 psicóloga, 01 nutricionista e 01 técnica administrativa; 03 agentes de limpeza; 03 agentes de portaria; e 03 copeiras.

A jornada de trabalho, nessa instituição, desenvolve-se em uma proposta de atendimento integral, a qual se estrutura em alternância de tempos planejados para experiências em

espaços das salas referência e espaços abertos mais amplos com possibilidades de que os bebês e crianças vivenciem processos diferenciados de exploração de possibilidades do brincar.

A respeito da relevância das práticas e vivências oportunizadas na Creche do Centro, pode-se inferir que tal proposta, fortalecida na relação privilegiada da criança/bebê com o adulto, na motricidade livre, na boa saúde e boa imagem de si, é fruto de um núcleo pioneiro em escola pública maranhense, contribuindo significativamente para uma cultura respeitosa para com bebês e crianças bem pequenas na cidade de São Luís e, portanto, no estado do Maranhão.

## 2 QUEM SÃO OS BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS?

O relatório que precede as DCNEI, preconiza que “a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a elas disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças” [...] (Brasil, 2009).

É a partir dessa concepção de bebê e criança que se organizam as práticas da Creche do Centro, tendo-os como pessoas que utilizam de protagonismo nas suas descobertas, intenções e experimentações. Portanto, trata-se de uma concepção de indivíduos que pensam, sentem, se comunicam e se expressam das mais diferentes formas.

Porém, ainda hoje, o público da primeira e primeiríssima infância sofrem resquícios do processo histórico da humanidade impregnado de um adultocentrismo, o qual lhes negava direitos e não lhes favorecia que as singularidades dessa etapa da vida fossem consideradas. Tais resquícios estão presentes em vários âmbitos de nossa cultura como a educação que lhes foi (e ainda é) dispensada, os cuidados pessoais, o contexto alimentar, a arquitetura de nossas casas, cidades, etc.

Assim sendo, bebês e crianças bem pequenas viveram (e ainda vivem) uma invisibilidade histórica a qual, mesmo com o avanço da militância a esse favor e a materialização disso em legislações específicas, ainda não se conseguiu romper com esse contexto invisível. Como não bastasse, por se tratar de pessoas em formação e que dependem de adultos para que possam sobreviver e se desenvolver com segurança e de forma saudável, ficam à mercê de cuidados e concepções inadequadas de adultos que podem ou não considera-los como seres ativos.

Alma Gottlieb (2009), ao tratar dessa invisibilidade de bebês e crianças bem pequenas, inclusive nas pesquisas científicas, afirma e nos alerta para a superação disso:

Quanto menor a criança, mais dependente ela é de outros para o seu suporte básico biológico: para os padrões antropológicos, os bebês aparentam ser desinteressantes. [...] Em geral, a opinião dos bebês parece ser irrelevante na tomada de decisões que envolvam outras pessoas [...] Desde o começo, os bebês demandam serem levados em conta, embora adultos não interpretem essa demanda de maneira acurada (Gottlieb, 2009).

No entanto, a construção de uma cultura respeitosa para com a primeiríssima infância é possível! Torná-los partícipes do seu processo de desenvolvimento e aprendizagem é necessário e urgente. Emmi Pikler, na década de 1940, chamou a atenção para uma nova forma de cuidar de bebês e crianças bem pequenas, estabelecendo com eles o vínculo necessário para que crescessem autônomos, saudáveis e livres. Essa proposta corrobora com a perspectiva de que são sujeitos de direitos, prevista nos documentos legais nacionais e internacionais, pois os respeita na sua integralidade.

### 3 A ABORDAGEM PIKLER NA EDUCAÇÃO INFANTIL (DE 0 A 3 ANOS)

Apesar da Educação Infantil, no Brasil, ter sido desvinculada legalmente da política de assistência, passando a ser integrada à política educacional desde a Lei de Diretrizes de Bases da educação Nacional – Lei 9395/96, essa etapa da educação parece ainda carregar o fardo da perpetuação de práticas assistencialistas mesmo em instituições educacionais. Ao discorrer sobre a cidadania dos bebês e o direito das mães e pais trabalhadores, Fulvia Rosemberg (2015) vai além e afirma que a pré-escola e a creche seguiram rumos diferentes, não só no Brasil, quando dispõe que a pré-escola parece se institucionalizar e formalizar, aproximando-se do Ensino Fundamental, o que também não nos parece coerente. Por sua vez, na atenção dada às creches, “nota-se uma relutância, uma reticência de dar-lhes visibilidade, de integrar as creches ao sistema educacional, de tirá-las da informalidade, da precariedade, de investir em sua universalização” (Rosemberg *apud* Finco; Gobbi; Faria, 2015).

No Brasil, o relatório que precede as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de 2009, fazendo menção à Constituição Federal de 1988, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96, ao Plano Nacional de Educação (2014-2024), dentre outros documentos relacionados, evidencia um histórico de lutas pela superação de dicotomias como o educar e o cuidar, enfatizando um novo paradigma para o atendimento em creches e pré-escolas de modo a considera-lo como um direito das crianças e, portanto, prevê a garantia dessa oferta em instituições públicas (Brasil, 2009).

Não obstante, o documento reconhece os desafios deste país para que se cumpram metas relacionadas à Educação Infantil e, portanto, à creche, como a “ampliação das matrículas, a regularização do funcionamento da instituições, a diminuição do número de docentes não habilitados na Educação Infantil, o currículo, dentre outros” (Brasil, 2009).

Por sua vez, o Plano Nacional de Educação, em vigor de 2014 a 2024, previu, na meta 1, “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE” (Brasil, 2014). Entretanto, o relatório do quarto ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação, de 2022, revelou que, até a data do monitoramento, apenas 37% dessa população havia sido

alcançada, no Brasil. A mesma avaliação expõe que, no território maranhense, na ocasião do monitoramento, apenas 31,8 % de crianças foi contemplado (Brasil, 2022).

Sem perder de vista o cenário descrito acima, neste trabalho, busca-se evidenciar práticas que se dedicam ao atendimento de bebês e crianças bem pequenas, dando a estes visibilidade e lhes garantindo direitos que vão desde direitos fundamentais quanto ao de participar de seu processo de desenvolvimento e aprendizagem e o de ser ouvido. É nessa perspectiva que tratamos a seguir da abordagem Pikler.

A abordagem Pikler teve suas primeiras experiências em Budapeste, na Hungria, quando a pediatra Emmi Pikler se dedicou aos cuidados de bebês e crianças bem pequenas abrigados em um então orfanato durante o período pós Segunda Guerra Mundial, por volta da década de 1940. Para ela, era importante promover situações e relações nas quais bebês órfãos pudessem se tornar pessoas autônomas, capazes e saudáveis mesmo sem os cuidados maternos. Para o desenvolvimento de práticas favoráveis ao desenvolvimento dos bebês e crianças bem pequenas, de 0 a 3 anos, a abordagem Pikler evidencia quatro princípios básicos: o vínculo afetivo, a autonomia, a boa saúde e a boa imagem de si.

O vínculo afetivo corresponde à relação privilegiada do adulto com o bebê ou criança bem pequena. A médica percebeu que essa relação se estabelece, principalmente, durante os momentos de atenção pessoal como o banho, a troca de fraldas, a alimentação, etc. quando a relação é, geralmente de um para um. Já a autonomia perpassa pela motricidade livre, a qual permite que esse público tenha condições de se expressar, de realizar pesquisas nos espaços e com os objetos e, conseqüentemente, fazer boas descobertas do mundo. Sobre os cuidados desenvolvidos por Emmi Pikler, Judit Falk (2016), relatam:

Desde o começo, considerou e tratou a criança como uma pessoa em desenvolvimento constante e, ao mesmo tempo, como uma pessoa que se constrói em cada momento da sua vida, cujas necessidades vão mudando no curso do seu desenvolvimento. A qualidade dos cuidados fornece a garantia de que ela conheça o sentimento de segurança e confiança ligados à experiências positivas nos diversos momentos da sua vida cotidiana.

Os princípios da boa imagem de si e da boa saúde, dizem respeito, respectivamente, ao sentir-se capaz, competente. Isto depende do conhecimento referente ao desenvolvimento infantil para que não lhe sejam cobradas respostas que ainda não têm maturidade para alcançar ou, ao contrário, que não lhes desafiem. Para que tudo isso aconteça, é necessário que os bebês e crianças estejam saudáveis a fim de elaborarem boas respostas ou interações às situações propostas pelo adulto e ou outras crianças.

A referida abordagem, portanto, enxerga o público de 0 a 3 anos como pessoas potentes, capazes, singulares e que, para um desenvolvimento sadio, impescindem de um espaço seguro e com possibilidades diversas de aprendizagem, considerando suas individualidades. Disto depende um processo minucioso de escuta e observação por parte do adulto e ou educador referência, considerando, ainda, a importância de “refletirmos sobre novas maneiras de organizar o cotidiano das crianças, considerando prioritariamente as suas necessidades e nas as dos adultos em sua volta” (SOARES, 2017).

#### **4 A CONTRIBUIÇÃO DA CRECHE DO CENTRO PARA A EFETIVAÇÃO DE UMA PROPOSTA EDUCATIVA DE VISIBILIDADE AOS BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS, FUNDAMENTADA NA ABORDAGEM PIKLER**

No CIEI Creche do Centro, observa-se que a jornada integral desenvolvida evidencia a associação do educar e cuidar, haja vista que um dos princípios da abordagem Pikler corresponde ao vínculo afetivo que se constitui, especialmente, em momentos de atenção pessoal. Em momentos como a troca de fraldas, o bebê ou a criança sinaliza suas peculiaridades e necessidades, dentre outras questões, além de participar do processo de troca ou do banho, considerando-se o seu ritmo e o seu modo de fazer.

Além disso, as vivências proporcionadas favorecem a presença de materialidades diversas a fim de que as crianças tenham contato com a maior variedade de elementos possível, incluindo elementos naturais. Considera-se, ainda, uma diversidade de proposições simultâneas, uma vez que os bebês e crianças não têm os iguais interesses ao mesmo tempo.

Em paralelo, a organização dos espaços promove a interação de forma livre e singular a considerar as fases do desenvolvimento de cada grupo etário atendido. Isso pode ser percebido nos implementos, objetos, espaços internos e externos e na não diretividade observada por parte dos professores e demais adultos dessa instituição, conforme o princípio da motricidade livre, evidenciada na abordagem mencionada.

Portanto, o currículo vivenciado pelas práticas sociais e a jornada educativa em seus tempos, espaços e materialidades, seguem a compreensão basilar das ações indissociáveis do Educar e Cuidar. Dentre as muitas vivências da jornada, os momentos de cuidado são fundamentais para a expansão de ações de autonomia de bebês e crianças bem pequenas na creche, por isso a necessidade de educadores que compreendam “o significado que tem para criança a sua própria atividade autônoma” a qual parte do interesse e iniciativa de cada criança em que o adulto cria condições para a formação do comportamento competente” (Szanto; Tardos, 2021, p. 63).

#### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sobre perceber bebês e crianças bem pequenas, nas suas especificidades e necessidades, considerando-os como sujeitos históricos sociais, pensantes e de direitos, vale mencionar que a primeira e primeiríssima infâncias ainda são vistas sob horizontes adultocêntricos, sendo isto percebido nas mais diversas áreas ou espaços.

A partir da Abordagem Pikler, a Creche do Centro tem mobilizado essa comunidade escolar e local para a construção de uma cultura mais respeitosa para com bebês e crianças bem pequenas, os quais são percebidos, nesse espaço, como sujeitos históricos de direitos.

E, percebê-los como sujeitos de direitos, é dar a eles e elas a oportunidade de participarem do seu processo de aprendizagem e, portanto, do seu desenvolvimento. Isto porque se entende que bebês e crianças bem pequenas são capazes! Capazes de sinalizar o

que sentem, expressando suas preferências e interesses. Torná-los participantes do processo de aprendizagem é escutá-los nas suas especificidades, realizar uma observação atenta às suas individualidades e considerar essas situações nos atos de planejar e organizar os espaços e possibilidades de aprendizagem.

Nessa proposta, o adulto e ou professor referência, fundamentado nos princípios piklerianos, priorizam, em seu planejamento e na organização dos espaços, que os bebês e crianças bem pequenas descubram, investiguem, pesquisem, a seu modo, e com segurança, o mundo ao seu redor. Nesse sentido, a creche precisa ser (e é) um local de proposições as mais próximas possíveis da realidade.

O currículo desenvolvido nessa instituição é vivente! Não antecipa etapas de forma a se distanciar de uma massificação escolarizante que transfere a sistematização da pré-escola e até do Ensino Fundamental para a creche, mas permite que bebês e crianças realizem suas pesquisas de forma natural.

Dessa forma, acredita-se fervorosamente que práticas como essa colaboram, consideravelmente, para que a primeiríssima infância se faça presente nos espaços, nas pessoas, nas falas, etc, E é como precisa estar! Configura-se, portanto, em uma espécie de militância teórico-prática em favor dos bebês e crianças bem pequenas. A respeito deste trabalho/relato, acredita-se ser também mais uma abertura de espaço para discutir a educação, cuidados e direitos dessa público, sem a pretensão de esgotá-lo, mas de ampliá-lo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e Resolução CNE/CEB nº 05/2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, 2009.

BRASIL. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022**. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei n.º 9.394, de 26 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.

FALK, J. **Abordagem Pikler – educação infantil**. São Paulo: Omnisciência, 2016.

GOTTLIEB, A. Para onde foram os bebês? Em busca de uma antropologia de bebês (e de seus cuidadores). **Revista Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 313-336, jul./set. 2009.

MARANHÃO. **Decreto nº 37.386, de 26 de janeiro de 2022**. São Luís: Diário Oficial do Estado do Maranhão, 2022.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Bebês, crianças e adultos: tessituras do trabalho pedagógico dos Centros de Educação Infantil da Rede Estadual de Ensino do Maranhão**. São Luís, 2024.

ROSEMBERG, F. A cidadania dos bebês e os direitos de pais e mães trabalhadoras. In: FARIA, A. L. G. de; FINCO, D.; GOBBI, M. A. (org.). **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, 2015.

SARMENTO, M. J. O estudo de caso etnográfico em educação. In: ZAGO, N.; PINTO DE CARVALHO, M.; VILELA, R. A. T. (org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 137-179.

SOARES, S. M. **Vínculo, movimento e autonomia: educação até 3 anos**. São Paulo: Omnisciência, 2017.

SZANTO, A.; TARDOS, A. O que é a autonomia na primeira infância? In: FALK, J. (org.). **Educar os três primeiros anos – a experiência Pikler-Lóczy**. São Paulo: Associação Pikler Brasil, 2021.

# A ORALIDADE NA EDUCAÇÃO: integrando o contexto sociocultural, as identidades e as metodologias ativas no ensino-aprendizagem de língua portuguesa na Amazônia

Naír Miranda da Costa<sup>1</sup>

Universidade Federal do Pará

Brayna Conceição dos Santos Cardoso<sup>2</sup>

Universidade Federal do Pará

## RESUMO

Esta pesquisa trata sobre o modo como os professores de Língua Portuguesa concebem o ensino da oralidade no ensino médio, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Benedita Lima Araújo, situada na região do Baixo Tocantins da Amazônia Brasileira, mais especificamente na zona rural do município de Abaetetuba/PA. Dessa forma, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar como o ensino da oralidade tem se constituído no ensino médio, com intenção de refletir sobre as práticas orais que estão sendo efetivadas em sala de aula, de maneira que o aluno possa dispor de possibilidades que permitam a sua inclusão em diferentes esferas sociais mediante o uso das práticas orais. Diante disso, esta pesquisa foi realizada com o empreendimento de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo, aplicação de questionário, observação e registros dos aspectos relacionados à prática do professor no ensino da oralidade, bem como a proposição de uma sequência didática adaptada e a sala de aula invertida, constando da aplicação de metodologias ativas, a fim de auxiliar os professores em suas práticas e contribuir com o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. O aporte teórico-metodológico está baseado nos estudos de Antunes (2003); Bagno (1999) e (2014); Cagliari (2009); Cavalcante; Melo (2006); Marcuschi (2010), Pilati (2017), Kishimoto (2011) e a BNCC (2018), os quais versam sobre as temáticas da oralidade, educação sociolinguística e metodologias ativas. As sequências didáticas adaptadas mostram-se benéficas no processo de ensino-aprendizagem, as metodologias ativas necessitam ser aplicadas na escola, principalmente, nesta escola que é do campo, para preparar os alunos para os desafios sociais que vão enfrentar, principalmente no que concerne ao uso da oralidade. Por isso, aqui defende-se uma prática oral integrativa, não descartando a realidade sociocultural do aluno, valorizando seus aspectos identitários e seu léxico nas mais variadas práticas orais, de acordo com o contexto solicitado.

**Palavras-chave:** Práticas de oralidade na educação; Metodologias ativas; Escola Campesina da Amazônia.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o ensino da oralidade como metodologia ativa no desenvolvimento educacional e valorização sociocultural e identitária da Comunidade Tradicional Campesina do Ramal Murutinga, território este localizado no Baixo Tocantins,

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades da Universidade Federal do Pará. Especialista em Linguística e Produção Textual e em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia. Membro do Grupo de Estudos Linguísticos da Diversidade da Amazônia (GELINDA), Portaria nº 085/2023 – ILC/UFPA. E-mail: naircosta.ufpa@gmail.com.

2) Docente do Instituto de Letras e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades da Universidade Federal do Pará. Doutora em Letras pela Universidade Federal do Pará. Pós-doutora em Letras pela Universidade de Pernambuco. Coordenadora do Grupo de Estudos Linguísticos da Diversidade da Amazônia (GELINDA), Portaria nº 085/2023 – ILC/UFPA. E-mail: braynacardoso@ufpa.br.

no município de Abaetetuba, no estado do Pará, o qual compõe os grupos acêntricos da Amazônia Brasileira.

Mais especificamente, este estudo trata sobre o modo como os professores de Língua Portuguesa concebem o ensino da oralidade no ensino médio, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Benedita Lima Araújo e como podem construir práticas ludopedagógicas para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, visando o empoderamento da história, memória e identidade ancestral dos sujeitos que estudam nesta escola do campo.

A motivação do estudo surgiu durante o acompanhamento dos professores da escola, por meio de observações de como a oralidade é retratada em sala de aula e os desafios enfrentados pelos docentes em aplicar metodologias instigantes para com o trabalho de gêneros orais. Ademais, após o contato com a escola foi possível concretizar a necessidade de práticas voltadas para os territórios camponeses do Baixo Tocantins, no intuito de compreender as especificidades das comunidades. Assim, por meio da pesquisa-ação, busca-se propor a aplicação do jogo pedagógico adaptado, intitulado, o jogo da oralidade: construindo uma potoca no processo de ensino-aprendizagem, especialmente para evidenciar aspectos culturais, históricos, linguísticos e identitários que integram a realidade sociocultural dos discentes que frequentam a escola BELA.

As bases teórico-metodológicas pautam-se nos estudos de Antunes (2003), sobre aulas funcionais no ensino de língua portuguesa; Cagliari (2009), relacionado aos aspectos de alfabetização e linguística no processo de escolarização; Cavalcante e Melo (2006), no sentido de refletir sobre o ensino de língua portuguesa no ensino médio e a importância da formação do professor; Marcuschi (2010), dialogando sobre as especificidades inerentes à relação de fala e escrita; Pilati (2017) e Kishimoto (2011), respectivamente, tratando questões da metodologia da linguística ativa e jogos pedagógicos, a fim de tratar da relevância de um processo de ensino-aprendizagem que fomente alternativas práticas para aprendizagem dos conteúdos; Bagno (2014, 1999), tratando das concepções de uma educação sociolinguística no processo de ensino-aprendizagem e a BNCC (2018), para nortear quais conteúdos devem ser abordados no ensino médio, no que concerne às concepções de oralidade e variação linguística.

Com base nesses pressupostos, o presente artigo encontra-se estruturado em cinco seções, as quais tratam sobre as concepções e a importância do ensino-aprendizagem da oralidade como processo identitário e educacional; os caminhos para conhecer o território da pesquisa; procedimentos metodológicos; vozes e saberes: as reflexões dos docentes camponeses do ramal Murutinga; educação sociocultural: práticas que valorizam os saberes do território camponês do Ramal Murutinga e, posteriormente, as considerações finais e as referências que embasam a produção deste artigo.

## 2 AS CONCEPÇÕES E A IMPORTÂNCIA DO ENSINO-APRENDIZAGEM DA ORALIDADE COMO PROCESSO IDENTITÁRIO E EDUCACIONAL

A relação com diversas comunidades linguísticas evidencia na variabilidade oral da língua, por isso a importância de reconhecer e valorizar essas diferenças no contexto educacional, haja vista que, a oralidade é uma das formas de se comunicar, permitindo a expressão de ideias, sentimentos e múltiplas identidades, aspectos necessários para o processo educativo. Com base em tais colocações, Marcuschi (2010) explicita que a oralidade

[...] seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob várias formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso (Marcuschi, 2010, p. 25).

Conforme exposto pelo autor, partimos do princípio de que a oralidade é um instrumento da comunicação social, a qual é parte integrante da vivência sociocultural de grupos acêntricos, aqui, em específico, os discentes da Escola do Campo Benedita Lima Araújo, a qual compõem-se de múltiplas identidades linguísticas e culturais que o território escolar está imerso. Desse modo, a oralidade dos discentes da Escola BELA é um meio de interação comunicativa representada por suas riquezas lexicais, as quais não podem ser perdidas no decorrer dos anos, pois expressam a história e a memória da comunidade.

Assim, compreende-se que desenvolver estudos em uma comunidade campesina, tal como a do Ramal Murutinga, localizado na região do Baixo Tocantins, na zona rural do município de Abaetetuba-PA, requer integrar a história e as múltiplas identidades da comunidade no processo educativo, promovendo uma educação que respeite e valorize as particularidades culturais e linguísticas dos alunos. Além de destacar o fomento de uma abordagem sociolinguística, que reconheça a diversidade e o patrimônio léxico-cultural do território, contribuindo para a formação integral dos estudantes, ou seja, um ensino que seja voltado para a educação do campo, visto como uma forma de resistência e valorização da cultura campesina, fortalecendo as identidades locais.

Conforme o que fora exposto, Bagno (1999) expressa veementemente a contribuição do trabalho sociolinguística nos mais variados grupos sociais, quando diz que

A variação linguística tem que ser objeto e objetivo de ensino da língua: uma educação linguística voltada para a construção da cidadania numa sociedade verdadeiramente democrática não pode desconsiderar que os modos de falar dos diferentes grupos sociais constituem elementos fundamentais da sua identidade cultural da comunidade e dos indivíduos particulares [...] (Bagno, 1999, p. 16).

Desta forma, uma educação sociolinguística em ambiente escolar é pauta que necessita ser considerada pela escola como um todo, fazendo com que a escola possa proporcionar aos seus componentes formações e práticas que representem à realidade socioeducacional da Escola Campesina da Região do Baixo Tocantins, a fim de atender as suas peculiaridades linguísticas, culturais e identitárias. À vista disso, partilhamos da conceituação implementada por Cagliari (2009) quando expôs que

[...] a escola deve respeitar os dialetos, entendê-los e até mesmo ensinar como essas variedades da língua funcionam comparando-as entre si, entre eles deve estar incluído o próprio dialeto de prestígio, em condições de igualdade linguística. (Cagliari, 2009, p. 71).

Com base no exposto, este artigo propõe uma educação sociolinguística que valorize o patrimônio lexical, utilizando metodologias ativas e jogos pedagógicos para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem dos discentes da escola BELA. Conforme preconiza Cavalcante; Melo (2006, p. 183) deve-se “identificar, refletir e utilizar a imensa riqueza e variedades de usos da língua na modalidade oral”, visando um ensino que busque integrar a diversidade linguístico-cultural na sala de aula, promovendo um aprendizado mais contextualizado, que valorize as múltiplas identidades, de forma lúdica e interativa, considerando o avanço do processo de ensino-aprendizagem dos elementos da oralidade.

Assim, os docentes podem aportar-se em metodologias que instiguem o ensino-aprendizagem da oralidade, na relação para com os seus alunos, com práticas que integrem as variedades lexicais dos discentes e a realidade sociocultural da comunidade. Uma das alternativas eficazes para fomentar o processo de ensino-aprendizagem da oralidade é por meio da utilização de jogos pedagógicos, prática esta defendida aqui neste artigo, a qual visa um aprendizado mais atrativo e dinâmico nas aulas de Língua Portuguesa.

Os jogos pedagógicos são vistos como ferramentas que facilitam a compreensão do conteúdo escolar e promovem a aprendizagem ativa, permitindo que os alunos se tornem agentes de suas próprias escolhas educacionais. Nessa perspectiva, Pilati (2017) defende o implemento da metodologia da linguística ativa no processo educacional, para o ensino de língua portuguesa, propondo que o ensino deve considerar o conhecimento prévio dos alunos e a promoção de um aprendizado profundo dos fenômenos linguísticos.

A autora enfatiza também, que a aprendizagem ativa deve ser estimulada por meio do desenvolvimento de habilidades cognitivas, permitindo que os alunos se tornem protagonistas em seu processo de aprendizagem. Com isso, a autora sugere o uso de jogos pedagógicos como uma metodologia que favorece a interação e a construção colaborativa do conhecimento, a qual deve alinhar-se à realidade sociocultural dos estudantes, como preconiza o Grupo de Estudos Linguísticos da Diversidade da Amazônia (GELINDA).

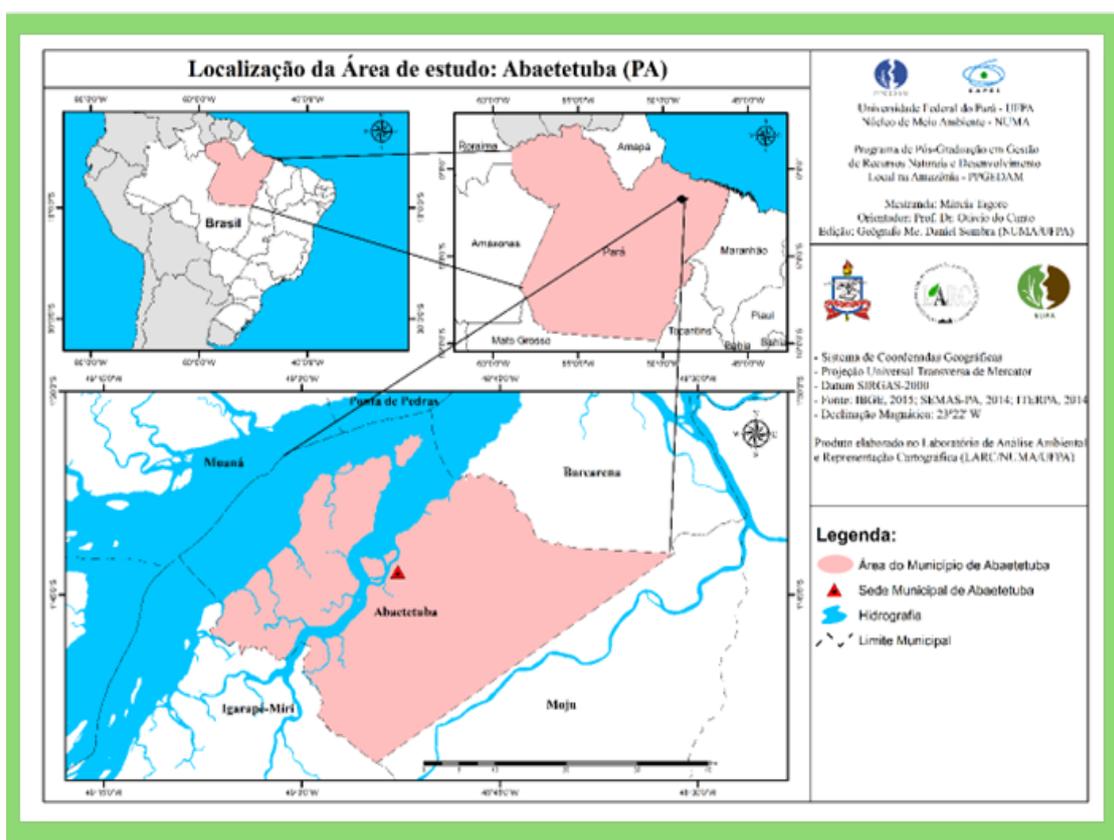
Kishimoto (2011), aponta que a relevância dos jogos, brinquedos e brincadeiras na educação infantil são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças. O autor defende que o implemento de uma metodologia ativa, associada aos jogos pedagógicos, é elemento essencial para criar uma dinâmica socioescolar que valorize a diversidade linguístico-cultural dos alunos. Nesse sentido, Kishimoto (2011) enfatiza que a educação deve ser um espaço de descoberta e construção de saberes, onde os alunos possam explorar e expressar suas identidades por meio de práticas lúdicas.

Considerando as concepções teórico-metodológicas aqui discutidas, que elaboramos o jogo pedagógico intitulado: Jogo da oralidade: construindo uma potoca, a fim de contribuir com o ensino-aprendizagem dos discentes da Escola BELA da comunidade campesina do Murutinga. A seguir, apresentamos os caminhos do Território do Ramal Murutinga.

### 3 OS CAMINHOS PARA CONHECER O TERRITÓRIO DA PESQUISA

A comunidade tradicional campesina do Ramal Murutinga, localizada em Abaetetuba, Pará, é caracterizada por uma rica diversidade cultural e linguística, refletindo as múltiplas identidades de seus habitantes. Desta forma, a apresentação do *lôcus* desta pesquisa, inicia-se na localização do município de Abaetetuba, o qual está situado no estado do Pará na Região do Baixo Tocantins. Ademais, o município abriga diversas comunidades ribeirinhas, quilombolas e campesinas, sendo um importante centro de preservação cultural e histórica do povo abaetetubense. O mapa a seguir, apresenta a localização da cidade de Abaetetuba/PA.

Figura 1 – Localização do município de Abaetetuba/PA



Fonte: elaboração LARC (NUMA/UFPA, 2016)

O Município de Abaetetuba/PA, destaca-se por sua vasta extensão territorial, cercada de comunidades ribeirinhas, quilombolas e campesinas. Dentre essas comunidades, ressalta-se o território campesino Ramal Murutinga, no qual a Escola Benedita Lima Araújo está localizada. Na imagem a seguir, pode notar-se que, a comunidade do Ramal Murutinga fica a alguns quilômetros da parte central do município de Abaetetuba/PA.

**Figura 2** – Representação da localização do município de Abaetetuba/PA até o Ramal Murutinga

Fonte: imagem do Google Maps, adaptada pelas autoras deste trabalho (2024).

O território que a Escola do Campo Benedita Lima Araújo ocupa, localiza-se no Murutinga, uma das vinte e quatro (24) comunidades que compõem a zona rural do Município de Abaetetuba-PA. A comunidade é constituída de populares ativos, que vivem economicamente da agricultura, subempregos, pequenos comércios, serviços domésticos, colheita de açaí e produção de farinha. Desta forma, após discorrer sobre a comunidade Ramal Murutinga, chega-se ao espaço que realizamos a pesquisa, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Campo Professora Benedita Lima Araújo, conforme ilustrado na figura seguinte.

**Figura 3** – E.E.E.F.M do Campo Professora Benedita Lima Araújo

Fonte: registro elaborado pelas autoras deste artigo

A escola BELA, como é conhecida pela abreviatura do seu nome, está localizada a cerca 1 km da PA 151, km 04, na zona rural do município de Abaetetuba/PA, dentro do Ramal Murutinga. O surgimento da E.E.E.F.M do Campo Professora Benedita Lima Araújo é fruto da luta dos moradores da comunidade Ramal Murutinga, que resistiram por aproximadamente vinte anos para conquistar a construção do prédio escolar no território campestre. A Escola BELA recebe diariamente cerca de 900 (novecentos) alunos, com suas

particularidades culturais e identitárias, ela tornou-se a primeira escola do campo a ser estadual na região do município de Abaetetuba, dispondo dos níveis de ensino Fundamental e Médio, e ainda possui convênio com Universidades Federais e Estaduais. A seção seguinte aborda os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico deste artigo seguiu os critérios de uma pesquisa qualitativa, com o implemento da pesquisa-ação, conforme Prodanov e Freitas (2013), neste tipo de pesquisa, os pesquisadores desenvolvem um papel ativo na realidade dos fatos observados, a fim de promover mudanças. Mais especificamente, o percurso metodológico envolveu a composição de uma entrevista e, posteriormente, a elaboração de um jogo pedagógico para o 1º ano do ensino médio, visando contribuir com a prática dos docentes da Escola BELA, inserindo aos conteúdos a dinâmica da realidade sociocultural dos alunos da comunidade campesina.

Na realização da pesquisa, utilizou-se a coleta de percepções dos professores sobre o processo de ensino-aprendizagem da oralidade, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Campo Professora Benedita Lima Araújo. Além disso, foi elaborada uma pesquisa com questionário com quatro perguntas abertas, utilizando a plataforma *Google Forms* para os docentes e a criação de um jogo pedagógico voltado para a turma do 1º ano do ensino médio, visando a valorização das múltiplas identidades e do patrimônio lexical da comunidade. A pesquisa seguiu as diretrizes éticas do Relatório de *Belmont* e obteve a anuência da Escola BELA, além das assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos professores participantes da pesquisa. A pesquisa obtém registro na Plataforma Brasil com parecer de número 7.113.468 e registro CAAE 82868924.4.0000.0018, garantindo os princípios éticos e a transparência do processo de instauração da pesquisa.

Para a elaboração do jogo pedagógico, a pesquisa seguiu os métodos da pesquisa-ação, buscando promover mudanças sociais e educacionais na comunidade campesina. Seguindo as Diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no que concerne ao conteúdo trabalhado, que foi desenvolvido o “O jogo da oralidade: construindo uma potoca” para o 1º ano do ensino médio, com o intuito de integrar os saberes da comunidade aos conteúdos de língua portuguesa, visando a promoção de uma educação integral para o sujeito campesino. Dessa forma, a pesquisa apresenta as vozes dos docentes da comunidade de Murutinga, para refletir sobre suas experiências e práticas educacionais, conforme verifica-se na seção seguinte.

#### 5 VOZES E SABERES: as reflexões dos docentes campesinos do Ramal Murutinga

No referido artigo, adotou-se a pesquisa qualitativa e a pesquisa-ação, para atender o objetivo que é compreender como o ensino da oralidade tem se constituído no ensino

médio. Os dados foram gerados a partir de um questionário respondido por duas professoras de Língua Portuguesa, atuantes no ensino médio, da Escola BELA. Por questões de ética identificaremos as participantes como: **P1** e **P2**.

Conforme pode-se observar no quadro a seguir, ao perguntar sobre as concepções de oralidade as professoras P<sub>1</sub> e P<sub>2</sub> responderam:

**Quadro 1** - Concepção de oralidade

<b>Pergunta – O que você entende por oralidade ou o ensino da oralidade em sala de aula?</b>
<b>P1</b> - A oralidade é algo próprio da pessoa, meio de comunicação espontânea, diária, pois, o ensino da oralidade é sistematizar isso tudo através de atividades proposta, até mesmo para ajudar as pessoas que apresentam dificuldades em se expressar.
<b>P2</b> - Desenvolver atividades que explorem o aspecto oral da língua: expressão, entonação, persuasão, níveis de linguagem etc.

Fonte: elaborado pelas autoras deste artigo

P1 define a oralidade como algo próprio da comunicação e como importante articulador da comunicação no dia a dia. P2 menciona a importância de trabalhar a oralidade em sala de aula em seus mais diversos aspectos linguísticos. Ambos as professoras reconhecem a necessidade de desenvolver a oralidade entre os alunos e suas percepções se adéquam a habilidade (EM13LP10) da BNCC que diz ser necessário

Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos. (Brasil, 2018, p. 510).

Desta forma, nota-se que as professoras de língua portuguesa da Escola BELA reconhecem a importância de desenvolver práticas de valorização à diversidade linguística e sua relação com aspectos sociais, culturais e identitários. Além de entenderem que as variações ocorrem devido as influências do meio social e cultural, evidenciando que as línguas são dinâmicas e não uniformes, necessitando ser respeitadas. Assim, a BNCC destaca que a variação linguística é uma marca identitária que define grupos sociais, étnicos e políticos, alinhando-se com as percepções dos docentes.

Quanto à pergunta sobre metodologia aplicada, as professoras P1 e P2, conforme o quadro seguinte, responderam:

**Quadro 2** – Metodologia aplicada

<b>Pergunta – Qual a metodologia que você usa para desenvolver o trabalho com a oralidade em sala de aula?</b>
--

**P1** - Organizo trabalhos em grupos (de exposição de um tema), debates em grupos maiores sobre assuntos da realidade que despertem o interesse dos alunos

**P2** - Seminário, debate, perguntas durante a aula, leitura em voz alta em grupo e individual

Fonte: elaborado pelas autoras deste artigo

A primeira professora foca na interligação entre o ensino de oralidade utilizando de temáticas transversais à realidade sociocultural do aluno, com debates e exposições, levando em conta os contextos dos alunos. A segunda professora utiliza uma metodologia ativa, promovendo interações e rodas de conversa com uma linguagem regional, valorizando a identidade cultural dos alunos, por meio de perguntas e leitura de textos reconhecendo as variações linguísticas. À vista disso, Antunes (2003) descreve

A escola a escola não pode deixar de dar essas orientações nem de explorar as expressões próprias de um comportamento linguístico polido se pretende desenvolver a competência comunicativa dos alunos (Antunes, 2003, p. 104).

O papel da escola é promover uma reeducação sociolinguística, que envolva a formação de alunos conscientes das dinâmicas sociais e das diversas formas de comunicação. Isso implica utilizar o ambiente escolar para ensinar sobre a complexidade das interações sociais e os valores que influenciam essas relações, destacando a importância da linguagem. Assim, a escola e os educadores têm a missão de desenvolver cidadãos críticos e informados, capazes de entender e respeitar as variações linguísticas e culturais presentes na sociedade.

Ao perguntar sobre os desafios no ensino da oralidade, as professoras P1 e P2, conforme o quadro a seguir, responderam:

### Quadro 3 – Desafios no ensino da oralidade

**Pergunta** – Quais os desafios encontrados para trabalhar com a oralidade?

**P1** - Existem muitos desafios: alguns alunos se recusam a participar das atividades propostas em sala de aula, mas vamos trabalhando com base na nossa realidade e o processo vai melhorando.

**P2** - Disponibilidade de tempo para trabalhar, considerando os vários aspectos que se trabalha em língua portuguesa. Falta de interesse dos alunos, insegurança, domínio da norma culta é baixo. Mas, buscamos desenvolver metodologias que venham a amenizar esses desafios e principalmente valorizar nosso aluno do campo.

Fonte: elaborado pelas autoras deste artigo

As professoras da Escola BELA reconhecem diversos desafios para a prática em sala de aula, se deparam com situações desconfortáveis, como vimos na resposta de P1, no qual os alunos se recusam a participar das atividades propostas em sala de aula, a essa ação a P2 explica que o motivo é a insegurança e o pouco domínio da norma culta. Desta maneira, mesmo com os desafios

nota-se a perseverança dos professores em trabalhar conforme a realidade da escola, o que se alinha ao discurso de Cagliari (2009)

[...] a escola deve respeitar os dialetos, entendê-los e até mesmo ensinar como essas variedades da língua funcionam comparando-as entre si, entre eles deve estar incluído o próprio dialeto de prestígio, em condições de igualdade linguística. (Cagliari, 2009, p. 71).

Diante disso, observa-se que os professores da escola BELA se empenham a superar os desafios encontrados no processo educacional dos discentes. Além disso, suas concepções se alinham as ideias abordadas por Cagliari (2009), uma vez que defendem a relevância de respeitar as variedades lexicais, trabalhar com base na realidade sociocultural dos alunos, assim como buscar metodologias que visem a valorização do sujeito do campo. Dessa forma, os professores da escola BELA demonstram seu comprometimento com o ensino-aprendizagem dos discentes do campo, pois valorizam as suas particularidades e defendem a luta contra os estigmas do preconceito linguístico e identitário enfrentados pelos alunos. Ao perguntar sobre sugestões para trabalhar com a oralidade as professoras P1 e P2, conforme o quadro a seguir, responderam:

#### Quadro 4 – Sugestões para trabalhar com a oralidade

<b>Pergunta</b> – Considerando a importância da oralidade no ensino médio, quais as suas sugestões para um trabalho de valorização a identidade oral em sala de aula?
<b>P1</b> - Atividades diferentes em sala de aula que despertem o interesse dos alunos; como debates, exposições de trabalhos em grupos, jogos e outros.
<b>P2</b> - Primeiro, os alunos devem ler bastante. Essa leitura é a leitura de mundo, de textos escritos, vídeos, músicas, imagens. A oralidade precisa ser explorada diariamente, pois é no diálogo que o professor reconhece as dificuldades reais dos alunos. Partindo do simples pode-se chegar ao avançado com desenvolvimento de atividades maiores: seminários, debates, feiras etc. Muitos alunos precisam ser instigados a falar, mas não podemos nos esquecer da importância do contato com diferentes contextos, valorizando sempre o conhecimento de mundo de cada aluno.

Fonte: elaborado pelas autoras deste artigo

As duas entrevistadas sugerem o trabalho com diversos gêneros orais, tais como: debates, seminários etc. Para tanto, as professoras descrevem que no ensino da língua portuguesa se faz necessário estimular as competências comunicativas dos estudantes. Antunes (2003, p. 103) afirma que “o professor precisa ajudar os alunos a desenvolverem, para que eles saibam adequar-se às condições de produção e de recepção dos diferentes eventos comunicativos”. Observa-se, também, que a segunda professora diz que o ensino deve seguir “valorizando sempre o conhecimento de mundo de cada aluno”, demonstra sua sensibilidade de abordar a oralidade num aspecto sociocultural dentro da sala de aula. Desse modo, no decorrer das respostas das professoras, observou-se que os docentes vêm desenvolvendo esse papel de agente descrito por Antunes, como no momento de fala que a professora sugere as

metodologias ativas com base na valorização linguística, cultural e identitária do aluno, como fora descrito na BNCC (Brasil, 2018, p 473)

No Ensino Médio, o foco da área de Linguagens e suas Tecnologias está na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; e no uso criativo das diversas mídias.

Desse modo, os professores da Escola BELA demonstram trabalhar diariamente na construção do conhecimento, com seus alunos do ensino médio, considerando os aspectos constantes na BNCC. Assim, busca-se incentivar os professores a continuarem adotando uma postura de pesquisadores e desenvolvendo métodos que tornem o aprendizado prazeroso, que apesar das dificuldades do ensino de oralidade, possam desenvolver ferramentas e atividades que facilitem o ensino dos elementos da língua portuguesa de forma envolvente. Nesse contexto, na próxima seção apresenta-se uma proposta de jogo pedagógico para ser utilizado na sala de aula, para o ensino da oralidade, com o implemento da metodologia ativa, que visa o aprender fazendo, com elementos do território campestre do Murutinga, focando na valorização, preservação e manutenção do patrimônio lexical da comunidade, integrando o processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa à cultura local.

## 5 EDUCAÇÃO SOCIOCULTURAL: práticas que valorizam os saberes do território campestre do Ramal Murutinga

A partir das concepções dos professores, sobre o ensino da oralidade, foi idealizado um jogo pedagógico voltado para o 1º ano do ensino médio. Essa escolha se justifica por ser o ciclo que concerne ao desenvolvimento das competências gerais adquiridas no decorrer de todo o ensino fundamental e período de transição do nível fundamental para o médio, permitindo uma avaliação da trajetória de aprendizado dos alunos no nível anterior.

O jogo visa facilitar a compreensão e a valorização das diferentes formas de linguagem entre os alunos, em especial da realidade campestre do Murutinga. Assim, foi idealizado o “jogo da oralidade: construindo uma potoca”, para que os alunos possam explorar a sua realidade sociocultural enquanto aprendem os conteúdos da disciplina de língua portuguesa. Dessa forma, a abordagem do jogo pedagógico é fundamentada na ideia de que a escola deve abordar os usos sociais da língua, conforme destacado por Antunes (2003). Nesse sentido, o jogo visa integrar a competência linguístico-oral, relacionada a cultura local, promovendo uma educação mais contextualizada e significativa.

O “jogo da oralidade: construindo uma potoca” é um jogo pedagógico que inclui 24 cartões, divididos em 3 kits com 8 cartões cada, contendo partes dos elementos que compõem o texto narrativo oral, tais como: as cartas que sugerem o início da potoca, os personagens principais, o território onde ocorreu o enredo, um novo local de desenvolvimento da potoca, os personagens secundários e o final da potoca, um *folder* com as instruções do jogo e uma

caixa para guardar as peças. Assim, o *design* do jogo visa facilitar a interação e o aprendizado dos alunos sobre os elementos da oralidade de forma lúdica, envolvente e dinâmica.

O conjunto de imagens, a seguir, demonstra as partes constituintes do jogo pedagógico construindo uma potoca.

Figura 4 – Jogo da oralidade construindo uma potoca



Fonte: elaborado pelas autoras deste artigo

O jogo tem como objetivo trabalhar o ensino de Oralidade, em sala de aula, por meio de uma dinâmica de valorização da identidade, linguagem e cultura dos alunos pertencentes aos grupos acêntricos, considerando a diversidade cultural dos discentes representadas por meio do jogo pedagógico adaptado.

O jogo possui regras específicas para garantir sua organização e fluidez durante a partida. Inicialmente, para jogar devem ser formado grupos para elaborarem a potoca. Cada grupo receberá um conjunto de cartas para que possam dialogar entre si, e em seguida

será apresentada a potoca para os colegas. Quando estiver na vez de o grupo apresentar, os alunos contarão a potoca construída com base nos elementos do texto narrativo oral apresentado nas cartas e o jogo finaliza quando todos os grupos finalizarem sua exposição oral da potoca contada. Posteriormente à exposição dos grupos, o professor juntamente com os alunos poderá discutir o percurso do jogo pedagógico adaptado, desde a explicação teórica sobre o ensino da oralidade em sala de aula até a finalização das exposições do Jogo da Oralidade: construindo uma potoca.

A aplicação do “jogo da oralidade: construindo uma potoca” permite que os alunos ampliem seus conhecimentos sobre oralidade, promovendo reflexões tanto sobre a língua portuguesa quanto sobre suas interações sociais. Essa abordagem estimula a valorização da diversidade linguístico-cultural, contribuindo para uma compreensão mais ampla da língua. A seguir, apresentam-se as considerações finais, as quais buscam sintetizar as reflexões aqui discutidas, assim como destacar a importância de valorizar a diversidade linguístico-cultural, em suas múltiplas identidades, no contexto socioeducacional.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como proposição analisar a situação educacional da Comunidade Campesina do Murutinga, localizada no Baixo Tocantins, na Amazônia Brasileira, utilizando as perspectivas dos professores de língua portuguesa da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Campo Professora Benedita Lima Araújo, a fim de compreender como a educação se desenvolve na comunidade campesina, refletindo sobre as práticas pedagógicas utilizadas e a valorização da identidade linguístico-cultural no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa.

Assim, com intenção de desenvolver uma abordagem educacional que integre uma educação sociolinguística, que foque na diversidade das variedades linguísticas presentes na comunidade campesina, por meio da implementação de práticas ludopedagógicas, que se utilizou jogos pedagógicos, aportados pela metodologia da linguística ativa, para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais envolvente e eficaz, valorizando o patrimônio lexical da comunidade, reconhecendo-o e respeitando-o em suas particularidades linguístico-culturais.

As vozes dos professores expressaram a preocupação em abordar a variação linguística de forma adequada nas aulas, considerando as necessidades específicas da comunidade do Murutinga. Essa abordagem visa garantir que os alunos possam se engajar plenamente no processo escolar, tanto na disciplina de língua portuguesa quanto em outras áreas interdisciplinares, objetivando formar cidadãos que compreendam e respeitem as diversas variações do português brasileiro, refletindo a rica diversidade linguístico-cultural que o Brasil abarca.

Também, observou-se, a importância de estabelecer uma política de formação continuada para apoiar os professores da educação básica. Essa formação deve focar na criação

de práticas pedagógicas que melhorem o processo de ensino-aprendizagem, apresentando métodos eficazes que possam ser aplicados em sala de aula, bem como garantir que essas práticas impactem positivamente na vida dos alunos, promovendo um aprendizado mais significativo e relevante.

O jogo pedagógico é apresentado como uma ferramenta para tornar o aprendizado mais envolvente e complementar os conteúdos ensinados em sala de aula. “O jogo da oralidade: construindo uma potoca” foi desenvolvido especificamente para atender às necessidades da comunidade campesina do Murutinga, visando resgatar sua história, memória e identidade linguística. Além disso, o jogo pode ser adaptado para outras comunidades e níveis escolares, conforme novas diagnoses das necessidades educacionais. Portanto, o jogo surge como uma proposta para contribuir significativamente com as práticas do professor e a aprendizagem dos discentes.

O caminho desenvolvido visa valorizar as diversas variedades linguísticas que existem no Brasil, reconhecendo a diversidade da riqueza cultural do país. No mais, a intenção é que essa abordagem educacional inspire os professores de todo o Brasil a adotar metodologias ativas em suas aulas, permitindo que trabalhem conteúdos complexos de forma dinâmica. Assim, almeja-se, que os educadores considerem a realidade sociocultural de seus alunos, promovendo um aprendizado mais significativo e contextualizado.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, Marcos. **Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii**. São Paulo: Parábola, 2014.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2009.
- CAVALCANTE, Marianne C. B.; MELO, Cristiana T. V. **Português no Ensino Médio e Formação do Professor**. Organizado por Clecio Bunzen e Márcio Mendonça. Parábola editorial, 2006.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. In: Tizuko Morchida Kishimoto. (org.). *Jogo, brinquedo, brincadeira e educação*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da Fala Para a Escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2010.
- PILATI, Eloisa. **Linguística, gramática e aprendizagem ativa**. 2ª Edição. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2017.

**Google.** 2024. Localização do município de Abaetetuba/PA até o Ramal Murutinga. Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/dir/abaetetuba/ramal+murutinga/@-1.7676024,-48.8349371,12z/data>. Acesso em: 29 de set. de 2024.

MÁRCIA, Tagore; OTÁVIO, do Canto; DANIEL, Sombra. 2016. **Localização da área de estudo: Abaetetuba-PA.** LARC (NUMA/UFPA). Disponível em: <https://www.numa.ufpa.br/index.php/mapas/item/62-abaetetuba-pa>. Acesso em: 05 de out. de 2024

# **PERSPECTIVAS FORMATIVAS: percepções de estudantes de um curso de Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade na UFMA de Codó/MA**

**Ana Paula Reinaldo Verde<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Thalyson Vitor Ribeiro Reinaldo<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Raiana Rocha Lima<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

## **RESUMO**

A formação continuada em Educação Ambiental e Sustentabilidade são fundamentais para enfrentar os desafios ambientais atuais devido à necessidade de redefinir hábitos, atitudes e valores do ser humano e do professor/a em sala de aula, pois a educação é elemento potente de transformação social. Nesse sentido, as práticas pedagógicas fundamentadas na pesquisa-ação configuram-se como uma metodologia inovadora na Educação Ambiental, desempenhando um papel ativo na abordagem de problemas sociais e ambientais que permeiam a sociedade. Essa metodologia promove a participação ativa dos envolvidos, favorecendo a construção coletiva de soluções. A pesquisa teve como objetivo principal analisar como a aplicação da pesquisa-ação contribuiu para a formação pessoal e profissional de estudantes do Curso de Especialização em Educação Ambiental em Codó/MA, evidenciando o potencial transformador dessa abordagem no contexto educacional e social. A Educação Ambiental foi contextualizada com base na Lei N° 9.795/1999 e nos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente (1998), destacando sua relevância nas práticas pedagógicas pautadas na pesquisa-ação, desenvolvidas nos componentes curriculares do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade. A pesquisa, direcionada aos discentes do Curso de Especialização da Universidade Federal do Maranhão, no Centro de Ciências de Codó (CCCCO), adotou uma abordagem qualitativa, com aplicação de questionários. Os resultados evidenciaram que a pesquisa-ação contribuiu significativamente para a formação crítica dos estudantes em relação às questões ambientais, promovendo práticas sustentáveis e sensibilizando para a preservação do meio ambiente. Além disso, transformou percepções e ações de maneira interdisciplinar, uma abordagem essencial para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos.

**Palavras-chave:** Formação Continuada; Práticas Pedagógicas; Preservação Ambiental.

## **1 INTRODUÇÃO**

No Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação ambiental ganhou maior visibilidade sendo abordada no Artigo 225 (Brasil, 1988), estabelecendo que é dever do Poder Público e da coletividade, a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente. Dando continuidade a esse encaminhamento por meio da Legislação Ambiental

1 Universidade Federal do Maranhão. E-mail: ana.psrv@ufma.br.

2 Universidade Federal do Maranhão.

3 Universidade Federal do Maranhão. E-mail: raiana.rocha@discente.ufma.br.

nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, começam os debates no país sobre a instituição de uma política efetiva em diversos âmbitos sociais e educacionais no Brasil.

Essa proposta legal ressalta que a “educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”, e que o Poder Público deveria considerar prioritário “o apoio aos projetos que visem a adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área ambiental e ecológica” (Brasil, 1981).

Nesse sentido, dando continuidade a essa política de ações em detrimento do meio ambiente em 2012 o Conselho Nacional de Educação – CNE, por intermédio da Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, que consubstancia a Educação Ambiental como uma dimensão da educação, sendo uma atividade intencional social, e que deve imprimir o desenvolvimento individual com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (Resolução CNE/CP nº 2, 2012, Art. 2º).

Dentre essas medidas essa política coloca no Artigo 7º, que a concepção do meio ambiente em sua totalidade e complexidade, deve ser situado no tempo e no espaço, a partir de um pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade; o respeito, o reconhecimento e a valorização da pluralidade, da diversidade étnica e cultural, bem como do conhecimento e das práticas relacionadas ao meio ambiente.

A Educação Ambiental (EA) deve ser concebida como um campo interdisciplinar, e neste contexto, a pesquisa-ação consubstancia-se como uma metodologia sustentável, pois possibilita caminhos para uma articulação com a ação educativa, apropriada para a produção de conhecimento em EA (Tozoni-Reis, 2004).

Assim, compreendemos a necessidade de uma formação continuada direcionada a práticas pedagógicas ambientais, que dialogue com a pesquisa-ação, pesquisando e agindo sobre a dinâmica da sociedade, incorporando referenciais sociológicos, filosóficos e sobre o ambiente, assim como, concepções políticas, econômicas e culturais que orientam essa nova abordagem e, sobretudo, possibilitando condições materiais para o processo docente de ensinar e aprender.

A Educação Ambiental (EA) de acordo com a legislação supracitada, no Artigo 3º (Brasil, 1999), coloca que “cabe às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem”. Dito isso, é de fundamental importância a participação dos professores/as nesse debate e, devido o papel social que ocupam, em dada comunidade. É preciso, compreender que a formação contínua como uma exigência do trabalho docente.

Diante desses pressupostos cabe salientar a importância de uma visão crítica nos cursos de formações continuada sendo de fundamental importância que os educadores tenham outros olhares nos problemas de âmbito sócio econômico e ambiental.

Dessa forma, problematizamos: Como a pesquisa-ação contribuiu para a formação pessoal e profissional de discentes na perspectiva ambiental no âmbito do Curso de Especialização em EA em Codó/MA?

A pesquisa desse trabalho foi direcionada aos discentes do Curso de Especialização da Universidade Federal do Maranhão/Centro de Ciências de Codó-CCCO, situada na Avenida José Anselmo e no Bairro São Benedito, e os sujeitos da pesquisa foram os discentes do referido curso, utilizamos como instrumento de pesquisa um questionário com perguntas abertas.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as percepções dos discentes do Curso de Especialização em EA e Sustentabilidade da UFMA sobre as contribuições da pesquisa-ação para a formação pessoal e profissional. Esta pesquisa conta com os seguintes objetivos específicos: contextualizar a Educação Ambiental na perspectiva da Lei N° 9.795, DE 27 de abril de 1999 e dos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais Educacionais-Meio Ambiente (1998) e identificar as ações práticas pedagógicas com base na pesquisa-ação desenvolvidas nos componentes curriculares do Curso e Especialização em EA e Sustentabilidade.

O presente artigo está dividido em cinco seções: na primeira seção está à introdução do artigo, na segunda seção é apresentada a metodologia da pesquisa, na terceira seção apresenta o campo teórico destacando as leis que permeiam a EA e a terceira seção, trata dos resultados e discussões e o por fim apresentando as considerações finais.

## 2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo vai ser utilizada uma abordagem qualitativa sobre questões relacionada ao curso de Especialização. Segundo Minayo (2007) a pesquisa qualitativa se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado.

A pesquisa de campo foi direcionada aos discentes do Curso de especialização da Universidade Federal do Maranhão-Centro de Ciências de Codó-CCCO, situada na Avenida José Anselmo, Bairro São Benedito. O conjunto de sujeitos da pesquisa foi constituído por 27 alunos do curso de especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade. Minayo (2007) afirma que o trabalho de campo consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa. Essa fase combina instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental e outros.

O instrumento de coleta de dados desta pesquisa foi um questionário semiestruturado contendo 6 perguntas abertas, enviado através da plataforma Google forms com o objetivo de investigar de que forma a pesquisa-ação contribuiu para a formação pessoal e profissional de discentes no âmbito do Curso de Especialização em EA em Codó/MA.

O questionário para Gil (1987, p.126) “a construção do questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos”. A importância dos questionários passa também pela facilidade com que se interroga um elevado número de pessoas, num espaço de tempo relativamente curto. Neste contexto o questionário é uma das técnicas utilizadas tanto nas pesquisas qualitativas quanto nas quantitativas onde o pesquisador elabora perguntas abertas e fechadas relacionadas à temática, ao quais os participantes vão responder as perguntas direcionada a pesquisa, essa técnica é utilizada em diferentes áreas de conhecimentos.

Identificar que as ações práticas pedagógicas desenvolvidas pelos discentes do Curso de Especialização em EA estão baseadas na pesquisa-ação que Thiollent (2005), a pesquisa-ação é definida, como uma metodologia derivada da pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou a resolução de um problema coletivo, e na quais pesquisadores e participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

O autor menciona em sua fala a definição de pesquisa-ação, essa metodologia vem ganhando espaço no campo da pesquisa, onde tem o envolvimento do pesquisador e dos participantes ao qual eles buscam soluções de determinados problemas afim de solucioná-los, essa pesquisa vem sendo muito utilizada na Educação Ambiental, pois o pesquisador junto com os participantes criam ações que visam tentar diminuir os impactos ambientais, essa técnica está sendo utilizada tanto no ambiente formal e não formal. Ela exige – a articulação profunda e radical entre a produção de conhecimentos e a ação educativa. Isso significa dizer que a metodologia da pesquisa – ação refere -se a um tipo especial de produção de conhecimentos, comprometida com a ação – intervenção no espaço social em realiza a investigação (Tozoni – Reis, 2008).

A ética dessa pesquisa está assentada em Demo quando enfatiza sobre a importância da ética como um componente essencial da qualidade na pesquisa. Segundo Demo, “fazer pesquisa é fundamentalmente um compromisso ético, que implica respeito rigoroso aos direitos dos sujeitos envolvidos, à transparência dos procedimentos e à honestidade na apresentação dos resultados” (Demo, 2000).

O autor ressalta em sua fala a importância de adotar os princípios éticos nas pesquisas que envolvem os seres humanos, todos os envolvidos possam estar ciente da confiabilidade e da veracidade, a ética se faz necessário, pois dar prioridade e garante à proteção da identidade participante.

### **3 PERSPECTIVAS FORMATIVAS:** percepções de estudantes de um curso de Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade

A Educação Ambiental vem sendo abordada de forma tradicional e conservadora, faz necessário que os professores se tornam críticos em relação aos problemas ambientais e sociais. Nesse contexto o educador começa a ganhar espaços em todos os aspectos, direcionados as

ações e as práticas educativas, e assim fortalecendo a sua formação e garantido conhecimento profissionais em todas as áreas, gerando uma perspectiva em prol do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes em sala de aula.

Cabe ressaltar que a sociedade sempre está buscando seus direitos baseados em seus princípios, é fundamental que a EA ofereça oportunidades para que o cidadão tenha valores críticos e possa contribuir em uma dimensão mais participativa e coletiva. Nesse contexto, é de grande importância que as questões ambientais devam ser tratadas em prol da coletividade, permeando por diversas relações de poder, que os problemas ambientais existentes possam ser solucionados.

Colabora Loureiro (2004) ao dizer que a problematização dos temas ambientais como proposta pedagógica para a EA é relevante pedagogicamente, pois:

Por mais que se admita a relevância pedagógica como etapa inicial do educar, não cabe ficar no plano da sensibilização, do reconhecimento do ambiente de vida, da ação no universo particular e de alterações de comportamentos individuais, como coisas válidas em si e suficientes para transformações societárias. É preciso articular a cotidianidade ao macrosocial, em uma atuação política que gere as transformações individuais e coletivas, simultaneamente, e a possibilidade de as experiências localizadas que foram bem-sucedidas se universalizarem (Loureiro, 2004, p. 133).

O autor destaca que os temas ambientais sobre uma perspectiva ambiental passam a ser visto como uma prática pedagógica importante na etapa inicial do educar, um elemento essencial para sensibilizar e gerar mudança significativa em uma sociedade crítica, emancipatória e sustentável. Nesse sentido, a EA perpassa por várias vertentes até chegar ao desenvolvimento do indivíduo, gerando transformações individual e coletiva.

Os problemas socioambientais devem ser entendidos em vários aspectos, para que não aconteça à desigualdade e injustiça que perpassa por várias dimensões, a sociedade vem vivenciando as mudanças diariamente. Neste contexto a sociedade precisa enfrentar os debates ambientais e assim construindo valores sociais, através das conscientizações socioambientais é possível construir ações para transformar o ambiente em que vivemos.

Dessa forma, se faz necessário que os educadores ambientais comecem a ter percepções em relação as suas práticas educativas, seus valores e suas atitudes, buscando uma visão crítica aos problemas ambientais que venham surgir futuramente. Nesse contexto as discussões políticas e sociais perpassam por uma vertente que a sociedade precisa compreender em todos os aspectos.

A importância da educação ambiental na perspectiva da Lei nº 9.795/1999 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Meio Ambiente de 1998 é fundamental para a formação de uma consciência crítica e sustentável na sociedade brasileira. A Lei nº 9.795/1999 “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental” e apresenta, em seus artigos 1º e 2º:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Art. 2º A educação ambiental

é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (Brasil, 1999).

A Lei nº 9.795/1999, conhecida como a Lei da Educação Ambiental, estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e traz diretrizes para a implementação da educação ambiental em todos os níveis de ensino e modalidades educacionais no Brasil.

A importância desta lei pode ser destacada nos seguintes pontos: é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma transversal em todos os níveis e modalidades do ensino formal; visa à formação de cidadãos conscientes, aptos a tomar decisões e atuar na melhoria da qualidade de vida e na preservação do meio ambiente; promove o desenvolvimento de atitudes responsáveis e éticas em relação ao uso dos recursos naturais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente de 1997 oferecem orientações específicas sobre como incorporar a educação ambiental no currículo escolar. A importância dos PCNs pode ser destacada nos seguintes aspectos: incentivando que os temas ambientais sejam trabalhados a partir da realidade local dos alunos. Isso torna o aprendizado mais relevante e significativo; permitindo que questões ambientais sejam discutidas em diferentes disciplinas, como Ciências, Geografia, História e até mesmo Matemática e Língua Portuguesa. Isso amplia o alcance da educação ambiental e reforça sua importância.

Os PCNs visam à formação integral do aluno, abordando não apenas os aspectos cognitivos, mas também afetivos e sociais. A educação ambiental, nesse contexto, contribui para o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos sustentáveis.

Esses documentos estabelecem diretrizes e orientações que buscam integrar a educação ambiental de forma transversal e interdisciplinar no currículo escolar, promovendo uma abordagem contextualizada e participativa. Isso é essencial para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos e garantir um futuro mais sustentável para as próximas gerações.

[...] educação ambiental, orientação sexual e saúde têm apontado a necessidade de que tais questões sejam trabalhadas de forma contínua, sistemática, abrangente e integrada e não como áreas ou disciplinas. Diante disso optou-se por integrá-las no currículo por meio do que se chama de transversalidade: pretende-se que esses temas integrem as áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às questões da atualidade e que sejam orientadores também do convívio escolar. (Brasil, 1998, p. 27).

No decorrer do processo educativo se faz necessário inserir nos currículos escolares temáticas sobre Educação Ambiental de várias do conhecimento abrangendo questões relacionadas à conservação e assim criando valores e desenvolvendo cidadãos conscientes com as questões ambientais.

A formação continuada de docentes deve focar no desenvolvimento de competências e habilidades para que eles possam facilitar a compreensão crítica e a ação sobre questões ambientais entre os alunos. Isso inclui a capacidade de desenvolver projetos interdisciplinares e de engajar os estudantes em atividades práticas relacionadas ao meio

ambiente promovendo, segundo Tozoni-Reis (2007), a articulação entre a ação educativa e a produção de conhecimentos, de forma participativa, transformadora e emancipatória, isso faz com que a pesquisa-ação esteja tão ligada aos princípios da EA, portanto, incluindo momentos de reflexão crítica e atualização profissional contínua.

#### **4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS (PESQUISA/AÇÃO) NA FORMAÇÃO DISCENTE/DOCENTE EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Esta seção está dividida em duas etapas para uma melhor compreensão para as questões a serem discutidas ao longo das discussões da pesquisa. Na primeira etapa apresenta o perfil formativo dos discentes identificando a graduação e a disciplina que lecionam. Em seguida buscou-se analisar as práticas pedagógicas (pesquisa/ação) desenvolvidas ao longo do curso de especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade na Universidade Federal do Maranhão, na cidade de Codó/Maranhão.

Foram convidados os discentes do curso de Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade para participar da pesquisa, o questionário foi desenvolvido por meio de uma plataforma chamada Google Forms. Desse modo, a etapa da pesquisa foi realizada com 26 discentes do curso de especialização que concordaram em responder o questionário.

Dos vinte e seis professores que responderam o questionário, dezessete são do gênero feminino e nove professores são do gênero masculino. Em relação à idade dos participantes da pesquisa, observou-se que quinze professores têm idade entre 21 a 30, enquanto nove professores entre 31 a 40 e dois de 41 a 50.

Com relação à formação dos professores dez possuem graduação em Licenciatura em Ciências Naturais-Biologia, três professores possuem graduação em Licenciatura em Ciências Humanas-História, seis professores na área de Ciências Biológicas, três com graduação em Licenciatura em Geografia, três professores graduado em pedagogia, uma professora possui três graduações, pedagogia, Licenciatura em Ciências Naturais-Biologia e Ciências da Religião.

Dos vinte e seis professores que responderam o questionário, dezessete são do gênero feminino e nove professores são do gênero masculino. Em relação à idade dos participantes da pesquisa, observou-se que quinze professores têm idade entre 21 a 30, enquanto nove professores entre 31 a 40 e dois de 41 a 50.

Com relação à formação dos professores dez possuem graduação em Licenciatura em Ciências Naturais-Biologia, três professores possuem graduação em Licenciatura em Ciências Humanas-História, seis professores na área de Ciências Biológicas, três com graduação em Licenciatura em Geografia, três professores graduado em pedagogia, uma professora possui três graduações, pedagogia, Licenciatura em Ciências Naturais-Biologia e Ciências da Religião.

Em relação às disciplinas que os que os professores lecionam, três professores ministram aula de Geografia, um professor ministra a disciplina de História, enquanto um professor

ministra três disciplinas Ciências, Geografia e Arte, três professores não responderam o quesito sobre a disciplina que leciona. Sete professores responderam que não atuam como professores. Uma professora respondeu que leciona a disciplina de Corresponsabilidade Social e Empreendedorismo, duas professoras lecionam na educação infantil, um professor leciona três disciplinas História, Geografia e Filosofia.

Observou-se que uma professora formada em Licenciatura em Ciências Naturais-Biologia, ministra a disciplina artes, dois professores leciona a disciplina de Ciências, uma professora ministra a disciplina de língua portuguesa, uma professora leciona duas disciplina História e Geografia, um professor ministra duas disciplinas Matemática e Ciências, uma professora leciona três disciplinas, Ciências, Matemática e Informática. Observou-se no questionário que há professores que não leciona em sua área de formação.

A partir dos dados acima, compreendemos que a formação dos discentes do Curso em Educação Ambiental (EA) não se limita apenas à área específica de Ciências Naturais/Biologia. Essa formação reverbera na busca pela educação continuada direcionada à Educação Ambiental e Sustentabilidade, abrangendo também outras áreas, como Humanas e Exatas. Isso ressalta a importância crucial dessa formação na vida profissional dos indivíduos, devido ao seu caráter interdisciplinar, capacitando-os como agentes de mudança em suas comunidades e locais de trabalho.

Em relação às disciplinas que os que os professores lecionam, três professores ministram aula de Geografia, um professor ministra a disciplina de História, enquanto um professor ministra três disciplinas Ciências, Geografia e Arte, três professores não responderam o quesito sobre a disciplina que leciona. Sete professores responderam que não atuam como professores. Uma professora respondeu que leciona a disciplina de Corresponsabilidade Social e Empreendedorismo, duas professoras lecionam na educação infantil, um professor leciona três disciplinas História, Geografia e Filosofia.

A formação em Educação Ambiental não só aumenta a consciência ambiental na vida pessoal, mas também enriquece as práticas profissionais. Sterling (2001) argumenta que “a educação ambiental proporciona o desenvolvimento do pensamento crítico e a elaboração de estratégias para melhorias na sociedade”. Este aprendizado é essencial para a prática docente, pois os educadores podem influenciar e formar futuros cidadãos mais conscientes e responsáveis com o meio ambiente.

A inserção de práticas sustentáveis a partir dos conhecimentos adquiridos na formação continuada é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais equilibrada e responsável. Orr (1992) destaca que “a sustentabilidade é o pilar fundamental para a sobrevivência das futuras gerações, e a educação é o meio pelo qual podemos atingir essa meta”. A sensibilização ambiental, por meio da educação, torna-se um privilégio e uma necessidade na formação de cidadãos e profissionais capazes de transformar o ambiente social e natural.

De acordo, com os dados do questionário aplicado aos discentes do Curso e Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade analisamos pelas respostas que

para os discentes essa formação foi e é essencial tanto para a vida pessoal quanto para a vida profissional de qualquer indivíduo, pois reverbera em *“formação mostra novos caminhos onde a gente pode ser mais sustentável e contribuir com o nosso planeta”*; *desafios ambientais e das práticas sustentáveis*; *Sensibilização ambiental mediante minhas ações, hábitos diários, forma de pensar*; *“Sensibilização ambiental mediante minhas ações, hábitos diários, forma de pensar”*; *“Pensamento crítico e estratégias para melhorias na sociedade”*; *“Práticas e pilares sustentáveis a partir dos conhecimentos obtidos entre as diversas áreas de conhecimentos”*.

De acordo com Leff (2001), a educação ambiental busca desenvolver uma compreensão crítica das questões ambientais e promover um comprometimento com a sustentabilidade, este tipo de formação é crucial para sensibilizar as pessoas sobre a importância da preservação do meio ambiente e fomentar práticas sustentáveis.

A compreensão das questões ambientais e sociais é vital, independentemente da formação acadêmica ou profissional. Conforme Louv (2008), *“a educação ambiental oferece ferramentas e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios ambientais e promover um estilo de vida mais sustentável”*. Conhecer e entender os problemas ambientais que ocorrem, principalmente em nossa cidade, permite que profissionais possam sensibilizar outras pessoas e incentivar práticas que visem uma vida mais saudável e sustentável.

A formação em educação ambiental e sustentabilidade tem um papel fundamental na capacitação de educadores para aplicar metodologias inovadoras, integrando conceitos teóricos com práticas efetivas. Esta abordagem é crucial para sensibilizar e mudar a visão sobre o impacto das ações humanas no meio ambiente. Segundo Louv (2008), *“a educação ambiental oferece ferramentas e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios ambientais e promover um estilo de vida mais sustentável”*.

Estes métodos não apenas integram teorias, mas também promovem uma vivência significativa que sensibiliza os estudantes, pois a pesquisa-ação é uma abordagem que liga prática à teoria, promovendo o desenvolvimento profissional dos professores e a transformação das práticas educativas.” (Elliott, J. 1991).

Leff (2001) destaca que *“a educação ambiental deve ser um processo contínuo, que permita às pessoas desenvolverem uma compreensão crítica das questões ambientais e um compromisso com a sustentabilidade”*. As práticas pedagógicas aproximam o olhar local das problemáticas ambientais, tem um impacto profundo na forma como os alunos interpretam e respondem a essas questões.

A educação ambiental não apenas transforma a percepção dos alunos sobre as questões ambientais, mas também suas ações cotidianas. Segundo Sterling (2001), *“a educação para a sustentabilidade deve ser um processo transformador que desafia as percepções e promove ações que beneficiam o meio ambiente”*. Este processo de transformação é evidente quando os alunos conseguem relacionar os assuntos aprendidos na sala de aula com suas práticas diárias e comunitárias.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada em Educação Ambiental e Sustentabilidade é indispensável para enfrentar os desafios ambientais atuais. Ela promove uma compreensão crítica das questões ambientais, incentiva práticas sustentáveis e sensibiliza os indivíduos para a importância da preservação do meio ambiente. Incorporar essa formação na vida pessoal e profissional não só enriquece as práticas individuais, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais sustentável e consciente.

A educação ambiental e sustentabilidade nas práticas pedagógicas é essencial para capacitar os educadores a aplicar metodologias inovadoras que integram teoria e prática. Estas práticas não só sensibilizam os alunos sobre a importância da preservação ambiental, mas também transformam suas percepções e ações. Incorporar a educação ambiental no currículo promove uma abordagem interdisciplinar que é crucial para enfrentar os desafios ambientais e promover a sustentabilidade.

A formação em educação ambiental e sustentabilidade tem um papel fundamental na capacitação de educadores para aplicar metodologias inovadoras, integrando conceitos teóricos com práticas efetivas. Esta abordagem é crucial para sensibilizar e mudar a visão sobre o impacto das ações humanas no meio ambiente. Segundo Louv (2008), “a educação ambiental oferece ferramentas e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios ambientais e promover um estilo de vida mais sustentável”.

A educação ambiental, portanto, não só enriquece as práticas pedagógicas, mas também promove uma mudança de comportamento que é crucial para a preservação e conservação do meio ambiente, a integração entre teoria e prática, a resolução de problemas reais, a colaboração e a adaptação às mudanças, essa metodologia contribui significativamente para a formação de docentes preparados para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos e para promover uma educação voltada para a sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Introdução Aos Parâmetros Curriculares. terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. **Brasília: MEC-Secretaria de Educação Fundamental, 1998.**

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP).** Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 70, 18 jun. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm)

BRASIL. **Os instrumentos de pesquisa mais frequentes na pesquisa de intervenção.**

Disponível em: [https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/4463430/mod\\_resource/content/1/Conteudos\\_de\\_20112012/Modulo\\_3\\_2011\\_2012/Abertura/Os\\_instrumentos\\_de\\_pesquisa\\_mais\\_frequentes.pdf](https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/4463430/mod_resource/content/1/Conteudos_de_20112012/Modulo_3_2011_2012/Abertura/Os_instrumentos_de_pesquisa_mais_frequentes.pdf)

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental, de 27 de abril de 1999.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm)

DEMO, P. **Pesquisa como princípio educativo na universidade.** In: MORAES, R.; LIMA V. M. R. (Orgs.). Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004a. p. 39-64

ELLIOT, J. **Pesquisa-ação para a mudança educacional.** Filadélfia: Open University Press, 1991.

ELLIOT, J. **A pesquisa-ação na educação.** 2. ed. Morata, 1998

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1987.

LEFF, E. (2001). **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Vozes.

LEWIN, K. Pesquisa-ação e problemas de minorias. **Revista de Questões Sociais**, v. 2, n. 4, p. 34-46, 1946.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

LOUV, R. (2008). **Last Child in the Woods: Saving Our Children from Nature-Deficit Disorder.** Algonquin Books.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Disponível em: [https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod\\_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf](https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf). Acesso em: 12/11/2023.

ORR, D. W. (1992). **Ecological Literacy: Education and the Transition to a Postmodern World.** SUNY Press.

PIMENTA. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: **construindo seu significado a partir de experiências com a formação.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 3, n. 31, p. 521-539, 2005.

REIS, Marília Freitas de Campos Tozoni. Pesquisa-ação em educação ambiental. **Pesquisa em educação ambiental**, v. 3, n. 1, p. 155-169, 2008.

SAUVÉ, L. (2005). **Uma cartografia das correntes em educação ambiental.** In: Sato, M. & Carvalho, I. (Orgs.). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Editora Cortez.

STERLING, S. (2001). **Sustainable Education: Re-visioning Learning and Change.** Green Books.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação ambiental: natureza, razão e história.** Campinas: Autores Associados, 2004.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Pesquisa-ação-participativa em educação Ambiental: reflexões teóricas.** São Paulo: Annablume, 2007.

# A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E AS REPRESENTAÇÕES DOCENTES DE LÍNGUA-CULTURA INGLESA

**Zamara Rodrigues Pinheiro<sup>1</sup>**  
Universidade Federal do Pará

**Lucas Rodrigues Lopes<sup>2</sup>**  
Universidade Federal do Pará

## RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados do que desenvolvemos no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPA) no ano de 2021. Tivemos como objetivo analisar as representações de língua-cultura inglesa, considerando os dizeres de professores atuantes no município de Cametá, PA, diante das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (BRASIL, 2017). Para nossa proposição, adotamos como metodologia o viés dos estudos do discurso de base foucaultiana, conforme Foucault (2012), Orlandi (2012; 2016), Lopes (2018), Coracini (2003; 2023). Neste trabalho, trouxemos análises discursivas de entrevistas com 02 professores de língua-cultura inglesa da cidade de Cametá, município localizado no nordeste do Estado do Pará. É importante destacar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trata do componente Língua Inglesa considerando a função social e política do inglês, a partir disso, confere o status de língua franca a Língua Inglesa. Nossa investigação voltou-se às representações docentes oriundas desse documento normativo, que refletem (n)os dizeres da prática de ensino desses profissionais entrevistados. Como resultados, apontamos a ausência de trabalhos que discutem as representações docentes a partir de documentos normativos como a BNCC, tendo em consideração práticas de ensino de língua-cultura inglesa no norte do país.

**Palavras-chave:** BNCC; Língua-Cultura Inglesa; Representações docentes.

## 1 INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento de nossa proposta, consideramos a perspectiva de análise e descrição das representações docentes dos atuantes no componente curricular de língua inglesa. Interessamo-nos pela análise dos dizeres de professores de língua-cultura inglesa, quando tomam para si as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), que é um documento de caráter normativo, pois define um conjunto de ações basilares no que dizem respeito ao ensino-aprendizagem de inglês na Educação Básica.

Temos justificado o desenvolvimento de pesquisas como esta pelo lugar que ocupamos no interior do Estado do Pará, na Amazônia Tocantina. De igual modo, tal proposição se firmou como relevante dentro dos Estudos do Discurso na interface com a Linguística Aplicada, pois, como professores de língua-cultura inglesa em Cametá, PA, vimos como relevante, conforme Rajagopalan (2016), o estudo das representações docentes de/nos discursos/orientações e diretrizes oficiais, uma vez que eles têm como objetivo instituir procedimentos e metodologias de ensino-aprendizagem de línguas-culturas. Por fim, em

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará. E-mail: zamararodriguespinheiro13@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará. E-mail: lucaslopes@ufpa.br.

se tratando da importância acadêmica deste estudo, destacamos que, como analistas do discurso, entendemos que os discursos tidos como oficiais engendram comportamentos e atitudes em cursos de formação de professores, como, por exemplo, a licenciatura em Letras - Língua Inglesa, na Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS)/Cametá.

Para este artigo, debruçamo-nos nos estudos de Monte Mór (2015), Lopes e Silveira (2019), Lopes e Araújo (2020); Lopes e Pitombeira (2021) que, a partir dos Estudos do Discurso em diálogo com a Linguística Aplicada, têm pesquisado a constituição dos discursos tidos como oficiais, que moldam e deslocam alguns posicionamentos daqueles que ensinam uma língua-cultura.

Nessa direção, para darmos conta das representações docentes, considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), temos refletido de forma crítica sobre a noção do inglês como língua-franca, já que o status adquirido por aqueles que falam tal idioma está na inserção em/de um mundo globalizado, ampliando as possibilidades de um exercício efetivo da cidadania, o que implica na interação em diversos contextos e uso da língua-alvo.

Nesse sentido, investigamos e identificamos as representações de professores de língua-cultura inglesa, quando atravessados por discursos de/em documentos normativos, como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). Com isso, entendemos que as representações docentes resultam de identificações com esse documento que, discursivamente, orienta as práticas de ensino de língua inglesa.

## 2 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O corpus de análise deste trabalho teve sua construção realizada através de entrevistas com professores de língua-cultura inglesa da cidade de Cametá, município localizado no nordeste do Estado do Pará. Através dos docentes, foram coletados os discursos que possibilitaram os resultados obtidos nessa pesquisa, os sujeitos assinaram um termo de consentimento informado, dando assim, autorização, tendo dessa forma, a garantia da ética do trabalho de pesquisa.

Este estudo é de natureza interpretativista. Portanto, trabalhamos com gestos de interpretação sobre o objeto de estudo construído, que, a partir de estudos discursivos, conforme propostos por Coracini (2013), compreendem, considerando um dispositivo teórico, discursos que constituem os sujeitos da pesquisa, levando em conta a temporalidade e lugar, refletindo de modo crítico a respeito da produção de sentidos em torno da representação de professores e alunos de língua-cultura inglesa em documentos oficiais, como, por exemplo, a BNCC. Ademais, esclarecemos que as entrevistas desses sujeitos de nossa pesquisa foram interpretadas, considerando, uma perspectiva discursiva, a relação da língua, neste caso priorizando a estrutura, em relação com a história.

Destacamos que as reflexões desses professores e alunos de língua-cultura inglesa foram analisadas e interpretadas por meio de um exercício de busca, construção e, obviamente, (trans)formação em dados, integrados à subjetividade do pesquisador.

O desenvolvimento dessa pesquisa ocorreu a partir das contribuições dos estudos do discurso de acordo com Foucault (2002; 2004), Coracini (2003); Paulon; Nascimento; Laruccia (2014); Orlandi (2016) na interface com os que pesquisam a aplicação e uso da tecnologia no ensino e aprendizagem de línguas, analisando os dizeres, neste caso, de professores de língua-cultura inglesa da cidade de Cametá - PA, sobre os discursos acerca da BNCC e o ensino-aprendizagem de língua-cultura inglesa.

Ao discutirmos a noção de representação, utilizamos os estudos de Hall (2017), destacando que a representação relaciona o sentido e a linguagem aos aspectos culturais, o que implica dizer que “Representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas” (Hall, 2016, p. 32).

Lopes e Pitombeira (2021, p. 36) destacam que

As práticas de ensino-aprendizagem de língua-cultura inglesa podem acontecer no sentido de promover um currículo de modo significativo. Isso é feito, quando são reconhecidas as diversas realidades da comunidade escolar em que atua, buscando, assim, acolher diferentes saberes e manifestações culturais.

Nessa ótica, os docentes contribuem para a transformação de um espaço escolar que lide com as heterogeneidades culturais, sociais e históricas, na possibilidade da promoção de valorização das diferenças físicas, sensoriais e socioemocionais nos diferentes aspectos da vida dos alunos.

Dentro dessa perspectiva de estudos, refletimos sobre os dizeres desses profissionais para tracejar os efeitos de sentido, contribuindo, assim, para os estudos de formação de professores de língua inglesa no Campus Universitário do Tocantins/Cametá, visando desconstruir o imaginário de que não dá para aprender inglês em escolas públicas.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É por meio da língua que se conhece a cultura, a religião, os costumes e muito da identidade de uma nação. “Aprender uma língua estrangeira é permitir-se adentrar na cultura e na identidade do outro”; (Paiva; Vieira, 2005, p. 250). Destacando em nossa investigação que, ao falarmos em discurso, precisamos, de acordo com Fernandes (2005), considerar os elementos sociais, ideológicos e históricos. Percebendo, assim, que os discursos não são fixos, estão em constante movimento e passam por alterações, acompanham as mudanças sociais e políticas de toda natureza que integram a vida humana.

Em vista disso, com base no que propõem Lopes e Pitombeira (2019), percebemos que a formação do professor de línguas, sendo este idioma considerado global, no caso, o Inglês, deve ser capacitado para promover o ensino de língua-cultura de modo a seguir o eixo transversal no que se refere à cultura, pois o professor deve estar o tempo todo observando

as relações sociais e culturais que seus alunos vivenciam na sala de aula, ou diante o local e os diferentes espaços que fazem parte.

O ensino-aprendizagem de língua-cultura inglesa na escola envolve o processo de formação do indivíduo, tanto social, quanto profissional, assim é indispensável considerar as orientações que a Base Nacional Comum Curricular propõe para a formação do currículo, pois “importa muito como o conhecimento está significando nas relações que estabelecemos com a sociedade” (Orlandi, 2016, p. 71), ou seja, as finalidades que a aquisição do idioma traz a quem adquire o conhecimento.

Desse modo, investigar as representações de ensino de língua-cultura inglesa, considerando as orientações que o documento normativo propõe para o ensino, compreendendo nessa investigação que “Tudo depende do contexto em que se está inserido, do lugar que se ocupa socialmente, da imagem (de si) que se quer construir (ou desconstruir) e com que intenção, mas sempre em relação a um outro” (Paulon; Nascimento; Laruccia, 2014, p. 40). Portanto, essas questões devem ser consideradas ao analisarmos documentos normativos e discursos docentes.

Afinal, analisar discurso “seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão “vivas” nos discursos” (Fischer, 2001, p. 198).

Nessa abordagem, verificam-se os diversos contextos de ensino de língua-cultura no município de Cametá, tais como na zona urbana, ou na zona rural abrangendo comunidades ribeirinhas, quilombolas e de assentados rurais.

A Base Nacional Comum Curricular vem tratar do componente considerando a função social e política do inglês, a partir disso, confere o status de língua franca a Língua Inglesa. Com isso, em nossa investigação realizamos indagações a fim de verificar através dos discursos das participantes que representações docentes de língua-cultura inglesa estão presentes sobre esse aspecto respaldado no documento normativo.

Desse modo, o primeiro questionamento fez referência à importância do ensino da língua-cultura inglesa considerando a prática social. Sobre o qual a primeira entrevistada destaca:

**Recorte discursivo 1:** Sabemos que o inglês é uma das línguas mais faladas do mundo. Por ser língua franca, é a língua dos negócios, da tecnologia e do mercado de trabalho. Em qualquer lugar do mundo que você esteja, sabendo inglês, a comunicação é garantida. Na minha opinião, aprender inglês hoje se torna fundamental para estar engajado no mundo globalizado e ter acesso a muitas oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Nesse trecho da entrevista, observamos a representação de uma professora que considera que ensinar língua e cultura inglesa considerando a prática social envolve o reconhecimento da língua como franca. A docente revela em seus discursos que a língua possibilita oportunidades além das questões do mercado de trabalho, mas além disso, oportuniza condições de crescimento pessoal.

A segunda participante traz em seu discurso diversas abordagens, assim, recortamos primeiramente quando diz:

**Recorte discursivo 2:** Acredito que é importante devido à crescente necessidade de uso da língua, pois, embora saibamos que no Estado como um todo, o acesso à informação por meios digitais não seja percebidos por muitos de forma satisfatória, é inevitável que não se tenha contato com a língua-cultura de alguma forma.

Nesse recorte observa-se a importância da língua diante seu aspecto global, e ainda, que o contato com a língua-cultura inglesa é evidente, apesar que no Estado paraense as informações por meios digitais não sejam tão satisfatórias de acordo com o discurso da docente, com isso, trazendo para o contexto da sala de aula, podemos perceber que a dificuldade de acesso a meios digitais pode comprometer algumas orientações que a BNCC traz para o ensino de língua inglesa.

Com isso, tais desafios comprometem a segunda competência específica ao componente, a que se refere a comunicação por meio do uso diverso de linguagens em mídias digitais, pois essa possibilita o conhecimento, a ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e ainda exercer o protagonismo social.

Silva e Pacheco (2020, p 10) contribuem ao proporcionar a reflexão que o uso da Internet e das tecnologias digitais não se restringe ao entretenimento ou lazer, mas pode ser usado para facilitar ou mediar o processo de ensino e aprendizagem na escola, e ainda podem ser inseridas para o contexto de aprendizagem que ultrapassem o da instituição escolar, ou seja, não apenas na compreensão do conteúdo, mas também na visualização e na resolução de problemas reais que se apresentam na vida do estudante.

**Recorte discursivo 3:** Ao longo de sua vida acadêmica, no trabalho ou na própria vivência social o aluno vai se deparar em algum momento com o que é ‘do outro’ (me refiro especificamente à diversos aspectos da cultura anglófona) e conhecendo o que é ‘do outro’ é possível fazer comparações e contrastes com o que é ‘nosso’ e desta forma fortalecer, a meu ver, nossas raízes.

Diante desse discurso, podemos refletir a primeira competência específica de Língua Inglesa para o Ensino Fundamental que refere-se:

Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho. (Brasil, 2017 p. 246).

Posto isso, o professor de inglês deve trabalhar com seus alunos questões identitárias, multiculturais, observando que o discente possa identificar o lugar no qual se insere, e que este faz parte de um mundo plurilíngue e multicultural, ou seja, os aprendizados/ usos já não são somente da língua Portuguesa, refletir que as diferentes culturas estão presentes desde os aspectos culturais da própria comunidade a aqueles internacionais, e para isso o estudante deve possuir/desenvolver sua criticidade, pensando que a Língua Inglesa contribui para seu envolvimento social e profissional. E importa assim, considerar que “falar de identidade como tendo sua existência no imaginário do sujeito que se constrói nos e pelos discursos imbricados que o vão constituindo” (Coracini, 2003).

Diante dessa concepção de diferentes repertórios linguísticos e culturais se fez um outro questionamento: os docentes consideram importante rever o conceito de modelo ideal de falante ou modelos idealizados, como o inglês americano ou o britânico? Questionando ainda, que inglês acreditam que seus alunos devem aprender. A resposta da primeira entrevistada revela uma representação ao encontro da proposta da Base para o ensino de língua inglesa, uma vez que a professora destaca:

**Recorte discursivo 4:** Eu nunca digo para meus alunos seguirem modelo de pronúncia de inglês. Eu apenas informo, que assim como existe inglês britânico e americano, também vamos nos deparar com diversidade de sotaques da língua.... Não existe um inglês certo ou perfeito. O que importa é sabermos usar o inglês e conseguirmos atingir a finalidade de haver comunicação e entendimento entre os interlocutores.

Esse entendimento ressalta como a língua que deve ser aprendida pelos seus alunos reflete o modo como o documento normativo, nesse caso, a Base Nacional Comum Curricular, por exemplo, respalda na terceira implicação ao componente Língua Inglesa que a Língua Inglesa deve ser situada ao seu status de língua franca, observando que isso envolve compreender que algumas crenças como “inglês melhor”, ou um “nível de proficiência” a ser alcançado precisam ser relativizadas Brasil (2017).

A segunda participante também traz uma representação de ensino de língua-cultura inglesa que não se distancia do que é proposto pela Base Nacional Comum Curricular

**Recorte discursivo 5:** Sim, sou a favor de rever os conceitos de inglês “correto” e deixar de lado a busca por uma pronúncia perfeita e de acordo com padrões pré-estabelecidos. A própria BNCC já traz a visão do inglês como língua franca para que esses pré-conceitos sejam revistos e que possamos aceitar e fazer nossos alunos aceitarem que há diversidade também na língua.

Nessa narrativa, a docente cita a Base, assim reflete que a BNCC considera a língua inglesa como língua franca, ou seja, uma língua de uso mundial, tendo como a maioria falantes não nativos, e que possuem características culturais e linguísticas próprias. Portanto, para o estudante de Língua Inglesa são inúmeras as possibilidades de repertório cultural, linguístico, por exemplo. Além disso, o aluno ao conhecer diversas culturas, também poderá/ pode estar compartilhando seus aspectos culturais, uma vez que estamos em um mundo globalizado.

Diante esses dizeres refletimos a última implicação que diz respeito a abordagens de ensino, ao status da Língua Inglesa como língua franca, ressalta a necessidade de compreender que determinadas crenças, a exemplo: “o inglês do nativo é melhor”, ou que o aluno para ser proficiente não pode transparecer nenhum tipo de sotaque deve ser repensadas, o professor de língua inglesa exerce, entre outros papéis, o de esclarecedor o porquê tal denominação ao idioma inglês, e o quanto a língua é global, e não mais restrita a denominação de estrangeira.

A BNCC destaca que diante do status de língua franca “a importância da cultura no ensino-aprendizagem da língua e buscando romper com aspectos relativos à ‘correção’, ‘precisão’ e ‘proficiência’ linguística.” Portanto, é necessário considerar o ensino-aprendizagem

da Língua Inglesa na perspectiva que essa deve ser ensinada para na perspectiva de uso diante as diferenças sejam linguísticas, ou culturais, por exemplo.

#### 4 CONCLUSÕES

Por fim, esse trabalho trouxe importantes contribuições, pois se fez necessário considerar as diversas representações docentes de língua-cultura inglesa na BNCC e sobre o que ela propõe, pois essas representações são compostas por múltiplos espaços ocupados por esses profissionais que atuam na área.

Ressaltamos a importância de os professores terem um olhar crítico para as próprias experiências como docentes de língua inglesa, principalmente, pelo fato de que as “identidades estão o tempo todo sendo moldadas com base nas escolhas teóricas e no modo como essas refletem” Lopes e Araújo (2020), a atuação de professores.

Dito isso, podemos dizer que a autorreflexão de professores de inglês se configura como sendo algo que contribuirá para uma melhor atuação, visto que se identificadas, por exemplo estratégias/crenças que interfiram na aprendizagem de forma negativa o professor poderá procurar mudar de forma positiva, ou ainda quais as estratégias que faz uso, são as que mais funcionam de forma efetiva.

Constatou-se a necessidade de uma formação que proporcione uma base mais abrangente ao professor, tal qual abordam Ferreira e Kalva (2012), que os habilite a julgar as implicações do fenômeno do inglês como língua franca em seus contextos de ensino, e a adaptar sua forma de ensinar às necessidades particulares de seus aprendizes, nesse sentido também poderíamos acrescentar junto as colocações, que além das necessidades particulares, é importante levar em consideração o contexto geral, para assim possibilitar formas harmoniosas, que se atinja a todos, facilitando assim a aprendizagem. Nessa perspectiva podemos destacar que “os sentidos são construídos em seus contextos sociais, culturais e históricos.” Monte Mór (2015, p. 43).

#### AGRADECIMENTOS

Considerando que a pesquisa foi financiada pelo Programa Institucional de Bolsas na Iniciação Científica da Universidade Federal do Pará, vale ressaltar a importância para que a pesquisa ocorresse.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 2 out. 2020.

CORACINI, M. J. A celebração do outro na constituição da identidade. **Organon**, v. 17, n. 35, 2003.

SILVIA, D. S. R.; PACHECO, C. A. Currículo do ensino de língua inglesa e uso de tecnologias digitais previstos na BNCC. **Revista Eletrônica de Educação (São Carlos)**, v. 14, p. 3-16, 2020.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 198-215, 2001.

FERREIRA, A. de J.; KALVA, J. M. Inglês como língua franca e a concepção de identidade nacional por parte do professor de inglês: uma questão de formação. **Fórum Linguístico (UFSC. Impresso)**, v. 8, p. 165-176, 2012.

LOPES, L. R.; ARAUJO, J. C. A formação de professores de língua inglesa: um olhar complexo-discursivo na contemporaneidade. **Revista CBTecLE**, v. 1, p. 1-10, 2020.

LOPES, L. R.; SILVEIRA, E. L. (Des)territorializações na formação tecnológica do professor de língua-cultura inglesa entre (dis)discursos: notas sobre a plataforma YouTube. **Revista Forproll**, v. 3, p. 103-115, 2019.

LOPES, L. R.; PITOMBEIRA, C. V. A língua-cultura inglesa na esfera federal: currículo, reflexões teóricas e apontamentos docentes. **Revista Pindorama**, v. 12, p. 32-41, 2021.

LOPES, L. R. O aprendiz e os (dis)discursos de língua inglesa sob lentes bakhtinianas. **Consciesi**, v. 1, p. 83-88, 2016.

LOPES, R. P. Um novo professor: novas funções e novas metáforas. In: ASSMANN, H. (org.). **Redes digitais e metamorfose do aprender**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MONTE MÓR, W. Crítica e letramentos críticos: reflexões preliminares. In: ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F. (orgs.). **Língua estrangeira e formação cidadã: por entre discursos e práticas**. 2. ed., edição expandida. Campinas: Ed. Pontes, 2015. p. 31-50.

ORLANDI, E. de L. P. Educação e sociedade: o discurso pedagógico entre o conhecimento e a informação. **Revista Latino-Americana de Estudos do Discurso**, v. 16, n. 2, p. 70-76, 2016.

PAULON, A.; NASCIMENTO, J. V.; LARUCCIA, M. M. Análise do discurso: fundamentos teórico-metodológicos. **Diálogos Interdisciplinares**, v. 3, n. 1, p. 26-40, 2014.

RAJAGOPALAN, K. Repensar o papel da linguística aplicada. In: MOITA LOPES, L. P. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p. 149-168.

SILVEIRA, E. L.; LOPES, L. R. Da (im)possível m(a)estria em tempos (hiper)modernos: sobre a linguagem, a educação e a psicanálise. **Revista Falange Miúda (ReFaMi)**, Cuiabá, v. 3, n. 2, jul./dez., 2018.

# O PERCURSO NA EDUCAÇÃO DA NEGRITUDE FEMININA EM CARGOS DE GESTÃO NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ/PARÁ

**Deise da Silva Medeiros<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Pará

**Lucas Rodrigues Lopes<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Pará

## RESUMO

Este trabalho discute sobre a trajetória de mulheres negras em cargos de gestão na educação. Diante disso, surge a seguinte problemática: De que modo pela via analítica do discurso podemos compreender o processo de reexistência no percurso de mulheres negras em cargos de gestão na cidade de Tucuruí-Pará? É a partir das nossas experiências que justificamos a relevância em se discutir o percurso das mulheres negras para alcançar e exercer cargos de gestão. O objetivo geral busca analisar discursivamente o percurso de mulheres negras em cargos de gestão na cidade de Tucuruí-Pará. A pesquisa explora como a experiência destas, afetam e são afetadas por sua atuação em cargos de gestão. Como procedimentos metodológicos, adotamos uma abordagem interpretativista, onde foi realizado um levantamento abrangente, abordando as temáticas centrais da investigação. Usamos como instrumento, a entrevista semiestruturada que foram gravadas em áudios e posteriormente transcritas, após esse momento, foram realizadas as análises discursivas das narrativas das mulheres negras que ocupam cargos de gestão no município de Tucuruí, para isso, utilizamos as interpretações da Análise do Discurso, baseando-nos nos estudos de Foucault (1986, 2010), Orlandi (1989, 1994, 2008) e Pêcheux (1990). Nas análises discursivas identificamos as categorias: Educação, Liderança e Racismo, que servem como um caleidoscópio de incontáveis prismas, esta proposta de pesquisa é uma construção de uma visão de vários ângulos, onde seguem três eixos: lugar e espaço, o percurso acadêmico e o percurso profissional. Os resultados indicam que, apesar dos avanços, persistem significativas desigualdades e preconceitos que limitam o crescimento e o reconhecimento de mulheres negras em posições de autoridade. As conclusões sugerem que, para mudar, é imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas e a desconstrução de narrativas estereotipadas, promovendo uma representatividade que valorize a diversidade e a competência dessas profissionais no ambiente de trabalho.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras; Negritude; Percurso.

## 1 INTRODUÇÃO

A ocupação de mulheres negras em cargos de gestão educacional no Brasil representa uma conquista significativa em um país marcado por profundas desigualdades raciais e de gênero. No município de Tucuruí, no sudeste do Pará, essas mulheres enfrentam desafios históricos que refletem o racismo estrutural e a exclusão social. Como destaca Sueli Carneiro (2003), “a construção de uma identidade política para que as mulheres negras surjam da luta contra a invisibilidade imposta por um sistema que as marginaliza em múltiplos aspectos”.

1 Licenciada em Pedagogia, Universidade Estadual do Pará e Licenciada em Sociologia pelo Centro Universitário Cidade Verde - Maringá/Paraná. Email: deise.medeiros@cameta.ufpa.br.

2 Licenciado e Bacharel em Letras Língua Portuguesa/Língua Inglesa Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS), Letras - Língua Portuguesa/Língua Espanhola pelo Centro Universitário de Araras - Dr. Edmundo Ulson (UNAR) e Pedagogia pelo Centro Universitário Cidade Verde - Maringá/Paraná. Email: lucaslopes@ufpa.br.

As barreiras enfrentadas por esses gestores não são apenas frutos de práticas contemporâneas, mas de uma herança colonial que ainda persiste nas relações sociais e institucionais. Aimé Césaire (1987) enfatiza que o colonialismo não apenas explorou recursos, mas também desumanizou os sujeitos colonizados, perpetuando estigmas que impactam a população negra até hoje. No contexto educacional, essas marcas são evidentes na ausência de representatividade e nas dificuldades de ascensão a posições de liderança.

Ao mesmo tempo, as trajetórias dessas mulheres revelam uma força de resistência que, como aponta Stuart Hall (2003), não se limita à oposição, mas também à criação de novas identidades e práticas culturais. Nas cargas de gestão educacional, as mulheres negras de Tucuruí têm se tornado protagonistas de uma educação mais inclusiva, que desafia as estruturas de poder e promove a valorização da diversidade racial e cultural nas escolas.

Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória das mulheres negras gestoras no município de Tucuruí, com foco nos desafios enfrentados, nas estratégias de resistência e na contribuição para a transformação do espaço educacional. Baseando-se nas reflexões de Foucault (1986) sobre as relações de poder, busca-se compreender como essas mulheres rompem com os padrões hegemônicos e reafirmam sua presença em espaços historicamente negados a elas.

Ao iluminar essas trajetórias, pretende-se contribuir para o debate sobre equidade racial e de gênero na educação, alinhando-se à necessidade de políticas públicas que promovam a justiça social, conforme destacado por Lopes (2018). Assim, este estudo se propõe a valorizar as experiências desses gestores, reconhecendo-as como agentes fundamentais para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A história brasileira é marcada pela exclusão das mulheres negras em espaços de poder, reflexo de um racismo estrutural cujas raízes estão no colonialismo. Esse cenário se reproduz no município de Tucuruí, onde as mulheres negras enfrentam múltiplas barreiras para ocupar cargos de gestão educacional.

A educação é um espaço estratégico para a transformação social, mas ainda reflete desigualdades históricas. Carneiro (2003) afirma que a invisibilidade das mulheres negras nos espaços institucionais é tanto uma questão social quanto política, fruto de um sistema que sistematicamente nega suas contribuições”. No contexto de Tucuruí, a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, embora significativa, ainda enfrentam resistências práticas, especialmente em áreas periféricas.

Uma das entrevistadas destacou: “Eu cresci ouvindo que escola não era lugar para mim, muito menos cargos de liderança. Isso sempre ecoou na minha trajetória.” Essa fala revela como o discurso social reproduz estereótipos que buscam limitar o papel das mulheres negras na sociedade, reafirmando a hegemonia branca nos espaços de poder.

O excerto apresenta uma fala densa e carregada de sentidos, revelando as marcas de um discurso social estruturado por relações de poder, estereótipos e exclusões históricas. A frase “Eu cresci ouvindo que escola não era lugar para mim, muito menos cargos de liderança” insere-se em um efeito de memória, conceito central na análise do discurso.

Segundo Pêcheux (1990), a memória discursiva é o reservatório de discursos anteriores que se reinscrevem no presente. Aqui, o discurso que “ecoou” na trajetória da entrevistada evidencia uma herança histórica de exclusão: O “cresci ouvindo” remete a um discurso estrutural, transmitido intergeracionalmente, que reforça a ideia de inferioridade das mulheres negras. A negação de espaços educacionais e de liderança aponta para o que Eni Orlandi (1989) chama de não-dito institucionalizado, onde o silenciamento ocorre como estratégia de controle social. Esse discurso é produzido por uma hegemonia branca e patriarcal que exclui corpos negros de espaços de poder e conhecimento, perpetuando estereótipos raciais e de gênero.

A expressão “isso sempre ecoou na minha trajetória” revela como o discurso social não apenas delimita lugares de fala, mas também constitui subjetividades. De acordo com Pêcheux (1990), o sujeito não é dono de seu discurso; ele é atravessado por formações discursivas que o antecedem. A repetição do verbo “ecoar” sugere a internalização desses discursos opressivos, transformando-os em um elemento constitutivo da identidade da entrevistada. Por outro lado, a própria verbalização dessa experiência indica resistência. Ao enunciar essa frase, a entrevistada reposiciona-se, expondo as fissuras do discurso dominante. Este é um exemplo do que Orlandi (1994), denomina deslocamento discursivo, em que o sujeito se apropria de discursos de exclusão para desconstruí-los.

O trecho evidencia como estereótipos raciais e de gênero são construídos discursivamente para justificar a exclusão de mulheres negras de determinados espaços: “Escola não era lugar para mim” reflete um discurso que associa o acesso ao conhecimento a padrões de raça e classe, legitimando uma exclusão histórica. “Muito menos cargos de liderança” reforça a ideia de que posições de poder são reservadas a homens brancos, perpetuando a subalternidade das mulheres negras. A fala destaca o silenciamento das mulheres negras nos espaços de poder, o que dialoga com o conceito de invisibilidade discursiva. Segundo Spivak (2010), perguntar “podem os subalternos falar?” é também questionar como as estruturas discursivas invisibilizam vozes marginalizadas. Neste caso, o discurso dominante busca apagar as presenças de mulheres negras na liderança, naturalizando sua ausência como se fosse uma consequência inevitável e não um efeito histórico de racismo estrutural.

A fala da entrevistada carrega a força de um discurso histórico que busca limitar o papel das mulheres negras na sociedade. No entanto, ao torná-lo explícito, ela também opera uma subversão, rompendo com o silêncio que sustenta a hegemonia branca nos espaços de poder. Esta análise evidencia a potência da linguagem como ferramenta tanto de opressão quanto de resistência, mostrando que a voz de mulheres negras, quando ouvida, é um ato político que questiona as bases estruturais da desigualdade.

As gestoras negras enfrentam desafios resultantes da interseção entre raça, gênero e classe social, agravados por práticas discursivas que perpetuam preconceitos. Michel Foucault (1986) descreve que “o poder opera nas micro-relações sociais, muitas vezes de forma velada”, o que se reflete na vivência cotidiana dessas mulheres.

Um exemplo desse cenário está no relato de uma entrevistada: “Eu vejo assim que os desafios que eu enfrentei foram a não facilidade em nada. A interpretação que você chega em determinado local porque alguém indicou você, aquele olhar de discriminação. Então, as dificuldades são nesse sentido, de achar que você não deve ocupar aquele lugar. Mas a coragem e a determinação em mim eram muito mais fortes do que o olhar discriminatório.”

O trecho fornecido apresenta uma narrativa repleta de tensões entre exclusão e resistência, revelando o embate entre discursos que marginalizam e aqueles que reafirmam a agência e a identidade de sujeitos historicamente subalternizados. A fala é uma janela para a análise das condições de produção de discursos marcados por desigualdades estruturais, especialmente no que se refere às mulheres negras em espaços de poder.

A frase “Mas a coragem e a determinação em mim eram muito mais fortes do que o olhar discriminatório” é uma afirmação potente de resistência. Aqui, a entrevistada, reposiciona-se frente ao discurso de exclusão, demonstrando que, apesar das adversidades, sua determinação prevaleceu. Segundo Eni Orlandi (2008), a linguagem é um espaço de disputa, onde sentidos se confrontam. Nesse caso, o discurso dominante do “não pertencimento” é desafiado por uma narrativa de autossuperação.

O trecho menciona explicitamente “aquele olhar de discriminação”, que se torna uma metáfora para a estrutura de exclusão social que reforça o racismo e o machismo nos espaços de poder. Esse “olhar” é mais do que uma percepção individual: é a materialização de formações discursivas que sustentam hierarquias raciais e de gênero.

A entrevistada identifica e denuncia o olhar como prática discursiva que tenta fixar sua identidade em uma posição de subalternidade. Ao nomear essa experiência, ela desloca o sentido original, criando um espaço discursivo para contestar e resignificar a experiência vivida. A escolha da expressão “a não facilidade em nada” reflete um percurso repleto de obstáculos, mas carrega também uma imprecisão que convida à interpretação. O não-dito aqui é significativo, nos questionando sobre quais dificuldades concretas marcaram esse percurso. Essa generalização permite enfatizar a universalidade de desafios, que transcendem eventos específicos e apontam para uma estrutura social de exclusão.

A frase também sugere um reconhecimento tácito de que as dificuldades enfrentadas não são naturais, mas impostas por um sistema que privilegia determinados grupos. A menção a “você chega em determinado local porque alguém indicou você” aponta para uma formação discursiva que questiona a legitimidade de mulheres negras em espaços de destaque. Esse discurso, fundamentado no preconceito, atua para minimizar as conquistas desses sujeitos e reforçar a ideia de que sua presença é resultado de privilégios indevidos, em vez de mérito ou competência.

Aqui, podemos dialogar com Spivak (2010) e sua reflexão sobre o subalterno: a ocupação de espaços de poder por grupos historicamente marginalizados não é apenas um ato de presença, mas de resistência contra sistemas que buscam apagá-los. Ao explicitar esse discurso, a entrevistada também o contesta, afirmando sua posição de protagonismo e determinação. A fala é um testemunho que evidencia a luta constante contra o racismo e o machismo estruturais, mas também é uma afirmação de resistência e agência. Ao reconhecer os olhares discriminatórios e as dificuldades impostas, ela expõe os mecanismos de exclusão que permeiam nossa sociedade. Mais que isso, ao sublinhar sua coragem e determinação, o discurso ressignifica esses desafios como etapas de um percurso de afirmação e resistência.

Essa declaração expõe a forma como o discurso social constrói narrativas que deslegitimam as presenças de mulheres negras em espaços de liderança, associando suas conquistas a fatores externos, como sorte ou indicação, em vez de reconhecer suas competências. Lopes (2018) observa que o racismo institucionalizado opera em silêncio, barrando a ascensão de grupos historicamente marginalizados. Essa análise encontra eco na fala da gestora, que destaca a ausência de facilidade e a constante necessidade de reafirmação.

Outro aspecto marcante da trajetória dessas mulheres é a importância do apoio familiar. Uma entrevistada compartilhou: “Toda a minha vida foi voltada à questão educacional. Minha mãe sempre teve um estímulo muito grande para a educação. Eu vivia para estudar. [...] Ela sempre foi visionária, da importância da educação.”

O excerto apresentado destaca elementos discursivos relacionados à centralidade da educação na construção identitária da entrevistada e no papel das influências familiares na formação de trajetórias marcadas pelo compromisso com o conhecimento. A análise dessa fala permite explorar conceitos como memória discursiva, transmissão de valores e a educação como projeto emancipatório.

A frase “Toda a minha vida foi voltada à questão educacional” sugere que a educação não é apenas uma atividade ou objetivo, mas um elemento constitutivo da identidade da pessoa. A enunciação coloca a educação como eixo organizador de experiências, escolhas e valores. O uso da totalidade (“toda a minha vida”) reforça a ideia de que não há separação entre o individual e o educacional, apresentando uma identidade construída em função desse projeto.

Segundo a análise do discurso de Michel Pêcheux (1990), a memória discursiva resgata enunciados anteriores para sustentar os sentidos do presente. Aqui, o discurso da educação como centralidade parece ser uma herança cultural e familiar.

A referência à mãe como “visionária, da importância da educação” sublinha a transmissão de valores entre gerações e destaca o protagonismo das mulheres na promoção do acesso ao conhecimento, mesmo em contextos adversos. A figura materna é representada como agente de ruptura, desafiando normatividades que poderiam excluir o sujeito enunciativo do acesso à educação. Essa visão remete a uma análise decolonial, que reconhece as práticas das mulheres como resistência frente às estruturas coloniais que tentaram apagar suas contribuições. O adjetivo “visionária” revela que a mãe possuía uma consciência do

poder transformador da educação, mesmo antes que isso fosse amplamente reconhecido, criando um contraponto ao senso comum.

A frase “Eu vivia para estudar” insere a educação em um tempo vivido, sugerindo que o estudo não era apenas uma atividade prática, mas também uma forma de existência. A educação aparece não como uma obrigação, mas como um prazer ou objetivo intrínseco. Esse discurso se opõe a narrativas que associam o estudo a um esforço sem significado ou a uma imposição, e se aproxima de perspectivas que consideram a educação como liberdade, uma ideia alinhada com Paulo Freire (2020), que associa a educação à prática da liberdade e ao desenvolvimento integral do ser humano.

Ao longo da fala, a educação é apresentada como um projeto transformador, tanto individual quanto coletivo. A visão materna de educação (“da importância da educação”) posiciona a educação como ferramenta de transformação social. Essa perspectiva é fundamentada em um discurso de resistência: valorizar a educação como meio de superação de desigualdades é uma resposta aos discursos históricos que negaram às populações negras e marginalizadas o acesso pleno ao conhecimento. A memória discursiva presente nessa enunciação conecta-se a um conjunto maior de narrativas que posicionam a educação como um direito e como um meio de emancipação coletiva.

O discurso revela a centralidade da educação como eixo de emancipação e resistência, vinculando a trajetória individual do sujeito à visão transformadora de sua mãe. A fala ressignifica a educação como um valor transcendente, que conecta identidade, legado familiar e o poder de superar desigualdades sociais. Assim, o discurso se insere em uma narrativa maior, onde a educação é muito mais que um instrumento técnico: é um projeto de vida e uma prática de liberdade. Diante dos desafios, as mulheres negras em cargos de gestão educacional têm se apropriado de estratégias que combinam resistência e reexistência. Carneiro (2003) afirma que “resistir é, simultaneamente, afirmar a identidade e reivindicar a ocupação de espaços negados”.

Uma entrevistada relatou: “Cada diploma que eu conquisto é um símbolo de resistência, um grito de que eu posso estar onde quiser.” Essa fala evidencia como o discurso meritocrático é ressignificado pelas mulheres negras como uma ferramenta para romper barreiras históricas, ao mesmo tempo em que subverte as expectativas de sua exclusão. Outra prática recorrente é a implementação de projetos pedagógicos que valorizam a diversidade cultural e racial. Uma entrevistada descreveu: “A inclusão da cultura afro-brasileira no currículo não é só uma questão de lei, é uma forma de reescrever histórias e de dar vez aos nossos alunos.” Essa postura reflete o que Gonzalez (2020) chama de “educação emancipatória”, na qual o conhecimento é utilizado como um instrumento para combater o racismo e formar sujeitos críticos.

Nesse contexto, outra gestora destacou a importância de se rebelar contra os padrões impostos pela sociedade: “E hoje eu vi uma frase, na verdade é uma música, que é insubmissa, né... Insubmissa, ela ensina isso, você ser insubmisso aos padrões sociais, né... Padrões que a sociedade impõe para as mulheres negras. E ela fala o seguinte: Que quando você se rebela,

você quebra o sistema, e é isso que a gente tem que fazer, quebrar o sistema, ocupar os espaços, né... E ser representatividade, se fazer representatividade, entendeu.”

Essa fala reflete um discurso de insubmissão e empoderamento, que, como Foucault (2010) sugere, resiste às forças de poder dominantes e as transforma em possibilidades de ação. O ato de se posicionar, desafiar padrões e ocupar espaços reflete a prática cotidiana de resistência ativa e construção de novas narrativas.

Embora políticas públicas como as leis 10.639/03 e 11.645/08 representem avanços, sua implementação ainda é desigual e dependente do engajamento de lideranças comprometidas. Foucault (2010) observa que o poder não é simplesmente algo que se possui ou se cede, mas algo que circula e se manifesta em práticas cotidianas, o que ressalta a importância de ações locais.

Uma das gestoras entrevistadas afirmou: “As políticas existem, mas falta vontade política para tirá-las do papel. Muitas vezes, somos nós, gestoras negras, que precisamos fazer a diferença.” Esse depoimento revela como o discurso institucional falha em concretizar mudanças estruturais, transferindo a responsabilidade para os próprios sujeitos oprimidos.

Lopes (2018) reforça que a representatividade em cargos de liderança é um passo essencial para desconstruir estereótipos e promover uma educação equitativa. Nesse sentido, as gestoras negras de Tucuruí não apenas ocupam espaços de poder, mas também desafiam e transformam as narrativas dominantes que sustentam o racismo estrutural.

O excerto apresentado reflete uma crítica contundente às lacunas entre a formulação de políticas públicas e sua efetivação prática, enquanto reconhece o protagonismo de mulheres negras em transformar discursos normativos em práticas concretas. Essa fala traz elementos que permitem investigar a relação entre poder, agência e resistência dentro de um campo discursivo permeado por desigualdades históricas e estruturais.

A frase “As políticas existem, mas falta vontade política para tirá-las do papel” explicita a existência de um descompasso entre os enunciados institucionais e sua materialização. Essa constatação aponta para um discurso oficial frequentemente simbólico, que não se traduz em ações práticas que impactem as vidas das populações mais vulneráveis. Ao destacar a “falta de vontade política”, a gestora denuncia uma forma de resistência passiva por parte do Estado, que se abstém de sua responsabilidade de implementar as mudanças propostas.

A análise desse discurso pode ser enriquecida pela teoria de Louis Althusser (1974), sobre os aparelhos ideológicos do Estado, que sugere que muitas políticas operam para perpetuar o status quo, mantendo estruturas de poder intactas.

A frase “Somos nós, gestoras negras, que precisamos fazer a diferença” desloca o centro da ação transformadora do Estado para os sujeitos subalternizados. Ao utilizar o pronome “nós”, o sujeito enunciativo cria um espaço de identidade coletiva, que une gestoras negras em torno de um projeto de mudança. Essa construção discursiva ressignifica os papéis impostos às mulheres negras, muitas vezes limitados a posições de subalternidade, e as posiciona como agentes ativos no enfrentamento das desigualdades.

Como argumenta bell hooks (2013), a resistência de mulheres negras em espaços historicamente dominados por homens brancos é um ato de reexistência, ou seja, uma forma de criar possibilidades de existência para além das imposições sociais. A afirmação também revela uma contradição implícita: ao mesmo tempo que as gestoras negras são reconhecidas como agentes de mudança, essa posição surge em um contexto onde a responsabilidade deveria ser do Estado.

Essa “delegação não oficial” sobrecarrega mulheres negras, que precisam conciliar suas funções profissionais com a luta por direitos e implementação de políticas que beneficiem suas comunidades. Tal sobrecarga pode ser lida como um dispositivo discursivo de exclusão, onde as demandas institucionais são transferidas para indivíduos que já enfrentam múltiplas opressões.

A menção ao protagonismo das gestoras negras também sublinha a interseccionalidade entre raça, gênero e poder. Essas mulheres, ao ocuparem cargos de liderança, desafiam discursos normativos que tradicionalmente excluem suas vozes dos espaços de decisão. A fala conecta-se à ideia de lugar de fala, proposta por Djamila Ribeiro (2017), que enfatiza a importância de escutar aqueles que vivenciam opressões múltiplas, como forma de transformar os espaços institucionais em locais mais inclusivos.

O discurso evidencia uma dupla crítica: à inércia do Estado e à sobrecarga de responsabilidades atribuídas às mulheres negras. Apesar dessas dificuldades, a fala também afirma um protagonismo transformador, que resiste à exclusão histórica e atua na construção de uma sociedade mais inclusiva. Essa análise reafirma o poder do discurso como espaço de contestação e reconfiguração de sentidos, desafiando os limites impostos pelo racismo e pelo patriarcado estrutural.

### 3 CONCLUSÃO

A trajetória das mulheres negras nas cargas de gestão educacional no município de Tucuruí reflete uma luta histórica que vai além das barreiras estruturais, culturais e institucionais típicas do Brasil. Ela evidencia um confronto constante contra as raízes de um sistema que perpetua exclusões e invisibilidades. A presença dessas gestoras nos espaços de poder educacional transcende a representatividade: é um grito de resistência, uma afirmação de reexistência e um marco de transformação social. Cada conquista delas é de significados profundos, demonstrando a capacidade de superar desafios que muitos sequer imaginam.

Essas mulheres enfrentam obstáculos que vão desde preconceitos raciais e de gênero até a falta de suporte institucional adequado. São barreiras que, apesar de históricas, continuam sendo reproduzidas em práticas que dificultam a ascensão de lideranças negras. A ausência de políticas inclusivas agrava ainda mais esse cenário, tornando necessária a implementação de ações afirmativas que não apenas corrijam desigualdades, mas também fortaleçam a diversidade como valor essencial nos espaços de decisão e poder.

No entanto, as estratégias de resistência e reexistência criadas por essas gestoras demonstram uma resiliência de um protagonismo que não se submete aos estereótipos. Por meio de práticas inovadoras, comprometimento com a comunidade escolar e uma visão transformadora, essas líderes têm paradigmas rompidos e contribuem para a construção de um ambiente educacional mais igualitário. Esse processo inspira mudanças não apenas no contexto educacional de Tucuruí, mas também serve de exemplo para outras regiões do Brasil, diminuindo que a transformação é possível quando se promove a justiça social.

Este estudo ressalta, com certeza, a importância de políticas públicas que reconheçam o valor da liderança feminina negra e que sejam acompanhadas de formação continuada e da criação de redes de apoio específicas para essas mulheres. Essas ações são essenciais para sustentar o avanço dessas lideranças em ambientes onde ainda predominam as desigualdades. Além disso, a implementação de práticas pedagógicas antirracistas é imprescindível. Essas práticas não apenas combatem preconceitos, mas também fomentam uma educação que respeita as pluralidades e contribui para a desconstrução de estigmas enraizados na sociedade brasileira.

Ao explorar a trajetória dessas mulheres em cargos de gestão em Tucuruí, o artigo não se limita a registrar suas histórias. Ele busca ampliar as reflexões sobre a urgência de maior representatividade negra em todas as esferas de liderança. Além disso, procuramos provocar ações concretas que promovam a ampliação de espaços de poder para mulheres negras, consolidando pilares fundamentais para uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Essa luta, embora local em sua especificidade, carrega uma relevância universal, lembrando-nos de que a equidade só será alcançada quando todos os segmentos da sociedade forem efetivamente valorizados e incluídos nos processos de decisão e construção do futuro.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação. In: ALTHUSSER, Louis. **Posições**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. São Paulo: Editora Graal, 1974, p. 71-125.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres negras: a construção de uma identidade política**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

CÉSAR, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG,

2003.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Tradução de Ana Luiza Libânio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LOPES, Maura Corcini. **Interseccionalidade e educação: desafios e possibilidades.** Porto Alegre: Penso, 2018.

ORLANDI, Eni Pulcinelli; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Vozes e contrastes: Discurso na Cidade e no Campo.** São Paulo: Editora Cortez, 1989.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 2. ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso:** princípios e fundamentos. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Revista Em Aberto.** Brasília, ano 14, n.61, já/mar. 1994.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Texto:** Formulação e Circulação dos Sentidos. 3ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

RIBEIRO, Djamila. **O lugar de fala.** São Paulo: Editora Sueli Carneiro, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart de Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

# PERCEPÇÕES DE LICENCIANDOS DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: olhares para a divulgação científica em espaços não formais da Grande Ilha

**Thalyson Victor Ribeiro Reinaldo<sup>1</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

**Mariana Guelero do Valle<sup>2</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

A educação em ciências está presente nos espaços não formais de ensino e eles por sua vez são facilitadores para a aprendizagem e desempenham papel na formação de cidadãos mais críticos, autônomos e participativos. O trabalho tem como objetivo analisar as percepções de licenciandos em ciências biológicas a partir de suas vivências com divulgação científica de espaços não formais na Ilha Upaon Açú. Foi aplicado um questionário como instrumento de coleta de dados com discentes da disciplina de Metodologia de Ensino em Ciência e Biologia do curso de Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Federal do Maranhão. A atividade da disciplina foi desenvolvida em quatro etapas, são elas: Escolha de espaços não formais, institucionalizados ou não, presentes na Grande Ilha, que possam ser utilizados para aulas de ciência e biologia; Visita ao espaço para analisar os possíveis conteúdos a serem trabalhados e se o local possui acessibilidade ou não; Análise dos recursos e potencial didático desses espaços; Criação de um post para divulgação nas redes sociais com finalidade de convidar professores de ciência e biologia a integrarem esses ambientes como recursos didáticos. O questionário aplicado foi composto por seis perguntas, abertas e fechadas, buscando analisar as percepções dos discentes relacionadas a esses espaços enquanto visitantes e como futuros professores fazendo uso desses espaços durante suas aulas, além de comparar a utilização de espaços na formação escolar e formação inicial, a pesquisa busca entender também os desafios apresentados na elaboração dos materiais de divulgação. Bem como relacionar os espaços com diversos conteúdos abordados durante a formação acadêmica, integrando aspectos ambientais e socioculturais, a divulgação científica atrelada a esses espaços não formais tem sido uma aliada ao ensino de Biologia e Ciência, uma vez que esses locais desempenham um papel crucial como potencializadores do ensino, oferecendo novas perspectivas que enriquecem a experiência educativa.

**Palavras-chave:** Mídia social; Metodologia de ensino em ciência; Educação não formal

## 1 INTRODUÇÃO

Os espaços não-formais de ensino desempenham um papel essencial na disseminação do conhecimento científico. Segundo Jacobucci e Jacobucci (2008), esses espaços não apenas divulgam a ciência, mas também fomentam debates e reflexões que complementam a educação formal, contribuindo para a formação integral dos indivíduos. Esses espaços permitem o conhecimento, dando ao público a chance de explorar temas complexos de um jeito mais acessível e interessante.

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: thalyson.reinaldo@discente.ufma.br.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela USP. E-mail: mariana.valle@ufma.br.

Quando os alunos entram em contato com a linguagem e o pensamento científico, eles se tornam mais aptos a interpretar informações de maneira crítica, participando de forma mais ativa e consciente em discussões sobre questões científicas e sociais. Isso contribui para uma formação mais completa, tanto no aspecto acadêmico quanto no exercício da cidadania.

Esses espaços, como museus ou centros de ciência, podem ser integrados ao ensino de ciências, proporcionando novas oportunidades de aprendizagem. Ao explorar diferentes ambientes da cidade, é possível planejar atividades pedagógicas que valorizem as particularidades de cada local, facilitando o aprendizado por meio da observação e do uso adequado de recursos disponíveis. Lowman (2004, p. 223-224) considera que:

As tarefas de observação e as experiências práticas podem enriquecer a interação dos estudantes com o conteúdo do curso regular e ajudá-los a ver a relevância do curso para as questões da vida real e das experiências humanas. Mas se os estudantes forem encorajados a tentar uma integração intelectual de suas experiências de fora da classe com o conteúdo do curso, tais tarefas também podem ajudá-los a analisar, sintetizar e a avaliar os conceitos aos quais foram apresentados. [...] As atividades de observação e de experiência prática terão mais valor educacional se forem planejadas para serem integradas com os objetivos globais do curso e ativamente relacionadas ao que está ocorrendo em classe.

De acordo com Dantas, et al (2021) a divulgação científica em espaços não-formais é um excelente meio para aprimorar o ensino, aproximando os estudantes dos conteúdos curriculares e da realidade cotidiana. Nesse contexto, o trabalho pode ser usado como uma ferramenta de divulgação científica voltada para professores em formação, com o objetivo de informá-los sobre os espaços não formais de educação e suas potencialidades, além de promover a emancipação dos estudantes.

Divulgar a ciência de forma responsável, sem reduzir ou banalizar os conteúdos científicos e tecnológicos, e criar uma cultura científica que permita às pessoas discutirem livremente sobre ciência, entendendo minimamente seus processos e impactos no dia a dia, é um grande desafio e uma responsabilidade social. Da mesma maneira, é fundamental pensar na formação dos professores que frequentam esses espaços, para que eles possam integrar a cultura científica, o saber popular e seus próprios conhecimentos, visando à criação de novos saberes e à divulgação científica de maneira consciente e cidadã. (Jacobucci, 2008)

Sendo assim, o objetivo desse trabalho é relatar a experiência do uso desses espaços na formação docente através da realização de atividades educacionais voltadas para os espaços não formais de ensino e como estas podem auxiliar no ensino e aprendizagem dos estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas como futuros professores.

Essa iniciativa, ainda objetiva a coleta de dados para estudos preliminares para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso do autor. Neste trabalho apresentam-se resultados de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida no segundo semestre de 2024, com o objetivo de analisar as percepções de licenciandos em ciências biológicas a partir de suas vivências com divulgação científica de espaços não formais na Ilha Upaon Açu, em especial, os espaços trabalhados na disciplina de Metodologia De Ensino de Ciências e Biologia.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Percurso Metodológico

Os participantes da pesquisa correspondem a discentes do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Federal do Maranhão, Cidade Universitária Dom Delgado, que cursaram a disciplina de Metodologia de Ensino em Ciência e Biologia em 2024.1. No contexto da disciplina foi proposta a produção de material de divulgação científica atrelado a espaços não formais de ensino da Grande Ilha, que poderiam ser utilizados para aulas de ciências e biologia. O objetivo da atividade seria integrar tecnologias no ensino, a divulgação científica, e o uso de espaços não formais e suas potencialidades para as aulas.

A atividade supracitada foi dividida em 4 etapas, sendo elas: 1) escolha do espaço não formal; 2) visita ao espaço; 3) produção do post; e 4) apresentação do material de divulgação. O material de divulgação tratava-se de um post, em forma de reels ou carrossel, em uma rede social, neste caso foi utilizado o Instagram. Cada grupo, previamente definidos em sala de aula, devia escolher um espaço de ensino não formal em São Luís ou região Metropolitana (Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa) que pudessem ser utilizados como recurso pedagógico por professores de ciências e biologia. Foram sugeridos espaços como parques, museus, reservas naturais, aquários e outros.

Durante a visita ao espaço os grupos documentaram a experiência através de fotos e notas detalhadas sobre o local e suas potencialidades educacionais. Era exigido que os integrantes estivessem presentes em pelo menos um registro da visita, sendo esse um dos critérios de avaliação do trabalho, além disso, a postagem também devia conter legendas (descrições do espaço), propostas de atividades educativas e especificar a presença ou não de acessibilidade no espaço escolhido.

### 2.2 Coleta de dados

Foi aplicado um questionário como instrumento de coleta de dados com os discentes supracitados. Nesse questionário continha um termo livre e esclarecido (que segue as diretrizes da Lei 13.709/18 intitulada Lei Geral de Proteção de dados LGPD) sobre a participação na pesquisa, contava também com 6 perguntas (abertas e fechadas) com objetivo de caracterizar as experiências dos discentes em relação à atividade de postagem no Instagram sobre espaços não formais de ensino e suas vivências nesses espaços.

O questionário foi disponibilizado para os 39 discentes via formulário virtual, através da plataforma Google Forms. No questionário estava anexado o termo livre e esclarecido, com o nome dos pesquisadores e número para contato. Após receber o convite apresentando a pesquisa, os participantes foram convidados a visitar o website na Internet e a responder, on-line, o questionário que se encontra no quadro abaixo.

**Quadro 1** - Questionário aplicado na pesquisa

- 1- Em qual período do curso de Ciências Biológicas você está?
- 2- Durante suas aulas na educação básica (Ensino Fundamental e Médio) e/ou durante a graduação, você já visitou algum espaço não formal?
- 3- Caso sim, conte mais sobre sua(s) experiência(s). Qual(is) disciplina, qual(is) local(is) etc.
- 4- Em relação à atividade de postagem no Instagram sobre Espaços Não Formais, por que você achou interessante sugerir esse espaço para professores de Ciências ou Biologia?
- 5- Quais conteúdos você acha que podem ser trabalhados no espaço que você escolheu?
- 6- Quais desafios você teve na produção desse trabalho?

Fonte: Os autores

Para manter o anonimato dos discentes foi adotado o uso de “P” para se referir ao participante juntamente do número em referência a ordem de preenchimento do formulário. Exemplo: P1 para o primeiro participante a responder o formulário, e assim sucessivamente. Os resultados serão apresentados em blocos, seguindo a sequência das perguntas do questionário, e para uma melhor sistematização das respostas dos participantes, criou-se quadros com grandes áreas que auxiliam em um melhor entendimento.

A respeito do perfil dos participantes, dentre os 39 matriculados na disciplina, 22 concordaram com o termo livre e esclarecido e aceitaram a participação na pesquisa. Entre eles, 13 são alunos do quarto período; um do quinto período; 7 estão cursando o sexto período e 1 o oitavo; apesar do formulário apresentar a opção referente ao sétimo período, o mesmo não foi selecionado por nenhum participante.

Com análise dos dados pôde-se constatar que a maioria dos participantes (86,4%) visitou algum espaço não formal durante suas aulas na educação básica (Ensino Fundamental e Médio) e/ou durante a graduação, entretanto, 3 participantes, 13,6%, não tiveram nenhum contato com esses lugares durante suas formações

**Quadro 2** - Espaços utilizados durante a formação acadêmica dos participantes.

Espaços Institucionalizados	Espaços não institucionalizados
Visitei Museus (P1, P5, P12, P13 e P15)	Andando no campus (P2, P13, P14)
Hospital Sarah (P3 e P11)	Fazendas (P3)
Centro Cultural da Vale (P3 e P8)	Fisiologia Vegetal e Biologia Aquática: Praia de Panaquatira, Praia do Araçagy e Praia do Mangue Seco (P2 e P17)
Alumar e no Palácio dos Leões (P7)	Fanerógamas; Evolução Orgânica: Parque do Rangedor (P17)
Orla Viva (P11 e P13)	Disciplina de biologia já visitei parques botânicos (P5, P14 e P21)
Porto do Itaqui (P12)	
Bioquímica: LCC (Lab de Cultura Celular); Labiomol (Lab de Biologia Molecular); Biologia Molecular; Laboratório de transplantes (P17)	
Estação Meteorológica (P19)	

Fonte: Os autores

Os espaços não formais podem ser classificados em dois tipos, 1) espaço não formal institucionalizado e 2) espaço não formal não institucionalizado. Conforme Rodrigues e Almeida (2020, p. 227),

Os espaços institucionalizados possuem estruturas e regras definidas para o funcionamento e atividades para a recepção do público. Encaixam-se nesta definição os Museus, Zoológicos, Aquários, Planetários, Jardins Botânicos, entre outros. Já os espaços não institucionalizados são aqueles que, embora não apresentem uma estrutura definida para a disseminação de determinado conteúdo científico, podem ser usados como local de realização de uma prática educativa que fuja do ensino formal. Ambientes urbanos e naturais como, por exemplo, praças, praias, rios, cinemas e parques são exemplos desses espaços.

Ambos foram mencionados nas respostas dos participantes e utilizados para abordar conteúdos que possuíam afinada com o local escolhido pelo professor. É importante destacar que apesar das respostas, em sua maioria, não apresentarem a disciplina em que foi utilizado o espaço não formal, mas a memória do espaço continua presente nas lembranças dos alunos.

**Quadro 3** - Motivo para trabalhar com espaços não formais.

P1	Pois é um bom meio para passar informações de locais que tem como administrar um assunto educativo de uma maneira diferente e legal
P2	Para criar uma experiência melhor
P5	Pois o aluno não pode ficar voltado somente para quatro paredes, ou seja, uma sala de aula é necessário expandir e inovar sua experiência
P6	Para aula mais didática com os alunos
P7	Acho que é muito bom para a fixação do conteúdo e para elucidar alguns pontos importantes em relação a preservação da biodiversidade
P8	Porque o ambiente proporciona exposições interdisciplinares, diversidade ambiental e cultural, atividades interativas, além de oferecer um auditório para realização de palestras e seminários
P10	Isso induz mais ainda a curiosidade dos alunos mostrando de forma presencial, sem ser mostrado em um slide
P11	É um espaço interdisciplinar, além de ser um lugar que aguça curiosidade e interesse pela ciência que é tão necessário para a sociedade
P17	A experiência é sempre positiva, pois dessa forma é possível enxergar no mundo real os conteúdos abordados em sala
P18	São espaços acessíveis ao público
P19	Para quebrar o tradicionalismo de aulas monótonas em espaços formais e mostrar que espaços de lazer também podem ser ambientes educativos
P20	Porque era um ambiente agradável, grande, para todo público, e que poderia relacionar com diversas áreas da Biologia
P22	Por ter uma vasta opção de conteúdos que poderiam ser abordados no local

Fonte: Os Autores

Boisvert e Slez (1994) apontam que os espaços não formais de ciência, como instituições educativas, devem ir além do entretenimento. Para eles, as exposições precisam ser projetadas de forma a captar e manter a atenção dos visitantes, permitindo uma interação significativa que promova o aprendizado. Portanto, a função educativa dos espaços deve ser priorizada em suas mostras, garantindo que os visitantes não apenas se divirtam, mas também aprendam de forma efetiva.

Os participantes consideram que o uso dos espaços não formais como recurso pedagógico é fundamental e de suma importância para uma melhor compreensão dos conteúdos, conexão com novos saberes e estímulo à criatividade dos estudantes. Além disso, eles possuem lembranças boas de suas vivências nesses espaços durante suas formações.

**Quadro 4** - Conteúdos a serem abordados.

Botânica	Zoologia	Ecologia	Físico-Química
A botânica na produção de pratos típicos (P16)	Fauna invasora (P19)	Biodiversidade de manguezais (P17)	Experimentos químicos e físicos. Importância da ciência e pesquisa entre outros (P11)
Tipos de raízes e vegetação (P17)	Biologia animal (P3)	Conceitos de sustentabilidade (P8)	Composição química dos alimentos típicos maranhenses (P16)
		Rotação da Terra e Sistema solar (P11)	
		Análise de relações ecológicas e biodiversidade (P4)	
		Ecosistemas (P10)	

Fonte: Os autores

Lowman (2004) afirma que atividades de observação e práticas só ganham maior valor educativo quando estão alinhadas aos objetivos gerais do curso e são diretamente conectadas com o que é ensinado em sala de aula. Diante disso, para um melhor aproveitamento dos espaços não formais como recurso pedagógico é necessário que seu uso esteja atrelado aos temas abordados nos conteúdos escolares.

**Quadro 5 - Desafios na produção do trabalho**

Infraestrutura	Ensino-aprendizagem	Produção do Post
Visitar o local, pois ele fica um pouco distante, mas é de fácil acesso (P3)	Delimitar o conteúdo a ser trabalhado (P13)	Questão de edição mesmo, porém nada demais (P1)
O local é de difícil acesso (P6, P7, P12, P15 e P22)	Pensar em sugestões de aula para os professores com base no espaço não formal que escolhemos (P16 e P10)	Não tenho costume com redes sociais, produzir algo como uma postagem ou algo do tipo pode ser dificultoso (P4)
A localização do espaço de ensino (P9)	As regras estabelecidas como critérios de avaliação. Acabou que deixou uma coisa muito dentro de um molde, limitou a criatividade e ficou muito maçante (P21)	Na intenção de fazer uma postagem chamativa e didática o suficiente (P5)
O único desafio foi pelo espaço está em reforma e não ter o estagiário para nos orientar (P11 e P8)		Pouco domínio das ferramentas digitais (P19)
O maior problema que tivemos para realizar o trabalho foi a questão do horário (P14)		
Acredito que ter disponibilidade para ir até o local (P20)		

Fonte: Os autores

Os participantes (P2, P17 e P18) não foram adicionados aos quadros pois relataram não apresentar dificuldades na elaboração do trabalho. A maior dificuldade encontrada foi a dificuldade no acesso aos espaços não formais. Para Pozo e Crespo (2009) é fundamental garantir que os alunos possam ter acesso à informação e atribuir-lhe significado, desenvolvendo habilidades de aprendizagem que possibilitem uma assimilação crítica do conteúdo.

Ao longo da pesquisa, ficou claro que a divulgação científica, embora desafiadora, é essencial para a formação docente, contribuindo para o desenvolvimento dos saberes necessários ao ensino. Aproximar os estudantes do discurso científico é fundamental para que eles compreendam melhor os conteúdos curriculares e desenvolvam a capacidade de argumentar sobre os temas divulgados em diferentes espaços.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tem como intuito analisar as percepções de licenciandos em ciências biológicas a partir de suas vivências com divulgação científica de espaços não formais na Ilha Upaon Açu. Os estudantes relataram que os espaços não formais e o uso deles como recurso nas práticas pedagógicas é essencial para capacitar educadores a aplicar metodologias inovadoras que integram teoria e prática. Desse modo podemos observar que é viável utilizar espaços não formais para facilitar a assimilação de conteúdo pelos alunos nas instituições de ensino. Essa abordagem combina a exposição do conteúdo de forma acessível com estímulos visuais e auditivos, promovendo maior concentração por parte dos estudantes.

É fundamental criar espaços que incorporem o conhecimento científico conectando-o com o cotidiano. Isso é possível por meio de exposições interativas e envolventes, onde elementos e inovações digitais estejam integrados despertando a imaginação dos visitantes.

## REFERÊNCIAS

DANTAS, E. F.; COSTA, J. da S.; SILVA, F. S. O. da; NICOLLI, A. A. Espaços não formais de ensino: possibilidades de divulgação científica e formação emancipatória. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 8, n. 2, p. 594–612, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/4733>. Acesso em: 23 set. 2024.

FRANCO CARVALHO JACOBUCCI, D. Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 7, n. 1, 2008. DOI: 10.14393/REE-v7n12008-20390. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20390>. Acesso em: 18 set. 2024.

GAIA, A. A. B.; LOPES, F. T. A utilização de espaços não formais como estratégia educacional no ensino de ciências. **Ciências em Foco**, Campinas, SP, v. 12, n. 1, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cef/article/view/9890>. Acesso em: 10 out. 2024.

GHANEM, E.; TRILLA, J. **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

GOHN, M. da G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. Tradução Silvana Cobucci Leite. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JACOBUCCI, D. F. C. **A formação continuada de professores em centros e museus de ciências no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

JACOBUCCI, D. F. C. Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 7, 2008. p. 55-66. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20390/10860>. Acesso em: 23 set. 2024.

JACOBUCCI, G. B.; JACOBUCCI, D. F. C. Caracterização da estrutura das mostras sobre biologia em espaços não formais de educação em ciências. **Revista Ensaio**, v. 10, n. 1, p. 1-16, 2008. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/ensaio/article/view/8657/6597>. Acesso em: 23 set. 2024.

MARANDINO, M. et al. A educação não formal e a divulgação científica: o que pensa quem faz. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS – ENPEC, 2003, Bauru, SP. **Anais [...]**. Bauru, SP: ENPEC/ABRAPEC, 2003. Acesso em: 18 set. 2024.

MARANDINO, M. Museu como lugar de cidadania. In: MARANDINO, M. (org.). **Museu e escola: educação formal e não-formal**. Ano XIX, n. 3, 2009. p. 29-35. Rio de Janeiro: TV Escola.

MARANDINO, M. **O conhecimento biológico nas exposições dos museus de ciências**: análise do processo de discussão do discurso positivo. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: [http://www.geenf.fe.usp.br/v2/wp-content/uploads/2012/09/marandino\\_2001.pdf](http://www.geenf.fe.usp.br/v2/wp-content/uploads/2012/09/marandino_2001.pdf). Acesso em: 23 set. 2024.

ROCHA, S. C. B.; FACHÍN-TERÁN, A. O uso de espaços não formais como estratégia para o ensino de ciências. Manaus: UEA, 2010.

RODRIGUES, M. H. S.; ALMEIDA, A. C. P. C. Espaços não formais de ensino: perspectivas para a formação inicial de professores. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2020. DOI: 10.30681/ecs.v10i2.3839. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8619>. Acesso em: 23 set. 2024.

SILVA, J. G. O que são espaços não formais de ensino e educação? O que dizem as publicações dos eventos e periódicos sobre pesquisa em educação em ciências. In: ENCONTRO NACIONAL DE LICENCIATURAS – ENALIC, VII, 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/51563>. Acesso em: 18 set. 2024, 11h46.

## Eixo 2

# Literatura e outros saberes



## A INVISIBILIDADE FEMININA EM “MUTOLA, A UNGIDA”, DE PAULINA CHIZIANE

Valéria Matos Cutrim<sup>28</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Ester Avelar dos Santos Rios Mariz<sup>29</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Márcia Manir Miguel Feitosa<sup>30</sup>

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal abordar a invisibilidade feminina no conto “Mutola”, de Paulina Chiziane. Por meio de uma linguagem metafórica e irônica, a escritora moçambicana consegue trazer à tona, em seu processo de escrita, um novo olhar avaliativo sobre os processos históricos de seu país, valendo-se da tradição oral para narrar vivências de repressões às estórias das mulheres. Para Secco (2007, p. 9), essa é uma estratégia para que contos façam parte da dinâmica cultural da África. Em Leite (2014, p.28), os autores africanos utilizam os contos para estabelecer o seguimento com as tradições orais. Mutola é uma águia, mulher e atleta que, de forma simples e direta, recebe em seu enredo recursos da oralidade, permitindo perceber os desenrols da contação de sua história, representando seu país. Para Freitas (2020, p. 73), “[...] as narrativas de Chiziane são verdadeiros tratados feministas, uma vez que as personagens criadas por ela possuem um discurso político reivindicador de um território que só pode ser dominado pelas mulheres, mesmo que seja construído por palavras e emoções”. Paulina Chiziane é uma das figuras de destaque no mundo literário moçambicano e, no conto “Mutola”, explora profundamente o conceito de invisibilidade feminina em meio às dinâmicas de poder, orquestradas e implementadas por uma sociedade patriarcal ainda em pleno exercício. No que diz respeito ao processo metodológico, tal estudo se constroi por meio de pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica, a partir de autores como Mata (2014), Secco (2013), Padilha (2013), Leite (2014) e outros, que problematizam o papel da mulher moçambicana e o que ela representa na sociedade. Dessa forma, ao mesmo tempo que explora o machismo, o preconceito de gênero e a invisibilidade feminina, o conto também exalta o poder de autonomia, resiliência e liberdade da mulher como protagonista de sua própria história. Assim como a águia da parábola, Mutola permanece fiel à sua essência e alça seu voo de liberdade em direção ao sol, desafiando todas as probabilidades, preconceitos, estereótipos e até mesmo aquele ambiente opressivo cercado por galinhas.

**Palavras-chave:** Invisibilidade Feminina; Oralidade; Literatura; “Mutola”.

### ABSTRACT

The main objective of this paper is to address female invisibility in the short story “Mutola”, by

28 Assistente Social, UFMA. Mestranda em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Integrante do Grupo de Estudos de Paisagem e Literatura (GEPLIT/UFMA). Atualmente, atua como pesquisadora na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: valeria.cutrim@discente.ufma.br.

29 Advogada, OAB/MA. Mestranda em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Integrante do Grupo de Estudos de Paisagem e Literatura (GEPLIT/UFMA). E-mail: avelar.mariz@hotmail.com.

30 Mestrado em Letras (Literatura Portuguesa) e Doutorado em Letras (Literatura Portuguesa) pela USP. Professora Titular do Departamento de Letras, Bolsista de Produtividade CNPq nível 1D e docente do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade – PGCULT e PGLetras da UFMA. Contato: marcia.manir@ufma.br.

Paulina Chiziane. Through metaphorical and ironic language, the Mozambican writer manages to bring to light, in her writing process, a new evaluative perspective on the historical processes of her country, using oral tradition to narrate experiences of repression of women's stories. For Secco (2007, p. 9), this is a strategy for short stories to become part of the cultural dynamics of Africa. In Leite (2014, p. 28), African authors use short stories to establish continuity with oral traditions. Mutola, an eagle, a woman and an athlete, receives resources from orality in her plot in a simple and direct way, allowing us to perceive the developments of the telling of her story, representing her country. For Freitas (2020, p. 73), "[...] Chiziane's narratives are true feminist treatises, since the characters she creates have a political discourse and demand a territory that can only be dominated by women, even if it is constructed through words and emotions". Paulina Chiziane is one of the prominent figures in the Mozambican literary world and, in the short story "Mutola", she deeply explores the concept of female invisibility amidst the dynamics of power, orchestrated and implemented by a patriarchal society that is still in full exercise. Regarding the methodological process, this study is constructed through qualitative research and bibliographic review, based on authors such as Mata (2014), Secco (2013), Padilha (2013), Leite (2014) and others, who problematize the role of Mozambican women and what they represent in society. Thus, while exploring machismo, gender prejudice and female invisibility, the story also exalts the power of autonomy, resilience and freedom of women as protagonists of their own stories. Just like the eagle in the parable, Mutola remains true to her essence and takes flight towards freedom towards the sun, defying all odds, prejudices, stereotypes and even that oppressive environment surrounded by chickens.

**Keywords:** Female Invisibility; Orality; Literature; "Mutola".

## 1 INTRODUÇÃO

A literatura de língua portuguesa no continente africano, em especial de Moçambique, vem sendo expressa por escritores que conseguem contar histórias, tradições, culturas e costumes locais através da ficção, em especial, após a independência do país em 1975. A escritora Paulina Chiziane se destaca nesse meio, sendo uma das poucas mulheres que estampam a escrita moçambicana, representando uma literatura contemporânea desse lugar. Segundo Miranda e Secco (2013, p. 13),

As histórias narradas por Chiziane mexem com o inconsciente de quem as lê, constituindo-se como viagens de escrita, não apenas ao mundo feminino e às tradições orais moçambicanas, mas à história de Moçambique e ao universo existencial de cada leitor. Essas são algumas das ousadias dessa escritora, cuja simplicidade não consegue empanar o imenso poder encantatório da linguagem, capaz de prender por muito tempo uma gama diferenciada de leitores.

É possível pensar que a escrita de Chiziane favorece a formação da identidade moçambicana, com aspectos de descolonização e o sentimento de liberdade da nação e do indivíduo. Por meio da memória, ela consegue trazer as tradições para o centro de seus ensinamentos, a fim de evitar o apagamento da história de seu país. A coletânea *As andorinhas* consiste numa obra pós-colonial, que critica e avalia o processo de colonização e descolonização de Moçambique. O livro de contos se constitui como uma produção literária que traduz o sentimento de nacionalidade e de heterogeneidade de um país, sendo uma forma de discutir a nação em questão. Por isso, afirma Carmo (2014, p. 11):

[...] Em decorrência dos processos vinculados à formação de Moçambique, as mazelas do colonialismo europeu, a luta de libertação, a guerra pós independência e os problemas socioeconômicos enfrentados pelo país são temas muito recorrentes na literatura moçambicana. Nesse sentido, principalmente na segunda metade do século XX, é impossível dissociar a literatura do contexto histórico e, ainda na atualidade, discutir a história, por meio da literatura, continua sendo uma valiosa ferramenta de reflexão social do país.

Assim, Chiziane utiliza a literatura como um importante instrumento de discussão histórica. É a troca da ficção dialogando com a história, discussões levantadas para provocar problematizações e debates. Nesse aspecto, o presente estudo tem como objetivo principal examinar de que maneira a invisibilidade feminina é problematizada e abordada no conto “Mutola”, da proeminente escritora moçambicana Paulina Chiziane.

Utilizando uma linguagem marcada pela metáfora e ironia, Chiziane revela, por meio de sua narrativa, um novo olhar sobre os processos históricos e sociais de Moçambique, ancorando-se na tradição oral para relatar vivências de opressão enfrentadas pelas mulheres. Conforme argumenta Secco (2007), essa abordagem reflete uma estratégia eficaz para integrar os contos à dinâmica cultural africana. Corroborando nesse sentido, Leite (2014) complementa essa perspectiva ao destacar que os autores africanos frequentemente empregam os contos para manter e renovar as tradições orais.

No conto, a figura de Mutola, uma mulher e atleta descrita de maneira direta e simbólica, utiliza elementos da oralidade para narrar sua história e representar o seu país. Freitas (2020) caracteriza as narrativas de Chiziane como verdadeiros “tratados feministas”, enfatizando que as personagens femininas criadas por ela possuem um discurso político e reivindicador, que desafia a dominação masculina, mesmo que por meio de palavras e emoções. Paulina Chiziane, como uma figura central na literatura moçambicana, explora em “Mutola” o conceito de invisibilidade feminina dentro de uma estrutura social patriarcal ainda predominante.

Este estudo adota uma abordagem metodológica qualitativa e realiza uma revisão bibliográfica com base em obras de autores como Mata (2014), Secco (2013), Padilha (2013) e Leite (2014), que discutem o papel da mulher moçambicana e sua representação na sociedade. Ao explorar questões como machismo, preconceito de gênero e invisibilidade feminina, o conto também celebra a autonomia, resiliência e liberdade da mulher como protagonista de sua própria narrativa. Assim como a águia na parábola, Mutola desafia os preconceitos e as condições opressivas ao buscar sua liberdade e identidade, elevando-se acima das limitações impostas pela sociedade.

## **2 GÊNERO, PODER E RESISTÊNCIA EM “MUTOLA, A UNGIDA”**

Em “Mutola, a unguida”, Paulina Chiziane realiza uma verdadeira imersão nas dinâmicas de poder da sociedade moçambicana, especialmente no que concerne ao papel das mulheres. Nesse contexto, é importante destacar que a mulher ocupa diferentes posições na estrutura social de Moçambique, variando conforme as diversas regiões do país (norte, centro ou sul),

não sendo possível fazer generalizações (Vilanculo; Nhiuane, 2012, p. 140). Segundo Araújo (2023, p. 152), Moçambique apresenta duas tradições antigas organizadas segundo o gênero: a matrilinear, no norte do país, a patrilinear, no sul, sendo este último o enfoque do conto em análise.

Para compreendermos e analisarmos o lugar do gênero no ambiente sociopolítico e cultural em Moçambique, nas suas várias facetas, devemos ter em conta o contexto histórico e cultural de Moçambique e das suas regiões norte (incluído centro) e sul. (...) É verdade que Moçambique é um país multicultural (língua, cultura, ideologia etc.), em que cada região exhibe sua cultura e representação. Tanto é verdade também que em cada região de Moçambique a mulher tem seu espaço e significado para o tecido social e cultural. Na região centro e norte do país, por causa das influências islâmicas e a agricultura como uma das principais bases econômicas, a mulher tem mais significância, ou seja, tem mais poder de decidir sobre a sua linhagem. E no sul, comparativamente por causa da existência de mais gado bovino, e ser uma região na sua maioria cristã, os homens é que têm mais poder de decidir sobre a sua linhagem (Vilanculo; Nhiuane, 2012, p. 138).

Em uma tradição patrilinear, as raízes familiares são determinadas pela linhagem masculina, o que resulta em uma série de normas sociais e culturais que afetam a posição das mulheres na sociedade moçambicana (Vilanculo; Nhiuane, 2012, p. 140). Desse modo, as famílias são organizadas em um sistema hierárquico, que cria diversas desigualdades entre homens e mulheres.

Nesse modelo tradicional, as mulheres frequentemente não têm sua voz ouvida e não desfrutam dos mesmos direitos que os homens, podendo até enfrentar violência e discriminação. Embora a Constituição da República do país assegure a igualdade de direitos entre todos os cidadãos, independentemente de raça, sexo ou cor, a realidade é bastante distinta, isto é, “apesar das leis que garantem direitos às mulheres, a tradição moçambicana ainda predomina. Assim, na maioria das vezes, as mulheres permanecem subjugadas” (Araújo, 2023, p. 152).

No conto, Chiziane expõe uma sociedade profundamente machista e patriarcal, na qual as mulheres são restritas a padrões e estereótipos específicos, que limitam sua liberdade de ser e agir. Em um determinado diálogo da narrativa, Mutola pergunta às suas amigas do bairro o que significa ser mulher:

- Por quê? O que significa ser mulher? – questionava, incrédula.
- Ah! Mas que pergunta! – diziam com ar de gozo. Será que nunca viste nas revistas, nas novelas?
- Não tenho vontade nenhuma de perder o meu tempo a entrançar cabelos de boneca, respondia, zangada.
- Devas, sim, preocupar-te com coisas de mulher. Por exemplo, ser mais sensual. Fazer enxoval. Concluir um curso de cozinha e outro de boas maneiras enquanto esperas um noivo, para casar e fazer filhos. Não é para isso que as mulheres servem? (Chiziane, 2013, p. 251).

Assim, “ser mulher” implica seguir uma série de estereótipos de gênero e corresponder às expectativas de um modelo patriarcal tradicional. No contexto da narrativa, até mesmo o corpo de Lurdes é incentivado a se adequar a determinados padrões estéticos do que se entende por um corpo com “características femininas”.

“[...] Vais estragar o corpo, Lurdes! Vais ficar com os músculos rijos. Os homens gostam de mulheres de peles lisas como caju. Gostam de músculos suaves como carne de frango” (Chiziane, 2013, p. 252). Nesse trecho em particular, fica claro o modelo social pré-estabelecido e reforçado pelas amigas de Lurdes: o corpo da mulher deve ser adequado aos padrões e, por sua natureza, destinado a agradar e servir aos homens. Isto é, “destaca-se a relevância para a aparência do corpo feminino, que deve atingir padrões impostos pela sociedade e satisfazer os desejos masculinos” (Morais; Campos, 2023, p. 61).

É importante destacar que a representação do machismo é tão forte na narrativa que até mesmo as mulheres do conto apresentam uma certa submissão a ele, na medida em que automaticamente incorporam e reproduzem esses padrões de comportamento, tentando impor a Mutola que se adeque e obedeça ao *status quo*.

A sociedade dita como deve se comportar a mulher, a qual segue tais regras e as transmite por gerações (Araújo, 2023, p. 157). Uma vez imposto o modelo a ser seguido, não há espaço para questionamentos nem subversões. Naturalmente inferior aos homens e sempre destinada a servi-los e agradá-los, a mulher nesse contexto ocupa um papel de completa invisibilidade, carecendo de liberdade e autonomia para decidir os rumos de sua própria vida.

Entretanto, nesse momento Mutola se assemelha à águia do início do conto e alça seu voo de liberdade, se distanciando cada vez mais do aglomerado de galinhas que tenta lhe sufocar. A personagem não se deixa levar pelos preceitos instituídos pela sociedade e defende a vontade de realizar os próprios sonhos, avançando de modo contrário ao que preconizava a sociedade moçambicana da época .

Ao desafiar as normas sociais estabelecidas por sua comunidade, Mutola se coloca em oposição às suas semelhantes e se reconhece como diferente delas. Nesse momento, a personagem decide realizar seus sonhos e seguir sua própria estrada. Assim sendo, Lurdes consegue entrar num clube de futebol masculino e, no dia do jogo, se destaca e marca um gol: “No dia da partida, ela jogou futebol com mestria e marcou golos na equipa de homens. E ela jogou com elegância e sem a menor inquietação, para o assombro do mundo” (Chiziane, 2013, p. 252).

Daí em diante, surge uma série de questionamentos por Lurdes jogar futebol e por estar inserida num grupo majoritariamente formado por homens. Além disso, a atuação impressionante da protagonista durante o jogo de futebol provocou insegurança e desconforto entre os homens, que perceberam estar perdendo espaço para uma mulher num esporte, teoricamente, masculino.

Mutola então é afastada do time, fato que é comemorado tanto pelos homens quanto – estranhamente – pelas mulheres, o que torna mais evidente os diversos desdobramentos do machismo numa sociedade patriarcal.

As mulheres celebraram o afastamento. Porque ser mulher de verdade é ser a beldade. Maquilhada. Uma miss escovada e lisa como uma boa montada. Os homens celebraram. Porque é mesmo incômodo ter um rival no feminino. Na vitória das mulheres, reside a desonra dos homens (Chiziane, 2013, p. 253).

Diante desse posicionamento de homens e de mulheres, confirma-se Mutola como a representação da águia, isto é, alguém destinado a “governar o mais alto dos céus” (Chiziane, 2013, p. 251). A determinação da personagem em seguir seus sonhos e romper com as barreiras e estereótipos sociais lhe fez diferente de todas as outras galinhas, conforme os ensinamentos da primeira parte do conto.

Destarte, Paulina Chiziane faz uso da metáfora da águia para subverter os estereótipos tradicionais de gênero. As galinhas simbolizam as normas sociais patriarcais e a conformidade ao *status quo*, na medida em que tentam limitar o voo de Mutola. Por outro lado, a figura da águia representa a liberdade e a capacidade de transcender tais crenças limitantes. Ao utilizar uma linguagem irônica e alegórica, Chiziane fortalece a crítica ao poder patriarcal por meio de simbolismos, evidenciando como as mulheres podem resistir e quebrar as dinâmicas de poder e opressão.

No *Dicionário de símbolos*, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, o símbolo “águia” ocupa espaço considerável, sendo interpretada à luz tanto do ocidente quanto do oriente. É reconhecida sua importância, sobretudo, para a representação dos maiores deuses e heróis: “é o atributo de Zeus (Júpiter) e do Cristo; é o emblema imperial de César e de Napoleão; e – tanto nas pradarias americanas, como na Sibéria, no Japão, na China e na África – xamãs, sacerdotes, adivinhos e, igualmente, reis e chefes guerreiros tomam seus atributos para participar de seus poderes” (Chevalier; Gheerbrant, 1995, p. 22). Apesar da evidente ironia de Chiziane, ainda prevalece o caráter machista que atribui ao homem o poder e a sabedoria da águia, conforme atesta o *Dicionário de símbolos* por nós citado.

A resistência da protagonista não se limita a um ato de autonomia; é também uma afirmação diante das inúmeras limitações e adversidades que enfrenta. Com sua atitude subversiva e transgressora, Mutola desafia as estruturas e expectativas patriarcais, promovendo a emancipação das mulheres. Sua recusa em ser enquadrada e conformada dentro das normas socialmente impostas é um forte demonstrativo de seu poder de determinação e resiliência.

A jornada de Mutola ao longo da narrativa transcende a luta contra as opressões sociais externas, revelando também um significativo e belo processo interno de empoderamento e autoafirmação. Seu voo como a águia da primeira parte do conto representa a capacidade de uma mulher de tomar as rédeas de sua própria vida e redefinir seu destino, bem como se autoafirmar perante um mundo que frequentemente busca dissuadi-la de seus objetivos e minimizar sua importância.

Quanto mais Mutola se eleva, menor parece aos olhos das galinhas que não conseguem voar. No entanto, esse voo em direção à liberdade apenas engrandece a personagem, pois a afasta cada vez mais de uma comunidade limitada e aprisionada por estereótipos e convenções sociais.

### 3 A ORALIDADE PRESENTE AO CONTAR A HISTÓRIA DE MUTOLA, EM AS ANDORINHAS

A oralidade é uma característica presente na escrita de autores do continente africano, como Mía Couto, Pepetela ou Paulina Chiziane, sendo utilizada de diferentes formas. No caso de Chiziane, o que observamos é uma escrita marcada por traços da cultura local. Para Ana Mafalda Leite (2020), destacam-se três tipos de “oralidades” presentes em textos ficcionais de autores do continente africano. Paulina se enquadraria no grupo que diz respeito ao que é “utilizado apenas por escritores bilíngues, cujo contato com a ruralidade é mais íntimo e próximo, institui uma relação de diálogo, criando uma espécie de ‘interseccionismo’ linguístico”. Como característica desse grupo, também se nota a alternância de “ritmos diversificados, assim como fazendo irromper, recuperadas, diferentes cosmovisões” (Leite, 2020, p. 36).

É por meio desses aspectos que a autora trilha uma narrativa literária permeada pela contação de histórias com o objetivo de atingir assuntos polêmicos sobre o reconhecimento da mulher dentro do meio social. Salienta-se que dentro de suas perspectivas “[...] seus livros representam artisticamente as vivências ancestrais de seu povo, promovendo o constante diálogo crítico entre a África tradicional e a contemporânea. Por isso, a oralidade habita a sua escrita literária com naturalidade” (Chiziane, 2017).

Observa-se que o contador tem controle de sua narrativa escolhida para contar. As histórias de Paulina Chiziane atingem aspectos sociais que interligam a história de Moçambique. Em Bajard, o tal contador acaba por se identificar com seus pares: “[...] essa identificação se dá diante dos outros e não diz respeito à esfera do privado, mas sim do social” (Bajard, 1994, p. 95). A relação com o social revela o quanto a oralidade e a literatura estão voltadas para o coletivo. Ainda de acordo com Bajard (1994, p. 105), “[...] o enredo [...] equivale a uma arquitetura montada com expressões preestabelecidas que deixa espaços livres para uma língua oral surgida no momento”.

Entende-se que textos de autores africanos assumem, em sua grande maioria, um processo de compromisso de levantamento dos países que passaram pelo período colonial. Será essa literatura que vai deixar registrada a história e seus atravessamentos. Para Chinua Achebe é um compromisso importante, pois “não é necessário que o povo negro invente um grandioso e fictício passado para justificar sua existência e sua dignidade humana de hoje. O que os negros precisam fazer é recuperar o que lhes pertence – sua história– e narrá-las eles mesmos” (Achebe, 2012, p. 66).

Dessa forma, os traços de oralidade presentes nos diversos contos de *As andorinhas* são marcados por tempos distintos de Moçambique. Os escritos de Chiziane registram situações de representatividade feminina, com o marco de superação de obstáculos. Por meio de uma forma única, a autora promove, através da oralidade, uma espécie de teia que expressa e humaniza as histórias contadas, dando visibilidade aos desafios impostos às mulheres:

[...] obras que tematizam o universo da mulher, com sensibilidade e um apurado estilo que mescla vocábulos de origem africana e termos da oralidade com a língua portuguesa imposta pelo colonizador; ela tece histórias de mulheres que, mesmo no papel de vítimas, conseguem reverter tal situação e apontam para soluções positivas, ressignificando e assinalando novas soluções para tal papel (Botoso, 2021, p. 93).

O conto “Mutola”, presente na coletânea *As andorinhas*, está dividido em três partes: a primeira narra uma história sobre a águia e as galinhas, a segunda conta a projeção da mulher e as barreiras impostas pela sociedade, e a última, o desenlace da personagem principal que atinge seus objetivos, superando as barreiras impostas. A presença da contação de histórias na vida da autora advém de uma relação familiar, é por meio desses ensinamentos que a tradição oral se eternizou em contos que ela ouvia de sua avó (Costa; Pereira; Pereira, 2018).

Destaca-se que, no início do conto, o famoso clássico “Era uma vez [...]”, rememorando as histórias que são contadas em rodas, através de gerações, utilizando o artifício da oralidade. A escritora vai além dessas contações: ela transgride ao atingir esferas de libertação e provocar as esferas sociais: “[...] Mesmo denominando-se como contadora de histórias, ela é considerada a maior romancista de seu país, seu percurso literário é responsável por engajar à luta pelos direitos e sentidos das mulheres [...]” (Saes, 2021, p. 814).

Os escritores africanos incorporam esse processo de revitalização de saberes orais, elementos que fazem parte da cultura africana e aproximam a literatura da oralidade. Para Mata (2003, p. 67-68),

[...] um processo de recriação de desenredos verbais a que se segue a incorporação de saberes não apenas linguísticos, mas também de vozes tradicionais do saber gnômico que o autor vai recolhendo e assimilando nas margens da nação para revitalizar a nação que se tem manifestado apenas pelo saber da letra. [...] Essa revitalização segue pela via de levedação em português de signos multiculturais transpostos para a fala narrativa em labirintos idiomáticos como forma de resistência ao aniquilamento da memória e da tradição.

A partir disso, se constitui uma forma de preservação dos traços orais que atribuem subjetividade e identidade para as pessoas constituídas nesse lugar, principalmente, para o seu fortalecimento cultural. A consequência é a formação de um elo entre memória, tradição e escrita, em que “sistema literário se cruza com outros sistemas culturais, numa relação interdiscursiva, em simultâneo a criar essa tradição em termos prospectivos” (Leite, 2003, p. 134).

Dentro da tradição oral africana, a contação de histórias é envolta de interação e coletividade. Os autores permeados por essa cultura tendem a um processo de griotização de suas escritas, por meio do ato de narrar e por uma atuação do narrador de modo performático, se aproximando dos contadores de histórias orais. Tais traços são observados nas obras de Chiziane:

À maneira da oratura, o narrador desdobra-se em personagem, dramatiza a ação narrando, e distanciando-se dela, na pausa comentarista, retomando depois o seu papel de condutor do acto narrativo. As diversas formas de interromper, para retomar os fios, e os enredos, tecem estas narrativas de Chiziane, de uma vertente quase enciclopédica (Leite, 2003, p. 74).

Em suma, a autora mescla elementos de suas narrativas com aspectos da oralidade, destacando a grande riqueza literária da produção textual moçambicana. Ao deparar-se com as suas obras, encontramos uma mulher que expressa o que sente, se impõe, reflete o contexto onde reside e visa mudar o que a não satisfaz, transgredindo regras e costumes. Chiziane, de forma cuidadosa e crítica, deixa em seus escritos personagens que tecem críticas sobre a sociedade moçambicana, podendo, assim, propor debates do que deve ser mudado.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escritora Paulina Chiziane, por meio de sua escrita, consegue promover discussões acerca do papel da mulher moçambicana, problematizando o seu lugar na sociedade. Sua produção literária tem esse grande diferencial, demarca um exato contexto, em especial no que se refere ao universo feminino moçambicano. Ela abre os caminhos para uma literatura inovadora, ao colocar as mulheres no centro de suas histórias por meio de suas personagens, não admitindo a supremacia masculina, uma relação de inferioridade e subalternidade imposta a elas.

A contação de histórias presente no fio literário da autora põe em evidência que suas narrativas são oralizadas, tratam-se de histórias repassadas de geração em geração, como um ritual, retomando as vivências do povo africano. Com isso, a obra expressa elementos característicos da cultura africana, reforçando a importância de legar para a posteridade registros como esses. Mutola é uma mulher águia destemida. Sua imagem está associada às mulheres que buscam a libertação de uma sociedade patriarcal.

Assim, a representação feminina é colocada em debate, expondo uma discussão sobre a posição de homens e mulheres. A narrativa desse conto desconstrói e desmistifica a clássica máxima de que a mulher é destinada para servir. Ele reforça que a mulher pode e deve ultrapassar as barreiras impostas por padrões sociais, dando visibilidade e ascensão a uma personagem feminina moçambicana.

#### REFERÊNCIAS

ACHEBE, Chinua. **A educação de uma criança sobre o protetorado britânico**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

ARAÚJO, Fabiana da Silva. O silenciamento da mulher moçambicana no conto “Mutola”, de Paulina Chiziane. **Enfoc - Encontro de Iniciação Científica e Fórum Científico**, Seminário PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, Curitiba, v. 12, n. 39, p. 150-152, set. 2023.

BAJARD, Elie. **Ler e dizer: compreensão e comunicação do texto escrito**. São Paulo: Cortez, 1994.

BOTOSO, Altamir. Nuances do feminino nos escritos de Paulina Chiziane. In: VILELA, Ana Luísa; SILVA, Fabio Mario da; BOTTON, Fernanda Verdasca; BOTTON, Flavio (Orgs). **Todas as musas: Revista de literatura e das múltiplas linguagens da arte**, n. 1, ano 13, jul.-dez.,

p. 90-100, 2021.

CARMO, Igor Fernando. **Dimensões do herói moçambicano** em *As andorinhas* de Paulina Chiziane. São Paulo: USP, 2014.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Trad. Vera da Costa e Silva et al. 9ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

CHIZIANE, Paulina. **As andorinhas**. Belo Horizonte: Nandyala, 2013. 96 p.

COSTA, Eliane; PEREIRA, Flávio; PEREIRA, Márcia Regina Santana. O feminino, tempos e espaços em *As Andorinhas* de Paulina Chiziane, e em *Becos da Memória* de Conceição Evaristo. **Revista Porto das Letras**, v. 04, n. 02, p. 78-89, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/4314>. Acesso em: 26 set. 2024.

FREITAS, Sávio Roberto Fonsêca de. Sobre uma águia chamada Mutola. **Revista Mulemba**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 70-79, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/39270>. Acesso em: 05/09/2024

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas Africanas e formulações pós-coloniais**. Moçambique, UEM, 2003.

LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades e escritas nas literaturas africanas**. Lisboa: Colibri, 2014.

LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades & escritas pós-coloniais**. Estudos sobre literaturas africanas. 2.ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêtricas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p.27-42, jan.-abr. 2014.

MIRANDA, Maria Geralda de; SECCO, Carmem Lúcia Tindó. (Orgs.). **Paulina Chiziane: vozes e rostos femininos de Moçambique**. Curitiba: Appris, 2013.

MORAIS, Caroline; CAMPOS, Daniela. “Mutola”: A oralidade e a representação feminina em um conto de Paulina Chiziane. **Caderno Seminal**, Rio de Janeiro, n. 45, 2023. DOI: 10.12957/seminal.2023.73929. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cadernoseminal/article/view/73929>. Acesso em: 25 set. 2024.

PADILHA, Laura. Capulanas e vestidos de noiva: Leitura de romances de Paulina Chiziane. In: MIRANDA, Maria Geralda de; SECCO, Carmem Lúcia Tindó. (Orgs.). **Paulina Chiziane: vozes e rostos femininos de Moçambique**. Curitiba: Appris, 2013.

SECCO, Carmen Lucia Tindó. **Entre fábulas e alegorias**: ensaios sobre Literatura Infantil em Angola e Moçambique. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

VILANCULO, Isabel; NHIUANE, Odélio. CULTURA E REPRESENTAÇÃO: O lugar da mulher na cultura moçambicana. **Dossiê Mulheres, História e África**, v. 2, n. 3, p. 137-150, 22 maio de 2022.

# A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA LITERATURA AFRICANA CONTEMPORÂNEA

Deomile Ferreira Leal<sup>31</sup>

Universidade Federal do Pará

Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares<sup>32</sup>

Universidade Federal do Pará

## RESUMO

Este artigo tem como objeto de análise o romance *Mulheres de Cinzas* (2015), que compõe a trilogia *As Areias do Imperador 1* (2015), do autor moçambicano Mia Couto. O texto literário faz uma abordagem da sociedade africana nos fins do século XIX, com questões que atravessam as fronteiras e nos fazem refletir sobre a condição feminina e suas representações. Analisamos como o autor dá enfoque ao papel da mulher e aos estigmas enfrentados pelas mesmas, sendo um livro que traz uma voz narrativa feminina, com uma perspectiva sobre o papel da mulher no processo de colonização, questões de gênero, raça e classe. Além do texto literário da trilogia miacoutiana, para a discussão em análise baseamo-nos em Ângela Davis (2016), Carla Akotirene (2019), bell hooks (2019), Lélia Gonzalez (2020), Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), Silvia Federeci (2017) entre outras escritoras, que alicerçam essa discussão, e escrevem sobre as desigualdades sociais percebidas ao longo dos séculos não só das mulheres, mas também do povo negro.

**Palavras-chave:** Condição feminina. Feminismo. Mulheres negras africanas.

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem o intuito de analisar o papel da mulher negra e sua representação literária na contemporaneidade. Para isso, o romance *Mulheres de Cinzas* (2015), da trilogia *As Areias do Imperador* (2015, 2016, 2017)<sup>33</sup>, do autor moçambicano Mia Couto, será o ponto inicial dessa discussão. Assim, observamos aspectos relevantes como aculturação, cultura, contexto histórico, tradição e a assimilação imposta pelo colonizador europeu. A narrativa perfaz as inquietações do período colonial em Moçambique, narrando a guerra entre Portugal e o Império de Gaza. Portanto, para esta discussão e análise versaremos sobre o papel da mulher no processo de colonização, assim como questões de gênero, raça e classe.

Sabemos que, por muito tempo, as mulheres foram silenciadas, ignoradas, submissas e reféns da misoginia, sexismo e patriarcado, logo, a forma como foram colocadas na história nem sempre as contemplou de forma positiva e satisfatória. Sobre isso, a autora Carla Akotirene argumenta que, “levantar-se ou continuar caída? Sentir ou não as feridas da colonização? É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” (Akotirene, 2019, p.17). Portanto, urge a necessidade de ir em busca de representações que contemplem à luz da literatura, narrativas que apresentem o olhar feminino sobre o que acontece em

31 Universidade Federal do Pará. E-mail: [fdeomile@gmail.com](mailto:fdeomile@gmail.com).

32 Universidade Federal do Pará. E-mail: [lucilena@ufpa.br](mailto:lucilena@ufpa.br).

33 Doravante, faremos referência ao romance apenas pelas iniciais A.A.I.

sua volta, sua época e sociedade. A voz narrativa feminina sendo a que nos revela, partindo de suas próprias impressões diante da realidade vivenciada, todas as inquietações e anseios. Assim como, as suas relações e vivências, as diásporas forçadas e interseccionalidades.

Para isso, como base teórica para enriquecer a tessitura da pesquisa, buscamos as autoras Carla Akotirene (2019), Silvia Federeci (2017), bell hooks (2019), Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (2020), entre outras escritoras feministas. Logo, a pesquisa parte de uma abordagem bibliográfica de base qualitativa, tendo em vista uma releitura da história como mecanismo de construção de identidades, com senso de aprofundamento da consciência/natureza humana, em especial a mulher negra africana.

É com essa perspectiva que este trabalho se debruça sobre a obra do autor moçambicano Antônio Emílio Leite Couto ou Mia Couto (Beira, 1955), que é biólogo, jornalista e escritor. Autor de uma vasta produção literária, entre prosa e verso, na qual a obra *Terra Sonâmbula* (1992) figura, segundo a crítica, como um dos dez melhores livros africanos do século XX, com o qual ganhou o prêmio Prêmio Nacional de Ficção da Associação de Escritores Moçambicanos (AEMO). Couto também é um dos autores de língua portuguesa mais traduzidos atualmente no mundo. Além disso, é vencedor do Prêmio Camões (2013), Neustadt International Prize for Literature (2014), Albert Bernard (A.A.I. 2021) entre outros. Couto é destaque na produção da literatura africana. Sua literatura propõe outras versões da história, outras vozes, olhares e perspectivas, como se verifica no romance *Mulheres de Cinzas*, que o próprio autor define como “história em diálogo com o tempo” (Couto, 2015, 3min 46s). De acordo com Vilar (2016), de fato “a literatura em contexto pós-colonial é uma ferramenta importante para repensar, reescrever e questionar a história”. Fiel a este tipo de literatura, Mia Couto entrega à contemporaneidade narrativas com temas que nos fazem refletir e conhecer as realidades ocultas, principalmente das mulheres negras.

*Mulheres de cinzas* transcorre no final do século XIX. É uma ficção de fundo histórico com fatos e personagens fictícios e reais. O espaço narrativo é o sul de Moçambique, precisamente o vilarejo de Nkokolani, que concentra os acontecimentos mais importantes do romance. O pano de fundo é a guerra que se passa no sul de Moçambique, onde o último imperador Ngungnyane tinha o domínio e a coroa portuguesa também detinha controle de alguns territórios. E é essa disputa por territórios e dominação que desencadeia a guerra entre ambos. Os soldados Vangunin oprimiam alguns povos africanos que se voltaram para a coroa portuguesa durante “os derradeiros dias do chamado Estado de Gaza” (Couto, 2015 p. 09). O povo Vaxopi é um dos que sofrem duramente com essa guerra. A família da protagonista e narradora, Imani, é a que enreda toda a história: o pai, Katini Nsambe, a mãe, Chikazi Makwakwa, os irmãos Dubula e Mwanatu, o sargento Germano de Melo, dentre outros. Segundo Oliveira *et al.* (2018, p. 12):

O diálogo entre as artes e a história surge como um meio alternativo de compreender o mundo, revisitando o passado para tentar entender as consequências e os desdobramentos das ações humanas agora no presente. Nessa perspectiva, a memória adquire um valor fundamental de resgate das experiências do passado, com todas as suas falhas e ausências, mas torna-se uma fonte e criação constante.

Nesse viés, por sua base histórica, como foi dito, o romance de Couto ultrapassa os limites da ficcionalidade ao “colocar numa mesma cama, num mesmo leito esses diversos tempos, de maneira que ali possa caber um tempo plural e diverso que devemos ter” (Companhia {...}, 2015, 0 min 36s). Portanto, nas linhas que se seguem, refletiremos sobre a obra supracitada como “um romance que está em diálogo com a história” (Mia {...}, 2015, 5 min 31 s) para que assim possamos ter uma dimensão da potência que a literatura tem para tratar de questões tão necessárias para a sociedade, em especial para a mulher negra e suas representações na história. Segundo Couto, “essas mulheres são centrais, são elas que fabricam e cantam a história, essa história tem uma existência que é uma existência, digamos quase imaterial. Não é reconhecida, é como se fosse cinzas, presença oculta, esquecida” (Mia [...], 2015, 34 min 43 s).

Destarte, as mulheres sofreram um apagamento e um silenciamento na história, engendrando estigmas que se perpetuam até os dias atuais, e devem, portanto, serem enfrentados e combatidos.

## 2 RESULTADOS

Quando falamos em mulheres e em toda a sua trajetória em busca de emancipação, construída com muitas lutas e sangue, temos uma noção do quão difícil é ser mulher em uma sociedade regida por um patriarcalismo opressor, colocando-as como suas subordinadas. Vítima de silenciamento, tardou para que o sexo feminino tivesse voz na sociedade, ou melhor, que essa voz fosse, de fato, ouvida. Se, para a mulher branca não foi uma tarefa fácil, menos ainda para a mulher negra, estigmatizada, colonizada e escravizada. Sobre isso, a teórica feminista Angela Davis argumenta, “o sistema escravista definia o povo negro como propriedade” (Davis, 2016, p. 17), corroborando para estigmas que ainda se perpetuam.

O processo de colonização – melhor dizendo, de invasão – de territórios tidos como desconhecidos, foi um período que perdurou por muitos séculos, destruindo povos e culturas. A mulher foi muito mais afetada socialmente nesse processo. Para a discussão de um tema tão importante, o romance *Mulheres de Cinzas*, com sua voz narrativa feminina e autóctone, servirá como *corpus* literário norteador e tecedor das questões relacionadas à mulher negra e sua condição.

Conforme já assinalado, o pano de fundo da narrativa de Couto é a guerra que acontece nos fins do século XIX entre o imperador Ngungunyane e os portugueses. O enredo é composto de fatos históricos e ficcionais que vão se cruzando e engendrando uma ficção de base historiográfica com aspectos que refletem o período colonial, a disputa por territórios, a resistência contra os colonizadores liderada pelos soldados Vanguni. Além disso, é dado enfoque aos personagens e a suas relações e divergências, inquietações e como cada uma lida com esses conflitos. De um lado temos os colonizadores portugueses, de outro o imperador Ngungunyane e seus soldados Vanguni e, entre ambos, um dos povos mais afetados nessas lutas, os Vaxopi.

A narração é feita por dois personagens. Um é o sargento Germano de Melo, português, que o faz através de cartas mandadas para o seu superior. Outra, a africana Imani, da tribo Vaxopi. Ambos oferecem, ao seu modo, perspectivas dos acontecimentos. O livro inicia-se com a narração da personagem Imani, que descreve a situação na qual o seu povo se encontra. Pois sua família e ela mesma enfrentam “os imperadores que têm fome de terra e os seus soldados [que] são bocas devorando nações. [...] A nossa terra estava a ser abocanhada” (Couto, 2015, p. 15). É através dela, Imani, que o leitor sente toda a potência do texto literário de Couto. É com ela que se captam as nuances dos acontecimentos. Sua voz ecoa dando voz a outras mulheres.

Nesse sentido, o autor moçambicano contempla a voz feminina como quem fala, quem anuncia, quem narra como a história aconteceu. Assim como em outras de suas obras – *O Fio das Missangas*, *A Confissão da Leoa*, etc. –, ele faz com que se conheça a história por um outro prisma, o prisma feminino. É bastante perceptível que o romance oferece essa experiência de ocupar um lugar de escuta para uma história com muitas vozes silenciadas. Lançando um novo olhar para a história, através de uma voz feminina. Dessa maneira, o romance de Couto constitui-se como ficção social ao fazer da história moçambicana a sua própria matéria-prima. E o faz privilegiando o ponto de vista feminino.

### 3 O PAPEL DA MULHER NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

Em *Mulheres de Cinzas* percebemos que a subordinação, a servidão e o silenciamento feminino se afiguram nas personagens Chikazi, Imani, Rosi e Layeluane como representações de uma sociedade na qual as mulheres eram submetidas ao patriarcado, assim como ao colonizador. Submissões essas que, segundo Michelle Perrot, existem “[...] muitas zonas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à parte desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, ‘esqueceu’ as mulheres como se, por serem destinadas à obscuridade” (Perrot, 1998, p. 9).

Nos termos de Perrot, o emudecer feminino implica em omissão de uma outra versão possível da história, a da mulher. O que ocasiona, evidentemente, no apagamento do sujeito feminino no que tange à historicidade, à literatura e tantas outras áreas em que a mulher foi excluída.

No romance em análise, quatro mulheres carregam consigo o peso das dores e angústias causadas pelo patriarcalismo, colonização e guerras. Uma delas, Layeluane, avó de Imani por parte de pai, foi uma mulher que sempre esteve sujeita às decisões do marido. Ela é citada algumas vezes pela narradora. Logo no primeiro capítulo, aventa-se dar seu nome a Imani, já que segundo as crenças de seu povo a criança quando nasce tem o nome soprado pelos antepassados.

[...] o nome do recém-nascido vem de um sussurro que se escuta antes de nascer [...] a partir das vozes dos que já morreram. Um desses antepassados pede ao novo ser que adote o seu nome. No meu caso, foi-me soprado o nome de Layeluane, a minha avó paterna (Couto, 2015. p. 15-16).

Outra personagem é Chikazi, mãe de Imani. Uma mulher que dentro de si mesma existem muitas angústias e dores. Ela rendeu-se ao silenciamento da vida e não vive mais, apenas sobrevive. A narradora-personagem ausculta sua voz. E, uma das dores e tristezas é o fato de ter saído de suas terras, no vilarejo de Makomani, próximo do mar. Vez ou outra Chikazi tinha sonhos que a levavam ao vilarejo. E ela, “nesses noturnos delírios comandava a família numa jornada sem fim, atravessava pântanos, riachos e quimeras. Regressava à nossa antiga aldeia, onde nascêramos junto ao mar” (Couto, 2015, p. 18). Uma espécie de fuga para ela, pois, como diz a narradora, “o único sonho de nossa mãe: voltar ao lugar onde fôramos felizes e onde vivêramos em paz” (Couto, 2015, p. 18). Este acontecimento caracteriza-se como uma diáspora forçada. Sobre isso, a pesquisadora e filósofa Carla Akotirene salienta

[...] expressa separação geográfica. A diáspora africana traz memória e água do Atlântico às Américas e à Europa. Podemos entender, já no comércio de escravizados pelo mar Mediterrâneo, na Antiguidade; e do oceano Índico e do mar Vermelho, na Idade Média, estas dispersões de africanas e africanos (Akotirene, 2022, p. 78).

Além dessa mudança geográfica abrupta, outro fato doloroso sobre Chikazi é a perda de suas duas filhas, mortas nas enchentes. Uma dor que guarda para si, assim como tantas outras. Seu marido, Katini Nsambe, ao beber, se tornava um homem violento. “Sóbrio, sua delicadeza era a de um anjo. No toldar do álcool, convertia-se na mais maléfica das criaturas” (Couto, 2015, p. 25). Dado que, “quantas mulheres há que, depois de haverem confiado a sua liberdade a um esposo, encontram bem cedo o cordeiro transformado em tigre” (Floresta, 2020, p. 51), como bem pontua a feminista brasileira Nísia Floresta no livro *Direitos das Mulheres e injustiça dos homens*.

Ela guarda um segredo, tem uma doença congênita que a impede de sentir dor física. Em diálogo com a filha ela confessa: “Esta doença é um segredo, o seu pai não pode suspeitar. Quando me bate pensa que as minhas lágrimas são verdadeiras” (Couto, 2015, p. 26). Assim, a dor física podia até não ser sentida, mas a psicológica gerava muitas dores em sua alma. As marcas visíveis em seu corpo eram, portanto, inferiores àquelas não visíveis.

No entanto, ao ser questionada pela dor da alma, ela encolhe os ombros e ri. Pensa, como supõe a narradora, “que alma lhe restava depois de lhe morrerem duas filhas e os dois filhos terem saído de casa?” (Couto, 2015, p. 26). Ao perder o filho Dubula para a guerra, após um conflito entre os portugueses e os soldados Vanguni, Chikazi não aguenta e se suicida

Uma semana decorrera desde o falecimento de Dubula e nenhuma ave regressava aos nossos céus. Na madrugada de domingo, a mãe amanheceu pendurada na grande árvore do *tsontso*. Parecia um fruto seco, um morcego escuro e murcho (Couto, 2015, p. 279).

Sua vida, a qual não tinha tanto sentido para ela, chega ao fim com tantas dores absorvidas por sua alma. A personagem representa, dentre outras coisas, a mulher que fora dilacerada de dentro para fora, a esposa silenciada e submissa, a mãe que não pôde ficar ao lado dos seus cinco filhos, a matriarca que foi sugada de todas as formas e arrancada de si própria, dilacerada por dentro.

Dessa forma, a personagem carrega os estereótipos que a filósofa Carla Akotirene apresenta como “mãe preta, sobrenatural, matriarca, guerreira, que tudo aguenta e suporta” (Akotirene, 2022, p. 22). Ao trazer uma personagem com todas essas características, o romancista deixa nítido o quanto uma mulher casada e mãe se diminui para caber em uma vida comandada por homens, direcionada por homens e organizada da maneira que eles bem entendem. Além de está inserida em um contexto de dominação colonial e disputa por territórios. Não há, portanto, nesse contexto, liberdade de escolha para o sujeito feminino.

Além de Chikazi, outra personagem é a chamada tia Rosi, casada com Musisi, irmão de Chikazi e tida como a adivinha da família. Assim como a cunhada, Rosi é sujeita aos comandos do marido. As suas gravidezes tinham sido interrompidas “abortara de todas as vezes que tinha engravidado (Couto, 2015, p. 227). Apesar disso, Rosi não perdia a esperança de ter filhos, afinal de contas é isso que torna, na cultura Vaxopi, uma mulher em mulher. O fato dela ter vários abortos espontâneos, fez com que, vez ou outra, ela criasse uma gravidez psicológica. Como descreve a personagem-narradora no trecho

Nesses momentos em que a nossa parente se proclamava grávida arredondava-se-lhe o ventre. Tudo falso, tudo verdadeiro. Porque até as mãos, a boca e o nariz ganhavam a curvatura de uma boa-nova (Couto. 2015, p. 227)

Inserir-se nesta perspectiva, um fator crucial sobre a condição de Rosi. O fardo de não conseguir dar filhos a Musisi a condicionou a uma doença, a gravidez psicológica, a qual estaria condicionada à vida toda. Mesmo não sabendo o real motivo da perda dos bebês, a culpa recaía sob ela. Pois, para os homens, é dever da mulher garantir que a criança se desenvolva bem e nasça com vida. Rosi era a “esposa grande”, também chamada de nkossikazi, visto que Musisi teve mais duas esposas, essas, Mwenua e Munyia, foram violentadas e mortas pelos Vanguni.

Portanto, dentro dessa condição, Rosi acaba caindo no delírio do sonho de ser mãe, até porque, na sua cultura, só se tornava mulher após casar e dar filhos ao marido. Não alcançando a segunda regra, ela era incompleta como mulher, diante do marido e até mesmo de si própria. A respeito disso, Carla Akotirene destaca, através da africana Sylvia Tamale, que

Mulheres solteiras e sem filhos carregam um estigma permanente, como um ímã em seus pescoços. Elas são vistas pela sociedade como imaturas, até mesmo como um ser humano pela metade. Assim, os papéis domésticos de mãe, esposa e dona de casa tornam-se as construções fundamentais da identidade das mulheres (Tamale, 2011, p. 3 *apud* Akotirene, 2022, p. 83-84).

Desse modo, a completa anulação do sujeito feminino ocorre dentro desses parâmetros, levando-a a adquirir, como já citado, uma doença psicológica. Enrijecendo delírios e fantasias maternas. Imersa no sonho de ser mãe e viver em conflitos de guerra, a personagem diz “esta criança não vai nascer hoje. Está assim, à espera de nascer, há uns anos. Estamos as duas à espera de um tempo sem guerra” (Couto, 2015, p. 228). No contexto do romance, tanto o

fato dos abortos, quanto os conflitos da guerra, adoeceram Rosi, a condicionando como a esposa adivinha que tem delírios maternos.

Além delas, temos a personagem-narradora Imani, a qual teve uma vida entrelaçada pela violência e dominação colonial, com uma identidade multifacetada. Logo nas primeiras páginas, ela descreve como se sucedeu a escolha do seu nome

[...] foi-me soprado o nome de Layeluane [...], ao batizar-me de “Cinza” [...], depois de as minhas irmãs falecerem [...] passei a ser chamada de “a Viva” [...] meu velho [logo] se impôs. Eu teria por nome um nome nenhum: *Imani* (Couto, 2015, p. 16).

Depreendemos, a partir disso, essa confusão identitária presente na africana. Além disso, por ter entrado contato, muito cedo, com outra cultura e idioma, esse conflito se intensifica. É perceptível, desde o início do romance, a quão desorientada sobre a sua própria identidade a personagem diz está, “foi essa indagação que me deram como identidade. Como se eu fosse uma sombra sem corpo, a eterna espera de uma resposta” (Couto, 2015, p. 15). Nas palavras de Imani, fica claro essa confusão identitária, começando pelo significado do seu nome, o qual é uma indagação.

Couto, ao trazer uma personagem-narradora com um nome que não é um nome, mas uma indagação, já prenuncia, de certa forma o destino da mesma. A ensaísta Fernanda Cavasca assinala

Uma vez mais, o autor aplica a máxima latina: O nome é um presságio e o batismo das suas personagens prenuncia lhes um destino. O ser da personagem depende em primeiro lugar do nome próprio que, ao sugerir uma individualidade, é um dos instrumentos mais eficazes do efeito do real. Ora, uma das áreas de grande criatividade da escrita coutiana é exatamente a do batismo das suas personagens. Nenhum nome aparece por acaso e somos levados a acreditar que neste universo o nome de uma pessoa contém um pouco da sua alma, havendo de facto correspondência entre o carácter dela e aquilo que o autor lhe chama (Cavasca, 2017, p. 107).

A personagem está condicionada a ser intérprete, quando vai ao encontro do português, ele a interroga: “És tu tal moça? E que bem que falas português, a pronúncia corretíssima! Deus seja louvado!” (Couto, 2015, p. 63). Concomitante a isso, o sargento Germano ao perceber a apropriação que Imani tem da língua portuguesa, fica surpreso, caracterizando-a de forma conspícua em relação aos outros, pronunciando-a como “unidades de trabalho lucrativas” (Davis, 2016, p. 17), como o mesmo relata na carta escrita para Almeida

Bem-educada e exímia falante de nossa língua, foi ela que nos deu as boas-vindas. [...] é inteligente e viva, quase esquecemos que estamos perante uma jovem preta. Chama-se Imani e será uma ajuda providencial para os propósitos de minha missão” (Couto, 2015, p.76).

Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que do ponto de vista do colonizador, Imani não era apenas uma mulher africana a sua mercê, mas um instrumento crucial para suas possíveis negociações. Assim, o eurocentrismo de Germano, à africanidade de Imani, junto com o seu conhecimento do idioma português, representava uma mão de obra prestes

a cumprir as suas ordens. Estabelecendo, assim, o papel e função que ela terá nesse processo. Uma espécie de servidão e escravização velada.

Infere-se o fato de Couto ter escolhido essas quatro personagens para enredar a narrativa e mostrar o papel de cada uma naquele período. Sob a ótica da ensaísta Fernanda Cavacas

Se o título do livro é o seu bilhete de identidade, reconhecemos facilmente a função metafórica de *Mulheres de Cinza*, que reenvia para o conteúdo do texto de uma forma simbólica, já que na guerra são as mulheres que se tornam ainda mais vítimas, apesar do seu papel fundamental na manutenção da vida (Cavaca, 2017, p. 105).

Sendo assim, percebemos a função e, portanto, condição dessas mulheres, nesse período. Em vista disso, chegamos à conclusão de que Imani possivelmente se tornará como sua avó, mãe e tia. Traçando um destino que a colocará como uma mulher casada e em domínio do seu marido. Sujeita a todas as suas imposições, subordinada e emudecida. Naquela condição de que o ser feminino está à mercê do masculino, do patriarcado e do colonizador, sem poder mudar a sua rota.

Essas narrativas, de cada uma delas, vão se intercalando entre o histórico e ficcional. Ora, a mulher não tinha a liberdade de ser quem quisesse, morar onde fosse feliz, se reconhecer enquanto ser feminino livre. Não havia essa possibilidade para nenhuma delas. Chikazi confirma o destino das mulheres ao responder a uma pergunta de Imani:

- A sua mãe também era espancada?
- A avó, a bisavó e a trisavó. É assim, desde que a mulher é mulher. Prepare-se para ser espancada também você (Couto, 2015, p. 26).

Para elas só restava a aceitação de suas condições diante da cultura machista e patriarcal que privilegiava os homens, da dominação do imperador, da servidão à coroa portuguesa e da não possibilidade de uma possível liberdade, seja qual fosse. A respeito disso, a feminista bell hooks em seu livro *Teoria Feminista*, chancela que de fato

[...] mulheres [...] sofrem com a opressão sexista; que são diariamente subjugadas, mental, física e espiritualmente – mulheres sem o poder de mudar suas condições de vida. Elas formam uma maioria silenciosa. E é característico dessa condição de vítima que elas aceitem o destino que lhes é imposto sem nenhum questionamento (hooks, 2019, p. 27).

Com isso, ao evidenciar essas quatro personagens femininas, o autor moçambicano destaca o que a feminista Lélia Gonzales chama de “marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual” (Gonzales, 2020, p. 270). Uma vez que todas estão em contato com essa exploração do colonizador, assim como dos soldados Vanguni, haja vista a presença dos conflitos. Imani, por sua vez, é explorada ao ser colocada como intérprete somente em troca de uma suposta proteção da coroa portuguesa. Ou seja, uma sujeição. De fato, “as mulheres negras têm umbigos diferentes e seus cordões foram cortados em contextos diferentes.” (Borges *apud* Akotirene, 2022, p. 77).

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólem, 2019.

CAVACAS, Fernanda. **Pelos mares da língua portuguesa 3: sol ou simples mancha amarela?** Mulheres de Cinza, de Mia Couto. 1. ed. Porto: UA Editora, Universidade de Aveiro, 2017. p. 105.

COUTO, Mia. **Mulheres de Cinzas: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana**. livro 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

COUTO, Mia. **Mia Couto, Fnac Chiado, 20/10/2015. Apresentação do seu novo livro, Mulheres de Cinza**. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (44 min). Publicado pelo canal Fnac Portugal. Disponível em: [https://youtu.be/gNqFz2aZnGQ?si=NcUoQGS\\_PPJYx38v](https://youtu.be/gNqFz2aZnGQ?si=NcUoQGS_PPJYx38v) . Acesso em: 19 dez. 2023.

COUTO, Mia. **“Mulheres de Cinzas”, por Mia Couto**. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal Companhia das Letras. Disponível em: [https://youtu.be/ifpo\\_s5Xc6E?si=mlAGHkp04-rps4Id](https://youtu.be/ifpo_s5Xc6E?si=mlAGHkp04-rps4Id) . Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

DAVIS, Ângela. **A Liberdade é uma Luta Constante**. eLivros. Livro digital: <https://elivros.love/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução: Heici Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das Mulheres e injustiça dos homens, de 1832: A Mulher, de 1859: notas de Constância Lima Duarte**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flávia Rios, Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. Trad. de Rainer Patriota. – São Paulo: Perspectiva, 2019.

OLIVEIRA, Adilson Vagner (org.). **Literaturas Africanas: História, Política e Sociedade**. Tangará da Serra, MT: IFMT, 2018. 139 p.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru SP: EDUSC, 2005.

VILAR, Fernanda. A escrita da violência em Mia Couto, Sony Labou Tansi e J. M. Coetzee. **e-cadernos CES**, n. 26, dez. 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/2133>. Acesso em: 25 maio 2024.

# ANGÚSTIA E LIBERDADE NA POÉTICA DE FLORBELA ESPANCA

**Ilma da Silva Lopes<sup>34</sup>**

Universidade Federal do Pará

**Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares<sup>35</sup>**

Universidade Federal do Pará

## RESUMO

Esta pesquisa propõe enfatizar a obra de Florbela Espanca no que tange à importância do reconhecimento da mulher na literatura, de sua representatividade, sendo uma das primeiras feministas em Portugal. Nesse sentido, examinar seu cunho autobiográfico e como este contribuiu para o posicionamento de Florbela como alguém frente aos padrões estabelecidos nas primeiras décadas do século XX. Por outro lado, analisar alguns de seus poemas com intuito de expor valores temáticos e estéticos, especialmente, pelo teor melancólico que adotou desde seus primeiros escritos. Como metodologia teremos a pesquisa bibliográfica e documental, bem como análises em alguns de seus principais livros: *Livro de Mágoas*, *Charneca em Flor*, *Livro de Soror Saudade* e *Reliquiae*. Nesse sentido, buscaremos capturar da essência de sua poesia imagética e como essas imagens contribuem para a criação de uma identidade visual vinculada à liberdade social e emocional. Para reforçar a discussão utilizamos considerações de Dal Farra (2002), Severino (2018) Mário (2008), Junqueira (2003) entre outros.

**Palavras-chave:** Liberdade, angústia, poesia imagética, Florbela Espanca.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*“E se um dia hei de ser pó, cinza e nada  
Que seja minha noite uma alvorada  
Que saiba me perde...para me encontrar...”*  
Florbela Espanca

Dentre trabalhos já escritos sobre a obra de Florbela Espanca, há muitos que se detém, especialmente, na vertente “inovadora” que a autora conquistou após seu falecimento. Embora não se colocasse nessa posição tão representativa na época, primeiras décadas do século XX. É lembrada e comtemplada como uma voz precursora na expressão dos entraves e desejos femininos. Este trabalho se propõe, de modo geral, a explorar o desejo, ainda que escondido por detrás de um lamento, do anseio por liberdade descrito tanto na trajetória pessoal da autora, quanto em suas produções poéticas.

É necessário destacar que a causa feminina, considerando os espaços conquistados socialmente, ainda necessita de maiores considerações, precisa ser levada em conta para o alcance de maior autonomia. Parte significativa do espaço conquistado socialmente para que mulheres conseguissem exercer sua liberdade se deve àquelas que anteriormente se

<sup>34</sup> Graduanda do Curso de Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins Cametá. Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). E-mail: ilma.lopes@cametá.ufpa.br.

<sup>35</sup> Professora de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras-FAL do Campus Universitário do Tocantins/CUNTINS/Cametá/UFPA. E-mail: lucilena@ufpa.br.

doaram direta ou indiretamente a esta causa. Nesse sentido, a obra de Florbela tem o poder influenciador na contemporaneidade ao abordar sua expressão poética de forma franca e intensa.

Esta consciência libertária, tão necessária para a causa feminina, não somente no período vivido por Florbela, bem como no século em que vivemos, nos faz verificar e compreender o quão importante é aprofundar os estudos e pesquisas sobre estas formas de representação e impulsionamento da consciência feminina. Posteriormente a essa primeira análise, buscaremos apresentar de que modo a poesia de Florbela não se restringe aos aspectos autobiográficos, embora sua poesia seja fortemente influenciada e fomentada por isso, mas como segue e se expande juntamente para o campo teórico. Assim sendo, a análise será feita dentro da poesia imagética da autora, explorando versos em que estão mais fortemente descritas as imagens simbólicas construídas em sua poesia, que contribuem com os temas relacionados ao engrandecimento da mulher e sua voz na sociedade.

## 2 A EMANCIPAÇÃO FEMININA E SUAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO

Constatamos que a trajetória da mulher na literatura enfrentou entraves em muitos aspectos. Desde o século XVIII nos deparamos com análises de escritoras pioneiras que tomaram para si a necessidade de luta pelos direitos das mulheres, direitos esses que, ainda que básicos, os eram negados. Essas dificuldades apresentadas foram e são apenas uma extensão de preconceitos e limitações impostas no decorrer dos séculos. Haja vista que a mulher, pelo imaginário patriarcal, foi subjugada como aquela que devia dedicar-se ao lar com funções específicas de subserviência que, conseqüentemente, impuseram entraves no seu desenvolvimento intelectual. Como acrescentou a escritora brasileira Nísia Floresta (1832, p. 45) “Encontraríamos todos em acordo de que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer os nossos amos, isto é, os homens”. Assim, a trajetória de luta por emancipação se iniciou com intuito de garantir direitos básicos às mulheres, como exemplo o direito ao voto, a educação, a assumir cargos públicos etc., para demonstrar capacidades que se expandiam para além daquelas a que eram direcionadas.

Verificamos que a vinculação do perfil da mulher ainda se detém em parâmetros de restrições, há ainda o reflexo deste pensamento nas nuances da trajetória feminina. Aqui, damos ênfase especialmente nas reivindicações por meio da escrita e desenvolvimento intelectual. Pela pouca consideração da participação das mulheres na vida pública, há também indícios de que não eram aptas a dedicar-se a produções literárias. Ao fim e ao cabo, não podemos negar que a manifestação literária feminina está no cerne deste embate contra essas dificuldades, considerando que está relacionada com a educação da mulher e o desenvolvimento de sua consciência.

Com isso, a figura central neste trabalho foi de uma consciência altamente elevada, Florbela D´alma Conceição Espanca (1894-1930), nascida no dia oito de dezembro de 1894

em Vila Viçosa (Alentejo) sul de Portugal, embora muito voltado aos parâmetros católicos, irá perpetuar seu legado como uma das maiores poetisas portuguesas.

Devido sua vida e obra é considerada uma das primeiras e principais figuras feministas em Portugal. Esse legado se deve especialmente pela sua realização literária mais alta que se concentrou na poesia. No entanto, Florbela também escreveu em outros gêneros. De todo modo, a poesia se manteve altamente relevante como centro de sua produção. Filha de Antônia da Conceição Lobo e de João Maria Espanca, que era casado com outra mulher chamada Mariana do Carmo Inglesa. Sua mãe cumpria papel de serviçal na casa do pai. Apesar disso, o pai a acolheu desde seu nascimento.

Um dos marcos da poesia de Florbela será o cunho autobiográfico de sua escrita, uma das provas concretas de como sua vida refletia em sua escrita foi a marcação da trágica morte de seu irmão Apeles Espanca, que fará com que a autora escreva um livro em sua homenagem, o intitulado como *O Livro D'Ele* (1915-1917). Sua vida, curta e carregada de acontecimentos, contribuiu e ecoou em sua poesia de modo a adotar tons dramáticos, noturnos e taciturnos para formar as imagens que compunham a estética de sua produção literária. Parte significativa do que irá cantar em seus versos será inclinado para tons negativos, transparecendo fortemente, um peso emocional. No entanto, podemos examinar que esse modo de manifestação artística era também retrato de como estava inserida em sua vida e suas relações.

Isa Severino destaca sobre a escrita biográfica de Florbela e sobre a escrita biográfica de modo mais amplo:

A vida, a existência concreta do indivíduo, constituída pelas suas vivências emocionais, afetivas ou intelectuais, constitui sempre a matéria original de toda a escrita. Os planos mais abstratos, as conceitualizações ou metáforizações não são mais do que formas de “traduzir” a vida numa linguagem de palavras e de conceitos. (Severino, 2018, p. 10).

Assim, compreendemos que se envolver na obra de Florbela é também estar envolvido em sua vida e em seus dramas, observando que os acontecimentos deram força significativa para sua escrita e os temas que abordava. O estudo de Severino continua a deixar evidente esse vínculo entre o escritor e sua escrita:

Entende-se, assim, que a literatura, essencialmente a autobiográfica, constitui um espaço de extravasamento e de clivagem entre a esfera privada e pública. A literatura, mesmo a que parece mais liberta da vida e das questões existenciais, mantém sempre um vínculo. O escritor tem sempre como base uma existência concreta seja ela individual ou social que recupera, transmutando a matéria nos seus textos. (Severino, 2018, p. 10).

Nesse sentido, a literatura obtém esse traço indispensável ao que constitui sua matéria, visto que, depende das experiências internas ou externas para se realizar.

Surgem questionamentos e reflexões ao nos reportarmos à Florbela, sua vida e sua obra. Nos deparamos com um ser inadaptável às estruturas de um meio literário e ao encaixe social.

Florbela criou cenários onde a sua própria figura estava inserida, dando protagonismo a uma existência desencaixada, introspectiva e aflita diante do mundo que a rodeia. O perfil

da mulher está também sutilmente inserido nesse protagonismo existencial. Maria Lúcia Dal Farra destaca em seu texto *O errante feminino em Florbela Espanca*, a posição da autora sobre a imagem da mulher:

A mulher é desenhada como um ser carente, que necessita da luz definidora do homem. Trata-se de um ente sem identidade, imagem de um espaço vazio que aguarda ser preenchido, a fim de que possa adquirir sentido. O ambiente de onde emerge tal imagem feminina é o do sonho, nele encontrando a mulher permissão para o interdito, visto que ela habita, de fato, um mundo que se acha fora da vida, um universo de exceção, caracterizado por ambiências de cunho noturno. Florbela esboça, logo de princípio, a aceção de mulher como o de alguém marginal, pertencente à esfera do princípio do prazer, que, mais cedo ou mais tarde, vai entrar em litígio com o princípio de realidade, princípio este que ela concebe como sendo de atribuição masculina. A dor, importante dote feminino na obra de Florbela, nasce desse embate entre os dois princípios antagônicos, e, desde então, se coloca como prerrogativa da mulher e como matéria-prima específica para a sua produção literária. (Dal Farra, 2017, p. 77).

Dal Farra nos ajuda a visualizar o vínculo da construção estética em conjunto com sua posição e opinião sobre a mulher na sociedade. A mulher, nessa perspectiva, está numa posição de margem, na sombra da figura masculina, irá concretizar seus anseios por liberdade numa criação poética vinculada ao cenário de ambiências de cunho noturno e, conseqüentemente, melancólico. O sonho, o ideal, é sempre colocado como forma de anseio. Florbela se colocou numa posição de sonhadora, utilizando a descrição da dor para reavivar o anseio de ir ao encontro de si mesma. Em sua poética, as lamentações denotam que há algo fora do lugar, há uma insatisfação emocional que pode servir como um sinal do anseio para maior autonomia emocional e social.

Dal Farra, com grande contribuição aos estudos da escritora, reuniu correspondências de Florbela e publicou em seu livro *Afinado Desconcerto* uma correspondência escrita para Júlia Alves, em 1916, onde responde uma pergunta que lhe tinha sido direcionada sobre qual era sua opinião sobre o casamento:

Na carta que lhe escrevi dava-lhe, como me tinha pedido, a minha opinião sobre o casamento. É a seguinte: acho o casamento uma coisa revoltante! E isto por uma única razão, mas que para mim é tudo, para mim e para aquelas mulheres que não são apenas fêmeas, para todas as delicadas, para todas as que têm pudor, espírito e consciência. Essa razão é a posse, essa suprema e grande lei da Natureza que, no entanto, revolta tudo quanto eu tenho de delicado e bom no íntimo da minha alma. Ganha-se um amigo muitas vezes, é certo; um amigo que às vezes é o nosso supremo amparo, mas em compensação quantas revoltas, quantas mágoas, quantas decepções! Quantas!... A minha querida faz bem, faz muito bem em não se querer sujeitar ao mercado, à venda. Eu casei e casei por amor. É a única coisa que desculpa, no meu entender, o casamento, porque do contrário, quando nele apenas entram o interesse e a ambição, revolta-me e indigna-me. (Dal Farra, 2019, p. 212).

Examinamos que tinha forte opinião sobre temas controversos num período em que não havia espaço substancial para esse tipo de manifestação tão franca. Via no casamento uma espécie de posse, como se houvesse também uma forma de vender-se a partir de interesses e ambições. Florbela foi casada três vezes em vida, tendo como primeiro Marido Alberto de Jesus Silva Moutinho (1913-1920), o segundo Antônio José Marques Guimarães

(1921-1925) e o terceiro e último, o qual ainda permaneceu casada até seu falecimento, Mário Pereira Lage (1925-1930).

Ao longo dos séculos, as mulheres, muitas vezes submetidas ao matrimônio como uma válvula de escape, viam neste tipo de costume até mesmo uma saída do âmbito familiar. Bem como questionou a escritora brasileira Nísia Floresta (1833 p. 50) “Quantas mulheres há que, depois de haverem confiado sua liberdade a um esposo, encontram bem cedo o cordeiro transformado em tigre, e então se acham no caso de invejar a sorte de um escravo sujeito a um tirano sem piedade?”

Nessa perspectiva, a mulher, colocada numa posição de tornar-se posse, apenas renunciava a um espaço de aprisionamento para adentrar em outro, não havendo necessariamente uma forma de sentir-se liberta. Florbela destaca estes pontos de forma concisa e clara, deixando evidente esse incômodo concentrado na posse.

Em outra correspondência que Florbela escreve a seu irmão Apeles, no ano de 1923, a escritora o informa sobre o divórcio de seu segundo casamento com Antônio Guimarães. Na correspondência, Florbela admite ter vivido como num calvário nos últimos dois anos, e ressalta sua opinião sobre o que a sociedade irá pensar sobre sua separação:

Pensei na sociedade, pensei na família, nas relações, nos amigos e principalmente em ti, mas que queres? Eu não podia sacrificar-me a isso tudo que é muito, mas que nada é comparado a isto que eu sinto e que eu antes queria morrer do que perder. Por isso não me digas nada; para quê? Pensa de mim o que quiseres, que eu estou disposta a aceitar tudo contanto que uns olhos me vejam sempre a melhor, a única entre todas as outras. Que importa o resto? Para ti serei sempre a mesma, a irmã muito amiga de quem podes dispor de toda a minha vida; para os outros morri, que me enterrem em paz, que não pensem mais em mim e é tudo o que eu desejo. (Dal Farra, 2012, p. 264).

Assim, verificamos que Florbela apresenta uma postura definida sobre aquilo que a sociedade pensa de seus comportamentos e decisões. A postura de não se importar é, de fato, não contribuir para a manutenção de um status social, não há a preocupação sobre a opinião de terceiros e como estes vislumbram sua vida.

Com isso, tendo noções de que sua obra carrega muito da questão biográfica, não é possível garantir que o que foi construído por Florbela deve se abster ou restringir somente nesses aspectos. Embora sua produção estivesse ligada temporalmente ao modernismo, que se iniciava na mesma época, não há garantia de que a poeta era de fato uma escritora deste movimento literário.

Renata Soares Junqueira sustenta:

A leitura da obra da escritora portuguesa Florbela Espanca tem sido feita, via de regra, de duas perspectivas críticas: há de um lado, os que nela só vêem a sua ligação com a produção literária do século XIX, vinculando-a rigidamente ora aos quadros do romantismo, ora aos do decadentismo-simbolismo; e há, de outro, os que preferem apontar o *caráter de exceção* e a concreta situação de marginalidade literária que em Florbela são devidos a uma linguagem *singular*, de autoria feminina, ainda não “audível” no universo masculino dos intelectuais seus contemporâneos. (Junqueira, 2003, p. 17).

A literatura portuguesa nos primórdios do modernismo trouxe como característica a perspectiva do externo, da sociedade e seu funcionamento. Florbela, por outro lado,

não tratou diretamente de problemas sociais em sua obra ao modo modernista daquele momento, tratava de questões interiores que continham sutis abordagens acerca do social, como a questão da condição da mulher. Foi conterrânea do grande poeta português Fernando Pessoa, mas não há registro de contato entre os dois. Dal Farra sustenta:

“Todavia, nunca houve, até onde se saiba, comprovação alguma sobre um pretensão conhecimento mútuo. Nem Florbela o menciona nos seus escritos, nem Pessoa a menciona nos seus, muito embora a poetisa esteja inserida na edição póstuma (de 1944) da Antologia de Poemas Portugueses Modernos, organizada por ele e António Botto; embora haja no espólio de Pessoa um poema encontrado em 1985 (por Teresa Sobral Cunha) dedicado à poetisa, e posterior a 1930, uma vez que consagrado “à memória de Florbela Espanca”. (Dal Farra, 2015, p. 117).

Eis o poema em questão:

Dorme, dorme, alma sonhadora,  
Irmã gémea da minha!  
Tua alma, assim como a minha,  
Rasgando as nuvens pairava  
Por cima dos outros,  
À procura de mundos novos,  
Mais belos, mais perfeitos, mais felizes.  
Criatura estranha, espírito irrequieto,  
Cheio de ansiedade,  
Assim como eu criavas mundos novos,  
Lindos como os teus sonhos,  
E vivias neles, vivias sonhando como eu.  
Dorme, dorme, alma sonhadora,  
Irmã gémea da minha!  
Já que em vida não tinhas descanso,  
Se existe a paz na sepultura:  
A paz seja contigo!

O poeta português destaca um elemento marcante na obra de Florbela, a posição de sonhadora, como aquela que busca alcançar uma condição mais satisfatória em vida. Na contemporaneidade é considerada a autora do interregno por não se adequar especificamente em um movimento literário, ou seja, não apresentava grandes vínculos com tendências da época. Como aponta Renata Soares Junqueira:

“É verdade que Florbela não participou do movimento modernista e que nem sequer chegou perto das inovações formais com que Fernando Pessoa e seus companheiros de geração transformaram efetivamente a linguagem poética. Mas também é verdade que ela os acompanhou, a par e passo, no gosto das grandes mascaradas e na adoção de uma postura esteticista que tende a louvar tudo o que seja ostensivamente factício. (Junqueira, 2003, p. 18).

Este ponto contribui consideravelmente para sua autenticidade e reitera sua inadaptação no contexto em que vivia. A marginalidade de Florbela se reforça ainda quando observamos que o meio literário português daquele momento estava restrito aos homens que compuseram a geração Orpheu. No entanto, a poeta carregava características diversas de vários movimentos literários.

### 3 POESIA IMAGÉTICA: construção de um cenário único e intransponível

A literatura nos mostra, ao longo da história, muitos autores que tiveram a genialidade de criação no que diz respeito à poética e sua capacidade imagética. Como pondera Ezra Pound (1973) “Usamos uma palavra para lançar uma imagem visual na imaginação do leitor ou a saturamos de um som ou usamos grupos de palavras para obter esse efeito”. Nesse sentido, Florbela Espanca utiliza uma linguagem rica simbolicamente, fazendo descrições vívidas para causar um impacto imagético nos leitores. Com intenção de despertar os sentidos, a poeta consegue provocar respostas emocionais em quem a lê. Sua obra é vastamente carregada por provocações emocionais, pois sua escrita está quase que inteiramente ligada com dramas que facilmente alcançam o público leitor. Sobre a escolha de manifestação poética, Dal Farra acrescenta:

A dor é, nos escritos de Florbela, tanto em prosa quanto em verso, um dos ingredientes mais íntimos, e, de certeza, uma recorrência muito poderosa, o *leitmotiv* mais tocante. (Dal Farra, 2002).

Assim sendo, a imagética da autora se estabelece tendo como base a dor e angústia. Embora haja uma forma predominante de escrita, nesse caso, o soneto, como reitera Renata Soares Junqueira (2015) “Florbela Espanca cultivou, sobretudo, o soneto, forma exclusiva – que ela algumas vezes soube explorar até à perfeição – da sua produção mais madura.” Por outro lado, utilizará temas característicos de uma mulher com posicionamentos inovadores. Analisamos em seus versos o desejo recorrente de liberdade. Esse desejo se dá significativamente através de lamentações, que ratificam e cristalizam o tom poético melancólico que adotou desde suas primeiras produções. Identificamos a expressão de desejo de liberdade em sua escrita, pois sua obra frequentemente aborda temas como paixão e busca por autonomia, sendo assim um reflexo do desejo de liberdade emocional e social, sua produção representou um meio de transmitir esses anseios e sentimentos, contribuindo para uma reflexão mais ampla sobre liberdade, especialmente no âmbito e contexto feminino. Alguns poemas da escritora retratam, repetidas vezes, a ideia de não saber quem se é, e de estar à procura de si mesma:

Eu sou a que no mundo anda perdida  
Eu sou a que na vida não tem norte  
Sou a irmã do Sonho, e desta sorte  
Sou a crucificada... a dolorida...

Trecho retirado do poema “*Eu*” do seu primeiro livro intitulado *Livro de Mágoas*, que acarreta uma série de questões existenciais. Uma dessas questões que se encontram no trecho do poema é a desvinculação de um perfil já definido, de alguém que por não saber quem se é, está numa busca constante de se definir.

Aparentemente é percebido, em uma perspectiva isolada, que se trata apenas de uma lamentação, mas é possível ainda que se explore mais profundamente o que Florbela representava para si mesma e o que representava socialmente. Desprendendo-se de uma figura já definida, também acaba afastando-se da ortodoxia da época e dos rótulos vinculados às mulheres. Além disso, esse poema revela o desejo intenso de libertação das amarras emocionais e dos sofrimentos que a afligem.

O ser indefinido na obra de Florbela, por não ser definido pode soar como mera depreciação ou até mesmo como o *nada*, como retrata nas duas últimas estrofes de seu poema *Vaidade*, no *Livro de Mágoas*:

E quando mais no céu eu vou sonhando  
E quando mais no alto ando voando  
Acordo do meu sonho e não sou nada!”

Por outro lado, este ser indefinido pode tomar proporções maiores, essa indefinição acarreta maiores possibilidades de se destacar. Desse modo, a descrição da própria indefinição abre margem para engrandecer o perfil da mulher não apenas estando restrita a um gênero, e com todas as limitações que este gênero lhe acomete. Esse trecho reflete claramente o desejo intenso de encontrar um caminho, uma direção, uma liberdade que lhe ajude a escapar dessa condição de estar desorientada e afligida. Busca a libertação das amarras emocionais para então encontrar seu caminho. Nessas estrofes notamos o desejo de voar cada vez mais alto para encontrar sua própria identidade, uma busca que lhe permita voar livremente, longe das restrições.

No entanto, essa forma de se comunicar com o público, referenciando a si mesma como alguém que está buscando autonomia, descrevendo estas sensações de forma lírica, engrandece seu perfil como mulher e como escritora. Do mesmo modo, ao analisar seus diários íntimos, Isa Severino aborda:

A autora parece situar-se num plano superior – o mundo inteligível, das ideias e dos arquétipos – que não está ao alcance do comum mortal. Talvez, por isso mesmo, enquanto observadora de si mesma, as suas características lhe sejam dificilmente apreensíveis, dado que não consegue captar nem abarcar toda a sua magnitude. (Severino, 2018, p. 4).

Como exemplo nas duas primeiras estrofes do seu poema *Ser Poeta* do livro *Charneca em Flor*, a autora descreve o que é ser poeta. Busca descrever a sensação de viver com a arte literária como ofício “Ser poeta é ser mais alto, é ser maior/ Do que os homens! Morder como quem beija”. E ainda na nona estrofe “É ter fome, e ter sede de infinito!” Desse modo, as aparências iniciais podem demonstrar certa confusão existencial, mas tomam formas mais grandiosas. Florbela, a partir dessa descrição, desafia as limitações impostas à mulher na sociedade do século XX ao afirmar que ser poeta é ser mais alto. Através desse anseio

vindo da imaginação, como um desejo metafísico, Florbela demonstra também algo que se constata concretamente. Sua posição de sede de infinito está apenas vinculada num desejo de alcance dentro da imaginação ou relacionado ao mundo material, da experiência concreta? Esses questionamentos abrem margem para a possibilidade da existência de uma reivindicação na posição de igualdade para aquelas que desejam expressar suas vozes.

Ao abordar seus temas, Florbela será caracterizada pela crítica por muito tempo como alguém que não tomou para si com maior esforço as causas importantes da sua época, haja vista não se intitulava feminista. Porém, numa época em que a mulher não era justamente colocada em uma posição que a favorecesse, falar de si mesma é também uma forma de direcionar os holofotes para a causa feminina. Ao analisar seus sonetos dentro desta perspectiva de formação de imagens, Florbela cria um cenário simbólico muito característico em sua obra. Esses elementos são veículos que ela utiliza para transmitir o sentimento de tristeza persistente.

Um dos elementos retratados é a cor roxa/lilás, muitas vezes representada na literatura como a cor da melancolia, solidão e morte. Em seu soneto *A minha dor* retrata na terceira parte:

“A minha Dor é um convento. Há lírios  
Dum roxo macerado de martírios  
Tão belos como nunca viu alguém”

As imagens que se formam ao ler esses versos se vinculam a ambiências que contribuem na percepção da força de criação de Florbela. Um verso melancólico combinado a lírios roxos, condensa a sensibilidade dos versos. As flores são retratadas em sua poesia repetidas vezes, trazendo assim, imagens mais bem construídas na consciência. As flores, por sua própria natureza, nos lembram da suavidade e sensibilidade das pétalas, algo que está também relacionado ao sentimento descrito que contém alto nível de sensibilidade, se complementando com facilidade.

Em seu poema *Languidez* a autora retrata:

Tardes da minha terra, doce encanto,  
Tardes duma pureza d’açucenas,  
Tardes de sonho, as tardes de novenas,  
Tardes de Portugal, as tardes d’Anto,

Como eu vos quero e amo! Tanto! Tanto!...  
Horas benditas, leves como penas,  
Horas de fumo e cinza, horas serenas,  
Minhas horas de dor em que eu sou santo!

Fecho as pálpebras roxas, quase pretas,  
Que poisam sobre duas violetas,  
Asas leves cansadas de voar...

E a minha boca tem uns beijos mudos...  
E as minhas mãos, uns pálidos veludos,  
Traçam gestos de sonho pelo ar...

Em “*Horas de fumo e cinza, horas serenas*”, a poeta parece estar vinculada ao fumo como num momento de pausa, onde se esvai com a fumaça, ao passo em que o fumo se transforma em cinza. Paula Morão destaca em no texto *Fumar, pensar, olhar para dentro de si – alguns exemplos portugueses*:

O acto de fumar associa se, como veremos, ao pensar sobre o que vai lá fora e à reversão disso sobre um eu entregue à divagação e ao solipsismo: o tradicional espelho ganha novos avatares, a contemplação do fogo, do mar ou da natureza é coadjuvado por estes outros mecanismos de autoobservação, como se o sujeito aspirasse, com o fumo, a própria vida interior contra pontada com o que fora dele está. (Mourão, 2017, p. 10).

Nesse sentido, podemos verificar claramente que Florbela se integra dentro desta descrição sobre a divagação, onde há também um certo solipsismo pairando sobre sua poética, estabelecendo a divagação e a concentração interior. Esse mecanismo de reflexão se torna, para a poeta, o único caminho confiável e confortável. A construção poética da autora se estabelece em cenários que apenas podem se dar na própria mente. Esse desejo de criação de cenários imaginários, também se estabelece em seu poema *Torre de Névoa*, contido no *Livro de Mágoas*:

“Subi ao alto, à minha torre esguia  
Feita de fumos, névoas e luar”

A criação da possibilidade dada apenas a imaginação da existência de uma torre de névoa nos mostra que o ideal, para a autora, não se constitui como algo palpável e possível de ser realizado. Esse cenário demonstra onde Florbela visualiza onde irá se refugiar, e esse cenário se dá entorno de algo que apenas abrange a imaginação, fazendo jus às divagações e sonhos de autonomia emocional. As imagens que surgem são ligadas a solidão, de alguém que se afasta e que se torna inalcançável, o fumo, a névoa e o luar são característicos deste cenário imagético de Florbela.

A retomada da cor roxa descrita no primeiro terceto do soneto se faz presente novamente, o roxo está contido agora fisicamente em descrições de aparência da autora, como também nas violetas. Pálpebras roxas, que denotam um estado desagradável e cansado. A descrição de leveza e suavidade em conjunto com o cansaço são intrínsecos nas suas produções.

Além disso, há um eu existente na obra de Florbela que busca respostas entrando em contato com a natureza e percebendo-a como um meio de se obter essas respostas. No seu poema *Neurastenia*, a poeta retrata seu sentimento de tristeza perante o mundo, e recorre à natureza em busca de respostas na terceira parte do soneto:

“Chuva... tenho tristeza! Mas por quê?!  
Vento... tenho saudades! Mas de quê?!/  
Ó neve, que destino triste o nosso.”

Vislumbramos claramente as imagens que formam sua poesia, nos dando muitas vezes a sensação de contato direto com a natureza, de forma mais fria e taciturna.

## 4 CONCLUSÃO

Concluimos através da análise que tanto a vida como a obra de Florbela Espanca tem seu peso e estão intimamente ligados. A escolha de manifestação da autora denota uma inovação estética. Ainda que suas produções apontem para uma análise interior, de seus anseios e angústias, criando um cenário simbólico autêntico, Florbela alcança maiores patamares ao estar bem posicionada como mulher no contexto em que estava inserida, com a persistência em manter-se fiel em sua estilística. Muitas vezes descrevendo-se como “a incompreendida” ou “a crucificada”, já apontando também para a ideia de que a sutileza de suas colocações poéticas poderiam, de fato, ser uma dificuldade diante de uma sociedade influenciada por muitas outras linhas de força na literatura. Florbela constrói uma forte poesia imagética estruturada na angústia, esse tom crucial na realização literária. Utiliza elementos melancólicos e exuberantes em seus versos, essas imagens melancólicas refletem suas lutas e desafios. Com imagens que formarão uma identidade visual única e intransponível, Florbela incorpora elementos da natureza para expressar de forma mais intensa suas causas e anseios, tanto pessoais como sociais. Ao fazer um enlace entre imagens da natureza como a solidão das noites ou o próprio crepúsculo, Florbela cria uma atmosfera que reflete sua condição e seus estados emocionais.

Nas composições de Florbela, a melancolia não é apenas um tema recorrente, mas uma força impulsionadora que permeia sua busca por liberdade. Ao mergulhar no que há de mais profundo na melancolia, a poeta transcende os limites do convencional, utilizando assim a tristeza como uma arma para alcançar a verdadeira libertação. Ao ler sua obra, é possível perceber que suas composições se assemelham a confissões, servindo como uma íntima jornada. Na submersão aos abismos da emoção que Florbela irá descobrir a libertação poética. A tristeza passa a ser retratada quase como um estilo de vida, nesse sentido, o tom melancólico não passa a ser um mero tom poético, e sim, um catalizador que impulsiona sua arte e a enleva, proporcionando sua autenticidade. Essa junção entre melancolia e liberdade vai além dos limites tradicionais.

## REFERÊNCIAS

DAL FARRA, Maria Lúcia. **Afinado Desconcerto**. ed. São Paulo: Iluminuras, 2002.

DAL FARRA, Maria Lúcia. O Errante Feminino em Florbela Espanca. **Contra Corrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas**, [S.l.], n. 3, maio 2017.

ESPANCA, Florbela. **Poesia de Florbela Espanca**, v. 1. Porto Alegre: L&PM, 2010.

DAL FARRA, Maria Lúcia. **De Florbela para Pessoa, com amor Maria Lúcia Dal Farra**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, Pessoa Plural, 2015.

ESPANCA, Florbela. **Poesia de Florbela espanca**, v. 2. Porto Alegre: L&PM, 2010.

ESPANCA, Florbela. **Sempre tua; apresentação, organização, fixação de texto e notas de Maria Lúcia Dal Farra**; - São Paulo, 2012.

ESPANCA, Florbela. **Sonetos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

FERREIRA, António Manuel; MORAIS, Carlos; BRASETE, Maria Fernanda; COIMBRA, Rosa Lúcia. **Pelos Mares da Língua** Portuguesa, ed. UA Editora, 2017.

POUND, Ezra. **Abc da Literatura**. 12. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2014.

FLORESTA, Nísia. **Ensaio: Direitos das mulheres e injustiça dos homens, 1832: A mulher, de 1859**. Nísia Floresta Brasileira Augusta: estudo e notas de Constância Lima Duarte. Belo Horizonte: Editora Luas, 2020.

JUNQUEIRA, Renata Soares. **Florbela Espanca: uma estética da teatralidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa**. 37. ed., rev. e atual. 1. reimp. São Paulo: Cultrix, 2013.

SEVERINO, Isa. O indefinível na representação do eu – O Diário de Florbela. **SEDA - Revista de Letras da Rural**, Seropédica, RJ, v. 3, 2018.

## BORGES E A FICÇÃO CIENTÍFICA

Callebe Coelho Barreto<sup>36</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Naiara Sales Araújo<sup>37</sup>

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

O presente estudo foi concebido a partir do interesse em analisar a Literatura Mundial e a Literatura Fantástica, focando o conto *O Aleph* (1949), de Jorge Luis Borges. A obra de Borges explora a vastidão do tempo e do espaço de maneira mais filosófica e metafísica, desafiando a noção de linearidade e questionando a compreensão humana do infinito. Ao descobrir o Aleph, um ponto no espaço que contém todos os outros pontos, o narrador testemunha simultaneamente todas as coisas do universo em sua totalidade. Este conceito borgesiano se conecta com temas de memória, percepção e a limitação da linguagem humana para expressar o inefável. A análise desse conto revela o potencial da literatura fantástica e como Jorge Luis Borges, cria uma narrativa que não apenas amplia as fronteiras do gênero, mas também desafia o leitor a refletir sobre questões existenciais, éticas e políticas que continuam a ressoar na sociedade contemporânea. Borges explora o infinito dentro de um microcosmo, utilizando o modo fantástico como uma ferramenta para abordar questões profundamente humanas. *O Aleph* (1949) demonstra como a literatura fantástica pode servir como um espelho para questões contemporâneas, questionando a realidade e desafiando as normas estabelecidas.

**Palavras-chave:** literatura mundial; ficção científica; Aleph.

### 1 INTRODUÇÃO

A evolução da literatura fantástica ao longo dos séculos reflete não apenas a imaginação criativa dos escritores, mas também as inquietações e indagações fundamentais que permeiam a experiência humana. Desde os primeiros registros escritos da história, como a *Epopéia de Gilgamesh* (2000 a.C), até as obras contemporâneas, o fantástico tem sido uma constante na expressão literária, proporcionando um campo fértil para explorar as barreiras da realidade. Gilgamesh, como um dos marcos primordiais da literatura, demonstra como o fantástico sempre esteve presente. A busca de Gilgamesh por imortalidade é pontuada por encontros com divindades, seres sobrenaturais e desafios heróicos que transcendem a esfera do real. Esses elementos fantásticos não são meramente adições decorativas, mas sim ferramentas narrativas que ampliam a compreensão da condição humana, mostrando que esses temas sempre se fizeram presentes.

Ao longo da história literária, o emprego do modo fantástico tem se diversificado, abrangendo diferentes formas narrativas e contextos culturais. Das mitologias antigas às obras contemporâneas de ficção científica (FC) e fantasia, o fantástico continua a ser um

<sup>36</sup> Graduando em Letras pela Universidade Federal do Maranhão; Bolsista Pibic-CNPQ. E-mail: callebe.barret@discente.ufma.br.

<sup>37</sup> Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão; E-mail: naiara.sas@ufma.br.

meio de sondar os limites da percepção e oferecer novas perspectivas sobre a realidade. Assim, a literatura fantástica persiste como um campo de exploração rico e multidimensional, refletindo não apenas a vastidão da imaginação humana, mas também a constante busca por compreender o inexplicável e o extraordinário que permeiam nossa existência.

Autores e obras do gênero fantástico têm impactado a literatura mundial, inspirando novas abordagens e experimentações em diferentes tradições literárias. Por exemplo, o realismo mágico, um gênero especulativo, originado na América Latina com escritores como Gabriel García Márquez e Jorge Luis Borges influenciou profundamente escritores contemporâneos, resultando em um movimento literário global.

A popularidade da literatura fantástica, seja ela gênero ou modo, contribui para a tradução e disseminação de obras entre diferentes países e culturas. A distinção entre Literatura Fantástica e Fantástico Modo é fundamental para a compreensão das diferentes narrativas que exploram o imaginário, extraordinário e o sobrenatural. Enquanto o Fantástico como um gênero refere-se a um estilo ou abordagem literária que emprega elementos de cunho sobrenatural dentro de uma narrativa, o Fantástico como um modo engloba um espectro mais amplo de categorias literárias, tudo que está envolto no insólito. O fascínio dos leitores e críticos ao longo das décadas traz a necessidade de distinguir esses dois conceitos que estão inter-relacionados, mas distintos.

Em se tratando de Literatura Fantástica, como modo, a sua origem remonta aos primórdios da civilização humana, emergindo de tradições orais que datam de milênios atrás. Nos estágios iniciais da história, antes mesmo do desenvolvimento da escrita, as sociedades transmitiam suas histórias, mitos e conhecimentos por meio de narrativas orais, passadas de geração em geração. Essas narrativas, frequentemente ligadas a rituais religiosos, crenças culturais e eventos históricos, constituíam a base da literatura oral. O fantástico sempre existiu, ele nasce nos mitos e lendas que eram mantidos e passados adiante através da oralidade. A literatura fantástica que remonta aos contos folclóricos e aos mitos, dotados de uma rica tradição, ultrapassa as fronteiras da realidade para explorar os recantos mais profundos da imaginação humana. Ao ultrapassar as barreiras da realidade, a literatura fantástica não apenas entretém, mas também tende a desafiar as concepções convencionais, questionando o que é possível e imaginável. Ela oferece um terreno amplo para a expressão de temores, desejos e anseios, muitas vezes refletindo aspectos um tanto profundos da sociedade e da cultura.

Conforme a estudiosa Bibiana Amaral (2022), a origem do fantástico é envolta em incertezas quanto à sua época de surgimento, o termo “fantástico” tem sua origem no grego “phantastikós” que significa “fantasia”. Alguns estudiosos como Rosemary Jackson, Ursula K. Le Guin e Brian Attebery, situam o nascimento do fantástico entre os séculos XVIII e XIX, porém ele só veio ganhar destaque no século XX. Ela também afirma que, especula-se que o gênero tenha aflorado na Idade Média. Contudo, não é de hoje que os debates acerca da definição de literatura fantástica continuam causando confusão entre leitores e estudiosos. Para que uma obra venha a ser considerada fantástica, é necessário que a narrativa se

concentre em elementos que não existem no mundo real, assim ultrapassando as fronteiras da realidade.

Um dos nomes mais conhecidos quando tratamos de Literatura Fantástica, sem sombras de dúvidas é o de Tzvetan Todorov (1970), um renomado crítico literário, filósofo, sociólogo e linguista búlgaro-francês. Todorov é conhecido por suas contribuições significativas para várias áreas do pensamento, incluindo teoria literária, teoria crítica, filosofia política e estudos culturais. Para ele, o fantástico tece uma teia de ambiguidade, desafiando a compreensão do leitor ao tentar distinguir o que é real e o que não é. A presença de elementos de cunho sobrenatural em um cenário que, a princípio, parece seguir as leis naturais cria uma tensão que transcende o convencional. É nessa hesitação do personagem, diante do inexplicável onde se proporciona uma experiência literária, o mistério e a familiaridade coexistem de forma intrigante.

O fantástico, assim, acaba por se revelar um território na qual o real e o imaginário de certa forma se entrelaçam, incitando possíveis questionamentos sobre a natureza da realidade e ampliando os horizontes da narrativa. Todorov (2017) argumenta que o elemento de estranhamento e a dificuldade em compreender a realidade presente na narrativa são os catalisadores do fenômeno fantástico. Fenômeno esse que é impulsionado pelo estranhamento provocado no leitor, juntamente com a complexidade em compreender a realidade retratada na narrativa. Essa dualidade entre o desconhecido e o familiar é de extrema importância para a criação de uma atmosfera única na literatura fantástica, instigando a imaginação e desafiando as percepções convencionais do real.

O modo fantástico é uma forma de literatura que não se limita a um gênero específico, mas se caracteriza por uma constante presença de ambiguidades e eventos cotidianos, criando espaços onde o inexplicável e o estranho podem coexistir, muitas vezes como uma forma de crítica social ou ideológica. De acordo com Edson Júnior (2021), críticos como Irene Bessièrre (1974), Lenira Covizzi (1979), Rosemary Jackson (1986) e Remo Ceserani (2006 [1996]), afirmam que a definição de Todorov é limitada e muitas vezes inadequada para capturar a complexidade e a diversidade do fantástico na literatura.

Ceserani, por exemplo, argumenta que o fantástico deve ser entendido não apenas através de temas e estruturas narrativas, mas também por meio da presença constante da ambiguidade e do inexplicável. Ele critica a abordagem de Todorov por ser excessivamente sistemática e por reduzir a ambiguidade, um elemento crucial do fantástico, a um estado quase virtual e sempre desvanecente.

Bessièrre e Jackson propõem abordagens alternativas que tratam o fantástico como um modo literário, mais amplo e inclusivo do que um simples gênero. Jackson, em particular, vê o fantástico como uma forma de oposição social subversiva, que desafia as ideologias dominantes do seu tempo. Ela sugere que o fantástico não apenas cria mundos alternativos, mas também dissolve e questiona o mundo visível e estabelecido.

Filipe Furtado (1980; 2009), por sua vez, introduz o termo “metaempírico” para descrever entidades e ocorrências que desafiam a capacidade humana de explicação

racional e universal. Para Furtado, o fantástico é caracterizado pela inexplicabilidade, não necessariamente pelo sobrenatural. Essa perspectiva permite uma compreensão mais abrangente do fantástico, incluindo elementos de ficção científica e outros gêneros que não se encaixam perfeitamente na definição tradicional de sobrenatural.

Dessa forma, a FC é um gênero que se enquadra dentro do modo fantástico e por isso Borges é considerado um escritor de FC. Isso se deve ao fato de que em suas obras frequentemente explora temas que transcendem a realidade cotidiana, incorporando elementos de fantasia e mistério que desafiam as lógicas convencionais. Borges utiliza conceitos como universos paralelos, labirintos temporais e realidades alternativas, que são características centrais tanto da FC quanto do fantástico, esses elementos permitem que suas narrativas questionem a natureza da realidade e a percepção humana.

## 2 LITERATURA MUNDIAL E SUA LIGAÇÃO COM O FANTÁSTICO

O conceito de Literatura Mundial, conforme delineado por Goethe (1827) e Marx (1848), desafia as convencionais fronteiras das literaturas nacionais ao procurar uma visão mais ampla e interligada das expressões literárias. Enquanto a literatura comparada pode parecer restrita em sua abordagem, voltar-se para a Literatura Mundial envolve enfrentar a vasta diversidade cultural que abrange centenas de idiomas e tradições literárias. O desafio não está apenas em aumentar a quantidade de leitura, mas em desenvolver novas categorias e métodos críticos que permitam compreender esse sistema literário global de maneira mais abrangente e profunda.

A ideia de Literatura Mundial (*weltliteratur*) proposta por Goethe levanta questões centrais no debate contemporâneo sobre literatura global. Franco Moretti (2008) afirma que o “problema da literatura mundial” envolve várias designações conceituais, como literatura mundial ou literatura global, e seus respectivos métodos de estudo. Em 1848, Karl Marx e Frederick Engels, no “Manifesto do Partido Comunista”, apontaram para o surgimento de uma literatura mundial a partir das diversas literaturas nacionais e locais. Já em 1907, o poeta bengali Rabindranath Tagore destacou a expressão da alegria humana e a diversidade cultural na literatura mundial, conceito que ele preferia ao termo “literatura comparada”.

O termo “literatura mundial” não se refere simplesmente a uma expansão quantitativa da literatura conhecida, mas sim a um novo desafio intelectual que exige uma abordagem teórica inovadora. Assim como na história econômica, onde se observa um sistema capitalista mundial uno e desigual, a literatura mundial é concebida como um sistema inter-relacionado, porém profundamente desigual, refletindo desequilíbrios de poder e influência entre diferentes culturas literárias. Essa abordagem, inspirada pela técnica de Franco Moretti (2008), “leitura distante” ou “distant reading”, sugere que compreender o todo implica necessariamente em uma certa perda de detalhes, buscando assim uma síntese que permita vislumbrar os grandes temas, gêneros e sistemas que configuram a literatura mundial como um problema complexo e desafiador para a crítica literária contemporânea.

Os professores Mário Lugarinho, Paulo de Medeiros e Emanuelle dos Santos relatam em sua pesquisa a seguinte afirmação:

Atribui-se a Goethe tradicionalmente a cunhagem do termo Weltliteratur, conceito que tem vindo a ser desenvolvido e aplicado de maneiras múltiplas desde então e que representa hoje em dia – principalmente na sua versão inglesa, World Literature– um dos campos mais férteis e mais contestados dos estudos literários. Aliás, o próprio termo resiste a uma tradução simples, pois o seu significado é sutilmente alterado em várias línguas (Lugarinho,;Medeiros; Santos, 2021, p. 7).

Em outras palavras, o conceito de Weltliteratur introduzido por Goethe representa uma visão ampla e interconectada da literatura, que se estende para além das fronteiras nacionais e linguísticas. Sua aplicação contemporânea como “World Literature” reflete a diversidade e a complexidade do cenário literário global, incentivando o diálogo intercultural e a compreensão mútua através das obras literárias.

A visão de Goethe sobre “Weltliteratur” (Literatura Mundial) estava em promover a ideia de uma literatura globalizada, onde as obras literárias de diferentes culturas e países se interligam e refletem aspectos universais da condição humana. Para Goethe, a literatura mundial representava a convergência das diversas tradições literárias em um panorama mais amplo, enfatizando a interconexão e influência mútua entre obras de diferentes origens. Sua visão buscava transcender as barreiras linguísticas e nacionais, promovendo um diálogo cultural mais amplo e aberto. Por outro lado, Jorge Luis Borges, em sua abordagem da literatura mundial, estava mais interessado nas possibilidades da imaginação e nas interseções entre a realidade e a ficção. Para Borges (2020), a Literatura Mundial é uma biblioteca cósmica de histórias e narrativas que transcende seus espaços geográficos, culturais e temporais, conectando-se através da imaginação

De acordo com Kurosh Amoui (2020), Borges exemplifica sua visão da Literatura Mundial ao mesclar elementos de diversas culturas e tradições em suas obras, como nos contos *O Aleph* (1949), *Tlön, Uqbar, Orbis Terius* (1940) ou *O Livro de Areia* (1975). Borges acreditava na interconexão e intertextualidade entre diferentes tradições literárias e culturais ao redor do mundo. Para ele, a literatura é um espaço onde as fronteiras entre o real e o imaginário se fundem, possibilitando uma exploração profunda da condição humana e das questões universais que transcendem contextos específicos.

David Damrosch (2021) é um dos principais críticos da Literatura Mundial. Para Damrosch, a Literatura Mundial não se limita às obras canônicas de grande tradição literária, mas abrange uma variedade de vozes e narrativas que circulam globalmente. Ele argumenta que a tradução não apenas facilita a disseminação de obras que ultrapassam barreiras linguísticas, mas também cria oportunidade para diálogos interculturais, reconhecendo assim a complexidade da tradução e a necessidade de considerar as nuances culturais e linguísticas ao transpor uma obra para diferentes contextos.

Nesse sentido, Damrosch reconhece o papel de Borges como tradutor e disseminador de uma literatura transcultural a partir de uma abordagem que dialoga com o sobrenatural, o metafísico e o desconhecido. Para Damrosch (2021), a obra Borges é marcada por

uma profunda exploração da natureza da realidade e da própria ficção, frequentemente empregando técnicas de metaficção para desafiar as fronteiras entre o mundo imaginário e o mundo real. Em seus contos e ensaios, Borges cria labirintos literários onde as narrativas se dobram sobre si mesmas, questionando a validade da percepção humana e a construção da verdade. Ao brincar com conceitos como o infinito, o tempo e a multiplicidade de universos possíveis, Borges desafia os limites convencionais da narrativa e convida o leitor a refletir sobre a natureza fluida da existência e da linguagem. Sua abordagem única da metaficção não apenas expande os horizontes da literatura, mas também lança luz sobre as complexidades da própria condição humana, contemplando assim, elementos intrínsecos às noções de Literatura Mundial.

A Literatura Mundial sempre foi enriquecida e moldada através de elementos do fantástico e Borges contribuiu significativamente para isso. Desde tempos remotos até os dias atuais, histórias e mitos fantásticos têm sido fundamentais para a expressão criativa e a transmissão de ideias universais através das culturas, mitos e lendas presentes em diferentes partes do mundo com alterações culturais. Com o avanço da tecnologia, temos uma maior possibilidade de fazer com que as obras de outros países venham circular através de *eBook* e audiolivros, fazendo assim com que mais pessoas tenham acesso a esses livros.

A compreensão da Literatura Mundial como um domínio interligado, porém marcado por desigualdades, é essencial para desvendar a complexidade das relações literárias em escala global. Desde os primeiros conceitos de Goethe até as análises contemporâneas de acadêmicos como Damrosch, observamos uma evolução na maneira como entendemos e abordamos esse campo. Reconhecer que as obras literárias não apenas refletem experiências individuais, mas também ecoam dinâmicas sociais e econômicas globais, nos desafia a adotar uma perspectiva mais abrangente e inclusiva, transcendendo fronteiras geográficas e linguísticas, e enriquecendo nossa compreensão da diversidade e universalidade da experiência humana.

No tópico seguinte, faremos uma análise do conto *O Aleph* à luz da iconografia da ficção científica abordando sua estreita ligação com as ideias centrais do gênero e seu diálogo com a literatura mundial

### 3 UMA ANÁLISE DE *O ALEPH* A PARTIR DA ICONOGRAFIA DA FICÇÃO CIENTÍFICA

Conforme o tempo avança, percebe-se um aumento significativo no interesse das pessoas por obras de FC, tanto na literatura, quanto no cinema e em outros âmbitos. A literatura mundial teve um papel fundamental na legitimação e popularização da FC na América Latina, oferecendo uma diversidade de influência, estilos narrativos e temas que motivaram autores do mundo inteiro a explorarem novas possibilidades criativas dentro do gênero.

Os temas característicos da FC, como a exploração espacial, inteligência artificial, realidades paralelas, robôs e a viagem no tempo, desempenharam um papel crucial na

história da FC. Esses elementos que se tornaram ícones desse vasto universo, são responsáveis por atrair e fascinar novos públicos. Esses temas não apenas servem como pano de fundo para narrativas envolventes, mas também refletem questões profundas sobre o futuro da humanidade, as implicações da tecnologia e os limites do conhecimento humano. O interesse por esses conceitos permite que o público explore, através da FC, possibilidades que estão além da realidade atual, alimentando o desejo por inovação e descoberta. Dentre os diversos conceitos que foram aparecendo ao longo da evolução da FC, iremos destacar a viagem no tempo.

A viagem no tempo é um tema amplamente explorado no modo fantástico, e existem vários tipos de viagem no tempo que são representados na literatura, no cinema e em jogos. Em *Fuga do Planeta dos Macacos* de 1971, terceiro filme da franquia clássica, o cientista Dr. Otto Halslein tenta explicar como funciona o tempo. Nas palavras do cientista, o tempo é como uma rodovia com diversas faixas, todas as faixas levam para o futuro mas se você trocar de faixa e nessa faixa acontece um acidente, você já mudou completamente o futuro. Mas se pararmos para analisar outras obras com a mesma temática, cada obra apresenta por si só uma regra diferente, levando em consideração as ideias do autor.

Na viagem no tempo linear, o viajante se move de forma contínua entre diferentes pontos no tempo, como uma linha reta. Eles podem viajar para o passado ou para o futuro, mas suas ações no passado geralmente não alteram o presente ou o futuro de onde vieram. Um exemplo disso é o livro *Antes Que o Café Esfrie* (2022), escrito por Toshikazu Kawaguchi, onde em uma ruazinha estreita e silenciosa em Tóquio, num subsolo, existe um estabelecimento que, há mais de 100 anos, serve um café cuidadosamente preparado. Os clientes podem viver ali uma experiência única: fazer uma viagem no tempo, mas antes que o café esfrie elas devem retornar. Já na viagem no tempo fixo, o passado é imutável, e qualquer tentativa de mudá-lo está destinada a falhar ou a ser a causa dos eventos que já ocorreram.

A série *O Exterminador do Futuro* explora essa ideia, onde as tentativas de mudar o futuro acabam, paradoxalmente, causando os eventos que se pretendia evitar. Existe também a viagem no tempo multiverso, muito explorada recentemente no cinema e em obras literárias, este conceito sugere que cada viagem no tempo cria um universo completamente novo, coexistindo com inúmeros outros universos paralelos. Um exemplo semelhante é a saga *A Torre Negra* (1982-2004) escrita por Stephen King, onde nos mostra uma torre no centro do universo capaz de conectar todos os outros universos criados pelo autor em suas outras obras. Um de seus mais conhecidos vilões atravessa essas pontes, estando presente não somente na saga da *Torre Negra*, como também em outras obras.

O Homem de Preto, também conhecido como Randall Flagg, aparece nos livros *A Dança da Morte* (1990), *Os Olhos do Dragão* (1987) e no livro de contos *Heart in Atlantis* (1999). Entre outros diversos conceitos que foram se moldando e aperfeiçoando com regras e conceitos característicos, dando assim possibilidade para um amplo universo de histórias que marcaram gerações. Paulo Crawford (2012, p. 3) diz que:

Santo Agostinho, no Livro 11 das suas Confissões, ao meditar sobre a natureza do tempo, pergunta, “O que é o tempo, então? Se ninguém me pergunta, eu sei: se desejo explicar a alguém que me pergunta, eu não sei.” E começa então a definir o tempo por aquilo que não é, e não por aquilo que é, ou seja, faz uma abordagem que se traduz numa definição negativa. Mas por fim, Santo Agostinho acaba por chamar ao tempo uma distensão da mente (Confissões 11.26) pela qual nós conseguimos compreender simultaneamente o passado na memória, o presente pela a atenção e o futuro pela expectativa.

A ideia de Santo Agostinho de que o tempo é uma distensão da mente pode ser diretamente relacionada à viagem no tempo psicológica. Nesse tipo de viagem, a percepção e a consciência do indivíduo transcendem a linearidade temporal tradicional.

*O Aleph*, de Jorge Luis Borges, é um dos contos mais famosos do autor, publicado pela primeira vez em 1945 na coletânea homônima. O conto explora temas centrais da obra de Borges, como o infinito, a memória e a impossibilidade de abarcar todo o conhecimento humano. A história é narrada em primeira pessoa por um personagem chamado Borges, que lamenta a morte de Beatriz Viterbo, uma mulher que ele amava. Em suas visitas anuais à casa da família Viterbo para relembrar Beatriz, ele encontra Carlos Argentino Daneri, um poeta prolixo e vaidoso, que mora na casa e afirma estar trabalhando em um poema épico que descreverá o mundo inteiro.

Daneri revela a Borges que possui um “Aleph” no porão de sua casa, um ponto no espaço que contém simultaneamente todos os outros pontos do universo, permitindo ver todo o cosmos de uma só vez, de todas as perspectivas. Cético, mas curioso, Borges concorda em descer até o porão, onde experimenta uma visão avassaladora do Aleph, uma sucessão de imagens infinitas que transcendem a compreensão humana.

O protagonista tem uma experiência onde percebe todos os lugares do universo ao mesmo tempo, de uma forma que se alinha com a noção agostiniana de uma mente capaz de abranger passado, presente e futuro simultaneamente.

O diâmetro do Aleph seria de dois ou três centímetros, mas o espaço cósmico estava ali, sem diminuição de tamanho. Cada coisa (a lâmina do espelho, digamos) era infinitas coisas, porque eu via claramente de todos os pontos os pontos do universo. Vi o mar populoso, vi a alvorada e a tarde, vi as multidões da América, vi uma teia de aranha prateada no centro de uma negra pirâmide, vi um labirinto truncado (era Londres), vi intermináveis olhos imediatos perscrutando-se em mim como num espelho, [...] vi a circulação do meu sangue escuro, vi a engrenagem do amor e a transformação da morte [...]. (Borges, 1949, p. 149-150).

O Aleph é uma manifestação física do conceito de infinito dentro do finito. Embora tenha um diâmetro minúsculo, ele contém todo o espaço cósmico, uma ideia que desafia a lógica convencional e exemplifica o paradoxo da imensidão em miniatura. Esta descrição evoca a noção de que o universo pode ser contido em um ponto singular, um conceito que encontra ressonância tanto na filosofia quanto na física teórica, como na ideia de um ponto singular antes do Big Bang. O Aleph é a letra inicial do alfabeto hebraico, corresponde ao alfa grego, ideia de primeiro, sendo assim, o ponto inicial do universo. O narrador vê “a engrenagem do amor e a transformação da morte”, sugerindo uma contemplação profunda sobre a natureza da vida e da existência. O Aleph permite ao narrador ver além das aparências

superficiais e observar as interconexões e ciclos fundamentais da vida, evocando uma visão quase divina ou onisciente. Em outro trecho do livro o Borges conclui:

[...] vi meu rosto e minhas vísceras, vi teu rosto, e senti vertigem e chorei, porque meus olhos tinham visto aquele objeto secreto e conjectural cujo nome os homens usurpam mas que nenhum homem contemplou: o inconcebível universo. (Borges, 1949, p. 150).

A possibilidade de o Aleph permitir a observação do passado é significativa, pois sugere que o Aleph não é apenas um ponto de acesso ao espaço, mas também ao tempo. A visão do rosto da amada falecida indica que o Aleph contém não apenas todos os lugares do universo, mas também todos os momentos. Isso implica que o Aleph é um ponto de convergência de todas as dimensões do tempo, permitindo ao observador experimentar eventos passados, presentes e possivelmente futuros. Não existe uma regra específica quanto a viagem no espaço-tempo, cada autor utiliza de suas próprias ideias para criar regras e paradoxos próprios.

Outro ponto que nos leva a refletir sobre viajar no tempo através do Aleph é a capacidade do narrador de olhar o mesmo objeto repetidamente, como se ele estivesse indo e vindo, preso em um paradoxo temporal. Nelson Marques (2002) diz que, nas histórias de viagens no tempo, é comum o surgimento de paradoxos. Um exemplo clássico é a possibilidade de alguém voltar ao passado e interferir no nascimento ou nas ações de um personagem essencial para o desenrolar dos eventos, criando um dilema sobre quem teria voltado ao passado se o próprio viajante nunca tivesse nascido. Esse tipo de questão é explorado de forma interessante em filmes como

De Volta para o Futuro (dirigido por Robert Zemeckis) e O Exterminador do Futuro (dirigido por James Cameron), onde alterações no passado podem ter grandes consequências no futuro. Alguns autores defendem a ideia de que os paradoxos são impossíveis e, por isso, qualquer tentativa de mudar a história seria automaticamente frustrada. Essa abordagem é vista, por exemplo, na série Jornada nas Estrelas, onde há uma regra explícita que proíbe interferências no passado para evitar alterações no futuro.

Nem todo paradoxo temporal necessariamente altera os fatos. Em algumas narrativas, mesmo com a ocorrência de um paradoxo, os eventos ainda se desenrolam como previsto, sem grandes consequências. Isso acontece porque, em certas abordagens, as alterações feitas no passado já fazem parte da linha do tempo original, criando um ciclo fechado onde o futuro não pode ser modificado. Nesses casos, o paradoxo em si não muda os eventos principais, mas faz parte do mecanismo que garante que a história continue como deveria, evitando grandes rupturas ou reescrevendo o próprio curso do tempo.

Em um determinado momento do conto, o personagem descreve o seguinte “[...] vi no no Aleph a Terra, e na Terra outra vez o Aleph e no Aleph a Terra [...]” (Borges, 1949, p. 150). Assim como o narrador do conto vê o infinito dentro de uma repetição sem fim, em que o Aleph contém o mundo e o próprio Aleph, os paradoxos temporais também podem ser interpretados como parte de um ciclo inevitável, onde as ações do passado e do futuro se retroalimentam, sem causar uma ruptura no desenrolar dos eventos.

Essa visão cíclica, onde uma coisa contém a outra e se repete, reflete a ideia de que, mesmo diante de paradoxos, o tempo pode ser um ciclo fechado, onde o futuro e o passado coexistem de maneira interligada, sem provocar grandes mudanças no fluxo geral da história. Em conclusão, a viagem no tempo, como conceito literário, continua a capturar a imaginação dos leitores e escritores, servindo como um dos temas mais fascinantes e explorados dentro da ficção científica. Além de ser um tema rico em possibilidades podendo ser estudado tanto nas obras mais antigas quanto nas mais atuais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escritor Jorge Luis Borges é uma figura de grande relevância na literatura da América Latina, contribuindo de maneira significativa para a Literatura Mundial. Embora tenha começado como poeta, foi como contista que Borges deixou sua marca indelével na literatura mundial, especialmente com obras como *História Universal da Infâmia* (1935) e *O Aleph* (1943). Este último, considerado uma das maiores obras literárias do Ocidente, explora temas complexos como o tempo, a memória e o infinito.

Em *O Aleph*, Borges cria um universo onde a realidade se entrelaça com o fantástico. Com base na análise desenvolvida, é possível concluir que a literatura fantástica desempenha um papel fundamental na exploração dos limites da realidade, questionando as concepções estabelecidas e permitindo uma reflexão mais profunda sobre a condição humana. A relação entre o fantástico e o romantismo, a sua evolução ao longo dos séculos e a distinção entre literatura fantástica como gênero e modo, são evidências do poder desse tipo de narrativa em transcender barreiras culturais e temporais.

A análise da obra *O Aleph* (1943) de Jorge Luis Borges ilustra como FC aborda questões complexas como o tempo e o espaço, utilizando elementos icônicos como a máquina do tempo e o conceito de infinitude. O uso de conceitos científicos e filosóficos nesses textos demonstra a capacidade da literatura em unir a imaginação criativa à exploração de ideias que são diariamente questionadas pelas pessoas. Diversos cientistas já entraram no mérito de questionar a possibilidade da existência da viagem no tempo. O físico Stephen Hawking argumentava que a maior evidência de que os seres humanos não podem viajar no tempo é o fato de que não vemos turistas do futuro caminhando entre nós no presente. Segundo a ciência, para que alguém pudesse viajar para o passado, seria necessário superar a velocidade da luz. Sendo assim a FC entra como uma ponte entre a imaginação e o impossível.

Dessa forma, ao revisitar e reinterpretar obras como *O Aleph*, podemos compreender melhor como a literatura fantástica e a ficção científica continuam a influenciar e moldar a maneira como percebemos o mundo, ampliando os horizontes da narrativa e desafiando as fronteiras do real e do imaginário.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Bibiana Borges. **A Literatura Fantástica: Percorso Histórico e Conceitual**. Porto das Letras, v. 8, n. Especial, p. 185-203, 2022.

BORGES, Jorge Luis. **O Aleph**. Editora Companhia das Letras, 2008.

CAMARANI, Ana Luiza Silva. **A Literatura Fantástica: Caminhos Teóricos**. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2014.

CRAWFORD, Paulo. **Viagens no Espaço-tempo e Paradoxo dos Gémeos**. Centro de Astronomia e Astrofísica da Universidade de Lisboa, 2007.

DAMROSCH, David. **Comparing the literatures: literary studies in a global ages**. New York: Penguin Press, 2021.

FANTASTICCURSOS. **A origem da Ficção Científica ( O Que é Ficção Científica #1)**. YouTube, 13 de Dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BikbZFuW3GI>. Acesso em 19 de Março de 2024.

LIRA, Thaíse Gomes. **A máquina do tempo: ressonância de H. G. Wells na ficção distópica do século XX**. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MARQUES, Nelson. A(s) máquina(s) do tempo e a ficção científica tem futuro ?. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 54, n. 2, 2002.

MEDEIROS, Paulo. **11 ½ teses sobre o conceito de literatura-mundial**. São Paulo: Via Atlântica, 2019.

MORETTI, Franco. **Conjeturas sobre a literatura mundial**. Tradução do inglês: José Marcos Macedo. [S.l.: s.n.], 2000.

TODOROV, Tzvetan; CASTELLO, Maria Clara Correa. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

## CENAS DA ENUNCIACÃO: nas tramas dos discursos raciais entre Firmina e Machado

**Anáyлле Castro da Costa<sup>38</sup>**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

**Nicolly Camily Brito Sales<sup>39</sup>**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

**Ana Silvína Ferreira Fonseca<sup>40</sup>**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

### RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as cenas da enunciação presentes nos contos “A Escrava”, de Maria Firmina, e “Pai contra Mãe”, de Machado de Assis. A noção de cenas da enunciação foi trabalhada por Dominique Maingueneau (2001, 2015) a partir dos enunciados e de seus contextos de circulação. A investigação partiu do seguinte problema: como Maria Firmina e Machado de Assis denunciaram, à luz da Literatura, a escravidão no Brasil do século XIX? A hipótese foi que, apesar de participarem de movimentos literários diferentes, ambos abordaram similarmente a escravidão. A pesquisa foi comparativa quanto ao método científico; explicativa em relação aos objetivos; qualitativa interpretativista no que tange à abordagem do problema; bibliográfica quanto ao procedimento técnico. Inicialmente, fez-se um levantamento numa perspectiva histórica sobre a escravidão no Brasil a fim de verificar até que ponto Machado e Firmina conseguiram denunciar em suas obras os aspectos relacionados à escravidão nesse período e as aproximações e os distanciamentos existentes entre seus discursos. Esse percurso ajudou a compreender a intenção dos autores em suas respectivas denúncias. Como resultado das leituras, confirmou-se a hipótese inicial, pois embora integrassem movimentos literários diferentes, os autores dos contos denunciaram, cada um à sua maneira, a escravidão no Brasil.

**Palavras-chave:** Cenas da enunciação; Contos; Firmina; Machado.

## 1 INTRODUÇÃO

À guisa de introdução, pode-se afirmar que as condições sociais e históricas que construíram o discurso sobre a escravidão no Brasil perpassam por uma série de questões que envolvem injustiça social, opressão de gênero, inúmeros casos de violência, a própria miséria humana e os vários tipos de preconceito denunciados a partir dos discursos preconizados na história da sociedade brasileira do século XIX.

Este estudo teve como proposta avaliar como esse sistema escravagista foi literariamente retratado em “A Escrava” e “Pai contra Mãe”. Estes contos foram escolhidos pelo fato de ambos revelarem como os negros escravizados eram tratados por seus algozes em um período cuja abolição da escravatura estava prestes a acontecer. Para isso, fizeram-se necessárias a leitura

38 Estudante do Curso Técnico em Química do IFMA/Campus Monte Castelo. E-mail: castro.costa@acad.ifma.edu.br.

39 Estudante do Curso Técnico em Química do IFMA/Campus Monte Castelo. E-mail: nicolly.brito@acad.ifma.edu.br.

40 Profa. Dra. em Linguística pela Universidade Federal do Ceará/UFC. E-mail: anasilvina@ifma.edu.br.

dos contos, outras leituras sobre a escravidão no Brasil assim como a escolha de uma teoria linguística que auxiliasse numa melhor compreensão das construções discursivas presentes nas denúncias feitas a partir das vozes dos narradores e dos personagens envolvidos nas histórias contadas por Maria Firmina dos Reis e Joaquim Maria Machado de Assis. Desta forma, a Análise do Discurso, sob a visada de Dominique Maingueneau (2001, 2015), foi a teoria escolhida por trazer conceitos e concepções sobre as cenas enunciativas que permeiam essas narrativas.

Vale ressaltar que esta pesquisa foi fruto do projeto intitulado NAS TRAMAS DOS DISCURSOS RACIAIS: leitura social por meio da literatura, realizado com alunos do Ensino Médio Técnico do Instituto Federal do Maranhão, Campus Monte Castelo, para desenvolvimento de habilidades que ajudassem esses discentes na sistematização dos conhecimentos acerca da linguagem literária, com vistas à formação para o exercício da cidadania, de maneira consciente, crítica e reflexiva.

A Literatura, enquanto linguagem e manifestação artística do ser humano, é capaz de provocar sensações e produzir efeitos estéticos, gerando conhecimento da sociedade em que se vive, contribuindo para a humanização, instigando a prática crítico-reflexiva, levando o aluno/leitor à compreensão dos problemas da vida ao traçar um paralelo entre o que lê e o que vivencia, aguçando a sua percepção sobre o mundo que o circunda.

A pesquisa foi realizada sob a orientação dos professores nela envolvidos, no sentido de acompanhar esses alunos nas atividades de análise de textos literários e de lhes oportunizar a aprendizagem de estratégias de leitura comparada, visto que a leitura de obras literárias é essencial para a formação dos alunos da educação básica, pois ela consegue ir além do simples despertar dos leitores para a importância do ato de ler, uma vez que trabalhada sob uma perspectiva interdisciplinar, consegue também formar cidadãos críticos e conscientes do seu papel social.

Determinadas temáticas se fazem extremamente relevantes no contexto do Ensino Médio devido à grandiosidade e à importância delas para o desenvolvimento histórico-cultural dos alunos. É o caso da escravidão no Brasil do século XIX em que é preciso rever como a História e a Literatura da época se entrelaçavam para denunciar os maus-tratos sofridos pelos negros advindos da sociedade escravagista daquele século, uma vez que são inegáveis as contribuições trazidas por eles que, somadas ao que se tinha, enriquecem sobremaneira a cultura brasileira.

Constatou-se que a leitura de obras literárias realizada por alunos do Ensino Médio Técnico do Instituto Federal do Maranhão/IFMA/MTC se mostrava como um poderoso instrumento na preparação de profissionais capazes de refletir sobre sua própria condição social e sobre o mundo que os cerca, de modo que eles agregassem aos seus currículos uma aprendizagem na qual os contextos histórico-culturais do processo de ensino e aprendizagem associassem a formação humanística à formação técnica.

Os participantes do projeto analisaram de que modo os discursos sobre a escravidão no Brasil do século XIX emergem de cada obra, revelando as semelhanças e diferenças existentes

entre elas em relação a essa temática e, ao mesmo tempo, aprendendo estratégias de leitura que os tornassem capazes de abstrair os conteúdos dos textos lidos de forma prática e eficaz, posto que eles observaram a construção dos textos, sua estrutura, sua linguagem tal como os recursos linguístico-discursivos necessários para a compreensão dos valores sociais, étnicos e culturais neles presentes.

Para adentrar nesta análise, será feito um breve resumo dos contos para situar o leitor quanto ao enredo. Posteriormente, proceder-se-á à apresentação do conceito de cenas da enunciação. E, partindo dos conceitos de cena englobante, cena genérica e cenografia, será feita a análise de cada uma delas nos referidos contos, no sentido de apontar em que medida a construção dessas cenas denuncia os maus-tratos sofridos pelos escravizados no Brasil do século XIX. Serão esboçadas, ainda, algumas reflexões concernentes aos discursos escravagistas encontrados nos contos.

## 2 BREVE RESUMO DOS CONTOS

### 2.1 A Escrava

O conto “A Escrava”, da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, foi publicado em 1887, às vésperas da assinatura da Lei Áurea, período em que o movimento abolicionista aflorou no Brasil. Firmina foi uma das primeiras autoras negras brasileira e usou de sua obra para denunciar os maus-tratos e a crueldade do regime escravocrata vigente.

“A Escrava” começa em um salão cheio de pessoas da alta sociedade debatendo sobre a escravidão e seus males. Em seguida, aparece uma mulher abolicionista que começa a contar detalhadamente a história da personagem Joana. A “senhora”, como a narradora é identificada no conto, fala sobre um dia em que estava à beira da estrada e se deparou com uma negra escravizada que surgiu em completo desalinho fugindo de seu feitor, o senhor Antonio. Em seguida, este aparece furioso e com um chicote nas mãos à procura da fugitiva. “A senhora” percebe a situação e mente para o feitor sobre a direção de Joana. Logo após a saída dele, surge Gabriel, filho de Joana, também escravizado, à procura de sua mãe.

A partir desse momento, a “senhora” protege Joana e Gabriel oferecendo-lhes abrigo e demais cuidados necessários, mesmo sabendo dos riscos que corria ao abrigar um escravizado fugido.

Joana, completamente exausta, começa a ter certas alucinações referentes a sua vida de dor e sofrimento como escravizada, e Gabriel explica que essa perturbação se dá principalmente por conta de um grande trauma sofrido, já que ela teve seus filhos gêmeos, Carlos e Urbano, ainda crianças, vendidos no tráfico interprovincial pelo seu senhor. Este fato levou Joana a ser tida como louca, pois frequentemente fugia.

No decorrer do conto, mesmo recebendo toda ajuda possível, Joana surge muito mal com todos os abusos que sofreu. Neste momento, Maria Firmina dá protagonismo a Joana para que ela comece a narrar sua própria história. Ela revela que nasceu de mãe africana

escravizada e pai indígena livre e na infância seu pai usou todas as suas economias para comprar-lhe a liberdade. Porém, o senhor de Joana o enganou e vendeu uma carta de alforria falsa. Seu pai não sabia ler, logo não conseguiu identificar o que realmente continha no papel que lhe foi entregue. Com o falecimento do pai, Joana foi obrigada a voltar para o trabalho forçado. Enquanto agonizava em seu leito de morte, ela deixou claro o desejo de ver seus filhos pela última vez e implorou à “senhora” para proteger Gabriel, em face do temor que tinha dele ser castigado e sofrer até a morte. A “senhora” se comove com tal situação e promete que o protegerá. Infelizmente, Joana morre com o coração partido pela perda e separação de seus filhos.

No final, o feitor volta para capturar Gabriel, mas a narradora não admite. Com bravura ela o defende, mostrando documentos legais que proferiam sua alforria, assegurando que ele nunca mais voltaria às garras do seu antigo dono, o senhor Tavares, visto que agora era ela quem detinha a posse de todas aquelas terras.

O conto termina com Gabriel liberto e com o senhor Tavares deixando o local completamente furioso e derrotado.

## 2.2 Pai contra Mãe

O conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, também foi produzido no contexto do Brasil escravagista do século XIX. A escravidão, sistema vigente durante séculos, foi finalmente abolida em 1888 com a assinatura da Lei Áurea. Entretanto, o Brasil continuou vivendo numa sociedade extremamente hierárquica e marcada por problemas sociais.

Nesse conto, Machado de Assis apresenta a história de Cândido Neves, para os mais próximos “Candinho”, um homem que, em meio às dificuldades, ganhava a vida por meio do ofício de caçar escravizados fugitivos em troca de recompensa.

Machado traz uma descrição enfática sobre a moralidade e como o regime escravagista impacta significativamente a sociedade daquele tempo.

“Candinho” já havia passado por vários ofícios, como os de escrevente e balconista, porém sempre acabava saindo desses trabalhos, por uma questão de adaptação ou até mesmo opção. Então, ele volta o seu olhar para uma atividade muito comum na época, a captura de escravizados fugitivos. Com essa captura, ele recebia dos donos de escravizados uma quantia como recompensa. Este trabalho tinha suas incertezas e as recompensas que ganhava eram um tanto insuficientes para o seu sustento e de sua família.

Cândido une-se a Clara e o casal vivia com uma tia dela, a tia Mônica, em meio a muitas dificuldades financeiras. A situação do casal piora quando Clara engravida. Com a chegada repentina do bebê, tia Mônica começa a pressioná-los, porque eles não tinham condições para cuidar da criança, e menciona que, caso não conseguissem sustentá-la, seriam forçados a entregá-la à Roda dos Enjeitados, uma instituição, muito comum no Brasil do século XIX, destinada à recepção de recém-nascidos, que por motivos diversos, como

pobreza ou impossibilidade de criação pelos familiares, eram lá deixados. Muitas crianças não sobreviviam.

Diante dessa situação, Cândido precisa conseguir dinheiro, pois teme perder seu filho. Em completo desespero, ele vai à procura de escravizados fugitivos. É nesse momento que ele encontra Arminda, uma escravizada grávida que estava em fuga visando proteger seu filho do destino cruel que ela vivia.

Arminda é **capturada** por Cândido e suplica a ele que não a entregue a seu dono, ela explica sua situação de vulnerabilidade e implora por sua vida e pela do seu filho que estava prestes a nascer. Todavia, Cândido, sem nenhum remorso e movido pela necessidade de também livrar seu próprio filho da Roda dos Enjeitados, ignora completamente as súplicas de Arminda e a devolve ao seu senhor em troca da recompensa. Arminda na tentativa de se proteger mediante a atitude de Cândido acaba abortando.

A ação de Cândido Neves acaba garantindo a sobrevivência de seu próprio filho, em sobreposição à perda de uma mãe, que tanto lutou para proteger o seu bebê.

Machado encerra o conto com uma frase muito simbólica proferida por Cândido: “Nem todas as crianças vingam”, uma justificativa usada pelo personagem em detrimento do ato, pois como é proposto no título, a oposição entre esses dois pais revela a ironia e a crueldade da sociedade escravagista, em que a moralidade é posta à prova e questões de gênero e raça são evidentes.

### 3 AS CENAS DA ENUNCIÇÃO

De acordo com Maingueneau (2015), as cenas enunciativas ou cenas da enunciação são definidas como o lugar onde se dá a fundação e atualização de um dizer, além do desdobramento e da validação de um já dito. Elas são responsáveis pela construção de sentido do discurso e pela configuração da situação em que a fala ou o discurso se produzem. A partir das cenas da enunciação é possível analisar a própria enunciação, o enunciador, o enunciatário, o lugar de fala e o modo como fala.

Grosso modo, as cenas da enunciação equivalem a uma cena de teatro, elas se desdobram como roteiros para que os fatos aconteçam, correspondendo dessa maneira ao estatuto pragmático de um discurso, responsável por definir o modo como esse discurso interpelará o leitor (Maingueneau, 2015).

A construção de sentido do discurso é organizada por meio das cenas enunciativas: cena englobante, cena genérica e a cenografia, que se complementam entre si.

A cena englobante corresponde à definição do tipo de discurso. Ela é constituída de discursos legitimados e de interesses de uma comunidade. Porém, ela sozinha não é suficiente para explicar os processos enunciativos em que os sujeitos estão engajados (Maingueneau, 2001).

Por isso, fez-se necessário pensar na forma como se deve estruturar esses dizeres para que eles façam sentido. Surge, então, a cena genérica, que se refere às normas que regem as

expectativas esperadas de cada gênero do discurso. Cena englobante e cena genérica formam o que Maingueneau (2001) define como quadro cênico do texto.

A cena englobante, por exemplo, acontece nos contos analisados a partir do discurso literário categorizado conforme sua função social e caracterizado por uma produção linguística permeada pela liberdade de criação que sugere originalidade e possibilidades de interpretação. Sabe-se que a escrita literária não precisa apresentar os fatos como eles realmente ocorrem; ela serve à arte, permitindo atribuir novos significados a partir da visão de mundo de quem a cria. Todavia fique claro que nesses contos não há apenas o discurso literário. É possível observar também os discursos racistas, escravagistas, machistas, abolicionistas, religiosos, jurídicos e econômicos.

A cena genérica, por sua vez, ocorre a partir do gênero conto, que por meio da estrutura de suas narrativas é marcado por finalidades, papéis sociais dos sujeitos coenunciadores, lugares apropriados para o desenvolvimento das cenas, inscrição temporal, suporte, composição e uso específico de recursos linguísticos (Maingueneau, 2015).

Por outro lado, a cenografia é entendida como o próprio ato de enunciação apoiado na ideia de que o enunciador organiza a situação “encenada” a partir da finalidade comunicativa. Ela age como uma ponte de interação entre os sujeitos do discurso e refere-se à “cena de fala” elaborada pelos próprios enunciados. Ela equivale à disposição com que o enunciador elabora a cena que será essência da ação de narrar e também é a circunstância validada pela enunciação como base verdadeira do ato de enunciar. Desta forma, a cenografia é, simultaneamente, origem do discurso e aquilo que ele concebe (Maingueneau, 2001).

Nas obras analisadas estão presentes esses três tipos de cena.

A análise dessas cenas nos contos leva o leitor a refletir acerca da construção do discurso sobre a escravidão no Brasil do século XIX, a partir do viés literário. Essas narrativas, permeadas pelos discursos racistas da época, serão o pano de fundo da análise a ser implementada a partir de agora.

### **3.1 As cenas da enunciação presentes no conto “A Escrava”**

Maria Firmina dos Reis traz em sua obra “A Escrava” a voz dos escravizados e denuncia os maus-tratos e submissões sofridas por eles em sua época.

Ao analisar as cenas da enunciação presentes neste conto, vê-se que a cena englobante literária tem propriedades específicas pertinentes ao discurso literário. Firmina traz à baila uma narradora que participa da narração como personagem com um discurso tipicamente literário. Percebe-se a preocupação da autora com a escolha das palavras, com a forma de dizer, com o fazer sobressair as funções emotiva e poética próprias da linguagem literária. Ela se preocupa também com a construção de um cenário propício para a descrição do acontecimento. Neste caso, a romancista buscou enfatizar e promover a validação dos fatos narrados por meio da figura de uma mulher abolicionista identificada como a “senhora”, que descrevia a cena ocorrida:

Era uma tarde de agosto, bela como um ideal de mulher, poética como um suspiro de virgem, melancólica, e suave como sons longínquos de um alaúde misterioso. Eu cismava embevecida na beleza natural das alterosas palmeiras, que se curvavam gemebundas, no sopro do vento, que gemia na costa. E o sol, dardejando seus raios multicores, pendia para o ocaso em rápida carreira. Não sei que sensações desconhecidas me agitavam, não sei!... mas sentia-me com disposições para o pranto. (Reis, 2022, p. 7).

Como se vê, a autora traz para sua produção as marcas e situações pertinentes em uma sociedade escravagista, sinalada pela resistência e pela tentativa de fuga em detrimento dos castigos desumanos aos quais os escravizados eram submetidos, no entanto ela se utiliza de um discurso literário para fazer suas denúncias.

Nessa história, a cena genérica pertence ao gênero conto, cujo propósito é narrar os fatos, com personagens responsáveis por conduzir os acontecimentos em um lugar e tempo determinados para que a história aconteça, ou seja, em um salão, nos anos que se antecedem a abolição da escravatura, pessoas da alta sociedade discutem sobre vários assuntos até que em dado momento, a conversa segue em direção à escravidão e, em especial, aos escravizados, como se lê no trecho abaixo:

Em um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade, e depois de versar a conversação sobre diversos assuntos mais ou menos interessantes, recaiu sobre o elemento servil. [...] A conversação era geral; as opiniões, porém, divergiam. Começou a discussão. [...] Eu vou narrar-vos, se me quiserdes prestar atenção, um fato que ultimamente se deu. Poderia citar-vos uma infinidade deles; mas este basta, para provar o que acabo de dizer sobre o algoz e a vítima (Reis, 2022, p. 6).

Ao analisar os acontecimentos na obra, nota-se que há um alinhamento temporal da ocorrência do fato à medida que a senhora narra os acontecimentos.

De repente uns gritos lastimosos, uns soluços angustiados feriram-me os ouvidos, e uma mulher correndo, e em completo desalinho, passou por diante de mim, e como uma sombra desapareceu. Seguiu-a com a vista. Ela espavorida, e trêmula, deu volta em torno de uma grande moita de murta, e colando-se no chão nela se ocultou (Reis, 2022, p. 7).

Percebe-se, ainda, a busca da autora por enfatizar os fatos relatados pela “senhora”. Para isso, ela detalha com precisão o que foi visto e todo medo exalado por Joana, além de exprimir certa compaixão ao ambientar o leitor.

Os papéis atribuídos aos personagens da narrativa também são fundamentais para deixá-los cientes de seus direitos e deveres dentro da cena. Após a aparição da escrava fugida, surge seu algoz, a partir também da narração da “senhora”:

Mas, no momento mesmo em que este pensamento, que acode a todo homem em idênticas circunstâncias, se me despertava, um homem apareceu no extremo oposto do caminho. Era ele de cor parda, de estatura elevada, largas espáduas, cabelos negros, e anelados. Fisionomia sinistra era a desse homem, que brandia, brutalmente, na mão direita um azorrague repugnante; e da esquerda deixava pender uma delgada corda de linho.

— Inferno! Maldição! – bradara ele com voz rouca. — Onde estará ela? – e perscrutava com a vista por entre os arvoredos desiguais que desfilavam à margem da estrada.

— Tu me pagarás – resmungava ele. (Reis, 2022, p. 8).

A “senhora” continua como voz principal, ambientando os leitores, apresentando os personagens. Agora surge Gabriel, filho da escrava em fuga, à procura de sua mãe Joana.

Longe de lhe ser hostil, o pobre negro compreendeu que eu ia talvez minorar o rigor de sua sorte; parou instantaneamente, cruzou as mãos no peito, e com voz súplice, murmurou algumas palavras que eu não pude entender.

Aquela atitude comovedora despertou-me compaixão; apesar do medo que nos causa a presença dum calhambola, aproximei-me dele, e com voz, que bem compreendeu ser protetora e amiga, disse-lhe:

— Quem és, filho? O que procuras?

— Ah! Minha senhora, – exclamou erguendo os olhos ao céu, – eu procuro minha mãe, que correu nesta direção, fugindo ao cruel feitor, que a perseguia. (Reis, 2022, p. 10).

No conto, a história de resistência, sofrimento e brutalidade é apresentada por meio de uma cenografia constituída na interação entre enunciador e coenunciadores. Os acontecimentos são recuperados a partir da narração de dois enunciadores. O relato é feito pela “senhora” que conta a história de Joana a partir da situação em que ela observa, bem como os diálogos com Gabriel e a própria narração feita pela personagem Joana, que vai realizando a enunciação de acordo com a fruição de suas memórias, ao contar sua própria história.

— De quem fala ela? – interroguei Gabriel, que limpava as lágrimas na coberta da cama de sua mãe.

— É doida, minha senhora; fala de meus irmãos Carlos e Urbano, crianças de oito anos, que meu senhor vendeu para o Rio de Janeiro. Desde esse dia ela endoideceu.

— Horror! – exclamei com indignação e dor. Pobre mãe! (Reis, 2022, p. 12).

Joana interrompe a conversa e mesmo fraca e já à beira da morte insiste, “Não. Eu mesma. Ainda posso falar. E começou [...] (Reis, 2022, p.13)”. É a partir desse lugar de fala que Joana narrará – em primeira pessoa – as memórias de sua vida por meio de cenas de escravidão e revelará os projetos que perseguiu durante sua trajetória, a cenografia de brutalidade e dor se concretiza validando os estatutos do enunciador (“senhora”). A ênfase na narração da “senhora” pode ser explicada pela autenticidade das memórias de Joana, que passa a narrar sua própria história.

- Gabriel! – disse ela – não. Eu mesma. Ainda posso falar.

E começou:

— Minha mãe era africana, meu pai de raça índia; mas de cor fusca. Era livre, minha mãe era escrava.

Eram casados e, desse matrimônio, nasci eu. Para minorar os castigos que este homem cruel infligia diariamente a minha pobre mãe, meu pai quase consumia seus dias ajudando-a nas suas desmedidas tarefas; mas ainda assim, redobrando o trabalho, conseguiu um fundo de reserva em meu benefício.

Um dia apresentou a meu senhor a quantia realizada, dizendo que era para o meu resgate. Meu senhor recebeu a moeda sorrindo-se – tinha eu cinco anos – e disse: — A primeira vez que for à cidade trago a carta dela. Vai descansado.

Custou a ir à cidade: quando foi demorou-se algumas semanas e, quando chegou, entregou a meu pai uma folha de papel escrita, dizendo-lhe:

— Toma, e guarda, com cuidado, é a carta de liberdade de Joana. [...]

Nunca a meu pai passou pela ideia que aquela suposta carta de liberdade era

uma fraude; nunca deu a ler a ninguém; mas minha mãe, à vista do rigor de semelhante ordem, tomou o papel, e deu-o a ler àquele que me dava as lições. Ah! Eram umas quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data! Eu também a li, quando caiu das mãos do mulato. Minha pobre mãe deu um grito, e caiu estrebuchando. Sobreveio-lhe febre ardente, delírios, e três dias depois estava com Deus. Fiquei só no mundo, entregue ao rigor do cativo. (Reis, 2022, p. 13).

Nas narrações da “senhora”, ao observar seu horror e aversão ao regime escravocrata como causador de todo o sofrimento de Joana, o leitor é levado a compartilhar do mesmo sentimento de compaixão que a “senhora” sentiu, já que as lembranças, ou seja, a história dessa cativa é verdadeira, pois ela é recordada e narrada pela própria personagem que a vivenciou, colocando em xeque, o discurso abolicionista da “senhora” num regime escravagista, evidenciado e comprovado pela dor e pelo sofrimento da escravizada.

### 3.2 As cenas da enunciação presentes no conto “Pai contra Mãe”

Ao analisar o conto machadiano “Pai contra Mãe”, é possível identificar a presença das cenas da enunciação em diferentes camadas do texto, adequando a compreensão do enredo e a crítica social escondida em suas entrelinhas.

A cena englobante é caracterizada por um discurso literário, em especial, aquele utilizado pela Literatura Brasileira Realista do século XIX. Machado retrata nessa narrativa, de forma explícita e irônica, a dura e cruel realidade do período escravagista e, ao mesmo tempo, cria um espaço propício para o leitor manifestar um juízo de valor. O narrador revela os dramas humanos de forma fria, distanciada, entretanto com profundidade crítica.

Apesar do discurso predominantemente utilizado pelo autor ser o literário, há em seu texto traços de discursos machista, escravagista, jurídico, econômico, religioso, dando ao leitor a oportunidade de refletir sobre a sociedade injusta e opressora em que viviam os escravizados.

Outro aspecto importante do conto são as normas sociais e institucionais que circundam as personagens. Nele, as instituições mais evidenciadas são o sistema escravagista, as instituições associadas e a Roda dos Enjeitados. O narrador traz o leitor à reflexão sobre uma conjuntura em que os feitos de Cândido, mesmo abusivos, são amparados pelo contexto social vigente. Nesse contexto, ele captura Arminda, garantindo assim a sobrevivência de sua própria família. Caso ele não tivesse capturado a escravizada, o filho dele seria deixado na Roda dos Enjeitados, instituição impiedosa que cuidava de crianças abandonadas pelos pais que, quase sempre, não tinham condições financeiras para criá-las.

A narrativa de Machado de Assis leva o leitor a avaliar o peso que essas instituições exerciam na vida das personagens, determinando desse modo suas escolhas uma vez que tanto Cândido quanto Arminda foram vítimas desse sistema institucional reacionário.

A cenografia acontece no conto quando o narrador onisciente passa a narrar de forma objetiva e irônica a história de Cândido e Arminda, apontando para uma crítica implícita

ao retratar as condições humanas degradantes pelas quais as personagens passavam nessa sociedade opressora.

Em um número significativo de passagens, o narrador deixa as personagens de lado e pontua sobre a vida e o papel das instituições sociais nessa sociedade escravagista. Machado mostra a função da Roda dos Enjeitados e da captura dos escravos fugitivos como se fossem práticas usuais naquele tempo.

A temática da escravidão é introduzida nessa obra machadiana a partir da descrição de alguns comportamentos repressores e instrumentos de tortura usados:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado (Assis, 2023, p. 1).

Desta feita, é fácil adentrar ao contexto social da época e perceber a presença de críticas possivelmente escondidas por trás de ironias do autor, como no seguinte trecho: “Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada” (Assis, 2023, p. 2).

A cena genérica, desenhada a partir do gênero conto, apresenta o cenário, os personagens e as suas ações em determinados espaços e tempos. O narrador começa falando do personagem Cândido Neves que, após passar por todo tipo de trabalho sem êxito, resolve virar caçador de escravos:

Cândido Neves, em família, Candinho, é a pessoa a quem se liga a história de uma fuga, cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar escravos fugidos. Tinha um defeito grave esse homem, não aguentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo. Começou por querer aprender tipografia, mas viu cedo que era preciso algum tempo para compor bem, e ainda assim talvez não ganhasse o bastante; foi o que ele disse a si mesmo. O comércio chamou-lhe a atenção, era carreira boa. Com algum esforço entrou de caixeiro para um armarinho. A obrigação, porém, de atender e servir a todos feria-o na corda do orgulho, e ao cabo de cinco ou seis semanas estava na rua por sua vontade (Assis, 2023, p. 2).

A cenografia faz referência à “cena de fala” elaborada pelo próprio enunciado, ou seja, a encenação discursiva criada pelo texto. Mediante isto, é possível observar os traços marcantes na obra de Machado, quando ele traz justamente as críticas ao período escravagista, além de reprovar temas como a miséria humana, a sociedade da época e a desigualdade de gênero, vista inclusive no desfecho da história, diante do fato de Cândido ter conseguido ficar com seu filho, e Arminda perder o dela como também ter sido forçada a voltar para o sofrimento do qual tinha escapado. Este último fato é explícito na fala de Cândido logo no final da trama:

Disse, é verdade, algumas palavras duras contra a escrava, por causa do aborto, além da fuga. Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto.

- Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração (Assis, 2023, p. 11).

Embora os temas da escravidão estejam presentes na obra analisada, existe um questionamento contemporâneo sobre a natureza da crítica social empreendida por Machado. Alguns refutam se o autor realmente expressava uma visão crítica e denunciadora da sociedade brasileira daquela época, ou se apenas se limitava a representá-la de maneira neutra. Essa indagação se deve, em grande medida, ao próprio perfil de Machado de Assis. Sendo um homem negro que alcançou uma condição social favorável em seu tempo, alguns leitores e estudiosos levantam a dúvida sobre até que ponto sua escrita continha uma postura efetivamente crítica em relação às estruturas de opressão vigentes.

#### 4 CONCLUSÃO

É notório que as cenas enunciativas e o pensamento apresentado por Maingueneau (2001, 2015) sobre elas desempenham um papel de grande relevância na análise dos discursos literários ora apresentados, por conseguinte revelam muito sobre as perspectivas, os posicionamentos e as visões de mundo de Maria Firmina e Machado de Assis. Salienta-se que a escrita literária de ambos apresenta os fatos sem deixar de servir à arte, suscitando novos significados a partir da visão de mundo de cada um deles.

Em “A Escrava”, a escritora entrega a voz para a narradora-personagem escravizada, inserindo a perspectiva daqueles indivíduos que foram silenciados e oprimidos pelo sistema da época. Seu texto mostra a relação existente entre o narrador, os personagens e o leitor, ao abordar a escravidão e os conflitos sociais e morais do século XIX. A autora inova com seu estilo subversivo de denunciar as mazelas sociais vigentes, ao mostrar o tratamento dispensado pela sociedade ao escravizado. O discurso literário usado por ela mostra, de forma intrigante, como o sistema social se impunha, o que constitui uma inovação por parte de Firmina, ao dar voz àqueles invisibilizados pela sociedade e que, geralmente, apareciam nas narrativas apenas como pano de fundo para o desenvolvimento das ações das personagens brancas.

Em “Pai contra Mãe”, a postura distanciada e irônica remete a crítica do autor à sociedade escravocrata brasileira. Conhecido por sua ironia exarcebada, Machado de Assis constrói uma narrativa num contexto denso, crítico e implacável ao sistema escravista. Dessa forma, forçando o leitor a questionar as ações brutais daquela época, a não naturalizar a violência e a desumanização do outro, por meio de uma escrita que leva à reflexão, configurando-se como um potencial instrumento de defesa dos ideais antiescravagistas.

Apesar de Maria Firmina e Machado de Assis não terem convivido à mesma época, suas obras são, de certa forma, ligadas entre si pela temática e pelas denúncias. Analisar as cenas da enunciação nesses escritos trouxe mais clareza e entendimento dos contextos em que cada uma está inserida.

Vale ressaltar, também, que destacaram-se aqui apenas alguns dos aspectos que podem ser explorados nesses dois contos de grande importância e tão representativos da maneira

pela qual a escravidão era retratada por escritores de diferentes vertentes literárias e, ao mesmo tempo, com tantas semelhanças entre si.

Ao examinar as cenas da enunciação presentes nos contos, foi possível compreender mais a fundo os conceitos discursivos empregados pelos autores, possibilitando o entendimento do modo pelo qual elas se relacionam com as visões de mundo e projetos literários. Essa abordagem permite revelar outras camadas de significado presentes nesses escritos para além da simples análise de enredo ou personagens geralmente realizadas.

Portanto, o estudo das cenas enunciativas revelou-se uma ferramenta valiosa para a compreensão mais profunda das obras literárias estudadas, inclusive no que diz respeito às representações de poder, às vozes marginalizadas de escravizados e aos posicionamentos políticos e ideológicos dos autores. Essa abordagem contribui sobremaneira para que os pesquisadores dessa temática consigam realizar uma leitura mais crítica e contextualizada da sociedade brasileira do século XIX.

Por outro lado, a realização deste estudo contribuiu para a divulgação de conhecimentos da teoria literária com destaque para Dominique Maingueneau; indicação de possíveis estratégias de análise literária para o ensino do gênero conto; produção de informações para estudiosos de teoria literária; aprofundamento teórico de estudos sobre o Romantismo e o Realismo; conhecimento ampliado sobre questões raciais, preconceitos e escravidão; e, por fim, a provocação de tensões que aproximam a História e a Literatura na construção de saberes interdisciplinares nas Ciências Humanas.

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. **Les Idées reçues. Sémiologie du stéréotype**. Paris: Nathan, 1991

ASSIS, J. M. M. de. **Pai contra mãe**. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/literatura/pai-contra-mae>. Acesso em: 01 jan. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

REIS, M. F. **A Escrava**. [S.l.: s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.queridoclassico.com/2022/05/maria-firmina-dos-reis-voz-abolicionista-a-escrava.html>. Acesso em: 01 jan. 2025.

## DE MACUNAÍMA AO SUS: “a pouca saúde” e os seus espólios na atual configuração sanitária amazônica

Caroline Moreira de Souza<sup>41</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Lízia Adriane Freire Ferreira Gomes<sup>42</sup>

Centro Universitário UNDB

### RESUMO

Macunaíma, o herói sem caráter, é um personagem-título e anti-herói de Mário de Andrade que, ao viajar do interior de Roraima ao centro de São Paulo em sua aventura epopeica, dá luz ao icônico dístico: “Pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são”, grafado por ele no livro de visitas do Instituto Butantã. A partir dessa famosa obra nacional, denunciam-se entraves sanitários crônicos na região amazônica, a partir da inferência de citações na obra de Andrade acerca de enfermidades endêmicas, como a hanseníase e a malária, ou pela percepção da denúncia à disparidade regional de oportunidades de acesso à saúde ao fazer a antítese entre Roraima e São Paulo. Diante disso, o presente trabalho, cuja metodologia é revisional bibliográfica de abordagem qualitativa, objetiva estabelecer uma correlação entre o cenário epidêmico na região amazônica no século XX, representado por Andrade em Macunaíma, com dados contemporâneos. Como resultado dos levantamentos bibliográficos abrangentes realizados nas plataformas PUBMED, Scielo e LILACS, utilizando dos Descritores em Ciência da Saúde e dos operadores booleanos adequados, ratificou-se que a hanseníase e a malária seguem em uma condição de hiperendemia no norte do território brasileiro, sendo as populações tradicionais a parcela social mais afetada pelos entraves de inacessibilidade a medidas educativas profiláticas e ao diagnóstico precoce. Desse modo, conclui-se que, apesar dos avanços sanitários propiciados pela organização da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, pelos estudos epidemiológicos das últimas décadas e pela adoção da terapia multidrogas como medida profilática para a hanseníase, ainda são enfrentados significativos entraves à universalização da saúde pública na Amazônia brasileira. Em adição, correlaciona-se a hiperendemicidade de ambas as enfermidades na região transamazônica ao avanço do arco do desmatamento, que acarreta não somente a destruição do habitat do vetor da malária, como também é responsável pela intersecção da temática ao acesso ao sistema de saúde público e à questão das mudanças climáticas.

**Palavras-chave:** Amazônia; Hanseníase; Malária.

### 1 INTRODUÇÃO

Em 1928, Mário de Andrade, pela voz de Macunaíma, dava luz ao dístico “pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são!”, denunciando lacunas da saúde pública no país que, infelizmente, permanecem até o contexto contemporâneo. Diante disso, o presente artigo tem como fundamento inicial a análise do romance “Macunaíma”, escrito pelo poeta, contista, cronista e romancista brasileiro Mário Raul de Moraes Andrade, salientando seu caráter crítico, atual e compatível à realidade brasileira quanto à desigualdade social generalizada e seus enlaces na esfera da saúde pública. Além disso, realiza uma correlação direta da situação descrita na obra ficcional com o contexto sanitário da região amazônica

<sup>41</sup> Autora e estudante do primeiro período de Medicina pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: carolinemoiradesouza05@gmail.com.

<sup>42</sup> Coautora e orientadora. Mestra em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: liziadriane@hotmail.com.

brasileiro, baseando-se em estudos acadêmicos disponibilizados nas plataformas LILACS, PubMed e Scielo, e em dados estatísticos disponibilizados pelos entes federais responsáveis pela garantia da saúde coletiva, como o Ministério da Saúde do Brasil.

Dessa maneira, tendo como fundamentação teórica as teorias do líder indígena e ambientalista Ailton Krenak e as do antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, defende-se a busca pelo princípio da equidade de acesso aos serviços públicos de saúde como uma questão social a ser priorizada no cenário amazônico brasileiro e denunciam-se seus principais desafios, resultantes da ínfima abrangência e eficiência do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, a saber: a carência de investimentos, a baixa abrangência e o padrão de políticas sanitárias excessivamente genéricas, além de apontar a persistência de impasses descritos na obra modernista do século XX no contexto contemporâneo do país, como a persistência da hanseníase e da malária como doenças hiperendêmicas na região.

Ademais, utilizando da narrativa ficcional de Andrade como mote para uma análise do contexto epidemiológico contemporâneo no território transamazônico brasileiro de duas enfermidades citadas em sua obra, depreende-se que a saúde da população nativa da região consiste em um fenômeno multidimensional, abrangendo até mesmo a questão do avanço do arco do desmatamento da floresta amazônica e as mudanças climáticas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Primordialmente, cumpre abordar acerca da rapsódia modernista “Macunaíma”, escrito por Mário de Andrade, enquanto uma amostra do modernismo épico e um exímio exemplo na literatura de ficção acerca das consequências da inacessibilidade aos programas de saúde pela população carente, ao denunciar a disparidade regional de acesso à saúde pública pela narrativa de contraste de cenários ao longo da viagem de seu protagonista.

Utilizando da narrativa em terceira pessoa e ambientada no Brasil do início do século XX, a obra de Andrade conta a história de Macunaíma, apelidado de “o herói sem caráter”, nascido na beira do Rio Uraricoera, em Roraima, e conhecido pela sua essência fantástica, mágica, metamórfica e divina, porém simultaneamente mentirosa, preguiçosa e irresponsável. Contudo, vale ressaltar que se diz que o protagonista é “sem caráter”, não no sentido moralizante da constatação, mas no sentido identitário, referindo-se à falta de identidade única do anti-herói, ressaltada pela sua capacidade metamórfica na narrativa fantástica, de modo que o protagonista representa o Brasil, que não apresenta uma identidade única e homogênea.

O enredo é uma aventura que se aproxima a uma epopeia medieval, narrando a tentativa de Macunaíma de recuperar a Muiraquitã, um talismã mágico que ganhou de Ci, Mãe do Mato, e que foi desembocar nas mãos de um rico fazendeiro em São Paulo. A obra, para além das suas características literárias notáveis, como a renovação da linguagem pela ruptura com o parnasianismo, a intertextualidade, e a construção de um protagonista que reflete a essência brasileira, chama atenção para as consequências da inacessibilidade aos

programas de saúde pela população necessitada no país, com a construção do dístico “pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são!”

Em certo momento do enredo da viagem epopeica, Macunaíma está na cidade de São Paulo e precisa pedir dinheiro para as amazonas da sua terra natal, escrevendo a Carta às Icamíabas, na qual aproveita para discorrer sobre a vida nessa cidade cosmopolita, tão diferente da região norte do país. Nessa epístola, Macunaíma escreve que:

Assim tão bem organizados vivem e prosperam os Paulistas na mais perfeita ordem e progresso; e lhes não é escasso o tempo para construírem generosos hospitais, atraindo para cá todos os leprosos sulamericanos, Mineiros, Paraibanos, Peruanos, Bolivianos, Chilenos, Paraguaiois” [...]. Porém, senhoras minhas! Inda tanto nos sobra, por este grandioso país, de doenças e insectos por cuidar! ... Tudo vai num descalabro sem comedimento, e estamos corroídos pelo morbo e pelos miriápodes! Em breve seremos novamente uma colônia da Inglaterra ou da América do Norte!... Por isso e para eterna lembrança destes Paulistas, que são a única gente útil do país, e por isso chamados de Locomotivas, nos demos ao trabalho de metrificarmos um dístico, em que se encerram os segredos de tanta desgraça “POUCA SAÚDE E MUITA SAÚVA, OS MALES DO BRASIL SÃO.” Este dístico é que houvemos por bem escrevermos no livro de Visitantes Ilustres do Instituto Butantã, quando foi da nossa visita a esse estabelecimento famoso na Europa. (Andrade, 1928, p. 92).

Diante disso, torna-se nítido que o romance Macunaíma deixa transparecer uma denúncia a um crônico impasse socioeconômico e sanitário do contexto brasileiro: a problemática da inacessibilidade às condições básicas à saúde à população mais distante das metrópoles brasileiras e seus desenlaces no acometimento da qualidade de vida e da elevada taxa de mortalidade precoce, configurando uma questão de saúde pública cuja intervenção mostra-se vital e imperiosa. Nesse cenário, não somente pode ser salientada uma disparidade regional vivida entre um cidadão do norte do país que viaja para São Paulo, mas também sobre um povo autóctone que convive com desafios sanitários e epidemiológicos ignorados pelo poder estatal, entrando pela primeira vez em contato com um projeto, mesmo que falho, de um sistema de saúde pública e revoltando-se pela perpetuação do ciclo da doença na maior parte do território nacional.

Esse cenário crítico faz coro com o denunciado pelo ativista indígena Ailton Krenak (2020), ao estabelecer uma reflexão acerca dos desafios contemporâneos à saúde indígena em diálogo com a tese “Tem que ser do nosso jeito: participação e protagonismo do movimento indígena na construção da política de saúde no Brasil” de Vieira (2019). Krenak reconhece que a necessidade de existência de políticas afirmativas para a população indígena remonta a um histórico de exploração e de tentativa de extermínio dessa parcela social, e conversa com a ideia de biopolítica concebida por Foucault (2008), ao afirmar que o Brasil uma história revestida pelo colonialismo, na qual o Estado que promove as políticas públicas é o inimigo da própria população. O estudioso afirma:

Não podemos pensar que o Estado dentro do capitalismo vai promover cuidado com alguém. Pelo contrário, ele vai devorar as pessoas assim como devora as paisagens. Nós somos uma plataforma extrativista pró-capitalismo. As nossas montanhas, os nossos rios, as nossas florestas e os nossos corpos têm o mesmo gradiente da abordagem das economias, que engloba o planeta inteiro, e isso não é apenas um problema brasileiro. A forma de o capital tratar a saúde e o campo da saúde como uma mercadoria está cada vez mais em disputa, e com uma tendência crescente em todos os lugares do mundo. É como se fosse

um passe: te vendem um passe para a sobrevivência, que é o pacote da saúde. (Krenak, 2020).

Assim, ao mesmo que advoga pela necessidade de uma administração política prática em prol da equidade de prioridades de atenção e de políticas afirmativas, reconhecendo-se a desigualdade social e agindo de forma instrumental a minimizá-la, por meio da garantia a ampliação das oportunidades de acesso à população autóctone, Krenak critica o cenário governamental contemporâneo, subsidiado em um regime capitalista, questionando-se sobre do porquê que o Estado brasileiro “daria sustentação a um complexo programa de integralidade e equidade na saúde para os inimigos do Estado”. Desse modo, nitidifica-se a pertinência da abordagem teórica do posicionamento do estudioso indígena para a análise crítica quanto à gestão das políticas públicas da esfera sanitária do Brasil contemporâneo.

Outro autor contemporâneo com considerações relevantes acerca da saúde indígena no Brasil é Darcy Ribeiro, que, em sua obra “Os índios e a civilização”, reconhece que “a história das nossas relações com os índios é, em grande parte, uma crônica de chacinas e, sobretudo de epidemias.” (Ribeiro, 1970, p. 187). O capítulo que abarca essa citação, denominado “Doença, fome e desengano”, é composto pelas observações de campo do etnólogo realizadas na década de 1950 e de documentos oficiais do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), do qual fez parte entre os anos de 1947 e 1956. Nesse capítulo, são enumeradas as principais enfermidades que acometeram aos povos indígenas ao longo da história, dentre as quais, citam-se: a varíola, a gripe, a pneumonia, a tuberculose, a coqueluche, a varíola, o sarampo e a malária, além da denúncia do caráter ineficiente, inoperante ou até mesmo inexistente do SPI ao longo do território nacional, acompanhada dos inúmeros registros de epidemias e da falta de assistência regular.

A partir da análise sociológica e histórica traçada pelo pesquisador brasileiro, salienta-se, novamente, a aproximação com as teorias de Foucault (2009), haja vista que é denunciada a doutrinação e instrumentalização dos corpos das populações indígenas brasileiras desde o seu primeiro contato com os colonizadores. A visão maniqueísta e eurocêntrica dominante durante o período colonial foi responsável pela interpretação das comunidades autóctones tradicionais como antagônicas à dita “civilização”, conceito esse que se perpetuou e mostrou suas garras inclusive durante o período de urbanização do Brasil no século XX, com a ascensão de políticas higienistas e marginalizantes das populações vulneráveis.

Diante disso, reconhece-se a cronológica persistência da marginalização e negligência do poder público brasileiro para com as comunidades tradicionais, apesar da ascensão de algumas políticas afirmativas voltadas a essa parcela social nos últimos anos. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), por exemplo, foi criado em 1910 e consistiu em uma das primeiras iniciativas do governo brasileiro para lidar com questões indígenas. No entanto, suas ações eram muitas vezes mais voltadas para a assimilação dos indígenas à sociedade brasileira do que para a preservação de suas culturas, sendo substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que adotou uma abordagem mais integrada, mas ainda enfrentou desafios significativos em termos de recursos e políticas adequadas.

No que concerne à saúde, em especial, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) foi criada em 2010 e é o órgão responsável pela gestão da saúde indígena no Brasil, trabalhando para implementar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, política aprovada em 2002 que integra a Política Nacional de Saúde e estabelece diretrizes para a proteção, promoção e recuperação da saúde indígena, garantindo o exercício da cidadania nesse campo, visando garantir um modelo de atenção diferenciado e complementar, respeitando as especificidades culturais e étnicas dos povos indígenas.

Entretanto, a PNASPI ainda enfrenta diversos desafios e falhas que impactam a eficácia do atendimento à saúde das comunidades indígenas no Brasil, a saber: desassistência e infraestrutura inadequada, falta de recursos e planejamento, recorrência de emergências sanitárias da região amazônica e a incontinência do sistema em suportar o aumento súbito de demanda, e a inadequação dos serviços de saúde oferecidos com as práticas tradicionais de saúde dos povos indígenas.

### 3 OBJETIVOS

À luz das teorias de Krenak, Ribeiro e Foucault, e em paralelo ao contexto ficcional concebido por Mário de Andrade, salienta-se a necessidade impreterível de problematização da ínfima abrangência e eficiência do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, responsável pelas políticas de promoção, prevenção e recuperação da saúde dos povos autóctones, reconhecendo sua necessidade de cuidados de saúde específicos, que respeitem e incorporem as práticas tradicionais de cura indígena, bem como a medicina ocidental.

Por isso, para além da análise crítica das barreiras no acesso à saúde na Amazônia Brasileira, utilizando o romance “Macunaíma” como ponto de partida, objetiva-se examinar como os elementos do livro refletem as realidades contemporâneas do acesso à saúde na região, com base na análise estatística de dados pretéritos e, posteriormente, propor recomendações para melhorias no sistema público de atendimento médico local com base nas reflexões extraídas do romance e da análise contextual.

Para tal, objetivou-se traçar uma comparação entre os casos de hanseníase e malária — duas das enfermidades citadas na obra de Andrade — na região amazônica na década de produção do livro e na década atual, ressaltando a persistência de entraves epidemiológicos endêmicos, suas causas associadas e principais medidas implantadas ao longo da história.

### 4 METODOLOGIA

Quanto à metodologia adotada neste estudo sobre a problemática do acesso à saúde na região amazônica brasileira, foi realizado um levantamento bibliográfico abrangente, utilizando uma abordagem qualitativa e analítica, por meio da análise literária, além da descrição, caracterização e exploração teórica e estatística das questões relacionadas aos

aspectos socioeconômicos e às disparidades no acesso aos serviços de saúde nos estados da região norte do país.

A partir da leitura da obra “Macunaíma”, de Mário de Andrade, foram selecionadas as enfermidades hanseníase e malária, devido ao fato de consistirem nas afecções citadas com maior detalhismo na narrativa, seja de maneira surreal ou literal, como mote de pesquisa sobre o cenário sanitário na região amazônica no contexto contemporâneo. Além disso, um critério relevante de seleção consistia na riqueza de materiais bibliográficos disponíveis nas bases consultadas, haja vista que a erisipela, mesmo que citada diretamente na obra, não foi incluída no presente trabalho, devido à infimidade de pesquisas publicadas acerca dessa condição no território amazônico.

Para o levantamento de dados acerca da condição epidemiológica atual das referidas, foram consultadas as bases de dados eletrônicas SciELO, LILACS e MEDLINE, de modo que foram incluídos artigos científicos originais, publicados no período de 2009 a 2024, sendo consideradas elegíveis as publicações referentes à ocorrência dessas na região amazônica cujo foco fosse predominantemente quantitativo. Além disso, foram consultados dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Ministério de Saúde do Brasil.

## 5 RESULTADOS

Segundo o último Censo Demográfico, a população que vive na Amazônia Legal – formada por 9 estados e 772 municípios – é de aproximadamente 27,8 milhões de habitantes (IBGE, 2022), das quais 867.919 são indígenas, de mais de 180 etnias diferentes. Diante desse significativo número e da inegável diversidade indígena que demonstram os dados estatísticos, torna-se inegável o caráter socioambiental heterogêneo e multifacetado da região, na qual coexistem centros urbanos avançados e densamente povoados, pequenas cidades mais afastadas e comunidades autóctones variadas, espalhadas por zonas rurais distantes e territórios quase inacessíveis.

Em uma região marcada pela riqueza biodiversa da maior floresta tropical do mundo, mas também pelo modelo econômico historicamente predominante ser baseado na exploração predatória dos recursos naturais, os indicadores sociais, econômicos e sanitários são também muito díspares, associando crescimento demográfico e econômico acelerado, com massiva concentração de renda e condições de vida amplamente desfavoráveis para a maioria da população (Garnelo, 2019).

Portanto, sob a ótica da histórica socioeconômica de ocupação do território nacional, salientando-se não somente o modelo econômico colonial e a perpetuação de uma economia baseada na exportação de commodities, como também a demora para a enfim ocupação urbana da região norte do Brasil, observam-se os impactos contemporâneos dessa narrativa cronológica, denunciados na carência de cobertura no setor da saúde, desafio estruturado na ínfima infraestrutura de deslocamento na região.

Além disso, Garnelo (2019) aponta, como principal desafio para o avanço das condições sanitárias na região amazônica do Brasil, para além da carência de verbas, o padrão de políticas sanitárias excessivamente genéricas do Programa Nacional de Atenção Básica, produzidas no âmbito federal de gestão e limitantes do espaço do plano local dos sistemas estaduais e municipais de saúde para redimensionar ou adaptar tais determinações às características e necessidades sub-regionais específicas.

No presente artigo, buscou-se pesquisar acerca das condições epidemiológicas contemporâneas de afecções citadas na obra *Macunaíma* como parâmetro de análise das condições de saúde pública na região, ressaltando os poucos avanços em seu combate no ínterim de um século. O livro de Mário de Andrade, ao decorrer de sua narrativa, faz alusão a diversos desafios sanitários enfrentados pelos seus personagens, abarcando afecções à saúde de modo indireto ou explícito. Dessa maneira, foram extraídas da obra duas doenças relevantes: hanseníase e malária, objetivando sua análise interdisciplinar, unindo literatura e ciência, além de intertemporal, correlacionando a narrativa do início do século XX com o atual cenário sanitário brasileiro.

## 6 HANSENÍASE

A primeira enfermidade a ser analisada é a hanseníase, que afeta ao irmão do protagonista e é descrita na obra em uma face dramatizada e fantástica, como perceptível na página 164, em que Mário de Andrade descreve: “Veneno virou numa ferida leprosa e principiou comendo Jiguê. Primeiro comeu um braço, depois metade do corpo, depois as pernas, depois a outra metade do corpo, depois o outro braço, depois o pescoço e a cabeça. Só ficou a sombra de Jiguê.”

A hanseníase é uma doença infecciosa causada pela bactéria *Mycobacterium leprae*, cuja transmissão ocorre principalmente via contato com gotículas de saliva, secreções nasais ou com lesões na pele de pessoas infectadas e, apesar de a descrição no livro não ser fidedigna à forma de contágio, ao incluir elementos simbólicos e fantásticos, a referida narrativa enumera características similares a essa doença infecciosa crônica que afeta a pele, os nervos periféricos, o trato respiratório superior e os olhos.

Os sintomas comuns dessa afecção abrangem manchas brancas, avermelhadas ou acastanhadas na pele, com perda de sensibilidade ao calor, frio, dor e tato; sensação de formigamento, físgadas ou dormência nas extremidades; fraqueza muscular; pequenos nódulos ou caroços cutâneos; e diminuição ou queda de pelos, especialmente nas sobrancelhas, que podem se agravar em deformidades nas mãos, pés e rosto; úlceras e ferida crônicas e danos severos aos nervos, levando à perda de sensibilidade e, eventualmente, à amputação de membros devido a infecções secundárias e feridas não tratadas.

Seu diagnóstico é feito por meio de exame clínico, pela avaliação das manchas na pele e testes de sensibilidade (térmica, dolorosa e tátil) para detectar áreas com perda de sensibilidade, ou exames laboratoriais para identificar a presença do *Mycobacterium leprae*. A

profilaxia abrange a promoção da vacina BCG, geralmente administrada na infância, além de ações educativas para orientar a população a identificar e tratar precocemente os casos de hanseníase, para interromper a cadeia de transmissão.

Mesmo sendo a hanseníase conhecida há séculos, ainda existem lacunas no conhecimento dos mecanismos de transmissão. Portanto, as intervenções para reduzir a sua transmissão são baseadas no diagnóstico precoce e no tratamento da doença. Ademais, no país, o tratamento da hanseníase é geralmente feito com a poliquimioterapia (PQT), que inclui o uso de múltiplos medicamentos, como rifampicina, dapsona e clofazimina, por um período de 6 meses a 2 anos, dependendo do tipo de hanseníase (paucibacilar ou multibacilar) e o monitoramento médico regular.

Sobre o contexto epidemiológico contemporâneo da região amazônica brasileira, vale ressaltar acerca da terapia multidrogas (MDT) para o tratamento da hanseníase, que foi adotada pelo Brasil na década de 1990, seguindo as diretrizes da Organização Mundial da Saúde, e consiste no uso combinado de diferentes antibióticos para tratar a hanseníase, visando erradicar a infecção pelo *Mycobacterium leprae* e evitar o desenvolvimento de resistência aos medicamentos. Essa estratégia foi extremamente significativa para a redução do número de casos gerais da doença, contudo, na região amazônica, essa afecção ainda é considerada hiperendêmica.

Diante disso, o artigo de Silva et. al (2010) dedicou-se em analisar a associação entre indicadores sociais e ambientais e o coeficiente de detecção de hanseníase (CDH) na Amazônia brasileira, a partir dos registros de casos novos de hanseníase no ano de 2006 da base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponibilizada pelo Ministério da Saúde e utilizando da abordagem bayesiana empírica local para a análise do CDH e do teste de Kruskal-Wallis para variáveis ordinais.

Os resultados do dito trabalho de pesquisa evidenciaram as áreas mais endêmicas na região, que abrangem o Estado de Rondônia, passando pelo norte e centro de Mato Grosso, sul do Pará, noroeste de Tocantins, até o extremo oeste do Maranhão. Segundo os autores, tal concentração está diretamente relacionada ao arco do desmatamento, entendido como o caminho de avanço da degradação da floresta amazônica no território brasileiro.

Tal afirmação justifica-se a partir da constatação de que desmatamento altera significativamente o habitat natural do bioma amazônico, acarretando o deslocamento de animais que são reservatórios ou vetores de e doenças infecciosas, criando condições propícias para a proliferação de patógenos, aumentando o risco de transmissão para os seres humanos. Em adição, as atividades humanas que acompanham o desmatamento, como a agricultura e a construção de assentamentos, frequentemente resultam em condições de vida precárias, com acesso limitado a serviços de saúde, saneamento inadequado e maior exposição a vetores de doenças, de modo que, no caso específico da hanseníase, a vulnerabilidade social e a falta de infraestrutura adequada em áreas desmatadas podem contribuir para a sua disseminação endêmica.

Ademais, os dados levantados e ilustrados em mapas elaborados pelos autores demonstram que a variável de casos de hanseníase possuía uma distribuição espacial similar àquela das variáveis “área desmatada” e “porção de residentes de domicílios com fossa rudimentar”. Vale ressaltar, contudo, que a utilização de fontes de água não está associada à transmissão direta de hanseníase, de modo que esses resultados apenas demonstram que populações em condições socioeconômicas desfavoráveis e condições de vida insalubres na região amazônica estão mais suscetíveis à afecção, visto que o IDH apresenta comportamento inverso ao da variável dependente — quanto maior o IDH, menor a taxa de detecção da doença (Silva *et al.*, 2010).

Por sua vez, o estudo de Imbiriba *et al.* (2009), abrange os casos de hanseníase notificados na base estadual do SINAN em três municípios do Estado do Amazonas: Autazes, Eirunepé e São Gabriel da Cachoeira, e notifica que:

O coeficiente médio de detecção, nas populações indígenas de Autazes, foi três vezes maior que aquele obtido para os não indígenas do município; também o coeficiente médio de prevalência encontrado na população indígena foi o dobro daquele evidenciado para a população não indígena, sugerindo a existência de desigualdades sociais que desfavorecem os índios. (Imbiriba *et al.*, 2009, p. 8).

Além disso, também é levantada a hipótese de subnotificação dos casos acometidos nas comunidades indígenas, como resultado do menor acesso ao diagnóstico em comparação aos não indígenas nos outros dos municípios, nos quais o número de afetados não indígenas foi mais expressivo.

Contudo, a maior contribuição desse trabalho consiste na constatação quanto à média de idade dos casos notificados, nos três municípios, em que se percebe que a dos doentes indígenas é superior (média = 36,4 anos) à dos não indígenas (média = 28,6 anos). Diante dessa percepção, foram levantadas pelos autores duas hipóteses: I. os indígenas estariam adoecendo mais tardiamente; e II. o diagnóstico na população não indígena estaria sendo realizado de forma mais precoce. Imbiriba *et al.* justificam que a segunda hipótese pode ser sustentada a partir da análise da forma de detecção de casos: entre os doentes indígenas, apenas 5,2% dos casos foram detectados por meio de exames coletivos e/ou exames de contatos, ao passo que, entre os doentes não indígenas, essa cifra atingiu 33% das notificações (2009).

Tal notificação alarmante denuncia a insuficiência do sistema básico de atenção à saúde na região quanto à detecção dos casos de doença nos municípios analisados, em um âmbito geral, mas também denuncia uma discrepância entre o acesso aos serviços nas zonas rural-indígenas em relação à população não indígena, distribuída na área urbana. Em adição, a inexistência de metas e atividades anuais dirigidas ao controle de hanseníase nas unidades de atenção à saúde indígena nos municípios durante o período estudado pelos autores, exceto para Autazes, evidencia a precariedade da busca ativa de casos entre os indígenas, tendendo a retardar o diagnóstico.

Em consonância, o estudo de Basso (2021), ao caracterizar a tendência temporal dos indicadores epidemiológicos da hanseníase no Estado do Amapá, ratifica a hiperendemicidade

no local de estudo, os indicadores de pobreza como explicação parcial para a distribuição geográfica de casos e a significativa chance de subnotificação de casos nas comunidades indígenas, advogando pela mobilização em prol de intervenções de controle da hanseníase mais eficazes, a exemplo do uso do LPEP (Leprosy Post-Exposure Prophylaxis). Esse consiste em um programa de profilaxia pós-exposição à hanseníase, que visa reduzir a transmissão da enfermidade através da administração de uma dose única de rifampicina (SDR-PEP) a contatos de pacientes diagnosticados com hanseníase.

Diante disso, comprova-se que, apesar dos avanços brasileiros no controle de novos casos de hanseníase desde 1990, com a adoção da terapia multidrogas (MDT), a região amazônica do território nacional ainda pode ser considerada hiperendêmica quanto à hanseníase, haja vista que os estados da porção norte ainda não conseguiram atingir a meta estabelecida pela Organização Mundial de Saúde em 2001 para a média da taxa de detecção de novos casos, que não deveria passar de 10 casos por 10.000 habitantes. Especialmente em se tratando do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, verifica-se uma ineficiência no diagnóstico precoce da enfermidade, falhando em interromper agilmente a cadeia de transmissão da doença. Denuncia-se, portanto, a ineficiência do sistema de saúde pública brasileiro em combater essa enfermidade.

Ademais, ratifica-se a correlação direta entre a saúde das populações nativas na região Amazônica e o avanço do desmatamento do bioma nativo, comprometendo a organização socioespacial desses povos e desestabilizando o equilíbrio ambiental por eles estabelecido cultural e historicamente, acarretando o aumento do número de casos de enfermidades endêmicas, como a hanseníase e a malária.

## 7 MALÁRIA

Por conseguinte, retomando à obra de Mário de Andrade, tem-se que, no desfecho da trama, Macunaíma é contaminado com malária e passa seu tempo deitado em uma rede com o seu papagaio, o qual ouve atentamente os seus devaneios. A enfermidade, também referida na obra como “maleita”, é uma doença infecciosa causada por parasitas do gênero *Plasmodium*, transmitidos pela picada de mosquitos fêmeas infectadas do gênero *Anopheles*, cujos principais sintomas incluem febre alta, calafrios, dor de cabeça, náuseas, vômitos, dor muscular e fraqueza.

A transmissão pelo vetor *Anopheles* (mosquito-prego) infectado por uma ou mais espécies de protozoário do gênero *Plasmodium*, em adição ao fato de que estes mosquitos são mais abundantes nos horários crepusculares, ao entardecer e ao amanhecer, faz com que o período noturno em regiões favoráveis aos *Anopheles* e aos *Plasmodium* torne-se um período de risco de infecção. Os locais preferenciais escolhidos pelos mosquitos transmissores da malária para colocar seus ovos (criadouros) são coleções de água limpa, sombreada e de baixo fluxo, muito frequentes na Amazônia Brasileira.

O ciclo de transmissão tem início quando o mosquito pica um indivíduo com malária, sugando o sangue com parasitos (plasmódios), que se desenvolvem e multiplicam-se no corpo do vetor. Por fim, o ciclo se completa quando estes mosquitos infectados picam um novo indivíduo, infectando a pessoa com os parasitos. Portanto, não é uma doença contagiosa, ou seja, uma pessoa doente não é capaz de transmitir malária diretamente a outra pessoa.

O diagnóstico da malária é clínico, feito idealmente através da observação ao microscópio de uma gota de sangue, permitindo a visualização direta do parasita, existindo também a opção de realizar testes rápidos que detectam indiretamente a presença do parasita no sangue. São sintomas comuns da doença: febre alta, calafrios e tremores, sudorese, dor de cabeça (que pode ocorrer de forma cíclica), náuseas, vômitos, cansaço e falta de apetite. Já tratamento é realizado com medicamentos antimaláricos, como a Cloroquina, a Mefloquina e a Doxiciclina, que são gratuitos e fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e cuja dose varia de acordo com a gravidade da doença, a espécie do parasita e a idade e peso do paciente.

Ademais, quanto à profilaxia, vale ressaltar que não existe vacina contra a malária no Brasil: a vacina disponível é usada apenas para alguns países africanos com alta transmissão de malária por *Plasmodium falciparum* e é exclusiva para crianças pequenas. Por isso, a prevenção da malária dá-se pela proteção contra o vetor, em medidas individuais, como usar mosquiteiros e roupas que protejam pernas e braços, uso de repelente e colocar telas em portas e janelas. Em adição, o poder público e as comunidades devem adotar medidas de prevenção coletiva, como borrifação intradomiciliar com inseticida, drenagem, saneamento para eliminar criadouros do vetor, controle da vegetação aquática e melhoria das condições de moradia e trabalho.

Desde o século XX, período em que foi escrita a obra *Macunaíma*, a geografia da malária no Brasil retraiu-se significativamente e, apesar de sua transmissão ainda ocorrer em regiões endêmicas e não endêmicas, Garcia et al. (2022) comprovam que sua área de ação está concentrada na região Norte do país. Ainda segundo esse estudo, que consiste em um estudo de séries temporais com descrição dos casos e óbitos de malária registrados na região extraamazônica brasileira de 2011 a 2020, afirma-se que os nove países que compartilham a floresta amazônica foram responsáveis por 89% de todos os casos de malária relatados nas Américas no referido intervalo de tempo.

Segundo os dois estudos de Garcia et al (2022 & 2024) consultados, depreende-se que, entre 2011 a 2016, o Brasil experimentou uma tendência de declínio nos casos de malária, seguida por um aumento de casos não apenas no país, mas também na região da América Latina em 2017 e 2018, relacionados ao aumento de *P. falciparum* nos últimos anos. Os resultados demonstram um aumento notável nas infecções dentro de aldeias de população indígena e áreas de mineração de ouro, particularmente após 2016.

Embora a malária seja uma preocupação importante para a saúde pública em na região norte do país, poucos estudos oferecem um panorama geral da epidemiologia da

malária ao nível estadual. A exemplo de Roraima, o que mais são publicados são relatórios de controle de números de casos, e, no que concerne à saúde indígena, não foram encontrados estudos que abordassem a malária exclusivamente em populações autóctones, de modo que o estudo de Alves et. al (2024) surge como recente ponto de partida para o planejamento e organização da saúde para a qualidade de vida da população nativa da região.

Dessa maneira, nota-se que, embora esforços tenham sido feitos para implementar medidas de controle e expandir os serviços de diagnóstico e tratamento entre as populações e territórios indígenas, o Plano Nacional de Eliminação da Malária, cuja meta é eliminar a malária autóctone do Brasil até o ano de 2035, ainda enfrenta significativos desafios. Para além dos desafios citados no contexto da hanseníase, quando ao acesso ao sistema de saúde pública e a dificuldade de um diagnóstico precoce, verifica-se que o caráter endêmico da malária na região amazônica fundamenta-se em um fator ecológico e socioeconômico, afetando diretamente à população rural e autóctone: a destruição do habitat natural do vetor da doença por meio do desmatamento.

Em um estudo de 2019, elaborado pelos pesquisadores estadunidenses Andrew J. MacDonald e Erin A. Mordecai, levanta hipóteses para explicar o percebido fenômeno do ressurgimento da malária nas últimas décadas na Amazônia brasileira, em paralelo ao rápido desmatamento e povoamento na bacia amazônica. Em uma extensa análise de um grande conjunto de dados geoespaciais abrangendo 795 municípios em 13 anos (2003 a 2015), fundamenta-se a teoria de que o desmatamento e a malária influenciam-se mutuamente em relações causais bidirecionais, por meio de mecanismos ecológicos e socioeconômicos, a partir dos resultados estatísticos apresentados, que sugerem que um aumento de 10% no desmatamento leva a um aumento de 3,3% na incidência de malária.

Além disso, o recente estudo de Amaral et al. (2024), faz coro ao abordado pelos autores estadunidenses, ratificando que a recente expansão da cobertura de contágio malária nas Américas, em especial na região amazônica, tem sido significativamente influenciada pela combinação de desmatamento e alta mobilidade humana, impulsionada, principalmente, pelas atividades de mineração. Segundo os autores brasileiros, as evidências epidemiológicas apontam para uma correlação positiva entre a incidência de malária e as atividades de mineração ilegal. Esta prática ilegal tem sido a mais relatada entre as atividades antropogênicas em terras indígenas, sendo identificada como uma das principais causas dos surtos de malária entre os povos indígenas da região.

Além disso, a ilegalidade da mineração resulta em uma grande lacuna na cobertura de serviços de saúde, pois a maioria das áreas afetadas não conta com instalações ou atividades de saúde adequadas, o que acarreta uma assistência insuficiente no diagnóstico e tratamento da malária. Essa situação ressalta a necessidade urgente de intervenções que possam mitigar os impactos negativos dessas atividades e promover um ambiente mais seguro e saudável para as comunidades afetadas.

A revisão realizada elencou estratégias essenciais para a redução da incidência de malária em áreas de atividades de mineração, abrangendo propostas que envolvem a revisão

a legislação para intensificar o controle do desmatamento e da expansão da mineração, especialmente em terras indígenas, para proteger esses ecossistemas vitais. Além disso, advoga pelo fortalecimento da vigilância da malária, por meio da expansão da rede de agentes comunitários de saúde, peças-chave no suporte ao diagnóstico rápido e tratamento eficaz, e do reforço das estratégias de controle vetorial, como o uso de redes tratadas com inseticida, que têm se mostrado uma medida eficiente na prevenção da doença.

O artigo defende, ainda, a necessidade de integrar alertas de desmatamento ao programa nacional de controle da malária, objetivando respostas mais ágeis e direcionadas às áreas em risco. Por fim, a implementação de atividades multi-setoriais e o fornecimento de assistência imediata às populações indígenas também são ações citadas como estratégias válidas para acelerar o progresso em direção à redução da incidência de malária. Segundo Amaral et al., a diminuição significativa dos casos de malária nas áreas de mineração da Amazônia só poderá ser efetivada por meio da implementação desse conjunto de ações multidimensionais, combatendo esse complexo impasse à saúde pública da população nativa.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro “Macunaíma”, de Mário de Andrade, ao narrar a viagem epopeica de seu protagonista pelo território brasileiro para recuperar um item mágico denominado Muiraquitã, mobiliza um enfoque quanto ao contexto sanitário nacional, não apenas ao dar luz ao dístico “pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são!”, mas principalmente devido ao recurso narrativo de incluir desafios epidemiológicos relevantes no contexto sanitário do século XX à história, como a hanseníase e a malária.

Mediante o analisado, nitifica-se que ambas as enfermidades têm um histórico de diminuição do número total de casos na comparação entre o início do século XX, quando o livro foi concebido, e o contexto contemporâneo, como resultado dos avanços da cobertura do sistema de saúde pública, das novas descobertas quimioproláticas e da melhoria geral dos indicadores de qualidade de vida no país. Contudo, essas afecções ainda se configuram em um cenário de hiperendemia na região transamazônica brasileira, como resultado de impasses crônicos que seguem negligenciados desde o período de produção de Macunaíma, configurando obstáculos à garantia das condições de saúde plena na região, especialmente no que diz respeito às políticas públicas para a saúde da população indígena.

No que concerne à hanseníase, doença infectocontagiosa associada à bactéria *Mycobacterium leprae* e transmitida em um ciclo de contágio relacionado ao contato direto com secreções de um indivíduo infectado, foi possível realizar a correlação de sua área de contágio com indicadores sociais e ambientais referentes ao acesso às condições básicas de saneamento e atendimento em saúde e ao avanço do arco do desmatamento, respectivamente. Quanto ao controle da sua endemicidade, salienta-se o sucesso da adoção da terapia multidrogas (MDT) na década de 1990 como primordial à redução da taxa anual de

novos casos na atualidade, a exemplo do uso do LPEP (Leprosy Post-Exposure Prophylaxis), que visa romper com o ciclo de transmissão da enfermidade. Apesar disso, a maioria dos estados da região norte do Brasil ainda não conseguiram atingir a meta estabelecida pela Organização Mundial de Saúde em 2001 para a média da taxa de detecção de novos casos, que não deveria passar de 10 casos por 10.000 habitantes.

Ademais, quanto à malária, conclui-se que há uma relação direta e indissociável entre o avanço do desmatamento na região amazônica e o aumento regional do número de casos, como resultado de uma interferência antrópica ao equilíbrio ambiental, destruindo o habitat natural dos mosquitos *Anopheles*, vetores da doença, além da inexistência de quaisquer medidas quimioproláticas utilizadas em larga escala no território nacional, uma vez que, apesar de existirem vacinas contra essa enfermidade, essa é usada apenas por alguns países africanos com alta transmissão de malária por *Plasmodium falciparum* e é exclusiva para crianças pequenas.

Diante disso, torna-se nítido que, apesar de significativos avanços desde o período de publicação de Macunaíma no que diz respeito ao cenário epidemiológico de ambas as enfermidades, o sistema de saúde pública ainda enfrenta notórios desafios no combate ao seu contágio na região transamazônica, principalmente no que concerne à saúde das populações autóctones, dificuldade essa que está diretamente atrelada aos desafios enfrentados pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, a saber: desassistência e infraestrutura inadequada, falta de recursos e planejamento, recorrência de emergências sanitárias da região amazônica e a incontinência do sistema em suportar o aumento súbito de demanda, e a inadequação dos serviços de saúde oferecidos com as práticas tradicionais de saúde dos povos indígenas.

Em adição, comprovou-se a relação direta de ambas as afecções com o avanço do arco do desmatamento da região amazônica, configurando um alerta ambiental, socioeconômico e sanitário, e ratificando o caráter multidimensional da temática da saúde das populações nativas da região amazônica. A partir do presente artigo, espera-se fomentar um debate construtivo e multidisciplinar que ultrapasse as fronteiras acadêmicas, alcançando os tomadores de decisão e a sociedade em geral, objetivando a enfim adoção de medidas efetivas para a garantia da preservação do meio ambiente e da promoção da saúde integral das comunidades indígenas.

Destaca-se, portanto, a urgência de implementação de políticas públicas inclusivas e que levem em consideração as particularidades culturais e sociais das comunidades autóctones da região, bem como a importância de uma vigilância contínua e de um compromisso com a sustentabilidade ambiental. Conclui-se que o diálogo entre as sabedorias tradicionais indígenas e a ciência moderna não apenas é possível, mas necessário, para a criação de um sistema de saúde que seja verdadeiramente universal e equitativo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Mário Ribeiro et al. Hospitalization for malaria in the indigenous population of

Roraima, in Brazil's Northern Amazon, 2008-2022. **IJID Regions**, v. 12, p. 100388, 2024. Disponível em: [https://www.ijidonline.com/article/S2772-7076\(23\)00038-4/fulltext00038-4/fulltext](https://www.ijidonline.com/article/S2772-7076(23)00038-4/fulltext00038-4/fulltext)). Acesso em: 25 set. 2024.

AMARAL, Pablo Sebastian Tavares et al. Malaria in areas under mining activity in the Amazon: A review. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 57, p. e002002024, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/GPY3dFTKFJ8jJ7QcrTWMYtj/>. Acesso em: 25 set. 2024.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1928.

BASSO, Maria Eduarda de Macedo; ANDRADE, Rosemary Ferreira de; SILVA, Rodrigo Luís Ferreira da. Trend of epidemiological indicators of leprosy in an endemic state of the Amazon region. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 42, p. e20190520, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/xGnynWxS4bgjMT4vdt9x3ky/>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRITO, Carolina Arouca Gomes de et al. **Antropologia de um jovem disciplinado: a trajetória de Darcy Ribeiro no serviço de proteção aos índios (1947-1956)**, 2017. Tese (Doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/30983>. Acesso em: 25 set. 2024.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCIA, Klauss Kleydmann Sabino et al. Is Brazil reaching malaria elimination? A time series analysis of malaria cases from 2011 to 2023. **PLOS Global Public Health**, v. 4, n. 1, e0002845, 2024. Disponível em: <https://journals.plos.org/globalpublichealth/article?id=10.1371/journal.pgph.0002845>. Acesso em: 25 set. 2024.

GARCIA, Klauss Kleydmann Sabino et al. Malaria time series in the extra-Amazon region of Brazil: epidemiological scenario and a two-year prediction model. **Malaria Journal**, v. 21, n. 1, p. 157, 2022. Disponível em: <https://malariajournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12936-022-04191-3>. Acesso em: 25 set. 2024.

GARNELO, Luiza. **Especificidades y desafíos de las políticas públicas de salud en la Amazonia**. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, p. e00220519, 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2019.v35n12/e00220519/pt>. Acesso em: 25 set. 2024.

IBGE. **Amazônia Legal**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/geologia/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 25 set. 2024.

IMBIRIBA, Elsia Belo et al. Hanseníase em populações indígenas do Amazonas, Brasil: um estudo epidemiológico nos municípios de Autazes, Eirunepé e São Gabriel da Cachoeira (2000 a 2005). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 5, p. 972-984, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/8JXzr9HLBnGwBBYhTFK39tx/>. Acesso em: 25 set. 2024.

KRENAK, Ailton. Reflexão sobre a saúde indígena e os desafios atuais em diálogo com a tese “Tem que ser do nosso jeito”: participação e protagonismo do movimento indígena na construção da política de saúde no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 3, p. e200711, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/nwWYqyLcDq34mgyfBzqLwCm/>. Acesso

em: 25 set. 2024.

MACDONALD, Andrew J.; MORDECAI, Erin A. Amazon deforestation drives malaria transmission, and malaria burden reduces forest clearing. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 116, n. 44, p. 22212-22218, 2019. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1905315116>. Acesso em: 25 set. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

SILVA, Diego Ricardo Xavier et al. Hanseníase, condições sociais e desmatamento na Amazônia brasileira. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 27, p. 268-275, 2010. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rpsp/2010.v27n4/268-275/pt/>. Acesso em: 25 set. 2024.

STEFANI, Aurélia et al. Land cover, land use and malaria in the Amazon: a systematic literature review of studies using remotely sensed data. **Malaria Journal**, v. 12, p. 192, 2013. Disponível em: <https://malariajournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/1475-2875-12-192>. Acesso em: 25 set. 2024.

# DEFINIÇÕES DO FANTÁSTICO DO GÊNERO AO MODO E O CONTO “OS OLHOS QUE COMIAM A CARNE”

Querennstein B. Veiga<sup>43</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Naiara Sales Araújo Santos<sup>44</sup>

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

A literatura fantástica é um fenômeno intrinsecamente vinculado a elementos insólitos, sendo considerada uma das formas mais antigas de narrativa, com uma longa e rica tradição que remonta às poesias épicas. Contudo, definir o que constitui o “fantástico” de fato, revela-se uma tarefa tanto fascinante quanto complexa. Diante desse cenário, o presente estudo visa explorar a Literatura Fantástica, considerando o elemento insólito como um componente fundamental do fantástico e discutindo a distinção entre “gênero” e “modo” nesse domínio literário, tendo em vista a divergência em opiniões entre teóricos e estudiosos sobre o conceito e as características, que partem da inserção e presença do elemento insólito à relação entre personagens e contexto em que a história foi escrita em uma narrativa, que procuram contribuir para identificar o fantástico em produções literárias. Esse estudo será efetuado através de pesquisa bibliográfica, utilizando a título de exemplo a obra “Os olhos que comiam carne” de Humberto de Campos, publicado em 1932, como via de análise para o tema abordado. O conto de Campos, apresenta uma atmosfera de estranheza e incerteza entre o sobrenatural e o mundo real, mundo este que se baseia na realidade do leitor, com elementos fantásticos que enriquecem a experiência de leitura destacando a importância de conhecer esse tipo de literatura como referência para o fantástico. Este artigo, para embasamento teórico, se apoia nas contribuições de estudiosos e teóricos que falam sobre o surgimento e definições do fantástico, dos quais se destaca: Tzvetan Todorov (1975-2004), David Roas (2014), Bruno Matangrano e Enéias Tavares (2019) e Edson Rodrigues Júnior (2021). De modo sucinto, é possível compreender como resultado parcial, que definir o fantástico pode ir além da presença do sobrenatural em uma obra, levando a narrativas que além de brincar com a imaginação e a própria natureza do mundo real, mergulham em temas diversos e relevantes relacionados com a realidade do público leitor.

**Palavras-chave:** Literatura Fantástica; Elemento insólito; Humberto de Campos.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O elemento sobrenatural, ou insólito, está constantemente presente na literatura fantástica. No entanto, limitar a definição do fantástico exclusivamente ao aspecto sobrenatural revela-se inadequado, dado que muitas obras incorporam elementos sobrenaturais sem se enquadrarem no domínio da literatura fantástica. Tal observação suscita a indagação sobre o que, de fato, caracteriza o fantástico em uma narrativa. Para avançar nessa discussão, é essencial examinar o contexto histórico e cultural em que a literatura fantástica emergiu e se desenvolveu.

43 Autora Querennstein Balata Veiga, graduanda em Letras Inglês pela Universidade Federal do Maranhão. e-mail: qb.veiga@discente.ufma.br.

44 Dra. Naiara Sales Araújo Santos, orientadora com Doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Metropolitana de Londres, Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Piauí, Especialização em Língua Inglesa pela Universidade Estadual do Piauí. e-mail: naiara.sas@ufma.br.

Considerada uma das formas mais antigas de narrativa, a literatura fantástica possui uma longa e rica tradição. Segundo Selma Rodrigues (1988, p. 14), “a mais antiga forma de narrativa é a fantástica”. Pode-se dizer, que desde as epopeias, como a de Gilgamesh, aos contos e publicações mais modernas, o fantástico sempre esteve presente em narrativas literárias.

Embora se possa observar os traços do que seria reconhecido como fantástico ao longo de vários períodos históricos, não havia ainda uma definição exata para o fantástico até alguns séculos atrás. Apenas no século XVIII, conforme mencionado por Rodrigues, que se vê o surgimento do fantástico como um gênero literário definido: “O fantástico (stricto sensu), como gênero literário surge no século XVIII, paradoxalmente, pois surge em pleno século das Luzes. Este é o momento da afirmação do empirismo e da rejeição de toda metafísica, seja ela religiosa ou não.” (Rodrigues, 2003, p. 98).

No Brasil, foi somente no século XIX que se consolidou o gênero fantástico, ao mesmo tempo em que se estabelecia a literatura nacional do país. Matangrano e Tavares (2019, p. 25), destacam que o insólito brasileiro nasceria praticamente junto com a noção de literatura nacional, começando com os primeiros romancistas.

Durante esse período, autores realistas como Machado de Assis (1813-1908) também começaram a explorar temas fantásticos em suas obras. Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis libertou-se das convenções epocais, onde se permitiu ousar mais antecipando as futuras formas insólitas (Matangrano; Tavares, 2019, p. 26).

Outro grupo de escritores que se destacou foram os naturalistas brasileiros, que se dividiram entre uma escrita científica e um caráter mais regional para criar um fantástico mais nacional. Além disso, os simbolistas e decadentistas, simultaneamente com os parnasianos e acadêmicos, também encontraram no fantástico um terreno fértil para suas criações. Essa diversidade de abordagens contribuiu para um imaginário efervescente e rico, intensificado pela fauna local e pelas influências culturais europeias.

No século XX, a literatura insólita brasileira se difundiu e diversificou-se significativamente. Os autores observam, que devido ao fato de haver na época muitas produções sendo criadas ao mesmo tempo, distintas e diversas em vários aspectos, já não era mais possível realizar um estudo cronológico sobre a literatura insólita no Brasil (2019, p. 53).

A partir do modernismo, a literatura brasileira passou a valorizar mais a paisagem local e a cultura brasileira, não mais como algo exótico, mas como uma realidade própria. Isso contribuiu para a formação de múltiplos imaginários, marcados por regionalismos, origens diversas e diferentes classes sociais, como é apontado por Matangrano e Tavares (2019, p. 53): “Se antes podíamos falar de um imaginário brasileiro, no século XX talvez caiba melhor pensar em *imaginários*, com diferenças culturais marcadas por regionalismos, origens diversas, classes sociais e afiliações estéticas [...]”.

Portanto, o fantástico evoluiu e se adaptou às particularidades culturais e históricas de cada época e região pelo país, refletindo as transformações sociais e as preocupações humanas

de maneira única e criativa. Essa evolução no Brasil, foi marcada pela intensa mistura de influências europeias e locais, o que levou a uma literatura diversa e profundamente arraigada em um imaginário nacional.

Foi durante esse período, que se destacou Humberto de Campos (1886-1934) com seus contos de *terror pulp*, no qual o fantástico “transparece em uma pseudotecnologia médica” (Matangrano e Tavares, 2019, p. 83). O escritor, que merece mais destaque do que o que lhe foi concebido, traz contos que carregam traços do fantástico, seja em gênero ou modo, atrelados à uma ambientação macabra e muitas vezes trágica, como pode ser observado nos contos do livro *O Monstro e Outros Contos* (1932), em especial o conto “*Os Olhos que comiam carne*”.

Em razão disso, o intuito deste trabalho se torna compreender primeiro como o fantástico é definido, tendo em vista o elemento insólito, como a primeira condição para o fenômeno, em prol de esclarecer seu conceito e analisar suas principais características. Para isso, se parte das diferentes definições do fantástico pela perspectiva de autores como Matangrano e Tavares (2019), Tzvetan Todorov (2012), David Roas (2014), Edson Júnior (2021), entre outros, considerando o fantástico como “gênero” e “modo”, até a análise do conto “*Os olhos que comiam carne*” de Humberto de Campos, utilizado a título de exemplo para discorrer sobre o tema.

## 2 DEFINIÇÕES DO FANTÁSTICO: GÊNERO E MODO

Se perguntarmos, de maneira geral, a um grande público a definição do fantástico, as respostas podem variar entre histórias sobre algo sobrenatural ou algo inexistente. Matangrano e Tavares (2019, p. 17), no livro “*Fantástico Brasileiro: o insólito literário do romanstismo ao fantasismo*” destacam que, para o grande público, o fantástico está associado a histórias de elementos inexistentes, presentes em obras populares como cinema, quadrinhos e best-sellers.

Antes de tudo, o termo insólito, é descrito no artigo de Edson Júnior (2021), “*A batalha do fantástico: panorama teórico-crítico do século XX*”, como um elemento empregado quando a realidade convencional e suas reverberações não são mais aceitas sem dúvidas ou questionamentos, emergindo “quando o autor descreve um objeto de tal forma que o leitor se vê incapaz de reconhecer seu comportamento ou funcionalidade na realidade objetiva” (Júnior, 2012, p. 16). Assim, deve-se lembrar que quando se fala de sobrenatural no fantástico, se fala do insólito.

Como apontado por Rodrigues (1988), as origens do fantástico remontam a tempos antigos, onde elementos insólitos já apareciam em narrativas medievais, poemas épicos, relatos de viagens de séculos passados ou mesmo em epopeias antigas. Ao longo de várias décadas, o estudo da literatura fantástica tem sido o foco de intensas discussões teóricas, estabelecendo um caminho de disputas e desenvolvimentos conceituais.

Por conta disso, a definição do que se constitui como fantástico tem sido objeto de debates incessantes, onde os limites do fantástico não são tão claros, como aponta Matangrano e Tavares (2019, p. 17) “Contudo, a origem dessa modalidade narrativa é, e sempre foi, muito discutida e questionada, sendo que seus limites não são tão claros assim.”

Os autores, colocam em seu livro que definições não faltam para conceituar o fantástico, pois tudo dependerá do que se entende por “fantástico”. Um dos mais famosos teóricos que discorrem sobre a literatura fantástica, e como identificá-la, é Tzvetan Todorov (1975-2012). Todorov, define que o efeito do fantástico aparece a partir da hesitação, tanto do leitor quanto do personagem, ao explicar a presença percebida do elemento insólito na narrativa:

Aquele que o percebe deve optar por uma das duas soluções possíveis; ou se trata de uma ilusão dos sentidos, de um produto da imaginação e nesse caso as leis do mundo continuam a ser o que são; ou então o acontecimento realmente ocorreu, é parte integrante da realidade, mas nesse caso esta realidade é regida por leis desconhecidas para nós [...] a possibilidade de se hesitar entre os dois criou o efeito fantástico. (Todorov, 1975, p. 30-31).

A hesitação no leitor diante do que acontece na narrativa, sem explicação aparente, é para Todorov uma das três condições onde a narrativa seria de fato fantástica. Quando o leitor ou personagem escolhe uma das opções para explicar o fenômeno do insólito, ele já entraria ou no gênero estranho ou no gênero maravilhoso. De acordo com Todorov, o efeito fantástico “dura apenas o tempo de uma hesitação” (2012, p. 47).

Ele define, que o fantástico se encontra na hesitação entre dois subgêneros, o estranho e maravilhoso, que dizem respeito ao desfecho da narrativa:

Se ele decide que as leis da realidade permanecem intactas e permitem explicar os fenômenos descritos, dizemos que a obra se liga a um outro gênero: o *estranho*. Se, ao contrário, decide que se devem admitir novas leis da natureza, pelas quais o fenômeno pode ser explicado, entramos no gênero do *maravilhoso*. (Todorov, 2012, p.47-48).

Caso o leitor tome uma decisão ao finalizar a história, para explicar o fenômeno insólito da narrativa, ele sairia do fantástico, segundo Todorov (2012, p. 49). Partindo disso, Todorov também coloca três condições que devem ser cumpridas para que o fantástico se mantenha em uma obra, com a primeira sendo a vacilação entre uma explicação sobrenatural e natural. A segunda, envolveria a recepção e interpretação do leitor no mundo das personagens, que definiria uma ambiguidade decorrente dos acontecimentos narrados para o próprio leitor (Todorov, 2012, p. 37).

A terceira condição é que o leitor não interprete o texto como algo poético ou alegórico, já que poemas e poesias podem ser interpretados como algo semântico e metafórico, o que destruiria o efeito de estranhamento causado pelo elemento insólito. Porém, ao mesmo tempo em que as condições para o fantástico de Todorov contribuem para um melhor entendimento sobre esse campo, ele acaba por limitar e excluir diversas outras obras que têm traços do fantástico.

Júnior (2021) fala sobre a batalha que há entre vários escritores e estudiosos quanto ao que é o fantástico, onde se pautam alguns dos muitos que discordam da teoria do gênero fantástico por Todorov. Da mesma forma, Júnior (2021, p. 6) questiona como que a existência

do gênero fantástico pode estar condicionada a um sentimento provocado no leitor. De modo algum, a interpretação do leitor deveria ditar o gênero de uma narrativa, pois “Isso implica em dizer que um conto fantástico pode mudar de gênero a qualquer momento com algo tão simples como uma frase – “nesse momento, ele abriu os olhos e percebeu que era tudo um sonho” (Júnior, 2021, p. 8).

Para Júnior (2021, p. 9), se durante boa parte da obra houver hesitação do leitor, o efeito do fantástico já estaria instaurado ali com êxito. A partir dessas considerações, Júnior introduz a ideia de uma noção mais abrangente do que o próprio conceito de gênero literário fantástico, que seria dotada de grande generalidade e abstração “que se convencionou a chamar, em estudos pós-todorovianos, de modo fantástico” (Júnior, 2021, p. 10).

Com uma linha de pensamento semelhante, David Rodas (2014), no livro *“Ameaça do fantástico”*, apresenta de forma bem sucinta alguns conceitos que para o autor seriam essenciais para definir e delimitar o entendimento a respeito do fantástico. O escritor percorre diversos aspectos, que poderiam determinar o funcionamento, sentido e efeito do fantástico, ao qual ele adiciona, que sua própria teoria sobre o assunto, que não deve ser considerada como uma rejeição às diferentes concepções existentes até hoje (Roas, 2014, p. 7). Segundo ele, “[...] podemos concluir que a vacilação não pode ser aceita como único traço definitivo do gênero fantástico, pois não comporta todas as narrativas que costumam ser classificadas assim.” (Roas, 2014, p. 43).

Roas (2014) acrescenta algo que coincide em diversos estudos sobre o fantástico é a presença do elemento sobrenatural na narrativa, para que se produza o fantástico. Esse elemento, transgride as leis que organizam o mundo real, o que não se é explicável, o que não existe, onde a narrativa fantástica põe o leitor “diante do sobrenatural, mas não como evasão, e sim, muito pelo contrário, para interrogá-lo e fazê-lo perder a segurança diante do mundo real” (Roas, 2014, p. 31).

No fantástico, o insólito que compõe a atmosfera sobrenatural e ambígua em uma narrativa fantástica, teria o propósito de levar o leitor “a perder sua segurança diante do mundo real” (Alvarez *apud* Roas, 2014, p. 25)<sup>45</sup>. Por outro lado, o elemento “sobrenatural” pode não abarcar a totalidade das manifestações literárias que incluem o modo fantástico, segundo Júnior (2021, p. 14).

Irene Bessière (1974), contribui que a narração fantástica pode ser lida por um viés histórico, onde se pode apresentar outras faces de discurso:

Segundo o período histórico, a narração fantástica pode ser lida como a outra face do discurso teológico, iluminista, espiritualista ou psicopatológico e existe somente graças àqueles discursos que ela desconstrói de dentro. [...] O fantástico não deriva da hesitação entre estas duas ordens [real e obrenatural], mas de suas contradições e da sua recusa mútua e implícita. (Bessière, 1974, p. 10-12).

Outrossim, Remo Ceserani (2006) defende que o modo fantástico não tem apenas um único elemento unificador. De acordo com ele, o fantástico é “uma forma de oposição

<sup>45</sup> Alvarez, Roxana G. H. Apresentação do autor. In: ROAS, David. *A ameaça do fantástico: Aproximações teóricas*. Tradução: Julián Fuks. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 216 p.

social subversiva, que se contrapõe à ideologia dominante no período histórico em que se manifesta” (Ceserani, 2006, p. 62). Ademais, o fantástico poderia compor uma gama de “procedimentos formais e sistemas temáticos” (2006, p. 68), que podem ser muito frequentes no mundo fantástico e aplicados de diversas maneiras.

Em correlação com essas perspectivas, Roas (2014) destaca a necessidade do contexto sociocultural, pois a realidade representada como o mundo natural em uma narrativa fantástica precisa estar de acordo com o modelo de mundo onde esta obra se insere:

É evidente, portanto, a necessária relação do fantástico com o contexto sociocultural: precisamos contrastar o fenômeno sobrenatural com nossa concepção do real para poder qualificá-lo de fantástico. Toda representação da realidade depende do modelo de mundo de que uma cultura parte: “realidade e irrealidade, possível e impossível se definem em sua relação com as crenças às quais um texto se refere”. (Roas, 2014, p. 39).

Á visto disso, no fantástico tem-se que há a necessidade de vários elementos, sejam históricos, socioculturais, interpretativos, entre outros, para que o que se convém como fantástico-modo. Do debate sobre suas origens antigas à diversidade contemporânea das formas narrativas, o fantástico continua a intrigar e desafiar as expectativas dos leitores e críticos, consolidando-se como um campo fértil para a exploração literária e cultural.

Pelo senso comum, pode-se dizer que “é fantástica qualquer narrativa de façanhas inverossímeis que extrapolam as leis da física e da lógica, com explicação ou não” (Matangrano e Tavares, 2019, p. 18). Essa definição, diverge da visão do fantástico em um sentido pleno, capaz de englobar diversas narrativas que rompem com o real de alguma maneira.

Júnior (2021), Roas (2014), Ceserani (2006), Bessière (1974), assim como Matangrano e Tavares (2019), são alguns dos estudiosos que destacam que o fantástico pode abranger uma vasta gama de obras, podendo ser encontrado em romances históricos, contos góticos, e mesmo na ficção científica, das mais antigas às mais contemporâneas narrativas, de modo a sugerir uma fluidez que desafia a rigidez que o fantástico-gênero por Todorov condiciona.

Vale ressaltar, porém, que apesar do gênero fantástico apresentado por Todorov (1975-2012), restringir e excluir muitas obras, ele é importante para a evolução da literatura fantástica. Foi através de sua contribuição, que várias discussões a respeito existem hoje, de modo a refletir não apenas mudanças nas definições acadêmicas, mas também uma constante expansão de suas fronteiras conceituais.

Posto isso, a partir das considerações aqui discutidas, entende-se o “gênero” fantástico como um gênero literário que tem como elemento central em manter a hesitação do leitor entre a explicação do que é natural e do que é sobrenatural diante dos eventos apresentados na narrativa, com condições que envolvem uma interpretação adequada e um envolvimento com a narrativa por parte do leitor.

Seguindo isso, o fantástico como “modo” engloba uma noção mais abrangente e abstrata do que o conceito tradicional de gênero fantástico. Pode-se dizer, que tudo que se considera por meio de uma atmosfera, que surge pela inserção do elemento insólito, capaz de provocar uma ambiguidade onde se questiona o mundo real e o mundo sobrenatural.

Para mais, o modo fantástico pode se relacionar com aspectos dentro do contexto sociocultural, trazendo diversos tipos de narrativas. Vejamos, para compreender melhor esses conceitos, a análise do conto fantástico “*Os olhos que comiam carne*” de Humberto de Campos, tendo em vista o fantástico-gênero e o fantástico-modo considerando a perspectiva dos vários estudiosos sobre o tema.

### 3 ANÁLISE DO CONTO “OS OLHOS QUE COMIAM CARNE”

O conto “Os olhos que comiam carne”, publicado em 1932, é um exemplo claro do uso do fantástico. A premissa dos “olhos” que comeriam carne compõe um elemento insólito que desafia a lógica e cria uma atmosfera de estranheza onde se insere o fantástico.

O protagonista do conto, Paulo Fernandes, acorda na manhã seguinte à publicação de seu livro, “oitavo e último volume da História do Conhecimento Humano, obra em que havia gasto catorze anos de uma existência consagrada, inteira, ao estudo e à meditação” (Campos, 2022, p. 277). Paulo é um escritor dedicado, que passou mais de uma década escrevendo sua obra, e que, ao invés de acordar para desfrutar dos frutos de seu trabalho, acorda para uma noite prolongada, em uma escuridão longa.

No começo, apesar do estranhamento inicial, o personagem associa a escuridão à possibilidade de a janela do quarto estar fechada, impedindo a entrada da luz do sol, ou a lâmpada estar queimada, pois ele tentou ligá-la e não houve claridade alguma. Há manhãs em que quando se acorda, nada dá certo. Isso foi o que Paulo pensou, que o “dia não lhe começava bem”, mas isso foi logo contradito pelo seu criado, que ao entrar em seu quarto lhe avisou que tanto a lâmpada estava funcionando, quanto a janela estava aberta. O quarto estava iluminado, mas o protagonista só via a escuridão e foi quando se deu conta de que perdeu a visão: “Paulo Fernando mergulhou o rosto nas mãos, e ficou-se imóvel, petrificado pela verdade terrível. Estava cego. Acabava de realizar-se o que há muito prognosticavam os médicos.” (Campos, 2022, p. 278).

Curiosamente, nota-se uma conexão entre o escritor Humberto de Campos e o protagonista, também escritor, pois é possível que ele representa o próprio autor. Além da insatisfação plena em sua carreira, pois devido a questões financeiras ele era obrigado a redigir diariamente crônicas, contos e artigos de crítica literária a fim de se sustentar, o que teria contribuído para a deterioração de sua saúde, ele descobriu que perderia um sentido importantíssimo para ele como escritor (Campos, 2022, p. 285). Antes de sua morte em 1934, Campos foi perdendo gradualmente a visão e ele não estava feliz com sua condição:

Ameaçado de cegueira, já com uma das visões perdida e, assim, de tombar inútil precisamente quando sentia o espírito melhor provido para a realização de uma obra literária que me sobrevivesse, eu sou como operário que passou anos inteiros a carregar o material para construção de um abrigo para os seus dias de velhice, e a quem cortam os braços no momento em que vai lançar o primeiro tijolo. (Campos, 1960, p. 257).

Em seu diário, que foi escrito em 1934 e posteriormente descoberto e publicado, o escritor confessa que queria uma obra que o sobrevivesse, que carregasse seu nome além de

seu tempo, e passou anos a se dedicar ao seu sonho, apenas para ter sido parado antes de começar a alcançá-lo. Ele descreve seu estado como algo fatal: “A fatalidade tapa-me os olhos no instante, precisamente, em que ia beber com eles, comovidamente, o vinho de ouro do sol” (Campos, 1960, p. 257).

Para Vilela (2009, p. 115), o personagem Paulo Fernandes traz uma descrição autobiográfica do próprio Humberto de Campos, tanto em seu desespero quanto na perda de sua visão e sua insatisfação com sua nova condição e as consequências para ele como escritor. Tanto Campos quanto Fernandes parecem saber que ficarão cegos, como pode ser observado nos trechos “ameaçado de cegueira, ...” e “acabava de realizar-se o que há muito prognosticavam os médicos”, dos destaques anteriores.

Apesar das semelhanças entre escritor e personagem, Vilela aponta que existem diferenças em suas trajetórias, embora a aproximação entre eles seja bastante visível (2009, p. 115-116). Enquanto Campos almejava ter seu nome imortalizado para sobreviver além dele, Fernandes esperava desfrutar dos frutos que a sua obra, à qual passou anos trabalhando, renderia.

Outro aspecto que se difere é o aparecimento de uma cura no conto, um milagre, que traria a visão do protagonista de volta. Após a notícia da perda de sua visão se espalhar pela cidade, surgiu uma informação que mudaria o rumo do conto, com a notícia de que um professor “Platen”, de Berlim, havia “descoberto o processo de restituir a vista aos cegos, uma vez que a pupila se conservasse íntegra, e se tratasse, apenas, de destruição ou defeito do nervo óptico” (Campos, 2022, p. 278).

Através desse evento, insere-se uma incerteza, onde a ideia de tal cura confere uma atmosfera sobrenatural, brincando com as noções preconcebidas do mundo real e os desejos de algo se tornar real, advinda da perspectiva de algo até então impossível na realidade do público leitor. O processo é descrito de forma mais técnica com o intuito de tornar todo o evento o mais verossímil possível dentro da narrativa:

A cegueira de Paulo Fernando, com as suas causas e sintomas, enquadrava-se rigorosamente no processo do professor alemão: dera-se pelo seccionamento do nervo óptico. E era pelo restabelecimento deste, por meio de ligaduras artificiais com uma composição metálica de sua invenção, que o sábio de Berlim realizava o seu milagre cirúrgico. (Campos, 2022, p. 278).

Todas as informações sobre o processo médico procuram convencer tanto o protagonista quanto o leitor de sua eficácia. Mas, apesar dos detalhes científicos, Paulo, ainda com toda a propaganda e já estando a caminho da mesa de cirurgia, se mostra cético e quase indiferente quanto aos resultados: “O escritor sorriu, cético. Lido nos filósofos, esperava, indiferente, a cura ou a permanência na treva, não descobrindo nenhuma originalidade no seu castigo e nenhum mérito na sua resignação. Compreendia a inocuidade da esperança e a inutilidade da queixa.” (Campos, 2022, p. 280).

Esse estado emocional do protagonista, de certa forma, contribui para a conexão personagem com o leitor, que pode se identificar ao se imaginar na mesma situação. Ter esperança ou se queixar não mudaria seu estado, e por isso ele se mostra indiferente quanto

ao evento. Após dias da cirurgia, chegaria o dia aguardado para tirar as gazes dos olhos de Paulo. Seriam vários os parabéns antecipados e acenos de mãos recebidos a caminho da sala onde a retirada das bandagens aconteceria.

A atmosfera nesse momento é criada com expectativas de um final feliz, porém, no final, quando Paulo abriu os olhos é para encontrar um cenário saído de um conto de terror. Ao invés de enxergar formas humanas, Paulo veria com sua nova visão criaturas sem vestimentas, sem carne, apenas esqueletos que se moviam. Seus olhos, que uma vez foram um companheiro fiel nas horas de leitura e escrita, agora comiam a carne das pessoas:

Os seus olhos comem a carne dos vivos. A sua retina, como os raios-X, atravessa o corpo humano e só se detém na ossatura dos que a cercam, e diante das cousas inanimadas! O médico, à sua frente, é um esqueleto que tem uma tesoura na mão! Outros esqueletos andam, giram, afastam-se, aproximam-se, como um bailado macabro! (Campos, 2022, pp. 281-282).

Como posto no tópico anterior, segundo Roas (2014, p. 25), a atmosfera sobrenatural composta pelo elemento insólito levaria o leitor a perder sua segurança diante do mundo real. O escritor acaba por arrancar seus próprios olhos, olhos que devoravam a carne dos vivos são esmagados por suas mãos após as mesmas os arrancarem de sua face em seu estado mental alterado, pois seus olhos estariam transformando “a vida humana, em torno, em um sinistro baile de esqueletos” (Campos, 2022, p. 282).

Através do desespero de Paulo, e seu aparente terror com todos os elementos tenebrosos que se revelam a ele com sua visão restaurada e seu posterior final trágico, tem-se o fantástico em ainda mais evidência. O protagonista se encontra incapaz de conciliar o mundo real com os elementos sobrenaturais, e é nesses momentos finais, que também se pode observar a hesitação defendida por Todorov, pois o personagem prefere voltar ao estado da cegueira a encarar essa nova realidade estranha e sinistra.

No *Dicionário de Símbolos*, escrito por Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (2001, p. 653), o olho, além de ser o órgão da percepção visual, também é descrito, de modo natural e quase universal, como o símbolo da percepção intelectual. Ele pode ser visto como um símbolo de conhecimento, ou mesmo como forma de perceber o sobrenatural: “O olho humano, como símbolo de conhecimento, de percepção sobrenatural, possui às vezes particularidades espantosas. Entre os fueguinos, ele sai do corpo – sem, entretanto, separar-se dele – e se dirige espontaneamente para o objeto da percepção [...]” (Chevalier e Gheerbrant, 2001, p. 654).

De certa maneira, pode-se interpretar, a partir dessa perspectiva, que a perda da visão simboliza a perda do conhecimento, e por isso, os “olhos” de Fernandes procuram devorar a carne dos humanos, pois “a visão é o desejo; o olho é a cobiça” (Chevalier e Gheerbrant, 2001, p. 656). Pode-se dizer com isso que o desejo de ter sua visão de volta poderia ter levado seus olhos a cobiçarem, e devorarem, a carne de todos ao seu redor. Ao examinar a simbologia dos olhos e como ela se relaciona com o conhecimento e a cobiça, percebemos como o fantástico no conto pode penetrar nas profundezas da psique humana.

A transformação dos olhos de Paulo em instrumentos que devoram a carne dos vivos, pode representar não apenas a perda de visão, mas também uma fome incontável por conhecimento e controle. Paralelamente, uma possível cura apresentada no conto, recebido por muitos como um “milagre”, confere um valor sobrenatural, pois cria um efeito de estranheza devido à impossibilidade de tal evento ocorrer no mundo natural.

Em outra nota, Matangrano e Tavares (2019, p. 83) apontam que o horror nasce no conto não apenas da cena dos esqueletos em si, mas também do medo da ciência. Similarmente, “olhos” que funcionam como um raio-x e devoram a carne das pessoas, criando um mundo de esqueletos sencientes, trazem o insólito e o fantástico para o conto de Humberto de Campos. A ideia de que olhos poderiam comer carne é uma intrusão do insólito na realidade cotidiana, desafiando a lógica e criando uma hesitação tanto no personagem quanto no leitor sobre a natureza do fenômeno.

Durante a narrativa, a incerteza sobre essa natureza se mantém entre uma explicação natural e sobrenatural. O conto consegue envolver o leitor na experiência do protagonista, onde a descrição vívida das sensações e da progressiva perda de controle do personagem da realidade ao seu redor faz com que o leitor acabe por questionar a realidade dos eventos descritos.

Até o final do conto, a verdadeira natureza por trás dos olhos que comem carne não é esclarecida. O ato extremo de Paulo de arrancar seus próprios olhos pode ser interpretado tanto como um último esforço desesperado para acabar com a sensação insuportável quanto como um símbolo de sua total rendição à loucura, deixando a interpretação aberta para o leitor sobre a razão por trás do fenômeno.

Dentro disso, se observa que o conto preenche todos os critérios de Todorov para que o gênero fantástico ocorra. Na mesma linha, o modo fantástico é evidente na maneira como a história é contada, criando uma atmosfera de estranheza e explorando a subjetividade do protagonista. Essa dualidade entre gênero e modo enriquece a experiência de leitura, destacando a complexidade da narrativa e a habilidade do autor em manipular elementos fantásticos para provocar uma reflexão e inquietação no leitor.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto a teoria de Tzvetan Todorov (1975-2012) forneceu uma base sólida para o estudo inicial do fantástico, se torna evidente que as críticas subsequentes dessa teoria têm enriquecido e ampliado o entendimento sobre esse campo, situando-o não apenas como um gênero literário específico, mas como um modo que permeia diversas expressões literárias, desafiando definições fixas e delimitações categóricas.

“*Os olhos que comiam carne*” é um conto, que serve como um estudo de caso exemplar para compreender algumas das perspectivas e definições do fantástico presentes na literatura. Como é observado no conto, a literatura fantástica pode ter a capacidade de ultrapassar os limites do mundo real, oferecendo uma variedade de interpretações que desafiam o leitor

a refletir sobre diferentes realidades. O conto fantástico “*Os olhos que comiam carne*”, de Humberto de Campos, mostra como o fantástico pode abordar temas relevantes, como as consequências de procedimentos cirúrgicos ou o temor à ciência.

Campos aproveita de forma espetacular o fantástico para destacar o horror em seu conto, misturando a realidade com o sobrenatural de forma a deixar o leitor chocado, confuso ou incerto no decorrer dos acontecimentos. Por meio do protagonista Paulo Fernandes, o autor discute não apenas a história de uma pessoa que perdeu a vista e recebeu uma cura milagrosa, mas também os limites da ciência e a própria condição humana.

Os elementos científicos e técnicos sendo incorporados à narrativa fantástica, acabam por enriquecer a história, dando-lhe uma verossimilhança que intensifica o impacto de um acontecimento inesperado, geralmente pela presença de um elemento insólito, quando ele surge. O desfecho terrível, em que a visão restaurada revela um mundo de esqueletos, serve como uma forte metáfora dos limites do real, assim como dos perigos do desespero humano. A narrativa fantástica, ao mesmo tempo que apresenta um elemento insólito, através da perda de sentidos e olhos que devoram carne, explora a busca desesperada pela cura e/ou o medo do desconhecido, criando uma atmosfera que aponta tanto para o fantástico quanto para o *horror*.

Por meio da criatividade de Humberto de Campos, ao usar elementos fantásticos para criar uma narrativa ao mesmo tempo macabra, rica e perturbadora, com elementos sobrenaturais e técnico científicos entrelaçados, o debate sobre o fantástico como “gênero” versus “modo” se revela uma questão ainda mais complexa e multifacetada. Por isso, é necessário considerar as diferentes definições a respeito, já que nelas se pode obter uma compreensão melhor de onde a literatura fantástica se situa dentre os diversos campos literários.

Mediante isso, se destaca a importância e relevância, para os estudos literários fantásticos, das várias discussões e debates citados sobre o tema através de críticos contemporâneos e estudiosos como David Roas (2014), Matangrano e Tavares (2019), e Edson Júnior (2021). De suas contribuições, é possível mergulhar e se questionar o fantástico, desfrutando de narrativas que brincam com a imaginação e a própria natureza do real. Ainda, se torna evidente que outros aspectos, como temas médico-científicos, socioculturais ou psicológicos, podem trabalhar em conjunto com o elemento insólito típico da narrativa fantástica.

Conclui-se assim, que o fantástico vai muito além de um elemento sobrenatural presente na narração. No fantástico, é possível abordar temas complexos e profundos que se relacionam com contextos que podem variar de científicos à socioculturais, considerando a noção do mundo natural do leitor, além de mergulhar em outros gêneros como o *horror*, *fantasia* e *ficção científica*.

De maneira concisa, a literatura fantástica se revela como um campo literário que transcende as fronteiras da realidade, convidando leitores e estudiosos a explorar narrativas que desafiam o convencional e que podem levar a uma reflexão sobre a condição humana

e seus limites associando-se a temas relevantes relacionados com a realidade do mundo real do público leitor.

## REFERÊNCIAS

- BESSIÈRE, Irène. **Le récit fantastique. La poétique de l'incertain**. Paris: Larousse, 1974.
- CAMPOS, Humberto de. **121 Contos Escolhidos**. 2022. Disponível em: <https://a.co/d/02dbaJVb> . Acesso em: 22 de jun., 2024.
- CAMPOS, Humberto de. **Fragmentos de um diário**. São Paulo: W. M. Jackson Inc, 1960. p. 257.
- CESERANI, Remo. **O fantástico**. Curitiba: Editora UFPR, 2006.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos: Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Tradução: Vera da Costa e Silva; Raul de Sá Barbosa; Angela Melim; Lúcia Melim. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001. 1040 p.
- JÚNIOR, Edson José Rodrigues. A batalha do fantástico: panorama teórico-crítico do século XX. **Revista Água Viva**, v. 6, n. 2, p. 1-19, jun./ago. 2021. DOI: 10.26512/aguaviva.v6i2.38226. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/aguaviva/article/view/38226>. Acesso em: 20 de jun., 2024.
- MATANGRANO, Bruno Anselmi; TAVARES, Enéias. **Fantástico Brasileiro: o insólito literário do romantismo ao fantasmismo**. Curitiba: Arte & Letra, 2019. 340 p.
- ROAS, David. **A ameaça do fantástico: Aproximações teóricas**. Tradução: Julián Fuks. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 216 p.
- RODRIGUES, Selma Calasans. **O Fantástico**. São Paulo: Ática, 1988.
- RODRIGUES, Selma Calasans. No labirinto do fantástico. Babilônia. **Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução**, Lisboa, n. 1, 2003, p. 95-102. Disponível em: [https://recil.ulusofona.pt/bitstream/10437/127/1/7\\_no\\_labirinto\\_do\\_fantastico.pdf](https://recil.ulusofona.pt/bitstream/10437/127/1/7_no_labirinto_do_fantastico.pdf). Acesso em: 17 jun., 2024.
- TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 1975-2012.
- VILELA, Marcos Antonio Maia. A proficção científica de Humberto de Campos. Dissertação (Mestrado) – **Universidade do Estado da Bahia**, Salvador, 2009, 139 f. Disponível em: <https://www.febnet.org.br/ba/file/Pesquisa/Textos/TCC/VILELA%20Marcos%20A%20Maia.pdf> . Acesso em: 22 de jun., 2024.

# INTERSECCIONALIDADE E RESISTÊNCIA AFRO-FEMININA NA OBRA QUARTO DE DESPEJO, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Eunice Pereira da Silva<sup>46</sup>

Universidade Federal do Pará (PPGEDUC/UFPA)

Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares<sup>47</sup>

Universidade Federal do Pará (PPGEDUC/UFPA)

## RESUMO

No tocante a produção literária feminina negra no contexto brasileiro, esta escrita foi fortemente marcada por impedimentos, dificuldades de reconhecimento, lutas e resistências. O preconceito racial e as diversas formas de opressões foram um dos problemas enfrentados pelas escritoras negras no cenário literário. De modo que, essas mulheres percorreram por muitos enfrentamentos para que as suas produções fossem parcialmente aceitas pela crítica e pelos leitores. Assim, após anos de lutas, a escrita de autoria feminina negra, vem se fortalecendo na conquista por um espaço no campo das publicações, deixando de apenas executar papéis de personagens nas obras de autoria masculina, à produtora de sua própria literatura. A partir do exposto, o presente trabalho objetiva analisar o livro *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* escrito por Carolina Maria de Jesus, com a finalidade de compreendermos como ocorrem as relações da interseccionalidade e resistência da mulher negra aos fatores de opressões de gênero, raça e classe na sociedade brasileira da segunda metade do século XX. Sobretudo, a negação da escrita de Carolina pelo Cânone. Nossa metodologia de pesquisa é de cunho bibliográfica, pautada na pesquisa, análise de livros e de publicações acadêmico-científicas, mediante ao recorte de pesquisa analisado. Onde a obra *Quarto de despejo* é o nosso objeto de estudo e a autora o sujeito desta pesquisa. Fazem parte das contribuições teóricas deste estudo: Davis (2016), Perrot (2020), Gonzalez (1984), Rago (1995) Saffioti (1976), Hooks (2019), Dalcastagnè (2005), Akotirene (2019), Evaristo (2009) e dentre outros estudiosos. Dessa forma, o nosso interesse por esse estudo é de promover um espaço de discussão e reflexão quanto ao processo de invisibilidade e silenciamento por qual passaram as escritoras negras na literatura brasileira.

**Palavras-chave:** Literatura feminina negra; Resistência; Carolina Maria de Jesus.

## 1 INTRODUÇÃO

No tocante à escrita literária feminina e negra no contexto brasileiro, esta foi fortemente marcada por dificuldades de reconhecimento, lutas e resistências. O preconceito racial atrelado às diversas formas de opressões foi um dos problemas enfrentados pelas escritoras negras no cenário literário brasileiro. De modo que, estas percorreram muitos enfrentamentos e impedimentos para que assim, as suas produções fossem parcialmente aceitas pela crítica e pelos leitores.

Dessa maneira, somente após longos anos batalhando por reconhecimento no meio literário, a escrita de autoria feminina negra vem gradualmente ganhando destaque e

46 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura PPGEDUC/ UFPA Campus Cametá. E-mail: epnidasilva@gmail.com.

47 Professora da Faculdade de Letras/FAL/CUNTINS/UFPA. Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura PPGEDUC/ UFPA. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem/PPGEL/UFPA. Programa de Pós-Graduação em Letras/PPGL-UFPA. E-mail: lucilena@ufpa.br.

ocupando um espaço onde muitas mulheres negras passam de personagens secundárias nos escritos masculinos a produtoras de suas próprias obras literárias.

Dentre as obras que compõe a literatura afro-brasileira de autoria feminina da segunda metade do século XX, temos as produções da escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977). De acordo com os estudos de Eliana Castro e Marília Machado (2007), Carolina foi uma mulher negra, e de pouca escolaridade. Migrou de Sacramento Minas Gerais, seu local de origem, para a cidade de São Paulo por volta de 1948, devido ao avanço da industrialização no Brasil na década de 1940, onde se desenvolvia grandes indústrias principalmente nas capitais e fez com que milhares de pessoas migrassem para esses lugares em busca de melhores condições de vida.

Foi com esta esperança que Carolina Maria de Jesus saiu do interior do Estado de Minas Gerais até à cidade de São Paulo, para assim ter melhores chances. Contudo, a sua vivência na capital, não ocorreu como havia planejado. Carolina consegue se empregar na função de doméstica, no entanto, não chega a se fixar no emprego. Sem melhores oportunidades e grávida de seu primeiro filho, ela passa a não ter um lugar onde morar e acaba indo viver no bairro do Canindé, uma extinta favela de São Paulo, que na época foi construída às margens do rio Tietê.

Embora haja uma quantidade significativa de pessoas que residiam e ainda habitam nessas comunidades, poucos foram os registros dos relatos sobre as vivências e experiências de vida frente aos problemas encontrados nesses espaços geográficos. Como pontua Carolina Maria de Jesus, (1960, p. 36): “aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu.”

A partir do exposto, o nosso interesse por desenvolver esta pesquisa partiu da seguinte indagação: Como se relacionam os aspectos da interseccionalidade e resistência da mulher negra nas décadas de 1950 a 1960 a partir da obra literária *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960)?

Para responder a essas indagações, percorreremos por analisar os aspectos de interseccionalidade afro-feminina na obra *Quarto de despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus, identificar as marcas de resistência e a partir desses apontamentos, promover um espaço de discussão e reflexão das opressões vivenciada pela autora enquanto mulher negra e escritora literária nas décadas de 1950 a 1960.

Para o desenvolvimento da pesquisa, nos pautamos nas discussões da historiografia literária brasileira e estrangeira, as quais destacam as contribuições de pesquisadoras negras, como as de: Davis (2016), Gonzalez (1984), Hooks (2019), Evaristo (2009) e nos estudos sobre a “História das mulheres” como os de Perrot (2020), Saffioti (1976) e Dalcastagnè (2005). Nas discussões sobre a interseccionalidade contamos com: Crenshaw (2015), Collins e Bilges (2019), Akotirene (2019), e dentre outros aportes teóricos.

Os pressupostos teórico-metodológicos fazem parte de uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo bibliográfica, materializando em um estudo analítico do corpus de análise. Para a realização deste estudo, utilizamos fontes primárias e secundárias. Para isto,

foi necessária a realização de leituras sistemáticas, tomando como ponto de partida o texto literário e a apreciação crítica da obra *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* (1960) para o levantamento de traços, conceitos, categorias, instrumentos e outros elementos discursivos.

Desse modo, a pesquisa visa abordar sobre as produções de autoria feminina negra, em específico, a escritora Carolina Maria de Jesus, a qual compõe a literatura brasileira de mulheres negras do século XX. Nosso objetivo, portanto, é apresentar mais detalhadamente através da pesquisa acadêmica, a sua literatura de resistência permeada por intersecções acerca das opressões de classe, raça e gênero.

Dessa forma, o intuito do trabalho é de tecer reflexões quanto à importância da obra *Quarto de Despejo*, para a sociedade e historiografia de mulheres negras da literatura brasileira. De modo que, abordar sobre as vozes femininas e negras que transitam à margem do cânone literário é um trabalho que impõe a nós pesquisadores uma ação política pela recuperação e continuidade destes estudos, visto que, esta escritura ainda é considerada uma minoria diante do resistente domínio masculino, do corpo social e de seus padrões.

## **2 MARCAS DE INTERSECIONALIDADE E RESISTÊNCIA À OPRESSÃO CONTRA A MULHER NEGRA EM QUARTO DE DESPEJO**

No contexto da obra autobiográfica *Quarto de despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus iremos nos ater sobre as questões da interseccionalidade e resistência aos fatores de opressões contra a mulher negra na sociedade brasileira da segunda metade do século XX.

Iniciaremos esta seção discutindo sobre o conceito de “interseccionalidade”, a partir dos fundamentos teóricos de Kimberlé Crenshaw (2015), Patrícia Hill Collins e Sirma Bilges (2019) e da intelectual negra brasileira Carla Akotirene (2019).

O termo interseccionalidade foi elaborado inicialmente pela jurista e professora estadunidense Kimberlé Crenshaw, que buscava compreender de forma mais detalhada sobre as desigualdades e discriminações sofridas por mulheres e diferentes populações ao longo dos anos.

Na perspectiva de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2019), a interseccionalidade investiga como as correlações interseccionais de poder influenciam as relações em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Desta maneira, as escritoras procuram investigar de que modo os fatores interseccionais reconhecem que as classificações de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e outras estão conectadas entre si e influenciam-se reciprocamente. Assim sendo, conforme as observações de (Collins; Bilge, 2019, p. 16): “A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas”.

Sobre esse discurso no Brasil, Carla Akotirene, autora de *Interseccionalidade* (2019), tem como foco a sociedade brasileira e traz uma importante reflexão sobre o termo, considerando

o modelo capitalista e a influência heteropatriarcal. A pesquisadora tece um resgate dos estudos sobre o conceito de interseccionalidade para a sua pesquisa e a define como:

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Trata-se especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (Akotirene, 2019, p. 30).

Nesse cenário, conforme as pesquisas de Akotirene (2019), a interseccionalidade se propõe a enfrentar os casos de violência contra as mulheres negras, lidar com a interconexão das estruturas em direção ao grupo feminino, verificar a identidade produzida pelo racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, atravessada pelas experiências coletivas. Como assevera a autora:

A interseccionalidade baseada no feminismo negro conta os porquês de mulheres brancas poderem representar judicialmente as mulheres de cor, bem como os homens negros poderem representar toda comunidade negra na Corte, enquanto as mulheres negras, não estarem elegíveis para demarcar a própria experiência particular da discriminação sem que suas causas fossem indeferidas. (Akotirene, 2019, p. 38).

Nesse sentido, conforme apontado pelas pesquisadoras, podemos depreender que a intersecção é uma abordagem teórica que investiga as maneiras correlacionadas pelas quais diferentes sistemas de opressão, como raça, gênero, classe social e sexualidade, se sobrepõem e se influenciam reciprocamente na vida dos sujeitos. Dessa maneira, a interseccionalidade se propõe a questionar as formas de opressão e subordinação às quais sofrem as mulheres negras, com o intuito de enfrentar o problema de violência e desigualdade de gênero, raça e classe.

A partir do exposto, apontaremos como modelo do enfrentamento interseccional, a escritora brasileira Carolina Maria de Jesus. Mulher negra e descendente de escravizados, que experiencia o Brasil de 1950 e as questões raciais.

Além dos diversos problemas enfrentados pela classe negra, havia a luta travada contra a pobreza e a fome. Na tentativa de superar estas questões sociais, Carolina encontra refúgio na literatura. A escrita para ela é mantida como o desabafo da realidade que vivenciava naquele momento, que diariamente vai tecendo e compondo a descrição diária de sua vida, em cadernos que os encontravam nos lixos, quando exercia o trabalho como catadora de papeis. E posteriormente ela intitula de *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*.

O diário *Quarto de despejo* é, sobretudo, carregado de relatos reais sobre a história de vida de uma mulher negra, mãe solo e catadora de papeis que busca sobreviver a todas as contrariedades e atrocidades no ambiente de vivência, “a favela”. A qual permanece em constante luta pela sobrevivência de si e dos filhos: “[...] Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. Fiquei nervosa, pensando: será que Deus esqueceu-me?” (Jesus, 2020, p. 161).

A trama da narrativa apresenta como personagens principais: Carolina Maria de Jesus, narradora de sua própria história. Mulher negra, mãe solo, catadora de papel e escritora nas horas vagas. “Eu cato papel, ferro, e nas horas vagas escrevo.” Vive em uma favela da cidade de São Paulo com os três filhos: José Carlos, João José e Vera Eunice. É citado em vários trechos da obra, o Senhor Manoel, um homem que deseja casar-se com a protagonista.

Em várias passagens do diário, há a descrição dos personagens antagonistas: Tibúrcio, o vendedor de barracões e explorador dos moradores da favela. O Senhor: Orlando Lopes é apresentado como o explorador da única torneira de água que abastecia as casas da favela. “Era 4 horas quando eu fui pegar água, porque o tal Orlando Lopes disse que não deixa pegar água.” (Jesus, 2020, p. 162).

Há ainda, as pessoas que aparecem em algumas cenas do diário, dentre elas, as mulheres vizinhas, os policiais da guarda municipal, os vizinhos de alvenaria<sup>48</sup>, algumas autoridades públicas e outros moradores da comunidade.

Na obra, Carolina apresenta aos leitores, a cidade de São Paulo da década de 1950, que nesse período, passava por constantes processos de transformação e modernização. No qual havia a forte migração e a instauração habitacional constituída de favelas formadas em terrenos públicos, próximos ao centro, nos espaços planos ao longo das ferrovias, “onde recém chegados e despejados construía precariamente suas casas”. (Castro e Machado, 2007, p. 32). O centro de São Paulo é por diversas vezes mencionado pela autora por sala de visitas<sup>49</sup>.

É também apresentado pela escritora o seu local de vivência já na fase de vida adulta e acompanhada de três filhos. A favela do Canindé, da qual ela descreve por quarto de despejo<sup>50</sup>.

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quanto estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (Jesus, 2020, p. 25).

Carolina apresenta-se ao público leitor como mulher negra e mãe solo de três filhos que residem em uma comunidade periférica de São Paulo denominada de Canindé, na humilde casa improvisada localizada na rua A, número nove.

Nas observações de Eliana de Castro e Marília Machado (2007), a favela do Canindé situada às margens do rio Tietê e era composta, por cerca de 150 casas distribuídas entre as ruas A, B, C e a Rua do Porto, que eram cobertas por lixos e lama. Não havia água encanada e nem tão pouco redes de esgotos nas casas, restando apenas uma única torneira a todos os moradores, que faziam uma longa fila, desde a madrugada para abastecerem seus baldes com água.

48 Termo usado por Carolina Maria de Jesus, para referir-se a quem residia nas casas construídas de concreto.

49 Termo usado pela autora, para referir ao espaço reservado à classe privilegiada da sociedade.

50 Metáfora utilizada por Carolina, referindo-se ao local reservado aos pobres e excluídos da sociedade.

A residência é descrita pela autora, por um “barraco”, construído com tábuas e coberto com pedaços de papelão, sem o mínimo conforto e segurança contra as enchentes em épocas de chuva. Como a descreve no seguinte trecho: “[...] Está chovendo. Fiquei quase louca com as goteiras nas camas, porque o telhado é coberto com papelões e os papelões já apodreceram. As águas estão aumentando e invadindo os quintais dos favelados.” (Jesus, 2020, p. 139).

Assim, a precariedade de vida, a casa improvisada de apenas um cômodo e alguns móveis e utensílios. Fizeram parte da vivência de Carolina e seus três filhos por pouco mais de uma década.

No que tange ao contexto histórico do Brasil, a época de escrita do diário é de um país que experiencia o pós-abolição. Todavia, sem oferecer condições à população negra liberta de se manter na nova sociedade. Estes tiveram que buscar abrigo nas zonas periféricas, as quais exerciam o papel da nova senzala do pós-escravismo, em que as correntes se transformavam na pobreza e na fome: “Ontem comemos mal. E hoje pior. [...] Já faz tanto tempo que estou no

no mundo que eu estou enjoando de viver. Também, com a fome que eu passo quem é que pode viver contente?” (Jesus, 2020, p. 112-116)”.

Por meio desses relatos de pura realidade, Carolina instaura no texto literário nacional a experiência do sujeito marginalizado na modernidade. Ressaltando o real contexto social brasileiro da segunda metade do século XX: “Quem escreve gosta de coisas bonitas. Eu só encontro tristezas e lamentos. (Jesus, 2020, p. 169)”.

Já convivendo na favela do Canindé por volta de 1948, Carolina faz do lixo uma profissão. Começou a catar papéis, latas e ferros para vender. Sobre essa fase da vida, a sua sobrevivência física e psicológica estava ameaçada pela fome e pelo medo. “Ao passar de doméstica a catadora de papel, perdeu o salário fixo e sujeitou-se à inconstância e ao ganho financeiro insignificante; de pobre, passou a miserável; de imigrante, passou a excluída social. Para se defender, aprendeu a gritar e a ameaçar”. (Castro; Machado, 2007, p. 35).

Carolina de Jesus não adquiriu os mesmos privilégios dos renomados escritores literários da nossa literatura. Não teve acesso à cultura, ao teatro e a uma biblioteca repleta de acervos. A sua formação leitora se constituía de livros encontrados nos lixos, ou quando conseguia juntar dinheiro para comprá-los.

Os dois anos de escolaridade que ela obteve em sua infância foram suficientes para a autora tecer a sua escrita de denúncia social sobre os problemas que as presenciava, como a escassez de saneamento básico, de água potável e a fome. Assim, por meio de seus relatos sobre a precariedade de vida no ambiente, Carolina apresenta a real situação das classes desfavorecidas, onde leitores de diversos lugares conheceram a difícil e cruel vida dos moradores das favelas brasileiras. “Deixei o leito as 4 horas. Eu não dormi porque deitei com fome. E quem deita com fome não dorme. [...] No frigorífico eles não põe mais lixo na rua por causa das mulheres que catam carne podre para comer”. (Jesus, 2020, p. 99-113).

São nessas páginas de diários, que a escritora observa e tece críticas quanto ao descomprometimento das autoridades públicas para com as demandas da população desfavorecida.

Hoje eu estou disposta. O que me entristece é o suicídio do senhor Tomás. Coitado. Suicidou-se porque cansou de sofrer com o custo de vida. [...] Pensei no senhor Tomás que suicidou-se. Mas, se os pobres do Brasil resolver suicidar-se porque estão passando fome, não ficaria nenhum vivo. (Jesus, 2020, p. 149).

Ao apresentar os problemas de desigualdades sociais e econômicas de quem estava inserida nesse espaço modernizado, a escritora desvela as faces do desenvolvimento urbano e expõe o lado opressor da capital São Paulo da segunda metade do século XX. “Como é horrível a voz do pobre lamentando-se. A voz do pobre não tem poesia. (Jesus, 2020, p. 130).”

Ao adentrarmos pela narrativa, percebemos claramente que a mensagem de exclusão social perpassa por todas as páginas. “Passei no frigorífico para pegar ossos. No início eles nos dava linguça. Agora nos dá osso. Eu fico horrorizada vendo a paciência da mulher pobre que contenta com qualquer coisa”. (Jesus, 2020, p. 108).

Carolina tinha plena consciência do seu não lugar literário diante da sociedade de classes, e por isso, rompe com os padrões ideais da escrita acadêmica, escrevendo de dentro da favela sobre as vivências desse lugar na voz de uma mulher negra.

Nessa perspectiva, esse não lugar, agora se torna o lugar de fala de Carolina, que, embora historicamente seja atribuída como uma marginalizada permite à autora-personagem enfatizar as mazelas da favela através de uma perspectiva interna dessa situação. Como sinaliza a pesquisadora Conceição Evaristo (2009, p. 23): “Durante toda a formação da literatura brasileira existiram negros desejosos de falar de si”.

Nesse sentido, a força da escrita de Carolina Maria de Jesus está na produção de textos carregados de significados, ao descrever em seu diário como era a vida de um morador de favela, o dia a dia com os filhos e as lutas que travava por ser uma mulher negra e periférica. Em mais um dos seus registros diários, na entrada do dia 19 de maio de 1955, observamos as lamentações de quem vivia à margem da sociedade brasileira desse período:

Deixei o leito as 5 horas. Os pardais já estão iniciando a sua sinfonia matinal. As aves deve ser mais feliz que nós. Talvez entre elas reina amizade e igualdade. [...] O mundo das aves deve ser melhor do que dos favelados, que deitam e não dormem porque deitam-se sem comer. [...] Saí triste porque não tinha nada em casa para comer. Olhei o céu. Graças a Deus não vai chover. Hoje é segunda-feira. Tem muitos papéis nas ruas. No ponto do bonde, eu me separei da Vera. Ela disse:

- Faz comida, que eu vou chegar com fome.

A frase comida ficou eclodindo dentro do meu cérebro. Parece que o meu pensamento repetia:

Comida! Comida! Comida! Dizem que o Brasil já foi bom. Mas eu não sou da época do Brasil bom. (Jesus, 2020, p. 39-162).

No excerto acima a escritora usa a comparação metafórica, ao relatar que a vida dos pássaros é melhor que a dos moradores das favelas, por acreditar que havia igualdade de condições no mundo das aves. Dessa maneira, Carolina Maria de Jesus, a partir de seu lugar de fala, apresenta a realidade da favela, o retrato da fome, da violência, e da marginalização

humana. Grada Kilomba (2019), argumenta que o poder de uma subalterna, oportunizada a falar e ser ouvida enquanto negra seria para tanto, “descolonizar” a prática da escrita, como atividade de fazer do objeto, sujeito e o centro de suas vivências. Desse modo, diante de seu poder de voz, Carolina tece registros em cadernos encontrados no lixo, sobre o cotidiano dos moradores da favela do Canindé, ao mesmo tempo em que denuncia as péssimas condições de moradia de quem vivia no “quarto de despejo”, de São Paulo.

O problema da fome perpassa por toda a narrativa da escritora, as lamentações diárias sobre a aquisição de alimentos básicos faziam parte do roteiro de escrita de sua obra: “[...] Os filhos não comeram nada. Eu vou deitar porque estou com sono. [...] Hoje estou triste.” (Jesus, 2020, p. 139).

A falta de recursos financeiros para obter alimentos fazia parte da rotina dos moradores das camadas periféricas brasileiras de 1950. “Eu acho que o Dr. Adhemar<sup>51</sup> está revoltado. E resolveu ser enérgico com o povo para demonstrar que ele tem força para nos castigar.” (Jesus, 2020, p. 123).

Carolina, não esconde dos leitores os seus problemas diários e de boa parte da população brasileira, a dificuldade de sobreviver à fome: “[...] Fiz o almoço, depois fui escrever. Estou nervosa. O mundo está tão insípido que eu tenho vontade de morrer. Fiquei sentada no sol para aquecer. Com as agruras da vida somos uns infelizes perambulando aqui neste mundo”. (Jesus, 2020, p. 165). Assim, ela expõe com veemência os problemas sociais do Brasil na década de 1950:

Levantei de mal humor e fui atender. Era o senhor Dario. Um senhor que eu fiquei conhecendo na eleição. Eu mandei o senhor Dario entrar. Mas fiquei com vergonha. O vaso noturno estava cheio. [...] O senhor Dario ficou horrorizado com a primitividade em que eu vivo. Ele olhava tudo com assombro. Mas ele deve aprender que a favela é o quarto de despejo de São Paulo. E que eu sou uma despejada. (Jesus, 2020, p. 137).

Em várias passagens do livro, a escritora chama a atenção ao tecer relatos de quem estava na condição de “despejado” da sociedade, rodeado pela extrema pobreza. Sem oportunidades de trabalho e condições de adquirir alimentos. Estes fatores fez com que muitos moradores fossem em busca de encontrar comida nos cestos de lixos. Como é citado em alguns dos trechos da obra:

Um operário perguntou-me: - É verdade que você come o que encontra no lixo?  
- O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. Temos que imitar os animaes.  
...Eu já estou tão habituada com as latas de lixo, que não sei passar por elas sem ver o que há dentro. Quando eu encontro algo no lixo que eu posso comer, eu como. Eu não tenho coragem de suicidar-me. E não posso morrer de fome. (Jesus, 2020, p. 105-121-149).

Constatamos que na narrativa de Carolina, além do problema habitacional e da dificuldade de obter alimentos, devido aos valores elevados dos gêneros alimentícios. Ela também enfrenta outros transtornos, o preconceito racial. A discriminação de raça é visto por vários fragmentos de seu diário. Em um dos trechos, ela tece suas considerações

---

51 Ademar de Barros foi prefeito da capital paulista e Governador do Estado por dois mandatos. Concorreu a presidência da república em 1955 e em 1960. (<https://www.ebiografia.com>).

sobre a condição da pessoa negra na sociedade, fazendo analogia a um provérbio bíblico e promovendo reflexões sobre o quanto, este sofre com as questões raciais e as perseguições do dominador.

[...] Hoje é o dia da páscoa de Moisés. O Deus dos judeus. Que libertou os judeus até hoje. O preto é perseguido porque a sua pele é da cor da noite. E o judeu porque é inteligente. Moisés quando via os judeus descalços e rotos orava pedindo a Deus para dar-lhe conforto e riquezas. É por isso que os judeus quase todos são ricos. Já nós os pretos não tivemos um profeta para orar por nós. (Jesus, 2020, p. 113).

Em alguns excertos da obra, presenciamos o incômodo da alta sociedade ao defrontar-se com a classe pobre e excluída:

[...] No sexto andar o senhor que penetrou no elevador olhou-me com repugnância. Já estou familiarizada com estes olhares. Não entristeço. Quis saber o que eu estava fazendo no elevador. Expliquei-lhe que a mãe dos meninos havia dado-me uns jornaes. Era este o motivo da minha presença no elevador. Perguntei-lhe se era medico ou deputado. Disse-me que era senador. O homem estava bem vestido. Eu estava descalça. Não estava em condições de andar no elevador. ? (Jesus, 2020, p. 103).

Observamos no trecho citado pela autora, o desprezo de quem está em ascensão social para com os desprovidos. A divisão de classes sociais era nítida, pois quem estava à margem da sociedade, não era digno de circular os mesmos espaços dos que integravam a “sala de visitas”. Desse modo, os ditos “favelados” eram excluídos desse convívio:

As pessoas de alvenaria que residem perto da favela diz que não sabe como é que as pessoas de cultura dá atenção ao povo da favela. Levou-me no prédio da Academia Paulista de Letras. Eu sentei na porta e puis o saco de papel a esquerda. O porteiro apareceu e disse para eu sair da porta.  
[...] O porteiro pegou o meu saco de catar papel, o saco que para mim tem um valor inestimável, porque é por seu intermédio que eu ganho o pão de cada dia. O repórter surgiu e disse que foi ele quem me mandou eu sentar no degrau. O porteiro disse que não tinha permissão para deixar que quem quer que fosse sentar-se na porta do prédio. (Jesus, 2020, p. 78-152).

Na passagem acima, a escritora provoca reflexões quanto ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira, como consequência de uma construção histórica do Brasil. Que como adverte Djamilia Ribeiro (2019), conseqüentemente, estaria o fato da cultura branca ser privilegiada socialmente e economicamente, ao contrário da cultura negra. Assim, Carolina nos revela sobre a não aceitação do negro em espaços de prestígios e o quanto este, sofre com a segregação racial.

A autora também é por diversas vezes vítima de opressões. Era insultada e ameaçada de agressões físicas pelos moradores da comunidade. Contudo, apesar de está em uma posição vulnerável, ela detinha de força para resistir à dominação masculina e a discriminação contra a mulher e negra. E foi nesse ambiente de vivência, a favela, que lhe deu ensinamentos sobre autodefesa para se proteger. Assim, ela não se intimidava com as constantes ameaças advindas dos homens da favela ou de bairros próximos, e aprendeu a lidar com todas as formas de arbitrariedade. Como podemos observar na descrição do dia 7 de julho de 1958:

[...] Fui na dona Juana, ela deu-me pães. Passei na fabrica para ver se tinha tomates. Havia muitas lenhas. Eu ia pegar uns pedaços quando ouvi um preto dizer para eu não mecher nas lenhas que ele ia bater-me. Eu disse para bater que eu não tenho medo. Ele estava pondo as lenhas dentro do caminhão. Olhou-me com desprezo e disse:

- Maloqueira!

- Por eu ser de maloca é que você não deve mecher comigo. Eu estou habituada a tudo. A roubar, brigar e beber. Eu passo 15 dias em casa e quinze dias na prisão. Já fui sentenciada em Santos.

Ele fez menção de agredir-me e eu disse-lhe:

- Eu sou da favela do Canindé. Sei cortar de gilete e navalha e estou aprendendo a manejar a peixeira. Um nordestino está me dando aulas. Se vai bater pode vir.

Comecei apalpar os bolsos.

- Onde será que está minha navalha? Hoje o senhor fica só com uma orelha. Quando eu bebo umas pingas fico meio louca. Na favela é assim, tudo que aparece por lá nós batemos e roubamos o dinheiro e tudo o que tiver no bolso.

O preto ficou quieto. Eu vim embora. Quando alguém nos insulta é só falar que é da favela e pronto. Nos deixa em paz. Percebi que nós da favela somos temidos. Eu desafiei o preto porque eu sabia que ele não ia vir. Eu não gosto de brigas. (Jesus, 2020, p. 79).

Desse modo, a escritora não se intimidava com as constantes ameaças que recebia dos homens moradores da favela ou de bairros próximos. Ela teve de aprender a lidar com todas as formas de arbitrariedade contra si. Desse modo, Carolina aproxima o leitor, e tece reflexões sobre sua realidade.

Desta maneira, no decorrer do percurso de escrita de Carolina Maria de Jesus, testemunhamos a forte crítica social atravessada por todas as páginas do diário. A escritora faz alusão ao ambiente da favela como um local de segregação e marginalização. Esse espaço é apresentado na narrativa como um local desfavorável ao convívio social, com furtos, violência e criminalidade. Como aponta a autora: “[...] A pior praga da favela atualmente são os ladrões. Roubam a noite e dormem durante o dia. Se eu fosse homem não deixava os meus filhos residir nesta espelunca. Se Deus auxiliar-me hei de sair daqui, e não hei de olhar para trás.” (Jesus, 2020, p. 173).

Dessa forma, a favela, no diário de Carolina, simboliza o subúrbio da cidade de São Paulo, carregada de pobreza, desigualdades sociais e violação. Assim, a escritora finaliza os seus apontamentos no dia 1 de janeiro de 1960, com a esperança de conseguir mudar-se com os filhos para um ambiente mais apropriado, com a possibilidade de ter uma vida farta de alimentos, e, especialmente tornar-se uma escritora reconhecida.

Por meio de sua escrita de resistência presenciamos um pouco, da história desta escritora, aos fatores de opressão de gênero, raça e classe na sociedade brasileira da segunda metade do século XX. Sobretudo a exclusão de suas produções literárias na literatura.

Dessa maneira, mesmo com os altos e declínios de sua trajetória literária, Carolina Maria de Jesus, continuou escrevendo até o fim de seus dias, pois a escrita lhe daria poder de voz, que por inúmeras vezes serviu de instrumento de combate às formas de abuso, violência e injustiças sociais.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra “*Quarto de despejo: diário de uma favelada*” (1960), de Carolina Maria de Jesus, é composta de uma escrita permeada pela interseccionalidade de opressões pelas quais viviam os marginalizados na sociedade brasileira do século XX. Ainda este livro, que tem como foco levar ao conhecimento do público e de autoridades a verdadeira face da população pobre e negra do Brasil de 1950, entrelaça discussões e reflexões sobre a condição das mulheres negras as quais resistiram o sistema de dominação.

A sua literatura compõe uma importante fonte de pesquisa sobre os modos de enfrentamentos de quem se encontrava à margem e da persistência para sobreviver à fome e as péssimas condições de vida, constituída por registros das experiências sociais e coletivas de uma população desfavorecida de seus direitos. Nestes termos, Carolina representa a resistência frente às opressões determinadas por uma sociedade predominantemente arbitrária.

Dessa forma, podemos conceituar esta escritora, como exemplo do “empoderamento feminino” dado que, a historiografia brasileira nos apresenta que a condição social das mulheres, por um longo período da história do Brasil, esteve presa às relações patriarcais e só após anos de lutas, conseguem obter privilégios que só eram concedidos aos homens. Assim, a escrita de Carolina Maria de Jesus exerce um papel significativo para a história da população negra brasileira, ao trazer reflexões sobre um contexto histórico delineado de lutas e conquistas das escritoras negras brasileiras.

Nesse pensar, Carolina Maria de Jesus foi e é ao lado de outras autoras negras referência nos estudos sobre a literatura afro-brasileira de autoria feminina e a sua obra *Quarto de despejo de despejo*, constitui-se uma importante fonte de denúncia sobre a condição de vida de muitos brasileiros, durante as décadas de 1950 e 1960 e ainda nos dias atuais, a realidade do “Quarto de despejo”, se faz presente na vida de grande parte da sociedade pobre e negra desse país.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. 152 p.

CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais de Mata (2007). **Muito bem, Carolina! Biografia de Carolina Maria de Jesus**. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. Porque é que a interseccionalidade não pode esperar. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <https://apidentidade.wordpress.com/2015/09/27/porque-e-que-a-interseccionalidadena->. Acesso em: 15 jun. 2023.

COLLINS, P. H.; BILGE. S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 26, jul.-dez., 2005.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem, 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>. Acesso em 6 ago. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Hoje**, p. 223-244, 1984.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

RAGO, Margareth. **As Mulheres na Historiografia Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1995.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

## LAFERRIÈRE DANY: uma análise francófono literária

**Evila Acsa Mendonça Belfort**<sup>52</sup>

Universidade Federal do Maranhão

**Tarcyene Ellen Santos da Silva**<sup>53</sup>

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo promover uma análise acerca das escolhas gramaticais feitas pelo escritor haitiano-quebequense Dany Laferrière, Imortal na Academia Francesa de Letras, em sua obra de estreia *Comment faire l'amour avec un Nègre sans se fatiguer* (1985). Romance em língua francesa que se volta para a história de dois amigos, Vieux e Buba, imigrantes que moram no subúrbio da província do Quebec, Canadá. Nessa narrativa, Vieux conta sobre sua busca pelo lugar de prestígio entre os escritores famosos norte-americanos. Ele narra sobre seu processo de escrever um romance de sucesso e nos apresenta seu colega de quarto religioso e leitor de Freud e as diversas mulheres que dividem seu leito. É na paisagem branca e gelada do Norte da América, descrita por Vieux, que encontramos suas lutas cotidianas, como homem, negro e imigrante (Paula, 2006): a escassez de recursos, o desemprego, o sexo como arma de dominação e de ascensão social (Paula, 2006), o não reconhecimento da formação intelectual, entre outros. Os complexos são inúmeros e dizem muito sobre a identidade desse narrador-personagem. No entanto, os complexos de identidade se estendem à composição linguística que impregnam as frases “mais simples” no enredo, algo que pode ser imperceptível ao leitor. Assim, acreditamos que as marcas linguísticas das comunidades francófonas (Moreira, 2006) estão enraizadas na escrita de Laferrière, no que diz respeito ao complexo identitário do narrador-personagem. Para isso, nos muniremos dos estudos comparativos no eixo da literatura, porém a partir da observação da morfossintaxe tanto da gramática oral do francês falado na França, como das expressões linguísticas oriundas das ex-colônias Haiti e Quebec, na produção literária de Dany Laferrière. Nossos resultados preliminares demonstram que há variações lexicais e construções sintáticas que são identificadas no contexto de uso de comunidades francófonas específicas, o que classificamos como marcadores de um francês haitiano-quebequense.

**Palavras-chave:** Literatura haitiana-quebequense; Dany Laferrière; Morfossintaxe e identidade.

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi escrito visando, por meio de uma análise literária comparativa, mapear algumas das variações das construções sintática e lexical presentes no francês da obra *Comme Faire L'amour avec un Nègre Sans se Fatiguer* (1985) de Dany Laferrière. Nosso objetivo é provar que essas variações que permeiam os recursos estilísticos e enunciativos do autor apontam para a construção complexa de uma identidade (Paula, 2006, p.7), ocorrendo em razão das diferentes comunidades francófonas que compõem o seu francês.

Em nosso estudo, consideramos o francês falado no Haiti e no Quebeque como as principais influências na composição do francês de Dany. Neste sentido, de modo a possibilitar uma compreensão melhor da diversidade de cada uma dessas variantes,

52 Evila Acsa Mendonça Belfort: Graduanda em Licenciatura em Letras-Francês pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [acsa.evila@discente.ufma.br](mailto:acsa.evila@discente.ufma.br).

53 Tarcyene Ellen Santos da Silva: Formada em Licenciatura em Letras-Francês pela Universidade Federal da Paraíba, com mestrado e doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [tarcyene.ellen@ufma.br](mailto:tarcyene.ellen@ufma.br).

trouxemos à memória as particularidades do contexto histórico e social que geraram as variações linguísticas próprias de cada comunidade.

Para estudar essas diferenças será utilizada a observação dos marcadores que apontam para um francês haitiano-quebequense em contraste com o francês falado na França. Esta abordagem foi escolhida como forma de facilitar a observação das principais dissidências entre eles e demarcação desses marcadores linguísticos.

Em um plano diferente, mas ainda correlacionado, faremos uma análise literária da obra. Daremos enfoque na forma como os marcadores linguísticos são utilizados por Laferrière, como eles afetam o estilo de sua escrita e como desnudam ao longo da obra as questões identitárias que fundamentam a sua escrita.

## 2 PANORAMA HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO DO CANADÁ

Para trabalharmos com as diferenças linguísticas presentes no francês falado no Haiti e no Quebec, primeiro devemos olhar para o panorama histórico de formação de cada uma dessas colônias. Só então é possível compreender quais modificações são essas como resultado da combinação de quais circunstâncias elas surgiram.

Como diversas outras colônias, o Canadá foi palco de disputa entre nações colonizadoras. Em 1497, o navegador italiano Giovanni Caboto, reivindica-o como território de domínio da Coroa Britânica, contudo em 1534 o francês Jacques Cartier parte em expedição às terras do Canadá, refletindo o interesse da França naquela localidade. A província do Quebec foi fundada em 1608, por Samuel de Champlain, e Montreal veio a ser fundada pelos franceses somente em 1642 (Ramos, 2024).

O Canadá foi colonizado até o século XVIII pela França, e depois, o Reino Unido começa a controlar o país. Durante oitenta anos, tropas francesas e inglesas disputaram o território, apesar de, em 1763, um tratado de paz reconhecer o controle do Reino Unido sobre o país. Entretanto, pela Lei de Quebec, de 1774, os colonos franceses têm a permissão de manter sua língua e costumes. Apenas em 1931 ocorre o fim da subordinação do Parlamento canadense à Inglaterra e a separação completa desse país (Silva; Pereira, 2007, p. 198).

Ao longo dos séculos essas duas nações imperialistas disputaram o controle do Canadá, e apesar dos acordos e tratados firmados na busca da mediação dos interesses, a França e a Coroa Inglesa e ainda nutriam as suas próprias aspirações voltadas à busca do controle do território.

Após a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1713), a França foi forçada a reconhecer o controle britânico da Baía de Hudson e da Terra Nova, ao passo que os franceses tiveram de ceder a Nova Escócia à Grã-Bretanha. No entanto, durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) as duas nações voltaram a lutar pelo controle do Canadá. Em 1758, os britânicos capturaram a fortaleza de Louisbourg na ilha de Cape Breton. Então, no ano seguinte, o general Wolfe capturou Québec. A vitória de Wolfe no Québec garantiu que o Canadá se tornasse britânico e não francês. Em 1760, os britânicos tomaram Montreal, e em 1763 os franceses foram obrigados a entregar todos seus territórios no Canadá à Grã-Bretanha pelo Tratado de Paris (Ramos, 2024).

Entretanto as influências da dupla colonização do país permaneceram na memória, na cultura, no modo de organização social, e no então objeto de nosso interesse, o idioma. Temos como resultados destes acontecimentos históricos um país bilíngue que tem o inglês e francês como idiomas oficiais.

### 3 ANGLICANIZAÇÃO DO FRANCÊS QUEBEQUENSE NA ESCRITA DE DANY

De acordo com o já apresentado sobre o processo de tomada do Quebec pelos ingleses podemos explicar o processo da anglicanização de termos do francês canadense. A anglicanização no contexto do Canadá consiste na influência direta da língua inglesa na comunidade francófona quebequense, em vista das interações com as comunidades vizinhas falantes do inglês. Este, porém, é um processo que se reporta a décadas anteriores.

Ao detalhar os efeitos da Revolução Tranquila (durante a década de 1960), Moraes relata a ascensão de um movimento nacionalista da oriundo da comunidade francófona como forma reação os discursos de inferioridade perante os anglófonos e cita os seus efeitos na literatura:

Na literatura, os efeitos desses sentimentos independentistas também são percebidos, sobretudo a partir da década de 1960. Em busca de autonomização do fazer literário para romper com a tradição francesa e buscar a expressão da originalidade da sociedade do Quebec, a linguagem literária torna-se meio de expressão por excelência da quebecidade. Simultaneamente, o falar popular quebequense (o *joual*) é incorporado na literatura e, além disso, a pluralidade linguística vivenciada no cotidiano dos falantes passa a ser problematizada na escrita literária, seja pela inclusão de expressões em inglês ou pela hibridação de falares, com o emprego de neologismos oriundos do contato entre as duas línguas (Moraes, 2017, p. 9).

É possível observar na escrita de Laferrière a presença de muitos termos anglicanizados, resultado das medidas tomadas durante a Revolução Tranquila para a promoção e preservação do francês, como o uso de expressões que sofreram a influência direta da interação com o inglês.

Exemplo: “C’est la fille de l’université McGill et c’est Bouba qui l’a surnommée Miz Littérature.” (Laferrière, 1985, p. 15).

O uso do *Miz* em lugar do *Madame* traz a utilização de um termo oriundo do inglês, mas obedecendo a uma lógica de “afrancesamento” das palavras. Esse recurso retoma os ideais nacionalistas de proteção ao idioma, e portanto, da identidade linguística dos quebequenses. Todavia não se pode passar despercebido que esse tipo de escolha lexical perpassa a obra de Laferrière como uma particularidade da construção de suas ironias. A escolha de utilizar um termo próprio do contexto social ao qual está inserido cria um paralelo com as críticas ácidas construídas pelo autor ao longo do livro.

O autor tece críticas à sociedade racista e elitista de Montreal e constrói sátiras com base nos estereótipos e papéis das pessoas em sociedade. Segundo Paula (2006, p. 4001), tais críticas

são construídas “Ao produzir uma literatura que se indaga, entre outras coisas, a respeito do que significa ser imigrante, escritor, negro, americano, no mundo contemporâneo[...].”

Exemplo: “Le garçon arrive avec ses cheveux blonds et son visage botticellien.” (Laferrière, 1985, p. 74).

Dany capta a atenção do leitor sempre que há uma suposta inversão de papéis sociais em flagrante acontecimento. Ao ser atendido por um menino “*blond*” de aparência botticelliana não pode deixar de grifar como tal situação, por várias camadas, pinta um “quadro” perfeito do que pode ser considerado como subversivo em uma sociedade racista. Um homem negro emigrante ao servido por uma pessoa branca em um bar forma composição perfeita para essa alegoria.

Muitos outros exemplos como esses podem ser encontrados no livro. Pudemos observar que várias das escolhas de construção gramatical são compostas por expressões linguísticas típicas do Quebec, sendo em sua maioria usadas de forma semelhante às que apresentamos aqui, como recurso literário na construção de sátiras e alegorias sobre papéis de identidade. A análise que aqui fazemos sobre a escrita de Dany se torna ainda mais precisa ao lado da observação do francês haitiano.

#### 4 PANORAMA HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DO HAITI

O Haiti, assim como o Canadá, passou por um processo de dupla colonização, sendo “descoberto” pelos espanhóis e posteriormente conquistado pelos franceses. “No dia 6 de dezembro de 1492, os ameríndios, descobriram em suas praias os primeiros espanhóis que chegavam para ocupar suas terras. Cristóvão Colombo é o primeiro europeu a descobrir a ilha e a batiza de “Isla Española” (Moreira, 2006, p. 19). Nos anos que se seguiriam o país foi usado pelos espanhóis e franceses como um território para extração de ouro cultivo agrícola e pecuário.

O período de colonização haitiana se estende desde o século XV até a conquista da independência em 1804. Nesse ínterim, a região foi povoada por colonizadores e com eles se iniciou os tráficos massivos de escravizados. Com a instalação de incursões francesas no lado oeste da ilha e a importação de escravizados africanos para as *plantations*, houve embates com os espanhóis.

Em 1697, com tratado de Ryswick, a França obtém da Espanha a posse oficial da parte ocidental da ilha que se torna a colônia de *Saint-Domingue* (futuro Haiti) enquanto a Espanha a parte oriental que continua sendo chamada de *Hispaniola* (futura República Dominicana). (Moreira, 2006, p. 20).

É necessário dizer que o Haiti conseguiu a sua independência por meio de revoltas e lutas, havia rebeliões desde 1522 em busca da reivindicação de direitos. Estes embates foram endossados pelo grande número de africanos escravizados, que inflamados pelos

ideais revolucionários de busca por liberdade, como os promovidos pela *Revolução Francesa* mantiveram a chama de rebeldia acesa ao longo dos séculos. “Dia 1º de janeiro de 1804, Dessalines proclamou a independência do Haiti. Surgia a primeira comunidade de escravos a conquistar sua liberdade, primeira república negra do mundo, primeiro Estado Independente da América latina”. (Moreira, 2006, p.24).

Apesar da conquista da liberdade pela qual lutaram os haitianos, a França deixou para trás um rastro de destruição no país após o conflito. Na busca pela reestruturação da nação, os haitianos se depararam com um sistema de governo organizado em língua francesa, uma organização social definida pelas normas francesas e um credo baseado nos dogmas do colonizador.

Por isto, várias camadas da história política e social do Haiti deixam claro a magnitude da conquista da independência, uma vez que, a própria formação da sociedade haitiana se constitui a partir da fragmentação e ajuntamento de muitas culturas. Este fato se apresenta também na língua e organização política e social, já que o francês era considerado a língua da erudição e administração, já o crioulo, era a língua do povo e do cotidiano. Assim, forma como as duas línguas exerceram influência mútua em si pode ser encontrada na produção literária haitiana colonial.

Com o pano de fundo apresentado, compreende-se que movidos pelo desejo de criar e afirmar uma identidade haitiana, surgiram vários escritores e movimentos literários no Haiti. Isto ocorreu antes, e até depois da revolução que libertou o país. Estes movimentos seguiram, a princípio, uma linha de inspiração ou mimese das composições literárias francesas. Todavia tais correntes rumaram ao fortalecimento de ideais libertários e de construção de uma identidade nacional, como o *indigénisme* e o *noirisme*. (Moreira, 2006, p. 36).

Os reflexos dos discursos literários que apresentamos podem ser encontrados em produções posteriores de autores haitianos. A busca pela definição e construção de uma identidade haitiana ecoa até os dias atuais, esse dilema se desenha a partir das particularidades da formação e colonização da nação. Isto é, pelas dicotomias que constituem a sociedade do Haiti, como França x Espanha, bossales x créoles (Moreira, 2006, p. 26), resgate do passado ou ênfase no presente (Paula 2006, p. 399).

## 5 INFLUÊNCIA DO FRANCÊS HAITIANO DA ESCRITA DE LAFERRIÈRE

De acordo com as informações apresentadas sobre a história do Haiti colonial, é possível afirmar que o francês local foi acrescido de termos provenientes do crioulo haitiano. Sendo, é claro, línguas distintas em nível morfossintático, mesmo com as proximidades lexicais e fonológicas (Spears, 2010, p. 8). Deste modo, se nota que as composições literárias das obras de Dany trazem em seu seio a elementos da junção destas duas línguas no tocante ao contexto social que hora as aproximam, hora as distanciam.

Temos como exemplo a inversão do *nom* e do *adjectif*, situação incomum no francês da França, indicando um francês proveniente do haiti:

Exemplo: “[...] cinq livres de pommes de terre et cette *maudite* Remington.” (Laferrière, 1985, p. 98)

É preciso dizer que sob a perspectiva de uma análise literária da obra pode-se constatar que as influências do francês haitiano podem ser vistas acima de tudo nas problemáticas trazidas na obra, também nos discursos de reação a elas. Apesar da não identificação por Laferrière com os discursos de militância (Paula, 2006, p. 399), há ainda de sua parte, um posicionamento próprio acerca do que deveria ser a literatura pós-colonial haitiana. Ele utiliza um estilo de escrita “simples” e fluido que retrata o cotidiano, se opondo à escrita rebuscada e cheia de floreios do período colonial que se inspirava na França.

Durante a leitura foram encontrados jogos de sentido com as construções gramaticais feitas pelo autor como no trecho:

“Le pire, c’est qu’elle est réellement peinée. La lecture est sacrée pour elle. En plus, un Nègre qui lit, c’est le triomphe de la civilisation judéo-chrétienne ! La preuve que les sanglantes croisades ont eu, finalement, un sens. C’est vrai, l’Occident a pillé l’Afrique, mais ce NÈGRE EST ENTRAIN DE LIRE.” (Laferrière, 1985, p. 27).

O jogo de sentido se dá pela utilização do “en train de lire” ao indicar uma ação contínua não acabada. A crítica se desenha ao satirizar a imagem do homem branco e colonizador como o redentor das nações colonizadas, ironizando representação dos tais como pertencentes a nações superiores e que levaram civilização e salvação aos povos subjugados. Então se estabelece um paralelo com a escolha gramatical do autor a o repertório histórico que o fundamenta.

No seguinte trecho a relação entre a escrita, a crítica e a identidade do autor-personagem ficam ainda mais clara:

“VOUS AVEZ VU ÇA! L’ÉTUDIANT DE MCGILL MANGÉE  
PAR DEUX NÈGRES.  
— COMMENT SAIT-ON ÇA?  
— C’EST LA POLICE QUI A DÉCOUVERT UN BRAS DANS LE  
RÉFRIGÉRATEUR.  
— OH, MON DIEU! C’EST LA NOUVELLE POLITIQUE DE  
L’IMMIGRATION, HEIN! IMPORTER DES CANNIBALES.  
— ILS L’ONT PAS VIOLÉE AVANT, PENDANT QU’ON Y EST?  
— ON NE PEUT PAS SAVOIR, MADAME, ILS L’ONT MANGÉE.  
— OH, MON DIEU!” (Laferrière, 1985. p 27 a 28).

Neste trecho temos a primazia da influência da cultura e identidade haitiano-quebequense na escrita de Dany. A construção dos cenários tendo como pano de fundo a sociedade de Montreal e suas mecânicas, não deixa de trazer na sua composição uma linguagem simples e objetiva (por vezes até obscena) adotada por Dany. Seu estilo de escrita reforça seu posicionamento em frente à produção literária antilhana, que é e de busca pela

individualidade (Paula, 2006, p. 399). Tal posicionamento é fruto da relação com a literatura haitiana que buscou diversos caminhos para expressar a sua identidade ao longo dos séculos

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos observar ao longo do trabalho a influência das comunidades francófonas do Haiti e Canadá para a composição do francês de Dany, uma vez que as marcas linguísticas provenientes de cada uma fazem parte ajuntamento de elementos que compõem a identidade

do autor-personagem em *Comme faire l'amour avec un Nègre sans se fatiguer* (1985). Elas se tornam objeto imprescindível de estudo por possibilitarem um olhar apurado sobre uma obra escrita, tanto pela análise morfosintática quanto literária.

A união destas duas abordagens possibilitou um estudo dos marcadores linguísticos por vários viéses. Deste modo, indo desde o contexto histórico, social e político que a motivam aos artifícios utilizados pelo escritor, até construção de suas narrativas e discursos. Sendo, portanto, responsáveis até nas frases mais simples pelo corpo que um texto irá tomar.

## REFERÊNCIAS

DE PAULA, Irene. A descolonização simbólica do negro da diáspora: ironia e fantasma em Dany Laferrière. **Revista Brasileira do Caribe**, v. 6, n. 12, p. 397-418, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa>. Acesso em: 17 set. 2024.

E DA SILVA, Nilce; ESTEVÃO PEREIRA, Luzia. Diálogo entre Brasil e Canadá: colonização, identidade e aprendizado das línguas oficiais na instituição escolar. **Interfaces Brasil/ Canadá**, v. 7, n. 1, p. 195 - 211, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/interfaces/article/view/6945>. Acesso em: 29 set. 2024.

LAFERRIÈRE, Dany. **Comment faire l'amour avec un Nègre sans se fatiguer**. Montréal, Qc: VLB Éditeur, 1985. 109 p. ISBN 2-89005-218-4.

MORAES, Luciano. QUEBEC: LITERATURA, HISTÓRIA E IDENTIDADES EM CONFLITO. **Organon**, v. 32, n. 63, 2017.

MOREIRA, Heloisa. **Traduzindo uma Obra Crioula: pays sans chapeau de dany laferrière**. 2006. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RAMOS, Jefferson. **História do Canadá**. 18 mar. 2024. Disponível em: [https://www.suapesquisa.com/historia/historia\\_canada.htm#:~:text=Após%20a%20conquista%20britânica%20da%20Nova](https://www.suapesquisa.com/historia/historia_canada.htm#:~:text=Após%20a%20conquista%20britânica%20da%20Nova). Acesso em: 30 set. 2024.

TEIXEIRA, L. R.; SILVA, S. M. Morfologia flexional dos verbos no Português Brasileiro e no Crioulo Haitiano. **Revista Investigações**, Recife, v. 32, n. 2, p. 370 - 395, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/241664>. Acesso em 26/09/2024.

SPEARS, A. Introduction: The Haitian Creole language. In: SPERAS, A.; JOSEPH, C. **The Haitian Creole language: history, structure, use, and education**. Lanham, MD: Lexington

Books, 2010.

# LITERATURA E HEROÍSMO: análise da representação do estereótipo feminino na releitura da obra “Odisseia” de Homero e “Odisseia de Penélope” de Margaret Atwood

**Vanessa Aragão da Rocha**<sup>54</sup>

Universidade do Estado do Pará

**Ellen Vitória Silva Batista**<sup>55</sup>

Universidade do Estado do Pará

**Talita Rodrigues de Sá**<sup>56</sup>

Universidade do Estado do Pará

## RESUMO

A representação da figura feminina heroica muda da narrativa épica clássica para releitura moderna, contribuindo para compreensão da maneira como as perspectivas de gênero e os ideais heroicos são moldados pela cultura e pelo contexto histórico. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a representação da figura feminina heroica apresentada em 02 (duas) obras literárias. A análise é feita a partir da comparação da narrativa épica tradicional com a reimaginação moderna. Na abordagem teórica foi adotada a estrutura proposta por Joseph Campbell em “O Herói de Mil Faces” para examinar a representação da heroína nas obras “Odisseia” de Homero e “Odisseia de Penélope” de Margaret Atwood. A teoria de Campbell fornece uma estrutura rica para analisar a jornada das heroínas e compreender seus desafios, transformações e relevância em diferentes contextos. O aporte teórico está fundamentado nos seguintes autores: Silveira (2013); (Atwood, 2020) etc. O aporte metodológico foi elaborado a partir do método comparativo de análise textual e abordagem qualitativa. O objeto de análise comparativa são 02 (duas) obras literárias: Odisseia de Homero e Odisseia de Penélope de Margaret Atwood. As aproximações conclusivas mostram que o estereótipo da personagem feminina de Penélope de Margaret Atwood é representado na obra a partir de postura ativa e independente, desafiando ativamente as convenções sociais e as expectativas tradicionais do seu papel como esposa. Ela se destaca por sua participação mais assertiva na trama e é apresentada como uma mulher corajosa e perspicaz que enfrenta as limitações impostas pelo patriarcado.

**Palavras-chave:** Literatura; Estereótipo feminino; Odisseia.

## 1 INTRODUÇÃO

De que maneira as representações da heroína nas obras A Odisseia de Homero e A Odisseia de Penélope de Margaret Atwood revelam mudanças nas concepções de heroísmo e feminilidade ao longo do tempo, sob diferentes perspectivas literárias? Esta pesquisa justifica-se pela contribuição que oferece ao entendimento de como a representação da figura heroica feminina evoluiu da narrativa épica clássica para uma releitura moderna.

54 Graduada em Letras. Bolsista PIBIC- Universidade do Estado do Pará. E-mail: vanrcha93@gmail.com.

55 Graduada em Letras. Aluna PIBIC- Universidade do Estado do Pará. E-mail: vitoriabatistavb64@gmail.com.

56 Docente Universidade do Estado do Pará. Doutoranda em Educação- UEPA. E-mail: talita.sa@uepa.br.

Ao analisar as duas obras, a pesquisa também investiga como as autoras abordaram a voz feminina em diferentes períodos, destacando as mudanças de enfoque entre a literatura clássica e contemporânea. A comparação entre as duas representações de Penélope fornecerá visão crítica sobre o papel da mulher na literatura e nas estruturas sociais.

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a representação da figura feminina heroica apresentada em 02 (duas) obras literárias.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Para compreender a representação de Penélope nas obras de Homero e Margaret Atwood, é crucial compreender o patriarcado. De acordo com Sylvia Walby (1990, p. 25) “O patriarcado é um sistema social que organiza uma sociedade de maneira que privilegia os homens e desvaloriza as mulheres, sustentado por uma estrutura de poder que perpetua a dominação masculina”. Essa definição permite compreender a forma como as narrativas femininas são moldadas dentro de estruturas de poder que favorecem os homens e proporcionam às mulheres pouco espaço de expressão e autonomia.

O que se segue é uma análise da forma como o modelo social do patriarcado molda a narrativa de Homero e como Atwood faz a crítica através de redefinição mais moderna de Penélope. O patriarcado é um sistema social em que o poder é detido por homens e as mulheres são frequentemente relegadas a papéis secundários. Este sistema afeta a forma como as mulheres são retratadas na literatura, especialmente na ficção **épica** clássica, onde os papéis femininos são limitados a esferas domésticas e de submissão.

Na Grécia Antiga, o patriarcado era uma estrutura central que regulava as relações sociais e familiares. Odisseia de Homero, Penélope é uma mulher prudente e fiel à espera do marido, características valorizadas em uma sociedade patriarcal. Sua principal função na narrativa é aguardar o retorno de Ulisses, mantendo a ordem doméstica e preservar a honra de seu marido. Essa representação reflete uma visão tradicional e patriarcal das mulheres, onde sua virtude é definida por sua paciência e lealdade ao marido. Como observa a historiadora Eva Cantarella:

[...] ainda que não verdadeiras, de fato, as situações que os poetas descreviam deveriam ser em qualquer caso verossímeis, os diversos personagens deveriam se comportar segundo regras e convenções sociais reais, a moral que inspirava os seus atos deveria ser aquela que a poesia, quase que de forma institucionalizada, ensinava e transmitia. A sociedade descrita na *Iliada* e na *Odisseia*, para concluir, é o espelho da sociedade grega nos séculos entre o fim da civilização micênica e o século VIII a.C: e a condição feminina que esses poetas imaginavam descrevia a condição das mulheres que viveram naqueles séculos. (Cantarella, 2020, p. 98).

Dessa forma, o comportamento de Penélope na obra de Homero reflete as normas sociais e a moral da época, consolidando a imagem de uma mulher confinada às regras patriarcais.

Como observa Traça (1998, p. 97), “os movimentos das heroínas, nos contos ‘clássicos’, são de tal modo restritos, que permanecem quase sempre imobilizadas. Os heróis partem à

descoberta do vasto mundo, lutam com dragões, enfrentam terríveis gigantes; as heroínas bem-comportadas **não saem nunca das rotas batidas [...]**”. Penélope exemplifica essa dinâmica, ficando restrita ao papel de esposa que espera, presa à narrativa, enquanto Ulisses vivencia aventuras e desafios fora de casa.

Esta restrição literal e figurativa reflete **não** apenas as normas sociais da época, mas também o controle patriarcal sobre as narrativas das mulheres. Restrita ao papel de esposa, Penélope representa uma heroína imobilizada, enquanto os homens da narrativa vivem suas aventuras. Este modelo só foi desconstruído séculos mais tarde, com obras como a de Atwood subvertendo esta imobilidade e dando a Penelope a autonomia que lhe tinha sido negada.

Em Homero, a voz de Penélope é abafada ou limitada, mediada por figuras masculinas como Ulisses e Telêmaco. A falta de espaço de Penelope para expressar os seus pensamentos e sentimentos reflete a forma como o patriarcado controla as narrativas femininas. Ela permanece confinada ao seu papel de guardiã da casa, enquanto os homens dominam o espaço público e discursivo, reforçando a hierarquia de gênero que permeia a sociedade grega.

Na *Odisséia* de Penélope, Margaret Atwood subverte a imagem tradicional da heroína e critica diretamente o patriarcado que molda a narrativa original. Ao dar voz a Penelope, Atwood permite que a heroína reflita sobre sua própria postura submissa e as limitações de ser mulher. A Penélope de Atwood questiona as normas patriarcais que regem a sua vida, revelando as frustrações e contradições que surgem do seu papel como esposa devotada, forçada a conformar-se com expectativas sociais restritivas.

A pesquisa de Atwood é consistente com a visão de Yager (1988, p. 31), que observou que “o romance é uma forma multivocal, que abre para as mulheres escritoras uma oportunidade de obstruir práticas discursivas que constituem os pressupostos patriarcais do cotidiano”. Atwood, portanto, usa o romance como um espaço para criticar diretamente a dinâmica de poder da opressão das mulheres.

Através da narrativa de Atwood, a personagem de Penélope finalmente encontra uma voz própria, que lhe permite visitar e questionar sua própria história. Esse uso da voz feminina como forma de resistência ao patriarcado é fundamental para a crítica de Atwood. Enquanto na obra de Homero Penélope é **figura** silenciada, na releitura contemporânea ela reflete sobre suas escolhas e sobre o sistema que a oprimiu, subvertendo as normas que limitavam sua autonomia.

As diferentes abordagens à personagem Penélope refletem não apenas mudanças nas concepções de heroísmo, mas também uma transformação na forma como o patriarcado é visto e questionado ao longo do tempo. Enquanto a obra de Homero reforça as normas patriarcais que confinam Penélope a um papel passivo, Atwood oferece uma crítica a essas estruturas, propondo releitura mais autônoma e crítica da heroína.

A obra *Odisseia* de Penélope não apenas revisita a mitologia, mas também desafia as dinâmicas de poder que ainda permeiam a sociedade contemporânea.

O feminismo, movimento que busca a igualdade de gênero, tem desempenhado papel crucial na revisão das representações femininas na literatura. Enquanto a narrativa de Homero reflete as normas patriarcais da Grécia Antiga, a obra de Atwood se alinha às críticas feministas ao desconstruir esses papéis tradicionais e dar voz às mulheres.

Ao fazer isso, Atwood transforma Penélope em uma figura autônoma, questionadora e crítica, que desafia as expectativas sociais e patriarcais de sua época. Assim, o feminismo é central para a releitura de Penélope, oferecendo uma nova perspectiva que reflete as demandas por igualdade e justiça na sociedade contemporânea. Segundo Butler (2003, p. 19): “[...] a crítica feminista também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação”.

Uma das contribuições mais significativas do feminismo para a literatura contemporânea é a valorização da voz feminina. No caso de Penélope, enquanto na ‘Odisseia’ de Homero sua voz é mediada ou suprimida pelos homens ao seu redor, na releitura de Atwood, Penélope ganha uma voz ativa, capaz de refletir sobre suas escolhas e o contexto patriarcal que a oprimiu. Isso é reflexo direto da crítica feminista, que busca resgatar as narrativas femininas e dar-lhes o protagonismo que lhes foi negado na história literária.

A releitura de Penélope por Atwood, sob a ótica feminista, oferece uma perspectiva multifacetada da personagem, que vai além do papel tradicional de esposa fiel. O feminismo permite que Penélope seja retratada como uma mulher complexa, que não apenas cumpre as expectativas sociais, mas que também reflete sobre essas mesmas expectativas, questionando-as.

Atwood não apenas resgata a personagem de Penélope de sua representação passiva, mas a transforma em um símbolo de resistência e autonomia feminina, oferecendo uma crítica poderosa às normas patriarcais tradicionais. A crítica feminista presente na obra de Atwood oferece uma visão transformadora da figura de Penélope, que passa de uma personagem passiva e submissa para uma mulher que questiona o patriarcado e reivindica sua própria voz.

Essa abordagem feminista não apenas ressignifica a narrativa clássica, mas também destaca a importância de se revisitar personagens femininas da literatura sob uma nova luz, alinhada com as demandas contemporâneas por igualdade de gênero e justiça social.

Atwood se utiliza de abordagem feminista para criticar diretamente o patriarcado que moldou a vida de Penélope. Sua Penélope não apenas enfrenta as limitações impostas pelo patriarcado, mas também questiona essas normas. Essa crítica feminista subverte a narrativa tradicional de submissão, permitindo que Penélope se afirme como uma mulher autônoma e crítica.

Como afirma Waugh (1998, p. 177), “o feminismo pode ser amplamente definido como um movimento político cujos objetivos principais têm uma natureza emancipatória” em relação à opressão das mulheres. Esse aspecto emancipatório é fundamental para a releitura de Atwood, que transforma Penélope em uma figura de resistência e reflexão.

Ao “dar voz” à heroína, Atwood propõe uma narrativa que desafia as estruturas de poder patriarcais, trazendo à tona as tensões e contradições da condição feminina na sociedade antiga e contemporânea.

A presença de discurso que favorece o patriarcado na construção da narrativa de Penélope em Homero e a desconstrução por Atwood, torna-se essencial adotar abordagem metodológica que permita comparar as diferentes representações femininas ao longo do tempo. Para tanto, a pesquisa adota análise textual qualitativa, conforme descrito a seguir.

A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, por meio de análise textual comparativa. Para Minayo (2010), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e de atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A autora ainda acrescenta que a pesquisa qualitativa “[...] responde a questões muito particulares [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado (Minayo, 2001, p. 22)”.

Conforme Silveira (2013), o método comparativo se baseia “[...] no método das semelhanças e das diferenças ou na observação de variações concomitantes”.

A seleção foi realizada em 02 (duas) obras para identificar semelhanças e diferenças na caracterização das personagens femininas a partir do conceito de heroísmo apresentado na obra.

Na abordagem teórica foi adotada a estrutura proposta por Joseph Campbell em “O Herói de Mil Faces” para examinar a representação da heroína nas obras “Odisseia” de Homero e “Odisseia de Penélope” de Margaret Atwood. A teoria de Campbell fornece uma estrutura rica para analisar a jornada das heroínas e compreender seus desafios, transformações e relevância em diferentes contextos.

A análise da representação da heroína nas obras Odisseia de Homero e A Odisseia de Penélope de Margaret Atwood é enriquecida ao considerar a teoria do herói proposta por Joseph Campbell em O Herói de Mil Faces. Campbell oferece uma estrutura que permite compreender como o conceito de heroísmo evolui ao longo do tempo, refletindo mudanças nas expectativas culturais e sociais.

Arantes (2008) mostra que a literatura ocidental herdou o modelo heroico da literatura grega, começando com Homero em suas epopeias *Ilíada* e *Odisseia*. (Arantes, 2008, p. 1). Na obra de Homero, Penélope é apresentada dentro desse modelo tradicional, onde o herói é caracterizado por virtudes amplamente reconhecidas, como coragem e lealdade. Esse modelo heroico, conforme descrito por Campbell (2007), inclui a jornada do herói que, ao vencer suas limitações, alcança formas universais de compreensão e transformação.

Segundo Arantes (2008) a transição no conceito de heroísmo, com o surgimento do anti-herói em resposta às mudanças na sociedade. O herói tradicional começa a não corresponder aos anseios do homem moderno, dando lugar a personagens que não se encaixam no modelo clássico e que representam questões emergentes e a subversão dos

valores estabelecidos. (Arantes, 2008, p. 1). Essa mudança reflete movimento em direção a uma representação mais complexa e ambígua do heroísmo, como exemplificado na releitura contemporânea de Atwood.

De acordo com Campbell (2007), o herói moderno é aquele que consegue transcender limitações pessoais e contextuais, alcançando formas válidas e humanas de expressão. Em *A Odisseia de Penélope*, Atwood oferece uma Penélope que não se conforma com o papel passivo tradicional. Em vez disso, ela se torna uma heroína que enfrenta e questiona o patriarcado, uma característica que ressoa com a ideia de Campbell sobre o herói que retorna transfigurado e ensina a lição de uma vida renovada (Campbell, 2007, p. 28).

Resende (2010,) complementa que os heróis são criados para lidar com as imperfeições e dilemas humanos, possuindo virtudes acima da média e defendendo ideais elevados. (Resende, 2010, p. 45). Na obra *A Odisseia de Penélope*, Penélope é uma figura que, ao invés de se conformar com a expectativa de submissão, utiliza sua inteligência e coragem para desafiar as normas patriarcais e refletir sobre sua própria condição. Isso exemplifica a transição do herói clássico para o herói moderno, conforme descrito por Campbell.

Arantes (2008) também destaca que; “o herói representa a condição humana em sua complexidade, ultrapassando as limitações da existência comum...” (Arantes, 2008, p. 4). A Penélope de Atwood, ao confrontar e criticar o sistema patriarcal, vai além das virtudes tradicionais e se apresenta como uma personagem que reflete a complexidade psicológica e social das mulheres na contemporaneidade.

Portanto, a teoria de Campbell, quando aplicada à comparação entre a Penélope de Homero e a de Atwood, revela como o conceito de heroísmo evoluiu de uma figura clássica de virtudes passivas para uma heroína moderna com uma voz ativa e crítica.

A transição do herói tradicional para o anti-herói e, finalmente, para o herói moderno sublinha uma evolução significativa na representação da heroína e destaca a importância de considerar como as transformações sociais e culturais influenciam a narrativa heroica.

Na narrativa épica, Penélope é relegada a um papel secundário, com suas ações e escolhas limitadas, quase invisíveis sob o domínio da trama. Contudo, na nova perspectiva contemporânea Penélope é o foco principal e a história é contada de sua perspectiva, oferecendo uma visão única de suas experiências e desafios enquanto espera pelo retorno de Odisseu: “Agora que todos os outros perderam o folego, é minha vez de fazer meu relato. Devo isso a mim mesma.” (Atwood, 2020, p. 14).

### 3 ANÁLISE DOS DADOS

Penélope assume postura ativa e independente, desafiando ativamente as convenções sociais e as expectativas tradicionais do seu papel como esposa. Ela se destaca por sua participação mais assertiva na trama e é apresentada como uma mulher corajosa e perspicaz que enfrenta as limitações impostas pelo patriarcado.

**Quadro 1** - Comparação entre representação da figura feminina nas duas obras.

<b>A Odisseia – Homero</b>	<b>A Odisseia de Penélope – Margaret Atwood</b>
“pois prudente e bem-intencionada na sua mente / é a filha de Ícaro, a sensata Penélope” (Homero, 2011, p. 312).	“[...] , mas a inteligência é uma virtude que o homem aprecia na esposa desde que ela esteja longe dele. De perto, ele aceita a gentileza a qualquer hora do dia ou da noite, se não houver nada mais atraente à disposição” (Atwood, 2020, p. 31).
Jovens pretendentes! Visto que morreu o divino Ulisses, / tende paciência (embora me cobiceis como esposa) até terminar / esta veste – pois não quereria ter fiado lã em vão –, tecer uma mortalha para Laertes, para quando o atinja o destino deletério da morte irreversível, para que entre o povo nenhuma mulher me lance a censura de que jaz sem mortalha quem tantos haveres granjeou. (Homero, 2011, p. 137).	“Parece que me tornei conhecida pela inteligência. E por mortalhas, devoção ao marido e discrição” (Atwood, 2020, p. 26).
“Destas, doze enveredam pela pouca-vergonha; não me respeitavam a mim, nem a Penélope” (Homero, 2011, p. 508).	“A culpa foi minha. Eu não havia revelado o esquema a Euricleia” (Atwood, 2020, p. 102).

**Fonte:** arquivo das autoras (2024).

Ao analisar os dados fornecidos na tabela comparativa entre as representações de Penélope na “Odisseia” de Homero e em “A Odisseia de Penélope” de Margaret Atwood revela uma mudança significativa na caracterização e no papel da personagem feminina nas duas obras. Na “Odisseia” de Homero, Penélope é retratada como uma figura de prudência e submissão. Ela é descrita como prudente, bem-intencionada e sensata, destacando-se por sua paciência e lealdade ao marido ausente.

Homero enfatiza a conformidade de Penélope às normas sociais da época, -Antiguidade. Estima-se que Odisseia foi escrito entre os anos de IV e VII a.C. (período clássico) - mostrando-a como uma esposa fiel que mantém a esperança e cuida das responsabilidades domésticas, como a confecção da mortalha para Laertes.

Essa representação reflete contexto patriarcal, onde a inteligência e diligência de Penélope são reconhecidas, mas sempre dentro dos limites do que era considerado apropriado para uma mulher. A narrativa de Homero posiciona Penélope em um papel subordinado, onde sua obediência e subordinação são evidentes, e suas qualidades são apreciadas à distância, sem questionamento das dinâmicas de poder que a cercam.

Durante muito tempo na literatura foi assim, as mulheres foram excluídas da história, pois a maioria das fontes escritas foram escritas por homens da elite letrada grega, onde era comum afirmar a inferioridade da mulher.

No período Clássico, que abrange principalmente a Grécia e Roma antiga a posição da mulher na sociedade era geralmente restrita em termos de participação pública e política, ficando assim com o papel social inerente ao casamento e religião, tendo assim suas interações sociais limitadas em relação aos homens.

As mulheres muitas vezes eram consideradas propriedades do pai ou do marido e embora na Roma algumas tivessem algumas liberdades legais e sociais, suas principais funções eram focadas na esfera doméstica, como gestão do lar e criação dos filhos.

No entanto, é essencial ponderar que existiam variações nas experiências das mulheres dependendo da classe social *status* econômico e região geográfica onde estavam localizadas. Logo são nesses moldes do período clássico que a heroína é representada em “Odisseia” de Homero.

Em contraste, “A Odisseia de Penélope” de Margaret Atwood apresenta uma Penélope que assume postura mais ativa e independente, desafiando ativamente as normas e expectativas sociais. A narrativa de Atwood coloca Penélope em comportamento crítico em relação ao patriarcado.

Penélope se destaca como mulher corajosa e perspicaz, que não apenas aceita passivamente seu destino, mas reflete sobre suas ações e a dinâmica de poder ao seu redor. Atwood dá voz a Penélope, permitindo-lhe expressar as próprias reflexões e contestar as limitações impostas pelo patriarcado. Essa nova perspectiva contemporânea oferece visão única das experiências de Penélope, apresentando-a como figura complexa e independente que enfrenta e questiona as tradições antigas.

Enquanto Homero apresenta Penélope como modelo de prudência e submissão, Atwood reinterpreta a personagem, proporcionando leitura rica e multifacetada que desafia as narrativas tradicionais. Essa abordagem contemporânea não apenas revisita a figura de Penélope, mas também oferece crítica às limitações históricas impostas às mulheres, destacando a importância de dar voz às experiências vividas.

#### 4 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Esta pesquisa visou analisar a representação da figura feminina heroica apresentada em 02 (duas) obras literárias. A análise é feita a partir da comparação da narrativa épica tradicional com a reimaginação moderna.

A pesquisa permite identificar que a personagem Penélope de Homero é retratada como estereótipo de prudência e submissão, enquanto a personagem Penélope de Atwood é apresentada como uma heroína autônoma e crítica, evidenciando mudanças significativas na forma como a heroína feminina é representada na obra.

A mudança no perfil de uma heroína que aceita passivamente seu destino para uma que questiona e desafia as normas sociais reflete transformação nas ideias de heroísmo. A releitura de Atwood destaca o empoderamento feminino, desafiando os papéis tradicionais impostos às mulheres. Essas descobertas fornecem nova perspectiva sobre como personagens femininas em textos clássicos podem ser reinterpretadas para refletir preocupações contemporâneas.

A análise das obras destaca a importância de considerar o impacto do patriarcado na literatura e a relevância das perspectivas feministas na revisão dessas narrativas.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, Aldinéia Cardoso. **O estatuto do Anti-herói**: estudo da origem e representação, em análise crítica do “Satyricon”, de Petronio e “Dom Quixote” de Cervantes. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2008.
- ATWOOD, M. **A odisseia de Penélope**. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BUTLER, J. 2003. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. Tradução Adail Ubirajara Sobral. Cultrix/Pensamento. São Paulo. 2007.
- CANTARELLA, Eva. **L’ambiguo malanno**: condizione e immagine della donnanell’antichità greca e romana. Milano: Giangiacomo Feltrinelli Editore, 2020.
- HOMERO. **Odisseia**. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2013.
- MINAYO, MCS. **O desafio do conhecimento**. 12 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.
- SILVEIRA, E. C. C. **Metodologia Comparada**: repensando sua relevância na construção da identidade latino-americana. [S.l. : s.n.], 2013. Disponível em: [www.sbec.org.br/evt2003/trab36.doc](http://www.sbec.org.br/evt2003/trab36.doc). Acesso em 09 set. 2024.
- TRAÇA, Maria Emília. **O Fio da Memória**: do conto popular ao conto para crianças. Porto: Porto Editora, 1998.
- YAEGER, Patricia. **Honey-Mad Women**: Emancipatory Strategies in Women’s Writings. New York: Columbia University Press, 1988. (citado por Luiz Manoel da Silva Oliveiras, UFSJ, 2012).
- WAUGH, Patricia. Postmodernism and Feminism. In: JACKSON, Stevi; JONES, Jackie (ed.). **Contemporary Feminist Theories**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1998.

## OPRESSÕES COLONIALISTAS E RESISTÊNCIAS DECOLONIAIS EM *TORTO ARADO* (2019), DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR

Marcos Vinicius Rodrigues<sup>57</sup>

Universidade Federal da Grande Dourados

Leoné Astride Barzotto<sup>58</sup>

Universidade Federal da Grande Dourados

### RESUMO

Esta pesquisa pretende evidenciar os processos de dominação e opressão, por vezes dados interseccionalmente a partir das categorias de etnia, classe e gênero, em *Torto Arado* (Vieira Junior, 2019), bem como contrapor as resistências, em confronto a tais processos de subalternização, levantadas pelas personagens na narrativa. Para tanto, esta pesquisa revisa, em face a excertos de *Torto Arado* (2019), as discussões de civilidade dissimulada (Bhabha, 2013), fascismo social (Santos, 2009), colonialidade (Quijano, 2005), colonialidade de gênero (Lugones, 2020), pensamento liminar (2003) e entrelaçamento do pedagógico e o decolonial (Walsh, 2013). Destarte, a metodologia desta pesquisa dá-se mediante a leitura, interpretação e recolha, em todos os autores citados, de passagens e eixos temáticos que melhor se adequam à análise aqui apresentada. Por resultados, é perceptível que *Torto Arado* (2019) é enfático em denunciar os processos de dominação interseccionais ao passo que ilumina as estratégias de resistência por meio de suas personagens.

**Palavras-chave:** Literatura brasileira; Literatura decolonial; Epistemologia liminar.

### 1 INTRODUÇÃO

Em 02 de julho de 2024, uma mulher foi resgatada em condições análogas à escravidão no Rio de Janeiro. Segundo Coelho (2024) para o portal de notícias G1, a mulher trabalhava de forma ininterrupta sem salário e sem descanso há mais de 46 anos. De acordo com o procurador responsável pelo caso, a mulher “não tinha autonomia financeira, [...] acesso a salário ou renda, nem autonomia pessoal, vivendo permanentemente em situação de sujeição à família para a qual trabalhava, sendo que sua existência no período se resumia a esse trabalho” (Gurjão *apud* Coelho, 2024). A situação desta mulher recentemente resgatada nestas condições que beiram à escravidão encontra um imenso “espelho” no romance *Torto Arado* (2019) de Itamar Vieira Junior, especialmente, no que diz à personagem Belonísia: ambas mulheres, negras e laboralmente exploradas, isto é, presas em um contrato de trabalho análogo à escravidão.

A saber, a diegese em *Torto Arado* (2019) se desenvolve a partir de um acidente. Belonísia e Bibiana, ainda crianças, encontram uma faca pertencente a sua avó, Donana. Em um ato de curiosidade, Belonísia põe a faca na boca e a manuseia de modo a dilacerar sua própria língua. A narrativa segue com Bibiana se tornando a voz de Belonísia até que a primeira vai

57 Graduado em Letras-Literatura pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: pesquisadormarcosvrodriques@gmail.com.

58 Professora do PPG-Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); bolsista produtividade PQ 02-CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). E-mail: leonebarzotto@ufgd.edu.br.

embora da Fazenda de Água Negra em um ato de fuga destas mesmas condições de trabalho. Regressando anos depois letrada e ativa em movimentos de resistência, Bibiana ascende à categoria de voz de seu povo, este oprimido por tais situações degradantes de trabalho impostas pelos donos de Água Negra, insurgindo, desta maneira, entre eles, a consciência de seus direitos humanos e trabalhistas.

De modo análogo, as personagens descendentes de escravos, em *Torto arado* (2019), tornam-se as vozes de seus ancestrais que tiveram suas “línguas cortadas fora” pelo processo de colonização. Silenciados tal qual Belonisia foi pelo acidente com a faca de Donana, os primeiros povos africanos transatlanticamente traficados tiveram suas dores, injustiças e opressões apagadas por uma história contada de cima para baixo. Conscientizados pelas teorias insurgentes produzidas neste recente espaço acadêmico pós-colonial/decolonial tal qual Bibiana e seu marido Severo, os descendentes de escravos, no romance, lutam para falar contra os regimes de poder que tentam perpetuar a matriz deste colonialismo escravocrata, ou seja, falar pelos que foram deslinguados. Conformando-se a seu papel de literatura viva e humanamente impactante, *Torto Arado* (2019) mostra-se documento social destas vozes que falam por “línguas mutiladas” tais quais a da mulher resgatada no Rio de Janeiro e a de Belonísia.

Tendo este romance por *corpus*, esta pesquisa objetiva evidenciar os processos de dominação e opressão engendrados de forma interseccional a partir das categorias de etnia, classe e gênero no romance brasileiro *Torto Arado* (2019) do escritor baiano Itamar Vieira Junior, assim como opor as resistências, em contraponto a estes processos de subalternização, levantadas pelas personagens desta narrativa. Com tal fim, esta pesquisa revisa, em face a excertos de *Torto Arado* (2019), as discussões sobre civilidade dissimulada (Bhabha, 2013), colonialidade (Quijano, 2005), colonialidade de gênero (Lugones, 2020), fascismo social (Santos, 2009), pensamento liminar (Mignolo, 2003) e sobre o entrelace do pedagógico e o decolonial (Walsh, 2013). De tal modo, a metodologia desta pesquisa dá-se mediante o estudo bibliográfico, bem como pela leitura seletiva, interpretação e recolha, em todos os autores citados, de passagens e eixos temáticos que melhor se adequam à análise aqui elaborada.

## 2 OPRESSÕES COLONIALISTAS

A narrativa de *Torto Arado* (2019) ocorre no microcosmos da fazenda de Água Negra, terra cujos proprietários cedem ao povo de Belonisia a fins de asilo. O discurso que embasa as relações de poder e submissão em Água negra pode ser resumido como: os donos da fazenda são “herois”, filantropos que salvaram o povo do desabrigo dando-lhes terra para morar e plantar. Em troca, o povo deveria lhes ser grato e trabalhar sem direito algum em benefício dos proprietários:

[os donos da fazenda] Passaram a lembrar para seus trabalhadores como eram bons, porque davam abrigo aos pretos sem casa, que andavam de terra em terra procurando onde morar. Como eram bons, porque não havia mais chicote para castigar o povo. Como eram bons, por permitirem que plantassem seu próprio arroz e feijão, o quiabo e a abóbora. A batata-

doce do café da manhã. “Mas vocês precisam pagar esse pedaço de chão onde plantam seu sustento, o prato que comem, porque saco vazio não fica em pé. Então, vocês trabalham nas minhas roças e, com o tempo que sobrar, cuidam do que é de vocês. Ah, mas não pode construir casa de tijolo, nem colocar telha de cerâmica. Vocês são trabalhadores, não podem ter casa igual a dono. Podem ir embora quando quiserem, mas pensem bem, está difícil morada em outro canto” (Vieira Junior, 2019, p. 204).

Neste discurso, basilar para o regime de poder em Água Negra, se observa uma contradição, isto é, uma ambiguidade. Os donos desta fazenda são responsáveis tanto pela salvação quanto pela condenação de seus trabalhadores: salvadores do desabrigo, agentes de sua opressão. Neste discurso ambíguo, percebe-se a dissimulação de uma civilidade conforme conceitua Bhabha (2013):

O que se articula na duplicidade do discurso colonial não é simplesmente a violência de uma nação poderosa escrevendo a história de outra. “Seja o pai e o opressor... justo e injusto” é um modo de pronunciamento contraditório que reinscreve de modo ambivalente, através de relações de poder diferenciais, tanto o colonizador como o colonizado (Bhabha, 2013, p. 161).

Isto significa que, em *Torto Arado* (2019), as relações de poder são atualizadas por um discurso colonial ambivalente que não se satisfaz em apenas oprimir. Para este tipo de poderio autoritário, é necessário o fingimento de uma civilidade, sua dissimulação. Aqui, entende-se civilidade como o respeito mútuo entre membros de uma sociedade organizada, no caso a sociedade de Água Negra. Porém, como dito, esta civilidade é levantada apenas para mascarar as práticas desumanas que este regime de poder autoritário e vertical implica, bem como para obter aceitação de seus subalternos.

Destarte, tal ambiguidade presente no discurso colonial da Fazenda de Água Negra pede, de seus oprimidos, uma validação no que tange a seus opressores, ou, como Bhabha (2013) postula, “a voz narrativa articula a demanda narcísica, colonialista, de que se dirija diretamente a ela, *que o Outro legitime o Mesmo*, reconheça sua prioridade, preencha seus contornos, reflete, na verdade repita, suas referências e ainda seu olhar fraturado” (p. 165, grifos nossos). Isto é visto especialmente em Zeca Chapéu Grande, pai de Bibiana e Belonísia, que legitima a opressão vivida a partir de sua gratidão e lealdade aos donos da Fazenda: “Zeca nos fez saber, em muitas oportunidades, que falar mal de quem havia nos acolhido e permitido que morássemos e dali vivêssemos era ingratidão” (Vieira Junior, 2019, p. 53). Zeca Chapéu Grande, assim, valida as práticas de trabalho degradante ambigualmente impostas pelo discurso salvador dos donos de Água Negra, recorrendo, por vezes, a eufemismos a fim de mascarar a opressão que ali ocorre: “Vi meu pai dizer para meu tio que no tempo de seus avós era pior, não podia ter roça, não havia casa, todos se amontoavam no mesmo espaço, no mesmo barracão” (Vieira Junior, 2019, p. 47). Este trecho faz uma clara menção ao período da escravidão (“tempo de seus avós”) como que se fosse uma boa ação, uma generosidade, parar de escravizar alguém, parar de obstruir seu direito humano e inalienável à liberdade.

Neste sentido, tal civilidade dissimulada, consequência da ambiguidade inscrita no discurso colonial de poder, embasa as já expostas relações de trabalho e poder despóticas que podem ser descritas tão bem pela perspectiva de Boaventura de Sousa Santos (2009)

como a “[...] ascensão do fascismo social, [a saber,] um regime social de relações de poder extremamente desiguais que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca” (Santos, 2009, p. 37). Como é de se idear, a narrativa de *Torto Arado* (2019) apresenta como a parte mais forte, nesta relação de poder desigual, os proprietários de Água Negra, enquanto como a parte mais fraca seus moradores explorados.

Ao mais, partindo desta discussão de fascismo social, Santos (2009) especifica o conceito de fascismo contratual, este que se faz presente

[...] nas situações em que a diferença de poder entre as partes no contrato de direito civil (seja ele um contrato de trabalho ou um contrato de fornecimento de bens ou serviços) é de tal ordem que a parte mais fraca, vulnerabilizada por não ter alternativa ao contrato, aceita as condições que lhe são impostas pela parte mais poderosa, por mais onerosas e despóticas que sejam (Santos, 2009, p. 37).

Esta forma de fascismo impregnada em contratos desiguais de trabalho é denunciada veementemente em *Torto arado* (2019), uma vez que este regime despótico torna Água Negra uma

[...] terra hostil [...], de maus tratos, onde gente morria sem assistência, onde vivíamos como gado, trabalhando sem ter nada em troca, nem mesmo o descanso, e as únicas coisas a que tínhamos direito era morar até quando os senhores quisessem e a cova que nos esperava fosse cavada na Viração [,cemitério], caso não deixássemos Água Negra (Vieira Junior, 2019, p. 128).

Este regime contratual-fascista, marcado por um discurso de civilidade ambíguo e dissimulado, em *Torto Arado* (2019), é também perpassado por uma divisão de trabalho racista que, como já sugerido, mantém viva a matriz do colonialismo escravocrata. Isto pois, nesta Água Negra que reproduz a lógica colonialista, todos os trabalhadores explorados apresentam traços fenotípicos negroides, indígenas ou, ainda, mestiços, enquanto os proprietários exploradores traços caucasianos/europeus:

Eu tentava me concentrar depois, para aprender sobre o que Severo contava. Que chegou um *branco colonizador e recebeu a dádiva do reino*. Chegou outro *homem branco* com nome e sobrenome e foram *dividindo* tudo entre *eles*. Os índios foram sendo afastados, mortos, ou *obrigados a trabalhar* para esses *donos da terra*. Depois chegaram os *negros*, de muito longe, para *trabalhar* no lugar dos índios. Nosso povo, que não sabia o caminho de volta para sua terra, foi ficando. Quando as fazendas foram deixando de produzir porque os *donos* já estavam velhos e os *filhos* já não se interessavam pelo *trabalho de roça*, [...] e nos procuravam cercando terras pelas extremidades da fazenda, dissemos que éramos índios. Porque sabíamos que, mesmo que não fosse respeitada, havia lei que proibia tirar terra de índio. E também porque eles se *misturaram* conosco, indo e voltando de seu canto, perdidos de suas aldeias (Vieira Junior, 2019, p. 176-177, grifo nosso).

Acima, em itálico, ressalta-se a fusão entre raça e trabalho e sua consequente divisão no que tange ao solo de Água Negra: índios, negros e mestiços são destinados a trabalhar nesta terra. Brancos são destinados a possuir ou herdá-la. Tal divisão de trabalho apresentada na diegese de *Torto arado* (2019) pode ser compreendida à luz do conceito de colonialidade do poder (Quijano, 2005). Segundo o teórico peruano,

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder [colonial] é a *classificação social* da população mundial [ou, no caso do romance, da população local de Água Negra] de acordo com a *ideia de raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial [...]. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser *mais duradouro e estável* que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, consequentemente, num elemento de *colonialidade* no padrão de poder hoje hegemônico. [...] As novas identidades históricas produzidas sobre a *ideia de raça* foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global [ou local] de *controle do trabalho*. Assim, ambos os elementos, *raça e divisão do trabalho*, foram estruturalmente *associados e reforçando-se mutuamente* [...] (Quijano, 2005, p. 117-118, grifos nossos).

Como aponta Quijano, o colonialismo tem sua matriz perpetuada a partir de um padrão de poder hegemônico conceituado como “colonialidade”. Tanto no colonialismo quanto na colonialidade, a raça é indicador da ocupação na divisão do trabalho e seus frutos. Neste sentido, a tendência escravocrata impregnada nos regimes de trabalho no período do colonialismo se perpetua por meio dos regimes de colonialidade também descritos pelo conceito de fascismo social (Santos, 2009). Em *Torto arado* (2019), esta colonialidade é exposta a partir do questionamento e comparação, em analogia à escravidão, deste contrato fascista de trabalho em troca de asilo:

Quando deram a liberdade aos negros, nosso abandono continuou. O povo vagou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada. Se sujeitando a trabalhar por morada. *A mesma escravidão de antes fantasiada de liberdade*. Mas que liberdade? Não podíamos construir casa de alvenaria, não podíamos botar a roça que queríamos. Levavam o que podiam do nosso trabalho. Trabalhávamos de domingo a domingo sem receber um centavo. O tempo que sobrava era para cuidar de nossas roças, porque senão não comíamos [...] (Vieira Junior, 2019, p. 220, grifo nosso).

Nesta perspectiva, ainda pensando na questão de colonialidade e perpetuação da matriz colonialista, *Torto Arado* (2019) presidia em sua narrativa questões de subalternização de gênero, representando tão bem como a subalternização é dada de forma exponencial quando interseccionada pelas categorias de etnia, classe e gênero. Para esta discussão, Belonísia é a personagem ideal: mulher, negra, trabalhadora explorada e, ainda mais, pensando numa questão de corponormatividade que aqui não será explanada, uma pessoa com deficiência (PcD). Neste ponto, a discussão sobre colonialidade de gênero (Lugones, 2020) faz-se urgente. Isto pois

Somente ao perceber gênero e raça como tramados ou fundidos indissolivelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor [isto é, podemos ver Belonísia]. Isso significa que o termo “mulher”, em si, sem especificação dessa fusão, não tem sentido ou tem um sentido racista, já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante – as mulheres burguesas brancas heterossexuais – e, portanto, esconde a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica (Lugones, 2020, p. 67-68).

Com o trecho acima, Lugones tenta mostrar que o feminismo tradicional, de certa forma, apaga mulheres como Belonísia por se atentar a uma representação universal do feminino. Porém, a depender do lócus de vivência de cada mulher marcado pela interseccionalidade entre etnia, classe e gênero dentro do sistema (neo)colonialista, o grau de subalternização varia consideravelmente de modo que uma perspectiva universal da

subalternidade feminina abafa e apaga o modo singular de cada mulher presente dentro da colonialidade. Em outras palavras,

[...] o debate da interseccionalidade foi fundamental para evidenciar que as mulheres têm vivências diferentes a partir de onde se situam, de acordo também com sua raça, etnia e classe social, assim como para incluir essas mulheres em um debate em que não as cabia. Lugones (2008) argumenta que a intersecção mostra o que é ocultado pelas categorias gênero e raça quando conceitualizadas separadamente. As mulheres de cor foram por muito tempo silenciadas dentro do feminismo hegemônico (e é importante notar que ainda hoje são, mesmo que de modos diferentes), o qual se propunha a ser um espaço de luta da mulher sem reconhecer a pluralidade que a identidade mulher implica (Arcângelo; Dias, p. 135-136).

Exemplo disto é o próprio referente utilizado na matéria de Coelho (2024) a fim de introduzir a vítima semi-escravizada reportada na introdução desta pesquisa. O título “Mulher é resgatada em condição análoga à escravidão no Rio após trabalhar por 46 anos sem salário” (Coelho, 2024) traz apenas o referente “mulher” para tratar da vítima nesta dada condição e apenas se sabe de seu fenótipo por meio de uma foto presente na matéria. O mesmo acontece nos processos anafóricos e catafóricos referentes à vítima no corpo do texto de Coelho (2024). Ao introduzir e retomar a vítima nos processos de referenciação do texto, a matéria sempre utiliza o termo “mulher” sem marcação de classe e etnia. Este referente universal “mulher” apaga como a subalternização da vítima laboralmente explorada se dá interseccionada para além da categoria de gênero exatamente como Lugones (2020) acima aponta: disfarçando a brutalização implicada na colonialidade de gênero contra as mulheres de cor, ou seja, como a mulher de cor está muito mais vulnerável a condições análogas à escravidão, do que a mulher branca burguesa.

Neste sentido, é possível apontar que a subalternização de Belonísia, fomentada pela colonialidade, é interseccionada primeiramente, como dito, pela categoria de gênero. Pelo único fato de ser mulher, a personagem de *Torto Arado* (2019) é subalternizada em um relacionamento abusivo pelo personagem Tobias, este que lhe impõem um jugo e a reduz às tarefas domésticas:

Foi mais ou menos naquele período que me veio um forte sentimento de culpa por ter aceitado viver com Tobias. [...] Sabia que [...] carregaria aquela vergonha por [...] ter me deixado encantar por suas cortesias, lábia que não era diferente da de muitos homens que levavam mulheres da casa de seus pais para lhes servirem de escravas. Para depois infernizarem seus dias, baterem até tirar sangue ou a vida, deixando rastro de ódio em seus corpos. Para reclamarem da comida, da limpeza, dos filhos mal criados, do tempo, da casa de paredes que se desfaziam. *Para nos apresentarem ao inferno que pode ser a vida de uma mulher* (Vieira Junior, 2019, p. 135-136, grifo nosso).

Ao lado disto, Belonísia é subalternizada por ser negra, categoria étnica, vivendo, desta forma, cercada pelo “Medo de que não gostassem de você, do que fazia, que não gostassem do seu cheiro, do seu cabelo, de sua cor” (Vieira Junior, 2019, p. 178). Ao mais, a subalternização de Belonísia, tal qual a de sua família e a do povo de Água Negra, é marcada pela categoria de classe, esta explorada pelos donos dos meios de produção desta fazenda tal qual aponta

o trecho: “ O gerente queria trazer gente que ‘trabalhe muito’ e ‘que não tenha medo de trabalho’, [...] ‘para dar seu suor na plantação’” (Vieira Junior, 2019, p. ).

Em *Torto Arado* (2019), todas estas três formas de subalternização amalgam-se na experiência narrativa de Belonísia, atestando, assim, a regência de uma colonialidade de gênero no universo diegético do romance. Por fim, apenas ao enxergar a identidade e vivência da personagem emaranhada nas categorias de etnia, classe e gênero, pode-se entender a dominação que ocorre sobre a mulher, negra e trabalhadora explorada que Belonísia figura.

### 3 RESISTÊNCIAS DECOLONIAIS

Frente a esta civilidade dissimulada embasada em um discurso colonial ambíguo que “salva” ao passo que degrada; frente a este fascismo contratual de regime de trabalho desumanamente desigual; frente a esta colonialidade de poder e de gênero que invisibiliza a mulher de cor; isto é, frente a estes processos de subalternização e dominação acima expostos, as personagens de *Torto arado* (2019) engendram estratégias de resistência e obstinação em direção a ações que as libertem e as validem.

Uma destas ações é a produção de um outro pensamento, uma outra história que parta do povo de Água Negra e se destine ao mesmo, uma história que converse com as dores e angústias deste povo: um pensamento das margens destinado às margens. Em *Torto arado* (2019), Bibiana e Severo são os agentes dessa produção. Severo conta uma história que explica e dá esperança de fim aos sofrimentos de Belonísia, a personagem, como visto, triplamente subalternizada:

Querida ouvir de Severo as explicações para o que vivíamos em Água Negra. Eram histórias que se comunicavam com meus rancores, com a voz deformada que me afligia e por vezes me despedaçava, com todo o sofrimento que nos unia nos lugares mais distantes. Que juntos, talvez, pudéssemos romper com o destino que nos haviam designado (Vieira Junior, 2019, p. 132).

Já Bibiana, enquanto docente, se tornou uma voz

[...] que ensinava sobre a história do povo negro, [...] e fazia as crianças se orgulharem de serem quilombolas. Que contava e recontava a história de Água Negra e de antes, muito antes, dos garimpos, das lavouras de cana, dos castigos, dos sequestros de suas aldeias natais, da travessia pelo oceano de um continente para outro. As crianças ficavam atentas, não sabiam que havia uma história tão antiga atrás daquelas vidas esquecidas. Uma história triste, mas bonita. E passavam a entender porque ainda sofriam com preconceito no posto de saúde, no mercado ou nos cartórios da cidade. Onde lhes apontavam dizendo “olha o povo do mato” ou “negrinhos da roça”. Compreendiam porque tudo aquilo não havia terminado. [...] [Bibiana] incutiu naquelas vidas um respeito grande por suas próprias histórias (Vieira Junior, 2019, p. 243).

Neste sentido, estas histórias e formas de pensamento levantadas por Bibiana e Severo, a fins de resistência, podem ser entendidas pelo conceito de “pensamento liminar” elaborado por Walter Mignolo (2003). Segundo o teórico argentino, o “pensamento liminar” mostra-se “uma maneira de pensar que não é inspirada em suas próprias limitações e *não pretende dominar e humilhar*; uma maneira de pensar que é *universalmente marginal, fragmentária e*

aberta; e, como tal, [...] *não é etnocida*” (Mignolo, 2003, p. 104, grifos nossos). Como é possível inferir, a forma de resistência engedrada por meio das histórias disseminadas por Bibiana e Severo não objetiva “dominar e humilhar” seu povo tal qual o discurso colonial-ambíguo dos donos de Água Negra, antes, pretende incutir, em seu povo, respeito e consciência por sua própria história. Ao mais, por partir do casal Severo e Bibiana, residentes da periférica Água Negra, e se destinar também aos moradores dessa fazenda, o pensamento deles mostra-se “marginal”, isto é, construído pelas margens e destinado às mesmas tal qual afirma Mignolo (2003). Por fim, ao valorizar os elementos originais das culturas africanas e seu impacto histórico na formação contemporânea do povo de Água Negra, o pensamento do casal não se figura “etnocida”, isto é, não comete um assassinato contra os atributos étnico-culturais que compõem a forma de ser e estar no mundo do povo de Água Negra.

Nesta perspectiva, tal pensamento, que se apresenta como liminar e “outro” na narrativa, mostra-se importante para o contexto político-social de Água Negra, uma vez que as formas dominantes de pensamento e história oficial apagam a memória de sofrimento e subalternização dessa comunidade. Observe no trecho a seguir como a situação eufórica retratada pela história oficial “não diz muita coisa” sobre a real situação disfórica vivida pelo povo de Água Negra e exposta anteriormente nesta pesquisa:

Não me interessava por suas aulas em que [a professora] contava a história do Brasil, em que falava da mistura entre índios, negros e brancos, de como éramos felizes, de como nosso país era abençoado. [...] histórias fantasiosas e enfadonhas sobre os heróis bandeirantes, depois os militares, as heranças dos portugueses e outros assuntos que não nos diziam muita coisa (Vieira Junior, 2019, p. 97).

Esta história oficial, em *Torto Arado* (2019), pode ser dissecada e compreendida, na esteira de Mignolo (2003), como uma história local orientada por projetos globais eurocêntricos que apagam os povos originários e de cor ao super visibilizar personalidades brancas. Desta forma, a narrativa de sofrimento e resistência do povo de Água Negra é excluída da história oficial pelo fato desta mesma história ser orientada pelas histórias pertencentes ao domínio hegemônico. Como aponta Mignolo (2003):

[...] paralelamente às “sociedades subdesenvolvidas”, existem “sociedades silenciadas”. Sociedades silenciadas são, é claro, sociedades em que há fala e escrita, mas que não são ouvidas na produção planetária do conhecimento, orientadas pelas histórias locais e as línguas locais das “sociedades silenciadoras” (isto é, desenvolvidas)” (Mignolo, 2003, p. 108).

Desta maneira, no romance, a comunidade de Água Negra se apresenta como uma sociedade silenciada, ao passo que é oprimida diretamente pelos donos dessa fazenda, bem como indiretamente pela já discutida matriz colonial europeia que se perpetua, ambos estes se caracterizando por sociedades silenciadoras das histórias locais do povo de Água Negra.

Neste ponto, a narrativa contada pelo poder após a execução de Severo mostra-se significativa e, no romance, é mais um exemplo do pensamento silenciador e apagador dos povos subalternizados e seu mecanismo de justificação de poder e coerção brutal: “[...] algumas semanas depois, surgiu a notícia de que o inquérito havia sido concluído. Que

havam descoberto um plantio de maconha numa área próxima aos marimbus. Que Severo havia sido morto numa disputa do tráfico de drogas na região” (Vieira Junior, 2019, p. 216).

Por meio desta história oficial, mais uma vez as sociedades silenciadoras, na narrativa de *Torto arado* (2019), fazem uso do poder da palavra a fim de apagar a história de resistência das sociedades silenciadas: “Querem desonrar Severo, porque desonrando seu nome enfraquecem nossa luta. Querem proteger os poderosos. Querem nos calar, nos retirar daqui a qualquer custo. Querem nos dobrar, mas não vergaremos” (Vieira Junior, 2019, p. 221).

Bibiana, por este prisma, é enfática: “não envergaremos”. Nesta fala da personagem é evidente uma obstinação contra a perpetuação do discurso e prática coloniais perpetuados em Água Negra. E esta obstinação, no romance, não se dá por meio de pedras e paus, espadas ou armas. A mesma palavra que apaga por meio de uma história oficial é a palavra que constroi pedagogias de resistência decoloniais. Neste sentido, as discussões sobre o entrelaçamento do pedagógico e o decolonial desenvolvidas por Catherine Walsh (2013) ressoam com excelência.

Quando diz “entrelaçamento do pedagógico e o decolonial”, a autora se refere a “[...] caminos que necesariamente evocan y traen a memoria una larga duración, a la vez que sugieren, señalan y requieren prácticas teoréticas y pedagógicas de acción, caminos que en su andar enlacen lo pedagógico y lo decolonial” (Walsh, 2013, p. 25). Desta forma, ao estudar Freire, Fanon e Zapata, Walsh (2013) tenta se aproximar destes teóricos que, em sua produção intelectual, pretenderam construir mecanismos de análise e enfrentamento de situações de opressão sejam elas de classe, gênero ou etnia. Como aponta Walsh (2013),

Así se puede entender lo pedagógico de lo decolonial, por una parte [...] como metodologías organizacionales, analíticas y psíquicas que orientan rupturas, transgresiones, desplazamientos e inversiones de los conceptos y prácticas impuestas y heredadas. Y por el otro lado, como el componente céntrico y constitutivo de lo decolonial mismo, su conductor; lo que da camino y empuje a los procesos de desenganche y desprendimiento, y lo que conduce a situaciones de de(s)colonización (Walsh, 2013, p. 64).

Destarte, em *Torto arado* (2019), o entrelaçamento do pedagógico e o decolonial dão se principalmente pelo fortalecimento de movimentos sociais de resistência tais quais o sindicato de trabalhadores. Severo e Bibiana são integrantes basilares destes movimentos em Água Negra e servem de inspiração à propagação deste compromisso com a mudança desta situação colonial perpetuada. Seu filho, Inácio, segue o exemplo do pai e da mãe e, ao final da narrativa, inicia o processo de seguir o caminho do pai: “Em meio a todas as mudanças que chegavam, Inácio se preparou para deixar a casa da mãe. Iria estudar na cidade, se prepararia para os exames da universidade, queria ser professor. Queria participar de movimentos como o pai havia feito” (Vieira Junior, 2019, p. 257).

Aqui, o desejo de ser professor de Inácio se mostra significativo. Ele evidencia que a profissão docente transcende o simples ensinar de conteúdos curriculares para se tornar um método capaz de, como pensa Walsh (2013), entrelaçar o pedagógico e o decolonial. Bibiana, como já apontado, deixa isso ainda mais evidente, já que ela, em sua prática docente, se nega a contar a história apenas seguindo o currículo oficial, antes, se dispõe a propagar, entre

seus alunos, uma história que os valide e os visibilize, uma história que lhes dê força e orgulho para agirem contra as práticas coloniais ainda impostas em suas vidas. Neste ponto, Bibiana, enquanto professora, se assemelha a Freire, Fanon e Zapata, uma vez que

Más que teóricos, Zapata, Fanon y Freire eran —y por medio de sus obras siguen siendo— maestros. Maestros militantes, comprometidos en cuerpo, alma y mente con la vida —con las posibilidades de un otro vivir—, y maestros firmes en el afán de dar claridad y precisión al problema de la opresión, a los caminos de combate y a los horizontes de transformación (Walsh, 2013, p. 62).

Em conclusão, *Torto arado* (2019) mostra-se documento de que que frutos são colhidos e resultados obtidos por meio de práticas que entrelaçam o pedagógico e o decolonial (Walsh, 2013) e produzem um outro pensamento, um pensamento liminar (Mignolo, 2003): “[...] a existência de Água Negra já era um fato. Não eram mais invisíveis, nem mesmo poderiam ser ignorados” (Vieira Junior, 2019, p. 257).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 02 de julho de 2024, uma *mulher negra*, semelhante a Belonísia de *Torto arado* (2019), foi resgatada em *condições análogas à escravidão* no Rio de Janeiro. Agora, sim, pode-se utilizar um referente que dê conta da totalidade da experiência de opressão vivida pela vítima no estado carioca. Desta maneira, etnia, classe e gênero estão marcados em sua integralidade na real representação da experiência de subalternização reportada no Rio de Janeiro. Como procurou demonstrar esta pesquisa, *Torto arado* (2019) torna-se a voz dos deslinguados como Belonísia e essa vítima de trabalho análogo à escravidão.

Sendo assim, esta pesquisa se iniciou com os objetivos de 1) evidenciar os processos de dominação e opressão engendrados de forma interseccional a partir das categorias de etnia, classe e gênero em *Torto Arado* (2019) de Itamar Vieira Junior, assim como 2) opor as resistências, em contraponto a estes processos de subalternização, levantadas pelas personagens desta narrativa. Após uma análise do romance de Itamar Vieira Junior *vis-à-vis* com as teorias de Bhabha (2013), Santos (2009), Quijano (2005), Lugones (2020) e Walsh (2013), no que tange a tais objetivos, esta pesquisa se encontra satisfeita. Por fim, é preciso lembrar que o estudo das opressões e resistências retratadas em *Torto arado* (2019) não se conclui nesta pesquisa. Outras análises são bem-vindas e é de extrema gratificação para este estudo poder contribuir para outras pesquisas nesta vertente de análise de literaturas que denunciam as disparidades sociais ao passo que ofertam enfrentamentos a elas. Uma sugestão seria a adição da categoria PcD às categorias de etnia, classe e gênero na análise da subalternização interseccionada da personagem Belonísia. Assim, como a mulher é reduzida a seu gênero, o negro a sua pele, o pobre a sua classe, PcDs também são reduzidos a sua deficiência a fins de subalternização.

## REFERÊNCIAS

- ARCÂNGELO, E. M.; DIAS, J. M. Feminismo Decolonial e Teoria Queer: Limites e Possibilidades de Diálogo nas Relações Internacionais. **Monções** - Revista de relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 6, n. 11, p. 121-151, jan./jun. 2018.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- COELHO, H. Mulher é resgatada em condição análoga à escravidão no Rio após trabalhar por 46 anos sem salário. **G1**, p. 1-5, jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/07/25/mulher-resgatada-em-condicao-analoga-a-escravidao-no-rio.ghtml>. Acesso em: 16 ago. 2024.
- LUGONES, M. Colonialidade e Gênero. *In*: HOLANDA, H. B. (Org.) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 59-93.
- MIGNOLO, W. D. **Histórias locais / Projeto globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- QUIJANO, A. **A colonialidade do poder: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 23-71.
- VIEIRA JUNIOR, I. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.
- WALSH, C. Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. *In*: WALSH, C. (org.) **Pedagogías decoloniales / Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Abya-Yala, 2013, p. 23-68.

## VITÓRIA, UMA TRAVESTI PROTAGONISTA NO BRASIL COLÔNIA: discursos e construção da ancestralidade trans negra no romance “Nada digo de ti, que em ti não veja”

Maxmillian Gomes Schreiner<sup>59</sup>

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Denise Gabriel Witzel<sup>60</sup>

Universidade Estadual do Centro-Oeste

### RESUMO

Este trabalho elenca o romance *Nada digo de ti, que em ti não veja*, de autoria da literata contemporânea Eliana Alves Cruz (2020) como objeto de investigação teórico-analítica a partir de uma revisão bibliográfica. O objetivo geral desta pesquisa é analisar discursivamente a emergência da protagonista do livro, Vitória, uma travesti negra traficada do Congo para o Brasil colônia, no início do século XVIII. Com o aporte teórico-metodológico dos Estudos Discursivos Foucaultianos, tomamos o romance como espaço de materialização de saberes e poderes que subjetivam Vitória a partir de determinados discursos. Metodologicamente, fazemos uso da arqueogenealogia foucaultiana e recortamos a materialidade em sequências enunciativas para, na sequência, produzir séries enunciativas. Nosso interesse será estudar os enunciados nos quais a personagem Vitória toma a palavra em primeira pessoa e narra a si mesma. Destacamos, por meio da constituição de uma série enunciativa, os embates da protagonista com o poder colonial e contra as verdades produzidas e disseminadas pela Inquisição portuguesa, instituição que teve sua vigência no Brasil entre os séculos XVI e XVIII e através da qual se desenrola a trama narrativa. Apesar do foco deste trabalho tratar da atuação da Inquisição em São Sebastião do Rio de Janeiro, cabe ressaltar que esse poder atuou fortemente em várias cidades do território, inclusive nos estados coloniais do Grão-Pará e do Maranhão. Como resultados parciais, importa considerar: (i) a emergência de Vitória em um romance que faz uso de documentos históricos para construir a ficção, o que torna tênues as linhas divisoras entre literatura e história; (ii) a literatura como prática discursiva ficcional que possibilita ouvir a voz e a história, em primeira pessoa, de uma travesti africana no Brasil colônia do século XVIII, o que implica refletir como Vitória constitui a memória e a ancestralidade negra; e, (iii) o romance de Cruz (2020) como um acontecimento discursivo, tornando evidente a relação entre discursivizações do passado e sua atualização no presente, a partir da ideia de descontinuidade, notando como enunciados já-ditos ainda agem sobre corpos e identidades de gêneros (não conformes com as normas). Este estudo é um recorte da dissertação em andamento, intitulada *Vitória, uma travesti negra protagonista no Brasil colônia: uma análise discursiva foucaultiana do romance histórico “Nada digo de ti, que em ti não veja”*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste, na interface entre Linguística e Literatura.

**Palavras-chave:** Estudos Discursivos Foucaultianos; Literatura de autoria negra; Interface entre linguística e literatura.

59 Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda e Licenciado em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, ambas pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Atualmente é mestrando em Letras na mesma instituição. Bolsista CAPES. E-mail: maxgsxhreiner@gmail.com.

60 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista-Araraquara. É professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste. E-mail: denise@unicentro.br.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da dissertação em andamento intitulada *Vitória, uma travesti negra protagonista no Brasil colônia: uma análise discursiva foucaultiana do romance histórico “Nada digo de ti, que em ti não veja”*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste. A pesquisa é realizada na interface entre a linguística e a literatura, linha de pesquisa do referido programa no qual estamos alocados. Propicia-se um olhar abrangente sobre o objeto de análise e, por isso, demos destaque aos Estudos Discursivos Foucaultianos como perspectiva teórico-metodológica que guia as nossas investigações ao permitir colocar em relevo saberes que consideram a linguagem desde uma tomada de posição plural.

Tomamos como objeto de análise um dos romances históricos de Eliana Alves Cruz, o *Nada digo de ti, que em ti não veja*, publicado no ano de 2020 pela editora Pallas. Nesse, a protagonista é *Vitória*, uma mulher negra congoleza que conseguiu a liberdade e vive no Rio de Janeiro do início do século XVIII. A história dela se entrelaça com *Felipe*, um jovem de família abastada de cristãos-novos<sup>61</sup>, os Gama. O narrador é onisciente, conhece o íntimo de cada personagem e toma partido na trama romanesca, ainda que não seja um personagem dentre os demais. Ele destaca as histórias das pessoas negras, especialmente de *Vitória*, que é bastante sagaz por utilizar seus conhecimentos ancestrais e livrar-se dos perigos cotidianos de uma sociedade escravista. O narrador demonstra, de maneira efetiva, os modos como os personagens escravocratas, dentre os quais incluem-se as autoridades cristãs, construam a realidade desumanizando sujeitos e sujeitas africanas.

Um dos principais pontos de realce desse romance é a possibilidade de ouvir as vozes das sujeitas e sujeitos negros do Brasil colônia, conhecer seus modos de vida e suas perspectivas. As histórias contadas evidenciam as agruras de um cotidiano construído no/pelo racismo, pela intolerância religiosa e também pela pauperização das populações negras. Para além disso, as personagens negras são humanizadas, constroem suas famílias, vivem seus sonhos de amor e esperança.

O tecido narrativo formado em torno de *Vitória* por outras sujeitas(os) negras(os) conta com *Zé Savalú*, *Quitéria*, *Tomásio*, *Juvenal* e *Rita*, além do menino *Leônidas* e do próprio narrador, *Kitembo*, o senhor do tempo. *Vitória* nasceu no Congo e recebeu de sua comunidade o título de *Nzinga Ngonga*, por conta de sua natureza não-binária. A partir dessa denominação, ela passou a ocupar o lugar de *Nganga Marinda*, a sacerdotisa dos mistérios ancestrais (Cruz, 2020), responsável pela conexão do mundo físico com o espiritual,

---

<sup>61</sup> Judeus convertidos em cristãos a partir do batismo. Como a família Gama, muitas fizeram essa conversão de maneira forçada, tanto na metrópole quanto na colônia, vide as perseguições vigentes à época, pois o judaísmo não era aceito no Reino de Portugal, sendo considerado crime, passível de duras penas, inclusive de prisão e morte na fogueira. Para mais informações, indicamos a obra *Viver nos tempos da inquisição*, de Anita Waingort Novinsky, de 2019.

imprescindível para o modo de vida e para a ordenação dos preceitos físico-religiosos de seu povo.

No Brasil, Vitória não deixou de exercer seus poderes e era respeitada conhecedora dos poderes mágicos das plantas, além de renomada adivinha. No romance, o narrador conta como ela era vista por suas qualidades enquanto curandeira:

Vitória era uma pessoa odiada e temida por uns e amada por outros. Os que não toleravam sua figura, a ignoravam o mais que podiam, pois no fundo temiam precisar dela e de seus préstimos de curandeira algum dia. Médico era um luxo até para os mais abastados em determinadas épocas (Cruz, 2020, p. 147).

O casal de personagens Zé Savalú e Quitéria, assim como outros, precisaram contar com a sabedoria de Vitória mais de uma vez e passaram a ter muito apreço por ela, a ponto de considerarem-na uma irmã e mesmo uma mãe, pois foi através de seus conhecimentos que Zé Savalú conseguiu escapar da morte nas Minas Gerais e também foi ela quem benzeu e curou seu filho com Quitéria. Dessa passagem, o narrador conta que: “Deram-lhe um banho morno com verbena, defumaram em torno dele, e tanta coisa fizeram, que o menino parou as evacuações e recobrou as forças. Quitéria, que já queria muito bem à Vitória, passou a considerá-la mãe e irmã ao mesmo tempo” (Cruz, 2020, p. 159).

A partir das histórias sobre Vitória e as demais personagens negras presentes no romance de Cruz (2020), é possível o leitor conhecer mais sobre algumas das etnias africanas, como a Savé, que dá nome ao personagem Savalú. A falta de conhecimento sobre os inúmeros povos e culturas africanas persiste como um grave problema no Brasil, conforme alertou Beatriz Nascimento ainda nos anos 1980. No texto intitulado *Etnias Bantos na Formação do Povo Brasileiro e do Hemisfério Sul*, de 1984, a autora pontuou o risco da limitação e expansão do conhecimento sobre a unificação dos diferentes povos africanos sob um nome comum. A reiteração de tais práticas “estabelecem uma censura às inúmeras faces do processo de formação do nosso povo e da sua identidade nacional” (Nascimento, 2018, p. 269).

Ao final de seu artigo, a historiadora apresenta uma lista das etnias africanas constatadas pelos portugueses no século XVI, dos quais fazem parte: Quicongos, Congolezes, Quimbundos, Lundas, Mbundos, Ganguelas, Nhanecas, Ovambos, Hereros, Xindongas (Nascimento, 2018). No livro de Cruz (2020), as nações são citadas a partir de suas marcas, desenhos próprios, e são elas: Quelimane, egbá, jebu, ijexá, Ifé, além da já citada Savé.

Além das etnias, com o romance de Cruz (2020), é possível compreender a importância de figuras negras de devoção sincrética, como os santos negros São Elesbão e Santa Efigênia, de quem o personagem Tomásio é devoto e para quem ele constrói uma igreja em homenagem, e a história das irmandades negras - importantes agremiações religiosas nas quais as pessoas afro-brasileiras puderam estabelecer laços e formas de proteção para além do trabalho forçado. As práticas religiosas sincréticas e o culto aos orixás estão presentes no livro de Cruz (2020) como possibilidades das personagens negras se defenderem, serem respeitadas e construírem alianças no contexto do colonialismo, quando apenas a religião católica era aceita.

Além de Tomásio, Rita e Juvenal compõem as personagens idosas do romance de Cruz (2020) e, no núcleo negro, são respeitadas e honradas, alçando a importância da senilidade, aspecto primordial em muitas comunidades africanas, como a iorubá. Se tomarmos esse núcleo a partir da ideia de família, a perspectiva senil recebe ainda mais força ao ser analisada sob o aspecto da tradição iorubá. Sobre essa sociedade africana, a socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2004) aponta que, ao tomarmos a categoria de família para analisar os laços entre pessoas de uma mesma comunidade, é importante termos em conta que na tradição iorubá não é o gênero que importa e sim o que ela denomina de Antiguidade.

A família Iorubá tradicional pode ser descrita como uma família não-generificada. É não-generificada porque papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero. Então, significativamente, os centros de poder dentro da família são difusos e não são especificados pelo gênero. Porque o princípio organizador fundamental no seio da família é antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade, e não gênero. Antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas. Daí as palavras *egbon*, referente ao irmão mais velho, e *aburo* para o irmão mais novo de quem fala, independentemente do gênero. O princípio da antiguidade é dinâmico e fluido; ao contrário do gênero, não é rígido ou estático (Oyěwùmí, 2004, p. 6).

A partir da senilidade, e da contestação que essa categoria impõe ao gênero na constituição familiar, consideramos o núcleo das personagens negras Vitória, Zé Savalú, Quitéria, Tomásio, Rita e Juvenal como pertencentes a uma mesma família, não por uma questão biológica, mas pelo respeito que enlaça essas personagens.

Ao reconhecermos a importância da cronologia e seus aspectos simbólicos, compreendemos haver entre o par narrador – Kitembo –, e o menino Leônidas uma relação expressiva dos valores da senilidade. Um é o tempo, a figura mais velha, detentora do poder de narrar tudo o que se passou, o outro é a criança que repassa os recados e entrega os bilhetes, portanto é ágil e comunica de maneira rápida. Os dois são aspectos da comunicação e do conhecimento, ligados pela tradição, o menino pode ser comparado à Exú, o orixá da comunicação e o velho Kitembo o orixá Iroko, o senhor do tempo.

O posicionamento narrativo e a maneira como o romance dispõem as personagens negro-africanas dando-lhes destaque, para que possam contar suas histórias, usar seu corpo para além da escravização e do terror é algo que merece ser pontuado na escrita literária de Eliana Alves Cruz. Consideramos que seus romances façam parte da literatura afro-brasileira, a partir dos apontamentos feitos por Conceição Evaristo (2009):

Há muito, um grupo representativo de escritores(as) afro-brasileiros(as), assim como algumas vozes críticas acadêmicas, vêm afirmando a existência de um corpus literário específico na Literatura Brasileira. Esse corpus se constituiria como uma produção escrita marcada por uma subjetividade construída, experimentada, vivenciada a partir da condição de homens negros e de mulheres negras na sociedade brasileira (Evaristo, 2009, p. 17).

O corpus de que trata Conceição Evaristo é aquele nomeado de Literatura afro-brasileira, campo erigido para estudar os modos próprios de produção da autoria negra no Brasil. Conforme evidenciou Evaristo (2009), é inegável como a escrita literária é marcada pela subjetividade autoral e, portanto, ela resulta em formas distintas de produção, feitas

de maneiras específicas, que têm como seio a experiência vivida pelas(os) autoras(es) de literatura.

Uma das considerações de Evaristo (2009) sobre a literatura afro-brasileira trata acerca da maneira pela qual as escritoras e escritores negros conceberem as personagens, pois, para Evaristo (2009, p. 19), as produções literárias pertencentes ao campo da literatura afro-brasileira, além da subjetividade autoral, erigem personagens e histórias “diferentemente do previsível pela literatura canônica.” Dejour Dionísio, professor doutor de literatura brasileira, corrobora a tomada de posição de Evaristo, ao explicar que no Brasil, “encontramos sobretudo na voz dos descendentes de africanos, uma poética que rememora África, denuncia a condição de vida dos diaspORIZADOS e, nas últimas décadas, apresenta-se afirmando um sentimento positivo de etnicidade” (Dionísio, 2013, p. 13).

Consideramos que a breve apresentação realizada anteriormente sobre as personagens negras de *Nada digo de ti*, que em ti não veja, evidenciam uma tomada de posição autoral diferentemente do cânone e valorativa dos valores africanos. Ao trazer à tona o protagonismo de Vitória, Eliana Alves Cruz, constrói o romance a partir da perspectiva de uma mulher trans negra reconhecida no seio de sua comunidade como importante sujeita, respeitada por seus conhecimentos e para quem há reverências na forma de respeito.

## 2 DESENVOLVIMENTO

O interesse de nosso trabalho é abordar o livro ficcional *Nada digo de ti*, que em ti não veja a partir de relações da ficção com a realidade. Notadamente, tomamos o livro de Cruz (2020) como espaço de materialização de discursos. Atrelados à perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, compreendemos, junto à Foucault (2017), o discurso enquanto uma prática, posto em circulação a partir de um conjunto de regras possíveis de serem descritas e constitutivo de relações de poder; para nós, é de suma importância tomar o discurso como um objeto de luta, conforme assinalou Foucault (2017) n’A arqueologia do saber, pois qualquer prática enseja movimento de resistências.

É por isso que consideramos pertinente, ao nos debruçar sobre *Nada digo de ti*, que em ti não veja, refletir, dentre outras questões, como a classificação de Vitória enquanto uma mulher trans/travesti irrompe em sentidos não tão evidentes. O primeiro deles se refere ao aparecimento da palavra “trans”, de “transexual” e “transgênero”, datada do século XIX, no campo da medicina. Ou seja, no ano início do século XVIII, época na qual o romance de Cruz é ambientado, ano de 1732 especificamente, essa designação ainda não existia. Outro aspecto importante é a consideração de que em nenhum momento essa palavra aparece no interior da narrativa, e para se referir a si própria, Vitória se auto classifica como mulher negra, conforme evidenciaremos na série enunciativa exposta na sequência.

Reconhecê-la enquanto pertencente à categoria transgênera proporciona um diálogo bastante oportuno com a exterioridade da obra e a relação da história com a contemporaneidade e a literatura. Com Vitória, é possível pensar em uma aproximação de

experiências de sujeitas do passado colonial com as das sujeitas pertencentes a um tempo histórico presente. Não se deve esquecer o fato de o livro ter sido publicado no ano de 2020, época na qual os sentidos sobre o que é uma pessoa transgênera já parecem estar cristalizados para se referir à experiência de transição de identidade de gênero, seja feminina ou masculina. Isso não significa, em contrapartida, um entendimento único do que seja a experiência da transição de gênero. Para além disso, a falta de informação e de formação faz com que muitas pessoas nem ao menos consigam diferenciar identidade de gênero e orientação sexual; também é importante ressaltar que o preconceito contra pessoas “trans” ainda existe e é praticado em diversos âmbitos das sociedades, mesmo onde há circulação de informações.

A crítica literária brasileira Amara Moira (2020a) nos ajuda a compreender o porquê da tomada de personagens (históricas e literárias) desde a classificação delas enquanto pessoas trans e travestis é algo importante para as lutas históricas de reconhecimento da transgeneridade e transexualidade, inclusive na história da literatura. Em um passeio analítico por diversos textos literários publicados no Brasil no desde 1888, como *O Ateneu*, passando por *Grande Sertão: Veredas*, dentre outros, no texto “Monstruoso corpo de delito” (personagens trans na literatura brasileira), ela evidencia como personagens trans foram construídas literariamente em diferentes materialidades.

O que a autora percebe nas obras analisadas é como a identidade de gênero de personagens trans e travestis são motivos de perseguição, de engano, de recusa e também de efetivo reconhecimento da transição, além do entrelaçamento entre os aspectos internos da obra com a perspectiva autoral. Em outro texto de Moira (2020b), intitulado “Fizera-se mulher”: *Cassandra Rios, visionária Maldita*” e publicado em 2020 pela *Cadernos de Literatura Comparada*, ela explica como algumas das ações empreendidas por diversas personagens não estão apartadas das práticas efetivadas no cotidiano de diversas pessoas trans para afirmarem suas identidades de gênero, como por exemplo o uso das roupas e a mudança de nomes. Concordamos com a autora ao considerar essas práticas enquanto tecnologias de transição de gênero.

É suficiente a mudança de nome para estarmos diante de uma experiência trans? A associação imediata que fazemos entre transgeneridade e intervenções cirúrgico-medicamentosas talvez nos impeça de ver a potente contestação que esse simples gesto implica, sobretudo num momento em que nem se podia sonhar com tais intervenções que tais (Moira, 2020b, p. 172).

Essa tecnologia, de acordo com a crítica, também acontece no caso de Vitória, a protagonista de *Nada digo de ti*, que em ti não veja, conforme verificaremos na sequência. Além disso, a afirmação pública de ser mulher, como também é evidente no caso de Vitória, é outro aspecto bastante importante a ser considerado sobre a transição de gênero, mesmo que de uma personagem pertencente ao Brasil colônia, pois, cabe ressaltar, ela estava diante da igreja católica, uma instituição muito poderosa quando consideramos esse período histórico e sua agência na vida pública e privada da população brasileira.

Como avalia Moira (2020<sup>a</sup>), a tomada de personagens literárias (e históricas podemos incluir também) sob a identidade trans aponta um gesto político, no qual é possível desvelar disputas em torno do sentido da transgeneridade em diversos casos registrados pela história da literatura brasileira. Tais batalhas focalizam uma defesa das experiências trans para além das classificações pejorativas. Utilizando o exemplo de Diadorim, personagem de Grande Sertão: Veredas, para pensar a existência de uma experiência trans, Moira (2020a, p. 171) explica o seguinte

[...] trans sim, mas não numa concepção subjetivista, visto que a palavra era desconhecida na época e também porque desconhecemos a maneira como ele pensava a própria condição: ‘trans’ de uma perspectiva política, pela constatação de que, tendo nascido designado do sexo feminino ao nascer (por conta do genital), construiu para si uma identidade masculina e foi por tal reconhecido. O que é ser homem senão existir enquanto tal, sobretudo quando respaldado pelo reconhecimento coletivo?

Esse é também o caso de Vitória, pois a partir de seu nome e da maneira com que se veste, ela é reconhecida e referenciada como a sujeita livre que escolheu seu próprio nome e não tem vergonha de apresentar-se vestida conforme sua identidade de gênero feminina. Apresentamos, abaixo, uma série de sequências enunciativas<sup>62</sup> retiradas do romance Nada digo de ti, que em ti não veja, em que a personagem toma a palavra e fala sobre si mesma em primeira pessoa.

Cabe ressaltar, ainda que brevemente, a noção de série que utilizamos neste trabalho. Michel Foucault (2017), ao empreender uma análise dos acontecimentos discursivos, considera que um discurso é uma prática inscrita em um conjunto de regras. Dessa perspectiva, ao tomarmos uma materialidade para analisar os discursos que a constituem, realizamos a descrição e a constituição de séries no interior da materialidade no intuito de compreender o funcionamento discursivo<sup>63</sup>. Em nosso caso, como já explanado anteriormente, elaboramos a série abaixo para refletir a maneira como a personagem Vitória toma a palavra e fala sobre si mesma no interior do romance de Cruz (2020).

**Série enunciativa 1:** Vitória narra a si mesma

Sequência enunciativa 1:

[o narrador conta como Vitória utiliza da ameaça para ser respeitada]

“- Escute bem, inhozim Filipi. Sou Vitória e qualqué que me chame por outro nome sangra na ponta da minha faca (...)” (Cruz, 2020, p. 25).

62 O conceito de série que utilizamos advém dos pressupostos metodológicos empreendidos por Michel Foucault n’*A arqueologia do Saber* (2017).

63 A noção de série elaborada por Foucault (2017) está diretamente relacionada à maneira de trabalhar os documentos proposta pelo campo da História Nova. Dessa maneira, não se busca algo escondido atrás dos documentos, nem é almejado a reconstituição do que seria algo como o valor de verdade, mas busca-se descrever relações internas e externas à materialidade.

Sequência enunciativa 2:  
[Vitória para Antônio]

“Eu sou Vitória! Sou Nganga Marinda! Sou da rua, sei de tudo dela e sei tudo de gente ordinária, vagabunda e sem palavra como vosmicês!” (Cruz, 2020, p. 176).

Sequência enunciativa 3:

[narrador conta como Vitória termina sua enunciação diante do Frei e do público no processo de acusação]

Vitória não se alongou em sua fala, mas, de pé diante do frei, de autoridades e do grande público que fora para assistir a ela, terminou olhando o religioso nos olhos e repetindo sua frase recorrente quando alguém decidia questioná-la. – **Não sou negro. Sou negra! Ne-gra**” (Cruz, 2020, p. 184, grifos nossos).

A parca visibilidade de personagens trans na literatura produzida no Brasil necessita ser estudada. Uma das justificativas é o fato do país ser, pelo 15º ano consecutivo, o que mais comete violências e onde mais ocorrem assassinatos contra pessoas trans e travestis no mundo, conforme constatou o Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023<sup>64</sup>, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA). Diante disso, a sociedade é convocada a refletir sobre o porquê essa situação de extrema vulnerabilidade continua ocorrendo. Nas ciências humanas, especialmente nas Letras, podemos compreender, a partir de diversas teorias, sobre a presença e o apagamento das identidades de gênero trans e travestis como mecanismos de invisibilização. Nessa esteira, para este trabalho, consideramos como o espaço literário tem sido utilizado para questionar (ou não) esses dados alarmantes que não estão restritos apenas à última década, quando o Dossiê começou a ser articulado nacionalmente.

O protagonismo da personagem Vitória em uma obra literária que tem como ambientação o Brasil colônia e mescla dados históricos com a ficção – já que o romance é classificado como romance histórico<sup>65</sup> –, evidencia uma preocupação autoral bastante pertinente com relação à história e à memória das sujeitas trans e travestis, especialmente no contexto da afro-brasilidade, pois, Vitória é africana e compreende-se enquanto mulher. Nesta esteira, a narrativa de Cruz (2020) possibilita um olhar crítico de atenção à constituição da ancestralidade afro-brasileira a partir de uma mulher negra que é considerada travesti.

Como é possível verificar na primeira sequência enunciativa, na qual Vitória fala de maneira enfática com Felipe, seu parceiro amoroso, ela não admite ser chamada por outro nome, a não ser aquele escolhido por ela e pelo qual se identifica após ter conseguido a liberdade, pois: “Depois de conquistar sua liberdade, escolheu ser apenas Vitória, pois era assim que se considerava: vitoriosa” (Cruz, 2020, p. 38).

64 Dossiê disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

65 Para uma compreensão mais ampla sobre a classificação dos romances enquanto históricos, indicamos o livro *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)*, de Antonio R. Esteves.

Após vencer tantas batalhas, a protagonista exige respeito e, se necessário for, ela literalmente o arrancava de quem porventura a desrespeitasse. A faca é o instrumento utilizado para ameaçar as vítimas e, porventura, feri-las. No entanto, não se deve confundir Vitória com uma pessoa violenta ou mesmo impulsiva, pois ela somente age dessa maneira ameaçadora porque a sua existência é atravessa por vulnerabilidades; é por isso que ela, uma travesti negra pauperizada, necessita se impor para garantir o mínimo de respeito e delimitar seu espaço. Cabe ressaltar que ela exerce a prostituição como meio de sobrevivência, o que a expõe a formas de violência específicas. É possível dizer que Vitória teve de aprender formas de ser respeitada para, inclusive, seguir viva.

Na segunda sequência enunciativa, ela retoma os saberes ancestrais ao afirmar ser Nganga Marinda, ou seja, a sacerdotisa, aquela que exerce trânsito espiritual no reino dos espíritos<sup>66</sup>. Pertencente ao reino do Congo, Vitória, ou Nganga Marinda, era falante da língua quicongo, uma das línguas bantas, que compõe a família de línguas Nígero-Congolesa, na África Subsaariana. Ao usar a autodenominação em língua quicongo, a personagem traz à tona sua etnicidade e os valores culturais de seu povo, pois se reconhece enquanto sacerdotisa, ou seja, na importante posição que ocupa diante de sua comunidade. Esse grau de distinção, bem como suas funções, foi enunciado diante do homem que um dia possuiu o título de sua posse, Antônio, que além de pai do personagem Felipe, fora o “dono” de Vitória. Com isso, ela exprime sua abominação pela desumanização exercida por ele, um escravocrata, com as sujeitas africanas escravizadas.

Ao afirmar “ser da rua” e saber das coisas que se passam, Vitória enfatiza seus poderes, e realiza um duplo movimento, referindo-se a algo cotidiano, por conta da prostituição, mas também às questões espirituais. Em uma primeira acepção, ela é aquela que consegue sobreviver por estar à par do que acontece nas ruas, nos comércios, nos negócios, enfim, na vida social e política da colônia; e, a partir de uma perspectiva religiosa, ela é aquela que tem comunicação com as entidades protetoras das ruas, como Exú, e é a partir dessa prática religiosa de cultuar as energias da rua, que Vitória afiança sua distinção em relação ao perverso Antônio.

Na terceira sequência enunciativa, Vitória está diante do Tribunal da Inquisição. O Frei Alexandre Saldanha Sardinha, responsável por seu processo, havia acabado de ler as acusações pelas quais ela havia sido incriminada: por haver cometido o pecado nefando, praticar sodomia e, ainda, por exercer suas obrigações religiosas de matriz africana. O contexto histórico e a atuação da Inquisição nas colônias portuguesas são determinantes para a compreensão das dinâmicas da vida social, inclusive no Brasil. A historiadora Anita Waingort Novinsky (1985) explica como a Inquisição, por meio do Tribunal do Santo Ofício, foi instituída na Península Ibérica.

<sup>66</sup> A partir do artigo *Kimpa Vita: a mulher que lutou pela descolonização de seu povo guiada pelos espíritos ancestrais*, de Silvia Nascimento, Nganga Marinda é um título concedido àquelas que consultam o mundo sobrenatural para resolver problemas dentro das comunidades. O texto completo está disponível em: <https://mundonegro.inf.br/kimpa-vita-a-mulher-que-lutou-pela-descolonizacao-do-seu-povo-guiada-pelos-espiritos-ancestrais/>. Acesso em: 02 out. 2024.

No fim do século XV, isto é, no início da época moderna, foi criada na Espanha uma instituição, que se inspirou nos moldes das que haviam funcionado na Europa durante a época medieval: o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Meio século depois, foi introduzida também em Portugal, e sua ação estendeu-se sobre todo o império português. Apesar de os tribunais na Península Ibérica apoiarem-se sobre os fundamentos básicos que nortearam a Inquisição durante a Idade Média, adquiriram características e técnicas de ação próprias. O caráter cruel e desumano de seu funcionamento talvez não tenha precedentes na história da civilização, até o surgimento do nazismo no século XX (Novinsky, 1985, p. 12).

Nos 285 anos de seu funcionamento em Portugal – de 1586 a 1821 – a Inquisição foi uma das instituições políticas mais atuantes na manutenção do poder imperial da Península Ibérica e, para isso atuou fortemente contra as comunidades judias e mouras, instituindo os batismos forçados, o confisco de bens, ainda que fosse necessário a condenação à morte, tudo valia para proteger o poder monarca-cristão. Sobre isso, Novinsky (1985, p. 37), ressalta que “apesar de todo o aparato religioso e da auréola divina com que o Tribunal da Inquisição se revestiu, apesar das funções ‘santas’ que alegou, foi uma instituição vinculada ao Estado. Respondeu aos interesses das facções do poder: coroa, nobreza e clero.”

Enquanto acusada pelo Tribunal do Santo Ofício, Vitória tinha direito à palavra, e, em frente a todas as pessoas presentes no Tribunal, ela corrige o Frei, ao enunciar “Não sou negro. Sou negra! Ne-gra”. A atitude da personagem afirma uma ignorância do religioso, que comete um erro ao não utilizar a desinência feminina de acordo com a identidade de gênero de Vitória.

A professora de psicologia Jaqueline Gomes de Jesus (2012) esclarece o porquê esses engodos, como o cometido pelo clérigo, acontecem em relação às pessoas trans e travestis.

Historicamente, a população transgênero ou trans é estigmatizada, marginalizada e perseguida, devido à crença na sua anormalidade, decorrente da crença de que o ‘natural’ é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser ‘adequado’ para esse ou aquele gênero. Entretanto, a variedade de experiências humanas sobre como se identificar a partir de seu corpo mostra que essa ideia é falaciosa, especialmente com relação às pessoas trans, que mostram ser possível haver homens com vagina e mulheres com pênis (Jesus, 2012, p. 11).

Ao asseverar ser negra, a protagonista de Nada digo de ti, que em ti não veja realiza uma dupla afirmação, de sua mulheridade e de sua racialidade. Obviamente, com essa afirmação ela contesta a atribuição de gênero à sua morfologia corporal. São essas intersecções, mulher negra trans/travesti que Vitória ensina ao Frei Saldanha Sardinha, ao separar em sílabas o substantivo “negra”, como num processo de alfabetização.

Acerca do conceito de interseccionalidade utilizado anteriormente, cabe compreendê-lo enquanto operador de análise, mas não como soma de identidades. Carla Akotirene, mestra e doutora em Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismos, explica como o conceito de interseccionalidade, emergente no movimento das feministas negras, é uma chave de compreensão para entender como as mulheres, em suas diferenças, são afetadas diferentemente pela matriz de opressão racista, misógina, classista, cisgênera e patriarcal. A partir da interseccionalidade, é imprescindível reconhecer as diferenças de tratamento

dispensadas às mulheres brancas em detrimento das mulheres negras, por exemplo, ou ainda, as diferenças entre mulheres brancas cisgêneras e mulheres negras transgêneras. Ao que nos cabe para analisar *Vitória*, não é correto realizar uma soma das intersecções de *Vitória* para operar uma análise hierarquizante, pois, conforme ressalta Akotirene (2019, p. 43-44):

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma de suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas.

O destaque à afirmação feita por *Vitória*, de que é uma mulher negra, e a separação em sílaba do substantivo “negra” é compreendido por nós enquanto uma prática discursiva de luta contra o preconceito racial e as violências de gênero que sujeitas como ela enfrentavam dada sua identidade de gênero. Concordamos com Foucault (2017) quando o autor afirma que na análise dos acontecimentos discursivos não é a língua em sua estrutura o ponto de análise, mas sim as redes de poder que se formam em torno daquilo que é dito.

Ao tomamos a arqueogenealogia foucaultiana como método de análise do romance *Nada digo de ti*, que em ti não veja, nosso intuito é estabelecer relações entre aquilo que a protagonista da narrativa enuncia e como ela se subjetiva diante das forças que tendem a enquadrá-la normativamente, seja por meio das religiões, seja por conta da sexualidade, ou ainda de sua origem étnica. Com a análise discursiva desse romance, que traz à tona uma série de acontecimentos históricos, compreendemos aquilo que foi dito no interior da obra não como resultado de um movimento autoral, tampouco de uma vontade individual, seja da autora, seja da personagem, mas sua possibilidade de vir à tona a partir de uma série de relações que solidificam as condições de existência do romance e dos discursos que dele emergem.

Trata-se menos dos limites colocados à iniciativa dos sujeitos que do campo em que ela se articula (sem constituir seu centro), das regras que emprega (sem que as tenha inventado ou formulado), das relações que lhe servem de suporte (sem que ela seja seu resultado último, ou seu ponto de convergência). Trata-se de revelar as práticas discursivas em sua complexidade e em sua densidade; mostrar que falar é fazer alguma coisa – algo diferente de exprimir o que se pensa, de traduzir o que se sabe e, também, de colocar em ação as estruturas de uma língua; mostrar que somar um enunciado a uma série preexistente de enunciados é fazer um gesto complicado e custoso que implica condições (e não somente uma situação, um contexto, motivos) e que comporta regras (diferentes das regras lógicas e linguísticas de construção) (Foucault, 2017, p. 251-252).

Trata-se de compreender o gesto autoral de Eliana Alves Cruz enquanto parte de uma série de práticas nas quais é possível posicionar uma travesti negra no protagonismo de um romance que tem como ambientação o Brasil colonial sob o poder da Inquisição portuguesa, mas publicado na contemporaneidade, no ano de 2020. Com as considerações de Foucault (2017) e o aporte metodológico da arqueogenealogia foucaultiana, a descrição das relações

de poder em torno da personagem Vitória sugerem uma crítica à história e à presença de personagens negros na literatura brasileira, pois, quando considera-se o cânone, conforme explicou Evaristo (2009), poucas são as narrativas nas quais homens e mulheres negras têm voz e essa é ouvida em primeiro plano.

### 3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Compreendemos a presença de Vitória na literatura brasileira a partir do enfoque da literatura afro-brasileira, pois desde esse campo de saber tornou-se possível compreender como autores e autoras negras, por meio da literatura, realizam uma crítica contundente à história e tecem considerações à memória afro-brasileira. Com a protagonista de Nada digo de ti, que em ti não veja, uma travesti congoleza, é pertinente refletir como a literatura, simbolicamente, é utilizada para constituir a ancestralidade afro-brasileira desde uma posição questionadora da centralidade do gênero sem a consideração de outras intersecções, pois Vitória é aceita entre a sua comunidade e não é sua identidade de gênero que importa nesse contexto, mas suas práticas espirituais.

Outro ponto importante de ser destacado é como o romance permite pensar a categoria trans e travesti em experiências de sujeitas do passado. Ainda que as palavras/conceitos de trans e travesti não tivessem existência no período histórico em que o romance é ambientado, considerar Vitória como uma mulher trans-travesti possibilita uma coerência com a maneira como a personagem gostaria de ser respeitada, uma sujeita que afirma ser mulher negra. Dessa maneira, ainda que seja uma ficção, com o romance de Cruz (2020) é possível ouvir simbolicamente a voz de uma ancestral afro-brasileira, que questionou os saberes e poderes de definição das normas de gênero no Brasil colonial. Além disso, ela reivindicava o respeito a seu nome, a sua liberdade e o reconhecimento de suas práticas religiosas.

Por fim, Vitória não se submeteu diante das violências que agiam sobre sua existência e, estrategicamente, decidiu viver de maneira ética, de acordo com os saberes ancestrais, ainda que na colônia fosse perseguida por isso, seja pela via religiosa, por ser Nganga Marinda, seja por considerarem-na sodomita, por expressar uma identidade de gênero feminina. Há uma relação específica dessa personagem com inúmeras vidas de mulheres trans e travestis da contemporaneidade, que também são perseguidas por sua identidade de gênero, raça e religião. Assim, verificamos a pertinência da reflexão sobre o passado colonial brasileira, pois é possível, desde essa mirada, tecer considerações acerca de como os discursos constituem os sujeitos historicamente.

### REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CRUZ, Eliana Alves. **Nada digo de ti, que em ti não veja**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

DIONÍSIO, Dejair. **Ancestralidade Bantu na Literatura Afro-brasileira**: reflexões sobre o romance “Poncia Vicêncio”, de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p, 17-37, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2. ed. Publicação online: Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/GÊNERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

MOIRA, Amara. “Monstruoso corpo de delito” (personagens trans na literatura brasileira). In: FERREIRA, Guilherme Gomes (et. all.) **Tem saída? Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020a.

MOIRA, Amara. “Fizera-se mulher”: Cassandra Rios, visionária maldita. In: **Cadernos de literatura comparada**. nº 43, 2020b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21747/21832242/litcomp43a1>. Acesso em: 02/08/2023.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias de destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NOVINSKY, Anita Waingort. **A inquisição**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8, por Juliana Araújo Lopes.

## Eixo 3

### Estudos do léxico



# A VARIAÇÃO SEMÂNTICO-LEXICAL NO PORTUGUÊS MARANHENSE: uma análise sociodialetal do campo espaços e habitação

Jefferson Mendes Dias<sup>1</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Georgiana Márcia Oliveira Santos<sup>2</sup>

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

Um estudo sociodialetal sobre a variação linguística requer uma análise quali/quantitativa de diversos fatores que geram esse fenômeno. Nesse sentido, neste trabalho, nos propusemos analisar a variação linguística, ocorrida no âmbito lexical, sob a perspectiva da geografia pluridimensional, a qual circunscreve os espaços físicos e considera a influência de fatores extralinguísticos sobre a variação. Com base nisso, buscou-se analisar, a partir de uma perspectiva sociodialetal, aspectos da variação semântico-lexical do português falado no Maranhão com vistas a avaliar a pertinência/produtividade das questões 187, 191, 192, 193 e 194, pertencentes ao campo semântico Espaço e Habitação, do Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA), e acrescidas à versão do Questionário Semântico-Lexical (QSL) produzido pela equipe do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Assim, realiza-se um paralelo entre os dados coletados em 5 localidades representativas das 5 mesorregiões do estado, a saber: São Luís (Norte), Carolina (Sul), Bacabal (Centro), Codó (Leste) e Imperatriz (Oeste). Dessa forma, foram analisados os dados de 20 informantes, distribuídos em grupos de 4 pessoas, sendo dois do sexo masculino e dois do sexo feminino, com nível fundamental de ensino em cada uma das localidades. Além disso, os inquiridos tinham duas faixas etárias definidas — 18 a 30 anos e 50 a 65 anos—, todos naturais dos pontos de inquérito. Para elaboração das cartas linguísticas, utilizou-se o programa *Software para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas* – SGVClín (Romano et al, 2014). Esta pesquisa alicerça-se nos pressupostos teóricos da Dialectologia, da Geolinguística Pluridimensional e da Sociolinguística desenvolvidos, sobretudo, por Cardoso (2010), Ramos, Bezerra e Rocha (2010), Aguilera (2005, 2002, 1999), Labov (2008), Razky (2010), Ramos et. al. (2019). Por fim, o levantamento de dados aqui apresentado evidenciou o aspecto mutável da língua dentro de fatores intra e extralinguísticos que dinamizam-na, fazendo-a ajustar-se às vivências plurais delimitadas pelos espaços físicos.

**Palavras-chave:** Variação; Espaços e Habitação; ALiMA.

## 1 INTRODUÇÃO

Por algum tempo, o homem encarou a língua com distanciamento, não imaginando que ela era a principal ferramenta que refletia sua cultura, seus modos sociais e sua individualidade. Com a invensão de castas e classes sociais, os indivíduos em melhores posições criaram para ela um véu de purismo, na tentativa de padronizar estruturas, eliminar palavras, evitar empréstimos e uma série de outras medidas, que lhes afastassem dos que estavam em posições subalternas; porém, sem perceber, já estavam munindo-a das condições necessárias nas quais a variação linguística iria se manifestar.

Com o passar das décadas, pesquisas em múltiplas áreas comprovaram o caráter comunitário da língua, uma instituição social fásica que muda continuamente,

<sup>1</sup> E-mail: jefferson.dias@discente.ufma.br.

<sup>2</sup> E-mail: georgiana.marcia@ufma.br.

acompanhando as necessidades da sociedade. Nesse sentido, hoje linguistas buscam estudar a língua de grupos sociais negligenciada há tempos, por meio da Dialectologia e da Geografia Pluridimensional, ciências da variação espacial que descrevem e documentam a fala numa determinada área, considerando aspectos como o modo de vida, as memórias, a etnia, etc.

Diante desse cenário, considerando o influxo do espaço físico na vivência humana, assim como os aspectos culturais que determinam o uso do léxico nas cidades, bairros e dentro das casas, esta pesquisa, realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)/UFMA) – 2023/2024, tem o objetivo principal de analisar, sob uma perspectiva sociodialetoal, aspectos da variação semântico-lexical maranhense com vistas a avaliar a pertinência/produzibilidade de cinco questões específicas. Com efeito, estas questões pertencentes ao campo Espaço e Habitação foram retiradas do Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Projeto Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA) que por sua vez vincula-se ao Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

## 2 O QUE É LÍNGUA? DEFININDO UM CONCEITO

Invariavelmente, todo pesquisador buscará um conceito de língua para acrescentar à sua pesquisa. Neste trabalho não poderia ser diferente, visto que todos os nossos levantamentos e análises de dados convergem para conceituá-la. Para começar a responder tal pergunta, diríamos que isso depende. O conceito de língua está sofrendo modificações continuamente, o que definia a língua para Saussure não era o mesmo que a definia para Labov, por exemplo.

Acima de tudo, é preciso ter a ciência de que a língua foi feita pelo homem e para o homem, não é ela senhora deste, mas o contrário. A língua reflete o que a sociedade foi, é e o que virá a ser. Além disso, a sociedade conta a história evolutiva de sua própria língua por meio dos processos por que a faz passar. Certamente, varia o conceito de língua conforme o tempo, a ideologia, a política, etc. Mas é preciso adotar um conceito que abarque todas as potencialidades do que é uma língua, por isso adotaremos a concepção de Ferreira & Cardoso (1994, p. 11), para os quais língua é:

Um sistema de sinais acústicos orais, que funciona na intercomunicação de uma coletividade. É resultado de um processo histórico, evolutivo. Fala-se, portanto, de uma língua histórica portuguesa, espanhola, francesa, etc., ou seja, existe em cada uma delas uma estrutura fônica, gramatical e lexical definida e distinta das demais. Cada uma dessas estruturas, a do português, a do espanhol, a do francês, etc., é resultado de uma língua anterior, o latim, que teve sua própria organização estrutural modificada no tempo e no espaço (Ferreira; Cardoso, 1994, p. 11).

Por essa razão, o estudo da língua possui atrelado a ele além do caráter linguístico, o caráter antropológico, pois aspectos da vida social dentro da cultura afetam diretamente o uso da língua numa comunidade, transformando-se em catalisadores para a variação, condicionados ao lugar onde vivem, pois há nuances de culturas distintas em cada lugar, e para isso aspectos sociais também distintos, segundo Brandão (1991, p. 5):

É por meio da língua que o homem expressa suas ideias, as ideias de sua geração, as ideias da comunidade a que pertence, as ideias de seu tempo. A todo instante, utiliza-a de acordo com a tradição que lhe foi transmitida, e contribui para sua renovação e constante transformação. Cada falante é, a um tempo, usuário e agente modificador de sua língua, nela imprimindo marcas geradas pelas novas situações com que se depara. Nesse sentido, pode-se afirmar que, na língua, se projeta a cultura de um povo (Brandão, 1991, p. 5).

Nesse sentido, se faz necessário o estudo da língua no seu uso real. Para tanto, é preciso encarar o fenômeno da variação como uma ferramenta natural de evolução das línguas e aceitar sua presença em todos os estilos, até mesmo em usuários da norma. Segundo Razky e Oliveira (2014), pesquisas realizadas no Brasil constataram que falantes de língua culta evidenciam no seu falar não poucas variações linguísticas. A variação se confunde com a própria língua, é um processo mental inerente aos homens. Ainda conforme os autores, até usuários ditos com alto domínio da norma culta, usam variantes que não pertencem a essa norma na sua fala (Razky; Oliveira, 2014).

## **2.1 Dialetoлогия e Geografia pluridimensional: o cruzamento de variáveis no estudo da variação linguística**

Diante desse cenário mesmo é que afluíram pesquisas na área da Dialetoлогия para o levantamento da variação lexical no território brasileiro, em conjunto o método da geografia pluridimensional, com o objetivo de coletar, transcrever e catalogar o léxico nos campos semântico-lexicais nas mais diversas áreas do comportamento humano: cozinha e alimentação, espaços e habitação, corpo humano, brincadeiras, etc. Tudo isso para preservar a riqueza lexical ainda não explorada nos rincões do Brasil, contida sobretudo na fala não monitorada do homem interiorano.

Realizar a coleta de dados delimitando uma área geográfica é um dos primeiros passos na pesquisa dialetológica. No entanto, somente o fator espacial não é suficiente para explicar a variação. Primeiramente, o fenômeno irá ocorrer ao se comparar pontos de pesquisa, quando houver o registro de nomes diferentes para um mesmo referente; entretanto, ainda restará explicar o porquê da variação. Nesse momento, quando o fator diatópico não for suficiente para explicá-la, são consideradas outras variáveis aliadas a ele, isso porque “o falante é visto como um ser geograficamente situado, mas socialmente comprometido e em múltiplas direções” (Cardoso, 2002, p. 11-12).

Nesse sentido, os falantes, a depender de suas individualidades, reproduzem no seu falar marcas que refletem sua cultura e aspectos da camada social a que pertencem. Por exemplo, mulheres são grupos sociais minoritários em comparação a homens; devido a isso, o modo como projetam sua fala carrega essas influências sociais, é a chamada variação diassexual ou diagenérica. Outrossim, falantes mais novos tendem a encabeçar o processo de mudança linguística quando produzem variantes as quais têm pouca ou nenhuma produtividade na fala de informantes mais velhos, é a chamada variação diageracional.

Essas são algumas das possibilidades na língua com as quais se pode explicar a variação. Assim como se rompeu a ideia do purismo linguístico e a ideia de se conceber a língua como uma estrutura autônoma, foi preciso pensar na língua dentro da variação geográfica, e depois além dessa variação, ou ligada a ela, fatores outros, sociais, históricos e culturais, para se entender como a língua atua no cruzamento dessas variáveis, como é a língua de cada grupo, de cada lugar.

### 3 METODOLOGIA

Seguindo o parâmetro metodológico do ALiMA, este trabalho se pauta no método de pesquisa dialetal de base geolinguística pluridimensional. Para esta pesquisa em questão foi trabalhado o fenômeno da variação dentro das variáveis diatópica, diageracional e diassexual. Sob esse critério, os informantes do ALiMA atenderam as seguintes especificidades: nos cinco pontos de investigação — São Luís (Norte), Carolina (Sul), Bacabal (Centro), Codó (Leste) e Imperatriz (Oeste) —, foram analisados os dados de 20 informantes, distribuídos em grupos de 4 pessoas, sendo dois informantes do sexo masculino e dois do sexo feminino, com nível fundamental de ensino em cada uma das localidades. Além disso, os inquiridos tinham duas faixas etárias definidas — 18 a 30 anos e 50 a 65 anos —, e deveriam ser todos naturais dos pontos de inquérito das mesorregiões leste e oeste do estado.

#### 3.1 Rede de pontos

As cinco localidades selecionadas para esta investigação constituem municípios representativos das cinco mesorregiões do estado onde foram realizadas as entrevistas para a obtenção dos dados linguísticos.

**Tabela 1** - Rede de pontos das mesorregiões

Mesorregião	Localidade	Total de Informantes	Número da localidade
NORTE	São Luís	4	MA/01
SUL	Carolina	4	MA/08
CENTRO	Bacabal	4	MA/16
LESTE	Codó	4	MA/17
OESTE	Imperatriz	4	MA/07

Fonte: Os autores (2024).

#### 3.2 Questões

A coleta de dados a respeito do campo Espaços e Habitação concernente às cinco questões — 187, 191, 192, 193 e 194 — e as transcrições das falas dos informantes foram

realizadas pela equipe ALiMA. Depois disso, foi feita a revisão e análises das transcrições, agrupando os dados coletados em tabelas pelo programa Google Docs, de acordo com as denominações obtidas para cada questão investigada. O critério para a seleção das questões para esta pesquisa se deu por estas perguntas apresentarem um maior grau de variação dentre as que compõem o questionário do QSL do ALiMA nas cinco mesorregiões deste estudo.

**Tabela 2** - Questões pertencentes ao Questionário Semântico-Lexical (QSL) do ALiMA, campo espaços e habitação

Número	Questões
187	Como se chama a parte da parede que tem espaços vazios?
191	Quando um objeto, um aparelho está estragado, sem funcionar, se diz que ele está...?
192	Como se chama o objeto de madeira, de metal ou plástico utilizado para pendurar roupa no guarda-roupa?
193	Como se chama o banco sem encosto?
194	Como se chama o armário para guardar mantimentos, na cozinha, e que tem tela nas portas?

Fonte: Os autores (2024)

### 3.3 Produção das cartas linguísticas

Para elaboração das cartas, utilizou-se o programa *Software para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas – SGVClin* (Romano et al, 2014). Alimentou-se o banco de dados com os resultados das análises, postos anteriormente em planilhas no *Google Docs*. Além disso, foram consideradas todas as respostas válidas dadas por cada informante. Nesse sentido, é possível que um item possua um número maior de respostas em relação ao número de informantes.

### 3.4 Critérios analíticos

Alguns critérios foram adotados para o exame dos dados coletados e a produção das cartas linguísticas. Em primeiro lugar, as variantes apresentadas nesta pesquisa foram transcritas grafematicamente na tentativa de preservar a fala natural do informante. Por esse motivo, metaplasmos da fala comum e corriqueira são conservados na grafia dos itens, como por exemplo: alçamentos vocálicos (ex: ponte por *ponti*); rotacismo (ex: bloco por *brocu*); debucalização (ex: desmantelado por *dihmanteladu*); monotongação (ex: beira por *bêra*); apócope (ex: “lado de lá” por “*la de lá*”), etc.

Devido a variação fonológica que incide sobre alguns itens, agrupamos todos os registros que descrevem uma mesma variante como sendo um único item; por exemplo, para a questão 187 “... a parte da parede que tem espaços vazios?” obtivemos as respostas *blocu*,



não souberam ou não responderam. Ainda da variação diatópica para a questão 191, vale ressaltar que:

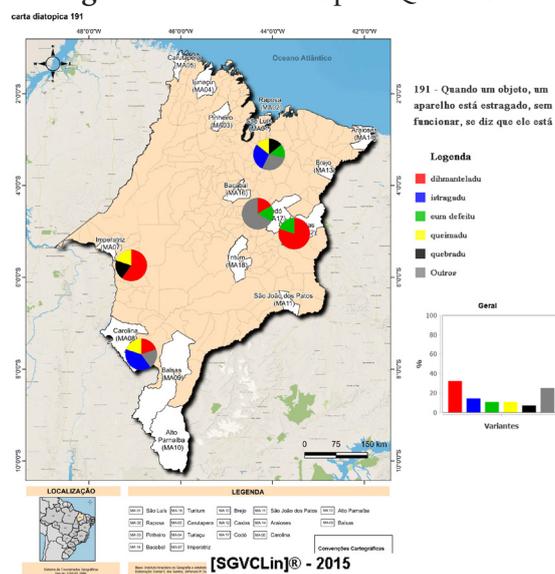
a) A questão 191 foi a única cuja produtividade alta aliada ao fato de todos os informantes registrarem pelo menos uma variante, não havendo respostas não respondidas, gerou o maior número de variantes e de ocorrências da pesquisa.

b) A variante *desmanteladu...* ocorre em 4 das 5 localidades das mesorregiões.

c) Apenas em São Luís não houve o registro de *desmanteladu...*, predominando as variantes *istragadu*, *queimado* e *quebradu*.

d) Curiosamente, a variante *cum defeito* ocorre em três localidades próximas. Uma das hipóteses para explicar isso seria possíveis influências histórico-culturais entre as localidades.

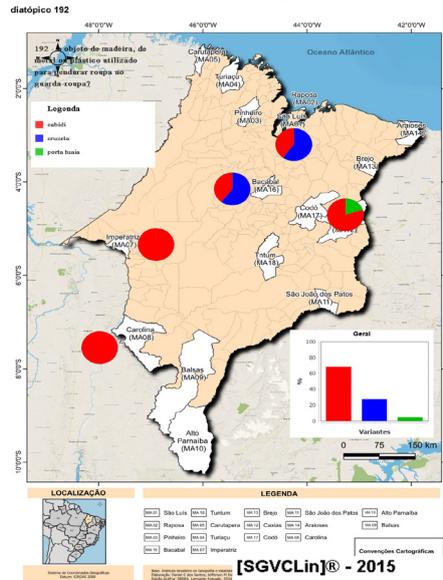
**Imagem 2 - Carta Diatópica Questão 191**



Fonte: Os autores (2024)

Por sua vez, a questão 192 não revelou uma variação tão expressiva. Em primeiro lugar, concorreram apenas dois registros na fala dos informantes, a saber, *cruzeta* e *cabidi*, sendo este último o mais produtivo, ocorrendo em 100% das localidades, enquanto o item *porta tuia* ocorre uma única vez.

**Imagem 3 - Carta Diatópica Questão 192**



Fonte: Os autores (2024)

As questões 193 e 194 não representaram, em seus resultados, amostras significativas que levassem à produção de cartas com base nos dados, já que estes tiveram baixa expressividade, por isso, com o fito de tornar a pesquisa sucinta, não haverá cartas diatópicas para as ditas questões.

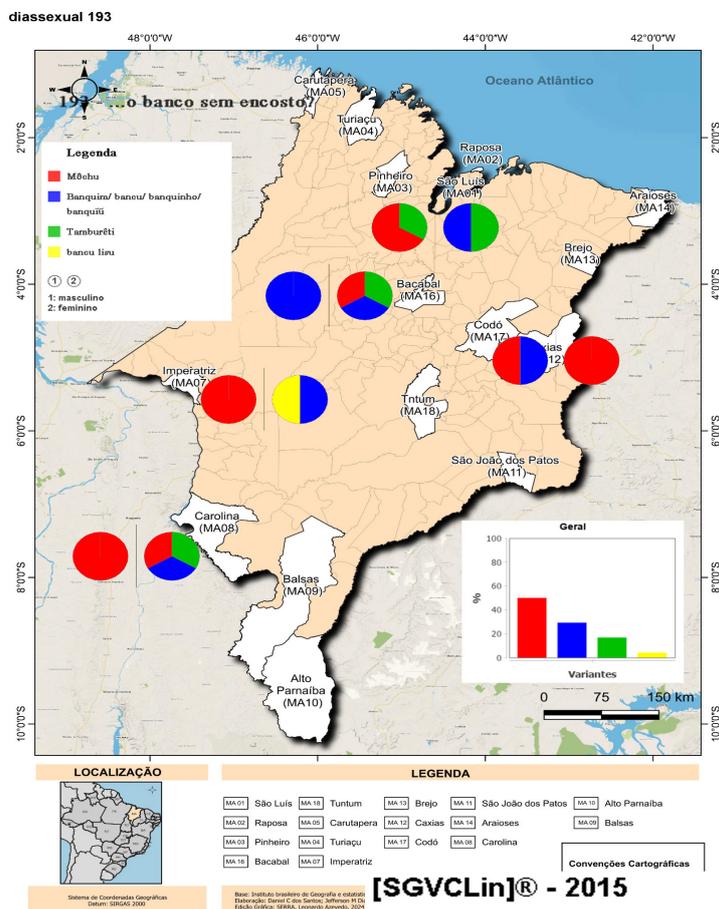
**4.2 Análise diasssexual**

Para a questão 187, informantes masculinos produziram 3 variantes que ocorreram 7 vezes. Enquanto informantes femininas produziram 7 variantes em 10 ocorrências. A variante *combobó/ comongóis/ comungol/comungó* foi a mais produtiva em ambos os grupos. Outras variantes registradas foram *blocozinhos/ blocu/ bloqueti/ brocu, buracu e vasculião*. Apenas um informante de Codó não soube responder. Além disso, para esta questão, mulheres produziram mais variantes.



referente, isso se deve, sobretudo, por grande parte dos informantes queimarem a questão, pois, no momento da responder, davam como resposta o item *banco sem encosto*, que não pôde entrar nos dados, já que este item está presente na formulação da pergunta.

Imagem 6 - Carta Diassexual Questão 193



Fonte: Os autores (2024)

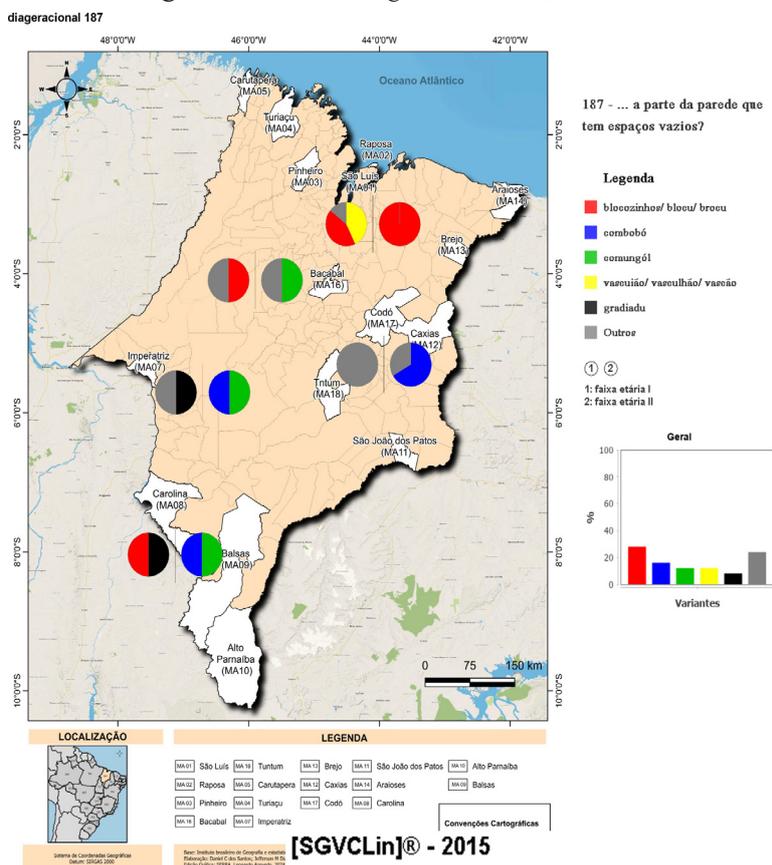
As questões 192 e 194 não representaram, em seus resultados, amostras significativas que levassem à produção de cartas com base nos dados, já que estes tiveram baixa expressividade, por isso, com o fito de tornar a pesquisa sucinta, não haverá cartas diatópicas para as ditas questões.

### 4.3 Análise diageracional

Para a questão 187 a faixa etária I gerou 7 variantes que ocorreram em 14 registros. A mais produtiva dentre elas foi *blocozinhos/ blocu/ bloqueti/ brocu* (30.00%). Em seguida *combobó/ comongóis/ comungol/comungó* (20.00%). Outras variantes registradas foram *vascuião* e *gradiadu*. Já a faixa etária II gerou 4 variantes para 11 ocorrências, a mais produtiva foi *combobó/ comongóis/ comungol/comungó* (75.00%).

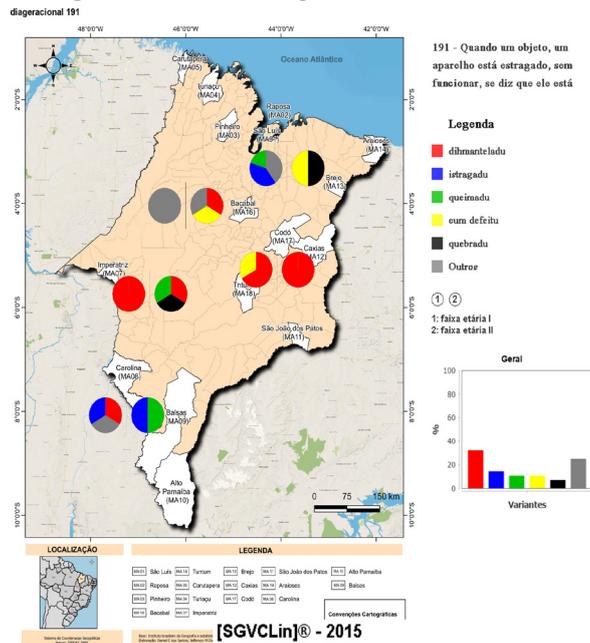
Embora quantitativamente a variação diageracional não tenha sido expressiva, o fato de a variante *blocu* surgir mais expressivamente na fala dos falantes da faixa etária I, em detrimento da variante *combobó*, mais expressiva na faixa etária II, pode indicar o caminho da mudança lexical, uma vez que falantes mais novos são os principais responsáveis por iniciar o fenômeno.

Imagem 7 - Carta Diageracional Questão 187



Para a questão 191 informantes da faixa etária I produziram 9 variantes em 16 ocorrências. A mais produtiva entre esse grupo foi *desmanteladu/ dihmanteladu* (32%). Em seguida, *queimadu* (15.79%). Outras variantes produzidas foram, *tá no pregu*, *esculhambadu/ isculhambadu*, *tá cum problema*, *não presta*, *istragadu*, *quebradu*, *cum defeito*. De igual modo, os informantes da faixa etária II produziram mais *desmanteladu/dihmanteladu* (34%). Outras variantes registradas foram *não presta*, *istragadu*, *quebradu*, *queimadu*. Ainda sobre essa questão: Informantes da faixa etária I em Imperatriz produziram 100% de realizações para a variante *dihmanteladu*; a mesma variante também ocorreu com 100% de realizações na fala de informantes da faixa etária II de Codó. Isso mostra que além do fator diageracional, pode está se manifestando também o fator cultural.

### Imagem 8 - Carta Diageracional Questão 191



Fonte: Os autores, 2024

As questões 192, 193 e 194 não representaram, em seus resultados, amostras significativas que levassem à produção de cartas com base nos dados, já que estes tiveram baixa expressividade, por isso, com o fito de tornar a pesquisa sucinta, não haverá cartas diatópicas para as ditas questões.

## 5 CONCLUSÃO

O levantamento de dados aqui apresentado evidenciou o aspecto mutável da língua dentro de fatores intra e extralinguísticos que a dinamizam, fazendo-a ajustar-se às vivências plurais delimitadas pelos espaços físicos. Esta pesquisa, e tantas outras, mostra que a língua é transformada e retransformada constantemente pela necessidade dos falantes. Em vista disso, observou-se os resultados abaixo.

Além desses dados, os resultados mostraram que a variável diatópica foi o fator mais preponderante para que ocorresse a variação linguística nas cinco localidades, apesar da baixa expressividade em três das cinco questões. Para mais, a pesquisa acaba por evidenciar também a variação dentro de um mesmo município. Por exemplo, a questão 187 nas cidades de Imperatriz e Codó. Isso mostra que nem sempre um grande espaço físico é preponderante para que possa ocorrer variação.

A variação diasssexual não gerou resultados expressivos, contudo mostrou que mulheres nomearam mais que homens.

A variação diageracional também teve baixo grau de evidência; contudo, apesar de similaridade nas respostas, informantes da faixa etária I já não produzem quantitativamente

variantes da faixa etária II. Isso pode indicar o caminho da mudança lexical, uma vez que falantes mais novos são os principais responsáveis por iniciar o fenômeno.

Por tudo isso, esperamos que este trabalho sirva como ponto de partida para pesquisas futuras nestas localidades. Assim, ajudar no incessante trabalho de coletar e catalogar o léxico do português do Maranhão para que se preserve e repasse a futuras gerações nossa história, cultura dentro de nossa língua.

## REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci. A. (Org.). **A Geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer.** Londrina: Ed. da UEL, 2005.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **A geografia lingüística no Brasil.** (No Title), 1991.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. A Geolingüística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional? **Revista do GELNE**, v. 4, n. 2, p. 1-16, 2002.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Geolingüística: tradição e modernidade.** São Paulo: Parábola, 2010.

Combogó - uma invenção pernambucana. Fisco & Finanças. Recife: Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco. Ano III, no 12., jul./ago./set., 1982. p.34.

FERREIRA, C & CARDOSO, S. **A dialetologia no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1994.

LABOV, William. Padrões sociolingüísticos. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.

RAMOS, Conceição de Maria de Araújo; BEZERRA, José de Ribamar Mendes; ROCHA, Maria de Fátima Sopas. (Orgs.) **Pelos caminhos da Dialetologia e da Sociolingüística: entrelaçando saberes e vidas: homenagem a Socorro Aragão.** São Luís: EDUFMA, 2010.

RAZKY, Abdelhak; SANCHES, Romário Duarte. **Uma perspectiva geo-sociolingüística para a análise do status da variável /s/ em contexto pós-vocálico no nordeste do estado do Pará.** In: Dans Estudos Linguísticos e Literários. n. 41, Programme de Pos-graduação en Langue et Culture, Salvador: EDUFBA, 2010.

RAZKY, Abdelhak; OLIVEIRA, Marilucia Barros de. **Curso licenciatura em letras disciplina sociolingüística.** Belém: Editaedi, 2014.

VASCONCELOS, Márcia Maria Fonteles. **A regionalidade presente em lexias simples, complexas e textuais na obra A Rainha do Ignoto de Emília Freitas.** 2022.

## FALADOR, CALOTEIRO E BEBERRÃO: o campo convívio e comportamento social nos municípios de Viana e Vitória do Mearim

**Anna Júlia Mendonça Silva<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Beatriz de Menezes Oliveira<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Theciana Silva Silveira<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar a variação lexical na Baixada Maranhense: o campo convívio e comportamento social nos municípios de Viana e Vitória do Mearim. Fundamenta-se nos pressupostos teóricos-metodológicos da Dialectologia, da Geolinguística e da Lexicologia, toma como base os estudos de Cardoso & Mota (2000), Cardoso (2010) e de Isquierdo (2007). Em se tratando dos procedimentos metodológicos, foram consideradas as seleções lexicais de informantes de duas localidades, a saber: Viana e Vitória do Mearim, localizadas na Baixada Maranhense, no que se refere às questões extraídas do Questionário Semântico-Lexical (QSL), do campo comportamento e convívio social, do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), 136 (Como se chama a pessoa que fala demais?), 139 (Como se chama a pessoa que deixa suas contas penduradas?) e 144 (Que nomes dão a uma pessoa que bebeu demais?). Para cada localidade, foram selecionados seis informantes, que somam o total de 12 informantes, distribuídos igualmente em três faixas etárias: faixa etária I – 18 a 35 anos; faixa etária II – 50 a 65 anos e faixa etária III – a partir de 80 anos. Foram consideradas, ainda, critério de escolaridade até o ensino médio. Para catalogação dos dados utilizados, neste trabalho, foram feitas transcrições grafemáticas dos inqueritos e as unidades lexicais foram organizadas em tabelas Excel. Foi possível observar a variação denominativa para a questão 136, com nove lexias, dentre elas, destacamos: tagarela, falador e linguarudo; em relação à questão 139, registramos cinco lexias, como caloteiro, mau pagador e enrolão; por fim, para a questão 144, somou-se o total de cinco lexias, como beberrão, alcoólatra e pé inchado. Considerando as análises iniciais, foi possível observar que o falante nomeia a realidade ao seu redor, por meio de suas experiências no cotidiano, atribuindo sentidos a partir da sua visão de mundo, ideologia e cultura. Pretende-se com este trabalho contribuir para os estudos de descrição e análise do português falado na Baixada Maranhense.

**Palavras-chave:** Variação, léxico, Baixada Maranhense.

### 1 INTRODUÇÃO

A língua nos permite a expressão e também, dentre outras funções, a comunicação entre grupos, ela carrega toda uma bagagem histórica e cultural que é transmitida de geração

1 Graduanda do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês e suas Respektivas Literaturas, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Campus Dom Delgado, Cidade Universitária, São Luís - MA. Contato: [anna.jms@discente.ufma.br](mailto:anna.jms@discente.ufma.br).

2 Graduanda do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês e suas Respektivas Literaturas, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Campus Dom Delgado, Cidade Universitária, São Luís - MA. Contato: [menezes.beatriz@discente.ufma.br](mailto:menezes.beatriz@discente.ufma.br).

3 Doutora em Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Professora Adjunta do Departamento de Letras, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus Dom Delgado, Cidade Universitária, São Luís – MA. Contato: [theciana.silveira@ufma.br](mailto:theciana.silveira@ufma.br).

em geração; o léxico, por sua vez, é construído quando o homem nomeia os elementos que estão ao seu redor “[...] identificando semelhanças e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas.” (Biderman, 2001, p. 13).

A Baixada Maranhense é uma área composta por 21 municípios, localizada na região Norte do estado; a microrregião comporta lagos e campos que são fonte de renda para milhares de ribeirinhos; considerando a importância dessa região para o estado do Maranhão, torna-se importante registrar, conhecer e propagar a variedade lexical presente, visto que ela representa um tesouro cultural da comunidade.

Tendo em vista o exposto, este trabalho tem como objetivo investigar a variação lexical na Baixada Maranhense, referente às questões 136 (*Como se chama a pessoa que fala demais?*); 139 (*Como se chama a pessoa que deixa suas contas penduradas?*) e 144 (*Que nomes dão a uma pessoa que bebeu demais?*), extraídas do Questionário Semântico-Lexical (QSL), do campo convívio e comportamento social, do Atlas Linguístico do Brasil (AliB), outrossim, observar e analisar o registro das variantes em dicionários gerais da língua.

Por conseguinte, este trabalho foi estruturado desta maneira: (i) Fundamentação Teórica, onde apresentamos os fundamentos da Lexicologia que estruturaram este trabalho, sendo eles: os estudos de Biderman (1992); Sapir (1961) e Vilela (1994); (ii) Procedimentos Metodológicos, que fundamentamos nos pressupostos teóricos-metodológicos da Dialetoлогия e Geolingüística (Cardoso, 2010) e, onde apresentamos nossos passos a partir da coleta dos dados; (iii) Análise dos dados, onde discutimos os resultados obtidos com a variação lexical e analisamos o registro das ocorrências obtidas em dicionários gerais da língua portuguesa.

## 2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO LÉXICO

A relação entre língua e sociedade é um tema que tem suscitado grande interesse de diversos pesquisadores, em diversas áreas de conhecimento. No ramo da Linguística, o foco dos trabalhos está voltado, sobretudo, para como essa relação envolve a maneira como a linguagem reflete e molda as interações sociais. A língua não é apenas um meio de comunicação, mas também um instrumento de identidade, poder e cultura.

Seguindo essa perspectiva, inserido no sistema da língua, encontra-se o léxico, que segundo Biderman (1992, p.399) “É o tesouro vocabular de uma língua, incluindo todos os conceitos linguísticos e não-linguísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural do presente e do passado da sociedade.”. Nessa mesma linha, Sapir (1961, p. 45) afirma que o léxico é o componente da língua que “(...) mais nitidamente reflete o ambiente físico e social. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de tôdas as idéias, interêsses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade.”. Assim, estudar o léxico é uma forma de compreender uma dada

cultura e o modo como as pessoas experienciam e concebem a sua realidade, que pode ser nomeada de diferentes maneiras.

Entendemos o léxico, conforme as palavras de Vilela (1994, p. 9, 10), “(...) como a totalidade das palavras duma língua, ou, como o saber interiorizado, por parte dos falantes de uma comunidade linguística, acerca das propriedades lexicais das palavras (propriedades fonético-fonológico-gráficas, propriedades sintáticas e semânticas)”; desse modo, a variação lexical refere-se às diferenças no vocabulário que ocorrem dentro de uma língua, influenciadas por fatores como região, classe social, contexto cultural e situação de fala. Essa variação é uma parte natural e rica da dinâmica linguística.

Essa variação pode ser observada em contextos gerais do cotidiano e também em pesquisas realizadas, sobretudo, com dados de oralidade. Nesse sentido, os Atlas Linguísticos (AL) privilegiam a língua falada, onde podemos perceber mais nitidamente essa variação.

Os Atlas Linguísticos permitem que a realidade linguística seja documentada, o que contribui para que o conhecimento, nesse caso, lexical, se expanda, de forma que a pluralidade cultural de uma região e até mesmo de um país inteiro seja reconhecida e preservada. Nesse sentido, os AL regionais ou estaduais, por exemplo, se destacam justamente pelo registro da diversidade linguística de uma maneira particular, preservando tradições de determinadas localidades.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Fundamentamos este estudo nos pressupostos teóricos-metodológicos da Dialetoлогия e Geolinguística, conhecimentos que se relacionam e trabalham juntos no registro de vários dialetos, registros esses que podem ser difundidos através dos Atlas Linguísticos, por exemplo. Enquanto a dialetologia se ocupa de “[...] identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica.” (Cardoso, 2010, p. 15.); a geolinguística vai mapear os dados, considerando fatores geográficos e como eles influenciam a diversidade linguística de diversas regiões.

O estudo tem seu corpus baseado no questionário semântico lexical do projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil), mais especificamente no campo convívio e comportamento social; foram consideradas para uma pesquisa de campo nas cidades de Vitória do Mearim e Viana as questões 136 (*Como se chama a pessoa que fala demais?*), 139 (*Como se chama a pessoa que deixa suas contas penduradas?*) e 144 (*Que nomes dão a uma pessoa que bebeu demais*). Os informantes foram selecionados a partir dos critérios já estabelecidos para a elaboração do ALiB, esses, apresentados no Quadro 1.

**Quadro 1** - Perfil dos informantes.

Classificação	Perfil dos Informantes
Diatópica	Seis (06) informantes por município.
Diageracional	Três (03) faixas etárias: a) Faixa I: 18 a 35 anos; b) Faixa II: 50 a 65 anos; c) Faixa III: a partir de 80 anos.
Diastrática	Nível de escolaridade: a) Ensino médio completo
Diassexual	Homem (03) Mulher (03)

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2024).

O Quadro 1 apresenta o perfil dos informantes e os critérios utilizados para seleccioná-los. Ao todo, foram 12 informantes, sendo seis (06) para cada município; consideramos as duas faixas etárias já propostas pelo ALiB e acrescentamos a faixa etária III, com informantes a partir de 80 anos; para o nível de escolaridade de ambos os municípios, consideramos ensino médio completo.

Este estudo verifica a variação lexical na região da Baixada Maranhense levando em consideração algumas características sociais dos informantes, como aspecto diageracional, que se trata da idade do informante; diagenérica, ou seja, que se volta para a variação entre os gêneros masculino e feminino; diatópica, isto é, que verifica a variação de acordo com a região; e diastrática, que visa focar na classificação social do informante. (Cardoso, 2010)

Fizemos as entrevistas por meio de gravação; após a coleta de dados, foram feitas as transcrições grafemáticas, organizamos as unidades lexicais em tabelas e então, iniciamos as análises.

Analizamos, ainda, se as lexias catalogadas na pesquisa foram dicionarizadas nos dicionários gerais: Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (Ferreira, 2004), Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (Houaiss, 2009) e Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (Aulete, 2011) e, se elas apresentam definição correspondente à atribuída pelos informantes.

#### 4 ANÁLISE DE DADOS

No corpus analisado para a questão de número 136 (*Como se chama a pessoa que fala demais?*), foram obtidas nove (09) variantes lexicais e um total de 19 ocorrências, como podemos observar na Tabela 1.

**Tabela 1** - Quantidade de ocorrências para a questão 136.

Item Lexical	Ocorrências	Porcentagem (%)
Falador/faladeira	7	36,84%
Tagarela	3	15,79%
Linguarudo	2	10,53%
Fofoqueiro	2	10,53%
Cagueta	1	5,26%
Desbocado	1	5,26%
Matraca	1	5,26%
Barulhenta	1	5,26%
Expressiva	1	5,26%
TOTAL	19	100%

**Fonte:** Elaborada pelas autoras (2024).

A tabela 1 mostra os itens lexicais: *falador/faladeira*, *tagarela*, *linguarudo*, *fofoqueiro*, *cagueta*, *desbocado*, *matraca*, *barulhenta*, *expressiva*. A variante *falador/faladeira* foi o mais comum, obtido sete (07) vezes, que representa 36,84% das ocorrências, seguido de *tagarela*, com 15,79% das ocorrências.

Na tabela 2, vemos o corpus analisado para a questão de número 139 (*Como se chama a pessoa que deixa suas contas penduradas?*), foram obtidas cinco (05) variantes lexicais e um total de 15 ocorrências.

**Tabela 2** - Quantidade de ocorrências para a questão 139.

Item Lexical	Ocorrências	Porcentagem (%)
Mau pagador	4	26,7%
Caloteiro/caloteira	4	26,7%
Enrolão/enrolona	2	13,3%
Trapaceiro	2	13,3%
Trambiqueira	1	6,7%
Mão de vaca (N/V)	1	6,7%
N/O	1	6,7%
TOTAL	15	100%

**Fonte:** Elaborada pelas autoras (2024).

Os itens lexicais presentes na tabela 2 são: *mau pagador*, *caloteiro/caloteira*, *enrolão/enrolona*, *trapaceiro*, *trambiqueiro*, *mão de vaca (N/V)*, *N/O (Não obtida)*. Os termos *mau pagador* e *caloteiro/caloteira* apresentam quatro (04) ocorrências, representando, cada um, 26,7% do número de ocorrências. O termo *mão de vaca* foi considerado não válido pois não corresponde ao conceito referente à questão 139.

Por fim, observamos na tabela 3, o corpus analisado para a questão 144 (*Que nomes dão a uma pessoa que bebeu demais?*), foram obtidas seis (06) variantes lexicais e um total de 15 ocorrências.

**Tabela 3** - Quantidade de ocorrências para a questão 144.

Item Lexical	Ocorrências	Porcentagem (%)
Beberrão	5	33,33%
Alcoólatra/alcoólico	4	26,7%
Cachaceiro	2	13,3%
Pé inchado	2	13,3%
Pinguço	1	6,7%
Bêbado	1	6,7%
TOTAL	15	100%

**Fonte:** Elaborada pelas autoras (2024).

Os itens lexicais da tabela 3 são: *beberrão*, *alcoólatra/alcoólico*, *cachaceiro*, *pé inchado*, *pinguço*, *bêbado*. *Beberrão* foi o termo mais recorrente, com cinco (05) ocorrências, que representam 33,33%; *alcoólatra/alcoólico* foi o segundo termo mais recorrente, com quatro (04) ocorrências, que representam 26,7%.

## 5 DICIONARIZAÇÃO DAS VARIANTES LEXICAIS

A dicionarização das variantes foi analisada a partir de pesquisa em três (03) dicionários: (i) Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004), (ii) Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009), (iii) Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (2011).

Verificamos a dicionarização das variantes para investigar se os termos estão citados nos dicionários selecionados e, se apresentam o mesmo significado que a eles foram atribuídos pelos informantes desta pesquisa.

As variantes foram distribuídas da seguinte maneira: Dicionarizada e correspondente ao termo, representada pelo ícone ; Não dicionarizada, representada pelo ícone e Dicionarizada e não correspondente ao termo, representado pelo ícone .

No quadro 2, a primeira coluna corresponde aos itens lexicais; a segunda é referente ao Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004); a terceira se refere ao Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009) e a quarta é referente ao Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (2011), em todos os dicionários, quatro (04) denominações foram registradas como dicionarizada e correspondente ao termo: *falador/faladeira*, *tagarela*, *linguarudo* e *matraca*; duas (02) foram registradas como não dicionarizada: *cagueta* e *desbocado*; três (03) foram registradas como dicionarizada e não correspondente ao termo: *fofoqueiro*, *barulhenta* e *expressiva*.

**Quadro 2** - Dicionarização para a questão 136.

Item Lexical	Aurélio (2004)	Houaiss (2009)	Aulete (2011)
Falador/faladeira	●	●	●
Tagarela	●	●	●
Linguarudo	●	●	●
Fofoqueiro	★	★	★
Cagueta	■	■	■
Desbocado	■	■	■
Matraca	★	★	★
Barulhenta	★	★	★
Expressiva			

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2024).

No quadro 2, é possível observar que dois (02) termos não se encontram registrados em nenhum dos dicionários selecionados para o estudo: *cagueta* e *desbocado*. Nos dicionários Aurélio e Houaiss podem-se encontrar as variações *caguetagem*, *caguetar* e *caguete*. O dicionário Houaiss descreve *caguete* como mesmo que *alcaguete*, que significa ‘espião’, ‘delator’. Entendemos que há uma aproximação semântica, uma vez que os informantes utilizaram uma possível característica de quem é *cagueta*, para denominar a pessoa que fala demais.

Os termos *fofoqueiro*, *barulhenta* e *expressiva* foram dicionarizados, no entanto, com o significado diferente do atribuído pelo informante. Acreditamos que a utilização desses termos para denominar uma pessoa que fala demais se dá pela atribuição dessa característica a pessoas que são barulhentas ou expressivas.

Nota-se, ainda, que alguns termos derivam de órgãos humanos, como *linguarudo* e *desbocado*. É possível concluir que o informante associa a pessoa que fala muito, com a boca, órgão utilizado para produzir a fala. Também vale ressaltar que o prefixo ‘des-’ no termo *desbocado* indica uma ação contrária, indica separação, negação ou cessação, o que leva ao sentido de ‘não-bocado’. No entanto, o termo é utilizado de forma contrária, para enfatizar a característica de falar muito.

No quadro 3, observamos que todos os termos foram dicionarizados, exceto *mau pagador* e, a ocorrência *mão de vaca* (N/V) foi dicionarizada e não correspondente ao termo em todos os dicionários. A coluna referente ao Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004) possui três (03) denominações dicionarizadas e correspondente ao termo: *caloteiro/caloteira*, *trapaceiro* e *trambiqueira* e mais uma (01) dicionarizada e não correspondente ao termo: *enrolão/enrolona*; as colunas referentes ao Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009) e ao Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (2011) possuem quatro (04) denominações dicionarizadas e correspondente ao termo: *caloteiro/*

*caloteira, enrolão/enrolona, trapaceiro e trambiqueira.*

**Quadro 3** - Dicionarização para a questão 139.

Item Lexical	Aurélio (2004)	Houaiss (2009)	Aulete (2011)
Mau pagador	■	■	■
Caloteiro/caloteira	●	●	●
<u>Enrolão/enrolona</u>	★	●	●
Trapaceiro	●	●	●
Trambiqueira	●	●	●
Mão de vaca (N/V) *	★	★	★

\* N/V = não válido

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2024).

Nota-se, no quadro 3, que a maioria dos termos foram dicionarizados, com exceção de *mau pagador*. A variante *mão de vaca* foi designada como Não válida, pois não corresponde semanticamente à pergunta do banco de dados do ALiB. Tomando como exemplo o dicionário Aurélio, o termo consta como ‘avaro’, ou seja, alguém que não gosta de gastar seu dinheiro. Acreditamos que a aproximação semântica leva o informante a mesclar os significados.

No quadro 4, observamos que todos os termos foram dicionarizados, exceto *pé inchado*, em todos os dicionários. As colunas referentes ao Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004), ao Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009) e ao Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (2011) possuem cinco (05) denominações dicionarizadas e correspondente ao termo: *beberrão, alcoólatra/alcoólico, cachaceiro, pinguço e bêbado*.

**Quadro 4** - Dicionarização para a questão 144.

Item Lexical	Aurélio (2004)	Houaiss (2009)	Aulete (2011)
Beberrão	●	●	●
Alcoólatra/alcoólico	●	●	●
Cachaceiro	●	●	●
Pé inchado	■	■	■
Pinguço	●	●	●
Bêbado	●	●	●

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2024).

Por fim, no quadro 4, é evidente a maior presença das variações dicionarizadas e correspondentes ao termo para a questão 144 (*Que nomes dão a uma pessoa que bebeu demais?*) nos dicionários da língua portuguesa selecionados. O único termo não encontrado foi *pé inchado*, termo esse que pode ser associado a uma característica física de quem bebe com

frequência, uma vez que, pessoas com esse hábito costumam inchar nas extremidades do corpo, devido à retenção de líquido. Já *alcoólatra/alcoólico*, *cachaceiro* e *pinguço* estão associados à substância consumida pela pessoa que bebe demais, respectivamente: álcool, cachaça e pinga. Nota-se também a questão entre *beberrão* e *bêbado*, onde o primeiro termo está relacionado a uma pessoa que bebe muito e constantemente, enquanto o segundo se relaciona a uma pessoa que bebeu demais em certo momento e ficou bêbada.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo da variação lexical nos municípios de Viana e Vitória do Mearim contribui para compreensão e registro da diversidade linguística da região. Por meio do questionário do projeto ALiB, investigamos a forma com que os habitantes da região da Baixada Maranhense se referem a pessoas que ‘falam muito’, ‘deixam contas penduradas’ e ‘bebem demais’ e verificamos se os termos se fazem presentes nos dicionários da língua portuguesa.

As análises mostraram que, ainda que a maioria das variações lexicais estejam catalogadas, algumas podem ser utilizadas de forma incomum à registrada nos dicionários, ou inclusive, não estarem registradas. Isso demonstra que o falante nomeia a realidade ao seu redor por meio de suas experiências no cotidiano, atribuindo sentidos a partir da sua visão de mundo, ideologia e cultura; justamente por esse fator, a diversidade lexical deve ser reconhecida e registrada, a fim de que esse legado histórico e cultural que representa uma parte tão importante de um povo não seja perdido.

Este estudo também visou exprimir a importância de incentivar as pesquisas sobre a variação lexical na Baixada Maranhense e outras regiões e explorar outras áreas além do convívio e comportamento social, a fim de tornar cada vez mais conhecida a variedade cultural do Estado e valorizá-la. Pretendeu-se, com este trabalho, contribuir para os estudos de descrição e análise do português falado na Baixada Maranhense, bem como incentivar que outros conheçam a região, sua importância e os aspectos culturais, no que tange à fala dos moradores da região.

## REFERÊNCIAS

- AULETE, C. **Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. *In*: OLIVEIRA, M. P. P de; ISQUERDO, A. N. **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. (org.). 2 ed. Campo grande: Editora UFMS, 2001.
- BIDERMAN, M. T. C. **Dicionário Contemporâneo de Português**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- CARDOSO, S. A. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas linguístico do Brasil**. Questionários 2001. Londrina: Eduel, 2001.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

SAPIR, E. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

VILELA, M. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra: Almedina, 1994.

## IMPERATIVOS DIGITAIS: um estudo sobre o uso do verbo imperativo e do modo injuntivo em postagens de influencers no Instagram

**Lorena Santiago Cardoso de Lima<sup>1</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

**Maria Clara Corrêa Almeida<sup>2</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

**Leticia Gantzas Abreu<sup>3</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

A rede social Instagram vem ganhando cada vez mais espaço no cenário contemporâneo e surge como um veículo alternativo de publicidade e propaganda, quando possibilita uma interação dinâmica entre influenciadores e usuários, facilitando o consumo e a criação de conteúdo personalizado. Nesse contexto, para divulgar ou vender produtos e serviços são propostas ações como “Deixe seu comentário para participar da promoção”, “Clique no link para acessar o cupom”, “Arraste para cima para saber mais”, sugerindo instruções simples de como obter o que está sendo oferecido, utilizando do emprego de formas verbais que direcionam a atenção e incentivam a ação do usuário. Desse modo, esse estudo tem o objetivo de analisar como o verbo no modo imperativo e a sequência injuntiva se manifestam em postagens de influenciadores na plataforma Instagram. Ao identificar e analisar essas estratégias, esperamos revelar como elas moldam a eficácia das comunicações e o comportamento dos seguidores na plataforma. Partimos da hipótese de que as formas verbais no modo imperativo criam uma sequência injuntiva e são implementadas dentro de campanhas publicitárias, a fim de influenciar e persuadir o comportamento do usuário e maximizar o impacto das mensagens publicitárias. Assim, esta pesquisa adota uma metodologia qualitativa para analisar as estratégias linguísticas de publicidade em postagens de influenciadores na plataforma Instagram, examinando como essas formas verbais são empregadas para promover a venda de produtos e serviços. Para esse estudo utilizamos como fundamentação teórica os estudos gramáticos e linguísticos de Perini (2005), os conceitos de publicidade e propaganda de Gonzalez (2009) e a construção da retórica publicitária de Clarice Greco em seu artigo *A retórica publicitária do influenciador digital nas tecnologias persuasivas* (2022). Os resultados esperados visam proporcionar uma compreensão mais detalhada de como as estratégias linguísticas influenciam a interação e a resposta dos usuários no Instagram, com um foco especial no uso de verbos imperativos e do modo injuntivo, nas postagens de influenciadores.

**Palavras-chave:** Influenciadores; Verbos imperativos; Modo injuntivo.

---

1 Graduada em licenciatura em Letras Inglês pela Universidade Federal do Maranhão. e-mail: santiago.lorena@discente.ufma.br.

2 Graduada em licenciatura em Letras Inglês pela Universidade Federal do Maranhão. e-mail: mcc.almeida@discente.ufma.br.

3 Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. e-mail: leticia.gantzas@ufma.br.

## 1 INTRODUÇÃO

A linguagem é um instrumento de comunicação em constante dinamismo, adaptando-se ao contexto social, cultural e situacional. A interação verbal entre os falantes é complexa, pois o falante percebe a necessidade de ajustar sua fala de acordo com quem está ouvindo, o que está sendo dito e como isso é comunicado.

O Instagram, como uma plataforma visualmente orientada, desafia os profissionais de marketing a se destacarem em meio à concorrência. Nesse contexto, o uso inteligente do verbo imperativo e do modo injuntivo torna-se crucial, uma vez que essas formas verbais têm o poder de direcionar a atenção e motivar a ação do usuário.

A presença proeminente do verbo imperativo nas legendas de propagandas busca incitar a ação imediata do espectador. Expressões como “Compre agora”, “Descubra” e “Aproveite” comunicam mensagens diretas, envolvendo o consumidor de maneira ativa.

O modo injuntivo, caracterizado por frases como “Não perca” e “Não deixe de conferir”, visa despertar um senso de exclusividade e urgência. Essa abordagem captura a atenção do usuário, enfatizando a importância de não deixar passar as oportunidades apresentadas.

A pesquisa inclui uma análise de casos específicos e tendências observadas em campanhas publicitárias de sucesso no Instagram. Investigaremos como os influenciadores digitais empregam essas formas verbais como estratégias argumentativas, construindo discursos imperativos que buscam persuadir o usuário a adotar comportamentos desejados, ou seja, a adquirir os produtos oferecidos.

## 2 ESTRATÉGIAS DE INFLUÊNCIA: como a publicidade e propaganda se entrelaçam no Instagram

O Instagram vem ganhando cada vez mais espaço no cenário atual, tornando-se um dos maiores veículos de comunicação dos tempos modernos. Dentro da plataforma, as curtidas e visualizações passaram a ser o combustível que move os usuários, além de oferecer uma página de busca infinita criada especialmente para a distração e descontração das pessoas que usam o aplicativo. Entre essas distrações, há a ferramenta *reels*, vídeos curtos que podem ser vistos a qualquer momento. Levando em consideração o crescimento em massa do número de usuários que ansiavam consumir conteúdos diversos, desde política à dicas de beleza, criou-se a necessidade de existir um grupo seletivo de pessoas que oferecessem aos usuários o que eles estavam buscando. Então, dessa forma, surgem os *influencers* ou influenciadores.

Assim como o YouTube, o Instagram possibilitou a oportunidade de trabalhos informais, onde qualquer pessoa poderia gravar um vídeo, postar uma foto e se tornar um influenciador. A plataforma já rendeu a esses influenciadores oportunidades únicas que talvez não fossem ser conquistadas a partir de um trabalho tradicional, como patrocínio de

marcas famosas e viagens internacionais. É, portanto, a evidência mais clara da famosa lei da oferta e da procura.

Em “Publicidade e Propaganda”, Márcio González expõe essa relação e a diferença entre as duas palavras, que podem aparentar ter o mesmo significado, mas que na prática não são parecidas. Em sua obra, González afirma que a propaganda é uma atividade voltada para promover um sistema ideológico, seja ele religioso ou político. Já a publicidade é uma atividade feita para promover/vender uma ideia, com objetivos comerciais muito claros, como fica evidente no seguinte trecho:

É um conjunto de técnicas de ação coletiva com o propósito de tornar conhecido um produto, um serviço, uma marca, promovendo assim uma atividade comercial. É mais ampla que a propaganda e engloba todas as formas de comunicação, tornando-se uma técnica comercial de comunicação de massa. (González, 2009, p. 7).

Trazendo essa citação para o contexto real, é fácil notar como a publicidade e a propaganda estão presentes no cotidiano dos indivíduos que consomem os conteúdos disponíveis em plataformas digitais, especialmente no Instagram. O objetivo dos influenciadores é vender, seja sua imagem, um produto ou uma ideia. Antes, as mídias tradicionais (tal como televisão, cinema, rádio) eram as responsáveis por espalhar determinados ideais e formar opiniões, mas nos dias atuais, basta apenas pegar o celular e abrir um vídeo direto do sofá de casa. Com um simples “click”, uma pessoa é influenciada a comprar uma roupa que não precisa, um sapato que mais tarde sairá de moda e objetos que provavelmente serão esquecidos após uma ou duas semanas. Os influenciadores, separados por nichos, exercem um grande impacto em seus seguidores, induzindo-os a comprarem os produtos que estão sendo divulgados. Sendo assim, eles se tornam a ponte entre as marcas e o público.

Ainda de acordo com González (2009), ele reitera que a primeira publicidade no Brasil foi feita por Pero Vaz de Caminha, em sua carta para o rei de Portugal, na época Dom Manuel. Ele relata as maravilhas da terra recém-descoberta, vendendo uma ideia, um produto, para o seu rei, que poderia ou não investir em uma nova colônia. E a publicidade continuou ganhando espaço no cenário brasileiro até chegar no século XXI, onde a venda de cavalos e escravos se transformou em venda de comestíveis, cosméticos, aparelhos eletrônicos, dentre outros. A publicidade fala por si mesma.

### **3 COMO SE CONSTRÓI O DISCURSO IMPERATIVO PARA A PERSUASÃO**

O discurso imperativo se manifesta por meio da persuasão que se estabelece no diálogo entre emissor e receptor. Essa persuasão pode ocorrer de forma indireta, através de processos retóricos que envolvem diversos elementos na construção do discurso, ou de maneira direta, que é o foco deste estudo. Nesta abordagem direta, o processo persuasivo é concretizado por meio da chamada sequência injuntiva ou sequência imperativa.

A sequência injuntiva diz respeito ao encadeamento de verbos no modo imperativo. Frases como “Compre agora”, “Descubra” e “Aproveite” são frequentemente encontradas

em campanhas publicitárias. Nesses contextos, essa estratégia é empregada para motivar o consumidor a realizar uma ação ou a adquirir os recursos necessários para tal. Segundo Mendonça et al. (s.d., p. 3):

Vemos que ao expor seus argumentos discursivos a propaganda “reforça” seus argumentos com orientações para um ‘fazer agir’. Sabemos que o modo imperativo é usado para manifestar ordem, apelo pela concretização da ação. É indeterminado em tempo, pois como é usado para incitar à ação, supõe-se que a ação ainda não se realizou, e se vier a se realizar será posteriormente à emissão da frase.

Sob essa perspectiva, o emissor apresenta uma sequência de verbos no modo imperativo, consistindo em ordens e apelos cujo objetivo é levar o receptor a realizar determinadas ações. Nesse contexto, a presença do influenciador se torna essencial para que essas ações sejam efetivamente concretizadas. Por meio de sua comunicação e dos elementos utilizados nas postagens, o influenciador estabelece um diálogo claro e explícito com o usuário/seguidor.

O processo persuasivo se apresenta ao receptor por meio da identificação de uma problemática ou necessidade, relacionada ao nicho em que o influenciador atua—seja no âmbito político, da beleza, do esporte, entre outros. Essa problemática é criada pelo emissor, ou seja, o influenciador, e, em seguida, é oferecida uma solução que envolve o produto ou serviço promovido.

Este estudo busca observar como as postagens no Instagram, por meio das funcionalidades como Reels, descrições, comentários e interações entre influenciador e seguidor, utilizam sequências injuntivas e instruções que o usuário deve seguir, com o intuito de alcançar o objetivo sugerido pelo influenciador. conforme dito por Mendonça et al (s.d., p. 4):

Se a sequência dissertativo-argumentativa (sequência argumentativa) caracteriza-se pela discussão de uma problemática, com a apresentação de ideias amparadas por argumentações e fatos, culminando com uma tomada de posição ou defesa de princípios, a sequência injuntiva pode estar presente nessa argumentação. Assim na argumentação ela procura persuadir através de uma sequência de ordens, relacionando e justificando as ideias apresentadas nesses textos.

Portanto, observamos que as táticas retóricas são empregadas para tornar o argumento publicitário mais sólido e consistente. Nesse contexto, o discurso persuasivo se desenvolve para estabelecer uma conexão entre o argumento do emissor e a ação do receptor. Essa relação pode ser estabelecida através de sequências injuntivas, isto é, apresentando sugestões às quais o consumidor deve agir. Tudo isso é utilizado de forma inteligente e consciente a fim de convencer o interlocutor sobre uma ideia e persuadi-lo a realizar uma ação.

#### **4 A PRESENÇA DA VERBO IMPERATIVO E DA SEQUÊNCIA INJUNTIVA NO DISCURSO PERSUASIVO DOS INFLUENCERS NO INSTAGRAM**

De acordo com Perini (2005), os conceitos relacionados ao modo imperativo são frequentemente utilizados para expressar ordens e pedidos. Além disso, segundo os estudos

de Mendonça et al. (s.d.), no âmbito do discurso publicitário, o modo imperativo serve “para manifestar ordem e apelo pela concretização da ação”. Dessa forma, no contexto publicitário, os verbos no modo imperativo estão amplamente ligados às sequências injuntivas.

Assim, conforme destacado por Rosa (2003), a ideia de que as sequências injuntivas estão conectadas ao “fazer agir” do usuário, por meio de verbos imperativos, sugere que “a programação de uma sequência de microações nos leva a concluir uma macroação”. Isso implica que esses verbos, com sua construção sintática e semântica, fortalecem o discurso persuasivo proposto pelo modo injuntivo.

É importante levar em consideração que as postagens do Instagram voltadas para recursos publicitários visam atrair um público-alvo específico, induzido por ligações semânticas reforçadas pelos verbos imperativos, a adquirir um produto ou serviço. Clarice Greco (2022), em seu artigo *A retórica publicitária do influenciador digital nas tecnologias persuasivas*, aborda a ideia de que o influenciador utiliza argumentos lógicos e estratégias de indução, dialogando com o usuário/seguidor para incentivá-lo a executar uma ação.

Conseguimos observar a dinâmica da argumentação lógica dos influenciadores por meio de suas postagens, nas quais utilizam sua imagem e a proximidade com os seguidores para induzi-los a adquirir produtos ou serviços. Todos os recursos que a plataforma oferece permitem a utilização de uma linguagem persuasiva, capaz de despertar o interesse do usuário em relação a um determinado produto.

Neste estudo, analisamos uma postagem no formato *reels* do curso de idiomas @dozeroaproficiencia, que emprega a imagem de uma influenciadora para construir uma imagem positiva do curso. A combinação de elementos visuais e a conexão emocional estabelecida pela influenciadora são fundamentais para a eficácia da comunicação, pois incentivam os seguidores a se engajarem e a se interessarem pelo curso.

Por meio da aba *reels* no Instagram, somos apresentados a um vídeo de alguns segundos sobre um Intensivo de inglês, que é descrito como “o curso mais famoso do Do zero a proficiência”. O curso oferece 2 horas de aulas ao vivo, cinco dias por semana, durante um mês, com resultados efetivos, graças à sua metodologia.

Além disso, a influenciadora detalha no vídeo como o seguidor pode adotar uma abordagem autodidata, enfatizando que é possível “fazer você mesmo” o aprendizado do inglês em casa, seguindo a metodologia do curso. No entanto, ela ressalta que optar pelo intensivo é uma ótima opção, pois proporciona um aprendizado mais estruturado. Ela apresenta exemplos de como trabalhar cada competência linguística e reforça sua credibilidade ao se apresentar como um “conselho de uma poliglota certificada”, exibindo suas certificações na imagem (Figura 1).

**Figura 1-** Reels no Instagram**Figura 2 -** Reels no Instagram

Podemos observar a construção da sequência injuntiva na fala da influenciadora, que utiliza o modo imperativo para incentivar o usuário a executar uma ação. Por exemplo, ao usar o verbo “Avance”, ela oferece uma instrução clara e um comando direto, persuadindo o seguidor a acreditar na possibilidade de alavancar seu aprendizado “5x mais rápido e de graça!” por meio do intensivo de inglês. Essa estratégia linguística, através do verbo no modo imperativo, reforça a urgência e a eficácia da proposta, motivando o público a agir.

Figura 3 - Descrição de post no Instagram

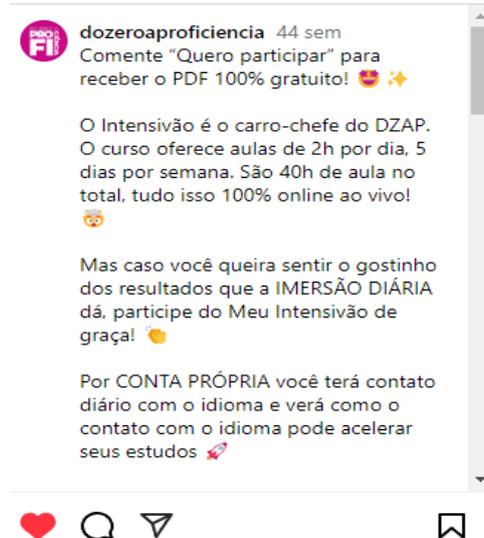


Figura 4 - Comentários no post do Instagram



Através dos exemplos acima que fazem parte da mesma postagem, podemos perceber a modo injuntivo em dois momentos. O primeiro momento está relacionado com a descrição do post (figura 03) onde é notório perceber a utilização de três verbos no imperativo “Comente”, “participe” e “compartilhe”, sob a qual está se referindo a comandos diretos aos usuários além de também estar realizando uma sugestão de participar induzindo assim a adquirir o serviço que ela está oferecendo.

O segundo momento surge quando na aba de comentários (figura 04), onde os internautas, já seguindo os comandos e instruções feitas durante o discurso da influencer, durante o vídeo e o texto na descrição postagem, em que são instruídos a comentar “Quero participar”, reforçando a ideia do discurso persuasivo presente no modo injuntivo. Sendo assim notamos que o modo imperativo está amplamente presente no discurso persuasivo e no modo injuntivo dessas campanhas publicitárias.

Além disso, realizamos a análise de outra postagem em formato Reels do influenciador @thiago.nigro, popularmente conhecido como “Primo Rico”, que atua no nicho financeiro da plataforma. Focamos em recortes de sua fala e na forma como ele utiliza sequências injuntivas para alcançar o modo injuntivo. Essa abordagem permite compreender melhor como o influenciador orienta seu público a adotar comportamentos financeiros mais conscientes e proativos.

No vídeo, o influenciador discute como os investimentos a partir do salário-mínimo para aposentadoria resultam, após anos de contribuição ao governo, em uma parcela muito baixa em relação ao tempo investido. Ele argumenta que a melhor solução para obter um retorno maior seria diversificar os investimentos em outras opções. Essa perspectiva destaca a necessidade de agir de forma mais consciente em relação às finanças pessoais.

Na primeira imagem (figura 06), é possível perceber um obstáculo representado pela frase “Depender do governo vai te custar caro!”. Ao utilizar esse recurso, o influenciador provoca o seguidor a se questionar sobre essa problemática. Essa abordagem não apenas instiga a reflexão, mas também serve como um ponto de partida para motivar os seguidores a considerar alternativas de investimento mais vantajosas.

**Figura 6** - Reels no Instagram



**Figura 7** - Descrição de post no Instagram



thiago.nigro 11 sem • Seguir

Depender do governo vai te custar caro!

Contribua muito com a previdência e você receberá pouco.

Invista pouco por conta própria e receberá um valor justo.

Invista muito por conta própria e sua liberdade estará logo ali 🍎

Ao dizer: “Então PARA de botar todas as suas esperanças no governo. Faça você mesmo. Invista. Construa um patrimônio”, o influenciador transmite um comando direto e impactante. A ênfase na palavra “PARE” (figura 07) sublinha a urgência da mensagem, enquanto ele utiliza verbos no imperativo, como “Contribua” e “Invista”, em suas próximas afirmações. Essas expressões funcionam como sugestões e instruções claras, guiando o público a tomar ações concretas para enfrentar a situação apresentada. Essa estratégia não apenas instiga a reflexão, mas também persuade os seguidores a se tornarem protagonistas de suas próprias finanças.

Além disso, a fala do influenciador evidencia a construção da sequência injuntiva, empregando verbos no modo imperativo para ressaltar a necessidade de agir. Essa abordagem não apenas motiva os seguidores a assumirem a responsabilidade por suas decisões, mas também enfatiza a importância de tomar iniciativas para alcançar objetivos financeiros. Ao fazer isso, ele cria um forte senso de urgência e responsabilidade, encorajando o público a se tornar ativo na gestão de suas finanças.

**Figura 8** - Descrição de post no Instagram



Além disso, a aba de comentários serve como um canal para demonstrar o interesse dos usuários nas propostas, indicações, serviços e produtos que o influenciador apresenta, contribuindo para o aumento do engajamento e atraindo mais seguidores. Essa interação cria uma conexão mais próxima entre influenciadores e usuários, especialmente visível em um caso na aba de comentários, onde um seguidor pede ajuda ao influenciador para orientá-lo sobre como investir da melhor forma. Essa dinâmica evidencia a busca por apoio e orientação, fortalecendo a relação entre o influenciador e seu público.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das postagens de influenciadores no Instagram destaca o papel crucial do modo imperativo e das sequências injuntivas na construção do discurso persuasivo. Ao empregar verbos imperativos como “Avance”, “Comente” e “Invista”, os influenciadores conseguem induzir ações imediatas dos seguidores.

As sequências injuntivas se apresentam como uma estratégia poderosa, criando um diálogo direto entre o influenciador e o usuário. Ao utilizar comandos diretos e instruções, os influenciadores não só informam, mas também orientam e motivam seus seguidores diante daquele serviço ou produto.

Além disso, a interação direta entre influenciador-usuário nas abas de comentários complementa essa dinâmica, pois oferece um espaço onde os seguidores podem manifestar seu interesse e buscar orientações. Isso evidencia como os influenciadores não apenas promovem produtos, mas também se posicionam como guias e autoridades em suas áreas, reforçando a confiança e a conexão emocional com seu público.

Findadas as análises e contextualizações foi possível concluir que no discurso persuasivo publicitário, utilizado por influencers e marcas no Instagram, através do modo injuntivo, são estratégias muito comuns entre esses publicitários, que são utilizados com uma abordagem perspicaz que incitam a ação quase imediata do usuário. Também é possível notar o quanto essas funções influenciam diretamente na vida dos usuários dessa rede social, direcionando seus pensamentos e ações através apenas de elementos linguísticos que estimulam sua atenção e agir.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. **A Arte de Argumentar: Gerenciando razão e emoção**. 13ª ed. ampliada. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

GONÇALEZ, Márcio Carbaca. **Publicidade e Propaganda**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

GRECO, Clarice. **A retórica publicitária do influenciador digital nas tecnologias persuasivas**. INTERIN, v. 27, n. 2, 2022.

INSTAGRAM, 2023. Post de **Do zero à proficiência**. [Online] Disponível em: [https://www.instagram.com/reel/C0U5iKqxBz5/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/reel/C0U5iKqxBz5/?utm_source=ig_web_copy_link). Acesso em: 06 dez. 2023.

INSTAGRAM, 2023. Post de **Thiago Nigro**. [Online] Disponível em: [https://www.instagram.com/reel/CxiJdyoSWdy/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/reel/CxiJdyoSWdy/?utm_source=ig_web_copy_link). Acesso em: 06 dez. 2023.

PERINI, Mário A. **GRAMÁTICA DESCRITIVA DO PORTUGUÊS**. São Paulo: Ática, 2005.

MARTINS, Ana Cristina Lézinho. **Persuasão e manipulação**: análise das estratégias discursivas em publicações de influenciadoras portuguesas no Instagram. 2013. 215 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa) - Universidade Aberta de Portugal, Lisboa, 2023.

MENDONÇA, Diana de Oliveira; BORGES, Máira Dévely Silva; SILVA, Sunamita Sâmela Símplicio da. **O uso do imperativo nas propagandas de crédito**. Rio Grande do Norte: UFRN, s.d.

# MAGRELO, MAGRO, SECO E ESQUELETO: uma análise semântico-lexical a partir da Questão 110 do QSL/ALiMA

Daniel Cordeiro dos Santos<sup>1</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Georgiana Márcia Oliveira Santos<sup>2</sup>

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

A língua está em constante transformação, ajustando-se continuamente às necessidades reais de seus falantes e, portanto, sofrendo variações estabelecidas por condições internas (intralinguísticas) e externas (extralinguísticas). Neste contexto, o presente estudo se insere no conjunto de pesquisas sobre o léxico do português falado no Maranhão baseadas nos dados coletados pela equipe do Projeto Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA). O objetivo é analisar, sob uma perspectiva socio-dialetal, a variação semântico-lexical manifestada quando da aplicação da questão 110 – “E a pessoa que é muito magra?”, integrante do Questionário Semântico-Lexical (QSL/ALiMA), para avaliar a pertinência e a produtividade dessa questão que foi acrescida pela equipe ALiMA ao Questionário Semântico-Lexical do Atlas linguístico do Brasil (QSL/ALiB). Para tanto, foram analisadas as variantes encontradas nas cinco mesorregiões do estado do Maranhão que abrangem toda a rede de pontos do projeto ALiMA, a saber: São Luís (MA01), Raposa (MA02), Pinheiro (MA03), Bacabal (MA16), Tuntum (MA18), Carutapera (MA05), Turiaçu (MA04), Imperatriz (MA07), Brejo (MA13), Caxias (MA12), Codó (MA17), São João dos Patos (MA11), Araióses (MA14), Carolina (MA08), Alto Parnaíba (MA10) e Balsas (MA09). Nessa perspectiva, a pesquisa se fundamenta nos pressupostos teórico-metodológicos da Dialetologia e da Geolinguística Pluridimensional, desenvolvidos principalmente por Cardoso (2010; 2016), Aguilera (2005, 2002, 1999), Ramos, Bezerra e Rocha (2010) e Razky (2010), entre outros. Para a coleta de dados, os informantes, que são homens e mulheres, foram divididos em duas faixas etárias, a faixa etária I (18 – 30 anos) e a faixa etária II (50 – 65 anos). Os dados linguísticos dessa pesquisa serão apresentados por meio de cartas linguísticas, geradas e produzidas pelo Software de Geração e Visualização de Cartas Linguísticas (SGVCLin, 2014-15). Conforme o esperado, o fator de variação diatópica foi o mais expressivo dentre as análises realizadas. Assim, este trabalho pode contribuir significativamente para uma compreensão mais profunda dos fatores extralinguísticos que são distintivos, identitários e representativos do português maranhense, com um foco especial no fator diatópico de variação da língua, o que auxilia no entendimento do fenômeno de variação do português falado no Maranhão.

**Palavras-chave:** Variação; Corpo humano; ALiMA.

## 1 INTRODUÇÃO

A língua é um fenômeno abstrato, complexo e dinâmico, intrinsecamente ligado à condição humana. Como sistema compartilhado entre indivíduos de distintos grupos socioculturais, ela desempenha um papel fundamental na interação entre seus usuários, sendo indispensável para a transmissão de cultura, saberes e tradições. A natureza heterogênea

1 Graduando em Letras Português/Espanhol (UFMA). Bolsista PIBIC/FAPEMA do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Membro do Grupo de Pesquisas em Línguas, Memórias, Identidades e Culturas (GELMIC). E-mail: [cordeiro.daniel@discente.ufma.br](mailto:cordeiro.daniel@discente.ufma.br).

2 Doutora em Linguística (UFC). Professora do DELER e do PGLetras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Coordenadora do Grupo de Pesquisas em Línguas, Memórias, Identidades e Culturas (GELMIC). E-mail: [georgiana.marcia@ufma.br](mailto:georgiana.marcia@ufma.br).

e dinâmica da língua revela, de forma incontestável, a diversidade que caracteriza o ser humano.

No Brasil, país marcado por uma história de ocupação e colonização diversificada, é possível perceber, de maneira clara, as distintas características regionais, sem que seja necessária uma especialização para reconhecê-las. Nesse sentido, como destaca Ferreira e Cardoso (1994), discutir a língua portuguesa ou qualquer outra língua envolve realizar uma abstração e uma generalização significativas, pois sob a denominação *língua* existe uma ampla variedade de formas e usos, resultado direto da diversidade de seus falantes. Em outras palavras, significa simplificar algo que é complexo, abstrato e, sobretudo, dinâmico.

Para aprofundar o entendimento da diversidade linguística, no Maranhão, o ALiMA – Atlas Linguístico do Maranhão – estabelecido em 2000 e formalmente reconhecido em 2002, tem por objetivo “descrever a realidade do português do Maranhão para identificar fenômenos fonético, morfossintáticos, lexicais, semânticos e prosódicos que caracterizam diferenciações ou definem a unidade linguística do Estado” (Ramos *et al.*, 2005). O papel de um Atlas, ou dos Atlas Linguísticos, é de suma importância, tendo em vista que é por intermédio deles que se verifica cientificamente a diversidade presente na língua.

Sendo assim, apoiado nessas ideias e levando em consideração a variedade linguística essencialmente do Maranhão, no que diz respeito ao léxico referente ao corpo humano, o presente artigo objetivou investigar, sob uma perspectiva sociodialetoal, a variação semântico-lexical a partir do *corpus* pesquisado. Para tanto, foi realizado um recorte<sup>3</sup> de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no âmbito da Iniciação Científica (IC).

Para a constituição deste artigo, analisaremos, considerando a pertinência e a produtividade das denominações, a questão 110 – “E a pessoa que é muito magra?”, do Questionário Semântico-Lexical (QSL/ALiMA). Além disso, foi considerado todos os pontos de inquérito desse Atlas, a saber: São Luís (MA01), Raposa (MA02), Pinheiro (MA03), Bacabal (MA16), Tuntum (MA18), Carutapera (MA05), Turiaçu (MA04), Imperatriz (MA07), Brejo (MA13), Caxias (MA12), Codó (MA17), São João dos Patos (MA11), Araisos (MA14), Carolina (MA08), Alto Parnaíba (MA10) e Balsas (MA09).

Dessa forma, este trabalho pode contribuir significativamente para uma compreensão mais profunda dos fatores extralinguísticos que são distintivos, identitários e representativos do português maranhense. Além do mais, os resultados alcançados serão de grande valia para o fortalecimento e para a ampliação da riqueza lexical do estado.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa, cujo objetivo é investigar e analisar as denominações atribuídas às pessoas muito magras, fundamenta-se principalmente na Dialetoal e na Geolinguística Pluridimensional. Para tanto, são utilizadas as contribuições teóricas de autores como

<sup>3</sup> Este artigo é um recorte da pesquisa intitulada “A VARIAÇÃO SEMÂNTICO-LEXICAL MARANHENSE NO CAMPO CORPO HUMANO: uma análise sociodialetoal do corpus constituído por questões específicas do ALiMA, devolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEMA 2023/2024).

Cardoso (2010; 2016), Ramos et al. (2010) e Razky (2010), entre outros. Além disso, abordaremos, ainda que de maneira breve, o léxico como identidade sociocultural a partir das ideias de Biderman (1984) e Espíndola (2019).

## 2.1 Mapeando a diversidade: a Dialetoлогия e a Geolinguística Pluridimensional como base de investigação

A investigação da variação linguística no Brasil representa um desafio significativo àqueles interessados em explorar os diversos aspectos da língua(gem). São vários os fatores que tornam essa investigação complexa, especialmente no que tange à variação dialetal. Dentre os obstáculos encontrados, destaca-se a dificuldade de documentar as mudanças linguísticas devido às rápidas transformações socioculturais, bem como o elevado número de movimentos migratórios que ocorrem no país. Além disso, segundo Aragão (2001), “a falta de pessoas qualificadas para atuar nas pesquisas, o desinteresse das instituições e, conseqüentemente, a escassez de recursos financeiros” são problemas que rodeiam esse estudo. Mesmo com essas dificuldades, os especialistas em dialetologia no Brasil têm utilizado as orientações da Geolinguística Pluridimensional como abordagem de registro dos fenômenos linguísticos.

A Dialetoлогия contribuiu para a compreensão dos fenômenos dialetológicos, evidenciando, nesse sentido, o comportamento linguístico de uma determinada região. Segundo Cardoso (2010, p. 15), trata-se de “um ramo dos estudos linguísticos que se dedica a identificar, descrever e situar os diferentes usos de uma língua conforme sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica”.

Assim, a Dialetoлогия desempenha um papel indispensável no estudo e na compreensão da variação diatópica na língua, investigando e analisando as mudanças que ocorrem em função da pertença geográfica dos falantes. Como explica Cardoso (2010, p. 15):

O espaço geográfico evidencia a particularidade de cada terra, exibindo a variedade que a língua assume de uma região para outra, como forma de responder à diversidade cultural, à natureza da formação demográfica da área, à própria base linguística preexistente e à interferência de outras línguas que se tenham feito presentes naquele espaço no curso de sua história (Cardoso, 2010, p. 15).

Por outro lado, a Geolinguística tem por objetivo a apresentação dessa investigação por meio da cartografia dos dados linguísticos. De acordo com Cardoso (2010, p. 17), essa técnica metodológica “consiste em apresentar os dados linguísticos na forma de mapa ou carta geográfica, distribuídos por pontos espacialmente identificados”, que contêm os resultados do cruzamento de dados espaciais e socioculturais.

Nesse sentido, como afirma Elizaincín (2010, p. 17) “la geografía lingüística, hoy geolingüística, se trata de un método posible (recomendable) para capturar la variación a través de su sofisticada batería de técnicas de recolección de los datos, ordenamiento y representación cartográfica de los mismos”. Dessa forma, ela desempenha um papel imprescindível na preservação das línguas em perigo de extinção, tendo em vista que,

à medida que o mundo se torna mais globalizado, muitas línguas minoritárias estão enfrentando a ameaça de desaparecer. Estudar essas línguas por meio da Geolinguística não apenas registra seu patrimônio sociocultural e linguístico, mas também pode contribuir para esforços de revitalização linguística, ajudando as comunidades a preservarem suas línguas e identidades únicas.

Para criação de cartas linguísticas, levando em consideração os aportes da Geolinguística Pluridimensional, é necessário, além dos requisitos técnicos, a elaboração de mapas linguísticos que correlacionem os diferentes fatores à localização geográfica do território estudado, como explica Romano *et al.* (2014, p. 123):

A cartografia linguística exige requisitos que vão além das habilidades técnicas. São necessários conhecimentos intelectuais próprios daqueles que trabalham nesse campo de estudo, uma vez que, além de saber como representar, é necessário saber o que representar, quais variantes são válidas, qual extensão de legenda, a natureza da carta (léxica, fonética, morfossintática, isoglósica), o tipo de representação, entre outros fatores, que o 'não linguista', em geral, não compreende e, às vezes, ignora por priorizar aspectos estéticos ou mesmo conceituais de outras áreas do saber.

A Geolinguística trouxe, portanto, contribuições substanciais para a pesquisa dialetal, aprimorando o método dialetológico por meio da inserção de análises etnográficas e da variação social na diversidade linguística.

## 1.2 Léxico e identidade: a variação lexical e suas implicações sociais

O léxico de uma língua diz muito acerca de seus falantes, tendo em vista que a partir dele há o reflexo da sociedade e da cultura de uma determinada comunidade de falantes. Biderman (1984) esclarece que “o léxico de uma língua engloba o conjunto de signos linguísticos por meio dos quais o homem não só se expressa, se comunica, mas também cria novos conhecimentos”. Ou seja, ele representa a somatória de toda uma história sociocultural de um povo. Além do mais, ao utilizar o léxico de sua língua o falante, consciente ou inconscientemente, retrata o meio em que ele vive, e isso é percebido por meio de suas escolhas lexicais, além dos condicionantes históricos, sociais, geográficos, dentre outros.

A Lexicologia e Lexicografia são disciplinas que se dedicam essencialmente ao estudo do léxico, o que demonstra a grande relevância da dimensão lexical nos estudos linguísticos. Além disso, é devido à “evolução teórico-metodológica dos estudos sobre o léxico que a Dialectologia e a Geolinguística se mantêm vivas até hoje” (Razky, 2013, p. 249 *apud* Espíndola, 2019).

Nesse sentido, a variação lexical visa explicar o uso alternativo de certas formas lexicais em condições linguísticas e extralinguísticas específicas. O objetivo é identificar o léxico típico de diferentes grupos sociais, como aqueles relacionados às faixas etárias, às profissões, ao espaço geográfico, entre outros.

Para delinear o tipo de léxico que caracteriza os grupos sociais que formam uma comunidade há alguns métodos, um deles é a entrevista que pode servir para o pesquisador

induzir ou provocar amostras de uma variação lexical em estudo. Portanto, a seleção lexical não é uma tarefa que o falante realiza de forma isolada na busca pela melhor forma de transmitir sua mensagem ao ouvinte. Na verdade, ela envolve o trabalho do falante, que é influenciado pelo ouvinte, para construir o significado dos enunciados.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Com intuito de analisar a variação semântico-lexical no campo Corpo Humano, o presente trabalho adotou a metodologia utilizada pela equipe do Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA), que, por sua vez, está baseada nos pressupostos teórico-metodológicos do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

A coleta de dados foi realizada pela equipe do Projeto ALiMA, que entrevistou e transcreveu os inquiridos (entrevistas) dos informantes. Para a realização deste trabalho, procedeu-se à revisão das transcrições grafemáticas que já estavam completas e foram finalizadas as transcrições dos inquiridos incompletos. Após esse levantamento, os dados foram repassados para planilhas do programa *Microsoft Excel* e tabelas do programa *Google Docs*, divididos por mesorregião, localidades e informantes, assim, proporcionando uma análise geral do corpus coletado.

Dessa forma, para este artigo, foi levado em consideração o inquirido de 64 informantes, pertencentes dos 16 pontos de investigação do ALiMA. Para isso, utilizamos a questão 110 – “E a pessoa que é muito magra?”, do Questionário Semântico-Lexical (QSL/ALiMA).

#### 3.1 Perfil dos informantes

Os informantes/respondentes são aqueles que transmitem de forma oral e espontânea as respostas do questionário. Atendendo ao perfil de informantes estabelecido pelo ALiB e pelo ALiMA, foram considerados, essencialmente, fatores como: (I) faixa etária, (II) sexo/gênero, (III) grau de escolaridade, (IV) naturalidade, (V) naturalidade dos pais, os quais também devem, preferencialmente, ser nativos, (VI) ter residido 1/3 de sua vida no município de origem e (VII) não ter como cônjuge pessoas de outras regiões. São selecionados quatro informantes - com exceção de São Luís, que são oito informantes por localidade - respeitando essas características. As capitais brasileiras têm o número de informantes maior, pois, além dos informantes com nível de escolaridade básica, há os informantes com nível superior. Existe a preocupação metodológica com a seleção dos informantes, pois não interessa apenas a coleta de dados, mas sim, compará-los entre si, e verificar quais fatores são predominantes na língua. Nesse sentido, Cardoso (2010, p. 19) explica a importância de se estabelecer preceitos:

A recolha de dados, in loco, é feita a informantes cujo perfil deve permitir não só apurar a diferenciação de usos, como também dar destaque às variáveis consideradas relevantes para o objetivo que se visa alcançar com o trabalho. Assim, idade, gênero, grau de escolaridade, profissão, socioculturais, a dialetologia busca controlar e identificar (Cardoso, 2010, p. 19)

Os informantes de cada localidade estão estratificados em duas faixas etárias distintas, são elas: de 18 a 30 anos (mais jovens) e de 50 a 65 anos (mais velhos), de ambos os sexos e com o Ensino Fundamental, totalizando 4 informantes por ponto e 64 no total.

### 3.2 Rede de pontos

Esta pesquisa contempla as 16 localidades que compõem toda a rede de pontos do Projeto ALiMA. Essas localidades constituem municípios representativos das 5 mesorregiões do Maranhão, conforme mostra o Quadro 1 a seguir:

**Quadro 1 - Mesorregiões, Localidades e Números de informantes investigados**

Mesorregiões	Localidades	Número da localidade	Número total de informantes
Norte Maranhense	São Luís	MA01	4
	Raposa	MA02	4
	Pinheiro	MA03	4
Centro Maranhense	Bacabal	MA16	4
	Tuntum	MA18	4
Oeste Maranhense	Carutapera	MA05	4
	Turiação	MA04	4
	Imperatriz	MA07	4
Leste Maranhense	Brejo	MA13	4
	Caxias	MA12	4
	Codó	MA17	4
	São João dos Patos	MA11	4
	Araioses	MA14	4
Sul Maranhense	Carolina	MA08	4
	Alto Parnaíba	MA10	4
	Balsas	MA09	4

Fonte: Os autores (2024)

### 3.3 Os fatores analíticos e as cartas linguísticas

Para a organização desta pesquisa, a análise teve como parâmetro as variações denominativas mais significativas na questão investigada. Algumas dessas denominações demonstraram sua importância ao serem registradas em vários municípios analisados ou ao

serem mencionadas com maior frequência por diferentes informantes. Esses dois critérios foram utilizados para determinar a relevância das variantes coletadas.

Para elaborar as cartas linguísticas, foi imprescindível, inicialmente, coletar os dados por meio das transcrições e dos áudios. Para garantir a organização eficiente do trabalho, os dados coletados foram inseridos em planilhas do Excel e em tabelas do Google Docs, prevenindo a perda de informações importantes. Após a coleta e organização dos dados, foi utilizado o programa computacional SGVClin - Software para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas (Seabra; Romano; Oliveira, 2014-15).

Para a criação das cartas linguísticas, todas as respostas válidas, a partir dos critérios supracitados, foram consideradas. Dessa forma, pode haver um número maior de respostas em relação ao número de informantes por localidade. É importante destacar que algumas respostas não foram obtidas devido ao fato de o informante não lembrar, não saber, ou se recusar a responder por questões de tabu linguístico. Nesses casos, foram utilizadas as denominações *não sabe/não lembra* (N.S/N.L) ou *não obtenção* (N.O).

Nesse sentido, as cartas apresentadas na sequência são de três tipos: I) Carta diatópica, que expressa a variação que ocorreu entre os municípios investigados; II) Carta diageracional, que ressalta a diferença ou a semelhança lexical entre o grupo da faixa etária I (18-30 anos - mais novos) e da faixa etária II (50-65 anos - mais velhos); e III) Carta diassexual, que foca na diferença ou semelhança entre as respostas dadas por homens e mulheres.

## 4 RESULTADOS E ANÁLISES

A apresentação das cartas linguísticas, a seguir, tem por objetivo materializar os dados linguísticos obtidos a partir da análise da pertinência e da produtividade das denominações apresentadas pelos informantes investigados. Para fins de organização das denominações apresentadas em breve, é válido pontuar que algumas delas foram agrupadas e dispostas na nota de rodapé do presente trabalho. Isso ocorreu devido à semelhança semântica das denominações, apresentando variações apenas no aspecto fonético, que não é o foco desta pesquisa.

### 4.1 Análise Diatópica

Seguindo os critérios supracitados, a questão 110 – “E a pessoa que é muito magra?” apresentou 22 variantes e 91 ocorrências, a saber: *magro*<sup>4</sup>, *magrelo/a*, *seco/a*<sup>5</sup>, *magrinho*<sup>6</sup>, *esqueleto*, *magricelo/a*, *esquelético*, *esbelto*<sup>7</sup>, *tambuera*, *vassôra vistida*, *olívia palito*, *magrão*, *magerma*, *cambito*, *fininho*, *modelo*, *ta pa vuar*, *vara pau*, *macarrão*, *etisgu*<sup>8</sup>, *maraguela* e *monte de osso*. Levando em

4 “mago”; “mago demais”; “magro que só”; “magra demais” e “bem magrinha”.

5 “sequinho”; “seca vea”

6 “magrin”; “maguin”

7 “esbética”

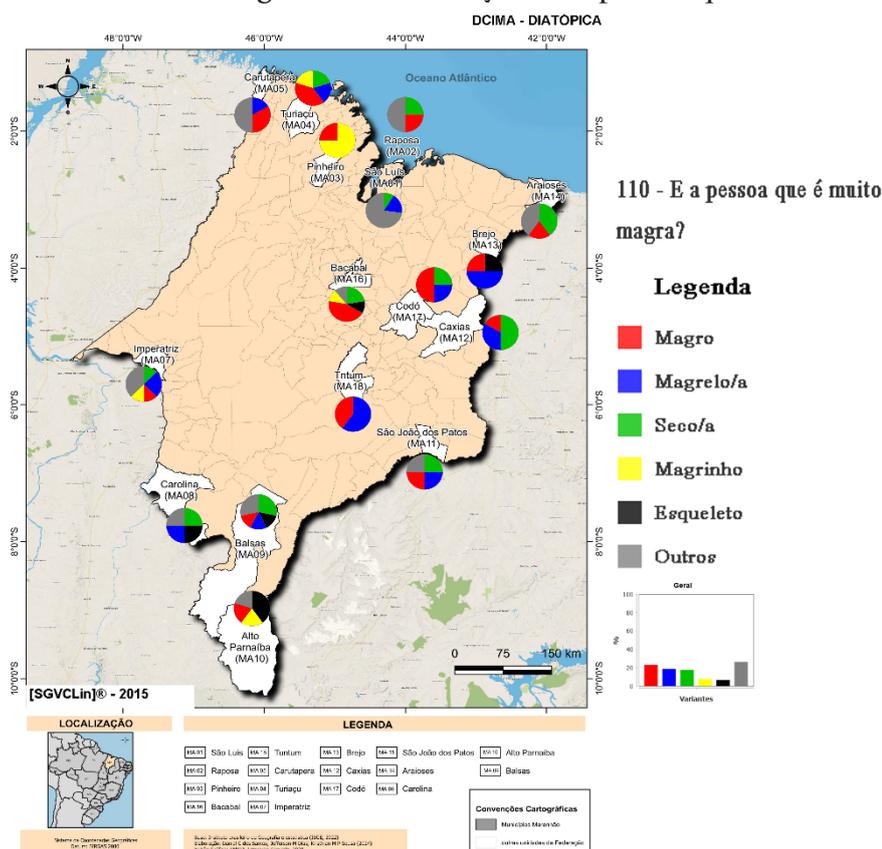
8 Segundo o informante da MA03 (Pinheiro), é aquela pessoa magra igual um palito

consideração a estruturação dessas denominações, a grande maioria é formada por um só sintagma, com exceção de algumas denominações como: “vassôra vistida”, “olívia palito”, “ta pa vuar”, “vara pau” e “monte de osso”. Essas lexias, como pode ser observado, são estruturadas por duas ou mais palavras (lexias compostas/complexas).

Em termos de produtividade, as lexias mais expressivas são: *magro* (23,08%) – essa denominação além de ser a mais produtiva, também está presente na grande maioria dos pontos de investigação, com exceção de São Luís (MA01) e Carolina (MA08). Sequencialmente, as lexias que seguem essa ordem são *magrelo/a* (18,68%), *seco/a* (17,58%), *magrinho* (7,69%) e *esqueleto* (6,59%). As outras denominações tiveram produtividade em menor grau, representado, em porcentagem, 3,3% a 1,1% das ocorrências.

Para este fator de variação, essa questão ainda apresentou 3 casos de N.S/N.L (não sabe/não lembra) e 3 de N.O (não obtenção), ocorridos em São Luís (MA01 – informante 1 e 3) e Caxias (MA12 – informante 2) – casos de N.S/N.L; Raposa (MA02 – informante 4), Bacabal (MA16 – informante 1) e Balsas (MA09 – informante 2) – casos de N.O, respectivamente. A Carta Linguística 1 apresenta esses dados graficamente:

Carta Linguística 1 – Variação diatópica da questão 110



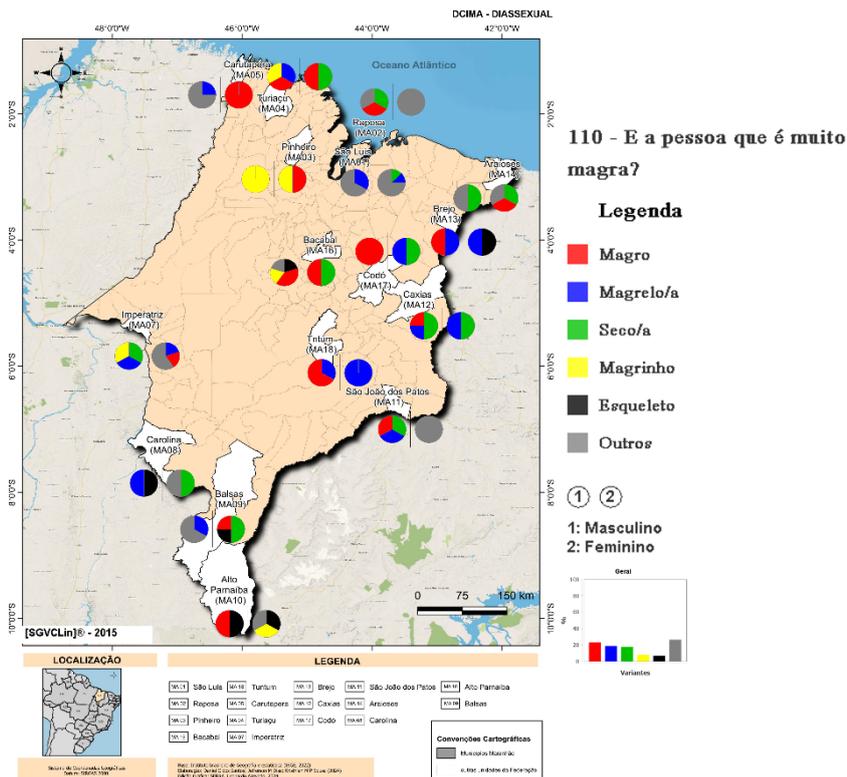
## 4.2 Análise Diassexual

A análise da variação diassexual tem por objetivo a identificação de padrões e/ou diferenças no uso da língua por homens e mulheres. Nesse sentido, embora os homens

tenham sido mais produtivos, no que diz respeito ao quantitativo de respostas válidas, não houve uma diferença acentuada com relação às mulheres.

Entre os homens, foram registradas 14 variantes lexicais, com um total de 46 ocorrências, sendo as mais frequentes *magro* (26,09%), *magrelo/a* (21,74%) e *seco/a* (13,04%). Já entre as mulheres, foram observadas 15 variantes, totalizando 45 ocorrências, com as lexis mais frequentes sendo *seco/a* (22,22%), *magro* (20%) e *magrelo/a* (15,56%), como apresenta a Carta Linguística 2 a seguir:

Carta Linguística 2 – Variação diasssexual da questão 110



Fonte: Os autores, 2024

Esses dados indicam que ambos os gêneros compartilham as lexis mais comuns e que a variação lexical não apresenta uma discrepância significativa. Tanto homens quanto mulheres utilizam denominações semelhantes com frequência próxima, sugerindo que, no contexto estudado, o uso do léxico relacionado a denominações de pessoas magras é amplamente convergente entre os gêneros.

Apesar da similaridade na distribuição das lexis mais frequentes, o estudo identificou algumas lexis que são exclusivas de um gênero. Entre os homens, aparecem denominações como *esbelto*, *tambuera*, *vara pau*, *vassôra vistida* e *monte de osso*, que não foram encontrados nas respostas das mulheres. Já no léxico feminino, surgem lexis exclusivas como *macarrão*, *olivia palito*, *modelo*, *cambito*, *ta pa vuar*, *magerma* e *fininho*.

Esses dados sugerem que, em termos gerais, não há uma variação diasssexual acentuada no uso das lexis mais frequentes, indicando um padrão comum entre homens e mulheres ao descreverem pessoas magras. No entanto, a presença de lexis exclusivas de cada gênero reforça que, em certos contextos, o léxico pode ser moldado por influências culturais e sociais

ligadas ao gênero dos falantes. Esses resultados poderiam ser explorados em uma análise mais ampla sobre como a linguagem reflete identidades sociais e experiências compartilhadas ou diferenciadas por homens e mulheres, especialmente em relação a percepções de corpo e magreza.

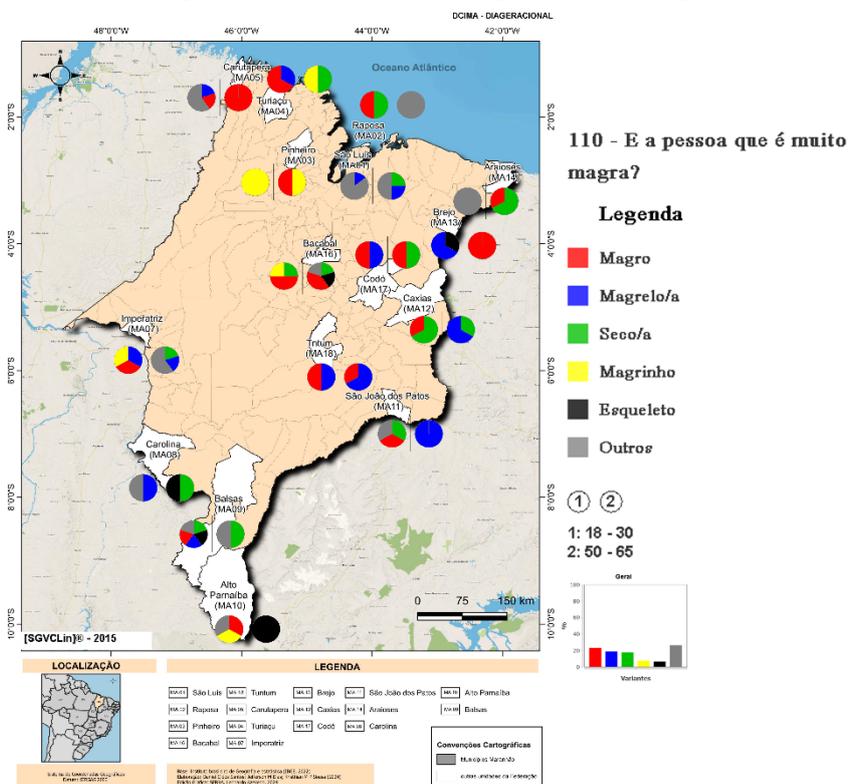
### 3.3 Análise Diageracional

No que tange ao fator diageracional, as amostras de dados mostram uma diferença, ainda que pequena, na quantidade de denominações fornecidas pela faixa etária I (18-30 anos - mais jovens) e pela faixa etária II (50-65 anos - mais velhos).

Ao se situar no campo semântico do Corpo Humano, a questão formulada carrega cargas semânticas e curiosidades acerca da conduta dos informantes. Nesse sentido, é possível que haja impacto diretamente na quantidade de variantes fornecidas por um grupo, tendo em vista que a depender da idade, certos informantes se sentem mais ou menos confortáveis para responder aos inquéritos.

Na Faixa Etária I (FE I), foram identificadas 17 variantes lexicais, distribuídas em 51 ocorrências. Na Faixa Etária II (FE II), apareceram 12 variantes, com um total de 40 ocorrências. Isso indica que o grupo mais jovem (FE I) apresentou maior diversidade lexical (mais variantes), enquanto o grupo mais velho (FE II) utilizou um repertório um pouco mais restrito, como mostra a Carta Linguística 3 abaixo:

Carta Linguística 3 – Variação diageracional da questão 110



As lexias mais frequentes são as mesmas em ambas as faixas etárias: *magro*, *magrelo/a* e *seco/a*. Na FE I, essas lexias representaram, respectivamente, 25,49%, 19,61% e 11,76% das ocorrências. Já na FE II, a distribuição foi muito semelhante, com *magro* representando 25%, *magrelo/a* 20%, e *seco/a* 17,5%. Isso indica uma uniformidade significativa no uso dessas denominações principais entre as diferentes faixas etárias.

Embora as lexias principais sejam praticamente idênticas em termos de frequência e ordem de preferência, a Faixa Etária I, ainda assim, apresentou uma maior diversidade lexical, com 17 variantes em comparação com as 12 variantes encontradas na Faixa Etária II. Isso pode sugerir que os indivíduos mais jovens têm uma maior tendência a explorar diferentes formas de denominação para pessoas magras, enquanto o grupo mais velho tende a utilizar um vocabulário mais estabilizado e menos diversificado.

Essa diferença, portanto, pode estar relacionada a fatores como a maior exposição dos jovens a diferentes formas de comunicação, incluindo a internet e a cultura midiática, que pode expandir o repertório lexical. Em contraste, a Faixa Etária II pode refletir uma maior estabilidade no uso de termos tradicionais, devido a uma menor exposição a novas influências linguísticas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua é uma fonte de infinitas possibilidades para se atestar, por exemplo, a influência de fatores de variação, seja diatopicamente, seja diageracionalmente. Nesse sentido, os resultados deste estudo, realizado sob uma perspectiva sociodialetoal, confirmaram a pertinência e a produtividade da questão 110 (QSL/ALiMA). Considerando os dados apresentados, foi possível concluir que:

- A variação diatópica desempenhou um importante papel na análise das denominações investigadas, e isso foi atestado pela quantidade e diversidade de variantes lexicais obtidas pela análise da questão investigada;

- Considerando os pontos de investigação, São Luís (MA01), Caxias (MA12) e Codó (MA17) foram as localidades com o maior número de denominações válidas. Enquanto, Brejo (MA13), Carolina (MA08) e Balsas (MA09) representam as localidades com os menores números de denominações apresentadas.

A quantidade de denominações dadas tem relação com número de habitantes nesses municípios, tendo em vista que São Luís, Caxias e Codó possuem um quantitativo superior em relação aos demais municípios supracitados.

Esta pesquisa, portanto, buscou demonstrar como a variação linguística revela aspectos regionais, sociais, diasssexuais e diageracionais na escolha lexical dos falantes. Em função do mencionado, reconhecemos que esta pesquisa não se esgota aqui, mas, sim, abre um leque de possibilidades de investigação, sob diferentes perspectivas e critérios.

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. Atlas lingüístico do Brasil – um resgate histórico. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC – PROGRAMAÇÃO DA ABRALIN, 53., 2001, Salvador – BA. Programação da ABRALIN na 53a Reunião Anual da SBPC. **Anais** [...] Fortaleza, CE: Imprensa Universitária da UFC, 2001.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **A ciência da lexicografia**. ALFA, São Paulo, p. 1-26, 1984.

CARDOSO, Suzana Alice. Dialetoлогия. In: MOLLICA, Maria Cecilia; FERRAREZI JÚNIOR, Celso (org.). **Sociolinguística, sociolinguísticas**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2016, v. 1, p. 13-22.

CARDOSO, Suzana Alice. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ELIZAINCÍN, Adolfo. SOCIO Y GEOLINGUISTICA: nueva alianza en los estudios sobre el uso lingüístico. **Estudios Lingüísticos e Literários**, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, n. 41, jan./jun. 2010.

ESPÍNDOLA, Karoline. **Variantes Lexicais de Manco e Pernetá no Nordeste do Brasil: contribuições do ALiB**. 2019. Monografia (Graduação em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

RAMOS, Conceição de Maria de Araujo et al. O atlas lingüístico do Maranhão: os caminhos do português falado no Maranhão. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). **A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer**. Londrina: Eduel, 2005. p. 251-284.

ROMANO, Valter Pereira; SEABRA, R. D.; OLIVEIRA, N. [SGVCLin]. Software para geração e visualização de cartas lingüísticas. *Revista de Estudos da Linguagem*, 2014, v. 22, p.151. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/5757> Acesso em: 15 jun. 2024.

SEABRA, Rodrigo Duarte; ROMANO, Valter Pereira; OLIVEIRA, Nathan. [SGVCLin] – Software para Geração e Visualização de Cartas Lingüísticas, versão 1.1, 2014-15.

# O LÉXICO MACHADIANO NA VARIANTE DO QUILOMBO ACARAQUI: um estudo linguístico e literário

Ariel Silva dos Santos<sup>1</sup>

Universidade Federal do Pará

## RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar, no âmbito léxico-semântico, vocábulos recorrentes na variedade linguística do Quilombo Acaraqui na contemporaneidade, presentes, também, na literatura produzida por Machado de Assis, no fim do século XIX. Por esse motivo, este trabalho instaura reflexões, sob uma perspectiva histórico-cultural, acerca da supervalorização da cultura letrada em detrimento da oralidade (Abreu, 2006) influenciando na estigmatização de palavras como *defronte*, *ilharga* e *acanhado*, por exemplo, visto que elas são inusuais na escrita, embora pertencentes ao nível linguístico oral da referida comunidade, servindo, inclusive, de identidade sociolinguística dela. Outra questão analisada é que fatores extralinguísticos como grau de escolaridade, faixa etária, condição socioeconômica, região geográfica e, sobretudo, a etnia dos falantes influem na marginalização desses e de outros itens lexicais, o que pode ser impulsionada pelas crenças e atitudes linguísticas negativas em relação à língua falada por um grupo marginalizado da sociedade (Lambert e Lambert, 1972). A metodologia utilizada consiste na realização de entrevistas com 10 moradores do Quilombo Acaraqui, divididos em 2 grupos etários; um de 18 a 30 anos e outro de 50 a 72 anos de idade, contendo cinco entrevistados em cada um dos grupos. O questionário continha palavras extraídas da produção literária de Machado de Assis, do fim do século XIX, que foram definidas subjetivamente, pelos entrevistados. Os resultados explicitam que os conceitos dados pelos moradores se assemelham aos usados pelo escritor canônico, além de ser visível a perpetuação desses léxicos, sobretudo entre pessoas com um menor grau de instrução escolar, entre os falantes do grupo etário mais jovem, de 18 a 30 anos de idade, visto que eles, além de conhecerem essas e outras lexias, as utilizam frequentemente, mesmo que alguns as usem somente em contextos orais informais. Identificou-se, também, que os adultos e idosos são os públicos que usam essas lexias em qualquer contexto sociocomunicativo; não sendo possível haver uma transposição desses léxicos da escrita para a oralidade, uma vez que todos os entrevistados da faixa etária de 50 a 72 anos de idade nunca leram livros do Machado de Assis ou de outro escritor da literatura brasileira, embora saibam ler. Por fim, notou-se que os léxicos analisados nesta pesquisa servem de identidade sociolinguística desse povo e de valorização da memória dos povos ancestrais do Quilombo Acaraqui.

**Palavras-chave:** Léxicos; Variação Linguística; Literatura

## 1 INTRODUÇÃO

É comum haver a tentativa de dissociar a Linguística da Literatura. Encontrar um ponto de intersecção entre essas duas áreas é, em certa medida, um desafio. O interessante é que ambas utilizam a linguagem como objeto de estudo, ainda que realizem uma leitura diferente desse mesmo objeto. Assim, é interessante pensar que talvez a tentativa de as distanciar ocorre justamente em função da maneira com a qual elas lidam com a língua.

Embora exista esse distanciamento entre os estudos literários e os linguísticos, é possível haver inter-relações entre eles. Um exemplo disso é esta pesquisa, que visa analisar, sob um aspecto léxico-semântico, lexias que pertencem à variante de língua falada pelos moradores

<sup>1</sup> Graduando em Letras Língua Portuguesa na Universidade Federal do Pará, e-mail: [arielsilvadossantos96@gmail.com.br](mailto:arielsilvadossantos96@gmail.com.br). Este trabalho foi orientado pela Profa. Dra. Brayna Cardoso, Docente do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará, e-mail: [braynacardoso@ufpa.br](mailto:braynacardoso@ufpa.br).

do Quilombo Acaraqui, no interior de Abaetetuba-PA, que estão presentes, também, na literatura produzida por Machado de Assis, no século XIX. A presente investigação foi realizada tendo em vista a estigmatização que recai sobre falantes do Acaraqui ao utilizarem vocábulos como *arredar*, *derribar*, *asseado* e *acanhado*, por exemplo. Esse tipo de preconceito talvez ocorra em função de quem usa essas e outras lexias atualmente- neste caso, os indivíduos do referido Quilombo-, visto que pertenciam ao padrão da língua no século XIX, conforme observado nas produções machadianas. Outra questão que reforça essa discussão é a hiper valoração, na contemporaneidade, da modalidade escrita da língua e, em contrapartida, a subalternização do aspecto oral. Logo, as lexias analisadas neste trabalho são ojerizadas porque são inusuais na escrita, embora façam parte da oralidade de algumas variedades de língua.

É nesse sentido que o trabalho em questão pretende contribuir nos estudos lexicais, buscando refletir acerca das motivações do preconceito linguístico sofrido pela comunidade em questão, além de, pela comparação, identificar as similaridades e diferenças existentes nos usos das lexias pelo Machado de Assis e a comunidade. Com esse intento, a metodologia utilizada consiste na coleta de excertos das obras clássicas de Machado de Assis, na realização de entrevistas com os moradores local, assim como na leitura de pesquisas, a fim de fundamentar este trabalho teoricamente, traçando reflexões a partir de conceitos vigentes, principalmente no que diz respeito aos estudos lexicológicos.

## 2 A LEXICOLOGIA

A Lexicologia é uma área da Linguística que trata do estudo das palavras “o objeto principal de estudo da lexicologia é a palavra. É por meio dela que criamos frases e textos, enfim, efetuamos a escrita. A palavra é elemento fundante na língua e se realiza por meio da linguagem.” (Guerra; Andrade, 2012, p.231).

Assim, as lexias são as palavras de uma língua que estão à disposição do falante em situações comunicativas. O vocabulário individual dos usuários da língua, ou seja, as palavras que são usadas frequentemente por um determinado indivíduo constituem o léxico particular, que será determinado a depender do contato com a leitura e a escrita, assim como de fatores externos.

Sobre isso é importante refletir que os léxicos, por serem parte da língua, estão em constante transformação, uma vez que, por questões fonéticas, por exemplo, há a supressão ou o acréscimo de um fonema numa palavra na modalidade oral da língua. Além disso, palavras que faziam parte do uso corrente em textos escritos e orais num determinado período, hoje não fazem mais.

Essas palavras são nomeadas de arcaísmos, já que não são usadas atualmente. Ao passo em que palavras novas, originadas das inter-relações entre línguas ou do processo de construção criativo usando palavras da própria língua, são chamadas de neologismos. O neologismo pode ser compreendido partindo da naturalização de usos de palavras inglesas

no léxico brasileiro, sobretudo entre o público mais jovem. Palavras como *Instagram*, *Facebook*, *WhatsApp*, *Twitter*, *story*, *status*, *delivery* e *pizza* são americanas, embora sejam muito usadas no Brasil. Isso ocorre em função da influência dos Estados Unidos sobre os países subdesenvolvidos; essa questão geopolítica, portanto, influi na língua (Alves, 2001).

Outra ressalva importante é observar palavras brasileiras, ainda não dicionarizadas, que foram criadas a fim de corresponder às necessidades expressivas dos falantes. Da palavra sexta-feira originou-se *sextar*, sinalizando a satisfação pelo início do fim de semana. Essa criação foi generalizada para outros dias da semana, de modo que *terçou*, *quintou*, *sabadou* e *domingou*, por exemplo, também já são comuns.

Essas e outras palavras surgem para suprir as que se tornaram inusuais. Como é o caso de *vadio*, *sereno*, *à boca da noite* e *à ilharga*, por exemplo. No entanto, neste trabalho, será dado a essas e outras lexias uma perspectiva diferente, tendo em vista que elas pertencem à variedade de língua do Quilombo Acaraqui falada atualmente. Para isso, serão realizadas discussões acerca de como a oralidade e a escrita, assim como o preconceito linguístico, são implicadas pelas relações léxicas.

Diante disso, é nítida a importância dos estudos de Lexicologia, tal como preconiza Hoye (2005, p. 1 *apud* Andrade; Guerra, 2012, p. 5) em sua Teoria Lexical “a teoria inverte os papéis do léxico e da gramática, argumentando que o léxico é complexo e sistematicamente estruturado e que a gramática é o resultado dessa estrutura lexical”. A seguir vamos observar essa relação com as questões de oralidade e escrita.

### 3 ORALIDADE E ESCRITA

A oralidade e a escrita são frequentemente apresentadas como duas modalidades distintas. Na oralidade, sob uma perspectiva tradicional de língua, é predominante os informalismos, além dela ser vista como desestruturada, posto que ocorre ao mesmo tempo em que está sendo organizada; ao passo que à escrita é conferida a formalidade, o cumprimento do padrão da língua. Essa lógica é visível nas gramáticas e dicionários de caráter conservador, que usam a escrita literária como exemplo do padrão de língua em suas obras.

A percepção de literatura como a criação de uma história fictícia conduzida pela intuição do autor, que usa de linguagem peculiar, a fim de provocar o deleite e o amadurecimento do leitor, por meio da palavra escrita, é limitada. Tal discussão, estabelecida na obra *Cultura letrada: literatura e leitura* da pesquisadora Márcia Abreu (2006), contribui para perceber as inconsistências dessa definição de literatura ao defender que, embora de fato ela seja ficcional, não necessariamente surgirá da intuição do escritor.

Da mesma forma que o uso de uma linguagem refinada, além de não garantir que um texto seja literário, desconsidera produções literárias mais modernas, que usam como estilo uma linguagem mais simples e objetiva, como ocorre nas produções de Maria Carolina de

Jesus<sup>2</sup>, por exemplo. Além disso, o impacto das produções literárias nos leitores depende, entre outros, da formação de quem lê e no período em que se lê, além disso, nem toda obra literária provoca o amadurecimento e viabiliza o deleite ao leitor.

De todas essas discussões, a que mais interessa a este trabalho é a seguinte: a literatura manifestada exclusivamente por intermédio da escrita. Considerar como literatura somente produções escritas exclui obras canônicas como a Odisseia e a Ilíada, escritas por Homero entre os séculos VII e IX a.C., que, inclusive, foram precursores da literatura Ocidental.

Na Grécia Antiga, a oralidade não era objeto de exclusão, uma vez que essa sociedade ainda não possuía um sistema gráfico e, portanto, era caracterizada pelo uso oral. Por esse motivo, a Odisseia, assim como a Ilíada, para ser memorizada; por isso havia a repetição de versos e a padronização da estrutura dos poemas, facilitando a memorização deles pelos *aedos*, responsáveis por conclamá-los, servindo como intermediários entre os homens e os deuses. Diante do exposto, não é possível dizer que a Odisseia e Ilíada não são literatura só porque foram produzidas com caráter oral.

Somente a partir de 2.500 a.C., na tentativa de conservar os textos orais, houve o surgimento do *volumem*, um cilindro de papiro, desenrolado à medida em que se lê; esse foi o primeiro suporte material pensado para fixar, pela escrita, os poemas épicos orais. Nessa época, as obras eram transcritas baseadas no sistema de *scripta continua*, no qual não havia a utilização de sinais gráficos que sinalizassem a pausa na leitura, posto que as obras eram a reprodução, na escrita, da fala.

Somente no século IX, os monges irlandeses, que desempenhavam a função de copistas, criam os marcadores na escrita, a libertando de traços da oralidade. Os suportes materiais dos livros que surgiram após o *volumem* foram a *tabuleta* e o atual *códex*; eles propiciaram uma leitura silenciosa e sem o uso das duas mãos. Assim, mais precisamente no Período Helenístico, houve a transposição das produções literárias orais somente para textos escritos, sendo a qual ainda vigora atualmente.

O fato de a civilização grega ser marcada pela oralidade explica a valoração conferida à Mitologia Grega, que até hoje é lida e estudada. Mas talvez seja interessante pensar por que o Folclore Brasileiro não é tão lembrado também, visto que possui enredos semelhantes daqueles pertencentes à Grécia. A história do Saci-Pererê, por exemplo, embora esteja materializada em livros infantis, circula mais fortemente na oralidade, da mesma forma que Édipo Rei circulou no mundo grego, sendo importante pensar por que uma é mais prestigiada do que a outra. Diante disso, é possível dizer que a mega valorização da cultura letrada atualmente inferioriza histórias de cunho oral, como é o caso do Saci-Pererê, da Matinta Pereira e da Iara, por exemplo.

O livro Ensaio sobre a cegueira, do escritor português José Saramago, é um exemplo da inserção de traços da oralidade na escrita, o que caracteriza seu estilo de produção artística e evidencia o uso consciente dos recursos linguísticos, visando provocar um determinado impacto em que lê. E, no entanto, esse estilo de produção causa repulsa em uma parcela de

<sup>2</sup> Autora de obras como Quarto de Despejo: Diário de uma favelada, de 1960, Casa de Alvenaria, de 1961, Pedacos da Fome, de 1963, e Diário de Bitita, de 1982.

leitores. Conforme se vê nos exemplos abaixo, extraídos da aba de comentários da Amazon, uma empresa de comércio eletrônico:

Pior formatação que já vi. Muito ruim. A história é boa mas impossível de ler assim. Pontuação, diálogos misturados na mesma frase. Uma bagunça impossível de compreender. Vou procurar em outra edição<sup>3</sup>.

É certo que o incômodo do referido leitor advém da construção textual de José Saramago se assemelhar, por questões funcionais, à oralidade, rompendo com o tradicional de escrita literária e provocando a crítica de uma parcela de leitores e de críticos literários.

Diante disso, é difícil imaginar que gramáticas e dicionários utilizem excertos dessa obra ou do livro *Quarto de Despejo: relato de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, visto que estes utilizam, na escrita, características da fala. Assim, fica nítido que nem toda produção literária é utilizada para exemplificar a escrita tida como certa, conforme Viscardi (2024, p. 56):

É interessante pensar que são escolhidos a dedo os exemplos que atendem ao desejo por uma dada regulação da língua, mas são costumeiramente ignorados os exemplos da literatura que se contrapõem às regras muitas vezes arbitrárias pregadas por esses manuais.

Isto posto, é fácil inferir que o valor conferido à escrita subalterniza qualquer manifestação oral da língua. Nessa lógica, as lexias analisadas neste trabalho, pertencentes à variedade linguística do Quilombo Acaraqui, são objeto de ojeriza porque são inusuais na escrita, funcionando, portanto, como um viés de exercício de poder sobre comunidades caracterizadas pela oralidade. A seguir, será abordada a questão da variação e do racismo linguístico relacionados ao léxico.

#### 4 A VARIAÇÃO E O RACISMO LINGUÍSTICO: o léxico como um viés de marginalização

A língua é indissociável da sociedade. Teóricos como Bagno (2023), Viscardi (2024), Bagno (2009) e Fiorin (2023) discutem essa questão a fim de apresentar as influências diretas de quem usa a língua sobre o próprio sistema dela. É fácil identificar, pelo modo que alguém fala, sua origem e sua escolaridade, por exemplo, (Santana, 2012). Por essa razão, a língua é usada como instrumento de identidade de um povo.

Esses fatores extralinguísticos são, em certa medida, os responsáveis pela ocorrência de um fenômeno existente em todas as línguas naturais: a variação. No processo de expansão do Império Romano, por exemplo, os soldados, agricultores e comerciantes eram responsáveis por colonizar os territórios ocupados para o Império, fazendo com que os habitantes das províncias invadidas aprendessem o latim pejorativamente chamado de vulgar (Bagno, 2022). Essas variações originaram as línguas neolatinas, entre elas o português; por isso, é certo dizer que a língua portuguesa surgiu da variação do latim.

Por esse exemplo, é possível constatar que a variação, fenômeno inerente às línguas, sempre foi um pretexto de marginalização social. Isso cria crenças e atitudes linguísticas

3 Este comentário está disponível em: <https://www.amazon.com.br/product>. Acesso em: 15 jun. 2024.

negativas contra qualquer variante que se distancia da norma padrão, fazendo, inclusive, com que os próprios falantes de uma dada variação se sintam inseguros ao usá-la, principalmente em contextos mais formais. (Lambert; Lambert, 1972 *apud* Pecuch; Silva, 2022).

Essa postura segregacionista, que compreende a língua como homogênea, não é ingênua, dado o avanço nos estudos de variação realizados pelos linguistas com base nos princípios da Linguística Moderna. Por isso, não é justificável afirmar que o preconceito linguístico, discriminação contra qualquer prática de língua que destoa da norma culta e do sistema ortográfico dela (Bagno, 2023), ocorra única e exclusivamente por falta de instrução.

O que acontece, na verdade, é que essa dita homogeneidade da língua, instituída pelo discurso de que somente a prescrição de língua encontrada na Gramática Normativa, um manual de instruções criado no século X d.C. por filósofos, é o que existe, é uma forma de manutenção de poder por aqueles que supostamente a dominam e a usam.

O preconceito linguístico se camufla em dois discursos basilares: a Gramática Normativa e o sistema ortográfico. As gramáticas prescrevem um uso chamado de língua culta. Por isso, é preciso pensar se essa modalidade linguística existe e, em consequência, quem a usa - caso for usada - e em quais contextos.

Uma pesquisa realizada pelo Projeto NURC em 1960 e o Atlas Linguístico do Brasil evidenciam a ocorrência de fenômenos da língua entre falantes escolarizados, que são inaceitáveis pela prescrição gramatical. O que implica dizer que não existe, na verdade, a norma culta no português brasileiro, visto que ela não é usada integralmente por nenhum grupo de falantes, inclusive em textos escritos mais monitorados, conforme se vê no livro Não é errado falar assim (Bagno, 2009).

Por esse motivo, Bagno (2023) classifica o português brasileiro em *variedades urbanas de prestígio* e *variedades marginalizadas*. Dessa forma, é reconhecido o caráter essencialmente heterogêneo da língua e reafirmada a inexistência da norma culta no português brasileiro.

Outrossim, existe a tentativa de equiparar o uso oral de acordo com a forma que as palavras são escritas. O sistema ortográfico, portanto, é utilizado como base para as classificações de “certo” e “errado”. Não é raro encontrar inadequações do uso de língua sendo taxadas como “erro de português”, quando, na verdade, ocorrem “erros” ortográficos.

O usuário realiza, na maioria das vezes, inferências, tentando estabelecer relações entre palavras com sons semelhantes. Isso causa grafias diferentes daquela padronizada no Acordo. Por isso “É muito comum a gente se deixar levar pela forma escrita e cobrar que as pessoas falem o mais próximo possível “do jeito que se escreve”, o que muitas vezes é simplesmente impossível, quando não ridículo, por soar artificial e pedante” (Bagno, 2022, p. 93).

O que está por trás é, na verdade, fatores paralinguísticos, sendo um deles a etnia de quem usa a língua. A variedade de língua de pessoas pretas é, por uma questão histórica, um viés de exclusão social (Nascimento, 2019); é nesse sentido que essa discussão é essencial para este trabalho, uma vez que as lexias aqui analisadas pertencem à variante linguística do Rio Acaraqui, comunidade de remanescentes de Quilombo, ocupado majoritariamente por pessoas autodeclaradas pretas, com práticas culturais e identitárias próprias de

povos afro-brasileiros. Logo, as lexias *defronte*, *à ilharga*, *derribar*, *dá corda* e as demais são negligenciadas porque, além de não mais pertencerem à escrita, são usadas por essa população quilombola. Vejamos, a seguir, as questões do léxico como identidade.

## 5 O LÉXICO COMO IDENTIDADE

Outra forma de pensar é compreender que os itens lexicais utilizados pelos moradores da comunidade servem de identidade linguística do Quilombo Acaraqui:

[...] uma educação linguística voltada para a construção da cidadania numa sociedade verdadeiramente democrática não pode desconsiderar que os modos de falar dos diferentes grupos sociais constituem elementos fundamentais da *identidade* cultural da comunidade e dos indivíduos particulares e que denegrir ou condenar uma variedade linguística equivale a denegrir e a condenar os seres humanos que a falam, como se fossem incapazes, deficientes ou menos inteligentes. (Bagno, 2023, p. 18).

Partindo disso, é possível dizer que a língua faz parte dos indivíduos, os constituindo como tal. Pela maneira como alguém fala, pelas escolhas lexicais dele numa situação comunicativa vernacular, é fácil identificar a variedade do falante em questão. Assim, por meio da língua, o indivíduo assume um lugar na sociedade.

Sobre isso é importante pensar que fatores sociais implicam na construção da identidade dos indivíduos. Por essa razão, a identidade não é fixa, visto que as pessoas mudam com o tempo. No caso da comunidade em questão, ocorre o inverso, uma vez que essas lexias serviram como instrumento de identificação dos povos ancestrais e servem também aos falantes atuais, quer seja de um público mais velho, quer de um mais jovem. Então elas são um patrimônio linguístico da referida comunidade.

Ferdinand Saussure, em sua Teoria do Signo Linguístico, define as palavras como signos que podem ser classificados dependendo da inter-relação entre significado e significante. Para ele, qualquer palavra com sentido é considerada um signo. Sendo assim, é possível dizer que *defronte*, *derribar*, *acanhado* e *caçoar* são signos linguísticos característicos dessa comunidade. Por esse motivo, as lexias analisadas neste trabalho e outras que fazem parte dos hábitos linguísticos servem como identidade do Quilombo Acaraqui.

A seguir, é apresentado um miniglossário de vinte lexias que foram extraídas das obras de Machado de Assis e que também são faladas pelos moradores do Quilombo Acaraqui, considerando, principalmente, as definições dos falantes do referido local.

### Miniglossário<sup>4 56</sup>

4 As definições das lexias foram feitas de acordo com as respostas dos entrevistados.

5 As abreviações v. adj., adv. subs. e loc.adv. de lugar representam, respectivamente: verbo, adjetivo, advérbio, substantivo e locução adverbial de lugar.

6 Algumas lexias podem se tornar um substantivo caso seja adicionado um artigo antes.

### À boca da noite

Expressão usada para sinalizar o início da noite. Pelo processo de catacrese, é feita a associação entre o começo da noite e a boca, órgão inicial do corpo humano.

“Afinal, <<à boca da noite>>, apareceu um escravo do padrinho, com uma carta para Sinhá Rita.” (Assis, O caso da vara. p. 126).

### Aborrecer

v. Indica um estado de irritação causado, na maioria das vezes, pelo estresse. Estar alterado ou bravo são sinais de se estar aborrecido.

“O gesto brando com que, uma vez posta, começou a mover as asas, tinha um certo ar escarninho, que me <<aborreceu>> muito. (Assis, Memórias póstumas de Brás Cubas. p. 58)

“(…) gostou muito da casa do nosso amigo, das alfaias, do luxo, de todas as minúcias, ouros e banbinelas. Sobre este assunto discorreu longamente, lembrando alguns móveis antigos. Parou de repente, para dizer que o achava <<aborrecido>>; era natural, faltava-lhe ali um complemento” (Assis, Quincas Borba. p.99).

### Acanhado

adj. Constrangimento advindo de alguma situação desconfortável.

“Nhonhô era bacharel, único filho de seu casamento, que, na idade de cinco anos, fora cúmplice inconsciente de nossos amores. Vieram juntos, dois dias depois, e confesso que, ao vê-los ali, na minha alcova, fui tomado de um <<acanhamento>> que nem me permitiu corresponder logo às palavras afáveis do rapaz (...) (Assis, Memórias póstumas de Brás Cubas. p. 16)

“Eugênia, a flor da moita, mal respondeu ao gesto de cortesia que lhe fiz; olhou-me admirada e <<acanhada>>, e lentamente se aproximou da cadeira da mãe. A mãe arranjou-lhe uma das tranças do cabelo cuja ponta se desmanchara(...)” (Assis, Memórias póstumas de Brás Cubas. p. 56)

### Agouro

adv. Projeção negativa do futuro que pode desencadear em acontecimentos indesejados ou desejados.

“Grande foi a sensação de ventura, posto que ele repelisse logo a ideia, como um ruim <<agouro>>.” (Assis, Quincas Borba. p. 103)

### À ilharga

adv. Indica a proximidade lateral de uma pessoa, coisa ou de um objeto.

“Mas estava escrito que esse dia devia ser o dos lances dúbios. Poucas horas depois, encontrei Lobo Neves, na Rua do Ouvidor, falamos da presidência e da política. Ele aproveitou o primeiro conhecido que nos passou << à ilharga>>, e deixou-me, depois de muitos cumprimentos.” (Assis, Memórias Póstumas de Brás Cubas. p.140).

**Alumiar**

v. Claridade originada pelo acendimento de uma lanterna, vela ou de algum outro objeto com essa mesma finalidade.

“A casa ficava no morro da Santa Teresa, a sala era pequena, <<alumiada>> a velas, cuja luz fundia-se misteriosamente com o luar que vinha de fora.” (Assis, O espelho. p.135).

**Arranjar**

v. Conseguir ou ajeitar algo desejado ou indesejado, podendo significar, também, um empréstimo.

“Conversaram muito nos intervalos, é certo, mas naturalmente era dela que falavam, uma vez que a prima tinha a peito casá-la e só lhe pedia que deixasse <<arranjar>> as coisas. Talvez ele a achasse feia, ou sem graça. Uma vez, porém, que a prima queria <<arranjar>> as coisas...tudo isso diziam os olhos gaios da menina.” (Assis, Quincas Borba. p. 99)

**Arredar**

v. Deslocamento voluntário ou forçado de um objeto ou pessoa. Nesse processo, alguém ou algo é movido de seu local inicial para outro.

“Rubião <<arredava>> as pernas para deixá-lo passar, ele tirava um volume das *Ordenações do Reino*, e folheava, folheava, pulando adiante, voltando atrás, à toa, sem buscar nada, unicamente para o fim de despedir o importuno; mas o importuno ia ficando, por isso mesmo, e entreolhavam-se disfarçados” (Assis, Quincas Borba. p. 209)

**Asseado**

adj. Ato de limpar a si ou a algum estabelecimento físico. Caracteriza a condição de limpeza proveniente de um cuidado intensivo.

“Imaginem os leitores um sujeito gordo, não muito gordo, calvo, de óculos, tranquilo, tardo, meditativo. Tem sessenta anos: nasceu com o século. Traja <<asseadamente>> um vestuário da manhã; vê-se que é abastado ou exerce alto emprego na administração.” (Assis, A chave. p.19).

**Brincadeira**

subs. fem. Evento que propicia a confraternização entre os presentes.

“Oito dias depois houve em casa do major um sarau, “uma <<brincadeira>>” como disse o próprio major. Luís Bastinhos foi; estava arrufado com a moça; deixou-se ficar a um canto; não se falaram durante a noite inteira.” (Assis, A chave. p. 28).

“Cerca de mês e meio depois fazia anos o major, que, animado pelo sarau precedente, quis comemorar com outro aquele dia. “Outra <<brincadeira>>, mas desta vez”, foram os próprios termos em que ele anunciou o caso ao Luís Bastinhos, alguns dias antes.” (Assis, A chave. p. 29).

### **Caçoar**

v. Ato de ridicularizar o outro.

“Sofia ficou pasmada. De súbito endireitou o corpo, que até ali viera pesando no braço de Rubião. Estava tão acostumada à timidez do homem(...)Estrelas? Olhos? Quis dizer que não <<caçoasse>> com ela, mas não achou como dar forma à resposta, sem rejeitar uma convicção que também era sua, ou então sem animá-la a ir adiante. Daí um logo silêncio.” (Assis, Quincas Borba. p. 47)

“Deixa de <<caçoada>>, prima- acudiu Maria Benedita, rindo.” (Assis, Quincas Borba. p.80).

### **Cadeiras**

subs. Final da coluna, cientificamente chamada de lombar, localizada nas costas. Nessa região do corpo humano, é comum haver dores advindas da má postura ou do esforço excessivo.

“Assim, à meia-luz da manhã nascente, não sei se poderíamos vê-la de modo claro. Não; é impossível. Quem lhe examinaria agora aqueles olhos úmidos como as conchas da praia, aquela boca pequenina, que parece um beijo perpétuo? Vede, porém, o talhe, a curva amorosa das <<cadeiras>>, o trecho de perna que aparece entre a barra da calça de flanela e o tornozelo; digo o tornozelo e não o sapato porque Marcelina não calça sapatos de banho.” (Assis, A chave. p. 20).

“Item, comecei a andar, não sei bem quando, mas antes do tempo. Talvez por apressar a natureza, obrigavam-me cedo a agarrar as <<cadeiras>>, pegavam-me da fralda, davam-me carrinhos de pau.” (Assis, Memórias póstumas de Brás Cubas. p. 24).

### **Dá corda**

v. seguido de subs. Incitar a discórdia entre os envolvidos numa discussão ou, em outros casos, dar atenção a alguém.

“-Não creio que não gosta de mim, isto é, não digo que se aborreça comigo; trata-me muito bem, ri muito, mas não gosta...entendes?

-Não te <<dá corda>> em suma- concluiu Pimentel, que assim se chamava o amigo confidente(...)” (Assis, A chave. p. 26)

### **Defronte**

loc. adver.de lugar. Em frente ou de frente de alguém ou de alguma coisa. Podendo indicar, também, o outro lado de um local.

“-E eu não penso outra coisa. Olha, se eu tivesse intimidade na casa, há muito tempo que estarias amarrado à pequena. Pode ser que ela não goste de ti; mas também é difícil uma moça alegre e travessa gostar de um casmurro, como tu, que te sentas, <<defronte>>

dela, com um ar solene e dramático, a dizer em todos os teus gestos: minha senhora, fui eu que a salvei da morte; deve rigorosamente entregar-me a sua vida(...)" (Assis, A chave. p. 30)

"Levantou-se, meteu as mãos nas algibeiras das calças, e, depois de alguns passos, parou <<defronte>> de Sofia." (Assis, Quincas Borba. p. 64).

### **Derribar**

v. Ato de cortar ou destruir figurativa e literalmente.

"Era a fina flor dos programas; prometia curar a sociedade, destruir os abusos, defender os sãos princípios de liberdade e conservação; fazia um apelo ao comércio e à lavoura; citava Guizot e Ledru Rollin, e acabava com esta ameaça, que o Quincas Borba achou mesquinha e local: "A nova doutrina que professamos há de inevitavelmente <<derribar>> o atual ministério." (Assis, Memórias póstumas de Brás Cubas. p. 167)

"Expliquei-lhe que não me convinha mendigar uma cadeira no parlamento; que a minha ideia era <<derribar>> o ministério, por não me parecer adequado à situação(...)" (Assis, Memórias póstumas de Brás Cubas. p. 168)

### **Mofino**

adj. Estado de pré-adoecimento em razão de uma patologia, ou tristeza causada por um acontecimento catastrófico.

"Dali foi encostar-se à janela, que dava para o jardim <<mofino>>, onde iam murchando as duas rosas vulgares." (Assis, Quincas Borba. p. 168).

### **Sereno**

s. Gotículas que caem do céu durante a noite, prejudiciais à saúde de bebês recém-nascidos.

"-Estou com muita dor de cabeça- murmurou ela. - Creio que foi do <<sereno>>, ou desta história...Estou com muita dor de cabeça." (Assis, Quincas Borba. p. 66)

### **Teimar**

v. Discordância entre os envolvidos numa situação de desentendimento. Em alguns casos, significa a insistência diante de uma situação desesperançosa.

"Já não tinha voz, mas <<teimava>> em dizer que a tinha." (Assis, Dom Casmurro. p.18).

"Marcelina olhou um pouco espantada para ele, mas a tristeza dominou outra vez e deixou-se estar calada alguns instantes: finalmente pôs-lhe a mão no braço, e disse que lhe agradecia muito o interesse que mostrava, mas que o motivo de tristeza era-o só para ela e não valia a pena contá-lo. Como Luís Bastinhos <<teimasse>> para saber o que era, contou a moça que lhe morrera, nessa manhã, o mico." (Assis, A chave. p.28)

### **Trepar**

v. Ato de subir geralmente em árvores.

“Daí a meia hora, <<trepava>> ao cavalo e saía de casa, que era na Rua dos Inválidos.”  
(Assis, Quincas Borba. p.97)

### Vadio

Adj. Termo usado para designar alguém que não trabalha por falta de vontade

“-Anda visitando defuntos? - disse-lhe eu.

-Ora, defuntos- respondeu Virgília com um muxoxo. E depois de me apertar as mãos: - Ando a ver se ponho os <<vadios>> para a rua.” (Assis, Memórias póstumas de Brás Cubas. p. 15).

“- Que quer que eu faça, além do que faço?

-Alguma coisa mais certa. Veja o marceneiro da esquina, o homem do armarinho, o tipógrafo que casou sábado, todos têm um emprego certo...Não fique zangado; não digo que você seja <<vadio>>, mas a ocupação que escolheu é vaga. Você passa semanas sem vintém.” (Assis, Pai contra mãe. p. 146)

## 6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante dos resultados das entrevistas individuais realizadas na comunidade do Acaraqui, é possível constatar que as definições dadas pelos usuários das lexias em questão se assemelham ao uso delas feito por Machado de Assis, no fim do século XIX, em suas obras canônicas. Por exemplo, o vocábulo *arredar*, que significa *deslocar-se voluntária ou forçadamente de sua posição inicial*, equivale ao uso feito por Machado de Assis no excerto escolhido, uma vez que o personagem Rubião afastava as pernas para permitir a passagem de outro personagem da história. O mesmo acontece com o vocábulo *defronte*, posto que este exprime a ideia de se estar *em frente, diante de algo, alguém ou alguma coisa*; no segundo fragmento escolhido para exemplificar esse léxico, é narrado que Rubião, protagonista de Quincas Borba, está diante, em frente, ou seja, defronte, a Sofia, mulher pela qual ele era apaixonado. Essas lexias, embora consideradas extintas e inusuais, sobretudo num aspecto escrito da língua, compõem o léxico dos falantes do Quilombo Acaraqui, ficando evidente que tais palavras são heranças dos ancestrais ao público mais velho e deste aos mais jovens, conforme mostra a pesquisa. Pelo exposto, as lexias referidas neste artigo caracterizam a identidade linguístico-cultural do Quilombo Acaraqui, posto que seus usos sejam, em certa medida, restritos a esse território.

Portanto, este trabalho visa contribuir na desconstrução de estereótipos sociais preconceituosos, manifestados por intermédio da língua, a regiões marginalizadas, reconhecendo o papel essencial desempenhado por essas e outras lexias, principalmente na variante linguístico da comunidade do Acaraqui. E, assim, garantir com que *asseado*, *acanhado*, *derribar*, *teimar*, *trepar* e *vadio*, por exemplo, pertençam aos hábitos linguísticos do público infantil do Quilombo, junto com outras possibilidades de uso dos léxicos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Cultura letrada**: literatura e leitura. São Paulo: Unesp, 2006.

ALVES, I.M. A integração dos neologismos por empréstimo ao léxico português. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v.28, n.1, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3681>. Acesso em: 15 jun. 2024.

ANDRADE, K.S; GUERRA, M.M. **O léxico sob perspectiva: contribuições da Lexicologia para o ensino de línguas. Domínios da Linguagem: Revista eletrônica de Linguística**, Uberlândia, v.6, n.1, p.226-241, jan./jun. 2012. Disponível em <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net>. Acesso em: 15 jun.2024.

BAGNO, M. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 17.ed. São Paulo: Contexto, 2022.

BAGNO, M. **Não é errado falar assim: em defesa do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2009.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**.56. ed. São Paulo: Parábola, 2023.

FIORIN, J.L. **Introdução à Linguística II: princípios de análise**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2023.

LISA. **Amazon**. Aba de comentário de experiência de compra da Amazon. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/product>. Acesso em: 15 jun. 2024.

NASCIMENTO, D. **Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PECUCH, G; SILVA, F.B. A língua é nós: um estudo de crenças e atitudes linguísticas em contexto de ensino. **Organon**, Porto Alegre, v.37, n.73, p.150-172, jan./jun. 2022.

SANTANA, Joelton Duarte de. Língua, cultura e identidade: a língua portuguesa como espaço simbólico de identificação no documentário: Língua - vidas em português. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 25, n.1, p. 47-66, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37367>. Acesso em: 15 jun. 2024.

VISCARDI, Jana. **Escrever sem medo: um guia para todo tipo de texto**. 2. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2024.

# TRANSCRIÇÃO DAS ALDEIAS DE ‘YPA’ŪASU POR CLAUDE D’ABBEVILLE: uma proposta moderna de acordo com os estudos linguísticos de Navarro

Arielton Cruz da Silva<sup>1</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Wendel Silva dos Santos<sup>2</sup>

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar uma proposta de padronização linguística de 4 topônimos referentes a aldeias pertencentes à ilha de Upaon-açu. É parte de um projeto mais amplo, que vem se dedicando à padronização e atualização dos topônimos das 27 aldeias de Upaon-açu descritas por Claude D’Abbeville na obra *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*<sup>3</sup> (1614), catalogadas durante a expedição francesa de 1612, comandada por La Ravardière, que focou nas áreas da Ilha Pequena (Ilha de Santana), Ilha Grande do Maranhão (Upaon-açu), Tapuitapera e Cumã. Além disso, busca comparar a proposta de padronização e atualização dos nomes das aldeias que aqui se apresenta às grafias utilizadas por Marques (1874) e Milliet (2008), que propuseram uma atualização da grafia das mesmas aldeias diretamente traduzidas da obra de D’Abbeville. Discute-se o fato de que ainda que tal obra descreva os Tupinambá que habitavam essas regiões, a falta de padrão gramatical do tupi antigo fez com que a transcrição das línguas nativas fosse baseada na fonética europeia, revelando as dificuldades linguísticas enfrentadas pelos colonizadores. Para alcançar os objetivos elencados, este estudo apoia-se teórico e metodologicamente nos estudos em etnolinguística (Gumperz; Hymes, 1972; Hymes, 1980) e toponímia (Stewart, 1954; Dick, 1990; Urazmetova et al, 2017; Cacciafoco; Cavalaro, 2023). A padronização e atualização dos topônimos segue os estudos modernos desenvolvidos por Navarro (2005; 2013), que orienta a proposta de uma nova grafia para os topônimos Tupi. Assim, a pesquisa desenvolvida contribui para preencher um vácuo existente em relação à atualização dos nomes das ditas aldeias.

**Palavras-chave:** Tupi Antigo; São Luís; Tupinambá; padronização.

## 1 INTRODUÇÃO

Claude D’Abbeville, acompanhando a expedição comandada por La Ravardière em 1612, focou sua trajetória de quatro meses na Ilha Pequena ou Ilha de Santana, Ilha Grande do Maranhão ou Upaon-açu, Tapuitapera e Cumã, com o objetivo de documentar, para fins colonizatórios, a etnografia e geografia dessas áreas. O acesso a essa gama de informações sobre os Tupinambá<sup>4</sup> que nessas áreas viviam só foi possível pois os franceses e os nativos já mantinham contato há tempos, o que facilitou a coleta de dados.

1 Graduando em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: arielton.cruz@discente.ufma.br.

2 Doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo. E-mail: wendel.silva@ufma.br.

3 Histoire de la mission des pères capucins en l’isle de Marignan et terres circonvoisines.

4 É preferível escrever os nomes indígenas com inicial maiúscula, sendo facultativo o uso dela quando tomados como adjetivos, e se forem usados como substantivos ou como adjetivos, não terão flexão de gênero e de número, a não ser que sejam de origem portuguesa ou morficamente aportuguesados (Revista de Antropologia, 1954).

Voltando à França, Claude D'Abbeville escreveu, a partir das suas observações, a primeira edição de sua obra alcunhada “Histoire de la Mission des Peres Capucins em l'Isle de Maragnan et terres circonuoisines”, lançada em 1614 em Paris. Em 1874 surge a primeira edição da obra em português, publicada por Cezar Augusto Marques, intitulada “História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças”. A segunda versão do trabalho traduzido foi publicada em 1945 por Sérgio Milliet, sendo relançada em 1975.

Os Tupinambá que habitavam a área de Upaon-Açu eram ágrafos, então, quando se toma como ponto de vista o alfabeto latino, de modo que os colonizadores adaptavam os dizeres dos nativos de acordo com a fonética europeia – o que resultou na falta de uma toponímia baseada no próprio conhecimento dos Tupinambá, já que não existia um padrão ortográfico para seguir. Como resultado, várias etimologias de palavras de origem tupi não são exatas, pois divergem a depender do ponto de vista de cada nação europeia.

A partir da breve descrição do problema de pesquisa apresentado acima é que este estudo objetiva apresentar a proposta de atualização e padronização dos nomes de 4 aldeias de Upaon-Açu descritas por Claude D'Abbeville, de acordo com os estudos de tupi antigo feitos por Navarro (2005; 2013), um linguista destacado por seu trabalho na preservação e revitalização do Tupi Antigo. Sua principal proposta acadêmica é reintroduzir essa língua histórica por meio de materiais didáticos, como o *Método Moderno de Tupi Antigo* e o *Dicionário de Tupi Antigo*. Além disso, Navarro estuda a influência das línguas indígenas, especialmente o Tupi, na formação do português brasileiro, destacando seu impacto cultural e linguístico. Ele também promove a valorização das culturas indígenas, buscando preservar seu legado linguístico no Brasil.

## **2 A VARIEDADE LINGUÍSTICA TUPINAMBÁ NO ESCOPO DO TRONCO LINGUÍSTICO TUPI: breve colocação**

Um tronco linguístico é um grupo de línguas que descende de uma língua ancestral, que já não é mais falada. Como essa língua original existiu há milênios, é bastante difícil identificar as semelhanças entre as línguas que surgiram dela (Rodrigues, 1986). Essa situação é compreendida como resultado do fato de que as línguas ancestrais (ou proto-línguas) dessas famílias formaram, em um passado ainda mais distante, um grupo com um ancestral comum próprio. A partir do tronco linguístico surge a divisão em família e então língua e dialetos.

Tendo o tronco Tupi pelo menos 5.000 anos, e a família Tupi-Guarani 2.500 anos (Rodrigues, 1964), interessa para este estudo as línguas dessa família.

Entende-se por família linguística

[...]um grupo de línguas para as quais se formula a hipótese de que têm uma origem comum, no sentido de que todas as línguas da família são manifestações diversas, alteradas no correr do tempo, de uma só língua anterior. As línguas românicas ou neolatinas – português, espanhol, catalão, francês, romanche, italiano, romeno – constituem uma família, cujos membros derivam de uma língua ancestral bem conhecida historicamente – o latim. Para a maioria das famílias linguísticas, porém, as línguas ancestrais são pré-históricas, não se tendo delas nenhuma documentação. O conhecimento dessas línguas (ou de, pelo menos, certas características delas) é obtido mediante estudos histórico-comparativos que, partindo da descoberta de correspondências regulares (de sons, de palavras, de formas gramaticais) entre duas ou mais línguas, formulam hipóteses sobre as propriedades que devia ter uma língua ancestral para permitir (e explicar) a derivação diferenciada das línguas atuais (Rodrigues, 1986, p. 29).

A família Tupi-Guarani abrange as seguintes línguas: Tupi-Guarani, Tenetehára, Oyampí, Kawaíb, Apiaká, Kamayurá, Awetü, Tapirapé, Xetá, Pauséma, Kayabí, Canoeiro, Takuiíapé, Omágua, Guayakí, Maué, Mundurukú, Kuruáya e Sirionó (Rodrigues, 1964). Essa família linguística possui a maior quantidade de dialetos: Tupi (Tupinambá ou Tupi Antigo), Nheengatu ou Tupi Moderno, Guarani, Kaiowa, Txiriguano, Tapieté, Izozó e Guarayú (Rodrigues, 1964).

Na esteira dessa discussão, o dialeto Tupinambá, também chamado de Tupi Antigo, foi primeiramente registrado em 1575 e 1578, por André Thevet e Jean de Léry<sup>5</sup>. Em 1595, Anchieta é quem publica a primeira gramática dessa variedade linguística. Entretanto, a despeito da importância linguística do Tupinambá, tão comumente utilizado durante o século XVIII pela população luso-brasileira, tanto no norte quanto no sul da Colônia, o governo português chegou a emitir decretos (cartas régias) proibindo seu uso. Ainda assim, e graças ao longo período de convivência entre o tupinambá e o português, um grande número de palavras daquela língua foi incorporado a esta.

O Tupinambá possui um sistema vocálico de seis vogais: a baixa /a/, as médias /ɛ/, /o/, e as altas /i/, /i/, /u/. Para cada uma das seis vogais orais mencionadas, há correspondentes nasais: a vogal baixa /ã/, as vogais médias /ẽ/, /õ/, e as vogais altas /ĩ/, /ỹ/, /ũ/ (Figueira, 1687). Quanto às consoantes, elencam-se /β/, /ɾ/, /k/, /m/, /mb/, /n/, /nd/, /j/, /ɲ/, /p/, /t/, /g/, /ʃ/, /ʒ/ (Navarro, 2004, p. 15-16).

É uma língua analítica que se manifesta na determinação nominal por justaposição. Assim, existem duas possibilidades: o atributo do substantivo, também chamado de determinante, genitivo, ou especificador, ocupa a primeira posição, precedendo o substantivo determinado. Por exemplo, em “*jaguára po*”, que significa “a pata do cachorro” ou literalmente “do cachorro a pata” (Anchieta, 1595). Quando a determinação nominal é apositiva e expressa qualidade, os exemplos fornecidos por Anchieta (1595) são semelhantes: *itá*, “pedra”, “ferro”, combinada com *pindá* “anzol”, resulta em *ita pindá*, que significa “anzol de ferro”, não havendo também distinção entre substantivo e adjetivo senão sintaticamente de acordo com a posição dos elementos.

<sup>5</sup> André Thevet, *La cosmographie universelle*, 2 vols., Pierre l’Huillier, Paris, 1575; Jean de Léry, *Histoire d’un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique*, La Rochelle, Antoine Chuppin, 1578.

O caráter aglutinante do Tupinambá é evidente não apenas pela grande quantidade de sufixos e prefixos, tanto nominais quanto verbais, mas também pela capacidade dos falantes de formar sintagmas complexos, combinando vários sufixos em uma ordem bem definida. Além das posições locativas tônicas, os nomes podem ter sufixos átonos para locação, grau, aspecto, quantificação, negação, diversos tipos de nominalização e até mesmo sufixos de caso sintático. Os verbos podem incluir prefixos para pessoa, modo, voz e nominalização, além de sufixos para tempo, aspecto e nominalização.

O caráter flexivo é demonstrado pelo fenômeno da flexão relacional presente na maioria das línguas tupis-guaranis. A flexão relacional refere-se à variação morfológica que muitos nomes apresentam em diferentes funções sintáticas.

Se quisermos dizer, em tupi, *nome bonito*, de forma absoluta, sem relacionarmos o termo *nome* a algum substantivo ou possessivo, diremos *t-e(ra)-poranga*. Agora, se quisermos relacionar a palavra com um possessivo e dizer *meu nome*, diremos, em tupi, *xe r-era*. Se quisermos dizer *nome do menino*, verteremos por *kunum r-era*. Se quisermos dizer *nome dele*, diremos *s-era*. As formas em R- e S- (p.ex., R-ERA e S-ERA) se chamam *formas relacionadas* ou *formas construtas* (Navarro, 2004, p. 91).

A análise do sistema gramatical da língua Tupi, com ênfase na recorrência do genitivo, é fundamental para entender a lógica por trás da formação de topônimos nas aldeias Tupinambá. A estrutura de posse expressa pelo genitivo, presente em muitos desses nomes de locais, revela uma forma sistemática de organização territorial e cultural dos povos indígenas, na qual os nomes carregam informações sobre a relação de posse ou pertencimento a um lugar ou grupo. Esse entendimento gramatical não apenas ilumina o processo de nomeação das aldeias, mas também possibilita uma padronização que respeita as normas linguísticas originais. Com isso, o próximo passo é aprofundar a discussão sobre como esses princípios gramaticais influenciam a toponímia na cultura Tupinambá.

### 3 TOPONÍMIA

Nomear o ambiente e as coisas que a ele pertence sempre foi algo próprio das sociedades humanas. Tal prática é estudada pela Onomástica. Dentro dessa ciência existe uma subárea chamada Toponímia, que Vasconcelos (1931, p. 3 define como o “estudo dos nomes de sítios, povoações, nações, e bem como assim de rios, montes, vales, etc”.

É sabido que no Brasil – principalmente no litoral – muitos locais ainda preservam seus nomes de origem Tupi. No entanto, ocorre um fenômeno chamado esvaziamento semântico, que se refere à perda do significado original do nome de um lugar, tornando-o completamente ou parcialmente obscuro. Segundo Carvalhinhos (et. al., 2007, s/p), isso acontece “seja porque sufixos latinos que lhes foram agregados não mais se usam em português, seja porque sua acomodação na toponímia criou uma similaridade a outros sufixos, conduzindo a falsas interpretações”. Essa observação de Carvalhinhos é crucial

para a compreensão da padronização toponímica, pois explica como certos topônimos de origem indígena podem ter sofrido distorções ao longo do tempo, tanto pelo contato com o português quanto por interpretações equivocadas, dificultando o resgate de seus significados originais.

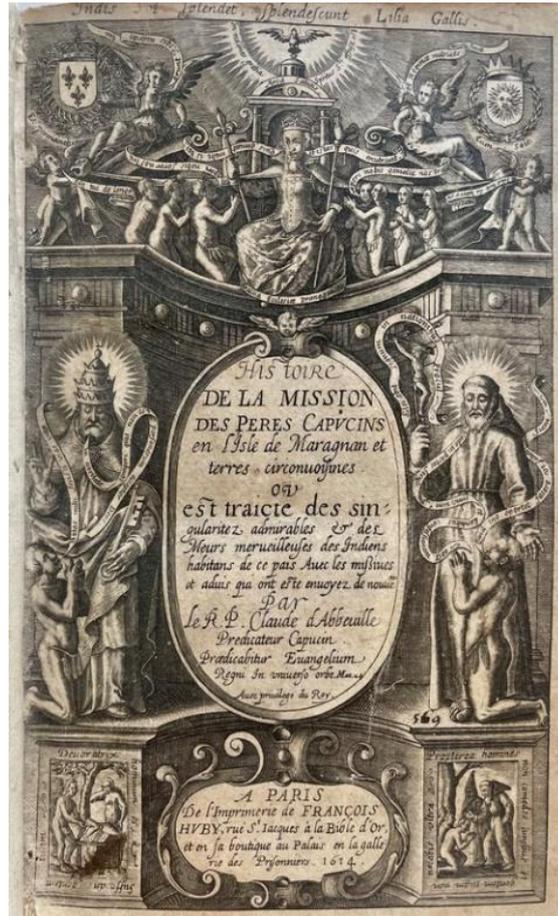
Dessa forma, Dick (1981) complementa a discussão ao ampliar o escopo dessa perda de significado ao longo da história. Ele aponta que

No topónimo [...] pode-se perceber a marca de sua inscrição em um contínuo tempo-espacial delimitado; por isso mesmo, a Toponímia reserva-se o direito de se apresentar também como a crônica de uma comunidade, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras. Assim é que os elementos mais diferenciadores da mentalidade do homem, em sua época e em seu tempo, em face das condições ambientais de vida, que condicionam a sua percepção do mundo, estão representados nos nomes de lugares, senão todos, pelo menos os mais flagrantes. Uma nomenclatura geográfica torna-se, porém, mais difícil de ser analisada globalmente quanto mais complexas forem as camadas linguísticas componentes dos respectivos extratos onomásticos, ou quanto mais distantes de seus focos originários estejam os designativos. Muitas vezes, nesses casos, a correta interpretação de um nome torna-se impropícia, pelas dificuldades de se recompor todos os elos da imensa cadeia etimológica, já que o verdadeiro sentido do topónimo encontra-se cristalizado em sua forma atual, perdida que foi a primitiva transparência do significado (Dick, 1981, p. 45).

A análise de Dick reforça a ideia de que os topônimos não apenas perdem seus significados originais, mas também se tornam testemunhos das transformações culturais e linguísticas ao longo do tempo, o que dificulta ainda mais a correta interpretação de muitos nomes de lugares que hoje se encontram cristalizados em formas obscuras.

#### 4 METODOLOGIA

O desenho metodológico deste estudo foi elaborado com vistas ao alcance dos objetivos elencados na introdução do texto, dos quais destaca-se o objetivo mais geral, que é o de atualizar e padronizar os topônimos de 4 de 27 aldeias de Upaon-Açu, a partir da narrativa feita por Claude D'Abbeville, na obra *História da missão dos padres capuchinhos na ilha de Maranhão*, no ano de 1614.

**Imagem 1** - Histoire de la mission des peres capucins em L'Isle de Maragnon

Fonte: Histoire de la mission des peres capucins em L'Isle de Maragnon<sup>6</sup>, 1614.

Esta obra possui 395 páginas e é dividida em 62 capítulos, sendo que os nomes das aldeias aparecem listadas no capítulo XXXII, aparecendo também esporadicamente nos outros capítulos.

Além da publicação original de D'Abbeville, outros dois autores propuseram traduções da obra original. A primeira dessas traduções é a de Marques (18XX)<sup>7</sup>, médico maranhense, enquanto a segunda, mais recentemente publicada, é de autoria de Milliet (2008), escritor paulista. Essa informação importa porque a proposta de padronização que aqui se faz é a primeira de que se tem notícia feita por uma perspectiva linguística. Nesse sentido, as orientações de Navarro (2005) são cruciais, já que este autor apresenta uma sólida orientação sobre a estrutura do sistema linguístico do Tupi.

A proposta de padronização dos nomes das aldeias aqui apresentadas segue as orientações desse autor. Antes, porém, serão apresentadas as formas como os nomes dessas aldeias foram escritas pelos pesquisadores: D'Abbeville (1614) – considerando esse como ponto de partida para comparação com os outros autores – Marques (1874), Milliet (2008) e, por último, a grafia proposta de acordo com o método de Navarro (2005; 2013).

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.livre-rare-book.com/book/5472892/4928>. Acesso em: 11 out. 2024.

<sup>7</sup> De acordo com informações contidas na página da Academia Maranhense de Letras (<https://academiamaranhense.org.br/patronos/cesar-marques/>), “Marques foi infatigável pesquisador dos fatos de nossa história, embora sua obra esteja inçada de erros e inexactidões”.

A proposta de padronização é apresentada a seguir.

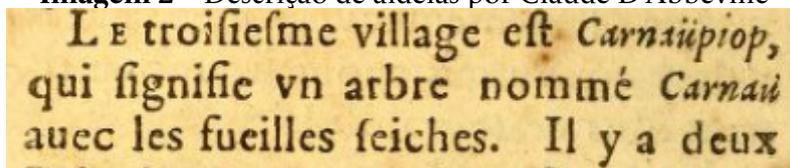
## 5 PROPOSTA DE PADRONIZAÇÃO DO NOME DE 4 ALDEIAS DA ILHA DE UPAON- AÇU

A proposta de padronização dos nomes das 4 aldeias aqui apresentadas segue, como afirmado ao longo deste texto, as orientações dos estudos sobre o Tupi realizados por Navarro (2005; 2013). Ressalte-se, ainda, a informação de que, como bem afirma Orlandi (1988), os missionários descreveram a língua Tupi com interesses religiosos, de modo que as primeiras descrições feitas dessa língua não eram necessariamente aquela que os indígenas falavam (p. 28).

É por essa razão que a abordagem que aqui se propõe busca não apenas *aperfeiçoar* esse sistema linguístico ao ideal da gramática ocidental<sup>8</sup>, mas buscar um padrão o mais aproximado possível de como puderam ter proposto, para a nomeação dos topônimos considerados, os próprios falantes da língua em questão.

A primeira dessas aldeias apresentadas aqui, mas a terceira descrita por Claude D'Abbeville, é a de *Carnaüpiop*, que quer dizer “o nome de uma certa árvore chamada Carnaú que tem as folhas secas”<sup>9</sup> (D'Abbeville, 1614, p. 183).

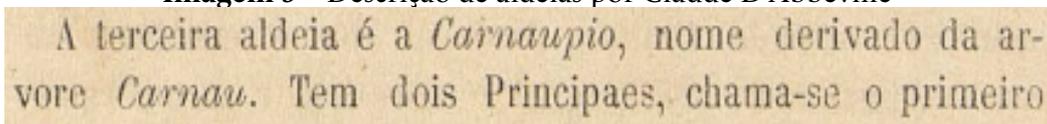
**Imagem 2** – Descrição de aldeias por Claude D'Abbeville



Fonte: D'Abbeville (1614, p. 183)

Na esteira da proposta de D'Abbeville, Marques (1874) traduziu o topônimo como *Carnaupió*, como se pode verificar na imagem a seguir:

**Imagem 3** – Descrição de aldeias por Claude D'Abbeville



Fonte: Marques (1874, p. 212)

Para Milliet (2008), a atualização do topônimo resulta em *Carnaupió*.

<sup>8</sup> Contrariando a proposta de Orlandi (1988, p. 29), para quem a “disciplinalização da língua tupi é feita pelos missionários [...] mas também pelos estudiosos da língua” que buscam “não apenas estudar mas sobretudo aperfeiçoar a língua indígena. Em direção ao ideal da gramática ocidental, evidentemente”.

<sup>9</sup> Proposta de tradução do texto original: “Le troisieme village est Carnaüpiop, qui signifie un arbre nommé Carnaú avec les fueilles seiches”.

**Imagem 4** – Descrição de aldeias por Claude D’Abbeville

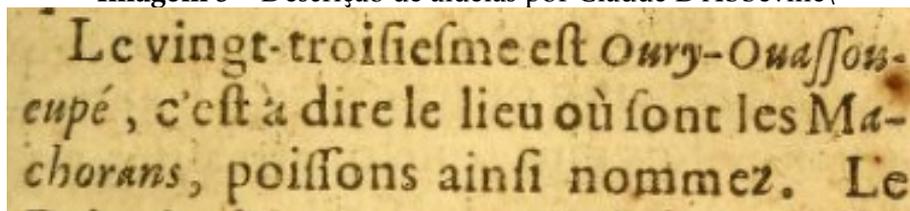
A terceira aldeia é a de *Carnaupió*,<sup>98</sup> o que significa uma certa árvore de nome *carnaú*, com suas folhas secas. Há dois principais nesse

Fonte: Milliet (2008, p. 189)

Bettendorff (*apud* Millet, 2008, p. XX) escreveu *Carnapió* – talvez *Carnaupió*, de *carnaúba*, e *pióg*, raiz, o que leva a *raiz da carnaúba*, e não as folhas secas, como está no texto.

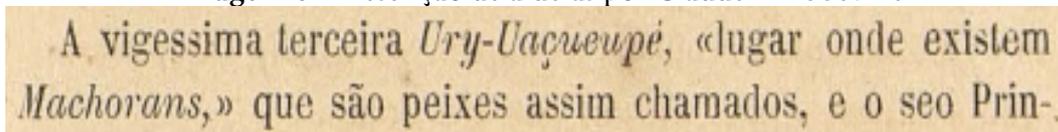
Em seu *Dicionário de Tupi Antigo: a língua indígena clássica do Brasil*, Navarro (2013, p. 551) definiu “Cajapió (MA). De *akaíá+ypyó*: multidão de cajás”. Considere-se a partícula com valor adverbial *ypyó* (multidão de) aglutinada a *karaná* para formar o topônimo *Karaná-ypyó*. É louvável salientar que “no tupi precolonial parece que *y* tendia a converter-se em *u*” (Barbosa, 1951, p. 198).

A aldeia seguinte é *Oury-Ouaffou-eupé*. Sendo a vigésima terceira aldeia descrita por Claude D’Abbeville, significa o “lugar onde se encontram machorãs, um tipo de peixe”<sup>10</sup> (D’Abbeville, 1614, p. 185).

**Imagem 5** – Descrição de aldeias por Claude D’Abbeville

Fonte: D’Abbeville (1614, p. 185)

Marques (1874), por sua vez, propôs como transcrição, o termo *Ury-Uaçueupê*, como se pode verificar no recorte a seguir:

**Imagem 6** – Descrição de aldeias por Claude D’Abbeville

Fonte: Marques (1874, p. 215)

Milliet (2008, p. 195), por sua vez, transcreveu como *Uri-Uaçueupê*. Esse autor nota que “será *Guiri-açu-cupé* onde jazem os *guiris* grandes, o pescadouro dos *guiris*; *guiri* é o nome tupi dos bagres, e *cupé* é a locativa”.

<sup>10</sup> Tradução proposta para o trecho: “Le vingt-troiesme est Oury-Ouaffou-eupé c’est à dire le lieu où font les Machorans, poissons ainsi nommez”.

**Imagem 7** – Descrição de aldeias por Claude D’Abbeville

A vigésima terceira aldeia chama-se *Uri-Uaçu-Eupê*,<sup>140</sup> lugar onde se encontram machorãs, espécie de peixe; e o nome do principal é

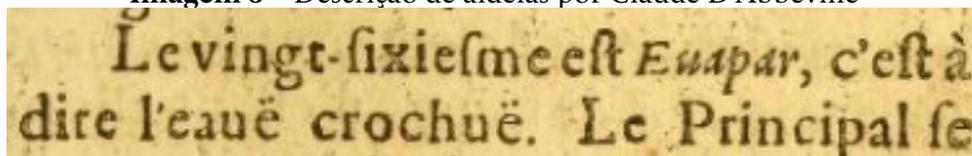
Fonte: Milliet (2008, p. 194)

No entanto, é recorrente em D’Abbeville a escrita de *eu* para o fonema / /, que seria /y/, de acordo com Navarro (2005).

*Guiri*, Navarro (2005) escreve como *gûyr*, bagre; *açu*, como *asu*, grande; *pe* funciona morfossintaticamente como locativo, logo tem-se *Gûir asu /y-pe*, que leva a *rio dos bagres grandes*.

A vigésima sexta aldeia descrita por D’Abbeville é *Euapar*, ou seja, “água torta”<sup>11</sup> (D’Abbeville, 1614, p. 185):

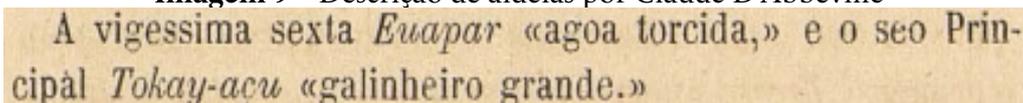
**Imagem 8** – Descrição de aldeias por Claude D’Abbeville



Fonte: D’Abbeville (1614, p. 185)

Na primeira tradução do documento, Marques (1874) transcreveu o topônimo como *Euapar*, mantendo a escrita original de D’Abbeville.

**Imagem 9** – Descrição de aldeias por Claude D’Abbeville



Fonte: Marques (1874, p. 215)

Diferentemente dos dois primeiros, Milliet (2008) transcreveu o topônimo como *Evapar*.

**Imagem 10** – Descrição de aldeias por Claude D’Abbeville

A vigésima sexta aldeia chama-se *Evapar*, água torta;

Fonte: Milliet (2008, p. 195)

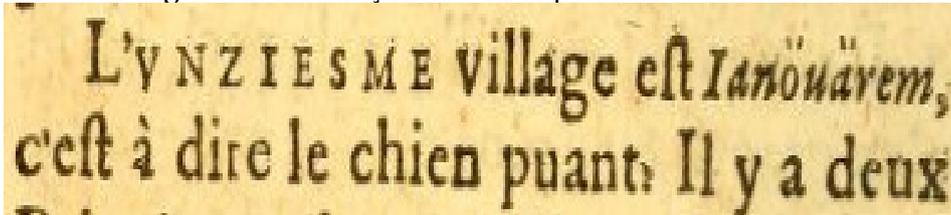
Observe-se, com base nas duas figuras anteriores, que, enquanto Marques (1874) traduz o referido topônimo como *água torcida*, Milliet (2008) o traduz como *água torta*. Levando em conta a definição de Navarro (2005), /y/ pode ser rio, água, fonte ou qualquer

<sup>11</sup> Proposta de tradução para o trecho original: “Le vingt-sixiesme est Euapar, c’est à dire l’eauë crochuë”.

líquido. *Apara* diz respeito ao adjetivo qualificativo *torto*, segundo o autor. Assim, parece mais provável que a padronização do topônimo resulte em *‘Y-apara*, rio torto.

Por fim, mas não menos importante, tem-se a décima primeira aldeia descrita por Claude D’Abbeville, denominada *Ianöuärem*, que significa cão fedorento”<sup>12</sup> (D’Abbeville, 1614, p. 183).

**Imagem 11** – Descrição de aldeias por Claude D’Abbeville



Fonte: D’Abbeville (1614, p. 183)

Este topônimo foi traduzido por Marques (1874) como *Januarem*.

**Imagem 12** – Descrição de aldeias por Claude D’Abbeville



Fonte: Marques (1874, p. 214)

Milliet (2008), por sua vez, transcreveu *Januaré*.

**Imagem 13** – Descrição de aldeias por Claude D’Abbeville

A décima primeira aldeia é a de *Januaré*, cão fedorento.

Fonte: Milliet (2008, p. 191)

A partir desses três exemplares, Navarro (2013, p. 153) afirma que *îagûara* significa “onça, onça-pintada”, e explica a origem do termo afirmando que, “com a colonização, o cão foi trazido para o Brasil, passando a receber o mesmo nome dado ao animal silvestre, feroz, que os tupis temiam, a *îagûara*”. Explica ainda que o adjetivo qualificativo *rem* seria *rema*, que significa fedorento (Navarro, 2005), de modo a resultar em *Îagûa’rema*, onça fedida ou cão fedido.

Resumidamente, a partir da proposta de D’Abbeville, passando pelas traduções realizadas por Marques (1874) e Milliet (2008), e seguindo-se as orientações de Navarro (2005; 2013), tem-se o seguinte quadro resumitivo, que inclui a proposta de padronização objeto deste estudo.

<sup>12</sup> Tradução proposta para o trecho original: “L’unziefme est Ianöuärem, c’est à dire le chien puant”.

**Quadro 1** - Proposta de padronização

D'Abbeville (1614)	Marques (1874)	Milliet (2008)	Proposta de Padronização dos topônimos, com base em Navarro (2005; 2013)
<i>Carnaüpiop</i>	<i>Carnaupió</i>	<i>Caranaupió</i>	Karaná-ypyó
<i>Oury-Ouassou-cupé</i>	<i>Ury-Uaçu-eupê</i>	<i>Uri-Uaçu-Eupê</i>	Gûirïasu 'y-pe
<i>Euapar</i>	<i>Euapar</i>	<i>Evapar</i>	'Y-apara
<i>Ianöüarem</i>	<i>Januarem</i>	<i>Januaré</i>	Îagûa'-rema

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização ceifa culturas e modos de ver o mundo. É constante o resgate desses conhecimentos ancestrais que são tirados à força dos povos subjugados, pois a todo momento somos bombardeados com uma cultura dita superior que nos é imposta como a certa. Através da língua pode-se recuperar um modo originário de ver o mundo, tais visões são agregadas a identidade e a reforça enquanto moradores de um lugar que no passado era território Tupinambá, e que ainda possuem traços e costumes daqueles povos cujo sangue ainda percorre nas veias ludovicenses.

Uma vez que a colonização está intimamente ligada à predação do ambiente de um povo, não foi possível catalogar e nem padronizar a língua Tupinambá, pois isso parecia não ser do interesse geral. Houve registros muito bem escritos sobre a gramática da língua para fins de catequização, contudo ainda sem padrão. O trabalho projetado neste texto buscou atualizar e padronizar 4 dos 27 topônimos de aldeias Tupi que formam a ilha de Upaon-açu. Tal empreendimento é feito com a orientação linguística de Navarro (2005; 2013), cujas obras permitem não apenas compreender, mas incorporar a cultura ancestral de forma padronizada, uma vez que se revela como um método didático e completo sobre o aprendizado da língua originária. De fato, houve termos que se perderam, mas agora temos o poder da escrita e o de deixar registrado para futuras gerações algo que nos aproxima mais da nossa própria história e entendimento.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Antônio Lemos. **Pequeno vocabulário tupi – português**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.
- CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de Onomástica. Toponímia e Antroponímia: a questão do nome próprio. *In: CÍRCULO FLUMINENSE DE ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGÜÍSTICOS*, XI, 2007, Rio de Janeiro. **Cadernos** [...] Rio de Janeiro, 2007.
- CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. **Dicionário (tupi) antigo – português**. Salvador. 1987.
- D'ABBEVILLE, Claude. **Historia da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão**

**e terras circunvizinhas**; tradução de Cezar Augusto Marques. Maranhão: Typ. do Frias, 1874.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças**; tradução de Sérgio Milliet. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

D'ABBEVILLE, Claude. **Histoire de la Mission des Peres Capucins en L'isle de Maragnan et terres circonuoisines**: ou est traicte des singularitez admirables & des Meurs merueilleuses des Indiens habitants de ce pais avec les missiues et aduis qui ont este enuoyez de nouueau. Paris: François Huby, 1614.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Aspectos genéricos da toponímia indígena brasileira e sua distribuição linguística. **Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, Departamento de bibliotecas públicas, v. 42, n. 2, 1981.

FIGUEIRA, Pe. Luiz (1687 [1621]). **Arte da grammatica da lingua brasilica**. Composta pelo Pe. Luiz Figueira. Natural de Almodovar. 3. ed. Lisboa: Miguel Deslandes.

LAET, Joannis de. **Americae utriusque descriptio**. Bibliotheca Estadual da Baviera: Elzevirios, 1633.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. 4. ed. São Paulo: Global, 2013.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos**. 3.ed. São Paulo: Global, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). **Política Linguística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola; 1986.

VASCONCELOS, José leite de. **Opúsculos**, v. III, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

## Eixo 4

# Lingua(gens), espaços e memória



# A CULTURA SEBASTIANISTA MARANHENSE NO BUMBA MEU BOI: memórias discursivas e efeitos identitários nas toadas do Sotaque de Matraca (Ilha)

**Eduardo Victor Lopes Cunha<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

A referida comunicação faz parte do plano de trabalho “História, memórias discursivas e efeitos identitários: (inter)discursividades em torno da cultura sebastianista maranhense nas toadas do Bumba meu boi Sotaque de Matraca (Ilha)”, vinculado ao projeto de pesquisa “As conexões possíveis entre a Sociolinguística, Ciências da Religião e Análise do Discurso” (GEDiSS-UFMA/ CNPq), com bolsa FAPEMA BIC 05564/24. Para tanto, Gregolin (2000, p. 25) problematiza: “O que faz o encontro entre uma rede temática e a memória coletiva e possibilita que certas figuras sejam legíveis em uma cultura?” A essa problemática gregoliniana, atrela-se outra, interior de nosso trabalho, que é: Em que formações discursivas se encontra a figura de Dom Sebastião? Diante de tais questionamentos, esta pesquisa é relevante, dada a reflexão em torno das discursividades sobre o sebastianismo maranhense, e vincula-se à Análise do Discurso franco-brasileira, que analisa materialidades discursivas circulantes numa dada sociedade (Gregolin, 2011). Portanto, o objetivo geral deste trabalho é avaliar o papel discursivo da memória e seus efeitos identitários, desdobrados em narrativas da cultura popular maranhense, em especial no Bumba meu boi sotaque de Matraca (Ilha). A esse objetivo geral ligam-se outros, mais específicos: a) investigar os principais mecanismos histórico-socioculturais de deslocamento e de deriva operados por redes interdiscursivas em torno do sebastianismo lusitano e brasileiro, principalmente no Maranhão; b) examinar como ocorrem os efeitos de legibilidade da figura do Rei Dom Sebastião e a regularização de discursos sebastianistas maranhenses em algumas formações discursivo-ideológicas; c) analisar as identificações em curso e os lugares de memória de sujeitos do cotidiano, inerentes a essas regularidades discursivas sebastianistas, nas toadas do Bumba meu boi Sotaque de Matraca (Ilha). Alguns resultados apontam para os mecanismos memorialísticos de deslocamento operados por redes interdiscursivas, em relação com processos histórico-socioculturais do sebastianismo, de Portugal ao Brasil, e a ocorrência de efeitos identitários sobre os discursos sebastianistas no referido Bumba meu boi, por sujeitos do cotidiano.

Palavras-chave: Análise do Discurso franco-brasileira; Bumba meu boi; Sebastianismo maranhense.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo integra as atividades propostas pelo plano de trabalho “História, memórias discursivas e efeitos identitários: (inter)discursividades em torno da cultura sebastianista maranhense nas toadas do Bumba meu boi Sotaque de Matraca (Ilha)”, com bolsa BIC 05564/24, promovida pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão. O plano está vinculado ao projeto de pesquisa “As

1 Graduando em Letras-espanhol pela UFMA, Campus Dom Delgado. Bolsista FAPEMA BIC 05564/24. E-mail: eduardo.cunha@discente.ufma.br.

2 Doutor em Letras pela UNIOESTE. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras de Bacabal (UFMA) e do Departamento de Letras em São Luís (Campus Dom Delgado - UFMA). E-mail: marcelo.nicomedes@ufma.br.

conexões possíveis entre a Sociolinguística, Ciências da Religião e Análise do Discurso”, do Grupo de Pesquisa e Estudos em Discurso, Sociolinguística e Sociedade (UFMA/ CNPq).

Para tanto, apresentamos a seguinte problematização de Gregolin (2000, p. 25): “O que faz o encontro entre uma rede temática e a memória coletiva e possibilita que certas figuras sejam legíveis em uma cultura?” A essa problemática gregoliniana, atrela-se outra, interior de nosso trabalho, que é: Em que formações discursivas se encontra a figura de Dom Sebastião?

Diante de tais questionamentos, nossa pesquisa é relevante, dada a reflexão em torno das discursividades sobre o sebastianismo maranhense. Ela vincula-se à Análise do Discurso franco-brasileira, que analisa materialidades discursivas circulantes numa dada sociedade (Gregolin, 2011).

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é avaliar o papel discursivo da memória e seus efeitos identitários, desdobrados em narrativas da cultura popular maranhense, em especial no Bumba meu boi sotaque de Matraca (Ilha). A esse objetivo geral ligam-se outros, mais específicos: a) investigar os principais mecanismos histórico-socioculturais de deslocamento e de deriva operados por redes interdiscursivas em torno do sebastianismo lusitano e brasileiro, principalmente no Maranhão; b) examinar como ocorrem os efeitos de legibilidade da figura do Rei Dom Sebastião e a regularização de discursos sebastianistas maranhenses em algumas formações discursivo-ideológicas; c) analisar as identificações em curso e os lugares de memória de sujeitos do cotidiano, inerentes a essas regularidades discursivas sebastianistas, nas toadas do Bumba meu boi Sotaque de Matraca (Ilha).

Para cumprir os objetivos anteriormente elencados, dividimos o corpo deste artigo em duas partes. A primeira parte, que abordará “o sebastianismo maranhense pelo viés discursivo de um estudo cultural sobre a linguagem”, destacando o deslocamento das redes interdiscursivas do sebastianismo lusitano ao brasileiro, com foco primordial às formações discursivo-ideológicas em torno do sebastianismo maranhense. A segunda parte, que se voltará para “o sebastianismo maranhense nas toadas do Bumba meu boi do sotaque de matraca (Ilha)”, em especial nas dos grupos Boi de Maracanã e Boi da Maioba.

## **2 O SEBASTIANISMO MARANHENSE PELO VIÉS DISCURSIVO DE UM ESTUDO CULTURAL SOBRE A LINGUAGEM**

De acordo com Gregolin (2008, p. 82-89), pautada em autores significativamente referenciados no que se denominou “Estudos Culturais”, como Stuart Hall, Boaventura Sousa Santos, Zygmunt Bauman, em “Identidade: objeto ainda não identificado?”, os processos identitários desenvolvem-se e transformam-se com a História, conforme as concepções de “sujeito”; por isso, as “identidades” devem ser entendidas como “identificações em curso”. Ela afirma a complexidade da multifacetação identitária e propõe questões “que podem nortear uma proposta discursiva para o estudo dos efeitos identitários”, tais como: a) “pode-se pensar a identidade como efeito de sentido produzido pela e na linguagem?”; b) “como

situar a identidade frente às comunidades (de vida; de destino)?”; c) “contra quem lutar, se as identidades são efêmeras e flutuantes?”.

Gregolin (2008, p. 88) considera, ainda, os processos memorialísticos como operadores de efeitos discursivos identitários no interior de práticas culturais, em que tais processos podem criar também certos sentidos de imemorialidade, que “estamos, o tempo todo, submetidos a movimentos de interpretação/reinterpretação que constituem discursivamente as identidades”. Essa intelectual focaliza, portanto, que:

O conceito de identidade é complexo, multifacetado e, por isso, pode ser pensado a partir de vários ângulos e tem sido objeto de reflexões em vários campos de estudos, como, por exemplo, na Antropologia, na Psicologia Social, na Sociologia, na Filosofia, na Psicanálise, etc. A questão que coloco no centro dos meus trabalhos é: pode-se pensar a identidade como efeito de sentido produzido pela e na linguagem? Para essa abordagem, penso ser importante retomar alguns autores que já trataram a identidade sob outros pontos de vista. Apesar da diversidade de aspectos que essas diferentes visões possibilitam, há algumas questões que são comuns e que podem nortear uma proposta discursiva para o estudo dos efeitos identitários. (Gregolin, 2008, p. 82).

Gregolin (2001, p. 70) relaciona o conceito de “discurso” com o de “memória social”, através de uma abordagem discursiva de viés pecheuxiano e que esse tipo de memória segue uma rede de sentidos, cujo enlace se inscreve em práticas da sociedade, numa construção “entre a a-temporalidade do mítico e a forte cronologia do histórico”. Gregolin (2000, p. 20), a respeito da “memória social”, traz à tona a influência da ordem histórica e do pensamento mítico no estatuto social, pelo fato de que “as sociedades realizam um esforço constante de reconfiguração do passado”.

Em “Análise do Discurso e Semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas” (2011), ela trata da importância da obra *Papel da Memória para os postulados da Análise do Discurso* e faz uma significativa observação a respeito do ensaio de Pêcheux e da retomada realizada por ele ao texto de Davallon. Pêcheux (1999, p. 52), nessa obra, afirma que a memória discursiva é algo que, diante de “um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita”; ou seja, “a condição do legível em relação ao próprio legível”.

Com isso, esse intelectual francês pensa a “memória discursiva” na relação que esse conceito estabelece com os “implícitos” e, conseqüentemente, com os “explícitos”. Sobre os “implícitos”, seu estabelecimento possibilita resgatar regularidades através de efeitos parafrásticos postos em regularização. Esse fator é constituído por retomadas memorialísticas, em que são regidas por leis cuja legitimação segue ordens específicas de visualização.

Por isso, Gregolin (2011) afirma que Pêcheux (1999) nos convida a pensar o elo entre discursos, imagens e memórias. Ela nos aconselha a atentarmos para o fato de que “é preciso admitir que a memória tem uma estruturação complexa, discursiva, verbal, não-verbal, de muitas materialidades” (Gregolin, 2011, p. 96).

Acatando o convite, nossa pesquisa analisa o sebastianismo como um movimento discursivo, histórico-social, (re)memorialístico e identitário-cultural em torno da figura de Dom Sebastião, cuja imagem histórica e mí(s)tica tem seu nascedouro em Portugal (pois

foi rei entre 1554 e 1578, filho do Príncipe Dom João e da Princesa Dona Joana, filha de Carlos V) e na batalha em Alcácer Quebir, África, onde o jovem Rei Sebastião pereceu sob circunstâncias jamais esclarecidas. Esse movimento adquiriu novas nuances na ex-colônia portuguesa, o Brasil, principalmente no Pará, em Pernambuco e no Maranhão.

Segundo pesquisa de Prandi e Souza (2004, p. 220-221), o Rei Sebastião: “No Pará dizem que se encantou na praia do Rei Sabá, em São João de Pirabas e também no Lago da Princesa, na praia do Marudá. No Maranhão, encantou-se na praia dos Lençóis, atravessando o Boqueirão até o porto do Itaqui”. Em Pernambuco, com os episódios da Serra do Rodeador e de Pedra Bonita, na primeira metade do século XIX. A primeira manifestação pernambucana sebastianista de que se tem notícia data de 1819, na citada Serra. É importante ressaltar que havia, no período oitocentista no Nordeste, fortes influências das prédicas sebastianistas de Antônio Conselheiro, líder do movimento religioso que reuniu milhares de seguidores no arraial de Canudos, em período de revoltas.

Além disso, as produções de sentido, no interior do próprio discurso e referentes ao imaginário sebastianista maranhense, tem diversas materialidades discursivas, as quais surgem a partir de formações discursivo-ideológicas como:

- (i) a cultura midiática, em que já foi tematizado em muitos sambas-enredo de carnaval;
- (ii) a cultura artística, como é o caso do ilustrador de livro infanto-juvenil Rogério Borges e o artista plástico Ciro Falcão, e outros;
- (iii) a cultura popular, (re)memorizado geralmente nas toadas do Bumba meu boi (objeto discursivo a ser analisado neste artigo) e nas canções do Tambor de Crioula;
- (iv) a cultura religiosa, vinculada a matrizes afro-brasileiras, à pajelança e ao catolicismo, como no Tambor de Mina, em que, de acordo também com Prandi e Souza (2004, p. 220-221), Dom Sebastião é “chefe da família [de Lençol] (...) considerado um avatar do vodum Azonce. Na mina nagô é Lego Babicachu Xapanã. É comemorado no dia de São Sebastião (20 de janeiro), com o qual, contudo, não se confunde”;
- (v) a cultura literária, em que muitos foram os escritores que beberam da fonte do sebastianismo maranhense, tais como: Augusto Cassas, no poema “Mina dos Encantados”; Bandeira de Mello, no poema “Uma Canção à Beira-mar (à maneira de Galope)”; Bandeira Tribuzi, em “Balada da Praia dos Lençóis”; Cláudio Rodrigues, com o livro infanto-juvenil O rei que virou lenda; Ferreira Gullar, com a canção que depois se transformou no livro infanto-juvenil O rei que mora no mar; José Neres, em Negra Rosa e outros poemas; José Sarney, no romance O Dono do Mar; Josué Montello, no romance Cais da Sagração; Nagib Jorge Neto, com o conto “A fumaça dos combates”; Stella Leonardos, com o Romanceiro do Bequimão, em que o mito sebastiânico maranhense é inserido de diversos modos ao longo do livro; Wilson Marques, com o livro infanto-juvenil A lenda do rei Sebastião e o touro encantado, etc.

Dessa forma, buscamos proceder a análise discursiva levando em consideração as particularidades do objeto selecionado para esta pesquisa, analisando o fio do discurso, saindo da linearidade do texto, apartado de suas condições de produção, mas sim, trabalhando-o

como monumento atrelado às suas condições históricas e sociais, como explica Orlandi (2015, p. 62): “os textos, para nós, não são documentos que ilustram ideias pré-concebidas, mas monumentos nos quais se inscrevem as múltiplas possibilidades de leitura”.

Assim sendo, adotamos como metodologia de pesquisa a Análise do Discurso, que não se restringe por uma leitura linear, horizontal do texto, com o intuito de compreendê-lo, já que todo discurso é incompleto. Conquanto, realizamos a análise por meio do batimento teórico descrição-interpretação, no qual é possível verificar posições-sujeito assumidas, imagens e lugares construídos e evidenciados nas materialidades do texto. Ademais, o analista faz uso da teoria para analisar o objeto e o processo analítico que se desenvolve nessa relação entre descrição e interpretação (Orlandi, 2015).

Em Análise do Discurso, algumas categorias apresentam semelhanças com noções trabalhadas nas Ciências da Religião, dentre as quais elencamos algumas: memória, esquecimento, silenciamento, ideologia etc. Autores como Halbwachs (2013), Pollak (1989, 1992) são exemplos de como a Memória, Esquecimento e Silêncio são temas muito caros e que merecem discussão sobre suas aproximações e distanciamentos com a Análise do Discurso de linha francesa. Entender essa aproximação como uma forma de aprimorar as análises é o que nos move neste trabalho.

Vale ressaltar que, em sua tese de doutoramento, Silva Filho (2021), sob uma ótica discursiva, tece considerações pertinentes acerca de alguns termos do Bumba-boi, que permitem possíveis conexões em torno do Rei Sebastião. Ele apresenta a lenda de Dom Sebastião, das interdiscursividades que giram ao redor do Rei Cristão e de sua metamorfose em Touro Negro Encantado do Bumba-boi.

Segundo Silva Filho (2021), há retomadas, deslizamentos e atualizações que ligam os termos “Boi”, “Bumba-boi” e “Bumba meu boi” e as especificidades terminológicas que se conectam à referida manifestação cultural maranhense, tais como: a) As que compõem o auto do Bumba meu boi (com que os capítulos da tese são nomeados) - “Guarnicer”, “Chegou”, “Lá-vai”, “Urro” e “Despedida”; b) Sotaques - “Orquestra”, “Costa de Mão”, “Zabumba”, “Baixada” e “Matraca” (este último também é foco de nossa pesquisa, por possuir significativa referência ao Rei Sebastião); c) Personagens - “Caboclo de Pena” ou “Caboclo Real”, “Catirina”, “Pai Francisco”, “Amo”, “Índias”, “Cazumbá”, o próprio “Boi”, “Miolo”, etc.

### **3 O SEBASTIANISMO MARANHENSE NAS TOADAS DO BUMBA MEU BOI DO SOTAQUE DE MATRACA (ILHA)**

A seguir, através de Sequências Discursivas (SD), notamos como algumas memórias que tem regularidade no Boi e nas religiões de matriz africana apresentam deslizamentos de sentido, pois nos enunciados que abordam as memórias do Rei Sebastião há alguns desvios da memória oficial. Por exemplo, embora nunca tenha se casado, tentou algumas vezes matrimônios com princesas da Espanha em troca de apoios a suas cruzadas na África, para combater os Mouros no Marrocos. Contudo, nenhuma dessas investidas foi bem-sucedida,

o que não fez com que o desejo do monarca cessasse. Nas religiões de matriz africana, o Rei Sebastião tem filhos, como a princesa Dina e o Barão de Guaré.

Em nosso corpus, algumas Toadas mencionam acontecimentos que giram em torno da morte do Rei Dom Sebastião, seus guerreiros e sua corte, composta pelos últimos fidalgos que morreram em batalha com ele. A SD(1) do Boi da Maioba, que trazemos aqui, demonstra esse funcionamento:

SD(1) do Boi da Maioba: O rei Dom Sebastião não fez por vingança/ Só queria do seu reinado a proteção/ Na ilha da assombração/ Lá pro Itapera/ o pelourinho foi pro chão/ Com seus filhos jogados na prisão/ Renegados a própria sorte/ Do calabouço ao boqueirão/ Itaquí não foi melhor/ Por promessa, oferendas e candomblés/ A serpente concordou/ Ganhou até palácio das Minas/ Entre mirante e chaminés/ Alcântara assim surgiu/ Fez o seu castelo nuclear/ As forças do bem se juntaram/ Se saíram para passear/ O touro negro iluminou/ A serpente estremeceu/ Dom Sebastião pôs a coroa/ A base desapareceu. (Chagas, Isso é Maioba, faixa 8, Maranhão, 2004).

A proteção do reino mencionada aqui ocorre por conta da construção do Porto do Itaquí. Em outro estudo, Luca (2014) conta a história narrada por um sujeito entrevistado para sua pesquisa. Nela, o autor narra que o Rei na primeira vez que chegou no terreiro entoava uma cantiga, como é descrita em: “Rei, rei, rei Sebastião/ Rei, rei, rei Sebastião/ Quem desencantar Lençol/ Põe abaixo o Maranhão!” (Luca, 2014, p. 260).

A Casa das Minas é o local onde geralmente acontecem visitas do boi e, por ser um local de práticas religiosas de matriz africana, é o lugar onde também tem sessões com o intuito de celebrar a memória das entidades africanas e indígenas. Nessa direção, analisemos uma SD da toada do Boi de Maracanã:

SD(2) do Boi de Maracanã: Salve os terreiros;/ Que o pai Oxalá mandou;/ Turquia, Casa das Minas;/ E a Casa de Nagô;/ Viva Deus;/ Viva as Rainhas;/ E os Reis da Encantaria;/ Rei Badé; rei Verequete;/ O Rei da Alexandria;/ Rei Guajá, Rei Surrupira,/ Rei Dom Luís, Rei Dom João;/ Rei dos feiticeiros, dos Exus e Rei Leão;/ Rei Oxóssi, Rei Xangô;/ Rei Camundá, Xapanã;/ E Barão Rei de Guaré;/ Proteja o Boi do Maracanã;/ Rei da Bandeira, o Rei da Maresia;/ Rei de Itabaiana,/ Salve o Rei da Bahia./ E os Reis que eu não falei em verso,/ Falo no meu coração./ Salve o Rei dos Índios; Salve o Rei Sebastião (Humberto Mendes, 25 anos de toadas do guriatã, Faixa 7, São Luís - MA, 1998).

Algumas das entidades observadas na SD(2) do Boi de Maracanã são mencionadas em outras toadas, mas nenhuma delas é tão citada como o Dom Sebastião, ele e sua corte, que inclui também a corte da sua filha. Existe aí, uma cadeia discursiva que, no interdiscurso, faz acionar algumas memórias, que embora existam no todo, só são acessadas quando se traz para as condições de produção do Bumba meu boi do Maranhão.

Nas SD a seguir, apresentaremos algumas das ocorrências em que se faz menção a Dom Sebastião, nos mais diversos tipos de Toadas, quer seja no guarnecer, no Urro ou até mesmo nas Toadas de Pique:

SD(3) do Boi de Maracanã: Maranhão, meu tesouro, meu torrão/ Fiz esta toada pra ti, Maranhão/ Terra do babaçu que a natureza cultiva/ Esta palmeira nativa é que me dá inspiração/ Na praia dos lençóis tem um touro encantado/ E o reinado do rei Sebastião/ Sereia canta na proa/ Na mata o guriatã/ Terra da pirunga doce/ E tem a gostosa pitombotã/ E todo ano, a grande festa da Juçara/ No mês de Outubro no Maracanã/ No mês de Junho

tem o Bumba-meu-boi/ Que é festejado em louvor a São João/ O amo canta e balança o maracá/ A matraca e pandeiro é que faz tremer o chão/ Esta herança foi deixada por nossos avós/ Hoje cultivada por nós/ Pra compor tua história Maranhão (Humberto Mendes - Bumba-meu-boi de Maracanã, Estrela brasileira, faixa 20, São Luís/MA, 2006).

SD(4) do Boi da Maioba: Urrou touro da Maioba/ Ecoou na Fonte do Ribeirão/ Serpente encantada que rodeia a ilha/ Sacodiu o chocalho no som das minhas toadas/ Em resposta a mãe tribo dos Timbiras/ Fez rufar tambores na ilha da assombração/ Encantou sereia no boqueirão/ Fez balançar as águas da baía de São Marcos e Ribamar/ Lá nos Lençóis no reino de Sebastião/ Touro negro encantado ficou parado ouvindo urrar meu campeão/ É noite de festa meu canto é pra São João/ Acorda Upaon-Açu pra ver o meu batalhão. (Chagas, Urrou- Acorda Upaon-Açu. Boi da Maioba, 2003).

SD(1) do Boi da Maioba: O rei Dom Sebastião não fez por vingança/ Só queria do seu reinado a proteção/ Na ilha da assombração/ Lá pro Itapera [bairro de São Luís rural] o pelourinho foi pro chão/ Com seus filhos jogados na prisão/ Renegados a própria sorte/ Do calabouço ao boqueirão/ Itaqui [onde o porto foi edificado após celebração de matriz africana] não foi melhor/ Por promessa, oferendas e candomblés/ A serpente concordou/ Ganhou até palácio das Minas [Tambor de Mina]/ Entre mirante e chaminés/ Alcântara assim surgiu/ Fez o seu castelo nuclear/ As forças do bem se juntaram/ Se saíram para passear/ O touro negro iluminou/ A serpente estremeceu/ Dom Sebastião pôs a coroa/ A base [de lançamento de foguetes em Alcântara] desapareceu. (Chagas, Isso é Maioba, faixa 8, Maranhão, 2004).

SD(5) do Boi da Maioba: Quando Deus criou o mundo/ Por quase nada a terra surgiu/ A natureza estremeceu/ De um sopro divino o homem apareceu/ Eras se passaram, a lenda da ilha/ aconteceu o boqueirão se abriu e um/ grande rei surgiu Alado na serpente para/ todo mundo ver/ Era Dom Sebastião/ pedindo para o boi da Maioba Guarnicer (Chagas - Bumba-boi da Maioba, A nossa cultura, faixa 22. São Luís/ MA, 2002).

Para Silva Filho (2021, p. 41), é preciso compreender o Bumba meu boi como um “conjunto de discursos (memórias)”. Segundo a análise do referido pesquisador, sob o viés da Análise de Discurso Materialista, esses discursos (memórias) atualizam-se através da “constante movência de acontecimentos da cadeia discursiva” (Silva Filho, 2021, p. 41).

É importante ressaltar que, no Bumba meu boi, certos acontecimentos movimentam sentidos, que estão imbricados nas toadas, mas também nas danças, nas indumentárias, etc. De acordo com Silva Filho (2021, p. 41), “provocando deslizamentos ou deslocamentos e que funcionam como efeito do puro já dito sob o efeito do novo”.

Nas toadas anteriormente elencadas, a contradição faz-se mais presente e é neste espaço de deslizamento, de falha e equívoco que alguns sentidos são construídos. Além disso, em torno das SD(1), SD(4), e SD(5) do Boi da Maioba, bem como da SD(3) do Boi de Maracanã, podemos notar que existe uma certa regularidade no uso do nome de Dom Sebastião e suas variações.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que, de algum modo, dentro da saturação do interdiscurso, com relação às SD analisadas, há uma infinidade de ocorrências para o uso do nome de Dom Sebastião e

suas variações. Além disso, é no Bumba meu boi do Maranhão que esse termo ganha outros pontos de deriva. Sua repetição faz com que alguns sentidos vão se cristalizando, criando-se, assim, uma memória acessível dentro das cadeias discursivas que são acessadas pelo Bumba meu boi (brincantes, audiência, entre outros).

Para Achard (2015, p. 16), “a regularização se apoia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido”, ou seja, determinados sentidos, como o de que Dom Sebastião foi encantado em um Touro Negro que tem uma estrela na testa e que vagueia nas dunas dos Lençóis, adquirem o sentido que tem no Bumba meu boi, por conta não só da sua repetição, no contexto da brincadeira, mas por conta do reconhecimento, na comunidade boieira.

As lendas, rumores e os causos constituíram-se como indispensáveis para que alguns dizeres pudessem estabilizar sentidos ou até mesmo desestabilizá-los. A lenda-mito do Rei Sebastião torna-se uma peça-chave. É a partir dessa lenda-mito que muitos dizeres são retomados nas toadas. A história do Rei, que era conhecido pela sua devoção à religião e às batalhas, confunde-se com a forma como sua narrativa foi inserida no Bumba meu boi e nas religiões de Matriz africana e Pajelança.

Portanto, alguns resultados apontam para os mecanismos memorialísticos de deslocamento operados por redes interdiscursivas, em relação com processos histórico-socioculturais do sebastianismo, de Portugal ao Brasil, e a ocorrência de efeitos identitários sobre os discursos sebastianistas no referido Bumba meu boi, por sujeitos do cotidiano.

## REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis; PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni Puccinelli. **Papel da Memória**. 4. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Recitações de mitos: a história na lente da mídia. In: GREGOLIN, R. (org.) **Filigranas do discurso**: as vozes da história. São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica, 2000.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, R; BARONAS, R. **Análise do Discurso**: as materialidades do sentido. São Carlos: Claraluz, 2001.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Identidade: objeto ainda não identificado? **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, BA, v. 6, n. 1, p. 81-97, jun. 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e Semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; CURSINO, L.; PIOVEZANI, C. (org.). **Discurso, Semiologia e História**. 1. ed. São Carlos: Claraluz, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

LUCA, Taissa Tavernard. **A Viagem Fantástica de Rei Sebastião: De Alcácer Quibir ao**

Terreiro de Mina. **Revista Observatório da Religião**, v. 1, n. 1, p. 242-275, 2014.

PRANDI, R; SOUZA, P. R. Encantaria de Mina em São Paulo. In: PRANDI, Reginaldo (org.). **Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004, p. 216-280.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49-57.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SILVA FILHO, Marcelo Nicomedes dos Reis. **“Eu canto pra São João e tu pra Pajé”: uma análise de religiosidades nas toadas do Bumba Meu Boi sotaque de Matraca (Ilha)**. 2021. 207 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2021.

## O RETRATO DAS CIDADES BRASILEIRAS NO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS *NOVO AVENIDA BRASIL 1*

**Carlos Bruno Castro Vieira<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Ilza Galvão Cutrim<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

A entrada de um aluno em uma sala de aula de língua estrangeira e o uso de materiais didáticos associados proporcionam uma imersão em uma nova realidade cultural e social. Esse processo não se limita apenas à aquisição de uma nova língua, mas também envolve uma exploração dos aspectos sociais, linguísticos e econômicos de diferentes contextos e sociedades. Ao conhecer e interagir com outras culturas, o aluno é exposto a novas perspectivas que podem enriquecer sua compreensão e levar a uma reflexão crítica mais aprofundada sobre a realidade de seu próprio ambiente. Este processo educativo é, portanto, uma oportunidade para ampliar o horizonte cultural e desenvolver uma visão mais crítica e informada sobre a diversidade do mundo. Além disso, possibilita a construção de uma consciência intercultural mais refinada, essencial para o engajamento global. Neste contexto, este trabalho se propõe a analisar o discurso sobre as cidades brasileiras apresentado no livro didático de português para estrangeiros *Novo Avenida Brasil 1* (2008). O objetivo é examinar quais representações das cidades brasileiras estão sendo transmitidas aos estudantes estrangeiros e como essas representações podem influenciar sua percepção do Brasil, buscando identificar os discursos veiculados pelo material didático para assim discutir o impacto dessas representações na compreensão dos alunos sobre o país e suas cidades. Para sustentar essa análise, utilizaremos a teoria da análise discursiva de Michel Foucault (1926-1984), com um foco específico na abordagem arqueogenealógica foucaultiana que investiga a articulação dos discursos com eventos históricos que produzem saberes e examina as relações de poder que moldam a construção desses discursos. Através dessa abordagem crítica e detalhada, o estudo pretende revelar como os discursos sobre as cidades brasileiras são construídos e sustentados, e como eles refletem e perpetuam determinadas relações de poder e formas de conhecimento, influenciando a percepção dos alunos sobre a complexidade cultural do Brasil.

Palavras-chave: Análise do discurso. Livro didático. Português para estrangeiros.

### 1 INTRODUÇÃO

Desde a virada do século XX para o XXI o Brasil tem chamado atenção do exterior. Já há algumas décadas a literatura, cinema, música, tradições populares e todo um conjunto de riquezas culturais tem despertado o fascínio das pessoas pelo mundo. Esse aumento de interesse pode ser dado ao fato de que o final do século XX também trouxe consigo muitas mudanças que afetaram positivamente o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Dentre essas, podemos citar a criação do Mercosul em 1991, a entrada do Brasil no bloco econômico BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o processo de globalização, entre outros. Nesse momento, com a emergência do Brasil como uma potência econômica

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (PGLetras - UFMA). E-mail: [vieira.carlos@discente.ufma.br](mailto:vieira.carlos@discente.ufma.br)

<sup>2</sup> Mestra e doutora pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: [ilza.galvao@ufma.br](mailto:ilza.galvao@ufma.br)

no mundo, começou-se também a perceber um aumento de interesse de estrangeiros pelo Brasil com o objetivo de residir no país ou iniciar parcerias educacionais, econômicas etc. (Moreira, 2018, p. 174-185)

Tal conjuntura se confirma, entre outros fatores, pelo aumento progressivo de inscritos no teste de Proficiência Celp-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), criado e realizado pelo Ministério da Educação (MEC). Segundo textos publicados nos sites do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do MEC, a primeira edição do exame contou com 127 inscritos em 1998, enquanto edições mais recentes chegam a alcançar quase a casa dos 10 mil inscritos. A edição de 2018 por exemplo, contou com cerca de 7.448 inscrições.

No entanto, apesar do aumento da relevância do Brasil no mundo e, conseqüentemente, de nossa língua, isso não se refletiu num maior cuidado acerca das políticas de ensino de Português como língua estrangeira (EPL). Segundo Almeida Filho (2005, p.16) não há entre o fim do século XX e início do XXI uma política oficial abrangente para a língua portuguesa que considere: a formação de novos professores com métodos contemporâneos, a formação contínua dos professores ao redor do mundo, e a definição de diretrizes para currículos, programas, materiais e exames de proficiência.

Quanto ao material didático, mais especificamente os livros didáticos dessa modalidade de ensino, pensamos ser muito relevante o seu estudo, porque as representações, ou melhor os discursos que se encontram em sua materialidade discursiva podem orientar e manipular as atitudes e visões que nossos alunos têm sobre certos espaços. Por exemplo, poderiam levar o aluno a desvalorizar a cultura brasileira ou vê-la de forma totalmente distorcida. Dito isso, em nosso trabalho, partimos da noção de que livro didático de LPE é um objeto cultural, social e histórico, que pode (ou não) contribuir para a formação adequada do aluno, isto porque o livro é um produto a ser vendido sujeito a uma série de poderes e discursos.

Assim, para expormos e analisarmos os discursos sobre as cidades brasileiras contidos no *Novo Avenida Brasil 1* e os poderes que circundam e se entrelaçam a esses, utilizaremos em nossa análise os pressupostos teóricos do método arqueogenalógico de Michel Foucault. Adotaremos essa metodologia, pois enquanto a análise arqueológica articula discursos com acontecimentos históricos, a genealógica “deduzira da contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos” (Foucault, 2008b, p. 348). Ou seja, explora as relações de poder que moldam o conhecimento e a sociedade, desafiando narrativas históricas lineares e dominantes.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DO NOVO AVENIDA BRASIL 1

Nossa pesquisa buscara analisar numa perspectiva discursiva foucaultiana (1966 - 1971) como as cidades brasileiras aparecem no livro didático de português para estrangeiros, mais especificamente o *Novo Avenida Brasil 1* (2008), que em sua própria página de apresentação se situa como o primeiro de três volumes de um curso básico de português para estrangeiros.

A divisão dos volumes é feita de acordo com os níveis de proficiência estabelecidos pelo Quadro Europeu Comum de Referências para Línguas (2001), dessa forma o volume 1 é enquadrado no nível proficiência A1 onde o falante consegue ler expressões muito curtas e usadas repetidamente; o volume 2 é posto como nível A2 que prevê um falante capaz de realizar uma apresentação básica e ensaiada sobre assuntos familiares; já o volume três é classificado como nível B1, nessa etapa o falante é capaz de fazer uma apresentação um pouco mais complexa sobre assuntos de sua área de conhecimento.

Quanto ao seu conteúdo, ele é dividido em 6 lições que abordam os seguintes tópicos: conhecer pessoas (cumprimentar, pedir e dar informações pessoais, soletrar, despedir-se e comunicar-se em sala de aula.); encontros (propor alguma coisa, convidar, perguntar as horas e comunicar-se em sala de aula); comer e beber (pedir informações, pedir alguma coisa e agradecer.); hotel e cidade (expressar desejos, preferências, dúvidas, pedir informações, localização e direção); moradia (descrever, identificar coisas, expressar contentamento, descontentamento, comparar e localizar) e o dia-a-dia (relatar atividades no passado, falar sobre atividades do dia-a-dia). Além disso, a obra conta com mais outros textos que têm como objetivo auxiliar o leitor com a revisão, fonética, vocabulário, gramática e outros puramente informacionais que contêm as fontes, transcrições de gravações e soluções dos exercícios.

Agora partindo do sumário e indo em direção as informações editoriais, observamos que o *Novo Avenida Brasil 1* foi publicado em 2008 pela editora E.P.U. em São Paulo e que se trata de uma reformulação/reorganização de outra obra intitulada *Avenida Brasil 1*, publicada em 1991 pela mesma editora e com o mesmo objetivo de ser o primeiro volume de um curso básico de português para estrangeiros. Ademais, há uma segunda edição do *Novo Avenida Brasil 1* publicada ainda pela mesma editora no recente ano 2022, é interessante notar que essa nova edição conta com a obra digital (*Ebook*) do livro físico enquanto as anteriores possuem apenas a obra física.

Sobre a editora, encontramos apenas a localização e alguns meios de contato no *Novo Avenida Brasil 1* (2008), desse modo, realizamos pesquisas na internet em busca de um site oficial ou rede social da editora, mas nossa pesquisa se mostrou infrutífera, portanto, sabemos apenas que a editora está localizada na cidade e no estado de São Paulo. Já sobre os autores, o livro os apresenta nas primeiras páginas junto com seus títulos acadêmicos, são eles: Emma Eberlein O. F. Lima, mestre em letras pela universidade de São Paulo. Professora de Português para estrangeiros em São Paulo. Diretora de cursos da Polyglot. Autora de muitos livros didáticos de Português para estrangeiros; Lutz Rohrmann, coordenador de projetos de livros didáticos. Co-autor de vários livros didáticos de Alemão e português para estrangeiros; Tokiko Ishihara, pós-doutorado em linguística na Universidade de Paris X. Professora do departamento de Letras Modernas da Universidade de São Paulo (USP); Samira Abirad Lunes, Doutora em Língua e Literatura francesa pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Letras Modernas da Universidade de São Paulo.

Autora de muitos livros didáticos de Português para estrangeiros e Cristian González Berweiler, professor de Português e Alemão para estrangeiros.

Segundo esses autores, sua obra é destinada aos “estrangeiros de qualquer nacionalidade, adolescentes e adultos, que queiram aprender Português para poderem comunicar-se com os brasileiros e participar de sua vida cotidiana.” (Lima et al, 2008, p. 2), ou seja, é um livro direcionado para cursos particulares de idiomas ou para autodidatas, pois além da indicação acima feita pelos autores a obra não indica nenhum financiamento ou parceria com governos e instituições públicas.

### 3 DISCURSOS QUE CONSTROEM CIDADES

O recorte de nosso arquivo tem como o foco a lição 4 da obra, pois de acordo com o próprio livro essa lição abordará as cidades brasileiras. Além disso, em nosso processo de inicial de recorte e montagem de arquivo notamos que é onde os discursos sobre cidades brasileiras estão mais localizados. No decorrer da lição são abordadas 8 cidades brasileiras; 1 no estado de São Paulo, 1 no estado do Paraná e 5 no estado de Amazonas. Logo abaixo podemos ver a primeira cidade que é exposta.

**Figura 1** - Sequência de fotografias e um mapa



Fonte: Lima et al. (2008, p. 23)

Nele podemos notar um homem branco usando roupas formais, muito provavelmente um empresário, sendo recepcionado em um hotel por outro homem muito similar, essa situação é confirmada por conta do restante da imagem onde há uma cama dentro de um quarto limpo e de aspecto caro. No meio dessa imagem, há um mapa do centro da cidade de São Paulo. Assim, nesse primeiro enunciado não verbal temos a imagem da cidade de São Paulo associada ao mundo do negócio, ao empresário branco de classe alta.



geração de um quarto das riquezas produzidas no país.” Nesse sentido, O IBGE atua não somente como um poder, mas sim como um dispositivo de poder que auxilia na dispersão, manutenção e no status de verdade do discurso. Visto que esse instituto é atribuído de poderes, ferramentas, leis, discursos etc. que dão legitimidade as suas pesquisas/práticas discursivas.

Outra cidade abordada na mesma pesquisa e que também aparece na mesma lição analisada é Curitiba. A cidade é exposta através de dois enunciados, um não-verbal e outro verbal. O primeiro se trata apenas de uma foto panorâmica do centro da cidade, tirada de uma perspectiva alta ela dá um grande foco aos prédios e outras construções da região.

**Figura 3** – Fotografia ao lado de um texto



Fonte: Lima *et al.* (2008, p. 25)

E o segundo traz um pequeno resumo da história da cidade, o texto nos informa a data de fundação da cidade e nos informa que podemos conhecer a cidade através de suas construções históricas, também nos chama a atenção para a diversidade e desenvolvimento de seu comércio e infraestrutura ao listar que a capital possui, hotéis, restaurantes, aeroportos, bares, casas de shows etc.

Nas representações de ambas as cidades, podemos observar que elas são sempre descritas como centros comerciais bem-sucedidos, mesmo quando o enfoque do texto tenha a intenção de tratar de fatos históricos ou outros temas.

No entanto, essa regularidade de enunciados se dispersa quando outras cidades que se encontram fora da região sul-sudeste são abordadas na lição. Podemos ver isso logo abaixo, onde 5 cidades do estado do Amazonas são citadas.

**Figura 4 - Fotografia ao lado de um texto**



Fonte: Lima et al. (2008, p. 32)

No livro didático esse trecho é utilizado como exemplo da utilização de números. Primeiro temos uma imagem do estado do Amazonas, todo em verde e com seus rios demarcados. Já no enunciado verbal temos algumas informações geográficas e demográficas dos estados, e logo depois aparecem as cinco principais cidades do estado com o número de habitantes de cada uma. Não nos é dada mais nenhuma outra informação dessas cidades dentro da lição, sejam características da população, da infraestrutura, da história ou do comércio como as outras cidades expostas. Isso ocorre porque as cidades dessa região não se enquadram ao discurso de cidade rica e desenvolvida que atravessa esse material didático e a sociedade nesse momento.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do livro didático de português para estrangeiros, Novo Avenida Brasil 1, revelou importantes aspectos sobre como as cidades brasileiras são representadas e percebidas no contexto do ensino de língua. A partir da metodologia arqueogenealógica de Michel Foucault, foi possível identificar que as representações de cidades como São Paulo e Curitiba estão fortemente ligadas a um discurso de desenvolvimento econômico e prosperidade comercial. Essas cidades são apresentadas como centros dinâmicos e atraentes, o que pode influenciar a percepção dos alunos estrangeiros de maneira positiva.

Entretanto, a pesquisa também evidenciou uma lacuna significativa nas representações das cidades da região Norte, especialmente do estado do Amazonas, que foram tratadas de forma superficial e sem a mesma profundidade que as cidades do Sul e Sudeste. Essa disparidade sugere uma hierarquização das cidades brasileiras, onde as regiões mais desenvolvidas economicamente recebem maior destaque, enquanto outras são relegadas a uma representação limitada e descontextualizada.

Essas considerações levantam questões cruciais sobre a responsabilidade dos materiais didáticos na formação da imagem do Brasil no exterior. É imperativo que os livros didáticos adotem uma abordagem mais inclusiva e diversificada, que reflita a complexidade e a riqueza cultural de todas as regiões do país. A promoção de uma visão mais equilibrada

pode contribuir para uma compreensão mais justa e abrangente do Brasil, permitindo que os alunos estrangeiros desenvolvam uma perspectiva crítica e informada sobre a realidade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José C. P. **O Português como língua não-materna: concepções e contexto de ensino**. Rio de Janeiro: Museu da Língua Portuguesa; Estação da Luz, 2005. Disponível em: <http://museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/ENSINO-COMO-LINGUA-NAO-MATERNA.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FOUCAULT, MICHEL. **Ditos e escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

IGBE. **Em 2008, seis capitais concentravam 25% do PIB do país**. Agência de Notícias, Brasília, DF, p. 1-3, 10 de dez. de 2010. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13950-asi-em-2008-seis-capitais-concentravam-25-do-pib-do-pais>. Acesso em: 01 ago. 2024.

LIMA, Emma et al. **Novo avenida Brasil: Curso básico de português para estrangeiros**. São Paulo: E.P.U. 2008.

MOREIRA, L. C. Dal Piva. **Análise do processo de internacionalização universitária entre países emergentes: estudo de caso do brasil com os demais países membros dos BRICS durante os governos Lula e Dilma**. 2018. 418 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

QUADRO Europeu Comum de Referência para as Línguas - Aprendizagem, ensino, avaliação. Porto: Edições ASA, 2001.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. No aniversário de SP, confira momentos que marcaram a história cidade. 24 de jan. de 2017. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/momentos-que-marcaram-a-historia-cidade-de-sao-paulo/>. Acesso em: 03 ago. 2024.

## **TERRITORIALIDADE E PERTENCIMENTO: os conflitos fronteiriços entre Guiana e Venezuela e os nativos em Essequibo**

**Caroline Moreira de Souza<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Lízia Adriane Freire Ferreira Gomes<sup>2</sup>**

Centro Universitário UNDB

### **RESUMO**

O Essequibo é uma região em conflito localizada ao oeste da Guiana, correspondendo a cerca de 70% do seu atual território e despertando singular interesse à população e ao governo venezuelano desde 1966, localizado nos domínios da Amazônia Legal e povoado por diversos povos autóctones, como os Sarao, os Arawako, os Kariña, os Patamuná, os Arekuna, os Akawaio, os Wapishana, os Makushi e os Wai Wai, fluentes em línguas distintas do crioulo guianense e do espanhol venezuelano, além de ricos de manifestações culturais singulares. Dessa maneira, o presente trabalho emerge como uma metodologia de revisão bibliográfica de abordagem qualitativa que traça uma análise histórica das disputas de soberania sob essa zona de litígio, desde o período colonial ao Acordo de Genebra de 1966 e os movimentos do governo venezuelano no ano de 2024, objetivando elucidar as origens históricas desse conflito e suas repercussões contemporâneas. Diante disso, sob a ótica de Yi Fu Tuan, ao conceber o sentimento de “topofilia”, salienta-se a necessidade de consideração quanto às populações tradicionais nessa região residentes e sua relação com o espaço: a ligação profunda desses povos com suas terras, construídas ao longo de gerações, não se baseia apenas em questões econômicas ou territoriais, mas em um sentido de pertencimento cultural e espiritual, de modo que a atual disputa territorial entre a Venezuela e a Guiana pela região ignora, em muitos aspectos, essa conexão intrínseca, tratando a terra como um recurso geopolítico, em detrimento da relação simbólica e histórica que os nativos mantêm com a região. Portanto, depreende-se que a topofilia se torna um elemento central na análise dos direitos e da resistência dos povos indígenas de Essequibo, que veem na defesa de suas terras a preservação de sua identidade e continuidade cultural. Além disso, conclui-se que, após a demarcação internacional das fronteiras, a transitoriedade ou adaptação deve acontecer não apenas com decretos, mas também com a compreensão da realidade que vivem seus habitantes, suas necessidades, e seus sentimentos enquanto sujeitos nem venezuelanos, nem guianenses, mas um conjunto de distintas populações autóctones com hábitos e desejos díspares.

**Palavras-chave:** Amazônia; Essequibo; Indígena.

### **1 INTRODUÇÃO**

A América Latina, desde a época colonial, foi — e continua sendo — palco de inúmeros conflitos territoriais que, em grande medida, têm relações diretas com as fronteiras artificiais traçadas pelas potências europeias ao longo dos séculos XVI e XVII, como resultado da intensa e diversificada colonização da região. Essas delimitações, frequentemente impostas sem ponderação em relação às realidades culturais, sociais e geográficas dos povos que tradicionalmente habitavam essas regiões, acarretam disputas persistentes que têm reverberação até o contexto contemporâneo. Diante disso, a independência dos países latino-americanos, ao longo do século XIX, não pôs fim a essas tensões; pelo contrário,

<sup>1</sup> Autora e estudante do primeiro período de Medicina pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: carolinemoreiradesousa05@gmail.com.

<sup>2</sup> Coautora e orientadora. Mestra em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. Email: liziadriane@hotmail.com.

em muitos casos, exacerbou-as, à medida que as novas nações lutavam para afirmar sua soberania sobre territórios vastos e ricos em recursos naturais. A partir desse contexto, a região latino-americana continua a ser marcada por litígios fronteiriços e disputas por territórios estratégicos, onde questões de identidade cultural, direitos indígenas e interesses geopolíticos frequentemente entrelaçam-se. Um exemplo emblemático desse tipo de conflito é o caso da região de Essequibo, situada no oeste da Guiana, cujas tensões com a Venezuela refletem não apenas a luta por controle territorial, mas também a complexa interação entre história colonial e as dinâmicas contemporâneas de poder na América Latina.

Em uma região marcada por séculos de disputas territoriais, o Essequibo, situado no oeste da Guiana e correspondendo a cerca de 70% de seu território, permanece como um foco de tensão entre sua vizinha Venezuela, cujo interesse no território remonta ao período colonial espanhol. Habitada por uma miríade de povos autóctones, como os Sarao, Arawako, Kariña, Patamuná, Arekuna, Akawaio, Wapishana, Makushi e Wai Wai, essa área não é apenas um território de interesse geopolítico, mas também um espaço carregado de significados culturais e espirituais profundos para seus habitantes. Esses povos, cuja diversidade linguística e cultural se contrapõe às línguas e culturas dominantes da Guiana e da Venezuela, mantêm uma relação simbiótica com a terra que transcende as meras questões territoriais e econômicas que sustentam o conflito entre os dois Estados.

Diante desse cenário, o presente artigo parte de uma análise histórica do conflito de soberania sobre o Essequibo, desde o período colonial até o Acordo de Genebra de 1966 e os recentes movimentos do governo venezuelano em 2024, com o objetivo de esclarecer as raízes e as repercussões contemporâneas dessa disputa. Tomando como base o conceito de “topofilia”, cunhado por Yi Fu Tuan, que se refere ao vínculo afetivo que os povos constroem com seus territórios ao longo de gerações, este estudo propõe uma reflexão crítica sobre a importância das populações tradicionais na região e sua intrínseca conexão com a terra. Observa-se que, ao tratar a disputa territorial entre Venezuela e Guiana como um simples conflito geopolítico, negligencia-se a profunda dimensão humana desse território, e, com isso, a intrínseca relação de pertencimento cultural e espiritual que essas terras têm para seus habitantes nativos.

Assim, ao utilizar o conceito de “topofilia” como guia para a análise crítica desse conflito, o presente trabalho busca elucidar que a resolução do conflito de soberania sobre o Essequibo exige mais do que meros decretos internacionais; é necessário compreender e respeitar a realidade vivida pelas populações autóctones que lá habitam e que há muito lutam pela preservação de sua identidade cultural e pela continuidade de suas tradições.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conflito territorial na região de Essequibo tem raízes profundas que remontam ao período colonial, mas suas implicações contemporâneas são complexas e multifacetadas, envolvendo aspectos econômicos, geopolíticos, culturais e espirituais que afetam diretamente

as populações indígenas da região. Diante disso, a análise desse conflito requer um exame detalhado das forças históricas em jogo, bem como uma compreensão mais profunda do papel da terra na vida dessas comunidades autóctones.

Apesar da região da Guiana Essequiba compreender cerca de 70% da extensão territorial da República da Guiana, tal porção concentrava apenas 120 mil desses moradores em 2023, representando 31% dos guianenses, segundo o Fundo Monetário Internacional (2023). Essa região, internacionalmente conhecida como Essequibo, constitui em 5 províncias diferentes para o governo guianense, de acordo com o planisfério político do país. São elas: Barima-Waini, Cuyuni-Mazaruni, Pomeroon-Supenaam, Potaro-Siparuni e Upper Takutu (Upper Essequibo), região composta principalmente por selva densa e povoada por diversos povos autóctones, mas também rica de reservas de petróleo, gás, ouro e diamantes.

A obra de Yi Fu Tuan (1974), especialmente o conceito de “topofilia”, oferece um ponto de partida essencial para entender a relação simbólica e emocional que os povos indígenas do Essequibo mantêm com suas terras. Topofilia, definida como o laço afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico, transcende a mera posse territorial e se enraíza na identidade cultural, nas práticas espirituais e nas tradições transmitidas de geração em geração. Para os povos indígenas do Essequibo, como os Sarao, Arawako, Kariña, e outros, a terra não é apenas um recurso econômico ou um espaço geopolítico a ser disputado por nações, mas constitui um elemento vital de sua existência cultural e espiritual, perspectiva essa ignorada pelos estados-nações envolvidos na disputa, cujo interesse nessas terras refere-se ao seu valor estratégico.

Complementando a análise de Yi Fu Tuan, os estudos mais recentes sobre a região, como o artigo de Avendaño Aldana, publicado na revista “En Prospectiva” (2024), destacam as complexas dinâmicas geopolíticas em jogo no Essequibo. A Guiana e a Venezuela disputam essa região não apenas por suas riquezas naturais, como os recursos minerais e a biodiversidade, mas também por sua localização estratégica na América do Sul. No entanto, essa disputa entre estados-nações ignora amplamente as realidades vividas pelas populações indígenas, que são frequentemente marginalizadas nos processos de tomada de decisão. O artigo ressalta a importância de incluir essas comunidades no diálogo sobre a soberania da região, não apenas como sujeitos passivos, mas como agentes ativos com direitos históricos e culturais sobre suas terras.

Em suma, a fundamentação teórica deste trabalho está ancorada na compreensão de que o conflito na região de Essequibo vai além de uma mera disputa territorial entre estados-nações, de maneira que a análise deste conflito, portanto, requer uma abordagem que considere tanto as dinâmicas geopolíticas quanto as dimensões simbólicas e culturais da terra, reconhecendo a centralidade dos direitos dos povos indígenas na resolução desse impasse histórico.

### 3 OBJETIVOS

À luz das teorias de Yi Fu Tuan, complementadas por análises geopolíticas contemporâneas e estudos sobre os direitos indígenas, busca-se examinar o conflito territorial na região de Essequibo, com enfoque nas populações indígenas locais e sua relação cultural e espiritual com a terra. O objetivo principal trata-se de traçar um panorama histórico do conflito, compreendendo suas origens, que remontam às Grandes Navegações e ao início da colonização das Américas, e seus desenlaces até o contexto hodierno, compreendendo o viés multifacetado e complexo desse conflito territorial.

Além disso, pretende-se explorar a diversidade da região do Essequibo e a rica multiplicidade de povos que nela habitam, e, em adição, faz-se mister analisar como a concepção de “topofilia” pode ser aplicada para entender a profundidade da conexão dos povos indígenas com o território e como essa perspectiva pode influenciar as disputas de soberania entre a Guiana e a Venezuela. A partir dessa análise, comprova-se que a resolução do histórico conflito está intrinsecamente ligada com a atenção às comunidades nativas da região e às suas heranças históricas e culturais.

### 4 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, foi adotada uma abordagem metodológica qualitativa e interdisciplinar, integrando análise teórica, revisão bibliográfica e análises de notícias recentes. Inicialmente, foram explorados diversos estudos sobre a geopolítica da região de Essequibo, incluindo desde artigos acadêmicos, relatórios e documentos oficiais que tratam da disputa entre a Guiana e a Venezuela a estudos cartográficos que remontam à Idade Moderna. A principal fonte de informação acerca da política interna atual da Venezuela deu-se pelo jornal El Nacional, e os documentos e dados acerca do conflito territorial também foram fundamentalmente baseados nas informações disponibilizadas nos sites oficiais do governo de cada país.

Em seguida, foi realizada uma revisão da literatura sobre o conceito de “topofilia” proposto por Yi Fu Tuan, com foco em sua aplicação em contextos de conflitos territoriais envolvendo populações indígenas. Para complementar essa abordagem, foram consultadas bases de dados eletrônicas, como SciELO, a fim de identificar publicações relevantes sobre o tema, priorizando estudos que tratam da relação cultural e espiritual dos povos indígenas com suas terras e/ou que abordam a qualidade de vida dos indígenas na região essequiba.

### 5 RESULTADOS

#### 5.1 Contextualização Histórica do Conflito

A compreensão da ocupação colonial e das questões subsequentes no que se refere à soberania sob o território denominado “Essequibo”, região atualmente em conflito entre os governos guianense e venezuelano, remonta ao próprio contexto das Grandes Navegações europeias, e, por isso, faz-se necessário remontar ao período pré-colonial. Diante disso, salienta-se que, antes do século XV, o conhecimento europeu sobre os oceanos e a configuração do planeta era escasso e repleto de imprecisões, com um imaginário fortemente influenciado por lendas e crenças religiosas. A principal fonte de informação, naquele período, consistia nos relatos dos gregos antigos, que desde a Antiguidade “viajavam pelos mares e contavam aquilo que haviam visto em histórias fabulosas, cheias de mitos e seres maravilhosos e monstruosos” (Souza, 2007). Em adição a essas narrativas homéricas, somavam-se as concepções inerentemente europeias, indubitavelmente influenciadas e enraizadas na fé cristã.

No entanto, no final do século XV, os europeus começaram a explorar os segredos dos mares, impulsionados por motivações econômicas, políticas e religiosas, bem como pelo próprio encanto que o oceano exercia sobre eles, de modo que a Coroa portuguesa foi pioneira no cenário das Grandes Navegações e da colonização americana e africana. Contudo, ameaçando diretamente o monopólio português, a Coroa Espanhola logo começa a desenvolver sua potência naval, com poderio equiparável à portuguesa, e também organizando expedições às novas terras, hoje conhecidas como Américas.

Dessa maneira, como resultado de conflitos territoriais nesse contexto de corrida imperialista em palco americano, surge o Tratado de Tordesilhas de 1494, assinado entre D. João II de Portugal e os reis católicos Fernando e Isabel. Vale ressaltar que esse não foi o primeiro tratado bilateral de caráter colonial e territorial assinado entre os dois países: em 1479, o Tratado de Alcáçovas, depois confirmado pelo de Toledo, reconheceu já os direitos portugueses à costa africana e ilhas atlânticas, deixando de fora as Canárias, de resto também objeto de rivalidades antigas.

Entretanto, segundo Moreira (1994), a viagem de Cristóvão Colombo, começada em Palas a 3 de agosto de 1492, colocou em evidência o Atlântico Ocidental e a questão de saber se o Tratado de 1479 abrangia a área. Portanto, objetivando garantir a clareza das divisões territoriais entre as grandes potências da época, o Tratado de Tordesilhas foi assinado em 7 de junho de 1494, após extensas negociações, de modo que as esferas de influência ficaram definidas da seguinte maneira: pertenceriam a Castela — reino da Península Ibérica hoje equivalente à Espanha — as terras descobertas para além do meridiano que passava a 370 léguas a ocidente de Cabo Verde, limite encurtado para 200 léguas no que tocava aos descobrimentos que Colombo pudesse fazer na segunda viagem que doravante iniciava.

É nesse contexto do imaginário europeu colonizador, esperançoso pela perspectiva de enriquecimento nas novas terras e fascinado pela ideia de nobreza associada ao ouro, que surgem os primeiros relatos acerca da busca pela mitológica cidade de ouro, conhecida como El Dorado e supostamente localizada entre o Rio Cuyúni e o Rio Essequibo, no Planalto das Guianas. Um dos nomes mais relevantes no desenvolvimento narrativo-descritivo e

cartográfico dessa região sul-americana foi o explorador britânico Sir Walter Raleigh, com a obra denominada “A descoberta do extenso, rico e belo Império da Guiana” (1848).

O mito das cidades de ouro sempre teve grande repercussão e importância na história da colonização e exploração americana, e a maioria dos historiadores e das pesquisas sobre esse tema concebem-no como uma simples ficção. Segundo exposto por Langer (1997), a mais conhecida e divulgada teoria considera o Eldorado uma invenção puramente indígena, criada com o propósito de ludibriar os gananciosos europeus. Outra, de tendência recente, argumenta que este mito foi concebido pelos espanhóis para ocultar o massacre autóctone, servindo na prática para esconder o preço em vidas indígenas da expropriação da terra e de seus minerais preciosos, ou ainda, de que teria sido formulado apenas pelo pensamento europeu, não recebendo influências indígenas. Para o historiador, ambas as considerações têm caráter limitado, haja vista que não abordam os aspectos literários do mito, envolto no contexto da mentalidade do período, e mesmo suas matrizes culturais pelo imaginário, que já existiam antes mesmo da descoberta do Novo Mundo.

Nesse período, a Inglaterra reivindicava timidamente o controle daquela região, aproveitando-se da emergente força naval inglesa e desafiando o Tratado de Tordesilhas. Contudo, torna-se inegável que a publicação de obras como as de Sir Raleigh não somente atiçaram a curiosidade de outros exploradores, mas também incitaram o interesse das Coroas da França, dos Países Baixos e do Reino Unido. Conseqüentemente, no início do século XVII, tais nações começaram a viabilizar planos de colonização da área, estabelecendo feitorias na costa marítima com o intuito de fomentar o comércio com povos nativos. Além disso, visavam utilizar a área como ponto de parada para navegações pelo Caribe e, principalmente, explorar os rios da região em busca de metais preciosos, a despeito do vigente Tratado de Tordesilhas, gerando diversos conflitos entre as potências.

Durante esse período, os Países Baixos estabeleceram-se por toda a região que, na atualidade, representam os países da Guiana, Suriname, Guiana Francesa e o estado brasileiro do Amapá, estabelecendo colônias neerlandesas cujo reconhecimento espanhol somente foi efetivado em 1648, com a assinatura da Paz de Münster (1648), tratado que findou a Guerra dos Oitenta Anos. Entretanto, no dito tratado foram reconhecidas apenas as posses a leste do Rio Essequibo, acarretando a perpetuação de conflitos entre os colonizadores pela região a oeste do rio, em um embate constante pelo domínio dessa rica bacia hidrográfica e terras férteis. Como resultado da ineficácia administrativa na resolução desses embates, os confrontos entre potências europeias pelas Guianas prolongaram-se por mais de 150 anos, com constantes mudanças — seladas por batalhas e assinaturas de tratados — nos territórios.

Desde 1777, com o processo de independência da Capitania Geral da Venezuela, estabeleceu-se como fronteira oriental entre Espanha e Países Baixos o rio Essequibo, desde sua nascente até sua desembocadura no Oceano Atlântico, e a separação da insurgente capitania às demais colônias espanholas, de modo a unificar diversas províncias pré-delimitada. Na Ata da Declaração de Independência da Venezuela (1811), distam enunciados deputados representantes de cada província do novo Estado e, nessa lista, não consta

nenhuma referência a Essequibo, Demerara ou Berbice, províncias que hoje constituem o espaço denominado internacionalmente como “Guiana Essequiba”.

Realizando um breve salto temporal ao século XIX, sob a Convenção de Londres de 1814, a Grã-Bretanha firma posse dos territórios coloniais neerlandeses de Demerara, Berbice e Essequibo, que abrangiam uma área de cerca de 51.700 km<sup>2</sup> e passaram a constituir a Guiana Britânica a partir de 1831. Doravante, o governo britânico estimulou o avanço e estabelecimento de colonos nas terras situadas ao oeste do rio Essequibo, aproveitando-se do seu poder geopolítico internacional, enquanto potência hegemônica mundial na segunda metade do século XIX, e local, fazendo usufruto da despovoação da região e da fraca resistência governamental da Venezuela recém-independente, que então iniciava sua organização institucional.

Para legitimar tal avanço territorial, a Coroa Britânica encomendou um trabalho de mapeamento da região feito ao geógrafo Robert Schomburgk, que, em 1834, traçou uma linha fronteiriça, denominada Linha de Schomburgk, entre a Venezuela e a Guiana Britânica desde o rio Moruca até o Essequibo de uma extensão de 4.290 km<sup>2</sup>, reivindicando não apenas a área do rio Essequibo, como também toda a região até a foz do rio Orinoco (Venezuela, 1965). Diante dessa invasão à soberania do país latino-americano, a migração dos colonos britânicos para além dos territórios situados na margem esquerda do Essequibo originou a primeira reclamação oficial do governo da Venezuela diante da Grã-Bretanha.

Destarte, as negociações internacionais iniciaram-se em 1844, mediante a proposição feita pelo representante da Venezuela, Alejo Fortique, baseando-se no território da Capitania Geral da Venezuela e no princípio cogitou no *utis possidetis juris*, princípio de direito internacional segundo o qual aqueles que de fato ocupam um território possuem direito sobre este, para que se reconhecesse ao rio Essequibo como linha fronteiriça, alegando com documentos a jurisdição venezuelana nessas terras que haviam feito parte da antiga Província da Guiana, porém, diante da inflexibilidade britânica, tais reivindicações foram infrutíferas.

A maior expansão britânica aconteceu em 1888, quando foram anexados mais 203.310 km<sup>2</sup>, penetrando o território venezuelano até o rio Orinoco (Venezuela, 1965), o que determinou um clímax para o governo venezuelano, que rompe suas relações com Londres e busca apoio dos Estados Unidos da América, solicitando à superpotência que colocasse em prática a Doutrina Monroe, que, desde 1823, estabelecia que qualquer tentativa europeia de interferir com Estados soberanos nas Américas seria vista como um sinal de uma “disposição hostil” frente a Washington.

O governo dos Estados Unidos da América respondeu à chamada venezuelana expressando preocupação, mas inicialmente pouco se mobilizou para facilitar uma solução para o conflito. No entanto, o ex-primeiro-ministro britânico, Lord Salisbury, respondeu à notícia de aliança com a ácida alegação que a Doutrina Monroe não tinha validade como lei internacional. Diante disso, culminou-se na mobilização que resultou no momento em que Estados Unidos, representando a Venezuela, e o Reino Unido firmaram, em 2 de fevereiro,

o Tratado de Washington (Venezuela, 1897) para submeter a controvérsia à arbitragem internacional.

Segundo as réguas do tratado, o Tribunal de Arbitragem deveria ser composto por dois membros das partes envolvidas no conflito e um terceiro neutro. No entanto, sob a baixa legitimidade do recente governo venezuelano no cenário internacional, essa foi representada por dois juristas dos Estados Unidos, que dividiram a mesa com dois representantes do Reino Unido e uma parte neutra, que esteve a cargo da Rússia, representada por Fiódor Martens. Naquele momento, as autoridades venezuelanas aceitaram a decisão, que, porém, voltaria a ser questionada pouco depois do retorno da democracia venezuelana.

Mediante tal arbitragem, estabeleceu-se o Laudo de Paris de 1899, que decidiu a favor da Grã-Bretanha, reconhecendo a ocupação britânica na região essequiba, porém, mantendo as terras do rio Orinoco como território venezuelano, usando como principal justificativa o preceito do direito internacional de usucapião, ou prescrição pelo prazo de cinquenta anos como título imóvel.

O Laudo não foi bem aceito pela Venezuela, que alegava sua desvantagem no tribunal — onde não havia representantes propriamente venezuelanos — e acusava o governo do Reino Unido de ter subornado o jurista russo. No entanto, devido à crise financeira, política e social que o país vivia, essas acusações não avançaram. Porém, o caso, que estava fechado desde 1899, reacendeu na mídia internacional em 1949, após Otto Schoenrich — representante legal de Severo Mallet-Prevost, jurista representante da Venezuela na arbitragem — divulgar documentos oficiais que comprovavam a parcialidade do Laudo de Paris. No seu memorando, Mallet-Prevost supôs, a partir do comportamento privado dos juízes, que havia um acordo político entre a Rússia e a Grã-Bretanha, e disse que o presidente russo do painel, Friedrich Martens, havia visitado a Grã-Bretanha com os dois árbitros britânicos no verão de 1899 e, posteriormente, ofereceu aos dois juízes americanos uma escolha entre aceitar uma sentença unânime (Schoenrich, 1949), agindo contra os princípios do direito.

Dessa maneira, em 1962, a Venezuela retoma a disputa pelo território do Essequibo, denunciando os vícios procedimentais do Laudo à Organização das Nações Unidas. Em 1963, o governo da Venezuela, pela primeira vez e de maneira oficial, reivindica na Organização das Nações Unidas o território localizado ao oeste do rio Essequibo. O governo do Reino Unido, então, reconheceu o conflito e, em fevereiro de 1966, os países envolvidos assinam o Acordo de Genebra, onde se estabeleceu uma Comissão Mista Guianense-Venezuelana com duração de quatro anos, visando negociar a fronteira em prova, reconhecendo a iminência da independência da colônia britânica, que veio a ocorrer três meses após o início do acordo.

Este Acordo de Genebra de 17 de Fevereiro de 1966 estabeleceu uma Comissão Mista Guiana-Venezuela, que deveria encontrar o “soluções satisfatórias para a resolução prática do litígio” resultante da reivindicação da Venezuela, com o prazo de quatro anos para concluir seu trabalho. Segundo Fenty (1982), em 1968, a Venezuela utilizou uma página inteira do principal jornal inglês London Times para alertar os empresários internacionais para não

investirem na porção do território guianense que a república bolivariana reivindicava. Além disso, a revolta Rupununi, mobilizada por grupos fazendeiros venezuelanos que tentavam assumir o controle do distrito homônimo, foi financiada pelo governo venezuelano. Diante disso, ambos os governos acusam, em documentos oficiais do período, a inflexibilidade da outra parte como obstáculo à resolução do conflito, de modo que, em fevereiro de 1970, a Comissão Conjunta concluiu os seus trabalhos sem ter resolvido a controvérsia.

A pretensão guianesa de delimitar as áreas marítimas começou em 1977, quando promulgou sua própria lei de fronteiras marítimas, estendendo seu mar territorial a 12 milhas náuticas e estabelecendo sua zona de pesca até às 200 milhas náuticas, fundamentada em uma decisão posterior da própria Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982), segundo a qual:

Os países costeiros têm direito a declarar uma zona econômica exclusiva (ZEE) de espaço marítimo para além das suas águas territoriais, na qual têm prerrogativas na utilização dos recursos, tanto vivos como não-vivos, e responsabilidade na sua gestão ambiental. A ZEE é delimitada, em princípio, por uma linha situada a 200 milhas marítimas da costa, mas pode ter uma extensão maior, de acordo com a da plataforma continental.

Entre 1999 e 2000, o governo guianense outorgou concessões de exploração a operadoras multinacionais em áreas localizadas na zona de reclamação e na costa do estado venezuelano de Delta Amacuro, visando a exploração dos blocos petrolíferos de Stabroek e Roraima. Para o governo venezuelano, essa delimitação negava o legítimo direito a uma prolongação marítima do estado venezuelano do Delta Amacuro e seu acesso ao oceano atlântico, de modo que seu governo protestou contra essas ações ante o Congresso Mundial do Petróleo, em junho de 2000, no Canadá, e em setembro de 2002, no Brasil, provocando que as empresas envolvidas, entre elas a Exxon Mobil, reconhecessem a controvérsia e paralisassem as operações.

Em 16 de julho de 2014, a imprensa tornou pública a decisão guianesa de continuar na tentativa de exercer soberania sobre áreas marítimas em disputa e áreas eminentemente venezuelanas. A operadora Exxon Mobil, através da subsidiária Esso Exploration and Production Guyana Limited, iniciaria atividades de exploração no bloco Strabroek, localizado nas costas da zona de reclamação e do estado Delta Amacuro, sem que a Guiana notificasse ao Estado venezuelano, tal como o estabelecido no acordo de Genebra.

## 6 PANORAMA CONTEMPORÂNEO

Esse contexto de conflitos territoriais e farpas, apesar da permanência de uma intensa propaganda venezuelana interna, manteve-se sem novos avanços territoriais até o ano de 2023, em que a Corte Internacional de Justiça determina oficialmente que qualquer tentativa de mudar a realidade fronteiriça por parte da Venezuela no presente momento era considerada proibida. Diante disso, o atual presidente venezuelano declarou que Caracas não reconhece a Corte de Haia e, no dia 03 de dezembro de 2023, 10 milhões de venezuelanos compareceram à urna para responder a um referendo consultivo, com cinco

perguntas da decisão de criação do estado Guiana Essequiba e incorporação desse ao mapa do território venezuelano. As perguntas eram: (1) “Você rejeita a fronteira atual?”; (2) “Você apoia o Acordo de Genebra de 1966?”; (3) “Você concorda com a posição da Venezuela de não reconhecer a jurisdição da Corte Internacional de Justiça?”; (4) “Você discorda de a Guiana usar uma região marítima sobre a qual não há limites estabelecidos?”; (5) “Você concorda com a criação do estado Guiana Essequiba e com a criação de um plano de atenção à população desse território que inclua a concessão de cidadania venezuelana, incorporando esse estado ao mapa do território venezuelano?”.

Segundo as autoridades venezuelanas, 95% dos votantes aprovaram as 5 perguntas, como noticiado na Folha de São Paulo (2024). Mediante essa legitimação, no dia 5 de dezembro do mesmo ano, Nicolás Maduro propôs uma lei considerando a região de Essequibo como um estado, determinando um general venezuelano como responsável pela região. Diante das eleições venezuelanas em 2024, opositores do regime Maduro apontam que o atual presidente utiliza a questão de Essequibo como cortina de fumaça para o processo eleitoral, e que o plebiscito constituiu uma estratégia de análise do seu nível de apoio popular.

Em resposta, no dia 7 de dezembro de 2024, os Estados Unidos da América anunciaram exercícios militares na Guiana, inclusive na região de Essequibo, de modo que aviões militares dos dois países farão exercícios conjuntos. Essas manobras, segundo a Embaixada dos Estados Unidos na Guiana, acontecerão em parceria com a Força Aérea guianesa e fazem parte de operações de rotina para “melhorar a segurança” local.

No dia seguinte, o presidente venezuelano assinou seis decretos para incorporar Essequibo e transformar o território guianense em um estado venezuelano, com prazo para 2030. Os seis decretos determinaram a criação do estado de Guiana Essequiba e de um “Alto Comissariado para a Defesa da Guiana Essequiba”, órgão integrado pelo Conselho de Segurança Nacional venezuelano, a oficialização do novo mapa oficial englobando a região de Essequibo, a ser divulgado em escolas e universidades, a criação de um setor da empresa estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) para Essequibo e a concessão de licenças para a prospecção de gás, petróleo e mineração e a designação de Alexis José Rodríguez Cabello como autoridade da Guiana Essequiba.

Ademais, no dia 14 de dezembro do mesmo ano, a Declaração de Argyle para o Diálogo e a Paz (2023) foi assinada pelos governos venezuelano e guianense, sob os auspícios da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da Comunidade do Caribe (CARICOM), estabelecendo o compromisso de ambas as partes de não utilização da força ou da ameaça do uso da força, de respeito ao direito internacional e de comprometimento com a integração regional e a unidade da América Latina e o Caribe. Os dois países concordaram, ademais, em cooperar para evitar incidentes no terreno e medidas unilaterais que possam levar a uma escalada da situação.

Contudo, durante a noite da quarta-feira, 3 de abril de 2024, do Salão Elíptico do Palácio Legislativo Federal, o atual presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, promulga lei que cria província da Venezuela em território da Guiana. O texto, chamado de “Lei

Orgânica para a Defesa de Essequibo”, dispoñdo de 39 artigos e regulamentando a fundação do estado da “Guiana Essequiba”, em desrespeito à soberania territorial do estado guianense, foi repudiado pelo governo guianense e pela Organização dos Estados Americanos em pronunciamentos oficiais.

## 7 A QUESTÃO INDÍGENA

Contundo, o conflito territorial sobre a região de Essequibo, que opõe Venezuela e Guiana, não se limita a questões de soberania e exploração de recursos naturais, visto que impacta diretamente às comunidades indígenas que habitam a vasta região. O espaço territorial compreendido na Amazônia Legal que é denominado pelo contexto internacional como Essequibo é reconhecido pelo governo da República da Guiana como um conjunto de 5 províncias distintas, denominadas Barima-Waini, Cuyuni-Mazaruni, Pomeroon-Supenaam, Potaro-Siparuni e Upper Takutu (Upper Essequibo), e povoada, majoritariamente, por povos autóctones, a exemplos dos Sarao, os Arawako, os Kariña, os Patamuná, os Arekuna, os Akawaio, os Wapishana, os Makushi e os Wai Wai, fluentes em línguas distintas do crioulo guianense e do espanhol venezuelano, além de ricos de manifestações culturais singulares.

Mediante essa inegável diversidade social e cultural que compõe o território de Essequibo, tal disputa territorial intergovernamental torna-se ainda mais contraditória, haja vista que, assim como no período da colonização europeia, vê-se a tentativa de traçar limites fronteiriços entre Estados, porém desconsiderando completamente os aspectos culturais e sociais dos povos que ali residem. Usando como ótica o pretexto do atual presidente venezuelano em escutar às vontades do povo venezuelano, observa-se, por ambos os lados, a falta de iniciativa de ouvidoria das populações que serão diretamente afetadas com a redelimitação territorial.

A exemplo da região do distrito guianense de Rupununi, situado próximo à fronteira tríplice entre Brasil, Venezuela e Guiana, observa-se uma aproximação maior em relação à cultura venezuelana, com, inclusive, um histórico de uma rebelião, ocorrida no dia 2 de janeiro de 1969, em apoio à ocupação venezuelana daquela região. Já as populações Macuxi e Wapichana, segundo Spies (2021) em sua obra acerca das vivências transfronteiriças desses povos, estão muito mais próximos da cultura guianense e brasileira, inclusive enfrentando sérios problemas com o reconhecimento de sua cidadania, haja vista que o governo guianense não prevê o direito à dupla cidadania. De acordo com Lima (2015), os indivíduos dos grupos Arekuna, Kariña e Arawako, embora sejam numerosos em ambas as regiões, têm uma presença histórica e cultural mais ligada à essência venezuelana, com o tronco linguístico com influências hispânicas. Em contraste, comunidades como os Wapishana, Makushi, Wai Wai e Patamuná têm uma presença mais forte na Guiana, alinhados ao dialeto crioulo e com influências anglófonas.

Mediante essas escassas informações, coletadas ao longo de limitados dados acerca da região, elucida-se a “ponta do iceberg” do conhecimento acerca daqueles povos e,

consequentemente, de quais medidas de delimitação territorial seriam mais lógicas a serem tomadas. Diante disso, ratifica-se o caráter multifacetado da região essequiba e dos povos que lá habitam, retomando as teorias do estudioso Yi Fu Tuan acerca da relação intrínseca de pertencimento ao lugar, de modo que se prova nítido que as disputas territoriais daquela região apenas terão resultados eficazes e definitivos quando as decisões oficiais levarem em conta tais fatores.

Ademais, sob a ótica da garantia dos direitos universais e das medidas de proteção aos direitos desses povos, cumpre traçar uma breve comparação entre ambos os países. Na Venezuela, a Constituição e a Lei Orgânica de Povos e Comunidades Indígenas (LOPCI) estabelecem uma base legal robusta para a proteção dos direitos indígenas, no entanto, sua implementação ainda enfrenta desafios consideráveis. De acordo com González (2023), a situação dos direitos indígenas na Venezuela é agravada por políticas que favorecem a expansão da mineração, frequentemente à custa dos direitos desses povos, de modo que, apesar das garantias legais, a falta de recursos e a ausência de um diálogo público contínuo têm dificultado a efetiva aplicação das políticas, resultando em uma cobertura insuficiente para as necessidades das comunidades indígenas.

Em contraste, a Guiana dispõe de uma estrutura legal que reconhece os direitos dos povos indígenas, com destaque para a Lei de Direitos dos Povos Indígenas de 2006, e seu governo guianense tem se empenhado em integrar as comunidades indígenas em suas políticas nacionais, promovendo o desenvolvimento sustentável e fortalecendo a identidade dessas comunidades. Segundo Bulkan (2016), os programas de desenvolvimento comunitário têm sido eficazes na promoção da inclusão social e econômica dos povos indígenas, embora persistam desafios relacionados à falta de infraestrutura adequada e a dificuldade de acesso a serviços essenciais, obstáculos significativos para a plena realização dos direitos indígenas na Guiana.

Dessa maneira, evidencia-se que, no panorama contemporâneo, a utilização da questão indígena como parte da argumentação territorial no conflito de Essequibo tem assumido um caráter perigoso, em uma instrumentalização das comunidades indígenas para fins políticos, desviando o foco das necessidades reais dessas populações e da obrigação de ambos os governos perante o compromisso mais consistente com a inclusão e o desenvolvimento das comunidades indígenas.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região de Essequibo, cuja soberania é disputada entre Venezuela e Guiana, representa um palco complexo de litígio, enraizado tanto em questões históricas quanto em implicações geopolíticas contemporâneas. A análise desenvolvida ao longo deste trabalho revela que o conflito transcende as simples disputas territoriais e econômicas, tocando profundamente na identidade cultural e espiritual das diversas populações indígenas que habitam a região.

Ao aplicar o conceito de “topofilia”, conforme proposto por Yi Fu Tuan, percebe-se que a ligação dos povos indígenas com a terra vai além de uma mera relação utilitária. Para os Sarao, Arawako, Kariña, Patamuná, Arekuna, Akawaio, Wapishana, Makushi e Wai Wai, a terra de Essequibo é um elemento central de suas identidades coletivas, carregando significados que foram construídos ao longo de gerações. Essa conexão intrínseca não é adequadamente considerada nas disputas de soberania atuais, onde a terra é frequentemente tratada como um recurso estratégico pelos Estados-nação em conflito.

A análise histórica deste estudo demonstra que as raízes do conflito remontam ao período colonial e se intensificaram com o Acordo de Genebra de 1966, culminando nas recentes movimentações diplomáticas de 2024. Contudo, a narrativa dominante nas negociações tem negligenciado as vozes e os direitos das populações indígenas, perpetuando uma abordagem que desconsidera a importância cultural e espiritual da terra para esses povos. O resultado é um processo de marginalização contínua, onde as necessidades e desejos das comunidades autóctones são subordinados aos interesses nacionais de Venezuela e Guiana.

Portanto, as conclusões indicam que a “topofilia” deve ser reconhecida como um elemento central nas discussões sobre a região de Essequibo, pois ela reflete a resistência dos povos indígenas em manter sua identidade e cultura frente às pressões externas. A preservação da conexão simbólica com suas terras é vital para a continuidade cultural desses grupos, o que implica na necessidade urgente de um reconhecimento internacional mais robusto dos direitos indígenas no contexto das disputas territoriais.

Adicionalmente, conclui-se que a demarcação internacional das fronteiras e as soluções propostas para a resolução do conflito precisam transcender os limites dos decretos e tratados formais. A transitoriedade ou adaptação das fronteiras deve ser acompanhada por um entendimento profundo da realidade vivida pelos habitantes de Essequibo, que não se identificam plenamente como venezuelanos ou guianenses, mas sim como membros de distintas populações autóctones, cada uma com seus hábitos, necessidades e aspirações próprias. Em suma, qualquer resolução que desconsidere essa realidade arrisca perpetuar o conflito e exacerbar as tensões na região, cujos conflitos entendem-se por décadas, urgindo uma intervenção eficaz e justa.

## REFERÊNCIAS

AVENDAÑO ALDANA, C. M. **Esequibo: la garantía de los derechos constitucionales de sus pueblos indígenas.** *Revista En Prospectiva - Universidad Yacambú*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 100-110, 2024. Disponível em: <https://revista.uny.edu.ve/ojs/index.php/en-prospectiva/article/view/375>. Acesso em: 9 sep. 2024.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR. Montego Bay: ONU, 1982. Disponível em: [https://www.un.org/depts/los/convention\\_agreements/texts/unclos/unclos\\_e.pdf](https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf). Acesso em: 10 set. 2024.

FENTY, Allan A. **Uma Introdução à Posição da Guiana sobre a Disputa Guiana/**

**Venezuela.** Ilustrado por Tyrone Dorris. Georgetown: Ministério de Brickdam Information, outubro de 1982. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20070302112029/http://www.guyana.org/spanish/Guyana\\_mycountry.html](https://web.archive.org/web/20070302112029/http://www.guyana.org/spanish/Guyana_mycountry.html). Acesso em: 09 set. 2024.

FOLHA DE S.PAULO. **Plebiscito na Venezuela que reivindica território da Guiana tem 95% de apoio.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/12/plebiscito-na-venezuela-que-reivindica-territorio-da-guiana-tem-95-de-apoio.shtml>. Acesso em: 09 set. 2024.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Dados populacionais da Guiana e Venezuela.** Disponível em: [https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOORLD](https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOORLD). Acesso em: 10 set. 2024.

LANGER, Johnni. **O mito de Eldorado: origem e significado do imaginário sul-americano (século XVI).** Revista de História, n. 136, p. 25-40, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18809>. Acesso em: 25 set. 2024.

MOREIRA, Adriano. **Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494.** Nação e Defesa, 1994. Disponível em: <https://comun.rcaap.pt/handle/10400.26/1702>. Acesso em: 25 set. 2024.

MÜNSTER. Tratado de. 1648. Disponível em: <https://www.dipublico.org/3654/treaty-of-munster-1648-en-espanol/>. Acesso em: 10 set. 2024.

RALEIGH, Walter. **The Discovery of the Large, Rich, and Beautiful Empire of Guiana: With a Relation of the Great and Golden City of Manoa.** Performed in the Year 1595, by Sir W. Raleigh, Knt; Reprinted from the Edition of 1596, with Some Unpublished Documents Relative to that Country. Hakluyt Society, 1848.

SCHOENRICH, Otto. **The Venezuela-British Guiana Boundary Dispute.** American Journal of International Law, Washington, DC, v. 43, n. 3, p. 523, jul. 1949. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2193896>. Acesso em: 10 set. 2024.

SOUZA, Wanessa de. **As Grandes Navegações e o Descobrimento do Brasil.** PEGFAFICH, 2007. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/asgrandesnavegaoeseodescobrimentodobrasil.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um Estudo sobre Percepção Ambiental, Atitudes e Valores.** Princeton University Press, 1974.

VENEZUELA. **Ata da independência da Venezuela de 1811.** Universidad Central de Venezuela. Disponível em: [http://www.ucv.ve/fileadmin/user\\_upload/BicentenarioUCV/Documentos/Acta\\_de\\_la\\_independencia\\_de\\_Venezuela\\_de\\_1811-1\\_1\\_.pdf](http://www.ucv.ve/fileadmin/user_upload/BicentenarioUCV/Documentos/Acta_de_la_independencia_de_Venezuela_de_1811-1_1_.pdf). Acesso em: 10 set. 2024.

VENEZUELA. **Informe dos expertos venezuelanos sobre a questão fronteiriça com a Guiana Britânica, 18 de março de 1965.** Arquivado do original em: 6 set. 2006. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20060906213024/http://www.mre.gov.ve/Esequibo/capituloII-010.htm>. Acesso em: 10 set. 2024.

VENEZUELA. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo de Genebra de 1966.** Disponível em: <https://web.archive.org/web/20070120221301/http://www.mre.gob.ve/metadot/index.pl>.

Acesso em: 09 set. 2024.

**VENEZUELA. Tratado de arbitragem entre os Estados Unidos de Venezuela e Sua Majestade a Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda acerca do limite entre Venezuela e a colônia de Guiana Britânica, celebrado em Washington, em 02 de fevereiro de 1897.** Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160331204231/http://esequibo.mppre.gob.ve/index.php/capitulo-i/7-antecedentes/3-tratado-de-arbitraje-entre-los-estados-unidos-de-venezuela-y-su-majestad-la-reina-del-reino-unido-de-la-gran-bretana-e-irlanda-acerca-del-limite-entre-venezuela-y-la-colonia-de-guayana-britanica-celebrado-en-washington-el-02-de-febrero-de-1987>. Acesso em: 09 set. 2024.

# JORNALISMO PRETO E A EMERGÊNCIA DE DISCURSOS ANTIRRACISTAS NAS MÍDIAS DIGITAIS

**Pâmella Rochelle Rochanne Dias de Oliveira<sup>1</sup>**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

**Geilson Fernandes de Oliveira<sup>2</sup>**

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

## RESUMO

O presente trabalho parte da perspectiva de que a mídia como um todo e, mais especificamente, o jornalismo, parafraseando Moraes (2022), podem ser meios de dismantlar bombas e de desconstruir olhares e discursos preconceituosos, historicamente moldados sobre sujeitos e grupos sociais. Esta compreensão advém da perspectiva de que os meios de comunicação e o jornalismo são instâncias sociais de poder simbólico, dotados de um fazer pedagógico (Sodré, 1990) na formação de valores e identidades sociais (Silva, 2014). Desta forma, a mídia não apenas veicula informações, para além disso se configura como um local privilegiado de produção de sujeitos, definindo, por vezes, quem são os diferentes (Fisher, 2005). De igual modo, teria o poder de contribuir para a desconstrução de olhares racistas e preconceituosos que limitam os sujeitos a estereótipos rasos. Assim, o trabalho se propõe a analisar como diferentes veículos de jornalismo preto e independente contribuem para a proliferação de discursos antirracistas nas mídias digitais. Para tanto, partimos do campo dos estudos discursivos foucaultianos em diálogo com os estudos étnico-raciais (Kilomba, 2019; Munanga, 1988; 2003 e Gonzalez, 1984; 2020), além de utilizarmos da perspectiva do jornalismo de subjetividade (Moraes, 2022). Nossa abordagem metodológica filia-se a arqueogenealogia foucaultiana. A partir da análise das materialidades recolhidas da *Revista Afirmativa* e dos portais de notícia *Alma Preta Jornalismo* e *Notícia Preta*, chegamos à percepção de que o jornalismo preto e independente reconfigura e estabelece novas relações de saber-poder sobre os sujeitos negros e seus corpos, ao passo em que denunciam as práticas racistas que incidem sobre eles e convocam seus leitores a uma atitude antirracista de não aceitação dessas práticas. Observamos, ainda, que assim como o racismo funciona e se revela através dos discursos (Kilomba, 2019), o antirracismo e a luta contra a discriminação e o preconceito também se materializam através dos discursos, na medida em que o discurso é atravessado por relações de saber-poder que instauram, fixam e perpetuam vontades de verdade.

**Palavras-chave:** Jornalismo preto; Antirracismo; Relações de saber-poder; arqueogenealogia.

## 1 INTRODUÇÃO

Partimos da crença de que a mídia como um todo e, mais especificamente, o jornalismo, parafraseando Moraes (2022), podem ser meios de dismantlar bombas e de desconstruir olhares e discursos preconceituosos, historicamente moldados sobre sujeitos e grupos sociais. Esta compreensão advém da perspectiva de que os meios de comunicação e o jornalismo são instâncias sociais de poder simbólico, dotados de um fazer pedagógico (Sodré, 1990) na formação de valores e identidades sociais (Silva, 2014). Desta forma, a mídia não apenas

<sup>1</sup> Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH), na mesma instituição. Pesquisadora do Grupo de Estudos do Discurso da UERN – GEDUERN. E-mail: pamella\_rochelle@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Estudos da Mídia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídias (PPGEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UERN). Pesquisador do Grupo de Estudos do Discurso da UERN – GEDUERN. E-mail: geilson\_fernandes@hotmail.com.

veicula informações, para além disso se configura como um local privilegiado de produção de sujeitos, definindo, por vezes, quem são os diferentes (Fisher, 2005). De igual modo, teria o poder de contribuir para a desconstrução de olhares racistas e preconceituosos que limitam os sujeitos a estereótipos rasos.

Nesse sentido, vemos surgir com notada força uma mídia negra e independente que, fazendo uso dos avanços tecnológicos e informacionais, passa a se consolidar e instituir cada vez mais uma comunicação antirracista e interseccional, sobretudo no campo do jornalismo, com veículos como o portal de notícias *Alma Preta Jornalismo*, *Mulheres da periferia*, *Notícia Preta*, *Revista Raça* (que apesar de já bastante consolidada também passa a possuir perfis nas redes sociais), *Revista afirmativa*, entre outros.

Dito isto, nosso objetivo é analisar como diferentes veículos de jornalismo preto/negro e independente contribuem para a proliferação de discursos antirracistas nas mídias digitais, bem como para a luta antirracista. Para isso, partimos do campo dos estudos discursivos foucaultianos em diálogo com os estudos étnico-raciais, numa proposta de enegrecer os estudos discursivos, ao passo em que fazemos uso de alguns dos seus principais conceitos. Nosso *corpus* de análise é constituído por três notícias veiculadas, respectivamente, pelos perfis no *Instagram* da *Revista Afirmativa*<sup>3</sup>, *Alma Preta Jornalismo*<sup>4</sup> e *Notícia Preta*<sup>5</sup>, as quais denunciam o agir discriminatório da sociedade na medida em que reivindicam para si e para seus leitores uma atitude antirracista. As notícias são, respectivamente: i) “Polícia baiana é a que mais mata no Brasil e 94,76% das vítimas são negras” (Revista Afirmativa, 2023); ii) “DF: Jovens negros são 90% dos internos nas instituições socioeducativas” (Alma Preta Jornalismo, 2024) e; iii) “Se liga nessas sugestões de leitura para fortalecer a **autoestima das nossas crianças negras**” (Notícia Preta, 2024).

## 2 PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Se propor a realizar uma análise discursiva centrada no método arqueogenealógico, o qual é fruto dos estudos discursivos foucaultianos, é se voltar para “a descrição do discurso com valor de acontecimento no interior dos diferentes jogos de poder-saber-si” (Navarro, 2020, p. 31), pois como a própria nomenclatura deixa ver, trata-se de um trabalho que passeia pelas diferentes fases do pensamento foucaultiano, a saber: a arqueologia e as genealogias.

Nessa perspectiva, somos convidados a pensar o discurso a partir de sua inscrição histórica, investigando as condições de possibilidade que levam a irrupção e circulação de determinado discurso em determinado momento. Foucault (2009) toma os discursos enquanto práticas descontínuas que formam sistematicamente os objetos de que falam, por vezes se cruzando, ignorando-se ou se excluindo, sendo sempre produzidos no âmbito das relações de poder. Desse modo, o trabalho do analista do discurso é reconhecer as

3 Disponível em: <https://www.instagram.com/revistaafirmativa/> Acesso em: 01 out. 2024.

4 Disponível em: <https://www.instagram.com/almapretajornalismo/> Acesso em: 01 out. 2024.

5 Disponível em: <https://www.instagram.com/noticia.preta/> Acesso em: 01 out. 2024

articulações que os discursos estabelecem com os poderes no processo de produção de verdades historicamente delineadas (Gregolin, 2016), o que se dá por meio de uma densa descrição e análise incrustada na própria materialidade discursiva, nos limites de sua existência.

Para tanto, é preciso compreender que o discurso se constitui a partir de um conjunto de enunciados que fazem parte de um determinado campo de saber. Nas palavras de Foucault (2008, p. 132): “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”. Assim, os conceitos de discurso, enunciado e formação discursiva caminham juntos, de modo que, para entender um é necessário conhecer o outro, ou seja, “[...] a análise do enunciado e da formação discursiva são estabelecidas correlativamente” (Foucault, 2008, p. 132).

O enunciado pode ser percebido, inicialmente, enquanto unidade elementar do discurso que não se reduz a uma estrutura, enunciação, proposição ou frase, sendo antes, “[...] uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis” (Foucault, 2008, p. 98). Desse modo, por enunciado se “quis definir as posições e funções que o sujeito podia ocupar na diversidade dos discursos” (Foucault, 2008, p. 225). Como elucubra Foucault (2008), um enunciado pertence a uma formação discursiva da mesma forma que uma frase pertence a um texto, no entanto, enquanto a regularidade da frase é definida pelas leis da língua a que pertence, a regularidade do enunciado é definida pela própria formação discursiva. Esta última se caracteriza menos por princípios de construção e mais por uma dispersão, “[...] já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência” (Foucault, 2008, p. 132).

Na segunda fase dos estudos foucaultianos, o pensador se debruça bem mais sobre o tema do poder e sua relação privilegiada com o saber, embora não esqueça ou deixe de lado toda sua teoria em torno do discurso. Pelo contrário, é justamente a partir da articulação entre estas duas fases (bem como com a terceira fase de estudos - a genealogia da ética) que o método arqueogenealógico ganha contornos e passa a ser considerado caro pelos comentadores e estudiosos da Análise do Discurso foucaultiana.

O poder, nessa perspectiva, não é tido como algo palpável que alguém detém sobre os demais sujeitos, nem está localizado apenas na figura do Estado ou em instituições oficiais, funciona, antes, como “uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras” (Machado, 1998). Foucault (1998, 2010) pensa o poder enquanto relações de força que se exercem, se efetuam e funcionam atravessando as relações humanas e práticas sociais, sendo, portanto, onipresente e produzido em meio às tramas históricas.

O poder é, então, tido enquanto “[...] luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa” (Foucault, 1998, p. 175). Funciona como uma espécie de maquinaria social que perpassa todas as estruturas da sociedade, pois está em toda parte, apresenta-se antes de tudo

como uma relação entre os sujeitos que ora o exercem, ora sofrem sua ação. Desse modo, mais do que a existência de um poder dominante, o que se tem é uma rede de micropoderes que penetram na vida cotidiana dos sujeitos, funcionando integrados ou não ao Estado e suas instituições (Foucault, 1998).

O saber, ou os saberes no plural, são compreendidos por Foucault (2008) como campos organizados que constituem um tipo de discurso que está em vias de se tornar uma ciência (Possenti, 2007, p. 12). Partindo dessa perspectiva, Revel (2005) assinala a existência de uma dupla articulação entre o poder e o saber, ao explicar que ao mesmo tempo em que o poder procura extrair um saber dos indivíduos, este saber extraído é constituído em meio a relações de poder. O saber, tido como uma construção histórica atravessada por relações de poder, acaba por produzir verdades que ganham forma e se estabelecem, por vezes, através das práticas discursivas (Veiga-Neto, 2007).

Para melhor compreendermos estas elucubrações, basta refletirmos sobre a época da colonização em nosso país, quando milhares de negros foram trazidos para serem escravizados. Nesse momento específico da história, as relações de saber-poder instituídas socialmente colocavam o sujeito negro na condição sub-humana, sendo considerado, por vezes, um ser inferior e diferente dos sujeitos brancos. A partir de então, toda uma construção histórica e social acabou por delegar certas verdades em torno dos sujeitos negros, os quais passaram a ser tidos como fortes e capazes de aguentar todo tipo de dor, como indivíduos violentos, mentirosos, ladrões, preguiçosos, etc., o que é evidenciado como uma construção discursiva que tinha o objetivo de enquadrar modos de ser negro e também de ver esses sujeitos, apontando para uma vontade de verdade específica. Hoje, com os avanços sociais, científicos, políticos, entre outros, sabemos que esse tipo de pensamento não deve ser aceito e que não existem raças superiores às outras, assim como se compreende que o próprio conceito de raça – existente somente a partir de sua construção discursiva, com vistas a produzir diferenças, fruto do interesse e política colonial - está defasado e foi substituído pela noção de etnia, como bem explica Munanga (1988, 2003). Assim, na contemporaneidade, em meio a relações de saber-poder específicas de nossa época, vemos surgir e se consolidar novas vontades de verdade em torno dos sujeitos negros e seus corpos. Algumas das quais, produzidas por esses próprios sujeitos.

Neste ínterim, partimos da percepção de racismo apresentada por Kilomba (2019) como uma realidade violenta que aflige os sujeitos negros, cotidianamente, de diferentes formas, a qual foi, por séculos, fundamental para o fazer político da Europa que começou com os projetos de escravização e colonização. Tal violência inscreve-se, a nosso ver, desde as microrrelações de poder (Foucault, 1998) espalhadas pelo corpo social, até as ações mais concretas do Estado, que, por um lado, manifestam-se através de uma negação contínua da cultura, costumes, ritos, estéticas e identidades do povo negro, arregimentando modos específicos de ser e de existir para estes sujeitos, os quais baseiam-se em estereótipos cristalizados socialmente (Gonzalez, 1984, 2020). Por outro lado, essa violência instala-se de modo efetivo, também, sobre os corpos dos sujeitos negros, em grande medida, através

de uma contínua implementação de necropolíticas que levam a constituição de topografias contemporâneas da crueldade reprimida, as quais reatualizam as plantações e colônias, onde o horror instaurava-se sob o olhar de todos e a tutela do Estado (Mbembe, 2018).

Considerando esse arcabouço teórico-metodológico, interessa-nos investigar a produção discursiva em torno das questões de raça produzidas pelas iniciativas alternativas e/ou independentes (Figaro, Nonato, 2017; 2021) de jornalismo preto, tais como a *Revista Afirmativa*, *Alma Preta Jornalismo* e *Notícia Preta*, tendo como base as publicações realizadas em seus respectivos perfis da rede social da internet *Instagram*. Tais iniciativas são eleitas como objeto de estudo levando em conta não somente a profícua produção de conteúdos distintos do jornalismo tradicional e hegemônico, mas também a quantidade de seguidores-leitores que possuem. Como recorte investigativo, tendo como base o viés qualitativo, descritivo e interpretativo, são selecionadas três publicações, sendo uma de cada iniciativa jornalística citada. Na sequência, é realizado um processo de tensionamento entre teoria e empiria, o qual é atravessado pela perspectiva teórico-metodológica dos estudos discursivos foucaultianos articulados com os estudos étnico-raciais.

### 3 ANÁLISES E DISCUSSÕES

A partir da análise das materialidades selecionadas, em diálogo com os conceitos e teóricos utilizados, chegamos à compreensão, ao lado de Kilomba (2019), de que o poder – entendido aqui enquanto relações de poder – é constituinte do racismo e, por isso, das manifestações racistas históricas, políticas, sociais e econômicas que delegam aos sujeitos negros “diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc. (Kilomba, 2019, p. 76). O que é visível nos próprios dados apresentados em duas das três notícias analisadas, que são: “Polícia baiana é a que mais mata no Brasil e 94,76% das vítimas são negras” (*Revista Afirmativa*, 2023); e “DF: Jovens negros são 90% dos internos nas instituições socioeducativas” (*Alma Preta Jornalismo*, 2024).

### Imagens 1 e 2 – Posts *Revista Afirmativa* e *Alma Preta Jornalismo*



Fonte: Prints produzidos a partir das páginas públicas da *Revista Afirmativa* e *Alma Preta Jornalismo* no Instagram (2024).

Na primeira publicação destacada, observamos uma série de enunciados que constitui o conteúdo discursivo e noticioso da *Revista Afirmativa*, com destaque para o título já indicado anteriormente, o qual aponta que “Polícia baiana é a que mais mata no Brasil e 94,76% das vítimas são negras”. Articulado com essas informações, outros enunciados se amalgamam, como a indicação da reprodução da música “Ismália”, do cantor e *rapper* Emicida com participação de Larissa Luz e Fernanda Montenegro<sup>6</sup>, cabendo ressaltar o viés de questionamento e crítica social ao racismo e violência sofrida pelo povo negro presente na letra dessa música. Além disso, no mesmo *post*, no centro visual da imagem que ilustra a publicação, temos um cartaz que, em letras maiúscula e de forma exclamativa, afirma que “O POVO NEGRO QUER VIVER!”, elemento visto como uma resposta aos dados inicialmente apresentados no que remete a violência policial do estado da Bahia, unidade da federação que possui a maior população negra do país<sup>7</sup>, e que tem em sua capital, Salvador, a cidade mais negra fora da África<sup>8</sup>. Aliado a esses enunciados, que trazem em si sempre outros enunciados (Foucault, 2008), observamos, ainda, no chapéu da notícia<sup>9</sup>, outro elemento discursivo que afirma: “PELE ALVO: A BALA NÃO ERRA O NEGRO”.

6 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4pBp8hRmynI> Acesso em: 01 out. 2024.

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/12/22/censo-2022-cor-ou-raca-municipios-da-bahia-1.ghtml> Acesso em: 01 out. 2024.

8 Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/novembronegro/noticia/2023/11/20/entenda-feriado-20-de-novembro-em-salvador.ghtml> Acesso em: 01 out. 2024.

9 Na área do jornalismo, o “chapéu” é definido como um texto breve e objetivo apresentado acima do título do conteúdo noticioso.

Na segunda imagem apresentada, advinda de publicação do perfil *Alma Preta Jornalismo* no *Instagram*, temos o enunciado “DF: Jovens negros são 90% dos internos nas instituições socioeducativas” (*Alma Preta Jornalismo*, 2024). Assim como na primeira publicação, outros elementos visuais e enunciativos são percebidos no *post* da iniciativa *Alma Preta Jornalismo*, com ênfase na imagem de um homem negro, de costas, atrás das grades. Em ambos os casos, seja na publicação da *Revista Afirmativa* ou da *Alma Preta Jornalismo*, é possível identificar enunciados que denunciam modos e regimes de poder que, de diferentes formas, continuam a arregimentar e a afetar os corpos negros a partir das relações de poder alicerçadas na herança do colonialismo, as quais ainda possuem fortes reflexos em nossa sociedade.

Cabe ressaltar, no entanto, o olhar distinto produzido pelas produções discursivas em análise. Isto porque tais iniciativas jornalísticas não somente informam ou reproduzem informações sobre as situações que envolvem as populações negras, mas as problematizam e produzem questionamentos, tal como ocorre quando em seu enunciado a *Revista Afirmativa* faz uso de uma música para acompanhar o *post*, o que pode vir a induzir reflexões sobre as diversas violências frutos do racismo que são impetradas aos sujeitos negros. Ou quando toma como ilustração principal de sua publicação, uma afirmação que pode ser vista como um protesto, assim como uma metáfora para um pedido de socorro – “O POVO NEGRO QUER VIVER!”, retomando neste enunciado um histórico que tem continuidade no tempo presente: a dizimação do povo preto – agora, realizada pelas forças policiais que, conforme indicado pela notícia, intentam em torno de uma “pele alvo” (que não é a alva ou branca), mas a preta, já que “a bala não erra o negro”. Importante ressaltar, nesse processo enunciativo, que o jogo de palavras entre pele alvo e pele alva está presente na letra da música de Emicida que é incorporada à publicação. Em uma de suas passagens, inclusive, o *rapper* menciona que “80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo”<sup>10</sup>.

Já a publicação da *Alma Preta Jornalismo*, por sua vez, a partir do mesmo viés, enuncia uma informação que produz um sentido de denúncia sobre uma realidade muitas vezes invisibilizada. Ao afirmar que “jovens negros são 90% dos internos nas instituições socioeducativas”, essa iniciativa jornalística problematiza o padrão de desigualdades que sustenta a nossa sociedade, a partir do qual as pessoas pretas, diante de problemas históricos que culminam com a falta de oportunidades, ainda constituem o principal grupo presente em instituições socioeducativas – asseverando a efetividade das relações de poder que dispõem sobre pessoas brancas e pretas. Acerca dessa publicação, cabe ainda mais uma leitura importante: a composição da imagem que ilustra a informação – composta por um sujeito negro de costas e atrás de grades, o que revela o cuidado da publicação tanto em não expor, quanto em não favorecer a produção de estigmas para o sujeito em questão, diferente do que comumente é visto em publicações de veículos tradicionais ou hegemônicos do jornalismo que, visando o espetáculo e o sensacionalismo, muitas vezes estampam em suas capas as imagens de pessoas pretas em situações de vulnerabilidade.

10 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4pBp8hRmynI> Acesso em: 01 out. 2024.

Com efeito, observamos que o jornalismo preto/negro e independente - especialmente as publicações dos veículos aqui analisados – reconfigura e estabelece novas relações de saber-poder sobre os sujeitos negros e seus corpos, ao passo em que denunciam as práticas racistas que incidem sobre eles e convocam seus leitores a uma atitude antirracista de não aceitação dessas práticas. Além disso, também se debruçam sobre assuntos específicos e importantes para a população negra, como é o caso da questão tratada na matéria “Se liga nessas sugestões de leitura para fortalecer a **autoestima das nossas crianças negras**” (Notícia Preta, 2024. Grifos do autor).

Imagem 3 – Post Notícia Preta



Fonte: Print produzido a partir da página pública da iniciativa jornalística *Notícia Preta* no *Instagram* (2024).

Na publicação da iniciativa jornalística *Alma Preta*, para além do enunciado já mencionado – “Se liga nessas sugestões de leitura para fortalecer a **autoestima das nossas crianças negras**” (Notícia Preta, 2024. Grifos do autor) –, temos uma produção verbo-visual que apresenta uma criança negra, com cabelos crespos e rosto sorridente. A análise discursiva dessa publicação aponta, a partir do enunciado verbal, para um sentido de formação antirracista por meio da proposição de leituras visando o fortalecimento da autoestima das crianças negras. Esse aspecto evidencia a necessidade de uma produção literária que contemple as características e identidades das pessoas pretas, respeitando a sua estética, cultura e história, visando favorecer o reconhecimento de vivências e experiências da população preta/negra. Isto, levando-se em consideração o fato de que, muitas vezes, a literatura compreendida como clássica ou tradicional tem a sua produção pautada pelo olhar do sujeito branco, homem e, muitas vezes, colonizador, o que na contramão da proposta do *post*, pode produzir a baixa autoestima das crianças, já que elas não se veem nessas histórias,

uma vez que quando há algum tipo de representação, as pessoas pretas geralmente estão em condições de violência ou subserviência.

Nesse sentido, a promoção de sugestões de leitura a partir de uma produção atravessada pela racialidade e pelas vivências do povo preto favorece o fortalecimento da autoestima das crianças pretas/negras. O olhar cuidadoso para essa questão, promovido pela *Alma Preta*, demonstra o espaço de lutas que constitui as relações de poder, assim como a própria questão do saber (Foucault, 2008), já que novos saberes – historicamente silenciados – são agora promovidos e agenciados. Esse processo assevera o sentido de que o discurso “[...] não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta [...]” (Foucault, 2009, p. 10).

Nessa esteira, ainda refletindo acerca das relações de saber-poder e tomando como base a imagem 3, levando em conta o seu aspecto visual, importa salientar a força e a representatividade da figura de uma criança – uma menina negra – com seus cabelos crespos e rosto sorridente como ilustração da postagem, o que produz uma imagem outra sobre as crianças – meninos e meninas – pretas, apontando para uma produção discursiva que questiona as ordens do discurso (Foucault, 2009) jornalístico e midiático que, com frequência, tem nas crianças brancas a principal mola propulsora para os sentidos da infância, ao passo em que crianças negras, quando visibilizadas, são apresentadas em sua maioria em situações que tendem a (re)produzir estigmas e estereótipos. Assim entendido, tem-se uma interlocução entre a imagem da criança preta, sorridente e feliz, com o autoconhecimento e reconhecimento que pode advir a partir da possibilidade de acesso a leituras que reflitam a sua história, o que conforme indicado, é mister para a promoção da autoestima de crianças pretas.

Observamos, ainda, que assim como o racismo funciona e se revela através dos discursos (Kilomba, 2019), o antirracismo e a luta contra a discriminação e o preconceito também se materializam através dos discursos, na medida em que o discurso é atravessado por relações de saber-poder que instauram, fixam e perpetuam vontades de verdade. Ademais, cabe ainda considerarmos a produção de uma subjetividade outra que é produzida a partir dos novos atravessamentos e sentidos engendrados pelas iniciativas jornalísticas analisadas. Reside nisso a importância da consolidação e do crescimento de um jornalismo negro, alternativo e independente, que tem como pano de fundo da sua linha editorial o antirracismo e a interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021).

O que nos leva diretamente para a necessidade de uma real discussão e implementação do que Moraes (2022) nomeia de Jornalismo de subjetividade, que, em linhas gerais, se propõe ao estabelecimento de uma prática jornalística não excludente, não racista, não sexista e não classista. A este respeito, Borges (2020, p. 18) parte do entendimento de que “raça e racismo são categorias que renovam as práticas midiáticas e questionam a comunicação em suas múltiplas faces”. A estudiosa nos convida a pensar como podemos fazer das subjetividades subalternizadas um tópico incontornável para a reconfiguração do campo da comunicação. Além disso, vale destacar, com base em Moraes (2022), que o jornalismo, enquanto um

espaço de lutas em torno da verdade, é também um campo que, sob o viés da objetividade, é atravessado desde sempre pela subjetividade, apesar da sua negação. Subjetividade esta que, muitas vezes, auxiliou na produção da desumanização das populações mais vulneráveis, como a preta, o que resultou na produção de estigmas e estereótipos. Nesse sentido, essa mesma subjetividade pode ser tomada para a produção de outros discursos e narrativas, tal como se pode observar a partir das iniciativas jornalísticas analisadas. Vale ressaltar, nesse contexto, que a subjetividade seria não uma perda, nem seria o único eixo de sustentação das práticas jornalísticas, tendo em vista que as suas técnicas e o apego aos fatos e à realidade devem ser premissas básicas, mas um ganho para o campo do jornalismo se considerando a produção de discursividades outras sobre a sociedade e suas complexidades, muitas vezes não contempladas pelo jornalismo tradicional e hegemônico.

Assim sendo, observamos que as iniciativas jornalísticas investigadas acabam por dar espaço e ênfase a matérias e assuntos que muitas vezes não são abordados pela grande mídia ou, quando o são, não possuem um tratamento e um olhar preocupado com a questão subjetiva (Moraes, 2022) e com um posicionamento antirracista.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, tivemos como objetivo analisar os discursos produzidos por iniciativas de jornalismo preto e antirracista nas mídias digitais. Para tanto, elegemos como recorte empírico de análise materialidades veiculadas pela *Revista Afirmativa* e dos portais de notícia *Alma Preta Jornalismo* e *Notícia Preta*. As análises apontam para uma produção discursiva que tensiona e problematiza, a partir do jornalismo alternativo e/ou independente, questões de raça em nossa sociedade.

Considerando os olhares em torno das materialidades investigadas, observamos um jornalismo outro que enuncia sobre questões étnico-raciais a partir de um lugar de produção determinado, o que tangencia problematizações, questionamentos e formas de representação particulares acerca da população preta, indo de encontro aos modos de produção discursiva e noticiosa dos veículos tradicionais e hegemônicos de jornalismo, o que é visto como um ganho, tendo em vista a ampliação das formas de se produzir e se noticiar em torno das relações étnico-raciais, do racismo e do antirracismo.

A análise do discurso desses aspectos evidencia as relações de poder e saber que alicerçam essas produções discursivas, ao mesmo tempo em que aponta para a produção de subjetividades que confrontam as ordens do discurso já estabelecidas a partir de outras formações discursivas já conformadas em nossa sociedade. Nessa perspectiva, tem-se a produção de discursos que, em meio aos processos de luta, buscam dar visibilidade a vivências e experiências que historicamente foram abordadas pelo viés do estigma e do estereótipo, além de problematizar tais enquadramentos, a fim de demonstrar um outro lado e evidenciar a pluralidade que é característica da população negra, apontando que se o racismo tem a sua constituição a partir do discurso e de suas práticas, o antirracismo

também deve tomar como base a produção de discursos outros que possam combater e enfrentar o racismo.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Rosana. Mídias, racismos e outras formas de destituição: elementos para o reposicionamento do campo da comunicação. In: CORREA, L. G. **Vozes Negras em Comunicação: Mídia, racismos, resistências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

FIGARO, R.; NONATO, C. Novos ‘arranjos econômicos’ alternativos para a produção jornalística. **Contemporânea**. Revista de Comunicação e Cultura, v. 15, n. 1, 2017.

FIGARO, R.; NONATO, C. (Orgs.). **Arranjos jornalísticos alternativos e independentes no Brasil: organização, sustentação e rotinas**. São Paulo: ECA-USP: Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. 2ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 19. ed. Ed. M. J. Marcionilo. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, - 7ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 13º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flávia Rios, Marcia Lima. Zahar: Rio de Janeiro, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244. São Paulo, 1984.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: uma análise de discursos que remonta à história para retoricar a filosofia. **Anais do III Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação (SEDIAR)**. 2016.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2ª edição, 2006.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MORAES, Fabiana. A subjetividade como uma proposta de decolonização do jornalismo brasileiro. In: MAIA, Marta; PASSOS, Mateus Yuri (Orga.). **Narrativas Midiáticas Contemporâneas: epistemologias dissidentes**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2020.

MOARES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Santa Catarina: Arquipélago Editorial, 2022.

MUNANGA, Kabelengue. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**. PENESB, Rio de Janeiro, 05/11/2003.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude Usos e Sentidos**. Editora Ática. 2ª edição, 1988.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. Renata Santini. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.

NAVARRO, Pedro. Estudos Discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discurso. **Revista Moara - Estudos Linguísticos**. Edição 57, Vol. 1/ ago-dez 2020.

OLIVEIRA, Pâmella Rochelle Rochanne Dias de; OLIVEIRA, Geilson Fernandes de; NOGUEIRA, Maria Adriana. Análise do discurso, Foucault e mídia: entrevista com Maria do Rosário Gregolin. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 7, n. 1, p. 201-207, jan./ abril. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/dialogodasletras/article/view/2982/1592>. Acesso em: 14 maio 2020.

POSSENTI, Sírio. Sobre dois conceitos de Foucault. **Revista do GEL**, São José do Rio Preto, v. 4, n. 2, p. 11-22, 2007.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução: Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

SODRÉ, Muniz. **A máquina de Narciso**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1990.

## VOZES DA FLORESTA: análise retórica de relatos de mulheres Yanomami sobre a luta pela terra e pela vida

**Beatriz Rodrigues Ferreira<sup>1</sup>**

Universidade de Franca

**Daniela Cristina Veríssimo Coeli<sup>2</sup>**

Universidade de Franca

**Luana Ferraz<sup>3</sup>**

Universidade de Franca

### RESUMO

Durante a colonização portuguesa, observou-se a destruição sistemática dos povos indígenas já estabelecidos no Brasil, resultado das relações étnico-culturais determinadas na época, e que conduziu, como consequência, a séculos de devastação ambiental e desrespeito pelos povos originários. Mais de quinhentos e vinte anos depois, o Brasil testemunhou um cenário parecido com o do período da ocupação do país. No início de 2023, foi nacionalmente divulgada uma tragédia humanitária com os yanomami, etnia indígena que habita a região Amazônica, mais especificamente, os estados do Amazonas e Roraima, fronteira com a Venezuela. Trata-se do maior território indígena do país, com aproximadamente, trinta mil habitantes. A chegada do garimpo ilegal gerou, na região, não só a destruição da floresta, como também da população local, que, mais uma vez, sofreu as consequências danosas da relação com o “homem branco”. Crianças mortas, mulheres violentadas e homens acuados pela chegada da “civilização” em suas terras. Este artigo propõe uma análise linguística de excertos de seis dos doze relatos de mulheres yanomami que compõem um capítulo do livro intitulado *Diários Yanomami – Testemunhos da Destruição da Floresta* (Dalmonego; Senra; Ramos, 2024), e que dão um panorama do que foram esses últimos anos de dominação branca em território indígena, em especial, pela perspectiva da mulher. Tais relatos foram colhidos no período de julho de 2021 a novembro de 2022, por meio de gravações, e traduzidos para o nosso idioma. Eles capturam o cotidiano e as emoções dessas indígenas frente à destruição da floresta e à violência infringida a elas e a suas famílias. Buscamos compreender quais paixões retóricas permeiam o discurso dessas mulheres e que poderiam mobilizar os auditórios, pró e contra a causa indígena, com vistas à persuasão, ou seja, o apelo ao emocional do outro. Utilizamos, para tanto, as teorias da retórica clássica aristotélica (2005), que se ancora na tríade discursiva *ethos* (imagem ética do orador), *pathos* (instância do auditório) e *logos* (o próprio discurso); como também, aproveitamos o aporte teórico das neoretóricas, com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Reboul (2004), Abreu (2009), Ferreira (2010), Fiorin (2016, 2021). Após as análises, constatamos que as oradoras recorreram, especialmente, a recursos retórico-passionais para levar os auditórios à defesa da causa indígena. Percebemos que as paixões do amor, da compaixão, da indignação, do ódio e do medo foram preponderantes para o encaminhamento argumentativo dos textos e que o *ethos* yanomami foi fundamental para o efeito de persuasão pretendido.

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística, da Universidade de Franca/SP. Graduada em Letras Licenciatura – Português/Inglês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava/SP. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Metropolitana de Santos. Pós-graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa pela Faculdade São Luís de Jaboticabal/SP. E-mail: biarf\_10@hotmail.com.

2 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística, da Universidade de Franca/SP. Bacharel em Direito pela Universidade de Franca/SP. Graduada em Letras pela Faculdade Campos Elíseos de Ribeirão Preto. Pós-graduanda em Neurociência pela Faculdade Campos Elíseos de Ribeirão Preto. E-mail: daniver.coeli@hotmail.com.

3 Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e graduada em Letras-Português e Ciências Biológicas pela mesma instituição. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Franca. E-mail: luana.ferraz@unifran.edu.br.

**Palavras-chave:** Retórica das Paixões; Mulheres Yanomami; Relatos Indígenas.

## 1 INTRODUÇÃO

“A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la” (Albert e Kopenawa, 2015, p. 06). A frase que inicia este artigo é de Davi Kopenawa Yanomami, xamã e líder político dos yanomami. Nela encontramos o cerne da luta indígena desde a colonização até a atualidade, a luta pela sobrevivência da natureza e, ao mesmo tempo, a preservação dos povos originários. A visão cosmológica indígena pode ser traduzida pela luta por uma sociedade justa e sustentável.

Tais atitudes integram hoje o que conhecemos por decolonialidade, entendida como combate ao pensamento colonial que insiste, séculos após a colonização, em estabelecer padrões culturais, sociais e econômicos, ou seja, formas de dominação branca, herdadas da concepção eurocêntrica e imposta aos países a ela submetidos.

No início de 2023, a mídia nacional revelou uma tragédia humanitária vivida pelos yanomami, etnia indígena que ocupa a região Amazônica, entre os estados de Roraima e Amazonas, além de partes da Venezuela.

De acordo com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a TIY (terra indígena Yanomami) possui cerca de 9,5 milhões de hectares e constitui o maior território indígena do Brasil. A área e as comunidades sempre sofreram algum tipo de exploração, mas a situação se agravou nos últimos cinco anos. Surto de malária, crianças desnutridas, mortes por covid-19, pneumonia, contaminação da água por mercúrio, falta de acesso aos serviços de saúde e a inércia (ou conivência) do governo da época diante da situação, eram algumas das denúncias veiculadas no início do ano de 2023.

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA) (2023) entre 2019 e 2022 quinhentas e setenta crianças de até cinco anos morreram de causas evitáveis em território yanomami, particularmente por desnutrição, quase 30% a mais que no período de 2015 a 2018. Noventa e nove dessas mortes teriam acontecido somente em 2022. Além disso, entre 2020 e 2021 foram notificados 40 mil casos de malária, em uma população de 30 mil indígenas. Outras informações davam conta da contaminação do solo e da água e da transmissão também de doenças infectocontagiosas, doenças respiratórias e doenças sexualmente transmissíveis.

Ademais, os yanomami perderam áreas em que pudessem desenvolver o cultivo da agricultura, tomadas pela mineração. Águas contaminadas impediam a pesca local e os serviços de saúde de que dispunham essas comunidades foram afetados. Parte da infraestrutura projetada para que a população indígena tivesse acesso aos atendimentos básicos, como pistas de pousos e postos de saúde, foi invadida pelos garimpeiros em proveito da atividade ilegal que exerciam no território (ISA, 2023).

A imprensa denominou a situação como “genocídio yanomami”, pois atribuiu a responsabilidade pela condição desses grupos ao então presidente, Jair Bolsonaro, acusando-o de facilitar e defender a invasão garimpeira. Esse processo não foi concluído. Fato é que os

povos yanomami já foram vítimas desse crime e carregam em suas memórias as marcas desse acontecimento. Em 1993, dezesseis yanomami foram mortos por garimpeiros e o episódio foi denominado “Massacre de Haximu”, único registro de genocídio indígena reconhecido pela Justiça Brasileira (ISA, 2023).

Em maio deste ano, o Instituto Socioambiental, em parceria com a Hutukara Associação Yanomami, presidida por Davi Kopenawa, lançou o livro *Diários Yanomami – Testemunhos da Destruição da Floresta* (Dalmonego; Senra; Ramos, 2024), que dá voz aos próprios indígenas sobre o dilema por eles enfrentado. Da obra, foram escolhidos depoimentos de mulheres dessa etnia para compor o escopo desta pesquisa. Os relatos traduzem, pela perspectiva da mulher, os efeitos, na terra e na gente, da invasão garimpeira e da omissão governamental ante à luta dessa população.

Nosso intuito foi o de investigar os recursos persuasivos empregados por essas mulheres em seus discursos com vistas a persuadir sobre a defesa da causa indigenista. Para tanto, utilizamos os postulados da retórica aristotélica, bem como o aporte teórico das neoretóricas e seus estudos sobre o texto. A escolha dessa teoria, em especial pela ótica da persuasão (apelo às respostas afetivas do auditório), se justifica pelo fato de que, de acordo com Aristóteles (2015), as paixões humanas podem atingir o julgamento humano sobre os fatos e estimular a plateia a agir sobre uma causa estabelecida.

Assim, nosso intento, é o de analisar os discursos indígenas, não com a pretensão de enquadrá-los à teoria linguística utilizada para as análises, mas com o objetivo de propor possíveis diálogos entre a retórica e o *corpus* da pesquisa, já que ambos partem de pressupostos epistemológicos distintos.

Posto isto, a partir da tríade retórica *ethos*, *pathos* e *logos* buscamos compreender como o discurso dessas indígenas, ordenado por expedientes passionais e outros recursos argumentativos, podem conduzir determinados auditórios a uma tomada de posição.

Para a pesquisa e apresentação dos dados apreendidos, utilizamos uma metodologia qualitativa, bibliográfica e analítico-descritiva.

## 2 RETÓRICA: evolução, aplicação dos gêneros discursivos e provas argumentativas

A Retórica surgiu na Grécia Antiga e foi primeiramente desenvolvida pelos sofistas como uma técnica para argumentar e alcançar objetivos específicos. Enquanto era amplamente reconhecida como a arte de se expressar de maneira eficaz, sua ética foi alvo de críticas por parte de filósofos como Platão, que a via mais como um meio de influenciar opiniões do que de buscar a verdade (Ferreira, 2023). Em defesa, Aristóteles conceituou a Retórica como uma ciência, definindo-a como o estudo “[d]o que é adequado, a cada caso, com o fim de persuadir” (Aristóteles, 2015, p. 62).

Hoje a teoria ganhou novos contornos e, além de ser amplamente estudada por pesquisadores renomados e importantes grupos de pesquisas, se aplica a uma multiplicidade de discursos que circulam em nossa sociedade.

Ao analisarmos sua forma de sistematização, é salutar estabelecer um elo entre a Retórica e seus três gêneros discursivos, vinculado ao conceito de auditório, que será, em nossas análises, representado pelo público-alvo do discurso, seja ele pró ou contra a causa indigenista. Reboul (2004, p. 47) facilita a compreensão sobre o auditório e sua finalidade: [...] o mérito de Aristóteles foi mostrar que o discurso pode ser classificado segundo o auditório e segundo sua finalidade.” Ao considerar o tipo de público, é possível determinar qual o tipo de enunciado que se estabelece.

Assim, temos três tipos de auditório e, segundo os estudos de Ferreira (2015, p. 22), os membros do auditório podem se comportar como juízes que analisam a causa no gênero judiciário; como assembleia visando a algo para o futuro no gênero deliberativo; e como espectadores, que analisam a inteligência do orador, se este sabe louvar ou censurar a situação ou a pessoa no gênero epidítico. Esses gêneros não são necessariamente “puros” e se inter-relacionam a depender do intendo persuasivo do orador.

Referenciadas as particularidades dos gêneros retóricos, exploraremos o conjunto de provas que os compõem. Para construir uma boa argumentação, pode-se utilizar dois tipos de provas, bem como empregar o tom adequado no discurso para alcançar o convencimento. Existem as provas artísticas e as provas extra artísticas. Como aponta Mateus (2018, p. 104), “Aristóteles foi o primeiro a abordar essa questão, afirmando que o orador dispõe de dois tipos de provas que o ajudarão a estruturar a argumentação”.

As provas extra artísticas dizem respeito ao que o orador traz consigo de forma externa ou física para fundamentar sua tese ao final, como por exemplo documentos, fotos, instrumentações auxiliares, apresentados com intuito de amplificar e conferir consistência à argumentação. No que diz respeito às provas artísticas, Mateus (2018, p. 105), destaca que “[...] os indivíduos mais persuasivos são capazes de transformar fatos frágeis em argumentos fortes e convincentes”. Portanto, o orador habilidoso é capaz de influenciar as opiniões do auditório de acordo com seus objetivos.

As provas artísticas estão ligadas ao que o orador domina em relação às suas vivências e sua bagagem intelectual, podendo ser de três tipos: *pathos*, *logos* e *ethos*. Mais uma vez, Mateus auxilia (2018, p.106): “Cada uma destas provas faz da Retórica uma arte específica dotada das suas próprias técnicas argumentativas. As provas artísticas [...] definem uma argumentação orientada pelo raciocínio rigoroso (*logos*), dirigida às emoções humanas (*pathos*) e baseada no carácter e probidade humanos (*ethos*)”.

Vejamos, pois, como na citação, que a prova artística do *pathos* está ligada às emoções do auditório, com a maneira com que o orador movimenta os sentimentos do seu interlocutor; o *logos* diz sobre a lógica do discurso e sobre sua configuração linguística, o que contempla a coesão, a coerência e a clareza do discurso em questão; e o *ethos* diz respeito à credibilidade do orador, ao quão confiável e digno de fé ele é (ou parece ser).

O orador pode persuadir o auditório utilizando diferentes tipos de argumentos que apelam à razão ou à movimentação das emoções. A eficácia da argumentação depende de como ele combina esses elementos para adaptar seu discurso à causa defendida. Haja vista

que, usando as estratégias corretas, pode ou não tornar o público-alvo mais receptivo às suas ideias.

Aristóteles (2015) afirmava que a argumentação poderia se valer de dois tipos de argumentos, aqueles baseados em raciocínios dedutivos e os baseados em exemplos. Muitos foram os continuadores de sua obra, que ampliaram e adaptaram esses conceitos, configurando o que chamamos hoje de neoretóricas. Entre eles temos Perelman e Tyteca (2005), que propuseram outros tipos de argumentos dos quais pode se valer um orador e que podem ser profícuos ao convencimento ou à persuasão. Entre esses recursos estão os argumentos por ligação ou dissociação de ideias. Destes, nos deteremos aos primeiros.

Existem três tipos de argumentos que se conectam: os quase-lógicos, os que estruturam a realidade e os que se baseiam na estrutura da realidade. Fiorin (2015) observa que os quase-lógicos têm semelhança com a estrutura de um raciocínio lógico. Segundo Perelman e Tyteca (2005), os argumentos que estruturam a realidade estão relacionados com o mundo objetivo e os sistemas de significação, logo evidenciam experiências específicas. Já os argumentos baseados na estrutura da realidade, de acordo com Fiorin (2015), referem-se à maneira como a realidade é organizada, fornecendo exemplos dessa organização, uma indução.

Outros expedientes argumentativos podem ser utilizados para engendrar uma argumentação eficaz, como recorrer à misericórdia, a coerção ou até a valores aparentemente verdadeiros.

A eficácia argumentativa dos enunciados (*logos*), também depende de como a reação afetiva do público (*pathos*) é influenciada, podendo gerar reações positivas ou negativas ao despertar determinadas paixões. Aristóteles (2015) descreve quatorze paixões capazes de alterar os julgamentos humanos e impelir à ação: cólera, calma, amor, ódio, temor, confiança, vergonha, impudência, favor, compaixão, indignação, inveja, emulação e desprezo.

Para evocar essas paixões, o orador pode utilizar recursos linguísticos conhecidos como figuras retóricas, como por exemplo a metáfora, a alusão e a personificação, que amplificam o poder de persuasão, ao estimular o sistema límbico, responsável por produzir as emoções (Abreu, 1999),

Com base nas considerações teóricas mencionadas, a aplicação bem-sucedida da teoria retórica ocorre quando um público está afetivamente receptivo e é conduzido por um orador confiável, que apresenta uma argumentação bem elaborada e clara. Portanto, avançaremos para a análise dos excertos das entrevistas com as mulheres yanomami, examinando quais argumentos e estratégias foram utilizados para evocar paixões em cada uma delas, objetivo principal deste artigo.

### 3 ANÁLISES DE EXCERTOS DO LIVRO DIÁRIOS YANOMAMI

Após apresentarmos as principais categorias argumentativas que serviram de suporte para esta pesquisa, passaremos à exposição das análises dos excertos. Conforme mencionado

anteriormente, os recortes escolhidos para este artigo são de depoimentos de mulheres yanomami, pois representam um grupo que sofreu, além dos efeitos da devastação da terra, as sequelas de abusos físicos e psicológicos por parte dos garimpeiros, conforme os relatos. Esses trechos demonstram como a argumentação dessas mulheres se estruturou, principalmente, em torno de recursos passionais com vistas à persuasão.

Podemos caracterizar esses discursos, de acordo com a teoria, como gênero retórico deliberativo, pois visam a conduzir os auditórios a uma ação futura: refrear a ocupação garimpeira em território yanomami e amenizar seus efeitos junto a essa população.

Os depoimentos foram coletados por meio de exposições orais, em dialetos originais yanomami, e transcritos para o português com o auxílio de pesquisadores da mesma etnia. Quanto ao processo de tradução os autores destacaram que no português há muitas diferenças entre a escrita e a fala e que, nos testemunhos do livro, buscaram conservar as marcas da oralidade, próprias da fala indígena, como repetições, jogos de perguntas e respostas, discurso direto, onomatopéias e expressões que marcam o início e o fim de um enunciado, sem que isso prejudicasse a compreensão daqueles que não são familiarizados com as línguas yanomami e sem violar a expressividade dos discursos ((Dalmonego; Senra; Ramos, 2024).

Portanto, esta pesquisa também buscou respeitar a manifestação linguística desses dizeres, como procurou apresentar, sob a égide retórica, a força persuasiva que reside no conhecimento empírico dessas mulheres e no ato ilocucionário dos enunciados, pois, conforme afirma Ferreira (2023, p. 49) “todo discurso é, por excelência retórico, uma vez que procura conduzir o auditório numa direção determinada e projetar um ponto de vista, em busca de adesão”. Tão relevante quanto a estruturação da argumentação, foi a construção do *ethos* yanomami que não é marcado no discurso, mas apreendido do enunciado (Fiorin, 2023).

A identidade das indígenas foi preservada para proteção dessa população.

Para as análises textuais foram considerados dois auditórios distintos e antagônicos; um que se coloca a favor dos indígenas e considera a luta dos povos originários uma questão de defesa a direitos incontestáveis. Já o segundo auditório é aquele que vê a população indígena como um entrave à modernização do país, concepção herdada do pensamento colonial que ainda hoje ressoa em nossa sociedade.

Depoimento de S. Y. (julho de 2021):

Os garimpeiros têm sempre uma vontade louca de transar. Quando disseram que eles estavam chegando, fiquei com medo. Por isso durmo angustiada desde que ouço falar dos garimpeiros. Minha mãe disse que eles se cortam, as crianças ficam de olhos esbugalhados de medo, e as pessoas não entendem o que acontece [...] (Dalmonego; Senra; Ramos, 2024, p. 207).

A construção retórica da primeira frase pode produzir em ambos os auditórios a paixão do medo, pois a expressão “vontade louca de transar” dos garimpeiros representa um comportamento irracional, um perigo certo. Aristóteles (2015) define o medo ou temor

como sentimento de dor ante um mal que se aproxima. Essa emoção é destacada pela oradora e tende a atingir ambos os auditórios.

A afirmação “por isso durmo angustiada desde que ouço falar dos garimpeiros”, pode desencadear nos dois auditórios a paixão da compaixão que, de acordo com Aristóteles (2015), também é entendida como uma sensação de dor, uma certa pena, por um mal ou violência infringidos a quem não os merece. E pode ainda provocar no auditório que apoia a causa indígena a paixão do ódio que, de acordo com Aristóteles (2015), é a dor sentida diante de malfeitores, de uma classe de pessoas, no caso, à classe dos garimpeiros.

O *ethos* yanomami começa a ser construído a partir da declaração “minha mãe disse que eles se cortam”, pois reflete a imagem de alguém que ouve os mais velhos, que os obedece e se submete a esses avisos. Tal atitude é característica da cosmovisão indígena, pois evidencia o respeito aos seus ancestrais e às histórias e tradições por eles repassadas, de geração em geração. Logo, um *ethos* de prudência e submissão, digno de credibilidade. Ao passo que, ao afirmar que os garimpeiros se cortam e “as crianças ficam de olhos esbugalhados de medo”, a oradora busca descredibilizar o *ethos* garimpeiro, configurando-o como violento e que representa o mal para a comunidade, em especial para as crianças. Mais uma vez a paixão do medo movimenta os auditórios.

A descrição “as crianças ficam de olhos esbugalhados”, pode provocar nas mulheres de cada auditório uma ideia de familiaridade, levando-as a associar as crianças indígenas a seus próprios filhos, e a familiaridade, de acordo com Aristóteles (2015), pode suscitar a paixão do amor que, ainda em termos aristotélicos, compreende o desejo de fazer o bem a alguém que nos é caro, e por causa desse alguém, e não de nós mesmos, e se esforçar para que esse bem ocorra. Há aqui uma identificação com a ideia de maternidade e, nesse ponto, a paixão da compaixão também atinge a audiência feminina diante do sofrimento injusto imposto às mães indígenas e suas crianças; e ainda a paixão da indignação, que é a dor sentida diante de méritos imerecidos (Aristóteles, 2015), neste caso, o domínio garimpeiro sob uma população fragilizada.

A afirmação de que “as pessoas não entendem o que acontece” pode despertar no auditório anti-indigenista a paixão da vergonha, definida por Aristóteles (2015) como pesar diante de vícios ou comportamentos que resultem em perda de reputação. Pela declaração pode-se pensar que apoiar a invasão garimpeira é vergonhoso, pois defende-se uma atividade que atinge uma população vulnerável diante da conduta violenta desses garimpeiros. Essa última frase pode ainda despertar, agora em ambos os auditórios, a paixão da indignação e da compaixão já descritas no texto.

A mesma oradora ainda assevera: “Crio meus filhos apenas com os recursos da floresta. Coleta frutos e os alimento. Nós não nos alimentamos das comidas de branco, criamos nossos filhos com os alimentos da floresta, então não gostamos dos garimpeiros, não os queremos” (Dalmonego; Senra; Ramos, 2024, p. 213). Neste trecho notamos um argumento que recorre aos valores da cosmologia indígena, como a sustentabilidade e o respeito à natureza; consome-se apenas o que é necessário. De acordo com Fiorin (2023, p. 215)

“apresentar um argumento como sendo da ordem da normalidade ou do bom senso é expô-lo como sendo do domínio do que não pode ser contestado, do que é evidente, do que é aceito por todos os que são normais ou têm juízo”.

Esse argumento, além de bastante verossímil, o que nas palavras de Perelman e Tyteca (2005) orbita no campo do provável, pode ainda despertar nos auditórios pró e anti-indígena, mais uma vez, a paixão da vergonha, pois há nele uma crítica implícita ao modo de viver da sociedade capitalista.

No excerto a seguir, a yanomami faz uso de argumentos de definição que, de acordo com Fiorin (2023) está entre os argumentos quase lógicos fundados no princípio de identidade, pois não há uma só maneira de se definir um objeto, ao contrário, a maneira de definir depende da finalidade argumentativa. Vejamos: “nós não transamos com os garimpeiros, não queremos que nos façam sofrer. São seres maléficos, diferentes. Se fossem gente boa... Mas seus genitais são venenosos... Não queremos ser mortas. Se eles não fossem portadores de doenças nós os deixaríamos morar aqui” ((Dalmonego; Senra; Ramos, 2024, p. 215-217).

Os argumentos de definição se apresentam em dois momentos nessa citação. Primeiro, na parte em que ela define o que são os garimpeiros: seres maléficos, diferentes. E no trecho em que ela define a essência de seus genitais: “venenosos”. Segundo Fiorin (2023, p. 22-23) “as definições impõem um determinado sentido, estão orientadas para convencer o interlocutor de que um dado significado é aquele que deve ser levado em conta”.

Os vocábulos “maléficos”, “venenosos”, “mortas” e “doenças” podem despertar em ambos os auditórios as paixões medo e da compaixão; além de poder suscitar no auditório favorável ao garimpo a paixão da vergonha.

Passemos à observação dos expedientes argumentativos no depoimento de N.Y. (novembro de 2021):

[Há tempo], nossas árvores já apodreceram, nossa lenha acabou. Por isso, nós, as velhas, estamos preocupadas. Vocês jovens, talvez duvidem, mas nós achamos que vamos passar fome porque vão destruir nossos alimentos. É por isso que estamos apreensivas. A terra está contaminada. Quando os excrementos e os poluentes dos garimpeiros descem pelas águas do rio, nós temos problemas intestinais, adoecemos. (...) temos doenças de ouvido, de estômago, sofremos com malária, epidemias, doenças de pele. Não queremos isso (Dalmonego; Senra; Ramos, 2024, p. 219).

Percebemos nesta exposição a presença de um argumento de causalidade, que está sob o domínio dos argumentos fundamentados na estrutura da realidade, quando a oradora afirma que, como as árvores já apodreceram e a lenha acabou, os grupos yanomami irão passar fome e seus alimentos serão destruídos. Fiorin (2023, p. 159) esclarece: “a causa imediata é razão próxima pela qual um dado efeito é produzido”, assim, a causa imediata da falta de alimento para os indígenas é o apodrecimento das árvores e a poluição das matas e rios. Porém, tal efeito é resultado do encadeamento de ações que a atividade garimpeira provoca há anos no local, esta seria a causa longínqua (Fiorin, 2023). Desenvolver uma relação de causalidade é bastante persuasivo, sob a aparência de proposição incontestável.

Em seguida a oradora recorre a um *argumentum ad misericordiam*, que consiste em apelar à piedade, ao mostrar alguém como digno de pena (Fiorin, 2023). Esse recurso argumentativo, de acordo com o autor, explora o sentimento de culpa.

Avaliemos como esse discurso se apresenta: “se eu soubesse escrever como vocês [pesquisadores e pesquisadoras alfabetizadas], sempre mandaria notícias alertando e denunciando” (Dalmonego; Senra; Ramos, 2024, p. 219). A culpa, então, tende a despertar nos auditórios pró e anti-indígena as paixões da vergonha, por se manterem indiferentes ao sofrimento desses povos, mesmo dispondo de meios para denunciar tais violências; como também a paixão da compaixão, diante da dificuldade dos nativos de revelar a situação às autoridades.

Quando os garimpeiros ficam por perto, eles pegam as mulheres. Os peixes, por causa da água poluída, ficam com os olhos lamacentos. Antes, eles eram fígados quando os olhos estavam limpos. Era assim que pescávamos com linha e comíamos pacamú. Quando a água era limpa e os peixes enxergavam bem. Com a linha de pescar, podíamos comê-los, mas agora, não os comemos mais. Dessa maneira, as coisas ficaram muito ruins, e nós não queremos os garimpeiros. No passado, eles nos causaram muitos transtornos. Nós sabemos de tudo isso, por isso, não os queremos (Dalmonego; Senra; Ramos, 2024, p. 221).

A primeira declaração do excerto tem forte apelo ao *pathos*, pois ao afirmar que os garimpeiros “pegam as mulheres” o discurso conduz à interpretação de que eles as dominam à força e as submetem a atos involuntários. Portanto, o vocábulo “pegar” pode suscitar as paixões do ódio, da indignação e da compaixão nos dois auditórios considerados para a análise, diante da violência a elas infringida.

“No passado, eles nos causaram muitos transtornos”, essa alegação pode ser interpretada como uma alusão aos rastros deixados pelo garimpo há décadas, inclusive à chacina yanomami ocorrida em 1993. De acordo com Abreu (1999, p. 136) alusão, tomada como um recurso de linguagem “(do latim *allusione* = ação de brincar com) é uma referência a um fato, a uma pessoa real ou fictícia, conhecida do interlocutor”. Fundamentar um argumento em fatos passados tem um poder persuasivo bastante pertinente.

No depoimento de F.Y. (novembro de 2021) podemos também observar o emprego do recurso de alusão, quando a oradora afirma já conhecer os resultados da ocupação dos mineradores em território yanomami: “Eu já sei disso de tudo isso há tempos. Não sou irresponsável, há tempo eu os conheço. O rastro deles é extenso, trazem diarreia, epidemias e os nossos filhos adoecem, sofrem. Portanto, eu não gosto nada dos garimpeiros (Dalmonego; Senra; Ramos, 2024, p. 223).

No excerto acima, os vocábulos “diarreia” e “epidemias” podem provocar nos auditórios as paixões do medo e da compaixão, além de representarem as causas imediatas das consequências que são apresentadas em progressão de efeitos: os filhos primeiro adoecem, depois morrem. Novamente observamos o uso do argumento pragmático de causa e consequências, sendo estas resultado de causa primária, a ocupação do território yanomami iniciada há décadas.

Os verbos “adoecer” e “morrer” podem, novamente, despertar nos auditórios femininos, a favor e contra os indígenas, a paixão do ódio, do amor e da compaixão esclarecidas mais acima.

No depoimento de S.Y. (novembro de 2021) verificamos um forte apelo ao *pathos*: “Eles são muito maus, sim, trazem epidemias que nos matam. Forçam-nos a ter relações sexuais com eles, o que nos dá medo e os nossos velhos falam disso. Eu os escuto, por isso eu sei. Estou preocupada porque não sou irresponsável” (Dalmonego; Senra; Ramos, 2024, p. 229).

A afirmação de que os garimpeiros são “maus” e “forçam-nos a ter relações sexuais com eles”, mais uma vez, provoca em ambos os auditórios as paixões do ódio, da indignação e da compaixão. Além de, no enunciado, percebermos uma amplificação do *ethos* yanomami, prudente, injustiçado, desrespeitado.

Recurso linguístico bastante presente nos discursos até aqui analisados, o argumento pragmático de causa e consequência surge novamente, estruturado por proposições incitativas, pelas quais argumenta-se através das possíveis consequências, positivas ou negativas, de uma ação (Fiorin, 2023).

“Eu não sou boba, sou esclarecida. Temos os nossos filhos. Se eles adoecerem, todas nós vamos carregar crianças desnutridas, sofrendo muito. Isso eu não quero! Eles contaminam a floresta, espalham lixo, envenenam a terra. Por todo esse mal que fazem, eu não gosto dos garimpeiros e fico apreensiva” (Dalmonego; Senra; Ramos, 2024, p.229). As crianças desnutridas e adoentadas é a consequência negativa de não se coibir a aproximação dos garimpeiros a essas comunidades.

Na citação, podemos observar a figura retórica denominada personificação, na qual há um “alargamento do alcance semântico de termos designativos de entes abstratos ou concretos não humanos pela atribuição a eles de traços próprios do ser humano”. A personificação tem caráter metafórico. Essa figura de linguagem está em consonância com a cosmologia indígena que admite a terra como um organismo vivo, no qual há uma interação e interconexão entre os seres que a compõem. No trecho em que a oradora afirma “envenenam a terra”, em sentido literal, podemos entender como a degradação do solo pela contaminação de minérios e poluentes; mas em plano metafórico, envenenar a terra pode significar a morte desse ser vivo, de acordo com a cosmovisão indígena, o que suscitaria nos auditórios as paixões do medo e da compaixão.

Observemos o penúltimo fragmento analisado:

Os garimpeiros carregam malária. Urinam e defecam na água e estragam os rios. Fico pensando sobre isso. Você consegue reagir contra os garimpeiros? Tenho medo das doenças, da malária, da dor de barriga, das infecções intestinais. As crianças vomitam, até os adultos adoecem. Eu tenho medo, tenho medo do sangue nas fezes (Dalmonego; Senra; Ramos, 2024, p.233).

Na citação, a oradora constrói o *ethos* do garimpeiro a partir da afirmação “os garimpeiros carregam malária. Urinam e defecam na água e estragam os rios”, de modo a produzir no imaginário dos auditórios a figura de uma pessoa irresponsável, sem consciência ambiental e individualista.

Os verbos “urinar” e “defecar” provocam, em ambos os auditórios, sensações de nojo e antipatia, o que pode desencadear a paixão da vergonha nos apoiadores da ação garimpeira, e da indignação e do ódio nos auditórios pró-indígena.

“Você consegue reagir contra os garimpeiros?” – a oradora utiliza um recurso da oralidade indígena que pode ser entendido como uma pergunta retórica, a qual “apresenta o argumento em forma de interrogação” (Reboul, 2004, p. 135) e não exige necessariamente uma resposta, mas pode suscitar em ambos os auditórios a paixão da vergonha, por permanecerem indiferentes à causa indígena, como também as paixões do medo, da compaixão e da indignação, tão evocada pelas falas indígenas.

No trecho “tenho medo das doenças, da malária, da dor de barriga, das infecções intestinais. As crianças vomitam, até os adultos adoecem.” Percebemos, mais uma vez, a utilização de um argumento pragmático de causa e consequência que, por ser bastante verossímil, tem forte poder persuasivo (Ferreira, 2015); a causa é apresentada pelo encadeamento das doenças citadas, a consequência, crianças e adultos em sofrimento e perigo de morte. Além de, a princípio, provocar nos auditórios a paixão do medo (referida no próprio discurso) e, no auditório anti-indígena, mais uma vez, a da vergonha, a presença do vocábulo “criança” no fragmento tende a provocar nos dois auditórios as paixões da indignação, da compaixão, do ódio e do amor.

“Eu tenho medo, tenho medo do sangue nas fezes.” – o termo “sangue” tem forte impacto no *pathos*, traz à memória dos leitores/ouvintes a cor vermelha, a qual é sinal de alerta, precaução (Farina, 1986). Tal referência fomenta as paixões do medo, da indignação e da compaixão nos auditórios pró e anti-indígena. E mais, uma vez, provoca no segundo a paixão da vergonha.

Para encerrar os excertos, trouxemos uma passagem em que figuram os principais recursos utilizados nos demais fragmentos aqui analisados.

Os garimpeiros são muito irresponsáveis, corromperam nossos filhos, deram cachaça e estragaram meu Agente Indígena de Saúde. Por isso, tenho raiva deles. Fico furiosa ao ver meus filhos se acabarem, por isso vim aqui cobrar de vocês, brancos.

“Quando os garimpeiros estão por perto de nós, eles se comportam muito mal e querem nos assediar. Além disso, fazem uma grande devastação na nossa Terra Yanomami. Por isso, nós, que somos os verdadeiros habitantes da floresta, somos contra eles, grandes poluidores (Dalmonego; Senra; Ramos, 2024, p. 243).

O *ethos* de pessoa irresponsável e malfeitor do garimpeiro abre o discurso. Em “corromperam nossos filhos, deram cachaça”, mais uma vez, os auditórios podem ser afetados pelas paixões do ódio e da compaixão. Novamente, a audiência feminina é tocada pela familiaridade com o termo “filhos”. A palavra “cachaça” pode fomentar a paixão da indignação, pois as comunidades indígenas não têm contato com esse tipo de bebida alcoólica, o que poderia provocar nesses jovens problemas de saúde e comportamentais. “Estragaram meu Agente de Saúde Indígena de Saúde” faz referência ao órgão responsável por garantir os serviços de tratamento e prevenção de doenças para essa população e que foram tomados pelos invasores. A alusão a esse ato criminoso pode despertar no auditório pró indígena a

paixão do ódio e da compaixão; no auditório favorável à invasão das terras, as paixões da vergonha e da compaixão.

“Por isso vim aqui cobrar de vocês, brancos” caracteriza um *argumentum ad baculum* (argumento que apela para o porrete) que “é um argumento voltado para futuro, pois o enunciador força o enunciatário a aceitar sua proposta, recorrendo a uma ameaça, a uma proibição, a um valor negativo” (Fiorin, 2023, p. 242). Além de intimar os brancos à ação, a passagem tende a despertar nos auditórios as paixões da vergonha e do medo.

O início do segundo parágrafo intensifica o *ethos* garimpeiro como ameaçador e violento, o verbo “assediar” desperta, reiteradamente, as paixões do ódio, da compaixão e do medo em toda a audiência.

A última construção retórica utiliza argumentos de definição que buscam não deixar dúvidas sobre os sentidos propostos e a tese a ser defendida em todos os excertos: os yanomami como “os verdadeiros habitantes da floresta” e a definição dos garimpeiros como “grandes poluidores”.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos analisados tocam em uma questão polêmica, portanto retórica, que traz à tona reflexões sobre a temática indígena, os conceitos de decolonialidade e colonialidade que subjazem esses enunciados e a luta desses povos pela terra e pela vida, luta esta que tem resultado na polarização da sociedade que ainda se divide entre os apoiadores dos nativos, por uma consciência de direitos fundamentais e incontestáveis dos povos originários e aqueles que apoiam as bancadas do agronegócio e do garimpo voltadas para interesses próprios e ideologicamente corrompidos.

Pela perspectiva da mulher yanomami, percebemos que o discurso indígena se estruturou, principalmente, pautado em recursos passionais, os quais movimentaram determinadas paixões, como o medo, a vergonha, o ódio, a compaixão, a indignação e o amor, nesses auditórios pró e anti-indigenistas, com o objetivo de incentivá-los à ação em favor da causa indígena. O conhecimento empírico das indígenas conferiu aos enunciados a amplificação do *ethos* yanomami.

Pudemos constatar que, ainda que tais oradoras não possuam conhecimento teórico a respeito das categorias argumentativas aqui apresentadas, construíram os discursos a partir de uma argumentação prática que se assenta no conhecimento interacional e ilocucional, ou seja, que se assenta nos propósitos da produção desses discursos.

Deste modo, observamos que a argumentação indígena, para além dos recursos passionais, foi sustentada também por raciocínios de causalidade e consequência, o que, sob a perspectiva da teoria aqui aplicada, tem forte poder persuasivo e torna esses discursos retóricos por excelência.

Importante ressaltar que, longe de querer submeter os discursos aqui analisados ao escrutínio de uma teoria exógena, o intuito da pesquisa é o de fomentar discussões e ampliar

possibilidades de leitura, uma vez que esses discursos não circulam apenas em território yanomami, mas se destinam a extrapolar os limites dessa comunidade e buscar auditórios que partilham de outros construtos ideológicos, de uma epistemologia eurocêntrica e ocidental. Assim, buscamos estabelecer um diálogo possível entre a perspectiva da decolonialidade e a nossa fundamentação teórica principal.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. S. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

ALBERT, B.; KOPENAWA, D. **A queda do céu**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2015.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução do grego de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015. (Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento; v. 1).

DALMONEGO, C.; SENRA, E.; RAMOS, A. **Diários yanomami: Testemunhos da destruição da floresta**. 1. ed. São Paulo: ISA Instituto Socioambiental Hutukara Associação Yanomami, 2024.

FARINA, M. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 1986.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

FIORIN, J. L. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2021.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Povo Yanomami: Com um mês de atuação, Casa de Governo registra redução de quase 95% de novas áreas degradadas para garimpo**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/povo-yanomami-com-um-mes-de-atuacao-casa-de-governo-registra-reducao-de-quase-95-de-novas-areas-degradadas-para-garimpo#:~:text=Com%20mais%20de%2009%2C5,%C3%A1rea%2C%20divididas%20em%20384%20aldeias>. Acesso em: 25 set. 2024.

G1. **Malária, pneumonia, desnutrição, contaminação por mercúrio: Fantástico mostra a tragédia humanitária na Terra Indígena Yanomami**. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/01/29/malaria-pneumonia-desnutricao-contaminacao-por-mercuro-fantastico-mostra-a-tragedia-humanitaria-na-terra-indigena-yanomami.ghtml>. 2023. Acesso em: 25 set. 2024.

ISA. **O que você precisa saber para entender a crise na Terra Indígena Yanomami**. 2023. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/o-que-voce-precisa-saber-para-entender-crise-na-terra-indigena-yanomami>. Acesso em: 24 set. 2024.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São

Eixo 4 - Língua(gens), espaços e memória

Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

# ANÁLISE TEMPORAL DE USO DA TERRA NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS DO PLANO DIRETOR DA CIDADE DE SÃO LUÍS - MA

**Charlestony Costa de Carvalho<sup>1</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

**Concilene Régia Nascimento Campos de Carvalho<sup>2</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

**Zulimar Marita Ribeiro Rodrigues<sup>3</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

O estudo buscou analisar as mudanças espaço-temporais da cobertura e uso da terra do ramal rodoviário da BR-135, rodovia construída para tornar o acesso mais rápido e com uma menor distância entre a entrada da cidade, a área destinada para o Distrito Industrial e os terminais portuários do Itaqui e Ponta da Madeira em São Luís, estado do Maranhão, por meio da classificação digital de imagens de satélite, para o período compreendido entre os anos de 2007 a 2022. O método utilizado foi à classificação supervisionada de imagens, por meio do software QGIZ. Os resultados mostram que após as mudanças realizadas no plano diretor da cidade em 2006, que incluíram parte da área de estudo como zona industrial, houve uma redução expressiva na cobertura vegetal na ordem de 25%, aparecimento de áreas de solo exposto e também um aumento nas áreas construídas em 45%, estas sendo ocupadas por grandes galpões, implementações de novas indústrias, além do aumento da ocupação por moradias.

**Palavras-chave:** Plano diretor, Ramal rodoviário, Classificação supervisionada, Distrito industrial.

## 1 INTRODUÇÃO

É notório que a expansão urbana tem alterado significativamente a paisagem e os ambientes naturais, as atividades humanas e sobretudo, as atividades econômicas tem trazido uma concentração de pessoas aos centros urbanos, isto tem influenciado o crescimento das cidades e traz mudanças territoriais consideráveis, diminuindo as diferenças sobre o que é urbano e rural.

De acordo com Santos (2007), a terra sofre interferências de diversos processos e fenômenos, que por sua vez vão desenhando a paisagem e tais fenômenos podem ser naturais ou antrópicos. Diante de tal afirmação, percebemos que o espaço está em constante mudança e, sua dinâmica está sempre se alterando, devendo ser observada sob uma ótica

<sup>1</sup> Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA, especialista em ensino de Geografia pela FAMART (2018), licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA (2020). E-mail: ccarvalho164@gmail.coml.

<sup>2</sup> Mestra em Cultura e Sociedade, pelo programa PgCult-UFMA (2020-2022), Especialista em Educação Ambiental- UEMA (2000-2002), Graduação em Turismo pela UFMA (1992-1998). E-mail: concilenecampos@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Possui graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Maranhão (1990), mestrado em Saúde e Ambiente pela Universidade Federal do Maranhão (2004) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2010). E-mail: [zulimar.marita@ufma.br](mailto:zulimar.marita@ufma.br).

espacial e temporal, levando em consideração as alterações históricas do local e seu estado atual.

O processo de urbanização brasileira se intensifica na segunda metade do século XX, devido ao avanço da industrialização, culminando assim em um crescimento das cidades e por muitas vezes crescimento desordenado, assim os problemas das cidades vêm se intensificando e questões relacionadas ao espaço urbano, vem sendo ocultadas diante da coalisão mercantilizadora do espaço.

Segundo Maricato (2000), o planejamento urbano brasileiro, não apresenta nenhum comprometimento com a realidade da cidade e daqueles que ali habitam, o comprometimento foi somente a uma parte da cidade, reproduzindo assim as desigualdades e privilégios.

A ocupação espacial tem crescido de forma exponencial, isso em decorrência do modelo homogêneo contemporâneo, tornando o desenvolvimento que se baseia na sustentabilidade quase ilusório, no que se refere aos recursos naturais renováveis (Santos, 2005)

Para Santana e Araújo (2017), o solo se apresenta como um recurso natural de alta relevância social, ambiental e econômica, práticas inadequadas quanto ao seu uso, principalmente quanto a sua ocupação, são responsáveis pela grande degradação, contribuindo assim para a perda de solo e baixa produtividade agrícola, os autores refletem ainda quanto ao processo de erosão causado pela perda de cobertura vegetal, ocasionando assim enxurradas nos momentos de chuva.

Os autores ainda destacam que a vegetação, independentemente de seu tamanho, possui raízes que propiciam a estabilidade do solo, significando que as árvores são como guarda-chuvas, sendo a vegetação um redutor de velocidade das águas de escoamento superficial.

Nesse contexto é que analisaremos um recorte espacial da cidade de São Luís, buscando perceber as mudanças que ocorreram no período composto entre os anos de 2007 e 2022, fatos ocorridos após a revisão do Plano Diretor da cidade instituído em 2006, em que transformaram áreas antes com características rurais, em áreas industriais, utilizaremos parâmetros como solo exposto, área de cobertura vegetal e área construída, para definir as possíveis mudanças ocorridas na paisagem no período citado.

## 2 MATERIAIS E METODOS

Essa pesquisa se caracteriza por apresentar um estudo de caso de uma área da cidade de São Luís, estado do Maranhão e possui um caráter exploratório.

Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica, que possibilitou a construção de uma base teórica sobre uso e ocupação dos solos nas cidades, ocupação urbana, plano diretor, possibilitando o entendimento sobre os usos da terra e sua utilização pela sociedade.

Segundo Roter (2007), o estudo de artigos científicos, nos dá a capacidade de realizar análises críticas e proporciona o entendimento sobre o “estado da arte” sobre um determinado assunto, do ponto de vista teórico e conceitual.

Como estratégia para a pesquisa, seguiu-se os seguintes passos:

**1º passo:** Na escolha do banco de dados, optou-se pelo banco de dados contido no sítio Google Acadêmico, realizou-se a pesquisa com palavras chave, uso e ocupação da terra, uso dos solos urbanos, ocupação urbana, plano diretor, plano diretor de São Luís.

**2º passo:** Leitura dos artigos encontrados na base de dados, foram eliminados artigos que se tratava apenas da temática ambiental, artigos de usos da terra rural e plano diretor de outras cidades.

**3º passo:** definição do recorte espacial e os anos em que seria feita a análise de possíveis mudanças, foi escolhida uma parte da cidade de São Luís que tinha características rurais na porção oeste da ilha do Maranhão, local este que contava com algumas comunidades e, que com as mudanças feitas no plano diretor da cidade, passam a ser consideradas áreas urbanas ou industriais.

**4º passo:** utilizou-se de 02 imagens, 01 obtida do satélite sentinel, direto da página (sítio) da Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e 01 obtida do satélite Landsat5, solicitada no sítio do IMPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, referente ao ano de 2007 e 01 referente ao ano de 2022, para comparação dos usos.

**5º passo:** foi utilizado o Software QGIS para o processamento das imagens de satélite, onde se fez a composição de bandas das imagens. Também foi utilizado um plug-in de denominação DZETZAKA, para que fosse realizado a classificação supervisionada das imagens e assim poder fazer a medição das possíveis alterações que ocorreram na área a ser analisada. Foram utilizados 03 parâmetros de classificação e para as análises: Solo exposto, área construída e área vegetada.

### 3 PLANO DIRETOR E SUAS MUDANÇAS

Aa mudanças nessa área ocorreram em função dos grandes empreendimentos como Alumar, Vale, pois tudo isso ocorre antes da cidade ter se quer um Plano Diretor, considerando que o primeiro foi em 1975, elaborado o Plano Diretor e seu respectivo Código de Zoneamento (Lei nº 2.155), pois segundo do prof. Luiz Eduardo Neves dos Santos:

Tal legislação se fazia necessária por dois motivos principais: 1. Preparar o espaço do município para receber os investimentos do Programa Grande Carajás e do Porto do Itaqui; 2. Ordenar e controlar a expansão populacional e urbana pelo uso adequado da terra com a criação de um sistema viário maior, em consequência do incremento de muitos conjuntos habitacionais via recursos do Sistema Financeiro de Habitação, Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Banco do Nordeste (BNB) (Santos, 2022, p.105).

De acordo com Santos, (2022), as zonas industriais foram destinadas praticamente todas a sudoeste e a sul do município, vislumbrando a área portuária, que se consolidaria na década de 1980, com a implantação da Vale, que na época era estatal e tinha como denominação Companhia Vale do Rio Doce e a Alumar, Alumínios do Maranhão.

Nos anos de 1990 várias cidades pelo Brasil implementam seus Planos Diretores, conhecidos como integrados e, estabeleciam princípios de organização territorial, São Luís não foi diferente, em 1992, foi aprovado novo Plano Diretor para o município, que estabeleciam novas regras para o ordenamento urbano e, citava em seu art. 8º, “a melhoria da qualidade de vida na cidade e a redução das desigualdades”, no art. 10, “a preservação dos recursos naturais do sítio urbano”, dentre outras.

Em 2006, após a revisão do Plano Diretor da cidade de São Luís, essa área sofre alterações significativas nos usos da terra, oficializados nesse documento, áreas antes com usos rurais passam a ter status de área industrial, o que muda por completo as feições da então área rural.

Com a consolidação da área portuária e a expansão das empresas que se utilizam do modal portuário de exportação, as transformações são mais acentuadas, pois um grande corredor logístico passa a cortar a área, ainda de forma discreta em pista simples, mas nos anos de 2010, foi feita a duplicação do acesso ao Porto do Itaqui, que de acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DENIT), foram investidos 65 milhões de reais nessa obra, recursos esse provenientes do PAC- Plano de Aceleração do Crescimento, (Denit, 2010).

Após a aprovação do plano diretor em 2006, o Conselho da Cidade de São Luís (CONCID), órgão constituído pelo poder público municipal e estadual e seguimentos da sociedade civil organizada, referenda um novo projeto para a cidade, que vem a influenciar não somente a vida das pessoas que residem na cidade, mas a produz efeitos sobre toda a Ilha do Maranhão.

Efeitos estes que mudam a formatação do uso e ocupação da terra e, uma das maiores mudanças foi à ampliação do perímetro urbano em cerca de 40% sobre áreas anteriormente rurais, tendo como um dos principais “avanços” a expansão de rodovias, ferrovias, áreas destinadas a imobiliárias e usos industriais, ao passo que produz mudanças em regiões já consolidadas durante anos com práticas rurais na parte sul, centro e oeste do município.

Estas novas delimitações não podem ser descritas em somente linhas imaginárias contendo separações entre campo e cidade, pois simplesmente uma expansão das áreas não vai mudar por si só as práticas que ali já ocorrem há muito tempo, podendo trazer prejuízos socioambientais enormes para as atividades agropecuárias que ali se desenvolvem.

O avanço do perímetro considerado urbano sobre áreas rurais do município, foi determinante para a transformações da área de estudo, pois em 2006, os usos anteriormente rurais passam a dar espaço para a expansão imobiliária, desmatamento de áreas antes vegetadas e por sua vez abre a região oeste da ilha para a implantação de indústrias, armazém e grandes empresas ligadas a exportação/importação de mercadorias.

Mudar a destinação de determinadas áreas da cidade pressupõe a criação de infraestrutura e serviços para que possam ser supridas as necessidades de atividades concentradas, bem diversificadas e complexas, que antes não faziam parte do contexto, pois estas novas destinações do uso do solo urbano, podem trazer prejuízos com a implementação

do transporte de mercadorias, produção e descarte de resíduos sólidos resultantes dos novos usos ali atribuídos.

O plano diretor de São Luís foi instituído pela lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006, objetivando entre outras coisas, “o controle da expansão do perímetro urbano do município, assegurar condições socioambientais da área rural e a permanência das comunidades centenárias e suas práticas produtivas e culturais ligadas a terra e ao mar”, (SÃO LUIS, lei nº 4669/2006)

Diante disso, percebemos que já instituído em lei a permanência e manutenção das práticas das comunidades ali existentes, deveriam ser asseguradas, mas infelizmente não é o que acontece, as novas propostas de revisões deste plano, aparecem exatamente para que situações contrárias à lei inicial possam ser revistas.

A revisão deveria ser realizada até 11 de outubro de 2016, conforme descreve o inciso 3 do artigo 40 do Estatuto da Cidade, assim em 2015, o Presidente do Instituto da Cidade, publica um Edital de Convocação de Audiências Públicas nº 01/2015, com o intuito de realizar 15(quinze) audiências públicas e assim discutir possíveis alterações no Plano Diretor. Essas audiências deveriam ser realizadas entre 21 de julho e 22 de agosto de 2015, das audiências propostas, apenas 13 foram realizadas e com baixa participação popular (Burnett et al, 2020).

No decorrer da realização das audiências públicas, foram apresentados vários questionamentos acerca da divulgação do edital de convocação, explicando assim a baixa participação popular, questionamentos também sobre a revisão simultânea do Plano diretor e da Lei do Zoneamento, Uso e Ocupação do solo Urbano e Rural (Burnett et al, 2020).

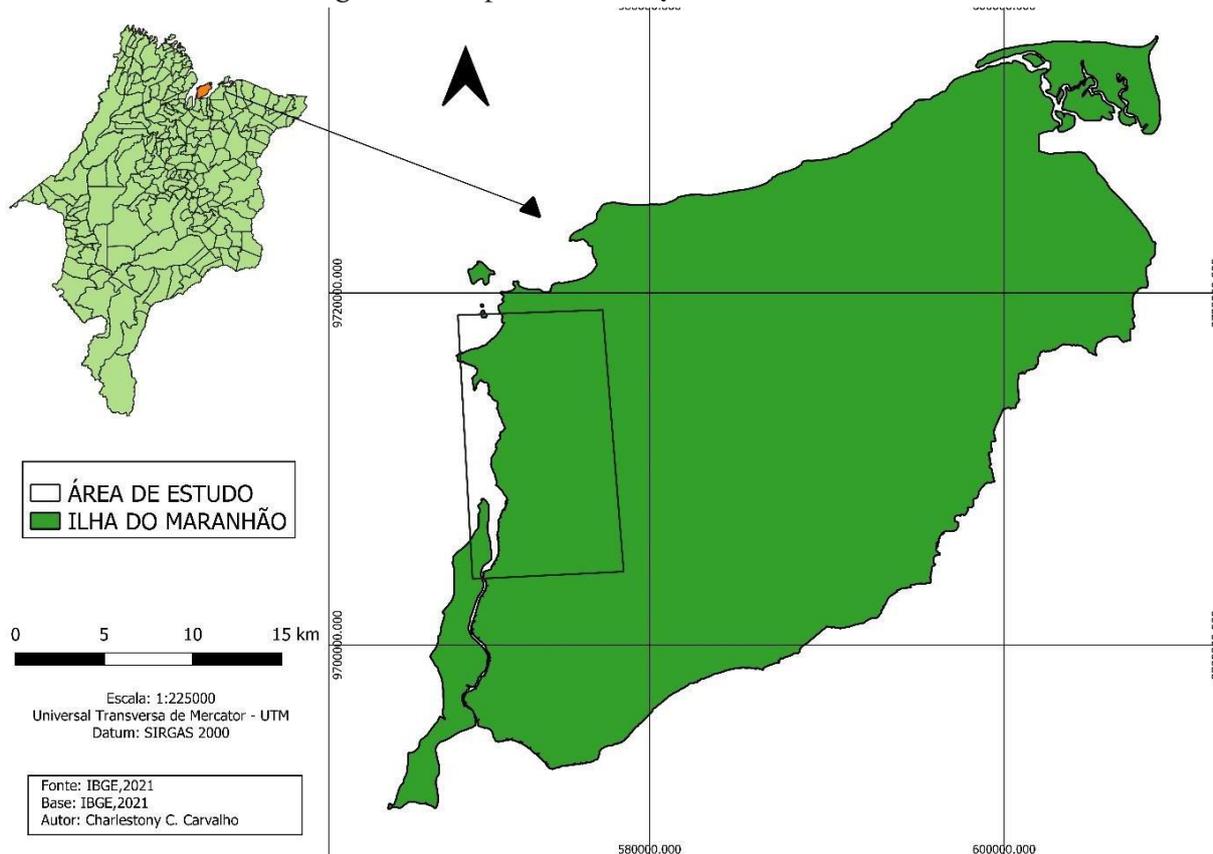
O que leva a 1ª promotoria de Justiça, presente nas audiências a pedir o desmembramento dos processos de revisão simultânea de duas leis, assim se faria inicialmente a revisão do Plano Diretor e posteriormente o restante da legislação urbana, levando assim ao Ministério Público Estadual a acatar a proposta (Burnett et al, 2020).

Acolhida a recomendação do ministério público, em 2017 um processo de revisão apenas do Plano diretor é iniciado, que seria a revisão proposta em 2019. Uma das principais mudanças seria a redução da área rural em 41%, dos então 20.820 ha, passariam a apenas 12.127 ha, os mais de 8.000 ha, passaria a ser área urbana. Assim teríamos um espraiamento da mancha urbana de São Luís, intensificando-se também a atividade industrial na ilha, pois se disponibilizaria mais áreas para a ampliação do Distrito Industrial.

#### **4 RECORTE ESPACIAL**

Apresentamos agora o recorte espacial que foi utilizado nessa pesquisa. A área escolhida é a área oeste da Ilha do Maranhão, área que por anos apresentou características rurais.

**Figura 1** - Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: o autor

Na Figura 1, temos a área circundada com um retângulo preto, que determina exatamente o recorte espacial georreferenciado da área a ser analisada neste trabalho, correspondente a porção oeste da ilha, incluído a área do Poro do Itaqui, pátio de minérios da Vale e alguns povoados, entre eles a Vila Maranhão, Cajueiro, dentre outros.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

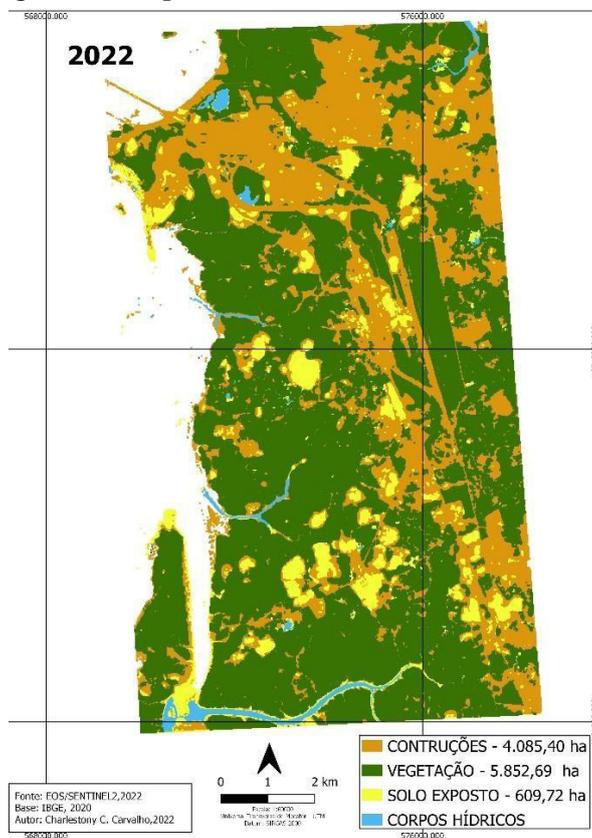
Apresentaremos aqui as imagens classificadas e as mudanças ocorridas no período entre os anos de 2007 a 2022.

Figura 2 - Mapa de uso e cobertura da terra, 2007.



Fonte: o autor.

Figura 3 - Mapa de uso e cobertura da terra, 2022.



Fonte: o autor.

Quadro 1 - Comparativo

ANO	CONSTRUÇÕES	VEGETAÇÃO	SOLO EXPOSTO
2007	2.227,59 ha	7.817,86 ha	443,07 ha
2022	4.085,40 ha	5.852,69 ha	609,72 ha
<b>DIFERENÇA</b>	<b>1.857,81 ha</b>	<b>1.965,17 ha</b>	<b>166,65 ha</b>

É notório as diferenças que os modelos nos apresentam, a área estudada passa por diversas alterações em suas feições, as mudanças implementadas pelo Plano Diretor da cidade de São Luís, abriram a possibilidade de novos usos da terra, conseqüentemente a evolução dos usos e ocupações foram diversificados, trazendo diferenças que as representações cartográficas demonstram.

As alterações proporcionadas pela ocupação humana passam pela maior transformação medida na área estudada, o aumento de 1.857,81 ha, representa um aumento de 45 % nos anos pesquisados. Os usos foram ocasionados pelo oferecimento das áreas a novos empreendimentos imobiliários, voltados para condomínios populares e habitação para pessoas de baixa renda, reproduzindo a lógica que se apresentam nos grandes centros urbanos.

Ao mesmo tempo em que há uma segregação socioespacial da população, há o implemento de áreas industriais no local analisado, grandes empresas relacionadas a transporte de mercadorias, uma termoeletrica, indústria de manipulação de fertilizantes, indústria de produção de cimento, abertura de novos postos de combustível, para suprir a demanda, além de áreas destinadas exclusivamente para o estacionamento de carretas, se fixam na área, levadas pelo novo e melhor acesso aos portos da cidade.

Conseqüentemente a estes novos usos, temos também uma perda considerável de área vegetada, o desmatamento da área em questão abre espaço a novas construções, mas há um outro fenômeno que existe na região estudada, empresas de extração de minerais, tais como laterita, areia e barro(argila), que são utilizados na construção civil, outra atividade que cresce e demanda material para sua expansão, que é construção de novos empreendimentos na cidade.

Levando a uma perda de área vegetada na ordem de 1.951,17 ha no período, representando um desmatamento na ordem de 25,13 % relacionado a área de medição dos anos de 2007, como conseqüência temos uma maior possibilidade de áreas com erosão, pois a perda de cobertura vegetal acelera processos de escorregamento de massa e assoreamento de corpos hídricos, além um aumento da sensação de calor.

Como a apresentação dos parâmetros das medições anteriores, apresentamos o último, solo exposto. Os usos referentes à área construída e a perda de vegetação, nos demonstram também nos modelos, o crescimento das áreas de solo exposto, no ano de 2007 temos 443,07 ha e em 2022, temos 609,72 ha de área sem construção e sem vegetação, um aumento na ordem de 27 %, em relação ao ano de 2007.

Solo exposto juntamente com o crescimento de áreas impermeabilizadas e perda de vegetação, representam as alterações sofridas na área, os impactos na área são de ordem espacial, mas trazem consequências socioambientais consideráveis. Aumento de temperatura, perda de solo pelo escoamento superficial, assoreamento de corpos hídricos, representam somente uma parte do que as mudanças dos usos destas áreas podem causar.

## 5 CONCLUSÃO

Com as análises aqui apresentadas, podemos observar que houve várias transformações na área estudada, mostrando a importância dos estudos de cunho temporal, as mudanças que foram analisadas, nos trazem reflexões acerca das ocupações e usos da terra, sobretudo nas cidades em que a expansão urbana se acelera.

O uso das geotecnologias foi fundamental para a reflexão sobre as transformações ocorridas na área de estudo, trazendo a possibilidade de análise dos modelos produzidos, as medições realizadas nas imagens de satélite dos anos propostos, embasaram as discussões.

A discussão sobre o Plano Diretor da cidade de São Luís demonstra a necessidade da participação popular em quaisquer questões relacionadas a novos usos da terra, que são tomadas a partir de somente decisões políticas. Comunidades que podem sofrer com estas decisões devem ser presentes e, suas representações populares têm que ser ouvidas e suas opiniões refletidas, a fim de se evitar possíveis enganos.

A destinação de áreas a atividades urbanas e sobretudo a atividades industriais devem ser analisadas com o maior cuidado possível, para que se evite danos a populações já existentes nas áreas em questão e danos irreparáveis ao ambiente.

Concluimos que os parâmetros utilizados para esta pesquisa são válidos para a análise da expansão urbana, ocasionada pelo crescimento das cidades e, se torna capaz de demonstrar por modelos matemáticos utilizados pelos SIGs, (Sistemas de Informações Geográficas), a eficácia das medições e a produção de modelos cartográficos, que representam a superfície da terra.

## REFERÊNCIAS

BURNETT, Frederico Lago et al. Planejamento e caos urbano no Brasil periférico: participação truncada, espaço privatizado, crise fiscal em São Luís, Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, p. 556–576, 16 Set 2020 Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15163>. Acesso em: 22 fev. 2025.

IBGE. **Barragem do Bacanga**: São Luís, MA. Biblioteca Virtual, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=434952&view=detalhes>. Acesso em: 10 maio, 2024.

MARICATO, E. et al. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**:

desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 4-5, 2007.

SANTANA, A. L. S.; ARAÚJO, G. L. Erosão do solo em uma propriedade rural no município de Abre Campo (MG). In: SEMINÁRIO CIENTÍFICO DA FACIG; JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACIG, 3.; 2., 2017, Manhuaçu. **Anais [...]**. Manhuaçu: FACIG, 2017.

SANTOS, L. E. N. dos. **Urbanização e planejamento na periferia do Brasil: a revisão do Plano Diretor Participativo de São Luís, Maranhão (2014-2021)**. Fortaleza, 2022. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, R. F. dos. **Vulnerabilidade ambiental**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2007.

SÃO LUÍS. **Lei nº 4.669, de 11 de outubro de 2006**. Dispõe sobre o plano diretor do município de São Luís e dá outras providências. São Luís: Câmara Municipal de São Luís, 2006.

# LINGUAGEM, ESPAÇO E MEMÓRIA: o resignificar do Quilombo Rampa a partir da troca da colaboração intergeracional

**Yndara Vasques<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Flávia de Almeida Moura<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Ramon Bezerra Costa<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

O presente artigo tem como propósito analisar como o quilombo Rampa, localizado no município de Vargem Grande, Maranhão, tem se destacado no uso da tecnologia ancestral, isto é, de práticas a partir de experiências acumuladas nas vivências dos antepassados juntamente com as tecnologias contemporâneas, oportunizando a troca de conhecimento intergeracional, para a manutenção do modo de vida tradicional por meio da atuação de sujeitos que se posicionam em busca dos seus direitos renegados no transcurso de sua história. Relatamos aqui uma experiência em que a comunidade produz uma comunicação chamada por eles 'de dentro para dentro', entre e para eles. A comunicação em Rampa é vivenciada a partir de atores sociais protagonistas de suas próprias histórias. Refletindo na preparação de um sujeito mais crítico, transformando-o em produtor e não em mero receptor de informações. Os quilombolas de Rampa reivindicam o seu direito de existir como cidadãos portadores de direitos. Pelos processos midiáticos e educacionais percebidos, o presente estudo busca analisar também se em Rampa se instalou um ecossistema educacional a partir dos conceitos pesquisados principalmente pelos cientistas sociais Ismael Soares (2000) e Paulo Freire (1978). Ao produzirem a comunicação comunitária a partir do seu território, resignificam a sua existência e fortalecem o sentimento de pertencimento que os identifica como comunidade quilombola. Os processos comunicacionais, produzidos em Rampa, são referenciais e, em contato com outros coletivos de comunicação alternativa, desenvolvem um trabalho de educação midiática como forma de democratizar a comunicação dentro dos territórios. Para além de produzir conteúdo, o objetivo central dessas mídias quilombolas, indígenas, periféricas, é fazer com que mais pessoas detenham o poder da comunicação. Rampa fortalece o campo comunicacional, por meio da escuta ancestral, engaja e mobiliza pessoas para travar lutas e conquistar direitos renegados ao longo do tempo. Mediante tantos desafios enfrentados pelos quilombolas do país e do Maranhão, como a falta de políticas públicas adequadas, a falta da titulação de seus territórios, conflitos agrários, desrespeito à sua cultura e modo tradicional de vida, degradação da biodiversidade de seus territórios e a falta de recursos para investir na estrutura em comunicação comunitária para os territórios, o exemplo de Rampa traz uma experiência interessante para ser documentada e replicada a outras comunidades quilombolas.

**Palavras-chave:** Comunicação Comunitária. Quilombo. Tecnologia ancestral.

1 Universidade Federal do Maranhão. E-mail: yndaravasques@gmail.com.

2 Universidade Federal do Maranhão. E-mail: flavia.moura@ufma.br.

3 Universidade Federal do Maranhão. E-mail: ramon.bezerra@ufma.br.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Jéssica – repórter da TV Quilombo (3'25 e 4'06) - “Medonha, aqui é Jéssica. Eu estou no território quilombola Tanque da Rodagem diretamente com o Luciano. Luciano como que está a vivência lá no seu território?”

Luciano (Cocalinho): a vivência dentro do meu território já vem com o passado dos nossos ancestrais e a cultura que vem de lá. Hoje eu sou um jovem comunicador da comunidade e a juventude de lá vem tentando buscar melhorias para dentro da comunidade. Aproveitamos o saber ancestral e a cultura. Aproveitamos de tudo um pouco porque temos que levar a cultura de dentro da comunidade não só lá, mas também para as outras comunidades e pro mundo”. (Canal TV Quilombo Rampa Youtube [...], abril de 2024, 25 minutos).<sup>4</sup>

A transcrição é acima retirada de uma cobertura realizada por adolescentes quilombolas durante a oficina de Comunicação Ancestral, que aconteceu entre os dias 12 e 14 de abril de 2024, no território do quilombo Tanque da Rodagem, em Parnarama, mais de 500 km de São Luís. Além da presença de jovens da comunidade sede, participaram também crianças, jovens, adultos e anciãos de outras comunidades da região, como as comunidades Quilombolas de Cocalinho, Guerreiro, Jacarezinho e Santo Antônio dos Moreiras. A cobertura foi veiculada pelo canal do Youtube do Quilombo Rampa e retrata a experiência comunicacional e educacional dos jovens quilombolas do Maranhão.

Eles se encontraram para trocar experiências e compartilhar conhecimentos em produção de conteúdo comunitário. Entre os temas abordados, a produção de conteúdo em vídeo, para veiculação nos canais de comunicação criados e gerenciados em territórios quilombolas do Maranhão, entre eles a TV Quilombo Rampa, uma comunidade quilombola localizada no município de Vargem Grande, cidade a 172 km de São Luís, no Maranhão.

A metodologia adotada na Oficina de Comunicação Comunitária é a cobertura da atividade pelos próprios participantes em sua diversidade étnica: quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, trabalhadores rurais. Quem conduz a cobertura popular jornalística no território Tanque da Rodagem é o jovem Raimundo Quilombola<sup>5</sup>. Ele criou as redes sociais de Rampa, e se tornou uma referência na comunicação comunitária no Maranhão e pelo país, ministrando oficinas por vários territórios tradicionais do país.

A Comunicação Comunitária produzida no quilombo Rampa, comunidade com registros de 1818, onde vivem atualmente cerca de 500 pessoas, tem sido referencial para os povos e comunidades tradicionais. Os conteúdos elaborados em Rampa são disseminados no próprio quilombo de modo “*off-line*”, através de faixas, carros de som, folhetos e *fanzines*, meios principais de divulgação. O que não significa que ignoram as tecnologias. Na comunidade são encontradas mídias tecnológicas como o Instagram, a TV Quilombo Rampa e a Rádio Medonha. Todas surgiram a partir de uma demanda social, que tem em

4 Trecho retirado da cobertura da TV Rampa, canal no Youtube, sobre a Oficina de Comunicação Ancestral realizada em abril de 2024 no território quilombola Tanque da Rodagem. Disponível em: <https://zagaia.org/repape/fe-cultura-e-historia-do-quilombo-rampa-ma/>.

5 Raimundo José Silva, jovem quilombola, responsável pela Comunicação Comunitária do quilombo Rampa.

sua essência o apagamento histórico de algumas narrativas. Em Rampa, os produtores de conteúdos utilizam a “tecnologia ancestral da escuta”, que não se resume apenas a ouvir, mas implica reconhecer outros saberes, entender o todo e ser sensível e respeitoso com o que o território diz do que é importante registrar e divulgar.

O presente artigo centra nas ressignificações vivenciadas por Rampa a partir da troca da colaboração intergeracional em contexto de Linguagem, Espaço e Memória por meio dos processos comunicacionais e educacionais como incentivadores dessas transformações. O que acontece naquela comunidade é o que Paiva (2017, p. 05) apresenta sobre a “a multiplicidade de vozes que certamente colabora para um cenário de liberdade e deve vir acompanhada de um processo educacional que contemple a crítica da mídia”. O que começou como um sonho de preservar a identidade e autoestima da comunidade quilombola, a partir da ideia de dois adolescentes, hoje já conta com uma equipe de mais de 40 pessoas, em sua maioria jovens, e diversos canais de comunicação.

Por meio de análises de alguns conteúdos produzidos pelos comunicadores populares de Rampa e de questionamentos encaminhados ao jovem Raimundo, uma liderança deste território, apresentamos quais os ganhos sociais e culturais para a comunidade a partir dos processos comunicacionais educadores tendo como foco a Linguagem, Espaço e Memória: o ressignificar do Quilombo Rampa a partir da troca da colaboração intergeracional.

## 2 CONHECENDO A COMUNICAÇÃO EM RAMPA

Distante 172 km de São Luís do Maranhão, o quilombo Rampa registra suas primeiras histórias a partir do século XIX. Assim como a maioria das comunidades de preto no Brasil, ainda não tem sua regularização fundiária oficializada pelo Instituto de Terras do Maranhão. Atualmente cerca de 500 famílias vivem no território divididas em quatro comunidades, que enfrentam a invisibilidade das políticas públicas. Para se ter uma ideia, a energia em Rampa chegou somente em 2006 e a internet em 2017. Um contexto que oportunizou a atuação da própria comunidade em busca de melhorias. Um dos caminhos traçados foi produzir conteúdo para disseminar entre eles e nas redes sociais do quilombo. A comunicação produzida em Rampa tem se destacado pelo fato dos quilombolas registrarem e produzirem conteúdo “de dentro para dentro” com base no trabalho coletivo e no respeito aos povos, territórios e saberes ancestrais.

Para contar essa história do quilombo, são utilizados materiais ancestrais e improvisados, como a câmera de papelão e o bambu drone. Inicialmente foi criada a TV Quilombo (um celular acoplado em uma caixa de papelão na captação de imagens e após edição, veiculada em um computador na praça central do quilombo). A ideia nasceu em 2017, a partir da inquietação de dois jovens, Raimundo e seu primo William Cardoso, por conta da ausência de documentação das histórias e tradições, pela falta de representatividade quilombola na mídia e pela dificuldade de conexão entre as gerações. Em 2018, o projeto foi premiado no 1º Festival de Cinema Móvel de Brasília na categoria “Mídia Alternativa” como melhor

reportagem. Em entrevista à Agência Brasil EBC, Raimundo explica o surgimento da TV Quilombo:

A cobertura que a grande mídia ainda faz referentes aos quilombos e à população preta em geral ainda é muito defasada, não mostra o que a gente realmente é. Ainda temos muito o que avançar. Por isso, a importância de criar veículos como a TV Quilombo, a partir da visão da comunidade. Porque ninguém melhor do que contar a tua própria história do que tu mesmo. Então, quando tem essa narrativa do outro sobre a tua realidade, ou vai sair de forma errada ou de forma incompleta.<sup>6</sup>

No começo de tudo, eles não tinham equipamentos para gravar as coberturas que faziam no quilombo. Nada de celular, computador, microfone ou câmera de vídeo. Usavam a imaginação enquanto não conseguiram o primeiro celular, computador e microfone. Ao conseguirem o primeiro celular, adaptaram a uma câmera de papelão. Interagir com as pessoas, utilizando elementos comuns como o graveto de bambu como base para o microfone e para o tripé, amarrar o celular na vara de bambu (para criar o bambu drone), a caixa de papelão como suporte para o celular e servir de câmera ajudou a quebrar a resistência da comunidade, que no começo olhava desconfiada para a iniciativa dos jovens. Com o tempo, as pessoas passaram a chamá-los para fazer as coberturas e registrar os eventos no território.

A conservação e disseminação dos saberes ancestrais, por meio da escuta genuína das pessoas da comunidade de Rampa, significa partir de um outro lugar, de outros porquês para elaborar a informação e disseminar o conhecimento, a partir das próprias fontes do quilombo. Para Barbero (1999, p. 56), “esses movimentos pequenos, à medida que se articulam, criam redes de formação de cidadãos para fazer com que essas vozes dispersas comecem a tomar corpo no espaço regional e, inclusive, no espaço nacional”.

O grupo não usa uma linguagem técnica, nem tem um manual de redação. O estilo de comunicação vai se desenvolvendo junto com a comunidade, no próprio processo de construção das reportagens. Isso ajuda a criar uma identificação maior com a TV e até a inspirar outros quilombos, que chamam a equipe para participar de coberturas, festas e entrevistas com anciãos locais. A cobertura dos jovens comunicadores de Rampa tem se estendido para as ações e atividades em diversas comunidades. A exemplo do que aconteceu na cobertura do Encontro de Jovens Comunicadores em Tanque da Rodagem.

A equipe de Rampa interage com comunicadores de outros territórios e juntos, compartilham informações e constroem conhecimentos. A comunicação, produzida a partir dos territórios, ajuda a romper a cultura do silêncio, das maiorias ou da submissão do cidadão ausente e sem voz, para uma nova cidadania, que vai para além dos direitos e deveres, já que pela ausência do Estado, o cidadão passa a exercer a cidadania ativa, ou seja, passa mesmo que parcialmente, a exercer uma função ou poder público. Um status legitimado pela Constituição Federal de 1988 que ampliou experiências de novos espaços de participação política da população em espaços de decisão.

<sup>6</sup> Trecho retirado da entrevista concedida a Agência Brasil por Raimundo Quilombola sobre a preservação das comunidades quilombolas por meio da comunicação em setembro de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/tv>.

É o que tem acontecido com as comunidades mais vulneráveis, incluídos nesta seara os povos e comunidades tradicionais como Rampa. A criação e ampliação de espaços político-decisórios participativos, a exemplo da implantação dos meios de comunicação no quilombo, buscam romper com o distanciamento e a redução da política enquanto caracterizada como campo de ação exclusivo dos representantes políticos que orientam as estratégias, escolhas e decisões políticas a partir do jogo eleitoral. A experiência de Rampa é um processo recente de reconfiguração nas práticas políticas no país do qual Borba (2011, p. 16) destaca: “associações civis, movimentos sociais e ONGs são atores que têm buscado legitimidade na representação de interesses e demandas perante o Estado”. O cientista político da Universidade Federal de Santa Catarina, refere-se sobre as duas últimas décadas que têm se constituído em campo fértil de criação de instituições participativas no Brasil. Todos assentados na ideia de participação por meio de novas práticas e atores no campo da representação política. É o caminho da soberania popular como elemento essencial da Democracia.

Os quilombolas de Rampa têm se destacado também pela compreensão e prática da comunicação política a partir de seu contexto histórico marginalizado e invisibilizado. É o que o sociólogo francês Pierre Bourdieu conceituou de Teoria do Campo Político. Rampa foca no fortalecimento do campo comunicacional, por meio de pessoas engajadas e mobilizadas, para travar lutas e conquistar direitos (as representações) renegados ao longo do tempo. Para Bourdieu (2004, p. 26), “campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital, seja político, econômico, cultural”. Para o pesquisador é impossível aprender e, conseqüentemente, construir o conhecimento sem considerar a bagagem social e cultural dos envolvidos.

### 3 PROCESSOS COMUNICACIONAIS E EDUCACIONAIS EM RAMPA

Em Rampa é oportunizado aos quilombolas relatarem suas experiências diárias por meio dos produtos de comunicação. A TV e a Rádio, por exemplo, oferecem um espaço, através da abertura do estúdio para toda a comunidade falar sobre as suas experiências. Na Rádio Medonha, quando o assunto é economia doméstica, dona Maria Nascimento é a fonte, mais do que um economista formado pela USP (Universidade de São Paulo), por exemplo. Ela fala muito bem sobre economia a partir do que vivencia, a partir do que ela planta em seu quintal e como essa produção incorpora a alimentação da família ao longo do mês. Dona Maria compartilha conhecimento, por meio da rádio, e outras pessoas assimilam aquela informação para o seu dia a dia.

É o que o pesquisador Ismael Soares identifica como um Ecosistema Educomunicacional. Para Soares (2011, p. 44) “o ecossistema educacional favorece o diálogo social, construído coletivamente em dado espaço, levando em conta as potencialidades dos meios de comunicação e de suas tecnologias”. Na fala de dona Maria identifica-se elementos desse processo. Dona Maria estabelece um diálogo social. Quando fala para a sua comunidade

sobre os seus saberes, ela traz o seu conhecimento sobre o cultivo da terra para a produção do próprio alimento; o que impacta na economia do lar e garante comida na mesa. Ela dissemina a informação entre os seus pares, por meio uma linguagem simples e comum, gerando identificação e conectando por meio do pertencimento os quilombolas daquela região. Dona Maria, com toda a sua vivência, utiliza recursos tecnológicos, e segue com uma mensagem que pertence ao contexto dos quilombolas; muito diferente das mensagens dos meios de comunicação tradicionais, que valorizam a saber científico e trazem informações para além daquela realidade.

Os Ecossistemas Educativos estão fundamentados também nos estudos do educador Paulo Freire (2015, pág. 89) que defendeu “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Essa busca da significação dos significados é o que Rampa considera como pensar diferente que impulse a ação e a mudança.

Ao iniciarmos a escrita desse artigo, trouxemos o relato da entrevista realizada pela jovem quilombola Jéssica, que ao se apresentar, ressalta a palavra medonha: “Medonha, medonha aqui é Jéssica...”. Ela faz uma referência à Rádio Medonha criada pelos quilombolas de Rampa. Um novo sentido foi dado à palavra “medonha” para os quilombolas que a ressignificaram como algo “extraordinário e bom”, ao contrário do sentido encontrado na maioria dos dicionários de Língua Portuguesa: que causa medo, pavoroso, terrível. É como afirma a pesquisadora Cicília Perruzo (2007, p. 57) “a comunidade assume uma nova postura cidadã e de protagonista buscando atuar como sujeito, ainda mais nos processos de comunicação, participação e mobilização”.

Os comunicadores da Rádio Medonha e da TV Quilombo produzem o seu próprio conteúdo, falam sobre o que vivenciam, disponibilizam conteúdos sobre os seus desafios e alegrias, ocupam os próprios canais de comunicação criados por eles e desenvolvem um senso crítico, questionando, principalmente como e o quê a mídia tradicional fala para eles e sobre eles. Tudo isso para que possam, ao protagonizarem suas próprias histórias, serem elementos transformadores de sua própria realidade. É para além de produzir conteúdo, o objetivo central dessas mídias quilombolas, indígenas, periféricas, faveladas é a da democratização da informação para transformar contextos e o fortalecer as mídias contra-hegemônicas. São três os pilares dessa nova comunidade cidadã: comunicar, participar e mobilizar a partir de intensas influências do meio como tempo, distância, globalização, cultura e inovações tecnológicas.

São diversos os temas tratados nos veículos de comunicação de Rampa: desde a falta de aulas nas escolas da comunidade; práticas de produção quilombola em audiovisual com TV Quilombo Rampa, registro das manifestações religiosas e culturais, o famoso Tambor da Mata<sup>7</sup>, entre outras diversas temáticas que potencializam o modo de vida tradicional do quilombo.

<sup>7</sup> O “Tambor da Mata”, chamado desta forma na comunidade quilombola de Rampa tem as mesmas características do Tambor de Crioula. É chamado “da Mata” devido ser realizado dentro das florestas do quilombo.

## 4 OS IMPACTOS DO RESSIGNIFICAR EM RAMPA A PARTIR DA TROCA E DA COLABORAÇÃO INTERGERACIONAL

Questiona-se como a comunicação de Rampa, por meio do uso da tecnologia ancestral, impacta, reforça, ressignifica o modo tradicional de vida dessa comunidade a partir da colaboração intergeracional. Em diálogo com Raimundo Quilombola, uma das principais lideranças comunicacional no quilombo e que atualmente concorre ao Prêmio +Admirados Jornalistas Negros e Negras da Imprensa Brasileira 2024, organizado por Jornalistas&Cia em parceria com os sites Neo Mondo e 1 Papo Reto e com a Rede JP – Jornalistas Pretos, ele reafirma que o objetivo inicial era criar o próprio espaço, já que os existentes não iam aceitar “do nosso jeito”. Duas perguntas foram direcionadas para o comunicador popular. A primeira, sobre o diferencial do conteúdo das mídias do quilombo para as demais. Ele responde:

Criamos a TV Rampa não como forma de dar voz à comunidade, mas como forma de fazer com que a voz que já existe pudesse ser respeitada e aceita daquele jeito, sem mudar nada; não recuar em momento algum. A criação da TV só queria comunicar a nossa realidade como ponto principal, a nossa cultura, o tambor, as comidas, os remédios caseiros, as estratégias, o criar alternativas de sobrevivência, a relação e cuidado com a natureza, a gente queria comunicar a potência que é os saberes ancestrais e como devem permanecer vivos e respeitados. A forma de produção é diferente, acompanhamos a modernidade dos recursos tecnológicos, mas o nosso conteúdo é ancestral. (Informação verbal, Raimundo Quilombola, junho de 2024).

Em relação a esse posicionamento, acessamos o Podcast Cacimba D’Água, feito pela Rádio e TV Quilombo e veiculado no portal da Agência Zagaia. Raimundo Quilombola entrevista quatro personagens históricos da região, conhecidos e reconhecidos pela sua força ancestral e por sua contribuição à espiritualidade e musicalidade de matriz africana. Mas vamos focar a análise somente em parte da entrevista do cantador de Tambor de Crioula Gilberto Cardoso, que conta como ouviu e seguiu o chamado do tambor, e detalha histórias da vida vividas entre batidas e toadas. Um material que pode ser encontrado no canal do Youtube da TV Rampa, no site da Zagaia (<https://zagaia.org/repape/fe-cultura-e-historia-do-quilombo-rampa-ma>) e na plataforma streaming do Soptify, uma tecnologia instantânea que permite assistir a vídeos e escutar música sem a necessidade de download.

Entrevistador Raimundo Quilombola: Aqui é o medonho Raimundo. Traga sua cacimba e venha beber com a gente nesta fonte cultural do quilombo Rampa. Aqui no quilombo Rampa e acredito que em muitas outras comunidades, o tambor é tocado. São 03 tambores: grande, meio e o pequeno é chamado de pererenga. Cada tambor é tocado por homem. As mulheres ficam com suas saias, cantando e gritando sempre na roda. Roda que traz alegria, força, resistência ancestral e do meu lado ele, Gilberto Cardoso, um dos maiores compositores e cantores de Tambor de Crioula. (Agência Zagaia [...], 2023, 10 minutos)<sup>8</sup>.

Entrevistado Gilberto Cardoso – Tudo começou na área da cultura e do Tambor de Crioula. Mas antes eu ia sem saber o que fazer. Não sabia se batia o tambor ou cantava, mas um dia

<sup>8</sup> Trecho retirado do Podcast Cacimba produzido por Raimundo Quilombola para o Coletivo Zagaia, na ocasião ele entrevista o poeta, compositor e tocador de Tambor de Crioula, Gilberto Cardoso. (Agência Zagaia [...], 2023, 08 minutos. Disponível em: <https://zagaia.org/repape/fe-cultura-e-historia-do-quilombo-rampa-ma/>.

sem nenhuma influência da branquinha, escutei uma voz que me dizia que era pra cantar e nunca mais deixei esse canto. Assim como quando entono a boiada. É algo inexplicável. Eu não gosto da cultura, eu amo a cultura. Quando eu vou, eu vou. Foram esses caminhos que me fizeram acreditar em mim mesmo. Sempre fazia as coisas sem me entender, sem ser futeleiro. Depois me encontrei. Vou pela Cultura pelo amor que tenho pela Cultura. (Agência Zagaia [...], 2023, 08 minutos)<sup>9</sup>.

Identificamos a diferença na maneira como o convite para escutar o podcast é feito pelo Raimundo Quilombola: utilização da palavra “medonha”, traga a sua cacimba (objeto tradicional para colocar água e um convite para que as pessoas fiquem à vontade para escutar a entrevista) e coloquial “venha beber com a gente nesta fonte cultural do quilombo Rampa”. Percebe-se o protagonismo da história do quilombo presente em quem entrevista e em quem conta a história; a valorização do entrevistado e do conteúdo que ele disponibiliza. Uma maneira de compartilhar conhecimento e disseminar informação, a partir dos mais experientes para a comunidade, incluindo os mais jovens.

Quando questionado sobre como as mídias do quilombo impactam na elaboração das políticas públicas que possam garantir direitos para as comunidades, Raimundo Quilombola responde:

Atuamos por meio de uma Rede de Coletivos de Comunicação. Hoje integramos a Coalizão, uma rede com mais de 15 coletivos e temos como foco organizar os nossos diálogos, torná-los mais contínuos, mais estratégicos, com ações mais bem definidas e com objetivos bem traçados para reinventar, principalmente, uma nova maneira de comunicar no jornalismo, que está em crise. Essa crise é uma reinvenção. É um reposicionamento, um democratizar poderes. As produções das mídias da *Coalizão* se distinguem dos conteúdos das “mídias hegemônicas” por serem pensadas “de dentro para dentro”. Segundo ele, ao defender a vida, o respeito, e a luta por direitos, a comunicação popular e comunitária. A gente atua com a informação, mas convida outras pessoas também pra que elas, a partir delas, também comuniquem e contem sua versão da história. Além da troca de experiências e da produção coletiva de conteúdos, a Coalizão de Mídias também pretende participar da construção de políticas públicas voltadas para o fomento e sustentabilidade de mídias comunitárias e populares. (Informação verbal, Raimundo Quilombola, junho de 2024).

Identifica-se em Rampa, a partir de um Ecossistema Educomunicacional, e que vai ao encontro da pesquisadora na área, Paiva (2007, p. 101), “o compromisso da comunicação é com a educação e com a democracia como instância da participação efetiva de sujeitos críticos capazes”. Para além da comunicação ‘de dentro pra dentro’, as lideranças responsáveis pela comunicação de Rampa integram Coletivos de Mídia Alternativa que se articulam local e nacionalmente; trocam saberes de tecnologias ancestrais de comunicação e jornalismo, trabalham em rede por meio de um consórcio de produções de conteúdos jornalísticos, militam com foco na incidência política para chegar a um ecossistema comunicativo que permita às pessoas compreenderem os grandes temas nacionais e participarem do debate público que envolve povos e comunidades tradicionais. O que exige também por parte do poder público e da sociedade civil: pluralidade e diversidade de meios, mecanismos republicanos de gestão pública da infraestrutura de comunicação e telecomunicações e

<sup>9</sup> Trecho retirado do Podcast Cacimba produzido por Raimundo Quilombola para o Coletivo Zagaia, na ocasião ele entrevista o poeta, compositor e tocador de Tambor de Crioula, Gilberto Cardoso. (Agência Zagaia [...], 2023, 10 minutos. Disponível em: <https://zagaia.org/repere/fe-cultura-e-historia-do-quilombo-rampa-ma/>.

políticas de fomento, de tal forma que o acesso à produção e distribuição de conteúdo seja acessível a todos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação em Rampa surge com o objetivo de transversalizar pautas e ações de forma multimídia, multiplataforma, online e offline, com abordagens que valorizem e registrem as memórias, narrativas e identidades desses territórios, mas que também apresentem as complexidades e particularidades atravessadas pelo machismo, racismo, LGBTQIAPN+fobia, capacitismo, etarismo.

Pensar este tipo de comunicação, é necessário refletir sobre a capacidade de empreender manifestações contra-hegemônicas, com vozes que destoam na busca de organizar uma nova cultura e uma nova ordem social por meio da participação popular. Um campo comunicacional e educacional que juntos formam os Ecossistemas de Comunicação construídos por negros/as, mulheres e jovens de periferias, comunidades tradicionais e rurais. Eles estão à frente dos microfones, telas, celulares, reivindicando representação e saberes/fazeres tradicionais na luta pela democratização das comunicações, pois, são as principais vítimas da crise sanitária, dos índices de violência policial contra jovens negros, o feminicídio e os ataques aos territórios tradicionais. Uma violência intensa e em escala crescente que exigindo mobilização redobrada dessa população contra as violações de direitos.

Dessa forma, Rampa, juntamente com outros diversos coletivos de Comunicação, mitigam o impacto da desinformação, polarização política e discursos de ódio disseminados por meio dos conteúdos jornalísticos da grande mídia. Na luta das representações no campo comunicacional, produzida pelas comunidades tradicionais percebe-se um conteúdo, que não passa despercebido, às agendas públicas e governamentais, que já influencia a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos, intermedia as relações sociais sob as premissas capitalistas, econômicas e políticas. A comunicação comunitária, construída a partir dos Ecossistemas Educomunicativos, tem conquistado espaço estratégicos e necessários às comunidades mais vulneráveis com fins de assegurar direitos e transformar realidade a partir de uma cultura participativa, um trabalho em rede com foco não na distribuição de riquezas, mas sim de valores.

## REFERÊNCIAS

BARBERO, Jesús-Martín. **Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

BORBA, J. “Apresentação”. In: Scherer-Warren, I. e Lüchmann, L. H. . (Org.). *Movimentos Sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina.* 1 ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, v. 1, p. 9-16.

CARDOSO, Gilberto. **Podcast Fé, Cultura e História do Quilombo Rampa** <https://zagaia>.

[org/repere/fe-cultura-e-historia-do-quilombo-rampa-ma/](https://zagaia.org/repere/fe-cultura-e-historia-do-quilombo-rampa-ma/). Acesso em 27 jun. 2024.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação da construção da cidadania**. São Paulo: Vozes, 1998.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

QUILOMBOLA, Raimundo. Depoimento cedido a jornalista Yndara Vasques por ocasião da pesquisa para o artigo **O uso da tecnologia ancestral em Rampa frente à Teoria do Agendamento: uma experiência ressignificativa para o quilombo**. Arquivo. áudio (10 minutos).

QUILOMBOLA, Raimundo. **Podcast Fé, Cultura e História do Quilombo Rampa** <https://zagaia.org/repere/fe-cultura-e-historia-do-quilombo-rampa-ma/>. Acesso em 27 jun. 2024.

QUILOMBOLA, Raimundo. Entrevista site da Agência Brasil quilombola-ajuda-comunidade-preservar-memoria-de-lutas; 14 de setembro de 2023. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/tv> Acesso em: 27 jul. 2024.

RAMPA, TV. **Reportagem na Tv Quilombo sobre a oficina de Comunicação Ancestral**. (<https://www.youtube.com/watch?v=tGaVDwMy7l0>). Acesso em: 20 ago. 2024.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediações**. São Paulo. Editora Comunicação & Educação. 2009.

# TERRITÓRIOS ÉTNICOS URBANOS: dinâmicas e possibilidades modernas

**Linda Maria Rodrigues<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Marilene Sabino Bezerra<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Matheus Montes Miranda<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

Pesquisa realizada no Quilombo Urbano do bairro da Liberdade na cidade de São Luís-Ma com o intuito de observar as relações e influências da culinária africana no Brasil, considerando que este país se encontrou entre as rotas de comércio África/Brasil, período de 1550 até 1850. Teve como objetivo investigar a relação da cozinha de origem africana enquanto estratégia autossustentável por meio das políticas públicas que foram observadas a partir da certificação concedida pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2019 como um quilombo urbano por meio de um processo de autoidentificação da comunidade. Os quilombos configuram-se historicamente como lugares de resistência social e política, nos espaços urbanos não perderam as suas características, mas nortearam novas configurações visualizadas pelas instâncias públicas e privadas no Brasil. Buscou-se destacar a preservação da identidade étnica quilombola por meio da gastronomia como vetor de identidade e de possibilidades, a exemplo das políticas públicas. A metodologia compreendeu a pesquisa bibliográfica e análise de dados, por meio de questionários aplicados junto à comunidade local, durante os meses de junho a agosto de 2024. Como resultados, percebe-se que ainda são utilizados no cotidiano e em atividades culturais, festejos e rituais das religiões de matriz africana, tais como os terreiros, os ingredientes e comidas representativas de uma cultura ancestral que são reconhecidos pelos sujeitos da pesquisa, mais ainda não são compreendidas em sua totalidade pelas instituições públicas, privadas e mesmo pelas comunidades residentes como elementos vivos da dinâmica social e econômica. Observa-se a necessidade de medidas ativas e eficazes quanto a promoção da gastronomia quilombola afro-maranhense com referencial a comida por meio de políticas públicas mais inclusivas e abrangentes e que a população seja continuamente integrada ao processo de ações voltadas ao turismo e a cultura do lugar.

**Palavras-chaves:** Quilombo Urbano; Gastronomia Quilombola; Preservação.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo compreende uma análise da cozinha africana, memorizada pelos negros que foram escravizados no Brasil e residiram na cidade e no interior do Estado, e as suas relações com a formação do quilombo urbano no bairro da Liberdade em São Luís – MA. Considerando a questão da comida de origem africana a partir do início do sistema escravista na capital até os dias atuais, identificando a inclusão da culinária quilombola,

1 Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). E-mail: [linda.rodrigues@ufma.br](mailto:linda.rodrigues@ufma.br).

2 Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestra em Sustentabilidade de Ecossistemas (UFMA). E-mail: [marilene.sabino@ufma.br](mailto:marilene.sabino@ufma.br)

3 Discente do Curso de Turismo. Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus São Luís. E-mail: [monte.matheus@discente.ufma.br](mailto:monte.matheus@discente.ufma.br)

neste bairro, a partir do contexto das políticas públicas brasileiras. A formação do bairro da Liberdade na região metropolitana Ludovicense abrange um espaço urbano territorial com características afrodescendentes ligadas à resistência da cultura negra. Tais particularidades caracterizaram, desde a década de 80, por meio do debate político incitado pelos movimentos sociais inseridos no bairro, o direcionamento e o autorreconhecimento da população residente enquanto território quilombola. Todavia, compreende-se que por meio de estudos e políticas públicas, pode-se incentivar fazer conhecer e preservar a memória coletiva de um lugar, suas práticas de produção artesanal e de produtos elaborados para consumo imediato, tais como: pratos tradicionais e artefatos que podem representar o patrimônio cultural de uma determinada localidade. Uma comida tradicional necessita ter seu nome, origem e ensinamentos resguardados de alguma forma, seja pelo resgate da memória de hábitos dos seus representantes, sejam por regulações com o registro em entidades ligadas à preservação cultural vinculada às esferas municipal, estadual ou federal. Quanto à abordagem esta pesquisa enseja o método qualitativo. Os procedimentos compreenderam a pesquisa bibliográfica (livros, teses, artigos e documentos eletrônicos), exploratória, descritiva com auxílio de um questionário. Esta pesquisa envolveu a dimensão analítica (nível macro e micro) uma vez que envolveu conhecimentos a respeito dos quilombos urbanos existentes em São Luís.

## 2 O BAIRRO DA LIBERDADE

No Maranhão, o bairro da Liberdade concentra forte tradição cultural. Surgiu a partir de 1918, com a criação do Matadouro, nessa época a entrada do bairro era feita por uma única estrada chamada Campina do Matadouro, mas o principal acesso era via barco. Considerado também, a maior habitação de São Luís próximo ao Centro da cidade, é cortado por vias de acesso que interligam bairros cercado por manguezais. Além de possuir a maior população negra da capital, é considerado pelo movimento negro como o maior quilombo urbano do Maranhão, rico em manifestações culturais de origem africana. O bairro da Liberdade concentra forte tradição cultural. Surgiu a partir de 1918, com a criação do Matadouro, nessa época a entrada do bairro era feita por uma única estrada chamada Campina do Matadouro, mas o principal acesso era a via barco. Considerado também, a maior habitação de São Luís próximo ao Centro da cidade cortado por vias de acesso que interligam bairros cercado por manguezais. Além de possuir a maior população negra da capital, o bairro é rico em manifestações culturais de origem africana.

**Figura 1** - Matadouro do bairro da Liberdade

Fonte: O imparcial.com

Nessa luta pelo reconhecimento especialmente a identidade étnica Liberdade Quilombo, já foram realizadas duas audiências públicas, onde foi pauta algumas das reivindicações, direito a políticas públicas, direitos à benefícios que são de comunidades quilombolas.

**Figura 2** - Audiência pública com vistas a certificação quilombo urbano

Fonte: Arquivo GPICG/UFMA(2019)

A formação de grupos em regiões metropolitanas com forte resistência cultural negra dentro dessas localidades caracterizá-las enquanto Quilombos urbanos. Para Carril (2006 apud Rocha *et. al*, 2001) o quilombo urbano manifestou-se em torno de uma nova expressão estética envolvendo as características política-cultural de protesto, muito comuns de comunidades negras norte-americana. Ademais, este fenômeno absorve a territorialidade urbana, uma vez que não existe terra em grande quantidade disponível nestas comunidades, fato que ressalta as manifestações culturais auto identitárias.

O bairro também é conhecido por sua diversidade folclórica demonstrada por meio das manifestações culturais e litúrgicas representadas pelas festas do Tambor de Crioula, do Divino Espírito Santo do Pai Cocho, da Queimação das palhinhas, Festejo Tradicional de

Ladeira, Cacuriá de Vila Gorette e Boi de Leonardo (Assunção, 2017). Nas quais podem ser constatados um rico sincretismo religioso, além da forte cultura alimentar presentes nestes rituais, especialmente, nos festejos realizados nas Casas de Minas.

### 3 PATRIMÔNIO ALIMENTAR QUILOMBOLA

O surgimento da culinária brasileira perpassa pelo histórico do processo de construção do Brasil, de acordo com Ernandes (2013, p. 11):

Encarregados da alimentação dos senhores brancos e com a necessidade de suprir sua própria demanda, os negros passaram a adaptar seus hábitos culinários aos ingredientes da colônia. Dessa forma, os africanos foram influenciados pelos hábitos e técnicas culinárias trazidas pelos portugueses e pelos indígenas, naturais da terra, como também influenciaram a alimentação destes. Desse processo, resultou a culinária brasileira, tão rica em variedades e técnicas de preparo dos alimentos, e que caracteriza e singulariza a cultura nacional.

Para o povo africano e os seus antecedentes a comida sempre teve uma ligação muito forte com a religião, no candomblé – palavra que significa união de nações - a comida desempenha um papel fundamental, pois é considerada um forte elemento de ligação entre os homens e os orixás e de acordo com Ernandes (2013, p. 18):

Para os povos africanos e seus descendentes, a comida sempre manteve uma estreita ligação com o sagrado, ou seja, com a religião. Como se sabe, ao virem escravizados para o Brasil os povos africanos foram cerceados de cultivar livremente seus deuses e por isso suas manifestações religiosas sempre foram reprimidas e marginalizadas. Mas a resistência destes sempre foi maior que a opressão do colonizador, de modo que as religiões de matriz africana, em especial o candomblé e a umbanda, estão presentes em muitas regiões do nosso país.

Neste contexto, ressalta-se o bairro da Liberdade como um ambiente rico em expressões socioculturais, tendo em vistas suas manifestações litúrgicas ligadas às festas, lendas, cantos e artes folclóricas do populário local. Dados que podem ser facilmente comprovados nos terreiros existentes neste espaço urbano, os quais estão presentes nas narrativas de Assunção (2017, p. 51).

A comida é um importante fator de agregação social onde Ferretti (2019) descreve: “uma vez que o alimento se apresenta como elemento essencial à sobrevivência do homem, revendo-se um fator de grande relevância na vida social das comunidades, por isso a atenção recebida por todos os povos e em todas as épocas”.

De fato, a alimentação de uma sociedade traz consigo traços da sua cultura, elementos descritos por Millán (2002, p. 277-278 *apud* Santos, 2012), logo abaixo:

Na alimentação humana se materializa a estrutura da sociedade, se atualiza a interação social e socioambiental, as representações socioculturais (crenças, normas, valores) que dão significado à ação social [...] dos que têm em comum uma mesma cultura. A abstração conceitual da cultura se concretiza no prato

Diversos alimentos consumidos na atualidade foram trazidos da África ou modificados pelas técnicas de preparo por povos africanos, inseridos em grande parte das refeições do povo brasileiro. Ressaltando a identidade étnica das comunidades quilombolas, sobretudo no que tange ao processo de autorreconhecimento, ganhando cada vez mais espaço nas pautas das discussões sociais, políticas e acadêmicas nacionais por meio dos pressupostos dos artigos de nº 215 e 216, da Constituição Federal de 1988.

Em se tratando do requerimento de políticas e benfeitorias de melhorias para a população, no que diz respeito às políticas públicas voltada para a comunidade da Liberdade o que pode ser observado são estudos que retratam o seguinte:

A ausência do Estado citada por Durans, se faz perceber na grande quantidade de oficinas e ações sociais implementadas pelos institutos e organizações sociais dos três bairros. Uma dessas ações ocorridas foi a realização do minicurso sobre direitos básicos do indivíduo que aconteceu no bairro Fé em Deus, com a participação do Quilombo Urbano. O curso foi organizado pelo GENS e suas ações objetivavam informar aos participantes sobre o que é racismo, explicando-os como eles poderiam agir mediante abordagem policial, caso fosse necessário. O curso foi ministrado por dois advogados, em parceria com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH (Santos, 2007, *apud* Assunção, 2017).

Recentemente, a mobilização e militância pelo reconhecimento ganhou força por meio de um trabalho junto às mulheres. O Movimento Quilombo Urbano mantém um Núcleo de Mulheres Preta Anastácia. Trata-se de um grupo de mulheres ligadas ao Movimento hip hop, que se reúne com certa frequência para discutir problemas e demandas da mulher negra. Dentre as atividades realizadas por esse grupo de mulheres militantes.

É importante ressaltar que pensar em políticas públicas (formulação de normas, decretos etc.) não tem uma visão passadista. Observa-se que toda cultura é um processo em transformação permanente, não é engessada. Estudar a Gastronomia Tradicional e assim, suas políticas, não tem como objetivo petrificá-la, mas compreender o seu desenvolvimento para que a localidade possa continuar se apropriando do que reconhece como identidade, desenvolvendo e passando para as novas gerações. Fatores relevantes para este estudo, tendo em vista a busca por conhecimentos a respeito dos seus hábitos alimentares e influências que a comunidade da liberdade vem sofrendo devido a acontecimentos históricos pelos quais já vem passando.

#### 4 QUILOMBO URBANO

O quilombo urbano trata da formação de grupos sociais de resistência negra a um sistema de exclusão, geralmente empobrecidas com características e costumes diferenciados dos grupos que ali circundam, e por escassez de políticas públicas. Na análise dos territórios urbanos quilombolas Raffestin (1993, p. 144), atesta que esse espaço é o lugar onde os grupos étnicos se apropriam “concreta ou abstratamente pela representação”. Nas expressões adequadas desse autor, trata-se de “um território visto e/ou vivido”, “um local de relações” e, enfim, “o espaço que se tornou uma relação social de comunicação” (Raffestin, 1993, p. 144-147).

Os quilombos configuram-se em fator de resistência social e de afirmação da cultura e identidade africana no Brasil. Estes espaços constituem-se em trazer traços identitários de povos e etnias dos remanescentes de quilombos. A compreensão desses lugares enquanto reafirmação da cultura negra hoje como importantes movimentos sociais de reafirmação das diferenças bem como, uma (re) significação cultural e da visibilidade para mercados alternativos.

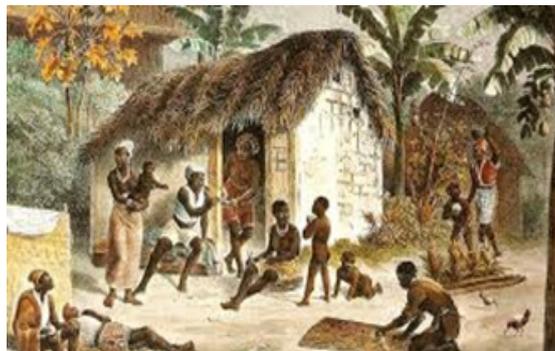
Segundo o Censo do IBGE de 2022, o Estado do Maranhão detém a segunda maior população quilombola do Brasil, a qual se encontra espalhada pelas zonas rurais de vários municípios, com maior incidência na região da Baixada maranhense. No entanto, a capital São Luís possui o primeiro quilombo urbano, o Quilombo Liberdade, certificado pela Fundação Cultural Palmares em novembro de 2019, que compreende o território formado pelos bairros Camboa, Liberdade, Diamante, Fé em Deus e Sítio do Meio. (Maranhão, 2023)

**Figura 3** - Quilombo Urbano, bairro da Liberdade



Fonte: Maranhão hoje (2024)

**Figura 4** - Ilustração de um quilombo rural



Fonte: Estudoskids (2024)

Tendo em vista que o bairro da Liberdade possui características de traços identitários de resistência cultural de povos e etnias do Maranhão, foi identificado com traços de quilombos urbanos e passou primeiro pelo processo de autorreconhecimento dos seus residentes e recentemente recebeu a certificação proferida pela Fundação Palmares como

Quilombo Urbano, fruto de ações do setor público, que reconhece a área objeto da pesquisa, como mostra a figura 5.

**Figura 5 – Certidão de autodefinição**



Fonte: Arquivo GPICG/UFMA (2019)

Em Nunes (2011), fala-se das dificuldades enfrentadas por comunidades que tentam “fazer valer os direitos assegurados pela Constituição aos quilombos. [...] obstáculos referidos ao processo de identificação e reconhecimento já que não há consenso sobre os mecanismos adequados de aplicação dos direitos”. Segundo a autora, na vigência da Constituição de 1988 até o momento, os “setores contrários ao direito constitucional têm buscado mecanismos para limitar ou extinguir o art. 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)”, trata-se o **ART. 68**. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos. Ainda, conforme Nunes:

1.523 comunidades quilombolas receberam até 2010 o certificado da Fundação Cultural Palmares. Dentre estas o INCRA deu início ao processo de regularização de 996 comunidades. Os números decaem consideravelmente se tomamos a publicação dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID's): apenas 119 relatórios foram publicados, sugerindo os entraves para sua realização. E do total das comunidades que se autodefinem como comunidade remanescente de quilombo apenas 3,47% (53 em números absolutos) obtiveram o reconhecimento oficial através da publicação das Portarias de Reconhecimento de Territórios Quilombolas, embora apenas 2,03% (31 comunidades) tenham obtido do Estado o Decreto de Desapropriação das áreas referentes ao seu território (Nunes, 2011).

Todos esses obstáculos que têm dificultado o reconhecimento de comunidades quilombolas, mencionado por Nunes, em sua grande maioria, é relativo aos quilombos

rurais. Referente ao reconhecimento da “Liberdade quilombola” junto à Fundação Palmares, segundo as descrições de Assunção (2017, p. 125) logo abaixo:

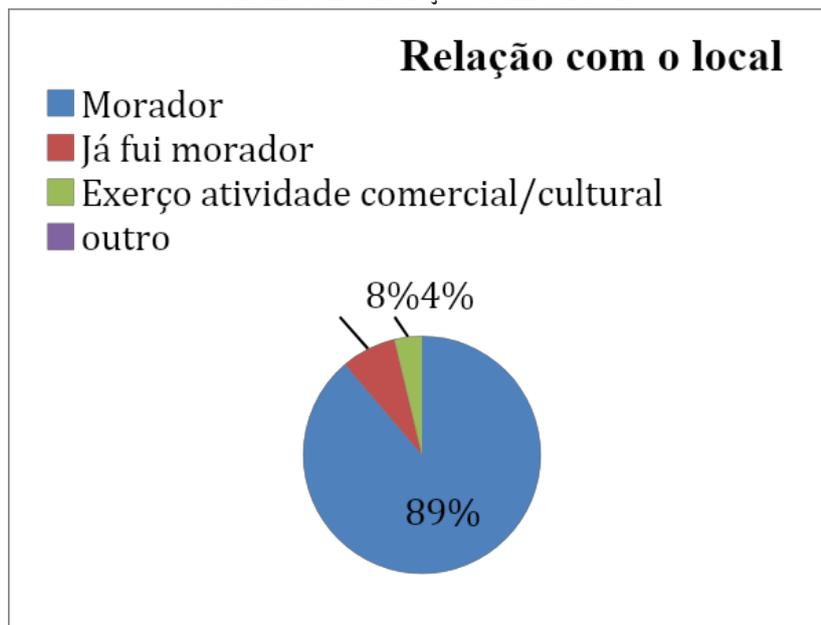
A luta por reconhecimento, especialmente a identidade étnica da Liberdade Quilombola, momento em que esses moradores tentam alcançar novos espaços na sociedade. Nesse contexto, “a identidade coletiva substituiu os interesses de classe como fator de mobilização política – cada vez mais a reivindicação é ser “reconhecido” como negro”.

Vale lembrar que o governo brasileiro somente reconheceu a existência desses quilombos no ano de 2003, com a reformulação das políticas públicas e inclusão social proferida pelo governo federal da época.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De início destaca-se a comunidade local e a sua relação com o bairro, observa-se que 89% destes respondentes são moradores do local. O questionário foi aplicado no entorno do Mercado da Liberdade onde se dão as relações comerciais, pois há vários pequenos empreendimentos ali.

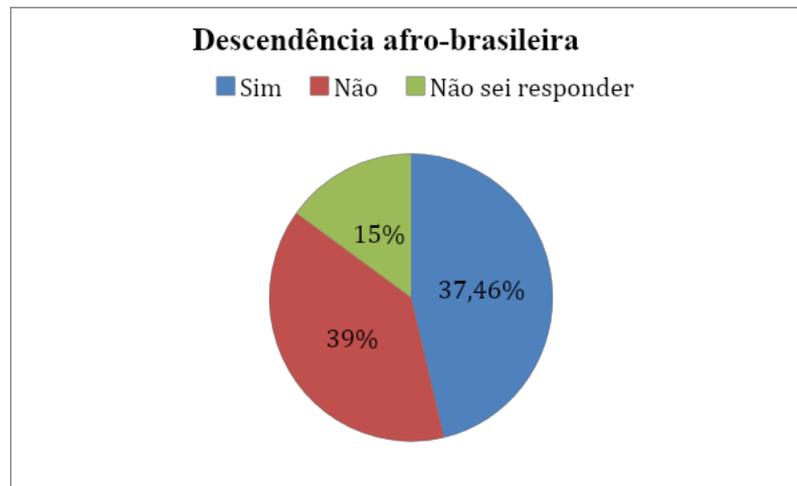
Gráfico 1 – Relação com o local



Sobre o perfil socioeconômico observa-se que em sua maioria os respondentes são do gênero feminino correspondendo a 68%, 31% são masculinos e 1% outros indicadores. Já na faixa etária, a maior porcentagem fica para pessoas que possuem entre os 30 e 40 anos que corresponde a 30% seguido de 27% de até 29 anos, destacando-se assim uma população jovem, em seguida vem os 20% que estão entre 41 a 50 anos de idade, os entrevistados de 51 a 60 anos compõem os 13%, os de 61 a 70 anos somam 9% dos entrevistados e fechando a pesquisa foram identificados que dentre os entrevistados na faixa etária de 71 a 80 anos, somente 1% do total pesquisado.

Em relação à identificação enquanto descendente de pessoas afro-brasileiros nota-se que apesar da certificação como Quilombo Urbano concedida pela Fundação Cultural Palmares em 2019, e para isso haver um auto reconhecimento, 39% dos respondentes não reconhece uma descendência afro-brasileira ou possivelmente ainda não compreendeu sua história e sua representatividade.

**Gráfico 2 – Descendência afro-brasileira**

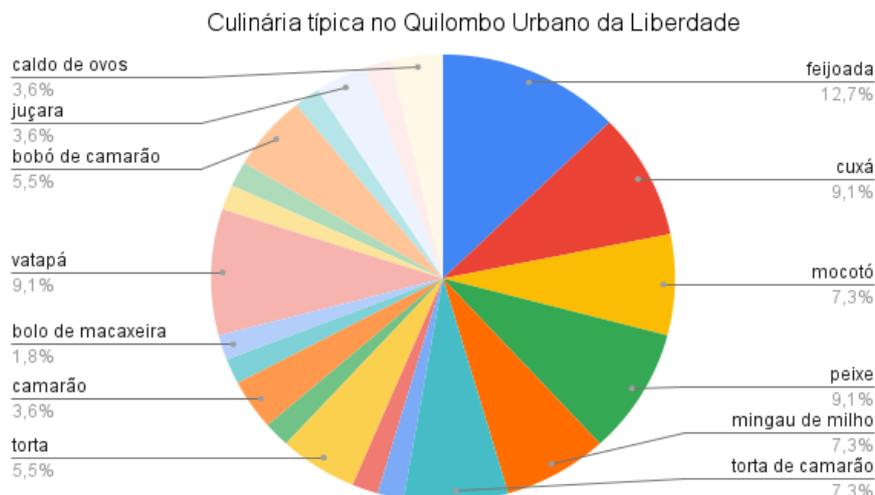


A história do Brasil é em muito construída pela população negra escravizada. Vindos de diversas regiões da África, aqui resistiram a exemplo da formação dos quilombos que constituem historicamente uma forma de expressão, luta, liberdade e resistência, ou seja, uma forma de organização social e reafirmação da cultura e valores africanos. Revelando-se um fato original, um movimento contra as imposições e ações escravistas do homem branco ao negro cativo. E desse espaço de resistência e perpetuação de identidade que os quilombos urbanos se constituem enquanto incentivadores de resgate e preservação de memória (ALMEIDA e et al., 2020, p.3).

Sobre manter tradições alimentares 58% afirmaram não realizar nenhum tipo de prática no contexto alimentar que seus antepassados faziam. Já 42% reconhecem ações herdadas de seus antepassados.

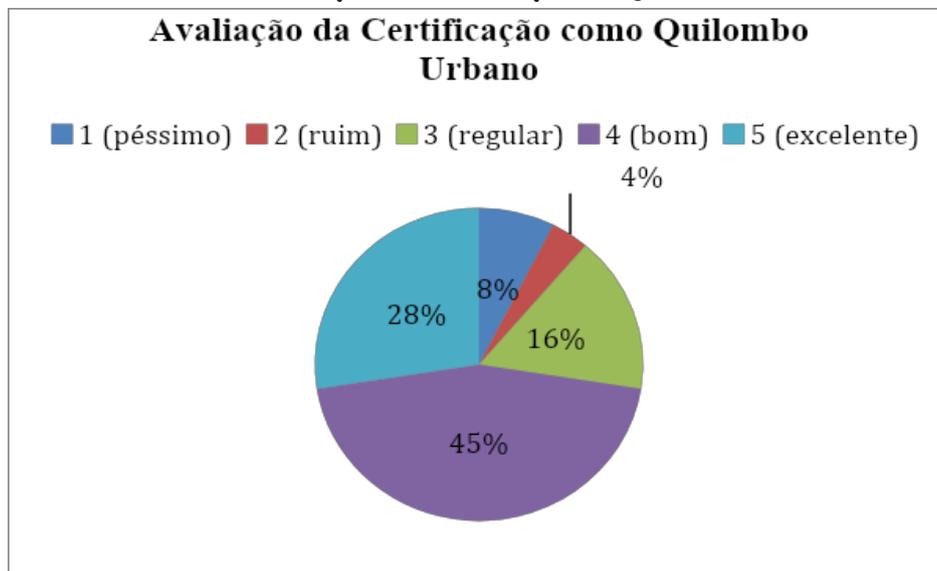
Ainda sobre culinária típica/tradicional buscou-se saber dos respondentes quais eram essas comidas consideradas iguarias da gastronomia maranhense, teve destaque à feijoada com 12,7% das menções, já o Cuxá, o Vatapá e o Peixe, ambos com 9,1%, Mocotó, Mingau de Milho e Torta de Camarão com 7,3% das menções, além desses, teve a Juçara, Caldo de Ovos e Camarão, ambos 3,6% e o Bobó e a Torta de Camarão, ambas aparecem com 5,5% e por fim, o Bolo de Macaxeira com 1,8%.

**Gráfico 3 – Culinária típica no Quilombo Urbano da Liberdade**



Sobre a certificação concedida pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2019, 45% avaliaram como algo bom e 28% excelente, mas durante a pesquisa em campo foi comum ouvir em relação a esse documento falas, como “foi bom para chamar atenção, mas não mudou muita coisa” ou propriamente para quem o avaliou de forma negativa, “coloca a gente em uma caixa”.

**Gráfico 4 – Avaliação da Certificação de Quilombo Urbano**



Sobre as políticas públicas já implementadas no bairro e que representam as inquietações do problema de pesquisa deste trabalho, identificou-se que após a certificação do bairro como quilombo urbano, foi executado o Roteiro Quilombo Cultural promovido pela prefeitura municipal da cidade por meio da secretaria de turismo, e o Inventário de Referências Culturais - uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan - que

identifica e sistematiza o conhecimento sobre o bem a ser protegido, aqui ação coordenada pela Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH).

Quanto a sua relação à Certidão de Autodefinição é possível perceber como essas políticas ainda tem - apesar da maioria avaliar de forma positiva - que buscar serem mais efetivas visto o percentual de pessoas que consideram essas ações pouco efetivas parece tomar folego em algumas falas. Durante a pesquisa foi identificado que muitos moradores se sentem distantes destas ações, por vezes mal conseguindo avaliar devido a pouco conhecimento sobre tais ações, onde muitos apontaram que se houvessem mais investimentos nessas políticas elas teriam um maior alcance no bairro.

## 6 CONCLUSÕES

Identificou-se que a comida reflete a cultura de um povo, a sua relevância se constitui um dado cultural. Isso porque, em primeiro lugar, o que se come é determinado pela geografia do lugar, seu solo, seu clima, sua fauna e flora. Também é fato que na hora da transformação, do forno e do fogão, segue receitas do povo deste local, suas tradições, crenças e histórias.

O processo de inserção dos quilombolas nas comunidades urbanas, enquanto categoria social no cenário brasileiro e maranhense se apresentam por meio de uma série de mudanças na sua estrutura social interna e externa e, um movimento percebido pelo mercado consumidor de bens e serviços conseqüentemente, em o que trouxe uma a (re) construção de uma identidade étnica desses grupos, também marcada pela alimentação.

A população autodeclarada no bairro da Liberdade enquanto comunidade quilombola urbana, encontra maior expressão em suas manifestações culturais e profano-religiosas, elas corroboram com as políticas públicas ora implementadas no bairro. O Quilombo Urbano da Liberdade, certificado oficialmente pela Fundação Palmares, processa sua resistência as novas configurações que o mundo globalizado e com tendências ao modelo neoliberal apresenta e se baseiam na desregulamentação, privatizações e abertura de mercados, nesse sentido, o isolacionismo de um lugar como esses territórios massificados e urbanos, passou a ser cada vez menos desejável e cada vez menos possível.

As políticas incentivo e preservação poderiam melhor construir suas ações se inserissem a gastronomia local nesse patamar de relevante espaço cultural e turístico, assim como outros elementos culturais que não foram citados no Inventário ou mesmo identificados como pontos de parada turística. É preciso discutir também sobre o processo de certificações concedidas pela Fundação Cultural Palmares no sentido de uma melhor compreensão deste pela população.

Este trabalho apresentou limitações quanto ao número de sujeitos respondentes ligados ao grupo de gestores culturais, pois o período de aplicação dos questionários coincidiu com o período de apresentações de muitas dessas casas de cultura no São João do Maranhão. Sugere-se a continuidade desta pesquisa nos outros bairros que compreendem o quilombo urbano.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; BARBOSA, G.; NUNES, T.; RODRIGUES, L. Quilombo urbano e patrimônio alimentar no bairro da Liberdade em São Luís-MA. **Anais ANPTUR**, 2020.

ASSUNÇÃO, A. V. **Quilombo urbano: Liberdade, Camboa e Fé em Deus**: identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão. 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

CARRIL, L. **Quilombo, favela e periferia**: a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006. p. 41.

ERNANDES, M. Â. M. **A influência da culinária africana no Brasil**. Paranaíba: UNESPAR – FAFIPA, 2013. p. 4-23.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação quilombola**. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MARANHÃO. **Inventário Nacional de Referências Culturais - INCR**. Quilombo da Liberdade, 2024. Disponível em: <https://ircquilomboliberalidade.org/>. Acesso em: 2 ago. 2024.

NUNES, P. P. **Canelatiua, terra dos pobres, terra da pobreza**: uma territorialidade ameaçada, entre a recusa de virar Terra da Base e a titulação como Terra de Quilombo. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, A. O sabor da história: práticas alimentares e identidade quilombola. **Intratextos**, Rio de Janeiro, n. esp. 03, p. 54-71, 2012.

# TRAMAS BRASILEIRAS E RACIALIDADES: uma análise do elenco negro da telenovela *Vai Na Fé*

**Francisco Ewerton Aleixo da Silva<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Danilo Silva de Meireles<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Maria Angela Pavan<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## RESUMO

Neste artigo analisa-se o elenco negro da telenovela *Vai na Fé*, obra das 19h, de autoria da novelista Rosane Svartman e produzida pela Rede Globo. A trama trouxe um número significativo de atores e atrizes negros em seu *casting*, principalmente o casal protagonista composto por duas pessoas negras. Para análise do *corpus* desta pesquisa, realizamos uma revisão bibliográfica a partir dos teóricos Araújo (2004, 2006, 2008), Lopes e Mungioli, *et al.* (2013), Sodré (1999) e Almeida (2019), dos quais articulam-se os conceitos acerca de telenovela, racismo e a representação do negro na teledramaturgia brasileira. Com base nisso, observamos a relevância da trama a respeito das pessoas negras nas telenovelas, que sempre sofreram com a marginalização e inferioridade ao longo de mais de sessenta anos de novelas no Brasil.

**Palavras-chave:** Telenovela; Racismo; Vai na fé; Produção de sentido.

## 1 INTRODUÇÃO

A telenovela brasileira faz parte do imaginário coletivo há mais de setenta anos. Esse produto audiovisual tornou-se parte da vida das pessoas e hoje é exportado para diversos países ao redor do mundo. Há décadas, estas obras adentram aos lares brasileiros e geram discussões acerca das mais variadas temáticas, como tráfico humano, sexualidade, doença mental, violência de gênero entre outras. Contudo, quando falamos de teledramaturgia nacional, precisamos pensar: onde estão os personagens negros nessas obras? Essas obras hoje compõem o imaginário social e já não apenas servem para o simples entretenimento, mas funcionam como aliadas na luta e para a elaboração da opinião pública e posicionamentos que envolvem as demandas sociais, fazendo com que questões sociais entrem em discussão.

Sabemos que durante muitos anos, os únicos papéis reservados à classe artística negra remetiam a subalternidade desses sujeitos em relação às pessoas brancas. Motoristas,

1 Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN). E-mail: [chicoewerton22@gmail.com](mailto:chicoewerton22@gmail.com).

2 Mestre e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN). E-mail: [meirelesdanilo9@gmail.com](mailto:meirelesdanilo9@gmail.com).

3 Doutora e professora de graduação e do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Decom/UFRN). E-mail: [gelpavan@gmail.com](mailto:gelpavan@gmail.com).

zeladores, jardineiros, babás, e empregadas domésticas dominavam este ciclo vicioso e por várias décadas reverberou-se desse modo ao longo dos anos, o que Sodré (1999) nos aponta como “racismo midiático” em que grupos dominantes determinam e colocam em xeque a cultura diversificada de um país (Grijó; Sousa, 2012).

Compreendemos as novelas brasileiras como um tipo de produto midiático que contribui para a discussão de problemas comumente enfrentados pela sociedade brasileira, com isso, não se trata de uma visão romântica sobre o produto, o que evidenciamos é a sua capacidade de suscitar temas marginalizados e, por vezes, não elaborados pela sociedade.

Ainda que seja um produto ficcional, abordar temáticas e problemáticas enfrentadas diariamente pelas pessoas, principalmente quando envolve o que chamamos de *merchandising* social. *Merchandising* social trata de ações sociais pertinentes à área da publicidade, que já foi utilizada em diversas telenovelas como forma de conscientização.

“O termo está em consonância com o *marketing*, pois ambos têm como objetivo principal divulgar produtos, serviços e até mesmo ideias, a partir de um processo de gestão que consiga coordenar as práticas do *marketing* e também do *merchandising*” (Martins Desidério, 2013, p. 378, grifos dos autores).

Dado esse aspecto mercadológico, mais uma vez compreendemos a telenovela como um dispositivo dual, embora ela insira as demandas sociais em discussão também serve ao capital, este, por sua vez, determina os limites de tensionamento que as telenovelas possam fazer sobre determinados temas. As telenovelas podem ser reconhecidas pela “inserção de cenas, que de modo explícito e pedagógico, expõem problemas sociais do país [...]” (Lopes; Mungioli, *et al.*, 2013, p. 134).

Muitas situações foram trazidas às telenovelas acerca de racismo, entretanto, quando esse tema vinha à tona, geralmente partia da perspectiva de autores brancos. Mesmo sendo um produto que tratava com certa veracidade os problemas enfrentados pela população negra brasileira, por vezes, personagens negros eram colocados em circunstâncias vexatórias e de repleta humilhação o que nos leva a refletir sobre revitimização desses sujeitos que vivem na vida e na teledramaturgia os efeitos perversos do racismo.

A Rede Globo como a principal detentora dessas obras pouco deu visibilidade à classe artística negra dentro das suas novelas, apenas a partir da década de 1990, foram introduzidos inicialmente personagens negros em lugar de destaque em determinados trabalhos (Grijó; Sousa, 2012).

O avanço tecnológico e a internet impulsionaram a indagação das pessoas negras em não se reconhecerem mais dentro desses papéis comumente desempenhado por elas nas telenovelas. Parte disso se deu inclusive pela luta do Movimento Negro que ao perceber quaisquer demonstrações de racismo e inferioridade, em diversas telenovelas, cobrava explicações por parte da emissora e de que maneira isso poderia mudar, mas, principalmente, as indignações vinham dos próprios telespectadores em cobrar mudanças no posicionamento e na forma como sempre trataram o negro na teledramaturgia nacional.

Ainda assim, nos últimos anos, é notória que a participação do negro na teledramaturgia tenha dado um salto significativo em diversas obras brasileiras, principalmente nas três faixas de horário reservados às telenovelas em que a Rede Globo exibe. Neste artigo, focamos na telenovela *Vai na Fé*, obra exibida de janeiro a agosto de 2023 pela Rede Globo, de autoria da romancista Rosane Svartman, com direção geral de Cristiano Marques e direção artística de Paulo Silvestrini.

Ao longo dos seus sete meses de exibição, a novela *Vai na Fé* contou com mais seis colaboradores roteiristas, desses seis, três pessoas eram negras e uma diretora negra. A inclusão de profissionais negros no audiovisual contribuiu positivamente no desenvolvimento da obra, que teve vinte e um intérpretes negros dos quarenta e seis personagens fixos da trama. *Vai na Fé* foi responsável por recuperar a audiência voltada aos telespectadores das já chamadas “novela das sete”<sup>4</sup>. As novelas do horário vinham obtendo baixos índices em relação ao número de espectadores e essa obra contribuiu para que seus números fossem elevados<sup>5</sup>.

A novela trouxe em seu enredo um tom popularesco e de comicidade, o que possivelmente contribuiu para elevar os índices de audiência naquele horário. Todo fenômeno na história da teledramaturgia nacional compartilha uma característica em comum: eles refletem o Brasil da sua época e os anseios de determinadas parcelas da população. *Vai na Fé* trouxe uma narrativa de otimismo, independentemente dos desafios e das dificuldades enfrentadas pela personagem principal, sempre revelava uma perspectiva de que tudo acabaria bem no final.

Ainda que tenhamos um avanço significativo ao abordarmos os negros na teledramaturgia brasileira, a novela mostrou um velho problema recorrente em outras obras: a maioria do elenco negro pertencia ao núcleo pobre da trama. Por esse motivo, precisamos ponderar: *Vai na Fé* trouxe uma mudança que pode contribuir na discussão a essas representações para uma conscientização crítica (ou ruptura de estereótipos) sobre as desigualdades raciais na sociedade contemporânea? No item a seguir, abordaremos a construção do casal protagonista da telenovela aqui analisada.

## 2 OS PROTAGONISTAS NEGROS DE *VAI NA FÉ*: o início da resignificação do negro na telenovela?

Conforme fomos constatando os avanços da telenovela no Brasil, era perceptível como os negros eram vistos dentro desse produto audiovisual, pois estavam relegados a papéis que serviam de ponte para outros, ou colocados em situações de subalternidade em relação a pessoas brancas. No entanto, a mudança ocorrida nos últimos anos não existe porque

4 Nomenclatura voltada às telenovelas que são exibidas nessa faixa de horário da Rede Globo. O horário geralmente é voltado a tramas mais populares.

5 A telenovela que antecedeu *Vai na Fé* teve baixos índices de audiência e o horário vinha enfrentando problemas. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/audiencias/vai-na-fe-recupera-publico-perdido-por-cara-e-coragem-e-define-proximo-alvo-98489>. Acesso em: 03 set. 2024.

as grandes emissoras de televisão querem mostrar que estão dispostas a discutirem pautas importantes nas suas obras, mas principalmente pelo interesse do retorno financeiro ao incluir temáticas relevantes às novelas. De acordo com Gomes e Ramos (2023):

Essa mudança, lenta, mas perceptível, pode ser atribuída a alguns fatores além do já apontado interesse de grandes empresas nos assuntos entendidos como pautas identitárias, como o interesse na projeção de lucros ao se associar a novos possíveis consumidores, a partir da lógica: “se eu não me vejo representado em um produto, não compro”. Com isso, tem sido cada vez mais comum a aproximação com as parcelas sub-representadas, entre elas a população negra (Gomes; Ramos, 2023, p. 05).

A classe artística negra não tinha direito a ter sua própria história nas tramas brasileiras. Ainda no seu início “[...] nenhuma história levada ao ar nos anos 70, pela Rede Tupi e Rede Globo, se propôs a contar os conflitos e os dramas da luta pela ascensão social e econômica da população negra na sociedade brasileira” (Araújo, 2004, p. 100). Ainda assim, alguns autores, como Janete Clair e Jorge de Andrade, incluíram personagens negros de classe média em suas histórias. No entanto, nenhum desses personagens assumiu o papel de protagonista ou antagonista, sendo geralmente figuras com pouca relevância em relação ao tema principal (Araújo, 2004).

Ao darmos um salto, percebemos que *Vai na Fé* conseguiu se tornar relevante mediante outras obras apresentadas pela emissora global. Ao passo que os anos foram passando, fomos apresentados a outros personagens negros na teledramaturgia brasileira, principalmente quando falamos de protagonismo negro nas telenovelas. Para Grijó e Sousa (2012, p. 188) “Historicamente, o negro teve grande presença na formação da sociedade brasileira, mas na teleficação seriada tal questão não é apresentada de forma natural, criando um hiato entre a realidade e ficção”.

Mediante esse histórico que foi a presença do negro na teledramaturgia no Brasil, fazemos uma correlação com o ano de 2023 em que *Vai na Fé* foi exibida e trouxe dois protagonistas negros: Solange e Benjamin, que eram popularmente chamados pelos apelidos de Sol e Ben<sup>6</sup>, respectivamente. Devemos levar em consideração o fato de que no ano supracitado, tivemos ao menos um protagonista negro em cada horário voltado às telenovelas inéditas da Rede Globo (18h, 19h e 21h), diferente do que acontecia nos anos de 1980, quando a participação desses artistas ainda era apequenada, pois de acordo com Araújo (2008):

A partir dos anos 80, podemos afirmar que houve uma lenta, mas progressiva, ascensão do negro na dramaturgia da teleficação. Mesmo assim, identificamos que em um terço das telenovelas produzidas pela Rede Globo até o final dos anos 90 não havia nenhum personagem afrodescendente. Apenas em outro terço o número de atores negros contratados conseguiu ultrapassar levemente a marca de 10% do total do elenco. Considerando que somos um país que tem uma população de cerca de 50% de afrodescendentes, essa é uma demonstração contundente de que a telenovela nunca respeitou as definições étnicoraciais que os brasileiros fazem de si mesmos (Araújo, 2008, p. 980-981).

<sup>6</sup> A partir daqui, mencionaremos os personagens pelos seus apelidos, a fim de tornar a leitura mais fluida.

Essa constatação põe em cena o enredo de Sol e Bem, eles se conheceram nos bailes funk dos anos 2000, que ocorriam com frequência na cidade do Rio de Janeiro. Os dois se apaixonaram e ficaram juntos durante a juventude. No entanto, depois que foi descoberta pelos pais, enquanto pulava a janela de casa para sair a uma festa, Sol foi castigada a não frequentar esses ambientes. Em seguida, começou a frequentar a igreja que sua família costumava ir e se converteu ao protestantismo.

Ben sempre foi de classe média, morador do bairro da Tijuca no Rio de Janeiro, estudante de direito, e passou a ir aos bailes com os amigos, onde se apaixonou por Sol. Após sua formatura e a morte do seu pai, começou um relacionamento com Lumiar, se casou, herdou o escritório de advocacia do seu pai e fez uma sociedade com sua esposa. Como Sol já não frequentava mais o baile que os dois costumavam se encontrar, o casal acabou perdendo o contato e se afastando. Sol conheceu seu atual marido, Carlão, com quem também se casou e constituiu sua família. Abaixo, mostraremos o casal Sol e Ben jovens e adultos através da Figura 1.

**Figura 1** - Sol e Ben jovens (à esquerda) e adultos (à direita) interpretados pelos atores Jê Soares e Isacque Lopes e Sheron Menezes e Samuel de Assis, respectivamente.



**Fonte:** Gshow (2023)

Vale salientar que o casal não foi o primeiro par romântico negro da teledramaturgia brasileira. Em 2012, os atores Camila Pitanga e Lázaro Ramos deram vida a Isabel e José Maria na telenovela *Lado a Lado*, obra exibida pela Rede Globo às 18h, e de autoria de João Ximenes Braga e Claudia Lage. Apesar de ser protagonista da trama, o casal dividiu o protagonismo com Laura e Edgard, personagens dos artistas Marjorie Estiano e Thiago Fragoso, ambos brancos. Ainda assim, a representatividade trazida pelos artistas pretos da novela foi de grande relevância à história da dramaturgia nacional. Para Gomes e Ramos (2023):

Ao apresentar um casal de protagonistas negros, “Lado a lado” subverte o padrão histórico, sendo a primeira novela do horário das 18h da Rede Globo a trazer não só o protagonismo negro, mas também outras personagens negras com algum nível de complexidade narrativa. Sendo assim, consideramos essa telenovela como um marco histórico, definindo-a como a primeira a trazer uma perspectiva complexa às populações negras, revelando como o período imediato ao pós-abolição trouxe graves consequências para essa população, e para o país de maneira geral, configurando o período como o embrião formativo da sociedade brasileira (Gomes; Ramos, 2023, p. 02).

A telenovela retratou momentos importantes e pertinentes a respeito do racismo que até hoje acontece no Brasil. Ao realizarmos uma correlação com *Vai na Fé*, podemos observar a importância de ambos os trabalhos, pois em diversos momentos a obra aborda os problemas enfrentados pelo negro na sociedade contemporânea, principalmente trazidos pelo personagem Ben. Em determinados capítulos, o protagonista fala da dificuldade de se encaixar como homem negro pelo racismo que sofreu na juventude mesmo pertencendo a classe média. As afirmações ditas pelo personagem ao longo da telenovela foram importantes visto que “O racismo brasileiro apareceu na telenovela somente como uma das características negativas do vilão, e não como um traço ainda presente na sociedade e na cultura brasileira” (Araújo, 2008, p. 981).

Já Sol enfrentou grandes problemas na vida, como todas as heroínas das telenovelas. Apesar de *Vai na Fé* retornar ao estereótipo do homem rico que se apaixona pela mulher pobre, a obra colocou uma protagonista que se desenvolve numa camada de interpretativa da mulher batalhadora, que acorda cedo e vai em busca de uma vida melhor para sua família através do esforço do trabalho, como faz milhões de brasileiros todos os dias. Além disso, ainda na juventude, foi embriagada e abusada sexualmente pelo antagonista da novela, o que já foi bastante comum em diversas tramas, o homem branco que vê a mulher negra como seu objeto sexual e a explora da maneira mais vil (Gonzalez, 2020).

Assim, o casal Sol e Ben foi importante para *Vai na Fé* por levantar questões importantes aos problemas sociais enfrentados pela sociedade contemporânea e na contribuição da ruptura de uma hegemonia em mais de setenta anos da telenovela brasileira, além de carregarem consigo as marcas da violência racial. Os protagonistas poderão servir para que outras obras apresentem uma maior representatividade da classe artística negra na teledramaturgia brasileira. A seguir, faremos um panorama do elenco negro de *Vai na Fé*, a fim de percebermos a relevância desses personagens ao longo dos anos de novela no Brasil.

### **3 O ELENCO NEGRO DE *VAI NA FÉ* E A SUA IMPORTÂNCIA NA TELEDRAMATURGIA BRASILEIRA**

*Vai na Fé* contou com 46 personagens fixos, sendo desses 21 negros. Um fato importante a ser levado em consideração, visto que em diversas telenovelas exibidas pela Rede Globo, o único lugar reservado ao negro era o de subalternidade, ou de pouco destaque. Ainda que houvesse um elenco majoritariamente negro seria em papéis de pessoas escravizadas<sup>7</sup>. Para Almeida (2019):

Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações (Almeida, 2019, p. 41).

<sup>7</sup> Quando há telenovelas de época no ar.

Para o autor, nos acostumamos tanto em ver pessoas negras em posições inferiores nas telenovelas que isso se tornou algo naturalizado, acreditando de fato, que as mulheres negras têm uma aptidão ao trabalho doméstico e que homens negros são sempre retratados como criminosos e em muitos casos, ingênuos. De fato, ao longo das décadas de telenovela no Brasil, pouco destaque foi dado à classe artística negra, reservando aos artistas negros, papéis secundários e sem nenhum tipo de destaque.

Diante disso, *Vai na Fé* tentou ir de encontro ao que foi exibido ao longo das décadas, pois a maioria dos personagens negros presentes na trama tinham uma profissão não estereotipada, como veremos no quadro a seguir.

**Quadro 1** - Artistas negros presentes em *Vai na Fé*, seus personagens e profissões

<b>Personagem</b>	<b>Ator/Atriz</b>	<b>Ocupação/Profissão</b>
Solange (Sol)	Sheron Menezes	Vendedora/cantora/dançarina
Benjamin (Ben)	Samuel de Assis	Advogado
Bruna	Carla Cristina Cardoso	Vendedora
Anthony Verão	Orlando Caldeira	Jornalista
Kate	Clara Moneke	Vendedora
Orfeu	Jonathan Haagensen	Empresário
Bella	Clara Serrão	Estudante
Jenifer	Bella Campos	Estudante
Maria Eduarda (Duda)	Manu Estevão	Estudante
Marlene	Elisa Lucinda	Vendedora
Yuri	Jean Paulo Campos	Estudante
Hugo	MC Cabelinho	Grafitista
Vinicius	Guthierry Sotero	Estudante
Eduardo	Matheus Abreu	Professor
Naira	Tati Vilela	Segurança
Cidão	Alan Oliveira	Dj
Miguel	Adriano Canindé	Pastor
Alice	Laiza Santos	Estudante
Laís	Agatha Duarte	Advogada
Horácio	Francisco Salgado	Aposentado
Gil	Nego Ney	Estudante

**Fonte:** Elaboração dos autores.

A partir da tabela, que foi dividida entre nome do personagem, ator/atriz que o interpreta e sua profissão, é perceptível que os vinte e 21 personagens tinham ocupações que poucas vezes foram vistos em outras telenovelas. Entre eles estão: dois advogados, três vendedores, um grafiteiro, um DJ, um aposentado, um pastor, um professor, um jornalista e sete estudantes.

Vale salientar que a personagem Naira era uma segurança, mas era contratada da empresa do cantor Lui Lorenzo. Segundo Grijó e Sousa (2012, p. 193) “Entre as profissões exercidas pelos negros nas telenovelas na década de 2000, verificamos que a maioria está envolvida com atividades como: empregada doméstica, escravo<sup>8</sup>, capataz, vendedor ambulante, entre outros.”

<sup>8</sup> Termo utilizado dentro do artigo.

A visão dos autores em paralelo as informações inseridas na tabela acima, reverberam uma mudança expressiva, ainda que lenta, sobre a presença do negro na teledramaturgia brasileira. Ao longo de mais de vinte anos entre essas obras e *Vai na Fé*, observamos nos anos 2000, alguns personagens pontuais fugiram à regra do negro subalterno, como apontam Grijó e Sousa (2012). Em muitas obras, por exemplo, além do preto empregado doméstico, motorista e zelador, muitos personagens vinham regrados a falarem um português errado e com pouca instrução escolar, além de as mulheres gerarem a figura de *mammy*<sup>9</sup>.

Ainda que compreendamos esses avanços acerca de *Vai na Fé*, é necessário reforçar o fato de que a maioria dos personagens negros da trama pertencia ao núcleo pobre da telenovela. Com exceção de Ben, que morava no bairro da Tijuca, o restante residia no bairro de Piedade, já outros não falavam onde viviam. Desse modo, essa produção pode ter representado uma característica que notamos como recorrente em outras obras: o estereótipo do negro periférico nas telenovelas. Para Araújo (2006, p. 77) “No cinema e na telenovela, o melhor lugar reservado para o mestiço, celebrado na literatura ou nos discursos como representante do verdadeiro brasileiro, é a representação do “povão”. Assim, a telenovela pode ter repercutido o discurso do negro que pertence em sua maioria à pobreza.

Precisamos levar em consideração, contudo, que no caso de *Vai na Fé*, mesmo este elenco compondo em sua grande parte a periferia, todos os personagens negros tinham uma história a contar e traziam consigo o seu próprio protagonismo, indo de encontro a outras obras que sempre os marginalizaram e inferiorizaram. Desse modo, a telenovela pode se tornar uma referência na abordagem de outros intérpretes pretos em obras futuras, visto que outras novelas como *Cheias de Charme* e *Avenida Brasil*, ambos fenômenos de sucesso exibidas originalmente em 2012 pela Rede Globo, que destacou a periferia, *Vai na Fé* inseriu nesse núcleo a maior parte dos seus personagens negros, lhes dando um maior destaque.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar uma obra que traz em sua história o enfoque do negro no centro do protagonismo, *Vai na Fé* representa a partir de 2023 a periferia, na forma da construção de personagens negros protagonistas na Rede Globo. Ao revelar personagens negros no centro da trama através das suas vivências, dores e amores do início ao fim da novela, apresenta-se um Brasil que ainda luta pelo reconhecimento de uma classe que sempre esteve à margem de qualquer outra obra folhetinesca.

Apesar de não ser pioneira na intenção de apresentar protagonistas negros conscientes de sua história, de sua condição social e da sua representatividade, *Vai na Fé* destacou não só os protagonistas, mas um elenco que contou sua história, tornando-se sujeitos da sua própria história. Apesar de vermos algumas vezes recorrências de outras obras, no que se diz respeito a reverberação do negro pobre nas telenovelas, causou situações atreladas a noções estereotipadas.

<sup>9</sup> Personagens estereotipadas interpretadas pela mulher gorda, negra e alcoviteira (Araújo, 2004).

Ao apresentar perfis de personagens diversos, compreendemos a trajetória vivida por diferentes pessoas, mas que se unem ao único propósito: ser feliz, ainda que com pouco. Através de *Vai na Fé*, pudemos compreender a narrativa e visões múltiplas de vivências negras por meio das personagens mulheres, principalmente da protagonista Sol, que fugiu do estereótipo da mocinha que sempre foi posta como “a mulher que precisa ser salva”. Ela fez da fé (que pode ser problematizada em outra produção) seu instrumento para se tornar uma pessoa melhor a cada dia, através do seu esforço e trabalho.

Ampliando essa representação, a telenovela nos oferece múltiplas experiências, evocando uma situação divergente do que já foi observado no âmbito da teledramaturgia nacional, tornando o negro protagonista da sua própria história.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. 1ª ed. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, J. Z. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2004.

ARAÚJO, J. Z. A força de um desejo - a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual. **Revista USP**, São Paulo, n. 69, p. 72–79, 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/13514>. Acesso em: 05 set. 2024.

ARAÚJO, J. Z. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 979-985, dez./2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/9ZGKYRnVx8rmgZDYs6NBrVv/?lang=pt>. Acesso em: 04 set. 2024.

GOMES, A. A.F.; RAMOS, V. A. T em negras nessa novela? A representação da mulher negra em “Lado a lado”. **Revista TOMO**, São Cristóvão, v. 42, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/18803>. Acesso em: 03 set. 2024.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2020.

GRIJÓ, W. P.; SOUSA, A. H. F. O negro na telenovela brasileira: a atualidade das representações. **Estudos em Comunicação**, nº 11, p. 185-204, mai./2012. Disponível em: <https://www.ec.ubi.pt/ec/11/pdf/EC11-2012Mai-09.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.

LOPES, M.I.V.; MUNGIOLI, C. *et al.* Brasil: a telenovela como fenômeno midiático. In: LOPES, M.I.V.; OROZCO GÓMEZ, G. (Coords.) **Memória Social e ficção televisiva em países ibero-americanos**: Anuário Obitel 2013. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARTINS DESIDÉRIO, P. M. Merchandising social: A dinâmica do terma e sua apropriação pela teledramaturgia. **Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 12, n. 24, p. 377-396, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/4258>. Acesso em: 03 set. 2024.

SODRÉ, M. **Claros e escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes,

1999.

SVARTMAN, R. **Vai na Fé**. Telenovela. 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/vai-na-fe/t/mNFh7jgxKX/>. Acesso em: 03 set. 2024.

VAI na Fé: Sol transa com Ben após 20 anos e aceita se casar. **Gshow**. 2023. Disponível em: <https://gshow.globo.com/novelas/vai-na-fe/vem-por-ai/noticia/vai-na-fe-sol-transa-com-ben-apos-20-anos-e-aceita-se-casar.ghml>. Acesso em: 03 set. 2024.

## Eixo 5

# Identities, Resistance and Audiovisuals



# ASSASSINATOS LGBTQIAPN+ E A MÍDIA MARANHENSE: uma perspectiva foucaultiana

Mônica da Silva Cruz<sup>1</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Ulisses Bianck Trindade Bertoldo<sup>2</sup>

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

Este artigo analisa as relações de poder e as condições de possibilidade que permitem a emergência do fenômeno do assassinato de pessoas LGBTQIAPN+, utilizando os Estudos Foucaultianos do Discurso e teorias do Jornalismo. A partir da cobertura jornalística de dois assassinatos específicos, buscamos construir uma arqueologia das condições históricas e sociais que margeiam o discurso sobre essa temática na imprensa maranhense. Analisamos duas matérias e aplicamos conceitos como formação discursiva e função enunciativa para entender como os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade produzem efeitos de verdade desses eventos na mídia maranhense. Os resultados revelam como o jornalismo participa na produção e manutenção de normas sociais, perpetuando hierarquias de valor entre diferentes sujeitos, contribuindo para a marginalização de pessoas que existem fora do binarismo e da heteronormatividade. A discussão aborda as implicações desses achados para a compreensão dos discursos sobre violência contra essa população e sugere desdobramentos para futuras pesquisas e práticas jornalísticas inclusivas.

**Palavras-chave:** Análise Foucaultiana. Jornalismo. LGBTQIAPN+. Assassinatos.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra pessoas LGBTQIAPN+ é uma realidade alarmante no Brasil: o país com mais mortes dessa população no mundo. O estado do Maranhão não é exceção e a cobertura jornalística desses crimes desempenha um papel crucial na formação da opinião pública e na visibilidade das questões enfrentadas por essa comunidade. No entanto, a forma como esses assassinatos são noticiados pode gerar preconceitos, perpetuar desigualdades, potencializar violências e promover silenciamentos.

De acordo com o relatório *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022*, referência nacional mais atualizada para esse tipo de estatística até a data de publicação deste artigo, de autoria do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, foram oficialmente registrados pelo menos 15 assassinatos de pessoas LGBTI+ no Maranhão no ano de 2022. Para os dados maranhenses de 2023, apesar da possível subnotificação, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024, p. 109), traz no item “registro de crimes contra pessoas LGBTQI+” 102 lesões corporais dolosas, 34 homicídios dolosos e 31 estupros. O relatório revela que o estado está entre os seis que

1 Professora Associada IV do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão. Doutora e Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Araraquara). E-mail: monica.silva@ufma.br.

2 Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão. Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: ulissesbertoldo@gmail.com.

mais matam pessoas desse grupo por milhão de habitantes, e ocupa o segundo lugar em números proporcionais por habitantes, atrás de estados mais populosos como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esses dados destacam a gravidade da situação e a necessidade de uma análise crítica da cobertura midiática desses eventos, o que buscamos demonstrar ao nos debruçarmos sobre a cobertura jornalística de dois assassinatos, ocorridos em 2018 (travesti) e 2022 (gay), divulgados pela imprensa maranhense e que tiveram ressonância entre a população LGBTQIAPN+ do Maranhão.

A análise da cobertura jornalística dos assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ na imprensa maranhense é fundamental para o avanço dos estudos que tratam da relação entre saber e poder, bem como para entender como o discurso jornalístico filia-se aos discursos que circulam no entrecruzamento entre mídia, política e sociedade a que Charaudeau (2006) chama de opinião pública. Sabendo que a descrição dos enunciados presentes na materialidade que se pretende analisar, os próprios textos jornalísticos, se fará “pela análise das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação, em que ele mesmo faz aparecer as diferenças” (Foucault, 2008, p. 103), para que possamos perceber os arquivos e regimes de verdade a que se filiam os discursos presentes nas matérias de jornal utilizadas, consideraremos as dimensões foucaultianas da função enunciativa, quais sejam o referencial, a posição-sujeito, o campo associado (ou campo adjacente) e a existência material.

Ao explorar a história da homofobia no Maranhão, os processos de produção e circulação da notícia, e analisar casos concretos a partir de uma arqueogenealogia, este estudo pretende contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder que envolvem a cobertura jornalística dos assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+.

O jornalismo, enquanto instituição e dispositivo de poder, produz, modifica e dissemina discursos, exercendo um papel crucial na formação e manutenção das relações de poder e regimes de verdade. Ele pode moldar a percepção, construir saberes e influenciar a opinião pública de acordo com os interesses e discursos hegemônicos. Embora se apresente como porta-voz dos diversos núcleos geradores de efeitos de verdade da sociedade e como mediador da esfera pública, atuando como um tipo de Quarto Poder (Traquina, 2002), o jornalismo oferece uma mediação desequilibrada entre vozes privilegiadas e vozes silenciadas no processo de produção do texto, pois, contribui sobremaneira para a manutenção de discursos hegemônicos e o silenciamento de discursos subjugados.

Curiosamente, a mídia contemporânea mais perpetua o *status quo* do que oferece espaços de resistência e contradiscursos **não por subverter, mas por respeitar os fatores de produção da notícia, como os critérios de noticiabilidade, os constrangimentos organizacionais, a construção da audiência e as rotinas de produção** (Assis, Freire e Ayres, 2021). Por outro lado, as materialidades produzidas pelo jornalismo permitem perceber regularidades e formações discursivas, assim como rupturas que marcam a ausência de neutralidade nesse espaço. Exemplifica perceber na própria instituição Jornal que, há apenas duas décadas, quando as siglas utilizadas para se referir às sexualidades minoritárias eram GLS, GLBT e LGBT, era improvável pensar na possibilidade de emergência da atual sigla

LGBTQIAPN+ e suas filiações discursivas. Essa amplitude evidencia mudanças nas formações discursivas do movimento anti-homofobia e as condições históricas que possibilitaram seu aparecimento.

Posto isso, o objetivo deste artigo, que está estruturado em cinco seções principais, é analisar as relações de poder e as condições de possibilidade que permitem a emergência do fenômeno do assassinato de pessoas LGBTQIAPN+, utilizando os Estudos Foucaultianos do Discurso e teorias do Jornalismo. A partir da cobertura jornalística de dois assassinatos específicos, buscamos construir uma breve arqueologia das condições históricas e sociais que contornam o discurso na imprensa maranhense sobre essa temática. Para esse fim, analisaremos as matérias e aplicaremos os conceitos do ferramental foucaultiano anteriormente mencionados no sentido de entender como os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade influenciam a representação desses eventos na mídia local.

## 2 APORTE TEÓRICO – SEXUALIDADE, JORNALISMO E HISTÓRIA

Michel Foucault (1985) analisa a homossexualidade como uma construção social da episteme moderna, influenciada pela religião, medicina e repressão estatal. O desaparecimento da amizade entre homens, culturalmente aceita, e sua problematização coincidiu com a repressão da Inquisição e o Calvinismo, que puniam as “sexualidades desviantes”. Isso confinou tais amizades a espaços isolados e clandestinos, gerando guetos modernos como as Molly Houses na Inglaterra do século XVIII (Spencer, 1999, p. 177). Na atualidade, mesmo com avanços em discussões sobre o assunto, as sexualidades minorizadas ainda carregam o estigma sexual e sua simples discussão pode transgredir tabus sociais, uma raiz potencial da homofobia (Foucault, 1997).

Ao criticar a liberação sexual dos anos 60, Foucault alega que ela não trouxe liberdade plena, mas novas relações de poder. Logo, ele defende que os homossexuais devem criar suas próprias representações em vez de imitar a heterossexualidade, sendo a homossexualidade não um simples desejo, mas algo desejável em si (Foucault, 1981). O pensamento de Foucault sobre a homossexualidade mostra como essa categoria é uma construção social da episteme moderna, objetivada pela religião, medicina e repressão estatal. A repressão da homossexualidade reflete uma sociedade que marginaliza e patologiza esses indivíduos.

No Jornalismo, os assassinatos de pessoas LGBTI+ são entendidos como acontecimentos ou eventos, definidos como «tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história entre uma multiplicidade aleatória de fatos individuais» (Rodrigues, 1994, p. 27). Sua relevância aumenta à medida que sua probabilidade diminui, e ele deve atender a registros de notabilidade como o excesso, a falha, ou a inversão para se tornar notícia. A notícia, por sua vez, é o enquadramento desse acontecimento dentro das regras do discurso jornalístico.

Quando trata de temas relacionados à homossexualidade, o Jornalismo muitas vezes explora fantasias e perversões sensacionalistas, conforme observado por Marcondes Filho (1995, p.17), que aponta o trinômio “escândalo-sexo-sangue” como foco dos jornais

sensacionalistas. Segundo Gomis (1991, p.59), transformar um acontecimento em notícia depende do interesse em torná-lo público: “os fatos a que se dará forma de notícia foram previamente escolhidos e isolados por aqueles que desejam que o fato seja conhecido”.

A notícia é uma construção social subjetiva, em que se ligam fatores como realidade dos acontecimentos, valores-notícia, fontes e constrangimentos organizacionais (Traquina, 2002). Esses constrangimentos são entendidos por Traquina (2002) como as limitações e pressões internas e externas que (de)limitam a rotina de um setor de redação jornalística, como, entre outros, a linha editorial, a política ideológica, as rotinas produtivas, o acesso às fontes, as hierarquias internas e as questões financeiras. Embora o jornalismo busque a objetividade, ou neutralidade, frequentemente reforça representações hegemônicas, tratando as notícias como emergindo naturalmente dos fatos (Traquina, 1998). Os valores-notícia, enquanto características inerentes ao fato e que o candidatam a ser transformado em notícia, são flexíveis e variam entre redatores e instituições. Critérios como proximidade, factualidade, relevância, notoriedade, surpresa, notabilidade, entre outros, definem “quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia”. (Wolf, 2003). Eventos podem ser reportados de maneiras distintas conforme os regimes de verdade (Foucault, 2014) a que se filiam, como mostram os assassinatos de pessoas LGBTI+ aqui analisados.

As notícias, de forma sub-reptícia para muitos leitores, mostram intencionalidades relacionadas às relações de poder, que podem ser da linha editorial, das fontes, dos anunciantes ou mesmo dos leitores. Apenas as fontes oficiais e as vozes autorizadas têm privilégio devido à rapidez e à segurança na apuração, mas isso não garante nem objetividade nem equilíbrio (ROSEN, 2000). Nesse sentido, estudos indicam que a mídia perpetua preconceitos contra minorias sexuais, como mostra Sanderson (1995) ao criticar a manipulação da homossexualidade na mídia britânica, revelando os danos causados por tabloides a gays, lésbicas e pessoas com HIV/Aids.

O jornalismo contribui para a manutenção de uma sociedade heterossexista e homofóbica, moldando a realidade através da circulação de discursos excludentes. Em específico, o jornalismo policial reforça a homofobia ao buscar como fontes a medicina e a polícia, criando pontes até com a biotipologia homossexual nazista. É por isso que teorias como o Agenda-Setting (ou Agendamento) veem o jornalismo como produtor de sentidos que excluem discursos de minorias e perpetuam as posições hegemônicas.

Estudos recentes, como as abordagens interpretativas das notícias, mostram que as notícias não descrevem a realidade de forma neutra. Segundo Tuchman (2002), a presença do “desvio” nas notícias implica na ausência da “norma”, moldando novos sentidos sociais. Além disso, teorias como o Newsmaking e a Espiral do Silêncio explicam como a produção jornalística silencia vozes dissidentes, reforçando posições dominantes e refletindo interesses dos anunciantes (Deleuze, 1999).

Trabalhamos aqui com a ideia de que as teorias do jornalismo, como Newsmaking, Agendamento e Espiral do Silêncio, ajudam a disseminar discursos hegemônicos. No

Newsmaking, a organização da produção jornalística destaca alguns assuntos devido a fatores como acessibilidade e hierarquia das fontes, valores-notícia e prazos de fechamento. O Agendamento, por outro lado, envolve consenso entre produtores e receptores, limitando divergências de opinião e considerando a “necessidade de orientação”, que ocorre quando há alto interesse e incerteza sobre um assunto, influenciando a seleção e enquadramento das notícias. Já a Espiral do Silêncio destaca as fontes oficiais (polícia, medicina) e silencia outras, fazendo circular posições dominantes e possibilitando mudanças no texto apenas quando já enraizadas no tecido social.

Segundo a Espiral do Silêncio, as notícias sobre crimes contra LGBTI+ tendem a silenciar indivíduos incomodados, para que se adaptem ao comportamento majoritário, como se o jornalismo realizasse um “ritual de excomunhão,” excluindo certos posicionamentos e destacando outros, criando um “exílio interior” para alguns indivíduos. A teoria do Newsmaking sugere que o formato das notícias não é inteiramente culpa dos jornalistas, pois eles estão submetidos ao planejamento produtivo da organização. Além disso, Deleuze (1999) destaca o papel dos anunciantes como verdadeiros clientes da mídia, moldando o conteúdo para atender seus interesses. Por sua vez, o Agendamento enfoca como os LGBTI+ são representados: muitas vezes como criminosos ou vítimas cuja sexualidade é o critério de noticiabilidade. Traquina (2002, p.41) observa que o modo como as questões são enquadradas pode afetar tanto o que pensar quanto como pensar.

O jornalismo sensacionalista muitas vezes inverte a culpa em crimes contra pessoas LGBTI+, principalmente quando as vítimas são pessoas trans, atribuindo a responsabilidade ao comportamento “desviante” da vítima (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995). Esse jogo de verdades reflete uma moral sexual ultrapassada, mas presente, dos jornais sensacionalistas, que ignoram as transformações sociais relativas à diversidade de gênero.

Para entendermos as origens dos discursos de repressão às sexualidades minoritárias, incluindo as condições de possibilidade da homossexualidade, é preciso que sejam retomados alguns acontecimentos no Brasil e no mundo. No Brasil, essa censura remonta ao período colonial, quando formas de sexualidade que fugiam ao modelo heterossexual, como a poligamia e a transexualidade, eram condenadas pela igreja, definidas como pecado, pela medicina como doença, e pela polícia como crime. A mídia, inicialmente opressora, ajustou seu discurso aos direitos humanos após a ditadura de 1964. Termos como “sodomia” e “homossexualidade” denotam essa história repressiva, que inclui execuções, como a de um indígena tupinambá em 1613 (Mott, 2024) entendida atualmente como o primeiro caso de homofobia do Novo Mundo. Segundo Mott (1995), durante o período colonial, inúmeras penas de açoite, prisão e morte ocorreram sem consulta ao rei, em claro descumprimento da legislação da época.

Durante a Inquisição, a ausência de um tribunal no Brasil favoreceu o florescimento de uma subcultura gay, mas a repressão continuou, com a sodomia sendo duramente punida. Após a Inquisição, a homossexualidade foi criminalizada por “ofensa à moral”. Em 1830, o Código Penal aboliu a sodomia, mas criou infrações contra a moral pública. Trevisan (2004)

observa que a homossexualidade foi mantida em um “silêncio tácito”. A heresia judaizante era mais severamente punida do que o pecado de sodomia até o fim da distinção entre cristãos-novos e velhos em 1773.

No século XX, a medicina passou a controlar a sexualidade com o apoio do Estado. O julgamento de Oscar Wilde, em 1895, marcou a criminalização internacional da homossexualidade. No Brasil, o jurista Alcântara Machado propôs em 1938 penas para “indecência”, refletindo influências nazistas (Green, 2006). A distinção entre homossexual pervertido e patológico gerou debates, com os primeiros sendo vistos como perigosos e os segundos como “invertidos” que precisavam de tratamento (Green, 2006).

Com o advento do Estado higienista burguês, resultado da importação de uma das facetas da ideologia calvinista da Europa não-ibérica, a partir da metade do século XIX, a ciência médica imiscui-se definitivamente na vida da família tradicional brasileira (pai, mãe e filhos), ensinando-as o que deveria ser feito para manter-se forte e viril e, conseqüentemente, fortalecer a nação. Agora não era mais em nome de Deus que deveriam ser exterminados os homossexuais, mas em nome da Ciência que, por sua racionalidade e terapias, se apresentava-se como mantenedora da ordem através do seguimento dos “padrões de normalidade” (Trevisan, 2004, p.173).

A homofobia, enraizada em ideias masculinistas, associava homossexualidade à passividade, e a medicina buscava “corrigir” essas pessoas com terapias agressivas, como lobotomia e castração (Spencer, 1999). Embora a homossexualidade tenha sido removida da Classificação Internacional de Doenças (CID) em 1990, a transexualidade ainda é tratada como patologia, mesmo depois da reclassificação, no ano de 2022, da “seção de transtornos mentais e comportamentais” para a seção de “condições relativas à saúde sexual), segundo critérios mais socio-históricos do que científicos.

Contudo, a resistência a essas práticas continuou a crescer, e a sexualidade passou a ser vista como parte da identidade pessoal. Transexuais, como ilustrado por Agrado no filme *Todo Sobre Mi Madre* (Almodóvar, 1999), buscam viver plenamente sua sexualidade, reforçando que autenticidade e autoaceitação são essenciais para a realização pessoal.

### 3 MOVIMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

Para analisar a cobertura jornalística dos assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ na imprensa maranhense, recorreremos aos conceitos foucaultianos de discurso, enunciado e formação discursiva, pois Foucault entende o discurso como um conjunto de enunciados que não apenas comunicam, mas também constroem a realidade por meio de relações de poder. Cada enunciado, como unidade mínima do discurso, é condicionado por regras implícitas que determinam sua legitimidade e significado dentro de um sistema discursivo. Essas regras formam o que Foucault chama de formação discursiva: os limites e possibilidades de um discurso em um determinado contexto social e histórico, influenciando como a sociedade compreende e organiza a realidade. Nessa direção, um jornal não pode e não deve

dizer tudo, em qualquer circunstância, sobre um dado acontecimento. Suas verdades estão condicionadas a um conjunto de relações de poder e saber.

Esse poder de que fala Foucault não é um poder centralizado em determinados pontos da sociedade, pelo contrário, é um poder pulverizado, que está em toda parte e se faz presente nas relações sociais. Na análise em questão podemos complementar o nosso ferramental com os conceitos de biopolítica e o biopoder. A biopolítica refere-se às estratégias e mecanismos que governam a vida coletiva, focando na administração da saúde, reprodução, sexualidade e comportamento social (Foucault, 2015). O biopoder, por sua vez, é o poder que se exerce sobre a vida, que regula populações e corpos individuais através de normas, instituições e discursos. Diferente do poder soberano, que se baseava na ameaça de morte, o biopoder se preocupa em administrar a vida, controlando aspectos como saúde e higiene. Foucault também destaca, em seu estudo arqueológico dos saberes, as condições de possibilidade de aparecimento de um objeto discursivo, que compreendem os aspectos históricos, sociais e culturais que permitem a emergência de certos discursos e práticas, enquanto outros são excluídos ou marginalizados.

Ademais, também utilizamos as quatro dimensões da função enunciativa como ferramentas analíticas para descrever os mecanismos de produção, regulação, circulação e modificação dos discursos.

A primeira dimensão é o referencial do enunciado e tem a ver com o lugar em que o enunciado emerge e adquire sentido, com as “leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (Foucault, 2008, p. 103), e proclama que esses sentidos não são fixos, mas moldados pelas condições em que são produzidos e recebidos.

Em segundo lugar, a posição-sujeito a qual refere-se à identidade assumida ou recebida dentro de um regime discursivo específico. Essa posição é percebida através das regras e práticas que determinam o que pode ser dito, de que forma, por quem e em que circunstâncias. De natureza variável, a posição-sujeito é construída pelas condições históricas e sociais que delimitam as possibilidades de fala e de ação, estabelecendo os modos de subjetivação e as formas de poder que constituem o sujeito. Assim, ela define não apenas o lugar discursivo de um enunciado, mas também os limites e as possibilidades de participação e existência dos sujeitos dentro de uma rede de saber-poder.

O terceiro ponto da função enunciativa é o campo associado (ou adjacente) segundo o qual não há enunciado isolado, livre, neutro e independente, pois “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (Foucault, 2008, p. 110). São as relações periféricas desse campo que permitem entender como um enunciado não existe de forma autônoma, mas tão somente como parte de uma rede de saberes, instituições e práticas que lhe garantem coerência, legitimidade e poder. Um discurso é sempre conectado a outros discursos.

A existência material explica que as relações de poder existentes em todo enunciado deixam marcas numa memória e num espaço, fazendo lembrar das deformações no

espaço-tempo geradas pela combinação de matéria de energia, como defende a teoria da relatividade. Quanto à materialidade, as relações de poder que ali existem precisam “ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data (Foucault, 2008, p. 114). Essa função enunciativa ressalta que o enunciado alcança mais longe que ideia abstrata, tendo uma presença concreta no mundo, abrangendo as plataformas de circulação dos sentidos, como livros, vozes, jornais, arquivos, e também as práticas institucionais e sociais. Visto que as suas condições práticas de sua produção e acessibilidade também são importantes, esse conceito conecta os enunciados a uma rede de saberes e práticas, evidenciando a relação indissociável entre discurso, poder e sua materialidade.

#### **4 ASSASSINATOS DE PESSOAS LGBTI+ SEGUNDO AS LENTES DE JORNAIS MARANHENES**

Apesar do material de referência “Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022” (Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023) indicar dezenas de palavras-chave para as buscas de material eletrônico relativo ao assassinato de pessoas LGBTI+, decidimos escolher para esta análise dois assassinatos por terem tido certa repercussão midiática e social no Maranhão. Em respeito à intimidade das vítimas, substituiremos os seus nomes reais pelas anonimizações Vítima A e Vítima B.

Reforçando que utilizamos as matérias jornalísticas do jornal O Imparcial relativas aos assassinatos de Vítima A e Vítima B, a listagem a seguir detalha as datas e os títulos das matérias, proporcionando uma visão geral da cobertura jornalística desses casos. Para Vítima A, temos as seguintes matérias: em 22 de fevereiro de 2022, “Travesti é encontrada morta em quitinete após 3 dias desaparecida”; em 16 de março de 2022, “Em quatro meses, quatro travestis são mortas brutalmente no Maranhão”; e em 27 de junho de 2022, “Polícia Civil soluciona caso da morte de travesti encontrada em quitinete de São Luís”. Para Vítima B, os títulos das matérias são: em 29 de março de 2018, “Publicitário some no Araçagi e polícia suspeita de latrocínio” e “Corpo de Vítima B é encontrado em matagal no Araçagi”; em 30 de março de 2018, “Publicitário encontrado morto no Araçagi é velado nesta sexta-feira”; em 31 de março de 2018, “Suspeitos de envolvimento na morte de publicitário são presos”; em 28 de junho de 2018, “Envolvidos na morte de publicitário são apresentados pela polícia”; em 1 de abril de 2018, “Presos pela morte de publicitário contam suas versões do crime”; em 9 de abril de 2018, “Amigos próximos de Vítima B dizem que versão de suspeito é inverídica”; e em 28 de junho de 2018, “Envolvidos na morte de publicitário são apresentados pela polícia”.

Uma análise da cobertura jornalística do assassinato de Vítima A, publicada pelo jornal O Imparcial, revela posições-sujeito como a do machismo e da homofobia, e como os discursos sobre violência contra pessoas LGBTQIAPN+ são construídos e perpetuados na mídia. Utilizando os conceitos de discurso, enunciado e formação discursiva, observa-se que as reportagens seguem um padrão que, embora relate os fatos, contribui para a manutenção

de um regime de verdade que marginaliza as vítimas: os títulos das notícias tratam as travestis assassinadas como meros objetos de relato, sem problematizar as condições sociais e históricas que levam à violência contra elas, naturalizando a desumanidade ao não trazer informações humanizantes como idade, profissão ou amigos, e ao tratar os assassinatos como eventos isolados. Nos títulos das três matérias que a mencionam, Vítima A não possui idade, vizinhos, amigos, família ou trabalha; ela é apenas um corpo morto em estado de putrefação, encontrado pela polícia após relatos de fortes odores vindo de um determinado imóvel. Nem mesmo o seu nome é corretamente apurado, pois, por vezes outro nome é utilizado. Comprovação dessa falta de apuração é o primeiro parágrafo da matéria publicada no dia 22/02/2022: “O corpo de uma travesti, conhecida como *Cilene*<sup>3</sup> foi encontrado na manhã desta terça-feira (22), em um quarto de uma quitinete, na rua Projetada, bairro do Jardim das Margaridas, em São Luís”. Como explicamos anteriormente, Cilene é um nome fictício para o nome trocado de Vítima A.

A formação discursiva presente nas notícias reflete uma sociedade onde a vida de pessoas LGBTI+, e principalmente a de pessoas trans, é desvalorizada, reforçando uma visão biopolítica que determina quais vidas são dignas de luto e justiça, e quais são relegadas à marginalidade. Enunciados como “travesti é encontrada morta” e “quarto caso de travesti morta” colocam as vítimas em uma posição de anonimato e distanciamento, sem contextualização maior que explique as estruturas de poder que permitem essa violência. A biopolítica e o biopoder são evidentes na forma como as notícias gerem a população LGBTI+, determinando quais corpos merecem proteção e quais podem ser descartados. A cobertura jornalística desses assassinatos só se torna possível dentro de um conjunto específico de condições históricas, sociais e culturais que permitem a emergência de discursos que naturalizam a violência contra pessoas LGBTQIAPN+. A falta de questionamento crítico nos títulos das reportagens e o desequilíbrio entre a quantidade de matérias feitas pelo mesmo jornal em relação a Vítima A (3 matérias) e Vítima B (8 matérias) sugere uma condição de possibilidade que silencia vozes subjugadas e mantém as posições-sujeito hegemônicas, refletindo o próprio processo de produção do texto jornalístico.

Já os títulos das matérias jornalísticas sobre o assassinato de Vítima B, em comparação ao tratamento dado ao caso de Vítima A, revela como o discurso jornalístico constrói e mantém hierarquias sociais e representações hegemônicas. Essa análise destaca como o poder se manifesta através das práticas discursivas, moldando a percepção pública de indivíduos e eventos com base em normas sociais dominantes. No caso de Vítima B, apesar de sua homossexualidade ser publicamente conhecida, sua sexualidade não é mencionada como um possível fator relevante para o crime em nenhuma das matérias analisadas. Temos um caso em que a sociedade disciplina corpos e sexualidades, silenciando ou marginalizando certas identidades. A omissão da sexualidade de Vítima B manifesta um processo de normalização, em que sua identidade é desconsiderada, possivelmente por ele se encaixar em outras categorias sociais mais valorizadas, como a de profissional respeitado. Essa invisibilização

---

<sup>3</sup> A própria matéria troca o nome de Vítima A. Para anonimizar o nome trocado, Cilene é um nome fictício.

certamente contribui para a manutenção de uma normatividade heterossexual no espaço público em que o jornal circula.

Além disso, os títulos das matérias sobre Vítima B descrevem um cenário de respeito, tanto na forma como ele é referido (sempre por sua profissão e possuindo idade) quanto na mobilização em torno de sua busca e investigação. Foucault defende que o poder não apenas reprime, mas também valoriza e protege certas vidas. A cobertura extensa, a mobilização policial e o engajamento de amigos e familiares no caso de Vítima B indicam que sua vida é considerada valiosa dentro das normas sociais vigentes. Isso contrasta fortemente com o tratamento dado a Vítima A, cuja vida foi devassada e sua identidade desrespeitada, evidenciando um diferencial de valor social atribuído a essas vidas: “no local, o corpo de *Cilene* foi encontrado despido, enrolado em um lençol e já em estado avançado de decomposição, além disso a vítima tinha marcas de golpes de arma branca”. O tratamento do caso de Vítima B também exemplifica a função do discurso jornalístico na produção de verdades sociais. Ao cobrir extensivamente o caso e apresentar as investigações e depoimentos, as matérias contribuem para a construção de uma narrativa de justiça e legitimidade em torno da morte de Vítima B. O jornalismo, ao participar da construção dessa verdade, alinha-se às estruturas de poder e reforça a normatividade, criando uma narrativa coerente com os valores sociais dominantes.

Contrastando com Vítima B, o tratamento de Vítima A mostra como o jornalismo pode operar como uma ferramenta de controle social, expondo e marginalizando vidas e corpos vistos como desviantes. Foucault argumenta que o discurso é uma prática que tanto revela quanto regula, e, no caso de Vítima A, o jornalismo atua na regulação de sua vida, desnudando sua intimidade e ligando diretamente sua identidade ao crime que sofreu. Essa diferença no tratamento decalca as hierarquias de poder que governam quais vidas são dignas de luto e respeito e quais são descartáveis ou apenas objetos de escândalo. A cobertura jornalística desses assassinatos só se torna possível dentro de um conjunto específico de condições históricas, sociais e culturais que permitem a emergência de discursos que naturalizam a violência contra pessoas LGBTQIAPN+. A falta de questionamento crítico nas reportagens e de aprofundamento na apuração dos fatos sugere uma condição de possibilidade que silencia vozes subjugadas e mantém o *status quo*, refletindo o próprio processo de produção jornalístico explicado anteriormente.

## 5 CONCLUSÕES

A análise foucaultiana dos títulos das matérias sobre Vítima B e Vítima A revela como o jornalismo participa na produção e manutenção de normas sociais, perpetuando hierarquias de valor entre diferentes subjetividades. A invisibilização da sexualidade de Vítima B, em contraste com a exposição necrófila de Vítima A, exemplifica como o poder disciplinar opera de forma diferenciada, promovendo a normatividade e marginalizando o

que é considerado desviante. O jornalismo, ao atuar como uma ferramenta na construção de verdades, contribui para a sustentação dessas estruturas de poder e desigualdade.

Comparando nossos achados com outros estudos, observamos que a invisibilização da sexualidade e a diferenciação de tratamento entre vítimas com diferentes perfis sociais são temas recorrentes na literatura. Estudos anteriores, como KOREY (2022) também destacam como a mídia reforça estereótipos e normas sociais, alinhando-se às estruturas de poder existentes. A análise foucaultiana corrobora essas observações, mostrando que o discurso jornalístico não é neutro, mas um reflexo das dinâmicas de poder que permeiam a sociedade.

Os resultados deste estudo têm importantes implicações para a compreensão dos discursos sobre violência contra pessoas LGBTQIAPN+. A perpetuação de certos discursos jornalísticos pode criar verdades para a percepção pública e interferir nas políticas de proteção e inclusão. É crucial que a cobertura jornalística seja crítica e sensível às questões de gênero e sexualidade, desafiando narrativas que marginalizam e excluem.

Ao analisar as tecnologias de saber e poder que nos constituem como corpos e sujeitos governáveis, Michel Foucault revela que essas mesmas tecnologias também dão origem a focos de resistência. São nesses focos, nas fissuras dos discursos hegemônicos, que os indivíduos encontram a possibilidade de transformação. Esses pontos de resistência tornam-se espaços de liberdade, onde o sujeito ético se forma pela prática consciente da sua autonomia. Para Foucault, onde há poder, há também resistência, sempre acompanhada de uma busca incessante por liberdade.

Portanto, entendemos que o discurso “é sempre um jogo estratégico, indissociável do exercício do poder e sempre tem uma materialidade” (Gregolin, 2022). Visto que analisar discursos à luz de Michel Foucault significa desenvolver um olhar histórico para os discursos, entender como eles constroem as nossas subjetividades, e vislumbrar a possibilidade de desobedecer, percebemos ser possível, através da atuação nas fissuras dos discursos hegemônicos e dispositivos de saber-poder, a construção de políticas e práticas jornalísticas que promovam uma representação mais justa e inclusiva das minorias sexuais e de gênero.

## REFERÊNCIAS

ALMODÓVAR, Pedro. **Todo sobre mi madre**. [Filme]. Espanha: El Deseo, 1999.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Esprema que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

ASSIS, Ingrid; FREIRE, Karla Cristina Ferro; AYRES, Melina de la Barrera. O silenciamento da comunidade LGBTQ+ no telejornalismo. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 18, n. 1, p. 3, 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2024.

- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Da amizade como forma de vida. In: FOUCAULT, Michel. Gai Pied, abril-2001. **Sexo, poder e indivíduo**. Tradução: Davi de Souza; Jason de Lima e Silva. 2. ed., Florianópolis: Edições Nefelibata, 2004, p. 65.
- FOUCAULT, Michel. **Do Governo dos Vivos**: Curso no Collège de France (1979-1980). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, Michel. Que fabriquent donc les hommes ensemble? **Le Nouvel Observateur**, n. 1098, p. 54-55, 22-28 nov. 1985. Disponível em: <http://1libertaire.free.fr/Foucault16.htm>.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Gallimard, 1997.
- GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo**: cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991.
- GREEN, James Naylor. **Frescos trópicos**: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870 – 1980). Tradução: Ronaldo Hipólito. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **XXI CED - Análise do Discurso com Michel Foucault**: poder, verdades, subjetividades. YouTube, 17/02/2022.
- MOTT, Luiz. **A Inquisição no Maranhão**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 1995.
- MOTT, Luiz; MURICY, Sérgio. **Tibira do Maranhão**: 1º Mártir da Homofobia no Brasil. 1. ed. Salvador, BA: Editora Grupo Gay da Bahia, 2024.
- OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTI. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: Dossiê 2022. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. **Comunicação e cultura**. Lisboa: Presença, 1994.
- ROSEN, Jay. Para além da objetividade. In: ROSEN, Jay. TRAQUINA, Nélon (Org). **Jornalismo 2000, Revista de Comunicação e Linguagem**, n. 27, Lisboa: Relógio D'Água, 2000.
- SANDERSON, Terry. **Mediawatch**: the treatment of male and female homosexuality in the British media. Londres: Cassel, 1995.
- SILVA, Paula Korey da. **Um arco-íris de sangue**: análise discursiva de casos de violência contra pessoas trans em textos jornalísticos. 2022. 69 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade**: uma história. Tradução: Rubem Mauro Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, João Pissarra (org.). **Comunicação e sociedade**: os efeitos dos meios de comunicação de massa. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. p. 91-104.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.

# IMAGENS, MEMÓRIA E DISCURSO: análise das construções discursivas a respeito do sujeito intérprete no filme *1492: A Conquista do Paraíso*

Helen Vanessa Silva Lopes<sup>1</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Vandilma Sousa Aguiar<sup>2</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho<sup>3</sup>

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

A posição que o sujeito ocupa no momento em que os fatos históricos são ditos, influenciam diretamente na maneira como este é concebido, repercutindo no discurso produzido a seu respeito e sobre a sua posição frente aos fatos relatados. Esta questão torna-se delicada à medida em que, de acordo com a posição em que os sujeitos são colocados quando as histórias são narradas e recontadas através de livros, quadros filmes e as mais diversas possibilidades de registros, pode haver deslizamentos de sentido resultando em formações discursivas dissonantes da veracidade dos fatos. Desta forma, a posição que o sujeito intérprete ocupa em produções como a obra fílmica *1492: A Conquista do Paraíso* influencia diretamente no discurso reproduzido a respeito das ideologias atuantes no contexto histórico. Então, ao considerar estas relações, a seguinte produção permite-se questionar: como estas ideologias manifestam-se nas formações discursivas construídas a partir da posição do sujeito intérprete na produção fílmica *1492: A Conquista do Paraíso*? E na busca para elucidação da pergunta discursiva, elencamos os objetivos a começar pelo geral que pretende analisar os efeitos de sentido presentes na construção discursiva da posição do sujeito intérprete no filme e, em sequência, propõe-se discutir a posição do sujeito intérprete e do europeu na figura de Colombo e analisar que funcionamentos ideológicos estão presentes no discurso produzido a respeito do sujeito intérprete na produção fílmica, frente aos registros bibliográficos. A metodologia trata-se da Análise do Discurso Materialista (ADM), tendo como corpus discursivo o filme, e a materialidade discursiva é composta por três sequências imagéticas. O arcabouço teórico ficará por conta de Pêcheux (1997), Orlandi (1984; 2010; 2015) e Indursky (2000) e de outros autores que versam sobre o tema. Serão discutidas as categorias: sujeito, formações discursivas, e polissemia relacionadas com as posições que atravessam o sujeito intérprete indígena.

**Palavras-chave:** Formação Discursiva; Ideologia; Intérprete.

## 1 INTRODUÇÃO

---

1 Graduada do curso de Letras/Libras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: helen.vanessa@discente.ufma.br.

2 Graduada do curso de Letras/Libras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: vs.aguiar@discente.ufma.br.

3 Professor do curso de Letras/Libras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Doutor em Letras - Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. E-mail: marcelo.nicomedes@ufma.br.

A história enquanto construção discursiva é constantemente contada e recontada, os fatos são re-produzidos em todas as formas que a semiótica se permite enumerar e a posição dos sujeitos em cada uma dessas representações é crucial para a assimilação das informações e para a compreensão da formação discursiva reproduzida por cada obra.

É papel da análise do discurso demonstrar os funcionamentos nos discursos que se manifestam e muitos elementos que emergem em forma de marcas do linguístico em cada uma dessas, são cruciais para incutir de forma inconsciente a formação discursiva presente em cada obra e a posição do sujeito em relação à língua é uma das importantes manifestações ideológicas atuantes no momento histórico representado, uma vez que a língua não é apenas um meio de comunicação, mas também um instrumento de poder.

No que diz respeito aos primeiros contatos entre os povos indígenas que residiam nas américas e os colonizadores, a língua foi a primeira barreira a ser ultrapassada, visto que tratavam-se de dois povos que não contavam com qualquer contato linguístico prévio, surgindo a demanda por um intérprete que fizesse esta mediação.

Neste processo, o intérprete ocupa uma posição ambígua e crucial entre duas línguas e culturas. A sua função vai além da mera tradução de palavras, ele interpreta e reconstrói significados, influenciando a percepção e a narrativa histórica, destacando-se por meio da língua como uma ferramenta de controle e dominação. A posição do intérprete revela as complexas relações, pois ele serve tanto aos interesses dos colonizadores quanto, em menor grau, aos dos colonizados.

Desta forma, a posição que o sujeito intérprete ocupa em produções como a obra fílmica *1492: A Conquista do Paraíso* influencia indiretamente no discurso reproduzido a respeito das ideologias atuantes no contexto histórico do sujeito intérprete na produção fílmica. Ao considerar estas relações, a seguinte produção permite-se questionar: como estas ideologias manifestam-se nas formações discursivas construídas a partir da posição do sujeito intérprete na produção fílmica *1492: A Conquista do Paraíso*? E na busca para elucidação da pergunta discursiva, elencamos os objetivos a começar pelo geral que pretende-se analisar os efeitos de sentido presentes na construção discursiva da posição do sujeito intérprete e, em sequência, propõe-se discutir a posição do sujeito intérprete e do europeu na figura de Colombo no filme em tela e analisar que funcionamentos ideológicos são presentes no discurso produzido a respeito do sujeito intérprete na produção fílmica, frente aos registros bibliográficos.

Entende-se a relevância de trazer para discussão desta temática autores que fundamentam esta produção e, como a metodologia, trata-se da Análise do Discurso Materialista (ADM), tendo como *corpus* discursivo o filme, e a materialidade discursiva é composta do recorte de 3 imagens em virtude de sua representatividade. Não serão expostas as imagens, em função dos direitos autorais, embora o filme esteja disponível no *YouTube*, será feita apenas uma breve descrição das cenas, e relatado o tempo em que as cenas são exibidas na produção fílmica. O arcabouço teórico se fundamenta nos estudos de Pêcheux (1997), Orlandi (1984; 2010; 2015) e Indursky (2000). Por se tratar de autores que teorizam

e discutem a respeito desta temática e de outros autores que versam sobre o tema. Serão discutidas as categorias: sujeito, formações discursivas, ideologia e polissemia relacionadas com a posição do sujeito intérprete indígena.

O trabalho estrutura-se a partir da introdução, momento que se faz uma contextualização geral do tema, apresenta a pergunta discursiva, bem como os objetivos geral e específicos, a metodologia a ser utilizada e os principais resultados. Em seguida, tem-se uma breve apresentação do filme, a posição dos sujeitos: intérprete e colonizador, das categorias que embasam esta produção, bem como a descrição dos recortes que compõem a análise. Após vem a análise e por término as considerações finais, pontuando as percepções sobre as categorias discursivas que atravessam o sujeito intérprete indígena.

## 2 1492: a conquista do paraíso

O filme foi lançado em 1992, direção do britânico Ridley Scott, roteiro de Roselyne Bosch e produção de Alain Goldman e Ridley Scott. Retrata a viagem do navegador genovês, Cristóvão Colombo que na busca por especiarias para a coroa espanhola e com o intuito de explorar uma nova rota para chegar à Índia termina desembarcando na América.

Relata toda a emoção que envolveu a viagem, desde os preparativos, a tensão na corte, os obstáculos em alto mar, a perseverança do líder da viagem em pisar em terra firme e encontrar riquezas, os primeiros contatos com os que aqui se encontravam, a busca por ouro, a volta à Corte, seu retorno a América, acompanhado de um grupo maior de homens e o momento em que a relação mostrada na obra como pacífica se torna cada vez mais instável ante a ganância violenta dos espanhóis que ignora os esforços de Colombo para manter uma relação amistosa com os nativos e partem para métodos opressores, agressivos e violentos a fim de conseguir as riquezas prometidas a coroa.

Esta nova relação tem como resultado a resistência dos nativos que se revoltam contra seu colonizador resultando em um conflito desastroso em que Colombo vislumbra as consequências da sua jornada.

## 3 A POSIÇÃO DO SUJEITO INTÉRPRETE INDÍGENA E DO EUROPEU NA FIGURA DE COLOMBO

Esta produção cinematográfica coloca o personagem Colombo na posição de sujeito europeu que a todo tempo tenta manter um contato amistoso com os povos originários, com o objetivo de obter o domínio e assim explorar suas riquezas, escravizá-los e impor sua cultura e religião.

Estabelecer-se junto ao povo nativo a comunicação torna-se uma grande necessidade. Neste contexto, a produção utiliza o personagem do sujeito indígena para fazer essa mediação entre os dois povos e com o objetivo de capacitá-lo para esta função, o embarcaram com

destino a Espanha, para aprofundar os conhecimentos sobre a língua de seu colonizador e retornar às Américas mais bem qualificado para assumir sua posição de sujeito intérprete.

Diante da posição que Colombo ocupava, era primordial manter a harmonia com seus interlocutores e a língua é a maneira de alcançar seu objetivo, contudo o ato de submeter-se à língua do outro apresenta sentidos de cessão de sua língua própria, desta forma buscando afirmar a sua posição dominante por meio da língua, a produção retrata a indução do sujeito indígena a assumir a partir da interpretação a postura daquele que se submete ao domínio do outro.

Vale ressaltar que a produção fílmica coloca este sujeito em uma posição de servidão voluntária na qual aceita sem indícios de qualquer resistência ou conflito, deixar o seu povo e tudo o que conhece para viajar para a Espanha e aprender a língua e os costumes do povo que a pouco havia adentrado suas terras. No que diz respeito à noção de relação de forças, Orlandi (2010, p .16) discorre,

[...] o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que este lugar representa. [...]. Cada um desses lugares tem sua força na relação de interlocução e isto se representa nas posições sujeito. Por isso essas posições não são neutras e se carregam do poder que as constitui em suas relações de força.

O sujeito fala a partir da posição que ocupa na cadeia sócio-histórica ideológica. Esse sujeito não é tomado na sua individualidade, ele ocupa posições sujeito.

O discurso que o sujeito produz significa a partir de determinadas condições de produção. As palavras não são vazias, elas estão sempre embebidas em sentidos a depender do contexto que estão inseridas, porque para a AD o discurso é sempre pensando em suas múltiplas possibilidades de significação, não tem ponto central, só margens. Como evidencia Orlandi (1984) todos os sentidos são possíveis dentro de determinadas condições de produção, envolta de enunciados que compõem as formações discursivas.

Indursky ao parafrasear Pêcheux afirma que a “noção de formação discursiva corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito” (Indursky, 2000, p. 71). Portanto, a constituição do sujeito enquanto interpelado pelo discurso do colonizador é quem define as relações de força presentes em toda a trama. Althusser (1970, p. 94), afirma que, “a categoria de sujeito só é constitutiva de toda a ideologia na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) «constituir» os indivíduos concretos em sujeitos”. Pêcheux (1997, p. 261) teoriza que, “[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina [...]”. E essa constituição é percebida à medida que esse sujeito se projeta ocupando posições sujeito dentro dessa teia discursiva.

Dessa feita, o sujeito indígena assume as posições de sujeito anfitrião ao ser interpelado pelos discursos ideológicos da formação discursiva de seu próprio povo e posteriormente assume a posição de colono ao ser interpelado pela formação discursiva do povo que o acolheu. Evidencia-se que o sujeito passa a identificar-se com uma nova formação discursiva,

rompendo com anterior, a esse processo de ruptura, do novo, de múltiplas possibilidades de sentidos, de movimento Orlandi (2015) denomina de polissemia.

Portanto, o modo como as relações de força apresentados nesta obra interferiam diretamente na construção discursiva do espectador, diante da posição em que os sujeitos se encontram no decorrer da trama. E ao constatar a influência da posição dos sujeitos ante a língua, percebe-se a sua relevância em reforçar as formações discursivas expressas na obra.

As discussões a respeito do filme, onde as cenas serão analisadas à luz das categorias da ADM em cujo debate se centrará nos efeitos de sentidos sobre as formações ideológicas que ocorrem entre o sujeito colonizador e os sujeitos indígenas, um intérprete, pertencente aos povos originários. O primeiro recorte a ser analisado é a cena que ocorre no tempo de 1h11min41s quando Colombo informa ao líder da comunidade indígena sobre sua viagem à Corte Espanhola.

Nesta cena, o personagem que representa Colombo encontra-se sentado em um banco de madeira de frente do líder de uma comunidade indígena, um de seus homens está sentado ao seu lado esquerdo e do lado direito encontra-se em pé, o sujeito indígena cujo personagem chama-se Itapán que assume a função de intérprete, ainda caracterizado de acordo com os costumes do seu povo.

Neste momento há a convocação dos indígenas pelo líder europeu para comunicar seu retorno à Europa. O processo comunicativo começa quando o líder da tribo passa a palavra para o representante europeu iniciar o discurso. Ele dá início agradecendo a hospitalidade. Em sequência, afirma que alguns homens brancos ficarão aqui para construir um forte e ordena que sejam bem tratados e declara que voltará trazendo mais homens do seu povo.

Esta interação é a primeira em que a figura do sujeito indígena assume a posição de intérprete ao mediar a comunicação entre Colombo e os líderes dos povos indígenas. Este mesmo sujeito segue Colombo até a Espanha, a fim de aprofundar os conhecimentos sobre a língua que foram adquiridos de forma basililar a partir do contato com os colonizadores. Percebe-se a força do discurso do sujeito intérprete diante da posição que ocupa frente ao seu povo.

O sujeito intérprete se posiciona nesta cena ao lado do europeu, isto mostra as relações de força presente no seu discurso. Não é a posição física que ele ocupa, mas como ele se projeta diante desse processo comunicativo, e qual ideologia que domina este sujeito? Ele caracteriza-se aos modos do seu povo, contudo posiciona-se ao lado do sujeito europeu e repete o seu discurso para que este seja compreendido e aceito pelo povo indígena. Ao passo em que repete o discurso de seu povo para que seja compreendido pelo sujeito europeu.

O processo de interpretação acontece bilateralmente, ambos os discursos são produzidos e repetidos pelo sujeito indígena o que aponta para essa transitividade de um sujeito que transita entre ambas as formações ideológicas e discursivas, contudo o posicionamento do sujeito ao lado do colonizador responde a pergunta anterior, visto que nesta cena Colombo anuncia seu retorno para a Espanha e junto a ele o sujeito indígena que deixa seu povo em prol de aprofundar seus conhecimentos a respeito da língua espanhola.

Nesta macroestrutura social, composta por relações hierarquizadas são as relações de força alicerçadas no poder dos mais variados locais que fazem valer o discurso (Orlandi, 2015). E interpretar para seu povo do lado do colonizador, ainda que caracterizado, conforme suas tradições representa e significa submissão ao discurso daqueles que vieram além-mar.

O recorte seguinte, que acontece no intervalo de 1h34min49s do filme, expõe o retorno de Colombo e sua tripulação. Neste recorte em frente as habitações indígenas, encontram-se o europeu Adrián de Moxica, ao seu lado esquerdo encontra-se o líder da comunidade indígena, em volta deles a população dos povos que aqui se encontravam posiciona-se em grande quantidade de membros, a sua frente está Colombo e entre estes sujeitos, está em pé o intérprete, Itapán que não utiliza mais os trajes e os costumes do seu povo e sim as vestimentas europeias.

E logo na primeira interação do líder da expedição com os povos indígenas tem a sua fala interpretada pelo sujeito indígena que o acompanhou, quando pergunta para o Cacique o que aconteceu com os seus homens que aqui ficaram.

A partir desta cena observa-se a comparação entre este recorte e o anterior, onde é possível perceber as alterações apresentadas pela figura do sujeito indígena na posição de intérprete, em sua vestimenta e na falta das ornamentações características do povo ao qual pertence, o que aponta para um processo de assujeitamento em que o intérprete passa a identificar-se com a ideologia do povo Espanhol e expressa esta formação ideológica ao caracterizar-se do mesmo modo do seu colonizador.

A personalização do sujeito indígena aos modos dos europeus dar indícios do rompimento completo do intérprete com a ideologia do seu povo, contrapondo-se ao recorte anterior em que o sujeito transitava pelas duas formações discursivas. O deslocamento do sujeito para a Europa culminou na imersão do sujeito nas condições de produção do povo colonizador, resultando em um profundo processo de assujeitamento expressos visualmente no recorte acima.

Já na terceira cena se sucede um hiato. Às 2h10min05s, tem-se o recorte de Itapán, em que este encontra-se centralizado em tela com o foco em seu rosto. A iluminação divide a figura do intérprete simetricamente de modo que o lado esquerdo do seu corpo fica iluminado e o lado direito fica obscurecido. O sujeito volta a trajar-se segundo os costumes da sua comunidade. Este ao perceber as injustiças sofridas pelo seu povo abandona a formação ideológica do seu colonizador retornando à repetição do discurso, dos costumes e tradição dos seus conterrâneos.

O presente recorte aponta para o processo em que ocorre o abandono da posição de sujeito intérprete ao deixar de submeter-se ao chamado do seu colonizador. Esta ruptura começa com o retorno do indígena aos seus costumes, ele retoma as suas tradições, despindo-se de tudo aquilo imposto pelo invasor.

Esta transição é marcada pelo diálogo em que Colombo exclama: — Fala comigo! E como resposta este recebe a afirmação, — Você nunca aprendeu a falar a minha língua. Esta declaração aponta para a conscientização de uma submissão unilateral que acontece a

partir da língua, na qual o sujeito indígena cede a sua posição de membro do povo indígena e assume a posição de intérprete do povo colonizador.

A quebra desta relação é simbolizada pelo apelo do discurso do colonizador realizado pela exclamação que se configura explicitamente como um chamado. E a desidentificação é expressa na resposta do sujeito indígena que demonstra não atender a ideologia do seu colonizador. Sobre esta temática Pêcheux (*apud* Indursky 2000, p. 72) teoriza que “Esta separação conduz o sujeito do discurso a contra identificar-se, ou seja, a distanciar-se do saber da formação discursiva que lhe é imposta”. E foi isto que ocorreu com o sujeito indígena, que ao perceber a postura impositiva e manipuladora do europeu, rompe e volta a ser interpelado pela ideologia do seu povo.

Para além da fala do sujeito é possível observar a fragmentação entre luz e sombra presente na cena em questão, na qual o sujeito indígena encontra-se segmentado de forma a ser simetricamente dividido entre o lado que aponta para o seu colonizador como o lado claro, e o lado que aponta para o seu povo como o lado escuro, reforçando a negatividade da ação de abandonar a luz em prol das trevas. Esta delimitação possibilita a inferência da negatividade aplicada à atitude do indígena ao abandonar o colonizador, reforçando a percepção da cena pelo ponto de vista europeu.

#### 4 DESLOCAMENTO DE SENTIDOS NO DISCURSO SOBRE O SUJEITO INTÉRPRETE

Ao analisar esta produção fílmica a partir dos recortes selecionados, é possível perceber as formações discursivas presentes na posição do sujeito intérprete, principalmente com relação à escolha do sujeito indígena para assumir esta função. Tal função como aquele que se submete à língua do outro. Enquanto inicialmente quem assumia esta posição era justamente o homem branco pertencente ao povo colonizador, como se se verifica nas afirmações de Silva-Reis e Bagno (2007, p. 86),

O língua aprendia o idioma do índio de maneira forçada, pois, em sua maioria, os que tinham tal ofício no Brasil quinhentista eram degredados ou naufragos, ou seja, criminosos portugueses que eram lançados no meio dos índios a fim de aprender sua língua.

Desta feita, é possível perceber que a posição de Intérprete assumida por sujeitos que eram denominados como *Os Línguas* não era uma posição de prestígio visto que eram assumidas forçadamente por criminosos despatriados, e quando assumidas pelos sujeitos indígenas, estas também não ocorriam por escolha deles, mas também de maneira forçada,

Por vezes, alguns índios eram raptados e levados aos países europeus a fim de aprender a língua e os costumes do colonizador e ajudar na conquista das terras almeçadas. Era uma prática comum à época e tais índios eram chamados de filhados em contraposição aos lançados – colonos que eram deixados nas terras estrangeiras a fim de aprender a língua dos índios e, logo depois, resgatados para auxiliar na colonização (Silva-Reis; Bagno, 2007, p. 87).

Portanto, ao apresentar esta função sendo realizada de maneira voluntária pelo sujeito indígena, a obra apresenta o que para a ADM é nomeado como polissemia “[...]”

na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco” (Orlandi, 2015, p. 36). Ou seja, na produção fílmica analisada ocorre o deslocamento de sentidos no qual um processo que ocorria de forma coagida tanto pelo espanhol quanto pelo indígena, é apresentado como aceito de forma voluntária e realizado de forma unilateral pelo sujeito indígena levando a construção de um discurso de submissão envolta da função de intérprete assumida no processo de colonização.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por intermédio da análise realizada a partir dos recortes do filme, e diante das múltiplas possibilidades de significação que possibilita, é possível chegar às inferências sobre o questionamento a respeito de como as ideologias manifestam-se nas formações discursivas construídas a partir da posição do sujeito intérprete na produção fílmica *1492: A Conquista do Paraíso* e constatar que a língua é um instrumento essencial no processo comunicativo de qualquer sujeito e, a figura do intérprete neste ato foi primordial, à medida que foi por meio de sua mediação que se tornou realizável a comunicação entre os dois povos.

Através da mediação do uso da língua praticada pelo sujeito intérprete indígena junto ao seu colonizador, pode-se perceber as relações de forças presentes nas formações discursivas que atravessam o sujeito colonizador e o intérprete. Em como os discursos significam a partir de posições que esses sujeitos ocupam nessa estrutura macro sócio-histórica-ideológica que os permeiam e fazem significar os seus dizeres dentro desse tecido composto de diversos fios de discursos que constituem as formações discursivas.

E por fim como estas relações foram construídas na produção fílmica de modo a produzir um discurso que expresse a figura do povo indígena colonizado de forma submissa, a partir da formação discursiva criada em torno da posição voluntária assumida pelo intérprete na figura do sujeito indígena que voluntariamente deixa a sua formação discursiva para reproduzir o discurso do sujeito europeu auxiliando no processo de colonização do próprio povo.

## REFERÊNCIAS

1492: A conquista do Paraíso. Ridley Scott. ESP/FRA/ING, 1992. Disponível em: <https://youtu.be/zbHUDNTgJpE?si=qCUz57IH5WqCEAx9>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1970.

INDURSKY, Freda, A fragmentação do sujeito na análise do discurso. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (Org.). **Discurso, memória e identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Segmentar ou recortar**. Minas Gerais. Série estudos, v. 10, p. 9-26, 1984.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise do discurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; RODRIGUES, Susy Laguzzi (Org.) **Introdução à ciência da linguagem**: discurso e textualidade. 2 ed. São Paulo: Pontes Editores, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso**: princípios & procedimentos. Campinas, SP, Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi et al. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

SILVA-REIS, Dennys; BAGNO, Marcos. Os intérpretes e a formação do Brasil: os quatro primeiros séculos de uma história esquecida. **Cadernos de Tradução**, v. 36, n. 3, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2016v36n3p81>. Acesso em: 17 jul. 2024.

# CÁLICE OU CALE-SE? A COMPOSIÇÃO DE CHICO BUARQUE E GILBERTO GIL COMO MATERIALIDADE DE RESISTÊNCIA/DENÚNCIA

Luciara Dutra Ferreira<sup>1</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Aracy Bonfim<sup>2</sup>

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

O período sociopolítico vivido no Brasil entre os anos de 1964 e 1985 se refere à duração do regime totalitário, nacionalista e repressivo conhecido por Ditadura Civil Militar. Constituído por sucessivos governos marcados por violência e censura, esse período deixou marcas profundas na vida e na memória dos cidadãos que sofreram durante anos, resultando em inúmeras prisões, torturas e desaparecimentos com a justificativa de manutenção da “ordem”. Em contrapartida à censura, algumas manifestações de resistência desempenharam importantes movimentos de oposição à Ditadura Militar, tanto de forma mais explícita como de um modo sutilmente disfarçado, que é o caso da canção “Cálice” (1973), de Chico Buarque e Gilberto Gil. Apesar dos silenciamentos, os compositores genialmente se valeram da similaridade fonética do substantivo e do verbo em sua forma imperativa, daí os contornos da letra se revestem com uma imagem de súplica, tomando por base o texto bíblico de Mateus 26:39 e atualizando-o, enquanto súplica de temor da morte do Cristo, no de súplica à liberdade. Desse modo, deram voz às camadas silenciadas e oprimidas pelo regime totalitário, exprimindo na letra da canção os anseios não somente dos dois, mas de um todo muito maior. A Literatura Comparada é uma vertente literária que possui como objetivos principais apresentar as relações entre diversas composições literárias e artísticas, a fim de promover diálogos entre elas e observar suas distinções e verossimilhanças. Além disso, com sua análise, é possível inferir as relações de influências entre as literaturas, como ocorre no *corpus* selecionado, em que há uma reinvenção do texto bíblico (uma súplica singular de Jesus Cristo no supracitado Evangelho) em uma súplica plural (a dos brasileiros silenciados pela Ditadura Militar). Assim, o presente trabalho possui como objetivos primordiais estabelecer as filiações sócio-históricas e literárias presentes no *corpus* da pesquisa, constituída pela canção Cálice de Chico Buarque e Gilberto Gil composta em 1973, além disso, pretende-se analisar a letra da canção, estabelecendo o dialogismo com o contexto político-social da época em que foi composta/lançada. A pesquisa é qualitativa e bibliográfica, utilizando como vertente analítica a Literatura Comparada, especialmente na obra de Carvalhal (1986).

**Palavras-chave:** Literatura e canção. Cálice. Chico Buarque de Hollanda. Gilberto Gil.

## 1 INTRODUÇÃO

Assim como a comunicação é uma atividade vital e inerente ao ser humano, as artes desempenham uma importante e assídua movimentação que permeia o cotidiano das sociedades, estas que podem ser das mais antigas, a exemplificar a Idade Média, sendo ela majoritariamente influenciada por ideais religiosos, contribuindo para o desenvolvimento

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Letras/Espanhol Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: [luciara.dutra@discente.ufma.br](mailto:luciara.dutra@discente.ufma.br)

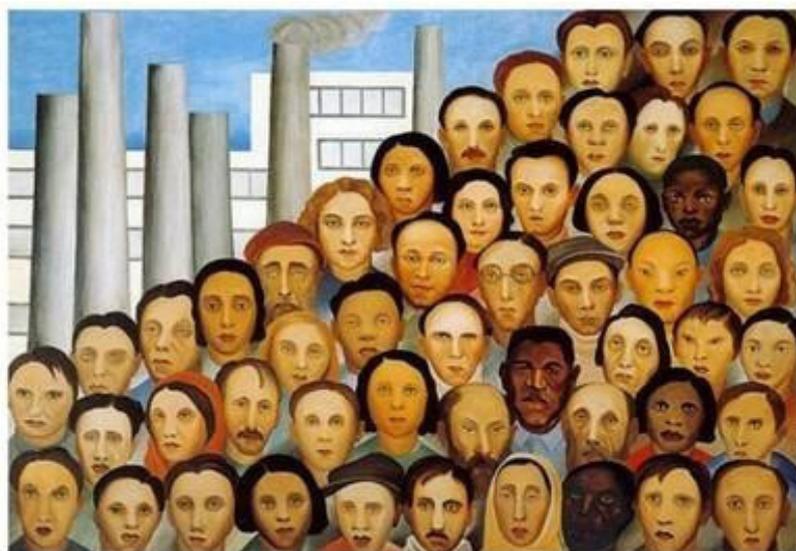
<sup>2</sup> Professora Associada no Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Literatura e práticas sociais, Universidade de Brasília (UnB). Líder do Grupo de Pesquisa Grifo - Estudos Literários. E-mail: [maria.aracy@ufma.com](mailto:maria.aracy@ufma.com)

das artes plásticas e arquitetura, como as mais recentes, apresentando/representando conceitos mais “modernos”, como o grafite e danças populares.

A presença da arte no cotidiano ocorre dos mais diversos modos, como uma peça teatral ou um concerto musical, sua exibição também pode ser contemplada dentro de transportes e vias públicas, ou até mesmo dentro de casa, através dos meios de comunicação, como celulares e televisões. Contudo, muitas são as vertentes teóricas que investem na significação de arte, priorizando alguns aspectos e deixando outros de lado, assim como ocorre em diversas ciências, o que torna a atividade do artista “marginalizado” uma luta diária pelo reconhecimento.

Os períodos e contextos sócio-históricos de quando/onde a obra artística foi/é produzida/consumida influenciam em sua recepção, pois é “produção consciente de obras, formas ou objetos, voltada para a concretização de um ideal de beleza e harmonia ou para a expressão da subjetividade humana”,<sup>4</sup> desse modo, as atribuições de significado e o impacto desejado para os espectadores/ouvintes do artista irão ser distintos, levando em consideração as condições ideológicas e sociais de sua própria realidade. Ademais, é necessário inferir que as produções artísticas, a depender de seu autor, podem atuar na defesa/denúncia de discursos políticos, atuando como válvula de escape quando há silenciamentos evidentes, como exemplo situam-se as pinturas de Tarsila do Amaral denominadas Operários (1933) e Segunda Classe (1933), pois ambas evidenciam a situação exploratória e desumana que os trabalhadores brasileiros vivenciavam. Nesse contexto, a artista expressiu em Operários (1933) o processo industrial do estado de São Paulo utilizando inúmeras etnias distintas existentes no Brasil, constituída por negros, indígenas, migrantes e imigrantes, promovendo assim, através da pintura, a expansão das lutas em prol de leis trabalhistas, como podemos conferir com a imagem abaixo:

**Figura 1 - Operários, Tarsila do Amaral (1933)<sup>3</sup>**



<sup>3</sup> Operários, Tarsila do Amaral. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/imagens/operarios-tarsila-do-amaral/view>.

Na obra *Segunda Classe* (1933) observamos uma crítica mais pertinente acerca do êxodo rural que cidadãos de cidades mais afastadas dos centros, os interiores, eram submetidos. Em busca de oportunidades de emprego e almejando uma vida melhor muitos indivíduos sentiam-se forçados à abandonar o seu local de origem, sonhando em oferecer algo melhor para si próprio, e em muitas vezes, para sua família. A opção pelas cores neutras e escuras denota o estado de invisibilidade social dos personagens da pintura, uma vez que ao abandonarem o seu local de nascimento ficavam sujeitos à perder o vínculo com os seus conhecidos, a sua cultura, e principalmente, suas identidades. Assim, Tarsila do Amaral deu espaço à essas pessoas quando pintou o seu quadro, expondo as feições tristes e cansadas de indivíduos corajosos e sonhadores, entre eles crianças, demonstrando que desde muito cedo a preocupação com o sustento envolvia até mesmo os mais inocentes, como podemos observar com a imagem abaixo:

**Figura 2 – Segunda Classe, Tarsila do Amaral (1933)<sup>4</sup>**



Desse modo, dada as inúmeras relações estabelecidas entre as diversas vertentes culturais, literárias e artísticas do século XIX, a Literatura Comparada, vertente situada em uma das formas de manifestar arte concebida pela escrita, surge para designar as leis gerais da literatura, partindo da ideia de que existe uma hierarquia entre elas, objetivando a hegemonia daquelas que possuem mais prestígio, em sua maioria europeias. No entanto, o seu campo de atuação é vasto, assim como suas perspectivas, como dialogismo com outras ciências como a história, crítica literária, a busca por filiações entre autores e relação de intertextualidade em produções artísticas, concepção que o referido trabalho está agregado.

Por isso, tendo em vista as considerações feitas acerca da funcionalidade da arte e de como ela é manifesta através de várias formas, inclusive nas letras e melodias das músicas, a Literatura Comparada servirá como referência para explicar o funcionamento do processo de

<sup>4</sup> Segunda Classe, Tarsila do Amaral. Disponível em: <https://repousodaarte.blogspot.com/2014/11/leitura-da-obra-segunda-classe-de.html>.

intertextualidade presente no *corpus* selecionado: a canção Cálice (1973). Assim, o presente trabalho possui como objetivos principais estabelecer as filiações sócio-históricas e literárias presentes no *corpus* da pesquisa, constituída pela canção Cálice de Chico Buarque e Gilberto Gil composta em 1973, porém lançada somente em 1978 devido à Ditadura Militar no Brasil. A composição estava destinada à uma apresentação denominada Show Phono 73, da gravadora Phonogram. Com isso, de maneira detalhada, a pesquisa de cunho bibliográfico e qualitativo visa analisar a letra

da música, além de delinear seus aspectos intertextuais com o texto bíblico de Mateus 26:39 e a história, sendo a canção um hino popular/plural, dada a realidade sócio-histórica de quando ela foi composta/lançada.

No tópico seguinte está apresentado o contexto político-social do Brasil da época da Ditadura Militar, em que discorreremos acerca das tensões que envolveram a inspiração para a criação da música Cálice (1973), posteriormente, propusemos uma análise da canção supracitada aliada aos estudos propostos por Carvalhal (1986), estabelecendo a identificação da intertextualidade presente na canção com o texto bíblico de Mateus 26:39. Além disso, ao final estão dispostas as considerações finais da pesquisa, com os resultados obtidos a partir dela, seguida das referências bibliográficas utilizadas.

## 2 “MESMO CALADA A BOCA, RESTA O PEITO”: contextos de produção/composição da canção Cálice (1973)

Antes de iniciarmos a análise da composição musical, é necessário entender os eventos que antecedem a sua composição, bem como as motivações político-sociais que ela estava sujeita.

O Brasil estava inserido em uma realidade política atípica e confusa devido à renúncia de Jânio Quadros até o governo de João Goulart, construindo uma paisagem que possuía o transtorno e a dúvida como pano de fundo. Com isso, a fim de trazer “ordem” ao contexto brasileiro, houve a queda de João Goulart em 1º de abril de 1964, sob o comando de militares. Desse modo, um cenário constituído por muitas prisões de líderes políticos, sindicais e de movimentos contrários pôde ser contemplado, marcando a época com forte repressão e violência, a chamada Ditadura Militar (1964-1985).

Como justificativa para tal “revolução” foram citadas várias questões, como a economia, devido a sua estagnação, a ideia da ausência de honestidade entre os representantes políticos, a própria fragilidade do governo de João Goulart, que foi constatada com a grande quantidade de mudanças dos ministros, com o intuito de colher suporte pelo congresso, além da “ameaça comunista”. Devido a isso, utilizando a “moral cristã” em busca de conter o cenário de “balbúrdia” nacional, os militares desempenharam as suas ações.

Entre os anos de 1969 e 1975 houve um forte desenvolvimento da MPB – Música Popular Brasileira, concebendo o surgimento de uma identidade envolta de temáticas como

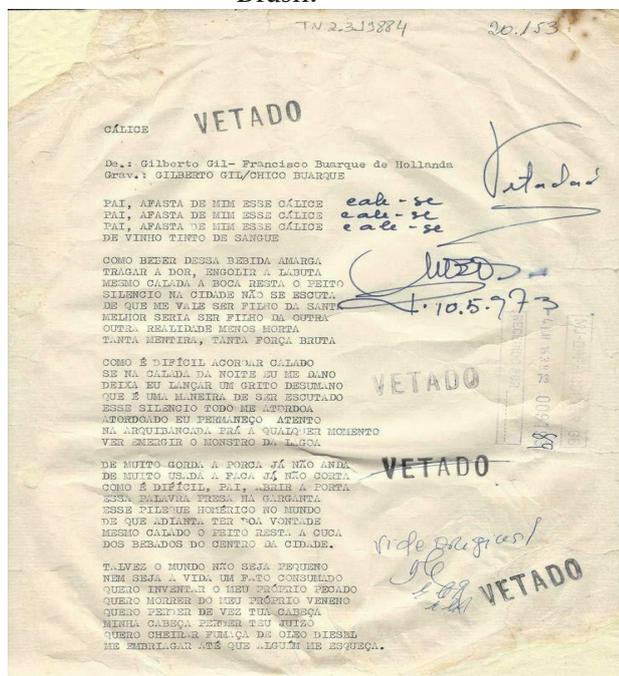
a “justiça social” e a “liberdade”, sendo assim, com o consumo da classe média (grupo social que mais consumia MPB), diversas discussões puderam surgir, devido à oposição do grupo ao regime autoritário que fora instaurado, como exemplo situa-se a canção Cálice.

Dado o material de análise selecionado, é importante ressaltar que a Literatura Comparada não exclui as condições sócio-históricas das produções artísticas/literárias, tendo em vista o seu dialogismo com fontes tanto literárias, como a letra da canção Cálice, como extraliterários, a exemplificar o contexto histórico de quando a música foi composta, sendo assim, apesar de não limitar-se ao historicismo, a Literatura Comparada desempenha sua atividade crítica sem excluir outros dados, porém mantém seu objetivo principal, como elucidada Carvalhal (1986, p.38):

A literatura comparada, sendo uma atividade crítica, não necessita excluir o histórico (sem cair no historicismo), mas ao lidar amplamente com dados literários e extraliterários ela fornece à crítica literária, à historiografia literária e à teoria literária uma base fundamental. Todas essas disciplinas concorrem em conjunto para o estudo do literário, resguardada a especificidade de cada uma. (Carvalhal, 1986, p. 38).

Abaixo está disposta a letra da canção Cálice (1973), material de análise do presente trabalho. Podemos observar o carimbo de “vetado”, visto que ela só pôde ser gravada cinco anos depois devido à Ditadura Militar.

**Figura 3** - Letra da canção Cálice com o carimbo de “vetado”, censurada pela Ditadura Militar no Brasil.<sup>5</sup>



5 Letra da composição “Cálice” de Gilberto Gil e Chico Buarque. Disponível em: <https://www.gov.br/memorias-reveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/censura/letra-da-composicao-calice-de-gilberto-gil-e-chico-buarque-censurada-em-maio-de-1973/view>.

A canção Cálice é uma composição de 1973 de nomes muito conhecidos e reconhecidos não somente nas músicas, mas na arte e história brasileira como um todo, Chico Buarque e Gilberto Gil. A música foi composta para ser apresentada no evento

Phono 73, que foi promovido pela gravadora dos artistas, no entanto, devido a sua letra repleta de metáforas e duplos sentidos, desenvolvidos de maneira consciente visto o caráter “militante” dos compositores, eles foram proibidos de cantá-la, porém, Chico Buarque, em um ato corajoso de resistência, cantou-a sem letra no evento, e a gravadora, em um ato de silenciamento, desligou os microfones, provocando a desistência do cantor. A música só pôde ser gravada cinco anos depois, nas vozes de Chico Buarque e Milton Nascimento, em 1978, pois foi censurada, conforme podemos conferir com a figura acima.

No tópico seguinte está disposta a análise da letra da canção Cálice (1973) em consonância com os aspectos sociais de quando foi composta, e assim, promovendo evidenciar os traços de denúncia/resistência de sua letra, além da intertextualidade com o texto bíblico de Mateus 26:39.

### **3 “QUERO LANÇAR UM GRITO DESUMANO, QUE É UMA MANEIRA DE SER ESCUTADO”:** a composição Cálice (1973) como materialidade de resistência/denúncia

A canção Cálice foi e é considerada como materialidade de resistência e denunciado período histórico conhecido como Ditadura Militar, pois os compositores apresentaram em sua letra uma enunciação de súplica plural, a fim de que o cálice (ou cale-se), provocado pela violência e repressão, fosse interrompido. O nome da canção, assim como sua melodia, evidenciam a destreza e engenhosidade dos compositores, que pedem insistentemente para que fosse afastado o “cálice de vinho tinto de sangue”, o sofrimento.

De maneira astuta, os compositores utilizaram a intertextualidade na letra da canção, sendo ele advindo de um texto bíblico que também apresenta uma súplica, a de Jesus Cristo. No texto bíblico, Jesus faz uma súplica a Deus pedindo que, caso fosse possível, fosse afastado dele o “cálice”, este que se refere ao sofrimento que estaria sujeito alguns momentos depois. No entanto, o enunciador (Jesus Cristo), também demonstra submissão e fé ao dizer que “seja feita a tua vontade, e não a minha”, referindo-se ao Pai com que ele conversava através da oração, como podemos conferir: Ele avançou um pouco, curvou-se com o rosto no chão e orou: “Meu Pai! Se for

possível, afasta de mim este cálice. Contudo, que seja feita a tua vontade, e não a minha” (Mateus 26:39).

Assim, apesar de terem sido apresentados em momentos históricos distintos, a canção Cálice utiliza a súplica de Jesus Cristo (singular), para torná-la em um hino plural, a de muitos brasileiros. Carvalhal (1986) traz luz à questão da repetição de um texto por outro, desse modo, podemos perceber que a utilização do texto bíblico na canção Cálice possui traços de reinvenção, pois mantém a sua configuração de pedido, porém em contextos

sócio-históricos distintos, materializando um ideal de denúncia à violência imposta, além de resistência à censura.

[...] sabemos que a repetição (de um texto por outro, de um fragmento em um texto, etc.) nunca é inocente. Nem a colagem nem a alusão e, muitos menos, a paródia. Toda repetição está carregada de uma intencionalidade certa: quer dar continuidade ou quer modificar, quer subverter, enfim, quer atuar com relação ao texto antecessor. A verdade é que a repetição, quando acontece, sacode a poeira do texto anterior, atualiza-o, renova-o e (por que não dizê-lo?) o reinventa (Carvalho, 1986, p. 53, 56).

Com isso, partimos agora para a análise mais detalhada da letra da canção Cálice<sup>6</sup>. A primeira estrofe da canção inicia o ciclo de súplica plural apresentado pelos compositores, que elucidam repetidamente:

Pai, afasta de mim esse cálice  
Pai, afasta de mim esse cálice  
Pai, afasta de mim esse cálice  
De vinho tinto de sangue

O “vinho tinto de sangue” traz luz sobre a violência atribuída ao autoritarismo presente na Ditadura Militar, que resultou não só em diversas torturas físicas e psicológicas, mas também em mortes para os cidadãos que não obedecessem ao regime que era imposto. A morte também materializa o cenário de confusão interna dos cidadãos, pois não sentiam-se representados pelo regime de violência, entoando súplicas ainda que no seu íntimo. Também, nesse trecho, observamos mais fortemente a intertextualidade advinda pelo texto bíblico de Mateus 26:39, em que o pedido de socorro é mais latente.

A terceira estrofe demonstra os questionamentos feitos pelos cidadãos da época, pois questionavam-se em como sobreviver àquele período, “engolindo” com grande dificuldade a dor ocasionada pela opressão, e a labuta, pelas incansáveis e árduas horas de trabalho, em forma de resistência. Além disso, apesar da boca permanecer calada

pela censura e o medo que eram impostos, o peito permanecia vivo para pulsar os seus próprios anseios, materializando a resistência. Os silenciamentos, ocasionados pelos militares, não foram suficientes para apagar o “grito desumano” que desejava ecoar.

Como beber dessa bebida amarga  
Tragar a dor, engolir a labuta  
Mesmo calada a boca, resta o peito  
Silêncio na cidade não se escuta

A quarta estrofe evoca a temática da religiosidade, em que do que vale ser filho da “santa”, tendo em vista que a própria pátria/santa os abandonou, e por isso, seria melhor ser filho da “outra”, que através da sonoridade percebemos que o desejo era a utilização de outra palavra, semelhantemente à uma mulher de baixo valor moral, e não “santa”. Com isso, os compositores elucidam que gostariam de vivenciar uma outra realidade “menos morta”, sem “tanta mentira, tanta força bruta”.

De que me vale ser filho da santa

<sup>6</sup> Análise das canções de Chico Buarque de Holanda e o seu contexto. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/analise-das-cancoes-de-chico-buarque-de-holanda-e-o-seu-contexto/>.

Melhor seria ser filho da outra  
Outra realidade menos morta

A sétima estrofe enuncia os silenciamentos provocados pela Ditadura Militar, que tanto “atordoaram” os cidadãos, esses que aguardavam as boas novas. O silenciamento também era constituído internamente, quando os sonhos dos cidadãos eram atrasados e impedidos de serem realizados em detrimento do seu contexto social. Famílias aprisionadas em suas próprias casas, seres humanos invisíveis em seu próprio interior, cada um lutando à sua maneira. Além disso, o “monstro da lagoa” poderia significar a continuidade da realidade difícil, que dá continuidade à canção com mais pedidos de súplica:

Esse silêncio todo me atordoia  
Atordoado eu permaneço atento  
Na arquibancada pra qualquer momento  
Ver emergir o monstro da lagoa  
Pai (pai)  
Afasta de mim esse cálice (pai)

O segundo verso da nona estrofe evidencia o regime massante da Ditadura Militar, e por isso “de muito usada a faca já não corta”. Mesmo com a resistência de muitos “heróis” brasileiros, o regime totalitário não deixava de imprimir toda sua violência, essa que vai além da física, mas da moral, cultural, religiosa e social. Além disso, o terceiro verso da nona estrofe apresenta, de forma mais evidente, a realidade dodia a dia do regime militar, pois até uma ação corriqueira torna-se difícil, como abrir a

porta. Não havia algo novo, mas a mesma situação conflitante, sem perspectivas de mudanças. Já cansados de viver todos os dias da mesma maneira, os cidadãos suplicavam continuamente para que fosse afastado o “cálice”, o sofrimento.

De muito gorda a porca já não anda (cálice)  
De muito usada a faca já não corta  
Como é difícil, pai (pai), abrir a porta (cálice)  
Essa palavra presa na garganta

A última estrofe da canção apresenta o desejo de todas as pessoas silenciadas pelo regime militar, pois com tanto sofrimento vivenciado pela censura e repressão, os cidadãos anseiam ir em busca de suas próprias identidades, a fim de pôr em prática os seus ideias e não o que era imposto, além disso, no terceiro verso, uma das formas de tortura utilizada é referenciada, pois muitos eram embriagados por óleo diesel queimado em salas de torturas.

Quero perder de vez tua cabeça (cálice)  
Minha cabeça perder teu juízo (cálice)  
Quero cheirar fumaça de óleo diesel (cálice)  
Me embriagar até que alguém me esqueça (cálice)

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa analítica realizada, observamos como a canção Cálice (1973) realizou um trabalho de denúncia social e política no período da Ditadura Militar, trazendo

à tona os sofrimentos impelidos aos cidadãos brasileiros que eram silenciados e violentados constantemente, proibidos de exprimir os seus ideias e viver à sua maneira. Além disso, pudemos constatar a intertextualidade presente na letra da canção, à luz da Literatura Comparada, em que os compositores apresentaram suas súplicas utilizando o texto bíblico, desenvolvendo uma reinvenção coletiva de um texto que era, inicialmente, ímpar. Vale ressaltar que com a vertente teórica utilizada pudemos constatar como é importante o dialogismo de diferentes áres de estudo, pois o seu envolvimento enriquece a análise tanto literária como semiótica, e em especial, socio-política.

O conhecimento do passado fornece as informações necessárias para que os erros outrora cometidos não sejam repetidos. Por isso, a canção Cálice além de servir para análises semióticas, é um importante material histórico para o entendimento do queé um regime totalitário, em que o único desejo é que ele não seja visto e, principalmente, vivenciado novamente.

### REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Mateus. Português. In: **Texto bíblico: Nova Versão Transformadora**. Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.

BUARQUE, Chico. GIL, Gilberto. **Cálice**. Disponível em: [https://youtu.be/9y2xB90A0CY?si=nBhI8NUC\\_9g6IFoJ](https://youtu.be/9y2xB90A0CY?si=nBhI8NUC_9g6IFoJ). Acesso em: 10 jul. 2024.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura Comparada**. SP: Editora Ática, 1986.

SENKO, Elaine Cristina. A História da Arte Medieval: um encontro entre Ocidente e Oriente em Castela doSéculo XIII. **Revista de História da UEG**, v. 4, n. 2, p. 302-319, 2016.

## ÒRÌ(ŞÀ): between there and here

Ítalo Tavares<sup>1</sup>

Toneelacademie Maastricht, Institute of Performative Arts

### ABSTRACT

This article presents an artistic project inspired by the practices of Terreiro Axé Toca do Caçador, an African-Indigenous Umbanda temple in Brussels, Belgium, that explores the intersection of personal identity and cultural heritage through a dual-format exhibition and performance. The installation features multimedia elements that dramatize the journey of reconciling with one's roots, using projections of şàs (protectors) of the òrìs (head) that interact with the performer to symbolize the challenges of ethnic displacement. Drums act as a bridge between entities and the performer, while the dance interconnects with the dialogue proposed by the classic text of Euripides. Based on the conflict between emotion and reason, north and south of the globe, this study explores the complex cultural and spiritual dynamics that emerge when a Brazilian practice rooted in African-Indigenous traditions is transposed to northern Europe. It offers a unique opportunity to understand how cultural practices adapt in diasporic settings and contribute to identity formation for individuals navigating multiple cultural landscapes. By examining these intersections, the study highlights the broader implications of cultural transmission, adaptation, and preservation of spiritual practices in new environments. It also underscores the role of performance art in fostering dialogue and understanding of cultural and spiritual connections that transcend geographic boundaries. The project reflects on the process of embodiment of entities in Umbanda and Candomblé tracing a parallel with practices proposed by Konstantin Stanislavski and Augusto Boal in their respective methods in theater making. By developing a dramaturgy that respects these forms of spirituality while maintaining creative freedom, this project attempts to translate the play of Euripides, *Medea*, to a contemporary setting where the figures of Pomba Gira are in the center of the narrative. This creative process contributes to a unique narrative of an individual navigating three continents, different genders, and various sexual orientations while integrating trance states and embodiment of divinities to address the character's ethnic issues. The theoretical framework draws on Augusto Boal's Legislative Theatre and Konstantin Stanislavski's actor training methodologies (Boal; Jackson, 1998; Stanislavski, 2013). The project has the pedagogical support of Toneelacademie Maastricht (Institute of Performative Arts, Maastricht – The Netherlands).

**Keywords:** Afro-Brazilian Practices; Performance Art; Cultural Transmission; *Medea*.

### 1 INTRODUCTION

After watching numerous versions of *Medea* in both theater and film, I decided to adapt the play as my final project for the completion of my Master's in Theater at Toneelacademie Maastricht (Institute of Performative Arts).

Having lived in Brussels for the past decade, I have witnessed the city's population surge to an impressive number of 2,132,000 inhabitants. Of relevance to this study, is the significant number of immigrants inhabiting Brussels, drawn by the city's numerous international institutions, such as the headquarters of the European Union, both legislative and executive, and more recently, by the refugee crises stemming from conflicts in the Middle East, the African continent, and the ongoing war between Ukraine and Russia. Within such

<sup>1</sup> Toneelacademie Maastricht, Institute of Performative Arts. Master's student in Theatre. E-mail: italo.t.m.ri-beiro@gmail.com.

a complex social landscape, I discovered Terreiro Axé Toca do Caçador, a shrine of Umbanda in the capital of the EU.

I have been acquainted with Afro-Brazilian religions since the age of 17, always as an observer, never as a *filho de santo* (initiated disciple). The impact of witnessing the arrival of the *lebaras* (female Èṣù), commonly called Pomba Giras, during these rituals, has always been a profound experience and a source of inspiration for creating narratives about strong women in my art.

Their presence in the Umbanda ritual is intensely felt and celebrated, with the lyrics of their chants often referencing themes of violence and suffering, particularly in the context of relationships. That is precisely when I understood the similarities between Medea and this emblematic figure of Pomba Gira.

Throughout this article, I propose an analysis that will guide the adaptation of the play Medea to a Brazilian context.

Previous citations of Greek mythology in Brazilian adaptations were done such as in the case of **Black Orpheus**, a 1959 romantic tragedy film directed by the French filmmaker Marcel Camus inspired by the play of Vinicius de Moraes called *Orfeu da Conceição*. In this story, Moraes set a Greek legend of Orpheus in a favela of Rio de Janeiro during Carnaval. In My adaptation, there is a similar attempt to bring a Greek myth to a Brazilian setting.

## 2 METHODOLOGY

Regarding the methodology of the present work, the theoretical framework is derived from a qualitative research approach aimed at elucidating the techniques involved in adapting the play *Medea* to a postmodern narrative.

The primary objective of this work was to explore and comprehend the connections and cultural significance of Pomba Gira beyond the narrative embedded in our popular imagination. The initial instinct of this study was to understand in depth the origins and the psychological aspects of this iconic figure to find the elements of correspondence to further transpose to the character of Medea in my adaptation of the play.

The second objective of this article was to establish a connection between the methodologies employed by Konstantin Stanislavski and Augusto Boal in character development and the process of embodiment observed in the practices of Terreiro Axé Toca do Caçador, an African-Indigenous Umbanda temple in Brussels, Belgium. By producing an ethnographic film during one of the gatherings at this shrine in Brussels, this study generated material that has enriched my observations as an actor/director, particularly in constructing the background narrative for this play.

In a final moment, this article tries to establish clear connections between Euripid's character and the figure of Pomba Gira.

### 3 POMBAGIRA LA FEMME COMPLETE AND THE EVIL POWER OF FEMININITY

It is challenging to pinpoint when Pomba Gira first appeared in the shrines of Umbanda in Brazil. However, it is believed that the entity derived from the term “Bombojira,” associated with the congo<sup>2</sup> of Èṣù in Yoruba traditions—a trickster and phallic deity. The circumstances surrounding the transformation from a masculine entity to a feminine one remain unclear. The closest approach to an explanation can be found in linguistics. According to the theory of F. Max Müller in Augras (1967, pp. 6-7), there exists a myth of a “language illness.” He states that ambiguous words can create gods and it is within this context that this feminine entity emerged in Brazil.

Thus, “Bombojira” became “Bombagira” and after “Pomba Gira,” as a linguistic process seeking meaning within the language spoken in Brazil. According to Castro (1938, p. 100), “gira” originated from “njila/njira,” which means course, direction, or path. In Portuguese, it found meaning in the verb “girar,” which refers to the act of circling making, a reference to the configuration of Umbanda rituals to this day. The “circle of virtue.”

Another factor that could have contributed to the origin of such feminine power is the process of sublimation of the sensual characteristics of the female Orixás when they arrived in Brazil. There was a loss of connection with Candomblé at the time, leading to the dilution of African traditions, the understanding of its divinities’ complexity, and the adoption of the morals of the white community.

The disintegration of the Afro-Brazilian mythic universe is not merely reduced to a quantitative relationship between groups of different colors: it is above all the symbolic domination by the white, which will lead to the disappearance or metamorphosis of traditional black values; they become obsolete, inadequate for a modern society. (Ortiz, 1991, p. 27).

Considering the influence of Portuguese colonization through the Catholic Church and the dominance of Christianity in Brazil to this day, it is understandable why Iemanjá became syncretized with Mary, the Immaculate Conception.

This chaste view contradicts the original understanding of the old *Iyá Mi*, who were self-sufficient. In the Candomblé myths, the narrative suggests that the secret power of creation resides within the *Iyá Mi*. The sublimation of Iemanjá’s figure, stripped of any sensual context to make her more acceptable to Brazilian society, also represented the loss of her supreme power.

Throughout her study, Augras (1967) reveals that this orixá is believed to have had an incestuous relationship with Sango, her son, and another god, establishing a circle of self-sufficiency, characteristic of the primordial mothers (*Iyá Mi*) in Candomblé. In these myths, the *Iyá Mi* possess characteristics traditionally understood as primordial masculine traits—aggressiveness, deep voices—and the only need for the male was strictly reproductive.

These stories were erased from the shrines in Brazil, and this phenomenon created space for the emergence of Pomba Gira, who seems to have inherited many of the sensual

<sup>2</sup> Congo is a word in Yoruba to describe helm or kingdom

and aggressive connotations originally associated with Iemanjá. Nevertheless, the spirits of women who gave themselves to fornication in life, became, in death, the people of Pomba Gira, the group of souls that represent this entity in the shrines (*terreiros*) throughout Brazil.

A last element pertinent to this part of the research is certainly the theme of violence associated with this entity, central to my study. According to Teixeira Neto in Augras (1967), several known Pombas Giras are referred to by him, as spiritual obsessors. This list is not finite, according to him, but some of them are present in most of the *terreiros* of Umbanda. They all work in different matters of human life. Some, such as Rosa Caveira, address issues of physical and mental illness; others, like Pomba Gira Cigana, help people facing justice problems; and Maria Padilha works to assist with conjugal issues. Augras says that regardless of the differentiation in their kind of work, it seems that all of them assist people in need of help but also those who want to harm someone else. Some of these works are strictly related to matters of death, with offerings made in cemeteries.

To exemplify her claim, she brings to our attention one of the chants of this entity: “*Ela trabalha para o bem, mas também trabalha para o mal.*”<sup>3</sup>

Further in this article, I will elaborate more on this duality and its importance for my adaptation of Medea.

#### **4 THE QUESTION OF EMBODIMENT, THEATRE, AND REALITY THROUGH THE LENSES OF AN ETHNOGRAPHIC FILM**

For the second part of my research, I aimed to explore tools as an actor to build the context in which my characters would develop their story. Since I chose to translate Medea as a Pomba Gira, it was crucial to understand how to approach the question of embodiment in this play.

Before proceeding with this analysis, it is important to clarify that my intention is not to interpret the embodiment process in these religions as theatrical role-play. The analysis in this research serves solely the purpose of my creative process, which is to foster my adaptation of the play. This study must not be used to validate misconceptions about Afro-Brazilian religions as false practices or mere scenic performances by the adherents of both Umbanda and Candomblé. This work ought to be understood within the framework proposed by Paulo Freire in *Pedagogy of the Oppressed* (Freire, 1972, p. 21), where he describes the dehumanization of certain groups as “the result of an unjust order that engenders violence in the oppressors, which in turn dehumanizes the oppressed.”

Additionally, this study relies on the theories of Augusto Boal, that bring the oppressed to the forefront of theatrical discussions. By correlating a ritual to a theatrical performance, I propose that such an event may be viewed as a method by which practitioners invert their social position.

---

<sup>3</sup> She works for good, but also works for evil.

Through embodying entities that represent the spirits of marginalized and deceased individuals, they can reconstruct their narratives and seize the opportunity to subvert the oppression they encounter beyond these ritual spaces.

The preservation of the agency of the devotees' image was my primary concern. Therefore, the conceptual foundation of this film rests upon reflections on the distinction between written and filmed ethnography.

...a camera there can be a far more fruitful result. The film can be shown to the subjects. Then they are able to discuss ... they can have reflection ... and the chance for them to view themselves from a distance ...

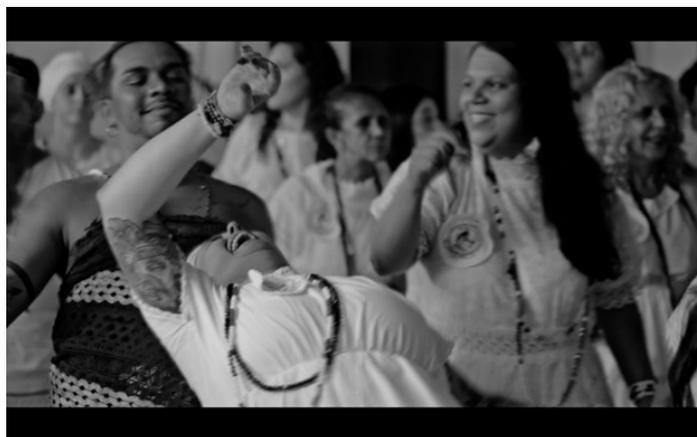
ROUCH, Jean. *Ciné-ethnography*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003. p. 220.

In alignment with this vision, a final edit of the film was presented to the members of the *terreiro*, allowing them to review their image and grant permission for its inclusion in my new exhibition, held in Brussels in September 2024. The results of this second interaction are not relevant to this study, the focus of this research was to analyze the ethnographic film footage to gain a deeper view of how people's bodies move and flow once these entities take control, fostering the development of the characters for the play.

As someone who has frequently witnessed such gatherings, I have often associated the dance and music of these rituals with those of a theatrical play and was extremely curious to analyze the footage of the moment of the embodiments and observe how the behavior of people would change according to the type of entities they would embody. As an actor/director, I was personally attracted to how they would portray such different personalities throughout one *gira*<sup>4</sup>.

In four hours some of these people would adopt the gestures, voices, ways of walking, and energy of entities that were sometimes very distant from one another as in the case of very old slaved people, *Pretos-Velhos*, and right after assuming the position of women in their 20's or 30's in the case of *Pomba Giras*.

**Picture 1-** *Preta Velha* embodied



Source: scene from author's ethnographic film

<sup>4</sup> Name given to the congregation of the people in the shires of Umbanda and Candomblé.

**Picture 2-** *Pomba Gira* in the same person



Source: scene from author's ethnographic film

As Nina Rodrigues in CONTINS states, the people involved in the rituals enter a state of somnambulism provoked by the dance and *atabaques*<sup>5</sup> that are played continuously. According to her, these elements instigate this state through the process of fatigue of attention.

**Picture 3-** Ogans playing *atabaques*



Source: scene from author's ethnographic film

The state gives space to other personalities. But as I could observe in the footage, there are some limitations of their bodies that play a role in the embodiment. If the person is at an advanced age, the moves can be restricted, if the person is younger or has specific abilities, such as singing, the entity will use those to express themselves. What in any case didn't change was the differentiation of their trance personality and without it. They all had a more extroverted way of behaving.

## 5 LIVING THE PART, THE STANILASVISKY METHOD

All the people I talked to after the ritual were unable to recall any of the events that occurred while they were in a trance. At that moment, the connection with the acting system proposed in Stanislavski's *An Actor Prepares* became clear to me. In the second chapter, the author illustrates the lesson of Professor Tortsov during the feedback session of a theater

---

<sup>5</sup> Brazilian drums shaped like a barrel played with the hands and associated especially with candomblé and capoeira.

class, where the students were asked to play *Othello*. In one of the conversations with his pupils, Tortsov asks one of them if he remembered a certain moment in the play where, according to the method proposed in the book, he was “living the part.” The student was unable to recall what he had done while playing Iago. He then stated that he could only remember some of those actions because the professor had inquired about them.

Tortsov then asks if, without his intervention, the student would be unable to understand how his feelings found expression in the few moments when he truly lived the character’s life. That interaction concluded that the pupil had been playing from his subconscious, intuitively.

Surprised, the pupil asked if that was a good thing. In his explanation, Tortsov stated that this was the best an actor could experience on stage: to be carried away by the character without worrying about movements or noticing how it feels.

The professor complemented the explanation by telling the student that we cannot control the subconscious, and if we were able to penetrate it for some reason, it would become conscious and cease to exist. He then proposed a solution to this issue by stating that in the human soul, there are certain elements subject to consciousness and will, and these accessible parts are able to act upon psychological processes that are not voluntary. Later in the lesson, he highlighted the importance of preparation in a conscious state and repetition so that the body is conditioned to act without the effort of the actor.

The understanding of acting as “living the part” is, in this study, strictly related to the incorporations that occur in the *terreiro* of Umbanda. The element that differentiates the two practices is trance. If, for the purpose of this study, we understand the incorporation of an entity as “living the part” in a play, it is possible for them to freely access their subconscious due to the trance induced by the drums and dance.

Another approach to this analysis is the character construction proposed by Augusto Boal. In his documentary, Boal states that the actor doesn’t embody a character but rather gives the chance for the character to emerge from the actor. This is also connected with the embodiment that occurs in Umbanda and Candomblé practices when analyzed alongside the findings within the bibliography proposed by CONTINS. These are particularly relevant for analyzing the psychological dimensions of entities within Umbanda and how they connect with the people who embody them.

Lepine, in *Contins*, analyzes the phenomenon of *Queda no Santo*<sup>6</sup> through psychological categories, stating that every human being shares the same psychological type as their Orixás (in Candomblé) and Guias (in Umbanda). As an example, she defines that a daughter/son of Oyá (goddess of thunder and wind) is endowed with a nervous temperament, eccentricity, and rebelliousness, while those of Iemanjá are often calm and collected.

As Fernanda Montenegro explained in her lecture at the Festival of Curitiba for theater students in 2017, when asked about how she builds characters, she stated that this process comes from what an actor is, even subconsciously. For her, a character is always

<sup>6</sup> When a person embodies an entity in Candomblé. In Umbanda that would have a similar connotation.

different depending on the actor who gives himself to that entity. Her use of the word “entity” to refer to the character is not by coincidence, as this process of building a character in methods like Stanislavski’s involves using the emotions and attributes of an actor to foster the psychological nuances of a character. In his method, an actor is required to use real-life events in a conscious, cognitive way to induce an artificial emotional episode. Feeling something analogous to the character can provide access to the actor’s subconscious, thus making it possible to truly “live the part.” This exercise is, of course, extremely draining, sometimes causing memory loss due to emotional fatigue, as in the case of Tortsov’s pupil.

If we analyze this notion through the lens of Umbanda, we could say that the “drums” of an actor are his own emotions.

## 6 MEDEA AS POMBAGIRA, BETRAYAL, HOMICIDE AND POWER

Throughout this research, there is an attempt to correlate theatre techniques and the process of the embodiment of entities to define a common ground in which the main character of Euripide’s tragedy would exist in my adaptation of Medea. That is also the basis of how, as a theatre actor/director, I aim to build a universe where the supernatural interacts with a setting the spectators can relate to.

In the original play, Medea is the granddaughter of the Sun and lives in Colchis with her father, King Aeëtes, and her siblings, Absyrtus and Chalciope, in what is known today as northern Armenia. In this myth, the people of this region are endowed with great knowledge of magic and power. They are considered by many in the islands of ancient Greece to be barbaric, having sacrificed Phrixus and stolen the Golden Fleece.

Enchanted by Hera, the wife of Zeus, with promises of fidelity and matrimony, she falls in love with Jason, a relative of Phrixus, who is sent to her land to recover the Golden Fleece in hopes of regaining access to his throne stolen by King Pelias. Medea is instrumentalized by Jason to conquer the tasks proposed by her father, King Aeëtes, to achieve his goal. In the process, she runs away from her homeland, killing her brother Absyrtus with extreme cruelty.

On board the ship Argo with Jason and the Argonauts, they flee back to the kingdom of Iolcos, where Medea kills King Pelias, facing, as a consequence, the anger of the people. She must flee again, this time to Corinth, where she lives with Jason for ten years and has two children until he is offered the hand of Glauce, the daughter of King Creon.

The play begins with the Nurse lamenting that Medea has embarked on this adventure with Jason, setting the tone of despair that permeates Euripides’ story.

In the first pages of the play, we understand that over this time, Medea had to adapt to living without using magic to fit into the standards of her new land. We learn that she lived under great pressure in Corinth.

**Medea (to Kreon):** “It is not the first time, Kreon, that reputation has harmed me and caused great trouble. A man of judgment ought never to have his children reared to be too

clever; for apart from the fact that they earn no thanks from their fellow citizens for their wisdom, they earn hostility and ill-will.” (Euripides, 2006, p. 23).

By “clever,” she refers to her powers, which, in her view, are not supernatural but common knowledge in her homeland.

In this study, I would like to link this suppression of feminine power with the story of Iemanjá, who, as explained earlier in this research, loses her powers of sensuality to fit into the values of Christian society in Brazil, the new land where she is worshiped.

Medea is used in the story to achieve the goals of the hero, Jason, and the turning point of her personality occurs when he decides to leave behind all they lived together so he can become the king of that land. We can understand the instrumentalization of Medea by Jason as a consequence of a patriarchal society that places women in a position of inferior power, even though her character has, from birth, great affinities with cunning that only gods possess. After all, she is the granddaughter of the Sun.

In this new land, she positions herself as powerless, which is evident in the following extract:

**Medea (to Kreon):** “I am not in a position to use my powers against a king. You are stronger, and, at this moment, I am defeated.” (Euripides, 2006, p. 45).

However, this behavior serves to hide her real intentions, as she is already planning on killing her sons for vengeance against Jason. The betrayed Medea returns to her powers and it is during this moment that we can relate her to Pomba Gira. Early in this paper, we discussed the appearance of this entity in the shrines of Umbanda as a consequence of the loss of sensual aspects that Iemanjá and other female orixas went through in Brazil. We noted that this entity is often associated with matters of death and love and it is precisely at this point where I ground my translation of Medea as a Pomba Gira.

The correlation between the new land and the old land, alongside the suppression of power, and the duality of these two characters in both stories create a perfect common ground for my adaptation. The question of embodiment in these rituals and the guidance provided by the entities in both Candomblé and Umbanda creates a fitting setting for connecting with the powers of Medea, who guides Jason as a supernatural force to help him achieve his goals. She uses her power as a sorceress to kill his enemies, but later also turns against him.

Among the similarities we can find between Medea and Pomba Gira we observe the concept of *ebó* in Umbanda, an enchantment via an object or food. In Medea’s story, we can identify a similar object when she plans the death of Glauce through an enchanted coat:

**Medea:** “Now, I shall send my children with a gift to the bride, a robe and a crown of gold, and I will use my magic to make them deadly.” (Euripides, 2006, p. 67).

Medea’s vengeance compels her to access the sorcery she had set aside in the name of love. Her decision to kill her children is a way to retaliate against Jason, but also serves as a clear message to a patriarchal society that uses women’s bodies for reproduction. In their dialogue, Medea expresses her feelings about Jason’s actions regarding this situation.

**Jason (to Medea):** “Why not stop your anger? You could live here with us, and I would provide for you. You could stay, and if you would give up this rage, you could profit from my marriage. I would provide for you and the children.”

**Medea (to Jason):** “Not even if you gave me all the wealth you have, Not even then would I let you mock me!” (Euripides, 2006, p. 45).

This moment marks the incorporation of the old Medea by the new one—the embodiment of evil. For my adaptation, the element of embodiment will help my Medea access her vengeful state against Jason and will grant her full access to her powers, thus becoming the ultimate sorceress.

Pomba Gira is also a woman who has been betrayed. In many chants, she tells a story of a betrayal that instigates her use of magic through the use of *ébos* to recover the loved one.

É que facada no peito  
É a dor da traição  
Só quem ama de verdade  
Sabe como dói a perda de uma paixão  
Atraveso sete montanhas  
Atraveso sete calungas  
Esse macho vai ser meu  
Mas nem que seja na macumba  
It's like a dagger in the chest  
It's the pain of betrayal  
Only those who truly love  
Know how much it hurts to lose a passion  
I cross seven mountains  
I cross seven calungas  
This man will be mine  
Even if it takes a spell

Although Medea avenges herself, she also feels compelled to maintain the marriage at first.

**Medea (to Jason):** “Oh, my dear husband, you are driving me out of my mind. Please don't abandon me to a bitter fate! Think of all I have done for you!” (Euripides, 2006, p. 23-25).

**Medea:** “You have betrayed me, Jason, and yet I cannot bear to think of you leaving me. How can you turn your back on everything we have shared?” (Euripides, 2006, p. 45-47).

## 7 CONCLUSION

In conclusion, this research intricately intertwines together the cultural significance of Pomba Gira and the character of Medea, showing how both figures embody themes of power, betrayal, and the complexities of feminine characters in stories of violence. Through a qualitative approach, this article has explored the origins and psychological dimensions of Pomba Gira, making parallels with Medea's journey. The methodological connections between the character development techniques of Konstantin Stanislavski and Augusto Boal, alongside the embodiment practices observed in the Umbanda/Candomblé rituals,

have enriched my understanding of how these performances serve as a vehicle for reclaiming power and identity.

Furthermore, this study reveals the duality intrinsic in both characters: Medea's transformation from a powerful sorceress to a tool of patriarchal dynamics and back to power as defiance mirrors the evolution of Pomba Gira from the loss of power of an Orixá through the transposal of this feminine power to a trickster figure back to the rise of a new entity, a symbol of feminine resilience and vengeance.

As Medea copes with her suppressed powers and ultimately embraces her lethal potential, she resonates deeply with the essence of Pomba Gira—a figure who straddles the line between benevolence and malevolence, reflecting the complexities of womanhood.

By integrating these themes into my adaptation of Medea, I aim to create a narrative that not only respects the mythological roots of both characters but also challenges contemporary perceptions of classic plays. Through the lens of embodiment, the character of Medea emerges as a modern-day Pomba Gira, a woman who, in reclaiming her power, seeks to transcend the limitations imposed upon her by society.

This article not only contributes to the discourse on adaptation in theatre but also serves as a reminder of the enduring legacies of myth and the profound connections between cultural narratives in our collective unconscious.

## REFERENCES

CASTRO, Y. P. de. Das línguas africanas ao português brasileiro. **Afro-Ásia**, n. 14, p. 81-106, 1983.

COLLIER, Michael; MACHEMER, Georgia. **Medea**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

CONTINS, Marcia. **O caso da pomba gira: reflexões sobre crime, possessão e imagem feminina**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogy of the Oppressed**. 1972. p. 21.

MONTENEGRO, Fernanda. **Aula de Fernanda Montenegro a estudantes de teatro**. YouTube, 20 de março de 2020. 2h10min. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=oadR\\_cTQK-M&t=487s](https://www.youtube.com/watch?v=oadR_cTQK-M&t=487s). Acesso em: 06/09/2024.

MOURA, C. E. M. de. **Candomblé: Religião do corpo e da alma: Tipos psicológicos nas religiões afro-brasileiras**. Edição padrão, 2006.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e Sociedade Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 27.

ROUCH, Jean. **Ciné-ethnography**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003. p. 220.

TEATRO DO OPRIMIDO. **Augusto Boal e o Teatro do Oprimido**. Direção: Zelito Viana. Brasil: Canal Brasil; Mapa Filmes, 2010. Disponível em: [https://www.primevideo.com/-/pt/detail/0HBV3ODCE02A9ESGCSD23KBJ5K/ref=atv\\_dp\\_share\\_cu\\_r](https://www.primevideo.com/-/pt/detail/0HBV3ODCE02A9ESGCSD23KBJ5K/ref=atv_dp_share_cu_r) Acesso em: 20 jun. 2024.

STANISLAVSKI, Constantin. **An Actor Prepares**. Bloomsbury Academic, 2013.

## Eixo 6

### Lingua(gens), discursos e práticas sociais



## A COMPETÊNCIA I DA REDAÇÃO ENEM COMO PRÁTICA DE NORMALIZAÇÃO DO SUJEITO

Mateus Correa Costa<sup>1</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Ilza Galvão Cutrim<sup>2</sup>

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

Este estudo explora a complexidade das práticas de normalização no ensino, com um enfoque particular na Competência I do ENEM e suas implicações sociais, culturais e educacionais. A análise pauta-se nos estudos de Michel Foucault sobre poder, saber e sujeito, evidenciando como o exame atua não apenas como avaliação de conhecimento, mas também como mecanismo de controle social que molda comportamentos e identidades. Discutiu-se como a exigência de adesão à norma padrão da língua escrita pode refletir e reforçar desigualdades, limitando a diversidade de expressão e contribuindo para a exclusão de indivíduos de contextos socioculturais variados. Além disso, abordou-se o impacto das práticas de normalização nas estratégias pedagógicas, enfatizando a tensão entre a promoção de um ensino inclusivo e a perpetuação de padrões homogêneos que podem desencorajar a criatividade e a inovação. O texto conclui ressaltando a importância de questionar e reformular as normas educacionais vigentes, visando práticas mais inclusivas que reconheçam e valorizem a diversidade e promovam a equidade no campo educacional.

**Palavras-chave:** Normalização no Ensino; Competência I do ENEM; Práticas Pedagógicas

### 1 INTRODUÇÃO

A avaliação da Competência I na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) revela um complexo inter jogo de poder, saber e subjetividade que atravessa o cenário educacional brasileiro. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), essa competência busca avaliar o domínio da norma padrão da língua portuguesa, elemento crucial para o sucesso na prova e, por extensão, no acesso ao ensino superior (BRASIL, Inep, 2022). Michel Foucault discute amplamente como instituições e práticas podem exercer poder sobre os indivíduos, normalizando comportamentos e discursos dentro de determinadas expectativas sociais (Foucault, 1987). Esse cenário teórico oferece uma lente crítica para investigar como a avaliação da Competência I do ENEM pode refletir e reforçar processos de normalização e exclusão social.

O problema de pesquisa deste trabalho centra-se na interrogação de até que ponto a Competência I do ENEM atua como um mecanismo de normalização do sujeito, potencialmente perpetuando desigualdades sociais e educacionais. Lima e do Nascimento (2021) evidenciam que as práticas avaliativas podem excluir sujeitos que não se enquadram

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. E-mail: [mateus.correa@discente.ufma.br](mailto:mateus.correa@discente.ufma.br).

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado) da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. E-mail: [Ilza.galvao@ufma.br](mailto:Ilza.galvao@ufma.br).

no perfil linguístico e cultural valorizado pela prova, apontando para uma possível correlação entre as exigências do exame e a manutenção de hierarquias sociais.

A exigência de domínio da norma padrão pode não apenas avaliar competências linguísticas, mas também operar como um filtro cultural, excluindo estudantes de backgrounds menos privilegiados (Leite, 2023). Além disso, a normalização imposta pode limitar a diversidade de expressões e perspectivas no espaço educacional, contrariando ideais de uma educação inclusiva e emancipadora (Piunti; Anunciato, 2021).

A relevância deste trabalho acadêmico reside na sua capacidade de contribuir para o debate sobre políticas educacionais e práticas avaliativas, destacando como elas podem influenciar a formação identitária dos estudantes e perpetuar desigualdades. Ao desvelar as implicações sociais e educacionais da Competência I do ENEM, este estudo busca oferecer insights para a elaboração de abordagens mais inclusivas e reflexivas no contexto educacional (Santos; Nunes, 2020).

Para investigar essas questões, utilizou-se uma metodologia de pesquisa bibliográfica, realizando buscas no Google Acadêmico para revisar literatura relevante, incluindo análises teóricas, estudos empíricos e documentos oficiais. Essa abordagem permitiu uma compreensão ampla e fundamentada sobre o tema.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a função da Competência I da redação do ENEM como prática de normalização, explorando suas implicações para a inclusão e diversidade no ensino. De forma específica, busca-se entender como essa competência afeta estudantes de diferentes contextos socioculturais, avaliar o impacto dessas práticas avaliativas na formação de identidades e propor reflexões sobre possíveis caminhos para uma educação mais equitativa e diversa.

Para a realização deste trabalho, optou-se por uma metodologia de pesquisa bibliográfica, com o intuito de revisar e analisar a literatura existente sobre o papel da Competência I da redação do ENEM no processo de normalização do sujeito. Seguindo as orientações de Gonçalves (2019), a estratégia de busca foi cuidadosamente planejada para incluir uma gama ampla de fontes relevantes, utilizando o Google Acadêmico como principal ferramenta de pesquisa. Palavras-chave específicas foram empregadas, como “ENEM”, “Competência I”, “normalização do sujeito”, “políticas educacionais”, e “avaliação educacional”, combinadas através de operadores booleanos para refinar os resultados da busca (Gonçalves, 2019).

Os critérios de inclusão e exclusão desempenharam um papel crucial na seleção dos materiais. Foram incluídos artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais publicados nos últimos dez anos, escritos em português ou inglês, e que abordassem diretamente a temática da normalização no contexto do ENEM. Excluíram-se publicações que não se relacionavam diretamente com o foco da pesquisa ou que apresentavam análises superficiais ou redundantes, assegurando assim a relevância e a atualidade dos dados coletados. A seleção rigorosa de fontes seguiu as recomendações de Carvalho (2019), que

ênfatisa a importância da qualidade e pertinência dos materiais na construção de uma revisão de literatura robusta (Carvalho, 2019).

A análise dos resultados obtidos foi conduzida conforme os preceitos da revisão sistemática da literatura, conforme discutido por Faria (2019). Esta abordagem envolveu a categorização dos estudos selecionados com base em seus objetivos, metodologias, e principais achados, permitindo uma compreensão abrangente das diversas perspectivas sobre o tema. A análise buscou identificar padrões, divergências, e lacunas no corpus selecionado, proporcionando uma visão crítica e atualizada sobre o papel da Competência I da redação do ENEM e sua influência na normalização do sujeito dentro do contexto educacional brasileiro (Faria, 2019).

Dessa forma, a metodologia adotada permitiu não apenas a construção de um panorama detalhado sobre a questão investigada, mas também a identificação de áreas que necessitam de maior atenção e estudo, alinhando-se ao objetivo de contribuir para uma discussão mais ampla e fundamentada sobre políticas educacionais, avaliação e inclusão no ensino.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A Competência I da redação do ENEM, que avalia o domínio da norma padrão da língua escrita, pode ser compreendida como uma prática de normalização do sujeito, inserindo-se no contexto das reflexões de Foucault sobre a relação entre poder, saber e sujeito. A exigência dessa competência reflete a imposição de um determinado padrão linguístico como instrumento de acesso ao ensino superior, evidenciando a maneira como as instituições educacionais podem atuar no processo de normalização dos indivíduos. Essa perspectiva é sustentada pelas diretrizes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que enfatizam a importância do domínio da norma culta da língua como um dos critérios de avaliação da prova de redação (Brasil, Inep, 2022).

No entanto, é crucial reconhecer que tal normalização não se limita ao âmbito linguístico. Segundo Foucault (1987), as práticas disciplinares, como as empregadas nas avaliações educacionais, são mecanismos de poder que moldam não apenas o comportamento, mas também a identidade dos indivíduos, submetendo-os a uma constante vigilância e avaliação. Este processo de normalização, aplicado através da Competência I da redação do ENEM, estabelece um padrão de escrita que vai além da correção gramatical, influenciando o modo como o aluno se expressa e, conseqüentemente, como ele se percebe e é percebido socialmente.

A abordagem de Foucault sobre a normalização se entrelaça com as discussões sobre a função social do ENEM. Lima e do Nascimento (2021) analisam como o exame pode configurar-se como um espaço de inclusão ou exclusão, dependendo do repertório linguístico e cultural do candidato. A partir dessa perspectiva, a Competência I não apenas avalia o conhecimento da norma padrão, mas também atua como um filtro social, selecionando

aqueles que se adequam ao discurso dominante promovido pelas instituições educacionais (Lima; Nascimento, 2021).

Ademais, a política de escrita imposta pelo ENEM, conforme analisado por Leite (2023), reflete e reproduz discursos hegemônicos, alinhando-se às práticas de poder descritas por Foucault. Ao exigir o domínio da norma culta, o exame não apenas avalia habilidades linguísticas, mas também promove uma determinada visão de mundo, estabelecendo um padrão de pensamento e expressão que se alinha aos interesses das elites dominantes (Leite, 2023).

É essencial considerar as implicações pedagógicas e sociais dessa prática de normalização. Piunti e Anunciato (2021) destacam como o ENEM e a noção de competências têm impactado o trabalho docente e o currículo escolar, priorizando a preparação para o exame em detrimento de uma educação mais crítica e reflexiva. Essa orientação reforça a visão de Foucault sobre o exame como uma ferramenta de poder que não apenas classifica e hierarquiza, mas também forma sujeitos de acordo com determinadas normas e expectativas (Piunti; Anunciato, 2021).

Assim, ao analisar a Competência I da redação do ENEM sob a ótica foucaultiana, torna-se evidente que sua função vai muito além da simples avaliação linguística. Ela é parte integrante de um sistema mais amplo de normalização que influencia a formação de identidades, reproduz desigualdades sociais e perpetua discursos e práticas de poder.

## 2.1 Foucault e a Normalização Social através da Educação

A normalização social através da educação, sob a perspectiva de Foucault, revela-se como um mecanismo sutil e eficaz de exercício do poder. A educação, nesse contexto, não é vista apenas como um meio de transmissão de conhecimento, mas também como uma prática social que molda comportamentos, identidades e relações de poder. Foucault argumenta que as instituições educacionais funcionam como espaços de disciplina, onde os sujeitos são constantemente observados, avaliados e corrigidos, de modo a se conformarem às normas estabelecidas pela sociedade (Foucault, 1987).

Esse processo de normalização é implementado por meio de diversas práticas pedagógicas, como a avaliação contínua, a organização curricular e as metodologias de ensino, que visam não apenas o desenvolvimento intelectual do indivíduo, mas também a sua adaptação aos padrões de conduta considerados aceitáveis. Segundo Foucault, o poder disciplinar exercido nas escolas é capaz de produzir sujeitos dóceis e úteis, que internalizam as regras e os valores predominantes na sociedade (Foucault, 1987).

Neste cenário, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pode ser interpretado como um instrumento de normalização social, ao definir o que é essencial saber e como se deve expressar esse saber. A partir das diretrizes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), observa-se uma ênfase na conformidade às normas linguísticas e na capacidade de articulação de argumentos dentro de um formato

preestabelecido, o que reflete uma concepção de educação centrada na adequação a um modelo ideal de cidadão (Brasil, 2017).

A crítica de Foucault à normalização por meio da educação se aprofunda ao considerarmos as implicações de tais práticas na formação de identidades. A maneira como o ENEM e outras avaliações estandardizadas moldam as expectativas em relação ao sucesso acadêmico e profissional evidencia o poder das instituições educacionais de definir o que é considerado conhecimento válido e quem é considerado um indivíduo competente (Foucault, 1996). Isso é particularmente relevante em contextos de diversidade cultural e linguística, onde as normas estabelecidas podem não refletir a realidade de todos os estudantes, levando à exclusão daqueles que não se enquadram no perfil esperado (Lima; Nascimento, 2021).

Além disso, a ênfase na competição e no mérito individual, característica de muitos sistemas educacionais contemporâneos, pode ser vista como uma extensão das práticas de normalização. A competição entre os alunos por notas, posições em rankings e vagas em universidades cria um ambiente de constante vigilância, onde o sucesso é frequentemente associado à capacidade de aderir e se destacar dentro do sistema estabelecido. Esta perspectiva é ecoada nas análises de Leite (2023) sobre o ENEM como um mecanismo que reproduz discursos capitalistas, legitimando desigualdades sociais e econômicas sob o disfarce de meritocracia (Leite, 2023).

Assim, abordagem de Foucault sobre a normalização social através da educação destaca a complexidade das relações de poder que permeiam o campo educacional. Ao considerar as práticas pedagógicas e avaliativas como ferramentas de poder, torna-se possível compreender como a educação contribui para a manutenção de estruturas sociais e a produção de sujeitos que atendam às exigências de um sistema socioeconômico específico.

## 2.2 A Competência I do ENEM: entre a inclusão e a exclusão

A Competência I do ENEM, focada no domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, estabelece um campo tensionado entre os ideais de inclusão e as práticas de exclusão no cenário educacional brasileiro. Essa competência avaliativa não apenas reflete o domínio técnico da língua, mas também se insere em um contexto mais amplo de normas sociais e culturais que determinam quais formas de expressão são valorizadas ou marginalizadas no ambiente acadêmico. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ressalta a importância de aderir à norma culta como um critério para aferir a capacidade do aluno de se comunicar efetivamente por meio da escrita, posicionando essa competência como essencial para o sucesso no exame (Brasil, 2017).

Contudo, essa exigência revela uma complexidade subjacente à medida que impõe um padrão linguístico específico, o que pode refletir e reforçar desigualdades sociais e educacionais. A norma culta, muitas vezes, distancia-se das variantes linguísticas vivenciadas

por uma parcela significativa dos estudantes, especialmente aqueles provenientes de contextos menos favorecidos socioeconômica e culturalmente. Assim, a imposição de um único padrão de língua escrita pode não apenas desvalorizar a diversidade linguística e cultural, mas também atuar como uma barreira para o acesso de estudantes à educação superior, reforçando mecanismos de exclusão (Foucault, 1987).

A dialética entre inclusão e exclusão é ampliada quando se considera a função social do ENEM como via de acesso ao ensino superior. Embora proposto como um instrumento de democratização do acesso à universidade, o exame pode inadvertidamente perpetuar desigualdades ao privilegiar aqueles que têm maior familiaridade com o padrão linguístico exigido. Essa situação é agravada pela disparidade de recursos disponíveis para a preparação para o exame, com estudantes de escolas públicas ou de baixa renda muitas vezes tendo menos acesso a materiais de estudo, cursos preparatórios e outras formas de suporte educacional (Lima; Nascimento, 2021).

A crítica à normalização imposta pela Competência I do ENEM não é apenas uma questão de diversidade linguística, mas também um reflexo das dinâmicas de poder na sociedade. Michel Foucault, em suas reflexões sobre poder e saber, destaca como as instituições educacionais servem como mecanismos de controle social, estabelecendo normas que definem o conhecimento válido e as formas aceitáveis de expressão (Foucault, 1996). Nesse sentido, o ENEM funciona como um instrumento de poder que não apenas avalia conhecimentos específicos, mas também impõe uma norma cultural que alinha os estudantes a um conjunto de valores e expectativas sociais.

Entretanto, é importante reconhecer esforços para mitigar essas desigualdades e promover uma maior inclusão através do ENEM. Iniciativas como a elaboração de cartilhas de redação que buscam orientar os estudantes sobre os critérios de avaliação e a oferta de recursos educacionais gratuitos são passos na direção de tornar o exame mais acessível a uma variedade maior de candidatos (Brasil, 2022). Além disso, discussões acadêmicas e políticas públicas voltadas para a valorização da diversidade linguística e cultural no ambiente educacional sinalizam uma crescente conscientização sobre a necessidade de abordagens mais inclusivas na avaliação e no ensino (Leite, 2023).

A Competência I do ENEM representa um ponto crítico no debate sobre inclusão e exclusão no sistema educacional brasileiro. Embora se proponha a avaliar uma habilidade fundamental para o desempenho acadêmico e profissional, sua execução prática levanta questões importantes sobre equidade, diversidade e o papel da educação como instrumento de emancipação ou de perpetuação de desigualdades. Refletir sobre essas questões é fundamental para avançar em direção a um sistema educacional que reconheça e valorize a diversidade de seus estudantes, promovendo a inclusão de forma efetiva e significativa.

### **2.3 Discursos hegemônicos e a política de escrita no ENEM**

A política de escrita imposta pelo ENEM, especificamente através de suas diretrizes para a redação, reflete e reforça discursos hegemônicos presentes na sociedade brasileira, atuando como um veículo para a manutenção de estruturas de poder existentes. Esta observação se alinha às teorias de Michel Foucault sobre o papel do discurso na sociedade e como este serve para perpetuar relações de poder, uma vez que os discursos não apenas representam formas de conhecimento, mas também são meios por meio dos quais o poder é exercido (Foucault, 1996). O ENEM, ao estabelecer o que constitui uma escrita adequada e o que é considerado conhecimento legítimo, participa ativamente na construção de normas sociais e na definição de verdades aceitas.

As diretrizes do ENEM para a redação exigem dos participantes a adesão a uma estrutura discursiva particular, valorizando a clareza, a coerência e a argumentação dentro de um formato previamente definido. Embora tais critérios possam parecer neutros ou universalmente válidos, eles implicitamente favorecem modos de expressão alinhados com práticas educacionais e culturais dominantes. Consequentemente, estudantes que se identificam com grupos socioculturais diversos e que podem se comunicar de maneiras distintas do padrão normativo são desafiados a se adaptarem a essas expectativas, muitas vezes à custa de sua própria identidade linguística e cultural (Brasil, 2017).

A imposição desses padrões de escrita, portanto, não é apenas uma questão de avaliação linguística, mas também uma forma de exercício de poder que privilegia certas formas de saber em detrimento de outras. Essa dinâmica reflete a observação de Foucault de que o poder se manifesta através da definição e controle do discurso, com as instituições educacionais atuando como agentes chave nesse processo. Ao normalizar certos modos de expressão e marginalizar outros, o ENEM contribui para a reprodução de desigualdades sociais e culturais.

A crítica a essas práticas se estende ao conteúdo temático proposto nas redações do ENEM, que frequentemente abordam questões sociais relevantes. Embora a escolha desses temas possa ser vista como uma tentativa de sensibilizar os participantes para questões de importância social, a maneira como são estruturados e avaliados pode inadvertidamente promover uma única visão de mundo, limitando a diversidade de perspectivas e experiências que os estudantes podem expressar (Leite, 2023). Isso é particularmente problemático em um país tão diversificado quanto o Brasil, onde a multiplicidade de vozes e experiências deveria ser reconhecida e valorizada.

Esforços para contestar e expandir os limites desses discursos hegemônicos no contexto do ENEM têm sido evidenciados em trabalhos acadêmicos e iniciativas educacionais que buscam promover abordagens mais inclusivas e reflexivas à educação. Por exemplo, estudos que exploram a diversidade linguística e cultural dos participantes do exame apontam para a necessidade de políticas educacionais que reconheçam e valorizem essas diferenças, ao invés de impor um modelo único de competência linguística e discursiva (Lima; Nascimento, 2021).

A política de escrita do ENEM, ao favorecer discursos hegemônicos, não apenas reflete as dinâmicas de poder na sociedade, mas também atua como um instrumento através do qual essas dinâmicas são reforçadas e perpetuadas. Desafiar essas normas e promover uma maior inclusão e diversidade discursiva no âmbito educacional é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual todas as vozes tenham o direito de ser ouvidas e valorizadas.

## 2.4 Impactos pedagógicos da normalização no ensino

Os impactos pedagógicos da normalização no ensino, especialmente no contexto brasileiro marcado pela aplicação do ENEM, são profundos e multifacetados, refletindo-se tanto na dinâmica em sala de aula quanto na concepção de educação por parte de alunos e professores. A normalização, entendida aqui como a imposição de padrões e normas específicas de comportamento, conhecimento e expressão, não apenas modela as práticas pedagógicas, mas também influencia a forma como o conhecimento é construído, compartilhado e avaliado nas instituições educacionais. Esta abordagem está em consonância com as teorias de Foucault, para quem os sistemas de ensino funcionam como mecanismos de poder que estabelecem o que é considerado verdadeiro, aceitável ou normal, moldando assim os sujeitos segundo determinados ideais (Foucault, 1987).

A implementação da normalização através de avaliações estandardizadas, como o ENEM, tem efeitos significativos sobre o currículo e as metodologias de ensino. Professores, pressionados pela necessidade de preparar os alunos para o sucesso nesses exames, podem se ver compelidos a adotar abordagens mais tradicionais e focadas na memorização de conteúdos em detrimento de metodologias mais críticas, reflexivas e voltadas para a resolução de problemas. Isso pode levar a uma homogeneização do ensino, onde as experiências de aprendizagem se tornam mais uniformes e menos adaptadas às necessidades e contextos individuais dos alunos (Piunti; Anunciato, 2021).

Além disso, a ênfase na conformidade com as normas padronizadas pode desencorajar a criatividade, tanto dos professores em suas práticas pedagógicas quanto dos alunos em suas formas de expressão. A criatividade, elemento vital para o desenvolvimento intelectual e pessoal, pode ser vista como secundária diante da necessidade de aderir a formatos e padrões específicos, reduzindo assim as oportunidades para que alunos e professores explorem novas ideias e abordagens no processo de ensino-aprendizagem (Brasil, 2022).

O foco na normalização pode também ter implicações para a equidade educacional. Estudantes provenientes de contextos culturais, linguísticos e socioeconômicos diversos podem enfrentar desvantagens significativas em um sistema que valoriza determinados tipos de conhecimento e formas de expressão em detrimento de outros. Isso pode reforçar desigualdades existentes e limitar as oportunidades para que todos os alunos alcancem seu potencial pleno, perpetuando ciclos de exclusão e marginalização (Lima; Nascimento, 2021).

A normalização no ensino, portanto, vai além da questão da padronização curricular e afeta profundamente a relação entre ensino, aprendizagem e sociedade. Ela reflete e reforça estruturas de poder, influenciando não apenas o que é ensinado e como é ensinado, mas também quem tem acesso a determinadas formas de conhecimento e quem é reconhecido como detentor de competência e autoridade intelectual. As implicações pedagógicas dessa normalização são vastas, abrangendo desde a formação de identidades até a reprodução de desigualdades sociais e culturais (Leite, 2023).

Assim, reflexão crítica sobre os impactos da normalização no ensino é essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que sejam verdadeiramente inclusivas e emancipatórias. Reconhecer e questionar as normas e padrões impostos permite a professores e alunos explorarem formas alternativas de ensino e aprendizagem, que valorizem a diversidade, promovam a equidade e estimulem o pensamento crítico e a inovação. Desafiar a normalização no contexto educacional é, portanto, um passo crucial na construção de um futuro mais justo e democrático no campo da educação.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas ao longo deste texto ressaltam a complexidade e as nuances envolvidas na aplicação e nos impactos da Competência I do ENEM, bem como nas práticas de normalização no ensino. Essas análises, embora enraizadas em contextos específicos e teorias particulares, destacam questões fundamentais sobre o papel da educação, a natureza do conhecimento e as dinâmicas de poder na sociedade contemporânea.

A ênfase na normalização, seja através da competência linguística avaliada pelo ENEM ou das práticas pedagógicas mais amplas, reflete tensões entre os ideais de inclusão e as realidades de exclusão, entre a valorização da diversidade e a imposição de uniformidade. Essas tensões não são meramente acadêmicas, mas têm implicações práticas significativas para estudantes, educadores e a sociedade em geral, afetando as trajetórias educacionais e as oportunidades de vida de milhões de pessoas.

Confrontar e questionar as práticas de normalização no ensino requer um compromisso coletivo com a valorização da diversidade, a promoção da equidade e o estímulo à inovação pedagógica. Isso implica reconhecer e desafiar as estruturas de poder que sustentam as normas educacionais vigentes, buscando formas mais inclusivas e emancipatórias de ensino e aprendizagem que reflitam e respeitem a pluralidade de vozes, experiências e conhecimentos presentes na sociedade.

O debate sobre a normalização na educação e suas implicações para a equidade e a justiça social é um lembrete da necessidade de uma reflexão contínua sobre os valores, os objetivos e as práticas educacionais. É um convite a repensar o que valorizamos como conhecimento, quem tem o poder de definir esses valores e como podemos construir sistemas educacionais que não apenas preparem os indivíduos para o mercado de trabalho,

mas que também os capacitem como cidadãos críticos, criativos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao final, o desafio é cultivar uma educação que reconheça e celebre a diversidade humana, que esteja comprometida com a inclusão genuína e que busque constantemente superar as barreiras à participação plena e equitativa de todos na rica tapeçaria da vida social e cultural. Esse é um objetivo ambicioso, mas essencial para o futuro da educação e da sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores**. Lucília Helena do Carmo Garcez, Vilma Reche Corrêa, organizadoras. Brasília, DF: INEP, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2022: cartilha do participante**. Brasília, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2017: cartilha do participante**. Brasília, 2017.

BRIEGA, Diléia Aparecida Martins. **O ENEM como via de acesso do surdo ao ensino superior brasileiro**. 2017.

CARVALHO, Yuri Mariano. Do velho ao novo: a revisão de literatura como método de fazer ciência. **Revista Thema**, v. 16, n. 4, p. 913-928, 2019.

DIAS, Walquiria Pereira da Silva et al. **Travessias e resistências: práticas de subjetivação do sujeito tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa nos documentos oficiais**. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2189?mode=full> Acesso em: 12 set 2024.

FARIA, Paulo M. **Revisão sistemática da literatura: contributo para um novo paradigma investigativo**. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 7. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 2, n. 5, p. 01-28, 2019.

LEITE, Magna. A política de escrita do ENEM: uma reprodução de discurso capitalista legitimado. **Leitura**, v. 1, n. 76, p. 368-382, 2023.

LIMA, Edson Santos; DO NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas. Uma análise discursiva da prova de redação do ENEM: o sujeito surdo na rede de sentidos. **MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944**, n. 58, p. 301-321, 2021.

LOPES, Adriana Batista. **Leitura e autoria nas questões do ENEM: análise discursiva**. 2017.

PARREIRA, Míriam Silveira et al. **Da leitura-interpretação da proposta à avaliação da argumentação na redação do ENEM: a apropriação da língua (escrita) e o repertório do participante**. 2017.

PIUNTI, Juliana Cristina Perlotti; ANUNCIATO, Rosa Maria Moraes. Impactos do Exame Nacional do Ensino Médio e da noção de competências no trabalho docente. **MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, v. 5, n. 3, p. 341-354, 2021.

SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. **Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro**. Salvador: Edufba, 2020.

## “A GENTE NEM CONTRATA MULHER QUE É PRA NÃO TER MACHISMO”: análise textual-argumentativa do esquete *Mercado Feminino*, do *Porta dos Fundos*.

Suzana Maria Petrus Fonseca de Almeida<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Maranhão

Marize Barros Rocha Aranha<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar, argumentativamente, o estereótipo construído sobre as mulheres no esquete *Mercado Feminino* do canal *Porta dos Fundos*, por meio de processos referenciais, sob a perspectiva da Linguística Textual. Neste texto, observamos o funcionamento de uma representação coletiva cristalizada (Amossy; Pierrot, 2022), em que investigamos estereótipos sobre mulheres emergindo a partir da encenação dos atores. No vídeo em questão, observamos um representante de uma empresa realizando uma pesquisa com o intuito de criar um produto voltado para às necessidades femininas. Ao decorrer de sua fala, ele reforça estereótipos acerca do que é considerado feminino. Deste modo, busca-se analisar como a representação do real é construída com base em estratégias linguísticas a partir da doxa, por meio de imagens cristalizadas produzidas quando observamos a relação de um indivíduo com o outro e consigo mesmo na sociedade. A teoria que fundamenta o olhar analítico deste estudo tem como base as noções sobre a argumentação (Amossy, 2018). Cavalcante (2020) também corrobora com o arcabouço teórico deste trabalho, pois afirma que os processos referenciais são importantes estratégias para a construção da argumentação. A abordagem de Carmelino (2012) sobre a construção dos textos humorísticos, tendo como base Travaglia (1989), compõe nossa fundamentação teórica. A metodologia aplicada a esta pesquisa é qualitativa, pois visa descrever e explicar os fenômenos linguísticos destacados acima. Os resultados apontam para a relevância do uso dos processos referenciais e dos estereótipos na construção da argumentatividade, e para a utilização do humor como uma estratégia argumentativa que objetiva promover uma crítica social.

**Palavras-chave:** Argumentação; Processos Referenciais; Estereótipos.

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, situado e desenvolvido no âmbito da Linguística Textual, tem como interesse observar como se realiza a relação entre argumentação, processos referenciais, estereótipos e humor em textos. O objetivo principal é analisar como são construídos, linguisticamente, alguns estereótipos sobre as mulheres, por meio dos processos referenciais, na construção argumentativa do esquete *Mercado Feminino*, do canal *Porta dos Fundos* do *Youtube*.

A teoria utilizada para compor este trabalho baseia-se nos estudos sobre argumentatividade (Amossy, 2018). Essa autora argumenta que todos os textos são argumentativos, mesmo que nem todos sejam de visada argumentativa, ou seja, nem todos são arranjos em torno de uma tese. Podendo, apenas, apresentar uma dimensão

<sup>1</sup> E-mail: [suzana.petrus@discente.ufma.br](mailto:suzana.petrus@discente.ufma.br).

<sup>2</sup> E-mail: [aranha.marize@ufma.br](mailto:aranha.marize@ufma.br).

argumentativa, ou seja, apresentar a defesa de um ponto de vista ou expor uma maneira de ver o mundo.

Os estudos acerca das imagens cristalizadas em Amossy e Pierrot (2022) também compõem o arcabouço teórico deste artigo. Essas autoras compreendem os estereótipos como extremamente importantes para o processo de elaboração da identidade social. A análise textual e argumentativa trará luz para como o esquete explora e subverte esses estereótipos para provocar uma reflexão crítica sobre os comportamentos e atitudes enraizados na sociedade.

As noções de Travaglia (1989) sobre textos humorísticos, a partir dos estudos de Carmelino (2015), são importantes à medida que esse autor tece acerca dos objetivos do humor. Este trabalho destaca como o humor funciona não apenas como uma ferramenta de entretenimento, mas também como uma estratégia argumentativa poderosa que desafia normas estabelecidas e oferece uma abordagem crítica sobre questões sociais.

Cavalcante (2020, 2022) também corrobora com a teoria desse estudo tendo em vista suas relevantes contribuições para a Linguística Textual brasileira e suas pesquisas acerca da natureza argumentativa dos processos referenciais. A fundamentação teórica deste trabalho está difundida dentro das seções que dividem este estudo.

## 2 OS ESTEREÓTIPOS

Moscovici (2007) descreve os estereótipos como representações sociais que surgem a partir de algo já existente e de sistemas de crenças relacionadas à realidade. No entanto, embora seja possível identificar a origem dos estereótipos, essas representações são sempre incompletas, o que permite a influência de novos eventos e discursos, podendo tanto preservar quanto modificar seu conteúdo original.

Para esse estudo é absolutamente relevante a concepção de estereótipos para Amossy e Pierrot (2022) que guiam as análises. De acordo com essas autoras, a estereotipia é fundamental para um funcionamento argumentativo eficaz. Essa perspectiva está de acordo com a definição de estereótipo, que é descrito como esquemas culturais compartilhados e consolidados como opiniões comuns dentro de uma determinada comunidade.

As representações cristalizadas (entende-se, os estereótipos) são extremamente relevantes para o processo de elaboração da identidade social e influenciam as relações entre membros das sociedades (Amossy; Pierrot, 2022). Os estudos cognitivos as consideram como um processo normal tratando-se da atividade cognitiva cotidiana, pois refletem processos mentais comuns a qualquer pessoa que vive em sociedade (Amossy; Pierrot, 2022).

Os estereótipos apesar de serem imagens cristalizadas não são inflexíveis, pois compõem a doxa, ou seja, os valores sociais coletivos de determinado grupo, portanto, podem ser elaborados e reelaborados discursivamente conforme às novas identificações sociais. O esquete o qual propomos analisar constrói diversas imagens cristalizadas.

Vários estereótipos podem ser observados no esquete, mas apenas emergem a partir do texto/discurso do personagem masculino, o entrevistador, que também projeta uma representação cristalizada, a do *esquerdo-macho*, que é um homem que constrói seu discurso a fim de aparentar dar suporte/apoio às mulheres, no entanto acaba revelando-se um homem atravessado pelo machismo estrutural e conservador.

A partir das falas do personagem masculino, que assume o estereótipo do *esquerdo-macho*, outros surgem e dizem respeito às figuras femininas que estão presentes no contexto da reunião. Há a imagem cristalizada da mulher *loira-burra*, que não necessariamente é ignorante sobre determinado assunto, mas assim é julgada por ter uma boa aparência e pela tonalidade de seu cabelo; da *mulher consumista*, que sempre está sempre excessivamente focada em compras e consumo de produtos, especialmente itens relacionados à moda, beleza e acessórios.

Há o estereótipo da *mulher carente/dependente*, que está sempre preocupada com os homens, preocupada em agradá-los, buscando validação masculina ou dedicando a maior parte de seu tempo e energia para questões relacionadas aos relacionamentos amorosos; também há a imagem cristalizada da *mulher não-assertiva*, que convoca a ideia de mulheres que são passivas, hesitantes ou incapazes de afirmar suas opiniões e necessidades de maneira direta e confiante.

Essas imagens cristalizadas são apresentadas a partir de frases cristalizadas, os clichês, que são utilizadas para garantir, também, o efeito de humor no texto, pois são frases com as quais as pessoas da sociedade brasileira, mais precisamente, podem identificar-se, tendo em vista que essas fazem parte de um contexto social machista no qual todos estão inseridos e, portanto, sujeitos a ouvi-las.

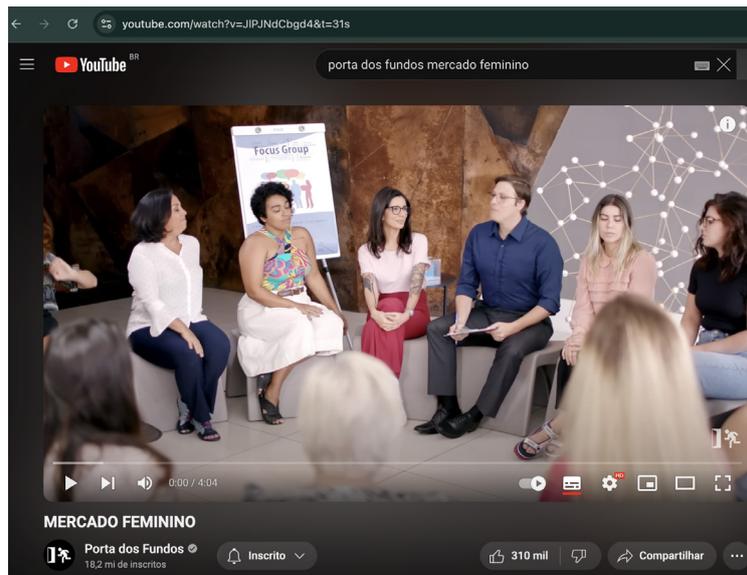
### 3 ANÁLISE TEXTUAL-ARGUMENTATIVA-REFERENCIAL DO ESQUETE *MERCADO FEMININO*

O esquete que tomamos para análise foi publicado pelo canal Porta dos Fundos, no Youtube, em 9 de março de 2019 e até o período da escrita deste trabalho contava com mais de 5 milhões de visualizações e aproximadamente 310 mil curtidas e 8.500 comentários.

Este vídeo em questão tem 4 minutos e 4 segundos, seguindo o *timing* dos outros diversos esquetes feitos e publicados pelo coletivo de humor. Esse tempo dos vídeos é essencial para maximizar as chances do sucesso do impacto da crítica e do humor, que juntos são as estratégias argumentativas indelévels utilizadas pelo canal.

Para fins didáticos, recortamos diálogos do esquete Mercado Feminino a fim de observar como os referentes se mantêm e/ou progridem no texto. Os termos em **negrito** serão os referentes e os termos sublinhados, as anáforas.

**Figura 1** - Esquete *Mercado Feminino* do Canal de humor Porta dos Fundos



Fonte: Porta dos Fundos (2019)

No início do vídeo temos um homem cujo nome não é identificado, mas ele é quem conduz a entrevista (portanto, será nomeado, aqui, como *entrevistador*). Ele começa a reunião dando bom dia e agradecendo a presença de todas as mulheres que naquele espaço estão. O entrevistador continua: (E): “Eu não sei se **vocês** já participaram desse tipo de dinâmica de grupo antes, por isso eu vou dar uma explicadinha um pouquinho pra **vocês** como é que funciona. É super fácil, é supersimples, eu quero ouvir **vocês** falando. É isso, é um bate-papão. A gente vai conversar, vai falar de tudo um pouco... Por quê? Porque a gente tá lançando um produto voltado pro **público feminino**, então a gente quer ouvir, claro, **vocês mulheres, essas mulheres empoderadas, essas mulheres né que tomam decisão, têm atitude e sabem o que querem** [...] Mas, ó, é pra deixar a cabeça livre não é pra ficar... deixa o shopping lá fora, deixa homem, namorado, marido, essas coisa, tudo lá fora. Vamos pensar agora em coisa, né, aqui, assim...”

Nisso ele é interrompido por uma entrevistada, chamada Caroline, que tenta falar: (C): “Mas a gente não...». A entrevistada é logo interrompida pelo entrevistador que continua: (E): «Deixa... desculpa, Carol, deixa eu só terminar de falar. Porque se **todo mundo** começar a falar de uma vez, vai virar um galinheiro isso aqui, **ninguém** mais vai se ouvir. Deixa eu só terminar, porque de repente a sua dúvida é a dúvida de **alguém aqui**. Então, só pra eu falar, pra **vocês** ficarem bem tranquilas, assim pra saber que aqui é um lugar onde o machismo, não. Na nossa empresa, o machismo está proibido, a gente nem contrata **mulher**, que é pra não ter machismo.

Observa-se haver um entrelaçamento de sentidos na construção dos referentes (rede referencial) e haver a alteração dos objetos de discurso que se dá na interação textual. Portanto, se pode observar a recategorização dos referentes. Quando o entrevistador fala **vocês**, se referindo às mulheres que estão espaço de reuniões, ele retoma por diversas vezes a este referente sem repeti-lo e sim utilizando a gente, quando se inclui no grupo de pessoas

que estão naquele espaço, em seguida volta a apenas referir-se às mulheres usando como anáforas recategorizadoras: público feminino, vocês mulheres, essas mulheres empoderadas, essas mulheres que tomam decisão, (que) têm atitude e sabem o que querem, todo mundo, alguém aqui, mulher.

Dessa maneira, se analisa a ocorrência da anáfora direta ou correferencial que acontece quando há a retomada de um mesmo referente já apresentado no texto. Consoante Cavalcante et al. (2022, p. 292), esse tipo de anáfora “[...] representa uma retomada recategorizadora do referente”. Assim sendo, o referente *vocês* é recuperado por meio de outras palavras e/ou termos recategorizadores que fazem com que o texto progrida adicionando novos e outros sentidos e informações.

Por se tratar de um esquete que, conforme Travaglia (2015), é um gênero necessariamente humorístico, esse pode ser entendido como uma *piada representada* ou como *a encenação de uma piada*. Por assim ser, nesse caso encontram-se recursos humorísticos como a caracterização e a encenação de atores, cenários, eventualmente trilha sonora e outros. A partir dessas estratégias se pode analisar também o gestual e expressões faciais que ajudam na compreensão dos sentidos por meio de diferentes sistemas semióticos (Cavalcante et al., 2022).

No segundo diálogo destacado, temos a continuação do primeiro exemplo analisado. O entrevistador segue: (E): “Bom, eu vou começar então com a Caroline que tá aqui do meu lado, que é morena vai entender mais rápido, tô brincando, é piada, é brincadeira. Então o negócio é o seguinte... uma suposição, tá? Suposição, perdão, é... imagina que... imagina que, tá? Então imagine que, um dia, tenha 26h, ou seja, teria quantas horas a mais? duas. Então imagina que você tenha mais duas horas. O quê que **você** faria com essas duas horas a mais?”

Caroline, uma das entrevistadas, tenta falar: (C): “Não, mas é que...”, ao passo que é interrompida, mais uma vez pelo entrevistador que diz: (E): “Calma, não precisa ficar nesse “não sei, não sei. Ai, preciso falar...” Eu sei que mulher é mais difícil de responder assim, direto. É uma coisa mais do pensamento do homem. Então eu vou dar múltipla escolha e só pode escolher uma [...] Opção A, se você pudesse mudar uma coisa em você, você mudaria o seu rosto? Opção B, seu peito caído? Opção C, sua barriga? Opção D, trocaria sua vagina por um pênis?”

Outra mulher, que não tem nome identificado, tenta falar e diz: (OM): “Isso é completamente...”. Ela também é interrompida pelo entrevistador que segue: (E): “Peraí, calma! ou letra E, faria uma escova marroquina? (risos) Eu tô brincando. É que vocês inventam cada hora uma coisa. Toda hora tem um creme, toda hora tem um esmalte, e a cor, e muda, e ninguém nota nada, é só vocês, porque fica...”

Mais uma vez Caroline tenta falar: (C): “Cara, pelo amor de Deus...” e o entrevistador a interrompe com: “Peraí, calma! (imita uma galinha)”.

Nesse segundo diálogo observamos o mesmo referente, **você**, mais uma vez sendo recategorizado por mulher, você, seu, sua, vocês. Observa-se, no entanto, desta vez, uma

variedade menor de elementos recategorizantes e isso se dá pelo fator oralidade, presente no esquete.

Nesse contexto, os processos referenciais podem ser um pouco diferentes em comparação com a escrita. Na fala cotidiana, frequentemente, há menos precisão formal, mesmo se tratando de um espaço de trabalho, o que pode tornar o referente menos claro e/ou mais redundante, dependendo da situação comunicativa, como é o caso do segundo exemplo. A repetição de palavras e/ou termos, na oralidade, é comum como forma de reforçar ou esclarecer o referente, sendo menos frequente em textos escritos. Por isso, o contexto e o gestual ajudam na compreensão das referências.

No segundo diálogo em tela, o conceito de *Redes Referenciais*, como destacado por Janaína Matos (2018), se evidencia. Essa autora define esse conceito como “[...] entrelaçamentos de sentidos na construção dos referentes, os quais mantêm uma diversidade de relações entre si e se adaptam, funcionalmente, aos modos de constituição dos textos” (2018, p. 169).

Esses vínculos estabelecidos pelas *Redes Referenciais* ao longo de um texto/discurso ligam diferentes termos a um mesmo referente, promovendo coesão e continuidade. Essas *redes* não se limitam a simples repetições ou anáforas, mas envolvem uma complexa teia de mecanismos linguísticos, como pronomes, sinônimos, hiperônimos, expressões descritivas e outros, que permitem ao alocutário e ao interlocutor retomar um referente de maneiras variadas.

Ainda no exemplo 2 observa-se esse ponto de forma bem colocada à medida que o alocutário (o entrevistador) usa por diversas vezes pronomes como sua, seu, vocês para fazer essa retomada anafórica. Matos (2018) enfatiza que as *redes* são fundamentais para a compreensão global de um texto, já que ajudam a manter o fio condutor da informação, mesmo quando o referente não é mencionado de forma direta ou repetitiva. A formação dessas *redes* depende do contexto discursivo e das inferências que o interlocutor faz para interpretar o que é retomado ou deixado implícito.

Observem que durante a escrita deste segundo exemplo, optou-se por deixar o termo imita uma galinha sublinhado. Temos de explicar a razão para isso por meio do conceito de rede referencial, já mencionado anteriormente. De acordo com Matos (2018) as redes referenciais auxiliam para a compreensão global de um texto/discurso. O esquete é um sistema semiótico que utiliza elementos visuais, verbais, gestuais para transmitir mensagens e produzir, de forma estratégica, efeitos humorísticos.

O entrevistador ao imitar uma galinha faz referência a sua fala anterior, mencionada no exemplo 1, em que diz: “porque se todo mundo começar a falar de uma vez, *vai virar um galinheiro* isso aqui, ninguém mais vai se ouvir”. Além de contribuir para o entendimento global do texto, tem-se aqui, novamente, a utilização de um estereótipo machista para ridicularizar e diminuir a capacidade de fala das mulheres.

A imitação da galinha remete à ideia de que as mulheres *falam demais* ou que o que dizem não tem relevância, como se fosse um ruído ou algo insignificante, num ponto de vista preconceituoso que associa o ato de falar ao cacarejo de uma galinha. A ação do

entrevistador de imitar uma galinha se dá por retomada anafórica numa rede referencial dos sentidos do texto.

Essa representação reflete uma crítica social, novamente, ao machismo presente no mercado de trabalho e na sociedade em geral. O humor da cena se baseia no exagero e na exposição desse preconceito, revelando de forma sarcástica como as mulheres são frequentemente desrespeitadas ou subestimadas em ambientes profissionais dominados por homens. A galinha, nesse contexto, funciona como um símbolo de um estereótipo pejorativo sobre o comportamento feminino e o esquete utiliza esse recurso para criticar atitudes sexistas, expondo o absurdo desse tipo de pensamento.

#### 4 MERCADO FEMININO: REFERENCIAÇÃO, ARGUMENTAÇÃO E HUMOR

Conforme Cortez e Koch (2013), os objetos de discurso revelam os pontos de vista. Assim sendo, no recorte desta apresentação temos o referente **você** sendo o referente que está sendo recategorizado anaforicamente pelos termos a gente, público feminino, vocês mulheres, essas mulheres empoderadas, essas mulheres que tomam decisão, (que) têm atitude e sabem o que querem, todo mundo, alguém aqui, mulher.

Essas recategorizações estabelecem relações de sentido que se articulam em rede (Matos, 2018). Consoante Cavalcante (2020, p.140), “[...] essa relação promove a instauração de uma rede referencial cuja existência também responde pelo processo de construção de sentidos”. Dessa maneira, há um conjunto de referentes que influenciam na constituição dos sentidos uns dos outros, pois estão integrados.

O esquete *Mercado Feminino* retrata uma situação não incomum nos tempos modernos. Na encenação é apresentado um mercado fictício que é exclusivamente voltado para produtos destinados ao público feminino. E por meio do vídeo é apresentada de forma estereotipada uma maneira como a publicidade e o mercado muitas vezes tentam abordar e vender produtos para mulheres.

O *mercado* propõe “ouvir” as mulheres a fim de criar/lançar um produto “voltado pro público feminino”. Entende-se, portanto, que será um produto de fato útil e inovador, no entanto, a partir da encenação, observa-se que esse produto reflete estereótipos acerca do que é considerado *feminino*, apelando para clichês ou usando argumentos pouco convencionais para justificar esses produtos.

A crítica que se estabelece a partir do viés humorístico do esquete faz emergir a maneira superficial e absurda de algumas estratégias de marketing, que se dá pela forma como os produtos e suas descrições exploram clichês e estereótipos sobre as mulheres. Isso inclui desde a maneira como os produtos são rotulados até as características atribuídas a eles. Essas descrições refletem sobre como as empresas podem tentar explorar e segmentar o público, no entanto, no vídeo, essas estratégias se dão de maneira irônica.

Também, a peça ironiza as estratégias de marketing que visam atrair o público feminino, muitas vezes apelando para ideias de empoderamento, feminilidade ou

características específicas de forma exagerada e pouco autêntica. O personagem homem, o único do enredo, interage com as mulheres que estão participando da reunião e suas falas, intencionalmente, apontam para a ridicularização dos produtos e a falta de sentido por trás de algumas campanhas de marketing direcionadas às mulheres.

Travaglia (1989) já trata sobre as subcategorias do humor. Sendo que este autor considera que todos os textos humorísticos acabam tendo efeito liberador “num sentido psicológico pelo menos” (Travaglia, 1989, p. 49), ou seja, todos os textos de humor têm a liberação como objetivo principal ou subsidiário. O esquete Mercado Feminino se enquadra nas subcategorias 3.2.2 (a liberação) e 3.2.3 (crítica social).

A liberação “[...] tem um caráter sociopsicológico uma vez que por meio do humor se rompe a proibição e a censura social imposta ao indivíduo ou a grupos” (Travaglia, 1989, p. 50), sendo assim, apenas a partir do humor se torna possível dizer algo que, costumeiramente, dentro dos enquadramentos sociais não seria permitido. Por sua vez, a crítica social parte de uma tentativa de mudança na sociedade, procurando evidenciar quase sempre o que há de absurdo e de ridículo de muitos comportamentos do homem (no sentido *de todas as pessoas*), “[...] para que este veja a necessidade de romper com a estrutura social vigente” (Travaglia, 1989, p. 50).

O humor é observado como uma estratégia argumentativa importante nos esquetes do canal *Porta dos Fundos*. Segundo Amossy (2018), a argumentação é constitutiva da interação humana, portanto, é uma condição-base para toda interação comunicativa. Essa autora advoga em prol da noção de argumentatividade inerente a todos os textos, ou seja, esses são concebidos para afetar/influenciar os “modos de pensar, de ver, de sentir” (Amossy, 2011, p. 130) do interlocutor.

Portanto, o humor é um recurso (uma estratégia) utilizada pelo alocutário (nesse caso, o canal *Porta dos Fundos*) a fim de obter a adesão de seu interlocutor (as pessoas que visualizam o esquete), ou seja, com o intuito de gerar algum efeito no(s) interlocutor(es)). Nesse sentido, o efeito pretendido seria a adesão à crítica feita, a fim de conscientizar o interlocutor para o fato de o mercado de marketing não buscar uma escuta ativa na compreensão das necessidades da mulher moderna.

Por sua vez, a referenciação, enquanto processo, também é uma estratégia argumentativa-textual, pois se dá na negociação textual em que reelaborar os referentes é fundamental para que haja a progressão do texto. E é nessa negociação que os interlocutores interferem no modo de ver um do outro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a discussão proposta neste artigo, o humor desempenha papéis multifacetados em textos/discursos, sendo um dispositivo argumentativo-textual e podendo ser utilizado como tal, pois de acordo com suas funções, subcategorizadas por Travaglia (1989), é capaz de orientar ou reorientar um ponto de vista, uma maneira de ver o mundo.

A análise do esquete *Mercado Feminino* do canal Porta dos Fundos ilustra como o humor é uma estratégia não apenas para promover o riso pelo riso (Travaglia, 1989), mas para promover uma crítica social (Travaglia, 1989), pois conduz o interlocutor a uma reflexão acerca de comportamentos enraizados como naturais na nossa sociedade, mas que são desrespeitosos e projetam atitudes machistas que persistem no cotidiano. Por meio da comichidade, é possível evidenciar a discrepância que existe entre o discurso das empresas e a prática.

Nesse esquete, há a evidência de algumas imagens cristalizadas (Amossy, Pierrot, 2022), a do *esquerdo-macho*, da *loira-burra*, da *mulher consumista*, da *mulher carente/dependente* e da *mulher não-assertiva*. O uso dos estereótipos nesse esquete serve para atenuar a desigualdade de gêneros entre homens e mulheres e esses são utilizados para promover a crítica social que tem como intenção conduzir os interlocutores à mudança.

Além disso, os processos referenciais e a argumentação revelam que a forma como os referentes são apresentados e recategorizados em um texto/discurso é crucial para a construção de significados e para a influência sobre o público. A interação entre humor e processos referenciais destaca a complexidade da argumentação e a habilidade do humor de moldar e redirecionar pontos de vista.

Por meio deste estudo, procurou-se destacar a frutífera relação entre textos-argumentatividade-referenciação-humor. Apresentamos o humor não apenas como uma ferramenta de entretenimento, mas também como uma estratégia argumentativa que rompe com normas estabelecidas. Dessa forma, o humor oferece uma abordagem textual-argumentativa crítica sobre questões sociais, promovendo uma reavaliação de atitudes e comportamentos estereotipados.

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. Tradução de Eduardo Piris et al. São Paulo: Contexto, 2018.

AMOSSY, Ruth. PIERROT, Anne Herschberg. **Estereótipos e clichês**. Tradução de Mônica Cavalcante et al. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2022. 160 p.

CARMELINO, A. C. Humor: uma abordagem retórica e argumentativa. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 8, n. 2, p. 40-56, 2012.

CARMELINO, Ana Cristina. **Humor: eis a questão**. São Paulo: Cortez, 2015.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: UFC, 2011.

CAVALCANTE, Mônica; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE, M. M. et al. **Linguística Textual e Argumentação**. Campinas: Pontes editores, 2020.

CAVALCANTE, M. M. et al. **Linguística Textual Conceitos e Aplicações**. Campinas: Pontes editores, 2022.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. Texto humorístico: o tipo e seus gêneros. In: CARMELINO, Ana Cristina (org.). **Humor: eis a questão**. São Paulo: Cortez, 2015.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. O que é engraçado? Categorias do risível e o humor brasileiro na televisão. **Estudos Lingüísticos e Literários**, Maceió, v. 5 e 6, p. 42-79, 1989.

## #CRIANÇANÃOÉMÃE: argumentatividade e intertextualidade em postagens sobre o Projeto de Lei (PL) 1904/24, no Ecosistema X

Ozeias Evangelista de Oliveira Junior<sup>1</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Maria da Graça dos Santos Faria<sup>2</sup>

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

O projeto de lei (PL) 1904/24, que equipara o aborto após a 22ª semana de gestação ao crime de homicídio, inclusive em caso de estupro, provocou muitas discussões contrárias à sua aprovação em diversos ecossistemas digitais, pois busca retirar direitos já adquiridos pelas mulheres após longos anos de luta. Um recurso muito utilizado por esses grupos contrários à aprovação do projeto de lei, nos ecossistemas digitais, foi a hashtag #CriançaNãoÉMãe, que serve como fio textual alusivo, abrangendo todas as postagens que a utilizam e provocando, assim, relações entre textos diversos que engendram a argumentatividade destes textos. Um dos critérios textuais pelos quais a argumentatividade pode ser evidenciada é através da intertextualidade, compreendida como fenômeno textual-discursivo planejado e sempre indiciado (Cavalcante et al., 2020), que, com o surgimento da web 2.0, passa a se valer também de elementos tecnolinguageiros diversos, muitos dos quais são próprios de ecossistemas digitais. Neste estudo, propomos analisar a estratégia argumentativa da intertextualidade e os aspectos tecnolinguageiros em publicações que utilizam a #CriançaNãoÉMãe no ecossistema X (antigo *Twitter*). Para isso, articulamos um quadro teórico que reúne contribuições da Teoria da Argumentação no Discurso (Amossy, 2011, 2018), da Análise do Discurso Digital (Paveau, 2021) e da Linguística Textual, mais especificamente aos estudos sobre intertextualidades estritas e amplas (Carvalho, 2018; Cavalcante et al., 2020, 2022). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e explicativa, pois buscamos explicar e descrever um fenômeno, e o método usado é o indutivo, partindo de considerações particulares para chegar a conclusões gerais (Lakatos e Marconi, 2001). O corpus para investigação é constituído por quatro capturas de tela de postagens realizadas após a votação que determinou a urgência da tramitação do Projeto de Lei na Câmara dos Deputados. A análise permitiu constatar que, nos textos analisados, faz-se uso de ferramentas e práticas tecnolinguageiras, articulando-as com os processos intertextuais como estratégias argumentativas para defender um ponto de vista contrário à aprovação do Projeto de Lei.

**Palavras-chave:** Argumentatividade, Intertextualidade, PL 1904/24, Hashtag.

### 1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno do projeto de lei (PL) 1904/24, que equipara o aborto após a 22ª semana de gestação ao crime de homicídio, tem gerado intensos debates nas plataformas digitais, especialmente devido ao impacto que essa proposta pode ter sobre os direitos

1 Graduando em Letras - Português e Espanhol pela Universidade Federal do Maranhão. Bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estratégias e Procedimentos de Organização Textual - GEPOT (UFMA/CNPq). E-mail: [ozeias.junior@discente.ufma.br](mailto:ozeias.junior@discente.ufma.br).

2 Professora titular do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1980), graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (1978), mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2009), doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2014), e pós-doutorado em linguística pela UFC (2020). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Estratégias e Procedimentos de Organização Textual - GEPOT (UFMA/CNPq). E-mail: [faria.maria@ufma.br](mailto:faria.maria@ufma.br).

já conquistados pelas mulheres. Este projeto, ao buscar restringir esses direitos, suscitou reações adversas em diversos ecossistemas digitais, onde a hashtag #CriançaNãoÉMãe se tornou um recurso central para mobilizar e organizar a resistência. Essa hashtag não apenas conecta postagens diversas, mas também estabelece um fio textual que potencializa a argumentação contrária à aprovação do projeto, revelando a relevância da intertextualidade como fenômeno discursivo nas discussões contemporâneas.

Neste artigo, propomos uma análise das estratégias argumentativas que emergem por meio da intertextualidade nas postagens que utilizam a hashtag #CriançaNãoÉMãe no ecossistema X (antigo Twitter). A intertextualidade, compreendida como um fenômeno textual-discursivo planejado e indiciado (Cavalcante et al., 2020), ganha nova dimensão com a ascensão da web 2.0, incorporando elementos tecnolinguageiros que são característicos dos ambientes digitais. A articulação entre essas ferramentas e os processos intertextuais possibilita uma análise aprofundada das práticas discursivas que se contrapõem à proposta legislativa, ressaltando a complexidade das interações sociais em espaços virtuais.

Para fundamentar nossa investigação, integramos contribuições da Teoria da Argumentação no Discurso (Amossy, 2011, 2018), da Análise do Discurso Digital (Paveau, 2021) e da Linguística Textual, com foco nos estudos sobre intertextualidades estritas e amplas (Carvalho, 2018; Cavalcante et al., 2020, 2022). A abordagem qualitativa e explicativa da pesquisa, aliada ao método indutivo, permite que partamos de observações específicas para alcançar conclusões mais amplas sobre como as estratégias intertextuais e tecnolinguageiras são utilizadas para sustentar posições contrárias à aprovação do PL 1904/24. O corpus da investigação é composto por quatro capturas de tela de postagens realizadas após a votação que estabeleceu a urgência da tramitação do projeto, revelando, assim, a articulação entre os elementos discursivos e as práticas argumentativas na luta pelos direitos reprodutivos das mulheres.

Para além desta parte introdutória, o trabalho segue esta ordem: primeiramente, tratamos da argumentatividade nos textos, com base em Amossy (2018) e Cavalcante et al. (2022). Em seguida, abordamos os estudos sobre intertextualidades estritas e amplas, com base, principalmente, em Carvalho (2018). Após isso, trataremos brevemente sobre a tecnolinguagem, com base em Paveau (2021). Por último a análise dos dados e as considerações finais.

## 2 A ARGUMENTATIVIDADE NOS TEXTOS

A LT, preconizada pelo Grupo Protexito, defende a ideia de que todos os textos são argumentativos, indo contra o que muitas vezes é definido como argumentação, vista como um modo de organização de sequências textuais (introdução-argumentos-conclusão), conforme proposto por Adam (2019). Cavalcante et al. (2022, p. 97) defende que a argumentatividade “não é flagrada somente pela forma composicional de um texto, pois as evidências de que há pontos de vista que ‘conversam’ podem se expressar por diferentes marcações”.

Cavalcante et al. (2022) esclarece, ainda, que a argumentatividade independe das sequências composicionais que estruturam os textos, sejam elas narrativas, explicativas, descritivas ou dialogais, pois os pontos de vista e as formas de ver o mundo e as coisas estarão sempre em jogo. Essa reivindicação advém, segundo Cavalcante et al. (2022, p. 98), do reconhecimento de que: *a) em todo enunciado, há pontos de vista; b) os pontos de vista são gerenciados por interlocutores, intencionalmente, na tentativa de influenciar o outro; c) essas tentativas de influência são estratégicas; d) algumas formas de textualização explicitam o ponto de vista central que será defendido; e) outras formas de sequências textuais não deixam de supor uma orientação argumentativa, na medida em que ajudam o locutor a gerenciar pontos de vista.*

É a partir dessas considerações que Cavalcante et al. (2022) defende que todos os critérios da LT podem revelar as tentativas do locutor principal de agir sobre o seu dizer. Embora essas trocas sejam estratégicas, os participantes também “sofrem as coerções sociais dos contratos comunicativos que se estabelecem em cada interação, em virtude de cada gênero e da contextualização do cenário ou campo dêitico” (Cavalcante et al., 2022, p. 98).

Para essas considerações, a LT adota a perspectiva de argumentação defendida por Ruth Amossy (2018), para quem a argumentatividade é constitutiva de todo discurso. A teoria de Amossy (2018) une aspectos e concepções da retórica e da nova retórica à análise de discurso não materialista, nomeando-a como Teoria da Argumentação no Discurso, doravante TAD. Para Amossy (2011), a argumentação é:

[...] a priori no discurso, na escala de um continuum que vai do confronto explícito de teses à coconstrução de uma resposta a uma dada questão e à expressão espontânea de um ponto de vista pessoal. Por isso, cabe ao analista descrever as modalidades da argumentação verbal da mesma forma que os outros processos linguageiros, e numa estreita relação com eles (Amossy, 2011, p. 131).

Amossy (2011) defende que nem todo discurso tem a intenção de levar um auditório à adesão de uma tese, ou seja, nem todo locutor possui um posicionamento declarado e definido, mas todo discurso orienta os modos de ver, de pensar e de sentir dos seus interlocutores. Essas constatações da analista resultaram na distinção entre textos de visada argumentativa e de dimensão argumentativa, que são os modos de organização da argumentatividade.

Compreendemos **visada argumentativa** quando o locutor tem o objetivo de produzir um texto que leve o interlocutor a aderir à sua opinião ou tese sobre o tema debatido. Contém uma visada argumentativa gêneros como: artigos de opinião, ação judicial e debate eleitoral (Cavalcante et al. 2020). Já a **dimensão argumentativa** consiste na “tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiro(s)” (Amossy, 2011, p. 131).

É importante ressaltar que esses graus de explicitude da argumentação não têm relação com a força persuasiva de um texto, pois um texto de dimensão argumentativa pode ter uma persuasão tão grande quanto um de visada argumentativa, dependendo, somente, da intenção do locutor. Assim, consideramos, com base no que defende Amossy (2018), que argumentar é um “meio de agir sobre o outro, tentando fazê-lo aderir a um ponto de vista ou mesmo mudar de direção quanto a seu modo de ver e de sentir em relação a uma questão social” (Cavalcante et al. 2022, p. 113).

### 3 TECNOTEXTOS: o hibridismo tecnológico

Paveau (2021), teórica da Análise do Discurso digital, doravante ADD, tem como ponto de partida para a formulação de seus conceitos algumas lacunas deixadas pelas disciplinas do texto, discurso e interação ao não considerar a dimensão nativa dos discursos digitais e suas implicações na construção dos sentidos. A ADD define os discursos produzidos em um ecossistema digital conectado como *tecnodiscursos*, aqui adaptados para *tecnotexto*, conforme terminologia adotada pelo Protexto (Cavalcante et al., 2022). Paveau (2021, p. 36) os define como “conjunto de produções verbais elaboradas online, em quaisquer que sejam os aparelhos, as interfaces, as plataformas ou as ferramentas da escrita”.

Em seu dicionário de formas e das práticas, Paveau (2021) realiza diversas críticas às pesquisas que trabalham o estudo da linguagem em uma perspectiva dualista, mesmo com o advento da Web 2.0, defendendo que as ciências da linguagem devem se apropriar das ferramentas tecnológicas para criar mecanismos que contemplem cientificamente o digital e um aparato metodológico para analisar as produções nativas digitais.

Seguindo essa concepção pós-dualista, Paveau (2021) prevê nos textos o hibridismo de todos os elementos que estão em contexto. Dessa forma, entende que todos os textos são multissemióticos, sendo compostos de diversos tipos de semioses que produzem efeitos de sentido em conjunto.

Paveau (2021) propõe seis fatores fundamentais para caracterizar as produções textuais nativas: a) a *composição*, que tem relação com a natureza indissociável entre a matéria linguageira e a matéria tecnológica, como, por exemplo, emojis, hashtags, curtidas, etc.; b) *deslinearização*, que se refere à natureza não linear dos textos digitais, compostos agora por hiperlinks; c) *aumento*, que está relacionado ao estabelecimento de trocas conversacionais, possibilitadas pelos comentários; d) *relacionalidade*, que se refere ao diálogo mantido entre os textos no ambiente digital; e) *investigabilidade*, que trata da possibilidade de rastreamento próprio desses textos digitais; f) *imprevisibilidade*, que se relaciona com a ação de programas e algoritmos sobre essas produções nativas.

Paveau (2021) defende que todos os textos digitais nativos estão interligados de maneira técnica e que “qualquer enunciado on-line é materialmente relacional” (Paveau, 2021, p. 311), assumindo assim que tal propriedade convoca noções como intertextualidade, nossa categoria de análise nesta pesquisa.

### 4 INTERTEXTUALIDADES

Este trabalho parte do pressuposto de que todo texto é argumentativo, isto significa que o locutor aciona e organiza determinadas estratégias em suas práticas discursivas, buscando influenciar o outro. Compartilhamos, desta forma, da versão ampliada de argumentação preconizada em Amossy (2011), para quem a argumentação é constitutiva de todo discurso. Isto significa que, para a Linguística Textual, todo texto passa a ser entendido não apenas

como uma tentativa de levar um auditório à adesão de uma tese, mas também “como uma tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do locutário” (Amossy, 2011, p. 130).

Dentre os recursos da linguagem, a intertextualidade é um fenômeno textual-discursivo a partir do qual se (re)constrói sentidos. É um recurso que confere criatividade e força argumentativa. As intertextualidades podem se estabelecer por remissões do léxico, estruturas fonológicas, estruturas sintáticas, gênero, estilo e temática (Carvalho, 2018).

Os estudos de Carvalho (2018) conferem ao fenômeno da intertextualidade uma visão mais ampla, uma vez que considera as ocorrências intertextuais estritas, aquelas “dadas pela inserção efetiva de parte(s) de um texto em outro ou pela transformação/derivação de um texto específico, ou de partes dele em outros textos” (Cavalcante et al., 2020, p. 106), e aquelas em que existe uma relação intertextual ampla, “em que o diálogo se dá não entre textos específicos, mas entre um texto e um conjunto de textos” (Cavalcante et al., 2020, p. 105) e como reforça Cavalcante et al. (2022, p. 381), a autora não deixa de reconhecer “o que as pessoas reconhecem como intertextual, ainda que não sabendo justificar por quê”, ao trazer para discussão as alusões amplas.

Nas intertextualidades estritas, ocorrem as relações de copresença, ou seja, aquelas que ocorre a presença de um texto em outro. Podem ocorrer por meio de: a) citação literal (com ou sem referência), evidenciando essa relação intertextual, já que resgata o intertexto em sua versão original ao novo texto; b) alusão estrita, que é uma menção indireta, relação intertextual em que o locutor deixa pistas para que seu interlocutor resgate o sentido pretendido do texto, pois há insinuações ao texto-fonte no novo texto; c) parafraseamento de conteúdos, que ocorre quando o novo texto reformula o intertexto, sem com isso se desviar do conteúdo deste (Cavalcante et al., 2022).

As relações de derivação consistem na “alteração do texto-fonte através de aspectos formais, estilísticos ou de conteúdo” (Cavalcante et al., 2022, p. 384). Podem ocorrer por meio de: a) paródia, responsável por reformular a forma e/ou conteúdo do texto em uso como um modo de produzir humor nesse novo texto; b) transposição, que opera a reformulação de todos os traços de um texto-fonte para outro texto, porém sem levar em conta o “traço humorístico” que está presente na paródia; c) metatextualidade, definida pela relação de um texto que comenta/critica/avalia outro texto, que é tomada como recorrente nas interações que ocorrem no ambiente digital on-line (Carvalho, 2018).

Os processos intertextuais amplos são aqueles em que um texto não cria um diálogo com um texto específico, mas sim com um conjunto de textos, sendo que nem sempre o interlocutor reconhecerá as relações de intertextualidade ampla (Carvalho, 2018). Existem três situações que podem ou não ser reconhecidas pelo interlocutor: imitação de parâmetros de gênero, imitação de estilo de autor e alusão ampla.

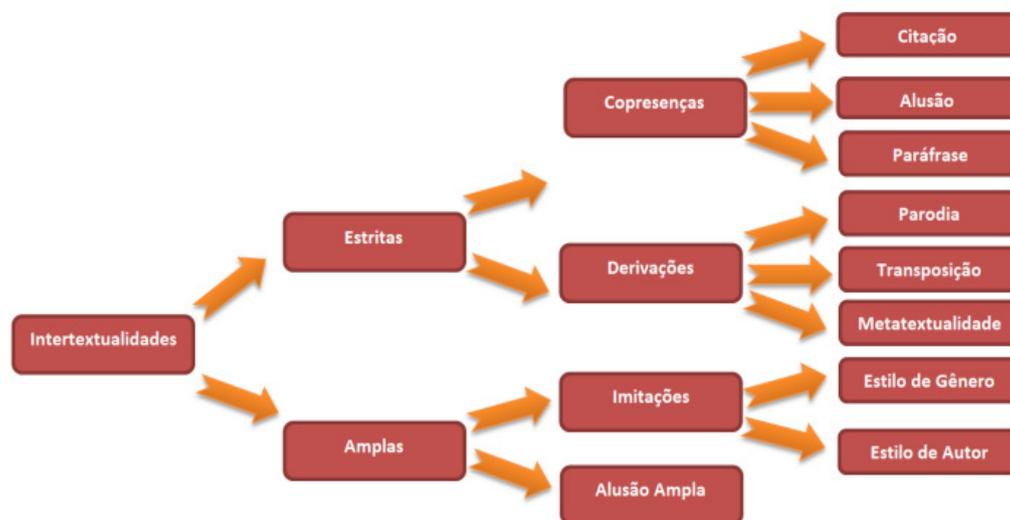
A imitação de parâmetros de gênero é indiciada por “aspectos enunciativos que ajudam a recuperar a mobilização de parâmetros do gênero (características composicionais, temáticas e funcionais que configuram determinado gênero; marcas superestruturais e o

modo de apresentação física de um texto” (Carvalho, 2018). Cavalcante et al. (2022) defende que a imitação de estilo de autor “corresponde à imitação de recursos estilísticos de diferentes níveis (lexicais, gramaticais, textuais) que sejam estereotípicos de um dado autor”.

A alusão ampla é inserida por Carvalho (2018) e não corresponde a nenhum tipo de imitação, tratando apenas de uma remissão a algum aspecto de um tipo de interação, dado conhecido por interlocutores, assunto, mas não por textos específicos (Cavalcante et al., 2020; 2022). No ambiente digital, pode ser percebida pelos usos de *hashtag*, que agrupa uma variedade de textos a respeito de um assunto.

A partir dessas discussões, Carvalho (2018) propõe em sua tese um organograma, de caráter classificatório, realizando uma reorganização das categorias de relações intertextuais, a partir do quadro pioneiro de Genette (2010):

**Figura 1** - Classificação das intertextualidades estritas e amplas



Fonte: Carvalho (2018)

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

O projeto de lei (PL) 1904/24, propunha equiparar o aborto após a 22ª semana de gestação ao crime de homicídio, inclusive em caso de estupro, provocou muitas discussões contrárias à sua aprovação em diversas redes sociais, pois busca retirar direitos já adquiridos pelas mulheres após longos anos de lutas. Um recurso muito utilizado pelos sujeitos contrários à aprovação do projeto de lei, no ambiente digital foi o recurso tecnolinguageiro *#CriançaNãoÉMãe*, que serve como fio textual alusivo, abrangendo todas as postagens que utilizem a *hashtag* e provocando, assim, relações entre textos diversos que engendram sua argumentatividade. O corpus para investigação é constituído por 2 capturas de tela, de postagens realizadas após a votação que determinou a urgência da tramitação do Projeto de Lei na Câmara dos Deputados.

Figura 2 - Postagem 1, retirada do X



Fonte: X (capturas de tela dos autores)

Na figura 2, temos uma postagem realizada por um indivíduo contrário à aprovação do projeto de lei. Temos na legenda o seguinte enunciado: “República Fundamentalista do Brasil”, fazendo alusão ao nome do Estado Brasileiro, República Federativa do Brasil. A alteração de “Federativa” para “Fundamentalista” reforça o ponto de vista do sujeito enunciador, uma vez que considera o projeto como fundamentalista, apoiado em um cunho conservador e religioso.

A opinião contrária ao projeto é reforçada nos enunciados seguintes, marcada principalmente pelo uso da hashtag #CriançaNãóEMãe. O uso deste recurso tecnológico no texto insere-o e o convoca para uma rede de textos que seguem uma mesma orientação argumentativa, uma espécie de interdiscursividade.

No que diz respeito à parte imagética, a postagem cita uma charge muito compartilhada no meio digital, que é evocada por reforçar o ponto de vista do enunciador. Na imagem, tem-se um dos pontos turísticos mais conhecidos do Brasil, o Morro do Corcovado, onde fica a estátua do Cristo Redentor. Porém, na imagem, essa citação fica até a base do Cristo,

pois, no lugar da imagem, temos uma escultura de uma Aia, fazendo dessa forma alusão ao livro e ao seriado *O Conto de Aia*, que se passa em um estado fundamentalista em que as mulheres são controladas e obrigadas a fazer os desejos de uma sociedade patriarcal. Dessa forma, o imagético reforça o linguístico e se constrói por meio de processos intertextuais, sejam eles cristalizados na teoria e em suas manifestações digitais.

Figura 3 - Postagem 2, retirada do X



Fonte: X (capturas de tela dos autores)

Na figura 3, temos a postagem dois, que foi publicada no mesmo contexto. Neste caso, o enunciador critica uma famosa apoiadora do projeto de lei, a atriz Cássia Kis. Para isso, o sujeito utiliza o processo intertextual alusivo para recuperar um episódio no qual a referida atriz fez parte de uma capa da revista *Veja*, em que dá seu depoimento confirmando que já fez um aborto, mostrando, dessa forma, a contrariedade da atriz e reforçando o seu ponto de vista. Esse processo alusivo é reforçado com duas citações: a do vídeo em apoio ao projeto de lei e a capa da revista referida anteriormente.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a análise de postagens em torno do projeto de lei 1904/24 revela como a intertextualidade e os recursos tecnolinguageiros são fundamentais para a construção de sentidos contra o projeto de lei. A hashtag #CriançaNãoÉMãe emerge como um fio condutor alusivo que conecta diversos textos contrários ao projeto, fortalecendo a resistência à aprovação do projeto. Essa estratégia de unir textos sob uma mesma temática não apenas amplia a visibilidade da causa, mas também engaja os usuários em um debate crucial sobre os direitos das mulheres, evidenciando a relevância das redes sociais como plataformas de mobilização e conscientização.

As postagens analisadas, ao utilizarem alucões e citações, demonstram o poder do linguístico e do tecnológico na formação de um ponto de vista. Na primeira postagem, a transformação de “República Federativa do Brasil” em “República Fundamentalista do Brasil” é uma crítica incisiva à natureza conservadora do projeto. A charge que invoca “O Conto de Aia” intensifica essa crítica ao ilustrar o controle social sobre as mulheres, evidenciando a intersecção entre arte, cultura e política na luta pelos direitos femininos.

Por fim, a segunda postagem ressalta a importância de recontextualizar figuras públicas e seus discursos, evidenciando contradições que fortalecem a argumentação contra o projeto. Ao recuperar um depoimento da atriz Cássia Kis, os enunciadores não apenas contestam sua posição atual, mas também evidenciam a hipocrisia de defender um projeto que atenta contra os direitos reprodutivos.

## REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. **Textos, Tipos e Protótipos**. São Paulo: Contexto, 2019.

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 1, n. 1, p. 129-144, 2011.

AMOSSY, R. **A Argumentação no Discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

CAVALCANTE, M. M. et al. **Linguística Textual: conceitos e aplicações**. Campinas: Pontes editores, 2022.

CAVALCANTE, M. M. et al. **Linguística Textual e Argumentação**. Campinas: Pontes editores, 2020.

CARVALHO, A. P. L. **Sobre intertextualidades estritas e amplas**. 2018. 136f. – Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018.

GENETTE, G. **Palimpsestos: a literatura de segunda mão**. Belo Horizonte: Edições Viva Voz, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos**

básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2001.

PAVEAU, M. A. **Análise do Discurso Digital**: dicionário de formas e das práticas. Campinas: Pontes editores, 2021.

# DA DIÁSPORA AFRICANA AO PROTAGONISMO FEMININO: reflexões sobre a liderança das mulheres no território quilombola Ramal do Bacuri em Abaetetuba/PA

Sinelma Karla Cunha Raiol<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Pará

Brayna Conceição dos Santos Cardoso<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Pará

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a liderança feminina na comunidade remanescente de quilombo Ramal do Bacuri, localizada no município de Abaetetuba/Pará. Nesse território, o protagonismo feminino se revela notório e reverbera nas práticas cotidianas da comunidade, nas suas relações com a natureza, com a ancestralidade, com o cuidado e manutenção dos espaços e, principalmente, através da resistência e militância na busca por direitos de seu povo. Nesse sentido, a temática é de extrema relevância para a construção de uma sociedade mais atenta e sensível às questões relacionadas à equidade de gênero, ao reconhecimento e respeito às comunidades acêntricas, especialmente negras e quilombolas e, sobretudo, à atuação feminina que se mostra resistente e ativa. Para tanto, procuramos fundamentar a pesquisa em bases teóricas como Perrot (1989), que reflete sobre a história das mulheres e como vem se desenvolvendo a sua autonomia na busca pela equidade de gênero, Foucault (2009), que discute a respeito das relações de poder, Sallum Jr *et al* (2018), que tratam dos aspectos da identidade, sobretudo, a partir dos dilemas do mundo contemporâneo e Bispo dos Santos (2023), que pontua questões fundamentais sobre o “ser quilombola” e sua intrínseca relação com o território. O percurso metodológico pauta-se na pesquisa de cunho qualitativo, baseada em revisão bibliográfica e pesquisa de campo, por meio de relatos orais em entrevistas semiestruturadas, observações, gravações de áudio e registros fotográficos, os quais demonstram o protagonismo feminino presente na comunidade do Ramal do Bacuri. No decorrer da pesquisa, torna-se evidente os papéis de destaque que as mulheres conquistaram ao longo dos anos, seja através do associativismo, que representa organização política e espaço de socialização, como também, na própria vivência em comunidade, estando à frente do desenvolvimento de projetos que visam o bem comum, além da constante luta pelo direito ao território, a manutenção das tradições, da cultura e da religiosidade, aspectos de suma importância para as comunidades afrodescendentes. Os resultados do estudo revelam uma melhor compreensão de como as mulheres quilombolas do Ramal do Bacuri têm avançado na conquista dos espaços de poder diariamente, buscando seus direitos através de discursos potentes e assumindo um protagonismo cada vez mais contundente, por meio de todos os seus saberes.

**Palavras-chave:** Território Quilombola Ramal do Bacuri; Identidades das mulheres quilombolas; Protagonismo feminino.

## 1 INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITE). Graduada em Letras-Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará. E-mail: raiolsinelmakarla@gmail.com.

<sup>2</sup> Docente do Instituto de Letras e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação da Universidade Federal do Pará. Doutora em Letras pela Universidade Federal do Pará. Pós-doutora em Letras pela Universidade de Pernambuco. Orientadora do trabalho. E-mail: braynacardoso@ufpa.br.

Ao longo dos anos, as mulheres vêm reconfigurando o cenário mundial como um todo sob a égide de novos olhares que, cada vez mais, as colocam em lugar de poder. Todavia, durante muito tempo, elas estiveram fadadas à invisibilidade e silêncio, pois suas atividades estavam praticamente reduzidas ao cuidado com a família e manutenção do lar, restando aos homens assumir os espaços públicos e lugares de poder.

Historicamente, a condição feminina esteve pautada na submissão em face de uma sociedade patriarcal, que cerceava quaisquer direitos que às garantisse participação e/ou atuação legal e efetiva na vida pública. No Brasil, esse cenário configurou-se desde o período colonial, quando os portugueses aqui chegaram e colonizaram as terras brasileiras. A mulher era assim vista de forma degradante e, por vezes, até mesmo desumana.

Foi através da mobilização feminina na luta por direitos, que se passou a observar a participação das mulheres em manifestações e eventos da sociedade, cuja ação culminou, por exemplo, com a conquista do direito ao voto, dentre tantos outros fatores que começaram a vislumbrar uma equidade de direitos. Esse legado que vem sendo construído, corrobora para o entendimento da autonomia feminina como transformadora de sua própria condição social, especialmente quando tratamos de movimentos específicos como as ações voltadas à mulher quilombola, escopo desta pesquisa.

Neste estudo, propõe-se reflexões acerca da atuação das mulheres na comunidade Remanescente de Quilombo Ramal do Bacuri, localizada no município de Abaetetuba – Pará, um território marcado pelas lutas por políticas públicas para o bem viver dos moradores, cujo protagonismo feminino é evidente e tenaz. Nesse sentido, o objetivo deste artigo está centrado em entender de que forma as mulheres da comunidade articulam sua identidade afrodescendente e quilombola, suas percepções de mundo, da vivência em comunidade e, sobretudo, dos papéis de destaque que assumem.

A temática estudada é de grande relevância para a construção de uma sociedade mais atenta e sensível às questões relacionadas à equidade de gênero, ao reconhecimento e respeito às comunidades acêntricas, especialmente negras e quilombolas e, sobretudo, à atuação feminina que se mostra resistente e ativa.

O artigo corresponde a uma pesquisa de caráter qualitativo, por meio do trabalho de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com perguntas fechadas e abertas às mulheres da Comunidade Tradicional Quilombola do Ramal do Bacuri, correlacionando seus relatos e vivências aos conhecimentos científicos que permeiam a temática abordada, no intuito de identificar os papéis de liderança feminina no local. Para tanto, a fim de subsidiar o estudo, foram utilizadas pesquisas bibliográficas acerca das questões de gênero, bem como sobre a liderança feminina entre mulheres negras e quilombolas.

Inicialmente, faremos um breve panorama sobre o quilombo, sua estrutura, funcionamento e os aspectos que constituem o território e os sujeitos que nele habitam. Na seção seguinte, teceremos algumas considerações a respeito do conceito de identidades, sua construção e reconstrução no mundo contemporâneo e, especialmente, como fator de resistência dos povos afro-brasileiros. Posteriormente, discutiremos sobre o percurso das

mulheres ao longo dos anos perante a sociedade, refletindo como os papéis femininos foram moldados pelo sistema patriarcal, considerando em especial, a desafiadora dupla condição da mulher sendo negra e quilombola. Adiante, adentraremos ao percurso metodológico, demonstrando como se deu a pesquisa, a coleta de dados e os resultados do estudo. No tópico seguinte, lançaremos luz ao discurso das mulheres do quilombo Ramal do Bacuri, atentando para os aspectos que demonstram seus papéis de destaque e protagonismo no seio da comunidade. Por fim, concluiremos com algumas considerações e aspirações para o Quilombo, principalmente no que tange à garantia de direitos e visibilidade feminina.

## 2 O QUILOMBO: breves considerações

Em sua etimologia, a palavra “quilombo” advém de “kilombo”, cuja expressão encontra raízes nos povos de língua banto, seu significado está relacionado à ideia de local, acampamento ou casa sagrada (Castilho, 2011).

No Brasil, eles surgiram por volta do século XVI, quando escravos, majoritariamente negros, fugiram das senzalas agrupando-se em assentamentos que mais tarde foram denominados “quilombos” ou como também são denominados, “terras de pretos” e “comunidades rurais negras”. Esses grupos apropriaram-se dos territórios e, por consequência, dos recursos naturais que ali encontravam, para a transmissão de suas tradições e práticas culturais de matriz africana, para as gerações vindouras. Assim, natureza, ancestralidade, cultura e relações sociais constituem essencialmente a vida no quilombo.

Nesse ínterim, definir uma comunidade quilombola é reconhecer sua íntima relação com o território, com a herança ancestral, com as práticas orgânicas, com os saberes compartilhados, em um processo que Bispo dos Santos (2023) denomina “confluência”. Para o autor, viver em confluência é sentir-se parte de um todo, em um processo recíproco. Essa ideia converge para a relação de pertencimento dos sujeitos quilombolas com o território. O autor observa:

Chegamos como habitantes, em qualquer ambiente, e vamos nos transformando em compartilhantes. No quilombo, somos compartilhantes, desde que tenhamos nascido aqui ou que tenhamos uma relação de pertencimento. E quando digo da relação de pertencimento com o quilombo, falo de uma relação com o ambiente como um todo, com os animais e as plantas. Somos apenas moradores quando não temos uma relação de pertencimento, quando estamos aqui, mas partimos na primeira possibilidade que tivermos (Santos, 2023, p. 38).

Para os quilombolas, o território não é apenas o chão, mas também a dimensão ancestral. É através do território que os sujeitos podem autoafirmar a sua identidade étnico-racial, sendo, portanto, impossível dissociar quilombos do território.

O conceito de quilombo ou comunidade quilombola passou por transformações com o passar do tempo e de acordo com a necessidade de caracterizar o território e a população que há tempos guarda suas especificidades.

No Brasil colônia, o surgimento do quilombo foi resultado da fuga de escravos que se rebelaram contra o regime escravagista opressor instaurado naquele período, buscando liberdade, segurança, dignidade, proteção e acesso à terra e, de modo geral, às melhores condições de vida. Após a assinatura da Lei áurea, em 1888, que estabeleceu a libertação dos escravos, delineou-se novas concepções acerca do entendimento do que vem a ser um território quilombola. Nesse sentido Anjos (2006, p. 53) destaca:

O conceito de comunidade quilombola, portanto, tem origem no campesinato negro, povos de matriz africana que conseguiram ocupar uma terra e obter autonomia política e econômica. Ao quilombo contemporâneo está associada uma interpretação mais ampla, mas que perpetua a ideia de resistência do território étnico capaz de se organizar e reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo, sua forma particular de viver.

Na sociedade contemporânea, os territórios quilombolas passaram a ter uma nova configuração em uma dimensão sociocultural, e não mais apenas atrelada ao processo histórico da escravidão. Atualmente, ainda que preservadas suas bases históricas, culturais e étnico-raciais, a população residente de quilombos articula sua identidade, sobretudo, contemplando sua complexa experiência cotidiana negra, pautada na resistência e lutas por direitos à permanência no território, bem como, ao livre uso das suas práticas, valores e crenças.

A seguir, discutiremos com maior afinco as questões inerentes à identidade quilombola, procurando entender de que forma elas vêm sendo moldadas na nova configuração dos territórios quilombolas e como esses espaços se transformaram em símbolos de resistência das populações rurais negras, sobretudo, nos quilombos contemporâneos.

### 3 IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

Podemos entender o quilombo como sinônimo de resistência racial, política e cultural dos povos afro-brasileiros. Essa ideia reforça o sentimento de pertença e identidade étnica, fatores de extrema importância na consolidação da cultura e das tradições, que moldam as chamadas populações tradicionais.

No mundo contemporâneo, sabemos que identidades são construções sociais, que funcionam como parâmetros diferenciadores nas relações humanas, não sendo um fator absoluto. Para Hall (2006, p. 11-12) “A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam. Tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”. Assim, ao mesmo tempo em que absorvemos e internalizamos os valores de determinada identidade cultural, também criamos vínculos sentimentais com os lugares e cultura que estamos inseridos.

Em consonância a isso, Sallum Junior *et al.* (2018, p. 23) observa que “As identidades são tão variadas e extensas porque, no mundo moderno, as pessoas precisam de um enorme rol de ferramentas para construir sua vida. A gama suficiente de opções para cada um de

nós não é a mesma para todos nós”. Segundo o autor, as pessoas estão constantemente construindo novas identidades que figuram entre a vida pública e a privada e o regulamento delas dependem exclusivamente de cada pessoa.

Hoje, os quilombos preservam alguns traços dos seus antigos e históricos precursores, principalmente no que concerne aos aspectos ligados à oralidade e manutenção das tradições. Por outro lado, novas concepções e posicionamentos foram surgindo ao longo dos anos, por meio de novas experiências, o que não significa uma descaracterização do quilombo, mas reflexos de identidades relativas, que como tal, estão sujeitas a variações (Anjos, 2006).

Assim sendo, os quilombos contemporâneos apresentam singularidades que ainda os aproximam dos quilombos históricos do período escravocrata brasileiro, os quais, acima de tudo, figuravam como simbologia de resistência direta ao regime de escravidão vigente, permanecendo até os dias atuais como ambientes de preservação da cultura e das tradições. Mesmo após o fim formal da escravidão, essas comunidades caracterizam-se como grupos de luta e resistência negra, que entendem o território como a base para sua existência seja no contexto físico, econômico, social e/ou cultural, em um processo de adaptação contínua que molda os ideais frente a heterogeneidade das identidades dos sujeitos.

Interessa-nos aqui, direcionar essas reflexões à condição feminina, que ao longo da História é marcada por invisibilidade e direitos cerceados, com força exponencial quando se trata de mulheres negras e quilombolas. Desmistificar o silenciamento das vozes femininas ao longo do tempo é uma pauta tão necessária quanto urgente, logo, é o que discutiremos a seguir.

#### 4 ASPECTOS SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES

A presença feminina sempre foi importante para o cotidiano da vida em sociedade, para sua estrutura, desenvolvimento e luta. Porém, geralmente era algo não reconhecido ou colocado em segundo plano, causando invisibilidade para essas mulheres. Nesse sentido, Pinski (2015, p. 609) pontua:

Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidade de contestação.

A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. [...]. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse se casar. E o casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tido como “o objetivo” de vida de todas as jovens solteiras.

Essa visão limitada sobre as mulheres foi, por muito tempo, arraigada nas estruturas sociais, na qual o destino das mulheres sempre esteve fadado ao maior refinamento possível das suas práticas ligadas ao lar, à maternidade, ao casamento, ao cuidado e manutenção das atividades domésticas. Com efeito, vislumbrar uma perspectiva de crescimento pessoal

que sobrepuja esse modelo de vida, era algo extremamente desafiador e complexo em uma sociedade altamente excludente e machista, na qual a mulher sequer tinha direito à fala.

Michelle Perrot (1989), pesquisadora internacional, tece suas considerações sobre os aspectos da história das mulheres, após analisar os estudos sobre a mulher no século XIX, ela observou que a problemática da invisibilidade feminina se justifica não pela ausência de fontes, mas pelos discursos comumente formulados sob a ótica masculina, apontando um panorama irreal e distorcido sobre o universo feminino, retratado, geralmente, aos moldes da realeza.

Em suma a observação das mulheres em outros tempos obedece a critérios de ordem e de papel. Ela diz respeito mais aos discursos que as práticas. Ela se detém pouco sobre as mulheres singulares, desprovidas de existência e mais sobre “a mulher” entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem as características habituais. Sobre elas não há uma verdadeira pesquisa, apenas a constatação de seu eventual deslocamento para fora dos territórios que lhe foram reservados (Perrot, 1989, p. 10-11).

Essas reflexões despontam para um entendimento das questões inerentes às lutas travadas pelas mulheres na busca pela sua autonomia no curso da história, é importante ressaltar neste ponto, as especificidades referentes à mulher negra, fio condutor desta pesquisa.

Para a mulher negra no Brasil, viver em sociedade significa enfrentar múltiplos desafios em uma espécie de ciclo de discriminações e preconceitos, resultantes de todo um contexto histórico carregado de estigmas. “A abolição da escravidão sem planejamento e a sociedade de base patriarcal e machista, resulta na situação atual, em que as mulheres afrodescendentes são alvo de duplo preconceito, o racial e o de gênero” (Santos, 2009, p. 1). Assim, essa dupla condição da mulher negra impulsiona-a a atuar na militância tanto por questões de gênero quanto por questões étnico-raciais.

A busca por afirmação feminina e espaços de liderança perpassam por relações de poder. Para Foucault (2009), as relações humanas estão radicadas em relações de poder, que ocorrem por meio do discurso. Por isso, o discurso não apenas diz respeito aos processos de dominação, mas também pelo que se luta, seja em âmbito social, político, econômico ou religioso. Portanto, a luta feminina por um protagonismo é facilmente reconhecida nestes contextos, já que estão pautadas em todas essas esferas. Na seção seguinte, caracterizaremos a comunidade quilombola contemplada nesta pesquisa.

## **5 CARACTERIZAÇÃO DO QUILOMBO RAMAL DO BACURI**

O território Quilombola Ramal do Bacuri integra, segundo o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), o conjunto de Comunidades Remanescentes de Quilombo do município de Abaetetuba-PA. Reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, desde 2008, por conta de questões burocráticas, apenas em junho de 2023, a titulação definitiva foi concretizada. A comunidade conta com uma extensão territorial de 854.4893ha, apresentando como meio

de subsistência a agricultura familiar, o agroextrativismo, entre outras atividades produtivas. Embora o reconhecimento da comunidade como sendo um território quilombola seja extremamente recente, relatos dos moradores mais antigos retratam a chegada dos primeiros habitantes do local há cerca de trezentos anos. Atualmente, a comunidade é constituída por 88 residências, com cerca de 100 famílias em um total de 377 habitantes.

A comunidade é representada legalmente pela Associação Remanescente de Quilombo do Ramal do Bacuri (ARQUIBA), uma associação mista fundada desde que foram reconhecidos como quilombolas, em 2008. Porém, simultaneamente, existe uma associação especificamente voltada aos interesses das mulheres, a Associação de Mulheres Raízes do Bacuri, que teve como motivação, um episódio de violência sofrida por algumas mulheres através de membros de uma extinta coordenação da ARQUIBA. Atualmente, as mulheres da comunidade gozam de maior representatividade dentro desta principal associação, que teve, a partir de 2023 seu primeiro mandato feminino desde a sua fundação, além de maior quantitativo de membros do sexo feminino (nove mulheres e apenas três homens). Elas participam de forma efetiva nas tomadas de decisões, representando a voz ativa daquele quilombo.

Entendemos que a comunidade se destaca, entre outros aspectos, pelo ativismo feminino evidente e politicamente organizado através do associativismo e boa articulação das lideranças das mulheres, fator que, além de inspirador, desponta como importante discussão no cenário político e social contemporâneo. A seguir, é apresentado o percurso metodológico da pesquisa.

## 6 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo consiste em uma pesquisa de caráter qualitativo, baseada em revisão bibliográfica e pesquisa de campo, tendo como parâmetro norteador a análise oral discursiva, visto à necessidade de entender as concepções e práticas dos sujeitos que participam desta pesquisa, ou seja, das mulheres do Quilombo Ramal do Bacuri.

Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa de campo é indicada quando se pretende captar informações e conhecimentos sobre determinada problemática que se busca solucionar, ou comprovar fatos e fenômenos que suponhamos existir em um contexto, observados de forma espontânea a fim de que, no conjunto de suas singularidades, sejam analisados.

Desta maneira, realizamos inicialmente uma pesquisa exploratória com observações e conversas informais, passo este essencial para traçarmos o perfil das entrevistadas e comprovar a incidência de forte liderança feminina no quilombo.

Após as observações, demos início a construção do questionário com perguntas abertas e fechadas, no intuito de conhecer sobre o cotidiano, as práticas e saberes das mulheres na vivência em comunidade, bem como possíveis conflitos socioculturais na busca pela garantia de seus direitos. Para tanto, definimos dois principais eixos de perguntas, a saber: 1) questões

relacionadas ao convívio em comunidade e 2) questões relacionadas à identidade étnico-racial da mulher quilombola. Esses questionamentos, oferecem um panorama de como as mulheres do Quilombo Ramal do Bacuri concebem suas identidades, suas especificidades e assumem para si e para os outros seus papéis de protagonismo.

Assim, elencamos um grupo de quatro mulheres com idades variadas e funções diferentes na comunidade. Após a identificação das pesquisadoras e processo de imersão na comunidade, aplicamos os questionários a cada uma das mulheres em suas residências, valendo-nos também de registros escritos, fotográficos, e gravações de áudio, conforme disponibilidade e autorização, haja vista que as participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo os princípios éticos e oferecendo uma base sólida à realização da pesquisa. É importante ressaltar que, preservamos as identidades das entrevistadas, utilizando apenas as iniciais de seus nomes, garantindo o anonimato durante a apresentação dos resultados da pesquisa.

A organização e análise dos dados obtidos durante a pesquisa ocorreu por meio da técnica da análise de conteúdo. A escolha por este método deu-se por ser constituído de um conjunto de instrumentos metodológicos, no qual é possível extrair das comunicações, em seu sentido mais amplo, conteúdos não expressos, latentes e subjacentes, para a criação de indicadores com aportes de conteúdo, para comportar inferências de conhecimentos relativos nas análises de dados, a fim de discutir e obter conclusões sobre uma determinada temática (BARDIN, 2011). Na seção seguinte, analisa-se mais profundamente as vozes femininas que se revelam sagazes e dispostas a lutar pela equidade de gênero.

## **7 A MULHER QUILOMBOLA DO RAMAL DO BACURI: liderança nas práticas cotidianas**

O despertar da consciência crítica feminina de que se precisa ocupar espaços de poder e alcançar representatividade no meio comunitário, é assunto recorrente e vastamente discutido no Quilombo Ramal do Bacuri. É um exercício coletivo diário que, através das mulheres que já acessaram esses espaços de destaque, busca cultivar e /ou fortalecer esse sentimento nas demais mulheres da comunidade. Por este motivo, os mecanismos de organização que visam o desenvolvimento de ideais coletivos, como as associações, são importantes para a centralização de seus interesses, para a boa convivência e para a garantia de que seus direitos sejam assegurados.

O ativismo das mulheres do Ramal do Bacuri é muito presente e fomentado desde a infância. E. F, 34 anos, uma das entrevistadas, mãe de dois filhos, moradora e atual vice-presidente da ARQUIBA, salienta sobre o papel fundamental de sua mãe para sua formação pessoal, como exemplo de resistência ao machismo e no despertar da sua consciência como mulher negra e quilombola, formação que ela repassa aos filhos, principalmente acerca da autoafirmação de suas identidades afrodescendentes. Segundo ela, por muito tempo as mulheres foram criadas para servir aos homens e serem omissas, mas a partir do momento em que elas se envolvem nos movimentos e recebem informação sobre o processo que

estão subjugadas, elas passam a identificar os abusos e violências que são submetidas e, por consequência, melhoram a sua vivência em comunidade, pois promovem principalmente a autonomia e empoderamento feminino.

O papel do associativismo, nesse sentido, é essencial na vida dessas mulheres, uma vez que, por meio das informações que recebem nas reuniões e nos eventos realizados, elas passam a refletir e a resistir frente aos abusos, pois como afirma Oliveira (2013, p. 2) “com sua atuação em organizações coletivas nas comunidades, participando da tomada de decisão, que elas têm ganhado visibilidade e reconhecimento”.

A associação de mulheres Raízes do Bacuri, hoje é composta por 34 associadas e atua na promoção do bem-estar, da autoestima, da independência financeira (muitas são geradoras da renda familiar e não se reconhecem como tal) e principalmente na luta pela equidade de gênero, uma vez que muitas ainda têm seu tempo e espaço limitados pela árdua jornada de trabalho doméstico e pelo controle exacerbado dos cônjuges.

Sallum Jr *et al* (2018, p.26), ao tratar identidade como problema, enfatiza que “o dano causado por práticas anteriores de exclusão não foi simplesmente a negação da estima e a corrosão do autorrespeito. Todas as velhas formas de desprezo levam não só a negação do respeito, mas mantêm as pessoas fora de empregos, educação, dinheiro e poder”. Por este motivo, um dos discursos mais incisivos no seio dos diálogos entre as lideranças femininas para com as demais mulheres da comunidade do Ramal do Bacuri, consiste justamente em despertar e fortalecer a autoestima das mulheres em situações vulneráveis.

Nesse contexto, as mulheres do Ramal do Bacuri têm conseguindo cada vez mais se organizarem não somente no âmbito político, mas na vivência em comunidade e manutenção das tradições, da cultura, da religiosidade, no desenvolvimento de projetos como a padaria comunitária; o ateliê de corte e costura; a confecção de biojóias; os quintais produtivos; a casa de farinha e o projeto Putirum, que trabalha com o manejo de áreas de bacuris nativos, entre outros projetos que visam inclusive, a formação de jovens para nível de graduação. E. F, argumenta que ainda é necessário que muitas mulheres se apropriem dessas iniciativas para um engajamento ainda maior e que favoreça o desenvolvimento da comunidade como um todo. Sob esse aspecto, Silva (2012) corrobora:

As comunidades remanescentes de quilombos, ou comunidades negras dentre outras terminologias utilizadas, ao longo dos séculos construíram processos de relações sociais e de articulações que possibilitaram a construção de uma significativa rede de relações socioeconômicas e políticas que podem contribuir para o seu desenvolvimento e despontar potencialidades para uma melhor qualidade de vida dessas comunidades. (Silva, 2012, p.58-59).

Ao falarmos em luta pelo território e por reconhecimento, a participação feminina também é massiva. É unânime entre as entrevistadas: “Quem luta pelo território, pela terra, é visto como vilão”. De fato, a luta pela demarcação das terras quilombolas é pauta frequente, configurando uma das principais preocupações e atuações das lideranças femininas. Garantir o direito à terra e evitar conflitos são questões fundamentais para a harmonia do Quilombo.

A participação feminina na comunidade representa hoje a principal frente de resistência e enfrentamento seja em questões burocráticas, na defesa do território, na organização de reuniões e planejamentos ou criação de projetos. M.P, 36 anos, moradora, professora e atual presidente da ARQUIBA, enfatiza a importância do ativismo feminino inclusive nos espaços de controle social como o Conselho de Igualdade Racial, ao qual estão vinculadas e atuam continuamente. Segundo ela, um dos maiores desafios enfrentados pelas mulheres é o acúmulo de variadas funções, que muitas vezes são exercidas solitariamente e atribuem uma jornada exaustiva que limita muitas delas às tarefas domésticas e à maternidade. A entrevistada reflete: “Espero que cada uma consiga evoluir, se desprender de muitas correntes que as vezes ainda as prendem. A gente tem dialogado sobre isso, em fazer esse enfrentamento ao machismo, que é diário na nossa vida. O lugar da mulher é onde ela quiser, podemos estar em vários espaços”. (MORADORA M.P).

Outro aspecto interessante observado na fala das entrevistadas, é a necessidade de fortalecimento e preservação da ancestralidade e memória. J. S, 32 anos, professora e secretária da ARQUIBA, relata que sua boa relação com a comunidade se dá principalmente pelo desejo de se conectar aos mais velhos e ouvir suas histórias. Para ela, essa atitude cria vínculos e fortalece o sentimento de pertença com a comunidade. Ao ser perguntada como ela repassa suas práticas ancestrais para as demais gerações, ela pontua:

Através de histórias dos nossos antepassados que meus pais me contam e que seus pais diziam para eles, de como era vivência na comunidade, do que eles viviam, como era o tipo de casa que eles moravam, falavam sobre as festividades, e também sobre doenças que para curar uma era utilizado as ervas medicinais, contam que também existiam as parteiras que faziam partos das mulheres e que a maioria das pessoas adultos e idosos da comunidade nasceram através das mãos delas. Então hoje eu repasso para a minha filha os meus sobrinhos e outros como era a nossa comunidade através do que os meus pais e outras pessoas da comunidade dizem, para que possa fortalecer e da continuidade a nossa cultura para que não seja esquecida (MORADORA J.S).

Essa necessidade de manter viva a memória e costumes através das narrativas orais dos moradores mais velhos, é de extrema importância para o cultivo da ancestralidade. No relato das entrevistadas, elas enfatizam que buscam continuamente fomentar suas raízes por meio de apresentações culturais. Elas produzem vestimentas e organizam apresentações artísticas voltadas à cultura afro durante os eventos da comunidade, desta maneira, elas buscam articular entre as variadas gerações a importância e beleza da sua herança ancestral.

A preservação e valorização dos saberes e práticas ancestrais despertam o sentimento de pertencimento ao território ao mesmo tempo que demonstra a necessidade de olhar para o futuro, aspirando melhorias para o Quilombo. A moradora M.F, 56 anos, que participa ativamente das questões da comunidade, explica que para que ocorra a melhoria de vida no território, os direitos precisam ser garantidos. Ela recorda que já alcançaram muitos avanços relacionados ao acesso à comunidade através dos ramais, dos meios de transportes e do avanço para espaços educacionais por meio de cotas. M.F observa orgulhosamente: “Hoje o cenário vem mudando a cada dia e a gente vai se sentindo representada em cada espaço da sociedade. Onde tu menos esperas tem uma mulher negra, empoderada, que resistiu, que

lutou e conseguiu vencer” (MORADORA M.F). Manter o vínculo entre passado e presente vislumbrando o bem comum e, especialmente, a melhoria da condição feminina, figura como parte dos anseios das Comunidades Quilombolas na atualidade.

Durante todo o processo de entrevistas, ficou latente o profundo engajamento feminino em todos os âmbitos da comunidade. É das mulheres que partem a maior parte das tomadas de decisões, do enfrentamento, da luta pelo território. Por este motivo, são elas também que recebem as formações e capacitações, sendo orientadas a ocupar os espaços sociais, como os Conselhos, por exemplo. Nos relatos, é possível entender que ainda que essas mulheres sofram as mesmas aflições e dilemas da maioria das mulheres, elas resistem na luta pela garantia de direitos e, sobretudo, buscando motivar umas às outras em um processo contínuo de autoconhecimento e autoafirmação.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os relatos das mulheres da comunidade remanescente de quilombo Ramal do Bacuri, é evidente o empenho, amor e respeito com que elas se relacionam e se posicionam política e socialmente em prol do soerguimento do território, bem como da representação feminina que se mostra resistente frente aos desafios de viver em uma sociedade ainda altamente machista, elitista e sexista.

O associativismo, fortemente presente na comunidade, promove além de melhorias para a estrutura e funcionamento do lugar, a possibilidade de momentos de escuta, de trocas e aprendizado mútuo. Essas vivências, estabelecem forte vínculo entre essas mulheres, tornando-as mais motivadas a lutar por direitos e, de fato, tornarem-se protagonistas de suas próprias histórias.

Em suma, através deste estudo, tornou-se evidente a força de um protagonismo feminino que vem se consolidando e sendo moldado por estruturas sociais tomadas de novas significações, mas que ainda resguardam marcas e consequências de um passado de intensos abusos. Os relatos que deram base para a pesquisa, ainda que impregnados de um consistente empoderamento, demonstram sensibilidade e inquietações quanto ao futuro do quilombo, aspirando por políticas públicas que mantenham o que já foi conquistado e dê subsídios para novos avanços.

Tomando como base tudo o que fora discutido, este artigo é um convite para que estudos sobre as Mulheres Quilombolas sejam realizados e visibilizados, uma vez que, em nossa sociedade, necessitamos que, cada vez mais, as mulheres cheguem em posição de poder e se mantenham nesses espaços. Dessa forma, as mulheres do Quilombo Ramal do Bacuri, em Abaetetuba-PA, são exemplos e fonte de inspiração para a continuidade desses processos.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, R. S. A. **Quilombolas: tradições e cultura da resistência**. São Paulo: AORI Comunicação, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. 112pp.

CASTILHO, S. D. de. **Quilombo Contemporâneo: educação, família e culturas**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18ª Ed. São Paulo: Edições Louyola, 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

OLIVEIRA, Maria N. C. A representatividade feminina no associativismo produtivo na Amazônia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO, 10. 2019, Florianópolis. **Anais eletrônicos**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373321244\\_ARQUIVO\\_FG10MariaOliveira.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373321244_ARQUIVO_FG10MariaOliveira.pdf). Acesso em 10 de julho. 2024.

PARÁ. Instituto de Terras do Pará. Territórios Quilombola Belém, 2017. Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/content/quilombolas>. Acesso em 28 jan. 2017.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 9, n.18 p.09-18, 1989.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PINSKY, C. B. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. Ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

SALLUM Jr., B. *et al.* (Org.). **Identidade como problema Identidades**. São Paulo: EDUSP, 2018. p. 17-32.

SANTOS, W. C. da S. A mulher negra brasileira. **Revista África e Africanidades**, n. 5, mai. 2009. Disponível em [http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/A\\_mulher\\_negra\\_brasileira.pdf](http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/A_mulher_negra_brasileira.pdf). Acesso em 03 jul. 2024.

SILVA, Simone Rezende. **Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra**. Artigo no XII Colóquio Internacional de Geocrítica, maio de 2012. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf> Acesso em 10 jul. 2024.

# DINÂMICAS DE DISCURSOS E PODER NA MÍDIA: uma análise foucaultiana da integração da Inteligência Artificial no portal *GloboPlay*

**Gustavo Nascimento Barbosa<sup>1</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

**Erika de Sousa Monteiro<sup>2</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

**João da Silva Araújo Júnior<sup>3</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

O crescente avanço da Inteligência Artificial (IA) tem gerado debates acerca de seus impactos no campo da educação, especificamente no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar de que maneira o dispositivo, aqui denominado mídio-educacional, age nas práticas pedagógicas que envolvem o uso de Inteligência Artificial (IA) a partir da perspectiva foucaultiana. Neste sentido, buscamos compreender não apenas a função informativa da mídia, mas também os modos pelos quais ela molda percepções e práticas sociais. Para a compreensão dessa problemática, utilizamos como fundamentação teórica os estudos de Creswell (2010), Duci (2019), Foucault (1996; 1999; 2000; 2008), Gregolin (2004), Joaquinho A. e Joaquinho M. (2011), Oliveira (2018), Revel (2005), Russel (2004) e Sichman (2021). Esses autores oferecem suporte tanto para a compreensão da IA em sua interface com as práticas educacionais quanto para a aplicação da Análise do Discurso na interpretação dos efeitos desses dispositivos sobre os sujeitos e suas práticas. A metodologia adotada caracteriza-se como qualitativa, de base bibliográfica e com um enfoque interpretativista. A escolha por esse tipo de abordagem justifica-se pela necessidade de explorar, em profundidade, as relações discursivas que emergem do uso de IA em práticas educacionais, assim como as implicações desses discursos na formação de subjetividades e na construção de significados. Para as análises, foram selecionadas duas reportagens do portal *GloboPlay*, uma das principais plataformas de *streaming* no Brasil. A escolha deste serviço midiático deu-se dada à relevância no cenário midiático nacional. As reportagens selecionadas abordam o uso de IA em contextos educacionais, permitindo a análise de como esses dispositivos são representados e, mais do que isso, de como essas representações agem nas práticas educacionais e as percepções dos usuários. Os resultados da pesquisa indicam que a mídia vai além de seu papel informativo tradicional, atuando também como um agente transformador de práticas e percepções. Por meio de discursos estrategicamente construídos, a mídia contribui para a naturalização de determinadas visões sobre a IA e seu papel na educação, moldando, assim, o comportamento e as expectativas dos sujeitos envolvidos. Deste modo, o estudo destaca o papel crucial da mídia na mediação entre tecnologias emergentes e práticas educativas, destacando a necessidade de uma análise crítica dessas interações.

**Palavras-chave:** Mídia; Inteligências Artificiais, Discursos, Educação.

## 1 INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. Licenciado em Letras pela referida instituição. E-mail: [gustavo.nb@discente.ufma.br](mailto:gustavo.nb@discente.ufma.br).

<sup>2</sup> Graduada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. Foi aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Letras pela referida instituição. E-mail: [erika.monteiro@discente.ufma.br](mailto:erika.monteiro@discente.ufma.br).

<sup>3</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: [joao.jr@ufma.br](mailto:joao.jr@ufma.br).

A crescente presença das chamadas Inteligências Artificiais (daqui em diante, IA) na sociedade contemporânea representa uma das transformações mais significativas e disruptivas da era digital. As implicações dessas tecnologias abrangem desde aspectos práticos, como a automação de tarefas, até questões filosóficas e éticas que envolvem o futuro da humanidade e a natureza das relações humanas. No campo da educação, a introdução da IA suscita preocupações e estereótipos, incluindo o temor de que essas tecnologias possam substituir completamente os professores, desumanizando o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, tais concepções refletem uma visão reducionista que ignora o papel insubstituível dos educadores na facilitação da aprendizagem, na motivação e no desenvolvimento emocional dos alunos.

Considerando essas questões, a relevância desta pesquisa reside na necessidade de compreender como os discursos sobre a IA, particularmente na mídia, moldam percepções e atitudes em relação a essas tecnologias. O objetivo geral deste artigo é analisar como o dispositivo midiático influencia práticas educacionais que envolvem o uso da IA, sob a perspectiva da análise do discurso, visando o contexto de integração dessa tecnologia na educação. Para as análises, foram selecionadas duas reportagens do portal *GloboPlay*, reconhecido como um dos principais serviços de streaming do Brasil.

A fundamentação teórica está ancorada em pesquisas da literatura sobre a IA e no discurso sob a perspectiva foucaultiana, contando com os trabalhos de Creswell (2010), Duci (2019), Foucault (2008; 1996; 2000; 1999), Gregolin (2004), Joanilho e Joanilho (2011), Lee (2019), Oliveira (2018), Pinto Júnior (2024), Revel (2005), Russel (2004) e Sichman (2021).

A análise proposta busca não apenas ilustrar as formas como a IA é representada na mídia, mas também explorar as implicações dessas representações para a construção de narrativas de poder e controle na sociedade contemporânea. Com base nessa ampla fundamentação teórica, esperamos que esta pesquisa contribua para um entendimento crítico sobre o papel da IA na mídia brasileira, considerada uma das principais fontes de informação no país.

## **2 O QUE É INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: conceitos e características**

O avanço tecnológico tem facilitado significativamente a vida pessoal e profissional em todo o mundo, especialmente com o uso de aplicativos digitais. Nesse cenário, a Inteligência Artificial (IA) tem se destacado como um dos principais êxitos tecnológicos, promovendo eficiência, precisão e inovação em diversas áreas. Seu uso tem se expandido rapidamente em setores como medicina, finanças e educação. No contexto educacional, a IA desempenha um papel crucial na personalização do ensino, adaptando-se às necessidades individuais dos alunos e ao seu processo de aprendizagem.

Mas o que é IA? Considerada um campo multidisciplinar, que utiliza sistemas semelhantes à inteligência humana (Gabriel, 2022), o conceito de IA varia conforme as perspectivas adotadas. Para Sichman (2021), não há uma definição universalmente aceita no

meio acadêmico. Ele ressalta que é inadequado falar em “a IA de uma empresa”; o correto seria dizer “um sistema da empresa X que utiliza técnicas de IA” (p. 38).

O termo IA surgiu na década de 1950, sendo John McCarthy um de seus principais expoentes, considerado o “pai da IA”. McCarthy definiu IA como a interseção entre ciência e engenharia, que possibilitaria a criação de programas computacionais inteligentes. Seus estudos abordam áreas como lógica, reconhecimento de padrões, inferência, senso comum, raciocínio, aprendizagem de máquinas e epistemologia.

Com o tempo, as concepções de IA se consolidaram em quatro perspectivas, segundo Russell e Norvig (2004): a) sistemas que pensam como humanos, replicando processos cognitivos; b) sistemas que agem como humanos, imitando comportamentos como aprendizagem e interação social; c) sistemas que pensam racionalmente, utilizando raciocínio lógico; e d) sistemas que agem racionalmente, tomando decisões otimizadas para atingir objetivos específicos. Por fim, Lee (2019) destaca que a IA é fundamental para entender o processo de aprendizagem humana, quantificar o pensamento e explicar o comportamento humano, constituindo um passo decisivo para a humanidade se compreender plenamente.

## 2.1 Características e estereótipos das IA

As principais características das Inteligências Artificiais (IA) refletem sua complexidade e sofisticação em replicar atributos humanos. Entre elas, destaca-se a capacidade de aprendizado e adaptação, por meio da qual a IA processa grandes quantidades de dados e, utilizando técnicas de aprendizado de máquina, identifica padrões e ajusta seu comportamento com base em novas informações. Além disso, sua alta capacidade de processamento e análise de dados, de maneira rápida, é uma característica crucial. Aguiar e Santana (2023) afirmam que essa velocidade permite que a IA realize inferências complexas, como cálculos avançados, em frações de segundos, tornando-as essenciais em aplicações que exigem respostas rápidas e precisas em diversas áreas do conhecimento. Essas características, entre outras, abrem espaço para uma ampla gama de debates, tanto positivos quanto negativos, que moldam os discursos atuais sobre o tema.

A discussão sobre o uso da IA na sociedade é marcada por uma dicotomia entre visões pessimistas e otimistas, muitas vezes polarizadas. Um estereótipo comum é a crença de que a IA substituirá completamente os professores humanos, tornando-os obsoletos. Pinto Junior (2024) destaca que esse receio é intensificado pela percepção de que a tecnologia poderia não apenas automatizar tarefas administrativas, mas também replicar funções educacionais de modo a dispensar a interação humana. Embora a IA seja capaz de automatizar atividades administrativas e oferecer suporte personalizado ao aprendizado, é consensual que ela não substitui atributos como empatia, criatividade e a capacidade de interpretar nuances contextuais, características dos professores. A crença de que a tecnologia pode substituir a interação humana subestima a complexidade do processo educacional e o valor das relações interpessoais.

Outro estereótipo é a ideia de que o uso da IA na educação resultará em um ambiente desumanizado e mecanizado, no qual os alunos seriam tratados como dados e não como indivíduos. Essa visão, entretanto, ignora os avanços significativos na IA, que permitem personalizar o ensino e criar experiências mais envolventes e adaptativas. Com base nisso, consideramos que a integração eficaz da IA no campo educacional deve ser vista como uma ferramenta complementar, cujo objetivo é potencializar o papel dos docentes e da escola nos processos de ensino, aprendizagem e avaliação. Essa integração deve ser abordada de forma equilibrada, reconhecendo tanto os desafios quanto às oportunidades. Acreditamos que, para uma inserção eficaz da IA na educação, é fundamental manter o foco nas relações interpessoais e no desenvolvimento pessoal dos alunos, assegurando, assim, um processo educativo mais enriquecedor.

### **3 A TEORIA FOUCAULTIANA NA COMPREENSÃO DA IA: Discurso, Poder e Formações discursivas**

Entendendo que, na atualidade, as discussões sobre IA permeiam diferentes reflexões acerca da sua predominância e funcionalidade, mobilizamos para este trabalho os aportes teóricos sobre discurso e poder sob a perspectiva foucaultiana da Análise do Discurso (AD). Para este campo de conhecimento, o discurso não é apenas um meio de comunicação, mas um instrumento de poder que constrói e delimita o conhecimento e as verdades dentro de uma sociedade (Revel, 2005).

Sob essa perspectiva, Michel Foucault (1996) apresentou, ao longo de seus estudos, diferentes concepções sobre o funcionamento do discurso, destacando sua organização, formação e transformação. Segundo o filósofo, todo discurso é regulado e controlado por diversos procedimentos que têm como função mitigar seus potenciais perigos e poderes, além de lidar com sua materialidade e natureza imprevisível. Em outras palavras, os discursos não são expressões espontâneas; eles são configurados e controlados para atender a determinados propósitos e sustentar estruturas de poder.

As noções de poder em Foucault (2008) são complexas e dinâmicas. Para ele, o poder não é uma força centralizada ou imposta de cima para baixo, mas algo que se manifesta de forma descentralizada, permeando instituições, práticas e discursos sociais. Revel (2005), ao basear-se nas concepções foucaultiana, define o poder como uma força que atravessa diversas instituições e práticas sociais, manifestando-se de maneira descentralizada. Nesse contexto, o poder opera por meio dos discursos, e é através deles que se identificam as relações de poder que moldam os sujeitos e as práticas sociais. Essa abordagem possibilita compreender como o poder atua de maneira sutil e persuasiva, configurando normas, comportamentos e subjetividades.

Dessa forma, o discurso é fundamental para a análise das relações de poder. Nesse viés, Foucault afirma que:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (Foucault, 1996, p. 10).

A partir dessa perspectiva, compreender o discurso como uma prática social imersa em relações de poder nos permite desvelar os mecanismos pelos quais os sujeitos são formados e como as normas sociais são estabelecidas. Em *A Arqueologia do Saber* (2008), Foucault explicita que as formações discursivas são conjuntos de enunciados que obedecem a determinadas regras e normas. De acordo com o filósofo:

Descrever enunciados, descrever a função enunciativa de que são portadores, analisar as condições nas quais se exerce essa função, percorrer os diferentes domínios que ela pressupõe e a maneira pela qual se articulam é tentar revelar o que se poderá individualizar como formação discursiva. (Foucault, 2008, p. 131).

Para Foucault, analisar os enunciados é essencial para entender a estrutura e o funcionamento do discurso, considerando que o discurso se manifesta na materialidade dos enunciados. Esses enunciados cumprem funções específicas, como afirmar, questionar, prescrever ou normatizar. Ao investigar essas funções, é possível compreender como o discurso opera e contribui para a construção e manutenção de certos saberes ou práticas. Foucault argumenta que, para captar a essência de uma formação discursiva, é preciso descrever os enunciados e suas funções, analisar o contexto de sua produção e entender como eles se articulam em diferentes domínios do saber. Isso reflete a interligação dos elementos da teoria foucaultiana, que funcionam como círculos concêntricos, conectando-se continuamente.

#### **4 OS DISPOSITIVOS MÍDIO EDUCACIONAL NA FORMAÇÃO DO SUJEITO: Mídia digital como agente de poder**

O conceito de dispositivo é fundamental para compreender como o poder opera na sociedade. Para Foucault (2000), os dispositivos são:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244).

Para ilustrar a relevância dos dispositivos na ordenação das relações de poder, tomemos como exemplo o dispositivo da mídia. A mídia, enquanto dispositivo, desempenha um papel central na configuração das normas sociais, ao moldar e disseminar o que é considerado verdadeiro e aceitável na sociedade.

Nesse contexto, a mídia, enquanto dispositivo, não se limita a veicular informações, mas também modela percepções e constrói narrativas, estabelecendo regimes de verdade. Revel (2005) destaca que os dispositivos são instrumentos que articulam discursos e práticas, sendo fundamentais na construção social. Essa ideia é corroborada por Gregolin (2004), que argumenta que os dispositivos funcionam como operadores que permitem a articulação entre formações discursivas e práticas não discursivas, materializando, assim, o poder. Dessa forma, a mídia não apenas informa, mas também molda as estruturas sociais e exerce influência sobre as relações de poder.

À luz do exposto, no contexto das mídias, esse dispositivo exerce um poder significativo ao selecionar, organizar e redistribuir informações, amplificando certas narrativas enquanto silencia outras. Isso evidencia a complexidade das relações entre discurso e poder, nas quais a mídia não é apenas um reflexo da realidade, mas também um agente ativo na construção e disseminação de verdades sociais. Além disso, surge a noção de «dispositivos de dispositivos», que abrange tanto a mídia tradicional quanto a digital. A mídia tradicional, composta por televisão, rádio e jornais impressos, consolidou-se antes do advento da internet e, ao longo do tempo, manteve um controle rigoroso sobre o conteúdo transmitido, sendo vista como confiável por muitos consumidores. Em contraste, as mídias digitais, que incluem redes sociais, blogs e sites de notícias, surgiram com a internet e se destacam pela velocidade e acessibilidade na produção de conteúdo, permitindo uma interação direta e quase instantânea com o público. Esse contraste ressalta as diferentes dinâmicas de poder e controle entre os dois tipos de mídia, onde a digital promove uma maior democratização do acesso, mas também desafia a noção de credibilidade e confiabilidade.

Outro conceito relevante é o do dispositivo educacional, que, no século XXI, tornou-se um dos principais consumidores das ofertas das mídias. Isso ocorre porque o poder exercido pelo dispositivo midiático influencia diretamente a maneira como as informações são pensadas e compartilhadas no contexto da interação linguístico-social. Segundo Foucault (2008), o dispositivo educacional, tal como os demais, é composto por um conjunto de discursos, instituições, leis, medidas e práticas que regulam e caracterizam a educação na sociedade. Mais do que transmitir conhecimentos, esse dispositivo também molda subjetividades e contribui para a formação de identidades, mostrando seu papel central na construção social e no exercício do poder.

Considerando a mídia uma ferramenta crucial para as metodologias de ensino, entendemos que a integração entre os dispositivos educacional e midiático resulta no que podemos chamar de “dispositivo de dispositivos”, aqui denominado de *mídio-educacional*. Esse conceito reflete a articulação entre o poder educativo e a influência midiática, destacando como ambos os dispositivos se entrelaçam para moldar práticas, conhecimentos e subjetividades. Conforme Foucault:

**O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam.** É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (Foucault, 1999, p. 146, grifo nosso).

Sob essa perspectiva, o novo dispositivo, resultante da interação entre os dispositivos educacional e midiático, cria novas formas de poder e conhecimento. Em consonância com o cenário que envolve dispositivos e sua relação com as práticas de poder, somos inevitavelmente levados a refletir sobre as questões relativas ao sujeito e à subjetividade. Em uma entrevista realizada durante o IV Colóquio Nacional de Linguagem e Discurso (CONLID), promovido pela Faculdade de Letras e Artes (FALA) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Maria do Rosário do Gregolin destaca que:

Para Foucault, o sujeito é formado por práticas de poder e saber. Ele introduz o conceito de ‘subjetivação’ (ou ‘assujeitamento’), que descreve o processo pelo qual indivíduos se tornam sujeitos por meio de práticas disciplinares, biopolíticas e de governo. O poder não é apenas repressivo, mas também produtivo: ele produz sujeitos, identidades e corpos. (Oliveira, Oliveira e Nogueira, 2018, p. 206)

Em seus estudos, o filósofo versa como os sujeitos são formados por intermédio das práticas discursivas e não discursivas. Também avalia como essas práticas moldam a subjetividade individual e coletiva. Nesse contexto, o sujeito é visto não como uma entidade preexistente, que utiliza os discursos, mas como sendo produzido pelos discursos. Assim sendo, as práticas discursivas estabelecem e demarcam as formas de subjetividade, configurando o que vem a ser um sujeito em um dado contexto histórico e social.

## 5 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza bibliográfica no que concerne à revisão de literatura sobre IA e à AD. Segundo Gil (2002), esse tipo de pesquisa faz uso de livros e artigos científicos com o objetivo de sistematizar um determinado problema de pesquisa. Quanto à abordagem, caracteriza-se como qualitativa, pois a descrição do objeto de pesquisa se baseia na compreensão advinda do pesquisador no ato da investigação (Chizzotti, 2010). Quanto ao método, acreditamos ser o mais apropriado o interpretativista, pois, considerando o contexto em que se inserem discursos sobre as IA, este método possibilita explorar e compreender os significados subjetivos e as experiências humanas em profundidade (Creswell, 2010).

## 6 ANÁLISE E DISCUSSÕES

A seguir apresentamos o corpus desta pesquisa e análise. A seleção das notícias envolvendo a IA se deu por sua relevância e impacto no contexto atual.

### 6.1 Reportagem 1: Implementação da inteligência artificial no ensino de redação

A primeira notícia, publicada no portal *GloboPlay*, aborda o uso da IA em escolas públicas do estado de Minas Gerais como auxiliar na melhoria das redações dos alunos. O caso mostrado pela reportagem sobre a IA foi a do estudante chamado Breno, que escreveu uma redação com a temática *cyberbullying* e, ao finalizar, subiu sua redação a um aplicativo e

em menos de dois minutos já fornecia a correção detalhada. Dentre as correções, destacam-se as sugestões de melhorias e a respectiva nota. De acordo com a reportagem, a ferramenta foi desenvolvida por pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Segundo as informações apresentadas, a ferramenta é treinada para corrigir redações de modelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com uma enorme semelhança às correções realizadas por humanos. Segundo o portal, o aplicativo já está sendo utilizado por cerca de duas mil escolas estaduais e já corrigiu cerca de 150 mil redações em exatos cinco dias. Contudo, ainda que a IA seja o meio pelo qual as redações estão sendo avaliadas, a reportagem enfatiza que a presença e o papel dos professores ainda são indispensáveis.

**Figura 1** - Captura de tela da plataforma GloboPlay



**Fonte:** Portal *GloboPlay*

### 6.1.1 Análise foucaultiana: aplicações na integração da IA nas práticas educacionais

A reportagem explora o uso da IA nas escolas públicas, que se fundamenta no dispositivo Mídio-educacional, apresentado como a fusão de dois dispositivos apresentados anteriormente. No contexto da reportagem, a ferramenta apresentada não apenas corrige as redações, mas também opera dentro de redes educacionais, evoluindo como o conhecimento é transmitido e também como o conhecimento é avaliado. No fragmento abaixo tem-se a transcrição de um trecho da reportagem:

[Repórter]: O Breno escreveu sobre cyberbullying, que é ofender, ameaçar ou intimidar alguém com frequência pela internet. Ele tirou uma foto do texto e enviou para este aplicativo. Em dois minutos recebeu a nota, 800 pontos acima da média da turma. A plataforma também produziu uma avaliação de desempenho. Ele se saiu bem no vocabulário e na compreensão do tema, mas precisa melhorar a argumentação.  
 [Estudante]: Eles avaliaram muito bem, colocaram cada erro que eu cometi, cada acerto também, o que pode melhorar, o que não pode. (GloboPlay, 2024)

Ao longo dos séculos, os professores desempenham autoridade massiva em sala de aula, no tocante à relação professor-aluno, expressando uma dinâmica de poder. Sua função é avaliar, pontuar, organizar e manter a ordem neste ambiente. Contudo, no século XXI

há um deslocamento nesta autoridade, pondo em evidência outras dinâmicas de poder. Conforme dito por Juliana Duci:

Nesse sentido, e de modo evidente no campo educacional, temos o ajustamento e adaptação das teorias pedagógicas às determinações econômicas, sociais e políticas que metamorfoseiam a potência imanente à própria autoridade docente. Agora, não mais atrelada à figura do professor, mas deslocada para os recursos que a simulam em termos administrativos digitais, a autoridade pedagógica se expressa pelos sistemas que configuram os aparatos tecnológicos tais como Powerpoints, vídeos-aula, lousas digitais ou plataformas de aprendizagem. De modo geral, pode-se afirmar que a autoridade não desapareceu ou mesmo enfraqueceu. Contudo ela tendencialmente parece não mais pertencer ao docente. Esse agora representa um papel cada vez mais identificado às estratégias da racionalidade contemporânea, caracterizada por uma competência comunicativa administrada profundamente atrelada à autoridade tecnológica. (Duci, 2019, p. 258).

Portanto, ao se utilizar as ferramentas com IA em sala, entendemos que sua participação certamente altera essa dinâmica de poder. Duci (2019) enfatiza que isso se dá justamente pela ideia de que os dispositivos midiáticos completam essa autoridade. Como visto no fragmento da reportagem, a função de avaliar o aluno pertence quase exclusivamente à IA, promovendo a presença do professor como o mediador entre tecnologia e aluno no contexto.

De acordo com Revel (2005), o discurso funciona como um instrumento de poder que determina o que poderia ser considerado conhecimento legítimo e como esse conhecimento pode ser distribuído e validado. Portanto, a ferramenta IA é compreendida como um agente cuja função seria a de reorganizar práticas discursivas no âmbito escolar, tendo em vista que sua função se torna a de estabelecer novos critérios para avaliar as competências dos estudantes. Ao ser enunciado pelo aluno “Eles avaliaram muito bem, colocaram cada erro que eu cometi, cada acerto também, o que pode melhorar, o que não pode”, evidenciamos como o discurso sobre a eficiência no uso da ferramenta na escola modifica as práticas pedagógicas e educacionais, demonstrando a relação de poder aluno-IA-professor, antes depositada na interação aluno-professor. Sob esse ponto de vista, Revel (2005) enfatiza a necessidade de compreender como o poder se manifesta em instituições, discursos e práticas cotidianas, influenciando diretamente na construção do sujeito. Por isso, a inclusão desta tecnologia, como visto, transforma as dinâmicas de poder dentro da sala de aula e no ambiente escolar.

Diante do exposto, é importante se pensar em como essa ferramenta utilizada em algumas escolas pode ser interpretada como parte de uma formação discursiva de valorização e objetividade na educação. Isso se dá pelo fato de que as formações discursivas versam discursos sobre a importância de critérios e objetivos de avaliação dos estudantes e também da eficácia dos processos educativos, além da importância de utilizar tecnologias mais avançadas nas escolas. Nesse contexto, de acordo com Gregolin (2004) os dispositivos são operadores que permitem que as formações discursivas se articulem com práticas não discursivas, criando assim a materialidade do poder.

Foi visto também que o sujeito é integrado através de discurso e de práticas que atuam na forma como o esse sujeito percebe e também interage com a sociedade. Sob esse viés

reflexivo, o uso da IA nas escolas, como é o caso apresentado na reportagem, evidencia como os estudantes, enquanto sujeitos, são constituídos não só de avaliações automáticas (dadas pela ferramenta), mas também por práticas educacionais que servem como mediadoras no processo (dadas por meio do docente responsável pela turma).

## 6.2 Reportagem 2: Implicações éticas e educacionais do uso da inteligência artificial

Por sua vez, a segunda reportagem, veiculada ao portal *GloboPlay*, destaca a presença da IA na vida de muitos estudantes brasileiros. Conforme visto anteriormente, ferramentas de IA são usadas para personalizar o ensino, auxiliar na resolução de problemas e na correção de exercícios. Nesse sentido, a implementação dessas tecnologias tem transformado as práticas educacionais, proporcionando uma aprendizagem mais adaptativa e individualizada. Entretanto, a reportagem também levanta questões sobre a necessidade de uma infraestrutura adequada e a formação de professores para a efetiva integração da IA no ambiente escolar, destacando os riscos e avanços dessa tecnologia.

Figura 2 - Captura de tela da plataforma *GloboPlay*



Fonte: Portal *GloboPlay*

### 6.2.1 Análise foucaultiana: aplicações na integração da IA nas práticas educacionais

Foucault (2008) ressalta que os dispositivos são redes heterogêneas de discurso, de instituições e de práticas. Essas redes, portanto, configuram relações de poder-saber. Sob essa perspectiva, esta notícia evidencia como a IA, em um processo de integração nas práticas educacionais, funciona como um dispositivo que, para além de sua função no fornecimento de conhecimento, também influencia e regula a formação de sujeitos, neste caso, dos estudantes.

Vejamos o seguinte fragmento da reportagem para seguir as reflexões:

[Aluno 1]: E eu de vez em quando pergunto para o chat GPT me dar alguma ideia ou como escrever um código de computação para fazer um site ou algo desse tipo. Essa escola tem crianças do infantil, do ensino fundamental e jovens do ensino médio.

[Aluno 2]: Os professores cada vez mais tentam fazer com que a gente não copie e cole, então eles têm formas de ver se a gente plagiou de algum lugar, então tem que ser algo nosso. Você não pode ser dependente dele, você tem que saber fazer as suas coisas, mas usar ele como auxílio.

[Professor]: O assunto fez com que os professores daqui se reunissem para rever a metodologia. Mas mantendo o foco em um ponto mais essencial. O recurso ético, a formação, a percepção, a identificação, a análise daquilo que ele está vendo. O trabalho vai continuar. [...] A inteligência artificial veio para ficar. Só que a escola tem que mudar alguns procedimentos. Metodológicos, algumas coisas não podem ser mais pedidas para serem feitas. E trabalhar muito mais a formação do indivíduo, para como ele usar aquilo (Jornal Nacional, 2023)

Considerando a dinamicidade heterogênea do dispositivo proposta por Foucault, podemos perceber que no contexto da notícia acima, a IA se consolida como um dispositivo Médio-educacional cujo funcionamento reorganiza as práticas de ensino e aprendizagem na sala de aula por meio da tecnologia. Dessa forma, a implementação de ferramentas de IA nas escolas brasileiras visa a personalização do ensino, adaptação do aprendizado às necessidades individuais dos estudantes e otimização do processo de ensino. Este dispositivo se articula, assim, através de *softwares* educacionais, plataformas digitais e algoritmos que monitoram o progresso dos alunos.

Em se tratando do poder no dispositivo Médio-educacional, este se manifesta na capacidade das instituições educacionais de disciplinar os corpos e as mentes dos estudantes através da IA. Essas tecnologias permitem um controle mais sutil e eficaz sobre o processo de aprendizagem, monitorando o desempenho dos alunos, identificando dificuldades específicas e sugerindo conteúdos personalizados. Esse poder tecnológico de certa forma redefine as relações entre professores e alunos, deslocando parte da autoridade pedagógica para as máquinas e algoritmos. Essa inversão não é ao todo integral, pois concordamos com pesquisas recentes (Pinto Júnior, 2024; D'Esposito, 2024) que, embora a IA possam ser ferramentas valiosas no apoio ao ensino e na personalização da aprendizagem, elas não podem substituir a complexidade e a profundidade do papel desempenhado pelos professores em sala de aula.

Considerando o dispositivo em questão, é comum que discursos sejam um dos seus principais constituintes na formação discursiva. Nesse contexto, enunciados são emergidos e fornecem um conhecimento sobre um determinado objeto, estruturando-o e o definindo. Joanilho, A. e Joanilho, M. (2011) apresentam o conceito de enunciado foucaultiano como uma ferramenta analítica distinta e complexa. Para os estudiosos de Foucault, o filósofo propõe o enunciado não apenas como uma unidade linguística, mas como uma função que se manifesta na materialidade do discurso. Considerando esta afirmação, a reportagem analisada contribui para a formação discursiva acerca da IA, vista como positiva ou negativa, sobre sua potencialidade na modernização e melhoria do ensino.

O recurso ético, a formação, a percepção, a identificação, a análise daquilo que ele está vendo. O trabalho vai continuar. **A inteligência artificial veio para ficar, só que a escola**

**tem que mudar alguns procedimentos metodológicos**, algumas coisas não podem ser mais pedidas para serem feitas, e trabalhar muito mais a formação do indivíduo, para como ele usar aquilo (Jornal Nacional, 2023, grifo nosso)

Neste trecho, a afirmação de que “a escola tem que mudar alguns procedimentos metodológicos” indica uma reconfiguração das práticas pedagógicas em resposta ao dispositivo IA. Essa reconfiguração é um exemplo de como os dispositivos moldam práticas institucionais. A introdução da IA exige que a escola reavalie e reestruture suas metodologias, o que implica uma redistribuição de poder e conhecimento. Essa mudança é mediada por discursos que legitimam a IA como uma ferramenta necessária e benéfica. Sob o ponto de vista da formação do indivíduo, a formação discursiva ressalta a governamentalidade, onde os indivíduos são encorajados a autogerir-se e a se adaptar às novas tecnologias emergentes do contexto em que estão inseridos. Nessa perspectiva, o discurso acima reflete na preparação não somente técnica, mas também ética, para interagir com a IA, e moldar sua subjetividade para com a forma de ver o mundo pessoal e profissional.

Em outro trecho, destacamos a seguinte fala:

Os professores cada vez mais tentam fazer com que a gente não copie e cole, então eles têm formas de ver se a gente plagiou de algum lugar, então tem que ser algo nosso. Você não pode ser dependente dele, você tem que saber fazer as suas coisas, mas usar ele como auxílio (Jornal Nacional, 2023).

Nela, é possível percebermos as relações de poder impostas pelos professores. Isso se dá pelos limites que os professores tendem a pôr na IA refletindo uma prática educacional de controle onde os professores se empenham em evitar o plágio, ou seja, a cópia direta de conteúdos, e utilizam ferramentas e métodos para detectar práticas não-autênticas. Isso representa uma forma de controle disciplinar que visa garantir a originalidade e a integridade acadêmica dos alunos do contexto. A afirmação de que os alunos devem “não copiar e colar” e devem usar a tecnologia “como auxílio” reflete uma formação discursiva educacional que valoriza a criatividade, a autonomia e a originalidade como valores centrais. O discurso acadêmico e pedagógico aqui molda a percepção dos alunos sobre o que é aceitável e desejável no processo de aprendizagem.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os dispositivos educacionais e midiáticos sob a perspectiva foucaultiana revela a complexidade que há no tangente a interação entre poder, conhecimento e subjetividades nas práticas pedagógicas e sociais da contemporaneidade. A inclusão de IA na sala de aula/na escola, torna-se um assunto amplamente discutido. Isso se exemplifica em como esses dispositivos se entrelaçam e formam novos agenciamentos de poder, novos sistemas de regulação e normatização. A integração de dois dispositivos pode exemplificar a noção do dispositivo médio educacional, na qual desenvolveu novas formas de poder, influenciando diretamente na formação de sujeitos.

Por intermédio das reportagens analisadas, vimos que a mídia não apenas cumpre a função de informar, mas também modifica percepções e práticas por meio do discurso. Isso se dá por meio da participação ativa como agente na construção de narrativas e na regulação de normas sociais. Nesse sentido, a IA na educação evidencia o quanto os dispositivos podem ser capazes de transformar metodologias de ensino.

Em conclusão, perceber toda a dinamicidade é imprescindível para promover práticas educacionais conscientes e responsáveis. Para que, dessa forma, seja possível valorizar tanto a inovação da tecnologia quanto a sensibilidade humana. Portanto, a mediação destinada ao professor e o uso ético de tecnologias digitais são fundamentais para que a educação forme e empodere sujeitos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Datan Azevedo; SOUZA, Wesley Jorge Gomes de. Inteligência artificial, as limitações da linguagem natural e seus impactos: estado da arte. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, v. 5, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/raei/article/view/7423>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 25 -47

D'ESPOSITO, M. E. W.; GATNER, S. Inteligência artificiais no ensino-aprendizagem de línguas (AI in the Teaching-Learning of Languages). **The ESpecialist**, [S. l.], v. 45, n. 3, p. 134–153, 2024. DOI: 10.23925/2318-7115.2024v45i3e63941. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/63941>. Acesso em: 27 jul. 2024.

DUCI, Juliana Rossi. **Metamorfoses da Autoridade: do professor ao algoritmo**. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. (1976). **A vontade de saber: História da sexualidade 1**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. In: **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 243-276

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002

GREGOLIN, Maria do Rosário. Os sentidos na mídia: rastros da história na guerra das cores. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, v. 4, n. 1, 2004.

JOANILHO, A. L.; JOANILHO, M. P. G. Enunciado e sentido em Michel Foucault. **Revista Línguas**, n. 27-28, p. 27-41, 2011.

OLIVEIRA, P. R. R. D. de .; OLIVEIRA, G. F. de .; NOGUEIRA, M. A. Análise do discurso, Foucault e mídia: entrevista com Maria do Rosário Gregolin. **Diálogo das Letras**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 201–207, 2018. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/663>. Acesso em: 25 jul. 2024

Portal Globoplay. Jornal Nacional. **Escolas públicas de Minas Gerais estão usando inteligência artificial para ajudar alunos nas redações**. 20/07/2024. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12774345/>. Acesso em: 22 jul. 2024

Portal Globoplay. Jornal Nacional. **Inteligência artificial já é realidade na vida de muitos estudantes brasileiros**. 03/04/2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11504569/>. Acesso em: 15 jul. 2024

PINTO JUNIOR, Marcos Antonio Ramos. Memória metálica e ChatGPT: Benefícios e limitações do uso de ferramentas de inteligência artificial na aprendizagem de línguas estrangeiras. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 6, p. 1374–1392, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i6.14537. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14537>. Acesso em: 26 jul. 2024.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais** / Judith Revel; trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RUSSEL, Stuart; NORVIG, Peter. **Inteligência Artificial**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campos, 2004.

SICHMAN, J. S.. Inteligência Artificial e sociedade: avanços e riscos. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, p. 37–50, jan. 2021.

## DISCURSO DAS MULHERES ERVEIRAS DO VER-O-PESO: sexualidade, tabu linguístico e vontades de verdade

Nelma do Socorro Santana Queiroz<sup>1</sup>  
Universidade Estadual do Centro-Oeste

Denise Gabriel Witzel<sup>2</sup>  
Universidade Estadual do Centro-Oeste

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões de uma tese em construção, cuja pesquisa em andamento versa sobre os discursos das mulheres que trabalham com a venda de ervas no Ver-o-Peso, em Belém (PA). Trata-se de uma análise do discurso fundamentada na arqueogenealogia de Michel Foucault, seguindo os Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF), focalizando, mais precisamente, a construção dos saberes, a genealogia do poder e os cuidados de si. Sobre o recorte deste trabalho, olhamos para o tabu linguístico em torno de um acontecimento discursivo, notadamente a polêmica suscitada no *Instagram* acerca da fala pública das mulheres em situação de venda de produtos relacionados à sexualidade. Esse recorte da pesquisa aponta para algumas reflexões sobre o funcionamento discursivo de tabus linguísticos em relação à fala dessas mulheres, ancorada n'A *Ordem do discurso* (2013), nos estudos sobre a *História da sexualidade* (1998; 2020) e em textos reunidos na *Microfísica do poder* (2021), entre outros estudos de Michel Foucault que contribuem para reflexões sobre a construção da subjetividade das mulheres vendedoras de ervas e para compreender o funcionamento do tabu linguístico em meio às vontades de verdade analisadas.

**Palavras-chave:** Tabu linguístico; Vontades de verdade; Mulheres ervaíras; Sexualidade.

### 1 A HETEROTOPIA DO VER-O-PESO COMO CONDIÇÃO DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DAS ERVEIRAS

Este texto é resultado parcial de um estudo de doutoramento em andamento sobre o discurso das mulheres ervaíras da feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará. Desse modo, para começar a traçar as análises discursivas a respeito dos discursos dessas mulheres, é indispensável a apresentação desse espaço heterotópico que constitui o contexto de produção dos discursos que serão aqui apresentados.

Data de 1627 a fundação do Ver-o-Peso. Inicialmente construído com a finalidade de cobrar impostos para a Coroa Portuguesa, o mercado Ver-o-Peso tinha como a principal prática de arrecadação alfandegária e tributação de impostos a verificação do peso das

1 Possui graduação em Formação de Professores pela Universidade do Estado do Pará (2005) e em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (2007); e mestrado em Letras pela Universidade Federal do Pará (2010). É doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste/PR (Unicentro). Possui vínculo como membro titular do Grupo de Estudos do Discurso e das Subjetividades Paraenses (GEDISPA/UFPA-CNPQ) e do Laboratório de Estudos do Discurso da Unicentro-PR (LEDUNI/CNPQ). E-mail: 2312310@unicentro.edu.br.

2 Possui graduação em Letras Português/Francês pela Universidade Estadual Paulista - UNESP-Assis (1989), mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Maringá (2003) e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista - FCL/UNESP-Araraquara-SP (2011). Em 2009, realizou estudos em programa de doutorado sanduíche na Universidade Louis Lumière de Lyon II, França. Desde 1998, é professora na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-Guarapuava/Pr). Líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos do Discurso da Unicentro (LEDUNI/CNPQ). E-mail: denise@unicentro.br.

mercadorias a serem liberadas para o comércio, posto que funcionou até meados de 1839, e, posteriormente, foi cedido para o funcionamento do mercado de peixes.

Considerado pelo Iphan como um complexo arquitetônico e paisagístico, o Ver-o-Peso atualmente é constituído por Mercados de peixe e de carne, Ladeira do Castelo, Solar da Beira, Praça do Pescador, Praça dos Velames, Praça do Relógio e Palacete Bolonha. Além disso, é constituído ainda por mais de duas mil barracas de comércios populares, onde são vendidos produtos alimentícios, artigos regionais, ervas medicinais e afrodisíacas, entre os mais variados produtos da Amazônia. A área da feira está dividida em Feira da Roupas; Feira da Alimentação; Feira das Frutas; Feira do Camarão e da Farinha; Setor de artesanato; Setor das ervas e produtos medicinais, para citar alguns. Com efeito, o Ver-o-Peso emana toda uma ancestralidade cultural na maior feira livre da América Latina.

De acordo com Bulhosa (2022, p. 39),

A área que se mostra mais interessante é a dos produtos medicinais, dentro das garrafas e no meio de plantas tropicais estão as curas de todos os males como: inveja, olho gordo, mau olhado, depressão, estresse. O ponto alto da cura é quando o cliente voltava e ficava satisfeito, trazia outra pessoa para experimentarem o tratamento.

Nesse lugar heterotópico<sup>3</sup> – um outro lugar que existe na realidade, como ressignificação e refuncionalização do lugar concreto que é o complexo Ver-o-Peso –, chama a atenção uma de suas principais características: a maneira peculiar com que a cultura amazônica é vivenciada, nessa relação rio-floresta-cidade, considerada, assim, a porta de entrada para a Amazônia brasileira. Como um lugar de práticas econômicas e culturais, o Ver-o-Peso “[...] é também um lugar de bens simbólicos, que alimentam o corpo, a alma e o espírito de uma cidade que mantém elos com o rio e a floresta” (Bulhosa, 2022, p. 18).

É justamente nesse lugar heterotópico que trabalham as sujeitas mulheres erveiras, que se dedicam à venda de ervas com os mais variados fins. Seu trabalho começa quando as ervas são colhidas dos quintais e da própria floresta amazônica – não só por algumas erveiras, como também por muitos indígenas que possuem saberes ancestrais e de manipulação dessas ervas em produtos de venda – e acabam por materializar uma possibilidade de curar doenças e de suprimir os desejos. A venda de um produto que parece carecer, de modo bastante enfatizado, do anúncio dos seus benefícios, aponta o fato de que muito mais do que as ervas em si, ou por si, são as palavras, os discursos das erveiras que lhe conferem o valor para as necessidades que parecem proeminentes, ou que se fazem indispensáveis tanto a um certo público, que procura pelas ervas para atender determinados desejos, quanto aos transeuntes, que podem se mostrar persuadidos pelas falas das erveiras.

Por outro lado, é preciso considerar que as mulheres erveiras que trabalham nesse complexo trazem a público uma fala tipicamente cultural referente à vida privada, realçando saberes e promulgando verdades de toda ordem, como, por exemplo, acerca da sexualidade, das necessidades e problemas que afetariam esse campo. Daí apontam nas ervas e no modo de usá-las possíveis soluções para tais problemáticas.

<sup>3</sup> Entendida por Michel Foucault como uma utopia real, a heterotopia é uma utopia localizada na nossa realidade, no espaço social presente e concreto. Cf. FOUCAULT. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: Edições, 2013.

Desse modo, o *a priori* histórico que compõe o arquivo para o gesto de análise discursiva deste trabalho parte de um lugar heterotópico que descende de toda ancestralidade amazônica (Foucault, 2008; 2013). São saberes atrelados à cultura do povo amazônica materializados nos discursos em feira livre. Dito isso, nesse contexto de produção, a materialidade que compõe este estudo diz respeito aos discursos das mulheres erveiras acerca da sexualidade e afetividade feminina. Nesse âmbito, interessa-nos pensar a interdiscursividade do público no privado e do privado no público a partir das enunciações dessas mulheres no acontecimento discursivo *venda*; a relação de saber materializado nos ‘banhos’ vendidos pelas erveiras; a relação de poder existente na prática de persuasão das sujeitas mulheres erveiras.

Quando tratamos do *a priori* histórico, aqui, consideramos, portanto, a “[...] condição de realidade para os enunciados” (Foucault, 2008, p. 144) como pré-condição de existência de uma cultura enraizada nos saberes e nas ancestralidades amazônicas, imersos na cultura das águas e da floresta, de um povo autóctone que demonstra esses saberes e ancestralidades nos mais variados ambientes, pois a ele cabe essa condição de existência transmitida por seus ancestrais; condições necessárias para entendermos esse *a priori* histórico e a condição de emergência dos discursos das mulheres vendedoras de ervas da feira do Ver-o-Peso. Isso comprova, consoante Foucault (2008, p. 144), que o *a priori* histórico não dispõe apenas de um sentido, mas reverbera sentidos e verdades de uma história específica “[...] que não o reconduz às leis de um devir estranho”. A respeito desse conceito, Foucault (2008, 144) verbaliza que se trata de

[...] isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem. *A priori*, não de verdades que poderiam nunca ser ditas, nem realmente apresentadas à experiência, mas de uma história determinada, já que é a das coisas efetivamente ditas.

Desse modo, sabendo que o discurso não é nem língua nem fala, mas se realiza na materialidade linguística (verbal e/ou não verbal), é preciso sair do estritamente linguístico para estudar o discurso em sua completude, que se constitui na exterioridade, por exemplo, no contexto do complexo Ver-o-Peso. Esse deve ser o ponto de partida para a compreensão e análise de mulheres vendedoras de ervas, atuantes no Ver-o-Peso: espaço conhecido da região metropolitana de Belém, mas que pode ser tratado como um espaço que tem efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporizam e o levam a funcionar em unidades polivalentes. Ou seja, como um “lugar praticado”, ou ainda, na visão de Merleau-Ponty, como um “espaço antropológico” (Certeau, 1998, p. 202).

## 2 O DISCURSO DAS ERVEIRAS: sexualidade, tabu linguístico e vontades de verdade

Entre a obstinação das sujeitas mulheres erveiras de falar sobre a sexualidade e o conjunto de ordenações que envolve o que se pode e é dito sobre ela, surgem vários pontos de relevância: a procura e a compra de um produto que retroalimenta um desejo vendido numa feira livre, num espaço heterotópico; o dizer da sujeita que comercializa esse desejo

mostrando vontades de verdades; o preconceito em torno desses dizeres, que reafirma o tabu linguístico em torno do discurso dessas mulheres, entre tantas outras possibilidades de análises discursivas.

A temática da sexualidade faz parte dos escritos da terceira fase de Michel Foucault, constituindo análises a respeito dos cuidados de si. Partindo de suas reflexões, constituímos uma sociedade de sexualidade, que determina mecanismos de poder.

O que determina a sua importância não é tanto sua raridade ou precariedade quanto sua insistência, sua presença insidiosa, o fato de ser em toda parte provocada e temida. O poder a esboça suscita-a e dela se serve como um sentido proliferante de que sempre é preciso retomar o controle para que não escape [...]. (Foucault, 1988, p. 161)

Depreende-se, portanto, que a **sexualidade** funciona como um instrumento de subjetivação e uma ferramenta de poder e resistência. Esses e outros conceitos atravessam os olhares analíticos sobre as práticas de vendas das mulheres erveiras do Ver-o-Peso e seus discursos diante da venda do produto do desejo, nos quais poderão ser feitas descobertas significativas relacionadas à subjetivação. Desse modo, “[...] o dispositivo da sexualidade de ser pensado a partir das técnicas de poder que lhe são contemporâneas” (Foucault, 1988, p. 164).

O olhar discursivo voltado para o dispositivo da sexualidade eclode em meio a olhares para a ordem do discurso de que trata Michel Foucault em sua aula inaugural no Collège de France, em 2 de dezembro de 1970, quando delinea reflexões partindo de algumas inquietações a respeito do discurso e de sua proliferação. Para explicar como o discurso se organiza e se manifesta, bem como quais são seus efeitos de verdade, o filósofo parte de uma pergunta inicial: onde está o perigo do discurso e de sua proliferação? (Foucault, 2013, p. 8).

Entendemos, a partir dessas e de outras reflexões, que o discurso das mulheres erveiras, emergentes no espaço heterotópico da maior feira da América Latina, que tratam da sexualidade e afetividade feminina, esbarra no jogo dos três tipos de interdições de que trata o filósofo: não se tem o direito de dizer tudo; não se pode falar de tudo em qualquer circunstância; qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Eis o “[...] tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (Foucault, 2013, p. 9).

O **dispositivo da sexualidade** é um dos temas mais polêmicos, por meio do qual se pode perceber como o tabu linguístico está associado aos tipos de interdição, considerado como um mecanismo de controle externo. Para Foucault, o tema sexualidade é exemplo de regiões em que a grade da interdição é mais cercada, mostrando com isso que diante desse tema mais polêmico é que o discurso mostra o seu poder. “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (Foucault, 2013, p. 9-10).

Essa associação entre **tabu linguístico** e relações de poder pode ser exemplificada por meio da polêmica suscitada na *internet* em torno das falas das erveiras. No mês de setembro de 2023, após visita ao Ver-o-Peso, o jornalista da Jovem Pan, Felipeh Campos, divulgou um

vídeo em sua rede social *Instagram* mostrando sua passagem pelas bancas das erveiras. Para surpresa de muitos, a prática de venda de produtos destinados à sexualidade e os discursos dessas mulheres foram alvo de inúmeros comentários pejorativos por parte dos seguidores do jornalista, dando início, assim, a uma polêmica que virou notícia em alguns jornais.

A notícia a respeito da polêmica iniciada a partir da postagem do jornalista foi publicada nas páginas dos jornais **Pop List** e **bt+**. Embora, na apresentação da postagem na página do jornalista, Felipeh Campos tenha valorizado a cultura da região, isso não foi o suficiente para conter muitas falas raivosas e preconceituosas de inúmeros seguidores a respeito da fala das erveiras.

**Figura 1** – Postagem do jornalista Felipeh Campos

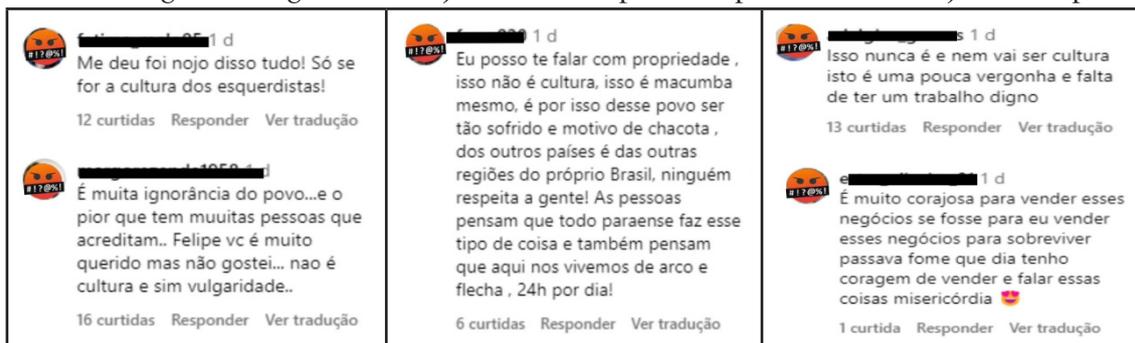


Fonte: *Instagram*<sup>4</sup>.

Os ataques estavam associados aos títulos das essências vendidas por essas mulheres, enunciados como: “Chora nos meus pés”, “Pega e não me larga”, “Pega negão”, “Afasta homem liso”, “Chora na minha buceta”, entre outros. A notícia não mostra, no entanto, na íntegra, o discurso dessas mulheres a respeito da sexualidade, dos órgãos e aos atos sexuais, pois no momento da fala das erveiras foram inseridos sons de censura pelos jornais. Essas informações são captadas no vídeo que acompanha as imagens da notícia, embora sejam constantemente interrompidas ao longo do diálogo entre o jornalista e a erveira no acontecimento da venda.

A título de exemplificação, eis alguns exemplos das falas preconceituosas que podem comprovar o desconhecimento da cultura local e o preconceito em relação ao trabalho dessas sujeitas mulheres erveiras.

<sup>4</sup> Cf. <https://www.instagram.com/felipehcampos/>

**Figura 2** – Postagens de seguidores do jornalista Felipeh Campos exibidas nos jornais supracitados

Fonte: *Instagram*.

Inicialmente, podemos observar nesses comentários ataques explícitos às falas das erveiras. Neles podemos observar formações discursivas de cunho político (“só se for a cultura dos esquerdistas”), religioso (“isso não é cultura, isso é macumba”), cultural (“não gostei... não é cultura e sim vulgaridade”; “isso nunca é e nem vai ser cultura, isso é vulgaridade”), econômico (“isso é falta de um trabalho digno”). Por outro lado, outros seguidores se posicionaram de modo resistente a esses comentários, em defesa das erveiras.

Neves (2022), ao tratar da ancestralidade indígena eclipsada em Belém/Mairi, terra de Maíra, tentar responder a uma das perguntas-chave do artigo: o que há de tão perigoso em suas práticas e memórias? A partir de então, promove entre tantas reflexões a que diz respeito à trajetória das mulheres erveiras na feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, defendendo a necessidade de pensar nessas sujeitas, sem deixar de considerar as fraturas e outras formas de vida e de narrativas atreladas ao dispositivo colonial, o que, de certa forma, contribui para o entendimento das práticas de preconceitos linguístico e cultural sofridos por elas.

Em Belém, parte da população conhece e se identifica com as trajetórias de luta e resistência das erveiras, das várias situações de preconceito a que foram historicamente submetidas, recorrentemente associadas às proibições da medicina ocidental e às interdições impostas pelas igrejas cristãs (Neves, 2022, p. 180).

O que observamos é um processo de resistência perante as práticas de preconceito que impõem uma interdição ao discurso publicizado pelas erveiras nas feiras livres da Amazônia, como no caso da polêmica suscitada na rede social *Instagram*, analisado pelo viés dos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF). Isso nos mostra que nos planos dessas formações discursivas há uma relação de poder; que entre o que pode ser dito e o que é censurado existem mecanismos de legitimação e controle de discursos que colocam em evidências alguns em detrimento a outros; há uma restrição a alguns discursos e a certas categorias de sujeitos. Ou será que ainda se deve pensar em regime de exclusividade de divulgação de discurso como acontecia nas antigas “sociedades de discurso” que restringiam a sua circulação a espaços fechados de poder?

Em se tratando de tentativas de governamentalidade, nos EDF, não podemos esquecer que

[...] quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre a ação dos outros, quando as caracterizamos pelo ‘governo’ dos homens, uns pelos outros – no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade. O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer (Foucault, 1995, p. 244).

Em meio à polêmica do *Instagram*, podemos tecer algumas reflexões a respeito do preconceito e intolerância cultural, como também o transparente desconforto de boa parte dos seguidores do jornalista sobre a temática da sexualidade, sendo tratada de modo tão “aberto”, sem o filtro do pudor. Na terceira fase de seus estudos, Foucault (1988) expõe que se regula o sexo, não pela proibição, e sim por meio de discursos úteis que visibilizam o que por tanto tempo nos permitiu silenciar acerca do sexo enquanto produto do pecado. “A questão que gostaria de colocar não é por que somos reprimidos, mas, por que dizemos, com tanta paixão, tanto rancor contra nosso passado mais próximo, contra nosso presente e contra nós mesmo que somos reprimidos?” (Foucault, 1988, p. 15).

Em *História da sexualidade*, Foucault (1998, p. 74) assim nos diz a respeito da polêmica em torno da injunção secular de conhecer o sexo e colocá-lo em discurso, causando espanto:

E devemos pensar que um dia, talvez, numa outra economia dos corpos e dos prazeres, já não se compreenderá muito bem de que maneira os ardis da sexualidade e do poder que sustentam seu dispositivo conseguiram submeter-nos a essa austera monarquia do sexo, a ponto de voltar-nos à tarefa infinita de forçar seu segredo e de extorquir a essa sombra as confissões mais verdadeiras.

Esse acontecimento discursivo pode ser, portanto, analisado sob o viés do que ele conceitua como poder, tendo em vista que a luta discursiva protagonizada na *internet* exemplifica como a relação de poder se estabelece discursivamente. Para ele, “[...] o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apoia em estrutura permanente” (Foucault, 1988, p. 242), o que nos permite dizer que no acontecimento discursivo em questão o poder se estabelece em linhas de forças a depender da cultura ou religião a que se associa.

A polêmica aqui apresentada nos possibilita ainda outro viés de análise discursiva: a que trata das **vontades de verdade**, conceito pensado por Foucault. Sobre tal, é relevante retomar seus ensinamentos apresentados n’*A ordem do discurso* (2013), quando o pensador trata da oposição entre o verdadeiro e o falso, constituinte do terceiro sistema de exclusão do discurso. Leva-nos a refletir sobre proposição, cuja separação entre o verdadeiro e falso não é arbitrária, modificável, nem institucional, nem violenta. Por outro lado, é preciso entender qual é o tipo de separação que direciona a nossa vontade de saber, o que nos permite pensar o sistema histórico como um sistema de exclusão (Foucault, 2013, p. 14). A partir de então, Foucault passa a refletir sobre a vontade de verdade, apoiada em um suporte institucional que exerce uma pressão, um poder de coerção sobre os outros discursos em uma sociedade.

[...] tudo se passa como se, a partir da grande divisão platônica, a vontade de verdade tivesse sua própria história, que não é a das verdades que constroem. [...] essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional:

é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios de hoje (Foucault, 2013, p. 16-17).

**É perceptível**, pois, vontades de verdades ao longo da polêmica no *Instagram* suscitada em torno da fala das erveiras: tanto da parte das erveiras, em relação aos efeitos dos usos das ervas, quanto da parte dos seguidores do jornalista Felipeh Campos e dos jornais que noticiaram a polêmica, no que tange à defesa de um posicionamento contrário ou a favor das práticas de vendas de ervas na feira do Ver-o-Peso.

No primeiro caso, fica evidente algumas vontades de verdade, como, por exemplo, apontar nas ervas a solução para os males do corpo, da alma e dos problemas de ordem sexual e afetiva. Nesse sentido, tratar de vontades de verdade, do ponto de vista do dispositivo da sexualidade, é pensar no exercício de poder entre a sujeita que vende e o comprador, por exemplo; ou ainda, na relação estabelecida entre os sujeitos a partir da detenção de um saber, nesse caso, ancestral, que configura valor de verdade ao produto que está sendo comercializado.

Por outro lado, quanto aos comentários emergentes na rede social, analisamos os estabelecimentos de vontades de verdades de diferentes pontos discursivos na batalha constituída em torno do discurso das erveiras. Vontades de verdade dos que demarcam o que pode ou não ser considerado como cultura, do que pode ou não ser dito nas feiras livres, do que pode ou não ser “motivo de chacota”, do que pode ou não ser trazido nas embalagens dos produtos. Estabelece-se, assim, não apenas vontades de verdades, mas a própria legitimação de um preconceito linguístico e cultural por quem se acha superior ao subjugado.

Ao discutir essa relação no texto “O sujeito e o poder” (1995), Foucault enreda sua linha de pensamento sobre o objetivo de parte de seu trabalho, na tentativa de “[...] criar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos tornam-se sujeitos” (p. 1995, p. 231). Sobre os três modos de subjetivação apontados em seus estudos, enfatiza que dizem respeito aos modos pelos quais os seres humanos são transformados em sujeitos, a saber: pelo estatuto da ciência ou do saber; pelas “práticas divisórias” que consistem em ver o sujeito em relação aos outros; pelo domínio da sexualidade. Deixa claro, com isso, que o seu foco de trabalho não estava em estabelecer apenas as relações de poder entre os sujeitos – como muitos afirmam e embora tenha despendido muito empenho em tratar dessas questões –, mas, sim, a constituição do próprio sujeito.

Dito isso, ao estudar a constituição das subjetividades de mulheres erveiras da/na Amazônia – utilizando para isso um acontecimento discursivo que nos mostra como relações de poder estão visíveis em batalhas discursivas e na própria constituição dos sujeitos – para entender o funcionamento de determinadas lutas discursivas, precisamos primeiramente entendê-las como formas de resistências que funcionam em oposições, por exemplo, “[...] ao poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, do psiquiatra sobre o

doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre os modos de vida das pessoas” (Foucault, 1995, p. 234).

São lutas transversais, objetivando efeitos de poder enquanto tal, ocorridas de modo imediato – ou por criticar instâncias de poder – e que questionam o estatuto do indivíduo, pois

[...] enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais [...] e atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra a sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga a sua própria identidade de um modo coercitivo (Foucault, 1995, p. 234-235).

Além disso, essas batalhas reverberam oposições associadas ao efeito de poder relacionado ao saber, enfatizando questões sobre o modo como o saber é colocado em visibilidade, como funciona e circula, qual é a sua relação com o poder. Tudo isso dá visibilidade a reflexões sobre como “[...] essas lutas contemporâneas giram em torno da questão: quem somos nós?” (Foucault, 1995, p. 235), foco deste estudo, associado à constituição das subjetividades de mulheres erveiras da/na Amazônia.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a (Foucault, 1995, p. 235).

Essas são apenas algumas das questões que merecem desdobramentos na continuidade deste estudo sobre a polêmica em torno dos discursos e das práticas das mulheres erveiras da feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, o que possivelmente contribuirá também com a formulação da tese final do trabalho de pesquisa em andamento.

### 3 CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS

Neste trabalho, detemo-nos nas contribuições dos EDF para o estudo dos discursos das mulheres erveiras do Ver-o-Peso. São análises discursivas preliminares a respeito da sexualidade e afetividade feminina, bem como a constituição do tabu linguístico e de vontades de verdades em torno desses discursos. Para tal, partimos da materialidade constitutiva de uma polêmica na rede social *Instagram*, que trata, sobretudo, da fala pública das erveiras em situação de venda de produtos destinados a fins sexuais. Para sintetizar nosso gesto de análise, adentramos às discussões do pensador francês Michel Foucault a respeito da relação entre o sujeito, o saber e o poder.

Desse modo, neste gesto de análise, pudemos perceber que, ao ser divulgada uma reportagem sobre essas mulheres, emergem consonâncias e discordâncias em relação à tradicional prática de venda de ervas destinadas, em especial para garantir conquistas amorosas, desempenho sexual, relacionamentos duradouros, enfim, discursos enredados

nas tramas do dispositivo da sexualidade e que suscitam preconceitos linguísticos, morais e éticos. Diante disso, os tabus linguísticos e a disseminação desses preconceitos, que estão para além do campo linguístico, implicam batalhas discursivas e modos de subjetivação sobre quem são as mulheres erveiras. Com as contribuições de Foucault, em *A ordem do discurso*, ao tratar dos perigos do discurso e de sua proliferação, podemos pensar que a palavra proibida está no cerne do discurso que funciona como procedimento de exclusão, pois, para o pensador, a produção do discurso na sociedade é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída, tendo em vista que “[...] não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 2013, p. 9).

Considerando essas e outras questões não maturadas ainda, vemos que temos um longo caminho de análise discursiva olhando para os discursos públicos das mulheres erveiras e das relações de poder que se estabelecem no embate discursivo que toca a sexualidade e a postura das mulheres erveiras que tratam livremente desse assunto no acontecimento da venda nesse espaço heterotópico que é o Ver-o-Peso.

Por fim, essas análises contribuirão, ainda, para o entendimento de como essas práticas discursivas interferem, inclusive, no processo de subjetivação dessas mulheres e nos ajudarão a tecer um aprofundamento no campo de estudos fundamentado nas contribuições do filósofo Michel Foucault, buscando analisar subjetividades nas relações de Saber-Poder e dizeres de si das sujeitas mulheres da/na Amazônia.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2008.

BOULHOSA, Ernesto Feio. **Ver-o-Peso**: “Lugar de cheiros, cores, sabores e mandingas”. 1. ed. Belém-Pará: Cromos, 2022.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Tereza da Costa Alburquerque e J.A. Guilhon Alburquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Roberto Machado (Org. e Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GREGOLIN, Maria do Rosário; NEVES, Ivânia. A Arqueogenealogia Foucaultiana como lente para a análise do Governo da Língua Portuguesa no Brasil: continuidades e interrupções. **Revista Moara**, Belém, v. 2, n. 57, 2021, p. 8-32. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9898>. Acesso em: 27 jan. 2023.

NEVES, Ivânia dos Santos. Mairi, terra de Maíra: a ancestralidade indígena eclipsada em Belém. **Policromias – Revista do Discurso, Imagem e Som**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2022. p. 178-205. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/download/52550/28678>. Acesso em: 11 out. 2024.

VER-O-PESO (PA). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**: Belém (PA)-Cidades. Brasil (2023). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/828#:~:text=Inaugurado%20em%201901%2C%20com%20o,uma%20s%C3%A9rie%20de%20constru%C3%A7%C3%B5es%20hist%C3%B3ricas>. Acesso em: 29 jan. 2023.

## EFETOS DE SENTIDOS DO NOME FAVELA NO DIZER DE UM CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DO BRASIL

Tatiana do Nascimento Cunha<sup>1</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Georgiana Márcia Oliveira Santos<sup>2</sup>

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

Em agosto de 2022, Ciro Gomes, candidato à presidência do Brasil pelo Partido Democrático Trabalhista, palestrou aos empresários da Firjan. Foi parabenizado após sua apresentação. Em resposta aos parabéns, afirmou que seria um “serviço pesado” explicar o conteúdo apresentado na favela. Após isso, um vídeo com fragmentos de sua declaração foi exibido nas redes sociais. O conteúdo se tornou viral nas redes e desencadeou uma discussão sobre o nome favela no mundo online. A partir desse dizer do candidato, à luz da Análise de Discurso de filiação pècheutiana, este trabalho apresentará um estudo dos efeitos de sentido do nome favela. Para este trabalho, como suporte teórico, nos apoiamos nos estudos de Orlandi (2007-2015), assim como nas definições de dois dicionários online: Dicionário Informal (2006-2023) e o Dicionário Online Caldas Aulete. Ao realizar esta leitura, movimentando esses sentidos, retirando a neutralidade, estamos procurando ir além do que se diz, do que fica na superfície das evidências (Orlandi, 2015).

**Palavras-chave:** Favela; Sentidos; Análise de Discurso.

### 1 INTRODUÇÃO

Eni Orlandi afirma que a função do analista do discurso é mostrar como os processos de significação funcionam em qualquer tipo de texto e como objetos simbólicos produzem sentidos. Isso inclui examinar as várias camadas de significado e como é construído e interpretado, levando em consideração o contexto social, cultural e histórico do texto. Desse modo, o analista busca as ideologias e os sentidos implícitos, indo além da interpretação comum para explorar as complexidades do discurso.

Em agosto de 2022, Ciro Gomes, candidato à presidência do Brasil pelo Partido Democrático Trabalhista realizou uma palestra para os empresários da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). Ao finalizar sua apresentação, foi parabenizado. Como resposta aos parabéns, disse que seria um “serviço pesado” explicar na favela. Após essa fala, um vídeo foi lançado nas redes sociais, e com isso, uma discussão surgiu no meio digital a respeito do seu posicionamento. Assim, seguindo a função de analista do discurso, à luz da Análise de Discurso de filiação pècheutiana, este trabalho busca realizar uma análise do nome *favela* a partir o dizer do candidato. Para isso, me apoio nos estudos de Orlandi (1942, 1995, 2015).

1 Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (PGLetras-UFMA). E-mail: taty\_hg2@hotmail.com.

2 Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras-UFMA), Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Línguas, Memórias, Identidades e Culturas - GELMIC. E-mail: georgiana.marcia@ufma.br.

Para justificar a importância de examinar os efeitos de sentidos do nome “favela” no dizer do candidato, é necessário reconhecer os efeitos que o uso de termos carregados de conotações políticas e sociais pode ter na percepção do público. É evidente que o nome “favela” tem vários sentidos e interpretações, como demonstra a declaração de Ciro Gomes, em que ele usa o nome para destacar as diferenças entre situações socioeconômicas. Ao analisarmos como esse nome “favela” é construído e utilizado no discurso do candidato, é possível vermos como os sentidos associados ao nome refletem e reforçam determinadas ideologias e estereótipos sociais. A discussão sobre o termo “favela” não se limita ao seu significado literal, mas também inclui como diferentes grupos sociais o interpretam e usam.

A partir da análise de discurso, poderemos perceber como o nome “favela” tem um impacto nos sentidos que afetam a forma como as pessoas entendem e se relacionam com as comunidades que o nomeiam. Ao longo desse processo, a análise pode revelar como o discurso político contribui para a construção e perpetuação de narrativas sociais, influenciando as percepções e atitudes sobre os contextos e populações mencionados.

Este artigo está organizado em quatro partes. Na primeira parte, contextualizamos a declaração de Ciro Gomes, fornecendo o pano de fundo necessário para a compreensão do discurso. Em seguida, apresentamos os conceitos discursivos que serão mobilizados na análise, abordando as bases teóricas e metodológicas da Análise de Discurso. A terceira seção é dedicada aos efeitos de sentido do nome “favela”, onde exploramos como o termo é utilizado e interpretado no discurso. Além disso, examinamos a repercussão desse discurso nos meios digitais e as implicações que surgem dessa circulação online. O artigo é concluído com considerações finais que sintetizam os principais achados e reflexões do estudo.

Orlandi (1995) destaca que todo discurso representa uma mudança dentro de uma rede de filiações, sendo que essa mudança se dá em relação a uma filiação ou memória que, por sua vez, fundamenta a própria capacidade de gerar sentido. A partir do que nos diz Orlandi, o presente artigo busca explorar como a declaração de Ciro Gomes sobre o termo “favela” se insere nessa concepção discursiva, analisando os efeitos de sentido. Assim, o objetivo não é apenas destacar um conceito específico desse termo, mas também destacar seus sentidos.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DIZER DE CIRO GOMES

ELEIÇÕES 2022

## 'É um comício para gente preparada. Imagina explicar na favela?', diz Ciro a empresários

Comentário foi feito após descrever seu diagnóstico sobre economia no país

**Fonte:** Folha de São Paulo (2022)

2002, ano das eleições para presidente do Brasil, o candidato à presidência pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), fez uma palestra na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Esse foi um evento direcionado a empresários, que teve como foco a apresentação do plano socioeconômico do candidato.

Durante esse evento, Ciro Gomes fez uma declaração, que depois de divulgada nos meios digitais causou incômodo para eleitores e para aqueles que não o apoiavam. Uma série de memes surgiu nas redes sociais. Ao explicar suas propostas, ele comparou a sua apresentação com a apresentação que faria em uma favela, dizendo que seria um “serviço pesado”. Essa comparação surgiu após um dos empresários que estavam prestigiando o evento ter feito um elogio à palestra do Ciro, fazendo a comparação com uma aula. Como resposta aos parabéns, Ciro Gomes disse: “É um comício para gente preparada. Imagina explicar na favela?”.

Esse dizer de Ciro Gomes teve uma grande repercussão no meio digital nos jornais, sendo um assunto de discussão sobre o uso do nome favela e seus sentidos. Vale destacar que nessa época, Ciro estava buscando crescimento da sua visibilidade e também intenções de voto, com o intuito de se distanciar dos candidatos Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT)<sup>3</sup>.

Como resposta às críticas recebidas nas redes sociais e jornais, Ciro Gomes diz que o seu dizer sobre a favela foi mal interpretado. Assim disse: Fiz uma palestra na Firjan sobre temas extremamente técnicos - capazes de serem entendidos por poucos - e concluí com uma autocrítica por usar linguagem tão técnica. Daí a dizer que menosprezei moradores das favelas é muita má-fé.” A partir disso, o candidato busca esclarecer e destacar que seu comentário feito na FIRJAN não tinha o objetivo de desrespeitar os moradores de favelas, mas de reconhecer o quão complexo era sua apresentação<sup>4</sup>.

3 As informações retiradas do site: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/31/ciro-gomes-firjan-empresarios-comicio-preparadosfavela.htm#:~:text=O%20candidato%20do%20PDT%20%C3%A0%20Presid%C3%Aancia%20da%20Rep%C3%ABlica%2C,compara%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20como%20seria%20faz%C3%AA-lo%20em%20uma%20favela>. Acesso: 19 de jul de 2024

4 Informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2022/noticia/2022/08/31/aos-frase-polemica-em-evento-na-firjan-ciro-gomes-se-defende-das-redes-sociais-ma-fe.ghtml>. Acesso: 19 de jul de 2024

Na percepção do candidato, toda a polêmica gerada em torno de sua colocação não foi um acontecimento isolado, mas sim uma verdadeira estratégia daqueles que não o apoiam. Assim, disse Ciro ao G1<sup>5</sup> “Com medo do nosso crescimento, as máquinas do ódio do petismo e do bolsonarismo estamparam suas usinas de agressões, fake news e manipulações. Assista ao vídeo e tire suas próprias conclusões.” Este trecho reflete a visão de Ciro Gomes, que acredita que toda essa situação foi criada para prejudicar sua imagem e reduzir suas chances de chegar à presidência do Brasil.

### 3 REPERCUSSÃO NOS MEIOS DIGITAIS

Para compreender como diferentes veículos de comunicação abordaram a repercussão da frase polêmica de Ciro Gomes em um evento na Firjan, apresento uma breve análise das manchetes publicadas no G1, no Globo e na Veja. A forma como o dizer de Ciro Gomes repercutiu em diferentes meios digitais nos mostra não somente a diversidade de olhares jornalísticos, mas sim as ideologias que cada veículo de comunicação apresenta. Ao nos direcionarmos para as manchetes desses meios de comunicação, percebemos que a forma que a notícia é formulada pode direcionar a percepção pública para o objetivo que o veículo busca.

#### Após frase polêmica em evento na Firjan, Ciro Gomes se defende nas redes sociais: 'Má-fé'

Candidato à presidência da República pelo PDT disse: “É um comício para gente preparada, imagina explicar isso na favela”. Em suas redes ele explicou que frase não tinha demérito contra comunidades carentes.

Fonte: G1 (2022)<sup>6</sup>



Fonte: O Globo (2022)<sup>7</sup>

#### “Imagina eu explicar isso na favela”, diz Ciro Gomes em evento com empresários

Em rodada de perguntas na Firjan, pedetista diz ter realizado “comício para gente preparada”

Fonte: Veja (2022)<sup>8</sup>

5 <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/imagina-explicar-isso-na-favela-diz-ciro-gomes-pdt-em-evento-no-rj-ana-flor-faz-analise-de-fala-polemica-10899133.ghtml>. Acesso: 19 de jul de 2024

6 Informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2022/noticia/2022/08/31/aos-frase-polemica-em-evento-na-firjan-ciro-gomes-se-defende-das-redes-sociais-ma-fe.ghtml>. Acesso: 19 de julho de 2024

7 <https://oglobo.globo.com/politica/stories/em-evento-ciro-diz-que-fez-comicio-para-gente-preparada-imagina-explicar-isso-na-favela.ghtml>. Acesso: 24 jul. 2024.

8 Informações disponíveis em: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/ciro-gomes-a-empresario-imagina->

No G1, a manchete “Após frase polêmica em evento na Firjan, Ciro Gomes se defende nas redes sociais: ‘má-fé’”. Essa resposta do candidato mostra o impacto negativo que isso pode trazer para sua candidatura. A escolha do termo “má-fé” sugere uma defesa pessoal e uma acusação de deturpação intencional.

Por sua vez, O Globo, parece buscar destacar a insensibilidade de Ciro Gomes com o público da favela. Além disso, esse recorte pode ter sido destacado com a intenção de mostrar a exclusão que ainda é real na nossa sociedade. Desse modo, O Globo tenta promover um debate sobre as responsabilidades daqueles que querem um cargo de liderança. Na Veja, notamos uma abordagem mais sensacionalista, que busca chamar a atenção tanto dos eleitores de Ciro Gomes quanto daqueles que não votam nele. Isso revela uma estratégia direcionada à criação de polêmica, visando aumentar o engajamento dos leitores. Ao destacar a declaração de forma direta e sem contextualização, a Veja maximiza o impacto emocional da notícia, atraindo um público mais amplo e fomentando debates acalorados.

#### 4 ESTUDOS DISCURSIVOS

Conforme delineada por Michel Pêcheux nos anos 60 do século XX, a Análise de Discurso tem suas raízes em uma série de movimentos teóricos que buscam as noções de sujeito, ideologia e linguagem, conforme é destacado por Orlandi (2012). A partir disso, é pensado o conceito de discurso que para Pêcheux pode ser compreendido como prática de linguagem, no qual há uma construção de sentidos entre locutores.

Seguindo a linha de pensamento de Pêcheux, Orlandi (2005, p. 15) nos diz que “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Esse olhar da autora nos faz compreender que a significação discursiva é mediada por pontos históricos e sociais, dos quais distintas vozes se encontram e podem entrar em confronto. Desse modo, a análise de discurso pode nos permitir compreender como as práticas linguísticas reforçam relações de poder, ao mesmo tempo que proporcionam lugares de transformação social.

Ainda sobre discurso, Pêcheux destaca:

[...] só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetórias: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (Pêcheux, 2015, p. 56).

A partir dessa citação, Pêcheux nos chama atenção para compreender que todo discurso tem o potencial de desestruturar e reestruturar questões sócio-históricas. Dessa forma, ele olha para o discurso e vê fatores e agentes de transformação. Assim, por meio da sua dinamicidade, o discurso pode gerar mudanças na forma de identificação tanto social

---

-eu-explicar-isso-na-favela/. Acesso: 19 de julho de 2024.

quanto histórica. Orlandi afirma que “Os efeitos se dão porque são sujeitos dentro de certas circunstâncias e afetados pelas suas memórias discursivas (Orlandi, 2006, p. 15).

Na visão de Maltby e Guilhaumou (1994), o trabalho do analista de discurso consiste em situar a materialidade da linguagem dentro da discursividade do arquivo. Essa percepção nos permite realizar uma análise que não seja superficial, na qual é feito o reconhecimento da construção de sentidos. Assim, esse ponto de vista Maltby e Guilhaumou nos fornece ferramentas metodológicas que podem contribuir para o nosso olhar de analistas de como a linguagem atua nas práticas discursivas.

Segundo Orlandi (2005, p. 16), a Análise do Discurso não se ocupa da língua como um sistema abstrato, mas sim como um fenômeno inserido no contexto social, abordando as formas de significação nas práticas cotidianas. A análise enfoca a língua em uso, considerando as maneiras como os indivíduos produzem e interpretam sentidos, entendendo essa produção como um aspecto integral de suas experiências de vida.

Seguindo essa linha de raciocínio, Orlandi afirma que a Análise de Discurso não tem como objetivo olhar para a língua como um sistema abstrato, mas sim como acontecimento que está inserido no contexto social, no qual as formas de significação são abordadas. Desse modo, a análise irá estar direcionada à língua em uso, levando em consideração as formas como os indivíduos interpretam os sentidos.

Sobre as formações discursivas Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166) nos dizem que são “interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa)”. Podemos perceber a partir disso que as formações discursivas é que definem o que pode e deve ser dito em diferentes contextos. São essas formações que orientam a produção de discursos, entre eles o discurso político, como exemplo o discurso feito por Ciro Gomes na Firjan.

Seguindo essa linha de raciocínio, Para Haroche, Henry e Pêcheux (2020) [...] as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam. Podemos agora deixar claro: as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma formação discursiva a outra. (2020, p. 34). Desse modo, reafirmamos o quanto é fundamental levar em consideração o conceito de formação discursiva ao se fazer uma análise discursiva.

Seguindo, passamos para o conceito de condições de produção que é apresentado por Pêcheux na obra Análise Automática do Discurso (AAD - 69), dita como:

[...] os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso. (Pêcheux, 1997, p. 78).

Pêcheux nos mostra que quando fazemos análises complexas podemos pensar nas partes dessa frase como parte integrante de um funcionamento geral. Para isso é necessário considerar o contexto em que o discurso é produzido, ou seja, as suas condições de produção.

Esse conceito apontado por Pêcheux será importante para pensarmos as condições de produção no qual Ciro Gomes faz seus dizeres usando o nome favela.

Sobre a divisão de sentidos, Orlandi destaca o papel do político “compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história” (Orlandi, 1998, p. 74). A partir disso, Orlandi nos chama atenção que ao ser feita análise os sentidos sempre estarão divididos a partir de distintas interpretações. Essa divisão é influenciada pelas relações de poder, sendo moldada pelas organizações de determinados acontecimentos históricos.

Além desses conceitos, vale pontuar o que é compreendido por paráfrase, Orlandi (2005, p. 36)

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços de dizer. Produzem -se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização.

Nessa citação da Orlandi, podemos compreender que nos processos de paráfrase ocorre repetição de conteúdo, um conteúdo já estabelecido. Desse modo, a paráfrase passa a funcionar como um meio de reafirmar sentido. Assim, distintas formulações são feitas e produzidas a partir da mesma base discursiva. Isso contribui para que a essência do que é dito permaneça intacto, mesmo que a forma passe por uma variação, tendo em vista que o analista de discurso, “para trabalhar a forma material, traz para dentro de sua prática o trabalho com a paráfrase e a metáfora, com o “equivoco” (o efeito da falha da língua inscrevendo-se na história)” (Orlandi, 2003, p. 5).

Para Pêcheux (1969) a paráfrase produz deslizamento de sentidos. Isso nos faz pensar que ao ser feita a reformulação de um enunciado, a paráfrase pode fazer a introdução de variações que podem alterar o sentido primário. Esse processo de deslizamento pode contribuir para que percebamos a complexidade do discurso.

## 5 EFEITOS DE SENTIDO DO NOME FAVELA

O nome favela sempre teve espaço nas mídias sociais, seja no formato digital ou impresso. Inicia sua história na botânica, tendo uma planta com esse nome. Segundo CNB<sup>9</sup> (2017) durante a Guerra de Canudos havia uma planta chamada favela em um morro. Nesse período, os homens do Rio de Janeiro que regressavam para seu lar, Morro da Providência, passaram a chamar essa localidade de Morro da Favela. No Dicionário Informal<sup>10</sup> (2006-2023) a explicação referente ao nome favela configura de uma forma clara, consta que ao regressarem de Canudos para o Rio de Janeiro, os combatentes tinham a promessa do Governo

9 <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/123853/qual-origem-da-palavra-favela.htm> [consultado em 15-12-2022].

10 “favela”, in Dicionário Informal (2006-2023) [em linha], <https://www.dicionarioinformal.com.br/favela/> [consultado em 21-12-2022].

de receber uma moradia popular, no entanto, como a palavra dada não foi cumprida, foi dado o início de montagem de casebres em morros. Ao final das obras, colocaram o nome favela.

Antes de iniciarmos a nossa análise, é interessante realizarmos um passeio pelos dicionários, começamos com o Dicionário Online Caldas Aulete<sup>11</sup> “s. f. || (Bras.) o mesmo que *faveleiro*. || Conjunto de casebres toscos e miseráveis, geralmente em morros, onde habitam marginais; maloca (Rio Grande do Sul).” Em seguida, passamos para o Dicionário Online de Português<sup>12</sup> “substantivo feminino [Popular] Conjunto de moradias populares que, construídas a partir da utilização de materiais diversos, se localizam, normalmente, nas encostas dos morros; comunidade. Por fim, os conceitos apresentados no Dicionário Priberam<sup>13</sup> (2008-2021) *substantivo feminino* 1. [Brasil] Conjunto de edifícios, majoritariamente para habitação, de construção precária e geralmente ilegal. 2. [Brasil, depreciativo] Lugar de má fama, suspeito, frequentado por desordeiros.

A palavra favela mobiliza sentidos, entre eles: 1. Local de pessoas que não possuem acesso à educação; 2. Pessoas que não possuem contato com as práticas sociais; 3. De forma direta, a fala do candidato faz supor que a favela é um lugar de indivíduos despreparados. Nesse sentido, Ciro Gomes mobiliza no seu discurso sentidos que desvalorizam e desqualificam a favela e seus moradores. Ao realizar esta leitura, movimentando esses sentidos, retirando a neutralidade, “estamos procurando ir além do que se diz, do que fica na superfície das evidências” (Orlandi, 2015, p. 27).

Se fosse feita uma paráfrase do enunciado “É um comício para gente preparada. Imagina explicar na favela”, outros sentidos seriam mobilizados. Um exemplo para elucidar essa fala seria, o candidato Ciro Gomes, após realizar um comício na favela, ao final da sua apresentação disse: É um comício para gente preparada. Imagina explicar no congresso. Esse outro modo de dizer nos lembraria de que o congresso, apesar de ser um local com pessoas de nível de escolaridade alta, possui iletrados, que não compreenderam uma explicação sobre economia. A partir dessa paráfrase, percebemos que os sentidos “não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade” (Orlandi, 2015, p. 27).

Para que seja vista a questão das condições de produção, é necessário que seja incluído o contexto histórico, ideológico, assim diz Orlandi (2015). Seguindo essa perspectiva, o dizer do candidato, assinado por um homem branco, hétero, oriundo de uma família de classe média, candidato à presidência do Brasil, tem como contexto a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). Isso é dito no momento das eleições, e a questão de isso acontecer na Firjan, e não em outro ambiente, traz a reflexão de como políticos se posicionam diante daqueles que os apoiam, de forma financeira, e dos que são apenas eleitores. Qual seria a

11 “**favela**”, in Dicionário Online Caldas Aulete [em linha], <https://aulete.com.br/favela> [consultado em 21-12-2022].

12 “**favela**”, in Dicionário Online de Português [em linha], <https://www.dicio.com.br/favela/> [consultado em 21-12-2022].

13 “**favela**”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008 2021, <https://dicionario.priberam.org/favela> [consultado em 21-12-2022].

reação se o candidato fizesse um pronunciamento na comunidade e dissesse que utilizaria a linguagem popular, pois estaria diante de pessoas despreparadas?

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais sobre o impacto da frase de Ciro Gomes, bem como o uso do nome “favela” nas mídias digitais, nos apontam aspectos significativos da comunicação política e da construção de significados no meio social. A linguagem em discursos e manchetes não é neutra. Em vez disso, carrega significados que podem incentivar uma reflexão crítica sobre as desigualdades sociais e as condições de vida ou reforçar estereótipos desfavoráveis.

Um exemplo claro de como as palavras podem desvalorizar e desqualificar comunidades inteiras é a análise do discurso de Ciro Gomes, que indica que é difícil explicar questões complexas na favela. Gomes perpetua estigmas e ignora a diversidade e a resiliência dos moradores da favela ao dizer que eles são despreparados. Aqui, é fundamental a crítica de Orlandi (2015) sobre a necessidade de ir além da superfície das evidências; para entender o impacto de tais declarações, é necessária uma análise cuidadosa das condições de produção do discurso e das relações de poder.

Considerando o contexto em que Gomes fez sua declaração – um evento na Firjan durante uma campanha eleitoral – vemos como o local e o público influenciam o discurso político. Este caso enfatiza a dualidade das posições políticas: satisfazer os desejos dos financiadores ou atender às demandas dos eleitores. Em conclusão, devemos considerar os efeitos desses discursos na perpetuação das desigualdades e na criação de narrativas sociais.

## REFERÊNCIAS

HAROCHE, C; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. Tradução de BARONAS, Roberto Leiser. (org.). **Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Dispositivos de interpretação. IN: **Leitura e Interpretação**. Roitman Ari. – 1. Ed. Rio de Janeiro: Proler, 1995. 68p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 6ªed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. Análise de discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. **Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e Textualidade?**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto: Formação e circulação dos sentidos**. São Paulo: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. **Seminário de Estudos em Análise de Discurso**, v. 1, p. 8-18, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 6ª ed. Pontes Editores, Campinas, SP, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista - Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora a Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e Argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**. Florianópolis, n.1, p. 73-81, jul-dez.1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/6915/6378>. Acesso em: 20 set. 2024.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi - 7ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michael; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, Michael. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

## **PROJETO DE SILENCIAMENTO E MARGINALIZAÇÃO NO AMBIENTE ACADÊMICO:** as implicações da colonialidade em relação ao racismo para os estudantes negros do ensino superior no Brasil

**Rebeca Mislene Lopes Barros da Silva**<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Maranhão

**Conceição Belfort de Carvalho**<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Maranhão

### **RESUMO**

A lógica que excede o período colonial se denomina colonialidade, sendo esta a face oculta da modernidade na qual os mecanismos de controle e submissão estão operantes para manter populações minoritárias sob um processo de marginalização. Nesse sentido a raça é o instrumento mais eficaz de classificação social colocando as pessoas negras sob condições de desumanização e submissão a um saber, a uma cultura e a um modo de ser únicos, que as desfavorecem em todos os âmbitos, inclusive no espaço acadêmico, e privilegiam a classe dominante. Sendo assim, os estudantes negros compõem a minoria dos discentes nas graduações, além de sofrerem com violências racistas que os impedem ou dificultam o desenvolvimento de potencialidades e conhecimentos sob suas perspectivas, o que contribui com o projeto de silenciamento e marginalização que vem operado desde a colônia por meio da máscara de silenciamento, mas agora com novas roupagens, de forma sofisticada e tão eficaz quanto antes.

**Palavras-chave:** Colonialidade. Projeto de silenciamento e marginalização. Racismo. Ambiente acadêmico.

### **1 INTRODUÇÃO**

No período colonial os negros escravizados eram obrigados a usarem máscara de silenciamento que os tornavam controlados e calados em prol de um lugar de silenciamento, assim como todo o colonialismo pretende fazer em relação às minorias (Kilomba, 2019). Partindo do pressuposto de que a colonialidade como a lógica subjacente da ordem colonial que constitui o lado oculto da modernidade mantém a raça e o racismo como instrumento principal de classificação social até os dias atuais, constituindo o sistema mundo moderno/colonial (Mignolo, 2017).

No que diz respeito ao racismo, ele foi tomando novas formas ao longo do tempo e, sistematicamente, ele estrutura nossas relações econômicas, políticas, culturais, educacionais, epistemológicas e subjetivas (Almeida, 2019). Mas como esse lado da modernidade tenta ser ofuscado, o mecanismo de discriminação racial vai se atualizando de forma sorrateira, sofisticada e mantém eficazmente pessoas negras em situação de subalternidade (Gonzalez, 2020). Além disso reproduz concepções que desumanizam, animalizam, rebaixam ao posto

1 Discente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PGCult, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2024. E-mail: rebeca.mislene@discente.ufma.br.

2 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: conceicao.belfort@ufma.br.

de bárbaros, imaturos, incapazes de produzir conhecimentos e cultura, implicando um lugar inferioridade (Quijano, 2005).

Entende-se que essa estrutura opressora reproduz o projeto de silenciamento e marginalização das pessoas negras, de maneira que suas vozes não são escutadas nos diversos âmbitos sociais, inclusive nas instituições de ensino superior, espaço este conquistado recentemente por essa população por meio de movimentos sociais. Isto posto, pensou-se na questão: quais as repercussões da colonialidade no que concerne ao projeto racista de silenciamento e marginalização das pessoas negras dentro do ambiente acadêmico?

Com o intuito de responder ao problema de pesquisa, traçou-se como objetivo geral identificar as repercussões da colonialidade no que concerne ao projeto racista de silenciamento e marginalização das pessoas negras dentro do ambiente acadêmico, e como objetivos específicos: compreender o funcionamento da ordem colonial, bem como a instauração da colonialidade no mundo colonial/moderno; discorrer sobre a constituição da raça e racismo no Brasil a partir da lógica da colonialidade e sua manifestação nas relações sociais atuais em favor do projeto de silenciamento e marginalização; e discutir o fenômeno da recém inserção da população negra nas instituições de ensino superior a partir dos indicadores educacionais.

Falo desse assunto a partir do meu lugar como mulher negra, que estudou em uma instituição de ensino superior privado por meio da efetivação de ações afirmativas, mas que enfrentou diversos obstáculos dentro da academia fruto de um sistema que me desqualifica e violenta constantemente. Justifica-se esse trabalho dada a importância de nomear as experiências negras em suas relações sociais a partir da nossa própria ótica. A necessária elucidação dos vieses que atravessam nossas vivências para que assim seja possível se pensar em estratégias políticas e sociais que tornem o ambiente acadêmico composto por nossos conhecimentos e mais afastado de preceitos excludentes, além de abrir possibilidades de novos fazeres no ensino superior que torne esse período menos violento e mais proveitoso para os estudantes negros. Além de ser uma discussão interdisciplinar que passeia por teorias decoloniais, educação, políticas públicas e um pouco de psicologia, o que enriquece a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Cultural e Sociedade – PG-Cult, UFMA.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, de natureza básica e de objetivos explicativos. A bibliografia utilizada foi buscada nas obras trabalhadas em sala de aula na disciplina de Teorias da Cultura e da Sociedade, em livros de autores renomados relacionados a temática, em publicações de banco de dados oficiais sobre indicadores sociais e em artigos dispostos em periódicos digitais como Scielo e Google Acadêmico de acordo com as palavras-chaves, sendo selecionados aqueles que apresentaram mais proximidade com o tema nos resumos. Após a compilação da bibliografia foram feitas a leitura exploratória para ter contato com toda a obra, a leitura seletiva para determinar as partes mais importantes de acordo com os objetivos da pesquisa, a leitura analítica para sintetizar o conteúdo que responde à pergunta da pesquisa e a leitura interpretativa, que estabelece relação entre as

fontes, até chegar na parte da discussão dos dados colhidos com o intuito de chegar ao objetivo geral (Lakatos; Marconi, 2003).

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 O funcionamento da ordem colonial e a colonialidade como a face oculta do mundo colonial/moderno

A suposta descoberta das Américas pelo povo europeu, em meados do século XVI, representa um momento histórico que marca o início do período colonial. Na perspectiva da história mais difundida – a eurocêntrica, a partir do século XIX, a modernidade teve seu início, ou seja, o colonialismo é o antecessor do mundo moderno, de maneira que eles não interagem e não são ligados um a outro (Mignolo, 2020). Para romper com essa ótica eurocêntrica, que naturaliza esses momentos históricos, surge o pensamento decolonial como um movimento que entende a colonização como um evento inacabado que repercute sua lógica opressora, conceituada como colonialidade por Quijano (2005), de maneira que ela constitui a modernidade, portanto não são dissociadas, mas compõem lados opostos da mesma moeda (Oliveira; Lucini, 2020).

A colonização é definida por Aimé Césaire (2020) como um empreendimento etnocidário da Europa composto por mecanismos de exploração e por pensamentos burgueses contraditórios que ao, supostamente, tentarem civilizar e evangelizar os povos bárbaros e pagãos, sujeitaram-lhes a violências, relativismo moral, ao racismo, ao distanciamento daquilo que eles mesmo pregavam como valor humano. No colonialismo, a teia de violências foi tecida com justificativas benevolentes e que naturalizavam a escravização e exploração de outros povos como meios obrigatórios para se alcançar a salvação, evolução e desenvolvimento civilizatório (Santos, 2022). “[...] nem evangelização, nem empresa filantrópica, nem vontade de recuar as fronteiras da ignorância, da doença, da tirania” (Césaire, 2020. p. 14). A falsa justificativa civilizatória para a colonização, no fim das contas, nega diretamente a civilização. Tudo se assimila muito mais a um objetivo econômico e de poder que regou a nova terra “descoberta” com sangue, lágrimas e suor indígenas e africanos (Nascimento, 1978).

Ainda segundo a perspectiva eurocêntrica, a modernidade (período seguinte a colonização) seria a saída da imaturidade à razão que realmente leva o homem ao desenvolvimento, à luz e, cabia a Europa conduzir os outros povos pelo caminho da racionalização, processo que ocorrera no século XVIII (Dussel, 2005). O autor (1993, 2005) aponta ainda modernidade como um mito que se intitula como emancipatório para povos menos desenvolvidos e com a cultura inferior, sendo então necessário impor a ação pedagógica da Europa para alcançar o desenvolvimento. Porém, por serem imaturos, esses povos se opõem ao processo emancipatório e têm culpa da então “guerra justa”. Assim

então se justifica os sofrimentos dos Outros em prol de uma evolução civilizatória, de uma pacificação.

Dessarte, fala-se da colonialidade como constitutiva da modernidade, vinculadas, coexistentes e uma a extensão da outra, correspondem às duas faces do sistema mundial colonial/moderno (Mignolo, 2020).

Mignolo (2017), conceitua a colonialidade como a lógica que se desdobra e vai além do colonialismo, se expressa por meio da imposição do conhecimento “verdadeiro” e único modo de ser no mundo possível, do controle e exploração dos recursos naturais, dos indígenas e negros, dos gêneros, da sexualidade, da subjetividade, das epistemologias. Se refere a uma lógica tecida de nós histórico-estruturais heterogêneos que nos administra. Aquelas mesmas concepções de bárbaros, pagãos, imaturos e imorais reverberam atualmente no mundo colonial/moderno em novos contextos e roupagens, com novos mecanismos de violência, mas que exploram, oprimem, assassinam e marginalizam tanto quanto.

## **2.2 A manifestação do racismo nas relações sociais do Brasil em favor do projeto de silenciamento e marginalização**

O Brasil, assim como toda América Latina, é constituído historicamente pelo padrão de poder mundial controlador e explorador fundamentado em uma classificação social baseada na raça (Quijano, 2005). Contudo, ainda há uma luta para qualificar ações e pressupostos racistas como tais mesmo diante de uma realidade que violenta e atribui como normalidade essa estruturação de poder discriminatória e silenciadora (Santos, 2022). O cenário de desqualificação dos movimentos negros, a deslegitimação do racismo e da produção acadêmica de pensadores negros, a imposição da subjugação sobre corpos negros e as desvantagens sociais apontadas nos indicadores são repercussões de toda a linha conceitual e prática implantadas desde o período colonial (Carneiro, 2011).

As relações sociais brasileiras estabelecidas ainda em sua origem, foram configuradas a partir da configuração dominadora entre colonizadores e colonizados, sendo a raça o instrumento de diferenciação básica entre a população: índios, negros, mestiços e europeus. O próprio conceito de raça surge no período colonial, inicialmente atrelado à procedência geográfica, seguido da classificação por traços fenótipos sempre relacionados à ideia de superioridade de um e inferioridade do outro (Quijano, 2005).

Hoje as ciências sociais entendem a raça como um constructo social eficazmente aplicado na sociedade para construir e manter desigualdades e privilégios (Telles, 2022) do regime colonial/moderno de exploração e assassinato, este portanto, é portador de racismo, logo incapaz de oferecer de fato um Estado de direito democrático (Césaire, 2020). O racismo é um sistema histórico político muito bem orquestrado que estrutura nossa sociedade com regras formais e informais que discrimina os negros em favor dos privilégios brancos. A história do Brasil é a história do racismo brasileiro (Santos, 2022).

Os negros foram vistos como uma raça inferior por não confessarem a fé católica, bárbaros por suas práticas, postos sob condição de animais que precisavam ser domesticados, vistos como a raça não-eleita, imaturos sem intelectualidade suficiente para se destacarem na ciência. A religião, a literatura, história, psicologia, sociologia, geografia, todas utilizadas para em, no mínimo em algum momento, propagar a ordem colonialista racista em prol do suposto desenvolvimento e progresso (Césaire, 2020). Nesse sentido, a lógica racista se transformou ao longo dos anos com supostas explicações que só serviam para reforçar e perpetuar as estruturas de poder (Telles, 2022).

O negro brasileiro vem sofrendo com o processo de desumanização e violência por serem associados ao pecado, à barbárie e à imoralidade ao longo da história, ao mesmo tempo que tenta ser convencido por de uma dita democracia racial, na qual defende a existência de uma dinâmica harmônica entre brancos e negros, com as mesmas oportunidades e condições. A difusão desse mito quer obrigar o esquecimento do passado escravocrata do país, como se agora todo esse sistema infeliz tivesse sido postergado em prol dessa harmonia (Nascimento, 1978). Lélia Gonzalez (2020) ressalta que essa é uma forma sofisticada de disfarçar o racismo para alienar e manter negros e indígenas em situação de subalternidade, a harmonia que tanto pregam diz respeito a conservação dos privilégios brancos.

Além de todas as formas que o racismo toma, ele pode ser entendido como:

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. [...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social [...] O racismo é estrutural (Almeida, 2019, p. 25-37).

Em vista disso, entende-se que o racismo se mantém estruturalmente de maneira sistêmica ou direta através de comportamentos individuais, de normas e regimentos institucionais, de políticas, de epistemologias, como um mecanismo de controle muito bem orquestrado que reflete a imposição da colonialidade ainda nos dias atuais. Como se nada tivesse mudado em seu cerne desde a colonização, apenas atualizou-se.

Grada Kilomba (2019) demonstra isso muito bem quando fala sobre a máscara de silenciamento, um instrumento real do período colonial colocada nos negros escravizados por seus senhores brancos para evitar que eles comessem os frutos das plantações que eles mesmos fizeram, além de instalar a mudez, o silenciamento. Um dos projetos do colonialismo é silenciar quem vai incomodar a ordem com suas próprias verdades. E lidar com a verdade da face ocultada modernidade é entrar em contato com a negação da inocência que o homem branco, cristão e europeu acredita ter e se deparar com o lado que está sendo violentado há séculos, é expor os segredos da colonização e da violência racial.

A máscara de silenciamento impede o branco de entrar em contato com a voz que denuncia o conhecimento do Outro, sendo que o Outro é irrelevante e deve ficar nas margens, longe da visibilidade do centro e do sentido de pertencimento. Mesmo que o colonialismo dificulte a fala, o negro sabe falar em seu próprio nome de acordo com seus próprios conhecimentos e experiências, a repressão da colonialidade e do racismo é que

tenta impedir isso, exclui essas pessoas do centro, dos lugares em que isso seria possível (Kilomba, 2019).

### 2.3 A recém inserção da pessoa negra no ensino superior do Brasil

Mesmo compondo a maioria da população do país, o negro brasileiro se constitui como minoria econômica, política e cultural (Nascimento, 1978). A fim de sair das margens sociais e alcançar um lugar de visibilidade e de privilégios que geralmente são dispostos somente às classes dominantes, essa população tem buscado ao longo dos anos ascender socialmente (Souza, 1983), trajetória essa dificultada pela ideologia da democracia racial que defende uma disposição harmônica de direitos e oportunidades para os diferentes grupos raciais e pelos demais mecanismos de manutenção de poder colonial/moderno.

Essa realidade evidencia o quanto as pessoas negras são marginalizadas e o quanto isso pode produzir uma baixa qualidade de vida para essa população. Para elucidação, o mercado de trabalho requer um certo nível de escolarização, se a pessoa não tem acesso a isso pouco provavelmente terá acesso ao mercado de trabalho e, caso consiga, será num contexto de precarização.

Nesse sentido, o acesso ao ensino superior para essa população foi e tem sido conquistado por lutas e movimentações sociais. Em meados dos anos 90 o movimento negro brasileiro questionava o baixo percentual de estudantes negros nas universidades e discutia a possibilidade de implementação de ações afirmativas para mitigar as desigualdades. Nesse período, menos de 5% dos estudantes universitários eram negros (Justino, 2002). Nesse mesmo período, somente 15,26% dos trabalhadores formados no ensino superior eram negros, após 10 anos, em 2000, esse número era praticamente o mesmo, correspondendo a 15,09% (IPEA, 2021).

Em 2001 durante a Conferência Internacional de Durban, o Brasil se comprometeu em reverter desigualdades raciais. Somente em 2003 o sistema de cotas étnico-raciais foi implementado por algumas universidades públicas, entre elas a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), cada uma de acordo com seus próprios procedimentos (Furtado, 2018).

A partir da efetivação do sistema de cotas adotado por algumas das universidades, o número de trabalhadores negros com formação em ensino superior aumentou para 25,15% no ano de 2010 (IPEA, 2021). Anos depois houve também a legitimação do ProUni (Programa Universidade para Todos) e em 2012, a Lei de Cotas de nº 12.711/2012 foi promulgada, instituindo vagas reservadas em instituições federais de ensino superior para pretos, pardos, indígenas, de baixa renda e egressos do ensino público, com a finalidade de garantir o acesso à educação e minimizar as desigualdades raciais estabelecidas historicamente (Marques, 2018), sendo assim, correspondentes à política das ações afirmativas, que segundo Bernardino (2002) são:

[...] políticas públicas que pretendem corrigir desigualdades socioeconômicas procedentes de discriminação, atual ou histórica, sofrida por algum grupo de pessoas. [...] Assim, as políticas de ações afirmativas buscam, por meio de um tratamento temporariamente diferenciado, promover a equidade entre os grupos que compõem a sociedade (Bernardino, 2002, p. 10, 11).

No entanto, há todo um sistema que dificulta e expropria os conhecimentos, produções e vivências dos grupos subalternizados. A colonialidade tirou suas identidades históricas, suas formas de viver, sua liberdade cultural e determinou uma identidade negativa, inferior e sem valorização cultural (Quijano, 2005), dessa maneira o racismo sistemático e estruturalmente adentra as instituições de ensino superior, levando opressões, reproduzindo discriminações, produzindo sofrimento. E é a respeito dessas inferências que nossa discussão se estenderá, considerando que “a violência racista subtrai do sujeito a possibilidade de explorar e extrair do pensamento todo o íntimo potencial de criatividade, beleza e prazer que ele é capaz de produzir” (Souza, 1983).

### 3 DISCUSSÃO DO TEMA

Mesmo diante de evidências que comprovam as disparidades sociais entre pessoas negras e brancas no Brasil, dissemina-se no país o mito de que a mistura racial da população levou à harmonia racial, pressupondo a inexistência do racismo e de barreiras sociais para uns em detrimento de outros. No entanto, diversos autores e o próprio cenário da realidade mostra o contrário ao evidenciar que o racismo opera com novas roupagens mesmo após o término do período colonial e de escravização, corroborando com a manutenção de poder da classe dominante para que essa continue a acessar os inúmeros benefícios econômicos, culturais, políticos, simbólicos e subjetivos, enquanto as desvantagens restam para o outro público no que se refere aos múltiplos espaços sociais (Gonzalez; Hasenbalg, 1982).

A negação das discriminações em decorrência do racismo acaba sendo mais uma arma para desfavorecer as pessoas negras, fazendo do mito da democracia racial, portanto, mais uma dimensão do racismo (Gonzalez, 2020), faz parte do projeto da colonialidade de silenciamento das minorias para que elas não manifestem suas indignações. Como denunciar algo que não existe? Dessa maneira a lógica colonialista de que o negro não tem do que reclamar porque está em um meio benevolente, com uma ideação maior que ele, vai se perpetuando até os dias atuais e mantém em oculto o que deveria estar em ênfase.

Existe uma lógica de funcionamento de poder desde o período colonial que nunca parou de operar, de modo que as pessoas negras sempre estiveram colocadas em lugar de subalternização e silenciamento em detrimento da classe branca que se favoreceu e permanece se favorecendo dos privilégios obtidos às custas do sangue e suor negro. Podemos observar isso nos indicadores sociais que marcam as desigualdades enfrentadas por essa parcela da população, inclusive no ambiente acadêmico, espaço esse de disputa ideológica, epistemológica e de produção de conhecimentos que nos últimos anos tem sido

preenchido por pessoas negras, mas como toda instituição, reproduz violências raciais para manter a ordem dominante no controle.

Ser negro numa sociedade dominada por concepções, estéticas, ideologias, comportamentos e estéticas brancas e racistas é viver sob uma inequívoca precariedade, exigindo afastamento de sua própria identidade para conquistar alguns privilégios dentro do sistema (Souza, 1978). Observa-se uma retenção da identidade negra ao nos depararmos com toda a história de animalização e desumanização dos negros escravizados. Quijano (2005) falava sobre essa expropriação da população colonizada, de modo que todas as formas de produção de conhecimentos e de experiências materiais e imateriais, de todo o aporte cultural desse povo.

O plano de evoluir a humanidade através da civilização, sustentou suas ideias na crença de haver raças inferiores e bárbaras. O mito emancipatório da modernidade defendia que os brancos europeus deveriam travar de fato uma guerra contra os povos inferiores para assim domesticá-los e leva-los a evolução tão almejada. Tudo se parece muito com um ato benevolente, no entanto, como Aimé Césaire (2020) afirmou: “ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente; [...] uma civilização que justifica a colonização [...] é já uma civilização doente” (p.21).

O próprio projeto de extinguir a barbárie foi justificado com atos bárbaros, violências e expropriação, logo as falhas precisam ser vistas, comentadas, o outro lado da modernização global precisa ser tirado da obscuridade, pois as práticas adotadas dispensavam vidas humanas com justificativas racistas (Mignolo, 2017). Ademais, a raça é o instrumento de dominação mais eficaz utilizado pelo poder colonial/moderno ao usar o racismo como constructo histórico para a repercussão das ideologias que embasa a ideia da uma hierarquia racial, garantindo a superioridade branca e doutrinando aos negros o seu lugar na cadeia social (Gonzalez, 2020).

Quijano (2005) explica bem como as relações raciais estabelecidas hierarquicamente para dominação global do poder colonial/moderno tem operado. Todos os âmbitos da vida estão articulados ao outro, de maneira que há uma homogeneidade estabelecida como padrão para as relações de trabalho, da sexualidade, da economia e da cultura, onde cada uma depende da outra, normatizando práticas sociais, erradicando as múltiplas possibilidades culturais e subjetivas, implicando à população negra o despojamento de suas próprias identidades e de suas próprias produções culturais e científicas. Com essas imposições resta ao negro o lugar da rejeição, do esquecimento, da domesticação de suas práticas (Gonzalez, 2020).

Dessa maneira o racismo tem se perpetuado, oportunizando a participação social das pessoas somente no que convém à institucionalização da supremacia branca, o que excede esse objetivo racista é descartado, reprimido e silenciado. De acordo com Grada Kilomba (2019), os conhecimentos e a ciência estão ligados ao poder regente e acaba sendo um privilégio que os brancos possuem, tanto que a própria história revela que esse espaço de produção é majoritariamente branco, negado às pessoas negras sua inserção. Somente a partir

dos anos 2000, após muitas reivindicações, que os estudantes negros puderam adentrar as instituições de ensino superior. Porém será que mesmo com esse avanço conseguimos uma realidade acadêmica ideal para essa grande parcela minoritária da população?

Uma realidade recente que endossa a discussão é a apresentação alguns indicadores educacionais apresentados pelo IBGE (2024) a respeito da taxa de analfabetismo em 2023 no país. Segundo o Instituto referido, 3,2% das pessoas brancas de 15 anos ou mais eram analfabetas, enquanto esse número sobe para 7,1% entre as pessoas pretas e pardas. A diferença aumenta ainda mais quando considerado o grupo de 60 anos de idade ou mais, enquanto os brancos correspondem a 8,6% da taxa, os pretos ou pardos chegam a 22,7%. Abdias do Nascimento (1978) já afirmava que a realidade da população negra brasileira é pautada na minoria econômica, trabalhista e cultural, muitas vezes por conta do seu nível de instrução educacional. Com esse déficit na base educacional, o percentual de desenvolvimento dessa população nos demais níveis de instrução é afetado, de maneira que 48,3% dessa população completou o ciclo básico educacional, em contrapartida dos 61,8% das pessoas brancas (IBGE, 2024).

Isso ressalta o quanto o projeto de marginalização tem de fato estruturado obstáculos para acumular desvantagens e falta de oportunidade. O problema racial é como uma ferida que não cicatriza por sempre encontrar meios de reverberar mais discriminações e anulações de experiências aos negros, de modo que 36,5% dos jovens brancos de 18 a 24 anos estavam estudando em 2023, sendo 29,5% no ensino superior, ao passo que essa taxa muda para 26,5% dos jovens negros estudando no mesmo período, sendo 16,4% no ensino superior (IBGE, 2024). Os dados revelam que mesmo que não haja discriminação direta que proíba a entrada de pessoas negras nos espaços educacionais, o processo de rejeição à essa realidade ou a imposição de uma suposta neutralidade racial para compor esses ambientes, funcionam como uma forma de discriminação indireta (Almeida, 2019).

Gonzalez (2020) expõe isso de maneira bem colocada quando fala que racismo na América Latina tomou contornos sofisticados para se adequar com a realidade histórica de cada período, tanto que por vezes nem parece violência, só evidência da inferioridade negra. É uma elaboração muito perspicaz de dominação que subalterniza e põe e situação de exploração socioeconômica. O próprio IBGE (2024) reconhece que “elevar a instrução e a qualificação dos jovens é uma forma de combater a expressiva desigualdade educacional do país” (p.15) e enquanto isso não acontecer, os jovens negros continuarão sem instrução, sem oportunidades, portanto, em vulnerabilidade.

De acordo com o INEP (2024), no ano de 2022, 35,9% dos estudantes que ingressaram numa graduação eram brancos, enquanto 26,7% eram pardos e 6,5% eram pretos, se somados ainda não alcançam os números correspondente aos brancos. Em relação ao número de alunos de graduação matriculados em 2023, 41,4% eram brancos, 29,7% pardos e 7,1% eram pretos. E entre os alunos concluintes da graduação, 45,8% eram brancos, 31,2% pardos e 7,1% pretos.

Em todos os indicadores a população negra está em desvantagem em relação às pessoas brancas. A organização estrutural da sociedade corrobora com o funcionamento racista de maneira sorrateira, institucional, sistêmica e mascarada, tão “naturalizada”, mas tão intensa que atravessam a constituição das relações políticas, econômicas, educacionais e culturais (Almeida, 2019). A educação se mostra como um privilégio, mesmo sendo um direito garantido constitucionalmente, pois ela está ligada à manutenção do poder racial. Grada Kilomba (2019, p. 50) ressalta:

O centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas *negras*. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os *brancas/os* têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “*Outras/os*” inferior.

Primeiramente, é importante ressaltar que se o espaço acadêmico é branco, ele não foi pensado e feito para pessoas negras, à vista disso, muitas das ideologias racistas que circulam entre nós, foram construídas por intelectuais, pensadores eruditos, os homens brancos em nome da ciência e da razão desumanizaram povos negros, reduziram-nos a uma condição animalizada, primitiva e inferiorizada. Em segundo ponto, conseguir estar nesse lugar, não significa ter abertura à fala nele ou valorização por parte dos outros componentes.

A violência racista, independentemente de onde ocorra, estigmatiza a pessoa negra e retira sua possibilidade de experimentar sua vida de maneira prazerosa, priva-o de viver o prazer da liberdade, de modo que a experiência de dor faz parte da vivência daquela pessoa. Ainda dificulta a possibilidade de explorar suas potencialidades e criatividade (Souza, 1983) e sabe-se que o meio acadêmico é o lugar para desenvolver novas habilidades relacionadas à produção científica e epistemológica, mas se a violência racista alcança as pessoas negras em todos os ambientes, não tem como esse estudante experimentar o período da graduação de maneira proveitosa e de fato integrada ao corpo discente e, se o consegue fazer, é com um custo muito maior do que para um estudante branco.

Se não somos reconhecidos como capazes, dificilmente escutarão o que temos a dizer através de nossas produções na academia. O sistema desqualifica sistematicamente o conhecimento negro, apontam e dizem sobre nós, mas não validam nossas manifestações. Esse espaço de pensamento suprime a identidade negra e serve de mecanismo para privar de nossa própria humanidade, nos deixar desarmados. Nossos discursos são colocados nas margens e conservam os seus próprios no centro (Kilomba, 2019).

O lugar do Outro vai ser sempre de inferioridade, a colonialidade teceu a concepção de que só quem faz parte do centro faz ciência, produz cultura, tem intelectualidade e merece ser visto e ouvido. Lélia Gonzalez (2020) expressa bem isso quando escreveu que “a violência do racismo e de suas práticas nos despojou do nosso legado histórico, da nossa dignidade, da nossa história e da nossa contribuição para o avanço da humanidade nos níveis filosófico, científico, artístico e religioso;” (p. 123). A disseminação daquilo que é nosso sempre foi irrelevante aos olhos e ouvidos do colonizador, até hoje continuam procurando aplicar em nós máscaras de silenciamento para não escutarem nossas próprias perspectivas.

O universal, neutro e científico é obra da classe dominante, foram determinados de acordo com suas próprias concepções eurocêntricas e enviesadas de acordo com a manutenção de seus poderes. As relações raciais nesses espaços de produção são regidas com normas e regras que compactuam com os interesses da classe branca, ainda muito travestido de normalidade, harmonia ou benevolência. Silvio Almeida (2019) fala a respeito de ambientes que são supostamente neutros racialmente, mas que em seu cerne carrega regras e instrumentos de discriminação que não levam em conta as diferenças raciais e por consequência articulam novas práticas de racismo.

E além disso tudo, o falar de nossas dores causa dor. A produção e a manifestação negra no ensino superior são feitas da margem social, a partir de um lugar de negação e precariedade, enquanto os discursos acadêmicos mais difusos são feitos do centro, de um lugar de dominação e poder. A teoria não é solta, ela vem de um lugar, por mais científico que seja um conhecimento, ele representa alguém ou alguma classe. Escrever e escutar as margens é, portanto, uma estratégia de emancipação e de trazer à tona o lado oculto do colonialismo que está além da ótica do colonizador e revelar a dinâmica racial e suas implicações (Kilomba, 2019).

#### 4 CONCLUSÃO

Esse artigo tinha por objetivo identificar as repercussões no que concerne ao projeto racista de silenciamento e marginalização das pessoas negras dentro do ambiente acadêmico, para isso, apresentou-se o funcionamento da ordem colonial, bem como a instauração da colonialidade no mundo colonial/moderno, entendendo que o colonialismo foi uma forma de dominação que pautou-se na classificação social com base na raça. À vista disso, a colonialidade é a lógica que procede o colonialismo, é o lado oculto da modernidade que se atualiza como o portador dos conhecimentos, o domínio dos gêneros, políticas, culturas e subjetividades, oprimindo e deixando às margens quem não corresponde com suas concepções ainda colonialistas e, portanto, racistas, mas com novas roupagens para continuar com a dominação do mundo colonial/moderno.

O racismo, portanto, estrutura nossas relações que reflete a lógica colonialista nos dias de hoje, através de um projeto de silenciamento que representa a negação da classe dominante em relação às produções culturais, epistemológicas e políticas do povo negro, assim como os colonizadores recusavam a escutá-los impondo-lhes a máscara de silenciamento.

Nesse contexto, as ações afirmativas surgiram como políticas públicas que visam corrigir e reduzir as desigualdades sociais em vista da marginalização histórica de determinados grupos. No entanto, estar no ambiente acadêmico não significa ser de fato integrado a ele, porquanto a colonialidade dificulta que essas pessoas se desenvolvam com prazer e de maneira valorativa, retirando-lhe suas produções de conhecimento, culturais, identidades e, não deixam a ferida do racismo se curar, pelo contrário, sempre encontra meios de continuar deixando-a em aberto.

A partir da discussão, entende-se que a colonialidade rege as relações sociais mantendo o privilégio branco através da imposição da inferioridade às pessoas negras. O mundo agora dividido em centro e margem, proporciona benefícios econômicos, políticos, simbólicos e subjetivos aos que estão centralizados e, desfavorece aos que estão na margem em todos os âmbitos sociais, inclusive no ensino superior. O espaço acadêmico é um espaço branco, feito para brancos e continua a reproduzir violências racistas, dificultando as possibilidades de desenvolvimento criativo e epistemológico negro, impedindo que esses estudantes usufruam com prazer o período da graduação e assim, mantendo seus interesses eurocêntricos como prioridade.

O projeto de silenciamento e marginalização está operando, contudo, espero que essas reverberações não consigam parar as pessoas pretas que lutaram por tanto tempo para conseguir a garantia de acesso ao ensino superior e continuam lutando para serem ouvidos e valorizados dentro desse espaço. Temos o que falar, estamos falando a partir da margem para incomodar o centro, resistindo ao silenciamento e marginalização para trazer perspectivas e conhecimentos que correspondam com nossa realidade, apesar de todos os impasses e instrumentos de dominação e opressão mascarados ou diretos, e assim construir novas possibilidades de resistência e vida prazerosa ao povo negro brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264p.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**, v. 24, p. 247-273, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/3xQ6wKrtF8nn4vWy3wprpp/?format=html>. Acesso em: 14 de jul. de 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Cláudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

DUSSEL, Enrique. Crítica do “Mito da Modernidade”. *In*: DUSSEL, Enrique. **1492 O encobrimento do outro**. Petrópolis, Rio de Janeiro: 1993, p. 75-88.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org) **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 24-32.

FURTADO, Taisa Teresa Gomes. **A política de cotas raciais na universidade federal do Maranhão**: subjetividade e identidade de estudantes negros cotistas como perspectivas de análise. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA. p. 134. 2018. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2724>. Acesso em: 14 de jul. de 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano** – ensaios, intervenções e

diálogos. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. **Educação 2023**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102068>. Acesso em: 10 de jul. de 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022** [recurso eletrônico]. Brasília – DF: Inep, 2024. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2022.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf). Acesso em: 10 de jul. de 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Educação superior e sobre-educação no Brasil entre 1980 e 2010** – Texto para discussão. Brasília – DF: 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10608>. Acesso em: 14 de jul. de 2024.

JUSTINO, David Manuel Diogo; DAVID, M. Desigualdades raciais e ensino superior no Brasil. O movimento negro e a luta pela democratização das universidades. **Programa Regional de Bercas CLACSO**, 2002. Disponível em: <http://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar:8080/bitstream/CLACSO/10444/2/diogo.pdf>. Acesso em: 12 de jul. de 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** - episódios de racismo cotidiano. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora de Livros Cobogó, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003. p.44-73.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**. v. 23. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VW9YBNPcKcfrnqtyMCMcVxm/?lang>. Acesso em: 14 de jul. de 2024.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade – O lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista brasileira de ciências sociais**. v. 32, p. e329402, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&#>. Acesso em: 13 de jul. de 2024.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **Genocídio do Negro Brasileiro** – processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. **Boletim Historiar**, v. 8, n. 01,

2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/15456>. Acesso em: 12 de jul.de 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: Uma história da formação do país.** 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2022.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TELLES, Juan de Araújo. **Psicologia, decolonialidade e perspectivas afrodiáspóricas: Dimensões subjetivas e objetivas das relações raciais no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, RJ, 2022.

## QUE CORPO É ESSE, BRUNET? - UMA ANÁLISE DO DIÁLOGO DE RODRIGUINHO E NIZAM NO *BIG BROTHER BRASIL 24*

Diego Augusto Canci<sup>1</sup>

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Ana Carolina Chaves Gomes<sup>2</sup>

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Alexandre Sebastião Ferrari Soares<sup>3</sup>

Universidade Estadual do Centro-Oeste

### RESUMO

O Big Brother Brasil, ou apenas, BBB, é um programa de entretenimento bastante conhecido. Por colocar diferentes pessoas dentro de um mesmo ambiente, é possível acompanhar diálogos que refletem a sociedade, plural e difusa. No BBB 24 um diálogo no início do programa chamou a atenção. Alguns homens fizeram comentários sobre o corpo da participante Yasmin Brunet. Tais comentários foram machistas e colocaram Brunet como um objeto. Segundo Pêcheux (2002) quando dizemos algo, produzimos efeitos de sentido, que estão ancorados na ideologia. Por isso, com base no autor, conseguimos identificar que nesse discurso uma ideologia machista e patriarcal estava ancorando os dizeres dos participantes. Segundo o que nos aponta Ferreira (2013) conseguimos ir a fundo na noção de *corpo* para o discurso. A autora diz que esse *corpo* não é um corpo empírico, nem biológico, como entendemos ou vemos. Ele pode se materializar no e pelo discurso. A construção do *corpo* é, portanto, um processo discursivo, que depende dos sujeitos e da condição de produção, tal como nos explica Orlandi (2015), quando diz que o sentido está não na língua, mas na relação do discurso com o mundo, ou seja, nas condições de produção. Quando os participantes homens dizem que “tem ranço de loiro”, “ela não é loira de verdade” e “ela está velha, já foi melhor”, eles estão materializando um ideal de corpo feminino, que é ditado por uma ideologia machista. Um corpo imposto também midiaticamente, que está enraizado no imaginário popular. Um corpo que é imposto (em geral) às mulheres e que cria uma noção de dominância masculina, afinal, como foi materializado pelo discurso, os homens envolvidos no diálogo eram superiores a Yasmin Brunet, já que ela não tinha o corpo perfeito idealizado por eles. Neste artigo, vamos abordar os conceitos de *discurso* na Análise do Discurso de linha francesa e de *corpo* para o discurso. Isso tudo vai nos ajudar a compreender como se materializam os efeitos de sentido e como a noção de corpo está sempre atrelada a um discurso dominante. Pensar o corpo diferente, é um ato de resistência, como diz Ferreira (2013).

**Palavras-chave:** Análise do discurso; corpo na mídia; machismo.

### 1 INTRODUÇÃO

Uma enunciação pode ser um acontecimento discursivo. Essa é uma perspectiva elaborada por um dos principais nomes do que se condicionou em chamar Análise do

1 Jornalista formado pela Universidade Estadual do Centro-oeste – PR; Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras da Unioeste-PR. E-mail: [canci.diego@gmail.com](mailto:canci.diego@gmail.com).

2 Jornalista formada pelo Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Unioeste-PR. E-mail: [carolina.chaves.gomes@hotmail.com](mailto:carolina.chaves.gomes@hotmail.com).

3 Doutor em Letras; Professor do curso de Pós-Graduação em Letras da Unioeste-PR. E-mail: [asferraris1901@gmail.com](mailto:asferraris1901@gmail.com).

Discurso (AD) de linha francesa: Michel Pêcheux (2002). Segundo o autor, um dizer nunca é algo singular, dito ao acaso, mas faz parte de uma rede de dizeres anteriores, que condiciona a ideologia e define se tal discurso pode ser dito de um ou de outro modo. É a partir dessa perspectiva que conseguimos compreender o que é basilar na AD francesa: uma enunciação tem seus dizeres e sentidos amparados em dizeres anteriores, vozes sem nome e nas condições de produção, segundo Pêcheux (2002).

Quando dizemos algo, produzimos efeitos de sentido, que estão ancorados na ideologia. Em um movimento natural, estamos nos filiando a uma rede difusa e plural de dizeres anteriores. É a partir desses dizeres e dessa ideologia, que o discurso toma sentido. Falamos, portanto, a partir de algo já dito. E quando dizemos, estamos invocando toda essa rede que sustenta os sentidos do discurso.

A autora brasileira Eni Orlandi (2015) explica que: “para a análise do discurso, o que interessa não é a organização linguística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significativo do sujeito em sua relação com o mundo” (p.67). Para a autora, compreender como um texto produz sentidos, é posicioná-lo no contexto sócio-histórico e, assim, deixar explícito como se constitui o processo discursivo (2015).

Temos ainda outros conceitos importantes que tomaremos da AD francesa, para tecer os gestos de leitura que serão fundamentais para nos ajudar a compreender os efeitos de sentido presentes no nosso *corpus* de pesquisa, o diálogo entre participantes do BBB na madrugada do dia 13 de janeiro de 2024, quando falam do corpo da participante Yasmin Brunet.

Para compreender os efeitos de sentido deste discurso, vamos utilizar ainda outros conceitos da AD francesa, como a memória (Pêcheux, 1997) e o corpo para a análise do discurso (Ferreira, 2013).

É a partir de todo esse aparato teórico (e de outros conceitos ainda não citados), que vamos analisar os efeitos de sentido presentes no discurso de quatro homens, participantes do *reality show Big Brother Brasil 24*. Levamos em consideração o fato de que este diálogo chamou atenção na internet e repercutiu negativamente (ou não), pela forma como o corpo de Yasmin Brunet foi objetificado. Com base em conceitos brevemente citados, conseguimos identificar que as falas dos participantes (que apresentaremos a seguir) não são isoladas, mas marcas de uma ideologia que é reproduzida diariamente, porém quando dita em rede nacional, produz o que a AD considera um acontecimento discursivo, já que provoca reflexão sobre o tema.

Para começar o desenvolvimento da nossa pesquisa, precisamos primeiro conhecer o corpus. É o que chamamos de batimento teoria-*corpus*, quando análise e teoria caminham junto. Esse é o modelo de análise mais utilizado em AD francesa.

## 2 DESCRIÇÃO DO CORPUS

O corpus utilizado para essa análise consiste em um diálogo entre participantes do Big Brother Brasil 2024 (BBB 24) no dia 13 de janeiro de 2024. O recorte do diálogo é o trecho que foi ao ar no programa ao vivo, e que também está disponível no canal da plataforma de vídeos *YouTube*<sup>4</sup> na internet.

O vídeo em questão tem um total de 3' 30" (três minutos e trinta segundos) com alguns cortes de cenas diferentes. A cena inicial começa com um diálogo entre alguns participantes em um cômodo externo. Essa cena segue até 0' 37" de vídeo (trinta e sete segundos) e não faz parte desse recorte de análise. A cena seguinte mostra quatro participantes homens reunidos no quarto do líder (Rodrigo) conversando sobre outro participante. Esse trecho vai até 1' 16" e, apesar de conter falas que ajudam a entender a formação discursiva do participante Rodrigo, não vai ser usado para esse recorte de análise.

A cena que nos interessa para esse trabalho e análise, começa no tempo 1' 33" (um minuto e trinta e três segundos). Ela volta para o quarto onde estão os quatro participantes homens (Nizam, Vinicius, Lucas e Rodrigo). Os participantes falam sobre o corpo de Yasmin Brunet, modelo e empresária que foi convidada a participar do BBB como uma das camarotes (pessoas famosas que entram no *reality* a convite da produção). Importante ressaltar que entre os quatro homens, presentes no quarto, três são pessoas anônimas e Rodrigo é um cantor nacionalmente conhecido, ou seja, participante camarote, assim como Yasmin Brunet. O diálogo é o seguinte:

- NIZAM: Você acha a Brunet, bonita de corpo?

- VINICIUS: Eu não gosto de loira, *pai*.

- RODRIGUINHO: Mas *pera aí* o corpo não é loiro...

- NIZAM: Eu não tô falando da cor do cabelo - palavrão -. Eu vou sair daqui... Vocês são tudo um bando de - palavrão -.

Nesse momento Nizam levanta de onde está sentado e Rodrigo e Lucas riem.

- VINICIUS: Eu não gosto, pô. Tenho ranço do bagulho, de loiro.

- RODRIGUINHO: Não é possível... Ela não é loira de verdade não (repete a frase três vezes).

- VINICIUS: Eu acho bonita a Giovana, a Alana e a Isa. Ai eu acho bonitas, as três.

- RODRIGUINHO: Eu acho ela bem bonita, sim. (Se referindo à Yasmin). Ela já foi melhor, ela tá mais velha hoje. Mas ela é bonita ainda.

- NIZAM: Não to falando do rosto não.

- RODRIGUINHO: O rosto é lindo.

- NIZAM: O rosto é lindo. Mas o corpo dela é meio estranho, tá ligado?

- VINICIUS: Ah, mas também se eu jogar uns negocinho eu fico lindo

A câmera corta o diálogo e mostra outra cena no mesmo quarto com os mesmos participantes.

- VINICIUS: a Miss lá do Amazonas é igual eu. (Se referindo a participante Isabelle).

- RODRIGUINHO: Como assim?

4 Disponível em: <https://www.youtube.com/bigbrotherbrasil>. <acesso em: 25/01/2024>

- VINICIUS: Gosta das mesmas paradas, mesmo estilo, *bagulho*, mesmo... tudo igual.
- RODRIGUINHO: Você gosta de boi-bumbá também?
- NIZAM: Isso que eu ia falar, você mora na Amazônia, - palavrão -.
- RODRIGUINHO: só fala isso, ela só canta música do boi-bumbá.
- LUCAS: para com isso velho...

A câmera faz novo corte, ao que parece para alguns segundos mais tarde.

- NIZAM: Você não viu a Wanessa tentando escutar a nossa parede aqui? A Camargo?
- RODRIGUINHO: (Sussurrando) Dá uma porrada... (se referindo a bater na parede

para chamar atenção).

Nizam então bate na parede e os participantes assistem Wanessa Camargo no monitor onde conseguem ver algumas câmeras da casa. A participante está deitada e não levanta.

- NIZAM: Olha lá, vai tomar banho, vai tomar banho. A Yasmin vai tomar banho. - Ele então levanta para ver a câmera do banheiro.

- RODRIGUINHO: Não tem câmera no banheiro lá não, filho. Mais um corte de cena, para alguns segundos depois.

- LUCAS: depois do puxadinho, esse quarto é o que menos tenho proximidade. (Se referindo ao quarto onde estavam algumas mulheres).

- RODRIGUINHO: Eu nunca nem entrei nesse quarto.

- NIZAM: Entrei sim. A gente entrou pra procurar cama e saímos. Nunca mais voltamos.

### 3 ANTES DA ANÁLISE, ENTENDER AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO NO BBB SOBRE O CORPO DE YASMIN BRUNET

Um dos principais conceitos da linha francesa da Análise do Discurso é o de formações discursivas (FDs), conceito definido assim:

A noção de formações discursivas tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada, na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais. (PECHÊUX, 1997, p. 314)

Não que seja possível resumir todo o estudo que este tema propõe a tal premissa, mas a FD será de suma importância para a análise do diálogo dos participantes do BBB 24 sobre o corpo de Yasmin Brunet.

Para Pêcheux (2002), as palavras não têm a origem do seu significado em si próprias, mas os adquirem a partir da enunciação por meio das condições de produção. Isso quer dizer que os significados dependem de diferentes fatores, e para entender o que é dito, precisamos situar o discurso no chamado processo sócio-histórico. Ou seja, em um tempo e contexto social. Isso nos basta para entender que dizer que uma mulher “ja foi melhor” tem

um significado em 2024 e outro totalmente diferente em 2002 (ano do primeiro BBB). Para a AD, não basta analisar o que foi dito, mas como foi dito e sob que circunstâncias.

Dito de outro modo, para a análise do discurso, é a partir da materialização da linguagem (por meio do discurso), que se pode apresentar ou produzir efeitos de sentido a uma fala. Os efeitos de sentido são múltiplos/difusos e variam de acordo com a formação discursiva e ideológica que o sujeito está filiado no momento da fala. E é pelo processo sócio-histórico, que se pode compreender os sentidos.

Há, pois, na fala dos participantes do BBB um viés ideológico que é evidenciado por marcas discursivas. Essas marcas são a memória discursiva para Pêcheux (1997). O Autor nos explica que ao mesmo tempo que a memória visa dar regularidade ao discurso, uma vez que remete aos dizeres anteriores, repetindo os sentidos, ela também é responsável pela quebra do sentido. Dito em outras palavras, por rupturas, quando há o acontecimento discursivo, aquilo que, em tese, foge a regra de um discurso estabilizado.

É a memória, para a AD, que nos ajuda a entender o corpo, já que esse marca uma regularização e aqui retomamos a seguinte definição:

“Ao pensarmos a noção de corpo, enquanto corpo discursivo, não empírico, não biológico, não orgânico, o estamos propondo como um objeto discursivo, como materialidade que se constrói pelo discurso, se configura em torno de limites e se submete à falha.” [...] O corpo entraria no dispositivo como constructo teórico e lugar de inscrição do sujeito. Esse corpo que fala seria também o corpo que falta, donde a inclusão da noção de real do corpo, ao lado do real da língua e do real do sujeito. A exemplo do que singulariza o registro do real, o real do corpo seria o que sempre falta, o que retorna, o que resiste a ser simbolizado, o impossível que sem cessar subsiste. (Ferreira, 2013, p.78).

É a partir desse viés que começamos a compreender que o que foi dito, principalmente por Nizam e Rodriguinho, não foi algo escolhido por eles para expressar o que sentiam em relação ao corpo de Yasmin Brunet, mas uma marca ideológica que norteia o discurso dos dois participantes, não por acaso homens. Pêcheux (1997) nos explica que quando falamos, não escolhemos falar deste ou de outro modo, mas falamos a partir das formações discursivas que temos ao nosso alcance naquele momento e naquela situação e que são mobilizadas ideologicamente e em um processo de fala natural.

Quando Nizam pergunta se Vinicius acha “o corpo de Yasmin Brunet bonito”, o que ele quer naquele momento é uma aprovação em relação ao grupo se aquele corpo é satisfatório para o nicho masculino. É, pois, um comentário ancorado em um dizer machista, pois Nizam objetifica o corpo feminino para uma satisfação de necessidade masculina. Ora, aqui podemos identificar marcas fortes de um desenho do que é o corpo ideal feminino para o homem. É um corpo magro, sarado, sem barriga saliente. É um corpo desenhado pela mídia e que está impregnado no imaginário das pessoas. O “bonito de corpo” em outras palavras é a mulher “gostosa”. Nizam perguntou, dito de outro modo, se os participantes achavam Yasmin Brunet “gostosa”, dentro do que é considerado satisfatório para os padrões de satisfação masculina.

Notamos que em seguida, Rodriguinho emenda: “Ela já foi melhor, ela tá mais velha hoje. Mas ela é bonita ainda”.

Aqui, temos muito mais do que homens dizendo que uma mulher é bonita, mas há uma validação em relação ao corpo objetificado de uma mulher. Há também uma questão importante colocada em cena que é o da idade da mulher. Em uma lógica patriarcal e masculina, por se dizer machista, a mulher tem uma “função” social de servir ao marido e de constituir prole, ou seja, reproduzir. Sendo assim, uma mulher de 35 anos (idade de Yasmin Brunet) é considerada velha, pois já não atende totalmente os anseios masculinos. O machismo está tão evidenciado, que os homens em momento algum falam de qualidades intelectuais de Yasmin. Fazem questão de imediatamente, fazer uma comparação se o corpo dela se enquadra nos parâmetros de um corpo padrão. Falam da idade dela, incitam uma função para o corpo dela e ainda dividem a beleza dela entre uma beleza de corpo e rosto, como mostra outro trecho do diálogo.

- RODRIGUINHO: O rosto é lindo.

- NIZAM: O rosto é lindo. Mas o corpo dela é meio estranho, tá ligado?

O fato de haver uma separação muito declarada em ser bonita de rosto e de corpo, mostra uma lógica machista. Evidencia que existem padrões estabelecidos do que é aceito para um corpo institucionalmente concebido, e um rosto, que talvez não tenha a mesma marca na memória. Para explicar melhor o que dizemos aqui, podemos pensar naquilo que a memória (como conceito da AD) nos remete quando falamos em um corpo feminino padrão. Este está esteticamente concebido e marcado, seja pelo discurso midiático impregnado nas pessoas, ou mesmo pelo ideal que se busca de ter um corpo sarado, magro, como é o considerado ideal. Mas o rosto, como uma marca estética, não está assim tão bem desenhado no imaginário das pessoas. O que é um rosto padrão? Há sim alguns traços idealizados. Mas o conjunto de um rosto padrão não é tão marcado como é o corpo. Isso pode ser explicado através da lógica da função social do corpo feminino, visto sob a ideologia machista, de que este, tem a função biológica totalmente definida. O corpo feminino para ser bonito, tem que satisfazer e dar prazer ao homem. Isso não está explícito no diálogo, mas está marcado ideologicamente, e é o que conseguimos observar com um gesto de análise.

Apesar de tudo isso que foi apontado, em um último momento, Nizam ainda fala o seguinte, quando percebe que Yasmin Brunet se prepara para tomar banho.

- NIZAM: Olha lá, vai tomar banho, vai tomar banho. A Yasmin vai tomar banho. - Ele então levanta para ver a câmera do banho.

Isso mostra ainda um outro ponto interessante. O mesmo corpo que não servia para Nizam como um ideal feminino, para a função da casa (satisfazer o homem e reproduzir) serve agora como uma satisfação momentânea. Não serve para a casa, pois, nas palavras dele, está velha, com corpo estranho, mas satisfaz aos olhos, quando ele a tenta espiar tomando

banho. Outra marca evidente do desrespeito com a mulher, em um momento íntimo e individual.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos pela ótica da análise do discurso de linha francesa que houve um viés ideológico machista que foi colocado em circulação no diálogo analisado. Esse viés foi evidenciado em diferentes falas em relação ao corpo de Yasmin Brunet. Em momento nenhum os homens envolvidos se preocuparam em falar de qualidades intelectuais da participante. Apenas falaram sobre o corpo dela e como ele não se enquadra em padrões de beleza pré-concebidos (evidenciados pelo imaginário em relação ao corpo feminino). Rodriguinho, é uma figura famosa, de 45 anos, que não está no auge de sua forma física. Mesmo assim, sem cerimônia, falou abertamente apontando defeitos do corpo de uma mulher. Do mesmo modo, Nizam, classificou como estranho o corpo de Yasmin Brunet. Ora, só é possível falar que algo é estranho, se isso foge ao padrão. Esse padrão é pré-concebido em uma ideologia machista, que está marcada nas falas e ambos conseguem falar tais coisas, pois estão protegidos com o escudo do discurso machista em evidência na sociedade.

Amparados por Pêcheux (2002), Orlandi (2015) e Ferreira (2013), entendemos que a concepção do que é um corpo, não físico, mas ideológico, foi colocado em cena, mesmo sem ser citado explicitamente. Isso só é possível, porque existe esse imaginário criado e replicado ideologicamente.

Sabemos que o BBB é um programa de ampla repercussão no Brasil, e tão logo o diálogo foi exibido, houve repercussão negativa das falas. Nizam foi eliminado do programa ainda em janeiro e após sua eliminação, admitiu que as falas foram ofensivas e machistas.

Temos aqui, dois gestos de rupturas. O primeiro, de uma repercussão negativa, que faz com que as falas em questão sejam questionadas. O segundo, é o próprio sujeito pensar sobre o seu discurso. Quando se fala, fala amparado em uma ideologia, em um espaço (estar entre homens, fez com que as falas saíssem naturalmente).

Enquanto analistas do discurso, não nos cabe dizer se tais falas foram corretas ou não. O que nos compete é evidenciar a que ideologia e formações discursivas estão filiadas tais discursos. Isso ficou evidente. Falas machistas, ancoradas em uma ideologia machista e patriarcal. Tais falas, talvez não fossem questionadas em outros momentos históricos. Mas nesse posicionamento sócio-histórico, elas causam ruídos, geram rupturas, que são fundamentais para uma mudança de efeitos de sentido daquilo que se entende institucionalmente por padrão de corpo feminino e a função desse corpo dentro de uma ideologia machista.

Dentro desse mesmo diálogo, há ainda outros pontos importantes que não conseguimos abordar. Como um discurso ideológico de xenofobia regional, por exemplo. Quando a cultura de uma participante de Amazonas, é resumido a: “Você gosta de boi-bumbá também?”, dito

por Rodriguinho. Mas esse é um ponto que não será possível abordar nesta pesquisa, pois necessitaríamos de aprofundamento teórico.

Tudo isso apenas nos mostra como o discurso pode ser difuso. Tudo o que foi dito no diálogo, foi dito a partir de lugares marcados, estabelecidos. Nada é ao acaso, mas é importante observar os movimentos de produção de sentido, já que esses não são fixos, mas voláteis. O que também observamos é que quando se diz algo, se diz a partir de um lugar, já estabelecido, esse lugar, também não é definitivo e muda a todo momento.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, M. C. L. **O Corpo como materialidade discursiva**. REDISCO, Vitória da Conquista, v.2, n. 1, p. 77-82, 2013. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2697/2242>. Acesso em: 14 de novembro. 2023.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso (AAD-69)**. In: GADET, F; HAK, T. (Org). Por uma análise automática do discurso. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997, p.61-162.

PÊCHEUX, Michel. **A análise do discurso: três épocas**. In: GADET, F; HAK, T. (Org). Por uma análise automática do discurso. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997, p.311-319.

## Eixo 7

# Sociedade, Patrimônio e Cultura



# A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO MARANHENSE: desafios e perspectivas para a gestão dos bens culturais de natureza material e imaterial

**Rafael Amorim Silva<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Arkley Marques Bandeira<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Beatriz Costa Silva<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

O estudo discute as nuances que envolvem a constituição dos acervos arqueológicos e a importância da preservação deste patrimônio para a proteção e valorização da história, cultura e memória maranhense. Em relação a abordagem metodológica, trata-se de um estudo qualitativo, de caráter bibliográfico e exploratório, seguindo a linha dos estudos teóricos e conceituais que versam sobre questões relacionadas aos acervos arqueológicos, com o propósito de entender o processo de formalização das instituições de salvaguarda no estado do Maranhão. Como resultados, a pesquisa concentra-se inicialmente em compreender os desafios e as perspectivas intrínsecos ao gerenciamento das coleções arqueológicas resgatadas em território maranhense desde sua gênese, considerando as bases teóricas e a legislação brasileira relacionada à temática proposta, que fundamentam a necessidade de salvar o patrimônio arqueológico nacional em seu estado de origem. Apresenta as especificidades que envolvem dos processos de gestão do patrimônio arqueológico maranhense, com vistas a descrever as estratégias de organização, conservação e extroversão do acervo salvaguardado no estado. Busca compreender como a interface entre os campos da arqueologia, musealização e conservação pode contribuir de forma assertiva na busca pela implementação de ações baseadas em fundamentações e discussões teóricas e contemporâneas, associadas a uma predisposição em absolver metodologias inovadoras e inclusivas relacionadas a socialização do conhecimento para a salvaguarda das coleções arqueológicas, evidenciando principalmente as particularidades e a necessidade de extroversão do conhecimento relativo ao patrimônio cultural, material e imaterial do estado.

**Palavras-chave:** Patrimônio Arqueológico; Legislação; Salvaguarda.

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (2016), no Brasil, a constituição dos primeiros acervos arqueológicos surgiu a partir da atuação de museus, que desde a segunda metade do século XIX ocuparam-se em reunir materiais desta natureza, sobretudo na época, os de maior apelo estético. Nesse sentido, com o empenho de arqueólogos profissionais associados a essas instituições ou mesmo

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: [amorim.rafel@discente.ufma.br](mailto:amorim.rafel@discente.ufma.br).

2 Doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [arkley.bandeira@ufma.br](mailto:arkley.bandeira@ufma.br).

3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: [beatriz.cs@discente.ufma.br](mailto:beatriz.cs@discente.ufma.br).

de interessados ligados a outras áreas de conhecimento, foram iniciadas pesquisas e, até a década de 1960, estes foram os responsáveis pela geração de grande parte das coleções que foram integradas ao acervo dos museus de maior destaque nacional, como é o caso do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém.

Até este período, não existia no país uma legislação voltada para a preservação deste patrimônio o que só veio a acontecer a partir da década de 1960, quando foi sancionada a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, e que de forma tangencial abordou os acervos de natureza arqueológica.

Com esta Lei, buscou-se regulamentar as pesquisas arqueológicas e dar a devida atenção para a proteção e conservação dos acervos que seriam coletados em todo o país, incentivando assim a criação de instituições que à época começaram a atuar de forma modesta com o objetivo de guardar e preservar os materiais arqueológicos. Nesse contexto, sob uma perspectiva da musealização da arqueologia no país, onde a documentação de coleções e acervos atua como uma das metodologias que fazem referência a salvaguarda patrimonial nos museus, os estudos acerca dos acervos, ainda em fins do século passado e de forma mais intensa nas últimas décadas, vêm colaborando de forma positiva para a salvaguarda das coleções arqueológicas em diversas instituições brasileiras.

Segundo Marilúcia Bottallo (2001), a salvaguarda patrimonial pode ser entendida como os procedimentos ligados a comunicação, gerenciamento, documentação museológica, pesquisa e processos de conservação, seja de forma preventiva ou de restauração. Estes elementos são discutidos na cartilha do IPHAN sobre a salvaguarda de bens registrados (IPHAN, 2017), na qual são tomados como base a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Unesco, de 2003, aprovada por meio do Decreto nº 22/2006, e promulgada por meio do Decreto nº 5.753/2006, que definem como salvaguarda as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural material e imaterial, que são: a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, valorização, transmissão do conhecimento e revitalização deste patrimônio. Nesse contexto, buscamos compreender as disposições da Portaria IPHAN Nº 196/2016 que dispõe sobre os itens necessários para um bom funcionamento das Instituições de Guarda e Pesquisa no país.

Partindo deste entendimento, a proposta temática deste trabalho é de realizar um estudo de caso, com vistas a analisar as nuances por trás dos processos de formalização das instituições de guarda no Maranhão, assim como compreender os desafios e perspectivas intrínsecos ao gerenciamento dos bens de natureza arqueológica acautelados no estado. Sendo assim, considerando uma análise crítica da documentação e bibliografia disponíveis, observou-se que os dilemas concernentes à gestão, problemas, relevâncias e desafios para a salvaguarda de acervos arqueológicos no Brasil, portam-se de forma geral como paradigmas em acervos arqueológicos espalhados pelo país “desde sempre e representam problemas para sempre” (Bruno, 2020).

Logo, este estudo justifica-se diante da sua proposta de buscar compreender a trajetória da constituição de acervos arqueológicos no Maranhão, no sentido de situarmos

como a arqueologia começa a se estabelecer no estado, e entender, sobretudo, os desafios enfrentados pelas instituições de guarda que atuam na proteção, conservação e extroversão do patrimônio cultural, material e imaterial maranhense.

## 2 AS PRIMEIRAS COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS RESGATADAS EM TERRITÓRIO MARANHENSE

Em uma continuação de “Os pioneiros e seu legado na construção da arqueologia do Maranhão”, Bandeira (2017) faz uma abordagem sobre a construção da arqueologia maranhense como área de conhecimento, dando ênfase aos primeiros projetos de cunho científico que foram constituídos no estado, e como estes e seus respectivos autores tiveram importante relevância para o aumento do interesse popular no que tange institucionalização da pesquisa relacionada a essa área de estudo, e principalmente, à proteção e a preservação do patrimônio arqueológico maranhense.

Nesse sentido, em se tratando dos primeiros projetos relacionados a criação de acervos arqueológicos no Maranhão, destaca-se, inicialmente, a atuação do maranhense Raimundo Lopes da Cunha, como pesquisador e um dos precursores dos primeiros registros de acervos com características arqueológicas no Estado, ainda nas primeiras décadas do século XX. Raimundo Lopes foi membro fundador da Academia Maranhense de Letras, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, pesquisador do Museu Nacional, e mais recentemente em 2018, foi escolhido como patrono da Academia Maranhense de Ciências, Letras e Artes Militares (AMCLAM).

Segundo Bandeira (2020), Raimundo Lopes iniciou uma série de pesquisas arqueológicas e etnográficas no Maranhão, e a partir daí, surgiram algumas publicações, como é o caso do ensaio sobre A Civilização Lacustre do Brasil, que foi apresentado ao Museu Nacional em 1923 e publicado em 1924 (Lopes, 1924). Neste trabalho ele fez uma descrição sobre a presença de sítios pré-históricos localizados na baixada maranhense, que estavam assentados em esteios, denominados estearias, à exemplo dos sítios localizados no lago do Cajari, além de sambaquis espalhados por diversas regiões do Maranhão, em especial nos arredores da Ilha de São Luís (Bandeira, 2013a).

Em relação ao material arqueológico coletado ao longo de suas pesquisas, foram registrados uma diversidade de materiais, como destaque para peças em cerâmica, artefatos líticos, amostragens faunísticas, muiraquitãs, e uma certa variedade de peças etnográficas (Lopes, 1924).

Entretanto, é importante salientar que apesar dessa diversidade de material arqueológico ter sido encontrada e coletada em uma pesquisa realizada no Maranhão, por não existirem instituições e políticas para a guarda de vestígios arqueológicos, esse material, assim como os de outras pesquisas científicas que serão descritas na sequência, foram em grande parte enviados para fora do Maranhão. No caso específico da Coleção de Raimundo Lopes, esta começou a ser depositada no Museu Nacional, da UFRJ, desde a década de 1920 (Lopes,

1924). O envio deste material por Raimundo Lopes e os seus colaboradores foi facilitado pelo fato de Lopes já possuir vinculação institucional com o Museu Nacional, aspecto que facilitou o envio do material para um local que pudesse preservá-lo adequadamente.

Logo após os registros feitos por Raimundo Lopes, observou-se a criação de uma instituição no Maranhão que por um determinado período realizou pesquisas, coletou material arqueológico e fez a guarda de uma modesta parte do acervo que foi constituído dentro do Estado. Trata-se do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, criado em 1925, e que possuía o seu próprio Museu, inaugurado um ano depois.

De acordo com Bandeira (2013a) este Instituto contava com membros que atuavam em outras áreas de conhecimento, mas tinham interesse em realizar pesquisas relacionadas a arqueologia dentro do Maranhão. Sobre este fato, é importante ressaltar que este Instituto teve como um de seus principais membros e defensor, o também maranhense Antônio Lopes da Cunha, que fez o registro deste acontecimento no regimento da fundação do instituto, que foi publicado em sua 1ª Revista no ano de 1926:

Artigo I – Fica fundada nesta cidade de São Luíz uma associação científica para o estudo e difusão do conhecimento da historia, geographia, ethnographia, ethnologia e archeologia, especialmente do Maranhão, o incremento à comemoração dos vultos e factos notaveis do seu passado e a conservação dos seus monumentos [...]. No artigo III. – Promoverá o Instituto: e) Explorações geográficas e archeologicas [...]. Artigo VI – Depois de incorporado o Instituto com qualquer numero de sócios effectivos fundadores, os socios que faltarem para se completar o numero de trinta membros effectivos serão eleitos dentre as pessoas que se dediquem a estudos geographics, históricos, ethnographics, ethnologicos e archeologicos sobre o Maranhão e o Brasil [...] (Cunha, 1926, p. 61-62 *apud* Bandeira, 2020, p. 152).

A respeito do acervo adquirido nesta época pelo Instituto, segundo Lopes da Cunha (1926), a entidade possuía uma modesta coleção de material arqueológico, histórico, etnográfico e geográfico coletados em pesquisas realizadas em diversos pontos no estado. Contudo, no que tange a sua atuação, ressalta-se a busca deste Instituto em incentivar a realização de pesquisas e socializar os seus resultados para o público, seja em seu Museu, ou em publicações por meio de sua revista. Além disso, mesmo diante do desafio de não possuir um espaço permanente em condições ideais, e possuir uma coleção relativamente modesta, o Instituto pode ser considerado como “a primeira instituição oficial no Estado que teve como responsabilidade institucional coletar acervos de distintas naturezas, inclusive arqueológica, fomentar pesquisas e divulgar os achados para o grande público” (Bandeira, 2020).

Por uma série de razões que passaram pela falta de uma sede própria com estrutura minimamente adequada para o museu do Instituto, a falta de incentivo por parte dos agentes públicos e, conseqüentemente, os consecutivos despejos, o museu entrou em decadência. Sobre isto, em 1948 foi publicada uma nota na revista do Instituto, na qual foram apontadas as reais condições do Museu naquele período:

São do conhecimento do público maranhense os prejuízos que sofreu o Museu do Instituto em consequência de fatos a que se alude no princípio dessa revista e nas súmulas das atas de assembleia geral publicadas páginas atrás. Pretendo reabrir em 1949 esse museu,

o Instituto pede aos maranhenses de boa vontade que mandem material para as coleções geográficas, históricas, etnográficas, arqueológicas (Cunha, 1948b, p. 151).

Dois anos mais tarde, em novembro de 1950, em São Luís, ocorre o falecimento de Antônio Lopes da Cunha, que era um grande apoiador e defensor do Instituto, e que lutava constantemente pela preservação do museu. Segundo Bandeira (2013a), a partir deste momento o acervo arqueológico do Instituto não foi mais referenciado e acabou caindo em esquecimento.

Outras pesquisas que geraram acervos arqueológicos no Maranhão, já na segunda metade do século XX, tiveram a orientação de Mário Ferreira Simões. Este foi o primeiro a realizar uma pesquisa essencialmente científica voltada diretamente para problematizar a arqueologia maranhense. Em vista disso, um ponto significativo em relação a relevância científica dos seus trabalhos, está relacionado à sua infraestrutura, onde considerava principalmente o planejamento das pesquisas e prezava pela proteção do acervo arqueológico coletado, ou seja, demonstrando a importância em salvaguardar esse importante tipo material.

Para que possamos nos debruçar brevemente sobre os trabalhos arqueológicos que geraram acervos e foram realizados no Estado por Ferreira Simões, é necessário citarmos a publicação da Lei Nº 3.924/1961. Uma vez que foi a partir desta inicia-se uma nova fase para as pesquisas arqueológicas realizadas por instituições científicas de pesquisa e, também, para a salvaguarda de bens de natureza arqueológica.

Diante disso, no que diz respeito a fase pioneira das pesquisas de Mário Ferreira Simões no Maranhão, é importante ressaltar que estas só se iniciam 10 anos depois da publicação da referida Lei, em 1971, e foram vinculadas diretamente aos projetos São Luís e Lago Cajari, realizado na Ilha de São Luís e Baixada Maranhense, respectivamente (Leite Filho; Leite, 2005). O primeiro projeto foi financiado pelo Museu Goeldi, e o segundo teve aporte financeiro do IPHAN.

Após o início das pesquisas, no segundo semestre daquele mesmo ano, Mário Ferreira Simões relatou em seu Relatório Semestral de Atividades como Pesquisador-Chefe do Museu Goeldi, que foram coletados até aquele momento mais de uma tonelada de vestígios arqueológicos no estado (Simões, 1971). Entretanto, de acordo com Bandeira (2017), até 2020 foram poucas as informações encontradas em relação aos aspectos qualitativos e quantitativos dos materiais arqueológicos coletados durante as pesquisas realizadas por Ferreira Simões, a não ser os dados que foram abordados em publicações do referido pesquisador, como é o caso do Relatório Semestral de Atividades.

Já em relação ao projeto São Luís, foram coletados os seguintes materiais: fragmentos de cerâmica, de líticos, vertebras de peixes, ossos de animais e até mesmo sepultamentos, tal como exposto na Figura 2. Os materiais que foram escavados em vários sambaquis e estearias no Maranhão, e conseqüentemente geraram acervos, que foram enviados para salvaguarda pelo Museu Paraense Emílio Goeldi na década de 1970 (Simões, 1975, 1978, 1981a), e por lá permaneceram até os dias atuais.

Além destas pesquisas e acervos citados anteriormente, após a atuação de Ferreira Simões, outros acervos arqueológicos foram gerados por meio de pesquisas, porém diferentemente dos anteriores, as suas coleções permaneceram à época sob a guarda de particulares. Este é o caso específico das coleções que ficaram sob a posse dos professores Nascimento Moraes Filho, Olavo Correia Lima e Raimundo Balby (Lima; Aroso, 1989; 1991; Balby, 1985; 2015; *apud* Bandeira, 2017). Inclusive, em relação aos estudos de Olavo Correia Lima, ele se atentou para uma nova abordagem relacionada a arqueologia maranhense, direcionando suas pesquisas para novas temáticas, como por exemplo o registro de sítios rupestres, cemitérios e o estudo etnográfico de povos indígenas localizados no Maranhão.

Diante do exposto, observa-se que apesar de um grandioso e diversificado acervo de peças relacionadas a pesquisas de cunho arqueológico ter sido coletado no Maranhão desde o início do século XX, pouco foi o esforço por parte do poder público no sentido de criar e estruturar espaço apropriado para salvaguardar e manter este material dentro do seu local de origem, ou seja, seguindo as disposições da Lei nº 3.924/1961.

Em caso de cumprimento do que está disposto na referida Lei, as coleções que outrora foram enviadas para o Museu Nacional e o Museu Emílio Goeldi, por exemplo, poderiam ser salvaguardadas dentro do estado, desde a década de 1960. Nesse sentido, tal cenário só começou a mudar a partir da década de 1990, com o início da fase de institucionalização da arqueologia e o surgimento de novos estudos arqueológicos no Maranhão (Bandeira, 2017).

### **3 UMA NOVA PERSPECTIVA PARA A CONSTITUIÇÃO DOS ACERVOS E INSTITUIÇÕES DE GUARDA NO MARANHÃO**

No que tange a mudança de cenário em relação a salvaguarda e o surgimento de novos estudos arqueológicos no Estado, na década de 1980, com o desenvolvimento da arqueologia a nível nacional, eventos e reuniões com o objetivo de se discutir métodos de proteção, defesa e salvamento do patrimônio arqueológico brasileiro passaram a ser constantes. Este é o caso do Seminário Sobre Política de Preservação Arqueológica, que ocorreu na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1988, e contou com o apoio e presença de funcionários da Coordenadoria da Arqueologia da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), de um número significativo de arqueólogos e interessados de todo o Brasil, além de diversas empresas que em suas respectivas atividades já atingiam e colocavam em risco sítios arqueológicos pelo país (Schmitz, 1988).

Foi neste contexto que o Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão, mesmo sem um local estruturado para receber acervos, começou de forma modesta a intensificar sua atuação, sendo responsável e emitindo o seu próprio endosso institucional em 1988.

Neste bojo, a partir da década de 1990, inicia-se um novo momento para pesquisas relacionadas a essa área de estudo e, conseqüentemente, uma nova perspectiva para a constituição de acervos arqueológicos de e instituições de salvaguarda dos bens culturais de natureza material e imaterial no estado. Segundo Bandeira (2017), no início desta década, surgem novas pesquisas arqueológicas relacionadas principalmente aos registros rupestres até então localizados no Maranhão. Este é o caso, por exemplo, dos estudos realizados pelos arqueólogos Deusdedit Carneiro Leite Filho e Eliane Gaspar Leite, que fizeram referência a presença e o cadastramento de sítios com arte rupestre encontrados no Maranhão.

Bandeira (2017, p. 26), evidencia que:

Visando a preservação deste acervo, em 1990, o Governo do Estado do Maranhão, por meio do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico, tombou esses sítios rupestres, cadastrando-os também na Secretaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Um aspecto importante em relação a atuação de Leite Filho e Gaspar Leite, é que estes receberam a doação de acervos arqueológicos que foram criados e estavam sob a guarda de particulares, como é o caso do material pertencente aos professores Olavo Corrêa Lima e Nascimento Moraes Filho, citados anteriormente, e tiveram junto ao apoio científico da Universidade Federal do Maranhão, um papel fundamental na criação do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, em 2002. Além disso, estes acervos também foram essenciais fundamentais para a criação da exposição do setor de arqueologia deste Centro.

O surgimento do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia, em março de 2002, foi resultado da articulação desses arqueólogos, conjuntamente com os paleontólogos da Universidade Federal do Maranhão, em especial o Professor Manuel Alfredo, que organizou o setor de História Natural dessa casa (Bandeira, 2017, p. 27-28).

Outro fator que determinante para a criação deste Centro, está relacionado ao desenvolvimento da expedição “Em busca dos dinossauros”, na Ilha do Cajual, em Alcântara. Isso porque o paleontólogo e professor do Departamento de Biologia da UFMA, Manoel Alfredo Araújo Medeiros decidiu denunciar para na imprensa a retirada ilegal de material paleontológico do Estado. Essa importante atitude chamou a atenção das autoridades maranhenses no sentido de expor a falta de um espaço voltado para o conhecimento, preservação, valorização e promoção da arqueologia e paleontologia maranhenses. Foi diante deste cenário que ocorreu a institucionalização do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão:

Em 2002, com a institucionalização de um espaço dedicado a pesquisa arqueológica, legitimado pela Secretaria de Estado da Cultura, O Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, o poder público reconhece a responsabilidade de conhecer, valorizar e preservar o patrimônio arqueológico estadual. O órgão vem atuando, por intermédio do seu corpo técnico, em parcerias com instituições regionais e nacionais objetivando o melhor conhecimento do patrimônio arqueológico local e orientando os primeiros profissionais e técnicos da nova geração que hoje trabalha em Arqueologia no Estado, contribuindo com dissertações de credenciamento e constituindo suas próprias firmas de arqueologia (Leite, 2011).

Diante disso, pode-se dizer que os estudos de Leite Filho e Gaspar Leite, e a atuação do professor Manoel Alfredo, tiveram um papel fundamental para a institucionalização de um espaço voltado diretamente para a salvaguarda do acervo patrimonial do Maranhão e, a partir deste surge uma nova luz para a constituição de acervos e instituições de guarda no Estado.

No que concerne à atuação deste Centro, inicialmente buscou-se promover ações voltadas para o conhecimento e a realização de pesquisas de salvamento, monitoramento e resgate de sítios arqueológicos nos arredores da Ilha de São Luís. Além disso, o Centro também passou a desenvolver ações voltadas à educação patrimonial, visitações, seminários, palestras e aulas direcionadas a um público diversificado. Entretanto em relação a área de arqueologia, a sua atuação ainda era considerada tímida se comparada ao setor de paleontologia. Para Bandeira (2017):

Levando-se em consideração o tempo de existência deste Centro de Pesquisa, a formação de pesquisadores locais e a produção do conhecimento sobre a arqueologia do Maranhão, a atuação desta instituição pode ser considerada tímida, no que concerne o Setor de Arqueologia, principalmente, comparando-a ao Setor de Paleontologia, com forte atuação na pesquisa e publicação dos resultados, inclusive internacionalmente (Bandeira, 2017, p. 30).

Diante do reconhecimento, mesmo que tardio, da necessidade de criação de espaços visando a valorização e a preservação do patrimônio arqueológico maranhense pelos agentes públicos, após a fundação do referido Centro de Pesquisa, novas instituições de guarda foram criadas e inseridas neste cenário.

Dentre estas instituições, destaca-se inicialmente a fundação do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico, em 26 de junho de 2006, sendo constituído como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), ou seja, uma organização sem fins lucrativos. Esta instituição surgiu a partir da “iniciativa de colaboradores e parceiros dos Sr. Fernando e Sr<sup>a</sup> Nery Mendonça, proprietários da área onde se encontram as ruínas do Sítio do Físico e o Sambaqui do Bacanga” (Bandeira, 2016, p. 6), substituindo a antiga Associação dos Amigos do Ecomuseu Sítio do Físico (AAESF). Desde então, o Instituto, em conjunto com uma rede diversificada de parceiros, buscou realizar ações solidárias para promover a defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural. Para isso, intensificou a sua atuação comunitária em volta de sua localidade, com o objetivo de difundir a sua missão estatutária.

Nesse sentido, de acordo com o Art. 2º de seu estatuto, o instituto visava:

1. Elaborar estudos e pesquisas, mobilizar e articular intersetorialmente os seguimentos sociais e autoridades municipais, estaduais, federais e internacionais da criação da “Reserva Biológica da Biosfera” do Bacanga.
2. Promover e desenvolver as mais variadas formas de pesquisas destinadas a resgatar: a) a memória dos povos tradicionais que habitavam às margens do rio Bacanga; b) a história do complexo industrial denominado Sítio do Físico ou Santo Antônio das Alegrias; c) a instalação de um Centro Cultural ou Casa da Memória, destinado à preservação de artefatos indígenas e dos achados arqueológicos do Sítio do Físico e adjacências, desde que haja o consentimento dos proprietários, União, Estado e Município.

Desde a sua criação, de forma estatutária o IESF passou a compreender e pôs em prática o tripé curadoria, documentação e extroversão. Além disso, em seu estatuto ficou estabelecida a clara intenção da entidade em atuar como uma instituição de guarda de materiais provenientes de pesquisas arqueológicas. Para isso com o objetivo de dispor de um local adequado para preservar e tratar adequadamente as coleções arqueológicas que seriam recebidas, o instituto criou a Casa da Memória, com uma Reserva Técnica para a salvaguarda de todo o acervo que seria depositado neste espaço. De acordo com a sessão II, do Artigo 34 de seu estatuto: O Centro Cultural (Casa da Memória) deveria realizar a pesquisa, a conservação, a exposição e a guarda do acervo arqueológico, histórico e documental do acervo salvaguardado.

A consolidação de sua Reserva Técnica se deu a partir do momento em que o IPHAN (MA) a reconheceu como uma entidade legítima e responsável pela salvaguarda de coleções arqueológicas resgatadas no Maranhão. O seu acervo é composto por uma variedade de coleções de natureza arqueológica provenientes de licenciamento ambiental e pesquisa científicas. As primeiras coleções arqueológicas incorporadas ao acervo da Casa da Memória, foram derivadas das escavações vinculadas ao projeto “Sambaquis do Maranhão”, que desde 2005, passou a investigar vários sítios arqueológicos localizados na Ilha de São Luís. Este é o caso do Sambaqui do Bacanga, de onde foram retirados os primeiros materiais recebidos pela Casa da Memória.

É importante ressaltar que após a consolidação da Reserva Técnica do IESF como instituição de salvaguarda e o recebimento de suas primeiras coleções, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência do Maranhão, fez uma solicitação oficial ao Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico para que este recebesse outras coleções arqueológicas oriundas de outros projetos de pesquisa em arqueologia ligados principalmente ao licenciamento ambiental no Estado do Maranhão, por intermédio da emissão de endosso institucional para a guarda das coleções de materiais de natureza arqueológica e até mesmo da própria coleção arqueológica de materiais históricos coletados em pesquisas do IPHAN – MA, como é o caso do material encontrado nas intervenções arquitetônicas na área tombada no Centro Histórico de São Luís.

Por isso, Ecomuseu do Sítio do Físico buscou se enquadrar na Portaria nº 07/1988, que versa a necessidade de regulamentar os pedidos de e autorização e a comunicação prévia quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações afim de que se resguarde os objetos de valor científico e cultural localizados nessas pesquisas, como previsto na Lei nº 3.924/1961, bem como se adequar a Portaria Iphan Nº 196/2016, que dispõe sobre a “conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel”.

Esse reconhecimento formal do Ecomuseu do Sítio do Físico como instituição endossante por parte do IPHAN, favoreceu a viabilidade de novos projetos pesquisa arqueológica no Maranhão, contribuindo assim para que as coleções arqueológicas

permanecessem em seu Estado de origem, e expondo a importância da preservação da memória, história e identidade da sociedade maranhense. Em vista disso, vale destacar a articulação do Ecomuseu no que tange a promoção e o estímulo a novas pesquisas sobre o patrimônio cultural maranhense, em especial o arqueológico, principalmente no Parque Estadual do Bacanga. Dessa forma, desde a sua inauguração, o Instituto estabeleceu o seu espaço museológico, e buscou se modernizar, buscando maneiras de melhorar o acesso as informações referentes do seu acervo, bem como melhores condições estruturais para o acondicionamento a armazenamento das coleções sob sua guarda.

Neste bojo, foi levando em consideração o entendimento jurídico da Lei e Portaria citadas anteriormente, e da Carta de Lousanne, de 1990, que tratam da necessidade de proteção e gestão do patrimônio arqueológico, e em caso de falta de condições mínimas, deve ser assegurada a garantia por parte da gestão pública ou iniciativa privada, para a modernização, ampliação e o fortalecimento das unidades que lidam com os acervos arqueológicos, ou até mesmo a construção de um espaço museológico para este fim.

Foi seguindo este entendimento que a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi formalizada como instituição endossante e seu espaço de guarda dos acervos arqueológicos foi constituído, estando inicialmente ligado ao Laboratório de Hidrologia, pertencente ao Curso de Oceanografia desta Universidade, e depois ao Laboratório de Arqueologia, criado em 2014.

A constituição da UFMA como Instituição de Guarda se deu justamente com o apoio dos gestores públicos em conjunto com a iniciativa privada, neste caso a Petrobras, que apoiados no entendimento jurídico de uma série de normativas, a exemplo principalmente da Lei nº 3.924 de 1961, e da Portaria nº 07 de 1988, e há época a Portaria IPHAN nº 230/2002, que buscaram junto ao IPHAN a formalização da Universidade Federal do Maranhão com Instituição endossante. Sendo assim, em 2010 foi emitida a autorização de pesquisa nº 17, formalizando a UFMA como instituição de endosso para a guarda do material arqueológico que seria coletado no projeto de licenciamento ambiental do patrimônio cultural das obras da Refinaria Premium I, realizado no município de Bacabeira – MA, e de responsabilidade da Petrobras relacionado ao Processo IPHAN – MA nº 01494.000510/2009-81, e coordenação do arqueólogo Arkley Marques Bandeira, consultor da Petrobras para o licenciamento ambiental do patrimônio arqueológico. Segundo Bandeira (2020), o fato de o IPHAN ter aceitado o endosso institucional de um Laboratório ligado a outra área de conhecimento para receber os acervos arqueológicos coletados durante o respectivo projeto, se justificou à época, em virtude de a UFMA ser a responsável pelo licenciamento ambiental deste empreendimento e pela possibilidade de institucionalização da área de arqueologia dentro desta Universidade, com a incorporação e, conseqüentemente, a salvaguarda deste acervo.

É importante ressaltar também que isso só foi possível pelo fato de a Universidade, quando da emissão da referida Portaria de Pesquisa, não possuir um espaço adequado para acondicionamento deste material. Isto foi facilitado devido a um acordo com a UFMA, IPHAN e a Petrobras, para que até que a construção ou estruturação de um espaço adequado

dentro da Universidade fosse finalizado para a salvaguarda permanente de todo o material arqueológico coletado, assim como a sua documentação e outros objetos do Laboratório de Arqueologia, estes ficariam em um espaço dentro do canteiro de obras da Refinaria Premium I, situado na cidade de Bacabeira, sede do empreendimento

Entretanto, este cenário mudou devido ao fechamento do canteiro de obras e o cancelamento do empreendimento, pois o acervo não podia continuar na Refinaria. Sendo assim, ficou acordado que este deveria ser transferido para a UFMA, e em 24 de setembro de 2014 o IPHAN, por meio do Ofício/GAB/IPHAN-MA nº 1071/14, solicitou junto a Universidade para que esta providenciasse um espaço físico em condições de garantir a transferência de guarda do acervo arqueológico. Para isso, o IPHAN, por meio do Ofício/GAB/IPHAN-MA nº 1177/14, comunicou a Petrobras que a transferência do respectivo acervo arqueológico ocorreria em 21 de outubro de 2014. A “transferência foi acompanhada pelo Horecio Garcia funcionário da Petrobrás; Arkley Bandeira, arqueólogo da Petrobrás; e Danilo Assunção, do IPHAN (BANDEIRA, 2020, p. 158).

Cabe destacar outro trabalho também recebeu portaria e designou a UFMA como instituição endossante. Este é o caso do projeto intitulado “Arqueologia da Arquitetura e Monitoramento do Conjunto Edificado da Antiga Fábrica Santa Amélia”, em São Luís, mediante ao Processo IPHAN nº 01494.000460/2010/76, e sob a responsabilidade do arqueólogo Ulysses Pernambucano. No documento analisado, foi encontrado apenas a indicação da UFMA como instituição para a guarda do material coletado. Entretanto, como a Universidade ainda não tinha designado um espaço estruturado para receber o acervo, a pedido do IPHAN o material foi transferido, inicialmente, para a Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico, até que a UFMA finalizasse estruturação do espaço para a guarda dos acervos arqueológicos que ficariam sob a sua responsabilidade.

Após a formalização da UFMA como instituição de salvaguarda, a maioria das coleções arqueológicas incorporadas ao acervo da Universidade foi inicialmente formada por meio de pesquisas ligadas principalmente ao licenciamento ambiental, ou seja, com atividades ligadas mais diretamente ao mercado e com significativa relevância social, ou provenientes de ações em prédios históricos que hoje fazem parte do acervo arqueológico da UFMA no Centro Histórico de São Luís.

Este cenário mudou em 2013, quando foi registrado o primeiro projeto acadêmico que gerou acervo incorporado sob a guarda da UFMA. Este é o caso do projeto de pesquisa ‘‘Povo das Águas: Carta Arqueológica das Estearias da Porção Centro-Norte da Baixada Maranhense’’, que tem a coordenação de Alexandre Guida Navarro, professor da Universidade. Contudo no que tange a relação desta instituição de guarda com projetos acadêmicos, a sua atuação ainda é modesta se for levado em conta a grandiosidade das coleções arqueológicas que estão hoje sob a guarda da UFMA.

A citação destes projetos em específico faz-se necessária para compreendermos como iniciou-se a atuação da Universidade como instituição de salvaguarda de coleções arqueológicas, assim como entender os processos que vão desde a emissão dos endossos,

passando pelos laboratórios responsáveis, até o recebimento das peças pela Reserva Técnica da instituição.

Um fator importante em relação as instituições citadas anteriormente, é que todas elas estão localizadas na capital maranhense. Entretanto, mais recentemente, em 2015, destaca-se a inauguração do Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira – CPAHT, localizado na Cidade de Imperatriz, ou seja, fora do eixo de São Luís. Este Centro surgiu como parte do projeto de extensão do Núcleo de Estudos Indígenas – NEAI, no ano de 2007, sendo inaugurado em 10 de agosto de 2015 como um Museu público, vinculado a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, e construído por meio do projeto de compensação ambiental da empresa Suzano Papel e Celulose.

O Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira homenageia populações que dominaram a extensa área do Cerrado Maranhense que física, linguística e culturalmente são caracterizados como da família Jê, e agrupam os povos Apanyekrá, Apinayé, Canela, Gavião, Parkatejê, Krahô, Krikati e Gavião Pykopjê. A exposição é composta de acervo arqueológico proveniente de pesquisas realizadas na região de Imperatriz, dispondo também de acervo etnológico, com materiais de uso cotidiano e ritualístico representativos dos povos Timbira, que nos remetem à nossa herança cultural, memória e identidade (UEMASUL, 2022).

Em relação à sua atuação, o CPAHT é aberto para visitação e possui um público variado, entre estudantes da própria UEMASUL, alunos das redes estadual e municipal de ensino, universidades e Institutos Federais. Além disto, o Centro realiza ainda uma série de exposições, cursos de extensão e pesquisas voltadas para a cultura material e imaterial da região sul do Estado.

Além destas instituições, em âmbito regional cabe citar ainda a Fundação Municipal do Patrimônio Histórico – FUMPH, que também emitiu o seu próprio endosso institucional, porém o seu acervo também foi incorporado à outras instituições. Quanto aos seus objetivos, a Fundação busca ressignificar o conceito de patrimônio cultural para a população de São Luís, agregar a necessária atuação em relação ao Patrimônio Imaterial de todo o município, bem como estabelecer um diálogo constante com a sociedade por meio de ações concretas de Educação Patrimonial.

Diante do exposto, observa-se que a década de 1990 pode ser definida como um marco para uma significativa mudança de postura, ainda que tardia, dos agentes públicos em relação a institucionalização da arqueologia e, conseqüentemente, uma mudança de perspectiva para a constituição de instituições de salvaguarda no Estado.

Entretanto, após a análise da documentação disponível, notou-se que apesar destas instituições citadas anteriormente terem sido criadas em momentos distintos, boa parte delas ainda permanece em consolidação, por uma série de razões como: a necessidade de espaços físicos estruturados, falta de suporte financeiro por parte de seus mantenedores, além da ausência de políticas públicas voltadas para o fomento de pesquisas, assim como para a valorização e proteção das instituições de guarda. Por isso atualmente apenas três instituições no estado estão aptas a assinarem o endosso institucional e receberem acervos, que são o Centro de Pesquisa em História Natural e Arqueologia, a Universidade Federal

do Maranhão e o CPAHT. Já a Reserva Técnica do IESF, infelizmente precisou encerrar suas atividades em meio a Pandemia da COVID-19, que dificultou o seu funcionamento e consequente manutenção, potencializado pela falta de aporte financeiro.

Além disso, cabe destacar que a Reserva Técnica da UFMA, mesmo passados mais de 10 anos do seu reconhecimento como instituição endossante e de guarda dos bens arqueológicos resgatados no estado, ainda não possui um espaço físico permanente e em condições apropriadas para o devido acondicionamento e preservação do seu acervo. Fatores que dificultam a disponibilização do seu grandioso acervo e sua extroversão para o público acadêmico geral. Sobre isto, Bandeira (2020), ressalta que por não possuir um modelo de gestão para as coleções sob sua guarda, desde o início a UFMA vem passando por momentos de euforia e intensas parcerias, desmotivações, atrasos e retomadas de processos no que tange a salvaguarda do patrimônio arqueológico.

Como consequência desta série de fatores, a preservação deste grandioso patrimônio maranhense fica totalmente comprometida. Em 2005, Leite Filho e Gaspar Leite já buscavam alertar e dar justificativas em relação a este cenário também enfrentado pela Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão: a “falta de uma política efetiva direcionada para a sua valorização e proteção pelos órgãos competentes tem sido responsável pela destruição parcial ou total de inúmeros sítios arqueológicos no Estado” (Leite Filho; Leite, 2005, p. 12). Apesar disso, observou-se ainda que uma outra parte das instituições já dispõe de um espaço museológico aberto ao público, o que não deixa de ser um bom avanço em relação ao cenário do início da década de 2000. Além disso, com exceção a Reserva Técnica do IESF, todas estas instituições aqui descritas encontram-se devidamente aptas no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP), que é gerido pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA).

Diante dessa série de fatores citados anteriormente, a atuação destas instituições em relação a salvaguarda de acervos arqueológicos, ao fomento de pesquisas científicas e acadêmicas e a extroversão do conhecimento junto ao público ainda é tímida se considerada a grandiosidade do acervo arqueológico resgatado e salvaguardado no estado.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, acreditamos que a fase da institucionalização da arqueologia no Maranhão, possibilitou uma nova discussão e perspectiva voltada para a conservação e preservação do patrimônio arqueológico do Estado, e considerando que a partir deste momento os acervos desta natureza que eram desde as pesquisas realizadas por Raimundo Lopes, passando pelos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, pelas pesquisas de Mário Ferreira Simões, dentre outras, eram expatriados para outras regiões do país ou ficavam sob a guarda de particulares, observou-se ao longo deste trabalho que a década de 1990, foi um marco para o início de uma mudança de concepção relacionada a necessidade de salvaguardar esses materiais em seus locais de origem.

Contudo, apesar deste reconhecimento, ainda é modesta a atuação das Instituições de Guarda no estado, se considerando a sua riqueza de cultura material e imaterial. Isso se dá sobretudo pela falta de apoio por parte “agentes públicos” e iniciativa privada. Assim, entendendo que “os acervos, em especial os acervos arqueológicos no Brasil, nos trazem problemas e preocupações desde sempre e, com certeza, nos conduzem a enfrentamentos e tentativas de superação destes problemas para sempre” (BRUNO, 2020, p. 17), percebemos que as Instituições de Guarda e Pesquisa localizadas no Maranhão ainda encontram dificuldades se adequarem plenamente às normativas e a legislação vigente, de modo que possam viabilizar propostas e ações concretas de organização, gerenciamento e extroversão do acervo arqueológico resgatado e salvaguardado no Maranhão.

Nesse sentido, é importante evidenciar que de forma geral “o tratamento e a preservação de acervos estão subordinados às perspectivas políticas em suas distintas conjunções e abordagens: tanto o estudo, o tratamento e a preservação quanto a negligência e o abandono” (BRUNO, 2020, p. 12).

No caso do Maranhão, é evidente a necessidade de se implementar ações baseadas em fundamentações e discursões teóricas contemporâneas, associadas a uma predisposição em absolver metodologias inovadoras e inclusivas relacionadas a socialização do conhecimento sobre o seu patrimônio arqueológico, inserindo-as em seu sistema de gerenciamento que possibilitará uma nova dinâmica e o pleno funcionamento das Instituições de Guarda, sob a luz de um novo cenário que considere de fato a garantia da implantação de um Museu de Arqueologia ressaltando as especificidades dos bens culturais materiais e imateriais para a proteção e valorização da história, cultura e memória maranhense, seguindo as diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES MILITARES. [S.l.]: AMCLAM, 2024. Disponível em: <https://www.amclamma.org/academia>. Acesso em: 26 set. 2024.

ALCÂNTARA, T. M.; VASCONCELOS, M. L. C de. Com quantas caixas se faz uma reserva técnica? Um relato de experiência sobre a gestão dos acervos arqueológicos no MAE/UFBA. **Rev. Arqueologia Pública**, Campinas – SP, V. 11, N. 2, Novembro de 2017, p. 155.

BANDEIRA, Arkley Marques. A Política Institucional da Universidade Federal do Maranhão para o Gerenciamento e a Salvaguarda dos Acervos Arqueológicos: uma história em três atos. **Revista de Arqueologia**, Volume 33, Nº 3, Setembro/Dezembro 2020, p 146-170.

BANDEIRA, Arkley Marques. Os pioneiros e seu legado na construção da Arqueologia do Maranhão: fase científica (1965-2013). **Tessituras**, Pelotas, v. 5, n. 2, p. 9-58, jul./dez. 2017.

BARRETO, Cristiana; LIMA, H. P. Uma nova política para um antigo acervo: a redescoberta das coleções arqueológicas do Museu Goeldi. **Revista de Arqueologia**, V. 33, N. 3, Set/Dez de 2020.

BASTOS, R. L; SOARES, F. C; BRUHNS. A arqueologia na ótica institucional: IPHAN, contrato e sociedade. Erechim: Ed Habilis, 2007. 200 p.

BOTTALLO, Marilúcia. **O papel da documentação museológica nos processos de salvaguarda patrimonial:** a montagem da exposição temporária. In: Brasil 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial. MAE – USP. São Paulo, 2001.

BRAGA, G. B. A. **A Conservação das coleções do MAE/USP.** Brasil 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial. MAE – USP. São Paulo, 2001.

BRASIL. IPHAN. Lei Nº 3.924 de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_3924\\_de\\_26\\_de\\_julho\\_de\\_1961.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf). Acesso em: 3 Out. 2024.

BRASIL. IPHAN. **Portaria Nº 196, de 18 de maio de 2016.** Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria\\_Iphan\\_196\\_de\\_18\\_de\\_maio\\_2016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_maio_2016.pdf). Acesso em: 3 Out. 2024.

BRUNO, M. C. O. ACERVOS ARQUEOLÓGICOS: RELEVÂNCIAS, PROBLEMAS E DESAFIOS DESDE SEMPRE E PARA SEMPRE. Revista de Arqueologia, V. 33, N. 3, Set./Dez. de 2020.

BRUNO, M.C.O. **Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema.** Tese de doutorado apresentada na FFLCH/USP, São Paulo, 1995.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Musealização da Arqueologia. Cadernos de Sociomuseologia: Centro de Estudos de Sociomuseologia, n. 17, 1999.

CHAGAS, Mario. **Diabruras do Saci: museu, memória, educação e patrimônio.** MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 135-146, 2004.

COSTA, C. A. S. Museologia e Arqueologia-parte 1: a materialidade de uma relação interdisciplinar. Revista Museu, v. 40, p. 6, 2008.

IPHAN. **Centro Nacional de Arqueologia – CNA.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/>. Acesso em: 2 Out. 2024.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro; LEITE, Eliane Gaspar. Ocupação Pré-histórica na Ilha de São Luís: Ocorrência de Grupos Cerâmicos Proto-Tupi. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore,** São Luís, n. 32, p. 12-13, 2005.

LOPES, Raimundo. **A Civilização Lacustre do Brasil.** Boletim do Museu Nacional. v. 1, nº 2, Rio de Janeiro, 1924.

MARANHÃO. **Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT) – UEMASUL.** Disponível em: <https://www.uemasul.edu.br/portal/extensao/cpaht/>. Acesso em: 4 Out. 2024.

SÃO LUÍS (MA). Fundação Municipal de Patrimônio Histórico. Disponível em: <https://>

[www.saoluis.ma.gov.br/fumph/conteudo/3139](http://www.saoluis.ma.gov.br/fumph/conteudo/3139). Acesso em: 7 Out. 2024.

# CARNAVAL DE RUA DE SÃO LUÍS, MARANHÃO: transformação e resiliência, a resistência das turmas de samba

**Antonio Fernando de Jesus Oliveira Silva<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Arkley Marques Bandeira<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

Este artigo aborda as transformações no Carnaval de rua de São Luís, destacando a supremacia de um formato competitivo que foi do apogeu ao declínio entre as décadas de 1980 e 1990 e os impactos decorrentes da consolidação desse modelo. Investigamos como os concursos organizados pelo poder público, inspirados nos grandes carnavais, especialmente no desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro, provocou profundas modificações no modo de brincar o Carnaval tradicional de rua em São Luís. Para isso, é essencial estudar a historicidade dos processos de transformação do Carnaval, bem como conceituar os tipos de agremiações existentes e as formas de organização dessas manifestações culturais, que passaram a ser influenciadas pela nova ordem. A investigação analisa como essas manifestações se tornaram populares, deixaram marcas e passaram por períodos de apogeu e decadência. Além disso, explora as relações que moldaram essas organizações e os obstáculos enfrentados, incluindo a falta de políticas públicas voltadas para a preservação cultural. A hipótese de pesquisa centra-se nas circunstâncias que levaram à progressiva extinção de muitas brincadeiras, como os blocos, as escolas de samba, os corsos e a casinha da roça, e o desinteresse do poder público em preservá-las. A análise pretende enfatizar, principalmente, a resistência de certos grupos que não sucumbiram às mudanças e permaneceram fiéis ao seu ritmo original, como as turmas de samba, precursoras das escolas de samba. Quatro dessas turmas remanescentes das antigas formações ainda se mantêm ativas, apesar do pouco interesse da maioria da população por essa forma de brincar o Carnaval. Diante das transformações descritas, o estudo se propõe a responder de que modo a interação entre patrocínios políticos, segregação econômica e mudanças culturais influenciaram a tradição, a evolução e o declínio das agremiações do Carnaval de rua de São Luís.

**Palavras-chave:** Carnaval de rua; Turmas de samba; Batuques; Carnaval de São Luís.

## 1 INTRODUÇÃO

O Carnaval, considerado a maior festa popular do Brasil, exhibe peculiaridades regionais realçadas por uma grande diversidade de manifestações, ritmos, musicalidades e expressões que têm relação com a cultura, a história e a memória. Foliões de todas as partes, de norte a sul, de leste a oeste, imprimem as marcas típicas dos folguedos de suas regiões ao tríduo momesco, que, ao longo dos anos, vai se transformando e adquirindo formas de expressões próprias.

Em São Luís, essa característica também se manifesta na profusão de brincadeiras do ciclo Carnavalesco, seja com as escolas de samba, blocos tradicionais, blocos organizados – ou charangas –, tribos de índio, turmas de samba, blocos afros e tambor de crioula. A partir dos anos 70, os concursos inspirados no modelo dos desfiles das escolas de samba do Rio

1 E-mail: oliveira.fernando@ufma.br.

2 E-mail: arkley.bandeira@ufma.br.

de Janeiro ganham força, e os Carnavalescos concentram esforços para se adequar ao novo formato.

As agremiações ludovicenses, embora sofressem com a carência de recursos financeiros e profissionais, viveram um período que vai do apogeu à decadência entre as décadas de 1980 e 1990. O formato que privilegiava o concurso em detrimento das manifestações espontâneas do Carnaval de rua atingiu seu auge nessa época, os desfiles competitivos das escolas de samba e blocos caíram no gosto popular e se tornaram a principal atração da folia na capital maranhense.

Na fase áurea da competição, havia quase trinta escolas de samba, divididas nos grupos A e B. Um olhar mais atento sobre as transformações no Carnaval de rua de São Luís revela o desaparecimento, nos últimos quarenta anos, de dezenas de agremiações, entre escolas de samba, blocos tradicionais e organizados. Compreender o processo que levou a essa situação não é um trabalho recente. Há mais de duas décadas, estudos têm procurado desvendar as causas desse fenômeno. As escolas de samba de São Luís despertam hoje pouco interesse, mesmo no meio intelectual. A maioria delas desapareceu deixando como registro somente a participação efêmera no desfile (Araújo, 2001). Eugênio Araújo descreveu ainda o que ocorria com esse segmento:

As agremiações sambistas de São Luís (escolas e blocos organizados) encontram-se estrategicamente isoladas – cultural, social e financeiramente. Isso é resultado, entre outras coisas, de um lamentável equívoco da política cultural do estado e município que, seguindo a cartilha dos puristas, as riscou irresponsavelmente do mapa das possibilidades culturais locais, identificando sua origem e história em outras cidades, tornando-as – através de uma campanha na imprensa – ameaçadores para as raízes da cultura maranhense”. A maioria das escolas de samba não resistiu a tal investida e já desapareceu. [...]. (Araújo, 2001, p. 53).

Baseando-se em autores como DaMatta (1997), Ferreira (2004) e Marshall Sahlins (1997), busca-se compreender o processo cultural em profundidade. Além disso, consideramos essencial a contribuição de Alfredo Bosi (1992) e Roy Wagner (2010), cujas teorias enriquecem a percepção sobre os complexos conceitos de cultura e suas manifestações simbólicas. Este artigo analisa os impactos sobre o modo de brincar o Carnaval de rua a partir da tentativa de padronização de um modelo copiado do concurso das escolas de samba do Rio de Janeiro. O escopo deste trabalho é identificar as circunstâncias que contribuíram para a transformação do Carnaval de rua de São Luís e levaram à progressiva extinção de tantas brincadeiras.

Toda pesquisa surge da necessidade de responder a questionamentos específicos. Neste contexto, questiona-se: de que maneira a interação entre patrocínios políticos, segregação econômica e mudanças culturais influenciou a tradição, a evolução e o declínio das manifestações do Carnaval de rua em São Luís, resultando no desaparecimento de várias delas? Além disso, como os grupos estudados conseguiram resistir às transformações e manter a fidelidade ao seu ritmo original?

Para uma investigação criteriosa, faz-se necessário esmiuçar as relações que forjaram a criação desses grupos e os empecilhos para a preservação de diversas manifestações culturais do ciclo Carnavalesco. Reflete-se ainda como os interesses por trás das disputas serviram

para acomodar forças políticas e representações sociais e se as inovações introduzidas foram determinantes para que as turmas que outrora gozavam de prestígio e popularidade perdessem o protagonismo.

Com a perspectiva de encontrar respostas às questões sobre os problemas enunciados neste trabalho, a pesquisa mergulha na historicidade das turmas de samba Fuzileiros da Fuzarca, Ritmistas da Madre Deus, Vinagreira do Samba e Ritmistas de São José de Ribamar. As quatro agremiações, apesar do percurso que, gradativamente, levou quase ao desaparecimento de sua batucada original, não sucumbiram com a nova ordem e resistiram às transformações do Carnaval ao longo dos anos. No entanto, elas convivem com permanente ameaça a rondar a sobrevivência do ritmo, considerando o desinteresse da maioria da população pela brincadeira e a ausência de políticas públicas para que estes grupos se mantenham em atividade.

O ritmo que sobrevive há cerca de um século motivou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a averiguar a relevância da manifestação como patrimônio cultural maranhense. A instituição iniciou, em 2024, o processo para inventariar as turmas de samba do Maranhão, em parceria com a Universidade Federal do Maranhão, por meio do Grupo de Pesquisa Sobre Cultura Popular e Religião – GP Mina.

O IPHAN procura identificar os grupos em todo o estado do Maranhão. O levantamento preliminar do órgão da União, integrante da estrutura do Ministério da Cultura, indica que o ritmo é encontrado, além da capital, em pelo menos cerca de 30 municípios. O inventário não leva, conseqüentemente, ao registro do bem como patrimônio imaterial, reconhecimento que requer diversas outras providências.

A iniciativa, no entanto, concretiza o esforço do IPHAN no sentido de promover ações que possam garantir a preservação do batuque característico desses grupos, fortalecendo o seu modo de fazer e a inclusão de seus detentores na política patrimonial do órgão. Quais outros caminhos podem ser apontados para que manifestações autênticas do Carnaval de São Luís tenham as suas formas de expressão protegidas de modo a resistir a um processo natural que as condenam ao desaparecimento? Discutir alternativas e identificar medidas para preservá-las é também a motivação desta pesquisa.

## **2 O CARNAVAL APORTA EM TERRAS TUPINIQUINS**

O período colonial é o marco da chegada do Carnaval ao Brasil. A festa popular tem suas raízes no entrudo português, uma manifestação que envolvia brincadeiras com água, farinha, limões de cheiro e jatos de tinta. Ao longo dos séculos, essa tradição foi se misturando com as culturas africanas trazidas pelos escravizados, como o samba, que se tornaria o coração pulsante do Carnaval.

No século XIX, o Carnaval começou a ganhar uma nova cara com os desfiles pelas ruas do Rio de Janeiro de carros alegóricos e fantasias elaboradas, inspirados nos carnavais europeus, especialmente o de Veneza. “A nova expressão da folia criada pelas elites deveria

ser definida como o contrário do Entrudo, marcando a sua oposição ao que era antigo e apontando na direção de modernidade” (Ferreira, 2004). O que acontecia na corte não tardava a ser copiado por outros centros urbanos do país, como narra Felipe Ferreira:

Em suma, a partir da fagulha inicial lançada no Carnaval do Rio de Janeiro, em 1855, a explosão de préstitos compostos de grupos fantasiados sobre carruagens e, eventualmente, de algum tipo de alegoria, tomaria conta da folia brasileira. Uma das mais importantes razões desse sucesso foi, sem dúvida, a força empreendedora da nova burguesia brasileira. Sua determinação em substituir o antigo jogo de limões, seringas e gamelas do Entrudo pela nova diversão de mascarados e desfiles triunfais, que passou a ser chamada de Carnaval, mostrou-se bastante efetiva. É claro que se continuava brincando no Entrudo, mas contando com o apoio inestimável de boa parte da imprensa brasileira, o Carnaval parecia ter conseguido impor a modernidade francesa sobre a tradição lusitana, conquistando os corações do povo brasileiro (Ferreira, 2004, p. 146).

Foi no Rio de Janeiro que o Carnaval encontrou terreno fértil, transformando-se em um espetáculo grandioso e único. As escolas de samba, surgidas nas comunidades cariocas, trouxeram uma nova dimensão à festa (Ferreira, 2004).

A partir dos anos 1930, os concursos das escolas de samba do Rio de Janeiro começaram a ser organizados, transformando modestas agremiações em grandes espetáculos. Conforme descrito por Felipe Ferreira em **O livro de ouro do Carnaval brasileiro** (2004), essa organização trouxe uma nova dinâmica ao Carnaval carioca, elevando o nível das apresentações e atraindo um público cada vez maior. As escolas de samba, que antes eram simples grupos comunitários, passaram a investir em fantasias luxuosas, carros alegóricos grandiosos e enredos elaborados.

Um dos pilares da investigação teórico-metodológica em qualquer abordagem sobre o Carnaval se sustenta nos postulados de Roberto DaMatta, que compreende a folia como uma expressão do cotidiano do povo, envolvendo dois planos fundamentais: a rua e a casa. Neles, pode-se encontrar a reprodução de vários aspectos sociológicos, históricos e antropológicos da sociedade brasileira, tão bem narrados em **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro (DaMatta, 1997).

DaMatta reconhece que o Carnaval de rua, em oposição e contraste com um Carnaval de clube, perfaz a segmentação clássica da sociedade brasileira. No caso do Rio de Janeiro, isso ocorre na forma de encontros abertos, performatizados pelo desfile das escolas de samba.

O Carnaval de São Luís, investigado por leituras e pesquisas desenvolvidas para a escrita de nossa dissertação, a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult/UFMA), sob a orientação do Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira, concentra-se, basicamente, na reflexão sobre a resistência das turmas de samba às mudanças provocadas pela influência estética, rítmica e de conteúdo que o modelo inspirado no formato carioca dos desfiles teve na transformação das manifestações originais da folia de rua.

Os primeiros blocos Carnavalescos de São Luís foram fundados como turmas de batucada ou turmas de samba, no final da década de 1920 (Martins, 2000). Muitas delas, a exemplo da Turma de Mangueira, tida como a primeira da cidade, da Turma do Quinto e da Flor do Samba, se transformariam em escolas de samba, ajustando-se a uma nova forma de

organização, influenciadas pela transmissão dos desfiles do Carnaval carioca. As três ainda desfilam no concurso oficial promovido pela Secretaria Municipal de Cultura.

Houve um tempo em que uma hipótese construída no imaginário popular situava o Carnaval de rua de São Luís como o terceiro maior do Brasil. A suposta posição de destaque motivava uma certa disputa que aticava os foliões da capital a promoverem uma grande celebração. Não há registro sobre o período em que tal *ranking* teria existido.

Com o acirramento da concorrência entre as escolas de samba, parte da classe política passou a patrocinar e a fortalecer algumas agremiações que se alternavam na conquista de títulos, em especial as escolas Flor do Samba, Turma do Quinto, Favela do Samba e Unidos de Fátima. A competição ganhava, assim, um componente que extrapolava os limites da passarela e adentrava no cenário político local. A dinâmica persistiu com maiores ou menores conquistas para as escolas de samba, de acordo com o status quo dominante pelo grupo no poder.

Por muitos anos, as principais rivais no concurso das escolas de samba de São Luís, Flor do Samba e Turma do Quinto, atraíam a maior fatia da classe social mais abastada. Esse aspecto evidencia uma separação econômica no interior das escolas de samba, visto que algumas alas, cujos componentes pertenciam a essa classe, destacavam-se pelas fantasias mais bonitas que as demais, reproduzindo a estratificação da sociedade.

Nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro, os desfiles das escolas de samba são um exemplo evidente de estratificação das classes sociais. As escolas de samba do Grupo Especial, que contam com importantes patrocínios e altos investimentos, apresentam desfiles imponentes e luxuosos, atraindo a elite e turistas internacionais. Em contraste, com menos recursos, as escolas da Série Prata, que desfilam na Estrada Intendente Magalhães, zona norte do Rio, lutam para manter a tradição, contando muitas vezes com o apoio da comunidade local.

Além dos desfiles, a estratificação social também se manifesta nos blocos de rua. Alguns blocos, conhecidos por atrair celebridades e pessoas de alto poder aquisitivo, oferecem abadás caros e áreas VIP, criando uma experiência exclusiva. Por outro lado, há blocos comunitários e tradicionais que mantêm a essência popular do Carnaval, onde a participação é gratuita e aberta a todos. Essa dualidade evidencia como o Carnaval, apesar de ser uma festa inclusiva, ainda carrega as marcas das desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira.

Em São Luís, embora os desfiles ainda ocorram, eles atraem cada vez menos o interesse do público, pois o modelo não empolga como antes. Esse tipo de evento está em franco declínio, e os blocos e escolas que resistem enfrentam maiores dificuldades a cada ano para participar do concurso. Em 1979, quando o desfile ocorreu no Anel Viário, a programação divulgada pela comissão de Carnaval anunciava a participação de 10 escolas no grupo A, 10 no grupo B, 15 blocos tradicionais e 15 blocos organizados. Já em 2014, quando o concurso foi realizado pela primeira vez duas semanas após o carnaval, desfilaram 10 escolas de samba em um único grupo, 15 blocos tradicionais do grupo B e 17 blocos tradicionais do grupo A. Os blocos organizados, tribos de índio e turmas de samba não desfilaram neste ano.

Delimitar quando a configuração do concurso Carnavalesco começou a entrar em um processo crescente de decadência é uma tarefa que precisa levar em conta vários fatores, mas identificamos um episódio que pode ter contribuído para isso. O advento do Marafolia, o Carnaval fora de época de São Luís, criado em 1995, é supostamente associado como um ponto de ruptura do público mais jovem com o Carnaval de passarela. A micareta, que aconteceu até 2011, teria sacramentado a preferência pelos ritmos baianos e impor a cultura do *axé music* que, fortalecido, estendeu os seus domínios para o período oficial da folia.

Destaca-se que a perda de relevância dos blocos, escolas e demais brincadeiras Carnavalescas não gerou uma reação significativa das entidades representativas dessas agremiações, que têm se esforçado pouco para promover um debate sobre formas alternativas de se manterem ativas.

Um golpe mais profundo no estado trôpego dessas agremiações se dá com a introdução do novo formato que passa a predominar, na última década, no Carnaval de rua de São Luís: os grandes cortejos de trios elétricos puxados por cantores de reconhecida popularidade e quase nenhuma identidade com as raízes da folia maranhense. A consolidação desse modelo foi imperativa para aumentar ainda mais o desinteresse da população pelos desfiles oficiais.

É fato que, nos últimos dez anos, o poder público tem investido significativamente nesse formato do Carnaval, tornando-o ainda mais apelativo e com potencial de atrair contingente maior de pessoas para esse estilo de folia, em detrimento ao concurso de passarela.

Entre tantas brincadeiras de rua que desapareceram, uma, em especial, ainda que não participasse do concurso, se destacava pela singularidade: a Casinha da Roça, representação de uma casa de palha montada sobre a carroceria de um caminhão, que remetia a uma habitação típica do interior do Maranhão. A alegoria, decorada com cachos de pindoba, banana e babaçu, trazia em seu interior um grupo de tambor de crioula que tocava freneticamente e, em sua volta, homens, mulheres e crianças caracterizadas como índios. Sem concorrentes do gênero, a Casinha da Roça, cuja origem data de 1947, sobreviveu por muitas décadas como a mais pitoresca manifestação do Carnaval de São Luís, até deixar de circular no final dos anos 80.

Na Secretaria Municipal de Cultura, estão cadastradas, atualmente, duas derivações dessa brincadeira, que passaram a ser definidas como alegorias de rua: Tijupá e Tapera. No Carnaval de 2024, no entanto, nenhuma delas participou dos circuitos oficiais organizados pela Prefeitura de São Luís e pelo Governo do Estado.

Um estudo comparativo do Carnaval nas cidades em que a festa se realiza aponta semelhanças e dessemelhanças entre o modo de brincar, seja em grandes, médios ou pequenos centros. Registros bibliográficos evidenciam que as ameaças ao desaparecimento de manifestações do ciclo Carnavalesco são fenômenos que se encontram também em outras cidades brasileiras, com sintomas de maior ou menor gravidade de acordo com as intervenções consumadas.

É o que ocorreu em Tatuí, no interior de São Paulo, que possui uma brincadeira única entre

as cidades brasileiras: o Cordão dos Bichos, bloco que desfila desde 1928. A agremiação resiste ao tempo graças à subvenção do governo paulista desde a década de 60. Maria Izaura Pereira de Queiroz explica que,

No início dos anos 60, a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo preocupou-se com o desaparecimento de várias manifestações do folclore paulista e resolveu incrementá-las inclusive com subvenções. O Cordão dos Bichos era então quase que a única manifestação Carnavalesca de Tatuí; alguns blocos desfilavam também, mas as escolas de samba só surgiriam mais tarde. A partir desse ano o Cordão dos Bichos teve assegurada a sua sobrevivência. Esta, no entanto está ameaçada por uma nova circunstância: tempos atrás muita gente vinha se oferecer para sair no Cordão, envergando uma das fantasias de bichos, cuidadosamente guardadas numa velha garagem, mas desde o aparecimento das escolas de samba e o aumento dos blocos, não há mais quase interessados; para que nenhum dos trajes fique de lado, os organizadores pagam modestas gratificações a gente da roça, que se esmeram mas não tem a desenvoltura e a graça dos citadinos (Queiroz, 1994, p. 34).

Marshall Sahlins (1997) argumenta que a cultura não é um “objeto” em via de extinção, mas sim uma entidade dinâmica e resiliente. Ele refuta a ideia de que a globalização e o capitalismo impõem uma hegemonia cultural monótona, afirmando que esses fenômenos, na verdade, geram uma diversidade cultural sem precedentes. Além disso, Sahlins critica a visão pós-modernista que associa a cultura ao colonialismo e ao imperialismo, considerando essa perspectiva um diagnóstico falso. Ele argumenta que a cultura, longe de ser uma ferramenta de opressão, é um meio pelo qual as sociedades expressam suas identidades e valores únicos. Através de seus modelos conceituais, Sahlins demonstra que a cultura é uma força vital que continua a evoluir e se transformar, resistindo às pressões homogeneizadoras da modernidade.

Na obra **Dialética da colonização** (1992), Alfredo Bosi explora o processo cultural no Brasil a partir de uma perspectiva dialética, onde a colonização é vista como um fenômeno complexo e contraditório. Bosi argumenta que a colonização não foi apenas um processo de dominação e exploração, mas também de intercâmbio cultural, onde as culturas europeia e indígena se encontraram e se transformaram mutuamente.

Bosi destaca três pilares fundamentais nesse processo: colonização, culto e cultura. A colonização representa a ocupação e exploração das novas terras, enquanto o culto remete à memória e às práticas religiosas que tanto os colonizadores quanto os colonizados mantinham. A cultura, por sua vez, é vista como a herança de valores e práticas que emergem dessa interação, resultando em um convívio mais humano e complexo.

Roy Wagner, em **A invenção da cultura** (2010), propõe uma visão inovadora sobre o processo cultural, argumentando que a cultura é, essencialmente, uma invenção contínua. Para Wagner, a cultura não é um conjunto fixo de tradições e práticas, mas um processo dinâmico de criação e recriação. Ele sugere que a cultura é inventada tanto pelos indivíduos que a vivem quanto pelos antropólogos que a estudam.

O Carnaval brasileiro é demarcado geograficamente por práticas culturais específicas. Cidades de uma mesma região se diferenciam pelas particularidades de suas manifestações, ainda que em muitas localidades os formatos se assemelhem, como é o caso das escolas

de samba. Além de um esquema padronizado que reproduz uma fórmula consagrada, prevalecem ritmos regionais enraizados na cultura local. Exemplos notáveis incluem Recife, com o frevo, e São Luís, com o bloco tradicional.

Atualmente, algumas manifestações identitárias cresceram tanto que passaram a concentrar um grande contingente de foliões, tornando-se referências nacionais do Carnaval de rua. Um exemplo é o bloco Galo da Madrugada, de Recife, criado em 1978 com o objetivo de resgatar o frevo de rua. Em 1994, a agremiação foi consagrada pelo **Guinness Book** como “o maior bloco de Carnaval do planeta”, quando 1,5 milhão de foliões desfilaram pelas ruas do centro da capital pernambucana. A respeito dessa festança, Augusto Neves da Silva afirma que:

O Carnaval de Recife tem como um dos seus grandes destaques o clube de máscaras Galo da Madrugada. Foi fundado em 1978, no bairro de São José, por Enéas Freire. Em seu primeiro desfile contou com a participação de 75 pessoas, atualmente arrasta mais de 15, milhão de pessoas, número que o levou ao Livro dos Recordes. Guinness Book. O Galo da Madrugada desfila pelos bairros de São José e Santo Antônio sempre na manhã de sábado de Carnaval. De início, saía de madrugada pelas ruas de Recife. Outro momento especial da folia de momo recifense é a noite dos tambores silenciosos quando a comunidade negra se apresenta com os seus maracatus, para uma grande multidão. As escolas de samba de Recife se apresentam na segunda-feira de Carnaval. A folia de momo em Pernambuco procura se diferenciar em relação a outros polos no Brasil divulgando a imagem de uma grande “riqueza” e “diversidade” cultural como algo característico do estado (Silva, 2010).

Na capital maranhense, em meio à desassistência às agremiações carnavalescas, um capítulo diferente e até empolgante se abriu. Entre os anos de 2009 e 2012, a Prefeitura de São Luís tomou a iniciativa de salvaguardar os blocos tradicionais. A ação surgiu a partir da proposta da Fundação Municipal de Cultura (FUNC) de desenvolver ações para o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) dos Blocos Tradicionais do Maranhão. O INRC é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores, constituindo marcos e referências de identidade para determinado grupo social.

Os blocos tradicionais, expressão genuinamente maranhense, cuja área de ocorrência se restringe praticamente à ilha de São Luís, foram alvo de uma minuciosa pesquisa, cujo objetivo principal era o reconhecimento do bem cultural como patrimônio imaterial brasileiro. Os benefícios advindos desse registro no livro das celebrações do IPHAN compreendem o significado atribuído a eles por grupos sociais, estabelecem medidas adequadas para a preservação dessa brincadeira e garantem sua preservação por meio do fomento de ações com metas definidas em um plano específico sistematizado pela Política Nacional do Patrimônio Imaterial.

A extensa lista de documentos produzida pelo INRC dos blocos tradicionais, que incluiu entrevistas com detentores do bem cultural e farto material audiovisual, seguiu a metodologia empírica para a produção do inventário, mas o processo não logrou êxito em sua pretensão. O Conselho Consultivo do IPHAN, que avaliou o dossiê, arquivou a solicitação por não considerar relevante o folguedo carnavalesco maranhense a ponto de

reunir as condições exigidas para o reconhecimento como patrimônio imaterial brasileiro. A respeito da decisão, Euclides Moreira Neto (2019, p. 217) afirma que:

Os argumentos de que a manifestação é restrita somente à região metropolitana de São Luís para não ter sido concedido o título Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil à manifestação BTM são totalmente equivocados, considerando que várias outras manifestações totalmente representativas de uma determinada região (como as “Painéis de Barros” da cidade de Vitória, o próprio “Frevo” de Recife e Olinda, ou mesmo o “Tambor de Crioula” maranhense) já foram reconhecidas.

Sobre o tema da salvaguarda, cabe destacar que no livro de registros do IPHAN dedicado ao patrimônio imaterial, o Maranhão figura com duas formas de expressão da cultura popular: o bumba meu boi, também reconhecido como patrimônio imaterial mundial, e o tambor de crioula. Esta última não é uma manifestação exclusiva do ciclo carnavalesco e ocorre durante todo o ano. Outras duas formas de celebração que ocorrem no Maranhão, assim como em outras partes do território nacional, são reconhecidas como patrimônio imaterial brasileiro: a capoeira e a literatura de cordel.

### 3 REFLEXÕES FINAIS ACERCA DO CARNAVAL DE SÃO LUÍS

Este trabalho de investigação surgiu no âmbito da pesquisa “Carnaval de rua de São Luís, Maranhão: transformação e resiliência. A resistência das turmas de samba”. A pesquisa em andamento está sendo desenvolvida para a defesa de dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (PGCult/UFMA).

A pesquisa apresentou argumentos sobre como as transformações no Carnaval de rua de São Luís foram determinantes para moldar o modo de brincar do folião da capital maranhense. Em um contexto histórico, abordamos o apogeu e o declínio de uma fórmula que, com o tempo, se mostrou desgastada, e como algumas manifestações carnavalescas resistiram e ainda desfilam pelas ruas da cidade.

Por se tratar de um trabalho em curso, as hipóteses aqui consideradas poderão ser comprovadas ou refutadas com a evolução do processo investigativo.

A análise preliminar sugere que, apesar das adversidades e das mudanças sociais e econômicas, o Carnaval de rua de São Luís continua a ser uma expressão vibrante da cultura local. As turmas de samba, em particular, demonstram uma notável capacidade de adaptação e resistência, preservando tradições ao mesmo tempo em que incorporam novas influências. Este estudo, portanto, não apenas documenta a história e as transformações do Carnaval de rua, mas também celebra a resiliência e a criatividade dos foliões maranhenses. À medida que a pesquisa avança, espera-se que novas descobertas possam aprofundar a compreensão sobre a importância cultural e social dessa festividade, reafirmando seu papel central na identidade de São Luís.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eugênio. **Não deixa o samba morrer**. Um estudo histórico e etnográfico sobre o Carnaval de São Luís e a escola Favela o Samba. São Luís: Imprensa Universitária, 2001.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 308-345: Cultura brasileira e culturas brasileiras.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1997. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1997.

FERREIRA, Felipe. **O livro de ouro do Carnaval brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MARTINS, Ananias Alves. **Carnavais de São Luís: tradição e mudança**. São Luís: Sanluiz, 2000.

MOREIRA NETO, Euclides. **O “vai querer” dos blocos tradicionais**. São Luís: EDUFMA, 2019.

QUEIROZ, M. I. P. de. (1994). A ordem Carnavalesca. **Tempo Social**, 6(1/2), 27-45. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84999>. Acesso em: 10 jul. 2024. <https://doi.org/10.1590/ts.v6i1/2.84999>

SAHLINS, Marshal. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”. In: **Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1-2, UFRJ, 1997.

SILVA, A. N. Reflexões sobre Carnaval e samba na historiografia brasileira. **Revista Tempo Histórico**, v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistatempohistorico/article/view/2445>. Acesso em: 10 jul. 2024.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010. 256 p.

# CATALOGAÇÃO DO ACERVO COLETADO NO INVENTÁRIO DE VARREDURA E CONHECIMENTO DOS BENS HISTÓRICOS E CULTURAIS DA BAIXADA MARANHENSE E REENTRÂNCIAS MARANHENSES

**Rian Lucas Mendes Matos<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

O presente trabalho é um recorte temático do Projeto de Pesquisa Levantamento e reconhecimento dos bens históricos e culturais da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses, no qual sou bolsista de pesquisa. A pesquisa realiza um amplo levantamento do patrimônio histórico e cultural, ressaltando a importância da sua preservação. Ademais, a pesquisa vem documentando e catalogando diferentes componentes dos bens culturais, como a manufatura da cerâmica, o artesanato em fibras, a culinária tradicional e os sítios arqueológicos. No âmbito deste capítulo, destaca-se a organização e a digitalização dos acervos reunidos, além da divulgação dos resultados por meio de exposições e conteúdos educativos. O texto enfatiza a necessidade de proteger esses bens para pesquisas futuras e aumentar a conscientização pública.

**Palavras-chave:** Inventário de Conhecimento; Patrimônio Histórico e Cultural; Reentrâncias Maranhenses; Baixada Maranhense.

## 1 INTRODUÇÃO

Os bens de interesse histórico e cultural, sejam eles patrimonializados ou não, desempenham um papel crucial na afirmação e reafirmação das identidades dos diversos povos que compõem a nação brasileira. Além disso, atuam como mediadores entre o presente e o passado, conectando as sociedades às suas memórias e histórias. O referido projeto de pesquisa se inseriu nas temáticas do patrimônio histórico e cultural em âmbito estadual, com a aplicação de uma metodologia para reconhecimento e preservação desses bens, denominada inventários de varredura e conhecimento.

No Brasil, a organização do patrimônio cultural brasileiro é regida pela Constituição Brasileira de e outras normativas, sobretudo, portarias, normas, leis complementares, instruções, dentre outras, ressaltando as especificidades do tema.

O Artigo 216 da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988, p.1), considera como patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto,

<sup>1</sup> Graduando em Oceanografia pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [rian.mendes@discente.ufma.br](mailto:rian.mendes@discente.ufma.br).

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia. Professor do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (PGCult-UFMA). E-mail: [arkley.bandeira@ufma.br](mailto:arkley.bandeira@ufma.br).

portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. É constituído pelas:

I - Formas de expressão;

II - Modos de criar, fazer e viver;

III - criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - Obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Esse conjunto legislativo incide diretamente nas medidas de proteção e salvaguarda, não obstante que o conhecimento e identificação são as principais medidas para a preservação dos suportes de memória, história e identidade dos povos. Desde 2018, o projeto Inventário de Varredura e Reconhecimento realiza documentação e registro em diversos municípios da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses de bens históricos e culturais, como a cerâmica artesanal nos Quilombos de Itamatatua, em Alcântara, e Porto do Nascimento, em Mirinzal; o artesanato em fibras vegetais, em Palmeirândia; culinária tradicional, em Peri-Mirim; bens edificados, em Pinheiro; pesca artesanal no rio Turi, em Turilândia e Santa Helena; sítios arqueológicos em Guimarães; farinha de puba, em Pinheiro; além de outros estudos em andamento.

As pesquisas resultaram, além de um acervo documental, como cadernos de campo, fotografias e gravações; em acervos materiais, que foram incorporados à Reserva Técnica de Arqueologia da UFMA, tais como peças cerâmicas, exemplares de cestaria, apetrechos de pesca, objetos utilizados na feitura da farinha, entre outros. Nesse sentido, há uma necessidade urgente de instrumentalizar políticas de salvaguarda e pesquisa do acervo material coletado, tendo em vista a produção e divulgação do resultado dos inventários, em pesquisas e exposições.

Segundo Sant'Anna (2006, p. 9):

Para a política de salvaguarda, preservar o patrimônio cultural brasileiro significa fortalecer e dar visibilidade às referências culturais dos grupos sociais em sua heterogeneidade e complexidade. Significa promover a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais para a sua preservação.

Logo, a salvaguarda compreende as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (UNESCO, 2006).

Os bens classificados como patrimônio cultural imaterial referem-se às práticas e domínios da vida social que se expressam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; bem como em locais significativos,

como marcos topofílicos, mercados, feiras e santuários que acolhem práticas culturais coletivas.

É pertinente ressaltar que nem todas as referências históricas e culturais significativas para os povos são reconhecidas como patrimônio ou protegidas por medidas de salvaguarda. Por essa razão, é de suma importância promover e valorizar pesquisas que busquem inventariar, mapear, identificar e registrar os lugares e indivíduos que produzem, reproduzem, mantêm e transmitem cultura, histórias e memórias.

Além do conhecimento, a valorização e a disseminação dos bens históricos e culturais para públicos diversos são igualmente fundamentais. Contudo, para que isso seja alcançado, é imprescindível a implementação de projetos educacionais robustos, processuais e de longa duração, fundamentados em uma abordagem diacrônica, sistemática e holística. Nesse contexto, a execução deste Plano de Trabalho se justifica pela relevância do papel da UFMA em acolher e pesquisar um acervo arqueológico significativo, que contribui para o conhecimento e a compreensão da cultura, história e memória do Maranhão. A pesquisa não apenas enriquece a produção de saber, mas também possibilita ao discente vivenciar processos de ensino-aprendizagem na prática, especialmente nas áreas de gerenciamento e curadoria de acervos históricos e culturais, por meio de experiências acadêmico-profissionais.

O objetivo da pesquisa, portanto, é atuar na organização e curadoria do acervo arqueológico coletado no projeto “Inventário de varredura e reconhecimento dos bens históricos e culturais da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses”, sob a guarda da UFMA. A finalidade é assegurar o seu gerenciamento, catalogação e posterior disponibilização para pesquisas, ampliando seu acesso e preservação.

## 2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O Museu do Instituto de História e Geografia do Maranhão, fundado em 1926, foi a primeira instituição oficial no Estado que teve como responsabilidade institucional coletar acervos de distintas naturezas, inclusive arqueológica, fomentar pesquisas e divulgar os achados para o grande público.

De acordo com Bandeira (2020), as primeiras instituições de guarda no Maranhão surgiram a partir dos anos 2000, como o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, a Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico, a Reserva Técnica da UFMA e o Laboratório de Arqueologia da UFMA. Essas instituições desempenham um papel crucial na manutenção e salvaguarda dos acervos arqueológicos.

É imperativo que essas instituições assegurem a permanência dos materiais em seus locais de origem. Caso isso não seja viável, é essencial que os responsáveis, sejam públicos ou privados, promovam a modernização, ampliação e fortalecimento das unidades que gerenciam os acervos arqueológicos. Na eventualidade de inexistência de tais unidades, deve-se garantir a construção de novas unidades museológicas destinadas à conservação desses acervos.

Os procedimentos adotados neste Projeto seguiram uma cadeia operatória de ações, principiadas pelo levantamento das coleções arqueológicas, finalizando com o registro das mesmas em um sistema de informação.

Nesse contexto, trabalhamos na linha daquilo que Bruno e Wichers (2013/2014) denominam musealização da arqueologia, ou seja, trata-se de um campo de experimentação e análise, orientado para a problematização das ações museológicas aplicadas aos contextos arqueológicos.

#### Etapa 1 – Levantamento documental das coleções arqueológicas

Foi feito diagnóstico de todas as coleções arqueológicas inventariadas e catalogadas durante a pesquisa, abrangendo conferência, estado de conservação e acondicionamento. Assim como o levantamento de toda a documentação referente às coleções arqueológicas, tendo como base os relatórios técnicos e de pesquisa que geraram a coleção, cadernos de campo, mapas, cartas, ofícios, documentos de endossos, banco de dados, fotos, croquis, desenhos, filmagens, etc (figura 1). Essa documentação está disponível no IPHAN e com os arqueólogos responsáveis pela pesquisa arqueológica e que geraram o acervo.

**Figura 1-** Cadernos de campo acondicionados em sacos plásticos na prateleira identificada com a letra A e o número 1



Fonte: Arkley Bandeira (2020)

#### Etapa 2 – Localização e manuseio das coleções arqueológicas

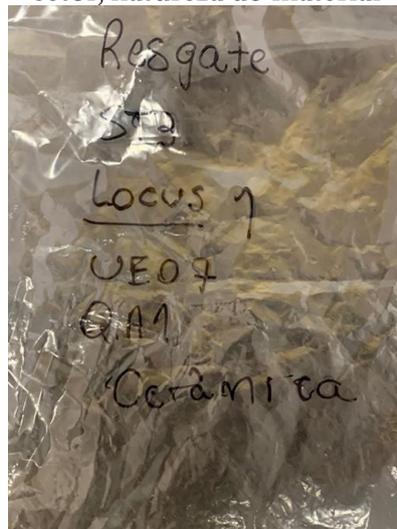
A Localização das coleções arqueológicas e associação das mesmas com sua documentação levantada na Etapa 1; Triagem das coleções arqueológicas por natureza do vestígio arqueológico pré-histórico (lítico, cerâmica, ósseo, dente, malacológico, vegetal, sedimentos, etc.) e histórico (louça, metal, vidro, material construtivo, osso, dente, malacológico, etc.); Limpeza do material arqueológico como mostra na figura 2 e 3.

**Figura 2** - Estagiários do LABARQ identificando os materiais arqueológicos nas caixas e triando por sítio e categoria para fins de registro



Fonte: LABARQ (2021).

**Figura 3** - Ficha de proveniência da embalagem, com os seguintes itens: fase da pesquisa, sítio, setor, natureza do material



Fonte: Arkley Bandeira (2021).

### **Etapa 3 – Documentação e Informatização das Coleções Arqueológicas**

Foi criado um sistema de documentação com um banco de dados para registro e informatização do acervo. Procedeu-se com o levantamento das rotinas e processos referentes às atividades gerais da reserva técnica e o desenvolvimento dos bancos de dados relacionais baseados nos já existentes. Também foram revisadas e adequadas a documentação de registro das coleções arqueológicas.

A digitalização de toda a documentação de registro das coleções arqueológicas foi realizada, e as informações das coleções arqueológicas foram alimentadas no banco de

dados (peça a peça). Finalmente, foram criados códigos identificadores para cada coleção arqueológica, peça individual e local de guarda (Figura 4)

**Figura 4** - Nova Ficha de coleta e proveniência de materiais arqueológicos após revisão

**PBA-ARQUEOLOGIA** Petrobras - Refinaria Premium I - Bacabeira/MA  
**FICHA DE COLETA**

etapa  prospecção data 09/03/12 área —  
 resgate  
 monitoramento sítio ST3

material  cerâmica  cerâmico construtivo  lítico  louça  
 metal  vidro  osso  malacológico

quantidade 4 numeração provisória 20903

origem  coleta assistemática transect poço-teste quadra  
 quadricula  trincheira  sondagem nível superfície

quadra/trincheira/quadricula/setor/PT Q.A1-UE07-ST3

UTM \_\_\_\_\_ foto  sim  não

coletor(a) Vinícius Durante obs.  sim  não

Fonte: Arkley Bandeira, 2021.

#### Etapa 4 – Acondicionamento e Armazenamento das Coleções Arqueológicas

Foi realizado o acondicionamento (figura 5) das coleções em embalagens adequadas para a natureza do vestígio (histórico ou pré-histórico; orgânico ou inorgânico). Em seguida, procedeu-se com o armazenamento das coleções arqueológicas devidamente documentadas, registradas, catalogadas e informatizadas no mobiliário.

**Figura 5** - Estagiários do LABARQ identificando as caixas depósitos com as informações de proveniência de acordo com as informações originais das peças



Fonte: Arkley Bandeira, 2021.

#### Etapa 5 – Socialização e Divulgação

Os dados armazenados no banco de dados e as informações sobre as coleções arqueológicas foram disponibilizados ao público por meio de exposições para a comunidade, rodas de conversas, exposição em feiras acadêmicas e reportagens. Além disso, com os mesmos dados, foi feita uma exposição virtual com as principais peças das coleções arqueológicas. Disponibilizadas ao público por meio de exposições para a comunidade, rodas de conversas, exposição em feiras acadêmicas e reportagens; além disso, com os mesmos dados será feita uma exposição virtual com as principais peças das coleções arqueológicas.

**Figura 6** - Autor expondo os resultados na feira das profissões Ufma 2023



Fonte: Flavio Matos (2023)

### 3 RESULTADOS

Para Braga, a documentação de um acervo é tarefa dos bastidores do espetáculo em que se transforma uma exposição, sendo que uma das missões do conservador é também conscientizar o público sobre a importância da conservação (Braga, 2001).

O projeto resultou na documentação de um vasto acervo cultural, incluindo cadernos de campo, fotografias e gravações. As peças arqueológicas, como cerâmicas, exemplares de cestaria, apetrechos de pesca, objetos utilizados na produção de farinha, entre outros, foram catalogadas e registradas em um sistema de gerenciamento de acervos.

Os materiais coletados foram incorporados à Reserva Técnica de Arqueologia da UFMA, contribuindo para a preservação e estudo continuado dos bens culturais. A inclusão desses materiais em uma instituição acadêmica garante o acesso e a proteção necessários para futuras pesquisas.

Os dados obtidos foram sistematizados e analisados, possibilitando uma compreensão mais ampla sobre os modos de vida e as práticas culturais da região. Isso inclui a identificação de técnicas artesanais, práticas culinárias e tradições locais. Foram realizadas ações para promover a proteção e a valorização do patrimônio cultural documentado. Isso inclui exposições para a comunidade, rodas de conversa, participação em feiras acadêmicas e a preparação de uma exposição virtual para apresentar as principais peças do acervo.

Em agosto de 2023, representantes das comunidades de terreiro de São Luís realizaram uma visita à Reserva Técnica de Arqueologia para se reunir com a representante do IPHAN-MA e conhecer o material arqueológico recolhido durante o processo de licenciamento ambiental das obras do Porto de São Luís, próximo ao antigo Terreiro do Egito, atualmente patrimônio cultural do estado.

Esse processo resultou de um termo de ajuste de conduta (TAC) assinado pela empresa Tup Porto, devido ao início das obras sem a realização prévia do estudo da área, o que gerou indignação entre os moradores da comunidade do Cajueiro e as comunidades ligadas ancestralmente ao Terreiro do Egito.

Durante a visita, os representantes tiveram a oportunidade de observar e manusear os objetos encontrados, como fragmentos de cerâmica e peças de ferro, incluindo uma moeda do período imperial brasileiro. A experiência proporcionou uma troca significativa entre os acadêmicos e os detentores daquele patrimônio cultural, uma vez que muitos dos visitantes reconheceram a possível origem e uso de alguns dos itens encontrados na localidade.

**Figura 7** - Representantes de terreiros do município de São Luís em visita ao acervo do Terreiro do Egito na Reserva Técnica de Arqueologia



Fonte: Flavio Matos (2023)

A educação patrimonial desempenhou um papel importante nas atividades realizadas durante a implementação do plano de trabalho. A UFMA realiza anualmente uma feira de carreiras onde estudantes do ensino fundamental têm a oportunidade de explorar as diferentes opções de carreira disponíveis na universidade.

O LABARQ participa do evento pelo segundo ano consecutivo e conta com um espaço expositivo com objetos representativos dos acervos preservados na reserva. Os objetos expostos incluem cerâmicas indígenas de estearias do Maranhão, ferramentas de ferro encontradas no Terreiro, no Egito, machados de pedra encontrados durante licenças ambientais da refinaria Premium I e sambaquis encontrados na grande ilha A mediação cultural de ossos humanos, como a mandíbula de São Paulo, é realizada por pesquisadores em laboratório, tornando este momento de expansão universitária particularmente rico.

**Figura 8** - Autor expondo resultados do inventário na Feira das Profissões UFMA 2023

Fonte: Flavio Matos (2023)

Através do projeto, houve um esforço significativo para conscientizar o público sobre a importância da preservação do patrimônio cultural. Isso foi feito não apenas através de exposições, mas também através da produção de conteúdo educacional e informativo.

As peças arqueológicas são bens culturais que trazem um potencial imenso de informações. Desde o momento em que elas são coletadas em campo ou retiradas de seus contextos arqueológicos originais, uma vasta documentação começa a ser formada.

#### 4 CONCLUSÃO

Os resultados deste trabalho evidenciam a importância da catalogação do inventário na preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses. O processo de documentação, catalogação e conservação dos bens culturais, incluindo cerâmica, artesanato e sítios arqueológicos, tem sido crucial para a proteção e compreensão das práticas culturais da região.

Através das etapas realizadas, desde o levantamento documental até a informatização e socialização dos acervos, foi possível garantir a preservação e a acessibilidade dos materiais coletados. A incorporação desses acervos à Reserva Técnica de Arqueologia da UFMA fortalece a base para futuras pesquisas e promove a continuidade do estudo das tradições locais.

A realização de exposições e a produção de conteúdo educacional também desempenham um papel fundamental na conscientização pública sobre a importância do patrimônio cultural. Esse esforço não só contribui para a preservação das memórias e identidades regionais, mas também promove o engajamento da comunidade e a valorização do patrimônio cultural.

O trabalho desenvolvido reafirma a necessidade de políticas eficazes para a salvaguarda e divulgação do patrimônio, assegurando que as riquezas culturais da Baixada Maranhense

e Reentrâncias Maranhenses sejam adequadamente protegidas e apreciadas por futuras gerações.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Arkley Marques. A política institucional da Universidade Federal do Maranhão para o gerenciamento e a salvaguarda dos acervos arqueológicos: uma história em três atos. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 146-170, 2020.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto promulgado em de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988.

BOTTALLO, M. O papel da documentação museológica nos processos de salvaguarda patrimonial: a montagem da exposição temporária. **Brasil 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial**. São Paulo: MAE – USP, 2001.

BOTTALLO, M. A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 6, p. 287-292, 1996.

CERAVOLO, S. M.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 10, p. 241-253, 2000.

SANTA'NNA, M. **Patrimônio Imaterial**: o registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Cultura /Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 17 de outubro de 2003**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

# **GAMEZÔNIA: perspectivas teóricas sobre o potencial pedagógico e decolonial dos jogos digitais na Amazônia**

**Juliana dos Santos Nogueira<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Conceição de Maria Belfort de Carvalho<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

## **RESUMO**

Este artigo analisa o potencial pedagógico e decolonial dos jogos digitais no contexto amazônico, tomando como objeto de estudo o jogo “Gamezônia”. Por meio de uma abordagem teórica transdisciplinar, que articula estudos decoloniais, game studies e pedagogias críticas, investigamos como o jogo traduz saberes tradicionais e cosmovisões indígenas para o meio digital, desafiando narrativas hegemônicas sobre a Amazônia. A análise revela que o Gamezônia opera como uma plataforma de insurgência epistêmica, promovendo uma compreensão mais profunda e respeitosa das culturas e ecossistemas amazônicos. Contudo, o estudo também aponta para as tensões e desafios inerentes ao uso de tecnologias digitais para representar e disseminar conhecimentos tradicionais. Concluímos que, apesar dessas contradições, jogos como o Gamezônia oferecem possibilidades promissoras para a construção de pedagogias interculturais e decoloniais, capazes de fomentar engajamentos éticos e reflexivos com diferentes perspectivas culturais.

**Palavras-chave:** Jogos Decoloniais; Amazônia; Pedagogias Insurgentes; Interculturalidade; Tecnologias Digitais.

## **1 INTRODUÇÃO**

No cenário contemporâneo, marcado por intensas transformações tecnológicas e culturais, os jogos digitais emergem como potentes vetores de produção e disseminação de narrativas, representações e sistemas de valores. Para além de seu papel como artefatos de entretenimento, esses produtos culturais interativos têm se revelado verdadeiras arenas de embates simbólicos e políticos, com a capacidade de influenciar imaginários sociais e moldar subjetividades (Bogost, 2007; Flanagan, 2009).

É nesse contexto que surge o fenômeno dos jogos decoloniais, uma categoria emergente de artefatos lúdico-digitais que buscam questionar as narrativas e representações dominantes, fortemente ancoradas em discursos coloniais, eurocêntricos e da modernidade. Ao colocar em primeiro plano as visões de mundo, estéticas, conhecimentos e histórias de povos indígenas, comunidades tradicionais e grupos marginalizados, esses jogos promovem uma insurgência epistêmica e ontológica (Mignolo, 2008; Quijano, 2005).

O presente artigo se propõe a analisar o potencial pedagógico e decolonial dos jogos digitais no contexto amazônico, tomando como objeto de estudo o jogo “Gamezônia”. Esta

1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (PGCult-UFMA), Bolsista CAPES. E-mail: julianadsnogue@gmail.com.

2 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). Professora do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (PGCult-UFMA). E-mail: conceicao.belfort@ufma.br.

investigação se insere na intersecção entre os game studies, os estudos decoloniais e as pedagogias críticas, buscando compreender como as tecnologias interativas podem atuar como plataformas de resistência cultural e de valorização dos saberes tradicionais.

Partimos da premissa de que os jogos decoloniais, ao proporcionar experiências imersivas em universos lúdicos governados por outras lógicas e racionalidades, podem estimular processos de “desaprendizagem” das estruturas epistêmicas herdadas do projeto moderno/colonial (Walsh, 2013). Ao mesmo tempo, reconhecemos os desafios e contradições inerentes a esse empreendimento, considerando que os próprios dispositivos computacionais que possibilitam os jogos digitais estão profundamente entrelaçados nas teias do tecnocapitalismo global e nas lógicas binárias e instrumentais que permeiam as tecnologias contemporâneas.

O objetivo central deste estudo é investigar como o “Gamezônia” articula saberes ancestrais, cosmologias indígenas e questões socioambientais contemporâneas em sua narrativa e mecânicas de jogo. Buscamos compreender as estratégias empregadas para traduzir conhecimentos tradicionais e visões de mundo não-ocidentais para a linguagem dos jogos digitais, bem como analisar os possíveis impactos dessas experiências lúdicas na promoção de uma consciência ecológica e intercultural.

Para isso, mobilizamos um arcabouço teórico transdisciplinar, que inclui contribuições dos estudos pós-coloniais e decoloniais (Quijano, 2005; Mignolo, 2008), das pedagogias críticas e decoloniais (Freire, 1987; Walsh, 2013), dos game studies (Bogost, 2007; Flanagan, 2009) e dos estudos amazônicos (Souza, 2019). Essa articulação teórica nos permite analisar o “Gamezônia” não apenas como um produto cultural, mas como um dispositivo pedagógico insurgente, capaz de fomentar processos de descolonização do saber e do imaginário.

Ao longo do artigo, discutiremos as potencialidades e limitações dos jogos digitais como ferramentas de preservação e disseminação de conhecimentos tradicionais, problematizando questões éticas e metodológicas envolvidas no desenvolvimento de jogos em colaboração com comunidades indígenas e tradicionais. Refletiremos também sobre as tensões entre tecnologia digital e saberes ancestrais, buscando compreender como o “Gamezônia” navega essas águas turbulentas.

Esta investigação se justifica pela urgência de desenvolver abordagens pedagógicas inovadoras e culturalmente sensíveis, capazes de promover um diálogo intercultural e uma compreensão mais profunda da complexidade socioambiental da Amazônia. Em um momento histórico marcado por graves ameaças aos povos e ecossistemas amazônicos, a análise do potencial dos jogos decoloniais como ferramentas de sensibilização e mobilização ganha especial relevância.

Esperamos que as reflexões aqui apresentadas possam contribuir para o avanço das discussões teóricas sobre o uso de tecnologias digitais na educação intercultural e na preservação de saberes tradicionais. Mais do que isso, almejamos que este estudo possa inspirar e informar o desenvolvimento de novos jogos e experiências interativas que atuem

como plataformas de resistência, criatividade e reimaginação de futuros possíveis para a Amazônia e seus povos.

## 2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE O POTENCIAL PEDAGÓGICO E DECOLONIAL DOS JOGOS DIGITAIS NA AMAZÔNIA

O presente estudo se fundamenta na intersecção de três principais campos teóricos: estudos decoloniais, game studies e pedagogias críticas. Esta articulação teórica nos permite analisar o Gamezônia não apenas como um produto cultural, mas como um dispositivo pedagógico insurgente, capaz de fomentar processos de descolonização do saber e do imaginário no contexto amazônico.

Ao refletirmos sobre os estudos decoloniais e a Amazônia, vale destacar que o pensamento decolonial, desenvolvido por autores como Quijano (2005), Mignolo (2008) e Walsh (2013) oferece uma crítica fundamental à modernidade/colonialidade e suas estruturas de poder/saber. Quijano (2005) argumenta que a colonialidade persiste mesmo após o fim do colonialismo formal, manifestando-se na imposição de modos de ser, conhecer e se relacionar com o mundo.

No contexto amazônico, essa perspectiva é particularmente relevante. Como aponta Souza (2019), a Amazônia tem sido historicamente representada através de um olhar colonial que a reduz a um espaço de recursos a serem explorados ou uma natureza intocada a ser preservada. Os estudos decoloniais nos permitem questionar essas narrativas hegemônicas e valorizar os conhecimentos e práticas dos povos amazônicos.

O conceito de “ecologia de saberes” proposto por Santos e Meneses (2010) é fundamental para nossa análise. Ele sugere a necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade epistemológica do mundo, desafiando a monocultura do saber científico ocidental. Isso é particularmente relevante ao considerar como o Gamezônia representa e transmite conhecimentos tradicionais amazônicos.

O campo dos game studies oferece ferramentas conceituais para compreender como os jogos digitais operam como sistemas de significação e persuasão. Bogost (2007) introduz o conceito de “retórica procedural” para descrever como os jogos fazem argumentos através de suas regras e mecânicas. Flanagan (2009), por sua vez, explora o potencial dos jogos para o ativismo e a mudança social através do conceito de “jogo crítico”.

Estudos recentes têm explorado o potencial decolonial dos jogos digitais. Mukherjee (2018) argumenta que os videogames podem atuar como espaços de contestação e negociação pós-colonial. Penix-Tadsen (2019) examina como jogos produzidos na América Latina podem desafiar narrativas hegemônicas e expressar identidades culturais locais.

No contexto brasileiro, Souza (2017) investiga como coletivos indígenas têm se apropriado dos jogos digitais para fortalecer processos de transmissão de conhecimentos como formas de valorizar epistemologias nativas. Essas perspectivas são cruciais para compreender como o Gamezônia pode operar como uma ferramenta de resistência e reexistência epistêmica.

Nesse movimento de valorização de conhecimentos tradicionais e também da manutenção de tradições, as pedagogias críticas, desenvolvidas a partir do trabalho seminal de Freire (1987), oferecem uma base teórica para compreender o potencial transformador da educação. Freire argumenta que a verdadeira educação deve ser um processo de conscientização e libertação, não de mera transmissão de conhecimentos.

Walsh (2013) estende essa perspectiva ao propor o conceito de pedagogias decoloniais, entendidas como práticas educativas que buscam ativamente dismantlar as estruturas de poder colonial e criar espaços para outras formas de ser, pensar e conhecer. Isso se alinha com o que Mignolo (2008) chama de “desobediência epistêmica” - a recusa em aceitar as categorias e modos de pensar impostos pela modernidade/colonialidade.

No contexto dos jogos digitais, Gee (2003) e Squire (2011) têm explorado como os videogames podem incorporar princípios de aprendizagem efetivos e promover formas de alfabetização crítica. Andreotti (2011) propõe o conceito de “alfabetização global crítica”, que busca desenvolver a capacidade de engajamento ético e reflexivo com diferentes perspectivas culturais - um objetivo que se alinha com as potencialidades do Gamezônia.

Um conceito central para nossa análise é o de interculturalidade crítica, desenvolvido por Walsh (2009). Diferentemente do multiculturalismo liberal, que muitas vezes se limita a reconhecer a diversidade cultural sem questionar as estruturas de poder subjacentes, a interculturalidade crítica busca transformar as bases epistêmicas, ontológicas e sociais que sustentam a desigualdade.

No contexto amazônico, a questão da interculturalidade se entrelaça com debates sobre o uso de tecnologias digitais por povos indígenas e comunidades tradicionais. Autores como Saito (2010) têm explorado como essas tecnologias podem ser apropriadas e ressignificadas em contextos não-ocidentais, um processo que pode ser entendido como uma forma de “antropofagia tecnológica” (Souza, 2017).

Conforme já destacamos, este estudo adota uma abordagem metodológica qualitativa, crítica e interpretativa, alinhada com os pressupostos epistemológicos da pesquisa decolonial (Smith, 2021). A investigação se estrutura em três eixos principais: (1) revisão bibliográfica integrativa, (2) análise documental do jogo Gamezônia, e (3) reflexão teórica crítica.

Realizamos uma revisão bibliográfica integrativa (Whittemore & Knafl, 2005) abrangendo três campos principais: estudos de jogos digitais, teorias decoloniais e pedagogias críticas. As bases de dados consultadas incluem Web of Science, Scopus, SciELO e o Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Utilizamos combinações de palavras-chave como “jogos decoloniais”, “pedagogia crítica”, “tecnologias indígenas”, “Amazônia” e “interculturalidade”, em português, inglês e espanhol.

Os critérios de inclusão priorizaram publicações revisadas por pares dos últimos 10 anos, embora trabalhos seminais mais antigos também tenham sido considerados. A seleção e análise dos textos seguiram um protocolo adaptado de Levy e Ellis (2006), envolvendo leitura crítica, fichamento e categorização temática.

Para compreender as especificidades do Gamezônia, realizamos uma análise documental (Bowen, 2009) do jogo e materiais relacionados. Isso incluiu:

- a) Análise da narrativa e mecânicas do jogo, utilizando o método de close reading (Bizzocchi & Tanenbaum, 2011).
- b) Exame de documentos de design, material promocional e entrevistas com desenvolvedores, quando disponíveis.
- c) Investigação de paratextos (Consalvo, 2017) como fóruns de discussão e reviews de jogadores.

A análise foi guiada por um protocolo desenvolvido especificamente para este estudo, focando em elementos como representação cultural, incorporação de saberes tradicionais, mecânicas de jogo decoloniais e estratégias pedagógicas.

Com base nos dados coletados nas etapas anteriores, empreendemos um processo de reflexão teórica crítica (Alvesson & Sköldberg, 2017), buscando articular os conceitos e teorias levantados na revisão bibliográfica com as observações derivadas da análise do Gamezônia.

Esta etapa envolveu:

- a) Identificação de temas e padrões recorrentes.
- b) Construção de mapas conceituais para visualizar relações entre conceitos.
- c) Elaboração de proposições teóricas sobre o potencial pedagógico e decolonial dos jogos digitais no contexto amazônico.
- d) Reflexão crítica sobre as tensões e contradições inerentes ao uso de tecnologias digitais para representar e disseminar saberes tradicionais.

É importante ressaltar que, alinhadas com a perspectiva decolonial, buscamos constantemente questionar nossas próprias posicionalidades e pressupostos como pesquisadores, reconhecendo os limites e possíveis vieses de nossa interpretação (Tuhiwai Smith, 2021).

Esse artigo é parte de uma pesquisa mais abrangente, nesse recorte reconhecemos as limitações inerentes a um estudo teórico baseado na análise de um único jogo. Futuros estudos serão beneficiados de uma abordagem comparativa, analisando múltiplos jogos decoloniais, bem como da inclusão de perspectivas diretas de jogadores e comunidades representadas. Quanto às considerações éticas, embora não tenhamos realizado pesquisa direta com participantes humanos, mantivemos uma postura reflexiva quanto às implicações éticas de analisar e discutir representações de culturas indígenas e tradicionais (Denzin et al., 2008).

## Resultados

Apresentamos, a seguir, alguns resultados a partir de cinco perspectivas:

### 3 GAMEZÔNIA COMO PLATAFORMA DE INSURGÊNCIA EPISTÊMICA

O Gamezônia se apresenta como uma experiência lúdica que desafia as narrativas hegemônicas sobre a Amazônia, seus povos e ecossistemas. Ao colocar o jogador na pele de Ibiacy, uma jovem indígena do “Povo das Onças Pintadas”, o jogo imediatamente estabelece uma perspectiva descentrada do olhar colonizador típico de muitas representações da região.

A narrativa central do jogo, que gira em torno do conceito de “Xawara” - descrita como uma “doença da ganância e do egoísmo” trazida pelos forasteiros - pode ser interpretada como uma poderosa metáfora para os processos de colonização e exploração predatória. Como argumenta Quijano (2005), a colonialidade do poder se manifesta não apenas na dominação econômica e política, mas também na imposição de modos de ser, conhecer e se relacionar com o mundo. O Gamezônia, ao apresentar a Xawara como uma força disruptiva que desequilibra as relações entre humanos e natureza, oferece uma crítica sutilmente elaborada aos fundamentos da modernidade/colonialidade.

A jornada de Ibiacy em busca de conhecimentos e ferramentas para combater a Xawara se alinha com o que Mignolo (2008) chama de “desobediência epistêmica”. Ao valorizar os saberes ancestrais, as cosmologias indígenas e as práticas tradicionais de manejo ambiental, o jogo opera uma inversão da geopolítica do conhecimento, colocando as epistemologias do Sul (Santos & Meneses, 2010) em primeiro plano.

#### **4 MECÂNICAS DE JOGO COMO PEDAGOGIAS DECOLONIAIS**

As mecânicas de jogo do Gamezônia são cuidadosamente elaboradas para refletir e reforçar cosmovisões indígenas e práticas sustentáveis. Por exemplo, na fase do Parque do Solstício, o jogador deve coletar ingredientes naturais para preparar um elixir medicinal, mas é instruído a fazê-lo de forma cuidadosa e respeitosa. Esta mecânica não apenas ensina sobre plantas medicinais amazônicas, mas também inculca uma ética de reciprocidade com a natureza, alinhada com as filosofias indígenas de bem viver (Acosta, 2016).

Essa abordagem ressoa com o conceito de “pedagogia do oprimido” de Freire (1987), onde o processo de aprendizagem é intrinsecamente ligado à conscientização e à transformação da realidade. No Gamezônia, o jogador não apenas absorve informações sobre a Amazônia, mas é convidado a participar ativamente na preservação e restauração do equilíbrio ecológico.

A estrutura não-linear do jogo, que permite ao jogador explorar diferentes locais e aprender com diversos mentores, reflete o que Walsh (2013) descreve como pedagogias decoloniais - práticas educativas que buscam desestabilizar e reconfigurar as estruturas de conhecimento impostas pela colonialidade. Essa abordagem multivocal e rizomática desafia a narrativa linear e progressiva típica da historiografia ocidental, oferecendo uma forma decolonial de entender e interagir com o tempo e a história.

## 5 REPRESENTAÇÃO E INTERCULTURALIDADE

O Gamezônia se destaca pela forma como representa a diversidade cultural e ecológica da Amazônia. Cada fase do jogo apresenta um ecossistema distinto e comunidades com práticas culturais específicas, desde os construtores de megálitos em Calçoene até as pinturas rupestres da Caverna da Pedra Pintada.

Esta abordagem alinha-se com o conceito de interculturalidade crítica proposto por Walsh (2009), que vai além do mero reconhecimento da diversidade cultural para questionar as estruturas de poder que sustentam as desigualdades. Ao apresentar diferentes comunidades amazônicas como detentoras de conhecimentos sofisticados e práticas sustentáveis, o jogo desafia estereótipos e hierarquias culturais.

A inclusão de personagens como Tepé, o jovem arqueólogo indígena, é particularmente significativa. Ela não apenas oferece representatividade, mas também desafia narrativas que relegam os povos indígenas ao passado, mostrando-os como agentes ativos na produção de conhecimento científico contemporâneo. Isso dialoga com as discussões de Tuhiwai Smith (2021) sobre a descolonização das metodologias de pesquisa e a valorização dos intelectuais indígenas.

## 6 TENSÕES E DESAFIOS: Tecnologia Digital e Saberes Ancestrais

Apesar de seu potencial transformador, o uso de jogos digitais para representar e disseminar saberes tradicionais não está isento de tensões e contradições. Como argumenta Dooghan (2019), mesmo os jogos com intenções decoloniais podem inadvertidamente reproduzir lógicas coloniais em suas estruturas e mecânicas.

No caso do Gamezônia, essas tensões se manifestam, por exemplo, na necessidade de traduzir cosmologias complexas e práticas incorporadas em mecânicas de jogo simplificadas e interfaces digitais. A representação de rituais sagrados ou conhecimentos xamânicos em um meio interativo necessita de uma colaboração e diálogo com as comunidades tradicionais envolvidas, visto que o contexto pode levantar questões éticas sobre apropriação cultural.

Além disso, o próprio meio digital, com sua lógica binária e sua dependência de infraestruturas tecnológicas globalizadas, pode ser visto como um produto da modernidade ocidental. Isso coloca o desafio de como utilizar essas tecnologias de formas que não reforcem as mesmas estruturas de poder que se busca desafiar.

No entanto, autores como Souza (2017) argumentam que a apropriação criativa das tecnologias digitais por povos indígenas e comunidades tradicionais pode ser vista como uma forma de “antropofagia tecnológica”, em que elementos da cultura dominante são incorporados e ressignificados em seus próprios termos. Nessa perspectiva, o Gamezônia poderia ser interpretado como um ato de resistência tecnológica, utilizando as ferramentas do colonizador para contar suas próprias histórias e preservar seus conhecimentos.

## 7 IMPACTOS POTENCIAIS E LIMITAÇÕES

O potencial pedagógico do Gamezônia se estende para além da simples transmissão de informações sobre a Amazônia. Ao proporcionar uma experiência imersiva em cosmologias e práticas não-ocidentais, o jogo tem o potencial de promover o que Andreotti (2011) chama de “alfabetização global crítica” - uma capacidade de engajamento ético e reflexivo com diferentes perspectivas culturais.

No entanto, é importante reconhecer as limitações desta aproximação. A experiência mediada por um jogo digital, por mais bem elaborado que seja, não pode substituir o engajamento direto com comunidades e territórios amazônicos. Há o risco de que jogadores desenvolvam o que Saito (2010) chama de “empatia imaginativa” - uma conexão superficial que não necessariamente se traduz em ação concreta ou mudança de comportamento.

Além disso, a eficácia pedagógica do Gamezônia dependerá em grande medida de como ele é incorporado em contextos educacionais mais amplos. Como argumenta Gee (2003), os jogos são mais efetivos como ferramentas de aprendizagem quando integrados a comunidades de prática e discussões críticas.

## 8 CONCLUSÃO

A análise do Gamezônia revela seu potencial significativo como plataforma pedagógica decolonial, capaz de desafiar narrativas hegemônicas sobre a Amazônia e promover uma compreensão mais profunda e respeitosa de suas culturas e ecossistemas. Através de suas mecânicas de jogo cuidadosamente elaboradas e sua narrativa multifacetada, o jogo oferece uma experiência de aprendizagem que vai além da mera aquisição de informações, convidando os jogadores a um engajamento ético e reflexivo com outras formas de ser e conhecer.

No entanto, o estudo também revela as tensões e desafios inerentes ao uso de tecnologias digitais para representar e disseminar saberes tradicionais. Essas contradições não invalidam o projeto, mas apontam para a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva no desenvolvimento e uso de jogos decoloniais.

O Gamezônia emerge, assim, como um exemplo promissor de como os jogos digitais podem atuar como ferramentas de resistência epistêmica e cultural, contribuindo para a construção de pedagogias mais inclusivas e interculturais. Futuras pesquisas poderiam se beneficiar de estudos empíricos sobre a recepção e os impactos do jogo em diferentes contextos educacionais, bem como de análises comparativas com outros jogos decoloniais emergentes.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo:

Autonomia Literária, 2016.

ALVESSON, M.; SKÖLDBERG, K. **Reflexive methodology**: New vistas for qualitative research. 3. ed. London: Sage, 2017.

ANDREOTTI, V. **Actionable postcolonial theory in education**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

BIZZOCCHI, J.; TANENBAUM, J. Well read: Applying close reading techniques to gameplay experiences. In: DAVIDSON, D. (Ed.). **Well played 3.0**: Video games, value and meaning. Pittsburgh: ETC Press, 2011. p. 289-315.

BOGOST, I. **Persuasive games**: The expressive power of videogames. Cambridge: MIT Press, 2007.

BOWEN, G. A. Document analysis as a qualitative research method. **Qualitative Research Journal**, v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009.

CONSALVO, M. When paratexts become texts: de-centering the game-as-text. **Critical Studies in Media Communication**, v. 34, n. 2, p. 177-183, 2017.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S.; SMITH, L. T. (Eds.). **Handbook of critical and indigenous methodologies**. Thousand Oaks: Sage, 2008.

DOOGHAN, D. Digital conquerors: Minecraft and the apologetics of neoliberalism. **Games and Culture**, v. 14, n. 1, p. 67-86, 2019.

FLANAGAN, M. **Critical play**: Radical game design. Cambridge: MIT Press, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEE, J. P. **What video games have to teach us about learning and literacy**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

LEVY, Y.; ELLIS, T. J. A systems approach to conduct an effective literature review in support of information systems research. **Informing Science**, v. 9, p. 181-212, 2006.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MUKHERJEE, S. Playing subaltern: Video games and postcolonialism. **Games and Culture**, v. 13, n. 5, p. 504-520, 2018.

PENIX-TADSEN, P. **Cultural code**: Video games and Latin America. Cambridge: MIT Press, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-

americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SAITO, H. Actor network theory of cosmopolitan education. **Journal of Curriculum Studies**, v. 42, n. 3, p. 333-351, 2010.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SMITH, L. T. **Decolonizing methodologies: Research and indigenous peoples**. 3. ed. London: Zed Books, 2021.

SOUZA, G. S. Game development by Brazilian indigenous people: appropriation, creative processes, and cultural reproduction. In: SANT, A. J. et al. (Eds.). **Intersectional perspectives on design, politics and power**. Stockholm: Södertörn University, 2017. p. 15-30.

SOUZA, M. L. de. **Amazônia: modernização ou saques?** São Paulo: Editora Contexto, 2019.

SQUIRE, K. **Video games and learning: Teaching and participatory culture in the digital age**. New York: Teachers College Press, 2011.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIAÑA, J.; TAPIA, L.; WALSH, C. **Construyendo Interculturalidad Crítica**. La Paz: III-CAB, 2010. p. 75-96.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Abya-Yala, 2013.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.

# LAS FERIAS DE LA ECONOMÍA SOCIAL DESDE UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO: sustentabilidad, cooperación y conformación de redes<sup>1</sup>

Graciela Noemí Ramirez<sup>2</sup>

Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS)

## RESUMEN

El presente análisis está basado sobre las experiencias de la organización de las ferias de la economía social que se realizaron durante el 2020-2021 en el municipio de Pilar, mediante la dirección de Regularización y Comercialización dependiente de la Subsecretaría de Economía Social, mediante el rol de directora. La recopilación de datos se realizó mediante instrumentos estadísticos elaborados desde la misma dirección y para fines de la gestión gubernamental, también entrevistas semi-estructuradas y la observación participante. El proceso de armado de ferias comienza con el relevamiento e inscripción de emprendimientos y emprendedores. Se llevaba adelante un registro municipal de las distintas actividades y contacto de emprendedores/as, con datos mínimos que permitieran hacer ágil el procedimiento. A medida que iban participando, se iban completando más información sobre los mismos. En el transcurso del año trabajado se registraron alrededor de 150 emprendimientos. Dentro de las actividades se pueden mencionar: panadería, emprendimientos textiles (elaboración de barbijos, delantales, fundas de almohadas y almohadones, ropa, bolsas), reciclado (billeteras y bolsos con telas y técnicas de termofusión, botellas reutilizadas; hamacas con neumáticos), carpintería (compostera, macetas, adornos, porta llaves), huertas (tanto ecológicas como tradicionales), viveros de plantas nativas, conservas de frutas y verduras, elaboración de licores, línea natural (jabones, velas, aromatizantes, perfumes, sahumeros), gran parte de rubros que implicaban el reciclado y generaban actividades sustentables. En el estudio podemos identificar que para las mujeres está actividad cobra significados diferentes que para los hombres. Para ellas, las ferias es una actividad valorada e indican los siguientes aspectos: trasciende el mero aspecto económico, la feria representa una oportunidad para mostrar y vender sus productos otorgando visibilidad y promoción (dejaban sus contactos en redes sociales, teléfonos, los clientes conocían personalmente el producto, la historia, donde estaban ubicados), les permite un “cara a cara” con los clientes en donde les otorga la oportunidad de presentar sus productos y también poder adaptar el mismo de acuerdo a las necesidades del público (realizaban encargos de barbijos para niños, barbijos de un color o formato en específico, en la panadería la sugerencia de elaborar productos sin TAC, por ejemplo) y permite brindar una actividad sustentable con impacto positivo en su comunidad.

**Palabras claves:** Género; Sustentabilidad; Economía social

## 1 INTRODUCCIÓN

El presente análisis está basado sobre las experiencias de la organización de las ferias de la economía social que se realizaron durante el 2020-2021 en el municipio de Pilar, mediante la dirección de Regularización y Comercialización dependiente de la Subsecretaría de Economía Social, en el rol de directora. La recopilación de datos se realizó mediante instrumentos estadísticos elaborados desde la misma dirección y para fines de la gestión

<sup>1</sup> En el marco del proyecto: „Los intercambios simbólicos y materiales de género como expresiones mediáticas y artísticas“ (Universidad Nacional de General Sarmiento). Dirigido por CALELLO, Tomás. Y artículo: „Nuevas desigualdades sociales e inscripciones de género” de Tomás Calello, Luciana Pinotti BetinaPresman y Graciela Ramírez (UNGS - UBA- UNTREF) en XVII Jornada de Economía Crítica-VI Jornadas de Economía Feminista, 25 al 29 de septiembre.

<sup>2</sup> Licenciada en Política Social (UNGS), Mestre en Políticas Públicas (UFMA), candidata a doctora en Ciencias Sociales (UBA). Docente-investigadora del Instituto de Cultura Popular y Pensamiento Nacional de la Universidad Nacional del Oeste (UNO). E-mail: gnamirez@uno.edu.ar.

gubernamental, entrevistas semi-estructuradas y la observación participante. La actividad se da en un contexto particular: la pandemia por COVID-19. Durante este período se dispuso mediante el Decreto 297/2020 el Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO).

El aislamiento obligatorio trajo consigo impactos significativamente diferentes para los distintos sectores de la población y también afectó desigualmente a los distintos rubros de la economía del país. Según la CEPAL (2022) el conjunto de características estructurales de las economías de los países de América Latina y El Caribe, contribuyen a que se dé un impacto más severo que en los otros países: más gente trabaja en actividades que exigen proximidad física, alto grado de informalidad y pobreza, menor cantidad de personas tienen empleo que admiten una modalidad virtual. Por su parte, en relación a los grupos y categorías de la población, los más afectados fueron: las mujeres, los jóvenes, los trabajadores informales y por cuenta propia y las personas con bajo nivel de escolaridad. Situación que se intensifica si se analiza interseccionalmente. Como indica Solano en presentación de CEPAL en FLACSO (2022), entre 2019 y 2020 la Covid-19 generó una importante reducción de las tasas de la ocupación. En general, se observa una enorme salida de la fuerza de trabajo en edad de trabajar que ha perjudicado más a: mujeres, trabajadores informales, jóvenes, personas con bajos niveles educativos, afrodescendientes y migrantes.

En el caso de las mujeres, hay una sobre representación de este grupo, siendo así uno de los sectores más afectados. Situación dada por la caída de la demanda de trabajo en sectores que ellas están más asociados en relación al grupo poblacional masculino. Los sectores son: hoteles, restaurantes, y trabajo doméstico. Además, porque un mayor porcentaje de mujeres trabaja en la informalidad y tienen mayores obligaciones de cuidado en casa con el cierre de las escuelas, haciendo que este fuera un motivo también para dejar la escena laboral. En el caso de los jóvenes, porque están también sobre representados en sectores más afectados por caída de la demanda: tales como hoteles, comercio, servicios personales, y construcción. Les afectó también su menor experiencia laboral lo cual hace que sean los primeros en ser despedidos y los últimos en ser recontratados. Es característica de los jóvenes tener mayor intermitencia laboral y mayor rotación ocupacional. En cuanto a las causas de la fuerte afectación de los trabajadores informales, por cuenta propia y de menor educación, hay una serie de características que los hizo particularmente vulnerables: la mayoría trabajan en actividades de alto contacto personal, con menores o nulas posibilidades de teletrabajo, y tienen ingresos relativamente bajos lo cual los hace vulnerables a caer en la pobreza. Además, las actividades económicas más afectadas por la crisis sanitaria, tales como servicios personales, hotelería, comercio, turismo y servicio doméstico, entre otras, son actividades donde el empleo informal tiene relativamente mayor presencia. (Cepal, 2022,11).

## **2 LAS FERIAS DE LA ECONOMÍA SOCIAL EN EL MUNICIPIO DE PILAR**

Las ferias se realizan en el marco de los protocolos de salud vigentes en ese momento tanto de provincia como los que se iban elaborando a nivel municipal y de acuerdo a

las características de cada rubro de la economía. Y la realización de las mismas estaba sujeta a los protocolos de salud vigentes en ese momento. Se debe destacar que en cada municipio también operaban diferentes actores con intereses para habilitar. En el caso del presente municipio, por ejemplo, los barrios privados presionaban para que se estimen con “esenciales” las actividades domésticas o cuidados y atención de parques y piscinas, como así también los clubes de tenis por reactivar esa actividad aludiendo que se podían garantizar los distanciamientos y demás requerimientos del protocolo de salud. En este contexto de apertura planificada de las diferentes actividades en cada localidad, es que se programó cautelosamente la actividad de las ferias. Razón por la cual, los feriantes eran sólo entre 10 a 15 por jornada, se respetaban espacios entre cada uno de ellos con sus puestos. Las ferias eran itinerantes, recorriendo distintos barrios del partido de Pilar y se realizaban con una frecuencia quincenal. También se priorizaron los productos a vender en las ferias, jerarquizando aquellos de mayor prioridad.

El proceso de armado de ferias comienza con el relevamiento e inscripción de emprendimientos y emprendedores. Se llevaba adelante un registro municipal de las distintas actividades y contacto de emprendedores/as, con datos mínimos que permitieran hacer ágil el procedimiento. A medida que iban participando, se iban completando más información sobre los mismos. En el transcurso del año trabajado se registraron alrededor de 150 emprendimientos. Dentro de las actividades se pueden mencionar: panadería, emprendimientos textiles (elaboración de barbijos, delantales, fundas de almohadas y almohadones, ropa, bolsas), reciclado (billeteras y bolsos con telas y técnicas de termofusión, botellas reutilizadas; hamacas con neumáticos), carpintería (compostera, macetas, adornos, porta llaves), huertas (tanto ecológicas como tradicionales), viveros de plantas nativas, conservas de frutas y verduras, elaboración de licores, línea natural (jabones, velas, aromatizantes, perfumes, sahumeros).

Una característica saliente del grupo de emprendedores es que mayoritariamente es de mujeres o está liderado por ellas: el 85 % eran mujeres. Una presencia femenina inclusive más marcada que el registro nacional ReNaTEP (2021): 57, 1% mujeres y 42,9% varones. Situación que demuestra una marcada feminización en la actividad. En relación a la distribución etaria, se observa desde el registro nacional que más de la mitad (54,3%) de las/os trabajadores de la economía popular son de mediana edad (25 a 45 años), siendo el registro a nivel local más elevado para esta franja de 25 a 45 años, alrededor del 70%. Por su parte, un dato relevante es que la mayoría de las mujeres de la economía social registradas en el municipio registra tener hijos. También debemos señalar que había una fuerte presencia de inmigrantes de Bolivia, Paraguay y Perú en el grupo de feriantes.

Si bien la autonomía económica de las mujeres se constituye en una de las bases para lograr la igualdad de género. Sin embargo, podemos apreciar en los datos comparativos que sus trayectorias laborales, en comparación con los varones, siguen siendo más precarizadas, informales y peor remuneradas (ReNaTEP, 2021: 13) y podemos agregar descalificadas. En relación a esto último, si bien la mayoría de los emprendedores son mujeres, esta tendencia es

más alusiva aún en la feria. Los emprendedores hombres manifestaban que no les interesaba asistir a las ferias, considerándola como una pérdida de tiempo, dado que las ventas no llegaban a costear los gastos de traslado como así también, expresaban que estar en la feria les quita tiempo para la producción. La asistencia a las ferias la consideran una pérdida de tiempo. Las mujeres por su parte, en relación al significado que le otorgaban a la actividad, destacan varias aristas y trasciende el mero aspecto económico. El espacio representa una oportunidad para mostrar y vender sus productos otorgando visibilidad y promoción (dejaban sus contactos en redes sociales, teléfonos, los clientes conocían personalmente el producto, la historia, donde estaban ubicados), les permite un “cara a cara” con los clientes en donde les otorga la oportunidad de presentar sus productos y también poder adaptar el mismo de acuerdo a las necesidades del público (realizaban encargos de barbijos para niños, barbijos de un color o formato en específico, en la panadería la sugerencia de elaborar productos sin TAC, por ejemplo). Una de las feriantes expresaba que era como salir a un show, durante la semana preparaba los productos y en la feria los exponía y ella misma se preparaba para hablar con la gente, por ahí estaba mal pero para ir a la feria ponía la mejor sonrisa y se vestía para la ocasión. Y si bien, en ese momento no se permitía la asistencia de niños y niñas, las feriantes-madres consideraban a la feria como un espacio de trabajo amable y compatible con la actividad de matenar.

Se puede observar que hay una cierta descalificación/degradación sobre la actividad de feriar, dada por los hombres. Donde consideran a la feria como un tiempo perdido como una tarea menor. En ese sentido hacemos un cruce con la teoría de la descalificación/degradación de la fuerza de trabajo de Braverman quien sostiene la imposibilidad de explicar que esta situación sea comprendida y abordada como puramente económico. Sino que la descalificación de la mano de obra de las mujeres, lejos de ser meramente producto de las estrategias económicas, también obedece a cuestiones que generalmente son concebidas como ideológicas culturales (Prieto, 2018: 356).

De esta forma la descalificación no es neutral sino que se ancla en las visiones actualmente hegemónicas que postulan la existencia de características privativas de lo femenino barra masculino es decir la naturaleza de la descalificación no puede terminar de captarse desde un marco analítico que prescindiera de la consideración de las ideas y los símbolos que recorren las construcciones de género los cuales tampoco es posible aislar de lo político e histórico. Como indica Cháneton (2007): La fuerza disciplinaria y cohesionante de la hegemonía debe también considerarse, en la analítica, “encarnado” en sus sujetos sociales, que *dicen* y *hacen* las diferencias de género de acuerdo con una práctica subjetivante.

### **3 LOS SIGNIFICADOS Y SENTIDOS DE EMPRENDER Y SER PARTE DE LAS FERIAS DESDE LA PERSPECTIVA DE LAS MISMAS FERIANTES**

Las emprendedoras y feriantes consideran que, más allá de las ventas, las emprendedoras entienden las ferias como algo más que simples jornadas comerciales. Sino que valoran

estos espacios como generadores de relaciones y vínculos intra-feriantes como con la red de futuros clientes y a su vez con vínculos sociales y personales. Las feriantes manifiestan que, si bien van en búsqueda de ventas, con el transcurrir del tiempo estos espacios se fueron convirtiendo en un lugar para relacionarse, generar vínculos que los potenciaba como feriantes y como personas. La feria permite crear lazos entre los/las feriantes dándose entre ellos/ellas alianzas para compras de insumo en conjunto, proponían promociones de productos en conjunto, se compartía información, se enteraban de otros espacios o circuitos para ventas de sus productos y hasta se generaban estrategias de ventas entre ellos ofreciéndose descuentos y también compartían logísticas para la compra de insumos o entrega de productos, permitiendo abaratar costos de traslados. Se crearon vínculos de solidaridad entre las participantes del evento. En este punto vemos que la valoración es sustancialmente diferente entre hombres y mujeres sobre la actividad en la feria. Podemos detectar que hay un uso y significado del tiempo diferente entre los géneros.

Características de los emprendimientos: La mayoría de los emprendimientos son unipersonales o familiares e identifican como principal obstáculo el no tener un espacio propio de producción, separado del domicilio doméstico. Otra dificultad, es la de falta de movilidad (transporte propio) para realizar las entregas o la compra de los insumos. A la hora de indicar las ventajas del trabajo, señalan que esa actividad les permite combinar las actividades laborales y las actividades familiares, permitiendo de ese modo, pasar más tiempo con sus hijos. Una característica que se observa es que hay una rotación de las actividades, las cuales iban cambiando de acuerdo a las necesidades u oportunidades del momento: por ejemplo, una emprendedora realizaba tortas y luego recibió donación de telas y comenzó a confeccionar bolsas y fundas para almohadas. también los números telefónicos se cambiaban con mucha frecuencia. Esta rotación de actividades y cambio de los datos esenciales exigía un trabajo importante de actualización del registro, exigiendo un monitoreo constante. En relación a este aspecto, observamos que la economía social aparece también con un fuerte componente de “necesidad”, alejado de las teorías de “emprededurismo” donde el acto de emprender es una elección. Situación que se visualiza también con las escasas capacidades adquiridas para llevar a cabo las actividades. Y bajo nivel educativo, datos que también concuerdan con los registros nacionales: del total de personas que respondieron a esta pregunta correspondiente al nivel educativo, más de la mitad no completó los estudios obligatorios (60,9%) y en los casos que sí lo hicieron el 28,7% alcanzó a completar el nivel secundario y sólo el 10,5% declaró estudios superiores. (Informe ReNaTEP, 2021)

Pero más allá, de ser actividades que muchas veces son realizadas para la subsistencia, claramente destacan y valoran es el poder “hacer con otros”, entienden a la feria como un espacio de encuentro que les permitía fortalecerse a cada emprendimiento en forma individual y a la vez armar comunidad, armar redes vínculos que favorecen tanto al emprendimiento en sí, como a nivel personal. Son espacios en los que se encuentran, se comparte información, se comparten problemas y también soluciones. En ese sentido la feria es mucho más que un espacio de comercialización y de venta. Se valoran esos espacios,

por parte de las mujeres, pero observamos que allí se reproducen las estructuras de poder e influyen en la forma en que se percibe la masculinidad y la feminidad, se distribuye desigual el poder entre los géneros.

Vemos que la economía popular se manifiesta como una economía crucial para la dinámica socioeconómica de los sectores populares. Jugando las mujeres un papel destacado, son las protagonistas fundamentales de dicha economía, liderando los emprendimientos y participando en ferias y mercados locales. Estos espacios, como se desarrolló, no sólo representan un espacio de intercambio comercial, sino también un punto de encuentro social donde se fortalecen lazos comunitarios y entre feriantes. En palabras de Laura Ruiz Meza se acepta que ellas han desempeñado un rol de liderazgo en la gestión y uso de recursos naturales para satisfacer necesidades familiares y comunitarias además de realizar contribuciones importantes en el manejo de recursos poco reconocidas y valoradas (2002, p. 3).

Debemos explicitar que la economía social se caracteriza por una serie de valores fundamentales que guían su funcionamiento y contribuyen a su impacto positivo en la sociedad. Algunos de estos valores incluyen: solidaridad, inclusión, equidad, participación democrática, sostenibilidad, responsabilidad social, autonomía-autogestión y cooperación.

Para seguir indagando:

La desigualdad se agudiza cuando en una misma persona se cruzan las diferentes características: mujer, joven, nivel escolaridad bajo, negra e inmigrante. Lo cual implica un estudio atendiendo a este entrecruzamiento de dimensiones. Por su parte, debemos subrayar la falta de registro a nivel nacional por ejemplo de la variable “étnica”. En el caso del municipio de Pilar se agregó la pregunta al formulario, pero no era completado (al ser opcional). En un siguiente intento de recopilación de la información, se hacía la pregunta personalmente al participar de las ferias o encuentros de capacitación dados por la Secretaría de Economía Social, pero había cierto rechazo a la pregunta. Se manifestaba que no era relevante ese dato, había un cierto prejuicio en relación a preguntar esa información, como que el mismo hecho de preguntar fuera un acto discriminatorio. En el estudio podemos identificar que para las mujeres esta actividad cobra significados diferentes que para los hombres. Para ellas, las ferias es una actividad valorada e indican los siguientes aspectos: trasciende el mero aspecto económico, la feria representa una oportunidad para mostrar y vender sus productos otorgando visibilidad y promoción (dejaban sus contactos en redes sociales, teléfonos, los clientes conocían personalmente el producto, la historia, donde estaban ubicados), les permite un “cara a cara” con los clientes en donde les otorga la oportunidad de presentar sus productos y también poder adaptar el mismo de acuerdo a las necesidades del público (realizaban encargos de barbijos para niños, barbijos de un color o formato en específico, en la panadería la sugerencia de elaborar productos sin TAC, por ejemplo) y permite brindar una actividad sustentable con impacto positivo en su comunidad. Para los

hombres, por su parte esta actividad no reporta beneficio alguno y lo consideran como un aspecto poco relevante hasta incluso una pérdida de tiempo, en tanto realizan la evaluación costo monetario de realización de las ferias (traslados, dedicación horaria, realización de productos para exhibir, etc) en relación con la ganancia que le otorga dicha actividad. Y desde esas subjetividades diferenciales es que en muchos de los emprendimientos familiares que componía e registro de feriantes del municipio, se designan a las mujeres a realizar dicha actividad, quedando evidenciado las diferencias de relaciones de poder entre los géneros.

## REFERENCIAS

BENZA, Gabriela; KESSLER, Gabriel. **La “nueva” estructura social de América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2020.

CEPAL. **Estrategias y políticas para la reconstrucción con transformación pospandemia en América Latina y el Caribe. Documentos de Proyectos**. Santiago: CEPAL, 2022a.

CEPAL. **Los impactos de la pandemia sobre la salud y el bienestar de niños y niñas en América Latina y el Caribe: la urgencia de avanzar hacia sistemas de protección social sensibles a los derechos de la niñez**. Documentos de Proyectos. Santiago: CEPAL, 2022b.

CEPAL. **Las personas afrodescendientes y el COVID-19: develando desigualdades estructurales en América Latina**. Documentos de Proyectos. Santiago: CEPAL, 2021.

CHÁNETON, Juan. **Género, poder y discursos sociales**. Buenos Aires: Eudeba, 2007.

PRIETO, Vanesa. Uma leitura dos conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade e equidade de gênero desde os aportes feministas sobre gênero e economia. In: GOREN, Nora; ISACOVICH, Paula (org.). **El trabajo en el Conurbano Bonaerense: actores, instituciones y sentidos**. Buenos Aires: EDUNPAZ, 2018.

REGISTRO NACIONAL DE TRABAJADORES Y TRABAJADORAS DE LA ECONOMÍA POPULAR (ReNaTEP). **Hacia el reconocimiento de las trabajadoras y trabajadores de la economía popular: primer informe de implementación**. Buenos Aires, maio 2021.

RUIZ MEZA, L. E. Desarrollo sustentable con equidad de género en México: situación actual y perspectivas. In: REUNIÓN NACIONAL SOBRE DESARROLLO SUSTENTABLE CON EQUIDAD DE GÉNERO, 2002, México. **Ponencia** [...]. México. 2002.

## MUSEU, GESTÃO E TECNOLOGIA: um olhar sobre as práticas museais contemporâneas

**Claudiane Diniz da Silva<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Kláutenys Dellenes Guedes Cutrim<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

Museus, enquanto refúgios culturais, se apresentam como espaços importantes que vão desde as práticas educativas até o entretenimento. Este trabalho tem como objetivo analisar os museus enquanto espaço de diálogo entre cultura, gestão e tecnologias de modo a diagnosticar elementos essenciais para seu funcionamento. Este artigo tem por base uma dissertação de mestrado que tem por metodologia pesquisa bibliográfica e exploratória e apresenta reflexões relevantes sobre a modernização, interatividade e atratividade da experiência museológica assim como a dificuldade encontrada por museus públicos quanto a sazonalidade do orçamento e a necessidade dos museus privados em abordar e implementar o conceito de uma nova museologia. Percebeu-se a partir do desenvolvimento do mesmo que as tecnologias são essenciais nos museus, permitindo ampliar o alcance e interação com o público. Elas enriquecem exposições, criam experiências imersivas e promovem acessibilidade. No entanto, é crucial integrá-las à proposta curatorial. Além disso, uma gestão eficiente, abrangendo planejamento estratégico e administração de recursos, é fundamental para garantir o bom funcionamento dos museus, tornando-os espaços abertos, participativos e acessíveis à sociedade. O material foi construído à luz de Poulot (1970) que aborda questões como a ampliação de público, a ressignificação dos museus como locais de instrução e diversão, e as práticas de colecionamento e conservação em diferentes contextos culturais; (Desvallés; Mairesse (2013) quando cita museu como patrimônio tangível e intangível da humanidade; Dutra e Faria (2017), atualizando o contexto da obra de Roger Chartier (1999), declaram que se pode reconhecer a virtualização dos processos no cotidiano humano e o Instituto Brasileiro de Museus (2016) em subsídios para elaboração de planos museológicos. Cita Milton Santos (1997) para abordar o contexto de espaço e memória e Yamaoka (2006) para enfatizar a disseminação da informação através das tecnologias de informação e comunicação. Tendo em vista o problema de pesquisa e os objetivos propostos foram escolhidos dois museus de São Luís do Maranhão como objetos de análise. O primeiro trata-se do Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM), público; e o no Centro Cultural da Vale (CCV MA), privado. O mundo digital tem proporcionado um novo modelo de utilização para museus, conectando pessoas globalmente por meio da internet, vídeos, fotos e visitas virtuais. Isso inspirou a pesquisa sobre os desafios trazidos pela cultura digital, considerando a organização dos museus, modelos de gestão e tecnologias utilizadas em diferentes tipos de museus.

**Palavras-chave:** Museu; Tecnologia; Cultura; Gestão.

<sup>1</sup> Mestrado PGCult pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Administradora. E-mail: claudiane.diniz@discente.ufma.br.

<sup>2</sup> Dra. Linguística e Língua Portuguesa. E-mail: [klautenys.guedes@ufma.br](mailto:klautenys.guedes@ufma.br).

## 1 INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XXI, delineararam-se transformações paradigmáticas nos domínios políticos, econômicos, sociais e tecnológicos, abarcando uma abrangência global. Entre essas metamorfoses, ressalta-se a efervescência dos movimentos sociais, o incremento do crédito, o fortalecimento do mercado laboral, coadunado às políticas de inclusão social, o aprimoramento do padrão de consumo dos cidadãos brasileiros, o advento tecnológico, a democratização do acesso à internet, dentre outras. Ademais, a eclosão da pandemia de COVID-19 nos alvares da década de 20 do corrente século engendrou imperativos inéditos no tocante às práticas de interação social.

Neste trabalho utiliza-se como norte teórico o conceito de Poulot (2013) sobre museus sendo “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público e que faz pesquisas relacionadas com os testemunhos materiais do ser humano e de seu ambiente”, e leva em conta “a aquisição, conservação, transmissão e, principalmente, exposição desse acervo com a finalidade de estudo, educação e deleite”. Poulot destaca que os museus têm funções elementares, como coletar, conservar, estudar, interpretar e expor. Essas funções variam de acordo com o contexto cultural e as práticas específicas de cada instituição. No entanto, a missão educativa e a disseminação do conhecimento são pontos centrais em sua compreensão do papel dos museus.

Para a gestão dos museus, ressignificar seu formato de atuação diante da pandemia tornou-se um grande desafio. Dutra e Faria (2017), atualizando o contexto do “mundo de telas” citado por Roger Chartier (1999), declaram que podemos reconhecer que vivemos em um mundo onde a informatização dos processos e do próprio cotidiano humano se encontra cada vez maior. Em contrapartida, ampliar o acesso a novas tecnologias não garante que os usuários tenham conhecimento ou requisitos técnicos necessários para tal experimentação, o que remete em mais uma reflexão acerca de como essas tecnologias influenciam as experiências museais.

No campo museal, as mudanças se fizeram presentes através do uso de podcasts, digitalização de acervos, passeios virtuais, exposições online dentre outros (Anais do Museu Paulista, 2021). A experiência museal, conforme (Köptcke, 2003), estabelece-se por meio da complexa relação estabelecida entre o visitante do museu e o espaço museológico, momento em que os processos de construção de sentido e de reflexão se dão por meio da articulação entre o sujeito e o espaço expográfico.

A sustentabilidade financeira dos museus representava um desafio significativo antes mesmo do surgimento da pandemia de COVID-19. No entanto, esse evento exacerbou consideravelmente as dificuldades enfrentadas, especialmente no que diz respeito à obtenção de investimentos, tornando-se um ponto crucial para a estabilidade econômica dessas instituições culturais. Diante desse cenário, torna-se imperativo investigar as questões

decorrentes da incompreensão desse fenômeno tecnológico contemporâneo nos museus, originado pela cultura digital.

Ressalta-se, por conseguinte, que as novas alternativas e tecnologias advindas do universo digital não se constituem como substitutos diretos das práticas tradicionais, mas antes se somam a estas, instaurando assim novas camadas de interação e significado. Para além de seu papel enquanto mediadores na relação entre o ser humano e o patrimônio, os museus desempenham uma função crucial na preservação da memória coletiva e na configuração de espaços simbolicamente relevantes para a sociedade. Configuram-se, portanto, enquanto ambientes onde história, cultura e arte convergem, fornecendo um contexto singular para a construção de narrativas identitárias e para a salvaguarda da identidade cultural.

As modalidades digitais emergentes, longe de intentarem suplantarem as tradicionais, atuam em uma lógica de complementaridade, ensejando, assim, a emergência de novas dinâmicas de relação entre os visitantes, as obras e a memória cultural por elas representadas. Sendo assim, coloca-se como questão de investigação deste artigo: Quais as características diferenciais de um museu público e um museu privado da localidade no que tange ao seu formato de gestão e inserção tecnológica?

Para responder tal problema de pesquisa, estabeleceu-se como objetivo geral analisar os museus enquanto espaços de diálogo entre cultura, gestão e tecnologias de modo, considerando os elementos essenciais para seu funcionamento. Para tal, elencou-se como objetivos específicos: compreender a política de gestão e tecnologia das atividades inerentes à sistematização da operação museológica; entender o modelo de gestão do museu público e privado de acordo com seus mecanismos de atuação; e apresentar um comparativo sobre o modelo de gestão e tecnologias nas tipologias público e privado, abordando as especificidades de cada um deles.

Tendo em vista o problema deste estudo e os objetivos propostos foram escolhidos dois museus de São Luís do Maranhão como objetos de análise. O primeiro trata-se do Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM), público; e o segundo consiste no Centro Cultural da Vale (CCV MA), privado. Já o referencial teórico utilizado no estudo foi Desvallés; Mairesse, 2013.

Os instrumentos de coleta de dados consistem em pesquisa de caráter bibliográfico, por recorrer ao uso de materiais didáticos como livros, revistas e sites especializados, artigos científicos e teses de mestrado e doutorado. A pesquisa também contempla um questionário a ser respondido por gestores no sentido de validar os dados apontados na fase documental e de corroborar com o diagnóstico proposto enquanto objetivo inicial. A pesquisa sendo de abordagem qualitativa e objetivo exploratório, que é um tipo de pesquisa muito específica (Gil, 2008, p. 7), pois “ao final de uma pesquisa exploratória, você conhecerá mais sobre aquele assunto e estará apto a construir hipóteses”.

Por estar inserido no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão e ser um Mestrado Interdisciplinar, faz-se necessária a exposição da justificativa da pesquisa. Logo, uma das motivações para a construção desse

trabalho se deu pelo fato da formação acadêmica da pesquisadora em Administração e sua participação no grupo de estudos GEPPaC da UFMA, que realiza pesquisas voltadas para o patrimônio cultural. Sob possibilidade de agregar os conhecimentos da área de gestão, mais especificamente gestão e tecnologia, com as concepções de museologia e de patrimônio cultural foram determinantes para a produção de uma pesquisa interdisciplinar.

## 2 MUSEU: instituição cultural

Os museus são caracterizados como instituições culturais a serviço da sociedade dedicados à guarda e preservação de bens e documentos que proporcionam um espaço de comunicação, educação e divulgação dos patrimônios materiais e imateriais do ser humano. O museu já foi compreendido como templo, palácio, cemitério de objetos, escola, centro cultural, entre muitos outros, sendo que todas essas imagens e outras mais sobrevivem na atualidade sem que uma elimine definitivamente a outra, e sem que nenhuma delas também abarque na sua totalidade a complexidade que é esta instituição (Chagas, 2009).

Atualmente, a definição mais conhecida de museu é a do Conselho Internacional de Museus (ICOM), que desde 2007 define que “um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o patrimônio tangível e intangível da humanidade e seu meio ambiente para fins de educação, estudo e diversão”. (Desvallés; Mairesse, 2013, p.64).

O equipamento museu conhecido como espaço de guarda da memória de um povo, levanta a necessidade de reflexão sobre a memória de uma sociedade. Santo Agostinho em seu livro *X Confissões* descreve a ideia de guarda de memória da seguinte forma: [...] planície e os vastos palácios da memória, onde estão tesouros de inumeráveis imagens veiculadas por toda a espécie de coisas que se sentiram. Aí está escondido também tudo aquilo que se sentiram. (Santo Agostinho, 2010, p. 53).

Dando continuidade à ênfase de memória, Bergson (2010, p. 2010) diz que: “A verdade é que a memória não consiste, em absoluto, numa regressão do presente ao passado, mas, pelo contrário, numa progressão do passado ao presente.”

Nessa perspectiva, os museus são instituições de caráter cultural, normalmente sem fins lucrativos a serviço da sociedade podendo ser conceituado em sua completude da seguinte forma e segundo (Ibram, 2011, p. 11), “Os museus são espaços de tradução, da fusão de horizontes, de encontro entre os diferentes olhares. Essas casas da memória são realização humana do desejo de encontro. Desejo esse de construir os fatores que nos fazem pertencer, existir, ou seja, são locais da sensibilidade, das emoções que os suportes de memória possibilitam”.

## 3 TECNOLOGIAS NOS MUSEUS

### O desafio contemporâneo da museologia e tecnologia é:

Assegurar a função tradicional dos museus de preservar e estudar um patrimônio, material e imaterial, ao mesmo tempo que enfrenta questões e relações criadas na atualidade pela ciência e tecnologia, que transformam em ritmo acelerado o ambiente da sociedade (Valente, 2001, p. 267).

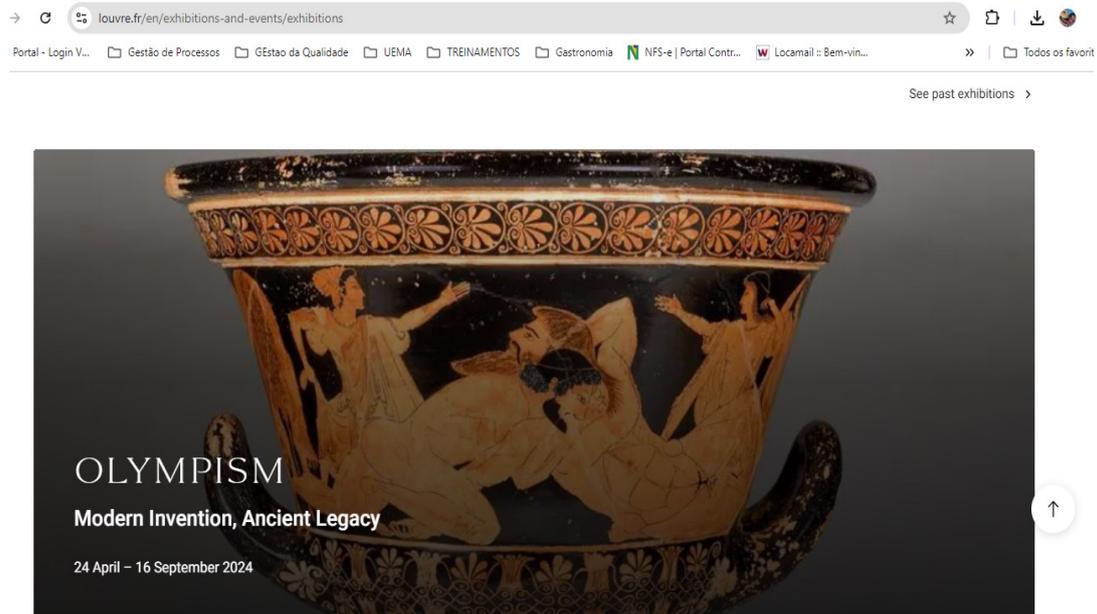
Para Pinho (2007), as visitas presenciais são insubstituíveis na medida em que a experiência estética do contato direto com o bem cultural não se pode reproduzir, nem num ambiente digital. Cabe a cada instituição verificar a coerência e pertinência da virtualização em conjunto com as tecnologias digitais existentes fomentando processos eficientes de comunicação em espaços museológicos.

De acordo com Cury (2005), A comunicação museológica só é efetivada quando o visitante incorpora o discurso expositivo, o integra a seu cotidiano, (re) elabora-o na forma de um novo discurso do qual o museu se apropria, adapta e difunde novamente.

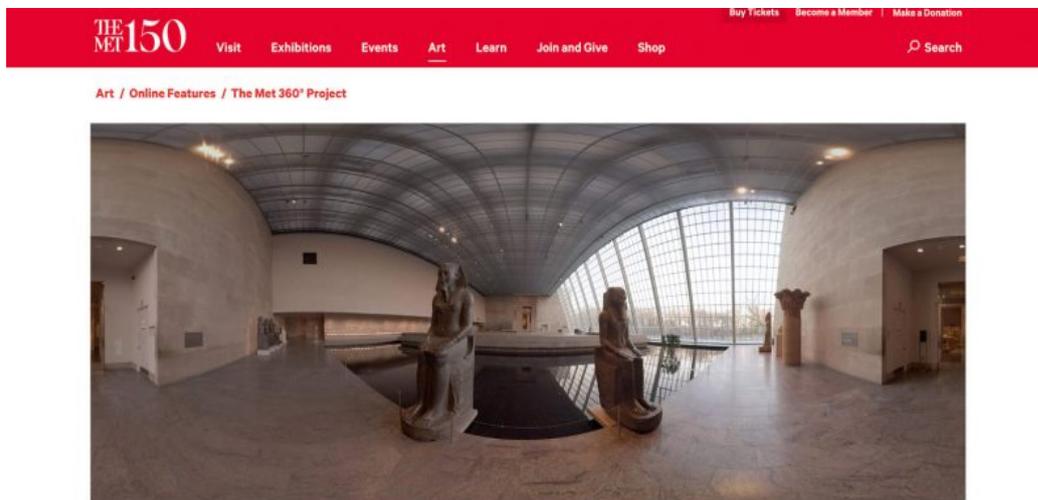
A pandemia acelerou o processo de inserção tecnológica no equipamento cultural trazendo para os museus palavras-chave como tecnologia digital, conectividade, interatividade e virtualidade (Rocha, 2009). É válido dizer que foi a partir do estreitamento da relação entre museus e tecnologias que se desenvolveram propostas museais com novas linguagens, mídias e processos digitais como por exemplo os museus virtuais e as coleções digitais (Rocha, 2009).

Sendo assim, destaca-se que “tradicionalmente, os museus comunicavam suas coleções e informações associadas através de uma variedade de meios, mas o advento de novas tecnologias apresentou a oportunidade de desenvolver novas formas de comunicação que permitem ao visitante explorar a riqueza e diversidade das coleções ao seu próprio ritmo e às suas próprias necessidades” (Fahy, 1995, p. 82).

Já existem vários exemplos de museus que absorveram tecnologias e usufruem de metodologias de virtualização. O Museu do Louvre em Paris gera longas filas, uma vez que a maioria de seus visitantes tem por objetivo observar o quando da Mona Lisa. No sentido de evitar a espera, o museu oferece uma experiência virtual para que o usuário possa observar detalhes das obras de arte (muitas delas com um grande requinte de detalhes) e corredores sem as dezenas de pessoas, além de vídeos com tour e explicações sobre as principais obras de arte.

**Figura 1** - Reprodução do site oficial do Louvre categoria “exibithion – 2024”

No que diz respeito ao Metropolitan de Nova York (MET), a visita é feita pela página do Google Arts & Culture que oportuniza uma experiência virtual em formato 360º, como se fosse um Google Street View de arte, em inglês.

**Figura 2** - Reprodução do site oficial do MET com as imagens em 360º

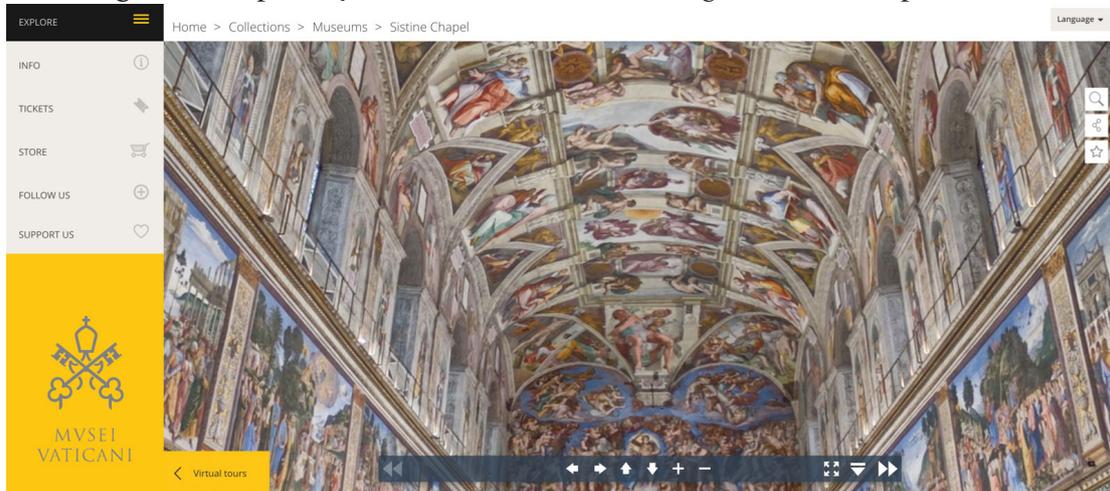
## The Met 360° Project

This award-winning series of six short videos invites viewers around the world to virtually visit The Met's art and architecture in a fresh, immersive way. Created using spherical 360° technology, it allows viewers to explore some of the Museum's iconic spaces as never before.

Viewed more than 11 million times, this series affords an access and a perspective typically unavailable to the public. Viewers can experience the magic of standing in an empty gallery after-hours, witnessing a bustling space in time-lapse, or floating high above The Met Cloisters for a bird's-eye view. We strung cables, removed protective covers from works of art, and rigged cameras up high, all to allow viewers to explore The Met as never before.

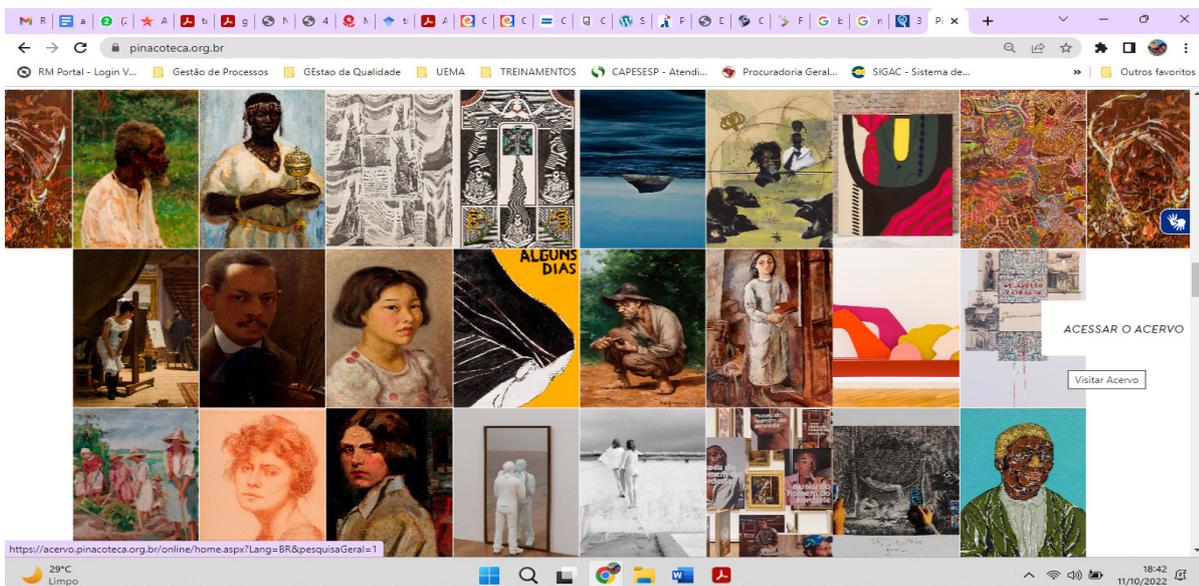
O Museu do Vaticano tem sua visita virtual em inglês, francês, italiano, alemão e espanhol, onde o usuário pode observar os detalhes da Capela Sistina feita por Michelangelo, além de artistas como Rafael, Leonardo Da Vinci, Caravaggio, dentre outros. As obras podem ser vistas por vídeos e fotos em formato 360º.

Figura 3 - Reprodução do site oficial com a imagem 360º da Capela Sistina



No Brasil, a Pinacoteca, em São Paulo, oferece um tour virtual em português, inglês e espanhol via Google Arts & Culture, com ênfase para a obra Mestiço, de Candido Portinari. A Pinacoteca fica no antigo prédio Liceu de Artes e Ofícios, projetado no final do século XIX e apresenta mais de 9000 obras no seu acervo atualmente, mesmo tendo-o iniciado com somente 26 quadros. Os artistas nacionais são o maior destaque da Pinacoteca, sendo dos séculos XIX e XX, onde pode-se observar obras de Anita Malfatti, Benedito Calixto, Victor Meirelles, Eliseu Visconti, Pedro Alexandrino e José Ferraz de Almeida Junior.

Figura 4 - Reprodução do site oficial da Pinacoteca



Assim, é importante lembrar que a relação entre museus e tecnologia existe há bastante tempo. Segundo Christensen (2011), pode-se estabelecer paralelos de aproximação entre esses dois campos desde acontecimentos como o desenvolvimento das técnicas de reprodução gráfica trazidos pela imprensa, a invenção da fotografia, e a ampliação do uso de audioguias nas exposições.

#### **4 METODOLOGIA**

O foco da pesquisa foi analisar os museus enquanto espaço de diálogo entre cultura, gestão e tecnologias de modo a diagnosticar elementos essenciais para seu funcionamento. Para tanto foram escolhidos dois tipos de museu, um público e outro privado (Museu Histórico e Artístico do Maranhão e Centro Cultural Vale). Após a investigação, apresenta-se um quadro comparativo levando em consideração os pontos em comum e diferenciais entre os aparelhos museológicos estudados. Esta pesquisa aborda a temática interdisciplinar que relaciona as áreas de administração, tecnologias, espaço, memória e patrimônio cultural, focando nos museus como objeto de estudo. Dessa forma, a pesquisa explora questões subjetivas, adotando uma abordagem qualitativa. Vergara (1998, p. 45) faz uma classificação da pesquisa quantos aos fins e quantos aos meios. Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória, segundo a autora, “a investigação exploratória é formulada em área em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”.

No que diz respeito aos meios técnicos utilizados, esta pesquisa baseia-se em métodos bibliográficos e documentais. A abordagem bibliográfica é empregada por meio de revisões da literatura existente sobre o tema proposto. Conforme definido por Vergara (1998), essa abordagem envolve o estudo de materiais publicados, como livros, revistas, jornais e redes eletrônicas, ou seja, materiais amplamente acessíveis ao público em geral. Além disso, também foi realizada uma pesquisa documental e exploratória para coletar e analisar documentos relevantes relacionados ao tema. Gil (2010, p. 31) recomenda que “seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização, e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou bases de dados”.

#### **5 RESULTADOS ESPERADOS**

Os aspectos museológicos aqui evidenciados compreendem uma variedade de atividades, incluindo logística, mediação e coordenação de processos relacionados à preservação, pesquisa e comunicação. Essas ações visam assegurar a transformação do patrimônio em uma herança comum para a sociedade. Ao analisar os itens supracitados quanto aos itens de acervo, projetos, segurança e dinâmica de funcionamento, nota-se que os museus públicos, frequentemente dependentes de financiamento governamental, buscam atender ao público em geral e preservar o patrimônio cultural de uma nação ou localidade. Em contrapartida, os museus privados, geralmente financiados por doações, patrocínios ou

receitas geradas internamente, podem ter uma flexibilidade financeira maior para explorar exposições inovadoras e adquirir peças exclusivas.

O acesso é uma faceta crucial na análise comparativa. Museus públicos muitas vezes são mais acessíveis devido a ingressos subsidiados ou gratuitos, buscando atingir um amplo espectro da sociedade. Museus privados, embora possuam uma abordagem mais autossustentável, podem ter ingressos mais elevados, o que pode limitar o acesso a certas camadas da população. Válido ressaltar que os objetos de estudo possuem entrada gratuita.

Adicionalmente, recomenda-se a catalogação exaustiva das barreiras à acessibilidade, com o intuito de elaborar um conjunto de procedimentos corretivos para as adversidades observadas. Paralelamente, é imperativo o desenvolvimento de iniciativas que fomentem a interatividade com os diversos segmentos comunitários, promovendo assim a construção de vínculos robustos e contínuos entre os museus e o tecido social ao qual pertencem.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm sido amplamente utilizadas em museus para tornar a experiência do visitante mais interativa e educativa. De acordo com um artigo do *Polytechnic Institute of Leiria*, as TICs aplicadas a museus são vistas como um capital interativo e educativo que cria uma conexão entre o objeto e o turista, tornando a experiência mais imersiva e autêntica. Outro artigo, “O impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação em museus: estudo de caso do Museu da Gente Sergipana”, discute como o Museu da Gente Sergipana foi idealizado para o uso de TICs, ou seja, já nasceu no digital, com a exploração da interatividade e didática audiovisual nos espaços criados, pensando também em uma forma didática de levar o conhecimento aos frequentadores.

Segue quadro abaixo com o objetivo de comparar as tecnologias utilizadas no objeto de estudo (Museu Histórico e Artístico do Maranhão e Centro Cultural Vale).

**Quadro 1** - Comparativo entre museus de acordo o uso de tecnologias

TICs	GMHAM	GCVV
Audioguia	Não	Sim
Realidade Virtual	Não	Sim
Realidade Aumentada	Não	Não
Projeção Mapeada	Não	Não
Telas Interativas	Não	Sim
Beacon	Não	Não
QR Code	Não	Sim
Internet das Coisas	Não	Não
Inteligência Artificial	Não	Não
Big Data	Sim	Sim

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A disparidade na adoção de tecnologias entre museus privados e públicos pode ser atribuída a diversos fatores intrínsecos a cada tipo de instituição. Museus privados, muitas vezes financiados por fontes distintas e operando sob uma estrutura mais flexível, têm uma liberdade financeira e gerencial maior para investir em inovações tecnológicas. Isso se deve à capacidade de gerar receitas próprias, por meio de doações, patrocínios e bilheteria, possibilitando a implementação de tecnologias avançadas para aprimorar a experiência do visitante.

Museus públicos geralmente dependem significativamente de financiamento governamental, o que pode limitar seus recursos disponíveis para aquisição e manutenção de tecnologias de ponta. Restrições orçamentárias, burocracia institucional e a necessidade de priorizar diferentes áreas, como preservação e educação, muitas vezes reduzem a capacidade dos museus públicos de adotar rapidamente novas tecnologias. Essa disparidade financeira e operacional resulta em museus privados assumindo a dianteira na integração de tecnologias inovadoras, enquanto museus públicos podem enfrentar desafios adicionais na implementação dessas avançadas ferramentas devido a suas estruturas de financiamento mais restritas.

No que tange os aspectos voltados para as redes sociais são plataformas digitais, é interessante ressaltar que elas permitem a interação, a comunicação e o compartilhamento de conteúdo entre os usuários. Trazem muitos benefícios, tais como facilitar o contato com amigos e familiares, ampliar o acesso à informação e à cultura, promover a participação cívica e a expressão de opiniões, entre outros. No entanto, as redes sociais também enfrentam alguns desafios e problemas, como:

- a) O risco de vazamento de informações confidenciais ou estratégicas da empresa, suscetíveis a exposição ou roubo por meio das redes sociais;
- b) A gestão imatura das redes sociais, propensa a erros de comunicação, posicionamento inadequado e falhas na administração de crises, acarretando prejuízos à imagem e reputação corporativa;
- c) A propagação de informações falsas ou desfavoráveis sobre a empresa, muitas vezes originadas por concorrentes, clientes insatisfeitos ou agentes mal-intencionados, impactando negativamente na credibilidade e confiança da marca;
- d) A exigência de investimentos em recursos humanos, tecnológicos e financeiros para uma administração eficiente e profissional das redes sociais, desafio particularmente relevante para pequenas e médias empresas.

Os desafios associados ao uso das redes sociais por parte dos museus compartilham semelhanças com os enfrentados por empresas, embora apresentem algumas peculiaridades distintas. Dentre esses obstáculos, destacam-se:

- a) A complexidade de preservar o valor cultural das obras de arte, suscetíveis à descontextualização, banalização ou desrespeito quando compartilhadas nas redes sociais.

b) A restrição da experiência estética dos visitantes, que pode ser comprometida pelo foco excessivo em fotografias e vídeos, em detrimento da apreciação direta das obras de arte.

c) A necessidade de adaptação dos museus às novas linguagens, formatos e públicos das redes sociais, exigindo ajustes na curadoria, educação e comunicação.

d) A escassez de recursos para manter uma presença digital de alta qualidade, incluindo a produção de conteúdo relevante, interação eficaz com o público e monitoramento consistente de resultados.

O quadro abaixo descreve a movimentação das redes sociais para os objetos de estudo desta pesquisa:

**Quadro 2 - Comparativo entre museus de acordo o uso de redes sociais**

<b>Itens avaliados</b>	<b>MHAM</b>	<b>CCVV</b>
Número de publicações	360	3178
Número de <i>reels</i>	Utiliza com frequência	Utiliza com frequência
Número de seguidores	5986	86
Número de contas “Seguindo”	23,8 mil	417
Quanto aos destaques	Informações sobre: horário, local, campanhas, biblioteca, exposição, visita e acervo	Sem destaques
Quanto às postagens fixas	Não há postagem fixa	Referente ao evento mais próximo de ser executado
Média de curtidas por postagem	74,3	188,11
Média de comentários por postagem	2,6	3,2
Quanto aos links na bio	Site (mas o link não funciona)	Spotify, Youtube, Site
Informações principais na página inicial	Horário de visita	Horário de visita, valor da entrada, local
Quanto a periodicidade de postagens	Focado em datas comemorativas (pode gerar mais 2 semanas sem postagens)	A cada dois dias
Quanto ao direcionamento do museu	História do Maranhão	Eventos e exposições

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em uma perspectiva inicial, percebe-se que o GCVV faz uso mais frequente da plataforma Instagram em detrimento ao GMHAM conforme as categorias sinalizadas. É válido ressaltar que um outro instrumento bastante utilizado pelo GCVV é o site institucional do centro, que apresenta a arquitetura organizacional do local, identidade, editais, programação, espaços, equipe, formas de contato, área em inglês e publicações atreladas ao core business do centro. A última atualização do GMHAM foi no ano de 2016

e contempla itens como missão, notícias, fotos, projetos, equipe administrativa e um blog do museu. Cabe ainda ressaltar que na página da Secretaria de Cultura do Estado do MA, o GMHAM é citado mediante sua existência, mas que o acesso a ele precisa ser feito através da Assessoria de Comunicação da secretaria supracitada.

Partindo do pressuposto que as redes sociais são gratuitas e de largo alcance, o GMHAM poderia fazer uso de forma mais efetiva dessas ferramentas para divulgar as exposições do museu, assim como gerar conhecimento para potenciais usuários as companhias e projetos.

Sob uma perspectiva de evolução tecnológica, tanto o GMHAM quanto o GCVV poderiam explorar itens como: Realidade Virtual e Aumentada (para enriquecer a experiência do visitante e oferecer exposições interativas); Preservação Digital (para tecnologias de preservação digital para conservar e documentar suas coleções de maneira mais eficaz) e Integração de Plataformas Digitais (integração de plataformas digitais, como aplicativos móveis e plataformas online para proporcionar acesso remoto e envolver o público de maneiras inovadoras).

A percepção da pesquisa enquanto análise do resultado, contempla o fato de que existem alguns entraves comuns. São eles:

a) Restrições Orçamentárias: Museus públicos frequentemente operam com orçamentos limitados provenientes de financiamento governamental, o que pode dificultar a aquisição e manutenção de tecnologias avançadas.

b) Burocracia e Processos Decisórios: Instituições públicas, devido à sua natureza burocrática, podem ter processos decisórios mais demorados, dificultando a rápida implementação de novas tecnologias.

c) Adaptação Cultural: A introdução de tecnologias pode encontrar resistência dentro da equipe e da cultura institucional, tanto em museus públicos quanto privados.

Quanto a especificidade, percebeu-se que o MHAM apresenta uma dependência de financiamento governamental, o que pode criar desafios na obtenção de recursos adicionais para investir em tecnologias inovadoras. Uma dificuldade quanto ao foco em acessibilidade e inclusão: devido ao seu compromisso com a acessibilidade, tendo que se esforçar para integrar tecnologias que atendam a diversos públicos, garantindo inclusão digital. No que tange ao GCVV, entende-se que os desafios estão atrelados a autossustentabilidade financeira: com maior autonomia financeira podem investir mais livremente em tecnologias avançadas para aprimorar a experiência do visitante e explorar estratégias de autossustentabilidade e inovação e competitividade, uma vez que a competição por visitantes e patrocínios pode impulsionar a adoção de tecnologias de ponta.

É importante que as tecnologias sejam integradas à proposta curatorial e aos objetivos do museu, potencializando a experiência do visitante e ampliando o acesso à cultura. A gestão eficiente é fundamental para o bom funcionamento dos museus. Ela envolve planejamento estratégico, administração de recursos humanos e financeiros, captação de recursos, definição de políticas e diretrizes, entre outros aspectos. No contexto do diálogo entre cultura, gestão e

tecnologias, a gestão deve tornar os museus espaços abertos, participativos e acessíveis, que dialoguem com diferentes segmentos da sociedade.

Os desafios de gestão em museus, sejam eles públicos ou privados, são multifacetados e podem variar consideravelmente devido às características específicas de cada tipo de instituição. Quando se trata de desafios comuns, tanto o GMHAN quanto o GCVV podem apresentar contingências com:

a) Utilização de Tecnologia: no sentido de integrar e gerenciar eficientemente tecnologias, como sistemas de informação, preservação digital e interatividade;

b) Preservação e Conservação: para manter a integridade e conservação das coleções e ao mesmo tempo em que se torna acessível ao público, é uma constante preocupação para ambos os tipos de museus.

c) Engajamento do Público: com o objetivo de encontrar estratégias eficazes para envolver o público, tanto presencialmente quanto virtualmente na era digital;

d) Capacitação da Equipe: com a finalidade de garantir que a equipe esteja qualificada e atualizada com as melhores práticas na gestão museológica.

Levando em consideração a especificidade de cada museu, existe a necessidade de se desenvolver estratégias adaptáveis e sustentáveis para garantir sua relevância cultural, educacional e social. O GMHAM por exemplo, apresenta oportunidades de melhoria quanto:

a) Restrições Orçamentárias: depende de financiamento governamental, sujeitos a cortes orçamentários que podem afetar a capacidade de manter e aprimorar suas operações;

b) Burocracia e Processos Decisórios: pode resultar em processos decisórios mais lentos, dificultando a rápida implementação de mudanças e inovações;

c) Pressões Políticas e Mudanças de Governo: podem enfrentar instabilidade devido a mudanças políticas, alterações na liderança governamental e variações nas prioridades de financiamento;

d) Atendimento a Diversos Públicos: garantir que as exposições e programas atendam a uma variedade de públicos, refletindo a diversidade da sociedade, é um desafio contínuo para os museus públicos.

O GCVV, por sua vez, apresenta desafios quanto:

a) Autossustentabilidade Financeira: garantir sua autossuficiência financeira, muitas vezes dependendo de doações, patrocínios e receitas próprias;

b) Competição por Recursos e Visibilidade: competição por visitantes, patrocinadores e doações pode ser intensa, exigindo estratégias inovadoras para se destacar e garantir recursos financeiros;

c) Equilíbrio entre Missão Cultural e Atratividade Comercial: manter um equilíbrio entre a missão cultural do museu e a necessidade de ser atrativo comercialmente pode ser um desafio delicado;

d) Riscos Financeiros e Sustentabilidade a Longo Prazo: sustentabilidade a longo prazo, a previsão de riscos financeiros e a adaptação a mudanças no mercado são desafios constantes para os museus privados.

Acessibilidade é fundamental para promover o diálogo entre diferentes públicos, incluindo acessibilidade física, cognitiva, sensorial e digital. Educação e mediação cultural também são essenciais, com investimentos em programas educativos que envolvam diferentes faixas etárias e contextos, estimulando o pensamento crítico e a reflexão. A incorporação de tecnologias inovadoras nos museus, como aplicativos móveis, realidade virtual e aumentada, amplia as possibilidades de interação com o público e proporciona diferentes formas de acesso à cultura. Sustentabilidade é outro aspecto essencial, garantindo a existência contínua dos museus através de práticas de gestão responsáveis e a valorização de práticas sustentáveis. Os museus desempenham um papel vital na sociedade, atuando como espaços de diálogo entre cultura, gestão e tecnologias. Para seu pleno funcionamento, esses elementos devem interagir constantemente, enriquecendo as experiências dos visitantes, promovendo a inclusão e valorizando a diversidade. Através da colaboração, acessibilidade, educação, inovação e sustentabilidade, os museus podem se tornar verdadeiros agentes de transformação social, contribuindo para uma sociedade mais consciente e engajada com seu patrimônio cultural.

Por outro lado, museus públicos, mesmo com recursos financeiros mais limitados, têm buscado ativamente utilizar as redes sociais como uma plataforma acessível e eficaz para interagir com o público. Estratégias inovadoras incluem a divulgação de eventos, compartilhamento de informações educacionais e o uso de mídia social como uma extensão virtual das exposições, proporcionando aos visitantes uma experiência interativa mesmo à distância. Essa abordagem destaca uma convergência interessante: enquanto museus privados podem investir em tecnologias de ponta, os museus públicos estão encontrando maneiras criativas de aproveitar as redes sociais para garantir uma presença online dinâmica e acessível. Ambos os tipos de instituições buscam, assim, maximizar seu alcance e impacto, adaptando-se às demandas da era digital.

A gestão eficaz de museus, tanto para o GMHAM quanto para o GCVV, requer uma integração cuidadosa de estratégias modernas de tecnologia. Em um cenário de rápidas transformações sociais e avanços tecnológicos, a administração museológica enfrenta desafios e oportunidades únicas. A implementação de tecnologias inovadoras não apenas aprimora a eficiência operacional, mas também amplia o alcance e o engajamento do público. Museus públicos, muitas vezes lidando com restrições orçamentárias, buscam soluções tecnológicas acessíveis para preservar e compartilhar sua rica herança cultural de maneira inclusiva. Para museus privados, a adoção de tecnologias avançadas torna-se um diferencial competitivo crucial. A busca por autossustentabilidade financeira impulsiona a inovação, desde experiências interativas até estratégias de marketing digital.

A capacidade de gerenciar e adaptar-se às mudanças tecnológicas é essencial para ambos os tipos de museus. A gestão eficiente não apenas garante a preservação das coleções,

mas também cria experiências envolventes que conectam o público ao patrimônio cultural de forma dinâmica. Ao aglutinar gestão e tecnologia, os museus estão mais aptos a navegar pelo panorama contemporâneo, explorando novas narrativas e promovendo o acesso à cultura de maneira inovadora.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do trabalho, constatou-se a contribuição multifacetada dos museus para a sociedade. Por meio da análise das políticas culturais e do Estatuto de Museus, compreendeu-se a importância normativa e institucional dessas instituições na preservação e divulgação do patrimônio cultural. As políticas culturais promovem a valorização da identidade nacional e o fomento à educação, destacando o papel dos museus como espaços de reflexão, aprendizado e interação. O Estatuto estabelece parâmetros regulatórios essenciais para a gestão, proteção e divulgação dos acervos museológicos, garantindo sua relevância contínua. Além disso, ao explorar a função educativa, percebe-se o potencial dos museus em complementar o ensino formal através de programas educativos e visitas guiadas, estimulando o interesse dos alunos por diferentes áreas do conhecimento.

Os museus enfrentam desafios significativos para se adaptarem às demandas em constante evolução da sociedade. Nesse sentido, o diálogo entre cultura, gestão e tecnologias torna-se cada vez mais necessário. A interação desses elementos possibilita uma abordagem mais dinâmica, diversificada e inclusiva dentro dos museus, criando espaços de encontro e troca de conhecimento entre diferentes públicos e perspectivas. A cultura é o cerne dos museus, pois através dela são preservadas e transmitidas as expressões artísticas, históricas e culturais de um povo.

Este artigo atingiu seu objetivo ao demonstrar os elementos essenciais para o funcionamento dos museus, comparando pontos comuns e divergentes de instituições públicas e privadas. Embora cada uma tenha suas peculiaridades, observou-se que há muitos pontos de convergência, como os benefícios proporcionados pela tecnologia e pela boa gestão. Este trabalho apresenta dados que podem orientar estudos futuros sobre o funcionamento de museus, reafirmando a importância de investimentos contínuos e políticas públicas eficazes para garantir a preservação e valorização do patrimônio cultural.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**, Livro X. Tradução de J. Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S.J. São Paulo: Nova Cultural, 2010.

ANAI DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série, vol. 29, 2021, p. 1-27 e 54.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Ensaio Sobre a Relação do Corpo Com 123 o Espírito. 4. ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

CASIMIRO, Giovanna. “**A multi-temporalidade do Museu: Meio Expositivo e Realidade Mista**”, em *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 3, nº 6, 2015.

CHAGAS, Mario. **A imaginação museal: museu, memória e poder** em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro, Ibraim-MinC, 2009.

CHRISTENSEN, Jørgen Riber. “**Four steps in the history of museum technologies and visitors’ digital participation**”, *Journal of media and communication research*, nº 50, 2011.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural cultura e imaginário**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação Museológica: Uma Perspectiva Teórica e Metodológica de Recepção**. 2005. 366 F. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DESVALLÉS, André e François Mairesse. **Conceitos-chave de Museologia**, São Paulo, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DUTRA, Larissa Fernandes; FARIA, Diomira Maria Cicci Pinto Faria. “Sociedades Contemporâneas e o ‘mundo de telas’: Um estudo acerca do museu virtual do Circuito Liberdade”. **Fórum ABRATUR**. Pernambuco: UFPE, 2017.

EQUIPE EDITORIAL DE CONCEITO.de. (17 de junho de 2013). **Conceito de museu**. Conceito.de. Disponível em: <https://conceito.de/museu>. Acesso em: 30 mai. 2024.

FAHY, Anne. “**New Technologies for museum communication**”, em Eilean Hooper-Greenhill (org.), *Museum, Media, Message*, Londres, Routledge, 1995.

FALK, John H. e Lynn D. Dierking. **The Museum Experience Revisited**, Walnut Creek, Left Coast Press, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Museus. **Guia dos museus brasileiros**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

MONTEIRO, Luiz. **A internet como meio de comunicação: possibilidades e limitações**. Disponível em: <http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/comunicacaovirtual/0158.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2024.

MUNIZ, R. **A importância dos museus para a preservação da cultura**. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/opiniao/raquel-muniz/importancia-dos-museus-para-a-preservacao-da-cultura-1.625767>. Acesso em: 30 mai. 2024.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. **Observar a experiência museal: uma prática dialógica?** Caderno do Museu da Vida, Rio de Janeiro, p. 5-21, 2003.

OLIVEIRA, José. “**O Museu e a sua arquitetura no mundo globalizado: entre**

**informação e virtualidade”**, Revista Museologia & Interdisciplinaridade, nº. 1, 2012.

PINHO, Joana Maria Balsa Carvalho de. **Museus e Internet. Recursos online nos sítios web dos museus nacionais portugueses**. Revista Textos de la CiberSociedad, La Rioja, n. 8, 2007.

ROCHA, Carla. **Templo das Mídias: o museu sob o signo da informação e da comunicação**, Dissertação de mestrado da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

## OS DOMÍNIOS OITOCENTISTAS: o percurso histórico do casarão nº 82 da Rua da Estrela até a concepção do Museu da Gastronomia Maranhense

**Mayane Pereira Silva<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Klaútenys Dellene Guedes Cutrim<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Conceição de Maria Belfort de Carvalho<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

O processo constitutivo da herança arquitetônica de São Luís parte de uma composição de edificações protegida por várias instâncias, no centro histórico da capital. Sua construção urbana foi baseada na estruturação portuguesa, com um traçado simétrico e retilíneo conjuntamente com a formação de prédios revestidos em azulejaria, tornando-se um espaço representativo de poder da população ludovicense nos séculos XVIII e XIX. As elites maranhenses se estabeleceram no centro histórico e dominaram os poderes políticos e econômicos advindos das exportações e importações de produtos agrícolas. Por essa visão, a presente pesquisa tem como tema o casarão 82 localizado na Rua da Estrela e seus domínios, cujo objetivo geral é identificar os primeiros proprietários e descrever a história do edifício oitocentista desde o seu surgimento até aquisição do espaço para a criação do atual equipamento museal dedicado a gastronomia maranhense no centro histórico de São Luís, Maranhão. A metodologia parte de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, que se utiliza de autores como Lacroix (2020), Mota (2007), Gomes (2022) e Viveiros (1954) e documentos históricos, como fotografias, plantas baixas, dentre outros, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão. Considera-se, como análise, parte dos dados extraídos da pesquisa de campo realizada para a elaboração do projeto de conclusão de curso da graduação em Turismo, além do uso da metodologia de história oral como importante ferramenta de base para coleta de depoimentos que não constam nos arquivos históricos e institucionais. Para isso, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o filho de um dos proprietários identificados, a fim de compreender como foram estabelecidos os processos de aquisição do prédio nº 82 pela prefeitura municipal de São Luís, em 2008. Apresentando como resultado a identificação de dois proprietários do edifício, sendo o primeiro um importante negociante português do século XVIII e XIX que tinha contato direto com a corte portuguesa; e o segundo, um influente político do século XX. Constatou-se, ainda, que o percurso da concepção do prédio para a gestão municipal viabilizou sua permanência na Praia Grande, Centro Histórico até os dias atuais. Foi possível perceber também que a requalificação do sobrado inicialmente habitacional, para um museu com a perspectiva cultural, possibilitou o fortalecimento da identidade maranhense através da valorização da gastronomia.

**Palavras-chave:** Centro Histórico; Proprietários; Museu de Gastronomia Maranhense.

1 Mayane Pereira Silva, mestranda Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (PGCULT) na Universidade Federal do Maranhão, Bacharela em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: mayane.ps@discente.ufma.br.

2 Klaútenys Dellene Guedes Cutrim, Doutora em Linguística e Língua portuguesa pela (UNESP). Mestre em História. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e do departamento de Turismo e Hotelaria (DETUH) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: klautenys.guedes@ufma.br.

3 Conceição de Maria Belfort de Carvalho, Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP), Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e do departamento de Turismo e Hotelaria (DETUH) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: conceição.belfort@ufma.br.

## 1 INTRODUÇÃO

Com diferentes ocupações e tentativas de povoamento, São Luís se tornou uma capital com influências de várias etnias, estabelecendo uma expressiva herança arquitetônica, gastronômica e cultural. O litoral Maranhense sempre foi um espaço de relevância para o desenvolvimento do comércio, desde a ocupação francesa (Viveiros, 1954). Em meados de 1820, São Luís era a quarta cidade mais importante do Brasil, decorrente de todo o crescimento econômico, baseada na produção agrícola (Figueiredo; Varum; Costa, 2012).

Sua política de urbanização foi organizada com a construção de um núcleo bem definido pelos poderes administrativos da época, que se concentravam na parte mais elevada da cidade. Organizado conforme a estruturação portuguesa, com traçados simétricos e ruas retilíneas fortemente determinado pelos lusitanos, as edificações no século XVIII e XIX caracterizavam um conjunto de imóveis próximos, com cobertura em telha cerâmica e beiral, do qual as elites maranhenses, que eram formadas por comerciantes, produtores rurais e empresários enriquecidos com as exportações, ocupavam no Centro Histórico (Figueiredo; Varum; Costa, 2012).

Por essa visão, a presente pesquisa tem como tema o casarão de número oitenta e dois (82) da Rua da Estrela e seus domínios, cujo objetivo geral é identificar os primeiros proprietários e descrever a história do edifício oitocentista desde seu surgimento até aquisição do espaço para a criação do atual Museu da Gastronomia Maranhense no Centro Histórico de São Luís, Maranhão.

Para contextualização, o referencial teórico pauta-se no entendimento do processo constitutivo do Centro Histórico de São Luís, através de sua política de urbanização e desenvolvimento arquitetônico. O estudo correlaciona também com a compreensão da formação das elites maranhenses que se estabelecem nas edificações que compõem o lugar. Por essa questão, o levantamento teórico parte de autores que investigam a história do Maranhão, o Centro de Histórico de São Luís e a composição dos espaços arquitetônicos e sociais maranhenses, como Lacroix (2020), Viveiros (1964), Figueiredo, Varum e Costa (2012); Mota (2007) e Lima (2009). Sobre o percurso do casarão de número oitenta e dois (82) da Rua da Estrela e a identificação de seus domínios, corrobora com as pesquisas de autores como Silva (2022) e Gomes (2022).

A metodologia norteia-se em uma pesquisa bibliográfica e documental que tem como análises parte dos dados extraídos da pesquisa de campo realizada no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Maranhão (IPHAN/MA) e do equipamento museal da gastronomia, que teve por finalidade a elaboração do projeto de conclusão de curso da graduação em Turismo. Sendo uma pesquisa qualitativa, o levantamento de dados utilizou-se também da metodologia da história oral, como uma importante ferramenta de coleta para depoimentos, que não constam em arquivos históricos e institucionais. Sendo extraídos por meio de uma entrevista semiestruturada com o filho de um dos proprietários

identificados, para compreensão dos processos de aquisição da edificação oitenta e dois (82) da Rua Estrela, à prefeitura municipal de São Luís.

## 2 A ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO: BREVE CONTEXTO

Com a chegada da expedição francesa em 1612, estabeleceu-se a primeira tentativa para o processo de estruturação do espaço. Os franceses ocuparam um ponto estratégico de elevação, com visão para um dos rios que circundava a ilha, até então desconhecida. Posteriormente, construíram um forte em pau-a-pique e denominaram de Saint Louis, juntamente com a construção de armazéns, choupanas, capela etc., durante a tentativa de em dois anos e dois meses implantar a França Equinocial (Lacroix, 2020). Segundo Viveiros (1954) a França Equinocial não criou raízes profundas por conta da batalha de Guaxenduba, que finalizou com os planos organizacionais e comerciais franceses e a expulsão dos mesmo, pelos lusitanos em 1614.

[...] La Ravardière procuraram local para a construção de um forte, que lhes assegurasse a posse da terra ocupada [...] Na retaguarda do forte, a administração da colônia fez abrir uma grande praça retangular, em cujos lados foram surgindo toscas e rústicas casas, de madeira e pindoba, para depósito, residência das autoridades, colonos, etc. Distante da praça cerca de mil e duzentos passos, levantaram a igreja, o convento dos frades e a casa onde funcionaria o Seminário dos Moços Franceses e índios, o qual viria a ter apreciáveis dádivas em dinheiro, para a sua manutenção, por parte do Cardeal de la Joyeuse e da Rainha Regente. Mas a França Equinocial não criou raízes, durou apenas três anos e quatro meses. Estava ainda em organização, quando lhe sobreveio o desastre de Guaxenduba. Nestas condições, o comércio que nela se fazia não podia variar muito do que vinham praticando os mercadores franceses, que lhe precederam em terras do Maranhão (Viveiros, 1954, p.7).

Com o domínio de volta aos Portugueses, a política de urbanização foi direcionada com uma organização sistemática urbana, como forma de preservar a posse e defender o território de novas invasões. Os portugueses mantiveram os edifícios religiosos, o forte de Saint Louis, conservando assim, o núcleo primitivo desenvolvido pelos franceses (Morais e Castro, 2008). Segundo os autores supracitados, as características que compõem a construção da cidade seguiram o padrão inicial, com a parte elevada direcionada para atividades administrativas, religiosas e militares e a parte baixa dedicada às atividades comerciais e portuárias. Em 1619, São Luís começou o processo de povoamento e expansão, em decorrência da chegada de novos colonos que desembarcaram no local, definindo as primeiras nomenclaturas de ruas e bairros do futuro Centro Histórico, como Lacroix (2020, p.29) pontua:

Com a chegada, em 1619, dos novos habitantes, a cidade passou de simples quartel de tropas, para sede de uma povoação de colonos, compelida à sua primeira expansão. Do coração do sítio urbano, no alto do tabuleiro entre a foz do rio Anil e o largo estuário do Bacanga, saíam vários caminhos chamados de estradas reais: da Praça do Forte, ladeiras se desdobraram nas futuras ruas do Quebra-Costa, Cascata, Formosa e Estrela, limitadas com Nazaré; de outra ladeira, tortuosa em sua base, originou-se a Rua do Giz, ladeando o alagadiço, futura Praia Grande; uma ladeira, antes, Rua Formosa, hoje Afonso Pena, ia até a igreja de São José do Desterro; a vereda da Rua da Palma encontrava-se com a trilha direcionada ao Convento de São Francisco, atual Santo Antônio. Estes foram os caminhos formadores das ruas previstas na primeira planta de São Luís.

Visando o crescimento futuro, a estruturação do espaço começou por meio das demarcações de ruas retilíneas, quadras simétricas, retangulares e praças em malha ortogonal com dimensões e larguras bem estabelecidas (Lacroix, 2020). Posteriormente os bairros que surgiam iam apresentando suas próprias características e funções, mantendo em suma a malha original do padrão ortogonal. Por exemplo, no bairro da Praia da Grande localizava-se o comércio portuário e atividades mercantis (Morais e Castro, 2008).

A partir de 1842, devido a determinação do código de postura da câmara de São Luís, houve uma preocupação com a manutenção do plano urbanístico do traçado ortogonal da cidade, do qual qualquer alteração, deveria proceder de licença para execução sob risco de penalidades (Figueiredo, Varum e Costa, 2012). Além desse fato, São Luís através da economia da agroexportação de algodão e arroz também desenvolveu melhorias urbanas e socioculturais. As edificações iniciais que eram formada por taipa, foram substituídas por novas construções de sobrado, solares e moradias térreas, com elementos construtivos principalmente da arquitetura pombalina, do qual tem a presença de fachadas com vãos, balcões sacados com gradis de ferro e pedra de lioz (Ibidem, 2012).

Essas edificações também eram de dois, três e até quatro pavimentações, sendo alguns com presença de mirantes e a grande maioria com fachada revestida por azulejos portugueses. Os maiores sobrados possuíam cinco portas e entrada central diferente das laterais, através de detalhes em cantaria. Essas características variavam de acordo com o poder que os proprietários detinham no século XVIII e XIX, sendo em grande maioria os domínios definidos por barões, ricos donos de engenhos e fazendas, comerciantes abastados escravocratas e produtores de largas transações europeias (Lacroix, 2020).

## **2.1 As elites maranhenses: os domínios e as edificações dos séculos XVIII e XIX**

São Luís, aos poucos foi se estabelecendo populacionalmente. Em meados de 1625 continuavam a chegar colonos para contribuir no processo econômico e social da comercialização de produtos agrícolas. Esses colonos se organizaram em terrenos livres elevando o número de residências, já demarcadas pelo traçado ortogonal (Lacroix, 2020). Entretanto, até 1718, a cidade só possuía 854 habitantes, entre eles brancos, indígenas, mestiços e africanos, do qual compunha a maioria das famílias, que até então não tinham ainda vantagens, que davam poder de ascensão (Ibidem, 2020).

A grande transformação aconteceu após a criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão em 1755, sobre o qual tinha como objetivo, dinamizar a economia e fomentar a agricultura, proporcionar ferramentas agrícolas e financiamento para obtenção de mão de obra escrava aos membros da cia, além de contribuir para o enriquecimento da população que já residia em São Luís (Figueiredo, Varum e Costa, 2012). Em meados do final do século XVIII, a população já passava dos 16.580, que acarretou em mudanças nos modos de vida, reformas de edificações e melhorias urbanas, financiados através de famílias com alto poder aquisitivo.

O crescimento no volume dos negócios e o aumento de comerciantes compeliram colonos mais abastados a promoverem benefícios à cidade, refletindo na expansão e embelezamento urbano com o calçamento de ruas e substituição de construções precárias por edifícios de pedra e cal, fruto da ação de comerciantes e senhores de terra de grande fortuna gerada pelo trabalho escravo. Sobrados em estilo colonial clássico português foram levantados, obedecendo a um projeto comum, destinados a comércio e residência, cujo conjunto adquiriu a monumentalidade, tanto em termos arquitetônicos quanto urbanísticos, antes privilégio dos palácios (Lacroix, 2020, p.103).

Toda essa organização do século XVII e XVIII foram provenientes da nova dinâmica econômica iniciada pela Companhia Grão Pará-Maranhão, que teve como consequência a estruturação do poder familiar. Outros grupos étnicos passaram a chegar ao Maranhão com o propósito de estabelecer negócios com os portugueses devido a essa economia. Foi essas alianças que garantiram a constituição das famílias consideradas elites maranhenses (Lima, 2009). Segundo Mota (2007) os líderes familiares, dessas elites, tinham consciência da importância do fortalecimento da família, utilizando sempre os bens, deserdos ou heranças para punir ou favorecer os membros do grupo, em conflitos familiares. Haja vista, que a linhagem era uma afirmação social de importância para mantê-los em ascensão.

Através da dinâmica das atividades econômicas, o aumento de edificações cresceu consideravelmente, tendo como consequência o interesse de fazendeiros que viram nessas construções, possibilidades de investimento (Lacroix, 2020). Os censos demográficos de 1855, demonstravam um quantitativo expressivo de edificações neste espaço do Centro Histórico de São Luís, com cerca de 303 sobrados, 35 mirantes e 727 casas térreas, de acordo os dados extraídos (Figueiredo, Varum e Costa, 2012). Segundo Mota (2007) a grande maioria dos proprietários que tiveram bens inventariados no século XIX, eram de famílias rurais e o que diferenciava a estrutura arquitetônica de seus sobrados, solares e moradias era suas rendas e a cultura.

Essas elites se concentravam na área da Praia Grande, pela localização estratégica com o poder político e administrativo da cidade e o porto, segregando outros bairros ou áreas próximas para quem possuía poder aquisitivo menor. As edificações de sobrados predominavam a espacialidade, sendo que seu valor variava conforme o tamanho e qualidade dos materiais de construção e outras particularidades (Mota, 2007).

As características dos sobrados obedeciam uma certa divisão hierárquica, do qual a parte térrea era reservada para o comércio ou depósitos, o primeiro pavimento dedicado ao negócios do proprietário, o restante dos pavimentos para a residência familiar, os mirantes poderiam ser usados para repouso, isolamento de enfermos, e no porão eram onde ficavam as pessoas escravizadas, podendo ser destinadas para outros locais, conforme a constituição do sobrado ou o quantitativo de escravizados (Lacroix, 2020). Todas essas características das edificações definiram as elites maranhenses no século XVIII e XIX e também o uso da azulejaria e outros modelos de moradias.

Sobrados mais luxuosos tinham seus vestíbulos de pisos trabalhados com desenhos em pedra de lioz e seixos rolados, formando bandeiras, arabescos ou outros motivos. A escada para os altos, com corrimão de madeira arredondada, sustentado por colunas de madeira torneada ou rendados em ferro, dava acesso aos andares superiores por degraus de pau

santo [...] Houve necessidade dos potentados, comerciantes e lavradores em ascensão, mostrarem sua estatura social através da moradia, cada um se esforçando em edificar o mais bonito sobradão, no afã de exibir seu poder econômico e social, construindo prédios com revestimento protetor ante a fragilidade das paredes ameaçadas pelas chuvas em um clima quente-úmido e pela beleza da porcelana multicolor, muito importante no significado de grandiosidade e sobriedade buscadas (Lacroix, 2020, p. 110).

Ainda pelo viés da autora supracitada, o tipo de moradia era definido pelo trabalho que exerciam os grupos sociais maranhenses, do qual eram formados por construções de sobrados, solares, sobradinhos, moradas inteiras, meias-moradas e porta e janelas. Utilizavam-se a azulejaria portuguesa, em quase todos os tipos de edificações, como revestimento decorativo, de fácil limpeza e poder. Já no final do século XIX, a elite maranhense já estava bastante influenciada pelo estilo intelectual francês, baseado nos costumes, decorações, educação e valorização da cultura. O que teve como consequência, uma elite que possuía uma imagem culta e instruída em publicações jornalísticas, rendendo à cidade o título de Atenas Maranhense no século XIX (Pereira Júnior, 2015).

Diante dessa contextualização, observa-se que a elite maranhense teve ascensão proveniente de toda a organização estrutural desenvolvida no Centro Histórico, devido a economia e as relações político-administrativas dos séculos XVIII e XIX. A partir de 1950 houve o deslocamento dessas famílias, para outros bairros que foram sendo criados, como João Paulo, Anil e Monte Castelo, o que acarretou na desvalorização do Centro Histórico ao longo dos anos. Segundo Lima (2009) foram as cooperações mútuas de negócios que conseguiram manter a sobrevivência dessa elite e ampliar os seus poderes familiares, assim como o prestígio social que permitiu sua expansão e contribuiu para toda a formação dessas edificações históricas, que atualmente são patrimônio histórico e cultural maranhense

### **3 O PERCURSO HISTÓRICO DO CASARÃO DE Nº OITENTA E DOIS (82)**

Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa, com a identificação e descrição dos primeiros proprietários da edificação histórica de número oitenta e dois (82), que está localizada na Rua da Estrela, Praia Grande e o seu percurso para o atual proprietário e equipamento museal dedicado à gastronomia maranhense.

#### **3.1 Primeiro Proprietário: Caetano José Teixeira**

O casarão de número oitenta e dois (82) é um sobrado de quatro pavimentos, localizado na Rua da Estrela, Praia Grande, no Centro Histórico de São Luís. A edificação histórica é datada do século XIX e tem uma área de aproximadamente 1.086 m<sup>2</sup>. Segundo Silva (2022), presume-se que o primeiro proprietário desse sobrado, foi Caetano José Teixeira, devido a uma descrição gravada em uma das pedras de lioz que compõe a fachada do imóvel, com a seguinte frase (figura 01): “*Caetano Joze Teixeira fez edificar essa propriedad em 18???*”. Em decorrência deste fato, a hipótese do domínio pode ser considerada.

**Figura 1** - Registro da descrição

Fonte: Silva (2022)

Caetano José Teixeira foi um comendador português da ordem de cristo, que negociava e trazia do Porto do Cacheu, na Guiné, ao Porto de São Luís, pessoas escravizadas. Uma de suas moradias comerciais declarava vender cerca de dois mil escravizados por ano, no século XIX (Gomes, 2022). Toda a movimentação de seus negócios era registrados em um livro manuscrito, que continha nomes, valores e transportes que eram usados para o deslocamento dos escravizados e de produtos agrícolas, como por exemplo arroz e algodão (Ibidem, 2022).

Na província do Maranhão, Caetano José se destacava como um importante comerciante e um dos maiores proprietários de edificações e terras. Segundo alguns arquivos disponíveis no IPHAN (2022) do relatório ultramarino, em 1793, Caetano Teixeira direcionava ofícios ao príncipe regente Dom João, para solicitar a compra de lotes de terra em Grajaú (cidade do Maranhão) e outros locais. Além desses ofícios, também foram encontradas cartas e notas de doações para resgate de portugueses em Argel, pedido de passaporte para o seu filho Honório José Teixeira poder adentrar em Lisboa e outros registros em nome de Caetano José Teixeira (Silva, 2022).

Em relação aos domínios escravistas, Caetano José Teixeira tinha sob seu controle, Engrácia, nascida no final do século XVIII, período de alta entrada de africanos escravizados em São Luís. Engrácia, possuía três filhos: Martiniano, Henriqueta e Leonor Felippa, que também foi escravizada por Caetano José. Posteriormente, em 1825, Leonor Felippa dos Reis, teve uma filha que viria a ser a maior romancista e poeta do Brasil, Maria Firmina dos Reis. Entretanto, quando Maria Firmina nasceu, Caetano José já havia falecido e sua mãe Leonor Felippa já estava alforriada (Gomes, 2022).

Por conta de toda essa importância que Caetano José Teixeira tinha no século XIX, do qual desenvolvia negócios em várias regiões da África, e também em Belém, Lisboa, Porto e com propriedades em quase todo o Maranhão como em Guimarães, Caxias e Viana (Gomes, 2022), contribui para entender, como de fato ele pode ser o primeiro proprietário do casarão

oitenta e dois (82), em uma época que as elites maranhenses dominavam a espacialidade do Centro Histórico, como já mencionado no decorrer desta pesquisa

### 3.2 Segundo Proprietário: Evandro Bessa de Lima

Evandro Bessa de Lima era um importante político do século XX, que administrou a Câmara Municipal de São Luís, foi vereador, prefeito interino e também diretor da Assembleia Legislativa do Maranhão. Filho de portugueses, nasceu em São Luís e desenvolveu toda a sua carreira na capital (Silva, 2022). Segundo o registro geral de imóveis disponível no IPHAN/MA (2022), em 1968 Evandro Bessa de Lima recebe como espólio de sua mãe Odisseia Bessa, cerca de dez imóveis com localizações diferentes, incluindo o edifício de número oitenta e dois (82) da Rua da Estrela.

Por insuficiências de dados documentais, não foi possível compreender a relação direta de como os pais portugueses de Evandro Bessa de Lima, adquiriram o edifício oitenta e dois (82) que pertenceu a Caetano José Teixeira no século XIX. Segundo dados provenientes extraídos de uma entrevista semiestruturada com um de seus filhos, observou-se a hipótese de ter ocorrido negócios de compra e venda entre os pares, para o domínio do casarão oitenta e dois (82). Haja vista que as elites maranhenses da época costumavam investir em imóveis e a Família portuguesa Bessa de Lima, era de uma linhagem com um certo poder aquisitivo.

Segundo Silva (2022), Evandro Bessa de Lima teve como prioridade sua carreira política, por conta deste fato, a herança patrimonial recebida como espólio de sua mãe Odisseia, acabou mantendo-se em segundo plano. Em decorrência disto, os imóveis foram se deteriorando, sem recursos para reformas e manutenção. Além disso, Evandro Bessa de Lima disponibilizou algumas das edificações herdadas, para serem usadas como moradias para a população ludovicense. Entretanto não havia cobrança de aluguéis, permitindo a manutenção e responsabilidade por parte dos inquilinos, o que contribuiu para o crescimento da deterioração dos mesmos.

Casado com Inah de Carvalho Lima, Evandro Bessa de Lima teve três filhos, contudo em 1951 os dois se separaram consensualmente, apesar de judicialmente permanecerem casados. Neste período pós separação, Evandro Bessa, teve outras companheiras do qual teve mais doze filhos. Em 1977, Evandro Bessa de Lima falece, e por Inah de Carvalho, ainda ser judicialmente casada com ele, passa a ser representante legal, de todo o espólio herdado (Silva, 2022).

Segundo a autora supracitada, a família Bessa inventariou todos os imóveis, dividindo metade dos valores para os quinze filhos de Evandro Bessa e a outra metade para a inventariante Inah de Carvalho. Porém, durante o processo de inventariação foi analisado que a situação de alguns imóveis estava em completa degradação e como a inventariante não possuía recursos suficientes para as reformas e recuperação das edificações, houve abertura

de venda desses imóveis para também contribuir com a partilha dos bens entre os herdeiros (Ibidem, 2022).

Conforme Silva (2022) menciona, a família Bessa recebeu uma proposta da prefeitura de São Luís, direcionada ao casarão oitenta e dois (82) em 2008, com o intuito de recuperar e transformar o sobrado em um equipamento museológico. As vendas foram oficializadas, entretanto o valor da negociação não foi identificado.

#### 4 A EDIFICAÇÃO HISTÓRICA: o Percurso para o Museu da Gastronomia Maranhense

O sobrado que havia pertencido à família Bessa, já tinha sido uma moradia coletiva, por conta disso e outros fatores, o estado de conservação predial não estava em boa situação de uso. Para iniciar seu processo de revitalização, a prefeitura captou recursos resultantes do projeto de infraestrutura do Ministério do Turismo, em conjunto com o capital próprio da prefeitura. As obras foram vistoriadas pelo IPHAN/MA, para que não descaracterizasse a estrutura principal da edificação (Silva, 2022).

A identificação do sobrado foi descrita no projeto de execução, elaborado pela empresa Figueiredo Lopes (2008, p.3), responsável pela reforma, da seguinte maneira

[...] a fachada principal vãos com vergas em arco abatido, sendo no pavimento térreo cinco vão de porta e uma portada na lateral esquerda, no primeiro e no terceiro pavimento são seis vãos de janelas de peitoril, no segundo pavimento apresenta seis janelas rasgadas com balcões sacados isolados, guarnecidos por gradis de ferro. A fachada voltada para rua de Nazaré possui também todos os vãos em arcos abatidos, sendo quatro portas no pavimento térreo, quatro janelas de peitoril no primeiro e no terceiro pavimento. Os vãos da fachada possuem ombreiras e vergas em pedra de lioz, com exceção do terceiro pavimento que são emoldurados com argamassa. Internamente o imóvel apresenta trinta e seis ambientes distribuídos em quatro pavimentos. A organização espacial das plantas baixas, é praticamente a mesma em todos os pavimentos, ou seja, quatro salas intercaladas por três corredores, sendo um na lateral esquerda, um entre as salas onde estão localizadas as escadas centrais do primeiro ao terceiro pavimento e outro na parede posterior.

Com essa descrição, observa-se que a edificação possuía exatamente as características principais que os maiores sobrados da área da Praia Grande reuniam, em relação a sua divisão hierárquica e composição estrutural. Do qual eram definidas pelas elites maranhenses, como sinônimo de poder do século XIX. Toda essa estrutura de pavimentação e múltiplas entradas, foram mantidas no projeto final. No primeiro plano museológico, a distribuição dos setores do Museu seguiu da seguinte forma: o primeiro e segundo pavimento destinado às exposições do acervo; o terceiro destinado ao setor administrativo; e o quarto destinado para o serviço museal (LOPES, 2008).

Em decorrência das trocas de gestões municipais, que acarretam nas instabilidades dos projetos em execução ou na suspensão dos mesmo, o projeto de inauguração do Museu de Gastronomia que seria em meados de 2009, só aconteceu no dia 13 de junho de 2019. Vinculado à Secretaria Municipal de Turismo, que administra e também divide o mesmo espaço da edificação com o equipamento museal, o Museu da Gastronomia Maranhense se estabelece na Rua da Estrela.

Para composição do acervo, foi estabelecido por meio do plano curatorial representar o diálogo entre as festas maranhenses e a culinária, através de estações na expografia. Dessa forma o Museu atualmente é subdividido com o térreo ou primeiro pavimento dedicado à sala expositiva do acervo, o segundo e terceiro pavimento dedicada à gestão da Secretaria Municipal de Turismo e o quarto pavimento sendo uma extensão para ambos, com a cozinha escola e o auditório da Secretaria (Silva, 2022).

Uma de suas principais metas em 2022, era se tornar um dos principais equipamentos turísticos da cidade de maneira inovadora e criativa. Neste momento, observa-se que o Museu já se estabelece como um equipamento museal de reconhecimento cultural, por conta das atividades que desenvolve, como por exemplo o roteiro do *city tour* gastronômico, as exposições temporárias e outras práticas criativas que buscam atrair visitação e estabelecer uma comunicação inovadora com a sociedade maranhense

## 5 CONCLUSÃO

Todo o planejamento organizacional de São Luís consolidou a cidade como um importante espaço econômico e político-administrativo do século XVIII e XIX. A composição de sua estrutura era baseada nas condições geográficas bem estabelecidas como a localização dos portos de exportação e importação, as políticas de urbanização do Centro histórico e formação das elites na Praia Grande.

Porém, o cenário do Centro Histórico se configura diferente no século XX. Devido às políticas de expansão, com aberturas de novas ruas e avenidas, criação de pontes e novos bairros, a elite maranhense que se concentrava nos grandes sobrados e solares da Praia Grande, se descentraliza para as áreas circunvizinhas, tendo como consequência a desvalorização do Centro histórico, com a maioria das edificações abandonadas ou usadas como moradias coletivas.

Em virtude deste fato, posteriormente começaram os projetos e políticas públicas que buscassem restabelecer e revitalizar as edificações e o espaço do Centro Histórico, como por exemplo, o projeto Reviver em meados de 1987. Atualmente continuam os programas estaduais como: o Nosso Centro e a subdivisão Adote um casarão, em conjunto com outras políticas públicas que visam por meio de editais ocuparem os espaços vazios e promover o uso habitacional.

Dessa forma, observou que o processo de aquisição da prefeitura na edificação de número oitenta e dois (82) da Rua da Estrela, viabilizou sua permanência até os dias atuais no Centro Histórico. Haja vista, que o casarão estava em degradação e com risco de desabamento por falta de manutenção. A reforma conseguiu recuperar seu traçado original, trazendo as características dos grandes sobrados do século XIX, oportunizou a criação do primeiro equipamento dedicado à gastronomia maranhense no Estado e também o primeiro administrado por uma gestão municipal. Percebe-se também, que a requalificação

do Sobrado oitenta e dois (82) possibilitou o fortalecimento da identidade maranhense, no aspecto da valorização da gastronomia local em um espaço museológico e cultural.

Em relação aos proprietários identificados, ficou evidente a importância que as grandes famílias detinham em São Luís, como se desenvolvia suas alianças e como se estabeleciam as relações de poder na área da Praia Grande. Dessa forma o casarão de número oitenta e dois (82) da Rua da Estrela, é só o exemplo dentre várias edificações que compõem o Centro Histórico de São Luís, que tem uma importante história de formação, e por meio desta, conseguiu se estabelecer como um sobrado significativo para toda a sociedade maranhense

## REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Margareth Gomes de; VARUM, Humberto; COSTA, Anibal. Aspectos da arquitetura civil edificada no século XIX, em São Luís do Maranhão, Brasil. Aveiro, Portugal: Conservar o patrimônio, n. 15-16 dez, 2012 p.43-58. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5136/513653441003.pdf> Acesso em 06 set 2024

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão, Corpo e Alma**. 2ª edição ampliada. São Luís: Edição da autora, 2020. Vol I. Edição em recurso digital. 380 p.

LIMA, Edyene Moraes dos Santos. **Honradas famílias: poder e política no Maranhão do século XIX (1821-1823)**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós Graduação em História, 2009

LOPES, Figueiredo. **Memorial descritivo do projeto arquitetônico**. Obra: Conservação, restauro e adaptação do imóvel situado a Rua da Estrela 82, em museu da gastronomia do Maranhão. São Luís: Figueiredo Lopes imóveis LTDA, nov.2008

MORAIS, Rui; CASTRO Juan. São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara guia de arquitetura e paisagem. [s.l]: Consejería de fomento, 2008. Disponível em: [https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/ReabilitacaoAreasUrbanas/Sao\\_Luis\\_Guia\\_Arquitetura\\_Paisagem.pdf](https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/ReabilitacaoAreasUrbanas/Sao_Luis_Guia_Arquitetura_Paisagem.pdf) Acesso em 06 set 2024

MOTA, Antonia da Silva. **A dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na capitania do Maranhão**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós Graduação em história, 2007

PEREIRA JUNIOR, Magno Vasconcelos. **Construção e transformação do centro urbano de São Luís-MA: Uma análise do Patrimônio histórico**. Espanha: Universitat de Barcelona, 2015

SILVA, Mayane Pereira. **O Museu da Gastronomia Maranhense: Perspectivas, Implementação e desafios no século XXI**. Monografia (Graduação). São Luís: Universidade Federal do Maranhão. Curso de Turismo, 2022

VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão 1612-1895. [s.l]: Associação comercial do maranhão. Academia Maranhense de letras,1954

## **PATRIMÔNIO CULTURAL EM MUSEUS: novas tecnologias e práticas inovadoras no turismo cultural**

**Maria Paula Torres Ribeiro<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Yandra Souza Santana da Rocha Santos<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Kláutennys Dellene Guedes Cutrim<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

### **RESUMO**

O patrimônio cultural é composto por diversos elementos que representam a história e cultura de uma sociedade, incluindo monumentos, tradições e artefatos. Nesse contexto, os museus desempenham um papel essencial na preservação e disseminação dessa herança, atuando como espaços educativos e de promoção cultural. Contudo, enfrentam o desafio de se manterem relevantes e atrativos para um público em constante mudança. A adoção de tecnologias modernas e práticas inovadoras são estratégias fundamentais para manter o interesse dos visitantes e promover a conscientização cultural. A presente pesquisa busca analisar os museus do Centro Histórico de São Luís - MA, com foco nas práticas inovadoras e na utilização de tecnologias digitais para enriquecer a experiência dos visitantes, enveredando por temas como turismo cultural, patrimônio e inovação. A pesquisa envolve o mapeamento dos museus da região, identificando como estes utilizam tecnologias e inovações para aprimorar suas exposições. A metodologia da pesquisa envolveu levantamento bibliográfico e documental para compreensão dos temas abordados, além de uma pesquisa exploratória com visitas aos museus de São Luís - MA para identificar as tecnologias e inovações empregadas. Também foi utilizada a pesquisa netnográfica para analisar a presença digital e práticas inovadoras de museus brasileiros, permitindo um comparativo com as instituições de São Luís e uma contextualização das tendências em inovação museológica. A pesquisa desenvolveu-se com base no conceito de inovação proposto por Camarero, Garrido & Vicente (2012), que abrange quatro dimensões principais: inovações tecnológicas na gestão, inovações voltadas para a experiência do visitante, inovação organizacional e inovação artística. Essas categorias foram utilizadas para analisar como os museus podem se adaptar e implementar soluções criativas, visando a melhoria interna e oferta de experiências enriquecedoras ao público. A pesquisa busca, assim, contribuir para o avanço do conhecimento sobre a relação entre museus, tecnologias digitais e patrimônio cultural, destacando a importância de uma gestão comprometida com a preservação da memória e a atração de turistas. A relevância deste estudo está em compreender como os museus podem continuar a desempenhar seu papel cultural em uma sociedade em transformação, utilizando tecnologias para facilitar o acesso à cultura e impulsionar o turismo. Concluiu-se que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos museus do centro histórico de São Luís, como a limitação de recursos financeiros, essas instituições fazem um esforço contínuo para se adaptar e integrar essas novas práticas, se aprimorando para superar esses desafios e enriquecer a experiência dos visitantes, evidenciando uma trajetória de adaptação e modernização gradual no cenário cultural.

**Palavras-chave:** Museus; Inovação; Tecnologia.

1 Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: mpaula\_torres@hotmail.com.

2 Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: yandrasantos23@gmail.com.

3 Professora Doutora do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: kdgedes@yahoo.com.br.

## 1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural de uma sociedade é composto por uma rica diversidade de elementos, tanto tangíveis quanto intangíveis, que carregam consigo a história e a identidade de um povo. Os museus, nesse contexto, desempenham um papel essencial ao preservar, interpretar e compartilhar esse patrimônio com o público. Eles não são apenas locais onde se expõe a história, mas também centros de educação e cultura. No Brasil, os museus têm passado por transformações importantes para se adequar às novas demandas de democratização e modernização do acesso cultural, acompanhando tendências globais de fortalecimento da divulgação científica e cultural, como discutido por Moreira e Massarani (2002).

Com o crescimento das cidades e as mudanças no espaço urbano, a revitalização dos centros urbanos tem se mostrado uma estratégia vital para melhorar a qualidade de vida dos habitantes e incentivar o turismo local. Um exemplo disso é a cidade de São Luís, no Maranhão, onde a preservação do patrimônio cultural está intimamente ligada à revitalização urbana, especialmente no centro histórico. Nessa área, os museus e os espaços públicos desempenham um papel crucial na conservação da memória cultural e na promoção do turismo.

Hoje, os museus enfrentam o desafio de se manterem relevantes e atrativos para um público cada vez mais exigente. Para isso, é fundamental que incorporem inovações tecnológicas que permitam uma maior interação com os visitantes. Tecnologias emergentes, como a realidade aumentada, aplicativos interativos e visitas virtuais, não apenas enriquecem a experiência de quem visita, mas também contribuem para a sustentabilidade econômica dos museus. Quando integradas às estratégias de revitalização urbana, essas tecnologias podem transformar o turismo cultural, valorizando ainda mais a história e a identidade local.

Neste artigo, exploramos como a tecnologia e a revitalização urbana estão redefinindo a experiência nos museus e o turismo cultural em São Luís. Ao analisar práticas inovadoras e o uso de recursos digitais em museus e espaços públicos, buscamos entender o impacto dessas iniciativas na valorização do patrimônio cultural e no desenvolvimento sustentável do turismo na região. O objetivo é oferecer insights que possam auxiliar na formulação de estratégias integradas para promover a preservação cultural e o crescimento do turismo de maneira eficaz e sustentável.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A integração da tecnologia nos museus tem se tornado um tema amplamente discutido, destacando a crescente importância da inovação para manter a relevância e eficácia dessas instituições culturais. A transformação dos museus é motivada pela necessidade de adaptação

às novas expectativas do público e pelo avanço tecnológico, resultando em uma experiência mais rica e interativa para os visitantes (Damanpour, 1987). Essa evolução é essencial para a preservação e promoção do patrimônio cultural, alinhando-se às práticas contemporâneas de gestão e apresentação de acervos.

Segundo Camarero, Garrido e Vicente (2012), as inovações nos museus podem ser classificadas em quatro categorias principais: inovações tecnológicas aplicadas à gestão, inovações voltadas para a experiência do visitante, inovações organizacionais e inovações artísticas. As inovações tecnológicas aplicadas à gestão incluem a digitalização de acervos e o uso de aplicativos para gestão e análise de dados, otimizando os processos internos dos museus. Já as inovações voltadas para a experiência do visitante buscam aprimorar a interação com os acervos, utilizando tecnologias como tours virtuais, telas interativas e cenografia digital.

Além das inovações tecnológicas, os museus têm explorado novas abordagens organizacionais e artísticas para se conectarem melhor com o público. A inovação organizacional envolve mudanças na estrutura e nas práticas de gestão, enquanto a inovação artística se refere à experimentação com novos formatos e modos de apresentação de obras (Camarero; Garrido; Vicente, 2011). Essas mudanças são fundamentais para manter a relevância dos museus e atrair diversos públicos, especialmente em um contexto de recursos financeiros limitados.

No cenário da revitalização urbana, a importância de espaços públicos como museus e parques é destacada pela necessidade de promover o bem-estar da população e o desenvolvimento turístico. A revitalização de espaços urbanos, como o Parque São João Paulo II em São Luís, exemplifica como a integração de políticas públicas e iniciativas comunitárias pode transformar áreas degradadas em centros de interesse cultural e recreativo. A análise das políticas de revitalização e sua implementação no Parque revela a relevância de espaços públicos bem planejados para o desenvolvimento cultural e a promoção do turismo local.

A combinação de práticas inovadoras em museus com estratégias de revitalização urbana oferece uma oportunidade única para explorar como a tecnologia pode ser utilizada para enriquecer a experiência cultural e estimular o turismo. O mapeamento dessas práticas e a avaliação de suas interações com políticas de revitalização urbana fornecem uma visão abrangente de como essas abordagens podem ser integradas para criar ambientes culturais mais atraentes e funcionais.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e descritiva para explorar as práticas inovadoras e a integração de tecnologias nos museus do centro histórico de São Luís, Maranhão. A metodologia é dividida em duas etapas principais: o mapeamento das práticas inovadoras e a pesquisa netnográfica.

Na primeira etapa, o foco foi realizar um mapeamento detalhado das práticas inovadoras e das tecnologias em uso em até 26 museus situados no centro histórico e nas áreas ao redor de São Luís. O objetivo principal dessa fase foi identificar e documentar como esses museus estão implementando inovações. Para isso, foram realizadas visitas aos museus, permitindo a observação direta das práticas e tecnologias em uso. O mapeamento considerou diferentes aspectos da inovação, seguindo as categorias propostas por Camarero, Garrido e Vicente (2012). Essas categorias incluem inovações tecnológicas aplicadas à gestão, como a digitalização de acervos e o uso de aplicativos para análise de dados; inovações voltadas para a experiência do visitante, como tours virtuais, telas interativas e cenografia digital; além de inovações organizacionais e artísticas, que envolvem mudanças na gestão e novas abordagens curatoriais.

A segunda etapa envolveu uma pesquisa netnográfica, que analisou interações e feedbacks encontrados em redes sociais e sites de avaliação online, como o TripAdvisor, sobre os museus da cidade. Essa abordagem, baseada nas ideias de Kozinets (2010), ajuda a entender o comportamento dos usuários no ambiente digital e como ele reflete as experiências reais dos visitantes. A pesquisa também levou em conta as discussões de Santos e Gomes (2013) e do blog Instituto PHD (2015), que mostram como o comportamento virtual pode influenciar a percepção das experiências nos museus.

Os dados coletados nas duas etapas foram analisados qualitativamente para identificar padrões e tendências nas práticas inovadoras e na experiência dos visitantes. A análise procurou entender como as inovações tecnológicas e organizacionais impactam a gestão dos museus e a interação com o público. Foram consideradas limitações, como dificuldades no acesso a informações completas e variações na qualidade das interações digitais. O processo seguiu princípios éticos para garantir a precisão e a confidencialidade das informações obtidas. Essa abordagem detalhada proporciona uma visão abrangente das inovações tecnológicas nos museus e como elas afetam a experiência dos visitantes, além de oferecer insights para integrar práticas inovadoras com estratégias de revitalização urbana.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO**

A pesquisa sobre a integração de tecnologia e inovação nos museus de São Luís revelou importantes insights sobre o estado atual dessas instituições e a percepção pública a respeito delas. Através de uma abordagem netnográfica, foi possível analisar as interações e avaliações dos visitantes em plataformas como TripAdvisor. Os dados obtidos indicam que o Museu Histórico e Artístico é o mais bem avaliado, com uma média de 4,5 estrelas, seguido pelo Museu de Arte Sacra, também com nota 4,5, e o Museu do Carmo e Capuchinhos, com uma média de 4 estrelas. Esses resultados refletem uma percepção positiva por parte dos visitantes, sugerindo que a experiência oferecida por esses museus é valorizada. No entanto, as avaliações também apontam áreas que poderiam ser aprimoradas para aumentar ainda mais a satisfação do público.

Imagem 1 – Comentários online sobre o Museu Histórico e Artístico

## Museu Historico e Artístico

4.5  448 avaliações



A plataforma Trip Advisor conta com 448 comentários sobre a Igreja. Se dividindo em 5 subcategorias: Excelente, Muito bom, Média, Pobre e Terrível.

"Uma revisão histórica do Maranhão"

 jul de 2023

Museu com bastante história do Maranhão e uma atenciosa funcionaria guia que nos tirava dúvidas sobre os franceses até a sua expulsão pelos...

"Interessante"

 abr de 2023

O museu é bem interessante. Só funciona a tarde, de 14h às 17h. Fiz a visita guiada gratuita só no térreo, pois o andar de cima estava fechado para reforma.



magoodive  
Fortaleza, CE  
56 contribuições





Muito sujo

nov de 2016 • A negócios

Não ha cuidado pelo poder em preservar seus pontos turisticos e por isso achei que ainda falta muito para que seja agradável aos visitantes



Marcos P  
Rio de Janeiro, RJ  
20 contribuições





deserto,sujo,descaso

mai de 2015 • Família

Achei um absurdo esta tudo desespero, sujo e abandonado. Muitas pinturas para serem feitas, não vi policiamento no local!

Feita em 24 de abril de 2016

Esta avaliação representa a opinião subjetiva de um membro da comunidade do Tripadvisor e não da Tripadvisor LLC. O Tripadvisor verifica as avaliações.



Juliana Zinni Fuzaro  
São Luis, MA  
66 contribuições





Meio sujo

jul de 2015 • Família

Lugar com várias lojinhas para lembranças, lugar cheira um pouco de esgoto, e tomem cuidado com telefones e câmeras, tem muitos trombadinhas...mas tb tem vários policiais a espreita



Fonte: Site Tripadvisor.

Imagem 2 – Comentários online sobre o Museu de Arte Sacra

# Museu De Arte Sacra

4,5  130 comentários

Excelente  55  
 Muito bom  57  
 Média  15  
 Pobre  3  
 Terrível  0

A plataforma Trip Advisor conta com 130 comentários sobre a Igreja. Se dividindo em 5 subcategorias: Excelente, Muito bom, Média, Pobre e Terrível.

**O que as pessoas estão dizendo**

 Por eaglehaslanded  
 " Altamente educativo "  
 agosto de 2018  
 Eu diria que este é o primeiro lugar a visitar em São Luiz. Sua visita a este museu contextualizará tudo o que você vê na cidade. Os guias são...

 Por mbaas  
 " Interessante, mas pouco em inglês "  
 Dezembro de 2017  
 Como costuma acontecer com museus no Brasil, muito deixa a desejar quando se trata de fornecer informações em inglês. A vantagem da arte sacr...



---

 Giuseppe P.  
 Paris, França • 175 contribuições



Pequeno mas bonito e bem conservado  
 Agosto de 2018 • Solo

Belo pequeno museu anexo à igreja SE, para que você possa visitar ambos facilmente em mais ou menos uma hora. O museu não é muito grande, mas parece marcar você com uma visão interessante da história de São Luiz. Pessoal e guias do museu muito bons. Vale a pena visitar.

Escrito em 10 de agosto de 2018

Esta avaliação representa a opinião subjetiva de um membro do Tripadvisor e não da Tripadvisor LLC. O Tripadvisor verifica as avaliações como parte dos nossos padrões de confiança e segurança líderes do setor. Leia nosso [relatório de transparência](#) para saber mais.

---

 Jack R.  
 Lisboa, Portugal • 380 contribuições



Boa coleção  
 Dez de 2017 • Casais

Muito bons trabalhos em prata, talha de santos tudo

Em estado de conservação acima da média, vale a pena a visita

---

 Rosangela\_Lorena  
 São Paulo, SP • 920 contribuições



Bem legal  
 Junho de 2018 • Família

Museu simples e bacana. A história contada de uma maneira bem ilustrada. Entendendo a participação dos jesuítas, franceses e portugueses.



Fonte: Site Tripadvisor.

Imagem 3 – Comentários online sobre a Igreja Nossa Senhora do Carmo

## Igreja Nossa Senhora do Carmo

4,0  117 comentários



A plataforma Trip Advisor conta com 117 comentários sobre a Igreja. Se dividindo em 5 subcategorias:Excelente, Muito bom, Média, Pobre e Terrível.



Fonte: Site Tripadvisor.

Por outro lado, o mapeamento das práticas inovadoras em 25 museus da cidade revelou que, embora haja uma variedade de abordagens tecnológicas e inovações em aplicação, muitas instituições ainda enfrentam desafios significativos. As inovações identificadas incluem aspectos tecnológicos na gestão, como a digitalização de catálogos e o uso de aplicativos para gerenciamento de dados; melhorias voltadas para a experiência do visitante, como recursos interativos e tours virtuais; e inovações organizacionais, como estratégias de comunicação digital e projetos educativos.

Tabela 1 – Mapeamento dos Museus Do Centro Histórico e Adjacências

Nome	Digitalização de catálogo	Aplicações para gerenciamento e análise de dados	Recursos tecnológicos	Novos projetos artísticos e formatos de apresentação	Estratégias de comunicação digital	Projetos inovadores
Museu de Arte Sacra					X	
Casa de Nhozinho			X		X	X
Museu de Artes Visuais			X	X	X	X
Museu da Igreja do Carmo e dos Capuchinhos					X	X
Museu da Gastronomia Maranhense		X		X	X	X
Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho					X	
Fundação da Memória Republicana Brasileira		X	X		X	X
Casa do Tambor de Crioula			X	X	X	X
Museu Palácio dos Leões	X		X		X	X
Museu da REFFSA			X	X	X	X
Centro Cultural Vale Maranhão	X	X	X	X	X	X
Museu do Forte de Santo Antonio				X	X	X
Casa do Maranhão				X	X	X

Fonte: Pesquisa de Campo Própria.

A implementação dessas inovações não é uniforme. Apenas 3 dos 18 museus mapeados possuem parte ou todo o seu acervo digitalizado, um fator crucial para a conservação e acessibilidade dos acervos. Barreiras como a falta de recursos financeiros e a escassez de pessoal qualificado para a digitalização são desafios significativos para muitas instituições. Além disso, a maioria dos museus ainda não adota amplamente práticas inovadoras em suas estratégias de comunicação e engajamento digital, o que pode limitar seu potencial para atrair e envolver o público.

Essas descobertas destacam uma discrepância entre a percepção positiva dos visitantes e a realidade das inovações tecnológicas e práticas aplicadas nos museus. Apesar dos avanços em algumas instituições, a adoção dessas práticas ainda é limitada e desigual. Para enfrentar esses desafios, é fundamental que os gestores museais busquem parcerias e recursos adicionais, desenvolvam estratégias de capacitação e explorem novas formas de engajamento com a comunidade e o público.

Os resultados fornecem uma visão crítica da situação atual dos museus de São Luís e sugerem áreas para melhorias futuras. A integração mais ampla de tecnologias digitais e inovações organizacionais pode não apenas enriquecer a experiência dos visitantes, mas também contribuir para a sustentabilidade e relevância contínua desses espaços culturais na era digital.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das práticas inovadoras e da integração de tecnologias digitais nos museus de São Luís revela como essas instituições estão se adaptando às novas demandas e desafios do cenário atual. A pesquisa, que combinou mapeamento e netnografia, revelou que, apesar dos esforços para incorporar inovações tecnológicas, ainda existem desafios consideráveis. De acordo com Parry (2010), a integração eficaz de tecnologias digitais é essencial para revitalizar os museus e enriquecer a experiência dos visitantes.

As avaliações e feedbacks dos visitantes, examinados na pesquisa netnográfica, destacam a importância de oferecer experiências bem planejadas e de alta qualidade. Museus como o Museu Histórico e Artístico e o Museu de Arte Sacra, que receberam altas classificações, são exemplos de como um bom engajamento com o público pode impactar positivamente a percepção desses espaços. No entanto, também foram identificadas áreas que necessitam de melhorias para elevar ainda mais a satisfação dos visitantes.

O mapeamento das práticas inovadoras revelou que, embora algumas instituições estejam avançando com o uso de tecnologias modernas, muitas ainda enfrentam barreiras significativas, como a falta de digitalização de acervos e limitações financeiras. Essas dificuldades afetam a capacidade dos museus de oferecer experiências mais acessíveis e envolventes. Anderson (2012) ressalta que a falta de recursos pode restringir a eficácia das inovações tecnológicas e dificultar a adaptação dos museus às novas expectativas dos visitantes.

Portanto, é essencial encontrar um equilíbrio entre a adoção de novas tecnologias e a solução dos desafios estruturais enfrentados pelos museus. Recomenda-se um investimento maior em digitalização e capacitação, além de uma abordagem integrada que combine inovação cultural e revitalização urbana. Com essas medidas, os museus de São Luís podem se transformar em centros culturais sustentáveis, contribuindo para um desenvolvimento cultural e turístico dentro da cidade.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, D. The Future of Museum Technology: Understanding the Challenges and Opportunities. **Museum Management and Curatorship**, v. 27, n. 3, p. 221-238, 2012.

CAMARERO, C.; GARRIDO, M.; VICENTE, J. **Typology of Innovations in Museums: Technological, Visitor Experience, Organizational, and Artistic Innovations**. 2012.

DAMANPOUR, F. **The Adoption of Technological, Administrative, and Ancillary Innovations: A Comparative Analysis**. 1987.

INSTITUTO PHD. **Reflexões sobre Comportamento Online e Experiência do Usuário**. 2015.

KOZINETS, R. V. **Netnography: Doing Ethnographic Research Online**. 2010.

MOREIRA, I.; MASSARANI, L. **Democratização e modernização do acesso cultural: Tendências globais e práticas contemporâneas**. 2002.

PARRY, R. **Museums in a Digital Age: Changing Meanings of Place, Community, and Culture**. Routledge, 2010.

SANTOS, M.; GOMES, R. **Comportamento Virtual e Interações Online: Uma Análise Crítica**. 2013.

# PATRIMÔNIO OU DESAPROPRIAÇÃO? O DILEMA DOS POVOS INDÍGENAS FRENTE AO RECONHECIMENTO TERRITORIAL

Clara Guedes Cutrim<sup>1</sup>  
Centro Universitário UNDB

Amanda Luiza Oliveira Pinheiro Sampaio Costa<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Maranhão

Kláutenys Dellene Guedes Cutrim<sup>3</sup>  
Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

A Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) reconhece os direitos dos povos originários e das comunidades tradicionais, assim como a necessidade da proteção de áreas estratégicas para a preservação do patrimônio natural. O presente artigo tem como objetivo abordar a legislação brasileira no que concerne aos direitos territoriais dos povos originários e de comunidades tradicionais e também no que se refere à proteção do patrimônio cultural e ambiental, buscando compreender as situações de conflito que possam vir a existir a partir desses dois paralelos que eventualmente situam-se em posições tanto convergentes quanto divergentes. A atual análise surge do interesse em elucidar em termos gerais como são tratados os direitos dos povos originários e comunidades tradicionais quando confrontados com possíveis impasses oriundos do direito ambiental. Busca-se como recurso para o entendimento fazer um estudo comparativo, a respeito dos direitos dos povos originários e comunidades tradicionais, entre os Estados do Brasil e da Tailândia. Nesse viés, o conflito seria visto como efeito das contradições entre os interesses das comunidades tradicionais e povos originários, que dependem da terra para subsistência e identidade cultural, e os interesses do Estado que tem como dever zelar pelo patrimônio ambiental e quando possível não descartar o desenvolvimento econômico em áreas de preservação legal. Para tanto, abordam-se situações ocorridas no Brasil com povos e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira no estado de São Paulo e na Tailândia com a tribo Karen do Parque Nacional Kaeng Krachan. Quanto à metodologia, essa investigação científica é caracterizada como de cunho bibliográfico, além de dialogar com autores da teoria geral do direito e sociologia jurídica. Nessa perspectiva, discute-se a teoria das escolas hermenêuticas. Foi possível que tanto o Brasil como a Tailândia possuem legislação específica voltada para a proteção dos seus recursos naturais e para a garantia dos direitos dos povos originários e comunidades tradicionais, todavia, o Brasil possui um olhar mais apurado para as populações que por ventura estejam ocupando essas áreas de interesse ambiental. Identifica-se, então, que em ambas as situações dos Estados supracitados as legislações não contemplam satisfatoriamente todas as partes envolvidas.

**Palavras-chave:** Povos Originários; Comunidades Tradicionais; Patrimônio Cultural; Patrimônio Ambiental.

## 1 INTRODUÇÃO

Esse artigo investiga, a partir de legislações brasileiras, a interseção entre preservação ambiental e os direitos das comunidades tradicionais, tendo em tela o entendimento da categoria patrimônio na perspectiva tanto ambiental quanto cultural. O termo patrimônio,

1 Aluna do 3º período do curso de direito da UNDB. E-mail: [claraguedes133@gmail.com](mailto:claraguedes133@gmail.com).

2 Aluna do 3º período do curso de direito da UFMA. E-mail: [amanda.luiza@discente.ufma.br](mailto:amanda.luiza@discente.ufma.br).

3 Professora, Doutora, Orientadora da UFMA. E-mail: [klautenys.guedes@ufma.br](mailto:klautenys.guedes@ufma.br).

“pater”, significa paternidade, herança e bens de família. Sua função original é proteger e resguardar a memória coletiva, marcar acontecimentos, locais e pessoas que possuem relevância naquilo que os representam. A ideia é enveredar pelas complexas relações entre Estado, território e comunidades tradicionais, destacando a importância de uma abordagem que respeite e integre os saberes locais nas políticas de preservação e desenvolvimento. Para tanto, serão abordados os países: Brasil e Tailândia.

A atuação do Estado na preservação do patrimônio cultural e ambiental, em variados países, assim como no Brasil, é centrada na gestão pública e na sociedade civil devido aos novos prismas analíticos da problemática preservacionista que, recentemente, compreendeu o patrimônio como direito social. Temas como patrimônio e meio ambiente nem sempre participaram das mesmas discussões, mas os termos patrimônio cultural e patrimônio ambiental são relativamente novos e passaram a ser usados a partir de 1972, pelo fato de que depois da Segunda Guerra Mundial, houve uma busca pela mundialização de valores ocidentais e práticas preservacionistas, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. A base para o entendimento atual aconteceu em 1972, na Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO (1972).

É possível refletir sobre a temática do patrimônio cultural e ambiental, sob a ótica jurídica, na perspectiva de duas nações, Brasil e Tailândia, que embora distintas em suas histórias e estruturas legais, enfrentam desafios semelhantes na proteção de seus patrimônios culturais e na luta contra a exploração econômica de seus territórios. A partir do caso da tribo Karen do Parque Nacional Kaeng Krachan, na Tailândia, e das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira no Brasil, é possível observar como políticas de preservação ambiental frequentemente entram em conflito com os modos de vida de povos que historicamente dependem da terra para sua sobrevivência e identidade cultural.

Enquanto o Brasil conta com uma Constituição robusta que reconhece os direitos dos povos indígenas e tradicionais assim como garante a proteção da cultura e do meio ambiente, as implementações dessas garantias enfrentam retrocessos e pressões econômicas que ameaçam a integridade territorial e cultural dessas comunidades. Na Tailândia, as criações de Parques Nacionais têm frequentemente marginalizado povos indígenas, transformando suas terras ancestrais em áreas protegidas sem o devido reconhecimento de seus direitos. Assim, a análise comparativa entre esses dois contextos revela não apenas as particularidades de cada país, mas também a urgência de abordar a questão da justiça social e ambiental em um mundo em constante transformação.

A metodologia utilizada para este estudo foi a abordagem qualitativa do tipo descritivo. A abordagem qualitativa, conforme Araújo et al. (2018) e Proetti (2018), corresponde a um processo de interpretação e compreensão da realidade, que é múltipla e subjetiva, sendo construída a partir das percepções dos sujeitos. A pesquisa documental, frequentemente é utilizada em investigações qualitativas e reconhecida como um recurso fundamental para a produção de conhecimento em diversas áreas. Após diálogo aprofundado na área dos conhecimentos jurídicos, do patrimônio cultural e ambiental, utilizando autores como

Bobbio (2010); Diniz (2009); Reale (2004); Pelegrini (2006); Funari e Pinsky (2012); e também a partir de buscas de dados em sites, como SciELO, Periódicos Capes, Google Acadêmico, foi realizada uma análise do material coletado, com a finalidade de comparar as práticas e legislações vigentes no Brasil e na Tailândia no concernente ao tratamento do dispensado aos povos originários e comunidades tradicionais que habitam em áreas de preservação.

## **2 RECONHECIMENTO TERRITORIAL E POVOS ORIGINÁRIOS**

### **2.1 Reconhecimento territorial e sua relação com os povos originários e comunidades tradicionais**

De maneira primaz, se observa que o reconhecimento territorial dos povos originários no Brasil é um tema que reverbera intensamente nas lutas sociais e políticas contemporâneas. Historicamente, a relação desses grupos com a terra tem sido marcada por conflitos e tentativas sistemáticas de deslegitimação de suas terras. Nesse contexto, se corrobora que a luta pela terra não é apenas uma questão de território físico, mas sim de identidade, cultura e sobrevivência. As comunidades indígenas, por exemplo, têm suas existências profundamente entrelaçadas com os espaços que habitam, e a terra é entendida como um elemento sagrado e fundamental para a manutenção de suas tradições.

No viés da trajetória da legislação agrária brasileira se analisa um padrão de marginalização dos povos originários. A Lei de Terras de 1850 (Silva, 1996) é emblemática nesse contexto, pois estabeleceu um sistema que favorecia a concentração de terras nas mãos de uma elite agrária, desconsiderando os direitos dos povos indígenas. Essa centralização de poder territorial resultou na desapropriação e na violação dos direitos de muitos grupos, reforçando práticas de etnocentrismo e exploração.

Sob essa perspectiva, é possível fazer alusões a várias das constituições brasileiras, é válido considerar que embora tenham avançado em algumas questões, ainda apresentam lacunas significativas em relação ao reconhecimento pleno dos direitos territoriais indígenas. A Constituição de 1934, por exemplo, foi um marco ao reconhecer, ainda que de forma limitada, a posse de terras pelos “silvícolas”. No entanto, as restrições à alienação de suas terras deixavam subentendido um controle estatal que continuaria a marginalizar esses povos. A Constituição de 1937 repetiu essa abordagem, mantendo uma proteção aparente, mas sem promover ações efetivas para garantir o usufruto pleno de seus territórios.

Com a Constituição de 1946, um novo passo foi dado ao reiterar o respeito pela posse indígena, mas a prática continuou a demonstrar a fragilidade dessas garantias. Assim, vê-se que o contínuo avanço da agricultura comercial e da exploração de recursos naturais nas terras indígenas é um exemplo claro da dificuldade em traduzir direitos constitucionais em realidades concretas. Os povos originários, nesse ínterim, frequentemente se veem obrigados a lutar contra a grilagem, a exploração madeireira e a mineração desenfreada,

que não apenas ameaçam seu modo de vida, mas também provocam danos irreparáveis ao meio ambiente.

Nessa conjuntura, o reconhecimento territorial não se limita à demarcação de terras, ele exige a valorização da cultura indígena e a promoção de políticas públicas que garantam a autonomia e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades. É fundamental que a sociedade brasileira, em sua totalidade, reconheça e respeite a sabedoria ancestral dos povos originários, que, por séculos, têm praticado formas de convivência harmônica com a natureza.

Infere-se, portanto, que a luta pelo reconhecimento territorial é um componente central na busca pela justiça social e pela reparação histórica, exigindo um compromisso coletivo com a construção de um Brasil mais inclusivo, onde as vozes dos povos originários sejam ouvidas e respeitadas. O futuro do país está intrinsecamente ligado à valorização da diversidade cultural e à defesa dos direitos daqueles que, desde tempos imemoriais, habitam e cuidam de suas terras.

## 2.2 A visão de patrimônio dos Estados e a Sociologia Jurídica

Na contemporaneidade, o conceito de patrimônio é um tema central nas discussões no Brasil, identidade cultural, direitos sociais e a relação entre comunidades, meio ambiente e o Estado se torna uma temática ainda mais relevante quando se considera a diversidade cultural e as ameaças que diversas comunidades enfrentam, o que pode ser exemplificado pelas comunidades quilombolas no vale do rio Ribeira, no estado de São Paulo.

O Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2016) aborda o tema patrimônio cultural e ambiental, além de ampliá-lo para incluir expressões culturais, modos de vida, criações artísticas e científicas, e outros elementos que representam a identidade e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Essa visão contemporânea do patrimônio reconhece a importância de preservar não apenas monumentos e edificações, mas também práticas culturais que são transmitidas entre gerações.

A legislação brasileira deve buscar equilibrar os direitos das comunidades tradicionais com os interesses de desenvolvimento tanto econômico como social. Apesar das leis que visam proteger o patrimônio cultural e ambiental, a implementação dessas normas frequentemente falham em considerar as especificidades das comunidades afetadas. A burocracia estatal pode dificultar o reconhecimento e a valorização dos modos de vida tradicionais, levando ao deslocamento forçado e à perda de identidade cultural.

A Sociologia Jurídica oferece uma perspectiva crítica sobre como as normas jurídicas interagem com as práticas sociais. Relacionado especificamente com o patrimônio cultural e ambiental, é pertinente trazer para a tela o conceito de “patrimônios difíceis”, que discorre sobre os bens associados a experiências de dor e sofrimento, sendo possível (Logan; Reeves, 2009) reconhecer a necessidade de lutas das comunidades por seus direitos patrimoniais,

como vinculados a essa categoria de análise. A proteção do patrimônio não deve ser vista apenas como uma questão legal, mas também como uma questão de justiça social.

É imperioso observar que a proteção dos direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil é um tema que transcende a mera discussão jurídica, sendo um reflexo das tensões entre a tradição, a modernidade e os direitos humanos. De acordo com a Constituição Federal de 1988, os direitos territoriais dos povos indígenas estão salvaguardados pelo artigo 231, que fundamenta sua validade no conceito de indigenato. Este conceito reconhece a legitimidade do domínio que os povos originários exerciam sobre suas terras antes da chegada dos europeus. Os autores da Escola Ibérica da Paz (Silva; Henriques, 2020) sustentavam que a desapropriação das terras indígenas constituía um ato de “furto” ou “rapina”, evidenciando que a tradição legislativa brasileira sempre reconheceu os indígenas como “senhores de suas fazendas”, protegendo-os de injustiças e usurpações.

A questão do “marco temporal” e as tentativas de revisão das terras já demarcadas acentuam ainda mais o retrocesso. Estas medidas colidem frontalmente com os compromissos firmados internacionalmente, como a Convenção 169 da OIT (Filho, 2019) que assegura o direito à propriedade sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. A ausência de um processo participativo e inclusivo nas decisões que os afetam, além da exclusão dos indígenas do debate público, agrava a vulnerabilidade dessas comunidades.

Por fim, o texto constitucional, apesar de robusto em suas garantias, reflete uma luta contínua e inacabada pelos direitos dos povos indígenas no Brasil. Os debates que foram travados há mais de três décadas ainda se fazem presentes, evidenciando a necessidade de um compromisso efetivo do Estado brasileiro em respeitar e garantir os direitos territoriais dos povos indígenas, reconhecendo sua existência e sua conexão histórica com as terras que ocupam.

### **3 O DIREITO AMBIENTAL E OS POVOS TRADICIONAIS**

#### **3.1 O direito ambiental e seus impasses com os povos tradicionais**

O direito ambiental, emergente no contexto das crescentes crises ecológicas, se depara com complexos impasses ao se relacionar com os povos tradicionais. Essa relação é permeada por tensões entre a preservação da biodiversidade e a proteção das culturas que historicamente coexistem com a natureza. As populações tradicionais, como indígenas e comunidades ribeirinhas, possuem saberes e práticas que são fundamentais para a conservação ambiental, mas frequentemente se veem em conflito com políticas públicas que priorizam a proteção de áreas naturais em detrimento de suas formas de vida.

Historicamente, o reconhecimento dos direitos desses grupos tem avançado, mas não sem retrocessos. A Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 2016) foi um marco, garantindo a proteção dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Contudo, na prática, a implementação dessas garantias enfrenta desafios significativos. As políticas de

conservação ambiental, muitas vezes, são implementadas sem considerar a participação e o conhecimento dos povos que habitam essas áreas, resultando em deslocamentos forçados e na marginalização de suas culturas.

A industrialização e a expansão do agronegócio intensificam essas tensões. Projetos de infraestrutura e a criação de áreas protegidas muitas vezes ignoram os direitos territoriais dos povos tradicionais, desconsiderando suas formas enfrentam pressões para abandonar seus territórios, sob a justificativa de que sua presença compromete a preservação ambiental. Esses conflitos revelam uma visão dicotômica do, mas da organização social e sua relação com a terra. Isso é exemplificado em situações como a do povo Guarani envolvendo a ilha do Cardoso, no litoral sul de São Paulo (Kortez, 2010) meio ambiente, onde a proteção ecológica é frequentemente colocada em oposição aos modos de vida tradicionais.

Instrumentos legais internacionais, reconhecem a importância da participação dos povos tradicionais na gestão de seus territórios. No entanto, a efetivação desses direitos ainda enfrenta barreiras significativas. A falta de consulta adequada e a desconsideração das vozes locais na formulação de políticas ambientais resultam em um ciclo contínuo de despojo e marginalização.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, criada através do Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 (Brasil, 2007), embora reconheça a importância dessas comunidades, ainda carece de mecanismos efetivos de implementação. É crucial que as políticas ambientais sejam desenvolvidas em parceria com esses grupos, respeitando seus direitos e saberes, e promovendo um modelo de desenvolvimento que valorize a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental.

O Estado brasileiro enfrenta significativas dificuldades na proteção e reconhecimento dos territórios de povos tradicionais, refletindo uma complexa relação entre desenvolvimento econômico e a preservação cultural e territorial dessas comunidades. O Decreto nº 6040/07 (Brasil, 2007), que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades, indica que esses grupos culturalmente diferenciados possuem formas próprias de organização social, interligadas à ocupação e uso de seus territórios. No entanto, essa definição contrasta com a visão de gestores de grandes empreendimentos, que frequentemente enxergam essas comunidades como entraves ao desenvolvimento.

Muitos exemplos ilustram a constante ameaça de deslocamento e violação de direitos que esses grupos enfrentam. As políticas compensatórias muitas vezes falham em considerar as particularidades dessas comunidades, transformando-se em medidas superficiais que não resolvem os reais problemas enfrentados.

A tensão entre desenvolvimento e tradição não é um dilema inevitável. No entanto, a ausência de políticas eficazes que respeitem e integrem a voz das comunidades tradicionais resulta em conflitos que desconsideram seu conhecimento ancestral. Isolete destaca que o modelo atual de desenvolvimento, centrado nos interesses de grandes corporações, ignora as necessidades e saberes dessas populações, perpetuando um ciclo de marginalização.

## 4 ANÁLISE COMPARATIVA

### 4.1 Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira no estado de São Paulo

O direito ambiental e a proteção das comunidades tradicionais são temas recorrentes nas questões pertinentes nas discussões sobre o Vale do Ribeira, área localizada na região sul do estado de São Paulo. Esta área abriga a maior concentração de comunidades remanescentes de quilombolas do supracitado estado brasileiro. Essas comunidades, que preservam uma rica herança cultural e histórica, passaram a enfrentar ameaças significativas, especialmente com o projeto que tinha como objetivo a construção de hidrelétricas no Rio Ribeira. A implementação desse projeto afeta diretamente tanto a Mata Atlântica quanto os territórios ocupados e construídos pelos quilombolas, que foram inevitavelmente se deslocando compulsoriamente (Rougemont; Gómez, 2011), comprometendo um patrimônio natural e cultural que foi cuidadosamente mantido ao longo dos anos.

Apesar da legislação de preservação ambiental ser uma característica realidade efetiva do Vale do Ribeira, os interesses econômicos se voltaram para as áreas protegidas, local em que essas comunidades se encontram. Partindo dessa perspectiva e a partir das sequências de efeitos negativos, às comunidades quilombolas mobilizaram-se intensamente contra essa ameaça, não apenas buscando informações sobre os impactos das hidrelétricas, mas também reafirmando sua identidade cultural. Para essas comunidades, a luta pela titulação de suas terras é parte de um esforço pela sobrevivência, visto que elas dependem dessas áreas. Os valores que sustentam suas práticas diárias incluem a memória histórica, laços de parentesco e solidariedade, todos fundamentais para a coesão social e a continuidade de suas tradições. O tratamento dispensado a essas comunidades é de extremo descaso, além de que eles estão sendo tratados como empecilhos à instalação destas obras (Rougemont; Gómez, 2011). Desde o início do processo de construção das hidrelétricas, as formas de resistência adotadas por essas populações foram cruciais para assegurar que suas vozes fossem ouvidas nas decisões que afetam seus modos de vida.

A intersecção entre direitos territoriais e questões ambientais no Vale do Ribeira revela um panorama complexo onde as comunidades tradicionais lutam pelos seus direitos e proteção. O projeto das hidrelétricas é apresentado como uma iniciativa que promete o crescimento econômico e modernização. No entanto, essa narrativa frequentemente ignora as realidades locais e as necessidades das comunidades quilombolas. A luta dessas comunidades não se limita à defesa de seus territórios, ela abrange uma visão mais ampla sobre o futuro sustentável da região, onde a preservação ambiental deve andar lado a lado com o respeito aos direitos humanos e culturais. É essencial que as políticas públicas considerem não apenas os interesses econômicos, mas também o valor inestimável das práticas culturais e da biodiversidade mantidas por essas comunidades ao longo dos séculos.

De acordo com o artigo 68 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2016), os territórios tradicionais vinculados a quilombos e povos indígenas são considerados patrimônios de

interesse fundamental de preservação. Para aprovar empreendimentos nessas áreas, a legislação brasileira prevê a realização de audiências públicas e dentre outros mecanismos de controle estatal que garantam a participação das comunidades diretamente atingidas. A posição do Brasil em relação à necessidade de priorizar tais populações é inquestionável, sobretudo por ser signatário da Convenção 169 da OIT (Filho, 2019), que trata a respeito das culturas e reconhece os direitos delas à terra e aos recursos naturais. Os direitos reconhecidos desses povos podem ser agrupados em dois: o de ser, no qual há a existência enquanto grupo com sua organização e cultura própria e o direito de estar, no que concerne ao direito à territorialidade, à terra, ao território (Filho, 2019).

#### **4.2 Caso da tribo Karen do Parque Nacional Kaeng Krachan na Tailândia**

Os Karen são um povo tradicional cujo território está situado ao norte do país asiático, Tailândia. O povo Karen tem seus hábitos e costumes completamente vinculados à dinâmica da natureza do seu território, dependendo da terra para sobreviver, sobretudo a partir da rotação das suas culturas e do seu artesanato. A partir dos anos 2000 iniciou-se um processo de transformação do seu local ancestral em parque de preservação da natureza. As ações geradas, a partir dessa imposição legal, foi um processo de tentativa de extermínio de um modo de vida tradicional. Essa condição se alastrou quando houve uma restrição legislativa, no qual limitou a tribo Karen ao uso dos recursos naturais.

O título de patrimônio cultural mundial concedido pela UNESCO no ano de 2021, ao Parque Nacional Kaeng Krachan, trouxe mais restrições ainda à utilização da terra pela tribo Karen. A adaptação às novas regras para a utilização dos recursos florestais tornou praticamente inviável a sobrevivência desse povo tradicional. Para Ailton Krenak (2020, p.57) “o estado do mundo que vivemos hoje é exatamente o mesmo que os nossos antepassados recentes encomendaram para nós” a existência se tornará insustentável, nenhuma memória, patrimônio e cultura restará para as futuras gerações.

Na perspectiva jurídica brasileira, é possível asseverar que tais fatos relacionados à preservação ambiental e comunidades tradicionais deveriam ser elucidados, sobretudo, a partir do direito ambiental e os direitos humanos. De acordo com a perspectiva da teoria geral do direito e da sociologia jurídica, com foco na Escola de Exegese, o caso das tribos Karen salienta as relações de poder e exploração subjacentes à tomada de terras pelo governo tailandês para a criação de um parque nacional.

Nesse viés, o conflito seria visto como efeito das contradições entre os interesses das comunidades tradicionais, que dependem da terra para subsistência e identidade cultural, e os interesses do Estado e do poder dominante, que buscam controlar e explorar os recursos naturais em benefício próprio e econômico. Assim, a ideia de fundação de um parque nacional poderia ser assimilada como um método de imposição do Estado sobre a população tradicional da Tribo Karen, mesmo que aparentemente estivesse voltado para o discurso ambientalista. Essa relação litigiosa entre o supracitado povo tradicional e o Estado

pode ser sumariamente compreendida pela perspectiva da escola exegética, que tem dentre os principais pensamentos a interpretação restritiva e a segurança jurídica.

Na análise jurídica exegética a interpretação restritiva poderia ser apontada a partir da restituição parcial do território dos Karen sendo esse fato analisado a partir da existência de textos legais que permitiram essa devolução. Nessa ordem, se a legislação não contemplasse de maneira inequívoca a restituição de territórios, a Escola da Exegese poderia compreender que a devolução deveria ser restrita ou mesmo protestada. Nesse entendimento, a segurança jurídica da Escola da Exegese buscaria garantir que a decisão fosse previsível e conforme o que está explícito nas leis do país.

### 4.3 Convergências e divergências

A análise comparativa entre Brasil e Tailândia revela tanto diferenças quanto similaridades significativas nas abordagens de cada país em relação à preservação ambiental e aos direitos das comunidades tradicionais. Ambas as nações enfrentam o desafio de equilibrar a exploração econômica com a proteção ambiental e os direitos dos povos indígenas. No entanto, o contexto histórico e político molda essas dinâmicas de maneiras distintas. Enquanto o Brasil possui uma estrutura legal mais robusta, representada sobretudo através da Constituição de 1988 (Brasil, 2016) que reconhece os direitos dos povos indígenas e dos povos tradicionais, estabelecendo através da proteção ao meio ambiente a necessidade de o Estado existir como provedor dos direitos do cidadão. A Tailândia carece de um ajustamento severo entre as legislações de preservação e os direitos dos povos tradicionais, perpassando, inclusive, pelos interesses de cunho econômico. Tal assertiva sobre o Estado tailandês reverbera em uma abordagem que frequentemente ignora as realidades socioculturais das comunidades locais, o que acaba prejudicando o próprio equilíbrio ambiental.

Na Tailândia, as terras ocupadas por povos indígenas são frequentemente classificadas como pertencentes ao Estado, o que facilita sua desapropriação para projetos de desenvolvimento e conservação, como a criação de parques nacionais. Essa prática gera tensões significativas, pois a preservação ambiental é utilizada como justificativa para a remoção dessas comunidades sem considerar suas necessidades e direitos. Em consoante, o Brasil enfrenta uma pressão crescente de interesses econômicos que desafiam a implementação dos direitos já reconhecidos. Apesar da existência de mecanismos legais que deveriam proteger as terras indígenas, a falta de vontade política e os recentes retrocessos legislativos têm colocado esses direitos em risco.

A comparação entre os enfoques dos dois países destaca que, enquanto na Tailândia a desapropriação é frequentemente justificada pela necessidade de conservação ambiental, no Brasil essa proteção legal é frequentemente desconsiderada em favor de projetos econômicos. A pressão por exploração econômica no Brasil tem levado a um aumento nas disputas territoriais e na violência contra as comunidades indígenas. A recente onda de

propostas de emenda à Constituição que visam restringir a demarcação de terras indígenas ilustra um cenário alarmante de insegurança jurídica para essas populações.

Desse modo, nota-se que tanto Brasil quanto a Tailândia enfrenta desafios complexos na intersecção entre preservação ambiental e direitos das comunidades tradicionais. Contudo, as soluções exigem abordagens diferentes: no Brasil, é crucial fortalecer a implementação dos direitos já existentes, enquanto na Tailândia, é necessário um reconhecimento formal das terras e dos direitos dos povos indígenas para garantir uma convivência harmoniosa entre conservação e desenvolvimento econômico. Além das questões legais e de reconhecimento, as dinâmicas culturais desempenham um papel fundamental na forma como Brasil e Tailândia abordam a relação com suas comunidades tradicionais. No Brasil, a diversidade cultural dos povos indígenas é amplamente reconhecida e celebrada, embora a implementação de políticas públicas que respeitem essa diversidade ainda enfrente muitos obstáculos. As comunidades indígenas brasileiras têm se mobilizado ativamente para garantir seus direitos, utilizando estratégias que vão desde a resistência pacífica até a busca por apoio internacional. Essa luta é essencial não apenas para a proteção de seus territórios, mas também para a preservação de suas culturas e modos de vida, que são intrinsecamente ligados à terra.

Por outro lado, na Tailândia, a falta de um reconhecimento formal dos direitos dos povos indígenas resulta em uma marginalização dessas comunidades. A abordagem do Estado em relação à cultura indígena tende a ser paternalista, muitas vezes promovendo uma visão homogênea da identidade nacional que ignora as particularidades culturais das minorias. Isso não apenas compromete a preservação das tradições locais, mas também limita as oportunidades de desenvolvimento sustentável que poderiam beneficiar tanto as comunidades quanto o meio ambiente. Assim, enquanto o Brasil luta para proteger os direitos já reconhecidos, a Tailândia precisa urgentemente reavaliar sua política em relação aos povos indígenas, buscando um modelo que valorize e integre suas culturas na formulação de políticas ambientais e de desenvolvimento primordial na questão indígena.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do complexo cenário que a sociedade contemporânea está inserida, vê-se a necessidade de enfatizar o valor do fortalecimento do patrimônio cultural e ambiental no seu sentido mais amplo, o que implica o robustecimento de identidades e memórias dos povos antepassados. Outrossim, é inevitável ficar alheio a necessidade no avanço econômico assim como da preservação ambiental. O presente estudo aponta três vertentes basilares para a expansão de uma sociedade: a cultura, a cidadania e a sustentabilidade. Três pilares que podem ser encontrados e trabalhados em áreas de preservação ambiental onde as comunidades tradicionais estejam estabelecidas.

A cultura ancestral presente nas memórias e tradições dos povos indígenas são o alicerce, mas para a construção de umas identidades coletivas que resistem à homogeneização

cultural imposta por processos da globalização econômica, cultural e social. As comunidades tradicionais possuem conhecimentos imprescindíveis para o manuseio sustentável dos recursos naturais que certamente devem ser considerados na formulação de políticas públicas e essas mesmas populações precisam ser ouvidas nas decisões que impactam suas terras e modos de vida.

Em síntese, a análise das terras indígenas e seu papel na exploração econômica revela um dilema profundo que exige um equilíbrio entre desenvolvimento e respeito aos direitos dos povos originários. A resiliência das comunidades indígenas e comunidades tradicionais, tanto no Brasil como na Tailândia, diante da pressão econômica ressalta a importância de reconhecer e valorizar suas culturas, tradições e saberes.

A pesquisa em tela enveredou pelo entendimento de que a luta por território é, antes de tudo, uma luta pela preservação da identidade cultural e pela continuidade das práticas que sustentam suas comunidades. A elucidação da relação entre cultura, cidadania e sustentabilidade é fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento que não apenas respeite, mas também possibilite a diversidade cultural e ambiental. A participação efetiva das comunidades indígenas na gestão de seus territórios, possibilita a construção de um caminho para práticas de desenvolvimento economicamente viáveis quanto socialmente justas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. M. D.; OLIVEIRA, M. C. S. L. D.; ROSSATO, M. O sujeito na pesquisa qualitativa: desafios da investigação dos processos de desenvolvimento. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 33, n. 1, p. 1-7, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102>. Acesso em: 08 out. 2024.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral do direito**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 333 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a Política Nacional de Participação Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Seção 1, p. 4. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm). Acesso em: 08 out. 2024.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**: introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia jurídica e à lógica jurídica, norma jurídica e aplicação do direito. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FILHO, Carlos Frederico Marés de Souza. Os povos tribais da convenção 169 da OIT. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 42, n. 3, p. 155-179, 2019. DOI: 10.5216/rfd.v42i3.55075. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/55075>. Acesso em: 08 out. 2024.

FUNARI, Pedro; PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural**. 1. ed. São Paulo:

Contexto, 2012.

JUSBRASIL. **Jurisprudência do STF**: Processo nº 1860125785. [s.d.]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/1860125785>. Acesso em: 08 out. 2024.

KOTEZ, Lucilia. Patrimônio cultural do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Estado de São Paulo. **Início**, v. 22, n. 1, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.24278/2178-5031.2010221254>. Acesso em: 08 out. 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIFE IMPACT BRASIL. 2021. Disponível em: <https://lifeimpactbrasil.org/2021/04/09/co/>. Acesso em: 08 out. 2024.

LOGAN, W.; REEVES, K. (Org.). **Places of pain and shame: dealing with difficult heritage**. London/New York: Routledge, 2009.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Nota de imprensa**: CIDH recomenda ao Estado brasileiro medidas para reparar consequências de violações de direitos humanos. [s.l.]: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2022/013.asp>. Acesso em: 08 out. 2024.

PELEGRINI, S. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 115-140, jan./jun. 2006.

PROETTI, S. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen**, v. 2, n. 4, p. 1-23, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60>. Acesso em: 08 out. 2024.

QUANTO CUSTA VIAJAR. **Tribo Karen**: mulheres-girafas da Tailândia. [s.d.]. Disponível em: <https://quantocustaviajar.com/blog/tribo-karen-mulheres-girafas-da-tailandia/>. Acesso em: 08 out. 2024.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 470 p.

ROUGERMONT, Laura dos Santos; GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. A usina hidrelétrica de Tijuco Alto (Vale do Ribeira) no contexto dos conflitos gerados pela construção de barragens. **Pegada**, v. 12, n. 2, p. 48-59, 2011.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Jamilly Izabela de Brito; HENRIQUES, Fabrício da Silva. **Direitos territoriais na legislação brasileira**: uma análise à luz da fundamentação teórica da escola ibérica da paz para legitimidade do domínio dos povos indígenas. 2020. p. 23.

SILVA, Ligia Osorío. **Terras devolutas e latifúndio**: efeito das leis de 1850. São Paulo: Ed.

Unicamp, 1996.

SURVIVAL BRASIL. **Voz indígena.** [s.d.]. Disponível em: <https://survivalbrasil.org/voz-indigena>. Acesso em: 08 out. 2024.

UNESCO. Declaração do México. **Conferência Mundial sobre Políticas Culturais.** Brasília, DF: IPHAN, 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>. Acesso em: 08 out. 2024.

YOUTUBE. **Desde que o Patrimônio Mundial foi declarado, nossa vida fica cada dia mais difícil.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v2Hngx3NELw>. Acesso em: 08 out. 2024.

# SABERES LOCAIS E MULHERES AMAZÔNIDAS: perspectivas e contribuições sustentáveis

**Valéria Cristina Lopes dos Santos Souza<sup>1</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

**Hynder Lima de Souza<sup>2</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

**Conceição de Maria Belfort de Carvalho<sup>3</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

Este trabalho examina as práticas cotidianas e os saberes locais de mulheres amazônidas no contexto das produções sustentáveis, evidenciando a liderança dessas mulheres e a diversidade de seus conhecimentos em benefício das comunidades locais. O estudo objetiva identificar e analisar a literatura existente sobre os saberes tradicionais de mulheres maranhenses que atuam dentro do contexto amazônico e suas contribuições para o desenvolvimento sustentável. A obra *Monocultura das Mentes*, de Vandana Shiva (2002), será utilizada como base teórica para analisar a contribuição dessas mulheres produtoras para as práticas sustentáveis, com ênfase na justiça social. A obra *Ecologismo dos Pobres*, de Joan Martinez Alier (2007), também trará subsídios para as discussões pontuando questões relacionadas à justiça ambiental e aos conflitos ocasionados pelo acesso aos recursos naturais, onde grupos menos favorecidos são mais impactados. As ideias de Otávio Guilherme Velho (2009) sobre as “frentes expansionistas” serão utilizadas para compreender como os processos de modernização e as políticas desenvolvimentistas impactam na prática os saberes tradicionais das mulheres maranhenses. Esses processos tratam a natureza como mercadoria, negligenciando grupos tradicionais que dependem dos recursos naturais para sobreviver.

**Palavras-chave:** Mulheres Amazônidas; Saberes Tradicionais; Sustentabilidade.

## 1 INTRODUÇÃO

O bioma amazônico detém a maior floresta tropical do planeta, tendo vital importância no contexto biológico, ecológico e cultural. É considerado o ecossistema que abriga a maior biodiversidade com milhões de espécies vegetais, animais além de microrganismos e espécies que ainda não foram catalogadas. Possui um papel fundamental na mitigação das mudanças climáticas, uma vez que consegue produzir cerca de 10% de oxigênio a nível mundial, bem como absorver grande quantidade de dióxido de carbono (Costa *et al.*, 2022).

A Amazônia é um território que se destaca também por ser a casa de diferentes grupos humanos detentores de conhecimentos tradicionais a respeito da fauna, flora e o

1 Cientista Social – Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Mestranda no Programa de Pós-graduação Cultura e Sociedade (PGCult) – UFMA; valeria.cristina@discente.ufma.br; valcriss@hotmail.com; UFMA.

2 Biólogo – Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Mestrando no Programa de Pós-graduação Cultura e Sociedade (PGCult) – UFMA; hynder.lima@discente.ufma.br; UFMA.

3 Professora do Curso de Turismo e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) – UFMA; conceicao.belfort@ufma.br; UFMA.

uso sustentável dos recursos naturais. Esses grupos possuem uma relação harmoniosa com a natureza sendo considerados guardiões no que diz respeito à conservação dos recursos, pois entendem que a manutenção biológica está inteiramente conectada aos seus modos de vida tradicionais (Castro, 2012).

Destacam-se comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos no qual as mulheres possuem protagonismo, desempenhando um importante papel por meio de seus saberes ancestrais, contribuições em práticas sustentáveis e no fortalecimento de suas tradições culturais (Thum, 2017). Por meio de técnicas de manejo florestal, agricultura sustentável, medicina tradicional e práticas artesanais asseguram a sobrevivência econômica de suas famílias, promovem o desenvolvimento sustentável e garantem a perpetuação das futuras gerações.

Além do repertório de saberes que são passados de geração em geração, as mulheres amazônidas destacam-se pela capacidade de inovação e liderança em seus territórios que são fundamentais para o enfrentamento de desafios socioambientais (Miranda; Barroso, 2023).

O respeito ao conhecimento tradicional é chave para o futuro da floresta e de suas populações, porém o sistema capitalista imposto tem ameaçado a forma de vida dessas mulheres e suas comunidades, diante dos impactos da degradação ambiental e a invasão de seus territórios que beneficiam setores mais ricos e influentes. (Sousa; Pezzuti, 2017).

Dentro desse contexto, este trabalho examina as práticas cotidianas e os saberes locais de mulheres amazônidas no contexto das produções sustentáveis, evidenciando a liderança dessas mulheres e a diversidade de seus conhecimentos em benefício das comunidades locais. O estudo objetiva identificar e analisar a literatura existente sobre os saberes tradicionais de mulheres maranhenses que atuam dentro do contexto amazônico e suas contribuições para o desenvolvimento sustentável.

O presente trabalho apresenta dois capítulos, um referente aos saberes tradicionais que retrata o contexto e importância das práticas sustentáveis de mulheres amazônidas maranhenses pontuando a liderança dessas mulheres e os saberes ancestrais quanto ao uso dos recursos naturais, além de fazer uma reflexão a respeito da destruição ambiental em detrimento de um modelo econômico impulsionado pela globalização corporativa e desenvolvimentista baseado na monocultura. No capítulo seguinte é apresentado a importância e as características do bioma amazônico, a diversidade de espécies que compõem a flora e fauna, a riqueza cultural dos diversos grupos tradicionais que carregam consigo saberes ancestrais valiosos que são responsáveis por manter a floresta conservada, com destaque para o protagonismo das mulheres que colaboram em ações sustentáveis, promovendo a economia solidária e a segurança alimentar.

## **2 SABERES TRADICIONAIS: Contexto e Importância das Práticas Sustentáveis das Mulheres Amazônidas Maranhenses**

O enfoque deste artigo sobre os saberes tradicionais das mulheres amazônidas visa demonstrar o contexto e conhecimento dessas mulheres e a ancestralidade expressa em suas práticas sustentáveis. A liderança feminina é uma marca da representação desses saberes ancestrais, e o cotidiano das mulheres maranhenses se encontra entre tecer redes de solidariedade e enfrentar as injustiças sociais geradas pelo capitalismo e suas derivações, que se apoiam na concentração de renda, exploração dos recursos ambientais e produção em larga escala.

As migrações inter-regionais no Estado do Maranhão assumem um movimento intenso a partir dos anos 1950/62. Esses fluxos migratórios de nordestinos para as regiões mais úmidas do Maranhão (Região Amazônica) estão diretamente ligados aos fatores climáticos e a uma estrutura campesina anacrônica. Esses povos moveram-se pelo processo de ocupação espontâneo em busca de terras livres para agricultura de subsistência. O movimento de expansão camponesa e de povos quilombolas na região da floresta Amazônica acontecia pela busca da castanha. Enquanto não coletavam, penetravam nas áreas inexploradas realizando uma atividade de subsistência, como por exemplo a mineração (Velho, 2009).

A possibilidade de quebrar o isolamento e comercializar seus produtos na beira da estrada conduzia o movimento para rumos ao projeto do capitalismo de expansão. O movimento migratório sempre esteve ligado à dinâmica econômica do país, mas justamente a partir das décadas de 70/80 com as propostas políticas dos projetos desenvolvimentistas, a vida no campo tomou novos rumos, ligando-se ao capitalismo global (Velho, 2009).

Após a visita do presidente Médici ao Nordeste, foi anunciada a construção da rodovia transamazônica com a proposta de “homens sem terras, para uma terra sem homens” – uma referência ao movimento expansionista do Nordeste para a região amazônica, agora com apoio do governo. “Cem quilômetros de cada lado das estradas em construção seriam reservados à pequena agricultura” (Velho, 2009, p. 198), com o objetivo de transferir 100 famílias. A criação da rodovia foi um projeto apresentado pelo governo desenvolvimentista, juntamente com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), associada ao discurso de acabar com o desemprego em massa.

O INCRA era responsável pela execução dessa ocupação da rodovia transamazônica, sendo esse o principal eixo escolhido para a colonização “[...] a implementação pela primeira vez de uma política sistemática de transferência das grandes populações do nordeste” (Velho, 2009, p. 197).

A abertura das estradas transamazônicas, rodovia Cuiabá-Santarém, pavimentação Belém-Brasília e a rodovia estadual ligando Manaus à Brasília-Acre, além do projeto Plano de Integração Nacional (PIN); fazem parte da intenção política do governo em juntar uma região onde havia poucas terras disponíveis e um excedente populacional. A expansão continuou e com ela a criação das agrovilas sob supervisão do INCRA, uma forma de repressão da força de trabalho. Os interesses eram regionais, uma política com espécie de esvaziamento do Nordeste (Velho, 2009).

As intenções variam desde a criação de uma massa de trabalhadores sem-terra, dispondo apenas de sua força de trabalho para atender à demanda das cidades locais, até a destinação de terras vazias para a produção capitalista, reduzindo os custos da produção agrícola capitalista por meio de uma legislação que individualiza o trabalhador. Assim, as comunidades rurais estão constantemente sujeitas às intenções acumulativas do capitalismo (Velho, 2009).

Dessa forma, no contexto Maranhense, compreende-se que desde a segunda metade do século XX, com o processo de colonização, as ferramentas políticas de planejamento e desenvolvimento regional para a expansão sobre o território ameaçaram a vida local. Posteriormente, com abertura da rodovia BR 010 (Belém-Brasília) nas décadas 50-60, bem como o Projeto Grande Carajás na década de 80, o mosaico de ecossistemas na região foi comprometido. Assim, o aumento das práticas de exploração dos recursos naturais na Amazônia Maranhense e o avanço da frente agropecuária pelos grupos econômicos colocam em risco a produção local.

Por outro lado, o avanço propriamente maranhense, a partir do litoral, da civilização do babaçu, do arroz e do algodão, até as primeiras décadas deste século só alcançava praticamente o curso inferior e médio do Itapicuru e a porção inferior do Turiaçu e do Pindaré, até onde se fora pela existência de planícies e graças ao cultivo de algodão relativamente longe do litoral. Algumas cidades existentes nessa linha, aproximadamente paralela à costa a uma distância de 200 a 300 km por esta altura e mais a Leste, na direção do Parnaíba – como Pindaré-Mirim, Bacabal, Pedreiras, Codó e Caxias, haviam regredido ou estacionado relativamente com a queda do algodão no mercado internacional após a Guerra de Secessão nos Estados Unidos e com a entrada do algodão egípcio no mercado europeu. Isso levou, inclusive, a uma expressiva redução nas unidades de produção (Velho, 2009, p. 89).

As mulheres, especificamente na área rural, estão intimamente ligadas à agricultura familiar, conectando seu saber ao manejo da terra desempenhando um papel fundamental na sustentabilidade da região. A quebra do coco babaçu tornou-se uma das atividades econômicas principais na região Amazônica, como na cidade de Cidelândia/MA, com a força do trabalho feminino sempre à frente dessa atividade. Entretanto, esta atividade está ligada diretamente às Reservas Extrativistas (RESEX), que são unidades de conservação ambiental voltadas para a preservação das culturas locais, das práticas extrativistas e dos meios de vida das populações tradicionais (Borges; Nasuti; Vivier, 2019).

De acordo com Mendonça (2016), as RESEX apresentam o modelo mais ajustado para as comunidades locais e os distintos grupos humanos que habitam na região, pois preservam seus modos de vida através da conservação. No entanto, também geram tensões entre sociedade-natureza, por apresentarem uma estrutura jurídica-política moldada pelo desenvolvimento sustentável. A economia mercantil prevalece sobre a economia polivalente (agricultura, pesca, extrativismo, artesanato) dos grupos tradicionais, consideradas ineficazes para gerar renda e promover o desenvolvimento econômico, apesar dos esforços desses grupos para permanecer em suas terras.

Neste embate, surge o questionamento: sonhamos com igualdade ao uso do meio ambiente, mas vivemos constantemente rearranjando a legislação brasileira, na tentativa

de tornar mais democrático o uso das terras e recursos naturais. Refletindo a partir de Alier (2007), podemos pensar: quando as populações perceberem que suas possibilidades de subsistência estão ameaçadas por projetos econômicos, como mineração, barragens e plantações, encontram-se em conflito, pois muitas delas dependem dos serviços do meio ambiente para sua sobrevivência imediata.

Segundo Vandana Shiva (2002), a destruição ambiental é fomentada por um modelo de desenvolvimento impulsionado pela globalização corporativa e desenvolvimentista. Por outro lado, o manejo sustentável dos recursos naturais promovidos pelas comunidades de saberes tradicionais, especialmente pelas mulheres, contrasta com a lógica do modelo hegemônico e patriarcal de avanços na agropecuária, monocultura e exploração dos recursos naturais e se insere num movimento de resistência feminina. Entretanto, o saber local é considerado “anticientífico” em relação aos modelos propostos pela ciência moderna, eurocêntrica.

Quando o saber local aparece de fato no campo da visão globalizadora, fazem com que desapareça, negando-lhe o status de um saber sistemático e atribuindo-lhe os adjetivos de “primitivo” e “anticientífico”. Analogamente, o sistema ocidental é considerado o único “científico” e universal (Shiva, 2002, p. 23).

No contexto sustentável, os saberes regionais maranhenses são essenciais. Amorim (2022), em sua tese de doutoramento intitulada “Diversidade e valor de uso de plantas lenhosas na baixada maranhense, Amazônia Oriental, Brasil”, destaca que a força de trabalho nos quilombos, especialmente a feminina, como observado na comunidade quilombola Pericumã, é fundamental. Os saberes etnobotânicos, transmitidos oralmente, são cruciais para a valorização da riqueza natural, do conhecimento específico sobre diversidade vegetal, sobre plantas medicinais e das formas do uso das plantas dentro das comunidades.

Shiva (2002) apoia a sabedoria tradicional e a preservação da biodiversidade local, usando a metáfora da “monocultura mental” para se referir à invisibilidade e deslegitimação dos saberes que fogem à lógica do conhecimento dominante. Ela afirma:

Além de tornar o saber local invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a realidade que elas tentam representar. A linearidade fragmentada do saber dominante rompe pelas rachaduras da fragmentação. É eclipsado com o mundo ao qual está ligado. Desse modo, o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à introdução das monoculturas, que destroem as próprias condições de existência de diversas espécies (Shiva, 2002, p. 25).

As mulheres Amazônidas defendem seu território por meio de práticas agrícolas sustentáveis, sem o uso de venenos ou técnicas que degradam o solo. Apesar de serem as mais afetadas pela expropriação e desmatamento, elas lideram as lutas pelo bem-viver, promovendo sustentabilidade e desenvolvimento. Os sistemas locais são integrados, preservacionistas, contrastam com o modelo dominante “silvicultura e agricultura”, que segundo Shiva (2002, p. 32), representam a falsa universalização de uma tradição local de exploração florestal motivada por interesses comerciais limitados.

Assim, a questão social está diretamente ligada à questão ambiental. Quando pensamos em conflitos ambientais nas sociedades humanas, a sobrevivência humana é uma questão vital. Por um lado, as comunidades locais se organizam para preservação das florestas com sua variedade naturais e suprir a necessidade nutricionais de suas famílias; por outro, há uma regeneração artificial e monocultural de produção para uso comercial, que desconsidera a variedade oferecida pela natureza e a forma de tratamento local (Alier, 2007).

O capitalismo, segundo Alier (2007), atingiu uma etapa que não apenas extrai e explora a mão-de-obra de povos não brancos, mas também necessita dos territórios desses povos para um processo de expansão e instrumentalização das dimensões da natureza. Isso resulta em um processo altamente destrutivo, que devasta os modos de vida, a natureza e os espaços. Essa dinâmica configura uma nova modalidade de racismo ambiental.

## 2.1 O Bioma Amazônico e o Protagonismo das Mulheres Maranhenses

O bioma Amazônico abrange cerca de 6,7 milhões de quilômetros quadrados onde encontra-se a maior floresta tropical do mundo, estendendo-se por vários países da América do Sul incluindo o Brasil que abriga em torno de 60% de floresta. É considerado um dos ecossistemas mais ricos em biodiversidade, com milhões de espécies animais, vegetais e microrganismos interagindo com o ambiente não vivo (Araújo; Lopes; Filho, 2011).

A Amazônia é considerada um hotspot, pois é possível encontrar variedades de espécies que compõem a flora e a fauna. Possui um clima com temperaturas médias que variam entre 24°C e 28°C com taxa de umidade alta e chuva abundante que variam entre 1.500 mm e 3.000 mm. Apesar da biodiversidade, o solo deste bioma geralmente possui escassez de nutrientes, deixando os vegetais dependentes da reciclagem de matéria orgânica. Além disso é detentora da maior bacia hidrográfica do mundo com diversos rios, igarapés, lagos e pântanos. (Veríssimo, 2012; Schöngart; Junk, 2020)

A floresta amazônica possui importância vital, uma vez que é responsável pela regulação do clima a nível mundial, pois captura grandes quantidades de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) da atmosfera, além de influenciar no ciclo hidrológico local e global. (Veríssimo; Pereira, 2014; BBC News, 2015).

É importante ressaltar que existem diversos grupos tradicionais no território amazônico, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e tantos outros que dependem dos recursos naturais para a subsistência e são detentores de valiosos saberes ancestrais a respeito do uso sustentável da natureza desempenhando um papel importante na conservação da Amazônia (Vieira; Silva; Toledo, 2005).

Porém, esses grupos humanos estão enfrentando diversos problemas relacionados à perda da cobertura vegetal pelos desmatamentos em virtude da expansão do agronegócio, exploração de madeira e mineração, além das queimadas que são mecanismos para limpeza de áreas desmatadas, mas se tornam perigosas causando grandes destruições. Tudo isso somado

à exploração de recursos de forma exacerbada, tem promovido conflitos socioambientais e devastação do bioma (Monteiro; Vasconcelos; Trecanni, 2019).

Diante do exposto, cabe ressaltar a importância dos diversos grupos tradicionais que são responsáveis por manter a floresta conservada, dando destaque para o protagonismo das mulheres que colaboram em ações sustentáveis, promovendo a economia solidária e a segurança alimentar. Por meio de técnicas tradicionais de pesca, cultivo e extrativismo garantem que essas atividades não esgotem os recursos disponíveis (Machado, 2018).

Podemos mencionar por exemplo o extrativismo sustentável no qual as mulheres coletam frutos como o babaçu e a juçara de forma manual. Do babaçu extraem a farinha, o óleo e as fibras. Na agricultura utilizam técnicas agroecológicas que respeitam o ciclo natural da terra sem uso de agrotóxicos que são prejudiciais ao solo e às diversas espécies locais (Neto, 2017; Oliveira; Filho, 2020).

Suguimoto (2017) relata o protagonismo e mobilização das quebradeiras de coco babaçu nos estados do Tocantins, Piauí, Pará e Maranhão:

O Movimento Interestadual Quebradeiras de coco Babaçu (MIQCB) é um grupo agroextrativista formado por mulheres, tendo por finalidade: a proteção do ambiente, acesso às terras, não só onde existem a palmeira de babaçu, mas também por meio de reforma agrária, apoio a outros grupos associativista e o empoderamento das suas participantes (Suguimoto, 2017, p. 16).

Essas atividades têm sido bem-vistas por partes de setores políticos e pela academia, que acreditam na potencialidade sustentável do extrativismo que além de valorizar a cultura e incentivar a economia local através do modo de vida tradicional, asseguraram proteção ao meio ambiente (Nasuti; Borges; Vivier, 2019).

A luta do movimento das quebradeiras de coco permitiu a conquista de direitos por meio da lei do babaçu livre permitindo que essas mulheres consigam acessar qualquer área de babaçal mesmo que privadas, que além de garantir o sustento e o modo de vida desses grupos colabora na inibição do desmatamento dessas áreas (Suguimoto, 2017).

Nesse sentido, as mulheres maranhenses estão liderando os movimentos sociais na luta contra o desmatamento e o avanço das atividades de monocultura, porém o sistema econômico capitalista segue subestimando estes grupos sociais enxergando-os como sistemas econômicos não desenvolvidos por priorizarem viver de forma equilibrada (Monteiro; Vasconcelos; Trecanni, 2019).

Dentro dessa perspectiva pontua-se que o capitalismo enquanto sistema econômico além de subestimar o modo de vida dos diferentes grupos culturais situados dentro do território amazônico, promove a desigualdade de renda e acesso desigual aos benefícios ofertados (Santos et al., 2018).

Fica evidente quem são os grandes beneficiados por esse projeto que explora os recursos naturais, resultando na degradação ambiental, e que promovem e potencializam as desigualdades sociais contrariando a justiça social e o desenvolvimento sustentável, bem como influenciam nas mudanças climáticas uma vez que o capitalismo se baseia em extrair,

produzir e descartar se tornando um modelo econômico insustentável e incompatível com a forma de vida de tantas mulheres maranhenses (Altieri, 2012; Ramos *et al.*, 2018).

### 3 Considerações

Saberes locais de mulheres amazônidas demonstram a importância das práticas sustentáveis das mulheres maranhenses para o bioma e para o desenvolvimento sustentável global. A formulação deste artigo destaca um eixo central da pesquisa: o contexto e seus fluxos migratórios da região, as implicações dos saberes tradicionais dessas mulheres para a produção científica e desenvolvimento e preservação local, além de um subtópico sobre os biomas e os protagonismos das mulheres maranhenses.

Neste intento, ao mencionar as mulheres maranhenses como protagonistas desses fazeres e saberes, as contribuições para a sustentabilidade e preservação ambiental são valorizadas. Para contribuir com a reflexão da pesquisa, autores como o antropólogo Guilherme Velho (2009), que tenciona os movimentos migratórios, abordam a ocupação espontânea da Amazônia Maranhense (1950/62), a expansão camponesa e quilombola na busca de alimentos para subsistência como a coleta da castanha, e as consequências provocadas nas comunidades locais pela chegada de projetos desenvolvimentistas e pela abertura de estradas e rodovias, como a BR-010; Projeto Carajás e a expansão agropecuária.

Tais ações, segundo Velho (2009), demonstram os impactos do capitalismo autoritário na Amazônia Maranhense, gerando ameaças à produção local, como o aumento da exploração de propriedades camponesas e de recursos naturais. Isso evidencia que os interesses capitalistas são opostos aos processos de sustentabilidade comunitária.

As mulheres são grandes influenciadoras da sustentabilidade local, com seus saberes tradicionais na agricultura familiar, na extração de babaçu, no conhecimento sobre plantas medicinais e práticas curativas. Vandana Shiva (2002) uma voz do movimento global contra a agricultura industrial e a favor da soberania alimentar, contribui para refletirmos sobre as práticas agrícolas sustentáveis e ecológicas dessas mulheres. A expressividade de Shiva e a sua dedicação na preservação da biodiversidade e nos direitos dos pequenos agricultores em especial na Índia, nos leva a reflexão que no Maranhão os saberes locais são invisibilizados e até mesmo apagados. No entanto, a resistência e as lideranças femininas desafiam as imposições políticas e econômicas de um capitalismo patriarcal, universal, local e global.

As mulheres maranhenses enfrentam desafios pelas suas comunidades em relação a mineração e ao agronegócio, racismo ambiental e resistências e preservação da biodiversidade (Alier, 2007; Shiva, 2002). Segundo Shiva (2002), a crítica à monocultura mental e à invisibilidade dos saberes locais decorre da exploração capitalista hegemônica do Norte global, que deslegitima os saberes tradicionais. Isso inclui os saberes das mulheres maranhenses, que lutam pelo direito ao bem-viver.

Assim, esta pesquisa contribui para a produção de conhecimentos acadêmico e científicos sobre a importância e o papel das mulheres amazônidas maranhenses na sustentabilidade e na defesa do meio ambiente, frente à destruição do bioma maranhense. O estudo examina algumas práticas de seus saberes no contexto amazônico maranhense como a organização e participação de grupos de apoio e movimentos sociais. Esses saberes ancestrais visam contribuir para garantir o futuro das demais gerações.

## REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martinez. **O Ecologismo Dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização.** São Paulo, 2015.

---

ARAÚJO, E. P.; LOPES, J. R.; FILHO, R. C. Aspectos socioeconômicos e de evolução do desmatamento na Amazônia Maranhense. *In: MARTINS, M. B.; OLIVEIRA, T. G. **Amazônia maranhense: diversidade e conservação.** 1ª edição. Belém: Associação Brasileira das Editoras Universitárias; Associação de Editores Científicos, 2011. capítulo 3, p. 35-43.*

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BBC NEWS. 1% das árvores da Amazônia ‘captura metade do carbono da região’. 2015. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150507\\_amazonia\\_co2\\_pu](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150507_amazonia_co2_pu). Acesso em: 08 set. 2024.

BORGES. Luciana Riça Mourão; NASUTI. Stéphanie; VIVIER. Elise. **Reserva extrativista de Ciriaco: desafios e sustentabilidade em uma UC do arco do desmatamento (Cidelândia/MA).** 2019.

---

CASTRO, E. Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 9-16, 2012.

---

COSTA, F. A.; NOBRE, C.; GENIN, C.; FRASSON, C. M. R.; FERNANDES, D. A.; SILVA, H. VICENTE, I. SANTO, I. T.; BARBIERI, R. F.; NETO, R. V.; FOLHES, R. Uma bioeconomia inovadora para amazônia conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma florestal tropical. **Texto para discussão. São Paulo, Brasil: Wri Brasil, 2022.**

---

MACHADO, R. F. mulheres, saberes e comunidade: outra epistemologia. **Momento: diálogos em educação**, v. 28, n. 3, p. 212-226, 2018.

---

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **A natureza da conservação: Resex, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável.** *In: TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; ESTERCI, Neide (Orgs). Territórios, Mobilizações e conservação socioambiental. São Luís: EDUFMA, 2016. p. 163-185.*

---

MIRANDA, C. M.; BARROSO, M. F. Seção temática feminismos: atuação em redes, crise democrática e possibilidades futuras. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n.2, p. 1-12, 2023.

---

MONTEIRO, A. N. G; VASCONCELOS, T. R; TRECCANI, G. D. Impasses e desafios da

regularização fundiária para comunidades tradicionais na Amazônia. Revista **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 2, p. 39-62, 2019.

---

NASUTI, S. BORGES, L. R. M.; VIVIER, E. Reserva extrativista de Ciriaco: desafios e sustentabilidade em uma UC do arco do desmatamento (Cidelândia/MA). **Hal Open Science**, v. 1, n. 1, p. 203-220, 2019.

NETO, J. S. Quebradeiras De Coco: babaçu livre e reservas extrativistas, **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.14, n.28, p.147-166, 2017.

OLIVEIRA, L. R. C. FILHO, M. R. S. Comercialização dos frutos de juçara (Euterpe oleraceae): uma alternativa de renda de preservação. In: PRANDEL, J. A. **Agroecologia: caminho de preservação do meio ambiente 2**. 1ª edição. Ponta Grossa: Editora Atena, 2020. capítulo 6, p. 47-51.

RAMOS, A. D. O; CABRAL, C. A.; AZEVEDO, E. E. F. N.; CAETANO, E. Capitalismo território e conflitos: a resistência dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. **Percursos**, v. 19, n. 40, p. 186-220, 2018.

SANTOS, D. I. P.; COSTA, F. S.; NASCIMENTO, I. R.; MACIEL, H. M.; SILVA, V. V. A crise ambiental e o capitalismo contemporâneo: uma reflexão a partir de comunidades rurais amazônicas. **Revista Terceira Margem**, v. 3, n. 10, 2018.

SCHONGART, J.; JUNK, W. J. Clima e hidrologia nas várzeas da Amazônia Central. In: JUNK, W. J.; PIEDADE, M. T. F.; WITTMANN, F., SCHÖNGART, J. **Várzeas Amazônicas: Desafios para um Manejo Sustentável**. 1ª edição. Manaus: Editora INPA, 2020. capítulo 3, p. 44-65.

SHIVA, V. **Monocultura da Mente: Perspectivas da biodiversidade e Biotecnologia**. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

SOUZA, G. S.; PEZZUTI, J. C. B. Breve ensaio sobre a lógica subjetiva dos povos e comunidades tradicionais amazônicas, **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 2, p. 111-126, 2017.

SUGUIMOTO, D. Y. L. **Babaçu Livre: Pensamento Decolonial Frente A Proposta Da Sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, p. 62. 2017.

THUM, C. Povos e comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Edição Especial, p.162-179, 2017.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. A fronteira amazônica e o campesinato. p. 182-211.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica[online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VERÍSSIMO, A.; PEREIRA, D. Produção na Amazônia Florestal: características, desafios e

oportunidades. **Parcerias Estratégicas**, v. 19, n. 38, p. 13-44, 2014.

VIEIRA, I. C. G.; SILVA, J. M. C.; TOLEDO, P. M. Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n.54, p. 153-164, 2005.

## **TURISMO DE EXPERIÊNCIA EM RAPOSA - MA: estratégias para a criação e formatação de produtos e serviços turísticos autênticos**

**Aline dos Reis Castelo Branco<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Conceição de Maria Belfort de Carvalho<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Jayne Nunes Lopes<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

### **RESUMO**

O turismo de experiência emerge a partir de conceitos como a Economia da Experiência que surge como estratégia para a formatação de produtos e serviços turísticos. Ele promove sentimentos marcantes e acontecimentos memoráveis a partir da emergência de um novo perfil de turista, que deseja ser mais do que um observador e busca por experiências imersivas no destino visitado. A presente pesquisa busca refletir sobre o tema e os caminhos que podem ser adotados para alcançar a proposição do turismo de experiência no município de Raposa, região metropolitana de São Luís – MA, conhecido por seu potencial turístico. Para tanto, estuda as estratégias utilizadas pelos operadores turísticos na formatação de produtos e serviços de forma a ofertar emoções positivas e experiências memoráveis. A relevância desta pesquisa reside na contribuição para aprofundamento do tema sobre o turismo de experiência e no potencial da cidade de Raposa em oferecer experiências ricas, diversificadas e altos níveis de conteúdo emocional para o turista, valorizando sua identidade local e suas características únicas, além de conhecer a participação da comunidade local na atividade turística. Para alcançar o objetivo da pesquisa, utilizou-se consultas bibliográficas e identificação dos serviços e produtos com potencial para oferecer experiências marcantes, entrevistas.

**Palavras-chave:** Turismo; Experiência; Raposa.

### **1 INTRODUÇÃO**

O turismo, enquanto um sistema aberto e dinâmico, está sempre conectado às relações sociais, econômicas, ecológicas e culturais. Além disso, acompanha a evolução da sociedade e dessa forma é suscetível a transformações e sujeito ao surgimento de novas tendências. Na era pós-moderna, valores como sensibilidade, emoção e subjetividade se sobrepõem a racionalidade muito presente no mundo ocidental.

Com o decorrer do tempo, o perfil do turista vem se modificando, com necessidades e desejos diferentes do turista tradicional e a adaptabilidade da atividade turística a esse novo perfil do turista, temos uma nova leitura de mercado se consolidando, os produtos e serviços turísticos começam a ser formatados, levando em conta a sensibilidade e experiência memoráveis.

---

1 Universidade Federal do Maranhão. E-mail: arc.branco@discente.ufma.br.

2 Universidade Federal do Maranhão. E-mail: conceicao.belfort@ufma.br.

3 Universidade Federal do Maranhão. E-mail: jayne.lopes@discente.ufma.

Há algum tempo, a experiência turística vem sendo estudada por autores. Tem-se observado o surgimento de um novo perfil de turista, que vem sendo protagonista da sua própria experiência. Esses turistas desejam na era contemporânea ser o ator principal da viagem, buscando, assim a vivência de acontecimentos únicos e marcantes. Nesse cenário, surge a Economia da Experiência proposto por Pine II e Gilmore (1999) como modelo alternativo á tradicional economia dos serviços que priorizava a racionalidade. Na economia da experiência, os autores argumentam que nessa tendência os produtos e/ou serviços são ofertados diretamente ao coração. Sendo assim, qualquer setor econômico ou empreendimento inserido na economia da experiência precisa estar comprometido com cinco princípios fundamentais: a tematização, a harmonização positiva das impressões causadas, a eliminação das impressões negativas, a materialização da experiência e o envolvimento dos cinco sentidos para a realização plena da experiência.

No contexto do turismo tendo como base a economia da experiência, surge o turismo de experiência que é um termo mercadologicamente utilizado na atualidade para descrever uma forma de criar ou formatar produtos turísticos inserido a experiência do turista como principal elemento da viagem. Nesse sentido, é preciso entender as expectativas do turista atual, que vão além da contemplação passiva.

É dentro desta perspectiva que o presente artigo visa compreender como os operadores da atividade turística do município de Raposa – MA, na região metropolitana de São Luís, podem criar ou formatar produtos e/ou serviços turísticos com elevados níveis de conteúdo emocional, identificando estratégia para a criação de tais produto e serviço.

## 2 TURISMO DE EXPERIÊNCIA

Com a globalização, os avanços tecnológicos e com a evolução da sociedade, o turismo se afasta da concepção de Krippendorf (1989), que ainda na década de 80 entendia que a atividade turística se resumia à saída de pessoas dos seus locais de origem com a motivação apenas de relaxar e esquecer a rotina vivida. Com a passagem dos anos, pode-se observar uma mudança de perfil do turista, o que consequentemente influencia na demanda de que novas tendências e abordagens de mercado.

Atualmente, o turista não busca somente descansar e contemplar, mas principalmente espera encontrar experiências memoráveis e autênticas no local visitado. Segundo o entendimento de estudiosos como De Masi (2000), na contemporaneidade, valores que se associam a subjetividade, sensibilidade e emoção se sobrepõem a passividade.

Com a globalização, há uma modificação da oferta turística, caracterizada pela homogeneização e pela instabilidade, produzida pela modernidade e pelo capitalismo, em que o demandante desta segmentação é o pós-turista (Trigo, 1993 *apud* Araújo; Filho, 1999). Assim sendo, os desejos e necessidade do consumidor do turismo têm passado por profundas transformações.

Nesse contexto, surgem conceitos como a economia da experiência (Pine II e Gilmore, 1999) e a sociedade dos sonhos (Jensen, 1999). Tanto a economia da experiência quanto a sociedade dos sonhos são modelos alternativos à tradicional economia dos serviços. A economia que surge do consumo da experiência possui implicações para o contexto da atividade do turismo, principalmente no que tange à relação entre oferta e demanda, uma vez que, mediante a prestação de serviços pautados em gerir emoções memoráveis, ocasiona qualidade e lealdade ao destino. Ainda a respeito do primeiro conceito, Pine II e Gilmore (1999) afirmam que a oferta de serviços evoluiu para oferta de experiência ao consumidor.

Segundo os autores, nessa tendência os produtos e/ou serviços são ofertados diretamente ao lado emocional. A oferta da experiência ocorre quando uma empresa usa propositalmente os serviços como um destaque e os produtos como apoio para atrair os consumidores de forma a criar um acontecimento memorável (Pine II; Gilmore, 1999, p. 39). Os estudos de Pine II e Gilmore coadunam com o pensamento de Beni (2004) que entende que a viagem exerce no turista muitas influências e que no aspecto subjetivo liberará o conteúdo de seus sonhos, seus desejos, sua imaginação projetiva e aumentará suas experiências existenciais. Por isso, é importante que a gestão da qualidade da experiência na visita dos destinos turísticos considere os aspectos emocionais tanto na criação e formatação de produtos e serviços quanto na operacionalização e avaliação da inter-relação entre visitantes e visitados.

Em complemento à economia da experiência, surge a sociedade dos sonhos, proposta por Jensen (1999) que afirmava que o consumidor deixa cada vez mais de ser racional e passa a ser emocional. Segundo Jensen, a sociedade dos sonhos se identifica com emoções, histórias e sensibilidade. Tendo como base a economia da experiência e a sociedade dos sonhos, surge o turismo de experiência.

Na concepção antropológica de Turner (1986), experiência é uma forma da suspensão das relações cotidianas, a interrupção de papéis, em que o sujeito sofre um estranhamento com relação ao que é familiar. Relacionando a concepção proposta por Turner com o turismo, Gastal e Moesch (2007, p. 11) entendem que o

[...] turismo envolveria processos de estranhamento, ou seja, o turista, em seus deslocamentos, ao se defrontar com o novo e com o inesperado, vivenciaria processos de mobilização subjetiva que levariam a parar e a reolhar, a repensar, a reavaliar, a ressignificar não só a situação, o ambiente, as práticas vivenciadas naquele lugar, mas muitas das suas experiências passadas.

O turismo de experiência ainda não é um segmento do turismo, mas um termo mercadologicamente utilizado para descrever uma forma de formatar ou criar produtos turísticos inserindo o turista como protagonista e que busca entregar a esse turista momentos únicos e marcantes durante a trajetória da sua viagem, além de ofertas inovadoras que compensem o deslocamento. Conforme MacCannel (1976), os turistas desejam ir além do que é apresentado. Não se satisfazem mais com o conhecimento superficial e de fachada. Para ser uma experiência, a viagem precisa oferecer uma experiência enriquecedora e que supere aspectos triviais e comuns. O objetivo do turismo de experiência é fazer com que o

turista se sinta especial e não apenas mais um criando envolvimento afetivo como destino (Brasil, 2010, p. 7).

Em sintonia com os preceitos dos autores da economia da experiência, o Ministério do Turismo criou e formatou o projeto “Tour da Experiência” em que defende que a atividade turística nas bases da economia da experiência particulariza a identidade do local, em tudo o que pode ser inovador para o turista. A estimativa, dada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), é que a tendência é que o turista deseje fazer “coisas diferentes”, viagens em que podem realizar atividades diversificadas escolhendo destinos que valorizem a aventura, ecoturismo, a cultura (Foroohar, 2002).

O turismo de experiência se baseia na necessidade de as pessoas de conhecerem coisas novas, além da aprendizagem proporcionada pela experiência, com emoções e sensações inesquecíveis.

O crescimento da oferta de novos produtos, com base na qualidade da experiência turística, tem sido fator-chave de competitividade e é impulsionado pelos gestores de destinos turísticos. Contudo, não é possível impor uma qualidade única na oferta da experiência, não é possível medir a experiência como uma verdade absoluta. No processo de avaliação da experiência turística feita pelo consumidor do turismo tem-se como elemento de análise a subjetividade, que é pessoal e varia de indivíduo para indivíduo.

Entende-se que as expectativas são sempre altas, uma vez que o turismo é uma das formas de buscar felicidade e invariavelmente se relaciona com o componente emocional. Dessa forma, com as mudanças ocorridas na sociedade e com a evolução da economia da experiência, o turismo como um fenômeno sociocultural é atingido por essas transformações. Não é mais o produto por si só que se vende ao turista, mas uma experiência única e memorável.

## 2.1 A experiência turística em Raposa – MA

O município de Raposa se localiza a pouco mais de 30 km de São Luís, capital do estado do Maranhão. Possui uma população de 31.177 habitantes (IBGE, 2020) que se distribuem por cerca de 64 km<sup>2</sup>. É limitado ao norte pelo oceano atlântico; ao sul pelos municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar; a leste pela ilha de Curupu e baía de São Marcos e a Oeste por São Luís.

Raposa é uma comunidade que se mantém basicamente da pesca artesanal, incluindo peixes, mariscos e crustáceos. Com o estabelecimento dos pescadores e de seus familiares, o local tornou-se uma vila de pescadores. É o município com a menor renda *per capita* dentre os municípios que compõem a ilha de São Luís. A cidade é considerada a maior colônia de pescadores e conhecida por seu artesanato. Possui como principais atividades de sobrevivência das famílias a pesca e a produção de rendas. O município de Raposa é também conhecido por suas praias, como a praia de Carimã, e pela presença de manguezais,

o que atrai turistas interessados no segmento do ecoturismo e principalmente do turismo náutico.

**Figura 1 - Praia de Carimã**



Fonte: Autor (2024)

A atividade turística, no entanto, é subdesenvolvida com infraestrutura limitada e apresenta desafios de promoção. O comércio local é voltado para atender apenas as necessidades locais, com lojas pequenas. O comércio de Raposa é sustentado em grande parte pela pesca e por produtos derivados do mar.

Para compreender o cenário da experiência turística em Raposa e conhecer quais estratégias são utilizadas pelos operadores turísticos para entregar autenticidade aos turistas, foram avaliados quatro empreendimentos em Raposa, quais sejam: passeio náutico, restaurantes, empreendimento de artesanato e meio de hospedagem. Os passeios náuticos buscam oferecer experiências únicas através da interação com a natureza abrindo espaços para o conhecimento: os visitantes podem conhecer mais sobre o lugar, o que possibilita um diálogo com as dimensões da experiência de educação e estética. Os passeios náuticos são os que mais atraem os turistas. No gráfico abaixo, resultado das entrevistas realizadas com gestores, pode-se observar que a principal experiência memorável que os passeios buscam entregar ao seu cliente é promover o deslumbramento através das belezas naturais de Raposa.

**Gráfico 1 – Experiência memorável oferecida ao cliente**



Fonte: Autor (2024)

Através de um momento de conversa com a proprietária de um restaurante

sentimentos como satisfação e alegria são provocados nos seus clientes ao visitar seu empreendimento. O empreendimento por ser do ramo gastronômico, apresenta pratos únicos e apresentáveis aos turistas, além de ofertar vínculos afetivos e emocionais por meio de um cardápio único e novo. A partir de dados obtidos em entrevista pela proprietária do empreendimento foi possível perceber que as dimensões da experiência como escapismo, memória e estética, são ofertadas aos clientes.

Ao visitar o empreendimento turístico misto, sentimentos de paz e tranquilidade, visto que a gestão do empreendimento prioriza a interação com a natureza, através de atividades que promovam essa interação. De acordo com o gráfico, as dimensões de experiência oferecidas pelo empreendimento são diversão, escapismo, memória, e com destaque para o encantamento promovida pela natureza que conta área de lazer ao ar livre, espaço de cultivo de plantas

**Gráfico 2 – Ligação emocional após o passeio**  
 Você acha importante que através do passeio/visita ao empreendimento o turista crie uma ligação emocional com Raposa?  
 4 respostas



Fonte: Autor (2024)

Uma das características mais marcantes da Raposa é ao artesanato, como se vê pela produção das rendas. A relação entre a cultura das rendas e as emoções provocadas acontece por meio das vendas desses produtos. A felicidade, o encantamento e a satisfação são emoções provocadas nos clientes. Em um momento informal de conversa com um proprietário de um empreendimento de artesanato, pode-se perceber como os residentes veem o turismo de experiência na Raposa. Como demonstrado, o proprietário do empreendimento que também é residente de Raposa, avalia que é possível o visitante criar uma ligação emocional com o município.

### 3 CONCLUSÃO

Como pode ser observado, no decorrer da pesquisa no Município de Raposa - MA, as experiências vividas no cenário de experiência turística promovem a imersão do turista e visitantes de forma que eles se sintam envolvidos com o local. As experiências os levam a refletir sobre como foi sua experiência na região ao voltar para o seu local de origem. Observe-se, ainda, a visão dos residentes a respeito do turismo de experiência.

O turista demonstra sentir-se envolvido nos padrões que englobam as dimensões de experiência e isso lhe permite vivenciar sensações que estimulam seus sentidos e emoções. Foi possível chegar a essa conclusão tendo em vista as respostas dadas pelos turistas entrevistados.

Desde o início do passeio, eles são instigados a observar o ambiente e assim poder sentir inúmeras sensações no destino visitado. A cordialidade e a hospitalidade foram os principais aspectos que contribuíram no âmbito da experiência durante a visita, o que permitiu uma ideia positiva visto que o sentimento de hospitalidade alinhados a estratégias facilitam o bem-estar do consumidor e lhe permite uma melhor vivência e aproveitamento.

Os empreendedores locais utilizam estratégias com vistas a oferecer uma experiência positiva, inserindo também a comunidade local. Há, ainda, uma valorização da identidade local de Raposa, estimulada pelo artesanato que dialoga com uma dimensão da experiência: amemória.

## REFERÊNCIAS

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 12. ed. São Paulo: SENAC, 2004.

GÂNDARA, J. M. G. de; FERRARI, M. M. A qualidade da experiência na visitação dos destinos turísticos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 2, n. 2, p. 35-50, 2008.

IBGE. **Censo Demográfico 2020**: população e característica dos municípios da Raposa – MA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 10 ago. 2024.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

PEZZI, E. A experiência turística e o turismo de experiência: um estudo sobre as dimensões da experiência memorável. In: CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO – CONATUR, 2016. **Anais [...]**.

PINE II, B. J.; GILMORE, J. H. **The experience economy: work is theatre and every business a stage**. Boston: Harvard Business School Press, 1999.

## Eixo 8

# Identities, subjectivities and memory



## A LINGUAGEM RIBEIRINHA COMO IDENTIDADE DAS COMUNIDADES CAMPESINAS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA

Renata Silva<sup>1</sup>

Universidade Federal do Pará

Brayna Cardoso<sup>2</sup>

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

Falar em comunidades tradicionais da Amazônia brasileira é entrelaçar identidades heterogêneas e saberes únicos que são próprios dessas comunidades que vivem na terra, na floresta e nas águas e que em sua relação direta com o ecossistema fazem da linguagem uma produção própria, correlacionando-a com a natureza circundante, uma vez que esses povos, em sua humildade de ser e de existir amazonicamente, possuem uma riqueza lexical criada e alimentada por eles próprios. “[...] os ribeirinhos transformam a natureza, se transformam, fazem cultura e se emancipam enquanto sujeitos diante da própria natureza [...]” (Santos, 2023 p. 17). Nesse sentido, Oliveira (2017, p. 48) considera o campo como: “Espaço representado por agricultores, pescadores, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, caboclos, assentados de reforma agrária, posseiros e outros sujeitos que usufruem da terra, das águas e das florestas.” A vida dessas comunidades é estabelecida pela liberdade de se ter autonomia em construir sua própria identidade enquanto sujeito campestre, em desenhar sua cultura por meio das representações simbólicas, conhecimentos empíricos, costumes, mitos e tradições muitas vezes transmitidas por várias gerações, fazendo com que estes não se percam com o passar do tempo, assim como o fomento da luta pela legitimação e afirmação de valores sociais que são próprios dessas comunidades. Contudo, o que vemos frequentemente é uma negação cada vez mais exacerbada em transformar ou modernizar valores, costumes, marcas identitárias desses povos tradicionais que possuem em seus costumes, tradições e traços linguísticos uma herança patrimonial valiosíssima. Neste sentido, considerar e valorizar essa linguagem dentro dos espaços escolares, fazendo com que o aluno não só se orgulhe da linguagem do seu meio, mas também saiba utilizá-la é imprescindível na valorização e preservação patrimonial das identidades e dos saberes culturais ribeirinhos nos tempos atuais. Nesse sentido, Bosi (2003) ressalta a ideia da materialidade da memória, da importância de se guardar aquilo que não envelhece, pois o discurso criado pela memória não se altera com o tempo, pelo contrário, a memória enquanto um tempo vivo, preserva a nossa identidade. “A memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto” (BOSI, 2003, p. 16). Comumente a isso, trabalhar a linguagem ribeirinha em sala de aula, com objetivo de valorização e preservação da memória dessas falas marcadamente heterogêneas, dessas identidades singulares se faz uma perspectiva a ser alcançada dentro dos espaços escolares ribeirinhos em comunidades tradicionais da Amazônia campestre. Escolheu-se a realidade sociocultural e educacional da Escola Municipal São João Batista, localizada no rio Guajarazinho, em Abaetetuba-PA, possuindo como objetivo tratar dos aspectos de como a linguagem ribeirinha é concebida dentro das aulas de diversas disciplinas.

**Palavras-chave:** Linguagem ribeirinha; Amazônia Brasileira; Identidades.

1 Licenciada Em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades da Universidade Federal do Pará (PPGCIT), Campus de Abaetetuba/PA. E-mail: [renatacalado91@gmail.com](mailto:renatacalado91@gmail.com).

2 Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-Doutora em Linguística pela Universidade de Pernambuco (UPE). Docente do Instituto de Letras e Comunicação (ILC/UFPA) e Docente do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação da Universidade Federal do Pará (PPGCITE/UFPA). E-mail: [braynacardoso@ufpa.com](mailto:braynacardoso@ufpa.com).

## 1 INTRODUÇÃO

Falar em comunidades tradicionais da Amazônia é entrelaçar identidades heterogêneas e saberes únicos que são próprios desses povos que vivem na terra, na floresta e nas águas e que em sua relação direta com a floresta possuem um modo de vida próprio, peculiar a realidade a qual estão inseridos. Estes sujeitos amazônicos fazem da linguagem uma produção própria, correlacionando-a a natureza circundante, uma vez que esses povos possuem entre tantas subjetividades, uma riqueza lexical criada e alimentada por eles próprios.

Partindo dessas colocações, realizamos uma pesquisa de abordagem teórica e qualitativa referente aos aspectos relacionados à linguagem enquanto identidade dos ribeirinhos na Amazônia. Especificamente escolheu-se a realidade sociocultural e educacional da Escola Municipal São João Batista, localizada no rio Guajarazinho, em Abaetetuba-PA, possuindo como objetivo tratar dos aspectos de como a linguagem ribeirinha é concebida dentro das aulas de diversas disciplinas, no intuito de valorizar e preservar traços linguísticos que são marcas identitárias dos povos tradicionais da Amazônia Campesina.

Os sujeitos ribeirinhos da Amazônia são aqueles que moram nos rios, nos igarapés, nas florestas, nas ilhas, vivem envoltos na natureza e tiram dela meios para a sua sobrevivência, possuem suas relações com os sujeitos de culturas diversas e seus saberes se fazem de uma riqueza de conhecimentos que nascem da vivência com a terra, a água, as experiências, a ancestralidade. Eles possuem em seus modos de ser e de existir particularidades que são inerentes aos povos amazônicos.

Diante dessa pluralidade cultural e de saberes, pensar a educação do campo de forma particular é fundamental, uma vez que esta requer uma atenção por manter uma identidade própria. Assim, os alunos que frequentam as escolas ribeirinhas necessitam de educadores que conduzam, por meio de práticas pedagógicas, a adequação do ensino, no sentido de valorizar a cultura, as identidades e o modo de viver do ribeirinho amazônico. Neste contexto, a utilização de abordagens que contribuam com a construção do conhecimento desses sujeitos, que carregam consigo experiências particulares de homens e mulheres campesinos, se faz uma dinâmica cada vez mais exigida em sala de aula de escolas do campo.

A escola campesina, apesar de muitos avanços, ainda sofre com as mazelas de ser uma educação muitas vezes não reconhecida e não valorizada em sua dinâmica. Com base nessa abordagem, o artigo apresenta um panorama para além desta introdução, tratando de seções que discorrem sobre a Comunidade de São João Batista do Rio Guajarazinho; a metodologia da pesquisa, a linguagem ribeirinha como identidade, as considerações finais e as referências que embasam este artigo.

## 2 COMUNIDADE SÃO JOÃO BATISTA DO RIO GUAJARAZINHO

O município de Abaetetuba, no Pará, situa-se à 124 km da capital do estado Belém e, está a margem direita do rio Maratauíra, integrando assim a mesorregião do Baixo Tocantins.

Abrange uma extensa territorialidade, composta por ilhas, rios, furos, igarapés, várzeas, terra firme, estradas e ramais.

Segundo Machado (2008, p. 10 *apud* Toutonge, 2021, p. 27),

[...]o ambiente natural da cidade contempla dos domínios da floresta latifoliada amazônica com característica geral situada pela “abundância de lianas (cipós) e espíritas (trepadeiras)”, com uma variedade de árvores e outros plantios formando assim uma floresta fechada e densa, mais a presença dos rios e adjacentes, que condensam um grande volume de água.

Abaetetuba é um município de altas temperaturas e possui um elevado volume de chuvas que coopera para a existência da rica vegetação e da vida animal presente nas águas e florestas, existências estas que servem de subsistência a muitos moradores que tiram da própria natureza sua sobrevivência, pois fazem da agricultura, pecuária, criação de peixes e camarão, produção de farinha de mandioca e açaí seu alimento e um meio de comercialização no próprio município e adjacências.

A Amazônia Campesina, segundo Witkosky (2004, p. 14), é um território caracterizado pelo sujeito camponês amazônico que vive na terra, na floresta e na água. Os povos ribeirinhos são comunidades tradicionais que habitam às margens dos rios da Amazônia e suas vidas cotidianas são intrinsecamente ligadas aos modos de vida característicos da região. Entrelaçados a essa realidade, a comunidade São João Batista, no rio Guajarazinho, é uma das muitas comunidades ribeirinhas existentes no município de Abaetetuba, e que como a maioria delas, possui o seu nome referente à igreja situada na comunidade, que também dá nome a escola presente ali.

Os ribeirinhos desta comunidade possuem, em seus modos de ser, a simplicidade que os marca enquanto sujeitos da floresta. Vivem e trabalham na natureza, da qual retiram muitas vezes o seu próprio sustento e vivem sem pretensões de acumular riquezas ou bens. Possuem conhecimentos empíricos, ancestralidades, costumes, mitos e tradições que são herdados de seus antepassados e transmitidos de geração em geração, fazendo com que seus conhecimentos não se percam com o passar do tempo.

Os seus saberes tradicionais se entrelaçam às concepções de vida em sociedade, educação e subsistência, presentes nas variadas relações e organizações dentro das comunidades.

Toutonge (2021 p. 10) corrobora com a concepção que fora apresentada, dizendo que “A Amazônia é de todos nós, cuidada e cultivada pelos povos ribeirinhos, que se educam mutuamente e coletivamente, na simplicidade, vivendo cada dia como se fosse o último de suas vidas”. Nesta concepção, ressalta-se a riqueza da diversidade amazônica, suas variadas etnias, culturas, biodiversidade e ecossistemas que fazem desta região um núcleo único de pesquisas e elementos históricos que contribuem para a preservação da vida no planeta.

Vale ressaltar que é por meio da experiência de vida coletiva que esses territórios foram crescendo, tendo suas origens nas sociedades indígenas e quilombolas, as quais ao longo do tempo transmitiram seus comportamentos e conhecimentos culturais aos demais, permitindo assim permanência das tradições, como bem afirma Castro (2006) *apud* Toutonge (2021). No entanto, essas comunidades frequentemente ficam às margens das políticas

públicas que deveriam garantir a melhoria da qualidade de vida dentro da realidade que lhes é comum.

Seus modos de vida simples e humilde são, em sua maior parte, enriquecidos de simpatia e cordialidade o que faz de suas particularidades cotidianas marcas singulares que os fazem únicos em suas identidades. Suas casas de madeira, palha, seus fogões de barro e carvão, seus banheiros pequenos ao fundo das casas são marcas culturais, tradicionais e identitárias que por vezes lutam pela permanência, diante do capitalismo avançado que traz consigo a tão sonhada “modernidade”.

Oliveira (2017, p.48) considera o campo como “espaço representado por agricultores, pescadores, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, caboclos, assentados de reforma agrária, posseiros e outros sujeitos que usufruem da terra, das águas e das florestas”. A partir do Decreto n.º 6040, de 07 de fevereiro de 2007, foi instituída a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. No Artigo 3º desse decreto, é feita a seguinte definição

Povos e comunidades tradicionais: grupo culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (Brasil, 2007).

Os ribeirinhos representam uma população tradicional emblemática na Amazônia, começando pela maneira como se comunicam, por meio do uso de representações linguísticas que refletem suas vidas e sua relação direta com a natureza. Neste âmbito, valorizar e respeitar esse contexto vai para além de apenas considerar a diversidade existente, mas de enxergá-la enquanto construção identitária e histórica dos sujeitos do campo. Nesse sentido, Toutonge (2021, p. 36) ressalta que

[...] os habitantes de contextos rurais possuem um arcabouço sociocultural variado de saberes, de sabores, de linguagens, de manifestações e rituais que não podem ficar de fora dos processos educativos escolares [...] tal arcabouço constitui suas raízes ancestrais, seu movimento endoeducativo e identitário.

As comunidades ribeirinhas da Amazônia ocupam um papel social extremamente relevante, entretanto, pouco valorizado, quando a sociedade capitalista apresenta a essas comunidades tradicionais um novo cenário, no qual a qualidade de vida e a modernização no modo de viver das populações é o principal.

A ideia de modernidade como algo que só é bom traz para esses espaços prejuízos incalculáveis em relação a perda de seus costumes, tradições, traços identitários entre outros. Por esta razão, essas comunidades merecem ser respeitadas e ter seus valores culturais preservados e valorizados, pois abarcam todo o seu jeito de ser e de existir dentro de suas particularidades territoriais e identitárias. Para um melhor entendimento da pesquisa aqui empreendida, a seguir apresenta-se a metodologia da pesquisa e sua contemplação.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA E SUA CONTEMPLAÇÃO

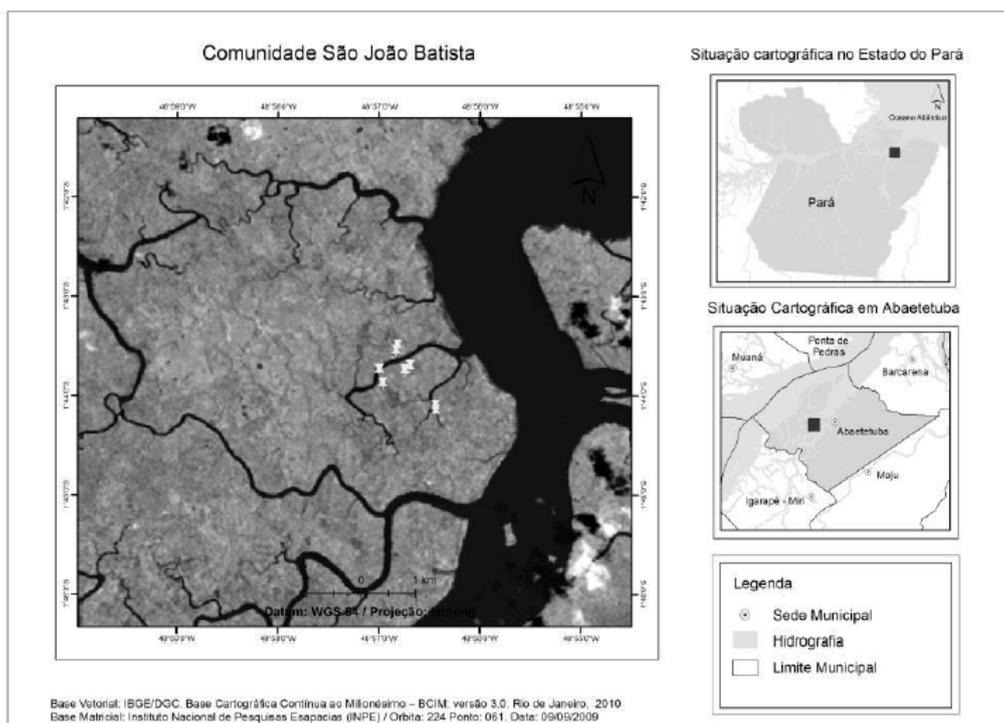
De acordo com Severino (2013), a pesquisa é o resultado da combinação de conhecimentos prévios com a aplicação adequada de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos, realizados com o objetivo de coletar dados sobre aspectos da realidade, a fim de buscar soluções para problemas específicos.

A relevância da definição para o trabalho científico em geral está no fato de ela permitir exata formulação das questões a serem debatidas. Discussões sem clara definição dos temas discutidos não levam a nada. Aprender a bem definir as coisas de que se trata no trabalho é uma exigência fundamental. (Severino 2013, p. 74).

Com base em tais colocações, a abordagem metodológica deste artigo fundamenta-se em um estudo teórico bibliográfico, acerca das populações ribeirinhas no município de Abaetetuba/PA, seguindo uma literatura que aborda a realidade campestre, mais especificamente dos ribeirinhos, trazendo à tona os seus aspectos identitários para com os aspectos relacionados à linguagem.

Assim, discorreremos sobre conceitos que norteiam a identidade ribeirinha e suas raízes culturais, que demarcam a sua linguagem enquanto sujeitos da Amazônia do Baixo Tocantins, além de investigar o quanto a linguagem enquanto marca da identidade ribeirinha vem sendo valorizada e trabalhada no ambiente escolar da comunidade São João Batista, no rio Guajarazinho, em Abaetetuba/PA, visando o respeito, a valorização e a preservação dentro do contexto campestre o qual estes sujeitos estão inseridos. Para efeito de visualização, apresenta-se a seguir a cartografia da comunidade São João Batista.

**Figura 1 - Comunidade São João Batista**



Fonte: Alvez-Valles *et al.* (2022)

A escola que fica nesta demarcação geográfica precisa ser pensada estrategicamente para compreender estratégias de ensino-aprendizagem, relacionada a linguagem que contemple uma educação ribeirinha que respeite, valorize e preserve as identidades dos alunos. Inserir a dinâmica campesina, do rio, da floresta é pré-requisito para uma formação docente que vá contemplar a necessidade da educação ribeirinha do Rio Guajarazinho, em Abaetetuba/PA.

Dessa forma, ressalta-se que a inquietação desta pesquisa surgiu da dinâmica e necessidade de se pensar em espaços escolares ribeirinhos, resgatando a linguagem transmitida de geração a geração como marcas identitárias que contam parte da história dos povos tradicionais da Amazônia Campesina. A seguir é apresentada a discussão da linguagem ribeirinha como identidade.

#### 4 A LINGUAGEM RIBEIRINHA COMO IDENTIDADE

A identidade de um indivíduo também se constrói na língua e através dela. Em outras palavras, a identidade da língua e do indivíduo têm implicações mútuas, ou seja, estão correlacionadas e caminham juntas. As mais diversas variedades linguísticas ribeirinhas podem figurar concomitantemente com a variedade da língua portuguesa eleita para ser utilizada na educação escolar, sem a estigmatização de seu lugar social, expressando todos os aspectos de variação lexical que expressam as riquezas de suas comunidades de fala, como é o caso da Comunidade de São João Batista, do Rio Guajarazinho, em Abaetetuba/PA.

Existem itens lexicais que são específicos de uma determinada comunidade que a marcam por sua identidade, fazendo relação com aquele espaço geográfico, para aquele contexto da comunidade de fala. Todavia, muitas vezes essas comunidades ribeirinhas são desvalorizadas por suas origens humildes e desprestigiadas socialmente.

Os falares ribeirinhos, historicamente, são menosprezados em sua demarcação geográfica e social. No que tange a posição de determinado *status* é sempre demarcada como o lugar da fala de pobre, interiorano, geralmente não-alfabetizado e marginalizado, colocando a variedade no lugar do erro, expressando atitudes linguísticas pejorativas que avaliam a variedade como feia, malfeita, destoante do padrão idealizado, padrão este que nunca será alcançado, pois é fruto de uma idealização da gramática tradicional. Concernente a esta análise, Bagno (2003, p. 17) afirma que:

[...] a língua é parte constitutiva da identidade individual e social de cada ser humano, em boa medida, nós somos a língua que falamos, e acusar alguém de não saber falar a sua própria língua materna é tão absurdo quanto acusar essa pessoa de não saber usar corretamente a visão [...] nós somos muito mais que meros usuários da língua.

A língua transforma-se e modifica-se continuamente, as variações são diversas e nenhuma língua se constitui homogênea. O Brasil é um país conhecido principalmente pela diversidade cultural e miscigenação de vários povos, o que favoreceu a origem da pluralidade de termos existentes dentro de uma mesma língua, uma variação dialetal que cresce e se altera a todo instante.

O fascínio que a linguagem sempre exerceu sobre o homem vem do poder que permite a ela não apenas em nomear, criar, transformar o universo real, mas também possibilita trocar experiências. A linguagem verbal, nessa perspectiva, é a matéria do pensamento e o veículo da comunicação social, pois é pela língua que o homem expressa suas ideias, os pensamentos do seu tempo, da comunidade a que pertence, utilizando-a seguindo uma tradição que lhe foi transmitida, fortalecendo os elos de identidade e cultura do meio ao qual pertence e transformando-a conforme a sua necessidade social.

Na concepção de Brandão (1991, p. 6), cada falante é, a seu um tempo, usuário e agente modificador de sua língua, nela imprimindo marcas geradas pelas novas situações com que se depara, uma vez que os membros de uma comunidade compartilham normas e atitudes em comum sobre o uso da língua, o que é apropriado para contextos formais e informais.

Para Calvet (2002, p. 12), “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”. Assim, é possível afirmar que na língua, se projeta a história, a cultura e a identidade de um povo no sentido mais amplo.

Em um país tão vasto como o Brasil, compreender o contexto em que se deu a formação de suas regiões possibilita o reconhecimento das identidades do seu povo. Tais identidades, muitas vezes ocultas e desconhecidas, revelam-se à medida que as pessoas promovem interações e relacionamentos, pois é por meio da cultura que diferentes povos se organizam e transmitem, de geração a geração, seus costumes e tradições nas diversas áreas, a exemplo a culinária, suas vestimentas, as moradias, as festas, danças, religiões, mitos e crenças, os preconceitos e a própria linguagem.

Dessa forma, tais costumes enraizados de tradição, concretizam-se numa condição ampla à diversidade existente em cada lugar, suas características históricas, geográficas, que os fazem pertencentes àquela identidade, os fazendo compreender a riqueza linguística que existe no nosso país. Contudo, a propagação da ideia de uma língua una e uniforme muitas vezes cria diferenças e faz preconceitos acerca de uma linguagem que é atemporal, miscigenada e rica em contribuições que a enriquecem. Nesse contexto, Bagno (2015) discorre que

A ideia de que somos um país privilegiado, pois do ponto de vista linguístico tudo nos une e nada nos separa, parece-me, contudo, ser apenas mais um dos grandes mitos arraigados em nossa cultura. Um mito por sinal, de consequências danosas, pois, na medida que não se reconhecem os problemas de comunicação entre falantes de variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los. (Bagno, 2015 p. 32).

O autor ainda ressalta à realidade linguística existente e profundamente marcada pela diversidade que aos poucos vem sendo reconhecida pelas instituições oficiais de planejamento educacional no Brasil, a saber

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa [...] a imagem de uma língua única mais se aproxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente as prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão de mídia sobre “o que se deve e o que não se deve falar e escrever” [...] (Bagno, 2015 p. 36-37).

Na visão de Woodward (2008, p. 9), “a identidade é marcada por meio de símbolos [...]. Existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa”. Neste entendimento, as identidades são construídas a partir das relações sociais estabelecidas com os símbolos de sua cultura. Dessa forma, consideramos a intrínseca relação existente entre linguagem e o meio ao qual cotidianamente ela é construída.

Deste modo, valorizar suas diversas formas de expressão, muitas vezes consideradas marginais, conforme definido por Spivak (2010, p. 12), “uma linguagem reproduz as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem conceder-lhe um espaço onde possa se expressar e sobretudo, ser ouvido”, é abrir caminho para a concepção de novas abordagens pedagógicas docentes que valorizem a linguagem ribeirinha em sala de aula, levando em consideração os saberes tradicionais e culturais que fazem parte da identidade desses povos, desconstruindo o discurso colonizador que segrega, exclui, marginaliza a linguagem daqueles que economicamente pouco têm e que socialmente vivem às margens. Dessa feita Caldart (2011) expõe que

Construir uma escola do campo significa pensar e fazer a escola a partir do projeto educativo dos sujeitos do campo, tendo o cuidado de não projetar para ela o que sua materialidade própria não permite; trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas as práticas sociais; combinar estudo com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo [...] pensar a escola a partir do seu lugar e dos seus sujeitos, dialogando sempre com a realidade mais ampla e com as grandes questões da educação, da humanidade. (Caldart, 2011, p.157).

Por meio da linguagem, o ser humano se distingue em seu contexto social, uma vez que por ela é possível expressar sentimentos e construir pensamentos, o que, por sua vez, facilita a interação entre o indivíduo e o ambiente. No entanto, é importante ressaltar que a percepção dessa relação é moldada pelas dinâmicas sociais de poder, onde o nível de linguagem pode criar distinções entre as pessoas.

Nesse contexto, o desenvolvimento da linguagem é uma questão amplamente discutida em diversos ambientes e contextos sociais. Isso ocorre porque parte-se da premissa de que a qualidade da educação está intrinsecamente ligada às construções sociais, ou seja, às interações e ao ambiente que as envolvem.

Assim, reconhece-se que a linguagem, sendo uma prática social, é dinâmica porque se modifica com o tempo, estando sujeito às influências regionais, sociais e estilísticas responsáveis pelos processos de variação linguística, e é conservadora uma vez que precisa manter um certo grau de uniformidade para permitir a comunicação em uma dada comunidade linguística permitindo que, de acordo com a situação, o indivíduo “escolha” o tipo de linguagem que julga mais conveniente utilizar em determinado momento e espaço.

É importante resguardar essas marcas linguísticas enquanto herança histórica dessas comunidades, no sentido de se compreender a valorização da linguagem como marca histórica e cultural de um povo. Bosi (2003), nesse sentido, ressalta a ideia da materialidade da memória, da importância de se guardar aquilo que não envelhece, pois o discurso criado

pela memória não se altera com o tempo, pelo contrário, a memória enquanto um tempo vivo, preserva a nossa identidade. A seguir são apresentadas as considerações finais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou subsídios teóricos para compreender a importância de se trabalhar a linguagem ribeirinha como marca identitária de comunidades camponesas da Amazônia, no contexto dos conteúdos curriculares, em sala de aula, na Escola Municipal São João Batista, no Rio Guajarazinho, no município de Abaetetuba/PA. Com vistas, a valorização e preservação desses traços linguísticos que demarcam historicamente esses povos que fazem da sua relação direta com a natureza, um modo de ser e de existir na realidade camponesa que lhes é própria enquanto sujeitos da Amazônia.

Constata-se, atualmente, que a negação à riqueza linguística existente no Brasil gera mais que desigualdades sociais, desigualdades de oportunidades, que acabam por gerar o enfraquecimento na preservação dessas falas enquanto memórias de um povo, de uma cultura, de uma historicidade que é traçada aos moldes da diversidade linguística.

Com o olhar voltado à valorização e ao reconhecimento da importância da linguagem ribeirinha amazônica, vista como marca identitária de comunidades tradicionais que vivem às margens dos rios e das florestas, fazendo do seu peculiar modo de vida, é importante pontuar um emaranhar de tradições, ancestralidades e herança cultural. Dessa feita, ressaltamos a necessidade e importância de se trabalhar o reconhecimento identitário dessas comunidades tradicionais por meio de suas vozes e saberes.

Aqui se ressalta o papel do professor como mediador do processo de conhecimento da língua e, mais que isso, a valorização desses traços linguísticos em sala de aula, o qual, por meio de novas propostas e abordagens de ensino em diversas disciplinas, possa contribuir para a valorização e preservação dessa linguagem, que carrega consigo para além de marcas linguísticas, saberes ancestrais.

Por fim, novas práticas pedagógicas que valorizem a realidade do educando, a sua bagagem cultural, histórica e identitária devem fazer parte do processo educacional que vai contra a hegemonia de uma língua una e soberana, mas sim uma compreensão de que a linguagem rica em adaptações, carrega consigo marcas e heranças que falam para além do que as próprias palavras podem mostrar.

Assim, estas reflexões precisam ser frequentes entre aqueles que conduzem a educação, de modo a provocar um pensar e repensar na forma de conceber o processo de ensino-aprendizagem, principalmente em lugares que precisam para além da aquisição de conhecimento, a sua afirmação enquanto parte importante de um processo que concede o sujeito como responsável pela sua própria história.

Com este artigo, almejamos plantar sementes aos nossos colegas professores, para que todos os dias possam pensar e repensar práticas que atendem a demanda específica dos ribeirinhos no contexto escolar e promova ações na rotina diária de trabalho. Também

pretendemos convidar os colegas a se juntar ao time e realizar mais estudos que possam dar suporte aos professores da educação básica.

## REFERÊNCIAS

ALVEZ-VALLES, Carlos Mariano *et al.* Expansão da exploração do fruto do açaí no Estuário Amazônico: o caso da comunidade São João Batista no município de Abaetetuba, Pará. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, e20511931703, 2022. (CC BY 4.0). ISSN 2525-3409. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i9.31703>.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é como se faz**. São Paulo: Loyola, 2015.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **A geografia linguística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL. **Decreto 6040**, de 7 de fevereiro de 2007. Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, 8 de fev. 2007, Seção1, p.316.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CALDART, Roseli Salete; ARROYO, Miguel Gonzalez; MOLINA, Monica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: Uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

OLIVEIRA, Elenilson. COSTA, Maércio. SANTOS, Ramofly. **Educação na Amazônia Campesina**. Curitiba: CRV, 2017.

SANTOS, Jenijunio dos. **A formação de educadores e o território ribeirinho da Amazônia. A licenciatura em educação do campo na contra-hegemonia do capital**. São Paulo: Dialética, 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TOUTONGE, Eliana C. P; FREITAS, Maria N. M; PEREIRA, R. da Costa. **Saberes das águas na Amazônia: conhecimentos tradicionais, processos educativos e culturais de ribeirinhos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

# DA MUNDIVIVÊNCIA DO POVO UIGENSE SOBRE O NASCIMENTO E CRIAÇÃO DE GÊMEOS

Wakala Muzombo<sup>1</sup>  
Universidade Évora

Beleza António<sup>2</sup>  
Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge

## RESUMO

As experiências do mundo permitem ao homem explicar os fenómenos à sua volta. É a partir dessa hermenêutica cultural em que se encontram os entendimentos sobre a construção cultural uigense em torno do nascimento e criação de filhos gémeos. Desta forma, os saberes tradicionais veiculados pelas práticas sociais, indo de geração em geração, constituem a base para a compreensão sociocultural dos gémeos. Esta mundivivência sobre o nascimento e criação de gémeos pelo povo uigense constitui o escopo do presente texto. Entendemos que os mitos e as lendas são elementos intrínsecos à vida dos povos. Em cada povo há elementos que ligam os mundos real e o sobrenatural elementos esses que, em algumas culturas letradas, tiveram o privilégio de serem vertidos para a modalidade escrita, que é, afinal, preservação e divulgação para as outras culturas. Assim, na cultura uigense, os gémeos são tidos como seres de dois mundos – o material/humano e o espiritual/aquático. Este último é um espaço de recriação, acessível apenas no período noturno enquanto se dorme no mundo material. É igualmente espaço de exercício do poder, sabendo que os gémeos são filhos sagrados, o que os confere poderes de proferir bênçãos ou pragas aos parentes ou a outros membros da comunidade, dependendo da atividade que exercem. Entre as bênçãos figuram as oportunidades de emprego, melhores vendas, promoção no trabalho, mais caça, mais pesca, melhor produção agrícola etc. No que diz respeito ao mal, eles detêm o poder sancionatório. A sanção é aplicada àqueles que os prejudicam, zombam ou ofendem durante o dia. A sanção vai do castigo físico à praga. A praga funciona como interdição para a acessibilidade das bênçãos acima referidas. Quer dizer que os gémeos podem determinar, com recurso à palavra, a retirada das bênçãos dadas por eles mesmos. No entanto, oferece-se como possibilidade de regresso ao sucesso, a desculpa, isto é, no caso de o indivíduo alvo da praga pedir desculpas ou se os gémeos entenderem que a sanção durou o tempo suficiente. Neste ato, por meio da palavra, referem que o indivíduo está desculpado e que, a partir daí, pode voltar à fartura. Essa prática do perdão por meio da palavra chama-se *wuhongula*, que equivale a retirada do mal. Além disso, nesta cultura, ser progenitor de gémeos ultrapassa o facto de nascer ou gerar. Permite, sim, em termos de uma hierarquia social, sociabilidades, destaque e até formas identitárias.

**Palavras-chave:** Mundivivência; Gémeos; Uigense.

## 1 INTRODUÇÃO

O homem pensa e age de acordo a cultura envolvente. E por isso se entende que “[...] a cultura de um contexto social tem consequências diretas sobre as concepções dos pais sobre seus filhos e sobre as formas como os educam e com eles interagem” (Bornstein & Cheah; Valsiner, *apud* Vieira & Branco, 2010, p. 557).

Os mitos e as lendas são elementos intrínsecos à vida dos povos. Em cada povo há elementos que ligam o mundo real e o sobrenatural. Elementos esses que, em algumas

1 Doutoramento em Literatura pelo Instituto de Formação Avançada da Universidade Évora. E-mail: [issacvera13@gmail.com](mailto:issacvera13@gmail.com).

2 Mestre em Língua Portuguesa e Literaturas em Língua Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto. E-mail: [belezaantonio2016@gmail.com](mailto:belezaantonio2016@gmail.com).

culturas letradas, tiveram o privilégio de serem escritos, preservados e divulgados noutras culturas. Compõem essa natureza de textos os sagrados, de guerrilha, de caça, pesca e outras formas de ser e estar de cada povo.

Há nesses textos de tradição oral os destaques sobre o fantástico, o mágico, o ilusório, o suspense. Ressalta-se que, naquelas culturas em que seus textos granjearam hegemonia em muitos lugares do mundo, tornaram-se inofensivos, modelos, sagrados, desempenharam, portanto, o propósito ao qual tinham sido elaborados.

Assim, neste texto, dada a extensão territorial de Angola, não nos é prudente trazer uma abordagem sobre a mundivivência dos gémeos no mosaico cultural angolano. Damos azo à cosmovisão do povo da província do Uíge, uma das 18 províncias de Angola, localizada na região norte do país e constituída por 16 municípios. Conta com cerca de 1 662 047 habitantes e uma área territorial de 58 698 km<sup>2</sup>. A província faz parte da etnia bakongo, que é uma etnia transnacional, que ocupa um vasto território na África Central, partindo do noroeste de Angola, nas províncias de Cabinda, Zaire, Uíge e Bengo (uma parte) (Kukanda, 2000); fora de Angola, os bakongo encontram-se na República Democrática do Congo (no Baixo Congo); República do Congo e República do Gabão (parte sul). A etnia bakongo tem como língua o kikongo e é parte do povo bantu.

## 2 OBJETIVOS

Traça-se como objetivo do presente estudo dar a conhecer a conceção cultural dos gémeos no povo uigense /Angola. Assim procedemos por acreditarmos que, nas várias culturas angolanas, há elementos ligados aos saberes sobre o nascimento e criação de gémeos, bem como outras crenças desenvolvidas em torno dos filhos. Assim, sabendo que há crenças peculiares do povo uigense ligadas ao nascimento e à criação de filhos gémeos, partilhamos aqui estes saberes.

Toma o presente estudo uma forma descritiva da nossa compreensão cultural sobre os gémeos. Transmitimos uma cosmovisão que resulta das nossas experiências sobre o tratamento familiar e social recebido na qualidade de um dos autores do presente artigo ser co-gémeo. Transmitem-se, assim, as nossas vivências, sempre acompanhadas daquilo que a comunidade proporciona aos gémeos nessa circunscrição, desde privilégios, destaque, amor, mitos e, sobretudo, ao que os gémeos são - sagrados.

Dá-se no presente texto, a partir de uma observação dos contextos, um enfoque cultural; a conceção cultural do povo uigense sobre os gémeos.

## 3 DA COSMOVISÃO UIGENSE SOBRE GÉMEOS

### a) Seres sagrados

As divindades fazem parte de todas as culturas. Vários povos têm-nos iguais, diferentes ou semelhantes. Desta forma, entre as várias divindades que povoam a cosmovisão do povo uigense, estão os gémeos, seres sagrados, durante a infância. Ao lado dos gémeos estão os *ndundu*, que em português são os albinos; os *mbaka*, que são os anões e, por fim, os *n'kita*, que são os indivíduos com má formação congénita. São todos seres com alguma ligação ao mundo espiritual.

Aos gémeos recém-nascidos são dedicadas festividades acompanhadas de canções com expressões como *nsimba ye nzuzi bana ba n'longo*, que se entende como *gémeos filhos sagrados*.

O nascimento de um filho é comumente um ato de felicidade para os membros da família e da comunidade. No entanto, o nascimento de gémeos dá ainda maior felicidade, por serem dois ou mais filhos num só ato de parto e porque são filhos que, de acordo ao que se acredita, trazem sorte à família. Assim, quando os gémeos nascem, acorrem à casa da família várias pessoas, entre familiares, vizinhos e amigos, visando comemorar o nascimento dos bebês.

Durante os primeiros dias de pós-parto, os visitantes fazem vários donativos à puérpera e aos bebês. Oferece-se alimentação, cremes, fraldas, vestuário; estes visitantes oferecem-se para limpar a casa e as roupas de ambos; dançam e entoam cânticos na língua kikongo. É, em suma, uma festa.

Numa hierarquia social, a mãe e o pai de gémeos são distinguidos, têm um poder simbólico e, portanto, devem ser respeitados. Muitas vezes, seus nomes civis tornam-se desconhecidos pelos membros da comunidade, porque a mesma comunidade consegue atribuir-lhes nomes como “*ngudi mapasa*”; “*mamá mapasa*”, para a mãe, e *papá mapasa, se dya mapasa*, para o pai. Entre os vários progenitores de gémeos numa comunidade, criam-se laços, estabelecendo sociabilidades. Além disso, os pais de gémeos, como os filhos gémeos, podem realizar farmacopeia tradicional. Realizam massagens a ínguas na anca ou no pescoço. Este é um poder dos gémeos e que se estende aos pais.

Entende-se que seu nascimento resulta de sorte; uma dádiva de Deus. Noutras zonas do povo bacongo,

Os gémeos são, entre os *bayombe*, os *bitsimba* ou *bibatsa*. São tidos como arautos de poder e de bem-aventurança para os seus progenitores de circunstância. Em geral, o *status* social destes aumenta, tal como as suas expectativas relativamente à melhoria das suas condições materiais de vida, tão logo sejam bafejados pela sorte de serem escolhidos para progenitores transitivos de *bitsimba* (Milando, 2007, p. 149).

Dos poderes dos gémeos, destaca-se a capacidade de fazer o bem e o mal. Para o bem, basta que os membros da família ou da comunidade sejam leais com eles; são capazes de exercer a farmacopeia tradicional. Tal se aplica caso alguém venha a sofrer de constantes dores no tórax, que é resultado de uma doença chamada na língua kikongo por *n'kita* e que, vulgarmente, é conhecida por *giba*, que em português pode ser entendida como torção natural do tórax ou dos ossos. Para tratar a referida doença, os gémeos podem realizar uma série de massagens dobrando os dedos das mãos; para o mal, basta que estes membros da

família ou da comunidade sejam maus com eles. Assim, conforme o tratamento recebido, são capazes de retribuir bem por bem ou mal por mal.

### **b) Das bênçãos e pragas**

Sendo divindades, *bana ba n'longo*, expressão que em português equivale a “filhos sagrados”, assim são considerados por fazerem parte de dois mundos – o material e o espiritual. Os gémeos são capazes de proferir bênçãos a seus pais e irmãos. As bênçãos estendem-se a vários domínios – oportunidades de emprego, promoção no trabalho, realizar boas vendas, caça, pesca, melhor produção agrícola, etc.

Recomenda-se que os pais ou outros membros da família avisem-nos antes de partir para o trabalho. Nesta altura, com o recurso à palavra, que é elemento sagrado na cultura bakongo uigense, os gémeos proferem bênçãos. Estas bênçãos são dizeres sobre o sucesso nas atividades que os membros da sua família irão exercer. Daí que, em África, «A palavra não significa simplesmente verbo, ela é sagrada e tem caráter divino: “a palavra falada se empossa, além de um valor moral fundamental, de um caráter sagrado vinculado à origem divina e as forças ocultas nela depositadas”» (Bâ, 1982 *apud* Da Silva, 2014, p.32). Continuam os mesmos autores referindo que a sacralidade da palavra é apresentada por meio de mitos. São estes mitos que contribuem para uma compreensão dos valores civilizatórios vivenciados. O mito, enquanto linguagem, dá sentido ao mundo (Da Silva, 2014).

Os gémeos podem castigar fisicamente aqueles que os fazem mal durante o dia; seu poder sancionatório advém a noite. Dessa forma, é igualmente a noite, enquanto se está no sono que determinada pessoa é castigada. Geralmente, os gémeos mantêm laços afetivos muito fortes, pelo que a zombaria a um deles pode resultar num contra-ataque dos dois. No entanto, a praga é proferida durante o dia, é dirigida somente àqueles que os terão prejudicado. Podem igualmente determinar a retirada das bênçãos já proferidas em caso de um indivíduo já abençoado proceder-se mal perante eles.

Do mesmo modo, aquele que tiver alguma desavença com os gémeos pode ter sucesso nas suas atividades, desde que peça perdão. A outra possibilidade de regresso ao sucesso dar-se-á se os próprios gémeos entenderem que a sanção aplicada já leva o tempo suficiente. Neste ato, por meio da palavra, refere que determinada pessoa está perdoada e que, doravante, voltará à fartura. Essa prática do perdão chama-se *wuhongula*, que equivale a retirada do mal.

### **c) Do espaço sobrenatural dos gémeos**

Milando (2007) refere os debates sobre a importância da água na contemporaneidade estão ligados ao seu valor mensurável, isto é, o seu pendor utilitário ligado a aspetos económicos, limitando-a, assim, ao seu valor material.

No entanto, em África, há outros valores da água, intrínsecos à vida das populações. Povoam as águas africanas outros seres invisíveis aos olhos da maioria. Assim, «[...] um grande número de actores sociais da mundivivência de muitas das sociedades africanas mantém-se invisível aos olhos dos «operadores de desenvolvimento» (Milando, 2007, p. 145).

Estes atores são entidades espirituais, que são comuns ao povo bakongo, no entanto, deixamos margem para algumas diferenças, atendíveis por fatores espaço-temporais e das metamorfoses da própria cultura. Deste modo, como diz Milando (2007, p. 145) «No caso das sociedades *bayombe*, em Cabinda – Angola, figuram entre estes actores «invisíveis» as entidades espirituais que «povoam» os rios e os lagos do espaço territorial ocupado por este grupo étnico».

Na sociedade uigense, habitam as águas seres espirituais chamados *yisimbi*, que, aproximando-os aos seres espirituais aquáticos em português, correspondem a sereias. No entanto, os gémeos, mesmo que não permaneçam, nem donos das águas de forma definitiva, reconhece-se que é seu habitat noturno.

Na tradição africana, como refere Da Silva, (2014) existe uma unidade cósmica entre os mundos mineral, vegetal, animal e humano. Esta é uma visão de totalidade que faz com que os sentidos corporais sejam todos entrelaçados. Tal permite que tudo seja interligado. É deste modo que se pode afirmar que os gémeos são seres de dois mundos – material/humano e o aquático/espiritual. Assim, «O entrelaçamento entre espiritualidade e materialidade gera transversalidade na apreensão das múltiplas dimensões dos saberes: religião, conhecimento, ciência natural, arte, história, divertimento e recreação, produzindo uma forma singular de ser, agir e estar no mundo, marcada pela tradição oral» (Da Silva, 2014, p. 33).

O espaço sobrenatural de atuação dos gémeos é o meio aquático – lagoas, lagos e rios. Normalmente, encontram-se nadando, brincando e desenvolvendo demais atividades ligadas ao seu mundo. Tal acontece somente a noite, quando se encontrarem no sono no mundo real. Nesta altura, são julgados aqueles que com eles tiveram alguma contenda ou lhes terão prejudicado durante o período diurno, cuja punição é física, conforme dito acima.

Esta forma de ser e estar do povo uigense resulta das suas crenças, formas de ver o mundo. Constitui uma forma de aquisição e partilha de saberes, desde os rituais de iniciação até à fase adulta.

#### **d) Designação de cada um dos gémeos**

A palavra que dá origem aos nomes tem carácter sagrado na filosofia africana. Nela (palavra) se explicam a espiritualidade, o mito, a sacralidade, os rituais de iniciação, a senhoridade, etc. (Da Silva, 2014). Assim, quando se dão nomes aos filhos, estes nomes já atendem a estes sentidos.

Os nomes são dados conforme as circunstâncias, atendendo sempre a cultura linguística de cada povo. No caso do povo uigense, da etnia bakongo, usa o seu sistema linguístico para

os antropónimos, elemento que é apropriado de acordo as circunstâncias de nascimento. No entanto, às vezes, coexistem com os nomes em português pelo facto de as duas línguas estabelecerem-se no mesmo espaço. Assim, um indivíduo é capaz de ter um nome em kikongo e outro em português (p. ex. Nsimba António; Nzuzi Francisco).

Destarte, “Nas comunidades que conservam as tradições, o nome não é apenas um simples nome, pois carrega sentidos semânticos e, sobretudo, culturais inexistentes em outros grupos” (Kialanda, 2019, p. 73). Ao serem atribuídos, já contemplam o contexto do nascimento, ritual de iniciação, dificuldade no parto, orfandade, gratidão a Deus, etc.

**É assim que a maioria dos nomes africanos são dados referindo a alguma coisa, as circunstâncias pelas quais as crianças nascem,** piadas, pragas, repúdio, prosperidade, fraternidade, amor entre indivíduos da mesma família ou comunidade, enigmas, provérbios, como também homenagear alguém pelo estrelato, pelo respeito/dignidade, pela ajuda prestada, pela justiça, etc.

De forma geral, o nome indica o começo de um provérbio que faz referência a um acontecimento. Significa que o nome tradicional carrega elementos culturais profundos de tal forma que basta dizê-lo para se descobrir qual é a etnia, a região de proveniência e, provavelmente, os parentes mais próximos (pais, avós, bisavós) de uma pessoa (Kialanda, 2019, p. 74).

É também possível determinar pelo nome se um indivíduo é gémeo, se veio depois de gémeos, ou seja, percebe-se o lugar do indivíduo na ordem de nascimento numa mãe.

Além disso, se a palavra que compõe o nome for aplicada num sentido negativo, como uma praga, por exemplo, geralmente, acredita-se que tal tem efeitos na vida do indivíduo. Assim, se o facto que o nome anuncia refletir-se negativamente na vida de um indivíduo, será necessário que o ancião da família faça o uso da palavra, numa assembleia, cumprindo certos rituais, invocando aos ancestrais ou a Deus, visando pôr fim ao mal. Diferente deste regresso à ancestralidade ou a Deus por meio de ritos, a praga continuará de geração em geração.

Na cultura uigense, aos gémeos são atribuídos nomes de acordo a ordem de nascimento. Desta forma, o primeiro chama-se *Nsimba*; o segundo *Nzuzi*. Estes nomes são levados até à vida adulta, constituindo-se nomes civis.

#### e) Das regras e restrições

A cultura uigense admite que nos primeiros anos de vida os gémeos sejam vestidos de igual forma, com roupas semelhantes (mesmo tipo ou, no mínimo, mesma cor). São formas que visam o fortalecimento de laços afetivos e acautelar o desenvolvimento de ciúmes entre os mesmos. Além disso, em tenra idade, suas roupas podem conter emblemas, numa resinificação das patentes, tal manifesta hierarquia/grandeza.

Já as restrições têm a ver com a interdição de os pais ou outros membros da comunidade chorarem no caso de falecimento de um dos gémeos, nos primeiros dias de vida, porque, acredita-se que, havendo choro, morrerá também o (s) sobrevivente (s), o que, numa

expressão eufemística, diz-se: *foi ao encontro do outro*. O gêmeo que parte para a eternidade e o que fica, são vestidos de cor roxa, manifestando tristeza. Fazem-se rituais que visam a proteção do sobrevivente. E assim, dirigindo-se para ele, deve ser sempre no plural, p. ex. Estão bem? Constitui, portanto, uma forma de inclusão do parceiro que partiu.

Assim, ainda que com ligeiras diferenças, a cosmovisão africana sobre os gêmeos é evidente. Vê-se algo diferente e, ao mesmo tempo, semelhante em Moçambique. Diferente por a cosmovisão uigense/angolana considerar o nascimento de gêmeos sinal de sorte, e, no entanto, símbolo de má sorte nalguma região de Moçambique. Dizemos semelhante por, nas duas regiões, ser proibido o choro em caso de morte de um dos gêmeos. Lê-se, neste sentido, o seguinte trecho da obra *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto:

Farida era filha do Céu, estava condenada a não poder nunca olhar o arco-íris. Não lhe apresentaram à lua como fazem com todos os nascidos da sua terra. Cumpria um castigo ditado pelos milénios: era filha-gêmea, tinha nascido de uma morte. Na crença da sua gente, nascimento de gêmeos é sinal de grande desgraça. No dia seguinte a ela ter nascido, foi declarado chimussi: a todos estava interdito lavar o chão. Caso uma enxada, nesse tempo, ferisse a terra, as chuvas deixariam de cair para sempre.

Dias depois, sua Irmã morreu. Deixaram-na morrer com fome. Fizeram isso por bondade: para aliviar a maldição. Enterraram a menina no pequeno bosque sagrado onde dormem as crianças falecidas. Meteram-lhe numa panela de barro quebrada. Foi semeada sem quase nenhuma terra lhe cobrir. Destinaram-lhe um lugar perto do rio, onde o chão nunca seca. Assim as nuvens lembrar-se-iam sempre da obrigação de molhar a terra.

A mãe de Farida nunca mais teve filhos. Dizem que ela não foi capaz de apagar a sua impureza após o nascimento. Fizeram as cerimónias: não resultou. Queimaram a palhota, juntaram todas suas coisas numa grande fogueira. A mãe ficou ali, sofrendo culpas por ter subido ao Céu, único lugar onde se pode encontrar meninos gêmeos. Chorou então o que ela não pôde chorar no enterro da filha. A tradição ordena: ninguém chore em luto, o lamento não pode senão chamar mais desgraça. (Mia Couto, 1990, p. 40).

Entende-se que o choro no falecimento de um dos gêmeos chama mais desgraça. Essa desgraça é concretizada pela morte do menino gêmeo sobrevivente. É neste sentido que no trecho acima trazemos a comparação entre a cosmovisão sobre filhos gêmeos no povo uigense e nalguma região de Moçambique.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O povo uigense criou e legitimou a crença sobre o nascimento e criação de gêmeos. Na conceção deste povo, os gêmeos são tomados como seres de dois mundos – o material/humano e o espiritual/aquático; são capazes de abençoar ou amaldiçoar, realizar a farmacopeia tradicional, são distinguidos por nomes específicos em relação a outros membros da comunidade e, por intermédio deles, a comunidade nomeia e diferencia seus progenitores de outros adultos que nunca tiveram gêmeos. São, contudo, seres sagrados. Como se diz em kikongo, *Nsimba ye Nzuzi bana ba n' longo*, que se entende por “nos gêmeos, o primeiro e o segundo são filhos sagrados”. Na verdade, e como o texto o demonstrou, há traços culturais muito semelhantes sobre esta crença em diferentes lugares de África, embora com ligeiras diferenças, como é próprio das tradições orais, mas que levam à compreensão sobre a existência de uma cosmovisão sobre nascimento e criação de gêmeos.

Esta compreensão da vida está ainda vital na sociedade uigense, principalmente naqueles espaços em que se mantêm as formas tradicionais africanas, embora, por outro lado se reconheça o poder de uma cultura mais globalizante e que tende a submergir as concepções tradicionais deste povo. Ousamos deixar neste texto a mundivivência do povo uigense sobre os gémeos que, de alguma forma, é preservação que fazemos destes aspetos culturais.

## REFERÊNCIAS

COUTO, Mia. **Terra sonâmbula**. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.

DA SILVA, C.; DA SILVA, M.; DA SILVA, R. Oralidade e filosofia tradicional africana: conceitos de Hampaté Bâ e influências nas africanidades brasileiras. In: VASCONCELOS, J. Gerardo; MOTA, B. G. Nunes; BRUNDENBURG, Cristiane (orgs.). **Educação, Filosofia e Cultura**. Fortaleza: Ed. P. UFC, 2014. p. 29-43.

KIALANDA, S.; TUMUA, K. P.; TIMBANE, A. O kikongo e a cultura do povo bakongo: a cultolinguística nos nomes próprios. **Revista Versalete**, Curitiba, v. 7, n. 12, p. [inserir página], jan.-jun. 2019. ISSN 2318-1028.

KUKANDA, V. Diversidade linguística em África. **Africana Studia**, Porto, n. 3, p. 101-117, 2000. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MILANDO, J. Águas que produzem gente como nós: desenvolvimento e mundivivências de Mayombe – Cabinda (Angola). **Cadernos de Estudos Africanos** [online], n. 13/14, 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/493>. Acesso em: 10 dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.493>.

VIEIRA, A. O. M.; BRANCO, A. U. Cultura, crenças e práticas de socialização de gémeos monozigóticos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 575-593, dez. 2010.

## JUSTIÇA CLIMÁTICA, REPRESENTATIVIDADE E TERRITÓRIO: reflexões possíveis na comunidade quilombola Ramal do Bacuri, Abaetetuba-PA

**Juliana de Araújo Sarges<sup>1</sup>**  
Universidade Federal do Pará

**Brayna Conceição dos Santos Cardoso<sup>2</sup>**  
Universidade Federal do Pará

### RESUMO

O presente estudo explora a interseção entre justiça climática e a realidade das comunidades quilombolas na Amazônia. A justiça climática, um conceito que surge da necessidade de enfrentar as desigualdades socioambientais exacerbadas pelas mudanças climáticas, é particularmente relevante para as comunidades tradicionais, como os quilombolas, que dependem intimamente de seus territórios para sustentar sua identidade cultural e sua subsistência material. O estudo adota uma abordagem qualitativa baseada em análise documental e revisão bibliográfica, utilizando referenciais teóricos tais como Ferdinand (2022), que discute a ecologia decolonial e a relação entre comunidades quilombolas e a terra; Milanez e Fonseca (2011) e Robinson (2021), que analisam a justiça climática e os impactos desiguais das mudanças climáticas; e de Carvalho *et al.* (2023), que abordam a justiça socioambiental no contexto de emergência climática. A pesquisa documenta como as mudanças climáticas, exacerbadas por atividades industriais, têm impactado negativamente a comunidade Ramal do Bacuri, resultando na contaminação dos recursos hídricos e na degradação ambiental que ameaçam a sustentabilidade das práticas tradicionais e a saúde da comunidade. A relação inseparável entre identidade cultural e território quilombola é enfatizada, mostrando como a preservação do território é crucial para a continuidade da cultura e da organização social dessas comunidades. A pesquisa está estruturada em três partes principais: (1) a análise da identidade quilombola e sua relação com o território; (2) a exploração dos conceitos de justiça climática e equidade ambiental; e (3) a apresentação dos desafios ambientais enfrentados pela comunidade Ramal do Bacuri. A análise conclui que a proteção dos territórios quilombolas perpassa pela questão de justiça climática, mas também pela necessidade fundamental de preservação da identidade cultural e da sustentabilidade dessas comunidades. Defende-se que as políticas públicas devem priorizar a titulação das terras quilombolas, a inclusão ativa dessas comunidades nas decisões sobre políticas ambientais e o fortalecimento de suas práticas tradicionais como estratégias essenciais para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

**Palavras-chave:** justiça climática, comunidades quilombolas, saberes tradicionais, Amazônia.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo explora a interseção entre as questões de justiça climática e a realidade das comunidades quilombolas no Brasil, com foco na Amazônia, um dos biomas mais sensíveis às alterações ambientais, pois a compreensão da relação entre justiça climática

<sup>1</sup> Licenciada Plena em Ciências Naturais: habilitação em Biologia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Especialista em Educação Ambiental (INTERVALE). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades da Universidade Federal do Pará (PPGCIT), Campus de Abaetetuba/PA. E-mail: [julianasarges76@gmail.com](mailto:julianasarges76@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-Doutora em Linguística pela Universidade de Pernambuco (UPE). Docente do Instituto de Letras e Comunicação (ILC/UFPA) e Docente do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação da Universidade Federal do Pará (PPGCITE/UFPA). E-mail: [braynacardoso@ufpa.br](mailto:braynacardoso@ufpa.br).

e a sustentabilidade dessas comunidades é essencial para promover equidade e resiliência diante dos desafios climáticos crescentes.

O estudo tem como objetivo identificar o impacto das mudanças climáticas na identidade cultural, nos direitos territoriais e na sustentabilidade das comunidades quilombolas, com foco na comunidade Ramal do Bacuri em Abaetetuba, no Pará. Para tanto, foram adotados critérios para a seleção das fontes documentais e bibliográficas, considerando sua relevância e atualidade. Dessa forma, foram incluídas publicações abordando direta ou indiretamente os efeitos das mudanças climáticas em comunidades tradicionais. Além disso, a análise documental foi realizada seguindo uma abordagem sistemática, para facilitar a identificação de padrões e tendências.

Desta maneira, o artigo examina como as mudanças climáticas, exacerbadas pela ação humana, afetam diretamente a comunidade quilombola Ramal do Bacuri e áreas vizinhas. Assim como aborda questões de direitos humanos, representatividade, preservação ambiental e integração dos saberes tradicionais. A fim de investigar como essas mudanças impactam os povos tradicionais, adotou-se uma abordagem qualitativa baseada em análise documental e bibliográfica a partir de Dos Santos & Kumada (2021), Ferrari (2021), Brito *et al.* (2021). A pesquisa, desenvolvida pelo método dedutivo (Gil, 2021), incluiu uma revisão crítica de materiais publicados, como jornais, revistas digitais, sites e estudos acadêmicos que discutem a contaminação dos recursos hídricos e florestais da comunidade Ramal do Bacuri e outras questões ambientais relevantes na Amazônia. A análise documental permitiu construir um panorama detalhado dos desafios enfrentados pela comunidade.

Em paralelo, a revisão de literatura incluiu fontes que discutem os impactos das atividades industriais na Amazônia e as respostas das comunidades locais. Foram revisados artigos sobre justiça climática, representatividade das comunidades tradicionais nas políticas públicas e a importância dos saberes ancestrais na adaptação às mudanças climáticas. Esta abordagem possibilitou compreender a complexidade dos desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais e as possíveis soluções baseadas em seus conhecimentos tradicionais.

Para abordar o tema, o estudo foi estruturado da seguinte forma: no primeiro tópico, *Comunidades Quilombolas: Identidade e Território*, analisa-se a construção da identidade quilombola e sua relação inseparável com o território. No segundo tópico, *Justiça Climática e Equidade Ambiental: Implicações para as Comunidades Quilombolas*, discutem-se os conceitos atuais de equidade ambiental e sua relação com a justiça climática, além das implicações sociais envolvidas. No terceiro tópico, *Desafios Ambientais: Comunidade Quilombola Ramal do Bacuri*, destacam-se e analisam-se as informações e dados coletados na pesquisa documental sobre as pressões antropogênicas à comunidade Ramal do Bacuri, confrontando-as com a literatura científica sobre os impactos dessas ações no contexto amazônico. Por fim, nas considerações finais, verifica-se e analisa-se o contexto apresentado, com foco nas questões associadas à justiça climática, direitos humanos e identidade cultural das comunidades.

## 2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS: identidade e território

A identidade das comunidades quilombolas no Brasil está profundamente entrelaçada com o território que ocupam, não apenas como espaço físico, mas como elemento central na construção de sua cultura e organização social. Estas comunidades, formadas por descendentes de pessoas escravizadas que buscaram a liberdade em áreas remotas, preservam práticas culturais e sustentáveis que refletem uma relação intrínseca com a terra (Da Silva, 2011). O território quilombola transcende a simples geografia; ele é o alicerce da identidade cultural e social dessas comunidades, a luta pelo reconhecimento e titulação de suas terras ancestrais, bem como sua preservação é, assim, uma defesa da própria existência e continuidade cultural.

A legislação brasileira, representada pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), reconhece e protege os direitos das comunidades quilombolas, reforçando a importância do território na manutenção de sua cultura e identidade (Rocha, 2022). Este marco legal assegura a preservação dos territórios, valorizando as práticas culturais e tradicionais que são inseparáveis do espaço que as sustenta. Sem o território, as práticas culturais, as tradições e os saberes quilombolas perderiam seu contexto e significado.

Apesar desse reconhecimento legal, as comunidades quilombolas continuam a enfrentar desafios relacionados à ocupação e defesa de seus territórios. A invisibilidade e a falta de reconhecimento de suas terras ancestrais resultam em conflitos fundiários que ameaçam a continuidade de sua cultura. A pressão de atividades econômicas, como a agropecuária e a mineração, sobre esses territórios, coloca em risco o sustento material dessas comunidades, como também a essência de sua identidade.

A relação das comunidades quilombolas com o meio ambiente é outro aspecto crucial que reforça a inseparabilidade entre identidade e território. O território enquanto palco onde se desenrolam as práticas culturais, onde os saberes tradicionais são aplicados e transmitidos, e onde a identidade quilombola se manifesta de forma mais pura é, portanto, um imperativo ecológico, cultural e identitário que precisa de preservação ambiental, uma vez que as práticas de subsistência, as tradições agrícolas e os conhecimentos sobre a natureza emergem diretamente da interação com o território.

A etnoecologia quilombola, que estuda os saberes e práticas sustentáveis dessas comunidades, é uma demonstração clara de como o território molda e é moldado pela identidade quilombola. Os conhecimentos sobre o manejo dos recursos naturais, o uso de plantas medicinais e as técnicas agrícolas são profundamente enraizados no território, e sua transmissão de geração em geração reforça a conexão entre identidade e espaço. Sem o território, esses saberes perderiam sua aplicabilidade e relevância (Alves & Souto, 2010).

No contexto quilombola, a identidade cultural é expressa e fortalecida através de manifestações culturais que, por sua vez, dependem do território para sua continuidade. Danças, músicas, culinária e artesanato são práticas que refletem a história e as tradições dessas comunidades e sua relação com a terra. Assim sendo, a preservação dessas manifestações

culturais se torna vital para a manutenção da coesão social e da continuidade da identidade quilombola.

Diante dos desafios contemporâneos, como os conflitos territoriais e as ameaças ambientais, a luta pela garantia do território torna-se essencial para a manutenção da identidade quilombola. O território, como vimos, além de ser o espaço físico onde essas comunidades vivem, é o elemento que sustenta sua cultura, sua história e sua visão de mundo. A defesa dos territórios quilombolas é, portanto, uma defesa da própria existência dessas comunidades.

Em suma, a análise das comunidades quilombolas evidencia que a preservação do território é fundamental para a continuidade da identidade quilombola. A relação intrínseca entre identidade e território faz com que a luta pela titulação de terras e a proteção ambiental sejam questões de justiça social, mas também de sobrevivência cultural. As políticas públicas e ações que visem garantir a segurança e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades devem priorizar a proteção do território, assegurando que as futuras gerações possam continuar a expressar e viver sua identidade em toda a sua plenitude. A seguir, propõe-se a discussão sobre justiça climática e equidade ambiental.

### 3 JUSTIÇA CLIMÁTICA E EQUIDADE AMBIENTAL: implicações para as comunidades quilombolas

A justiça climática surge como uma resposta essencial às desigualdades socioambientais exacerbadas pelas mudanças climáticas, reconhecendo que os impactos deste fenômeno variam significativamente entre diferentes populações e regiões. Por exemplo, pastores nômades no Quênia relataram a perda da maior parte de seu gado devido a secas extremas, o que comprometeu seus modos de vida tradicionais (Robinson, 2021, p. 38). Da mesma forma, uma líder comunitária do leste de Uganda relata:

[...] todos ao redor do mundo deveriam entender o que está acontecendo: **que nós, o povo na linha de frente, estamos sofrendo os piores efeitos da mudança climática.** Constance contou como sua minúscula comunidade vinha sendo devastada desde 2000 por enchentes-relâmpago, períodos de seca e estações erráticas. (Robinson, 2021, p. 38, grifo das autoras).

Esses paralelos sublinham a necessidade urgente de políticas públicas diferenciadas e adaptadas às especificidades culturais e territoriais de cada comunidade. Além disso, o reconhecimento de saberes tradicionais, como os manejos sustentáveis da terra desenvolvidos por essas comunidades, pode oferecer soluções inovadoras e resilientes, que são muitas vezes negligenciadas em estratégias de mitigação climática baseadas em paradigmas ocidentais (De Carvalho et al., 2023).

Este conceito, de Justiça Climática, está situado na interseção entre justiça social e ambiental, e propõe uma abordagem abrangente que abarca tanto os desafios ambientais quanto as desigualdades sociais. A principal meta da justiça climática é assegurar que todas

as comunidades, especialmente as mais vulneráveis, como os quilombolas, tenham seus direitos plenamente protegidos diante das adversidades climáticas.

Nesse contexto, a justiça climática exige a responsabilização direta dos maiores contribuintes para a crise ambiental, incluindo governos, empresas e outros atores relevantes. Para tanto, propõe-se a implementação de medidas concretas que garantam a equidade, a inclusão genuína e participativa das populações mais afetadas. É fundamental que essas medidas sejam desenhadas com a participação ativa das comunidades impactadas, reconhecendo seus saberes tradicionais e necessidades específicas (De Medeiros Costa e Bôas, 2023).

Assim, a equidade climática, no âmbito da justiça climática, baseia-se na premissa de que as comunidades mais vulneráveis e marginalizadas, como os quilombolas, devem ser prioritárias nas ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Essas comunidades são as mais impactadas pelos efeitos adversos do clima, como a insegurança alimentar, a escassez de água e a degradação ambiental, embora sejam as que menos contribuem para a emissão de gases de efeito estufa. De acordo com Robinson (2021), comunidades tradicionais em ilhas do Oceano Índico e Pacífico têm enfrentado a perda de terras e meios de subsistência devido ao aumento do nível do mar, ilustrando como as populações mais vulneráveis são as mais atingidas pelas mudanças climáticas, em Uganda, enchentes-relâmpago e secas severas destruíram plantações e agravaram a insegurança alimentar.

Dessa forma, a equidade climática visa assegurar que os recursos, políticas e ações necessárias sejam distribuídos de maneira justa, levando em consideração as desigualdades preexistentes e as diferentes capacidades de adaptação entre grupos populacionais.

Reconhecer e responsabilizar as nações desenvolvidas e industrializadas pelo papel histórico que desempenharam na emissão de gases de efeito estufa é essencial para alcançar a equidade climática. Essas nações têm uma dívida ambiental significativa e devem liderar esforços para reparar os danos causados, oferecendo apoio consistente e sustentável às nações em desenvolvimento e às comunidades mais afetadas. Esse apoio inclui o financiamento de iniciativas de adaptação, a transferência de tecnologias limpas e a promoção de políticas que respeitem e fortaleçam os direitos das populações vulneráveis.

A equidade climática, portanto, está intrinsecamente ligada à justiça social e ambiental, elementos fundamentais para garantir um futuro mais justo e sustentável. Todos devem ter acesso a um ambiente seguro e saudável, onde possam viver com dignidade. Isso implica em mitigar os impactos das mudanças climáticas, mas ao mesmo tempo criar condições para que todas as pessoas possam se adaptar e prosperar diante dessas mudanças.

Para comunidades vulneráveis como os quilombolas, a justiça climática é condição essencial. Estas comunidades, frequentemente localizadas em áreas rurais com infraestrutura precária, enfrentam desafios intensificados pelas mudanças climáticas, como a insegurança alimentar, o acesso limitado à água potável e as condições inadequadas de moradia. A justiça climática deve assegurar que essas comunidades tenham voz nas decisões relacionadas ao clima, recebam apoio adequado para se adaptarem e mitigarem os impactos climáticos e

sejam incluídas em políticas públicas que visem proteger os mais vulneráveis. As implicações sociais dessas políticas são vastas, afetando diretamente a saúde, a segurança e a continuidade cultural das comunidades quilombolas, que dependem de uma relação harmoniosa e sustentável com o seu território.

A resiliência das comunidades quilombolas está profundamente ligada ao seu território, que não só representa a base material de sua subsistência, mas também o alicerce de sua identidade coletiva. No entanto, as mudanças climáticas têm imposto desafios cada vez mais severos a esses territórios, ameaçando a segurança alimentar, a saúde e o modo de vida dessas populações. As comunidades quilombolas enfrentam a perda de áreas de plantio devido a secas prolongadas, comprometendo a produção agrícola e a segurança alimentar, além do aumento de doenças relacionadas ao clima, que afetam a qualidade de vida. A disponibilidade de água, essencial para o consumo e a agricultura, também tem sido drasticamente afetada, criando um desafio adicional.

A falta de acesso a tecnologias e informações adequadas agrava ainda mais a vulnerabilidade dessas comunidades, dificultando a implementação de práticas sustentáveis e de adaptação às mudanças climáticas. Além disso, a insegurança legal em relação à posse da terra complica o acesso a recursos fundamentais para a subsistência dessas populações. Nesse contexto, a implementação de políticas públicas que promovam a inclusão, proteção, e acesso a tecnologias, informações e recursos se torna premente para a adaptação e mitigação dos impactos climáticos.

As práticas tradicionais de manejo sustentável da terra, desenvolvidas por essas comunidades ao longo de gerações, desempenham um papel notável na conservação da biodiversidade e na redução das emissões de gases de efeito estufa. Comunidades no leste de Uganda, por exemplo, têm resistido às pressões das mudanças climáticas por meio de práticas agrícolas tradicionais, apesar das enchentes e secas que destruíram plantações inteiras (Robinson, 2021, p. 45-46). Esses exemplos mostram a importância de valorizar o saber local para promover a resiliência ecológica. Técnicas como sistemas agroflorestais e o armazenamento de água da chuva em cisternas são exemplos de soluções resilientes que permitem a essas comunidades enfrentar os desafios climáticos, garantindo sua sobrevivência e preservação de seu modo de vida tradicional.

A adaptação climática nas comunidades quilombolas também requer apoio institucional e políticas públicas que reconheçam e valorizem o conhecimento ancestral dessas populações, promovendo o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da infraestrutura necessária. A preservação dos direitos territoriais e ambientais dessas comunidades, como garantido pela legislação brasileira, é fundamental para assegurar sua proteção frente às mudanças climáticas e para a manutenção de suas culturas e tradições.

Assim, a construção da identidade quilombola e sua relação com o território não podem ser dissociadas das políticas de justiça climática e da implementação de estratégias de adaptação que respeitem e valorizem os saberes tradicionais. A cooperação entre governos, organizações não governamentais e as próprias comunidades é essencial para garantir

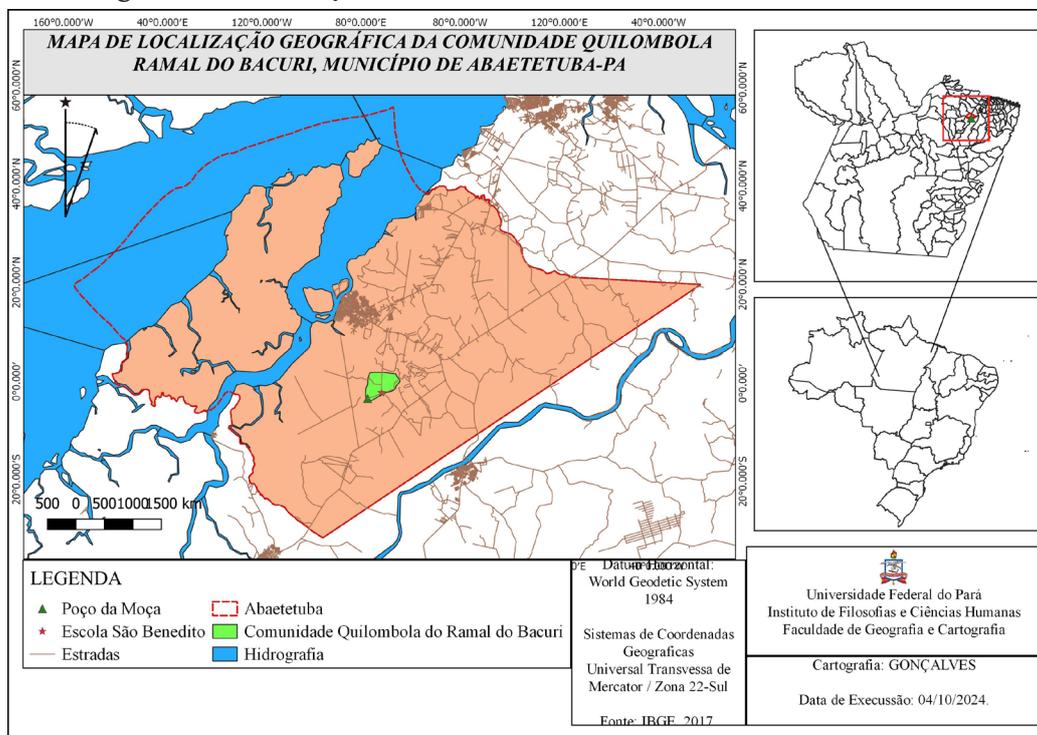
um futuro mais justo e sustentável, onde a resiliência das comunidades quilombolas seja fortalecida e sua contribuição para a sustentabilidade ambiental seja amplamente reconhecida e apoiada. A próxima seção apresenta os desafios ambientais enfrentados pela comunidade quilombola do Ramal do Bacuri.

#### 4 DESAFIOS AMBIENTAIS: Comunidade Quilombola Ramal do Bacuri

A comunidade quilombola Ramal do Bacuri, localizada em Abaetetuba, no Pará, como mostrado na figura 1, exemplifica os desafios ambientais enfrentados por comunidades tradicionais na Amazônia, que são decorrentes das intensas pressões antropogênicas. A análise de documentos e literatura científica sobre os impactos dessas ações no contexto amazônico revela uma realidade complexa, onde a luta pela preservação ambiental se entrelaça com a busca por justiça social e a sobrevivência cultural dessas comunidades.

As atividades industriais na Amazônia, como a mineração e a produção de alumínio, têm causado efeitos devastadores sobre o meio ambiente e a saúde das comunidades locais. Em Barcarena, cidade vizinha a Abaetetuba, a contaminação das águas por metais pesados e outros poluentes químicos tem prejudicado a pesca e a qualidade da água potável, comprometendo a sobrevivência das comunidades ribeirinhas e quilombolas que dependem diretamente dos recursos naturais (Cruz, 2018).

**Figura 1** - Localização da Comunidade Quilombola Ramal do Bacuri



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A atuação de grandes empresas, como a Minerva Foods, agrava essa situação. A empresa

Minerva, uma das maiores produtoras de carne bovina do mundo, tem contribuído significativamente para a degradação ambiental na região, como no caso do navio Haidar, de sua propriedade, que naufragou enquanto transportava mais de 5 mil bois vivos no porto de Vila do Conde, em Barcarena, nordeste do Pará, em outubro de 2015 (Cruz, 2018). Especificamente, a Minerva *Foods*, dona da fazenda de gado Morada da Lua, também foi responsável pela poluição do Rio Curuperé Grande, em 2019, o que afetou diretamente a comunidade quilombola Ramal do Bacuri. Pois, de acordo com a reportagem de Zanotto:

[...] em Abaetetuba, na área de 400 hectares da fazenda Morada da Lua, que contaminou o rio Curuperé, são confinados, em quarentenas, mais de 27 mil bois por vez. No local, existe um declive (superfície cuja altura diminui gradualmente à medida que é percorrida) que dá bem na nascente do rio Curuperé. O “bracinho”, como os ribeirinhos chamam o local, deságua nos afluentes Abaeté, Igapó-açu, Bacuri e Cataiandeuá. Esses mananciais são a fonte subsistência de 180 famílias (Zanotto, 2019).

A contaminação por efluentes industriais despejados no rio Curuperé resultou na deterioração significativa da qualidade da água, comprometendo atividades cruciais para a sustentabilidade das comunidades quilombolas, como a pesca, o consumo humano e a irrigação agrícola (Zanotto, 2019). Este impacto é corroborado por estudos recentes sobre a poluição industrial na Amazônia, que mostram como práticas inadequadas de gerenciamento de resíduos continuam a representar uma ameaça à saúde e à segurança alimentar das comunidades tradicionais (Gester, *et. al.* 2023).

As comunidades tradicionais na Amazônia, como a quilombola Ramal do Bacuri, enfrentam desafios estruturais importantes, incluindo falta de acesso a serviços básicos, insegurança fundiária e pouca representatividade em decisões políticas. A ação de grandes empresas, como a Minerva *Foods*, exacerba essas vulnerabilidades ao introduzir novas pressões sobre os recursos naturais dos quais essas comunidades dependem.

A degradação do Rio Curuperé pela Minerva *Foods* é um exemplo claro de como a poluição industrial pode devastar ecossistemas inteiros e comprometer severamente a qualidade de vida das populações locais. A contaminação das águas compromete a saúde e segurança alimentar dos quilombolas, sem alternativas viáveis para suprir os recursos naturais perdidos. Além disso, a falta de recursos financeiros e de acesso a tecnologias adequadas dificulta a adaptação dessas comunidades às mudanças impostas pela degradação ambiental, aumentando ainda mais sua vulnerabilidade socioeconômica.

A situação enfrentada pela comunidade quilombola Ramal do Bacuri é um exemplo claro da necessidade urgente de justiça climática, que deve ser entendida como um imperativo moral e uma necessidade social urgente. Segundo Milanez e Fonseca (2011), a justiça climática é a percepção das disparidades em termos de impactos sofridos e responsabilidades no que tange aos efeitos e causas das mudanças climáticas. Essa noção torna-se especialmente relevante quando se observa que as comunidades quilombolas e outras populações tradicionais, que historicamente desempenham o papel de protetoras do meio ambiente, são as mais impactadas pelas ações devastadoras de grandes corporações.

O caso da Minerva Foods no Rio Curupeté e na Vila do Conde destaca a necessidade de responsabilizar as grandes empresas pelos danos ambientais que causam. A falta de fiscalização rigorosa e a ausência de políticas públicas eficazes para proteger as comunidades tradicionais permitem que essas empresas operem com impunidade, continuando a degradar o meio ambiente sem enfrentar consequências significativas. A crise climática global, que tem suas raízes na Revolução Industrial e no uso indiscriminado de combustíveis fósseis (Araújo, 2021), não afeta todos de maneira equitativa, e as comunidades tradicionais como o Ramal do Bacuri estão entre as mais vulneráveis a seus efeitos.

Em contraste com a exploração industrial, as comunidades tradicionais, desenvolveram e continuam a desenvolver maneiras de viver em harmonia com o meio ambiente. Essas comunidades possuem um conhecimento profundo e intrincado de seu entorno, que foi cuidadosamente transmitido de geração em geração. Este saber tradicional é essencial para a subsistência dessas comunidades, mas também para a gestão cuidadosa e sustentável dos recursos naturais presentes em seus territórios (Gonçalves *et al.* 2022).

Segundo Ferdinand (2022), o conceito de *aquilombamento*, que permitiu aos quilombolas resgatar sua liberdade e reestruturar suas expressões culturais em ligação íntima com a terra, exemplifica uma das formas mais poderosas de resistência política e ecológica dessas comunidades. A prática de aquilombar-se não apenas rejeita a escravidão, mas também promove a preservação do estilo de vida dos povos negros e a proteção ambiental. Nesse contexto, a comunidade Ramal do Bacuri, localizada na Amazônia brasileira, continua a exemplificar essa relação harmoniosa com o meio ambiente, desempenhando um papel essencial na proteção da biodiversidade e na promoção da resiliência ecológica.

As comunidades quilombolas, devem ser apoiadas e fortalecidas para que possam continuar a proteger o meio ambiente e preservar sua identidade cultural. Isso inclui a valorização de sua sabedoria ancestral e a inclusão de seus conhecimentos tradicionais nas estratégias de adaptação e mitigação dos impactos ambientais. Somente através de uma abordagem inclusiva e participativa, que envolva governos, organizações socioambientais e a sociedade como um todo, será possível garantir a sustentabilidade ambiental e social dessas áreas.

A crise climática global exige uma ação coletiva e imediata, e as lições que podemos aprender com as comunidades tradicionais são fundamentais para enfrentar os desafios globais que todos enfrentamos. Assim como nas comunidades quilombolas, outras populações tradicionais ao redor do globo, como o povo Yupik do Alasca, já estão perdendo suas terras e lutando pela sobrevivência frente às mudanças climáticas (Robinson, 2021, p. 62). Diante disso, justiça climática deve ser entendida como um imperativo moral global, abrangendo todos os povos afetados de maneira desigual por esse fenômeno.

Ao proteger e fortalecer essas comunidades, como a Ramal do Bacuri, estamos contribuindo para a conservação de um patrimônio cultural e natural inestimável e promovendo uma forma de vida que é intrinsecamente ligada à sustentabilidade e ao respeito pelo meio ambiente.

A atuação de grandes empresas, como a Minerva Foods, na degradação ambiental da Amazônia representa uma ameaça significativa para as comunidades tradicionais. A contaminação do Rio Curuperê é um recente e alarmante exemplo de como a exploração industrial irresponsável pode devastar ecossistemas e colocar em risco a subsistência de populações vulneráveis. Para enfrentar esses desafios, é pertinente que haja uma responsabilização das empresas, uma fiscalização mais rigorosa e a implementação de políticas públicas que integrem os saberes tradicionais em estratégias de adaptação e sustentabilidade. A promoção da justiça climática, entendida como um imperativo moral e social, é essencial para garantir a proteção e a continuidade das comunidades quilombolas frente às crescentes pressões ambientais. A seguir são apresentadas as considerações finais, que culminam na realização deste artigo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da situação da comunidade quilombola Ramal do Bacuri evidencia a interseção crítica entre justiça climática, direitos humanos e a preservação da identidade cultural. As comunidades quilombolas, como tantas outras populações tradicionais na Amazônia, enfrentam pressões ambientais intensas que ameaçam seu território, sua forma de vida e sua própria existência. Esse estudo destaca como a ação de grandes corporações, exemplificada pela atuação da Minerva *Foods* no Rio Curuperê, agrava a vulnerabilidade dessas comunidades, comprometendo sua segurança alimentar, saúde, e sustentabilidade cultural.

A justiça climática surge, nesse contexto, como uma questão ambiental, mas também como um imperativo moral e social que exige a responsabilização daqueles que mais contribuem para a degradação ambiental. As comunidades quilombolas, que historicamente têm desempenhado o papel de guardiãs do meio ambiente, são paradoxalmente as mais impactadas pelas mudanças climáticas e pela exploração desenfreada dos recursos naturais. Desta forma, reconhecer essa injustiça e agir para corrigir as desigualdades estruturais é fundamental para garantir um futuro mais justo e sustentável.

A defesa dos direitos territoriais das comunidades quilombolas devem ser entendidas como um componente vital na luta por justiça climática. Para tanto, recomenda-se a implementação de políticas públicas que incluam: (1) a titulação urgente das terras quilombolas, garantindo segurança jurídica e acesso a recursos para a preservação ambiental; (2) a criação de programas governamentais específicos para apoiar a adaptação das comunidades às mudanças climáticas, incluindo o financiamento para tecnologias sustentáveis e a capacitação em práticas agrícolas resilientes; e (3) a inclusão ativa das comunidades quilombolas no processo de tomada de decisões relacionadas às políticas ambientais, assegurando que seus conhecimentos tradicionais sejam respeitados e integrados. Essas ações, se implementadas de forma participativa e inclusiva, podem proteger os

territórios e fortalecer a resiliência cultural e socioeconômica dessas comunidades frente aos desafios climáticos.

As políticas públicas devem priorizar a proteção desses territórios, garantindo que as comunidades possam continuar a viver de acordo com seus conhecimentos tradicionais, que são fundamentais para a gestão sustentável dos recursos naturais. A inclusão dessas populações nas decisões políticas que afetam seus territórios é essencial para assegurar que as estratégias de adaptação e mitigação climática sejam eficazes e respeitem a identidade cultural dessas comunidades.

Além disso, o fortalecimento das comunidades quilombolas e a valorização de seus saberes ancestrais são cruciais para a resiliência diante das mudanças climáticas. As práticas tradicionais de manejo sustentável da terra, desenvolvidas ao longo de gerações contribuem para a conservação da biodiversidade, mas também oferecem lições valiosas para a sociedade em geral sobre como viver em harmonia com a natureza.

Portanto, a proteção e o apoio às comunidades quilombolas, como a Ramal do Bacuri, devem ser entendidos como uma prioridade em qualquer agenda de desenvolvimento sustentável e de justiça climática. Somente através de uma abordagem inclusiva, que respeite e valorize a identidade cultural dessas comunidades, será possível enfrentar de forma eficaz os desafios ambientais globais, garantindo a sobrevivência e a continuidade dessas populações e do patrimônio natural e cultural que elas representam. A responsabilidade é coletiva, e o tempo para agir é agora.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Angelo Giuseppe Chaves; SOUTO, Francisco José Bezerra. Etnoecologia ou etnoecologias? Encarando a diversidade conceitual. In: **NUPEEA**. Etnoecologia em perspectiva: natureza, cultura e conservação. Recife: NUPEEA, 2010. p. 17-39.

ARAÚJO, Maria Fernanda Borges et al. HIDROGÊNIO: COMBUSTÍVEL DO FUTURO? **Caderno de Graduação-Ciências Exatas e Tecnológicas-UNIT-SERGIPE**, v. 7, n. 1, p. 60-69, 2021.

BRITO, A. P. G.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, B. A. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em: <https://fucamp.edu.br>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CRUZ, Luciana Costa Braga. **O naufrágio do navio Haidar em Barcarena-PA 2018**. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DA SILVA, Simone Rezende. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. *Revista NERA, Presidente Prudente*, v. 14, n. 19, p. 73-89, 2011.

DE CARVALHO, Rodston Ramos Mendes; GOULART, Lúcia Christina Rondon; QUINTAS, Fábio Lima. Justiça socioambiental no contexto de emergência climática. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 15, n. 3, 2023.

DE MEDEIROS COSTA, Hirdan Katarina; BÔAS, Regina Villas. Climate changes and human rights: a discussion on justice: Mudanças climáticas e direitos humanos: uma discussão sobre justiça. **Concilium**, v. 23, n. 8, p. 371-384, 2023.

DOS SANTOS BATISTA, Leonardo; KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. **Revista brasileira de iniciação científica**, p. e021029-e021029, 2021. Disponível em: <https://ifsp.edu.br>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERRARI, A. D. F. A. Análise documental e sua importância na pesquisa qualitativa. Brasília: Universidade de Brasília, **Editora ECos Faculdade de Ciências da Saúde**, 2021. p. 172. Disponível em: <https://unb.br>. Acesso em: 12 jul. 2024.

GESTER, Lucélia Cândida Guedes et al. Impactos socioambientais na Amazônia paraense: uma análise na comunidade de Curupeté (Barcarena, Pará, Brasil). **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 7, p. 6164-6196, 2023. DOI: 10.55905/cuadv15n7-017.

GIL, Antonio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa**. São Paulo: Atlas, v. 1, 2021.

GONÇALVES, J. P.; ALVES, R. J. M.; PONTES, A. N. Socioeconomia e sistemas produtivos na Amazônia: o caso da Comunidade Ramal do Bacuri e sua relação com os recursos naturais. In: **Perspectivas e tendências nas ciências florestais: uma visão interdisciplinar para a Amazônia**. Belém: 2022.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz. Justiça climática e eventos climáticos extremos: uma análise da percepção social no Brasil. **Revista Terceiro Incluído**, v. 1, n. 2, p. 82-100, 2011.

ROBINSON, Mary. **Justiça climática: esperança, resiliência e a luta por um futuro sustentável**. Civilização Brasileira, 2021.

ROCHA, J. H. A trajetória do direito no Estatuto da Igualdade Racial no Brasil. 2022. Monografia. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/21097>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ZANOTTO, Joana. Antes e depois da poluição do rio Curupeté pela Minerva Foods, no Pará. **Amazônia Real**, 08 jul. 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/antes-e-depois-da-poluicao-do-rio-curupere-pela-minerva-foods-no-para/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

## MEMÓRIA E BIBLIOTECAS: a biblioteca do Iphan/MA na preservação patrimonial e memorial no estado do Maranhão

**Anna Caroline Corrêa Mendes<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Kláutenys Dellenes Guedes Cutrim<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

As bibliotecas são lugares que foram criados com o intuito de guardar, preservar e colecionar documentos criados pelo homem a fim de resguardar a sua história e memória. Com o passar do tempo, transformou-se em uma instituição social, cultural e social, desenvolvendo serviços, produtos e atividades de mediação capazes de proporcionar compartilhamento de informações e promovendo o desenvolvimento cultural, educacional e social de indivíduos. Não fugindo de sua intenção primeira, as bibliotecas ainda configuram lugares de guarda e preservação de documentos importantes para se compreender a história e salvaguardar a memória da humanidade. A biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Maranhão (IPHAN/MA) é um setor que integra uma autarquia que tem a função de preservar os tesouros da cultura nacional e de defender os bens culturais do país. Para tanto, merece destaque explorar tal biblioteca e analisar a sua função, atividades, produtos e serviços na guarda patrimonial e memorial do estado do Maranhão. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo abordar a biblioteca do Iphan/MA como lugar de memória e preservação de patrimônio. Nesta perspectiva, aborda os conceitos de memória, bibliotecas e patrimônio, principalmente caracterizando as bibliotecas como lugares de memória. Apresenta a biblioteca do Iphan/MA, discorrendo sobre seus serviços, produtos e missões. Caracterizada como pesquisa bibliográfica, este estudo dialoga com autores da memória, como: Halbwachs (2004), Pollak (1992), Candau (2016) e Nora (1993); da Biblioteconomia, como: Milanese (2003), Souza (2017) e Ferreira (2021); e de patrimônios, como: Gonçalves (2009) e Choay (2011). Por se tratar também de uma pesquisa de campo, apresenta a concepção de profissionais da área biblioteconômica sobre a importância das bibliotecas como mediadoras da memória coletiva e da preservação patrimonial. Entende a relevância da biblioteca do Iphan/MA enquanto lugar de memória no estado do Maranhão e sua função de salvaguarda informacional e patrimonial.

**Palavras-chave:** Memória; Biblioteca; Patrimônio; IPHAN.

### 1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas podem ser caracterizadas de forma genérica como um lugar repleto de coleção de informações de todos os tipos: livros, revistas, enciclopédias, dicionário, folhetos etc., mas enquanto instituição social, as bibliotecas assumem uma posição primária no que diz respeito a preservação e disseminação de conhecimentos culturais e educacionais.

Enquanto lugar de memória, as bibliotecas são instrumentos essenciais na construção e preservação da memória coletiva e individual, assim como na manutenção de compartilhamento de documentos que salvaguardam a história da humanidade. No estado do Maranhão, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desempenha um papel fundamental na preservação do patrimônio histórico e artístico.

<sup>1</sup> E-mail: anna.mendes@ufma.br.

<sup>2</sup> E-mail: klautenys.guedes@ufma.br.

Dentre seus serviços, ganha destaque a biblioteca do Iphan/MA, que além de desenvolver ações de fomento à educação patrimonial, possui um acervo extenso de materiais informacionais que resgatam a memória do estado do Maranhão.

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo investigar a biblioteca do Iphan/MA, apresentando o seu papel na preservação da memória e do patrimônio do estado do Maranhão, através dos seus serviços, produtos, acervo e ações de educação patrimonial. Nesta perspectiva, relaciona-se os conceitos de memória e bibliotecas, enfatizando a discussão de memória coletiva e individual, caracterizando as bibliotecas enquanto lugares de memória. Apresenta também o conceito de patrimônio, juntamente com o Iphan e suas características.

Caracterizada como pesquisa bibliográfica, este estudo dialoga com autores da memória, como: Halbwachs (2004), Pollak (1992), Candau (2016) e Nora (1993); da Biblioteconomia, como: Milanesi (2003), Souza (2017) e Ferreira (2021); e de patrimônios, como: Gonçalves (2009) e Choay (2011). Por se tratar também de uma pesquisa de campo, apresenta a concepção da bibliotecária do Iphan/MA sobre a importância da educação patrimonial e das bibliotecas como mediadoras da memória coletiva e da preservação patrimonial.

## **2 MEMÓRIA E BIBLIOTECAS:** as bibliotecas como lugares de memória

A necessidade de reunir conhecimento em um único lugar, a fim de resguardar a memória e os registros informacionais, remontam a Antiguidade e marcam o surgimento da biblioteca. Diante do caminho percorrido por esta instituição, a evolução da sociedade proporcionou uma nova configuração, com funções, serviços e produtos remodelados por este novo modo de vida.

Como afirma Milanesi (2002), o aumento da população junto à evolução traz consigo novas formas de guardar a memória e registros de uma reflexão, e a biblioteca se coloca como lugar principal para desenvolver tal função. “Toda essa produção, como se fosse a memória da humanidade, para que não seja perdida, está sob a administração de pessoas especializadas que não só a preserva como a organiza de tal forma que a menor unidade possa ser perfeitamente localizável” (Milanesi, 2002, p. 9).

Mais do que apenas um lugar de guarda de registro, a biblioteca se caracteriza atualmente como instituições que possuem papel funcional na garantia aos direitos à educação e à participação na sociedade do conhecimento, assim como fomenta uma integração na vida cultural da comunidade. Ou seja, a biblioteca, independentemente de sua tipologia – pública, escolar, universitária, especializada etc. – deve ser um lugar acessível ao maior número possível de pessoas, com a finalidade de permitir acesso e compartilhamento de conhecimento de todos os tipos geracionais, incluindo conhecimento científico e regional (Ifla, 2022).

Para tanto, sem ultrapassar a sua função primária desde a sua criação, a biblioteca segue o caminho da preservação, resguardando conhecimentos que simbolicamente remetem à memória e à história da humanidade. Como dito por Pierre Nora (1993), um lugar onde a

memória se cristaliza e de refugia, guardando a história em locais de memória porque não há mais meios de memória.

Em se tratando de memória, Halbwachs (1990) explora sobre a memória enquanto produto social, onde características ou fatos sociais, espaciais e temporais, vão sendo compartilhados e assimilados. A existência de uma memória está contida na sociedade que a (re)constrói; portanto, não existe uma memória individual sem uma memória coletiva.

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias.

[...] Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós (Halbwachs, 1990, p. 25-26).

É possível afirmar, que as memórias individuais estão interligadas com a memórias afetivas, sendo uma a resignificação da outra. No espaço e no tempo em que os indivíduos estão inseridos, a memória coletiva é um reflexo desta vivência.

Pollack (1992) apresenta dentro desta perspectiva os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, são eles: os acontecimentos vividos, as pessoas (*personagens*) e os lugares. Os acontecimentos podem ter sido vividos pessoalmente ou pelo grupo o qual o indivíduo pertence, o que importa é a sensação de pertencimento desse indivíduo dentro do grupo o qual está socialmente inserido. As pessoas ou personagens encontradas no decorrer da vida, transformam-se em sujeitos que marcam por pertencer ao mesmo espaço-tempo da pessoa, mesmo que muitas vezes não existindo a convivência direta com tal. E os lugares, podendo ser chamados de lugares de memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança: “Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo” (Pollack, 1990, p. 3).

Nora (1993) elucida os lugares de memória como lugares advindos da vontade da coletividade humana em eternizar e registrar sentimentos. As bibliotecas (coleções), museus, arquivos etc. são lugares que testemunham a existência de uma época que já existiu, são ponte do passado com o presente. “Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade” (Nora, 1993, p. 13).

Os lugares de memória são espaços, físicos ou virtuais, que registram a memória, que por mais eterna que possa parecer, mostra uma volatilidade, precisando de lugares que se organizam para servir de apoio à salvaguarda da materialidade simbólica concebida como elemento de representação coletiva (Silveira, 2010, p. 68).

Ou seja, dentro desta discussão, as bibliotecas enquanto “lugares de memória”, reafirmam os saberes, os conhecimentos, as vivências, a memória, tornando-os alegóricos, traduzíveis e permutáveis; dão sentido a construção da memória, ao fazer, ao saber, tornando este lugar um instrumento de reafirmação da coletividade humana e da identidade social.

A biblioteca, ao resguardar e compartilhar a história e a memória da humanidade, compõe o ritual de manutenção de lembranças de um pertencimento coletivo. “Essa atividade de buscar-o-que-foi-guardado e guardar-o-que-foi-registrado (e de registrar-o-que-foi-imaginado) é a forma possível para manter viva a memória da humanidade, forma essa em constante aperfeiçoamento” (Milanesi, 2002, p. 9).

Enquanto outras memórias são literalmente esquecidas, há aquelas diversas memórias coletivas, seja sobre os ideais de vida, valores nacionalistas ou religiosos, que garantem a integração deste indivíduo em seu grupo social. E a biblioteca, dentro deste contexto, assegura parcialmente, o registro e a preservação do conhecimento, visto que esta, enquanto instituição social, não pode ser pensada separadamente da sociedade (Cardoso, 2015).

Apesar de configurar uma discussão cabível em qualquer tipologia de biblioteca, este estudo prioriza a elucidação da biblioteca especializada, uma vez que o objeto de estudo se caracteriza como tal. Para tanto, como colocado por Souza e Oliveira (2017) a biblioteca especializada se propõe a reunir de forma sistemática o material relativo a um tema específico, tornando-o acessível a usuários determinados, facilitando os estudos investigativos sobre um assunto.

Por pertencer a um instituto responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, a biblioteca do Iphan/MA enquanto lugar de memória representa a guarda de documentos essenciais para se compreender fatos históricos que marcaram a construção arquitetônica e social do estado do Maranhão até o presente momento. Para isso, compreender a concepção de patrimônio e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) onde está inserida a biblioteca apresentada, se faz questão primordial.

### 3 PATRIMÔNIO: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a preservação do patrimônio e da memória

O termo patrimônio originou-se da palavra *pater*, que remete ao significado de pai ou paterno. Pode-se afirmar que o termo patrimônio, ao longo do tempo, teve seu significado atrelado ao repasse de bens, com o objetivo de transmissão de conhecimentos e fortalecimento do poder de determinados grupos sociais (Murguia; Assuda, 2007).

Como pontua Ferreira (2006), quando se fala de patrimônio, ultrapassando a originalidade jurídica do termo, o sentido evocado é o da permanência do passado, da preservação da memória com a urgente premência de resguardar algo significativo no campo das identidades e das relações sociais.

Há ainda o sentido da compreensão do patrimônio como categoria de pensamento, ou seja, o patrimônio entendido como um esforço constante de resguardar o passado no futuro; sendo configurado o seu reconhecimento como tal, só após lhe ser conferido valor, valor este determinado pelas relações sociais e simbólicas que tecidas ao redor do objeto ou manifestação em si. Dentro desta perspectiva, cabe ainda a categoria de “colecionamento”,

onde a atividade humana de acumular bens materiais, indicando certa posição de poder, pode se caracterizar como constituição de patrimônio (Gonçalves, 2009).

O patrimônio como abstração é um símbolo, uma representação daquilo que é vivenciado, das relações sociais, “[...] não é só um bem em si, mas também o uso que aquele bem tem para a perpetuação da memória de uma coletividade, pois o patrimônio histórico não é algo concreto somente, é algo também subjetivo, cheio de significado” (Lopis, 2017, p. 4).

Na mesma linha de pensamento, Choay (2006) na sua obra, *A Alegoria do Patrimônio*, relaciona o patrimônio enquanto uma alegoria, visto que o monumento é um elemento concreto que representa uma ideia abstrata, geralmente o sentimento de pertencimento e identidade de um povo; destacando que a especificidade de um monumento incide precisamente na memória deste povo.

Quanto à tipologia de patrimônios, dar-se-á destaque ao patrimônio histórico e cultural, pois enquanto conjunto de bens físicos ligados a um povo, expressam simbolicamente os seus costumes, modos de vida, tradições e manifestações. Segundo o Iphan (2024, p. 1), o patrimônio cultural “[...] é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas.”

O Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

A proteção e preservação legal de um bem cultural, segundo a legislação vigente no Brasil, é requerida por meio do tombamento; o tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público que pode ser aplicado a bens móveis (objetos) ou imóveis (prédios), de interesse cultural ou ambiental. O pedido de tombamento é um processo que pode ser aberto por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. No Brasil, o órgão federal responsável pelo tombamento dos nossos bens culturais é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Murguia; Assuda, 2007).

O Iphan foi criado em 13 de janeiro de 1937 através da Lei nº 378, assinada pelo presidente em vigor Getúlio Vargas. O Iphan é uma autarquia federal responsável diretamente pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, com o objetivo de proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. Cabe ressaltar ainda, que o Iphan

[...] também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da Unesco, respectivamente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 (Portal Gov.br, 2024, p. 1).

Desde a sua criação, o instituto mantém conformidade com os conceitos e marcos legais que o orientam. Na Constituição Brasileira de 1988, o artigo 216, conceitua e define o patrimônio

cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver.

Também são assim reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nos artigos 215 e 216, a Constituição reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer as formas de preservação desse patrimônio: o registro, o inventário e o tombamento (Portal Governo Federal, 2024, p. 1).

Precursor no âmbito da preservação do patrimônio na América Latina, o Iphan “[...] possui um vasto conhecimento acumulado ao longo de décadas e tornou-se referência para instituições assemelhadas de países de passado colonial, mantendo ativa cooperação internacional” (Portal TRF2, 2024, p.1).

O Iphan possui 27 Superintendências (uma em cada Unidade Federativa), 37 Escritórios Técnicos e 6 Unidades Especiais. No Maranhão, o Iphan possui superintendência desde 1976, mas somente desde 1988 firmou sede na localização atual, no Sobrado da Baronesa de Anajatuba, situado a Rua do Giz, n. 235, no Centro Histórico de São Luís, Patrimônio Mundial desde dezembro de 1997 (Iphan, 2024).

Devido ao grande volume de atividades econômicas desenvolvidas no Estado na primeira metade do século XIX, São Luís foi considerada uma das cidades mais importantes economicamente para o império brasileiro. Visto esse acúmulo de riquezas, a construção dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, gerou inúmeras edificações, ruínas e sítios, hoje protegidos pelo Iphan (Iphan, 2024a).

O Iphan no estado do Maranhão, também atua no licenciamento ambiental de empreendimentos instalados, fiscalizando, acompanhando e supervisionando as ações no âmbito da arqueologia, protegendo e salvaguardando os bens arqueológicos (Portal Gov.br, 2024).

Quanto ao registro e guarda documental, o Iphan possui uma Rede de Bibliotecas no qual a biblioteca do Iphan/MA faz parte. A Rede de Bibliotecas do Iphan (RBI) foi institucionalizada pela Portaria nº 185 de 16 de julho de 2024 e tem por objetivo promover a gestão e disseminação de informação em patrimônio cultural no país. (IPHAN, 2024b)

#### 4 METODOLOGIA

Dialogar com a realidade traz à tona a necessidade de questionar as nuances que permeiam a sociedade. Esse questionamento propõe a pesquisa, que segundo Demo (2006) se apresenta como um conjunto de métodos e técnicas que trazem em sua base a proposta de questionar o cotidiano e construir o trajeto educativo.

Para tanto, este estudo parte de uma pesquisa bibliográfica baseada em compreender os autores da memória e do patrimônio para traçar análises de estudo acerca do objeto escolhido. Além dos livros físicos, houve uma busca em bases de dados como SciELO, Portal de Periódicos da Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Foram

explorados autores da memória como: Halbwachs (2004), Pollak (1992), Candau (2016) e Nora (1993); da Biblioteconomia, como: Milanesi (2003), Souza (2017) e Ferreira (2021); e de patrimônios, como: Gonçalves (2009) e Choay (2011).

Em seguida, foi realizada a pesquisa de campo, que ocorreu no mês de agosto de 2024. A pesquisa foi realizada na biblioteca do Iphan/MA, localizada na rua do Giz, n. 235, Centro, na cidade de São Luís. O processo ocorreu mediante o agendamento prévio da visita pelo e-mail: [biblioteca.ma@iphan.gov.br](mailto:biblioteca.ma@iphan.gov.br). Logo após, ocorreu a visita *in loco*, com o apoio de um roteiro de entrevista com a bibliotecária Dayse Maisa Assunção Maciel de Jesus, seguida da realização de refinamento das informações coletadas.

## 5 A BIBLIOTECA DO IPHAN/MA: tecendo e guardando memórias

A biblioteca do Iphan/MA fica localizada em um prédio anexo da Superintendência do Iphan/MA, na rua do Giz, n. 235, Centro. A estrutura é de fato um Centro de Documentação, visto que comporta acervo arquivístico e bibliográfico, para tanto, comporta: 01 sala de guarda do acervo bibliográfico (biblioteca), 01 sala de armazenamento do acervo arquivístico (arquivo), 01 sala de processamento técnico e a recepção/sala de leitura dos usuários.

Possui uma equipe técnica formada pela bibliotecária responsável, Dayse Maisa Assunção Maciel de Jesus e por um auxiliar institucional (nível médio). A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira no período das 8h às 12h e das 14h às 17h; o atendimento é feito por meio de agendamento pelo e-mail: [biblioteca.ma@iphan.gov.br](mailto:biblioteca.ma@iphan.gov.br).

**Figura 1** – Biblioteca do IPHAN



Fonte: Autoria própria (2024)

De acordo com a bibliotecária responsável pelo setor, dentre os serviços e produtos da biblioteca, pode-se destacar as seguintes:

- a) Empréstimo domiciliar;
- b) Consulta local;
- c) Atendimento ao usuário (externo e interno) presencial e remoto;
- d) Digitalização de informações para envio remoto;
- e) Levantamento de informações por área de conhecimento e atuação dos técnicos e DSI;
- f) Elaboração de Clippings de Revistas e Jornais;
- g) Recebimento de sugestão de itens (livros e periódicos) dos usuários internos para compor acervo da biblioteca e solicitação de recebimento de doação por instituições, editoras e autores.
- h) Exposição e Venda de publicações do Iphan;
- i) Elaboração de fichas catalográficas das publicações produzidas pelo Iphan/MA
- j) Doação de publicações para outras instituições;
- k) Realização de atividades culturais, como palestras, oficinas, recepção de estudantes para visitas técnicas, exposições, participação em feira de livros, dentre outras (Jesus, 2024).

Como já elucidado, o Centro de Documentação comporta o arquivo permanente e a biblioteca, então quanto ao acervo do Centro de Documentação, analisa-se a tabela 1 abaixo quanto aos materiais informacionais.

**Quadro 1 – Dados do acervo**

<b>ARQUIVO</b>	
Tipos de materiais informacionais	<b>Quantidade</b>
Mapas	55 unidades
Plantas	786 unidades
CD's	2050 unidades
DVD's	539 unidades
Negativos	881 unidades
Fotografias	6.051 unidades
Folhetos	2.274 unidades
<b>BIBLIOTECA</b>	
Livros e periódicos	9.370 unidades

Fonte: Jesus (2024)

Como a biblioteca do Iphan/MA é uma biblioteca institucional especializada, a demanda de circulação de usuários é mais específica, atendendo, principalmente, servidores do próprio órgão, pesquisadores, historiadores e estudantes de graduação e pós-graduação; a média de usuários por mês é de 30 usuários (internos e externos). De acordo com a bibliotecária, não é realizada uma distinção na estatística da biblioteca e do arquivo, isto ocorre porque os usuários geralmente consultam ambos os acervos, simultaneamente (Jesus, 2024).

Figura 2 – Acervo



Fonte: Autoria própria (2024)

Enquanto missão, as bibliotecas do Iphan buscam proporcionar o acesso à informação sobre o patrimônio cultural aos servidores do Iphan, a pesquisadores, estudantes e a sociedade em geral, com o intuito de promover e difundir o acesso ao patrimônio cultural, à cultura, à memória institucional e ao legado histórico do nosso país (Jesus, 2024). Já referente aos objetivos da biblioteca do Iphan/MA, tem-se:

Armazenar, organizar e atuar na disseminação/transferência de informações para o atendimento das necessidades informacionais da comunidade interna e externa usuária;  
Planejar, desenvolver e gerar produtos/serviços informacionais adequados ao perfil e demandas da clientela;  
Fornecer informação de forma ágil e eficaz, em diversos formatos e cobrindo tema específicos da área de atuação dos técnicos do Iphan/MA (Jesus, 2024).

Para a bibliotecária Dayse Maisa Assunção Maciel de Jesus, responsável pela coordenação do setor, a relevância do Centro de Documentação – biblioteca e arquivo – para a memória do estado do Maranhão já perpetua desde a implantação da Superintendência em 1976, visto que desde esta época realizava ações para a ampliação do acervo por meio de recebimento de doações de livros sobre a temática cultura e patrimônio maranhense. Não diferente da atualidade, a biblioteca realiza ações e participa de atividades que fomentam a disseminação da educação patrimonial, como por exemplo, o apoio na recepção de visitas técnicas direcionadas aos estudantes de nível básico e superior. Essa ação é feita por meio de agendamento e consiste na recepção de turmas acompanhadas pelo professor/coordenador da instituição de ensino. Dentre as atividades realizadas durante a visita técnica, incluem-se: apresentação da biblioteca, do acervo e de suas dependências, realização de roda de conversa sobre o Iphan, sua atuação na preservação do patrimônio cultural no Estado. Além disso, é apresentado aos visitantes, informações sobre os bens tombados e registrados no Maranhão.

É importante destacar que a atuação da biblioteca, juntamente ao acervo, busca cumprir a função de resgate e preservação da memória patrimonial do estado. Atualmente, a Biblioteca do Iphan/MA conta com um acervo de quase 10 mil itens referentes à área de arquitetura, arqueologia, educação patrimonial, patrimônio material e imaterial, inventários dos bens tombados, registrados e inventariados no Maranhão. Além disso, a biblioteca é aberta ao público e é frequentada regularmente pelo público em geral, sobretudo, pesquisadores e estudantes interessados na temática do patrimônio cultural brasileiro e maranhense. Dessa forma, ressalta-se que a biblioteca oferece à comunidade interna e externa, o acesso a um acervo riquíssimo especializado na temática citada anteriormente (Jesus, 2024).

Ainda nesta perspectiva, sobre a preservação patrimonial, ao ser indagada sobre a atuação da biblioteca na preservação do patrimônio e da memória do estado do Maranhão, a bibliotecária afirma que a biblioteca fomenta a preservação do patrimônio cultural porque esta é um lugar de disseminação do patrimônio cultural do estado, que reúne um acervo especializado na área e promove o acesso ao público em geral. Ainda ressalta que:

A biblioteca atua na difusão do patrimônio cultural do Maranhão, recebendo a comunidade interna e o público em geral e oferecendo o acesso às informações abrigadas nos materiais informacionais que compõem o seu acervo. Ressaltamos que a biblioteca recebe visitas técnicas de estudantes de diversos segmentos (infantil, fundamental, médio e superior) e também participa de ações do Iphan como feiras poéticas, feiras de livros, encontro com detentores, seminários de salvaguarda de bens imateriais registrados, doação de livros para instituições maranhenses como forma de promover a difusão cultural das produções bibliográficas do Iphan, dentre outras ações (Jesus, 2024).

Ao reconhecer a importância da biblioteca para a educação patrimonial, a bibliotecária relata que esta é um instrumento indispensável para se fomentar e divulgar a importância do patrimônio cultural brasileiro e maranhense. “Sem a educação patrimonial, não é possível despertar nas crianças, jovens, adultos e idosos a sensação de pertencimento e apropriação do nosso “saber-fazer”, tão importantes para o fortalecimento da identidade e das tradições culturais” (Jesus, 2024).

O posicionamento incisivo da bibliotecária sobre a importância da educação patrimonial, corrobora com o lugar memória que a biblioteca ocupa no estado do Maranhão, visto que segundo a sua visão, é por meio da educação patrimonial, que a população poderá adquirir conhecimentos sobre a cultura e o legado histórico que herdamos de nossos antepassados e esses conhecimentos possibilitam que as pessoas reconheçam e valorizem suas tradições, sua identidade cultural e suas memórias.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória, individual e/ou coletiva, permeiam a afetividade e a resignificação dos indivíduos no espaço e no tempo. Acontecimentos vividos, pessoas e lugares assumem uma posição importante na construção da memória e no sentimento de pertencimento e identificação. As bibliotecas constituem essas resignificações, principalmente, por

desenvolverem ações de guarda e de disseminação de heranças passadas, performando lugares de memória e preservação.

Por meio das bibliotecas, há uma afirmação de saberes, conhecimento e memórias que precisam ser resguardadas, preservadas e, concomitantemente, disseminadas. A biblioteca do Iphan/MA cumpre esse papel quando se dispõe a salvaguardar uma parcela significativa da memória patrimonial do estado do Maranhão através de suas ações, serviços e produtos.

Ao reconhecer a importância da preservação do patrimônio e dos documentos que validam a existência da história do estado do Maranhão, a biblioteca do Iphan/MA desenvolve um trabalho de excelência na guarda e disseminação de um acervo rico em informações e memórias, assim como fomenta através de ações e eventos, o conhecimento da educação patrimonial para crianças, jovens e adultos. Com um acervo de materiais informacionais diverso, a biblioteca junto a equipe técnica, fazem deste lugar, um lugar de memória e preservação, capaz de orientar e perpetuar para gerações futuras, a importância da preservação e da memória coletiva e individual.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Francilene do Carmo. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para construção da identidade negra. Curitiba, PR: CRV, 2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305526866005.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

GONCALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGES, Mário. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

IFLA. **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**. Tradução: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – FEBAB. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 02 jun. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria IPHAN nº 185 de 16 de julho de 2024**. Institui a Rede de Bibliotecas no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Boletim Administrativo Eletrônico do IPHAN nº 1880 – edição semanal de 26 julho de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/boletins-administrativos/2024/bae-no-1-880-26-07-2024/view>. Acesso em 30 ago. 2024.

IPHAN. **O Iphan no Maranhão**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1070>. Acesso em: 01 ago. 2024.

JESUS, Dayse Maisa Assunção Maciel de. **Roteiro de entrevista “Memória e Bibliotecas: a biblioteca do IPHAN/MA na preservação patrimonial e memorial no estado do Maranhão”**. Entrevista de pesquisa cedida a Anna Caroline Corrêa Mendes em 15 de agosto de 2024, em São Luís, MA.

LOPIS, Erivania Azevedo. Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 12, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/65461>. Acesso em: 02 ago. 2024.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê, 2002.

MURGUIA, Eduardo Ismael; ASSUDA, Silvia Nathaly. **Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN**. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/KFbW3SCK4FRZjrsHDGbr4dn/?lang=pt#>. Acesso em: 02 ago. 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v.5, n.10, 1992. p. 200-212. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2024.

PORTAL TRF2. **O IPHAN**. Disponível em: <https://www10.trf2.jus.br/jus-patrimonio/o-iphan/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

PORTAL GOV.BR. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Apresentação**. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/apresentacao>. Acesso em: 01 ago. 2024.

PORTAL GOV.BR. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Unidades Especiais: Centro de Documentação do Patrimônio**. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-de-documentacao-do-patrimonio>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n. 3, p.67-86, set./dez 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/4jq9Fg66W6sYQ3XxTMSbCRD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SOUZA, Raquel Costa de; OLIVEIRA, Eliane Braga de. A biblioteca especializada na Ciência da Informação. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 31, n. 1, p. 185-194, jan./jun. 2017.

## MULHERES QUE LUTAM POR HABITAÇÃO EM SÃO LUÍS: uma análise do sujeito em discursos jornalísticos

Tayane Cristina Sousa Araujo<sup>1</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Monica da Silva Cruz<sup>2</sup>

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

Uma rápida visualização em notícias sobre pautas ligadas à moradia no país nos mostra muitas mulheres protagonizando essa reivindicação por um lugar visto que muitas são as provedoras de suas famílias. Com base em estudos discursivos foucaultianos, propõe-se uma leitura arqueogenealógica (Foucault, 2000) sobre mulheres que lutam por habitação em São Luís (MA), em narrativas jornalísticas que circulam na capital maranhense. Dessa forma, buscamos identificar como essas mídias constroem as mulheres que reivindicam habitação digna em nossa cidade, de onde elas falam e que posições-sujeito elas ocupam nessas narrativas. Utilizando conceitos como arquivo, sujeito e poder (Foucault, 2010, 2000), além de conceitos de gênero (Beauvoir, 1967), objetiva-se compreender regularidades discursivas acerca das mulheres que lutam por moradia produzidas por jornais, visto que esses veículos, tradicionais ou de mídias alternativas digitais, narram com certa simetria acontecimentos, produzem história e sintetizam práticas discursivas de uma sociedade em um determinado tempo. A pesquisa concentra-se em notícias digitais de dois jornais da cidade ludovicense, que demarcam a participação feminina, a partir do ano de 2020, na busca pelo direito à moradia na Grande São Luís.

**Palavras-chave:** Discurso; Sujeito; Mulher.

### 1 INTRODUÇÃO

Em levantamento de dados para enfrentamento contra a covid-19, realizado pelo IBGE em 2020, São Luís aparece como a quinta capital brasileira com maior percentual por habitação em aglomerados subnormais, também conhecidos como favelas, invasões, loteamento, palafita. São estruturas habitacionais precárias, muitas localizadas longe do centro urbano, distantes de serviços públicos, sem segurança ou saneamento básico.

Moradias irregulares, invasões, loteamentos e palafitas fazem parte da realidade de São Luís há muitos anos. Existem muitos espaços desocupados socialmente na cidade, e em contrapartida, a necessidade por uma habitação é uma pauta urgente e primordial para muitas pessoas.

Dados da Fundação João Pinheiro (FJP), publicados em 2021, mostram que 60% dos casos de moradia irregular são ocupados por mulheres, o que totalizam 15 milhões de moradias inadequadas. Ou seja, a busca por moradia, no Brasil, tem rosto, e esse rosto é feminino, geralmente de uma mãe chefe de família, que precisa se manter e cuidar dos filhos,

1 Graduada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [tayanec.araujo@gmail.com](mailto:tayanec.araujo@gmail.com).

2 Professora Doutora do curso de Letras da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [monica.silva@ufma.br](mailto:monica.silva@ufma.br).

além de trabalhar e garantir o sustento da família todos os dias. Sendo assim, é fundamental investigar mais a fundo, afinal, “quem são essas mulheres”.

Tendo em vista o alcance que as mídias possuem na atualidade, o jornalismo se apresenta como um lugar relevante para captação de dados sobre o processo de construção dessas subjetividades, pois trata-se de um arquivo em que é possível observar regularidades enunciativas, que indicam quem fala nessas notícias, quem é falada, quais os mecanismos discursivos mobilizados pelos enunciadores dos jornais para se referirem às mulheres da luta por habitação.

Este trabalho, desenvolvido no ano de 2022-2023, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFMA (PIBIC-UFMA-FAPEMA), intitula-se “Mulheres que lutam por habitação em São Luís (MA): uma leitura arqueogenealógica de narrativas jornalísticas”, tem por objetivo geral analisar a participação feminina no protagonismo da luta por moradia digna na cidade, utilizando conceitos de Michel Foucault para compreender como o discurso sobre essas mulheres circula na mídia jornalística.

Como base teórica, utilizamos os estudos discursivos de Michel Foucault para analisar quais as verdades produzidas por dois jornais locais sobre as mulheres das lutas por moradia em São Luís, com o objetivo de entender o arquivo de notícias sobre a luta por habitação na cidade, dando protagonismo às mulheres, visto que essa luta é uma realidade não só na Grande São Luís, mas no Brasil. Buscamos compreender, nas narrativas selecionadas neste artigo, os sujeitos que podem falar dessas mulheres, que instituições são autorizadas a se manifestar, no âmbito jornalístico, sobre as mulheres envolvidas em questões habitacionais.

O texto está organizado em 3 etapas. Na primeira delas, discorremos sobre a fundamentação teórica da pesquisa; na segunda, apresentamos o percurso metodológico do estudo e nossas análises realizadas nas notícias selecionadas em dois jornais, no formato digital, onde encontramos a presença feminina na luta por habitação em São Luís; e por fim, concluímos com os resultados obtidos após a análise dos discursos apresentados no arquivo selecionado.

## 2 TRAJETO TEÓRICO DA PESQUISA

Em sua obra *A Arqueologia do Saber* (1969), o filósofo francês Michel Foucault apresenta estudos que compreendem uma investigação que leva à reflexão de diversos temas, que extrapolam o uso da linguagem, proporcionando assim a construção de um novo pensamento. A Arqueologia consiste em escavar, se deter a fundo nos níveis do discurso, para buscar, no dizer, relações de poder que permitem o aparecimento dos enunciados em um dado momento. Dessa forma, o que se leva em conta na análise de Foucault “é a articulação acerca do que pensamos, dizemos e fazemos caracterizando determinado período, uma vez que o acontecimento discursivo são acontecimentos históricos”. (Azevedo, 2013, p. 149)

Discurso, para o filósofo, “não é a língua ou o texto em si, e muito menos a fala, mas algo exterior à língua, um jogo de forças encontrado no social, e envolve questões que

extrapolam o linguístico” (Fernandes, 2008, p. 12). O discurso precisa da linguagem para se materializar. Com isso em mente, podemos pensar na forma como o discurso sobre a busca por moradia em São Luís é retratado nos jornais da capital. As ocupações feitas por pessoas marginalizadas socialmente, intituladas de invasões, ocupações, ou mesmo as moradias insalubres conhecidas como palafitas, possuem significados que vão além do que se vê no texto em si e produzem práticas sociais que reforçam a desigualdade social.

Nesse sentido, a escolha das palavras, as falas que são mostradas nas notícias dos jornais, revelam a presença de diferentes discursos, provocando diferentes sentidos, que mostram o quanto um enunciado está mergulhado em relações de poder, interesses, apagamentos e diferentes posicionamentos políticos e sociais sobre uma questão.

Para Foucault, o discurso é “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.” (Foucault, 1960, p. 43) O centro do discurso para Foucault é o enunciado, o qual se apoia em uma mesma formação discursiva, ou seja, em regularidades, e à medida que são repetidos, constituem o sujeito e se materializam socialmente.

Analisando, por exemplo, a relação da formação discursiva e os diferentes sentidos, podemos avaliar o uso da bandeira do Brasil, recentemente no país, produzir sentidos diversos. Nos últimos cinco anos, o símbolo nacional tem sido associado a pessoas conservadoras, reprodutoras de falas excludentes, que pregam o bordão “Deus, Pátria e Família”, e a movimentos de ultra-direita.

Isso só foi possível pelas condições de possibilidades embasadas em um cenário político e social propício a associação da imagem da bandeira a esse discurso conservador. Para Foucault, é importante analisar como os signos aparecem, quais as condições que proporcionaram seu surgimento.

Assim, os efeitos de sentidos sobre a bandeira do Brasil atualmente nos fazem colocar em pauta uma questão trazida pelo filósofo (1995, p. 31): “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar”? É essa pergunta que, na perspectiva foucaultiana, deve permear a análise dos discursos.

Foucault explica que “os processos de subjetivação e de objetivação fazem com que o sujeito possa se tornar, na qualidade de sujeito, objeto de conhecimento” (Foucault, 2004, p. 236). O filósofo se preocupava em entender como o ser humano tornou-se um objeto de conhecimento, de que forma o sujeito se construiu socialmente e entende a si próprio a partir dos discursos que partem de diferentes dispositivos.

Sobre as subjetivações, “referem-se ao modo como o próprio homem se compreende como sujeito legítimo de determinado tipo de conhecimento, ou melhor, como o sujeito percebe a si mesmo na relação sujeito – objeto” (Castanheira; Correia, 2012, p.4), ou seja, como o sujeito fala por si.

Em contrapartida, as objetivações “dizem respeito ao modo como o sujeito pôde se tornar um objeto para o conhecimento” (Castanheira; Correia, idem, p.4). Ou seja, a

objetivação diz respeito ao que dizem sobre o sujeito. Os processos de subjetivação estão associados às relações de poder que permeiam o discurso. O discurso tem o poder de construir o sujeito, estabelecendo papéis e posições sociais. E o que seria poder para Foucault? De acordo com Silva e Machado Júnior (2016, p. 204), o poder, para o filósofo francês, é um conjunto de forças advindas de todas as relações que compõem os espaços sociais”. Sendo assim, os discursos jornalísticos que serão analisados têm o poder de construir o sujeito mulher, delimitando seu papel e posição na sociedade.

O discurso, assim como os sujeitos, é constituído a partir das relações de poder. Falando agora do sujeito, ele surge a partir das relações de poder vindas de diferentes instâncias que determinam e legitimam “verdades”. Para Foucault, o sujeito está em processo contínuo de construção, pois ele surge das relações de poder advindas do discurso.

O discurso, para Foucault, se compõe de uma série de enunciados, e para a compreensão do enunciado, se faz importante estabelecermos o que este não significa para o filósofo. Segundo ele, o enunciado não é uma preposição, uma frase ou um ato de fala, ou seja, não são estruturas da linguagem. Segundo Foucault (2008, p. 98), “trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ou não”.

O enunciado também não existe sozinho, pois precisa de correlação com outros enunciados. É ele quem possibilita a existência de uma proposição, frase ou ato de fala. Analisar o enunciado significa analisar as condições de possibilidade de seu surgimento. Logo, numa concepção arqueogenealógica, analisar o enunciado implica em analisar o que foi dito e buscar no fundo as regras e condições que possibilitaram que aquilo fosse dito.

Ainda sob a perspectiva da Arqueologia, a concepção de arquivo se faz importante, pois segundo Foucault (2010), o arquivo é a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Nesta pesquisa, o arquivo analisado é o jornalístico e a partir dele, poderemos analisar por que certos sentidos são apagados enquanto outros permanecem, quais as regularidades que cercam os dizeres sobre as mulheres nos jornais avaliados.

As mídias jornalísticas, desde as mais tradicionais às mais atuais, estão permeadas por regimes de verdades que proporcionam sentidos e possuem interesses políticos, sociais, econômicos e culturais. Dessa forma, como veremos, um jornal ligado a interesses políticos vai dar mais ênfase e espaço para discursos vindos do poder público, enquanto outro, mais desprendido desses interesses, vai dar prioridade a quem busca por moradia digna para expressar como se sente em relação à essa busca, os desafios e situações que enfrenta. **É importante pensarmos também no papel da mídia jornalística na produção de efeitos de verdade.** Segundo Gregolin (2020, p. 77), “a mídia representa, talvez, o principal dispositivo de agenciamento das subjetividades na atualidade”. Os jornais formam identidades e possibilitam a construção de sujeitos pois invadem nosso cotidiano, tanto de forma impressa, mas hoje, principalmente, de forma virtual. Eles podem mostrar além do que é visto, nos possibilitam ouvir o que não pode ser dito.

Ainda de acordo com Gregolin, “grande parte de nós tem a ilusão de ser verdadeiro tudo o que é publicado” (2020, p. 79), assim, o que é publicado em um jornal “de renome” social é facilmente entendido como uma verdade pelos leitores, que podem não ter consciência da rede de poderes que estão por trás de uma notícia sobre a entrega de casas em um residencial para mulheres empobrecidas. A pesquisadora defende ainda que “existem falsas notícias, que se fazem parecer como verdades, pois usam textos que parecem fiáveis, e que contam com apagamentos, esquecimentos e negação de realidades” (2020, p. 80).

Assim, lutas e resistência de alguns grupos sociais são apagadas, pois, como veremos nas notícias analisadas, o Governo, o discurso da “moradia digna”, e a vulnerabilidade das mulheres, sob o domínio do texto jornalístico, são expostos em um discurso onde elas são objetivadas como sofredoras, que estavam à espera da dignidade, que só podia lhes ser proporcionada através da ajuda governamental, apesar de sabermos que o acesso à moradia é um dever do Governo.

Ao falar sobre processo de subjetivação produzidos em jornais, é relevante fazermos uma discussão sobre a condição feminina nesses textos. Nesse ponto, citamos Simone de Beauvoir (2009), em sua icônica obra “O Segundo Sexo”. Segundo a autora, sem significação própria, a mulher é formada por “aquilo que o homem decide que seja” (Beauvoir, 2009, p.16). A mulher seria, de acordo com Beauvoir, produto das instituições “fálicas”, ou seja, dominadas por homens.

De acordo com Beauvoir (2009, p.70), “o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo”, e isso não diz respeito necessariamente ao corpo físico, mas à construção social do sexo anatômico, ou seja, ao gênero. Esse corpo construído socialmente “não é uma coisa, é uma situação” (Beauvoir, 2009, p.67).

Homens e mulheres são muito mais do que apenas a anatomia de seus corpos, pois são produtos de sua realidade social. As desigualdades impostas às mulheres dizem muito sobre por que muitas são chefes de família, provedoras da casa e responsáveis pela criação dos filhos, e as que são maioria vivendo em moradias inadequadas no Brasil. Conforme já informado, dados da Fundação João Pinheiro (FJP), publicados em 2021, mostram que 60% dos casos de moradia irregular são ocupados por mulheres, o que totalizam 15 milhões de moradias inadequadas.

### 3 SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS

A metodologia desta pesquisa se deu em bases qualitativas, pois seu foco foi a interpretação de dados e elaboração de possibilidades do que está sendo analisado. O método de análise pautou-se na “técnica” arqueológica proposta nos estudos de Michel Foucault (2008), segundo a qual os discursos se formam e se dispersam, mas podem ser (re) unidos por meio de uma análise que visa o jogo de relações que os une. A arqueologia visa entender, por meio dos discursos produzidos em lugares outros, em lugares não oficiais, as relações que engendram as verdades de uma época.

Sendo assim, buscamos em sites de jornais, com tradição temporal em São Luís (MA), notícias com foco em palavras-chave como invasão, ocupação, palafita, loteamento, moradia. O nosso marco temporal foram notícias a partir do ano de 2020, levando em conta o levantamento para enfrentamento do Coronavírus feito pelo IBGE.

Acessamos *sites* de jornais que circulam há bastante tempo na cidade (não só no formato impresso, mas na modalidade *online*, também), e que possuem, de certa forma, uma credibilidade por parte dos leitores na cidade. Outro critério de seleção foram notícias que destacavam discursos de mulheres sobre a busca por habitação, para entender como elas se subjetivam e se veem nesse processo, e também como os jornais constroem seu discurso sobre elas.

O *corpus* do trabalho se concentrou em duas notícias de dois jornais bastante conhecidos na cidade, que intitulamos “Jornal A” e “Jornal B” por questões éticas, para não expor os jornais, mesmo as notícias das plataformas digitais serem de domínio público.

Nesses jornais, encontramos uma participação mais significativa de mulheres, e também algumas regularidades discursivas presentes em ambos os jornais. Assim, mobilizamos o método arqueogenealógico de Foucault para identificar como essas regularidades estabelecem redes de sentidos sobre determinado sujeito.

Dessa forma, escolhemos notícias em que há relatos de mulheres que foram contempladas com habitações pelo Governo do Estado do Maranhão, para analisar como os jornais objetivam essas mulheres, e como elas se subjetivam, como se veem no processo de busca por moradia e na aquisição da mesma.

**a) Matéria “A alegria de quem saiu das palafitas para um apartamento no Residencial José Chagas” (JORNAL A, 2020)**

A matéria jornalística citada aborda o fato de 256 famílias, que viviam em barracos improvisados (conhecidos como palafitas), terem sido contempladas com unidades de apartamento, pertencentes ao programa habitacional Minha Casa Minha Vida, da Caixa Econômica, política pública que é executada pelo Governo do Maranhão.

A matéria já inicia com o relato da diarista Sandra Maria Neves, de 42 anos, que segundo a notícia, se mostrou surpresa quando foi avisada pelo marido que havia sido contemplada pelo programa. “Foi uma emoção tão grande. Eu jamais imaginava que ia ganhar” (JORNAL A, 2020). Analisando-se essa fala, arqueologicamente, temos um enunciado, que, para fazer sentido, deve ser lido levando-se em consideração que todo enunciado existe em relação a outros acontecimentos. Assim, a fala da entrevistada leva a outras verdades, como o subentendido do quanto a assistência do Governo não é acessível a todos, pois Sandra cita “jamais” ter imaginado que ganharia, o que mostra que o acesso a essas moradias não é fácil, pois a demanda é enorme, tendo em vista que a cada ano, o número de famílias empobrecidas no Brasil só cresce (principalmente após a pandemia do Coronavírus).

Sandra e o marido, assim como as 256 famílias citadas na notícia, viviam em palafitas insalubres em comunidades como Ilhinha, Portelinha e Vila Jumento, localidades com falta de saneamento básico, segurança e outros serviços essenciais para o bem viver. Não é citado

na matéria há quanto tempo eles viviam ali, mas é provável que fosse uma situação de longos anos. A notícia do *Jornal A* dá destaque para a diarista falar sobre como era difícil a sua vida, morando em uma palafita na comunidade Portelinha, dando um certo protagonismo para ela no texto, pois mesmo diagnosticada com câncer, ela e o marido “desafiavam a lei da gravidade vivendo em uma palafita na comunidade Portelinha, alternativa encontrada pelo casal para se evitar gastos com o aluguel de um imóvel” (*JORNAL A*, 2020).

Aqui, percebemos que o jornal não explica que o fato de morar em uma moradia irregular se dava pela falta de condições financeiras do casal, e faz parecer ao leitor que havia como se fosse uma opção escolhida por marido e esposa para **não gastar com o aluguel de um imóvel. É compreensível que ninguém** simplesmente escolha uma estrutura irregular e insalubre como uma palafita, pois como a própria matéria enfatiza, Sandra e o marido “desafiavam a lei da gravidade”, correndo riscos diariamente, morando em uma palafita, em uma comunidade com uma série de precariedades.

O jornal continua enfatizando como era difícil a vida de Sandra e as 256 famílias, que viviam na insegurança, e também eram “obrigados a conviver com estigmas e preconceitos sociais” (*JORNAL A*, 2020). De acordo com a diarista: “A gente passou por muita dificuldade, sofriamos muita humilhação, éramos discriminados pelas pessoas porque a gente morava lá”. (*JORNAL A*, 2020). Nesse ponto, percebemos o quanto a “alternativa do casal de não pagar um aluguel” tinha um preço alto para eles: preconceito, discriminação (que ainda ficam mais latentes quando vemos, pela foto da diarista na matéria jornalística, que ela é uma mulher negra), além da insegurança física do casal e também estrutural da palafita. O jornal trata de enfatizar o quanto a vida dessa mulher era extremamente difícil, e dá espaço para ela falar sobre sua vivência enquanto habitante de uma estrutura irregular e traz à tona um problema que é a discriminação espacial, produzida pela falta de assistência do Estado a certas localidades da cidade.

Sabemos que é comum que, no centro da cidade, encontremos os principais serviços públicos, e é no Centro que o indivíduo pode “resolver tudo”: ter acesso a bancos, escolas, órgãos jurídicos, hospitais etc. Em contrapartida, temos a periferia, que fica mais afastada do Centro, mas que ainda consegue, de certa forma, ofertar acesso a produtos e serviços ali.

De acordo com o secretário de Cidades da SECID, “essa entrega implicará na extinção das palafitas da área, e também na urbanização da região. Isso representa dignidade e melhoria da vida de milhares de pessoas” (*JORNAL A*, 2020).

A palavra “extinção”, como um enunciado, tem uma memória, associa-se a outros enunciados e entra em um jogo de sentidos que reforça a ideia de que, para o poder público, é importante eliminar as palafitas, pois estas interdita a urbanização da cidade, tornando-a feia e disforme. Essa extinção propiciará dignidade para a vida das famílias contempladas pelo programa Minha Casa, Minha Vida<sup>3</sup>. Falando de um ponto de vista estético, as palafitas são construções que não são vistas de forma positiva pela sociedade, o que só mostra o

<sup>3</sup> Criado em 2009 pelo governo Lula, que visa viabilizar o acesso à moradia para pessoas de baixa renda.

quanto de fato, morar em uma estrutura, dessas causas discriminação e preconceito, como Sandra havia mencionado anteriormente.

Outra palavra que merece uma reflexão, neste trabalho, é “dignidade”, principalmente na expressão “moradia digna”. Esse sintagma também se faz presente na notícia jornalística, pois somente agora, com as contemplações feitas pelo Programa, Sandra e as demais pessoas teriam uma vida realmente “apropriada”, em uma habitação adequada, e isso só foi possível com a intervenção do Governo. Porém, um questionamento que fica é “onde estava o Governo para possibilitar essa moradia digna para Sandra nos anos em que ela viveu em uma palafita”?

Ponto interessante a se notar ainda é **que há o discurso de alguém do poder público para formalizar o feito realizado pelo Governo, de dar dignidade à Sandra e sua família. Porém, na notícia, o protagonismo é da diarista, que teve espaço para falar das dificuldades que vivia, não só em relação à moradia, mas também em relação à sua saúde.**

Essa matéria, portanto, como enunciado, revela que o problema da moradia acontece entrelaçado a problemas gerados pela ausência do estado em nossa cidade. Assim, ao escavarmos o dizer da matéria, fica patente que problemas como falta de assistência médica, falta de planejamento urbano e problemas econômicos estão evidenciados nas camadas mais profundas da fala de Sandra. A entrevistada ocupa, em seus enunciados, o lugar dos sujeitos excluídos, segregados e alijados do processo de cidadania que o Estado deve propor.

**b) Matéria “Programa Habitar no Centro beneficia famílias de baixa renda” (JORNAL B, 2021)**

A notícia acima trata do Edifício Governador Archer, localizado na Avenida Magalhães de Almeida, que foi revitalizado para beneficiar famílias carentes. O jornal trata de informar, logo no início do texto, que a iniciativa é do Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), e faz parte do programa Habitar no Centro, que visa promover o uso habitacional de imóveis localizados no Centro Histórico de São Luís.

O jornal trata de destacar no início do texto que o Programa é uma iniciativa do Governo Estadual, e explica que depois de pronto, o edifício será moradia de 14 famílias que habitavam de forma precária ali. Aqui fica subentendido que as famílias ocupavam o edifício de forma irregular, mas nota-se uma suavização, uma blindagem por parte do Jornal, para não utilizar a palavra ocupação, pois mesmo o emprego desse léxico, assim como invasão, nem sempre tem um efeito de sentido positivo para a sociedade.

Isso também se dá pelo fato de o edifício ficar localizado no Centro Histórico de São Luís e existir um prédio ocupado no Centro por 14 famílias, infelizmente, pode gerar sentidos discriminatórios muito significativos entre as pessoas. Assim, o jornal opta por uma escolha lexical mais leve, produzindo um abrandamento na forma de se perceber a situação desagradável em que viviam aquelas famílias.

O texto apresenta uma fala da líder comunitária Paloma Freitas, que é representante das famílias. Vemos aqui mais uma vez o protagonismo feminino na realidade daquela

ocupação, e o fato de Paloma ser uma “líder comunitária” sugere que é provável que essa luta tenha se constituído há muito tempo.

Segundo Paloma, o Programa estava resgatando a dignidade das pessoas, possibilitando melhores condições de vida: “nós estamos acompanhando toda a reforma e percebemos o carinho e o cuidado que a Secid está tendo com o lugar que vai abrigar a gente” (*JORNAL B*, 2021).

Algo que chama a atenção aqui é a fala da líder comunitária, que cita o “carinho” da Secretária para com as famílias, como se aquela revitalização fosse um ato de amor, fraternal, quando na verdade o Governo tem por obrigação assegurar melhores condições de vida para aquelas pessoas. A mulher também fala em abrigo, proporcionado pela Secid, através dos apartamentos, o que sinaliza mais uma vez que estes são um “presente”, um privilégio dado pelo Governo, o que acaba esvaziando de sentido, de certa forma, o tempo em que as famílias viveram vulneráveis naquele edifício.

Percebemos aqui que esse discurso, neste jornal, se mostra, de alguma forma, enquadrado, plástico, configurado de forma a favorecer a Secid e o Governo do Maranhão, para mostrar o quanto essas entidades “cuidam” dos que precisam. Em nenhum momento da notícia, há alguma fala de Paloma acerca da sua liderança no movimento de ocupação do prédio e em busca de melhorias para ela e as outras famílias, ou seja, não sabemos nada sobre a atuação dessa mulher acerca desse lugar ocupado por ela.

Porém, a líder possui uma breve fala em que explica como era difícil ocupar o prédio, o temor e a incerteza de por quanto tempo viveriam lá, pois havia sempre a ameaça de serem despejados: “Nós passávamos noites acordados com medo de alguém nos tirar de lá. Quando recebemos a notícia da reforma, ficamos ainda mais amedrontados. Mas a Secid garantiu a nossa permanência.” (*JORNAL B*, 2021).

Refletindo sobre esse “alguém” citado por Paloma, levando em conta que o edifício funcionou como órgão do Estado, podemos concluir que o sujeito investido de indeterminação seria certamente o mesmo, as autoridades do Governo, juntamente com forças policiais. Esse alguém está, pois, carregado de uma memória que remete às lutas travadas entre população e autoridades, tantas vezes presenciadas por muitos de nós, quer presencialmente, quer por meio de imagens televisivas. Nota-se aqui que Paloma tem consciência que o mesmo Governo que “cuida” é o que também pode agir de forma truculenta e excludente.

Percebemos na fala da mulher mais uma vez o termo “ocupação” é interdito, camuflado, pois quando ela diz que tinha medo de ser retirada do prédio, é porque certamente aquela ocupação era irregular, e a qualquer momento alguém, um suposto dono, podia aparecer reivindicando o espaço. E um detalhe importante é que a reintegração de posse de um imóvel é muitas vezes feita com a atuação truculenta da polícia.

Logo, Paloma e as famílias viviam em uma grande insegurança, física e estrutural, assim como a diarista Sandra, da notícia do *Jornal A*. Ambas viviam em lugares irregulares, ameaçadas e sem suporte algum do Governo. Mas a partir do momento em que este surge

com a benesse dos apartamentos pelos programas habitacionais, todo o temor e insegurança se vão, pois agora o Governo vai lhes “devolver a dignidade”.

Nesta notícia, também surge a palavra dignidade, e pesquisando o significado da palavra, ela nos remete à qualidade do que é grande, honra, nobreza, algo que é elevado. Encontrar o enunciado da dignidade ou moradia digna em ambas as notícias, nos dois jornais analisados, só mostra que, quando a mão do Governo entra em ação, aí sim aquelas mulheres se tornam dignas, merecedoras de ter uma habitação estruturada, segura, nos conformes sociais, com habitações aceitas socialmente.

A análise dos enunciados selecionados mostra que um regime de verdade se impõe ao dizer das mulheres, o qual aparece nos dois jornais por meio da figura do secretário da SECID. Esse regime de verdade mostra as mulheres de forma fragilizada, pois elas só conseguem seu direito a habitação digna, pela ação quase caridosa do Governo. Assim, o jornal objetiva a mulher como sujeito frágil, coitada e a faz também se subjetivar nessa verdade.

Levando em conta as notícias que analisamos na pesquisa, vemos que os discursos das mulheres ainda são interceptados por homens, sejam políticos, sejam jornalistas, pois existem relações de poder, políticas, sociais, que perpassam aqueles discursos. Estes foram moldados e selecionados para corresponder a uma ordem maior, para reforçar estereótipos e práticas sociais.

Percebemos que os jornais objetivam as mulheres de forma a minimizar sua luta e militância em relação à moradia, pois no caso da Paloma, o *Jornal B* a caracteriza como “líder comunitária”, o que nos faz pensar que ela estava na linha de frente, lidando com as pautas e também inseguranças das várias famílias que ocupavam o edifício Governador Archer.

Em contrapartida, Paloma, por ter tido seu discurso interceptado pelo jornal, para que favorecesse o Governo, também não teve espaço para falar nada sobre essa sua liderança. Vimos que em suas falas, o Governo apareceu como um “aliado”, depois de, possivelmente, muitos anos de ocupação irregular do edifício.

No caso da diarista Sandra, vimos que o *Jornal A* trata de objetivar essa mulher como uma senhora adoentada, sofredora, que além de lidar com uma doença terrível, que é o câncer, ainda tinha que enfrentar a “lei da gravidade”, fazendo um malabarismo diário com o corpo para não se acidentar em meio à precariedade da palafita. A própria Sandra também se objetiva de forma sofredora, pois jamais imaginava que teria uma moradia “digna” um dia. Para ela, aquilo era algo praticamente impossível, até que o Governo a acolheu, lhe dando uma casa no Residencial José Chagas, e a palavra residencial dá a entender que a moradia digna é acompanhada de toda uma estrutura: casas padronizadas, segurança, área de lazer etc.

#### 4 CONCLUSÃO

Tendo como norte teórico-metodológico os estudos discursivos foucaultianos, analisamos algumas redes de sentidos que estabelecem o processo de objetivação/subjetivação das mulheres que lutam por habitação em São Luís, e assim destacamos alguns pontos: a) A mídia jornalística dá espaço para que os órgãos públicos possam enaltecer sua atuação “assistencialista”, e levando em conta que as notícias analisadas durante o período da pandemia do Coronavírus, isso produz efeitos de sentidos que engrandecem a atuação do Governo nesse período tão difícil para muitas pessoas. B) A palavra “ocupação” é ocultada nos jornais, para provocar efeitos de verdade que levam ao silenciamento dessa realidade, que pertence a muitas mulheres e suas famílias na cidade de São Luís, principalmente se o jornal em questão busca priorizar órgãos governamentais. C) A construção textual-discursiva das notícias se mostra de uma forma como se as mulheres beneficiadas pelos programas habitacionais já sejam “conhecidas” pela sociedade. São mulheres pobres, que moravam em habitações irregulares e que foram contempladas com um Programa do Governo, mas não sabemos como foi o processo de saída das habitações, a insegurança que era viver em um lugar que, em tese, possuía um “dono” ou em um lugar de estrutura precária, como uma palafita. D) Mesmo quando a mulher se expressa um pouco sobre sua vida e sobrevivência nas moradias irregulares, percebe-se que seu discurso pode ser tolhido, no sentido de silenciar suas dificuldades reais e adotar uma fala que enalteça o Governo, de forma a humanizá-lo, a mostrá-lo como um parceiro das famílias desamparadas, mas é importante lembrar que é muito provável que, até serem beneficiadas, foram anos de lutas diárias. D) É importante erguer a voz dessas mulheres na mídia jornalística para conscientizar quem lê sobre a problemática da habitação em São Luís, problemática esta que é a realidade de muitas mulheres em nossa cidade.

Buscamos responder às perguntas que norteiam a investigação de que forma a mulher aparece na mídia jornalística em notícias sobre a luta por moradia em São Luís. Quais discursos se repetem? Quais as relações de poder se estabelecem no processo de subjetivação dessa mulher? Como ela se torna um sujeito nesse discurso que circula? Quais as verdades produzidas por esses jornais sobre ela? Chegamos às seguintes reflexões: a) identificamos que, em muitos casos, a mulher sequer aparece nas notícias, e esse apagamento também pode dizer muito sobre esse sujeito. Isso vai de encontro aos dados de pesquisas que mostram que a maioria das moradias irregulares no Brasil são ocupados por mulheres. Onde estão elas sendo retratadas nessas importantes fontes de informação que são os jornais, em São Luís?

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sara Dionísio Rodrigues de. Formação discursiva e o discurso em Michel Foucault. **Revistas Eletrônicas Filogenese**, v. 6, n. 2, p. 148-162, 2013.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo II: A experiência vivida**. 2. ed. 1967. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Beauvoir,%20Simone%20de/O%20Segundo%20Sexo%20-%20II.pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

CASTANHEIRA, Marcela Alves de Araújo França; CORREIA, Adriano. **A constituição do sujeito em Michel Foucault: práticas de sujeição e práticas de subjetivação.** Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia – UFG. Disponível em: SBPC <http://www.sbpcnet.org.br>. Acesso em 7 de maio de 2023.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias.** 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1999.**

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault. **Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. (p. 231-249).

GREGOLIN, Maria do Rosário. Língua (gens), mídia (s) e poder sob a ótica discursiva foucaultiana: entrevista com Maria do Rosário Gregolin. **Revista Heterotópica. Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos – LEDIF.** Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia – ILEEL/ UFU. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/>

## MEMES DO “THIS IS (ABSOLUTE) CINEMA”: regularidades discursivas na heterotopia da web

**Erika de Sousa Monteiro<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Eduardo Victor Lopes Cunha<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Mônica da Silva Cruz<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

Para Gregolin (2015), precursora dos Estudos Discursivos Foucaultianos (de agora em diante, EDF) no Brasil, a web pode ser entendida como uma heterotopia, espaço que desafia as normas tradicionais e oferece uma multiplicidade de realidades e interações histórico-sociais, formando o que Foucault chamou de “lugar sem lugar”. Nesse contexto, a web caracteriza-se por ser um ambiente onde diferentes formações e práticas discursivas coexistem e se entrelaçam, mobilizando espaços interativos que reforçam e, ao mesmo tempo, desafiam as estruturas da realidade física. A heterotopia da web é particularmente visível na maneira como os memes circulam e como ressignificam interações culturais e sociais. Sob essa ótica, o presente trabalho objetiva analisar enunciados ligados aos memes de “This is (absolute) cinema” que produzem regularidades discursivas na heterotopia da web. Portanto, nosso trabalho fundamentar-se-á nos postulados teórico-metodológicos dos EDF, principalmente em Gregolin (2004, 2015), que explora a dinâmica discursiva dos/nos espaços digitais, e nos estudos de Oliveira *et al* (2020) sobre o gênero “meme”, que ajudam a compreender as especificidades dos memes como fenômenos discursivos, que são atravessados pelo “linguístico”, “histórico”, “social” e “cultural”. Para tanto, nossa pesquisa adotará uma abordagem arqueogenealógica dos EDF, que compreende: a) o método arqueológico como sendo uma investigação das condições históricas de emergência, insurgência e desenvolvimento dos discursos, buscando identificar as regras, as exclusões e as regularidades que governam o que pode ou não ser dito em determinados momentos da História (Foucault, 2008); b) o método genealógico como uma análise das forças e lutas em torno das relações de poder e de biopoder, que atravessam diversos dispositivos nos processos biopolíticos de sujeição, bem como nas práticas que disciplinam os sujeitos e as vontades de verdades (e seus efeitos) em um certo momento histórico (Foucault, 1999). Como resultados, constatamos que os memes de “This is (absolute) cinema” são atravessados por acontecimentos discursivos na complexidade da heterotopia digital. Esses atravessamentos reforçam como os memes não só “moldam”, mas também reforçam e ressignificam práticas culturais e histórico-sociais, demonstrando os jogos de poder nos/dos discursos digitais na criação de novas formas de interpretação e interação dentro do espaço heterotópico da web.

**Palavras-chave:** Memes; Heterotopia da web; Estudos Discursivos Foucaultianos.

1 Graduada em Letras-espanhol pela UFMA, Campus Dom Delgado. Professora da Educação Básica. E-mail: [erika.moneiro@discente.ufma.br](mailto:erika.moneiro@discente.ufma.br).

2 Graduando em Letras-espanhol pela UFMA, Campus Dom Delgado. Bolsista FAPEMA BIC 05564/24, com projeto orientado pelo Prof. Doutor Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho. E-mail: [eduardo.cunha@discente.ufma.br](mailto:eduardo.cunha@discente.ufma.br).

3 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP-Araraquara. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Departamento de Letras da UFMA, Campus Dom Delgado. E-mail: [monica.silva@ufma.br](mailto:monica.silva@ufma.br).

## 1 INTRODUÇÃO

Os memes da era digital são considerados um fenômeno discursivo complexo que envolve relações de saber-poder que ressignificam práticas culturais e histórico-sociais. Arelados a esses aspectos, eles são, ao mesmo tempo, produtos e agentes da cibercultura, agindo como dispositivos que circulam nas redes sociais da web e agenciadores de subjetividades.

A título de exemplo, tem-se o meme “This is (absolute) cinema”. Como acontecimento discursivo, ele faz ressoar enunciados, como aqueles proferidos pelo cineasta Martin Scorsese. Esse meme ilustra como a internet é um espaço heterotópico onde discursos são mobilizados e ressignificados com uma certa rapidez, dinamismo e instantaneidade.

O presente artigo busca analisar as regularidades discursivas dos memes de “This is (absolute) cinema” no contexto da web como uma heterotopia digital, conforme conceituado por Gregolin (2015), via Michel Foucault. A internet, vista heterotopicamente como um “lugar sem lugar” (Foucault, 2001, 2013), permite que múltiplas realidades coexistam, oferecendo um espaço fértil para a emergência de novos discursos e práticas. Este trabalho pretende investigar como os memes participam desse processo, estabelecendo novos significados e, ao mesmo tempo, relações entre saberes e poderes na sociedade.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de compreender os memes como artefatos discursivos, que não só espelham, mas também contribuem ativamente para a dinâmica relacional de saberes-poderes na construção de subjetividades no espaço digital. A fundamentação teórica está ancorada principalmente em Gregolin (2004, 2015), considerada precursora dos Estudos Discursivos Foucaultianos no Brasil, juntamente com contribuições de estudiosos sobre cibercultura e o gênero meme, como Oliveira *et al* (2020), permitindo uma análise robusta e interdisciplinar desse fenômeno.

O texto organiza-se em três tópicos principais. O primeiro refere-se aos aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa. O segundo descreve as condições de possibilidades do meme analisado e o terceiro volta-se para as análises.

## 2 O APORTE TEÓRICO-ANALÍTICO E METODOLÓGICO: os Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF)

Os Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF) partem da premissa de que os discursos não apenas descrevem a realidade, mas também a constroem. Segundo Foucault, o discurso é uma prática que produz objetos de conhecimento e é regulada por relações entre saberes e (bio)poderes. Nesse sentido, analisar os memes sob essa perspectiva significa investigar como eles participam dos processos de construção discursiva dos efeitos de verdade e como estão ligados a práticas de sujeição na heterotopia da web.

Gregolin (2004), ao dedicar anos de estudos discursivos sobre as mídias, caracteriza-as “como um lugar de produção de tipos particulares de discurso”, salientando que é possível

“averiguar procedimentos discursivos utilizados para harmonizar várias vozes que falam no texto da mídia”, bem como “compreender como esse gênero [mídia] investe suas regras em uma formação discursiva criando relações de concordância, conflito ou subversão de valores” (Gregolin, 2004, p. 2).

Como exemplo de procedimento analítico discursivo em torno da mídia, tem-se a análise que a própria Gregolin (2004) realizou do que ela denomina de “guerra das cores”, construída pelos textos veiculados pelo jornal Folha de S. Paulo durante o período de 14 a 31 de agosto de 1992, começo do processo de emergência do *impeachment*, de Collor, à época presidente do Brasil. Através desses textos, segundo a autora, a imprensa brasileira travou uma batalha conflituosa de discursos.

Sobre o acontecimento discursivo, em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2008, p. 83) considera que uma formação discursiva “determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos”.

## 2.1 A abordagem arqueogenealógica dos EDF

### a) O método teórico-analítico arqueológico

O método teórico-analítico arqueológico, conforme desenvolvido por Michel Foucault, foi utilizado neste trabalho para investigar os memes através das suas condições histórico-sociais de produção de saberes, que permitiram regularidades discursivas em seu entorno. Para a análise dos memes de “This is (absolute) cinema”, isso inclui analisar as práticas discursivas que regulam o que pode ou não ser considerado “cinema de verdade”, bem como os significados atribuídos à arte e ao entretenimento no espaço digital.

Para tanto, pode-se compreender a arqueologia como sendo um método de investigação das condições históricas de emergência, insurgência e desenvolvimento dos discursos na sociedade. Este método busca identificar as regras, as exclusões e as regularidades que governam o que pode ou não ser dito em determinados momentos da História (Foucault, 2008).

Segundo Gregolin (2015, p. 192), “a análise arqueológica aborda práticas discursivas cujas regularidades implicam na produção de saberes ‘verdadeiros’ sobre o sujeito (louco, são, trabalhador etc.)”. Na linha arqueológica, destacam-se as seguintes obras de Michel Foucault: *História da Loucura*; *Nascimento da Clínica*; *As Palavras e as Coisas*; *A Arqueologia do Saber*.

### b) O método teórico-analítico genealógico

Para este trabalho, o método teórico-analítico genealógico, ligado ao arqueológico, permite analisar teoricamente as lutas de poder-saber em torno dos discursos que emergem

nos memes. Isso envolve também explorar como o uso da Inteligência Artificial (de agora em diante, IA), por exemplo, reconfigura a produção de imagens e subjetividades, e como essas práticas refletem as dinâmicas tecnológicas de biopolítica-biopoder presentes na sociedade digital.

Por isso, pode-se entender o método genealógico como uma análise teórica das forças e lutas em torno das relações de poder e de biopoder, que atravessam diversos dispositivos nos processos governamentais e biopolíticos de sujeição, bem como nas práticas que disciplinam os sujeitos e as vontades de verdades (e seus efeitos) em um certo momento histórico (Foucault, 1999). Como reforça Gregolin (2015), o método genealógico envolve duas linhas teórico-analíticas, assim conceituadas:

(i) **Genealogia do Poder:** Aqui as análises “tomam os jogos em torno da loucura e do crime a fim de compreender como são constituídas determinadas práticas cujos efeitos implicam a produção de discursos ‘verdadeiros’ sobre a razão alienada e sobre o caráter criminoso” (Gregolin, 2015, p. 192). Nesta linha, destacam-se as obras: *A Ordem do Discurso*, aula inaugural de Foucault que funciona como um “entrelugar”, como um “rito de passagem” da linha arqueológica para a genealógica; *Vigiar e Punir*; *Microfísica do Poder*;

(ii) **Genealogia da Ética:** Nos trabalhos empreendidos por esta linha teórico-analítica, de acordo com Gregolin (2015, p. 192), os sujeitos tornam-se tanto sujeito quanto objeto para si próprios, bem como denotam uma certa “subjetividade ética susceptível aos mecanismos disciplinares e às regulações do biopoder das sociedades modernas”. Nesta linha, destaca-se a tetralogia foucaultiana de *História da Sexualidade*.

## 2.2 O conceito operacional foucaultiano de “heterotopia”

Para Gregolin (2015), via Michel Foucault, a web pode ser considerada uma heterotopia, um espaço de múltiplas realidades e interações sociais. Na web, os discursos não seguem as mesmas regras do mundo físico. Isso está tensionado na circulação de memes, que desafiam normas tradicionais e se ressignificam culturalmente.

Heterotopia pode ser definida, de acordo com Foucault (2001, 2013), como “lugar sem lugar”, ou seja, “espaços outros”, lugares que existem simultaneamente dentro e fora das normas tradicionais da sociedade. Portanto, como diz Foucault (2001, p. 415): “esses lugares, porque são absolutamente diversos de todos os espaços que refletem e sobre os quais falam, eu [Foucault] os chamarei, por oposição às utopias, de heterotopias”.

Gregolin (2015, p. 196) traça as obras foucaultianas nas quais o conceito de heterotopia é mobilizado: (i) em duas “conferências radiofônicas” *O corpo utópico e Heterotopias* (Foucault, 2013); (ii) no prefácio de *As palavras e as coisas*; (iii) “em sua forma mais acabada, na conferência ministrada na Tunísia e publicada como *Outros espaços*”. Ela reforça que se deve o desenvolvimento desse conceito a uma questão considerada central do pensamento de Foucault: “a modernidade pensa o espaço como mais importante do que o tempo” (Gregolin, 2015, p. 196).

A precursora dos EDF no Brasil afirma que Michel Foucault considera como dois exemplos extremos de heterotopias: os bordéis e as colônias. Contudo, ele ressalta que “a heterotopia por excelência das sociedades ocidentais, do século XVI ao século XX, é o navio” (Gregolin, 2015, p. 197); ou seja, “lugar sem lugar, que vive por si mesmo, (...) lançado ao infinito do mar” (Foucault, 2001, p. 422).

Gregolin (2015, p. 197) propõe que se pense na “WEB como a heterotopia por excelência do século XXI”. A linguista brasileira foucaultiana também reforça que, neste espaço virtual: (i) “cruzam-se todo tipo de outros espaços”; (ii) “acolhem-se todo tipo de enunciados e de formas de visibilidade”; (iii) há “o contínuo movimento do dito e do não dito”. Isso tudo numa cartografia de jogos ambíguos de consensos, conflitos, permissividades e controles.

Portanto, a web é um exemplo claro de espaço heterotópico, onde diferentes discursos e práticas culturais se entrelaçam e criam novas formas de interação social. No caso dos memes, a heterotopia digital permite que eles se desloquem rapidamente entre contextos, criando novas realidades discursivas.

### 2.3 Os memes e as práticas discursivas na heterotopia da web

A análise arqueológica busca compreender as condições de emergência dos saberes, operando por meio de vários conceitos, entre eles, enunciado, descontinuidade, singularidade. Nessa dimensão, os textos não são analisados como espelhos de alguma coisa, os quais emanam um sentido único e universal, são matérias que resultam de práticas discursivas, as quais referem-se a: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem para uma época dada e para uma área social econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.” (Foucault, 2008, p. 133).

As práticas discursivas, segundo Siqueira (2023), embora anônimas, organizam os elementos que podem ser ditos em uma época, constituem-se antes da realidade significada e possibilitam a ordenação dos signos socialmente. Elas possibilitam aos sujeitos falarem sobre si e sobre sua participação no mundo. Os memes, assim, surgem a partir de práticas discursivas próprias de um tempo e um espaço.

Os textos do gênero memes são multimodais, combinam o imagético e o verbal e se espalham de forma viral na heterotopia da web. Oliveira *et al.* (2020) apontam que os memes, enquanto gêneros discursivos, carregam camadas de significados que apresentam aspectos linguísticos, históricos, sociais e culturais. Na web, os memes funcionam como enunciados que tanto reforçam como subvertem significados, criando uma “arena de disputa” de poder.

O enunciado para Foucault corresponde ao núcleo do discurso. Ele constitui o centro das análises arqueológicas; não é corresponde a “um sujeito individual, nem alguma coisa semelhante a uma consciência coletiva, nem uma subjetividade transcendental”. Trata-se de “um campo anônimo cuja configuração [define] o lugar possível dos sujeitos falantes”. (Foucault, 2008, p.138). Os enunciados são remanentes, não porque “permanecem no campo

da memória” ou porque “se pode reencontrar o que queriam dizer”, mas sim pelo fato de que “se conservaram graças a um certo número de suportes e de técnicas materiais (...).

De acordo com Oliveira *et al.* (2020, p. 164), na própria materialidade discursiva, os memes são construídos “a partir de múltiplas multimodalidades e de multissemiotização”. Por isso, essa construção pode caracterizá-los como prática textual-discursiva multimodal e multissemiótica.

Segundo Gregolin (2015, p. 192), Foucault pressupõe que: (i) “as coisas não preexistem às práticas discursivas”; (ii) “as práticas discursivas constituem e determinam os objetos”. A precursora dos EDF no Brasil acrescenta que o pensamento foucaultiano se edifica em torno da “reflexão sobre as transformações históricas do fazer e do dizer na sociedade ocidental - práticas discursivas que provocam fraturas, brechas e rearranjos nas configurações do saber, do poder e da subjetividade” (Gregolin, 2015, p. 192).

Sobre a interpretação dos memes, afirmam Oliveira *et al.* (2020, p. 164) que “os memes endossam a capacidade discursiva de leitura na medida em que se ocupam de enunciações e de inter/discursos para significar”. Consideram que o caráter configuracional discursivo dos memes “faz multiplicar os contextos enunciativos, tornando a interpretação ainda mais densa” (Oliveira *et al.*, 2020, p. 165). Contudo, Oliveira *et al.* (2020) alertam que, dados os caracteres enunciativos e dinâmicos de suas construções, os memes podem representar mudanças de paradigmas. Além disso, os memes podem reproduzir discursos e elencar práticas sociais que condicionam reverberações hegemônicas, coloniais e preconceituosas, socialmente instanciadas.

### 3 “THIS IS (ABSOLUTE) CINEMA”: acontecimento discursivo e suas regularidades na heterotopia da web

Conforme Know Your Meme (2019), o meme “This is (absolute) Cinema” emerge de uma entrevista do renomado cineasta Martin Scorsese, na qual ele criticava as produções de *blockbusters* e franquias de super-heróis. Ele afirmava que tais filmes não representavam o “verdadeiro cinema”. Esse enunciado foi rapidamente apropriado pela internet, ao ligar-se a outros enunciados nos memes, regularizando-se discursivamente.

Em torno do meme “This is (absolute) cinema”, enquanto acontecimento discursivo (uma manifestação de discurso que não apenas transmite uma ideia, mas que, em determinado contexto histórico e cultural, molda percepções e produz efeitos sociais e de poder), é interessante perceber que ele foi sendo utilizado de maneira irônica em uma diversidade de contextos. É importante destacar que a imagem de Scorsese passou a ser usada em memes para expressar sarcasmo ou exagero em relação ao que pode ou não ser considerado “cinema de verdade”. Assim, o meme tornou-se um símbolo de debates sobre cultura “alta” e “baixa”, em que elementos considerados banais da vida cotidiana ou entretenimento popular, como videogames e futebol, são ironicamente elevados ao status de “arte cinematográfica”.

Para este trabalho, as análises realizadas focalizam as regularidades discursivas de dois memes que circulam na web, ressignificados de “This is (absolute) cinema”: (i) o primeiro meme, “Tite em: This is cinema”, que substitui o rosto de Scorsese pelo do técnico brasileiro de futebol Tite através de IA; (ii) o segundo meme, “Absolute cinema ‘Eu não entendo como você gosta tanto de videogames’”, que contrapõe os gostos de diferentes gerações (futebol *versus* videogame). Esses exemplos serão explorados de modo a destacar como eles ressignificam discursivamente práticas culturais e sociais.

### 3.1 Primeiro meme: “Tite em: This is cinema”

O primeiro meme, postado em 2023, no site Lance-Galeria de fotos, é formado pelo rosto de Scorsese substituído pelo de Tite, ex-técnico da Seleção Brasileira de Futebol, utilizando IA. Esse deslocamento de identidade reflete como a web ressignifica símbolos culturais para construir novos discursos e gerar novas verdades. A escolha de Tite, uma figura popular no futebol, ressignifica o meme de “cinema absoluto”, ampliando o conceito para incluir práticas culturais de massa, como o futebol, que no imaginário popular brasileiro também pode ser considerado uma arte.

Figura 1 - Tite em: This is cinema



**Fonte:** Lance - Galeria de fotos, 2023, com permissão de uso. Meme com o rosto de Scorsese substituído pelo de Tite, ex-técnico da Seleção Brasileira de Futebol, feito por meio de IA, refletindo a ressignificação de símbolos culturais.

Como se pode constatar na figura 1, é possível observar relações discursivas que emergem do uso da IA na heterotopia da web, ou seja, as implicações de discursos na formação de subjetividades e na construção histórico-social de significados. O meme de “This is (absolute) cinema” é ressignificado, ligando-se a outros enunciados.

Os enunciados que emergem do meme da figura 1 são: (i) a imagem do corpo de Scorsese e a cabeça de Tite, recompostos através de IA; (ii) o símbolo em verde e amarelo, centralizado na parte direita, com o enunciado “Humor Esportivo”; (iii) “This is CINEMA” na parte inferior; (iv) a manchete “Corinthians dá chapéu no Flamengo e anuncia retorno de Tite” na parte superior. A materialidade do meme possibilita reverberar uma singularidade por se ligar a outros memes de “This is (absolute) cinema”, regularizando-os numa teia enunciativa de retomadas e deslocamentos. Esse fenômeno liga-se também a outros acontecimentos discursivos.

No contexto esportivo, por exemplo, manchetes de grande impacto e a teatralidade de partidas e anúncios de jogadores ou técnicos — como o retorno de Tite ao Corinthians — associam-se ao imaginário popular, sendo frequentemente tratados como momentos icônicos ou “cinematográficos”. Esse tipo de acontecimento resgata o tom grandioso do meme e reforça a “espetacularização” do esporte.

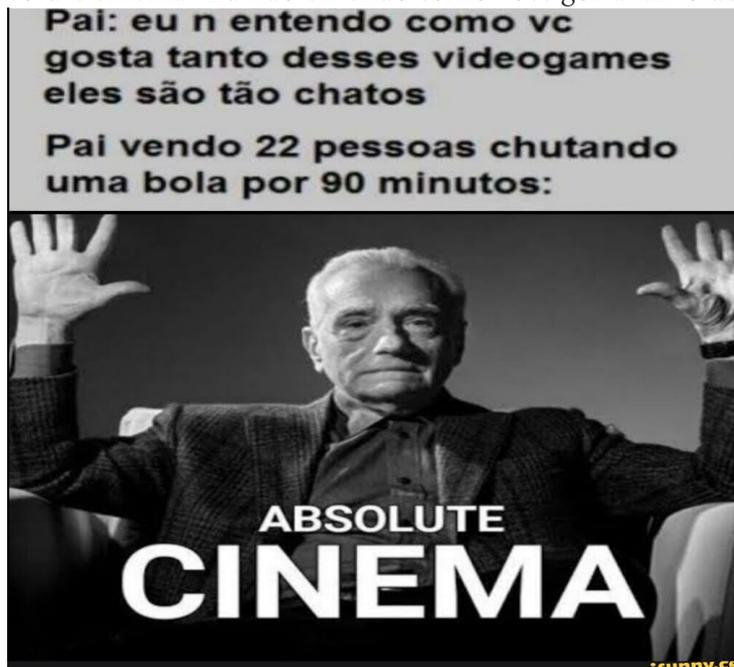
Além disso, a produção de subjetividades por meio da ironia e do humor digital é recorrente, especialmente em memes que frequentemente ironizam figuras públicas e celebridades. Isso leva o público a reinterpretar ou questionar o significado dessas figuras. A substituição do corpo de Scorsese pela imagem de Tite, nesse caso, cria uma nova subjetividade, onde a seriedade atribuída ao cinema é, ironicamente, aplicada ao futebol, destacando tanto uma crítica quanto uma glorificação humorística das rivalidades e acontecimentos no mundo esportivo.

Outro exemplo de acontecimento discursivo presente é a resignificação de ícones culturais em contextos diversos. A expressão “This is cinema” também é utilizada em outros memes para definir momentos emblemáticos de áreas como política, entretenimento e até da vida cotidiana. Esse processo de resignificação amplia a noção de “cinema” para além do universo cinematográfico, capturando o “dramático” e o “inesperado” em eventos históricos e culturais, e assim conectando o meme a outros acontecimentos discursivos de impacto social e cultural.

### 3.2 Segundo Meme: Absolute cinema “Eu não entendo como você gosta tanto de videogames”

Este segundo meme, postado em 2024, no site iFunny, sugere um “diálogo” irônico entre pai (enunciado mostrado) e filho (enunciado não mostrado), em que o pai não compreende o gosto do filho por videogames. Aqui, as práticas discursivas envolvidas estão entre formas de entretenimento consideradas “tradicionais” (como o futebol) e as “novas” formas culturais (como os videogames). Esse meme resignifica o dizer de Scorsese, ao sugerir que o futebol, assim como os videogames, também pode ser visto como “cinema absoluto”, demonstrando as dinâmicas de saber-poder entre gerações e suas preferências culturais.

**Figura 2** - Absolute cinema “Eu não entendo como você gosta tanto de videogames”



**Fonte:** Meme disponível no site iFunny, 2024, com permissão de uso. O meme sugere um “diálogo” irônico entre pai e filho, comparando formas de entretenimento tradicionais e novas, ressignificando o dizer de Scorsese ao incluir o futebol como “cinema absoluto”.

No meme da figura 2, há a ressignificação de subjetividades e práticas culturais que emergem da comparação entre o gosto do pai (assistir futebol) e o gosto do filho (jogar videogames). Trata-se de uma questão discursiva sobre como diferentes gerações interpretam e valorizam formas de entretenimento.

A imagem sugere que, enquanto o filho não considera videogames entediantes, o pai investe no entretenimento com o futebol, que é ironicamente retratado como “cinema absoluto”. Na heterotopia da web, essa ressignificação alude às tensões entre os discursos constantemente retomados (no caso, os que se ligam ao futebol) e os discursos deslocados para os novos meios culturais e tecnológicos (videogames).

O meme reflete uma regularidade discursiva observada no estudo de Gregolin (2015), que aborda as “heterotopias da (in)visibilidade da web”, espaços onde jogos discursivos do imagético e do textual redefinem e, simultaneamente, desafiam práticas culturais. A figura de Scorsese, originalmente associada ao cinema de arte, é recontextualizada nesse espaço discursivo, no qual tanto o futebol quanto os videogames podem ser vistos como experiências estéticas intensas, ainda que de formas diferentes. A imagem também ressignifica o conceito de “cinema absoluto”, ao aplicá-lo ao futebol, criando uma interseção entre o entretenimento popular e a alta cultura cinematográfica.

De acordo com Foucault (2008), os discursos não são meramente reflexos da realidade, mas sim práticas que constroem e regulam o conhecimento e o poder. Nesse sentido, o meme pode ser visto como uma prática linguístico-textual derivada de práticas discursivas diferentes que a web possibilita circular em nosso momento histórico. Ele põe em evidência e, ao mesmo tempo, questiona as formas de entretenimento aceitas e as visões geracionais.

O futebol, historicamente associado à masculinidade e ao lazer popular, no Brasil, mas modernamente deslocado à feminilidade, é reposicionado como uma forma de arte. Enquanto isso, os videogames, representando a nova geração, são retratados como uma forma de entretenimento alternativa e potencialmente subversiva. Foucault descreve como o biopoder atua na regulação das populações através de práticas discursivas que moldam o comportamento, e aqui vemos um exemplo de como esses discursos geracionais impactam a maneira como as pessoas percebem o valor cultural de diferentes formas de lazer.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os memes analisados demonstram como a web funciona como uma heterotopia, onde múltiplos discursos coexistem e ressignificam práticas culturais. Dentro dela, o poder de circular e transformar enunciados permite a criação de novas subjetividades digitais, nas quais figuras populares podem ser reformuladas e encaixadas em narrativas humorísticas que desafiam as noções tradicionais de subjetividade e autenticidade.

Sob essa ótica, a heterotopia digital caracteriza-se pela pluralidade de discursos que, embora estejam em constante conflito, também reforçam os padrões de poder e exclusão. Nesse contexto, os memes funcionam como dispositivos que tanto reproduzem quanto contestam essas práticas, moldando novas formas de ser e estar no mundo.

Em resumo, os resultados deste estudo indicam que os memes de “This is (absolute) cinema” são atravessados por discursos que ressignificam as práticas culturais na web. Os resultados reforçam, desse modo, a ideia de que a heterotopia digital é um espaço de constante disputa discursiva.

Outrossim, o uso de memes para questionar e ironizar práticas culturais populares demonstra os jogos de poder presentes no espaço digital, onde as identidades são negociadas e os significados são constantemente remodelados. Em conclusão, a pesquisa contribui para os EDF, ao mostrar como o ambiente digital oferece um terreno fértil para a emergência de novas formas de subjetividade e interação.

#### REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Foucault. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Coleção Ditos e Escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 411-442, 2001.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico. As heterotopias**. São Paulo: Edições N-1, 2013.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Os sentidos na mídia: rastros da história na guerra

das cores. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, v. 4, n. 1, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in) visibilidade na web. **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes, p. 191-213, 2015.

IFUNNY. **Pai: eu n entendo como vc gosta tanto desses videogames...** Disponível em: <https://br.ifunny.co/picture/pai-eu-n-entendo-como-vc-gosta-tanto-desses-videogames-qLJjQKCB>. Acesso em: 18 set. 2024.

KNOW YOUR MEME. **This is Cinema**. Disponível em: <https://knowyourmeme.com/memes/this-is-cinema>. Acesso em: 15 set. 2024.

LANCE. **Vem chapéu aí? Web vai à loucura com disputa entre Flamengo e Corinthians por Tite; veja memes**. Disponível em: <https://www.lance.com.br/galerias/vem-chapeu-ai-web-vai-a-loucura-com-disputa-entre-flamengo-e-corinthians-por-tite-veja-memes/#foto=1>. Acesso em: 18 set. 2024.

OLIVEIRA *et al.* Leitura e análise crítica de memes em aulas de língua portuguesa sob mediação decolonial. **Língu@ Nostr@**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 160-180, jan-julho. 2020.

SIQUEIRA, Vinícius. A prática discursiva. *Colunas Tortas*. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://colunastortas.com.br/a-pratica-discursiva-michel-foucault/>. Acesso em: 12 de junho de 2024.

## POÉTICAS E TRADIÇÕES DO BARRO: relações entre identidade e território a partir das cerâmicas pré-coloniais de estearias maranhenses

**Laís Norton Fonseca dos Santos<sup>1</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

**Larissa Lacerda Menendez<sup>2</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão

### RESUMO

O presente artigo trata de uma pesquisa de mestrado em andamento e investiga as relações entre território, identidade e colonialidade a partir de um recorte das cerâmicas pré-coloniais encontradas nas estearias maranhenses, articulando a discussão a partir da óptica antropológica e arqueológica. Assim, como na perspectiva de Mignolo (2003, 2017), busca-se analisar como essas tradições e culturas contrapõem-se ao imaginário do sistema mundial colonial – que impõe uma visão de tempo e espaço entendida a partir da lógica dominante –, destacando a importância do território enquanto local de produção de sociedades e memória que foge às delimitações normativas de Estado-Nação. A partir desse contexto, artefatos em cerâmica são examinados não somente como registros históricos mas como exemplos de práticas culturais não ocorridas de maneira isolada ou estática aos fluxos de mudanças históricas, frutos de sociedades que viviam em relação, consonante com Wolf (2003) e Lévi-Strauss (1993).

**Palavras-chave:** cerâmica pré-colonial; estearias maranhenses; território; identidade; colonialidade.

### 1 INTRODUÇÃO

“As culturas humanas não diferem entre si do mesmo modo nem no mesmo plano [...] a diversidade das culturas é de fato no presente, e também de direito no passado, muito maior e mais rica que tudo o que estamos destinados a dela conhecer” (Lévi-Strauss, 1993, p. 2).

As tramas entre identidade e território são profundamente complexas e multifacetadas, tornando-se ainda mais densas ao serem tensionadas a partir da colonialidade, em especial no contexto das sociedades subalternizadas pelo poder colonizador ocidental europeu. Nestes termos, a colonialidade — conceito compreendido como a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental, desde a época do Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, com surgimento marcado pela invasão europeia à Abya Yala (Mignolo, 2017, p. 2) – emerge e impacta de maneira violenta nas dinâmicas territoriais e socioculturais que se distinguem de si, desestruturando modos de vida ancestrais e impondo novas formas de organização social, cultural e espacial.

Interessa para este artigo compreender o diálogo entre as cerâmicas pré-coloniais e as estearias maranhenses enquanto espaços de produção de subjetividades a partir da

1 Mestranda em Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade –PGCULT/UFMA. Graduada em Design pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: laisnorton@gmail.com.

2 Doutora e mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Licenciatura em Educação Artística pela Fundação Armando Álvares Penteado. E-mail: larissa.lacerda@ufma.br.

interdisciplinaridade entre antropologia e arqueologia. Nessa esteira, abordaremos um panorama acerca da literatura tendo como aporte teórico as perspectivas de Wolf (2003), Lévi-Strauss (1993) e Mignolo (2003, 2017).

Em consonância com Lévi-Strauss (1993), nenhuma sociedade humana e cultura se encontram isoladas. Mesmo que apartadas, ainda estão sob a forma de grupos e em relação. Nesse aspecto, Wolf (2003) tece a crítica acerca dos estudos antropológicos ao considerar que presumiam que as sociedades e culturas ditas “primitivas” — também em contestação à teoria do evolucionismo cultural — haviam-se formado em um tempo “antes da história”, situando-se e permanecendo externas ou alheias ao fluxo de mudanças históricas, assim,

No entanto, a noção de um primitivo isolado e estático só pode ser sustentada por quem abjura de qualquer interesse pela história. Essa atitude de ignorância voluntária - ou “ingenuidade” [...] imputa uma autonomia ou unidade ao seu assunto e assim delimita e preserva sua área de estudo. Ela também o salva da possível percepção de que aquilo que você está vendo talvez não seja o que parece (Wolf, 2003, p. 294).

Em tempo, considerou que tampouco a “descrição densa” das práticas etnográficas de Clifford Geertz ou a “integração definitiva” de Robert Redfield conseguiram suprir as lacunas nas descrições apropriadas sobre a temática. Interessante ressaltar que o autor repara que ao evidenciarem as formas culturais, deixaram de destacar os modos políticos, sociais, econômicos e ideológicos com os quais essas sociedades se relatavam, corroborando em teorizações que por vezes não abraçam a complexidade social e cultural dos grupos investigados.

Wolf (2003, p. 297) complementa que “os conjuntos culturais estão continuamente em construção, desconstrução e reconstrução, sob o impacto de múltiplos processos que operam sobre amplos campos de conexões culturais e sociais”. Nesse contexto, entende-se que as práticas culturais - cuja cultura material está relacionada - se apresentam não somente como um conjunto de atividades dotadas de um nível de conhecimento específico como também cercadas por níveis de significados e simbolismos, envoltos em questões como relações de gênero, normas de conduta e cosmologias próprias (Wolf, 2003).

No campo arqueológico, a cerâmica se mostra basilar enquanto um dos únicos materiais que atravessam e resistem à ação do tempo, constituindo uma forma particular de pensar a história e, segundo Wolf (2003), a Arqueologia preocupa-se não somente em analisar esses artefatos enquanto provas do contato entre culturas mas sim em reconhecer as conjunções que possam explicar a existência e distribuição desses artefatos em determinado sítio.

**Figura 1** - Fotografias evidenciando peças cerâmicas encontradas em estearias do Maranhão.



Fonte: Rocha *et al.* (2015)

Em adição, Lévi-Strauss (1993) aborda sobre as olarias e cerâmicas produzidas desde a chamada Revolução Neolítica, há cerca de 10 mil anos, ao afirmar que elas oferecem um ótimo exemplo de práticas culturais sofisticadas, contrariando a crença limitante de que não há algo tão simples quanto cavar um torrão de argila e endurecê-lo ao fogo, assim, para o antropólogo,

[...] Pois que tentem. É preciso em primeiro lugar descobrir argilas próprias, para o cozimento; ora, se são necessárias muitas condições naturais para este efeito, nenhuma é suficiente, porque nenhuma argila misturada com um corpo inerte, escolhido em função das suas características particulares, dá depois de cozida num recipiente passível de utilização. É preciso elaborar as técnicas de modelagem que permitem realizar esse esforço violento para manter em equilíbrio durante um tempo apreciável, e modificar ao mesmo tempo, um corpo plástico que não “se aguenta”; é preciso finalmente descobrir o combustível particular, a forma da fornalha, o tipo de calor e a duração do cozimento que permitirão torná-lo sólido e impermeável (Lévi-Strauss, 1993, p. 16).

Nesse sentido, as cerâmicas pré-coloniais, neste caso situadas em estearias maranhenses, refletem os registros de um profundo conhecimento técnico e artístico, mas também simbolizam uma ligação material e da partilha do sensível com o território a partir dos povos que os produziam.

As práticas envoltas na produção dessas cerâmicas abrigam saberes coletivos e ecológicos, memórias, tradições culturais e demonstram o retrato de sociedades estruturadas de maneira complexa e estratégica em relação ao seu ambiente, promovendo uma lógica de sociedade pautada em outro tempo-espço, distinto das posteriores rupturas causadas pela colonização.

## **2 ARTEFATOS DE UMA HISTÓRIA NEGADA: entre cultura material, colonialidade e lógica dominante**

O mito do evolucionismo cultural ou social propôs, segundo Lévi-Strauss (1993), um modo cômodo, atraente e politicamente posicionado para a apresentação dos “fatos” em uma primeira era dos estudos antropológicos, na tentativa de suprimir a diversidade da cultura em distintas sociedades, sob o pressuposto de que a mesma se encontraria em diferentes estados a partir de um desenvolvimento único, em diálogo. Césaire (2010) sintetiza que isso possibilitou a categorização da sociedade colonial em “civilizados” e “selvagens” ao solidificar todo o sistema, compreendendo os povos originários enquanto algo que precisava ser transformado e integrado na história.

O entendimento das tensões que cerceiam cultura material, colonialidade e território revela uma dinâmica de poder que permeia e modela as relações sociais, culturais, econômicas e políticas ao longo da história. Em discussão contemporânea, Lima Filho (2012, p. 111) destaca a importância desses estudos para o campo antropológico,

O renascimento da cultura material, que estamos acompanhando com tanto vigor nos últimos anos, desempenhou um papel crucial nas reorientações que a antropologia vem assumindo, num movimento consciente de superação do positivismo e de sua atuação quanto à condenação moral que sofreu como empresa colonial-imperial [...] o

papel da cultura material, nesse processo de reorientações epistêmicas, foi pelo menos tão significativo quanto a ‘virada literária’ da antropologia na direção do movimento da cultura como texto.

A cultura material é compreendida sob a perspectiva de diversos autores. Para Gell (2018), ela é explorada enquanto objeto como agentes ativos que integram redes sociais e influenciam as interações humanas; já segundo Appadurai (1990), os objetos possuem “vidas sociais” e circulam através de diferentes contextos culturais e econômicos, agregando novos significados com o tempo. Em Miller (2013), é enfatizada a importância dos objetos na constituição da sociedade e da identidade, pautado na relação entre pessoas e coisas.

Apesar do leque de entendimentos, compreende-se que a cultura material é frequentemente um campo de disputa que demonstra outros modos de vida em sociedade e resistência frente às imposições da colonização e seus rastros.

Ainda nesse aspecto, em relação à colonialidade e lógica dominante. Observa-se o que Wolf (2003) elucida acerca das ideologias, relações de poder e dominação ao tratar da cultura, que, no caso deste estudo, entende-se a partir da força do colonizador ocidental europeu,

Essa coerção compreende a redução do leque potencial de conotações a uns poucos significados imperativos permitidos. Nesse sentido, a criação de ideologia é uma forma de apropriação, alienação, roubo.

[...] O que essa forma de comunicação institui [...] é redundância, a fim de maximizar o número de domínios, contextos ou ocasiões que proclamam a mesma ficção insistente. Contudo, esse processo não é meramente linguístico, artístico ou psicológico; é também uma questão de poder [...] no sentido social imediato em que os seres humanos “realizam sua própria vontade numa ação comunal mesmo contra a resistência de outros”

[...] Poder exercido a fim de estruturar e limitar o ambiente de uma população, de tal modo que algumas formas de ação se tornam impensáveis e impossíveis. (Wolf, 2003, p. 298).

Em suma, é dado ao colonizador — por e para si — atributos imaginários que o coloca em um papel central na lógica de sustentação da “hierarquia da natureza”. Nesse contexto, retoma-se a visão de Mignolo (2017) para quem o mundo europeu colocou a sociedade ocidental como o grande esplendor da modernidade e ocultou a escravidão e a delapidação dos territórios e culturas nesse processo. Expor esses regimes degradantes da colonização implica expor uma fatalidade histórica, que, como dito por Lima Filho (2012, p. 122), remete a um espelho que reflete um relevo negativo, apresentado nos “andares de baixo”.

Aproximando o debate sobre cultura material ao recorte de análise deste estudo, acerca da cerâmica, a literatura aponta para um processo de desvalorização do saber tradicional de povos originários a partir do viés arqueológico, como denota Prous (2006, p. 8)

Na perspectiva daquela época, tratava-se essencialmente de encontrar objetos que permitissem saber qual era o “patamar evolutivo” atingido pelos nativos brasileiros em relação a uma escala estabelecida na Europa. Considerava-se que os nativos do Brasil eram muito primitivos, e que seus ancestrais seriam incapazes de elaborar as belas cerâmicas e esculturas de pedra encontradas em vários sítios. Dessa forma, muitos atribuíram as cerâmicas Marajoara a povos fenícios ou gregos – que teriam desembarcado aqui na Antiguidade –, e as esculturas dos sambaquis a uma influência das culturas andinas.

Ao analisar os artefatos e as práticas culturais, se nota como os processos de colonização mobilizam-se para subalternizar saberes e culturas situadas, especialmente de sociedades que fogem à normativa europeia colonizadora ocidental.

Essa dinâmica se mostra evidente nos mais distintos recortes da cultura material, porém, neste caso, é nítida a forma como as produções em cerâmica (pré-coloniais e coloniais) de povos originários foram relegadas a um plano de realização material inferior, negando não apenas o elevado grau de conhecimento, técnicas e estilizações empregadas nessas produções quanto tentando reduzi-las ao estado de réplicas desigualmente atrasadas da civilização ocidental (Lévi-Strauss, 1993, p. 7)

### 3 RELAÇÕES ENTRE A CERÂMICA PRÉ-COLONIAL E AS ESTEARIAS MARANHENSES

A cerâmica é não somente o testemunho de um legado artístico ancestral, que se estende por milhares de anos, como também segue exercendo influência na arte contemporânea e nos estudos acerca da cultura, identidade e território. Assim, é importante conceituar esse tipo de produção antes de adentrar no diálogo proposto e suas intersecções.

Segundo Ribeiro (1988), a cerâmica de povos originários classifica-se em 5 grupos genéricos, desde natureza utilitária à estilística. Dada a amplitude de definições propostas pela autora e o recorte do estudo, compreende-se a cerâmica enquanto um artefato feito a partir da argila que se constitui pela modelagem, queima e possíveis decorações ou pinturas.

Segundo Leite Filho (2003), historicamente, considera-se que a cerâmica surgiu quando os grupos humanos passaram de caçadores e coletores nômades para agricultores com estilos de vida mais sedentários. Atualmente, as datações mais antigas de achados cerâmicos nas Américas remontam a até 8 mil anos atrás. O interesse deste artigo no cenário maranhense reside nas pesquisas que evidenciam ocorrências de grupos de caçadores-coletores, grupos sambaquianos e ceramistas na região, através de sistemas de aldeamentos palafíticos – também nomeados como estearias – cuja literatura atual contabiliza como distribuídos em cerca de 40.000km<sup>2</sup> pelas bacias dos rios Pindaré, Turiaçu e Pericumã (Leite Filho, 2003).

As reflexões propostas por este artigo abrangem a arqueologia, que serve como fonte para elucidar os principais estudos sobre a cerâmica de povos originários no Maranhão, com enfoque nas produções situadas no período pré-colonial. Devido a isso, tem-se a necessidade de dissertar sobre as estearias maranhenses e sua importância. Para tal, o autor introduz que

Entre 250 e o ano 1000 AD, existiram grupos humanos que subsistiam pela exploração dos recursos abundantes em ambientes lacustres na Baixada Maranhense, um complexo mosaico de ecossistemas no extremo oriental do bioma amazônico. [...]. A cultura material proveniente desse contexto consiste em um repertório de artefatos de madeira, líticos e principalmente de uma elaborada e diversificada produção ceramista, de caráter utilitário e ritualístico, caracterizada por elementos e simbologias cosmogônicas presentes em representações pintadas, modeladas e incisas (Leite Filho, 2003, p. 55).

As estearias eram conjuntos de habitações do período pré-colonial sustentadas através de estacas em locais centrais nos lagos ou áreas alagadiças, cujas orientações seguiam diretrizes

organizacionais próprias, sendo importante ressaltar que também se caracterizavam por possuírem um planejamento estratégico no que tange à questões de segurança, acesso a recursos e subsistência, revelando um caráter de estratificação complexo e estruturado por parte de suas populações. Ainda é fundamental destacar a importância desses estudos no campo da arqueologia brasileira, nas palavras de Leite Filho (2003, p. 59),

Essas populações de cunho marcadamente amazônico caracterizadas por uma produção ceramista própria, prática da pesca, caça e horticultura se assentaram em ambientes lacustres, uma grande área de ecossistema alagado no noroeste do estado do Maranhão, implantando no local um padrão sociocultural e construtivo singular na Arqueologia Brasileira.

Sobre a questão do território, ao relacionar-se com as estearias maranhenses, evoca-se o entendimento de Tuan (1980) sobre “topofilia”, caracterizado como “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. De acordo com ele, para compreender a relação entre humanos e natureza, é essencial focar na percepção, atitudes, valores e suas consequências, ou seja, na visão de mundo que as pessoas têm e em como isso se reflete nessa relação. As cerâmicas encontradas nas estearias e sua relação com o território denota a existência de modos de vida e civilizações com identidades socioculturais, estratificações e subjetividades muito particulares. (Leite Filho, 2003, p. 68)

Em relação à origem das estearias maranhenses, a literatura aponta para o surgimento a partir de planejamentos estratégicos que buscavam promover a intercomunicação e o deslocamento entre seus habitantes. Dessa forma, esses planejamentos facilitavam a realização de atividades cotidianas, cerimônias e processos de mobilidade e interação social em geral (Lopes, 1923; Simões, 1981; Leite Filho, 2016), em consonância com a perspectiva de Lévi-Strauss (1993) de modo mais amplo acerca dos povos originários viverem em “relação”, nunca a partir de culturas isoladas.

Interessante pontuar que essa prática de produção de artefatos, em especial ao tratar das cerâmicas de sociedades pré-coloniais, é dotada de simbolismos e cosmologias próprias. Como complementa Branquinho e Nogueira (2011, p. 291), “a descrição do significado atribuído à cerâmica, ao processo de sua manufatura e a si mesmos traduzem a indissociabilidade entre natureza e cultura, sujeito e objeto, evidenciando a condição híbrida de ambos”.

Além de se apresentar como artefato parte de uma cultura material, também representa um legado de afirmação da própria identidade. Como demonstrado na figura abaixo, é possível observar a presença de adornos zoomorfos modelados na cerâmica encontrada nas estearias, revelando uma camada de simbolismos e significados particulares dessa cosmologia, por vezes sagrados.

**Figura 2** - Formas modeladas e apliques zoomorfos associados a recipientes rasos de cerâmica.  
Acervo CPHNAMA.



Fonte: Leite Filho (2016)

Compreende-se que a amazônia pré-colonial abarcava grupos com estratificações, hierarquias e sistemas de vida complexos e específicos, não somente pelo viés cosmológico quanto por suas organizações socioculturais, políticas e econômicas. Em síntese, os objetos da cultura material examinados se portam não somente como registros de um patrimônio histórico como também denotam um entendimento de tempo e território que foge à lógica normativa do Estado nacional, vide os deslocamentos e vida em relação que esses grupos estabeleciam.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As articulações propostas neste estudo sobre a cerâmica pré-colonial, as estearias maranhenses e a relação com o lugar sublinham a profundidade das interações entre identidade e território. A cerâmica pré-colonial não é apenas um fragmento arqueológico,

mas um testemunho das práticas culturais capazes de resistir ao tempo, dos conhecimentos e tecnologias ecológicas dos povos originários. A observação dessas produções revela uma rica trama de significados e simbolismos, evidenciando como esses artefatos carregam a identidade cultural e, intrinsecamente, as relações com o território por parte de quem os produziu, refletindo outros modos de vida e de refinada produção material ante às imposições coloniais.

Ao explorar a cultura material e as dinâmicas territoriais, este estudo também destaca a persistência das sociedades subalternizadas em face da imposição do colonialismo e do rastro sustentado pela colonialidade. A lógica dominante, ao tentar subordinar e redefinir as práticas culturais locais, encontra resistência nas manifestações materiais que perpetuam a memória e a identidade dos povos originários. Assim, a cerâmica pré-colonial e as estearias maranhenses não apenas enriquecem a compreensão histórica para o tema dentro dos campos da arqueologia e antropologia, mas também nos convidam a refletir sobre as continuidades, deslocamentos e subjetividades nas relações entre identidade e território.

## REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **The social life of things**. New York: The Cambridge University Press, 1990.

BRANQUINHO, E.; NOGUEIRA, M. A. L. Quem disse que não existe a ciência do ceramista? **Proa: Revista de Antropologia e Arte**, [S. l.], v. 1, n. 3, 2011. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/proa/article/view/2630>. Acesso em: 05 jul. 2024.

CÈSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.

GELL, Alfred. **Arte e agência**. Tradução Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu, 2018.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. Arqueologia dos ambientes lacustres: cultura material, dinâmica sociocultural e sistema construtivo nas estearias da Baixada Maranhense. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG**, v. 25, n. 1- 2, p. 54-99, 2016.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. Cerâmica: perpetuando o nosso saber ancestral. *In*: NUNES, Izaurina Maria de Azevedo (org.). **Olhar Memória e Reflexões sobre a gente do Maranhão**. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2003. p. 295-299.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. *In*: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 328-366.

LIMA FILHO, Manuel. Entre campos: cultura material, relações sociais e patrimônio. *In*: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: Trajetórias e Conceitos**. Brasília: ABA, 2012.

LOPES, Reinaldo José. As Populações Lacustres do Brasil Primitivo. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, 1923.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, jun. 2017.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

PROUS, André. **O Brasil antes dos Brasileiros**; A Pré-História do nosso país. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RIBEIRO Berta Gleizer. **Dicionário do artesanato Indígena**. Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. 344p.

ROCHA, Herson Oliveira; SILVA, Marcos Welby Correa; MARQUES, Fernando Luiz Tavares; LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. Gradiometria magnética e radar de penetração no solo aplicados em Estearias de Penalva (MA). **Geologia USP. Série Científica**, v. 15, n. 1, p. 3-14, 2015.

SIMÕES, Mário. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1891). **Acta Amazônica**, Manaus, v.11, n. 1, p. 149-165, 1981.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Ed. Difel, 1980.

WOLF, Eric R. Cultura: Panacéia ou Problema? *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). **Antropologia e Poder**: Contribuições de Eric Wolf. São Paulo: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Unicamp, 2003.

# Sessão Livre



# O FUTURO DO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM UM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: análise das perspectivas futuras para o setor considerando tendências mundiais de descarbonização, necessidade de diversificação das fontes de energia na Amazônia e soberania energética brasileira

**Ludmilla Valente Viana Silva<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Luis Carlos Serra Amorim Filho<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

**Arkley Marques Bandeira<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

O movimento de substituição do uso de combustíveis fósseis por fontes de energia com baixa intensidade de carbono é uma tendência mundial acompanhada pelo setor de petróleo e gás natural brasileiro que tem se adaptado e fomentando o processo de descarbonização e de diversificação das fontes de energia. A Cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Agência Nacional do Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis alcançou, em 2023, o valor de R\$ 3,9 bilhões sendo que, ao longo de 25 anos da Cláusula, identificam-se novas oportunidades, com temas associados às fontes alternativas de energia, como hidrogênio, biocombustíveis e com propósito de descarbonização, como captura, uso e armazenamento de carbono (CCUS, do inglês *carbon capture, use, and storage*). Conforme relatório da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos de 2019, a natureza se encontra em estágio de declínio global com “taxas sem precedentes na história da humanidade – e a taxa de extinção de espécies está se acelerando, com graves impactos sobre as pessoas em todo o mundo” (IPBES, 2019). O Relatório Anual de Tecnologia e Meio Ambiente da Superintendência de Tecnologia e Meio Ambiente da ANP entende que ainda há espaço para metodologias que tenham por propósito o aprimoramento e a implementação de projetos voltados para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa. O objetivo deste estudo é mostrar o papel da Cláusula de PD&I no enfrentamento da crise climática em um cenário de manutenção da exploração e produção de petróleo e gás natural de modo a garantir a soberania energética em sinergia com novas fontes de energia renováveis. O momento é de adoção de medidas de curto e médio prazo relacionadas à impulsão de energias renováveis a partir do aprimoramento e implementação de políticas públicas como o Programa Energias da Amazônia (Decreto nº 11.648/2023). A metodologia aplicada é análise comparativa documental (Gil, 2002) por meio de revisão sistemática da literatura, de publicações científicas que tratam da crise climática, fontes de energia renováveis, atos normativos e contratos nacionais que tratam sobre exploração e produção de petróleo e gás natural e Cláusula de PD&I da ANP.

**Palavras-chave:** Emergência climática; Petróleo e Gás natural; Fontes Renováveis. Amazônia

1 Mestra em Cultura e Sociedade (PGCult) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: [ludmilla.valente@discente.ufma.br](mailto:ludmilla.valente@discente.ufma.br).

2 Mestrando em Cultura e Sociedade (PGCult) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: [serra.luis@discente.ufma.br](mailto:serra.luis@discente.ufma.br).

3 Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [arkley.bandeira@ufma.br](mailto:arkley.bandeira@ufma.br).

## 1 INTRODUÇÃO

A aceleração dos esforços de combate às mudanças climáticas demandará um conjunto de ações públicas e privadas e depende do avanço de diversas tecnologias, muitas delas ainda em desenvolvimento ou em busca de escala e economicidade. A mudança da matriz energética é, na atualidade, um dos maiores desafios de inovação que a sociedade enfrenta, e mesmo no cenário de emissões líquidas zero (*Net Zero*), meta global para 2050, ainda haverá demanda por hidrocarbonetos.

A Cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da Agência Nacional do Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis (ANP) alcançou, em 2023, o valor de R\$ 3,9 bilhões sendo que, ao longo de 25 anos da Cláusula, identifica-se atualmente novas oportunidades, com temas associados às fontes alternativas de energia, como hidrogênio, biocombustíveis e com propósito de descarbonização, como Captura, Utilização e Armazenamento de Carbono (CCUS) do inglês *Carbon Capture, Utilization and Storage*.

Conforme relatório da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos de 2019, a natureza se encontra em estágio de declínio global com “taxas sem precedentes na história – e a taxa de extinção de espécies está se acelerando, com graves impactos sobre as pessoas em todo o mundo” (IPBES, 2019). O Relatório Anual de Tecnologia e Meio Ambiente da Superintendência de Tecnologia e Meio Ambiente da ANP entende que, ainda há espaço para metodologias que tenham por propósito o aprimoramento e a implementação de projetos voltados para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa.

O objetivo deste estudo é demonstrar o papel da Cláusula de PD&I no enfrentamento da crise climática em um cenário de manutenção da exploração e produção de petróleo e gás natural de modo a garantir a soberania energética em sinergia com novas fontes de energia renováveis. O momento é de adoção de medidas de curto e médio prazo relacionadas à impulsão de energias renováveis a partir do aprimoramento e implementação de políticas públicas como o Programa Energias da Amazônia (Decreto nº 11.648/2023).

A metodologia aplicada é análise comparativa documental (Gil, 2002) por meio de revisão sistemática da literatura, de publicações científicas que tratam da crise climática, fontes de energia renováveis, atos normativos e contratos nacionais que tratam sobre exploração e produção de petróleo e gás natural e Cláusula de PD&I da ANP.

## 2 CRISE CLIMÁTICA E A MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA

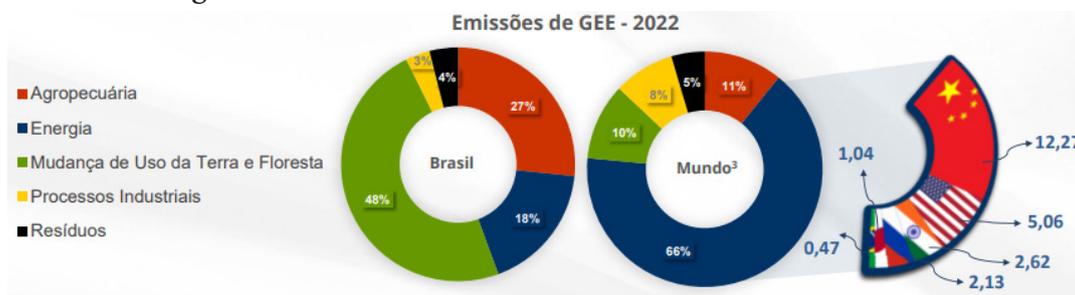
A Convenção-Quadro da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças do Clima ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, no âmbito da Eco – 92 iniciou os debates entre os Estados-Nações sobre temas com o objetivo de mitigar os efeitos do aquecimento global exacerbado no mundo. Posteriormente, durante a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, Estados Soberanos como o Brasil assinaram o Acordo de Paris (2015)

quando se comprometeram a manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2 °C, em relação aos níveis pré-industriais, fixando o limite para o aumento da temperatura em 1,5 °C e a apresentar metas individuais denominadas Contribuições Nacionalmente Determinadas – NDC que devem ser atualizadas a cada 5 anos (ONU, 2024).

O Brasil formalizou junto à ONU a sua 1ª NDC em 2016 e, 3 (três) posteriores atualizações (2020, 2022 e 2023) onde a última retomou a ambição apresentada em 2016 (MMA, 2024) na redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). As metas brasileiras são aplicáveis à economia como um todo, não havendo distribuição de metas entre os setores. Cabe destacar que, em julho de 2022, o direito ao meio ambiente saudável foi consagrado como direito humano na Assembleia Geral da ONU o que constitui um marco no impulsionamento de medidas que visam mitigar os efeitos da degradação ambiental e das mudanças climáticas do Antropoceno. Deste modo, o Brasil pode cumprir suas metas utilizando abordagens diferentes.

Em termos de redução de emissões, o uso da terra e agropecuária apresentam o maior potencial para redução de GEE e alcance das metas relacionadas às NDCs brasileiras. A principal causa de emissões de GEE no Brasil se origina de mudanças de uso da terra e floresta agropecuária que, na língua inglesa se equivale ao termo LULUCF (*Land Use, Land-Use Change and Forestry*) conforme apontado em levantamento realizado pela EPE e descrito na imagem a seguir.

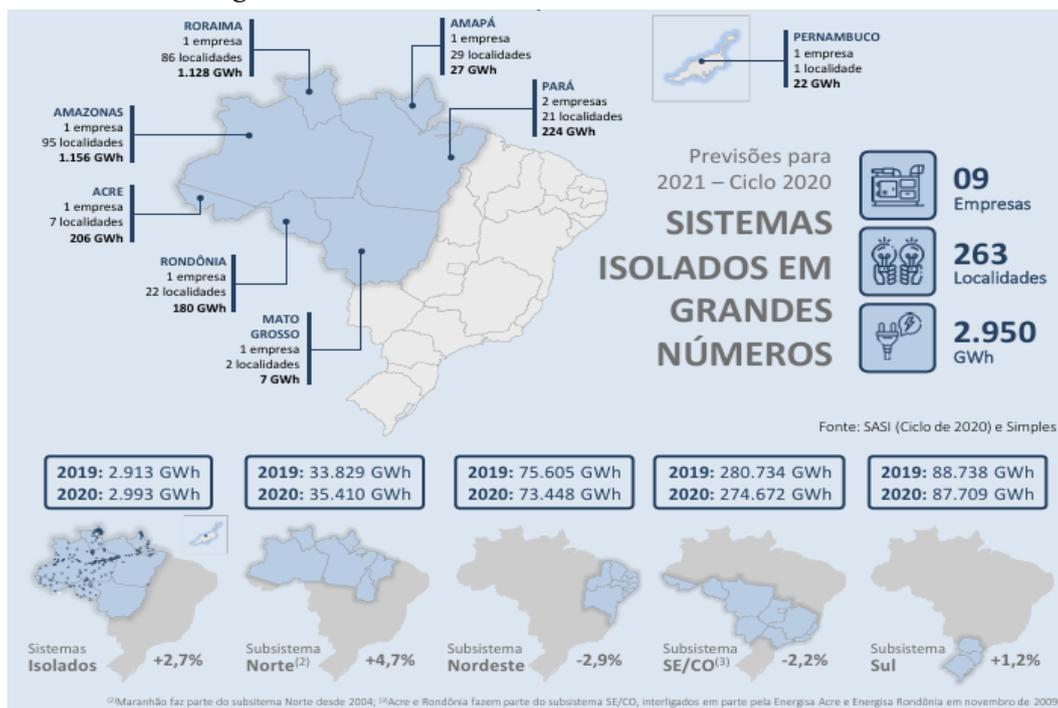
**Figura 1** – Emissões de GEE no Brasil e no mundo em 2022



Fonte: EPE (2024a)

O Brasil possui uma matriz energética essencialmente renovável o que diferencia o país do cenário mundial que se fundamenta na utilização de energias não renováveis como carvão, petróleo e gás natural (EPE, 2024b). Por sua vez, a matriz elétrica brasileira, ou seja, as fontes que utilizamos para gerar energia elétrica, provém majoritariamente de usinas hidrelétricas como Belo Monte, localizada no estado do Pará que, no 1º semestre de 2024, gerou 6% de toda energia utilizada no país (Canal Energia, 2024). Cabe ressaltar que o Norte do Brasil possui o maior número de sistemas isolados, ou seja, não se encontram conectados ao sistema nacional que é abastecido por usinas como Belo Monte e utilizam fontes de energia com óleo diesel para geração de energia.

Figura 2 – Sistemas isolados brasileiros em números



Fonte: EPE (2024c)

Em razão destes fatores, o governo federal criou o Programa Energias da Amazônia, por meio do Decreto Federal nº 11.648 de 16 de agosto de 2024 que tem por principal objetivo desvincular a dependência em Sistemas Isolados dos estados localizados na região Norte do Brasil que hoje está vinculada a energia de termelétricas (óleo diesel). Assim, o suprimento de energia da região sofreria uma redução nas emissões de GEEs, uma vez que tem por objetivo “valorizar os recursos energéticos disponíveis na região da Amazônia Legal, especialmente os renováveis” (art 3º, inciso I) aliado a uma distribuição confiável, contínua e de qualidade para população localizada no Norte. O Energias da Amazônia se propõe a:

[...] garantir a qualidade e segurança do suprimento de energia elétrica para os mais de 3,1 milhões de pessoas que são atendidas por Sistemas Isolados, que são cidades e vilas cuja energia elétrica fornecida por gerações locais e não possuem conexão no Sistema Interligado Nacional - SIN, como o restante do país. Se constitui uma das ações que está sendo implementada no caminho da transição energética, contribuindo para melhorar a vida das pessoas, e levar desenvolvimento para a Amazônia e ao mesmo tempo contribuir para diminuir a emissão de gases de efeito estufa. O Energias da Amazônia busca a transição da geração de energia que é majoritariamente a óleo diesel nos sistemas isolados da Amazônia para energias renováveis. São previstos cerca de R\$ 5 bilhões em investimentos para viabilizar a transição dos sistemas isolados da Amazônia.

O programa se iniciou na cidade de Parintins, estado do Amazonas, com o fim das atividades da usina termelétricas que geravam energia para região passando a se conectar ao sistema elétrico brasileiro por meio do linha de Tucuruí (PA). Ocorre que, após 1 (um) ano de lançamento do programa, não houve grandes avanços sobre o tema (Política por Inteiro, 2024). Cabe ressaltar ainda que o Decreto prevê que o relatório anual contendo os resultados do programa apresentará dados realizando uma matriz com os valores de

emissões e intensidade de GEE associados às Contribuições Nacionalmente Determinadas - NDC submetidas e em cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil no bojo do Acordo de Paris.

Outra medida na esfera federal é a aprovação da Política Nacional de Transição Energética pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) - Resolução nº 5, de 26 de agosto de 2024, com o objetivo de trazer orientações quanto a “transformação da matriz energética nacional para uma estrutura de baixa emissão de carbono, contribuindo para o alcance da neutralidade” de GEE no Brasil. Merece destaque as diretrizes da Política com forte tendência a redução de desigualdades sociais em níveis e formas distintas, *verbis*:

Art. 3º São diretrizes da PNTE:

- I- promover medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no setor de energia, em linha com o Plano Nacional sobre Mudança do Clima;
- II - assegurar a segurança energética nacional;
- III - promover a universalização do acesso à energia;
- IV - promover a competitividade do setor de energia para a oferta a preços acessíveis
- V- promover a redução da pobreza e desigualdade energética, bem como a avaliação dos custos e incentivos a investimentos em transição energética, para uma transição energética justa e inclusiva;
- VI - articular-se com as demais políticas públicas e setoriais em nível federal;
- VII-promover a articulação entre as ações de política energética nas esferas federal, estadual, municipal e distrital;
- VIII - reconhecer a diversidade regional do País nos programas e ações de promoção da transição energética;
- IX - promover a transparência, a participação social e a diversidade na formulação e implementação de programas e iniciativas relacionadas à transição energética;
- X - considerar cenários e estudos econômico-energéticos, ambientais, climáticos e tecnológicos, em especial do Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE edo Plano Nacional de Energia - PNE;
- XI- apoiar a identificação e a promoção de áreas prioritárias para pesquisa, desenvolvimento, adensamento produtivo e tecnológico, inovação e capacitação orientadas à transição energética; e
- XII- considerar as contribuições da cooperação internacional para a transição energética, observados os interesses soberanos do Brasil.

A natureza se encontra em estágio de declínio global com “taxas sem precedentes na história – e a taxa de extinção de espécies está se acelerando, com graves impactos sobre as pessoas em todo o mundo” conforme relatório da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos de 2019 (IPBES, 2024). Deste modo, o uso de elementos naturais de modo exacerbado poderá gerar uma pressão ao meio ambiente e à extinção do próprio elemento. Por esta razão, urge o fomento à alternativas tecnológicas que tenham por propósito a mitigação de emissões de GEEs. Deste modo, a próxima seção abordará o papel da indústria do petróleo e gás natural no que tange à redução de emissões de GEE no Brasil.

### **3 CLÁUSULA DE PD&I DA ANP COMO INSTRUMENTO FOMENTADOR DE MUDANÇA NA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA**

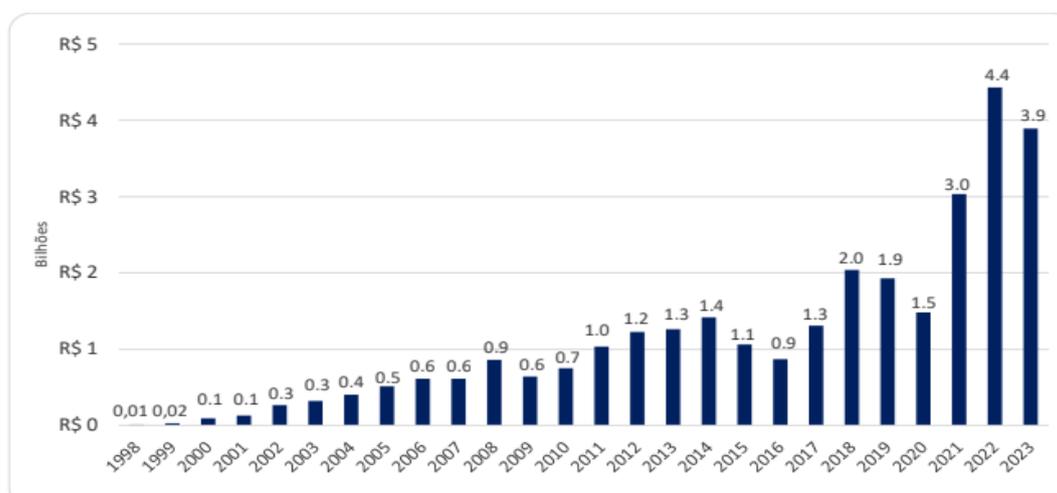
O aquecimento climático causado pela ação humana, principalmente através das emissões de gases de efeito de estufa (GEE), com a temperatura da superfície global a atingir 1,1°C em 2011-2020 acima daquela observada em 1850-1900, é atualmente inegável (IPCC, 2023). Em termos globais, o setor de energia é responsável por quase 75% das emissões de GEE, sendo que a matriz energética é composta por 83% de combustíveis fósseis, dos quais o petróleo e o gás natural representam 56% (AIE, 2024).

O contexto atual de emergência climática exige uma mudança na matriz energética permitindo o protagonismo de energias renováveis e limpas. Para alcançar o NetZero2050, muitas são as alternativas que buscam a descarbonização da economia e a melhor solução será o uso de uma diversidade delas. Porém, novas tecnologias têm uma curva de maturidade tecnológica antes de atingir o estágio em que são competitivas financeiramente com soluções já consolidadas no mercado.

Para incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias, a Lei do Petróleo (Lei nº 9.487/1997) prevê que, em campos com grande produção de petróleo ou gás natural, seja destinada uma porcentagem da receita bruta para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) figura como responsável pela análise da aderência do projeto de PD&I, submetido à avaliação da Agência, a Resolução ANP nº 918/2023 que regula o tema.

Em 25 (vinte e cinco) anos da Cláusula de PD&I, houve uma evolução no valor investido em decorrência da descoberta do horizonte Pré-Sal quando ocorreu um aumento considerável de investimento na Cláusula sendo que, somente em 2023, a obrigação total foi de R\$ 3,9 bilhões conforme figura abaixo.

**Figura 3** – Evolução da obrigação de investimentos em PD&I (em bilhões de reais) por ano (1998 a 2023)

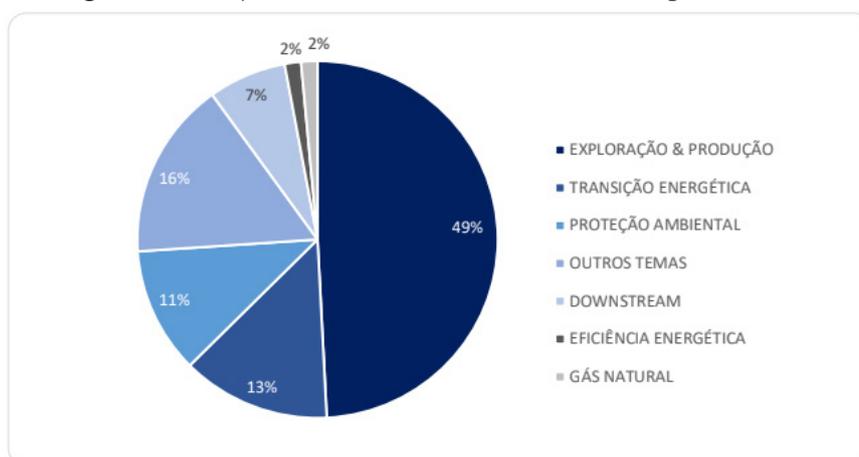


Fonte: ANP (2024)

Pela análise dos projetos realizados com o recurso da cláusula de PD&I, no período de 2018 a 2023, observa-se que 13% dos investimentos foram aplicados em projetos relacionados

à transição energética, 11% em projetos de proteção ambiental e 2% em projetos de eficiência energética de acordo com a figura a seguir.

**Figura 4** – Projetos de PD&I iniciados em 2023 por vertente



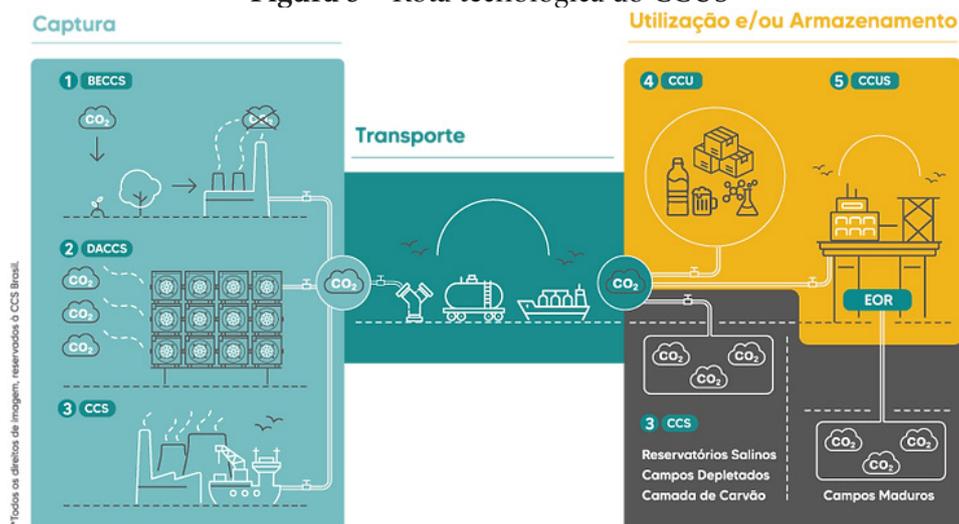
Fonte: ANP (2024)

Cabe ressaltar que houve um aumento considerável no que tange ao valor de projetos associados à proteção ambiental que passou de aproximadamente R\$ 22 milhões em 2018 para R\$ 686 milhões em 2023. Nota-se o mesmo movimento em relação aos projetos de transição energética - de aproximadamente R\$ 44 milhões em 2018 para R\$ 712 milhões em 2023 - e os projetos de eficiência energética - de aproximadamente R\$ 2 milhões em 2018 para R\$ 70 milhões em 2023 - demonstrando que a mudança no portfólio das empresas petrolíferas é uma tendência que coaduna com o atingimento das metas de descarbonização conforme pontuado no Relatório Anual de Tecnologia e Meio Ambiente da ANP, *verbis*:

[...] as empresas petrolíferas passaram a identificar novas oportunidades, aumentando assim o portfólio de projetos em temáticas relacionadas à outras fontes de energia, como hidrogênio, e em descarbonização, como captura, uso e armazenamento de carbono (CCUS, do inglês carbon capture, use, and storage). A própria política pública, refletida na Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) no 2/2021, determina a priorização de aplicação dos recursos de PD&I em temas como hidrogênio, biocombustíveis e armazenamento de energia.

Uma forma alternativa e eficiente de impulsionar a redução de emissão de GEE é a *Captura, Armazenamento e Utilização de Carbono* - CCUS que, atualmente, consiste em parte da agenda das principais empresas petrolíferas a fim de descarbonizar suas atividades. Se trata de uma tecnologia com alto valor atrativo por se tratar de “opção viável para ajudar na descarbonização de indústrias intensivas em emissões, como é o caso da produção de cimento, assim como para produção de energia com baseada em combustíveis fósseis” (Machado e Silva, 2022, p. 34). Seguem as etapas na figura abaixo.

Figura 5 – Rota tecnológica do CCUS



Fonte: CCS Brasil (2024)

O CCUS apresenta, ao longo do seu ciclo, a utilização de tecnologias diversas e abre possibilidades múltiplas de pesquisa, inovação e desenvolvimento, com diferentes rotas tecnológicas capazes de viabilizar a sua implantação. Considerando o processo de mudança na matriz energética, é possível identificar oportunidades para o Brasil em função de algumas características específicas do país. O setor de óleo e gás se destaca como um importante aliado, principalmente com a aplicação da cláusula de PD&I, para contribuições voltadas para soluções tecnológicas na descarbonização da indústria, como o CCUS. As pesquisas realizadas sobre CCUS, com enfoque nas áreas de armazenamento de CO<sub>2</sub>, BECCs e novas soluções de combustíveis de baixo carbono, contribuem para a aceleração do alcance da maturidade tecnológica e, conseqüentemente, com o barateamento da atividade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caminho para mitigar as mudanças climáticas, é fundamental o incentivo de desenvolvimento de novas soluções que contribuam com a redução de emissão de GEE, o que implica a necessidade de investimentos em PD&I com prioridade para soluções de baixo carbono. No entanto, tais tecnologias só poderão ser implementadas de fato a partir de um ambiente de negócios atrativo, o que passa necessariamente pela configuração de um sistema legal, fiscal e regulatório que promova a competitividade do setor.

O movimento de substituição do uso de combustíveis fósseis por fontes de energia com baixa intensidade de carbono é uma tendência mundial acompanhada pelo setor de petróleo e gás natural brasileiro que tem se adaptado e fomentando o processo de descarbonização e de diversificação das fontes de energia. Ocorre que o momento é de adoção de medidas de curto e médio prazo relacionadas à impulsão de energias renováveis a partir do aprimoramento e implementação de políticas públicas como o Programa Energias da Amazônia (Decreto nº 11.648/2023) e outras medidas como o propósito de mitigar emissões

de GEEs sem que haja uma pressão nos elementos naturais de modo a levar extinção do elemento como a implementação do Plano Nacional de Transição Energética.

Para que esta mudança ocorra, iniciativas multilaterais precisam entrar em ressonância por meio de uma harmonização entre implementação de projetos e o financiamento de medidas sustentáveis aliados à participação social e à redução de desigualdades. A mudança deve se desenvolver a partir de premissas socioambientais por meio de uma alteração profunda que deverá ocorrer nessa estrutura, assim como recursos e políticas públicas devem estar alinhadas a fim de que o Brasil possa alcançar as medidas assumidas no âmbito do Acordo de Paris.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA (AIE). **Oil 2024 – Analysis and forecast to 2030**. Disponível em: [Oil 2024 \(iea.blob.core.windows.net\)](https://www.iea.blob.core.windows.net). Acesso em 29 set. 2024

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. **Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I**. Disponível em: [Projetos de PD&I — Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis \(www.gov.br\)](https://www.gov.br). Acesso em 8 out. 2024e

CANAL ENERGIA. **Belo Monte produziu 6% de toda a energia utilizada no país no 1º semestre de 2024**. Disponível em: [Belo Monte produziu 6% de toda a energia utilizada no país no 1º semestre de 2024 - CanalEnergia](#). Acesso em 10 out. 2024

CCS Brasil. **Relatórios anuais**. Disponível em: [Relatórios Anuais | CCS Brasil](#). Acesso em 10 out. 2024

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **O Papel do Setor de Petróleo e Gás Natural na Transição Energética** (2024). Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/o-papel-do-setor-de-petroleo-e-gas-natural-na-transicao-energetica>. Acesso em 29 set. 2024a

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Matriz energética e elétrica**. Disponível em: [MATRIZ ENERGÉTICA \(epe.gov.br\)](https://www.epe.gov.br). Acesso em: 11 out. 2024b

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Sistemas isolados de energia no Brasil**. Disponível em: [Apresentação do PowerPoint \(epe.gov.br\)](https://www.epe.gov.br). Acesso em 11 out. 2024

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INTERGOVERNMENTAL SCIENCE-POLICY PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES (IPBES). **Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services. Bonn: IPBES, 2019**. Disponível em: [Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services | IPBES secretariat](#). Acesso em 22 set. 2024

MACHADO E SILVA, Isabela Morbach. **Definições jurídicas estratégicas para estruturação do marco regulatório da cadeia de Captura e Armazenamento de Carbono**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto de Energia e Ambiente. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. **NDC - a ambição climática do Brasil**. Disponível em: [NDC - ambição climática do Brasil — Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 11 out. 2024

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **O Acordo de Paris. França, 2015**. Disponível em: [The Paris Agreement | United Nations](#). Acesso em: 7 out. 2024

POLÍTICA POR INTEIRO. Como está o programa Energias da Amazônia? Disponível em: [Como está o programa Energias da Amazônia? - Política Por Inteiro \(politicaporinteiro.org\)](#). Acesso em 9 out. 2024

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

**TÍTULO:** Anais do VI Colóquio Internacional Mídia e Discurso na Amazônia (DCIMA)- Mudanças Climáticas e Oralidades Amazônicas: entre discursos, subjetividades e memórias.

**ORGANIZADORAS:** Conceição de Maria Belfort de Carvalho, Ilza Galvão Cutrim, Mônica da Silva Cruz, Fabíola de Jesus Soares Santana, Marília de Carvalho Cerveira.

**PROJETO GRÁFICO:** Maurício José Morais Costa

**CAPA:** Maurício José Morais Costa  
**FORMATO:** 26 X 17 cm  
**PÁGINAS:** 794 p.

**TIPOGRAFIA** Le Monde Livre Std, Le Monde Livre Std Regular, Le Monde Livre Std Bold, Le Monde Livre Std Italic.

**EDIÇÃO** 1ª edição - 2025

**ISBN** 978-85-8227-586-3

**PUBLICAÇÃO** Editora da Universidade Estadual do Maranhão (EDUEMA)

**Financiamento:**



**Apoiadores:**

